Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Thiago Tolfo

Evolução urbana e periurbana de Braga entre 1071 e 1510: conectando a cidade medieval e os seus subúrbios

Julho de 2026

Evolução urbana e periurbana de Braga entre 1071 e 1510: conectando a cidade medieval e os seus subúrbios

Thiago Tolfo

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Thiago Tolfo

Evolução urbana e periurbana de Braga entre 1071 e 1510: conectando a cidade medieval e os seus subúrbios

Tese de doutoramento
História — Especialidade de Idade Média

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro
Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo

Julho de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

AGRADECIMENTOS

Expresso, em primeiro lugar, o meu genuíno reconhecimento e agradecimento aos meus orientadores, Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro e Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo. A excelência e a dedicação manifestadas nas orientações, na disponibilidade e nos conselhos, assim como a cordialidade nas nossas reuniões, foram essenciais para transpor as barreiras mais desafiadoras ao longo desta jornada. Penso que os bons exemplos devem ser sempre revisitados nas nossas memórias e, assim, tenho em alta consideração o perfil profissional de ambos, que espero poder honrar minimamente, retribuindo o zelo e o compromisso que sempre demonstraram, e pela manutenção do empenho enquanto investigador.

Não posso deixar de relembrar os professores do Programa Doutoral em História pelo saber didático transmitido durante o primeiro ano, período em que, cada um à sua maneira, incentivou a perseverança na investigação científica e ampliou as possibilidades intelectuais, promovendo o desenvolvimento de novas aptidões para o exercício da profissão de historiador.

À doutora Sandra Raquel Martins, pela disponibilidade e generosidade com que me auxiliou, mesmo imersa na conclusão da sua própria tese, recentemente defendida. Agradeço, em particular, o empréstimo de algumas chancelarias régias publicadas, às quais, nos primórdios deste trabalho, eu não conseguia ter acesso.

Ao colega e amigo, doutor Gonçalo Melo da Silva, pelas conversas e valiosas sugestões que serviram de suportes a superar impasses e desvendar questões mais complexas, permitindo-me alcançar uma maturidade essencial para a fluidez da pesquisa.

Ao Professor Doutor Mário Farelo, que recentemente tive o privilégio de conhecer, especialmente a experiência e as discussões relativas às possibilidades de investigação no âmbito da Idade Média, inspirando novas ideias e possibilidades de estudos futuros.

Ao Grupo *Lands*, do Laboratório de Paisagens, Património e Território – Lab2PT/INPAST, do qual sou membro, pelas oportunidades proporcionadas ao longo destes anos de trabalho. Agradeço, igualmente, pelo acesso às instalações do Gabinete 2.01, uma sala destinada a bolseiros e a estudantes de doutoramento e pós-doutoramento, que se tornou um verdadeiro refúgio para o desenvolvimento da escrita desde a segunda metade de 2023.

A convivência diária com os colegas deste gabinete revelou-se inestimável, sobretudo nos momentos em que o cansaço físico e o desgaste mental se tornavam inevitáveis, nomeadamente Joel, Cláudia, Leonor, Leida, Samuel, entre outros queridos colegas. Destaco, em particular, o

extraordinário convívio com dois colegas — e hoje bons amigos —, o Doutor Mikel Larrinaga Ortiz e a Doutora Silvia Rodríguez López, pelas conversas frutíferas sobre as nossas investigações e por contribuírem para manter um ambiente saudável e amistoso, especialmente ao longo deste último ano.

Aos funcionários do Instituto de Ciências Sociais — ICS, manifesto o mais sincero apreço pela assistência sobre as questões administrativas, marcada pela gentileza e eficiência. Destaco, nomeadamente, a Dra. Filomena Maria de Oliveira Silva, a Dra. Sofia Adriana Maciel Oliveira – sempre disponível e agradável para responder às minhas dúvidas referentes ao doutoramento –, a Dra. Susana Maria Silva Martins – que me tem acompanhado neste suporte e amizade desde o meu Mestrado nesta mesma instituição –, mais recentemente a Dra. Marta Isabel Eusébio Barbosa, e em especial, a Dra. Conceição Antunes Fernandes, cuja saudação quotidiana, sempre cordial e entusiasta, me encorajava a perseverar mesmo nos momentos mais exigentes.

Aos meus colegas de doutoramento, que, no início do Programa, nos apoiámos mutuamente para defrontar as complicações iniciais, dirijo um agradecimento geral. Em particular, reconheço o inestimável apoio de João Pontes, admirável medievalista e um amigo que o universo académico me proporcionou, pelo seu auxílio durante a minha transição da especialidade em História Antiga Romana, praticada durante o primeiro ciclo no Brasil e no mestrado, nesta mesma instituição, para a História Medieval. Indubitavelmente, este foi o maior repto do meu percurso académico; o João, ao recomendar-me obras e inserir-me em espaços académicos específicos, muitas vezes dando-me boleia, e respondendo com paciência às dúvidas que, por vezes, poderiam parecer superficiais, dada a novidade do contexto em que me encontrava, demonstrou generosidade e paciência, que foram basilares para adaptar-me a este novo contexto académico.

À Universidade do Minho, instituição que não apenas me viabilizou uma formação académica de excelência, mas também favoreceu o meu crescimento pessoal. Ressalto, por sua vez, a Biblioteca Geral da UMinho (BGM) e a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS), espaços que frequentei assiduamente ao longo deste percurso. Estendo, ainda, os meus agradecimentos à equipa técnica do Arquivo Distrital de Braga pela prestimosa assistência e cortesia durante o período de consulta e digitalização de documentos.

Num trabalho de grande fôlego como esta tese, é inevitável que a esfera pessoal se torne um amparo seguro e de revigoramento. Nesse sentido, expresso um reconhecimento imensurável à minha noiva (em breve esposa), Fernanda Luísa Lüdtke, cuja força, compreensão e suporte – inclusivamente no momento de submeter a minha tese – foram incalculáveis nos momentos de

maior tensão, sobretudo em face dos problemas de saúde que enfrentei, os quais tiveram repercussões emocionais e de readaptação às rotinas diárias. Por outro lado, a sua dedicação enquanto investigadora e bolseira de pós-doutoramento nesta mesma instituição, caracterizado pela sua resiliência e apreço pela ciência, levou-me a refletir que, mesmo quando o fruto do nosso esforço parece moroso, se for orientado por um propósito firme e com constância, conduz-nos a bom porto. Você foi, é, e cada vez mais tende a ser uma excecional fonte de inspiração.

Aos meus sogros, Rosângela Lovato Lüdtke e Almiro Lüdtke, agradeço pelo carinho, preocupação e apoio incessantes.

À minha família, sob outro prisma, atribuo igualmente a exequibilidade deste trabalho. À minha mãe, Áurea Regina Silva Tolfo, pela sensibilidade e acolhimento incondicionais, cujas palavras reconfortantes e necessárias, proferidas por quem consegue perscrutar profundamente as angústias que muitas vezes nos parecem insondáveis, dissiparam candidamente as minhas inquietações. Ao meu pai, Sadi Tolfo, pelo constante zelo em suprir as dificuldades financeiras desta longa jornada, e pelos seus gestos diários de incentivo e pela lembrança diária, sendo o seu "bom dia", sempre a primeira mensagem a verificar no telemóvel, um aceno simples, mas asseguro-o, muito vigoroso. Ao meu irmão, meu maior confidente e amigo, cuja partilha de reflexões e apoio inabalável foram fontes inestimáveis de ânimo. À minha cunhada, Caroline Cortez, pela simpatia e proveitosas trocas de ideias, e ao meu querido afilhado, Lucas Cortez Tolfo, cujo entusiasmo pueril confere um resplandecente sorriso até nos momentos mais soturnos.

Aos amigos e familiares que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho, expresso o meu sincero reconhecimento.

Presto, ainda, uma homenagem póstuma a duas pessoas que marcaram, agradavelmente, a minha vida e que partiram durante este processo: meu tio João Dotta, cuja jovialidade, generosidade e determinação perante as adversidades deixaram em mim uma impressão indelével, e a minha avó, Lourdes Sousa Ribeiro, que na sua simplicidade traduzia o exemplo de força e determinação, cujas memórias guardo com imenso carinho e reverência.

Ao tempo... ao espaço... à memória!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

À determinação humana para perscrutar o que o tempo tornou inexistente

Evolução urbana e periurbana de Braga entre 1071 e 1510: conectando a cidade medieval e os seus subúrbios

RESUMO

Esta investigação centra-se na análise da evolução urbanística de Braga ao longo da Baixa Idade Média, com particular enfoque na articulação entre o núcleo urbano e os espaços periféricos, no período compreendido entre 1071 e 1510, momento em que a cidade restaura a sua sede episcopal e ascende à dignidade de arquidiocese primaz. Embora sustentado por um leque diversificado de fontes arquivísticas e publicadas, o estudo privilegia a documentação produzida pelo Cabido da Sé de Braga, uma vez que se destacava como um dos principais detentores de bens urbanos e fundiários, tanto intramuros como nas zonas envolventes.

A análise cruzada dos *Livros de Tombo* e dos *Livros de Prazos*, conservados no Arquivo Distrital de Braga, permitiu sustentar e consolidar o conhecimento já existente sobre a morfologia urbana, possibilitando igualmente uma leitura mais integrada dos processos de expansão periférica e dos padrões de ocupação do território. Este enquadramento documental constituiu, ainda, a base para a elaboração de propostas cartográficas interpretativas da evolução da paisagem urbana, bem como para o desenvolvimento de uma proposta específica dedicada à caracterização da periurbanidade bracarense.

A investigação evidencia, ainda, determinadas estratégias de gestão do património fundiário adotadas pelo cabido, nomeadamente através dos contratos de emprazamento, bem como as modalidades de exploração agrária nas áreas circundantes à cidade. A metodologia adotada assenta no cruzamento de fontes documentais, iconográficas e cartográficas, conjugadas com os contributos da historiografia e resultados pertinentes oriundos das intervenções arqueológicas.

O recurso a ferramentas de desenho vetorial para elaboração de planos viabilizou uma leitura diacrónica das dinâmicas espaciais, articuladas com os condicionantes sociais, políticos e económicos que influenciaram o crescimento urbano de Braga. A presente tese oferece, assim, uma leitura mais discriminada e contextualizada da cidade medieval, encarando-a como uma entidade em constante transformação, ainda que por vezes de forma descompassada, modelada por forças endógenas e exógenas. Pretende-se, assim, colmatar uma lacuna existente na produção historiográfica sobre o urbanismo medieval local, mediante uma abordagem abrangente que vincula o espaço intramuros ao seu entorno.

Palavras-chave: Braga medieval, evolução urbana, exploração agrária, periurbano, subúrbio.

Urban and peri-urban evolution of Braga from 1071 to 1510: connecting the medieval city and its suburbs

ABSTRACT

This study focuses on the analysis of the urban evolution of Braga throughout the Late Middle Ages, with particular emphasis on the articulation between the urban core and its peripheral spaces, within the period between 1071 and 1510, when the city restored its episcopal seat and shortly thereafter rose to the status of primatial archdiocese. Although supported by a wide range of archival and published sources, this research privileges the documentation produced by the Chapter of Braga Cathedral, which stood out as one of the principal holders of both urban and landed property, within the city walls as well as in the surrounding areas.

The cross-analysis of the *Livros de Tombo* and the *Livros de Prazos*, preserved in the *Arquivo Distrital de Braga* (Braga District Archive), has made it possible to consolidate and deepen existing knowledge on urban morphology, while also enabling a more integrated understanding of processes of peripheral expansion and patterns of territorial occupation. This documentary framework further provided the basis for the development of interpretative cartographic proposals concerning the evolution of the urban landscape, as well as for a specific analytical approach dedicated to the characterization of Braga's peri-urban dynamics.

The study also identifies specific management strategies employed by the cathedral for landed assets, particularly through long-term lease contracts (*emprazamentos*), as well as the modes of agricultural exploitation practiced in the areas surrounding the city. The adopted methodology is grounded in the cross-referencing of documentary, iconographic, and cartographic sources, conjugated with historiographical contributions and relevant results from archaeological interventions.

The resource of vector-based drawing tools for the elaboration of urban plans allowed a diachronic reading of spatial dynamics, correlated with the social, political, and economic factors that influenced Braga's urban growth. This thesis thus offers a more detailed and contextually grounded interpretation of the medieval city, approaching it as a continually transformation entity, albeit at times out of sync, moulded by both endogenous and exogenous forces. Therefore, the study aims to fill an existing gap in the historiographical production on local medieval urbanism, through a comprehensive approach that links the intramural space and its surroundings.

Keywords: medieval Braga, urban evolution, agrarian exploitation, suburbs, peri-urban area.

[...] cada coisa em seu tempo tem seu tempo, assim bastantes os dias se sucedam, bastante a persistência do dedo molhado sobre a folha, e foi bastante, aqui está [...]

(José Saramago, "O ano da Morte de Ricardo Reis", 1984, p. 253)

Índice

INTRODUÇÃO 31

CAPÍTULO 1. DISCUSSÃO TEÓRICA E ESTADO DA ARTE 35

1. Perspetivas sobre a evolução do urbanismo e da cidade nos séculos XIX e XX. 35

2. História Urbana Medieval: percurso e perspetivas historiográficas 41

2.1. A historiografia sobre a cidade medieval de Braga 50

CAPÍTULO 2. PROBLEMÁTICA, FONTES E METODOLOGIA 59

1. Problemática e objetivos do estudo 59

2. Caracterização e alcance das fontes 64

2.1. Os Livros de Tombo e os Livros de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga 65

2.1.1. Os três primeiros *Livros de Tombo* (1369 a 1404) 65

2.1.2. O quarto *Livro de Tombo* (1466 a 1510) 70

2.1.3. Os *Livros de Prazos* (1465 a 1502) 72

2.2. Fontes publicadas e outros documentos 74

2.3. As fontes iconográficas e cartográficas históricas 76

3. Metodologia 81

CAPÍTULO 3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO — GEOGRÁFICO 85

1. Contextualização geoambiental 85

2. Enquadramento histórico 87

2.1 A cidade romana de *Bracara Augusta* 87

2.2. *Bracara* na Antiguidade Tardia 93

2.3. A reorganização territorial de Braga nos séculos IX e XI 97

2.4. O restabelecimento da diocese e o recrudescimento urbano 99

CAPÍTULO 4. O ESPAÇO CONSTRUÍDO INTRAMUROS NA BRAGA MEDIEVAL 106

1. O sistema defensivo medieval 106

1.1. Adaptação das defesas romanas e a consolidação do burgo entre os séculos III e X 108

1.2. Evolução do prolongamento da muralha após o restabelecimento da diocese no século XI 111

1.3. O reforço e consolidação do sistema defensivo durante o reinado de D. Fernando 116

1.4. O estabelecimento das torres da muralha ao longo da dinastia de Avis 124

2. O espaço de circulação 131

2.1. Génese e consolidação das ruas medievais 133

2.2. Os eixos de ligação entre a cidade e o subúrbio 135

2.3. As Ruas Travessas 138

2.4. As artérias interligadas pelos eixos transversais 141

2.5. As ruas da cidade em desenvolvimento 152

3. Espaços de sociabilidade, comércio e abastecimento 166

3.1. Praças e rossios 167

3.2. Açougues 175

3.3. Equipamentos urbanos e infraestrutura.....184
3.3.1. Os fornos 185
3.3.1.1. O Forno da Infanta D. Sancha 185
3.3.1.2. O Forno Velho 189
3.3.1.3. Os Fornos da Rua do Souto 192
3.3.1.4. Forno da Porta da Rua Nova 195
3.3.1.5. Forno da Rua Verde 196
3.3.1.6. Forno da Rua da Rua da Triparia (Rua de Chagas/Rua das Arras) 198
3.3.2. Estruturas relacionadas ao fornecimento de água 199
3.3.2.1. Os poços urbanos 201
3.3.2.2. Outras formas de condução hídrica 205
3.3.3. A pavimentação tardia 209
4. O espaço habitacional: a construção corrente.....212
4.1. Categorização das propriedades urbanas do Cabido de Braga: 1369 a 1404.....216
4.1.1. Levantamento sistemático das propriedades urbanas listadas no *1º*, *2º* e *3º Livros de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga* (1369 a 1404). 220
4.1.2. Levantamento sistemático dos pardieiros listados no *1º*, *2º* e *3º Livros de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga* (1369 a 1404). 227
4.2. Alteamento: as casas sobradadas.....231
4.3. As casas grandes, casas com arco da pedra, casas com portais e as casas de canto 234
5. Edifícios de prestígio e de decisão de poder.....242
5.1 As casas-torre em Braga 242
5.1.1 A Torre do Arcediago 245
5.1.2 A Torre de Maria (da) Oliveira 248
5.1.3 As Torres da Rua da Erva, Paio Manta e do Souto 251
5.2. O Paço Arquiepiscopal 254
5.3. O Paço do Concelho 259
6. Espaços religiosos e de segregação.....266
6.1. O complexo da Sé Catedral 267
6.2. As paróquias urbanas: São João do Souto, Santiago da Cividade e Santiago da Sé 272
6.3. As capelas urbanas 276
6.4. As Instituições de Assistência.....279
6.4.1. As confrarias 280
6.4.2. As albergarias e hospitais 284
6.4.3. A Gafaria de Braga 291
6.5. A comunidade judaica de Braga e a organização da sua judiaria 299
CAPÍTULO 5. TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DO CABIDO DE BRAGA A PARTIR DA ANÁLISE DOS CONTRATOS DE EMPRAZAMENTO ENTRE 1465 E 1510 313
1. Os contratos de emprazamentos como indicadores de transformação urbana.....313

1.1. Os escambos **315**
1.2. Os contratos de emprazamento **316**
1.2.1. As variantes contratuais dos prazos 320
2. Os enfiteutas **323**
3. As transformações **331**
CAPÍTULO 6. O ESPAÇO PERIFÉRICO EXTRAMUROS **340**
1. A Zona Periurbana medieval de Braga **340**
1.1. Setor Este **343**
1.1.1 A Rua dos Chãos (antiga via XVIII romana) 344
1.1.2. A Rua da Corredoira 354
1.1.3. Caminho para a ponte de Guimarães e a congosta da Palmatória 362
1.2. Setor Sul **367**
1.2.1. A Passagem dos Pelames, a Congosta dos Paços e outros caminhos rurais 368
1.2.2. Passagem dos Pelames, Congosta de Urjães e Congosta de São Sebastião 382
1.3. Setor Oeste **392**
1.3.1. Rua de Maximinos, beco de São Pedro e caminho para Cones 392
1.4. Setor Norte **413**
1.4.1. Rua Nova extramuros, antigo traçado romano para norte e caminho para Palmeira 413
2. Subsídios para um estudo analítico sobre a exploração agrária no couto de Braga no final da Idade Média **423**
2.1. Algumas considerações sobre o espaço rural do couto de Braga **426**
2.2. As propriedades rurais no couto de Braga no *4º Livro de Tombo* **428**
2.2.1. A organização do espaço produtivo: a cabeça do casal 434
2.2.2. Categorização das formas de exploração animal 440
2.2.3. Os terrenos de lavra: uma análise das terminologias agrárias 444
2.2.3.1. A produção cerealífera: estimativa e limitações dos cálculos 447
2.2.3.2. A produção vitivinícola 452
2.2.4. Árvores frutíferas e florestais 458
CAPÍTULO 7. LINHAS DE REFORÇO: CONTRIBUTO PARA A ANÁLISE INTEGRADA DA CIDADE E DA PERIFERIA (1071–1510) **466**
CONCLUSÃO **478**
FONTES E BIBLIOGRAFIA **483**
Fontes Manuscritas **483**
Fontes Publicadas **483**
Fontes Iconográfica **484**
Fontes Cartográficas **484**
Dicionários **485**
Bibliografia **485**
APÊNDICES **1**

Apêndice I. Planta de Francisco Goullard 1

Apêndice II. Quadro informativo da base de dados geral referente as propriedades urbanas dos três primeiros *Livros de Tombo* (1369–1404) – 926 linhas de dados no Excel 2

Apêndice III. Quadro informativo da base de dados referente aos edifícios das cabeças de casais/propriedade – 140 linhas de dados no Excel 3

Apêndice IV. Quadro informativo sobre a base de dados referente a exploração animal – 36 linhas de dados no Excel 4

Apêndice V. Quadro informativo sobre a base de dados referente as árvores frutíferas e florestais – 323 linhas de dados no Excel 5

Apêndice VI. Quadro informativo sobre a base de dados referente a terrenos de exploração agrícola – 500 linhas de dados no Excel 6

Apêndice VII. Quadro informativo sobre a base de dados referente aos quatro *Livros de Prazo* (1465–1502) – 347 linhas de dados no Excel 7

Apêndice VIII. O estabelecimento das torres de vigilância ao longo da dinastia de Avis 8

Apêndice IX. Enfiteutas e moradores nas propriedades do Cabido na Praça de Cidade e no Eirado da Rua dos Chãos entre 1469 e 1491 12

Apêndice X. Transcrição das "casas de canto" segundo os *Livros de Tombo* (1369–1404) 14

Apêndice XI. As "casas grandes", "casas com arco da pedra" e as "casas com portais" 20

Apêndice XII. Sobre as obras no Paço da Câmara 23

Apêndice XIII. Identificação das Confrarias na cidade de Braga entre 1369 e 1492 24

Apêndice XIV. Propriedades rurais e urbanas da Gafaria de Braga. 25

Apêndice XV. Documentação referente aos judeus e o traslado da Judiaria de Braga 28

Apêndice XVI. Reparação, construção e agentes envolvidos nos contratos de emprazamento entre 1465 e 1510 39

Apêndice. XVII. Transcrição de contratos de emprazamento de propriedades rurais na zona periurbana de Braga 41

Apêndice XVIII. Dados transcritos sobre a exploração agrária nas imediações da cidade de Braga 79

Abreviaturas e Siglas

A.D.B. — Arquivo Distrital de Braga

A.M.B. — Arquivo Municipal de Braga

A.N.T.T. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

alm(s) — almude(s)

alq(s) — alqueire(s)

c. — cerca

c.e. — carros de esterco

Cf. — Conferir

cx. — caixa

doc. — documento

emp(s). — emprazador(es) e emprazamento(s)

fl. — fólio

freg(s). — freguesia(s)

mr(s). — morador(es)

n° — número

R. — Rua

§ — parágrafo

Séc(s). — Século(s)

tit. — título

v — verso

Vd. — Vide

<> — escambo

Índice de Figuras

Figura 1. Recorte da zona sudoeste do espaço periurbano de Braga, conforme representado no *Mapa de Braunio* (1594). Assinalam-se a igreja paroquial de São Pedro de Maximinos (em destaque com retângulo vermelho) e os cruzamentos viários que articulavam as antigas portas da cidade (assinalados por círculos vermelhos), evidenciando elementos estruturantes da morfologia periurbana extramuros da cidade de Braga. Edição do autor. 61

Figura 2. Representação do couto de Braga em 1509 (vigente, em traços gerais, desde 1288) e do termo (segundo o Censual do século XI), com base no estudo de Martins (2024, p. 81). As distâncias no termo para as freguesias de Moure e Jusefrei equivalem a aproximadamente 11–12 km, ao passo que Escudeiros e Crespos se situam a cerca de 8 km do núcleo urbano. 63

Figura 3. Apresentação do primeiro *Livro de Tombo* (1369 a 1380): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) exemplo de mancha de escrita no fólio 31 67

Figura 4. Apresentação do segundo *Livro de Tombo* (1393 a 1394): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) exemplo de mancha de escrita no fólio 59. 68

Figura 5. Apresentação do terceiro *Livro de Tombo* (1403 a 1404): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) exemplo de mancha de escrita no fólio 95. 68

Figura 6. Apresentação do quarto *Livro de Tombo* (1466 a 1510): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) lombada do livro com a costura dos fólios e (VI) exemplo de mancha de escrita no fólio 95. 72

Figura 7. Apresentação da estrutura física das lombadas dos três primeiros *Livros de Prazos* e da capa do quarto volume 72

Figura 8. Apresentação do texto corrido nos quatro Livros de Prazos, em fólios selecionados, com escrita de visibilidade aceitável e indicação do número correspondente de cada fólio. 73

Figura 9. *Mapa de Braunio*, extraído do V volume do *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun e Franz Hogenberg de 1594 77

Figura 10. Mapa da Cidade de Braga Primaz (1756–1757), de André Ribeiro Soares da Silva. A representação cartográfica é complementada por uma perspetiva panorâmica e um índice detalhado dos templos da cidade. 78

Figura 11. Rua de D. Gualdim no *Mapa das Ruas de Braga*, onde a nossa edição removeu todas as informações, preservando apenas o desenho do edificado para proporcionar uma melhor visualização da perspetiva dos transeuntes sobre a rua. 79

Figura 12. *Planta da cidade de Braga*, de 1854, elaborado por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, destacando as zonas edificadas e o importante entorno rural, com as respetivas divisões de terreno. 80

Figura 13. *Planta de Francisco Goullard*, cujas trinta folhas reunidas por nós oferecem uma visão detalhada de Braga e seu entorno, marcadamente rural, na escala 1:500 (*Planta Topográfica da Cidade de Braga de Francisque Goullard (1883/84)*, 30 folhas, Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga, 1:500) 81

Figura 14. Mapa de localização de Braga, com representação do rio Este ao longo do seu curso urbano, do rio Cávado a norte e das principais elevações topográficas a nordeste e a sul. Elaboração do autor com base em Ribeiro (2004, p. 8), com recurso ao *software Google Earth Pro* para edição do modelo numérico do terreno. 85

Figura 15. Esquerda: cartografia representativa do contexto orográfico de Braga; direita: cartografia representativa do Contexto hídrico climático de Braga (Martins *et al.*, 2011). 86

Figura 16. Localização em pormenor de Bracara Augusta enquanto divisão administrativa conventual, e as respetivas províncias da Hispânia. (Esquerda — Carvalho, 2008, p. 77); (Direita — Martins *et al.*, 2012, p. 34). 88

Figura 17. Malha urbana de Bracara Augusta. 1 — *Domus* das Carvalheiras; 2 — *Domus* do Ex. Albergue Distrital; 3 — *Domus* da Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas; 5 — *Domus* do Seminário Santiago; 6 — *Domus* da Afonso Henriques; 7 — *Domus* das Cavalariças; 8 — Termas, teatro e edifício pré-termal do Alto da Cividade; 9 — Fonte do Ídolo; 10 — Balneário; 11 — Templo. (©UAUM.) 89

Figura 18. As principais vias de comunicação no Noroeste peninsular durante os séculos I e II. (Morais, 2005, p. 66). 91

Figura 19. Representação comparativa entre a muralha tardo-antiga romana (séc. III), abrangendo aproximadamente 40 hectares, e a posterior Muralha Medieval Fernandina (séc. XIV), com cerca de 15 hectares, destacando a estrutura viária remanescente nos distintos períodos. ©UAUM.....93

Figura 20. Representação esquemática da cidade romana e do núcleo cercado do séculos IX/X destacando as principais vias de escoamento e a localização das basílicas cemiteriais ao longo dessas rotas. Elaboração do autor com base em Martins & Ribeiro (2013, p. 39).....96

Figura 21. Proposta de reconstrução estimativa do termo (em amarelo) do recinto murado dos séculos IX/X de Braga (em verde), elaborada com base no documento 17 do *Liber Fidei*. A edição foi realizada no Inkscape, com georreferenciamento importado através da aplicação *Google Earth Pro*. Edição do autor. 98

Figura 22. Vestígios arqueológicos das fundações do trecho da muralha dos séculos IX–X, identificados no edifício da Escola Velha da Sé (n.ºs 166/168). (Mendonça, 2019, p. 59). 109

Figura 23. Representação cartográfica do *delineamento da cerca* do burgo bracarense no quadrante nordeste cidade murada de *Bracara Augusta.* Elaboração do autor com base em Martins & Ribeiro (2013, p. 39)..... 110

Figura 24. Representação cartográfica hipotética da muralha dos séculos IX/X e do tramo setentrional da muralha romana (séculos III/IV). Elementos assinalados: paróquia extramuros de São João do Souto (retângulo realçado na cor cinza); traçado da futura Rua de Janes, eixo em torno do qual o burgo se desenvolveria inicialmente em direção nordeste (área sombreada na cor laranja laranja); troço da muralha do século IX/X encontrado nas escavações arqueológicas da Escola Velha da Sé (retângulo realçado na cor laranja). Elaboração do autor a partir de Martins & Ribeiro (2013, p. 39). 112

Figura 25. Evolução morfológica da cidade de Braga (do século XI a início do XIV), a partir do *Liber Fidei* e dos pergaminhos da Confraria de São João do Souto. Elementos representados: correspondência hipotética da cerca prolongada (traçado pelo qual provavelmente se construirá a Muralha Fernandina); Torre de Menagem, erguida durante o reinado de D. Dinis (1315); e a *Domus Fortis* de D. Gonçalo Pereiro (início do século XIV). Elaboração do autor com base no modelo cartográfico de Ribeiro (2017, p. 189). 116

Figura 26. Representação cartográfica hipotética do sistema defensivo final, articulado com o traçado urbano da Rua do Souto e da Rua Nova, conforme os Livros de Tombo do Cabido. O esquema mostra a progressão da muralha desde São João do Souto, passando pelo castelo e pelo Paço Arquiepiscopal, cruzando a Rua Nova até à junção com a antiga muralha romana e o traçado anterior ao primeiro milénio. Elaboração do autor com base na proposta cartográfica apresentada em Ribeiro (2017, p. 189)..... 120

Figura 27. Representação cartográfica dos três perímetros muralhados de Braga: o da Bracara Augusta (séculos III–IV), o do burgo (c. séculos IX–X) e o correspondente à Baixa Idade Média (séculos XIV–XV). Elaboração do autor com base em Martins & Ribeiro (2013, p. 39). 121

Figura 28. Estão assinalados os acessos que corresponderiam ao burgo alto medieval: o postigo da Cividade (ao sul) e as portas setentrionais da muralha romana, com ligação às vias XIX (norte) e XVII (nordeste), na área da futura Rua de Janes. Elaboração do autor com base no delineamento cartográfico de Ribeiro (2017, p. 189)..... 122

Figura 29. Localização das portas e postigos no delineamento final da muralha de Braga em finais do século XV. Elaboração do autor com base no delineamento cartográfico apresentado em Ribeiro (2017, p. 189). 123

Figura 30. Representação das torres e torreões adossadas às portas e ao traçado final da muralha em finais da Idade Média. A Torre ao Lado do Postigo de S. António é posterior ao período em análise. Elaboração do autor com base em Ribeiro (2017, p. 189). 131

Figura 31. Reconstituição dos arruamentos do recinto murado dos séculos XI/X, sobrepostos ao quadrante nordeste da antiga *Bracara Augusta*. Destacam-se as principais vias romanas que estruturaram o território: XVI (Cale), XVII (*Asturica Augusta*, via *Aquae Flaviae*), XVIII (via *Aquae Flaviae* pelo Gerês), XIX (*Limia*) e XX (em direção ao litoral). Elaboração do autor com base em Ribeiro & Melo (2015, p. 84). 133

Figura 32. Proposta de reconstrução dos quarteirões do quadrante nordeste de *Bracara Augusta* e das vias que marcaram o desenvolvimento espontâneo do burgo bracarense, destacando os primeiros eixos de ligação com as portas: a Rua Verde e a Rua de Paio Manta. Elaborado pelo autor com base em Ribeiro & Melo (2015, p. 88).... 136

Figura 33. Expressão da persistência da ruralidade na Rua Verde, ainda visível no mapa de Georg Braun (1594). Edição do autor. 137

Figura 34. Pormenor do recuo da Igreja de São João do Souto no *Mapa de Braga de Primas* (1755). Edição do autor. 138

Figura 35. Sequência dos cruzamentos que compunham a Rua Travessa, segundo o *Mapa de Braunio* (1594). Em realce cinza e vermelho, na parte superior (da esquerda para a direita), as casas da sucessão, anteriormente de Gomes Pias, e as casas dos "Carrapatos"; na parte inferior, o Forno da Infanta. Edição do autor. 139

Figura 36. Cartografia base com a identificação das ruas medievais de Braga na transição dos séculos XV para XVI. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39) 141

Figura 37. Detalhe em que se identifica a designação "Rua das Tendas" (A.D.B., *2.º Livro de Prazos*..., fl. 186v). 148

Figura 38. Planta urbana de Braga (1883/84), elaborada por Francisque Goullard, ainda preservando certo rigor cartográfico ao traçado de origem medieval (Ribeiro, 2008, p. 416). Em cinza-escuro, assinala-se o possível lote habitado pelos sapateiros Gonçalo Afonso e Diogo Afonso na intersecção com a Rua dos Burgueses. Os loteamentos representados a pontilhado indicam hipóteses para a localização da Rua da Sapataria, segundo referências do primeiro *Livro de Tombo*. Edição do autor. 163

Figura 39. Representação cartográfica da Rua Nova mencionada no *Liber Fidei*, no século XII, e como esta artéria se segmentaria a partir dos registos dos *Livros de Tombo*, a partir de 1369, em a Rua da Sapataria, porção inferior, (b) a Rua Nova intramuros, porção setentrional até a Porta do Muro, e Rua Nova Extramuros, que conectava a cónega (a). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 165

Figura 40. Representação cartográfica dos espaços abertos identificados a partir da documentação dos *Livros de Tombo* e de *Prazos*. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 167

Figura 41. Subtítulo do emprazamento concedido a João Luís, no qual se encontra igualmente a menção a uma viela situada na Praça do Pão. (A.D.B., *4.º Livro de Prazos*..., fl. 56v). 170

Figura 42. Pormenor do *Mapa de Braga Primaz* (1755), no qual se identifica o espaço designado como "Praça do Pão", correspondente à antiga "Praça da Cidade" referida na documentação do século XV..... 171

Figura 43. No *Mapa de Braunio*, o destaque em marrom indica a área onde se situaria o *Forum Piscarium*, o destaque em amarelo assinala a antiga Rua da Sapataria, e o destaque em cinza marca a Porta do Muro. Edição do autor. 173

Figura 44. À esquerda, proposta de localização do espaço correspondente ao "*Eirado do Postigo"*, assinalada em realce desfocado no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor. À direita, proposta de localização do mesmo espaço, igualmente assinalada em realce desfocado no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor. 174

Figura 45. Cartografia representando as vias onde residiam os trabalhadores ligados ao abastecimento de carne, como carniceiros, tripeiros e peixeiros, conforme os dados apresentados nos Quadros 5 e 6. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 181

Figura 46. Representação da estrutura presumivelmente destinada aos açougues do pescado, localizada na pequena praça junto à Porta Nova, na Rua de Sousa, segundo o *Mapa das Ruas de Braga* (c. 1750). 182

Figura 47. Pormenor do edifício do Açougue situado acima da igreja de São Miguel o Anjo, com representação digitalizada aproximada a partir do *Mapa de Braga Primaz* (1755). Elaboração do autor com uso do *software Inkscape*. 183

Figura 48. Localização dos açougues em Braga, com base no *Mapa de Braga Primaz* (1755): (a) localização provável da praça que abrigava o pequeno açougue no início do século XVI, nas proximidades do edifício da antiga Misericórdia de Braga; (b) mercado de peixe na Rua de Sousa; (c) açougue principal situado extramuros; em desfocagem, a área onde se localizariam os denominados Açougues Velhos. Edição do autor. 184

Figura 49. Iconografia do Mapa de Ruas de Braga (c. 1750), com identificação de estruturas segundo os dados dos *Livros de Tombo*: (a) esquina do loteamento direito no cruzamento do final da Rua das Palhas com a Rua Travessa, correspondendo os lotes 10 e 11 ao forno referido; (b) moradas subemprazadas por Gonçalo Anes, o Carrapato, em 1403, situadas do lado oposto da Rua dos Cegos, correspondentes aos lotes 8 e 9; (c) casa identificada como provável morada da mãe de Gonçalo Anes, Senhorinha, a Carrapata, em 1369. Edição do autor..... 188

Figura 50. Pormenor do recuo onde se localizaria o denominado "Forno Velho" no *mapa de Braunio* (1594). .. 191

Figura 51. Pormenor do recuo onde se encontrava o "Forno Velho", representado no mapa de Braga Primaz (1755). 191

Figura 52. Iconografia do possível edifício ou loteamento correspondente ao denominado Forno Velho: (a) localização do Forno Velho numa esquina recuada entre a Rua Travessa e a Rua de D. Gualdim, no loteamento à esquerda em direção à Porta da igreja de Santiago (c); (b) os edifícios representados poderão corresponder aos quatro pardieiros mencionados na documentação dos *Livros de Tombo*, situando-se, na perspetiva da Rua de D. Gualdim, à direita do Forno Velho e, na perspetiva da Rua Travessa, posicionados na sua retaguarda. Edição do autor. 192

Figura 53. Localização aproximada dos fornos da Rua do Souto. Em destaque (círculo amarelo), a possível posição dos mesmos nos mapas de *Braunio* (1594) e de *Braga Primaz* (1755). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 194

Figura 54. Localização aproximada do Forno da Rua Nova, cuja parcela específica é desconhecida. Em destaque (círculo amarelo), a possível posição do edifício nos mapas de *Braunio* (1594) e de *Braga Primaz* (1755), não sendo possível confirmar se a iconografia representa o forno em si ou um edifício remanescente. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 196

Figura 55. Localização aproximada do Forno da Rua Verde, cuja parcela exata é desconhecida. Em destaque (círculo amarelo), a possível posição do edifício nos mapas de *Braunio* (1594) e de *Braga Primaz* (1755), sem que seja possível determinar se a iconografia representa o próprio forno ou um edifício remanescente. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 197

Figura 56. Mapa ilustrativo com a localização conhecida dos fornos da cidade de Braga entre os séculos XII e XV. A localização do Forno da Rua de Arras (ou das Chagas) permanece desconhecida, tendo sido delineados apenas os parcelários hipotéticos. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 198

Figura 57. Quadrante da *Planta Topográfica de Braga* (1883/1884), por Francisque Goullard, à escala 1:500. Em azul, o curso de água do ribeiro situado além dos campos da Quintã de Nossa Senhora a Branca; em preto, o complexo habitacional da propriedade. À esquerda, os limites da Muralha Fernandina. Edição do autor. 200

Figura 58. Pormenor da representação de mulheres em torno do poço público de Montalvão, no Alto Alentejo. (A.N.T.T. *Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, fl. 50). Edição do autor. 201

Figura 59. Pormenor do Poço da Escola Velha da Sé (à esquerda) e sua provável localização (à direita), nas imediações do Forno da Rua Verde. (imagem à direita — Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39); imagem a esquerda - ©GACMB. 202

Figura 60. Pormenor do *Mapa de Braunio* (1594) com destaque para as propriedades rurais no Arrabalde dos Chãos, abastecidas pelo cano das Sete Fontes, conforme indicado na documentação do 4.º Livro de Tombo. Em realce, as parcelas beneficiadas pelo referido sistema de abastecimento. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 208

Figura 61. Chafariz representado no *M.R.B.* (abaixo) e atualmente localizado no Largo da Reitoria da Universidade do Minho, na Rua do Souto (acima), antigo espaço dos Paços Arcebispais. Elaboração do autor (Fotografia superior: *GoogleMaps*) 210

Figura 62. Chafariz representado no *M.R.B.* (abaixo) e atualmente localizado no Largo da Reitoria da Universidade do Minho, na Rua do Souto (acima), antigo espaço dos Paços Arcebispais. Elaboração do autor (Fotografia superior: Fotografia original do autor, 2024). 211

Figura 63. Proposta da densidade das propriedades do Cabido Arquiepiscopal de Braga nos loteamentos das ruas da cidade, conforme o primeiro *Livro de Tombo* (1369–1380), com base nas 55 propriedades identificadas na Rua do Souto. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39) 222

Figura 64. Proposta da densidade das propriedades do Cabido Arquiepiscopal de Braga nos loteamentos das ruas da cidade, segundo o segundo *Livro de Tombo* (1393–1394). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 224

Figura 65. Proposta da densidade das propriedades do Cabido Arquiepiscopal de Braga nos loteamentos das ruas da cidade, conforme o terceiro *Livro de Tombo* (1403–1404). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 225

Figura 66. Representação da densidade e variação do número de propriedades nos três *Livros de Tombo*, proporcional ao total de propriedades em cada códice: (a) [nº de propriedades a inserir], (b) 258 e (c) 263. Elaboração do autor. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39) 226

Figura 67. Representação da densidade e variações do número total de pardieiros nos três *Livros de Tombo*: (a) 49, (b) 47 e (c) 58. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 228

Figura 68. Representação da densidade e variações do número de pardieiros destruídos, em relação ao total identificado nos três *Livros de Tombo*: (a) 4, (b) 12 e (c) 16. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 229

Figura 69. Baseando-se nos modelos de Sílvio Conde (1997, p. 245) e aprimorados por desenhos vetoriais, as tipologias predominantes entre as propriedades estudadas são a casa térrea (figura acima) e a casa sobradada (figura abaixo). Embora algumas possuam construções anexas, como casas secundárias ou pardieiros, verifica-se também a presença de exidos, conforme ilustrado. Elaboração do autor. 232

Figura 70. Imagem do *Google Street View* de um exemplar de um Portal de Pedra da casa n.º 23, na Rua da Calçada da Frandina, Estremoz, destacada por desenho vetorial realizado pelo *software Inkscape*. Elaboração do autor.. 236

Figura 71. Identificação das prováveis casas de canto situadas nas intersecções das ruas da cidade de Braga, com base nos Livros de Tombo e na cartografia do *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor..... 241

Figura 72. Identificação das prováveis casas de canto situadas nas intersecções das ruas da cidade de Braga, com base nos Livros de Tombo e no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor..... 241

Figura 73. Pormenor do quadro realizado por D. Benito de Casas, em 1838, com base numa cópia do século XVII, no qual se observa uma torre junto à porta de entrada da cidade. *Apud* Arizaga Bolumburu e Martínez Martínez (2017, p. 22). Edição do autor. 244

Figura 74. Torre do Barredo, ou Torre da Rua de Baixo (Porto), exemplar de casa-torre em granito, com acesso ao piso superior por escadaria exterior. Estrutura datável do século XIII. (Fotografia original do autor, 2023)..... 244

Figura 75. Torre do Arcediago em destaque no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor. 246

Figura 76. Identificação do possível espaço correspondente ao provável complexo habitacional com torre, no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Em amarelo, delineamento do logradouro atribuído à antiga Casa Grande de Santo António das Travessas. Edição do autor. 247

Figura 77. Perspetiva da Torre do Arcediago com base nos loteamentos indicados na Planta Topográfica de Braga (1883/1884), conforme interpretação de Ribeiro (2019, p. 323). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 248

Figura 78. Conforme as indicações das fontes históricas e o destaque no *Mapa de Braga Primaz* (1755), o conjunto representado poderá corresponder ao complexo habitacional da Torre de Maria Oliveira, incluindo as edificações anexas. Edição autor..... 251

Figura 79. Perspetiva da Torre de Maria Oliveira, com delimitação aproximada do loteamento do complexo habitacional no interior da grade amarela destacada. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39) 251

Figura 80. Registo da última propriedade arrolada, diz: "Jt*em* As Casas em q*ue* morou ffrancisco lourenço com ssua Torre *e* Adega / Em q*ue* ora mora Gomez ffernandez Coonigo / *e* Abbade de Çerzedello E trageas ele emprazadas por Trijnta liuras" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 128v). 252

Figura 81. No canto superior esquerdo, representação provável da torre no *Mapa de Braunio* (1594). Acima, e no canto inferior esquerdo, o edifício em destaque no *Mapa de Braga Primaz* (1755) e o parcelário delineado em amarelo (1883/1884) indicam o espaço aproximado da sua localização. À direita, na direção da Sé Catedral, observa-se uma fileira de casas, possivelmente sobradadas com altura uniforme. Edição do autor. 252

Figura 82. Proposta tridimensional da Torre do arcebispo D. Gonçalo Pereira, evidenciando a escada móvel de madeira que conduz ao arco de acesso no primeiro piso, bem como as ameias que coroam a edificação. (©R.Mar) 255

Figura 83. Proposta tridimensional elaborada pelo Dr. Ricardo Mar, representando o prolongamento em "L" invertido do corpo linear perpendicular, estendendo-se até à Rua do Souto. (©R. Mar). 257

Figura 84. Área dos Paços Arcebispais: em vermelho, a torre de D. Gonçalo Pereira (século XIV); a amarelo, em contorno pontilhado, construções do século XV; e, a azul, intervenções datadas do século XVI. Traçados elaborados pelo *software Inkscape* com base em Martins *et al.* (2021). Edição do autor a partir de imagem do *software Google Earth Pro*. 258

Figura 85. Evolução do plano medieval de Braga, abrangendo o período entre a torre de D. Gonçalo Pereira e as reformas renascentistas do arcebispo D. Diogo de Sousa. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 259

Figura 86. À esquerda, o Paço do Concelho de Viana do Castelo, com a arcaria no piso térreo e remate de merlões; à direita, o Paço do Concelho de Guimarães, evidenciando a câmara no nível superior sustentada por arcadas. Fotografias retiradas de <cidadesportuguesas.com>. 261

Figura 87. Orientações da Rua dos Burgueses, pelo lado esquerdo, no sentido da Igreja de Santiago: [I] *1º Livro de Tombo I* (1369–1380); [II] *2º Livro de Tombo* (1393–1394); [III] *3º Livro de Tombo* (1403–1404). 262

Figura 88. Imagem do Paço do Concelho representado no Mapa de *Braunio* (1595) onde se lê "*Domus ciuica*". Edição do autor 265

Figura 89. À esquerda, pormenor do Paço do Concelho edificado por D. Diogo de Sousa, conforme representado no *Mapa das Ruas de Braga* (c. 1750) [I]; à direita, detalhe dos azulejos setecentistas restaurados na escadaria do atual edifício da Câmara Municipal de Braga [II] (Fotografia original do autor, 2024). 265

Figura 90. Esquema comparativo entre o loteamento do Paço do Concelho na Idade Média e a edificação renascentista de D. Diogo de Sousa (séc. XVI), em confronto com a *Planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard* (1883/1884), que preserva o traçado medieval original. Edição do autor. 266

Figura 91. Plano em sobreposição da reconstrução da Sé Catedral de Braga: em laranja, a estrutura romana; em cinza-escuro, a Sé medieval; ao fundo, o projeto final. Edição do autor com base em Fontes, Lemos e Cruz (1997–1998, anexos). 269

Figura 92. Representação cartográfica das paróquias de São João do Souto, Santiago da Cividade e Santiago da Sé no parcelamento das ruas de Braga (séculos XIV e XV), conforme atestado pelos *Livros de Tombo*. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 272

Figura 93. Inscrição referente à orientação da Rua de D. Gualdim: "Rua de dom Gualdim como uay toda dereita des o quanto do aÇouge ataa Porta da Egreia de ssam Tiago da Ciuidade primeyram*en*te maa*oo* dereyta" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 126). 275

Figura 94. As imagens acima ilustram a igreja da Paróquia de Santiago da Cividade, cuja fachada encontrava-se originalmente orientada a poente, conforme representado nos mapas de *Braunio* (1594) e *Braga Primaz* (1755). Entretanto, a análise da imagem atual do *software Google Earth Pro* revela que a fachada está agora orientada a nascente. Edição do autor. 275

Figura 95. Documento de doação (confirmação) do hospital a Ordem do Templo, onde se lê: "A ordem do temple doação que lhe fes dom Joam arcebispo de braga de huum espitall que seu amtecesor fez em a dixta cidade de Braga e cetera, feita na era (de césar) de *. M . C . lxxx . iij . Mense Aus* [...]" (A.N.T.T., *Leitura Nova/Livro de Mestrado*, fl. 90v). 286

Figura 96. Hipótese da área de implantação da antiga Gafaria de Braga. À esquerda, delimitação da zona provável com base em dados cartográficos e imagens de satélite (*Google Earth Pro*); à direita, reconstituição interpretativa da implantação, elaborada através de desenho vetorial com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). Elaboração do autor. 295

Figura 97. Distribuição das propriedades pertencentes à Gafaria de Braga nos séculos XIV e XV. À esquerda, parcelas dos arruamentos intramuros e da zona periurbana de Braga no século XIV, onde a Gafaria detinha oito propriedades. À direita, parcelas dos arruamentos intramuros de Braga no século XV, evidenciando cerca de trinta propriedades pertencentes à Gafaria, das quais treze se localizavam na Rua da Triparia/Rua das Chagas (assinaladas em tom mais escuro). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 298

Figura 98. Menção ao "M*estr*e judeu" num prazo da Rua do Souto no terceiro *Livro de Tombo* (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 92v). 302

Figura 99. Fachada da Casa Grande de Santo António das Travessas, conforme o *Mapa das Ruas de Braga* (c. 1750). O número 12 indica a antiga casa-torre, conhecida como Torre do Arcediago, que funcionou como Sinagoga dos Judeus (Magalhães, 2019, p. 190). Edição do autor. 306

Figura 100. Inscrição epigráfica em hebraico, inserida num arco ogival gótico. Optou-se por remover o fundo da fotografia para preservar a confidencialidade das instalações do Museu Lúcio Craveiro da Silva — BLCS. (original do autor, 2023). 306

Figura 101. Documento da sentença do chantre Luís Afonso, em 21 de janeiro de 1468, que obrigava uma contribuição anual de 200 reais da comunidade judaica à paróquia de Santiago da Cividade. (A.D.B., *Gav. 1º da igrejas*, n. 106). 308

Figura 102. Representação da ocupação da Judiaria Velha e da Judiaria Nova. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 309

Figura 103. Origem geográfica de alguns enfiteutas identificados entre 1465 e 1502. Elaborado pelo autor com recurso ao *software Inkscape* e auxílio do *Google Earth Pro*. 329

Figura 104. Documento de contrato de emprazamento constante do primeiro *Livro de Prazos* (fl. 48), correspondente ao conteúdo do fólio 121 do terceiro *Livro Prazo*, no qual se destaca, assinalada em retângulo, a cláusula referente à obrigação de transformação do imóvel. 338

Figura 105. Posicionamento das três casas localizadas no Largo de São João do Souto/Largo da Rua de Janes, cuja última representação cartográfica remonta a 1755 (imagem à direita, em posição inferior). No mapa de Braunio, datado de 1594, observam-se os mesmos edifícios emprazados: uma casa sobradada ao centro, ladeada por duas casas térreas. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 339

Figura 106. Mapa de 1883/1884 em que as três casas anteriormente situadas no Largo de São João do Souto já não se encontram representadas. (*Planta Topográfica da Cidade de Braga*, de Francisque Goullard, do Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga). Edição do autor. 339

Figura 107. Reconstituição estimada do espaço periurbano da cidade de Braga, baseada na análise das fontes documentais e da cartografia histórica, tomando como referência a configuração urbana correspondente à cerca tardo-medieval (séculos XIV–XV). A simbologia adotada representa: a amarelo, as possíveis habitações ou entradas de propriedades ao longo das vias extramuros; a castanho-acinzentado, as áreas de ocupação dos arrabaldes; a azul, as fontes, canos, rios ou elementos relacionados com a água identificadas na documentação; a preto, os edifícios religiosos; a ocre, as propriedades cuja localização foi conjeturada com base na documentação e cartografia histórica; e a pontilhado, os percursos viários de traçado conjetural. Elaboração do autor. 340

Figura 108. Reconstituição estimada das áreas sob influência das igrejas paroquiais de Braga, baseada na análise qualitativa das referências documentais a propriedades pertencentes ou vinculadas às respetivas paróquias, identificadas sobretudo nos *Livros de Tombo* e *Livros de Prazos*, e articuladas com a cartografia histórica. Elaboração do autor..... 342

Figura 109. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Este. Elaboração do autor. 343

Figura 110. Inscrição fúnebre dedicada a Remisnuera, atualmente preservada na Igreja de São Vicente, em Braga. (Fontes, 2001, p. 280) 345

Figura 111. À esquerda, representação da situação em 1369, aquando do ataque castelhano, com destaque para as áreas predominantemente destruídas ao longo dessas vias. À direita, representação do Arrabalde dos Chãos na segunda metade do século XV, evidenciando a reocupação e reorganização do espaço habitado; os lotes ocupados encontram-se assinalados a castanho-acinzentado, enquanto as áreas representadas em castanho-acinzentado difuso, acompanhadas por simbologia de chama, indicam os espaços que terão sido arrasados durante o episódio destrutivo. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 350

Figura 112. Ilustração da evolução do setor leste, evidenciando o percurso ao longo da muralha em direção ao ocidente. A partir da bifurcação junto à Porta Nova, o trajeto segue o alinhamento da antiga via romana XIX. Destaca-se, a amarelo, a provável expansão das propriedades rurais na zona dos Chãos, incluindo o terreno arrendado por Gonçalo Gonçalves, almocreve Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 352

Figura 113. Ilustração das propriedades urbanas em Acima dos Chãos (em amarelo), distribuídas ao longo do traçado da antiga via XVIII, que passava pela Igreja de São Vicente e seguia em direção a Sete Fontes e Portela de Avelar. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 354

Figura 114. Acima: inscrição no fólio 70 do segundo *Livro de Tombo* (1393–1394), onde o registo da palavra *censos* surge acompanhado da indicação de destruição da propriedade, o que permite interpretar a ausência de rédito censual. Abaixo: inscrição no verso do fólio 114 do terceiro *Livro de Tombo* (1403–1404), onde a abreviatura *nihil* assinala a ausência de rédito censual. Edição do autor. 356

Figura 115. Reconstituição do setor este do plano periurbano de Braga, evidenciando a destruição da Rua da Corredoira em 1369, possivelmente resultante do ataque das tropas castelhanas. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 357

Figura 116. Traçado realçado no *Mapa de Braga Primaz* (1755), indicando o provável percurso da antiga Rua da Corredoira através do Campo de Santa Ana. Edição do autor..... 358

Figura 117. Os dados fornecidos pelas fontes documentais são corroborados pela cartografia histórica de diferentes períodos, a saber: de cima para baixo, o *Mapa de Braunio* (1595), a *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/1884) e o mapa oitocentista de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel. Edição do autor. 360

Figura 118. Plano periurbano estimado do setor Este de Braga, com destaque para as áreas adjacentes à Porta do Souto. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 361

Figura 119. Proposta de reconstituição do plano periurbano de Braga, com destaque para as vias de escoamento extramuros a partir da Porta do Souto. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 362

Figura 120. Ilustração com destaque para a Porta de São João e a Fonte de São Marcos, assinaladas com círculos amarelos no *Mapa de Braunio* (1594) e no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor. 364

Figura 121. Recortes dos mapas de *Braunio* (1594) e *Braga Primaz* (1755) em que as flechas amarelas indicam, nas cartografias posteriores a 1510, os percursos junto à muralha, a norte e a sul, e o trajeto de ligação entre a via XVII e a Fonte de São Marcos. Edição do autor. 365

Figura 122. Reconstituição final e estimativa do setor leste da área periurbana de Braga, com destaque para as zonas circundantes à Porta do Souto e à Porta de São João. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 366

Figura 123. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Sul. Elaboração do autor. 367

Figura 124. Proposta de reconstituição do plano periurbano de Braga no setor sul, com destaque para a área de escoamento adjacente à Porta/Torre de Santiago. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 369

Figura 125. Representação cartográfica do *Mapa de Braunio* (1594), com indicação da provável localização do Lugar da Porta de Santiago e dos possíveis caminhos adjacentes. Edição do autor. 370

Figura 126. À esquerda, no *Mapa de Braunio* (1594), indicação da provável localização da cabeça do Casal da Ribeira e dos respetivos tanques de curtume. À direita, sobre a *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/84), proposta interpretativa de delimitação do núcleo produtivo do Casal da Ribeira (assinalado a amarelo), bem como da localização hipotética do Casal de Beretas (Bretas) e do respetivo moinho (assinalados a azul). As delimitações apresentadas resultam da articulação entre a documentação medieval e a leitura cartográfica, e pode não corresponder diretamente à realidade representada no mapa oitocentista. Elaboração do autor 374

Figura 127. Caminhos documentados para o século XV com orientação sudeste assinalados no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor. 375

Figura 128. No *Mapa de Braunio* (1594), os traçados pontilhados em amarelo indicam o caminho que ligava a cidade ao Caminho Novo; o círculo pontilhado assinala uma abertura de acesso a esse percurso. Edição do autor 376

Figura 129. Representação iconográfica no *Mapa de Braunio* (1594). A marcação em verde, a oeste da Ponte do Porto, assinala a Cabeça do Casal da Ribeira; a marcação a leste indica as propriedades associadas, incluindo vinhas, terrenos agrícolas e a Agra dos Fornos. Edição do autor. 377

Figura 130. Identificação estimada da localidade de Abraão e dos respetivos moinhos (traçado amarelo), bem como do Casal de Beretas (Bretas) e do seu moinho (traçado azul-claro), sobrepostos à *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883–1884). Os topónimos e delimitações apresentados correspondem a uma proposta interpretativa baseada na documentação medieval e não figuram na cartografia original. Edição do autor. 379

Figura 131. Detalhamento dos itens das herdades localizadas na cidade de Braga, associadas às freguesias de São João do Souto, Santiago da Sé e Santiago da Cividade (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 30v). 379

Figura 132. Reconstituição aproximada do setor sul e Nascente, junto à Porta/Torre de Santiago, com base em fontes escritas e cartográficas. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)..... 382

Figura 133. Em cima, mapa topográfico atual, com destaque para a área elevada correspondente à antiga cidade romana, conhecida como a Cividade. Em baixo, detalhe do *Mapa de Braga Primaz* (1755), no qual a mesma elevação surge identificada na iconografia como Monte Custódia. Edição do autor. 387

Figura 134. Pormenor da Congosta de Urjães no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Acima da congosta situava-se o Convento das Religiosas de Nossa Senhora da Conceição. A delimitação espacial do complexo conventual e das suas áreas rurais é, de forma especulativa, associada ao antigo Casal de Urjães. 388

Figura 135. No *Mapa de Braunio* (1594): em preto, o caminho que partia de Urjães e atravessava os Pelames até às Hortas de São Marcos; em vermelho, a Passagem dos Pelames; em azul, o Caminho Novo, que ligava a Ponte do Porto à Ponte de Guimarães, passando pelo Casal da Ribeira e pelos Moinhos dos Ladrões; em amarelo, o caminho rural que conectava a Porta de São João às Hortas de São Marcos, prolongando-se até ao Caminho Novo. Edição do autor. 388

Figura 136. Pormenor do *Mapa de Braunio* (1594), com destaque para o entorno do Postigo da Cividade (à direita) e para a propriedade de Castel Meião. A partir desse ponto iniciava-se a Congosta de São Sebastião, em direção à igreja de Maximinos. Edição do autor. 390

Figura 137. Reconstituição final do setor sul da área periurbana de Braga, com destaque para as zonas junto à Porta/Torre de Santiago e ao Postigo da Cividade. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 391

Figura 138. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Oeste. Elaboração do autor. 392

Figura 139. Evolução da Rua do Arrabalde de Maximinos ao longo de cinco séculos, representada nas seguintes cartografias (da esquerda para a direita): *Mapa de Braunio* (1594); *Mapa de Braga Primaz* (1755); *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/1884); *Planta da Cidade de Braga* de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel (séc. XIX); e imagem atual do *Google Earth Pro* (séc. XXI). Edição do autor..... 393

Figura 140. Representações no *Mapa de Braunio* (1594), à esquerda, e no *Mapa de Braga Primaz* (1755), à direita, com destaque para o percurso junto ao sistema defensivo, entre as Hortas da Cidade e a Igreja de São Miguel, o Anjo. Edição do autor. 395

Figura 141. Plano pormenorizado com as propriedades de Maximinos destruídas em 1369 (à esquerda) e a sua transformação em arrabalde na segunda metade do século XV (à direita). Elaborado pelo autor via desenho vetorial. 396

Figura 142. Indicação da localização da localidade de "Pereiras", conforme o *Mapa de Braga Primaz* (1755), e da posição provável da localidade de ' "Lavadeira". Edição do autor..... 399

Figura 143. Proposta de paradeiro das localidades de 'Pereiras' e 'A Lavadeira', com base nos *Livros de Tombo*, no *Mapa de Braga Primaz* (1755) e na malha viária atual de Braga, indicando também a Fonte de São Geraldo e a rua homónima. Edição do autor via dados do *Google Earth*..... 400

Figura 144. Representação cartográfica com fotogrametria indicando a localização presumida do anfiteatro romano de Bracara Augusta, da basílica cemiterial e da posterior igreja de Maximinos (Morais, 2001, pp. 60 e 63). Contém edição do autor..... 405

Figura 145. Mapa de altitude e relevo de Braga, destacando o arrabalde de Maximinos e o Monte Pena, onde foi erguido o templo de São Pedro de Maximinos no século XVIII, como os pontos mais elevados do setor. (https://pt-br.topographic-map.com). Contém edição do autor..... 406

Figura 146. Pontilhados em azul e setas indicam caminhos e localidades documentadas nas fontes históricas no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor. 407

Figura 147. Fragmento de silhar granítico cinzelado com a abreviação "*JHESUS*", encontrado no local da antiga Igreja de São Pedro de Maximinos (Morais, 2001, p. 59)..... 407

Figura 148. Fotografia contemporânea da presumida Fonte de São Pedro. (Fotografia original do autor, 2024). 408

Figura 149. Reconstituição final estimada do setor oeste da área periurbana de Braga, destacando as áreas próximas à Porta de Maximinos e à futura Porta Nova de Sousa. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 412

Figura 150. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Norte. Elaboração do autor. 413

Figura 151. Traçado presumido do percurso ao longo da cerca defensiva a partir da Porta Nova, conforme ilustrado no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor. 414

Figura 152. Traçado presumido da antiga via romana XIX, designada como Pópulo no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor. 415

Figura 153. Traçado presumido do caminho que ligava o Carvalho dos Ramos à via XIX e à Cónega Bracarense, segundo análise histórica e cartográfica, nomeadamente o *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor. 416

Figura 154. Reconstituição final estimada do setor norte da área periurbana de Braga, destacando as áreas próximas à Porta Nova. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 423

Figura 155. Plano de Braga com identificação de espaços rurais nas proximidades da cidade murada atestados na documentação (séculos XII–XIII). As áreas assinaladas a verde correspondem a uma representação interpretativa e não precisa, destinada a indicar a localização aproximada das referências documentais. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 427

Figura 156. Plano de Braga com identificação de espaços rurais nas proximidades da cidade murada mencionados na documentação (séculos XIV–XV). A delimitação das áreas rurais possui caráter interpretativo, indicativo e não precisa, não permitindo inferências quantitativas nem comparações diretas face a períodos anteriores. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). 428

Figura 157. Reconstituição cartográfica das freguesias do Couto e do Termo de Braga (1509). Elaboração do autor com base na sistematização de Martins (2024, p. 79)..... 434

Figura 158. Pormenor do *Mapa de Braunio* (1594), com indicação da Porta Fronha, provável acesso à Quintã de Santa Maria a Branca. 436

Figura 159. Representação cartográfica das 18 freguesias com registo de criação de gado, demarcadas a cor terrosa, segundo a documentação do *4º Livro de Tombo*, no Couto de Braga: Crespos, Escudeiros, Esporões, Ferreiros, Gualtar, Lomar, Nogueira, Palmeira, Santa Lucrécia, Santiago da Cividade, São Frutuoso, São João do Souto, São Martinho de Dume, São Paio de Merelim, São Pedro de Maximinos, São Vítor (e atual São Lázaro) e Semelhe. Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79). 443

Figura 160. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à quantidade de esterco aplicada nas terras lavradas, expressa em carros de esterco (c.e.), em 12 freguesias do Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da cor âmbar, é proporcional aos valores registados: São Martinho de Dume (343,5 c.e.), Escudeiros (271,5 c.e.), São Vítor (194,5 c.e.), Crespos (181 c.e.), Palmeira (173 c.e.), São Frutuoso (130 c.e.), São Vicente — São Vítor (69 c.e.), São Paio de Merelim (61 c.e.), Ferreiros (51 c.e.), São Pedro de Maximinos (17 c.e.), Gualtar (3 c.e.) e São João do Souto (3 c.e.). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79). 451

Figura 161. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à produção de sementes, expressa em alqueires, em 14 freguesias do Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da cor verde-musgo, é proporcional aos valores registados: Palmeira (154), Esporões (128,5), Nogueira (74,5), Santa Lucrécia (58), São Vítor — São Vicente (50), São Vítor (34,25), São Frutuoso (32,75), Semelhe (30,5), Dume (29,5), Lomar (26,5), São Pedro de Maximinos (3,5), Santiago da Cividade (3), Gondizalves (2) e Escudeiros (1). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79). 452

Figura 162. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à área produtiva de vinhas, expressa em homens de cavadura e respetiva conversão métrica (m²), em 15 freguesias no Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da cor bordô escuro, é proporcional aos valores registados: Escudeiros (28,5 h.c. — 8.550 m²), São Frutuoso (23 h.c. — 6.900 m²), São Vítor — São Vicente (18 h.c. — 5.400 m²), Esporões (18 h.c. — 5.400 m²), São Vítor (17 h.c. — 5.100 m²), Dume (15 h.c. — 4.500 m²), Santiago da Cividade (12 h.c. — 3.600 m²), Gondizalves (11,5 h.c. — 3.450 m²), Lomar (11 h.c. — 3.300 m²), Palmeira (10 h.c. — 3.000 m²), São Pedro de Maximinos (7 h.c. — 2.100 m²), Ferreiros (5 h.c. — 1.500 m²), Crespos (2 h.c. — 600 m²), Gualtar (1,5 h.c. — 450 m²) e Nogueira (1 h.c. — 300 m²). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79). 457

Figura 163. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à produção de vinho, expressa em almudes, em 18 freguesias no Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da cor roxo-violeta, é proporcional aos valores registados: Dume (273 alms.), São Frutuoso (259 alms.), Escudeiros (191 alms.), Palmeira (161 alms.), Esporões (131 alms.), Crespos (110 alms.), São Vítor — São Vicente (105 alms.), São Vítor (92 alms.), Santa Lucrécia (80 alms.), Gondizalves (63 alms.), Lomar (60 alms.), Santiago da Cividade (40 alms.), Gualtar (40 alms.), Ferreiros (30 alms.), Semelhe (30 alms.), São João do Souto (20 alms.), Nogueira (18 alms.) e São Paio de Merelim (4 alms.). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79). 457

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Distribuição percentual relativa às categorias "casas", "casas pequenas" e "casa(s) pequena(s)", proporcional ao número total de propriedades em cada cronologia dos *Livros de Tombo* analisados. 226

Gráfico 2. Variação das categorias de pardieiros nos *Livros de Tombo* analisados. 229

Gráfico 3. Projeção quantitativa do número de sobrados (casas sobradadas) identificados na documentação analisada. 233

Gráfico 4. Concentração do património urbano das confrarias, conforme identificado na documentação dos Livros de Prazos entre 1466 e 1492. 283

Gráfico 5. Número total anual de contratos de emprazamento na cidade de Braga celebrados entre 1465 e 1502, com distinção entre os contratos em geral e aqueles que apresentam cláusulas específicas. 315

Gráfico 6. Número de contratos de emprazamento por perfil dos enfiteutas (1465–1502). Distribuição por critérios de género, ocupação profissional, natureza da segregação e estatuto religioso. Elaborado e editado no *software RAWGraphs*. 328

Gráfico 7. Menções de reparos exigidos nos contratos de emprazamentos na cidade de Braga, pertencentes ao Cabido da Sé de Braga, entre 1465 e 1502. 332

Gráfico 8. Contratos de emprazamento, em número absolutos, relativas às cláusulas de melhoramento, discriminados conforme as categorias sociais dos enfiteutas (1465—1502). 335

Gráfico 9. Gráfico das tipologias e distribuição das pequenas parcelas agrícolas de lavra na periferia de Braga (1466–1510). Os dados, extraídos do *4º Livro de Tombo*, representam uma amostra 361 unidades. Elaboração do autor com recurso ao *JavaScript Chart.js* (versão 4.4.1). 446

Gráfico 10. Distribuição de 700 árvores frutíferas identificadas nas fontes documentais. A Uveira representa a espécie mais frequentemente mencionada (n = 313; 44,7%), seguida de referências genéricas a árvores frutíferas (n = 105; 15,0%) e ao conjunto Macieira/Pereiras (n = 90; 12,9%). As restantes espécies/registos identificados individualmente foram: Videira (n = 43; 6,1%), Macieira (n = 43; 6,1%), Figueira (n = 41; 5,9%), Pomares (n = 29; 4,1%), Pereira (n = 22; 3,1%) e Laranjeira (n = 14; 2,0%). Os valores expressam o número absoluto de menções e a respetiva percentagem relativa ao total. Figura elaborada com software *Python 3*. 460

Gráfico 11. Árvores frutíferas mencionadas nas fontes documentais analisadas, apresentadas por frequência de menção estando no plural, sem valor absoluto. Das 42 menções, as espécies mais frequentemente mencionadas são as ameixeiras, as macieiras, as pereiras e as figueiras, seguidas das uveiras e dos pessegueiros. Com menor expressão surgem as amoreiras, as oliveiras, os marmeleiros e as zamboeiras. As videiras, as laranjeiras, as cidreiras e as macieiras/pereiras, embora pesquisadas, não foram mencionadas em nenhuma das fontes consultadas. Elaborado com *Software Python 3*. 461

Gráfico 12. Gráfico referente ao número absoluto de pés de árvores de essência florestal registados no *4º Livro de Tombo*. A dimensão de cada círculo é proporcional ao número de pés de cada espécie ou agrupamento, utilizando uma escala de raiz quadrada. O Carvalho é a espécie dominante com 5 989 pés, seguido da associação Carvalho/Castanheiro com 3 160 pés. As restantes essências — Castanheiro, Olmo, Carvalho/Castanheiro/Amieiro, Nogueira, Oliveira, Salgueiro e Pinheiro — apresentam valores residuais. Elaborado com *Software Python 3*. 463

Gráfico 13. Gráfico referente às árvores de essência florestal mencionadas no *4.º Livro de Tombo*. Estão representadas as espécies arbóreas referenciadas no documento e o número de menções registadas no texto, onde não constam números absolutos, constando apenas no plural. Elaborado com o *software Python 3*. 463

Índice de Tabelas

Tabela 1. *Moradores e emprazadores na Rua dos Burgueses entre 1369 e 1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 119 a 121* 150

Tabela 2. *Moradores e emprazadores na Rua de Janes entre 1369–1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 132 e 132v* 154

Tabela 3. *Moradores e emprazadores na Rua do Souto entre 1369–1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 117 a 119v* 158

Tabela 4. *Moradores sapateiros da Rua da Sapataria nos parcelários esquerdo e direito entre 1369–1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 121 a 123* 162

Tabela 5. *Disposição espacial dos profissionais de carnes em Braga conforme os Livros de Tombo (1369 a 1404)* 179

Tabela 6 – *Disposição espacial dos profissionais de carnes em Braga conforme os Livros de Prazos (1467 a 1482)* 179

Tabela 7. *Poços medievais identificados na documentação histórica e por escavações arqueológicas em Braga* 204

Tabela 8. *As casas do cabido na cidade de Braga conforme o 1º Livro de Tombo (1369–1380)* 221

Tabela 9. *As casas do cabido na cidade de Braga conforme o 2º Livro de Tombo (1393–1394)* 223

Tabela 10. *As casas do cabido na cidade de Braga conforme o 3º Livro de Tombo (1403–1404)* 224

Tabela 11. *Os pardieiro do Cabido na cidade de Braga no 1º, 2º e 3º Livro de Tombo* 227

Tabela 12. *Valor dos emprazamentos das "casas grandes" pertencentes ao Cabido Catedralício* 238

Tabela 13. *Valor dos emprazamentos das casas com elementos em pedra pertencentes ao Cabido Catedralício* 238

Tabela 14. *Quadro-síntese das propriedades localizadas nos cantos das ruas de Braga, com indicação da tipologia edificada, cronologia documentada, arruamento de pertença, bem como os respetivos enfiteutas e moradores* ... 239

Tabela 15. *Prazos de propriedades urbanas destinadas às obras na Sé Catedral* 270

Tabela 16. *Propriedades das freguesias de São João do Souto, Santiago da Sé e Santiago da Cividade com base no primeiro Livro de Tombo (1369–1380)* 276

Tabela 17. *Propriedades vinculadas a capelas em Braga, conforme os Livro de Prazos e Tombo* 279

Tabela 18. *Hospitais e albergarias na documentação textual e na historiografia* 290

Tabela 19. *Moradores judeus em Braga antes da conformação da primeira judiaria, conforme os Livros de Tombo (1369–1404)* 304

Tabela 20. *Contratos de escambos efetuados pelo cabido entre 1466 e 1481* 316

Tabela 21. *Contratos de emprazamentos que não era feitos em três vidas* 317

Tabela 22. *Enfiteutas ligados ao setor comercial e produção* 323

Tabela 23. *Enfiteutas ligados a administração, defesa, fiscalidade e à serventia* 325

Tabela 24. *Enfiteutas ligados à religiosidade* 326

Tabela 25. *Valor e incidência das penalidades por incumprimento nos contratos de emprazamento* 336

Tabela 26. *Lista das propriedades ao longo do trajeto do Eirado ao Carvalho de Ramos entre 1369 e 1380, conforme o primeiro Livro de Tombo* 346

Tabela 27. *Inventário das propriedades na Rua dos Chãos conforme o segundo e terceiro Livros de Tombo (1393–1404)* 348

Tabela 28. *Propriedades na Rua dos Chãos Documentadas nos Livros de Prazos* 351

Tabela 29. *Propriedades destruídas na Rua da Corredoira em 1369 conforme o primeiro Livro de Tombo* 355

Tabela 30. *Relação das propriedades imobiliárias destruídas na Rua de Maximinos, extramuros, em 1369 (A.D.B., 1º Livro de Tombo..., fl. 134.)* 394

Tabela 31. *Evolução das propriedades rurais do Cabido na freguesia de Maximinos segundo os Livros de Tombo (1369 a 1404)* 396

Tabela 32. *Propriedades emprazadas na Rua Nova extramuros segundo o primeiro Livro de Tombo (1369–1380)* 417

Tabela 33. *Propriedades listadas no couto de Braga, conforme o 4º Livro de Tombo* 429

Tabela 34. *Estruturas de produção animal nas propriedades rurais imediatas de Braga segundo o 4º Livro de Tombo* 442

Tabela 35. *Distribuição de carros de esterco (c.e.) e alqueires de semente (alqs.) nas unidades produtivas do couto de Braga segundo o 4º Livro de Tombo* 450

Tabela 36. *Estimativa de produção em espaço (homens de cavadura) e almudes de vinho nas unidades produtivas do couto de Braga conforme o 4º Livro de Tombo* 454

INTRODUÇÃO

O estudo do urbanismo medieval tem vindo a evidenciar a necessidade de ultrapassar leituras circunscritas ao espaço intramuros, privilegiando abordagens que considerem a cidade em articulação com os espaços que a circundam. No caso de Braga, apesar dos contributos relevantes da historiografia, a investigação tem incidido maioritariamente sobre o núcleo urbano, permanecendo por melhor sistematizar a compreensão das relações estabelecidas entre este e o espaço extramuros. Tal perspetiva permite alargar o campo de análise e contribuir para uma leitura mais integrada da configuração urbana e do território que lhe está associado.

A relevância desta problemática assenta no reconhecimento de que a cidade medieval se estrutura em estreita articulação com a sua periferia, entendida em sentido lato, abrangendo tanto as áreas mais próximas das muralhas quanto os espaços rurais mais afastados. Estas zonas desempenhavam funções essenciais no abastecimento, na organização económica e na estruturação social da cidade. Assim, a consideração conjunta do espaço intramuros e extramuros revela-se fundamental para compreender os processos de transformação e organização da cidade ao longo do período medieval.

A historiografia sobre Braga medieval constitui um alicerce sólido para o desenvolvimento desta abordagem. Os trabalhos de Avelino Jesus da Costa e José Marques estabeleceram bases fundamentais para o conhecimento da cidade, nomeadamente no que respeita às estruturas institucionais, à organização diocesana e à documentação disponível. Posteriormente, diversas investigações, em particular a nível de dissertações de mestrado, centraram-se na documentação do cabido da Sé, explorando aspetos relativos à formação, gestão e exploração do património urbano e rural, matéria que será detalhada no capítulo dedicado ao estado da arte. Estes contributos permitiram consolidar um quadro de referência essencial, evidenciando simultaneamente a possibilidade de desenvolver leituras que articulem de forma mais estreita o espaço urbano e o seu território envolvente.

Neste contexto, os trabalhos de Maria do Carmo Franco Ribeiro introduziram abordagens particularmente relevantes para a análise da evolução da paisagem urbana, com especial atenção à morfologia do espaço e à sua transformação ao longo do tempo. Estes estudos abriram novas possibilidades de interpretação, que podem ser desenvolvidas através da integração sistemática do espaço extramuros na análise do urbanismo bracarense. A este quadro acrescentam-se, mais recentemente, os estudos de Raquel Martins sobre o exercício dos poderes em Braga na Idade

Média, os quais contribuem para aprofundar das instâncias institucionais e da articulação entre os diferentes agentes de poder no contexto urbano.

É neste enquadramento que se insere a presente investigação, cujo objeto se centra na cidade de Braga e na sua área periférica e rural, procurando compreender as relações estabelecidas entre o núcleo urbano e o seu território. O problema que orienta este estudo reside na necessidade de analisar de que modo essa articulação contribuiu para a configuração e transformação do urbanismo da cidade entre os séculos XI e XVI. Partindo deste pressuposto, define-se como objetivo geral compreender a evolução urbanística de Braga em articulação com o espaço extramuros, considerando as suas diferentes formas de ocupação e exploração.

Para a concretização deste objetivo, estabelecem-se como objetivos específicos a identificação das tipologias de propriedades e formas de ocupação do solo, a análise do edificado e da rede viária, a interpretação dos espaços de sociabilidade, comércio e religiosidade, bem como o exame das estratégias de gestão patrimonial, com base na documentação disponível. Procura-se, igualmente, compreender a relação entre os diferentes grupos sociais e o espaço que ocupavam, articulando os dados de natureza económica, social e espacial.

Do ponto de vista metodológico, a investigação assenta na análise sistemática de um conjunto diversificado de fontes, com particular incidência na documentação do cabido da Sé de Braga, complementada por outras tipologias documentais, bem como por dados provenientes da arqueologia, da cartografia e da iconografia. A construção de bases de dados permitiu organizar e cruzar a informação recolhida, possibilitando uma leitura estruturada e coerente do conjunto documental. Não obstante, procedeu-se igualmente à definição conceptual de noções como *periferia*, *subúrbio* e *periurbano*, entendidos enquanto instrumentos analíticos que permitem delimitar e interpretar o espaço extramuros em função da sua proximidade e articulação com o núcleo urbano.

A delimitação cronológica do estudo estende-se desde a restauração da diocese de Braga, em 1071, sob o episcopado de D. Pedro, até ao ano de 1510, correspondente ao limite mais tardio da documentação analisada. Este recorte permite acompanhar, numa perspetiva contínua, as transformações do urbanismo da cidade ao longo da Baixa Idade Média, evitando a incorporação das alterações introduzidas no século XVI. Do ponto de vista espacial, privilegiou-se o couto de Braga enquanto unidade de análise da exploração agrária, por constituir uma circunscrição territorial mais diretamente relacionada com a documentação e com as formas de organização urbana consideradas, em detrimento de um espaço mais amplo como o termo da cidade.

A presente tese encontra-se estruturada em sete capítulos, organizados de modo a articular o enquadramento teórico e metodológico com a análise do espaço urbano de Braga associando-o ao seu espaço periurbano e aos seus subúrbios.

O primeiro capítulo é dedicado ao enquadramento historiográfico e teórico da investigação. Nele procede-se à análise crítica da literatura no domínio da História Urbana, acompanhando a evolução do conceito de urbanismo e a sua aplicação ao estudo das cidades medievais. A revisão da historiografia permite identificar carências relevantes, nomeadamente no estudo das propriedades do Cabido, dos contratos de prazo e da articulação entre o espaço urbano e o território periférico.

O segundo capítulo incide sobre a problematização da investigação e as opções metodológicas adotadas. São discutidos os conceitos norteadores do estudo, designadamente os de *subúrbio*, *periurbanidade* e *periferia*, propondo-se uma delimitação ajustada à realidade medieval bracarense. Procede-se, igualmente, à caracterização das fontes mobilizadas, com particular destaque para a documentação do Cabido da Sé de Braga, bem como à explicitação dos critérios de análise. Apresentam-se ainda os procedimentos de recolha, tratamento e sistematização da informação, nomeadamente a construção de bases de dados e o cruzamento entre fontes documentais, os resultados das investigações arqueológicas, a cartografia e iconografia, assegurando uma leitura integrada da evolução urbana.

O terceiro capítulo tem como objetivo enquadrar a cidade de Braga no seu contexto geoambiental e histórico, desde a sua fundação romana até à restauração da diocese, em 1071. Procura-se evidenciar as principais continuidades e transformações que marcaram a evolução da cidade ao longo da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média, estabelecendo as bases necessárias à compreensão do período central da investigação.

O quarto capítulo é dedicado à análise do espaço intramuros da cidade medieval. Nele se estudam o sistema defensivo, a rede viária, os espaços de sociabilidade e as infraestruturas urbanas, bem como os edifícios de poder, os espaços religiosos e as áreas de segregação. Procede-se, ainda, à caracterização da ocupação habitacional, das tipologias edificadas e da organização do tecido urbano, articulando a informação documental com os contributos da investigação arqueológica e da cartografia histórica disponíveis.

O quinto capítulo é dedicado à análise das estratégias de gestão e exploração do património urbano do Cabido, com base nos contratos de prazo datados entre 1465 e 1502. Este capítulo permite compreender os mecanismos de administração patrimonial, os perfis dos agentes

envolvidos e as tipologias contratuais associadas aos processos de transformação do património urbano dos cónegos de Braga.

O sexto capítulo centra-se no espaço extramuros, analisando a projeção da cidade sobre o seu território periurbano. A partir da definição dos conceitos anteriormente estabelecidos, procede-se à delimitação do espaço periurbano e à análise das suas formas de ocupação. O estudo organiza-se em torno dos principais eixos de acesso à cidade, permitindo compreender a articulação entre o núcleo urbano e as áreas envolventes, sendo complementado por uma análise das propriedades rurais no couto de Braga e das suas formas de exploração agrária.

O sétimo capítulo, designado "Linhas de Reforço", assume um caráter sintético e prospetivo, reunindo os principais contributos da investigação e evidenciando problemáticas que, decorrentes do estado da questão alcançado, se apresentam como suscetíveis de desenvolvimento em investigações futuras.

Na conclusão procede-se à síntese dos resultados obtidos, evidenciando a articulação entre os objetivos definidos, as opções metodológicas e a interpretação da evolução do espaço urbano e periurbano de Braga e as formas de exploração agrária do seu território suburbano.

A tese integra, por fim, um conjunto de apêndices, nos quais se reúnem transcrições documentais, quadros analíticos e sistematizações de dados relativos às fontes utilizadas, às propriedades urbanas e rurais, às tipologias edificadas, às instituições urbanas e às formas de organização e ocupação do espaço, constituindo um suporte fundamental à análise desenvolvida.

CAPÍTULO 1. DISCUSSÃO TEÓRICA E ESTADO DA ARTE

1. Perspetivas sobre a evolução do urbanismo e da cidade nos séculos XIX e XX.

O estudo dos principais elementos que caracterizam o urbanismo medieval tem-se revelado um tema de crescente interesse em Portugal, acompanhando a consolidação da disciplina História Urbana como domínio científico e a produção bibliográfica correspondente.

Com efeito, é no século XIX, com o advento da Revolução Industrial, que se observam intensas transformações nas cidades, sobretudo no que concerne ao êxodo rural e ao subsequente crescimento demográfico dos centros urbanos. As autoridades das cidades, enfrentando o desafio dessas intensas ondas migratórias, foram compelidas a responder prontamente aos novos reptos, implementando rearranjos espaciais e alterações morfológicas. Essas mudanças incluíram a reestruturação das antigas tramas urbanas, frequentemente substituídas ou alteradas para acomodar novos eixos de circulação — ruas e avenidas —, concebidos no âmbito de estratégias que visavam melhorar os transportes públicos e coletivos, favorecendo a mobilidade dos primeiros automóveis e a crescente rede de transportes elétricos. A demolição de muralhas e das suas portas, estruturas que outrora delimitavam os perímetros da cidade medieval e barroca, foi incentivada com o intuito de abrir novas áreas de circulação e interligar as zonas industriais e os bairros operários, respondendo à exigência de circulação e comunicação impostas pelas aspirações progressistas e nacionalistas (Benevolo, 1995).

Na transição do século XIX para o XX, frente à rápida modernização, ao avanço tecnológico e à transformação das tradicionais sociedades rurais, a reflexão sobre o espaço urbano nas suas múltiplas matizes já se destacava como um dos grandes temas para urbanistas e historiadores. O crescimento populacional e a desigualdade socioeconómica entre os habitantes de expressivos aglomerados urbanos, coexistindo em espaços densamente povoados, caracterizados por precárias infraestruturas e péssimas condições sanitárias, foram a tónica desse período. Depreende-se, deste modo, que, embora a solidez de conceitos como desigualdade, privação social, exclusão e marginalização seja mais contemporânea, as suas fundamentações possuem raízes profundas e remotas.

Assim, é pertinente considerar que as cidades, nas suas diversas nuances, há séculos enfrentam desafios. Modelos de governança, justiça social, infraestrutura, organização espacial e

qualidade de vida, entre outros aspetos, estão intrinsecamente conectados com às exigências da vida coletiva, aos direitos civis e ao acesso a recursos institucionais e financeiros.

Esses fatores, por sua vez, estão intimamente relacionados a um conhecimento contextual que varia ao longo do tempo, refletindo as transformações cognitivas e sociais inerentes a cada período histórico (Ewen, 2016, p. 5). Na verdade, podemos mesmo considerar que as cidades enfrentam processos de transformação urbana constantes que, embora muitas vezes imperceptíveis, levam-nas a renovar-se e a reconfigurar-se continuadamente. Ainda que, nos últimos séculos, essa realidade seja mais evidente e que exista uma alternância de cadências, a verdade é que devemos considerá-la na compreensão dos processos de urbanização e de transformação das cidades ao longo da história.

Não é de admirar, portanto, que a História Urbana continue a ser um campo desafiador em termos do seu enquadramento teórico-metodológico. O seu carácter multidisciplinar trespassa fronteiras, não apenas nas diferentes especialidades da ciência História, mas também na Arquitetura, Sociologia, Geografia Urbana, Arqueologia, entre outros.

Atualmente, a produção historiográfica, via de regra, tem-se dedicado à observação, análise e formulação de hipóteses sobre a evolução e os processos urbanísticos de cidades e vilas, examinando o desenvolvimento desses núcleos sob múltiplas perspetivas, assim como as questões relacionadas com o seu crescimento periférico. Por isso, a pesquisa vem se centrando no percurso histórico dos núcleos de povoamento, explorando as diversas instâncias que contribuíram para a construção e consolidação de seu urbanismo e de sua urbanidade, empenhando-se em escrutinar a história dos aglomerados, considerando os aspetos económicos, sociopolíticos e culturais, bem como a sua espacialidade e expressões físicas. A sua análise realiza-se tanto na esfera regional e nacional quanto em um cenário internacional ou transnacional, atentando para as complexas interações que moldam e definem o urbanismo e, consequentemente, a urbanidade nos diversos contextos ao longo do tempo.

O termo "urbanismo", derivado do latim *urbes*, no seu sentido moderno, surge no século XIX como um conceito que sistematiza a compreensão e a reformulação do espaço habitacional, ramificando-se prontamente em duas correntes teóricas: a progressista, focada na modernização e produtividade, e a culturalista, embebida no ideário humanista. Ambas mantinham um carácter crítico, distanciando-se de modelos estáveis, pautados na ideia de uma perspetiva universal e atemporal, e da conceção *ex nihilo*, segundo a qual a cidade teria surgido a partir de um ato

inventivo e isolado, desconsiderando os elementos históricos em sua conceção (Choay, 1979, p. 71).

Nesse domínio ideológico, consolidou-se um ideário fundamentado em modelos utópicos de cidade[1], idealizados por urbanistas, arquitetos e políticos, com o escopo de responder ao ritmo acelerado de produção imposto pela Revolução Industrial (Harvey, 2004, p. 207). Em outras palavras, as inquietações com as sistemáticas migrações, as perturbações sociais e a crescente desigualdade, resultantes das profundas crises que desestabilizaram os padrões comportamentais nos séculos XIX e XX, refletiam a complexidade dos problemas incessantes que emergiam no contexto urbano.

A transformação da cidade europeia, marcadamente caracterizada por construções e infraestruturas do período medieval e renascentista, foi inicialmente notada na Grã-Bretanha, na mesma proporção do avanço da infraestrutura industrial que, progressivamente, se expandia desde o dealbar do século XIX, dispersando-se, a seguir, pela França e Alemanha (Choay, 2012, p. 3)[2]. Não obstante, essas transformações não ocorreram de forma homogénea, concentrando-se maioritariamente nos grandes centros populacionais, enquanto vastas regiões da Europa permaneciam essencialmente rurais.

O crescimento demográfico, atraído pela promessa de oportunidades, demandava uma reorganização do espaço habitado, rompendo com os paradigmas estéticos e funcionais da cidade do passado. Dessa maneira, as cidades do século XIX passaram a deparar-se com as tensões entre o poder público e o económico, muito à custa da crescente disparidade de classes socioeconómicas, cujo impacto se exprimia na reconfiguração do espaço urbano, especialmente nas periferias (Monteiro, 2012, p. 102).

Tornou-se, portanto, indispensável inovar as infraestruturas, como o transporte, a habitação e o saneamento, com a intenção de garantir as necessidades básicas das novas massas de residentes que não cessavam de acorrer ao meio urbano. Consequentemente, precauções como a construção de largas avenidas e rotatórias visavam facilitar o crescente fluxo de deslocações[3],

---

[1] Segundo Françoise Choay (1979), o termo "utópico" foi empregue para designar propostas inviáveis do ponto de vista "prático", pois careciam de uma fundamentação científica adequada que as permitisse superar os meios reais de concretização. Ainda que reconhecessem o espaço físico como um agente de transformação social, essas propostas eram criticadas por sua incapacidade de se materializarem dentro das condições existentes.

[2] Consequência da *Deutsche Einigung* (Unificação Alemã, em 1871).

[3] Tanto as avenidas quanto as rotatórias foram elementos urbanísticos que auxiliaram na organização do trânsito de automóveis nas grandes cidades, sendo, no entanto, heranças reestruturadas ao longo dos séculos XIX e XX. As avenidas, por exemplo, têm suas raízes no urbanismo do período barroco, enquanto as rotatórias, já presentes em Londres no século XVII, também figuravam nos planos de remodelação urbana de Paris no século XVIII. Ambos os elementos representam adaptações de conceitos antigos à nova realidade vincada na modernização das cidades (Gonsales, 2002, p. 146).

enquanto as reformas de saneamento intentavam atenuar os conflitos sociais e políticos exacerbados pela vida urbana industrial assaz insalubre.

No século XIX e início do século XX, os grandes centros europeus, especialmente aqueles compostos por grandes focos de cariz industrial, sofreram, então, profundas alterações. Essas cidades tornaram-se polos de atração económica, impulsionando o movimento migratório do campo para os subúrbios. Expandiram-se de modo a ultrapassar os seus antigos limites, anexando zonas periféricas e, por vezes, densamente povoadas. Londres é um exemplo notável desse processo, com sua população avançando de 864.845 habitantes em 1801 para 4.232.118 em 1891[4].

Foram essas adversidades que instigaram figuras influentes, cada qual a seu modo, a atuar diretamente na remodelação de grandes centros urbanos. Destacamos, por conseguinte, alguns dos quais entendemos serem fundamentais para compreender as raízes desse irrefreável movimento oitocentista, o qual culminou na evolução do conceito de "urbanismo" enquanto objeto de estudo na ciência História.

Georges-Eugène Haussmann, como prefeito de la Seine (Paris) entre 1853 e 1870, na conjuntura histórica do Segundo Império Napoleônico, liderou uma transformação radical em Paris, expressa, no seu seguimento, pela vivacidade cultural conhecida como *Belle Époque*. A sua intervenção, reconhecida pela demolição integral de bairros antigos[5], desenvolveu uma nova arquitetura que instigasse o ideário de espaços amplos, arborizados e sanitariamente aperfeiçoados, desvencilhando-se, assim, do histórico problema da insalubridade e do iminente caos que as ruas estreitas e intrincadas da Paris pré-moderna estavam a causar (Panerai *et al.*, 2004, p. 8).

Ildefons Cerdà i Sunyer transformou Barcelona fundamentando-se na sua teoria da *associação do repouso e do movimento*[6], focando em *habitação* e *circulação*. Distintamente de Haussmann, que objetivava a monumentalidade parisiense, Cerdà priorizou uma estrutura ortogonal e

[4] Dados fornecidos por Françoise Choay (2012, p. 3).

[5] De acordo com Michael Adcock (1996, p. 34), durante o processo de reconstrução de Paris, liderado por George-Eugène Haussmann na segunda metade do século XIX, mais de 20 mil edifícios foram demolidos, enquanto mais de 40 mil novas construções foram erguidas. Esse ambicioso projeto de renovação urbana transformou substancialmente a fisionomia da cidade, resultando na criação de amplas avenidas, parques e uma infraestrutura moderna que visava à melhoria das condições sanitárias e de circulação.

[6] Em 1855, Ildefons Cerdà i Sunyer integrou a comissão responsável pela elaboração de um anteprojeto, apresentado em dezembro daquele ano. A aprovação do projeto ocorreu em 1859, coincidindo com a publicação de sua obra *Teoría de la Construcción de Ciudades* (TCC), onde fundamentou as bases para o plano de reforma e ampliação de Barcelona. Em 1867, Cerdà i Sunyer lançou o que é considerado um dos primeiros tratados modernos de urbanismo, *Teoría General de la Urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*, consolidando criticamente os estudos anteriores, incluindo também a *Teoría de la viabilidad urbana y reforma de Madrid*, publicada em 1861.

igualitária, concebendo uma quadrícula racional entre a cidade medieval murada e as áreas periféricas (Pallares-Barbera, Badia & Duch, 2011, p. 126).

Na Áustria, Camillo Sitte, ao mesmo tempo que o inglês Ebenezer Howard[7], ambos expoentes do urbanismo culturalista[8], avaliou negativamente a cidade industrial por desconsiderar tradições e estética[9]. Em *Construção das Cidades Segundo os seus Princípios Artísticos*, de 1889[10], defendeu uma reconfiguração urbanística com base em princípios artísticos, propondo um regresso à estética das cidades antigas e condenando, por seu turno, a monotonia das vias modernas. Ademais, os princípios advindos da Geografia Urbana[11], tanto em Sitte quanto em Howard, foram basilares para a criação das primeiras *garden cities* na Grã-Bretanha[12], cuja influência se fez sentir nas Américas, onde projetos de novas cidades passaram a incorporar esses fundamentos. A influência de Howard, refletida no *New Deal* pós-crise de 1929, ainda teria impelido a arborização e higienização dos grandes centros. Nesta esteira, urbanistas como Clarence Stein, Henry Wright e Raymond Unwin seguiram a tradição das cidades-jardins, inovando na desvinculação entre circulação de veículos e pedestres, com atenção especial aos centros sociais insalubres próximos às fábricas (Toledo, 2017, p. 8).

Por outro lado, Hendrik Petrus Berlage concebia o *Plan Zuid* (1904 e 1915), que propunha a criação de espaços livres ao redor de construções e parques, focando na habitação enquanto elemento principal para a redefinição urbanística[13]. A sua proposta, influenciada pelo colonialismo e pela industrialização, privilegiava a integração social e cultural da cidade ao rejeitar as tendências

---

[7] Sir Ebenezer Howard (1850–1928) publicou, em 1898, a obra "*Garden Cities of Tomorrow*". O cerne de sua proposta reside na conceção de uma cidade que promove a coexistência harmoniosa entre o ambiente urbano e a natureza. Howard foi uma figura central e pioneira na idealização e implementação das primeiras cidades-jardins, que buscavam integrar a vida urbana a espaços verdes e áreas rurais de maneira equilibrada e sustentável. Sua obra tornou-se uma referência incontornável no campo do urbanismo, especialmente para o movimento das cidades-jardins (Silva, 2014).

[8] O modelo culturalista tinha por base uma crítica à cidade industrial, tomando por lastro o retorno ao passado fundamentando-se nos seus múltiplos modos de vida (Choay, 1979).

[9] Um exemplo emblemático da crítica culturalista ao urbanismo moderno foi a postura de Camillo Sitte, que expressou profundo descontentamento com a *Ringstrasse*, uma via circular que circunda o distrito de *Innere Stadt*, em Viena. Para Sitte, a *Ringstrasse*, embora concebida para responder às exigências da vida moderna, representava uma rutura com as características orgânicas e sinuosas das antigas vias do centro histórico vienense. A sua crítica denunciava a perda da estética e do carácter humano das cidades históricas, que, segundo ele, conferiam uma identidade mais autêntica e funcional ao tecido urbano.

[10] Título original: *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*.

[11] Cabe referir o contributo de Sitte no ensejo da construção do conceito de *paisagem cultural*, como também, perceber a cidade sobre a perspetiva morfológica, apresentando estudos sobre os planos das cidades e os seus diferenciados estágios de evolução. (Schülter, 1993).

[12] Urbanistas como Clarence Stein, Henry Wright e Raymond Unwin introduziram inovações na separação entre o tráfego de veículos e os espaços destinados aos pedestres, promovendo melhorias em áreas urbanas socialmente degradadas e insalubres, especialmente nas proximidades de fábricas (Toledo, 2004, p. 8).

[13] Projetado inicialmente em 1904 para a expansão da zona sul de Amsterdão, o plano foi revisado em 1915 em função de um extenso processo de desapropriação de uma área industrial, fora da jurisdição municipal. O plano original de 1905 tornou-se inviável devido ao elevado custo de execução, uma vez que previa a construção de casas isoladas em amplas áreas verdes. Na segunda proposta, finalmente aprovada, reorganizou-se o modelo de habitação privada, com a substituição por blocos residenciais, enquanto as ruas, antes estreitas, foram hierarquizadas. Algumas vias foram alargadas para facilitar o escoamento do tráfego principal. O plano incluía ainda diversas praças e espaços verdes, mantendo a preocupação com o urbanismo funcional e estético. (García Lamas, 2010, p. 393).

de planimetria que entendia serem antiurbanas, afirmando como indispensável a disposição das casas ao longo das ruas (Frampton, 2000, p. 79).

Confabulando com as ideias de Berlage, o urbanista progressista espanhol Arturo Soria y Mata (1844–1920) idealizou uma cidade linear para resolver os problemas de superlotação (Choay, 1979), onde uma faixa contínua era abastecida por ferrovias e ramificada por áreas arborizadas (Feferman, 2007, p. 9)[14]. Entre 1894 e 1920, o seu modelo foi parcialmente testado em Madrid e influenciou urbanistas como Ernest May (1886–1970), que aplicou alguns de seus preceitos na elaboração de bairros residenciais na Alemanha, bem como o brasileiro Lúcio Costa (1902–1998), através da construção do *plano piloto* para a capital brasileira, Brasília[15], e o japonês Kenzo Tange (1913–2005), cuja contribuição para a modernização de Tóquio é notável.

Não obstante, Charles-Edouard Jeanneret-Gris, conhecido como Le Corbusier, foi um dos mais influentes urbanistas utópicos do início do século XX, sendo, igualmente, cofundador do *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM) em 1928[16]. Os seus princípios progressistas previam uma organização urbana baseada na funcionalidade geométrica (Choay, 1979, p. 71), composta por grandes blocos residenciais em espaços verdes e pilotis. Em contraste com a abordagem histórica de Sitte, Le Corbusier propôs para Paris, no seu *Plan Voisin*, a destruição de áreas históricas para a construção de blocos cruciformes, projeto que não foi aceite nem aprovado (Colquhoun, 2004, p. 117). Entretanto, o seu conceito de cidade ideal foi formalizado, de facto, em *La Ville Radieuse* (1930), refletindo a sua visão urbana centrada na modernidade e adaptação (García Lamas, 2010, p. 268).

Concluído este recorrido sobre as grandes mentes urbanistas do final do século XIX e início do XX, foi no rescaldo da Segunda Guerra Mundial que esses modelos utópicos voltaram a ser revisitados, desta vez imbuídos da inadiável necessidade de reconstrução das grandes cidades europeias devastadas pelo conflito. Esse cenário não apenas potencializou, mas também fomentou o surgimento e a consolidação da Arqueologia Urbana enquanto disciplina histórica. Como resultado, granjeou apreço no cenário científico como uma resposta crítica, focando na análise do

[14] De acordo com o historiador George Roseborough Collins (1968, p. 3), Arturo Soria y Mata concebia a sua proposta como uma estrutura urbana de extensão potencialmente infinita, idealizando que essa linha poderia conectar Madrid a Moscovo.

[15] No seu plano urbanístico em forma de avião, o Eixo Monumental corresponde às asas da estrutura e a zona habitacional que intersectava com o chamado "Eixão", formalmente designado Eixo Rodoviário. Este eixo unia a parte traseira do avião à sua frente, circundado por edifícios ministeriais, culminando na Praça dos Três Poderes. Nesta praça situam-se o Palácio do Planalto (Poder Executivo), o Congresso Nacional (Poder Legislativo) e o Supremo Tribunal Federal — STF (Poder Judiciário). À frente da Praça dos Três Poderes encontra-se o Lago Paranoá, completando o enquadramento geográfico e simbólico do plano urbano (Leite *et al.*, 2010, p. 509).

[16] O *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* (tradução do autor) prolongou-se até 1954, quando ocorreu o último congresso, realizado em Dubrovnik, que, à época, integrava a República Socialista da Croácia, uma das repúblicas constituintes da República Federativa Socialista da Jugoslávia (1943–1992).

património material imiscuído aos escombros das cidades centenárias e milenares, cooperando, assim, para a propagação do pensamento histórico e das novas conceções sobre urbanismo. A Arqueologia Urbana, então, ampliaria o diálogo com outras ciências, desafiando as abordagens teóricas tradicionais e instigando novas perspetivas sobre a organização espacial (Martins & Ribeiro, 2009–2010, p. 168).

Essa nova abordagem contribuiu para o aparecimento da História Urbana enquanto um campo de conhecimento especializado dentro da História, cujo carácter investigativo recorre a metodologias interdisciplinares específicas, estimulada pela crise e pela necessidade de repensar as cidades contemporâneas (Silva, 2001). Os projetos utópicos que influenciaram a racionalização e a organização espacial industrial foram, portanto, objeto de intenso estudo, alterando a interpretação sobre a contemporaneidade das cidades, coligindo-as, deste modo, com as suas origens (Roux, 1994, p. 4). Isso significa que o repto dos historiadores consistiria em entender as ruturas, as continuidades e as transformações do urbanismo nas variadas formas de aglomeração.

Entretanto, dessas experiências, novamente se colocava em causa o seguinte problema: como se definiria a cidade? E como se estabelecem as bases teóricas para compreendê-la? Essas são questões intricadas, sem respostas perentórias, pois se trata, antes de tudo, de compreender os seus elementos constitutivos em enquadramentos vastos e complexos, marcadamente assentes no âmbito cultural, espacial e cronológico. Sendo assim, compreender a cidade não admite, logo, uma definição universal e atemporal. Exige, forçosamente, a averiguação dos seus elementos constitutivos dentro de contextos culturais, espaciais e temporais específicos, pois o conceito de *cidade* é também um conceito histórico.

2. História Urbana Medieval: percurso e perspetivas historiográficas

A cidade, enquanto objeto de análise do historiador urbano, tem sido compreendida, nas últimas décadas, como um fenómeno social e cultural complexo, cuja análise ultrapassa a mera consideração do seu espaço físico. Metáforas como a de Ítalo Calvino — que descreve a cidade como um palimpsesto de memórias e transformações — reforçam a necessidade de encará-la como um objeto dinâmico e estratificado, em constante reconfiguração (Calvino, 1994, pp. 14–15)[17]. A partir de diferentes campos do saber, especialmente das ciências sociais e dos estudos

[17] Este trecho é uma reflexão extraída da descrição da cidade fictícia de Zaíra, presente na obra *As Cidades Invisíveis* (1972), de Ítalo Calvino. O autor estabelece uma correlação simbólica entre a cidade como espaço físico e a influência das memórias do passado. Sob um outro ângulo, concernente ao património da cidade atual, Luísa Trindade crítica o conceito de palimpsesto, em que os vestígios do passado são apagados e

culturais, tem-se privilegiado uma abordagem multidimensional, que reconhece a cidade como produto da interação entre o humano e o meio, estruturada em torno de processos de aglomeração, sedentarização e estratificação social (Lencioni, 2008, p. 115). Neste quadro, a definição do que constitui uma cidade varia de acordo com o contexto geográfico e cronológico, exigindo cautela na análise de sua urbanidade e de seus agentes (Monteiro, 2012, p. 104).

Torna-se, pois, essencial que o historiador urbano considere os elementos materiais e simbólicos que estruturam a cidade (Pesavento, 2007, p. 13), bem como as múltiplas interações entre o centro urbano e o seu território envolvente (Monteiro, 2012, p. 104). A articulação entre o concebido e o vivido, entre a permanência e a mudança, permite compreender a evolução das formas urbanas em seu tempo e espaço.

Vejamos, então, o caminho percorrido que consolidou o campo de conhecimento da História Urbana na perspetiva medieval, e as investigações oriundas deste campo — ou que a ele ofereçam relevantes contributos — desde uma esfera mais global, aquando da formação desta área de conhecimento, até ao nosso objeto analítico, a cidade de Braga.

Foi, então, a partir da década de 1960 que a História Urbana conheceu um notável desenvolvimento, sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido, com a constituição de centros de investigação e a realização de conferências que impulsionaram novas abordagens sobre o fenómeno urbano. Nos Estados Unidos, destaca-se a criação do *Joint Center for Urban Studies*, ligado ao MIT e à Harvard University, que promoveu a publicação de *The Historian and the City* (1963), obra que refletia sobre o papel das cidades na construção da narrativa histórica. No Reino Unido, Harold James Dyos, na University of Leicester, protagonizou o movimento de consolidação da História Urbana como campo autónomo de investigação, promovendo encontros como a *International Round-table Conference* (1966) e publicações como *The Study of Urban History* (1969). Embora influenciada por abordagens quantitativas da chamada *New Urban History*, Dyos defendia um olhar mais atento às estruturas sociais que moldavam a cidade.

A partir das décadas seguintes, a História Urbana consolidou-se enquanto uma área transdisciplinar, incorporando novas metodologias e ampliando o seu escopo de análise. Iniciativas como o periódico *Urban History* (1992), o *Atlas Histórico de las Ciudades Europeas* e a fundação

---

reescritos, mas enquadrar-se-ia naquilo que chama de uma "secessão estratigráfica", cujas ocupações mais recentes se sobrepõem sistematicamente às mais remotas. Nas suas palavras, usufruindo dos preceitos conceituais sobre a História do Urbanismo de Walter Rossa (2000): "Ele evolui e acumula-se em hipertexto, configurando uma trama em que, aqui e ali, como palavras a azul num texto *on line*, podem constituir duas narrativas distintas: uma que se desenrola num mesmo tempo e num mesmo lugar, a cidade do século XXI, outra que, através da ativação de *links* (um monumento, ou ruína), nos transporta para outros tempos e realidade". Cabe ressaltar apenas a diferença que Calvino mentaliza a cidade, a profere no plano simbólico e fictício, para deste instigar problematizações.

da *Associação Europeia de Historiadores Urbanos* confirmam a vitalidade do campo, que, no século XXI, se firmou como área de alcance global.

Nesse percurso, a História Urbana Medieval foi-se afirmando de modo mais tardio e gradual, encontrando respaldo em nomes como Fernand Braudel (1902–1985)[18] e Henri Pirenne (1862–1935)[19], cujas obras atribuíram protagonismo às cidades medievais no contexto das transformações económicas e sociais no âmbito do continente europeu. Avanços metodológicos oriundos da História Social e da Estatística, como os propostos por Jean-Claude Perrot (1928–2021), também colaboraram para tornar mais precisas as análises sobre a demografia e a vida quotidiana nas cidades.

Nos anos 1980, autores como Georges Duby e Jacques Le Goff dedicaram-se mais diretamente à análise dos aglomerados medievais, como se observa no segundo volume da coleção *Histoire de la France Urbaine* (1980), especificamente no segundo volume intitulado *La Ville en France au Moyen Âge. Des Carolingiens à la Renaissance* (1980)[20], sob a coordenação de Jacques Le Goff (1924–2014). Nas décadas seguintes, autores como Thierry Dutour (2003)[21], Simon Roux (2004)[22], Patrick Boucheron e Denis Menjot (2011) exploraram a transição do mundo rural para uma Europa progressivamente urbanizada[23]. Estas abordagens mais recentes reforçam a compreensão da cidade medieval como um espaço mutável, atravessado por tensões sociais, políticas e económicas, e reafirmam o seu papel central nos estudos históricos dedicados à longa duração do urbanismo europeu.

No âmbito da Península Ibérica, mais precisamente nas regiões Norte e Noroeste, consoante a crescente notoriedade de algumas obras, catalisou-se o surgimento de novos projetos de investigação académica sobre a paisagem urbana medieval. Com maior ênfase, distingue-se, nesse plano, Beatriz Arízaga Bolumburu, cujos estudos têm convergido para a recuperação da paisagem urbana medieval[24], com especial enfoque nas cidades portuárias do País Basco. A autora emprega uma metodologia que se fundamente na análise de fontes medievais diversas, vestígios arqueológicos e estratos do património remanescente, cotejando com as fontes iconográficas e

---

[18] Cf. Braudel, F. (2017). *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II* (Vol. 1 & 2, 1ª ed. 1949). Paris: Armand Colin Éditeur.

[19] Cf. Pirenne, H. (2017). *Les Villes au Moyen Âge* (1ª ed. 1927). Paris: Nouveau Monde Editions.

[20] Duby, G., & Le Goff, J. (1980–1985). *Histoire de la France Urbaine. La Ville médiévale. Des Caroligiens à la Renaissance* (Vol. 2). Paris: Seuil.

[21] Cf. Dutour, T. (2003). *La Ville Médiévale. Origines et Triomphe de l'Europe*. Paris: Éditions Odile Jacob.

[22] Cf. Roux, S. (2004). *Le monde des villes au Moyen Âge: XIe – XVe siècle*. Paris: Hachette Éducation.

[23] Cf. Boucheron, P., & Menjot, D. (2011). *La Ville médiévale. Histoire de l'Europe Urbaine*. Paris: Éditions Points.

[24] Importantes publicações cf.: Arizaga Bolumburu, B. (1990). *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*. San Sebastián: [s.n.]; Arizaga Bolumburu, B. (2002). *La imagen de la ciudad medieval: La recuperación del paisaje urbano*. Santander: Universidad de Cantabria; ainda cf.: Arizaga Bolumburu, B., & Martínez Martínez, S. (2006). *Atlas de villas medievales de Vasconia. Bizkaia*. San Sebastián: Eusko Ikaskuntza – Sociedad de Estudios Vascos.

cartográficas. Para a reconstituição da morfologia urbana, recorre à elaboração de planos por desenho vetorial e, em alguns casos, à aplicação de Sistemas de Informação Geográfica (GIS).

Entre as suas pesquisas, são particularmente salientes os estudos sobre San Vicente de la Barquera[25], Bayonne (na porção basca francesa)[26], em coautoria com Michel Bochaca, bem como Pamplona[27], Vitoria[28] e Bilbao[29]. Sobre estas últimas publicações, merece especial menção a colaboração com o investigador Sergio Martínez Martínez, cuja linha analítica revela afinidades metodológicas, como se observa nas suas pesquisas acerca dos portos da Biscaia[30] e das cidades de Logroño[31], Nájera[32] e Santo Domingo de la Calzada[33].

Igualmente, cabe destacar a contribuição de Jesús Ángel Solórzano Telechea, cujos escritos interpelam os fenómenos identitários e a atuação política no interior da cidade peninsular ibérica nortenha, com especial enfoque na região da Cantábria[34]. Englobando também análises sobre o território do Noroeste, merecem reconhecimento os recentes trabalhos de Miguel Calleja Puerta, veiculados ao clero e sua influência na organização urbana da região[35], bem como de José Avelino Gutiérrez González, uma vez que as suas investigações examinam o processo de formação das

---

[25] Cf. Arízaga Bolumburu, B. (2010). San Vicente de la Barquera en la Edad Media: un puerto de vocación atlântica. In J. A. Solórzano Telechea (Coord.), *San Vicente de la Barquera: 800 años de historia* (pp. 105–180). Santander: Universidad de Cantabria.

[26] Cf. Arizaga Bolumburu, B., & Bochaca, M. (2016). *Bayonne au Moyen Âge. Topographie et paysages urbains*. Santander: B.A.B.

[27] Cf. Arizaga Bolumburu, B., & Martínez Martínez, S. (2017a). *Pamplona en la Edad Media. Historia y desarrollo urbano*. Santander: B.A.B.

[28] Cf. Martínez Martínez, S., & Arízaga Bolumburu, B. (2017b). *Vitoria en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. Santander: B.A.B.

[29] Cf. Martínez Martínez, S., & Arízaga Bolumburu, B. (2000). El paisaje urbano de Bilbao en la Edad Media: el espacio de la colectividad. *Bidebarrieta: Revista de Humanidades y Ciencias Sociales de Bilbao, 8*, 113–132; apenas para Sergio Martínez Martínez cf.: Martínez Martínez, S. (2005). Desarrollo urbano de Bilbao en la Edad Media. In B. Arízaga Bolumburu & J. A. Solórzano Telechea (Coords.), *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media* (pp. 115–146). Nájera: IER — Instituto de Estudios Riojanos.

[30] Cf. Martínez Martínez, S. (2012). Los puertos de Vizcaya en la Edad Media. *Itsas Memoria: Revista de Estudios Marítimos del País Vasco, 7*, 51–62.

[31] Cf. Martínez Martínez, S. (2007). *Logroño, un puente al medievo*. Santander: Tratamiento Gráfico del Documento.

[32] Cf. Martínez Martínez, S. (2006). Nájera: una villa peculiar en el urbanismo medieval. In J. A. Solórzano Telechea & B. Arízaga Bolumburu (Coords.), *El espacio urbano en la Europa Medieval* (pp. 589–610). Nájera: IER — Instituto de Estudios Riojanos / Gobierno de La Rioja — Ayuntamiento de Nájera.

[33] Cf. Martínez Martínez, S. (2006). *Santo Domingo de la Calzada: una ciudad medieval en el camino de Santiago*. Santander: Tratamiento del Documento.

[34] Para estes temas cf.: Solórzano Telechea, J. Á. (1999). La organización interna de la oligarquía urbana y el ejercicio del poder en Santander durante la Baja Edad Media: linaje, familia y poder. In *I Encuentro de Historia de Cantabria — Prehistoria, Historia Antigua, Historia Medieval* (pp. 575–597). Santander: Universidad de Cantabria — Servicio de Publicaciones / Gobierno de Cantabria — Consejería de Cultura y Deporte; Solórzano Telechea, J. Á. (2002). El fenómeno urbano medieval en Cantabria. In B. Arízaga Bolumburu & J. Á. Solórzano Telechea (Coords.), *El fenómeno urbano medieval entre el Cantábrico y el Duero: revisión historiográfica y propuestas de estudio* (pp. 241–307). Santander: Asociación de Jóvenes Historiadores de Cantabria; Solórzano Telechea, J. Á. (2004). Élites urbanas y construcción del poder concejil en las cuatro villas de la Costa de la Mar (siglos XIII–XV). In B. Arízaga Bolumburu & J. Á. Solórzano Telechea (Coords.), *Encuentros Internacionales del Medievo: Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media* (pp. 187–230). Nájera: IER — Instituto de Estudios Riojanos; Solórzano Telechea, J. Á. (2009). Los puertos del rey: síntesis interpretativa del fenómeno urbano en el norte de España durante los siglos XII y XIII. *Temas Medievales, 17*, 207–228; Solórzano Telechea, J. Á. (2009–2010). Las Neireidas del Norte: puertos de identidad urbana en la fachada Cantábrica entre los siglos XII–XV. *Anales de la Universidad de Alicante: Historia Medieval, 16*, 39–61; Solórzano Telechea, J. Á. (2011–2012). Territorio urbano y conflicto político en Cantabria: la lucha por el control del espacio marítimo y terrestre entre las villas de Santander y Santillana en el siglo XV. *Cuadernos de Historia de España, 85–86*, 735–750; Solórzano Telechea, J. Á. (2014). The politics of the urban commons in Northern Atlantic Spain in the later Middle Ages. *Urban History, 41*(2), 183–203; Solórzano Telechea, J. Á. (2020). Ideologies and political participation of the Commons in urban life of Northern Atlantic Spain during the late Middle Ages. In B. Eersels & J. Haemers (Eds.), *Words and deeds: Shaping urban politics from below in Late Medieval Europe* (pp. 181–194). Turnhout: Brepols.

[35] Cf. Calleja Puerta, M. (2010). Eclesiología episcopal y organización del espacio en las ciudades y villas del noroeste peninsular (1100–1250). In J. I. de la Iglesia Duarte (Coord.), *Actas de la XX Semana de Estudios Medievales: Monasterios, Espacio y Sociedad en la España Cristiana Medieval* (pp. 429–490). Logroño: IER — Instituto de Estudios Riojanos; Calleja Puerta, M., & Sanz Fuentes, M. J. (2011). Fundaciones monásticas y orígenes urbanos: la refacción del documento fundacional de San Vicente de Oviedo. In *Iglesia y ciudad. Espacio y poder (siglos VIII–XIII)* (pp. 9–41). Oviedo: Universidad de Oviedo; Álvarez Castrillón, J. A., & Calleja Puerta, M. (2023). Fe pública y desarrollo urbano en los primeros tiempos de la Pobra de Burón: del sello del concejo a los notarios del rey. *Historia. Instituciones. Documentos, 50*, 17–47.

cidades alto-medievais no Norte/Noroeste da Península Ibérica e a configuração do espaço urbano ao longo das vias de peregrinação[36].

Particularmente, a sua produção académica sobre a morfologia das cidades medievais de Zamora e León é de grande ressalto, sendo esta última previamente investigada por César Álvarez Álvarez. Por certo, a pesquisa de Álvarez Álvarez aborda diversas temáticas, com especial interesse na configuração da planimetria leonesa durante a Baixa Idade Média, conforme exposto na obra *La ciudad de León en la baja Edad Media — el espacio urbano*, publicada em 1992[37].

Em Portugal, os pressupostos teórico-metodológicos iniciaram-se de modo transversal através dos contributos de Alberto Sampaio, com seu trabalho que reúne as principais vilas do Norte do país[38], tal como António de Sousa Silva Costa Lobo, nas suas alusões à história da sociedade portuguesa no século XV[39]. Desde então, o desdobrar das investigações, especialmente nas últimas décadas, tem contribuído para a calcificação de uma perspetiva mais interdisciplinar que procura integrar, de modo complementar, fontes arqueológicas, documentais e cartográficas. Esse progresso estimulou intercâmbios teóricos e metodológicos, bem como a exploração de temas transfronteiriços, que hoje ganham relevância nas publicações nacionais.

Dessa forma, distinguiram-se obras incontornáveis que, embora situadas em um viés temático mais amplo, abordam a cidade medieval como parte integrante da narrativa histórica. De particular relevância são os volumes 3 e 4 da *Nova História de Portugal*, editados por António Henrique de Oliveira Marques[40] e Joel Serrão, intitulados Portugal em *Definição de Fronteiras*[41] e *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*[42]. A essa perspetiva acrescem-se as contribuições de José Mattoso, com relevo para a obra *Identificação de um País — Ensaio sobre as Origens de Portugal* (1096–1325)[43], que foi aprimorada ao longo de mais de três décadas desde meados de 1980.

---

[36] Cf. Gutiérrez González, J. A. (1993). La dinamización de la sociedad feudal en los Siglos XI — XIII: el mundo urbano y las vías de peregrinación. In J. R. Muñiz Martínez et al. (Dirs.), *Orígenes, Arte y Cultura en Asturias Siglos VII — XV* (pp. 227–280). Barcelona: Lunwerg Editores.

[37] Cf. Álvarez Álvarez, C. (1992). *La Ciudad de León en la Baja Edad Media: el espacio urbano*. Madrid: Hullera Vasco-Leonesa; ainda cabe mencionar um dos principais legatários dos estudos acerca de Léon, cf.: Sánchez Albornoz, C. (2014). *Una Ciudad de la España Cristiana Hace Mil Años. Estampas de la Vida en León* (1ª ed. 1976). Madrid: Editorial Espasa.

[38] Sampaio, A. (1923). *As vilas do Norte de Portugal. Estudos Históricos e Económicos* (1ª ed.). Porto: [s.n.].

[39] Costa Lobo, A. de S. S. (1903). *História da Sociedade em Portugal no século XV* (1ª ed.). Lisboa: Imprensa Nacional.

[40] Sobre António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques sustenta-se ainda uma discussão teórico-metodológica no seu livro sobre a vida quotidiana na sociedade medieval portuguesa, de 1964, intitulado "*A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspetos da Vida Quotidiana*". Adicionalmente cabe referenciar a dissertação coeva sobre a casa no sul de Portugal na transição do século XV ao XVI, de Vítor Manuel Pavão dos Santos, com o título "*A casa do Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*".

[41] Marques, A. H. de O., & Serrão, J. (Eds.). (1996). *Portugal em definição de fronteiras – Nova História de Portugal* (Vol. 3). Lisboa: Editorial Presença.

[42] Marques, A. H. de O., & Serrão, J. (Eds.). (2000). *Portugal na crise dos séculos XIV e XV — Nova História de Portugal* (Vol. 4). Lisboa: Editorial Presença.

[43] Cf. Mattoso, J. (2015). *Identificação de um País — Ensaio sobre as origens de Portugal (1096–1325)*. Lisboa: Temas e Debates — Círculo de Leitores.

Reconhecendo a importância e o impacto dessas obras, observa-se que, a partir das décadas de 1970 e 1980, multiplicaram-se monografias a nível de mestrado e doutorado com foco em estudos de caso de diferentes cidades, avaliando os seus elementos urbanísticos e aplicando os princípios da História Urbana, conforme já mencionado na discussão sobre a consolidação deste campo científico. Neste curso historiográfico, alguns trabalhos constituem alicerces sólidos para futuras investigações nesta especialidade e são de grande pertinência para a difusão do conhecimento, seja através de abordagens de carácter manualístico sobre a História Urbana Medieval Portuguesa, seja por meio de investigações direcionadas à história local de uma cidade ou aglomerado específico.

Dessa maneira, acentuamos a tese de doutoramento de Maria Ângela Beirante sobre a cidade medieval de Santarém, defendida em 1980[44], e o seu estudo subsequente e precursor, de 1995, sobre Évora[45]. Importante mencionar, ainda, a publicação de Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias sobre o património urbano da Ordem de Cristo em Évora no século XVI[46], bem como o estudo de Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre a propriedade das albergarias em Évora, no final da Idade Média[47]. Ainda sobre Santarém, destaca-se a importante tese de doutoramento de Mário Paulo Martins Viana, dedicada à ocupação e à transformação dos espaços urbanos e periféricos de Santarém entre 1147 e 1350[48].

De igual notoriedade é a produção de Amélia Aguiar Andrade, com distinção para a obra *Horizontes urbanos medievais* (2003)[49], que compila uma série de estudos sobre a tessitura urbana medieval, abrangendo desde as edificações até aos elementos de interação que compunham a cidade. Da mesma autora, importa considerar a sua dissertação de mestrado e

---

[44] Cf. Beirante, M. Â. (1980). *Santarém Medieval* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal; ainda sobre Santarém medieval cf.: Conde, M. S. A. (1999). Sobre o património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV. In *Patrimonia história. Série Estudos. Ensaios - Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos* (pp. 163–220). Cascais; e uma publicação com base no rol das propriedades urbanas da Colegiada de Santo Estêvão de Santarém, registadas em 1474 em: Ferreira, M. C. F. (2001b). Construção corrente em Santarém, no século XV: alguns exemplos. In L. A. de Oliveira Ramos *et al.* (Coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* (pp. 459–473). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[45] Cf. Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

[46] Cf. Beirante, M. Â., & Dias, J. J. A. (1995). O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI. In *Estudo de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão* (pp. 61–79). Lisboa: Vega.

[47] Cf. Vasconcelos e Sousa, B. (1990). A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média. *História Medieval, 2*, 66–76. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

[48] Cf. Viana, M. (2004). *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)* (Tese de doutoramento, Universidade dos Açores).

[49] Cf. Andrade, A. A. (2003). *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte; a congeminação de publicações está dividas em capítulos a saber: 1. A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação; 2. Um Percurso Através da Paisagem Urbana Medieval; 3. Percursos Vividos, Percursos Conhecidos nos Núcleos Urbanos Medievais; 4. Espaços Públicos e Espaços Privados nas Cidades Portuguesas de Finais da Idade Média; 5. Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas; 6. Composição Social e Gestão Municipal: O Exemplo de Ponte de Lima Na Baixa Idade Média.

tese de doutoramento, que examinam, respetivamente, a cidade de Ponte de Lima[50] e a influência do poder régio nas vilas e na fronteira do Entre Lima e Minho durante a Idade Média[51].

Andrade, junto com Iria Gonçalves e António Henrique de Oliveira Marques, foi também um dos organizadores da publicação *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII–XV)*, cuja publicação sucede ao *Seminário sobre as Cidades Medievais*, organizado pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa no ano letivo de 1986–1987[52]. Adicionalmente, publicou no livro *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950–2010*[53], em coautoria com Adelaide Millán Costa, uma síntese sobre o desenvolvimento da historiografia sobre a História Urbana Medieval no contexto português, desde as suas origens e predisposições empíricas até à sua posterior consolidação, considerando-o relativamente tardio em relação às principais escolas europeias, centrando-o, cronologicamente, entre as décadas de 1970 e 1980.

Paralelamente, sobressaem-se os estudos de Manuel Sílvio Alves Conde, fundamentalmente para a região centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média, com especial atenção à cidade de Tomar[54], resultado de sua tese de doutoramento. Já a sua coletânea de artigos e livros sobre a habitação medieval portuguesa, abordando tanto o contexto nacional quanto as especificidades regionais do Norte Trasmontano, Médio Tejo, Vale do Tejo e Alentejo[55], constitui um tributo de valor inestimável para esse horizonte teórico-metodológico.

Nesse mesmo panorama, insere-se o trabalho de Paulo Drumond Braga, dedicado a Palmela e publicado em 1991[56], assim como os estudos de Anísio Miguel de Sousa Saraiva[57] e de Luísa

---

[50] Cf. Andrade, A. A. (1986). *Ponte de Lima: o espaço e as gentes (sécs. XIV - XV)* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

[51] Cf. Andrade, A. A. (1995). *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho na Idade Média* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal; é pertinente mencionar que, entre a conclusão da Dissertação de mestrado e o desenvolvimento da Tese de doutoramento, foi publicada a obra: Andrade, A. A. (1990). *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizontes. Esta publicação representa um estudo extensivo que investiga não apenas as questões sociais e políticas do cotidiano local, mas também a organização espacial da cidade, mapeando os edifícios residenciais dentro da muralha do século XIII e caracterizando-os de forma detalhada, cotejando seus diversos parâmetros.

[52] Cf. Marques, A. H. de O., Gonçalves, I., & Andrade, A. A. (1990). *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII–XV)*. Lisboa: INIC — Instituto Nacional de Investigação Científica.

[53] Cf. Andrade, A. A., & Costa, A. M. (2011). Medieval Portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic. In J. Mattoso, M. P. Rosa, B. Vasconcelos e Sousa, & M. J. Violante Branco (Dirs.), *The historiography of medieval Portugal c. 1950–2010* (pp. 283–301). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

[54] Conde, M. S. A. (1996). *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal; Conde, M. S. A. (1997). Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média. *Arqueologia Medieval, Campo Arqueológico, 5*, 243–265. Porto; (Conde, M. S. A. (1999). Um património laico tomarense nos finais da Idade Média: os bens de Beatriz Fernandes Calça Perra. In *Patrimonia história. Série Estudos. Ensaios - Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos* (pp. 143–162). Cascais; ainda cabe evidenciar: Conde, M. S. A. (2001). A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos. Elementos para o seu Estudo. In *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época* (pp. 265–286). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

[55] Cf. Conde, M. S. A. (2011). *Construir. Habitar: a casa medieval*. Porto: CITCEM.

[56] Cf. Braga, P. D. (1991). A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média. In *As Ordens Militares em Portugal. Atas do 1º Encontro Sobre Ordens Militares* (pp. 143–155). Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

[57] Cf. Saraiva, A. M. de S. (1995). A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média. *Revista de Ciências Históricas, 10*, 23–43.

Trindade sobre o urbanismo de Coimbra durante os períodos medieval e moderno (2002)[58]. Particular destaque merece a tese de doutoramento de Trindade, defendida em 2009, que constituiu um estudo de referência sobre diversos aspetos do urbanismo das cidades medievais portuguesas[59]. Por sua vez, Hermínia Vasconcelos Vilar (1988) e Maria João Branco Marques da Silva (1991), examinam os núcleos urbanos de Abrantes e Aveiro[60], respetivamente.

De estimável prestança para este compilado historiográfico são as contribuições realizadas durante a transição da década de 90 e os anos 2000, as quais, cada uma a seu modo, cooperaram para a compreensão da morfologia e organização das cidades nas suas variadas perspetivas. Nesse sentido, inicialmente, há de se considerar a análise de Rita Costa Gomes (1987) referente a morfologia urbana medieval da Guarda, um estudo detalhado que lançou novas luzes sobre a estrutura espacial dessa cidade[61]. Não obstante, o urbanismo de Leiria na Idade Média, apurado por Saul António Gomes (1993)[62], bem como por Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues (1995) sobre a vila e termo de Torres Vedras[63], que possibilita uma interessante observação das inter-relações urbanas e rurais da região. Ressalta-se, ainda, a importante dissertação de mestrado de Hermenegildo Fernandes sobre a cidade medieval de Beja, analisada a partir da relação entre organização espacial e estrutura social, no contexto regional do Alentejo[64].

A pesquisa sobre as estruturas urbanas e a administração do concelho de Óbidos medieval, conduzido por Manuela Santos Silva (1997)[65], e o contributo de Jorge Fonseca (1998) sobre Montemor-o-Novo no século XV[66], são igualmente fundamentais, oferecendo uma discriminada inspeção das ligações políticas e sociais dessas localidades. Por sua parte, Iria Gonçalves, no *III Congresso de História de Guimarães* (2004), apresentou um estudo invulgar sobre a construção corrente na Beira Interior[67], enquanto Adelaide Millán da Costa, com o seu livro *O Mundo Urbano*

---

[58] Cf. Trindade, L. (2002). *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

[59] Cf. Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Coimbra, Portugal.

[60] Cf. Vilar, H. V. (1988). *Abrantes Medieval (1300–1500)*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes; Silva, M. J. B. M. (1991). *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

[61] Cf. Gomes, R. C. (1987). A Guarda medieval: posição, morfologia e sociedade (1.ª ed.). *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 9–10.

[62] Cf. Gomes, S. A. (1993). A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria Medieval. In *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares* (pp. 81–112). Lisboa: Universidade Aberta.

[63] Cf. Rodrigues, A. M. S. de A. (1995). *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

[64] Cf. Fernandes, H. (1992). *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo: O caso de Beja* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa.

[65] Cf. Silva, M. S. (1997). *Óbidos Medieval. Estruturas Urbanas e Administração Concelhia* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

[66] Cf. Fonseca, J. (1998). *Montemor-o-Novo no século XV*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

[67] Cf. Gonçalves, I. (2004). A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média. In *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época* (pp. 103–123). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

em Portugal na Idade Média (2004)[68], problematizou a autonomia da História Urbana dentro das áreas historiográficas e orientações conceituais, salientando a correlação entre poder, política e administração no espaço urbano.

Reportamos, ainda, o artigo de grande relevância de Maria Helena da Cruz Coelho, resultante da comunicação apresentada no *I Congresso Internacional — As Cidades na História: População* (2013), dedicado às projeções demográficas das populações rurais e urbanas nas cidades portuguesas[69]. Mais recentemente, distingue-se a tese de doutoramento de Manuel Fialho Silva, dedicada ao estudo das transformações da morfologia urbana de Lisboa entre as Taifas e o reinado de D. Dinis (2017)[70]; o capítulo de livro de Iria Gonçalves sobre os múltiplos espaços da cidade de Lisboa durante a Idade Média (2022a)[71]; e a tese de doutoramento de Gonçalo Miguel Correia Melo da Silva, centrada nas vilas e cidades portuárias do Algarve entre 1249 e 1521 (2020)[72].

Cabe ainda uma ressalva à produção de Walter Rossa, que se destaca no campo da Arquitetura e da Ciência da Arte. A sua área de atuação inclui duas vertentes interrelacionadas: uma voltada para o planeamento urbano de influência portuguesa, e a outra centrada na intervenção em contextos de valorização patrimonial. Entre os seus trabalhos que entendemos mais significativos para a nossa linha investigativa, incluímos a sua tese de doutoramento (2001) sobre a *urbanografia* de Coimbra ao longo do tempo, até a oficialização definitiva da Universidade[73]. Além disso, sublinhamos o livro publicado em 2002, que reúne sua produção científica de 1989 a 2001[74], e o artigo desenvolvido em coautoria com Luísa Trindade (2005), no qual abordam precedentes relacionados ao urbanismo português, explorando a morfologia das cidades[75].

No contexto mais próximo ao nosso interesse geográfico, assinalamos o trabalho de Maria da Conceição Falcão Ferreira sobre Guimarães, que explorou a composição predial e os rendimentos do cabido na Rua de Santa Maria entre os séculos XIV e XV (1989), e sobretudo a sua tese de

---

[68] Cf. Costa, A. M. da (2004). *O Mundo Urbano em Portugal na Idade Média: os espaços e os poderes* (Ebook). Lisboa: Universidade Aberta.

[69] Cf. Coelho, M. H. da C. (2013). As cidades medievais portuguesas — População. In *I Congresso Histórico Internacional. "As cidades na História: População"* (pp. 145–162). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

[70] Cf. Silva, M. F. (2017). *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

[71] Cf. Gonçalves, I. (2022a). A Lisboa medieval nos seus múltiplos espaços. Em J. L. Fontes & L. F. Oliveira (Coords.), *Territórios da Lisboa medieval* (Coleção Estudos, Vol. 27, pp. 13–46). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Estudos Medievais.

[72] Cf. Silva, G. M. C. M. (2020). *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249–1521)* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal. Especificamente para o caso de Silves medieval não podemos deixar de mencionar a obra de 1992 "*Silves, a capital de um reino medievo*", de Maria de Fátima Botão; para o caso das propriedades régias e da Ordem de Cristo nas vilas de fronteira do Alto Alentejo (séculos XIV ao XVI) ver: Tolfo, T. (No prelo — 2024/2025). The currente construction in the villages of Alto Alentejo at the end of the Middle Ages: Perspectives from the rental contracts and property tombs. In A. M. da Costa & G. M. da Silva (Coords.), *Small Frontier Towns in Late Medieval Iberia: Sources and Methodologies for the Study of Urban Landscape*. London: Routledge.

[73] Cf. Rossa, W. (2001). *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Coimbra, Portugal.

[74] Cf. Rossa, W. (2002). *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.

[75] Cf. ossa, W., & Trindade, L. (2006). Questões e antecedentes da 'Cidade Portuguesa': O conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica. *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, 1, 70–109.

doutoramento sobre a evolução urbana de Guimarães medieval (1997, publicada em 2010)[76], além de um exame preliminar, porém de grande notabilidade analítica, sobre o urbanismo medieval de Barcelos (1992)[77]. Por sua vez, José Ferrão Afonso dedicou uma Dissertação de mestrado ao Porto, inquirindo elementos urbanos na Rua das Flores, durante o século XVI (1998)[78]. O autor realizou uma análise particularizada sobre o histórico dos loteamentos, bem como sobre a arquitetura pública e privada dos edifícios que a compõem.

2.1. A historiografia sobre a cidade medieval de Braga

No que concerne o foco de nosso estudo, que se debruça sobre o urbanismo bracarense, com especial atenção à interação entre a cidade e sua área circundante, é indispensável, num primeiro momento, identificar trabalhos que, embora não estejam diretamente centrados no urbanismo de Braga, auxiliaram no incremento desse campo analítico. Sendo assim, começamos por abordar obras indispensáveis para qualquer investigação sobre Braga durante a Baixa Idade Média.

A primeira dessas é a tese de doutoramento defendida pelo padre Avelino Jesus da Costa na Universidade de Coimbra, em 1960, intitulada *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*[79]. Esta referência, além de prover uma gama de elementos sobre a história medieval de Braga, bem como a transcrição de uma série de documentos que validam as suas hipóteses, escrutina o documento-base de sua tese, o *Censual do Bispo D. Pedro*, atinente ao território entre os rios Lima e Ave, elaborado entre 1085 e 1091. O valor deste estudo é inestimável para a compreensão da estrutura administrativa diocesana da região, principalmente no início do estabelecimento da diocese durante o século XI. Outra publicação de sua autoria, embora transcenda ligeiramente o escopo cronológico do nosso estudo, versa sobre a atuação urbana e atividade construtiva levadas a cabo na cidade pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, documentado no livro *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos de Dedicação da Catedral* (1993)[80].

---

[76] Cf. Ferreira, M. D. C. F. (1989). Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376–1520). *Revista de Guimarães*, 97/98, 89–310; Ferreira, M. D. C. F. (1996). Um percurso por Guimarães medieval no século XV. *Patrimonia, Identidade, Ciências e Fruição Cultural*, 1, 9–16; Ferreira, M. D. C. F. (2010). *Guimarães: "duas vilas, um só povo": estudo de história urbana, 1250–1389*. Braga: CITCEM.
Destaca-se ainda o estudo sobre os vestígios históricos da casa corrente no centro histórico de Guimarães, bem como a reconstituição da casa corrente através de uma propostas multidisciplinar na Dissertação de mestrado em História da Arte de Ângela Carina Areais da Silva (2011) intitulada "Entre Propriedades e Casas Perfeita: um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média".

[77] Cf. Ferreira, M. D. C. F. (1992). Barcelos, terra de condes: uma abordagem preliminar. *Barcelos, 2ª Série*, Vol. 3, 5–67.

[78] Cf. Afonso, J. F. (1998). *A Rua das Flores no Século XVI – Elementos Para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

[79] Cf. Costa, A. de J. (1997). *(Vols. 1 e 2, 2ª ed.) (1.ª pub. 1959)*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

[80] Cf. Costa, A. de J. (1993). D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e Grande Mecenas da Cultura. In *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicação da Catedral* (pp. 15–118). Lisboa: Academia Portuguesa de História; cabe ainda pôr em evidência alguns dos seus primeiros trabalhos: Costa, A. de J. (1950). *S. Martinho de Dume*. In *XIV Centenário da sua chegada à Península* (s.p.). Braga: Ed. Cenáculo; Costa, A. de J. (1956). A Restauração da Diocese de Braga em 1970. *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 1, 17–28.

Outro historiador incontornável nos estudos sobre Braga medieval é o padre José Marques, abrindo veredas para investigações plurais sobre o urbanismo da cidade. A sua obra mais relevante, intitulada *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, também decorrente da sua tese de doutoramento, defendida na Universidade do Porto, em 1982, constitui uma referência incontornável para qualquer historiador que esteja instigado pelo medievalismo bracarense. Nesse trabalho, Marques engloba a biografia do arcebispo D. Fernando da Guerra (1417–1467) e as repercussões do seu sólio, com peculiar atenção para a sua ação reformadora. Ademais, propõe quadros geográfico-administrativos e humanos, caracterizando as instituições que compunham a arquidiocese bracarense no arco temporal de sua prelazia, a saber, o cabido da Sé, as colegiadas e os mosteiros. Nesse trabalho, ainda inclui, mesmo que de modo transversal, algumas propriedades rurais e os seus rendimentos[81], sendo, de particular relevância para conjugar com o nosso exame, as informações relativas à Colegiada de Santa Maria de Barcelos e à Colegiada de Santa Maria de Guimarães, apresentadas no capítulo 2 da sua obra, intitulado *Colegiadas*, onde aborda algumas tipologias de propriedades e especula a quantidade de produção[82].

Marques é também autor de outros trabalhos onde aborda tópicos pioneiros sobre a cidade, seja sob a forma de artigos ou livros, que congregam variados temas. Dos mais expressivos, refira-se o livro *Braga Medieval* (1983), onde se encontram compilados alguns dos seus principais trabalhos sobre Braga, constando as transcrições dos *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*. Em particular, nessa obra, há uma secção que oferece subsídios proveitosos para melhor compreender a cidade nos finais da Idade Média[83], relativamente sobre o abastecimento de água no segundo quartel do século XV, protagonizado pela administração de D. Fernando da Guerra — tópico já tratado em sua tese de doutoramento[84] —, além de outros capítulos referentes à Confraria de São João do Souto[85], que se revelou fundamental para posteriores elucubrações sobre o crescimento urbano da cidade e da paróquia homónima. É também nesta obra que alude a temas como a contenda entre o cabido e a comunidade judaica de Braga, na segunda metade do século

[81] Na obra "A Arquidiocese de Braga no Século XV", de José Marques, destacam-se, na Parte II intitulada *Instituições Diocesanas*, especificamente no capítulo 1, *Cabido da Sé*, o subcapítulo 5, *Rendas do Cabido*, e suas subseções: 5.1, *As dádivas*; 5.2, *Renda dos casais*; e 5.3, *Dízima das searas das igrejas e votos de Santiago*, compreendendo as páginas 391 a 419.

[82] As informações pertinentes estendem-se do subcapítulo 1 (p. 479) até à subseção 3.2.3.3 do capítulo 3 (p. 562).

[83] Previamente publicado no boletim do arquivo municipal *Bracara Augusta*, em 1976: Marques, J. (1976). Subsídios para o estudo da Arquidiocese de Braga no século XV. *Bracara Augusta*, 30, 63–95; posteriormente publicou: Marques, J. (1997). O senhorio de Braga no século XV — principais documentos para o seu estudo. In *Separata de Bracara Augusta* (XLVI) (pp. 20–22). Braga: Câmara Municipal de Braga.

[84] Precedentemente o autor havia publicado: Marques, J. (1978). Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417–1467). *Revista de História*, 1, 89–81; Marques, J. (1979). O testamento de D. Fernando da Guerra. *Bracara Augusta*, 33, 176–206; Marques, J. (1980). D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga no 2º quartel do século XV. *Mínia*, 2ª Série, 3(4), 127–138.

[85] Preliminarmente publicado em: Marques, J. (1982). Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186–1545). *Bracara Augusta*, 36, 71–199.

XV, e o deslocamento da judiaria para uma área mais periférica dentro do recinto amuralhado[86]. Todavia, é justo mencionar que a temática dos judeus bracarenses já havia sido discutida, ainda que de forma preliminar, por António Losa, no *I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, no artigo *Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no século XV* (1982)[87].

Sobre o mesmo autor incluímos, ainda, a compilação de informações documentais e a elaboração de narrativas históricas acerca do Castelo de Braga[88], a caracterização das instituições de assistência no Norte de Portugal — incidindo, naturalmente, em exemplos em Braga —[89], problematizações interpretativas a respeito do testamento do arcebispo D. Lourenço Vicente (1373–1398), no contexto das Guerras Fernandinas[90], e a transcrição de documentos relacionados ao senhorio de Braga no século XV[91].

A estruturação do conhecimento sobre Braga na época medieval, empreendida por Avelino Jesus da Costa e José Marques, cujo empenho se orientou para estudos que traspunham os aspetos meramente eclesiásticos, constituindo-se como autores legatários de bibliografias baseadas em múltiplas questões do medievalismo bracarense, permitiram traçar um panorama multifacetado da cidade. Esse conhecimento serviu como seguras fundações para as produções científicas subsequentes, cujo efeito se alumiou na viragem do século XXI, por meio de um conjunto expressivo de dissertações de mestrado, sob a supervisão da doutora Ana Maria Rodrigues, defendidas na Universidade do Minho, oferecendo novas propostas inquisitivas que ampliaram o leque de possibilidades acerca deste campo analítico.

Nessa ordem, em 1998, foi defendida a dissertação de Ana Andrea de Abreu de Barros, denominada *A aquisição e gestão de bens pelo Cabido de Braga na primeira metade da centúria de trezentos (1300–1350)*. Este trabalho, vanguardista no que respeita ao levantamento sistemático sobre a aquisição de bens pelo cabido de Braga, apoiou-se numa rigorosa leitura e transcrição documental. A autora, além de explorar tabelamentos sobre os diversos bens

---

[86] Sobre a temática dos judeus o autor ainda publicou um artigo sobre um suposto judeu brigantino de nome Baruc Cavaleiro, baseado num contrato de emprazamento de umas casas em Bragança, no segundo *Livro de Prazos*, referentes aos fólios 97 a 98v, de 24 de novembro de 1482. Este contrato fornece poucos elementos para justificar as hipóteses do autor, uma vez que o prazo não teve seguimento, isto é, foi anulado em vista do dos fólios estarem grifados com um "x", sem ter dado continuação: Marques, J. (1986). O judeu brigantino Brauc Cavaleiro e o Cabido de Braga em 1482. *Revista da Faculdade de Letras. História*, Série 2ª, 3, 91–100; ainda publicou num congresso internacional o artigo sobre as judiarias de Braga e Guimarães no século XV: Marques, J. (1994). As judiarias de Braga e Guimarães, no século XV. In C. B. Guimerans (Ed.), *Congreso Internacional en Ribadavia. Xudeus e conversos na historia* (Vol. 2, pp. 351–363). Santiago de Compostela: [s.n.].

[87] Losa, A. (1982). Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no séc. XV. In *Actas do 1º Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850.º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128–1978)* (Vol. 5, pp. 97–126). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

[88] Cf. Marques, J. (1984). O Castelo de Braga (1350–1450). In *II Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses* (pp. 174–185); Marques, J. (1986). O Castelo de Braga (1350–1450). *Mínia*, 2(8), 5–34.

[89] Cf. Marques, J. (1989). A Assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. *História*, 6, 11–94.

[90] Cf. Marques, J. (1993). O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã. In *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos de dedicação da catedral* (pp. 183–240). Lisboa: APH.

[91] Cf. Marques, J. (1997). *O senhorio de Braga no século XV: principais documentos para o seu estudo*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

adquiridos, organizou os dados recolhidos por meio da elaboração de fichas orientadoras e inventários. O seu recorte cronológico foi ajustado em consonância com a investigação de Alexandra Maria Monteiro Nogueira, que, no mesmo ano, apresentou a dissertação *Formação e defesa do património do Cabido de Braga nos finais da Idade Média (1351–1500)*. Nogueira, por seu turno, sondou os processos de aquisição do património capitular no final da Idade Média, examinando as estratégias de defesa dos seus direitos e rendimentos. Nesse contexto, mostrou de que forma a arquidiocese procurou restaurar a sua autoridade ao longo de um período marcado por turbulências políticas, sociais e económicas que abalaram a sociedade medieval. A autora ainda se dedicou a delinear o quadro das propriedades do cabido e a sua localização numa cartografia contemporânea da cidade, sem, contudo, considerar o planimetria de finais da Idade Média.

No ano de 2000, Maria Celeste Brandão Ferreira apresenta uma dissertação de mestrado sobre *Os bens, direitos e rendimentos do Cabido da Sé de Braga (1393–94/1403–04)*, usando como fontes documentais os três primeiros *Livros de Tombo* do cabido, coligindo informações com vista a traçar a evolução dos direitos capitulares e dos seus respetivos rendimentos ao longo desse período. Em 1998, Cristina Maria Peixoto Carvalho, em sua investigação de mestrado sobre o património do cabido da Sé de Braga no final do século XIV[92], analisou a composição desse património desde a divisão das mesas arquiepiscopal e capitular. Recuando até meados do século XIV, traçou a formação e consolidação dos bens capitulares, permitindo uma estimativa estruturada com base nas fontes disponíveis.

Do conjunto das dissertações produzidas, evidencia-se, também em 1998, o trabalho de José Salgueiro Cerqueira, intitulado *A exploração económica das propriedades do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465–1515)*[93], e a dissertação de Alice da Cruz e Cunha, *O patrimônio rural do Cabido da Sé de Braga nos finais do Século XV*[94], concluída em 1999. Ambos os estudos discorrem sobre a temática da ruralidade em Braga, seguindo uma linha temática que, sutilmente, já havia sido encetada por José Marques na sua tese de doutoramento, quando o autor

[92] Cf. Carvalho, C. M. P. de. (1998). *O património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.
[93] Cf. Cerqueira, J. S. (1998). *A exploração económica das propriedades do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465–1515)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.
[94] Cf. Cunha, A. da C. e. (1999). *O património rural do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XV* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

intenta ordenar uma matriz tipológica das propriedades rurais da Colegiada de Santa Maria da Oliveira, em Guimarães[95].

Quanto ao trabalho de Alice da Cruz e Cunha (1999), com base no quarto *Livro de Tombo*, paralelemente ao levantamento total das propriedades do cabido, regista-se a organização dos dados obtidos, dispostos em tabelas esquematizadas que englobaram as tipologias dos elementos constitutivos das propriedades, a sua localização e a área de exploração medida em alqueires. Todavia, Cunha opta por uma abordagem pouco descritiva, com interpretações limitadas relativamente à georreferenciação e à potencialidade agrícola das unidades de exploração agrícola, e, particularmente, no que diz respeito à tipologia dos campos de lavoura.

Por outro lado, José Salgueiro Cerqueira, com base nos *Livros de Prazos* (1465 e 1515)[96] — incluindo, ademais, alguns prazos do concelho —, propôs uma classificação de tipologias de cultivos, limitando-se, no entanto, as informações que a historiografia reportava para época, não discriminando peculiaridade de léxicos próprios para a realidade dessa época[97].

Cerqueira foi, ainda assim, pioneiro em identificar, pelo método estatístico, os foreiros e seus respetivos perfis sociais. Apesar de substantivo, esse esforço carecia de instrumentos interpretativos mais robustos, o que dificulta a compreensão dos desdobramentos económicos e históricos do período em análise, impedindo, por conseguinte, o reconhecimento de conexões mais complexas e a formulação de novos questionamentos sobre as relações entre os proprietários fundiários e a economia local.

No ano de 2008, Luís Carlos Amaral apresentou uma densa tese de doutoramento, defendida na Universidade do Porto, na qual traçou as grandes linhas que pautaram o processo de repovoamento e reorganização da diocese de Braga entre os séculos IX e XII[98], ou seja, desde a chegada dos reis asturianos, no século IX, até 1137, ano do final do episcopado de D. Paio

---

[95] Consultar o capítulo 2, nas páginas 536 a 562, onde se encontram informações detalhadas sobre os bens localizados nos limites da vila de Guimarães, incluindo almuinhas, moinhos e propriedades dispersas por vinte e sete freguesias, abrangendo o couto de Moreira de Cónegos e São Paio de Vila Cova. Neste contexto, o autor apresenta valores aproximados em reais para diversos itens, tais como o preço do *jornaleiro* (associado a *homem de cava*), a *jeira*, o *carreto de bois*, e, ainda, o valor de um cabrito e uma *espádua* ou *marrã* de porco (Marques, 1988, p. 557). Também são mencionadas algumas unidades de medida como a *vara de pano de bragal*, o *bragal*, o *almude* líquido, para o vinho, ou o *almude* para produtos secos, o *dozão*, o *poçal*, a *libra*, a *teiga*, o *arrátel*, o *quarteiro* e a *quarta* (Marques, 1988, p. 58). Com efeito, o seu estudo visou fornecer um quadro síntese aproximado, com base nas equivalências de pesos, medidas e preços, no intuito de descortinar os rendimentos da Colegiada de Guimarães em 1442, através da panóplia de designações existente nos labores das propriedades rurais apontadas no *Livro do Prebendeiro*.

[96] No capítulo 1 sobre o *Estudo das fontes*, menciona o uso de oito *Livros de Prazos*, visto que explora um período que cobre as intervenções feitas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505–1532). Por seu turno, o nosso trabalho estende-se até o quarto *Livro de Prazos*, ou seja, abarcando, no limite, o ano de 1502, uma vez que o quinto livro, inicia-se em 1507, já na prelazia D. Diogo de Sousa, cujo recorte cronológico buscamos não adentrar, visto a sua forte ação reformadora.

[97] Alguns títulos que serviram de base para a sua pesquisa baseavam-se em dados sobre o sul do Mondego, *vd.*: Cruz, M. H. da. (1983). *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* [Vol. I, Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Coimbra, Portugal, pp. 102–103; Gonçalves, I. (1989). *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. FCSH — UNL, Lisboa; Rodrigues, A. M. S. de A. (1995). *Torres Vedras: A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

[98] O seu arco temporal prolonga-se até o tratado de paz de Tui, em 1137, entre Afonso Henriques e seu primo Afonso VII de León.

Mendes[99]. A sua orientação científica guiou-se para questões sobre os movimentos políticos e económicos que impulsionaram o desenvolvimento social e material da sociedade do Noroeste Hispânico, com a multiplicação de núcleos populacionais a refletir o dinamismo que permeou o espaço bracarense durante este período.

Na mesma instituição, André Evangelista Marques defendeu dois estudos de relevância ímpar sobre o território de Braga. Em 2006, no âmbito do seu mestrado[100], debruçou-se sobre a caracterização da unidade de exploração agrícola denominada *casal* entre os séculos X e XII, no Entre-Douro-e-Lima. Em seguida, no ano de 2012, durante o seu doutoramento[101], analisou a representação documental do território da diocese, salientando, em particular, o léxico utilizado nas fontes medievais para a classificação e morfologia das unidades espaciais para cada contexto[102]. Este trabalho explorou um horizonte até então tácito, ao cruzar terminologias documentais com a geografia histórica rural.

Além desse conjunto de publicações, outros trabalhos, de cronologia mais avançadas, foram fundamentais para estabelecer uma base metodológica que consubstanciasse essa vertente de investigação. Neste quadro, Miguel Sopas de Melo Bandeira, com formação na área da Geografia, no ano 2000, publicou dois importantes escritos sobre o espaço urbano de Braga: um que versa sobre a cidade em meados do século XVIII, e outro que aborda as transformações promovidas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa no século XVI[103]. Independentemente das suas observações recaírem em períodos cronológicos posteriores, a metodologia empregada, baseada no cruzamento de dados escritos com a iconografia e a cartografia, mostrou-se de grande mérito para o entendimento dos elementos constitutivos do urbanismo de Braga no período moderno, condicionando novas projeções analíticas.

---

[99] Cf. Amaral, L. C. (2007b). *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período de reconquista (século IX–1137)* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

[100] Cf. Marques, A. E. (2006). *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906–1200)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal; de certa forma, significou um complemento, para a parte portuguesa, dos estudos sobre as sociedades rurais e a organização do espaço na Espanha medieval realizado José Ángel Garcia de Cortazar, seu orientador.

[101] Cf. Marques, A. E. (2012). *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da Diocese de Braga (séculos IX–XI). Ensaio metodológico* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

[102] Aludimos ainda a outros títulos importantes do mesmo autor Cf.: Marques, A. E. (2008a). *O casal: Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906–1200)*. Noia (Corunha): Editorial Toxosoutos; Marques, A. E. (2008b). Programa e resultados de uma investigação de mestrado em História Medieval: O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906–1200). *Medievalista, 4*, 1–12; Marques, A. E. (2009). Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: O casal e o processo de senhoralização do Entre Douro e Lima (906–1200). In I. Gonçalves (Coord.), *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas. IV. Povoamento e População* (pp. 166–207). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa; Marques, A. E. (2017). A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: Morfologia do casal entre os textos e as materialidades. In M. J. Barroca (Coord.), *No tempo de D. Afonso Henriques: Reflexões sobre o primeiro século português* (pp. 195–227). Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

[103] Respetivamente: Bandeira, M. M. (2000a). Diogo de Sousa, o urbanista – Leituras e texturas de uma cidade refundada. In *Separata de Bracara Augusta, v. 49* (pp. 19–58). Braga: Câmara Municipal de Braga; Bandeira, M. M. (2000b). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento.

E é neste domínio empírico que, a partir de 2008, a historiografia sobre o urbanismo medieval de Braga alavancou inúmeras potencialidades de pesquisas com a tese de doutoramento de Maria do Carmo Franco Ribeiro, com o título *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Esta produção cobre um largo período temporal, desde a sua matriz romana até à época moderna, dedicando particular atenção ao período medieval, nomeadamente no que diz respeito ao traçado das vias, à composição arquitetónica do edificado e à organização do sistema defensivo da cidade.

Os resultados alcançados pela autora despoletaram uma prolífica produção académica subsequente, dentre as quais algumas abrangem perspetivas evolutivas, enraizadas na época romana, estendendo-se, em alguns casos, até meados da época moderna. Entre os temas abordados, cabe realçar aqueles que versam sobre a evolução de Braga durante o período suevo-visigótico, realizado em colaboração com Luís Fontes, Manuela Martins e Helena Paula Carvalho (2010)[104]. Em parceria com Manuela Martins, enfatizamos aqueles que aludem às infraestruturas de abastecimento de água e os equipamentos urbanos descritos no *Livro da Cidade* de 1737 (2013)[105], e um estudo de caso sobre o arruamento da Rua Verde[106], desde a sua formação na época romana, sob a forma de um tramo ortogonal, até à sua transmutação numa rua periférica no interior da cidade amuralhada na época medieval e moderna.

Consecutivamente, empenhou-se em assuntos relativos à expansão periférica de Braga (2016a)[107], às instituições de assistência (2016b)[108], retomando temas já ensaiados por Marques, em 1989, assim como numa análise metodológica inovadora para calcular uma estimativa

---

[104] Cf. Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M. do C., & Carvalho, H. P. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V–VII. In A. García (Coord.), *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (S. VI–VIII)* (pp. 91–98). Toledo: Toletvum Visigodo; cabe ainda referir um outro trabalho em coautoria: Ribeiro, M. do C., & Fontes, L. (2015). The urban morphology of Braga between Late Antiquity and the fourteenth-fifteenth centuries. In R. Martínez Peñin (Ed.), *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries* (pp. 29–45). Lleida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida.

[105] Cf. Ribeiro, M. do C., & Martins, M. (2013). Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da cidade de Braga (1737). In M. Martins, I. Vaz de Freitas, & M. I. del Val Valdivieso (Coords.), *Caminhos da água — Paisagens e usos na longa duração* (pp. 179–222). Braga: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória; parte deste estudo havia sido previamente publicado: Martins, M., Meireles, J., Ribeiro, M. do C., Magalhães, F., & Braga, C. (2011). A água e o património cultural da região de Braga. *Forum, 46*, 5–36; sequencialmente ainda foi produzido sobre esta temática: Ribeiro, M. do C. (2020). Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval. In A. A. Andrade & G. M. Silva (Eds.), *Abastecer a cidade na Europa medieval* (pp. 383–402). Castelo de Vide: IEM — Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide.

[106] Cf. Martins, M., & Ribeiro, M. do C. (2013). Em torno da Rua Verde: A evolução urbana de Braga na longa duração. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Transformação morfológica dos tecidos históricos* (pp. 11–45). Braga: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

[107] Cf. Ribeiro, M. do C. (2016a). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In J. Correia & M. M. Bandeira (Coords.), *Actas da V Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana: Espaços da Morfologia Urbana* (pp. 27–38). Braga: Lab2PT — Laboratório de Paisagens, Património e Território / Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

[108] Cf. Ribeiro, M. do C. (2016b). A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: Reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães (norte de Portugal). In G. C. Domíngues (Coord.), *Civitas Bendita: Encrucijada de las relaciones sociales y de poder en la ciudad medieval* (pp. 51–79). León: Universidad de León, Área de Publicaciones.

demográfica da população urbana da cidade (2017)[109]. Inclusivamente, dedicou-se ao tópico da judiaria e dos elementos físicos que a constituíam (2018)[110], além de uma publicação em coautoria sobre a construção do complexo arquiepiscopal, que se inicia com a edificação da primeira torre senhorial de D. Gonçalo Pereira até à sua fase final, tendo por lastro uma reconstituição em 3D (2021)[111].

Maria do Carmo Ribeiro, juntamente com Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, organizaram ainda uma série de eventos académicos, quase todos na própria instituição, nas instalações do ICS — Instituto de Ciências Sociais —, centrados na problemática da evolução urbana. No entanto, o contributo de Melo tem sido especialmente notável no que toca às interações económicas, focando-se nas atividades associadas aos mesteres e nas mais variadas etapas dos processos construtivos.

Para mais, os dois investigadores direcionaram parte das suas pesquisas para um âmbito translocal e transregional, coligindo e cotejando resultados de outros centros urbanos a nível nacional. Entre os temas abordados, incluem-se a atividade económica na organização das cidades, o papel das corporações de ofícios e dos materiais construtivos[112], bem como o estudo dos sistemas defensivos, com especial enfoque no período das Guerras Fernandinas[113].

Outrossim, as suas publicações também se orientaram para uma metodologia comparativa, pendendo para a compreensão dos diferenciados processos de crescimento periférico em cidades como Porto, Guimarães e Lisboa[114]. Ainda caracterizaram e, em certo ponto, teorizaram as camadas populares urbanas e o seu papel nos distintos estratos populares, assim como as suas interações com outros grupos sociais no desenvolvimento e na configuração do espaço urbano[115]. No domínio do processo evolutivo, foram promotores de um exame diacrónico, sob a ótica dos

---

[109] Cf. Ribeiro, M. do C. (2017). População e espaço urbano: Braga em finais do século XIV. In *II Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: Sociedade* (pp. 181–207). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

[110] Cf. Ribeiro, M. do C. (2018). Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga. In A. A. Andrade et al. (Eds.), *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval* (pp. 307–332). Castelo de Vide: IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide.

[111] Martins, M., Mar, R., & Ribeiro, M. do C. (2021). *O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga*. Braga: UMinho Editora.

[112] Cf. Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2012a). A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Sociedade e economia* (pp. 145–171). CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória; Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2012b). Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. In A. S. Melo & M. do C. Ribeiro (Coords.), *História da construção: Os materiais* (pp. 127–166). CITCEM / LAMOP.

[113] Cf. Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2013). O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII–XVII). In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Transformação morfológica dos tecidos históricos* (pp. 183–222). CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória / IEM — Instituto de Estudos Medievais, FCSH — Universidade Nova de Lisboa.

[114] Cf. Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2014a). O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII–XVI). In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Cidade e periferias* (pp. xx–xx). CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória; Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2018). O estudo das construções na Idade Média em Portugal: Metodologias e perspetivas de investigação. In J. Marcarenhas-Mateus (Ed.), *A história da construção em Portugal: Consolidação de uma disciplina* (pp. 29–42). [s.n.].

[115] Cf. Melo, A. S., & Ribeiro, M. do C. (2014b). Los grupos populares en las ciudades medievales portuguesas: Problematización y reflexión comparativa. In J. A. Solórzano Telecha, B. Arízaga Bolumburu, & J. Haemers (Eds.), *Los grupos en la ciudad europea* (pp. 109–132). Instituto de Estudios Riojanos.

poderes urbanos enquanto peças basilares que plasmaram a paisagem urbana de Braga no tempo[116].

Por último, nesta mesma esteira, Sandra Raquel Oliveira da Silva Martins tem-se dedicado, nos últimos anos, ao estudo político e da esfera dos poderes urbanos em Braga, compulsando, para isso, fontes eclesiásticas — mitra e cabido de Braga —, concelhias e régias. Tal interesse tem norteado as suas investidas académicas na última década, principiando com a apresentação da sua dissertação de mestrado, em 2013, atinente ao exercício administrativo do concelho bracarense, estabelecendo uma caracterização sociológica, económica e política das elites governativas da segunda metade do século XV[117]. Em 2015, deu continuidade a este percurso, explorando as tipologias dos bens imóveis do concelho no final dos séculos XV e XVI, com base nos *Livros de Tombo da Câmara Secular*[118]. Em 2020, dirigiu a sua atenção para as disputas políticas entre a mesa capitular, a mesa arquiepiscopal e o concelho da cidade pelo controle da repartição de carne e peixe em Braga nos séculos XIV e XV[119]. E, sobretudo, em 2024, a apresentação da sua tese de doutoramento intitulada *O poder de Governar: Instituições, Ideologias e Representações em Braga nos Finais da Idade Média (Sécs. XIV e XV)*[120].

[116] Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2015). Tecido urbano e poderes em Braga na Idade Média. In G. Cavero Domínguez (Coord.), *Construir la memoria de la ciudad: Espacios, poderes e identidades en la Edad Media (XII–XV)* (Vol. 1, pp. 77–93). Universidad de León — Servicio de Publicaciones.

[117] Cf. Martins, S. R. da S. O. (2013). *O concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d'os honrados cidadãos e regedores* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

[118] Cf. Martins, S. R. da S. O. (2015). A tipologia dos bens imóveis do Concelho de Braga nos finais do século XV e inícios do século XVI. In R. Martinez Peñin & G. Cavero Domínguez (Eds.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el noroeste de la Península Ibérica* (pp. 561–578). Instituto de Estudios Medievales e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

[119] Cf. Martins, S. R. da S. O. (2020). A luta política pelo controle da repartição da carne e do peixe em Braga nos séculos XIV e XV. In A. Aguiar Andrade & G. M. da Silva (Eds.), *Abastecer a cidade na Europa medieval* (pp. 237–250). IEM — Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide.

[120] Martins, S. R. da S. O. (2024). *O poder de governar: Instituições, ideologias e representações em Braga nos finais da Idade Média (Sécs. XIV e XV)* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal. Desenvolvida sob a orientação de A. S. Melo (UMinho) e coorientação de P. Boucheron (Collège de France).

CAPÍTULO 2. PROBLEMÁTICA, FONTES E METODOLOGIA

1. Problemática e objetivos do estudo

Segundo Álvarez Álvarez (1992, p. 20), o estudo total de uma cidade deve começar pelo seu urbanismo, devendo os historiadores dedicar especial atenção ao entendimento do espaço urbano e à sua materialização, considerando o seu contexto histórico, as hierarquias sociais, a configuração topográfica e os elementos constitutivos do seu termo. Para o autor, a perceção da malha viária e as praças, assim como a distribuição populacional em paróquias, permitem, na sua ótica, melhor compreender o espaço urbanizado.

Com base na reflexão acima exposta, pode-se inferir que o estudo das transformações no espaço urbano de Braga e em outras regiões do Noroeste da Península Ibérica entre os séculos XI e XV acompanha, em linhas gerais, o processo de formação territorial orientado pelo crescimento demográfico e pela reorganização das antigas sedes episcopais no contexto da Reconquista cristã. Apesar dos avanços já alcançados no caso bracarense, a compreensão do processo de evolução e transformação urbanística constitui um objetivo em contínua construção que beneficia de diferentes abordagens de pormenor. Desse modo, o foco neste trabalho incide sobre a problemática da relação que se estabelece entre o núcleo urbano e o seu espaço extramuros, visando suprir aspetos ainda insuficientemente explorados pela historiografia.

Esta abordagem permitirá uma investigação mais pormenorizada da sua zona periurbana e das suas características específicas, e, na medida em que as fontes o permitem, examinar como eram exploradas as áreas rurais circunvizinhas. Consideramos essa inter-relação indispensável, pois a cidade e as áreas rurais configuravam-se numa dinâmica de interdependência: o núcleo urbano dependia dos recursos económicos e populacionais dos espaços suburbanos, ao passo que influenciava reciprocamente a organização socioeconómica dessas áreas.

Importa, neste contexto, explicitar a utilização dos conceitos operatórios mobilizados ao longo do estudo. Entende-se por *periferia* o espaço extramuros em sentido lato, englobando tanto áreas imediatamente contíguas à muralha quanto zonas mais afastadas sob influência urbana. O *subúrbio* designa, por sua vez, esse mesmo espaço enquanto realidade funcional e administrativa mais ampla, no interior da qual se insere a *zona periurbana*, aqui definida como a faixa mais próxima da cidade, caracterizada pela interpenetração de elementos rurais e urbanos, pela

intensidade das relações económicas com o núcleo e pela sua função no abastecimento e circulação (Chery, 2010, pp. 35 e 61).

Neste estudo, opta-se por não estabelecer uma distinção rígida entre os termos *periferia* e *subúrbio*, reconhecendo que a sua delimitação conceptual varia em função dos enquadramentos analíticos adotados. Privilegia-se, contudo, o uso de *zona periurbana* enquanto categoria analítica operatória, entendida como o espaço extramuros mais diretamente articulado com o núcleo urbano, ainda que não necessariamente condicionado pela existência de uma delimitação física contínua, sendo igualmente aplicável a contextos em que essa definição se estabelece pela proximidade e pelas formas de articulação económica e espacial com o centro urbano.

Para efeitos de delimitação da *zona periurbana* da cidade de Braga, objeto central desta investigação, adota-se como referencial operatório um raio de aproximadamente 1 km em torno do recinto muralhado, tomando como ponto central a Sé Catedral, não como limite absoluto, mas como referencial metodológico de delimitação espacial. Este critério é aplicado em articulação com os elementos fornecidos pelas fontes, designadamente a localização das igrejas paroquiais — herdeiras de antigas basílicas paleocristãs eclesiásticas implantadas nas proximidades do núcleo urbano —, os eixos viários de escoamento, o curso do rio Este e os dados cartográficos e iconográficos disponíveis. Estes últimos, embora não constituam representações rigorosamente exatas, tendem a evidenciar os principais traços da organização espacial e das estruturas de circulação, sobretudo no espaço compreendido no raio de 1 km. O cruzamento destes elementos permite aferir o grau de articulação económica e funcional entre o núcleo urbano e o espaço extramuros mais próximo.

Neste quadro analítico, a zona periurbana é entendida, segundo Bove (2014, p. 140), como a dimensão externa de um recinto muralhado, caracterizada pela interconexão entre áreas rurais e urbanas. As portas da muralha e os caminhos extramuros que a elas afluíam representavam o principal elemento que viabilizava essa conexão e articulação entre a cidade e o seu espaço envolvente, sendo, além de mecanismos de ligação, instrumentos de intercâmbio e abastecimento vitais para o núcleo murado.

Este perímetro extramuros não se restringia a uma delimitação de ordem material, mas configurava igualmente um espaço funcional integrado numa jurisdição mais ampla, no qual se inscreviam relações de produção agrícola, formas de povoamento e hierarquias sociais específicas (Leguay, 1980, p. 64). Do ponto de vista metodológico, trata-se de um espaço não delimitado

pelas fontes, exigindo, por conseguinte, uma definição operatória baseada na proximidade ao núcleo urbano e na intensidade das relações económicas e funcionais com este.

Seria, assim, uma zona de influência urbana e de continuidade das dinâmicas de ocupação do solo, onde muitos citadinos possuíam bens, distribuindo as suas propriedades desde as imediações das muralhas. O ordenamento territorial dessas propriedades seguia uma lógica própria: eram delimitadas por marcos físicos, enquanto os caminhos de interligação estruturavam os fluxos de circulação e abastecimento — elementos ainda observáveis, para Braga, no *Mapa de Braunio* (1594) (ver Figura 1). Paralelamente, estas zonas concentravam infraestruturas essenciais à dinâmica social, como paróquias, capelas e estabelecimentos assistenciais, que respondiam às necessidades locais e aos fluxos de mobilidade.

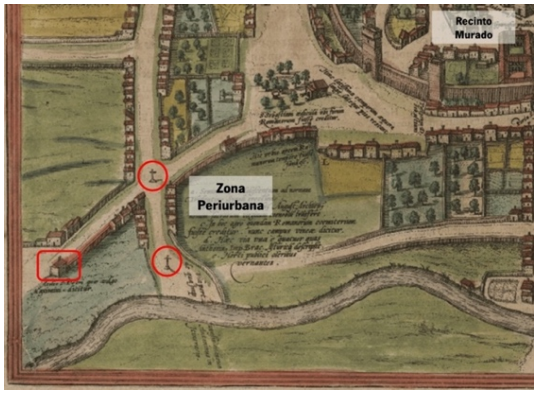


Figura 1. Recorte da zona sudoeste do espaço periurbano de Braga, conforme representado no *Mapa de Braunio* (1594). Assinalam-se a igreja paroquial de São Pedro de Maximinos (em destaque com retângulo vermelho) e os cruzamentos viários que articulavam as antigas portas da cidade (assinalados por círculos vermelhos), evidenciando elementos estruturantes da morfologia periurbana extramuros da cidade de Braga. Edição do autor.

Estabelecido este enquadramento conceptual, que orientará a análise desenvolvida ao longo do estudo, o recorte temporal selecionado abrange desde a restauração da diocese bracarense em 1071, conduzida pelo bispo D. Pedro, até 1510, última datação das fontes utilizadas, evitando adentrar, efetivamente, nas transformações promovidas no século XVI pelo arcebispo D. Diogo de Sousa. Essa cronologia ampliada foi escolhida para oferecer uma visão contínua das mudanças urbanísticas da cidade, contextualizando os eventos históricos nos quais Braga esteve envolvida. Dessa maneira, a abordagem proposta visa compreender as mudanças urbanísticas em correlação com o contexto político e social durante a Baixa Idade Média, traçando, assim, uma perspetiva mais precisa das transformações da cidade e do seu entorno.

Para alcançar esse objetivo, averiguaram-se diversos estudos sobre o desenvolvimento urbano de Braga até ao século XIII, a fim de compreender a sua evolução e conformação no século XIV. A partir desta centúria, verifica-se maior ampliação e acessibilidade das fontes documentais, o que

se justifica, em parte, pelas crises enfrentadas pela arquidiocese. Este intervalo temporal abarca eventos de grande agitação na história da cidade, como o ataque castelhano no contexto das Guerras Fernandinas e o período em que a jurisdição da cidade esteve sob domínio régio, após o escambo realizado em 1402 entre o monarca D. João I (1385–1433) e o arcebispo D. Martinho Afonso da Charneca (1398–1416). Nessas conjunturas de instabilidade, a documentação se revela mais abundante, motivada pela insegurança jurídica que pode ocorrer no que respeita, em particular, ao património imobiliário.

Dentro desse contexto, procurou-se destacar os diferentes ritmos de transformação da forma urbana de Braga e de seu espaço envolvente, esclarecendo os processos que conduziram a essas mudanças. Logo, propõem-se alguns objetivos específicos que contribuem para a compreensão do objetivo geral.

Torna-se, portanto, essencial identificar as tipologias das propriedades do Cabido, principal agente imobiliário da cidade, ou pelo menos um dos mais relevantes, ao qual pertencia a maior parte da documentação conservada e analisada sobre esta temática. A análise das tipologias residenciais, como as "construções correntes" e as casas-torre, permite depreender o grau de ocupação e desenvolvimento construtivo dos diversos quarteirões. Ademais, a associação entre o perfil social dos emprazadores e subemprazadores — explorada ao longo da tese com a devida cautela — possibilita evidenciar alguns elementos cruciais relacionados com o perfil socioeconómico das partes contratantes, ou indicando, por exemplo, se se tratava de uma zona de exclusão, como a judiaria, ou de um espaço comercial, geralmente localizado em largos e praças, e, ainda, se as características do edificado tinham alguma coerência com a toponímia viária.

Ainda dentro dos objetivos específicos, interpretam-se, à luz das diferentes fontes, outros elementos conformativos, como os espaços de sociabilidade, comércio, religiosidade, decisão de poder, bem como os equipamentos urbanos, as estruturas de abastecimento, infraestrutura e o sistema de defesa, visando complementar o plano da cidade medieval com informações ainda não tratadas na historiografia. Por outro lado, a pesquisa atentou às estratégias do cabido para a manutenção e transformação das suas propriedades, valendo-se da diversidade e flexibilidade dos contratos de emprazamento. A análise minuciosa desses contratos esclarece, em certa medida, como eram instrumentalizados enquanto ferramentas de gestão e defesa patrimonial.

Particular atenção foi dedicada à interligação que se estabelece com o espaço exterior das muralhas, associando, por sua vez, as regiões periféricas, no escopo de identificar e construir

mapas da sua zona periurbana, destacando as suas alterações espaciais, especialmente após a destruição do semicírculo setentrional periurbano em 1369, com a invasão de Henrique de Trastâmara.

No âmbito de investigar as zonas mais afastadas da cidade, o nosso estudo norteou-se pela relação entre a cidade e o seu entorno agrícola. Tal propósito consistiu em identificar as unidades de exploração agropastoril e as áreas rurais de produção nas proximidades da cidade. Dessa forma, averiguamos as propriedades rurais integradas no que correspondia ao couto de Braga, no interior do qual algumas freguesias mais afastadas do núcleo urbano – e identificadas no nosso estudo – foram localizadas até aproximadamente 8 km de distância, em linha reta, da Sé Catedral, nomeadamente as freguesias de Crespos e Escudeiros. Por outro lado, desconsiderou-se o *termo* de Braga do século XI, que correspondia a lógicas e contextos muito distintos, com distâncias superiores, podendo atingir cerca de 11 a 12 km, como nos casos de Moure, Jusefrei, entre outros.

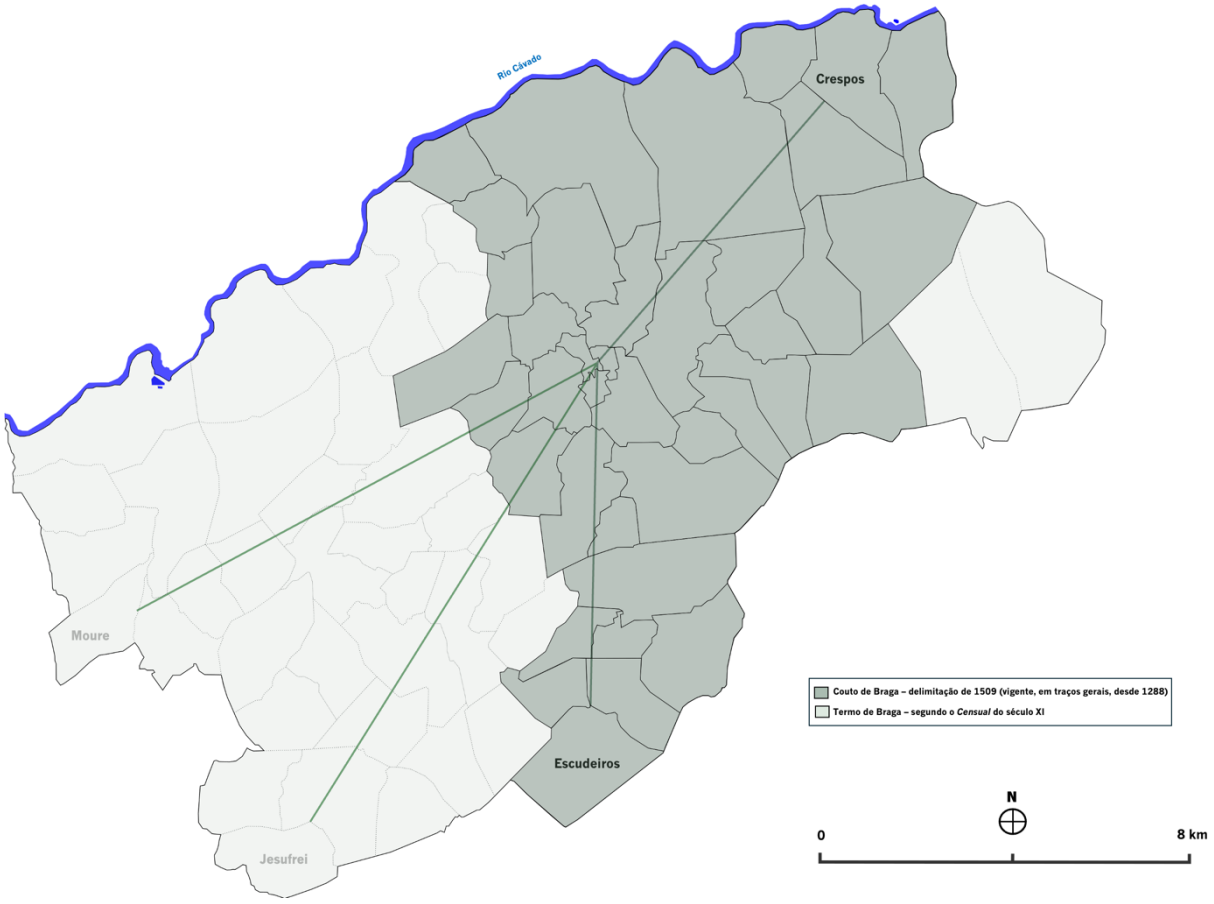


Figura 2. Representação do couto de Braga em 1509 (vigente, em traços gerais, desde 1288) e do termo (segundo o Censual do século XI), com base no estudo de Martins (2024, p. 81). As distâncias no termo para as freguesias de Moure e Jusefrei equivalem a aproximadamente 11–12 km, ao passo que Escudeiros e Crespos se situam a cerca de 8 km do núcleo urbano.

Esta diferenciação espacial entre áreas mais próximas e mais distantes do núcleo urbano assenta na compreensão dos distintos níveis de articulação económica e funcional com a cidade, permitindo aferir variações no grau de dependência e integração destas unidades produtivas no

sistema urbano bracarense. Assim, procurou-se distinguir as espécies de cultivo agropastoril e perceber a sua prevalência e incidência no couto, da mesma forma que no caso das espécies de árvores frutíferas e do coberto florestal que compunham a paisagem rural nas adjacências de Braga, pois revela aquelas que, pela sua maior abundância, abasteceriam a cidade.

Do ponto de vista conceptual e metodológico, importa, contudo, precisar que o recorte espacial privilegiado nesta análise não corresponde ao termo da cidade na sua total extensão, mas antes ao couto de Braga, enquanto circunscrição territorial mais restrita e diretamente vinculada à autoridade arquiepiscopal (Martins, 2024, pp. 60–62). Com efeito, segundo a interpretação de A. J. Costa, o couto bracarense dos séculos XI e XII configurava uma unidade menos extensa do que a denominada Terra de Braga[121].

Neste contexto mais alargado coexistiam ainda outras circunscrições dotadas de imunidades jurisdicionais, como os coutos monásticos de Tibães e de Vimieiro, o que evidencia a complexidade da organização territorial e a sobreposição de poderes no espaço envolvente à cidade. Todavia, a consideração integral desse quadro implicaria uma escala de análise que ultrapassa os objetivos do presente estudo.

Assim, a opção pelo couto de Braga enquanto referência espacial não constitui uma limitação arbitrária, mas antes uma escolha metodologicamente fundamentada, que permite assegurar maior coerência analítica e aderência às fontes disponíveis, concentrando a observação nas áreas mais diretamente articuladas com o núcleo urbano e sob influência mais imediata das dinâmicas urbanas.

Portanto, embora se reconheça a existência de um espaço suburbano mais vasto e heterogéneo, a análise privilegia os setores nos quais essa articulação se manifesta de forma mais intensa e documentável, permitindo uma abordagem mais rigorosa das relações entre cidade e espaço rural envolvente.

2. Caracterização e alcance das fontes

A análise recorre, de forma complementar, à cartografia histórica elaborada em períodos posteriores à Idade Média, articulada com a leitura crítica do tecido urbano atual e com os resultados de intervenções arqueológicas previamente publicados, os quais permitem aferir, ainda que de modo indireto, a materialidade de estruturas e dinâmicas espaciais pretéritas. A relevância

[121] Cf. Costa, A. J. da (1997–2000). O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga (Vols. 1 e 2, 2ª ed.) (1.ª pub. 1959). Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, pp. 380–381; Martins, 2024, pp. 59–81.

deste procedimento reside na capacidade de integrar diferentes tipologias de fontes e contributos historiográficos, frequentemente dispersos, mas convergentes na reconstituição das formas de ocupação e organização do espaço urbano e periurbano.

Quando analisados de forma articulada, segundo uma lógica cronológica e contextual — isto é, tendo em conta os enquadramentos sociais, económicos, políticos e culturais próprios de cada momento —, esses dados permitem uma leitura mais coerente e fundamentada das dinâmicas de transformação da cidade e da sua área envolvente, ultrapassando interpretações fragmentárias ou descontextualizadas.

Assim, adota-se uma abordagem integrada e multidisciplinar, orientada para a compreensão do processo de constituição e desenvolvimento urbano e periurbano de Braga ao longo da Idade Média, cujos resultados são igualmente traduzidos em representações cartográficas interpretativas, elaboradas com base na informação documental e analítica reunida, e apresentadas ao longo dos capítulos.

2.1. Os Livros de Tombo e os Livros de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga

No que concerne à documentação textual, procedeu-se à sistematização dos dados extraídos dos *Livros de Tombo* e dos *Livros de Prazos* das propriedades do Cabido da Sé de Braga.

Não foram considerados, neste estudo, os *Livros de Tombo da Câmara Secular*, na medida em que estes foram objeto de análise aprofundada no âmbito da tese de doutoramento de Sandra Raquel da Silva Oliveira Martins, recentemente concluída (2024), cujos resultados foram pontualmente mobilizados sempre que pertinentes.

Por outro lado, a documentação produzida pela mesa capitular, atendendo à expressiva dimensão e diversidade do seu património urbano e fundiário em Braga, constitui um *corpus* suficientemente robusto para sustentar a presente análise, exigindo, por si só, um tratamento sistemático e aprofundado.

2.1.1. Os três primeiros *Livros de Tombo* (1369 a 1404)

Os *Livros de Tombo* (1369–1404) estão organizados em quatro volumes, atualmente conservados no Arquivo Distrital de Braga, no fundo da Mitra e do Cabido, na *2.ª Gaveta dos Cartulários*. Porém, analisaremos conjuntamente os três primeiros, considerando que a simetria

de seu conteúdo permite uma articulação mais coerente entre eles, enquanto o quarto volume será apresentado de forma destacada (2.1.2).

O primeiro volume abrange o período de 1369 a 1380; o segundo, os anos de 1393 a 1394; e o terceiro, de 1403 a 1404. Estes três códices contêm os registos das propriedades urbanas e periurbanas de Braga, emprazadas nas datas indicadas, assim como as rendas auferidas aos cónegos da Sé (prebenda), seja por contratos de emprazamento, seja pelo pagamento de censos. Consta ainda nestes livros o censual da mesa capitular. De modo particular, o primeiro tombo inclui o *Livro das Dádivas*, a confirmação das igrejas e a distribuição dos clérigos; o segundo e o terceiro apresentam o pagamento das vacas e as visitações, enquanto o terceiro regista, exclusivamente, as rendas das capelas.

Numa breve análise codicológica, o primeiro dos *Livros de Tombo*[122], o mais volumoso dentre eles, notabiliza-se pela encadernação, composta por uma capa de couro com espessura de 7 cm e dimensões de 56 x 40 cm, atualmente bastante deteriorada (ver Figura 3). O couro está fixado aos pergaminhos por meio de seis robustas tiras de cerca de 2 cm de largura. Apesar do desgaste da encadernação, os 147 fólios de pergaminho encontram-se em bom estado de conservação, exceto alguns que, raramente, apresentam pequenos orifícios ou rasgaduras. A caligrafia, em estilo gótico, é predominantemente legível, embora algumas palavras estejam ligeiramente embaciadas ou esmaecidas. Diferentemente de todos os outros, parece ter sido redigido em ambiente estável e firmemente apoiado, dado que a mancha textual tem proporções bastante regulares em quase toda a sua extensão, emoldurando-se em 41,5 x 27,5 cm, e praticamente sem rasuras[123], o que insinua que a redação foi realizada com extremo cuidado e esquadrinhada de maneira uniforme. Por sua vez, a coloração das letras varia em tons de marrom, oscilando entre nuances mais claras e escuras, com o uso de vermelho para destacar algumas rúbricas e os títulos alusivos às localidades onde o cabido possuía propriedades.

[122] O respetivo *Livro de Tombo* foi anteriormente analisado por Avelino de Jesus da Costa e, largamente, foi o tombo mais estudado. Em razão dessa preponderância, optámos por examinar o conjunto completo dos códices, visando um apuramento mais rigoroso das informações. Conforme mencionado por Cristina Maia Peixoto de Carvalho (1998, p. 1), a datação do referido tombo é atribuída a Avelino de Jesus da Costa, com base numa anotação feita por Alberto Feio, então diretor do Arquivo Distrital de Braga.

[123] As dimensões aqui apresentadas foram obtidas *in loco*, mediante o uso de instrumentos de medição adequados, tais como compassos, réguas e fitas métricas. Estes valores diferem daqueles registados por Cristina Maria Peixoto de Carvalho (1998, pp. 1–2), que indicou medidas de 560 x 380 mm para a capa e contracapa, e de 415 x 280 mm para a caixa de texto.

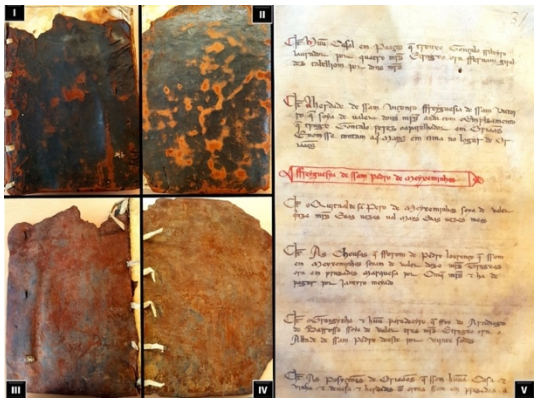


Figura 3. Apresentação do primeiro *Livro de Tombo* (1369 a 1380): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) exemplo de mancha de escrita no fólio 31

O segundo e o terceiro *Livros de Tombo* apresentam semelhanças estéticas, apesar de possuírem dimensões distintas. Efetivamente, o segundo *Livro de Tombo* é constituído por 95 fólios[124], com uma encadernação cuidadosamente feita para proteger seu conteúdo, unindo a capa e a contracapa, de 36 x 25 cm[125], por meio de duas tiras de couro que perfuram tanto os fólios quanto a capa, tendo, portanto, uma espessura de 2 cm[126] (ver Figura 4). O material utilizado para o invólucro é um couro menos rijo que o do primeiro livro e possivelmente reutilizado, dado que a contracapa exibe um pequeno rombo e um rasgo no canto superior direito. Ainda é possível observar duas outras tiras de couro na extremidade da lombada, utilizadas para costurar os fólios ao invólucro, que se encontra em melhores condições que o dos outros dois[127]. O texto é redigido em gótico cursivo, disposto de maneira assimétrica, tanto em termos de proporção quanto de tamanho das letras, e a coloração do marrom, tal como no primeiro volume, ora se apresenta mais intensa, ora mais suave, conforme o desgaste da tinta durante a redação. Os títulos, escritos também em tons de marrom e inseridos em retângulos, referenciam as localidades onde os cónegos obtinham rendas das propriedades, além de haver diversas notas marginais complementares.

[124] Neste caso, o material utilizado não consistia em folhas de couro tratado.
[125] As nossas medições diferem apenas ligeiramente das realizadas por Maria Celeste Brandão Ferreira (2000, p. 7), que registou um envoltório de 35 x 25 cm. É importante notar que a caixa de texto apresenta considerável irregularidade, embora, de modo geral, se enquadrasse nas dimensões de 30 x 9 cm, com expressivas variações na largura.
[126] Respetivamente, 3 e 7 centímetros de comprimento.
[127] Apresentam uma largura de 1 cm.



Figura 4. Apresentação do segundo *Livro de Tombo* (1393 a 1394): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) exemplo de mancha de escrita no fólio 59.

O terceiro *Livro de Tombo* possui dimensões intermédias em relação aos outros dois, contendo 145 fólios e sendo envolto por uma capa de couro maleável, semelhante à do segundo volume, com dimensões de 45 x 33 cm[128], embora cerca de um terço esteja corroído (ver Figura 5). A lombada integra o invólucro aos fólios por meio de uma tira de couro no centro, determinando uma espessura de 4 cm. No que diz respeito à coloração, esta segue o padrão dos outros volumes, com tons de marrom, e a escrita em gótico cursivo assemelha-se à do segundo livro, com disposição textual igualmente irregular. Distingue-se, porém, pela melhor conservação dos fólios, ainda que a mancha textual apresente variações consideráveis nas suas dimensões[129].



Figura 5. Apresentação do terceiro *Livro de Tombo* (1403 a 1404): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) exemplo de mancha de escrita no fólio 95.

A razão pela qual estes três volumes foram analisados em conjunto reside no facto de o seu conteúdo permitir uma comparação mais associativa, além de as respetivas cronologias possibilitarem interpretações mais sólidas acerca da evolução urbana da cidade ao longo de um

[128] As nossas medições diferem, mais uma vez, das realizadas por Maria Celeste Brandão Ferreira (2000, p. 8), que registou um envoltório de 42 x 32 cm.

[129] Em geral, as dimensões enquadravam-se em 25 x 25 cm, embora a largura apresentasse nítidas variações.

período de 35 anos, entre 1369 e 1404. No que respeita ao contexto em que os livros foram produzidos, Avelino de Jesus da Costa (1997) adverte que o primeiro volume foi encomendado pelo deão Estêvão Peres e pelo chantre Vasco Domingues — este último destituído em 1380 — com o propósito de arrolar as casas destruídas junto à muralha, na sequência da invasão de D. Henrique de Trastâmara, durante a prelazia de D. Lourenço Vicente (1373–1398). Para além desta perspetiva, importa salientar que as ações reformadoras do arcebispo entraram em conflito com a política de D. Fernando, cujas desavenças culminaram na ocupação militar da cidade, em 1377, e respetivamente no confisco dos bens pessoais do prelado e da mitra. A jurisdição arquiepiscopal seria restituída apenas em 1382[130], quando o arcebispo ainda se encontrava exilado em Roma.

A presença régia fez-se frequente também durante o reinado de D. João I entre os anos de 1386 a 1388, tendo igualmente nesta cidade convocado as Cortes[131]. A escassez de referências explícitas permite apenas inferir uma atenção particular do rei à conjuntura militar no Norte do reino, cuja atividade político-administrativa causaria, em 1402, a celebração de um contrato de escambo entre a arquidiocese e o monarca (Marques, 1997, pp. 20–22, Martins, 2024, pp. 244–314), por meio do qual a jurisdição foi transferida o poder régio.

Para além da esfera bélica, a partir da segunda metade do século XIV, o território português foi atingido, em diferentes cadências, por duas outras grandes crises: a crise agrícola e a peste. Segundo Maria Helena da Cruz Coelho (2002, p. 152), o país abrandou o seu "ritmo de crescimento e assistiu-se a diminuição dos arroteamentos, a paragem das transações imobiliárias, e a queixa de penúria de víveres e de tempos difíceis, que alguns maus anos agrícolas agudizaram". Por sua vez, a peste — especialmente a partir do surto de 1348 (Silva, 2021) — complementaria a tríada guerra, fome e peste, provocando desequilíbrios demográficos e desencadeando crises sanitárias de larga escala[132].

Neste panorama, não surpreende que tais fatores tenham introduzido um cenário de imprevisibilidade quanto às heranças e às transações de bens, afetadas por flutuações monetárias, pelo abandono de contratos enfitêuticos e pelo elevado número de decessos — ou mesmo por migrações — motivados pela fome, pelos conflitos ou pelas infeções incuráveis associadas às doenças pestíferas. Tais circunstâncias poderão ter acelerado o encerramento de alguns prazos e

[130] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 954; a restituição da jurisdição coincidiria com os tratados que encerraram a Terceira Guerra Fernandina: o de Elvas (1382) e o de Salvaterra de Magos (1383).

[131] Este assunto será tratado mais adiante, no capítulo 4.

[132] Sobre este assinto cf.: Marques, A. H. de O. (1987). Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In J. Serrão & A. H. de O. Marques (Dirs.), *Nova História de Portugal* (Vol. 4). Editorial Presença.

foros, maioritariamente estabelecidos por três vidas, ainda que a documentação analisada não explicite de forma direta essas condições. Assim, não obstante a impossibilidade de conclusões perentórias, é importante considerar esses fatores, dada a sua escala e impacto em todo o território português e para além dele.

É nesse quadro de instabilidade que se insere a hipótese aqui sustentada quanto à cautela dos cónegos bracarenses ao registarem os seus bens em inventários, através da constituição dos *Livros de Tombo*, com o objetivo de assegurar respaldo jurídico em eventuais casos de usurpação ou assenhoreamento do património capitular. Essas iniciativas poderiam, igualmente, garantir a legitimidade e a continuidade da posse sobre o edificado ao longo dos quase setenta anos de domínio régio, até à restituição do senhorio à Arquidiocese de Braga, ocorrida em 1472 — período em que se observa, novamente, uma prolífica produção documental da Mitra, especialmente nos anos que precederam a morte de D. Fernando da Guerra, entre 1466 e 1467.

Assim, conforme os pressupostos interpretativos de Maria Celeste Brandão Ferreira (2000, p. 5), os segundo e terceiro *Livros de Tombo* devem ser compreendidos em continuidade com o primeiro, apresentando-se como cadernos de índole contabilística, nos quais se registavam as propriedades da mesa capitular, os censos, os direitos e os rendimentos. Como será demonstrado adiante, além de derivarem do primeiro volume — e de ser plausível a existência de outros que resistiram ao passagem do tempo —, os róis de propriedades não conservaram de forma invariável as tipologias e quantidades de bens urbanos do Cabido ao longo dos diferentes períodos. Pelo contrário, revelam oscilações tanto no número como na natureza dos bens, alterações no perfil dos emprazadores e nos valores dos prazos e censos.

É, pois, admissível que esses cadernos tenham sido reelaborados a partir do primeiro, com o intuito de atualizar o inventário, em resposta a conjunturas político-administrativas, climáticas e endémicas que poderiam gerar alguma insegurança no cumprimento contratual.

2.1.2. O quarto *Livro de Tombo* (1466 a 1510)

Separámos deliberadamente a análise do quarto *Livro de Tombo*, como já referido, em virtude de dois prismas distintos: o cronológico e o de conteúdo. Cronologicamente, sua composição inicia-se em 1466 e estende-se até 1510, o que justifica a delimitação temporal de nossa tese a este período e não ao final do quatrocentos, dado o nosso propósito inicial de não adentrar na prelazia de D. Diogo de Sousa. Esse limite cronológico é reforçado pela singularidade do seu conteúdo, que difere substancialmente tanto dos demais *Livros de Tombo* quanto dos *Livros de*

Prazos, uma vez que nele se detalha a organização e constituição de diversas propriedades rurais — conforme está escrito em sua capa, "tombo dalgu*m*as propriedades do Cabidoo" — tanto em freguesias do termo de Braga quanto em outras localidades, nomeadamente Domez (Feitosa), no termo de Ponte de Lima; Terra de Tamel e São Salvador do Monte, no termo de Barcelos; Terroso, no termo da Póvoa; São Martinho d'Escariz e São Salvador, no termo de Prado; e Santa Maria de Novigilde, no termo de Vila Chã, apenas para citar algumas.

O afilamento da estrutura física deste tombo revela uma evidente falta de apuro em comparação com os outros, o que se reflete tanto na organização do conteúdo quanto na divisão das propriedades. Verificamos a constante repetição de títulos, anotações marginais, erros de grafia, imprecisões textuais e rasuras, do que indicia que este códice fora carregado para exame *in loco*. Além disso, pela análise do traçado das palavras, aparenta ter sido redigido por mais de um escrivão. Interessa notar que o primeiro fólio inicia com a descrição das propriedades, sem um comentário formal prévio, contendo apenas algumas anotações apócrifas de difícil compreensão. Essas notas têm uma intenção desconhecida, assinalando frases como "*e* as herdades [*sic*] com[*sic*] *e* Refalad*os*" ou ainda "estaquj o casal do carualho e*m* frades dolejros".

Este documento é composto por um invólucro de couro maleável, no qual se encontram inscrições sobrepostas e de difícil legibilidade, sugerindo tratar-se de um palimpsesto ou de um pergaminho contendo indicações para a ordem do dia de uma determinada missa ou dos cânticos (ver Figura 6). As suas dimensões são de 45 x 33 cm, envolvendo um conteúdo com 4 cm de espessura, unido por duas tiras de couro de 3 e 4 cm de altura, respetivamente. A caixa de texto é regular em altura, medindo 25 cm, embora apresente variações na largura, que frequentemente também é de 25 cm. A escrita, cursiva e relativamente compreensível, é disposta de forma irregular, com palavras ora maiores, ora menores, ajustadas para compactar a informação. Tanto os títulos quanto as notas marginais e o corpo do texto possuem uma coloração marrom-escura, que, em certas partes, se apresenta mais alvadia devido a consumação da tinta ou do próprio fólio.



Figura 6. Apresentação do quarto *Livro de Tombo* (1466 a 1510): (I) capa externa, (II) contracapa externa, (III) capa interna, (IV) contracapa interna, (V) lombada do livro com a costura dos fólios e (VI) exemplo de mancha de escrita no fólio 95.

Conforme será exposto adiante, este tombo, em conjunto com os *Livros de Prazos* e a documentação contida no *Liber Fidei*, serviu de lastro à tentativa de reconstrução, em articulação com fontes cartográficas, de uma representação cartográfica interpretativa da zona periurbana de Braga entre os séculos XIV e XV.

2.1.3. Os *Livros de Prazos* (1465 a 1502)

Os *Livros de Prazos*, tal como os *Livros de Tombo*, encontram-se preservados no Arquivo Distrital de Braga, compondo um extenso acervo de contratos locatários, prazos, ainda que incluam alguns escambos (de prazos ou de propriedades) e arrendamentos, tanto de bens urbanos quanto rurais. Fisicamente, esses volumes apresentam características bastante semelhantes entre si, sendo encadernados em resistentes capas de couro de tonalidade clara, com saliências visíveis nas lombadas, consequência da técnica de costura dos fólios. Nestas lombadas, observa-se a inscrição de uma cruz de Malta, a palavra "PRAZOS" em letras maiúsculas, o número do tomo (tombo) abrangido (ver Figura 7). O primeiro volume cobre o espaço de tempo de 1465 a 1475; o segundo, de 1476 a 1492; o terceiro, de 1466 a 1500; e o quarto, de 1499 a 1502.



Figura 7. Apresentação da estrutura física das lombadas dos três primeiros *Livros de Prazos* e da capa do quarto volume

Quanto às suas dimensões, as capas e as caixas de texto são quase uniformes. As capas medem: 32 x 22,5 cm no tomo 1; 32 x 22,5 cm no tomo 2; 28 x 22,5 cm no tomo 3; e 30,3 x 22,5 cm no tomo 4. As caixas de texto exibem as seguintes dimensões: 27 x 10 cm no tomo 1; 27 x 8 cm no tomo 2; 26 x 8 cm no tomo 3; e 26 x 8 cm no tomo 4. No que se refere à espessura, o tomo 1 tem 4 cm; o tomo 2, 5 cm; o tomo 3, 3,5 cm; e o tomo 4, 2,1 cm. Todos os livros são pigmentados em nuances de marrom escuro.



Figura 8. Apresentação do texto corrido nos quatro Livros de Prazos, em fólios selecionados, com escrita de visibilidade aceitável e indicação do número correspondente de cada fólio.

Sobre a divisão cronológica, o primeiro, segundo e quarto livros parecem se complementar, formando uma sequência contínua de contratos, apesar de, entre o segundo e o quarto, se verificar um intervalo de oito anos sem emissão de prazos. O terceiro tomo, por sua vez, foi organizado posteriormente aos dois primeiros e contém uma versão sumariada dos contratos presentes tanto no primeiro quanto no segundo livro, frequentemente utilizando a locução "*cetera*" para condensar o texto, que por vezes era extenso e repleto de fórmulas. Por alguma razão, ou apenas por falha humana, alguns prazos foram omitidos, enquanto outros foram adicionados[133].

A redação dos contratos, tanto de propriedades urbanas quanto rurais, exigiu interpretações cuidadosas, dada a sua especificidade informacional em relação a outras fontes analisadas neste estudo. Por conseguinte, a condução da investigação manteve-se alinhada com os objetivos propostos, orientando-se pela articulação entre o espaço urbano e o rural, com o propósito de compreender, sempre que possível, as interações entre estes dois contextos.

[133] Foram omitidos 16 prazos e acrescentados 54.

Cabe salientar que os *Livros de Prazos* nos permitiram excursionar em temas sobre os quais outros investigadores já ofereceram contributos, os quais buscamos reinterpretar ou corroborar à evidência de novas questões.

2.2. Fontes publicadas e outros documentos

Outras fontes, na sua maioria já transcritas e publicadas, muitas vezes com reedições críticas e ampliadas, e que, embora não tenham sido organizadas em base de dados, foram por nós criteriosamente consultadas, como foi o caso do *Liber Fidei*, redigido em latim, cuja relevância nos levou a revisitar e examinar o documento com maior rigor. Esta obra mostrou-se especialmente importante para a compreensão da formação da cidade e do seu entorno rural anterior ao século XIV, como se evidenciará ao longo da tese. O *Liber Fidei* reúne uma coleção de 954 diplomas, abrangendo um período de 569 a 1264, sendo peculiarmente abundante nos séculos XI a XIII.

Para esta análise, recorremos à edição crítica mais confiável e acurada, nomeadamente a de José Marques (2016), relacionada com a publicação original iniciada por Avelino Jesus da Costa em 1965, com o primeiro tomo, e concluída em 1990 com o terceiro. Acresce ainda a consulta dos censuais publicados por Avelino de Jesus da Costa no segundo volume de *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, cuja informação se revelou útil para a compreensão da estrutura paroquial. Esses exemplares têm o benefício de assegurar a retidão da transcrição e interpretação dos textos, proporcionando-nos um entendimento mais coeso e fundamentado da documentação[134].

Por outro lado, não deixamos de percorrer as sendas das chancelarias régias, preservadas e disponíveis em formato digital pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. As chancelarias de D. João I[135], já publicadas, e de D. Fernando[136], cujo original digitalizado examinámos, revelaram informações de grande interesse, complementando a narrativa dos *Livros de Tombo* e o contexto das Guerras Fernandinas, que aceleraram o processo de reforço do cinturão defensivo da cidade. Da chancelaria de D. Duarte[137], também publicada, extraímos indicativos de um financiamento voltado para obras de reforço dos muros e de uma "torre" da cidade, ainda que sem especificações detalhadas, num período em que Braga se encontrava sob domínio da coroa portuguesa. Na

[134] Cf. Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1 e 2). Arquidiocese de Braga.
[135] *Chancelarias Portuguesas: D. João I.* (2004–2006). Edição preparada por J. J. A. Dias (4 vols.). CEH/UNL.
[136] A.N.T.T., Chancelaria régia de D. Fernando (1367/1383).
[137] Cf. *Chancelaria de D. Duarte – Chancelarias Portuguesas: D. Duarte.* (1998–2002). Edição preparada por J. J. A. Dias (Vol. 2). CEH/UNL.

mesma linha de investigação, analisámos as intervenções financeiras de Afonso V[138], também destinadas à defesa da cidade.

Outro ponto de destaque reside nas Cortes de 1439, durante o reinado de D. Afonso V[139], onde detetamos a solicitação de verbas para a participação de procuradores da câmara de Braga[140]. Esse pedido visava subtrair parte dos fundos originalmente destinados às obras de reparação das muralhas. Já nas Cortes de 1451[141], surgem queixas relativas à má gestão dos recursos afetos às obras públicas durante a administração do infante D. Pedro. Estes documentos estão escrutinados no subcapítulo dedicado ao sistema defensivo, onde se abordará a continuidade das intervenções nas estruturas de defesa ao longo do século XV.

No âmbito das crónicas, revisitou-se a obra de Fernão Lopes relativa a D. Fernando[142], uma fonte inestimável para comparar os eventos da invasão de D. Henrique de Trastâmara, em 1369, e as propriedades destruídas no primeiro *Livro de Tombo*. A investigação incluiu, ainda, a verificação das datas em que D. Fernando esteve presente em Braga, entre os dias 5 e 22 de outubro de 1372, conforme atestado nas chancelarias do referido monarca. Recorreu-se também à Crónica de D. João I, especialmente no que respeita à ocupação de Braga em maio de 1384, no contexto das operações militares nas terras do Norte com o objetivo de recuperar as praças que haviam aderido ao partido de Castela durante a guerra dinástica.

Ainda que os documentos e publicações posteriores ao século XV não estejam diretamente relacionados ao objeto central deste estudo, consideramos importante analisar obras como as de D. Rodrigo da Cunha, sobre a história eclesiástica do arcebispado de Braga (1634–1635)[143], bem como as de D. Jerónimo Contador de Argote, que aborda a história de Braga desde o *Conventus Bracaraugustano* (1728)[144], além de outra voltada para a história eclesiástica da arquidiocese (1732–1734)[145]. Entre essas fontes, sobressaem-se os cinco tomos da história de Braga, desde a sua fundação até finais do século XIX, empreendida por Bernardino José de Senna Freitas (1890)[146].

---

[138] A.N.T.T., *Chancelaria régia de D. Afonso V* (1438 / 1481).
[139] Cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447)*. (2018). Edição preparada por J. J. A. Dias & P. Pinto. CEH/UNL.
[140] Sobre este assunto cf. Raquel, 2024, pp. 305–312.
[141] Cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447)*. (2018). Edição preparada por J. J. A. Dias & P. Pinto. CEH-UNL. pp. 143–147.
[142] Lopes, F. (2004). *Crónica de D. Fernando*. Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
[143] Cf. Cunha, D. R. (1634–1635). *História eclesiástica do arcebispado de Braga* (Vols. I & II). [s.n.].
[144] Cf. Argote, D. J. de C. (1728). *De antiquitatibus conventus bracaraugustani*. [s.n.].
[145] Cf. Argote, D. J. de C. (1732–1734). *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas* (Vols. I–IV). Lisboa Occidental.
[146] Cf. Freitas, B. J. de S. (1890). *Memórias de Braga* (Tomo I–V). Imprensa Católica.

2.3. As fontes iconográficas e cartográficas históricas

A iconografia e a cartografia têm-se revelado um recurso indispensável para o estudo do passado das cidades, pois conjugam os elementos totalizantes do corpo urbano, localizando-os e evidenciando as relações espaciais que possibilitam compreender a dinâmica do conjunto (Bochaca & Bolumburu, 2016, p. 7). Por sua vez, sintetizam o emaranhado de interações entre as diversas atividades, tanto individuais quanto coletivas, estruturadas dentro de uma hierarquia que, em última instância, constitui o próprio corpo urbano, uma vez que os seus habitantes são, inevitavelmente, agentes de transformação (Trindade, 2018, p. 40).

No âmbito da *Teoria da História*, os mapas podem ser considerados a fonte que Paul Ricoeur (1991, p. 55) entende como um triunfo para a apropriação das múltiplas estratificações de sentido dos acontecimentos passados, tornando-se, assim, acontecimentos "sobresignificados". Ou ainda, no que Pierre Nora (1984, p. 24) identifica não como uma construção ao longo do tempo, considerando o desaparecimento e o ressurgimento das suas significações. Nessa perspetiva, podemos interpretar a *facies* externa da cidade em suas sucessivas reutilizações, na maneira como se compôs e foi transmitida, revelando-se como uma realidade continuamente em mutação (Silva, 2017).

Nessa linha argumentativa, apreendemos que a documentação historiográfica, e os dados aferidos das fontes textuais, quando coadunados ao escrutínio cartográfico, possibilitam a reconstituição de um modelo interpretativo mais coeso. Esta abordagem revela-se especialmente relevante se considerarmos que as representações dos mapas não refletem a realidade em termos absolutos, mas antes uma visão particular dela, marcada por omissões e ênfases seletivas. Nesse sentido, impõe-se ao historiador uma leitura crítica, ciente de que tais documentos expressam intencionalidades e escolhas do seu autor. Portanto, cada elemento analisado foi cotejado com o conjunto das fontes disponíveis, de modo a garantir a consistência da interpretação. Por esta razão, recorreram-se a cinco mapas produzidos entre os séculos XVI e XIX enquanto base analítica complementar para sustentar as hipóteses formuladas a partir das demais fontes.

Os dois primeiros mapas possuem uma componente marcadamente simbólica, a qual trataremos por iconografias. Iniciemos pelo popularmente conhecido *Mapa de Braunio*, que, na verdade, integra o quinto volume da obra *Civitates Orbis Terrarum*, publicada por Georg Braun e Franz Hogenberg de 1594, a qual também contempla, para o território português, as representações das cidades de Coimbra e Lisboa. Diferentemente dessas duas últimas, cujas

gravuras são capturadas por uma visão panorâmica em profundidade, Braga é gravada a partir de um prisma aéreo, ligeiramente angulado, permitindo uma visualização mais precisa dos edifícios.

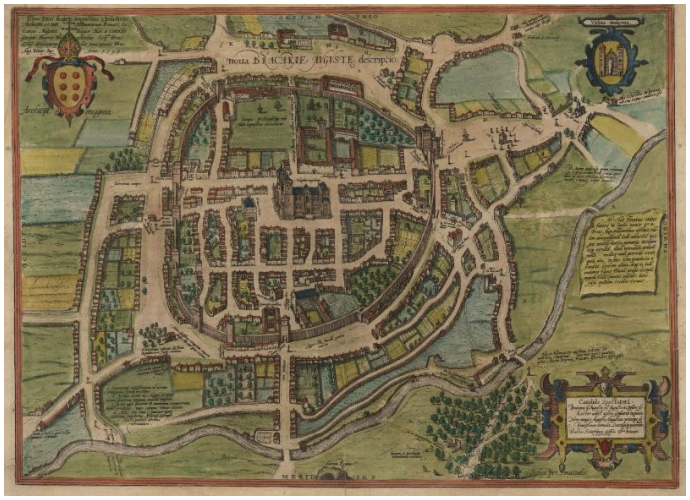


Figura 9. *Mapa de Braunio*, extraído do V volume do *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun e Franz Hogenberg de 1594

Nesta vista, é possível discernir com clareza os diferentes arruamentos e o cinturão defensivo da cidade. Os telhados dos edifícios, em coloração azul, remetem ao simbolismo do poder — tal como a Sé Catedral e o Paço do Concelho — enquanto os demais edifícios aparecem em vermelho, sendo as igrejas devidamente identificadas por inscrição em latim. Ainda é possível visualizar as elevações das construções, que variam entre um ou mais pisos, bem como os terrenos rurais tanto no interior quanto no exterior da cidade, representados por tonalidades de verde que diferenciam as modalidades de uso da terra. Em alguns casos, essa representação é suplementada por desenho de árvores, que, como veremos mais à frente neste estudo, podem corresponder a áreas arborizadas, como as *devesas* ou *bouças*. O mapa também distingue, por desenhos representativos, moinhos hidráulicos, cruzes em pontos de interseção (marcos), fontes, córregos, rios e caminhos rurais ou antigos, esboçados de maneira sutil. Trata-se, portanto, de uma obra cujas limitações estão intrinsecamente ligadas ao seu contexto temporal, no qual a iconografia, o uso das cores e a identificação textual servem para compensar a ausência de um esquadrinhamento mais rigoroso, como as cartografias contemporâneas.

Entre 1756 e 1757, foi elaborada uma nova representação cartográfica elaborada por André Ribeiro Soares da Silva, conhecida como *Mapa da Cidade de Braga Primaz* (MBP) (ver Figura 10). Segundo Bandeira (2011, p. 8), o mapa indexa a cidade tal como ela se apresentava por volta de 1750, utilizando uma escala que, segundo Ribeiro (2008, Apêndice, pp. 56–58; Martins & Ribeiro, 2013, p. 17), se aproxima de 1:200. A cartografia patenteia uma tentativa de conciliar a

proporcionalidade dos elementos com uma projeção tridimensional, aliando o rigor geométrico a uma representação visual em perspetiva.



Figura 10. Mapa da Cidade de Braga Primaz (1756–1757), de André Ribeiro Soares da Silva. A representação cartográfica é complementada por uma perspetiva panorâmica e um índice detalhado dos templos da cidade.

Diferentemente do simbolismo presente no *Mapa de Braunio*, que retoma técnicas geométricas reminiscentes do final da Idade Média, o MBP, ainda que omita a diversidade que compõe a integralidade do espaço urbano e apresente algumas distinções espaciais, permite uma exploração mais pormenorizada do subdivisionamento das casas, além de fornecer uma visão mais fiável da área periurbana. São nitidamente visíveis as construções adjacentes às vias de escoamento e outras ilustrações, como, por exemplo, elevações (montes), chafarizes e caminhos rurais estreitos, como as congostas. Freitas (1890, tomo I, p. 13) alude à disposição dessas vias como as pernas de uma aranha, configurando-se, desse modo, em um plano radiocêntrico.

Absolutamente distinto de todos os mapas por nós consultados, destacamos o *Mapa de Ruas de Braga* (MRB), datado do século XVIII, aproximadamente ao ano 1750[147] (ver Figura 11). Consiste numa realização singular que se organiza como um livro de ruas, composto por fólios que se desdobram longitudinalmente, acompanhando a extensão das vias, assumindo, portanto, a forma de uma autêntica representação panorâmica das artérias. Nestes fólios, as fiadas dos alçados das casas são dispostas de maneira linear, sobre um esquema estrutural elaborado à escala (Bandeira, 2011, p. 3).

Embora haja uma proporcionalidade considerável na representação dos elementos, é possível observar uma margem de variabilidade expressiva, o que denota uma falta de sofisticação nos instrumentos técnicos usados para o cálculo preciso dos desenhos. Segundo Bandeira (2011, p. 3), essa limitação técnica decorre, em grande medida, do seu propósito principal: um

[147] AAVV. (1989–1991). *Mapa das ruas de Braga* (Vols. I e II). Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho / Companhia IBM Portuguesa.

levantamento cadastral do património urbano, e não uma especificação detalhada e individualizada dos edifícios.

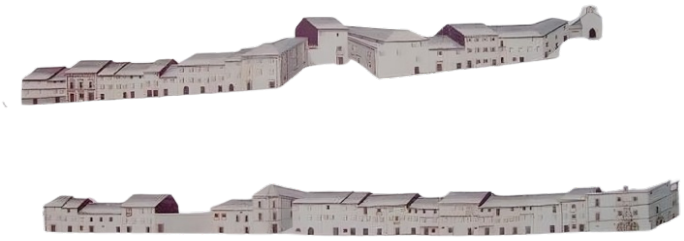


Figura 11. Rua de D. Gualdim no *Mapa das Ruas de Braga*, onde a nossa edição removeu todas as informações, preservando apenas o desenho do edificado para proporcionar uma melhor visualização da perspetiva dos transeuntes sobre a rua.

Disposto a ser contemplado quase como uma visão de um transeunte a percorrer as ruas da cidade, o MRB apresenta características ímpares sobre a disposição das vias e a provável fisionomia de alguns prédios mais proeminentes. Essas construções, cujas características arquitetónicas eram então especuladas por meio de fontes escritas, agora se confirmam e se revelam com detalhes sem precedentes, alguns dos quais, pudemos abordar nesta tese, nomeadamente o Forno da Infanta, a moradia dos "carrapatos", na Cruz da Carrapata, o Forno Velho, na Rua de D. Gualdim, e a antiga Torre do Arcediago (Sinagoga).

As duas últimas fontes cartográficas aferidas correspondem a plantas datados da segunda metade do século XIX, nos quais se verifica um maior rigor geométrico e precisão adequada à escala. A *Planta da Cidade de Braga*, dos militares Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, elaborada em 1854, possui uma cópia oficial de dimensões de 851 x 631 mm, preservada no Instituto Geográfico Português (IGP), em Lisboa (Gonçalves, 2019, p. 18)[148] (ver Figura 12). Esta representação cartográfica, elaborada na escala de 1:4000, forma um minucioso levantamento geométrico do espaço urbano de Braga em meados do século XIX, oferecendo, até a data da sua conclusão, uma leitura topográfica sem-par.

Todavia, apesar da precisão técnica, esta planta revela-se pouco elucidativa no que concerne ao parcelamento urbano, limitando-se a delinear o espaço construído por meio de uma mancha contínua que tangencia as vias de circulação, sem, no entanto, individualizar claramente as parcelas (Ribeiro, 2008, Apêndice, pp. 58–59; Martins & Ribeiro, 2013, p. 17). A utilização desta cartografia foi de certa utilidade em nosso estudo, permitindo-nos compará-la a outras fontes históricas, nomeadamente as informações dos documentos textuais.

[148] Garcez, B. J., & Maciel, M. B. (s.d.). *Planta da cidade de Braga* (IIGC-29–Cartas Antigas da Mapoteca, 6.4.3.-385, 1/4000, 18). Impresso.

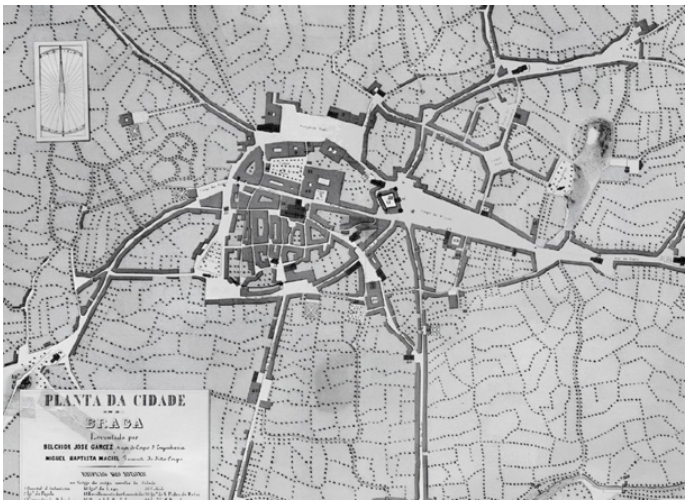


Figura 12. *Planta da cidade de Braga*, de 1854, elaborado por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, destacando as zonas edificadas e o importante entorno rural, com as respetivas divisões de terreno.

Por último, entre os anos de 1883 e 1884, Franquisque Goullard produziu a *Planta Topográfica da Cidade de Braga*, cuja Câmara Municipal de Braga[149] empreendeu a sua edição em livro (Bandeira, 2015). Este extenso labor foi executado em trinta folhas separadas, cada uma com dimensões aproximadas de 1200 x 80 cm (Gonçalves, 2019, p. 18). Quando reunidas, como tentamos realizar, as folhas compõem uma representação abrangente de Braga no final do século XIX, numa escala de 1:500 (Martins & Ribeiro, 2013, p. 17). Entretanto, algumas folhas, especialmente as que correspondem à cidade intramuros, encontram-se em avançado estado de deterioração, o que dificultou a comparação entre a topografia atual e a antiga e, sobremaneira, aquelas relativas aos lotes das casas, embora tenhamos realizado esse esforço no capítulo 3.

Esta cartografia revela-se particularmente relevante, pois, para a cronologia em análise, verifica-se que, em várias zonas da cidade, o parcelamento urbano se manteve em traços gerais semelhante ao do período medieval, conforme se depreende das descrições e orientações constantes nos *Livros de Tombo* e nos *Livros de Prazos*.



[149] Goullard, F. (1883/1884). *Planta topográfica da cidade de Braga* (30 folhas, 1:500). Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga.

Figura 13. *Planta de Francisco Goullard*, cujas trinta folhas reunidas por nós oferecem uma visão detalhada de Braga e seu entorno, marcadamente rural, na escala 1:500 (*Planta Topográfica da Cidade de Braga de Francisque Goullard (1883/84)*, 30 folhas, Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga, 1:500)

Neste sentido, além de documentar o sistema viário, a planta de Goullard autoriza a visualização dos quarteirões, do parcelamento urbano, do edificado e do uso diferenciado do solo ao delimitar os terrenos de lavradio. Antes da cadência acelerada das transformações urbanísticas ocorridas no final do século XIX, que romperam de forma decisiva com o traçado urbano renascentista de Braga, herdado do período medieval (Ribeiro, 2008, Apêndice, pp. 60–62), esta fonte concede-nos uma visão preciosa sobre a organização da cidade e as suas permanências.

3. Metodologia

A metodologia adotada para alcançar os objetivos deste estudo assenta numa abordagem que articula o cruzamento de informações, combinando a análise qualitativa da documentação textual com o exame das fontes iconográficas e cartográficas, a que se soma uma vertente quantitativa organizada em base de dados (ver Apêndices I–VII, pp. 1–7). Este procedimento permitiu a criação de tabelas e gráficos, proporcionando uma apreciação mais abrangente das questões evidenciadas pela observação estatística revela sobre o processo de transformação urbana.

Desta maneira, ao realizarmos um exame crítico das fontes primárias a partir de uma perspetiva interdisciplinar, ancorada em bibliografia especializada tanto da História quanto da Arqueologia, estruturamos três bases de dados no *software* de folhas de cálculo *Microsoft Excel*. Estas bases forneceram informações que foram incorporadas tanto ao corpo da tese quanto aos apêndices e apêndices, por meio de tabelas e gráficos.

Nesse sentido, a partir dos três primeiros *Livros de Tombo*, procedemos à transcrição prévia e à recolha da informação referente aos fólios 117 a 134 do primeiro tomo, 56 a 70 do segundo e 89 a 115 do terceiro[150], por aludirem às propriedades que o cabido detinha na cidade de Braga. Em seguida, estruturámos uma ampla e densa base de dados sobre as propriedades intramuros e periurbanas. Cada linha da tabela correspondeu a um item de prazo, totalizando 928 registos

[150] Alguns documentos foram por nós transcritos e serão publicados nos Apêndices. Embora pouco conste formalmente no estudo, grande parte do quarto *Livro de Tombo*, cuja natureza descritiva é de grande valor para os estudos da ruralidade em torno de Braga, menciona propriedades do cabido para além dos limites territoriais para o nosso escopo analítico. Por essa razão, planeamos a sua publicação futura. Todas as transcrições seguem as normas de para publicação do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa (CEH-UNL), tendo em conta a experiência adquirida pelo autor desta tese na transcrição e no preenchimento de bases de dados de documentação histórica, especialmente para as chancelarias régias do período em questão, no âmbito da bolsa de investigação de doutoramento B12–Frontowns, inserida no projeto FRONTOWNS – "*Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII–XVI)*" (PTDC/HAR-HIS/3024/2020), iniciado a 15 de novembro de 2021 e concluído em 15 de novembro de 2023.

(ver Apêndice II, p. 2). Para cada um desses emprazamentos, dispusemos as informações em campos analíticos que incluem a referência ao livro e ao fólio, bem como o nome do morador ou emprazador, e dados identificativos, como naturalidade, condição social ou ofício.

Registámos, igualmente, os detalhes do bem inventariado, incluindo as suas características físicas, referências espaciais e o valor atribuído ao prazo, discriminando se o pagamento era realizado em numerário — como dinheiros, libras, maravedis ou soldos — ou em espécie, nomeadamente galinhas, capões e frangos. Por fim, integrámos dados geoespaciais, especificando a rua em que o bem se situava, a sua orientação e o parcelário correspondente.

Para complementar, incluímos um campo mais flexível de "observações adicionais", destinado ao registo de informações pertinentes para consulta, ainda que nem sempre enquadradas nos campos previamente definidos. Este campo, revelou-se um apoio fundamental no processo de redação, permitindo recuperar dados significativos para análise e interpretação, ainda que não passíveis de sistematização.

O quarto *Livro de Tombo* foi analisado no âmbito da reconstituição da zona periurbana, sendo igualmente conjugado com os *Livros de Prazos*. Essa reconstituição é abordada no primeiro subcapítulo do capítulo 6, tendo em conta o período final da Idade Média, quando a estrutura defensiva já se encontrava firmemente consolidada, sem, com isso, incluir as intervenções de reordenamento urbano promovidas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa.

Desta forma, adotámos uma delimitação espacial para definir o perímetro que constituía a zona periurbana de Braga, abrangendo um raio de cerca de 1 km a partir da Sé Catedral. Este perímetro inclui, conforme referido no subcapítulo 1 deste capítulo, os limites das igrejas paroquiais periféricas mais próximas da cidade, cuja origem remonta às antigas basílicas cemiteriais paleocristãs, o curso do rio Este, os principais caminhos que irradiavam da cidade, conectando as respetivas igrejas paroquiais, bem como os limites passíveis de confrontação com a cartografia histórica, nomeadamente o *Mapa de Braunio* (1594), o *Mapa de Ruas de Braga* (c. 1750), o *Mapa de Braga Primaz* (1755), a *Planta da cidade de Braga* de 1854, elaborada por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, e a *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/1884), composta por 30 folhas (ver Apêndice I, p. 1).

No segundo subcapítulo do capítulo 6, fazendo uso exclusivo do quarto *Livro de Tombo*, analisamos o tema da exploração agrária no espaço rural integrado no couto de Braga. Estruturámos os campos analíticos de modo a extrair informações relativas ao fólio, à datação, à localização e à freguesia ou localidade onde se situava a propriedade. Incluímos ainda os espaços

produtivos de cada unidade, como as leiras, frequentemente inseridas em terrenos de maior dimensão, como agras e campos grandes. Sempre que possível, assinalámos a existência de cercas, marcos limítrofes e o enfiteuta. Foi ainda possível aferir o potencial produtivo estimado dos terrenos lavradios, desde a semeadura de grãos até a produção vitivinícola, expressa em carros de esterco, homens de cavadura, alqueires e almudes.

Dada a riqueza informativa deste tombo, que se distingue dos anteriores pela sua natureza mais descritiva, subdividimos, no *Excel*, a folha principal das propriedades do cabido em folhas específicas, permitindo uma análise pormenorizada (ver Apêndice III, p. 3). Criámos folhas dedicadas aos edifícios integrantes da zona produtiva, facilitando a reconstituição da sua composição. Outras folhas foram reservadas para o levantamento das árvores, distinguindo entre espécies frutíferas e florestais, e assinalando se se encontravam dispersas ao longo das vias de circulação, ribeiros, em propriedades ou agrupadas locais fechados, como as *devesas*. Adicionámos, ainda, uma folha para a exploração animal, na qual registámos as nomenclaturas das estruturas de confinamento de gado, discernindo as diferentes espécies.

Organizámos uma última base de dados com o intuito de extrair e sistematizar as informações contidas nos contratos de emprazamento dos quatro *Livros de Prazos*, enfrentando o desafio de desmembrar a estrutura técnica e formal desses contratos e, assim, compreender as intenções subjacentes à sua elaboração, relacionadas com a organização socioeconómica e as relações contratuais no contexto medieval de Braga. Identificámos 224 prazos, distribuídos em linhas de preenchimento, e estruturámos os campos analíticos de modo a abranger a identificação do documento e dos fólios, a data completa (dia, mês e ano), o bem emprazado, os indícios espaciais, bem como do enfiteuta/emprazador, incluindo a sua condição social, ofício e naturalidade, e a eventual exigência de fiador.

Incluímos igualmente, o tempo de vigência dos prazos — definido numa, duas ou três vidas — e a natureza, especificando se se tratava de um novo contrato decorrente da renúncia do antigo emprazador, de um ajuntamento de prazos, entre outras situações. Apurámos, ainda, algumas "cláusulas específicas" relativas ao "corregimento" — isto é, melhorias a realizar, frequentemente com indicação dos materiais a empregar— e à "construção" de novas estruturas, como casas terreiras ou o acrescento de sobrados. Cada contrato estipulava uma duração estipulada para a execução das obras, bem como as penalidades aplicáveis em caso de incumprimento.

Por fim, com base nas fontes iconográficas e cartográficas, em articulação com os dados extraídos da documentação escrita, organizados em bases de dados e interpretados à luz da

bibliografia especializada e a documentação publicada – com destaque para o *Liber Fidei* – produzimos plantas da cidade de Braga que reforçam o conhecimento do urbanismo intramuros e propõem uma nova abordagem para o ordenamento periurbano. Estas permitem analisar os diferentes ritmos e estágios de transformação da paisagem urbana e da zona periurbana bracarense durante a Baixa Idade Média. Com propósito semelhante, elaborámos, no capítulo 5, mapas centrados na atividade agrária.

Para esse feito, apoiámo-nos em planos urbanísticos delineados em outros estudos, utilizando o *software Google Earth Pro*, que permitiu a visualização e importação de dados geográficos para a elaboração dos referidos mapas. O recurso ao desenho vetorial – por meio do *software Inkscape Vector Graphics* – apresenta-se, assim, simultaneamente como uma abstração da cidade e como uma ferramenta de interpretação histórica.

Com estas ferramentas, ao longo da tese, apresentamos representações progressivas das transmutações de planos interpretativos de Braga entre 1071 e 1510, permitindo uma visualização mais ampla da composição da cidade e da sua paisagem, tanto urbana quanto periurbana, fortemente marcada pela presença de elementos ruralizantes em seu entorno.

Deste modo, a metodologia adotada, ao integrar diferentes abordagens documentais e técnicas analíticas, fornece um sólido alicerce para a investigação sobre as interações entre os espaços urbano e rural. Para esse fim, recorreu-se ao método comparativo, quer na análise de diferentes períodos, quer na exploração de distintos contextos espaciais. Este recurso revelou-se fundamental para a formulação de hipóteses sobre o processo evolutivo urbano, sobretudo nos casos em que as fontes tradicionais — como os registos textuais e a cartografia moderna — apresentam aquilo que Rossa e Trindade (2005, p. 205) entendem como "limitações informativas".

Assim, apenas o cruzamento entre diversas tipologias de fontes e estudos – incluindo os resultados dos estudos arqueológicos e a sistematização gráfica da informação visual –, aliado ao rigor científico, permite desenvolver o conhecimento que os referidos autores qualificam como a "práxis do território corrente à data das ações de estabelecimento e desenvolvimento urbanos em análises" (Rossa & Trindade, 2005, p. 205). Deste modo, o objetivo consistiu na construção de um *corpus* de conhecimento relativo às práticas e à cultura territorial, cujo entendimento assenta no desenvolvimento urbano produzido internamente pela sociedade medieval bracarense.

CAPÍTULO 3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO — GEOGRÁFICO

1. Contextualização geoambiental

Braga localiza-se no noroeste da Península Ibérica, no extremo norte de Portugal, remontando as suas origens ao período romano, quando aí foi estrategicamente implantada pelos romanos no século I a.C., numa região de notável importância entre os rios Douro e Minho. A relevância do local decorre da posição topográfica privilegiada que ocupa, situado entre os rios Cávado e Ave, mais especificamente no Vale do Cávado, nas coordenadas N 41°32'39" e W 8°25'19".

Os arredores da cidade caracterizam-se por um relevo de condições orográficas relativamente acidentadas, alternando entre vales e pequenas elevações dispostas em alinhamentos paralelos aos principais cursos de água. Destacam-se, a sul, as linhas de fracturação por onde vertem o rio Este, afluente do rio Ave, com cerca de 45 km de extensão, e o seu tributário, a Ribeira da Veiga. A aproximadamente 5 km a norte, encontra-se o rio Cávado, que delimita o território bracarense nessa direção (Martins *et al.*, 2017b, pp. 227–229).

A cidade é limitada a sul por um conjunto de elevações dispostas numa faixa de orientação nordeste-sul, com distâncias que variam entre 4 e 6 km da Sé. Entre os principais acidentes orográficos desta região destacam-se o Monte Sameiro (572 m), a Serra dos Picos (566 m), o Monte de Santa Marta da Falperra (562 m), o Monte Frio (548 m)[151], a Serra de Lombão (495 m) e a Serra dos Carvalhos (479 m) (Martins & Carvalho, 2016, p. 239).

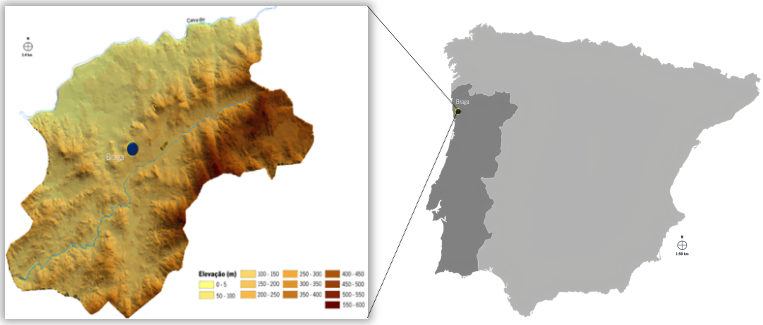


Figura 14. Mapa de localização de Braga, com representação do rio Este ao longo do seu curso urbano, do rio Cávado a norte e das principais elevações topográficas a nordeste e a sul. Elaboração do autor com base em Ribeiro (2004, p. 8), com recurso ao *software Google Earth Pro* para edição do modelo numérico do terreno.

[151] Informações disponíveis no Relatório da Revisão do PDM (Novembro, 2014).

Durante o período medieval, o coberto vegetal dos arredores da cidade era predominantemente composto por espécies de folha caduca, com destaque para os carvalhos e castanheiros. Em menor proporção, verificava-se um processo inicial de reflorestação com pinheiro-bravo[152], além de referências esparsas a sobreiros, amieiros, sabugueiros, vimeiros, freixos, oliveiras, nogueiras (Melo & Ribeiro, 2012, pp. 132–133)[153]. Esta diversidade vegetal estava diretamente associada aos recursos hídricos e geológicos da região, que influenciavam a qualidade dos solos no Entre Douro e Minho (Melo & Ribeiro, 2012, p. 132).

Com efeito, tanto o núcleo urbano quanto a área periurbana de Braga repousam maioritariamente sobre maciços graníticos de formação hercínica, designados como granito de Braga. A cidade insere-se, ademais, numa das regiões de maior índice pluviométrico de Portugal, com uma precipitação média anual em torno de 1515 mm/ano, fenómeno condicionado, em grande medida, pela influência das bacias hidrográficas dos rios Cávado e Ave. Em contrapartida, os valores médios de evapotranspiração situam-se na ordem dos 511 mm anuais (Martins *et al*, 2011, pp. 12–13).

A elevada pluviosidade, contudo, não se traduz diretamente numa significativa retenção hídrica no solo, dado que a baixa permeabilidade dos granitos da região, associada à densa rede de drenagem, favorece o escoamento superficial. Estima-se que apenas cerca de 1,3% (0,3 l/s/km²) do volume precipitado seja efetivamente retido por infiltração (Ferreira *et al.*, 2000, pp. 44–45).

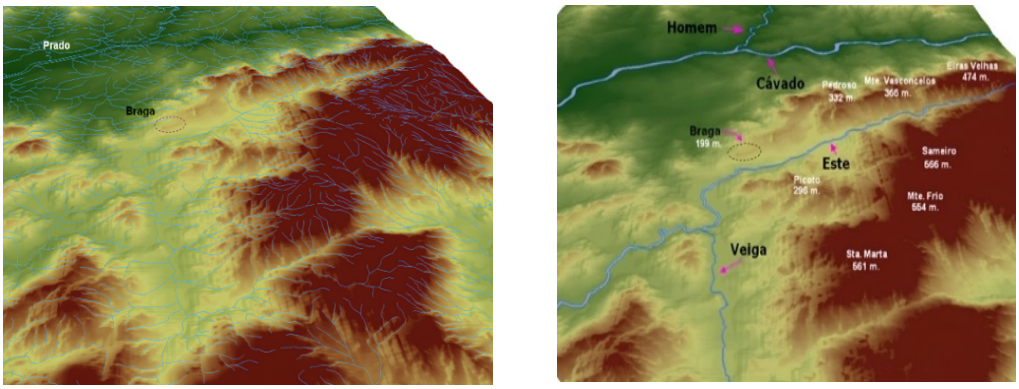


Figura 15. Esquerda: cartografia representativa do contexto orográfico de Braga; direita: cartografia representativa do Contexto hídrico climático de Braga (Martins *et al.*, 2011).

Esse panorama altera-se, todavia, na zona nordeste de Braga, em particular na área das Sete Fontes (a 5 km), onde as condições geológicas favorecem a infiltração e a alimentação de aquíferos. A presença de nascentes naturais, formadas sobre a rocha dura, permite o afloramento da água armazenada, constituindo um recurso fundamental para o abastecimento urbano, outrora

[152] Não há referência se a reflorestação tem carácter natural ou antrópica.
[153] Este tema será abordado de forma mais detalhada no capítulo 6 da tese, no qual se analisam as árvores frutíferas e as essências florestais.

possibilitado devido à sua localização em cotas mais elevadas, cujo fornecimento hídrico era empreendido através de condução gravitacional, sistema já explorado desde a época romana com a construção de aquedutos (Martins *et al*, 2011, pp. 12–13).

Estas características geomorfológicas e climatológicas explicam, em parte, a constituição de uma extensa zona rural na área periurbana da cidade. Como será detalhado no último capítulo desta tese, essa premissa é coerente com o contexto da cidade durante a Idade Média, cuja documentação demostra que Braga possuía uma marcante ruralidade, organizada em diferenciadas tipologias de terrenos de semeadura, vinhas, hortas e edificações alinhadas às artérias periféricas, em grande parte herdeira das antigas estradas romanas que asseguravam o escoamento da produção. Exemplificam esse quadro a *vinea da corredoira*, referenciada no ano de 1161[154], o Lugar dos Chãos, atravessado pela antiga via romana (via XVIII: Lugo-Astorga), a Corredoira, bem como o Campo das Hortas ou do Carvalhal (Carvalheiras), por onde passava a romana via XX (*per loca maritima*) (Tolfo & Ribeiro, 2025). Todos esses elementos, ao longo do tempo, contribuíram para a conformação da paisagem rural periurbana, que será analisada mais adiante.

A importância geográfico-ambiental de Braga, reconhecida pela sua topografia acidentada, recursos hídricos abundantes e solos férteis, foi determinante para a ocupação humana e a evolução da cidade e do seu território circundante. Contudo, para uma melhor compreensão deste processo, é indispensável analisar o contexto histórico que presidiu à sua fundação na época romana e as vicissitudes que conheceu durante a Antiguidade Tardia, culminado no seu recrudescimento urbano no século XI, com a restauração da sua diocese.

2. Enquadramento histórico

2.1 A cidade romana de *Bracara Augusta*

A atual cidade de Braga tem suas raízes na antiga *Bracara Augusta*, fundada pelo imperador romano Augusto, no fim das Guerras Cantábricas, entre 15 e 13 a.C., em conjunto com outras duas urbes do noroeste da Península Ibérica, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. A análise da

[154] Em 12 de julho de 1161, a Vinha da Corredoira é citada no documento de doação da igreja de São João à igreja de Braga, efetuada pelo ourives Pedro e sua esposa Elvira Mides, no qual se lê: "*Et hoc facio quia vos dati mihi talem prebendam in ecclesia vestra qualis alicui de canonicis vestris honestioribus datur et quia datis mihi in vita mea por pertimonio quartam illam, quam vos habetis in predicta vinea de Corredoira et de prefatis molendis quartam illam* [...]". (Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 486, pp. 679–680, fls. 131v–132).

onomástica revela que *Bracara Augusta* é o testemunho da importância do povo denominado de *Bracari* que então habitava o território entre os rios Lima e Ave, e sobre cujas terras se assentou a cidade (Martins & Carvalho, 2010, p. 5). Já *Augusta* deriva do epíteto do próprio imperador, assinalando a ligação direta entre a cidade e o poder do principado romano (Morais, 2005, p. 125).

A fundação da cidade, compreendida como uma resposta estratégica à necessidade de dotar a região ao norte do Douro de estruturas sociais e políticas que consolidassem a presença romana, visava, em última instância, a integração efetiva das populações locais, facilitando o processo de romanização e assegurando o controle e a estabilidade do território sob a égide do *prínceps* (Martins, 1991–1992, p. 177).



Figura 16. Localização em pormenor de Bracara Augusta enquanto divisão administrativa conventual, e as respetivas províncias da Hispânia. (Esquerda — Carvalho, 2008, p. 77); (Direita — Martins *et al.*, 2012, p. 34).

A região escolhida para a fundação da cidade era um importante epicentro viário, beneficiando, como já mencionamos, de solos férteis e de uma abundância de recursos hídricos, fatores essenciais para o seu desenvolvimento futuro (Martins & Carvalho, 2010, p. 6). Na realidade, admite-se que, já em época pré-romana, a área desempenhasse um papel central em termos regionais (Martins & Carvalho, 2010, p. 7), caracterizando-se pela diversidade de atividades e pela sua função como ponto de convergência política das elites *bracari* provenientes dos castros circundantes (Rocha, 2017)[155]. Outrossim, o local igualmente servia como espaço de comércio e como ponto de encontro para a celebração de cultos e rituais, reforçando sua importância económica e simbólica (Tranoy, 1981, p. 194; Martins, 2009b, p. 185).

[155] Para uma análise mais ampla sobre esta temática, recomenda-se a consulta da dissertação de mestrado de Diana Sofia Ferreira da Rocha, que escrutina o povoamento proto romano na região de Braga, com foco particular no Castro Máximo: cf. Rocha, D. S. F. (2017). *O Castro Máximo: Contributo para o estudo do povoamento proto-histórico da região de Braga* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Os dados arqueológicos disponíveis para o estudo de Braga, largamente devedores do *Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*, iniciado em 1976, permitem atualmente ter um conhecimento bastante substantivo acerca do passado romano da cidade e da sua transformação até à Alta Idade Média (Martins *et al.*, 2017).

Fundada *ex novo,* numa colina aplanada, a cidade de *Bracara Augusta* foi projetada segundo um plano ortogonal, estruturado em torno de dois eixos principais: o *decumanus maximus*, cuja parte ocidental se encontra fossilizada na Rua de S. Sebastião (Ribeiro, 2010, p. 24), embora o traçado exato de sua secção oriental permaneça desconhecido, e o *cardus maximus*, identificado arqueologicamente na sua porção norte, na zona do antigo Albergue Distrital (Ribeiro, 2010, p. 24), que perdurou na medieval Rua Verde (Martins & Ribeiro, 2013). O *cardus maximus* possuía cerca de 24 pés de largura, ou seja, cerca de 7,2 metros, presumivelmente a mesma dimensão do decumano principal.

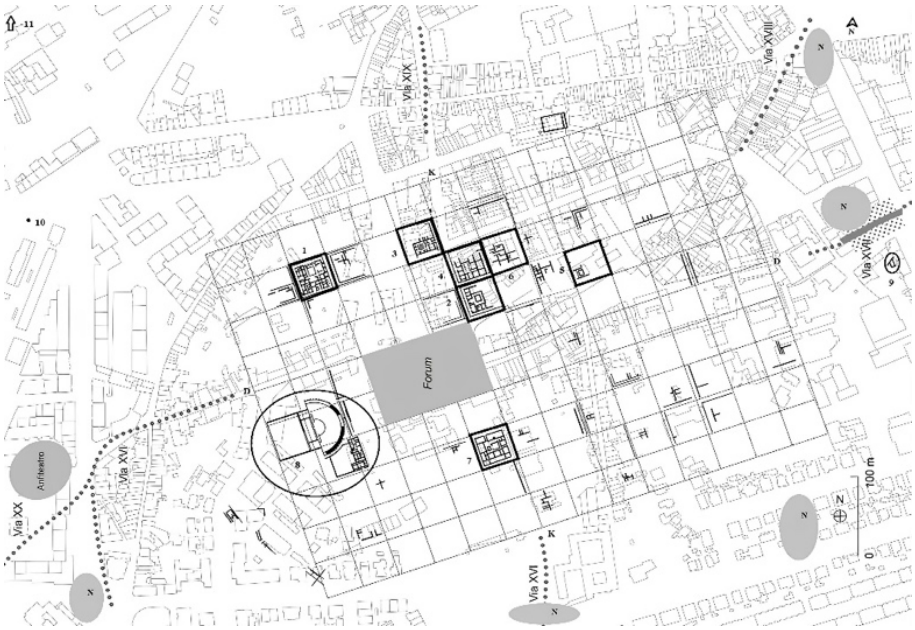


Figura 17. Malha urbana de Bracara Augusta. 1 — *Domus* das Carvalheiras; 2 — *Domus* do Ex. Albergue Distrital; 3 — *Domus* da Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas; 5 — *Domus* do Seminário Santiago; 6 — *Domus* da Afonso Henriques; 7 — *Domus* das Cavalariças; 8 — Termas, teatro e edifício pré-termal do Alto da Cividade; 9 — Fonte do Ídolo; 10 — Balneário; 11 — Templo. (©UAUM.)

Os demais eixos ortogonais, orientados N/NNO-S/SSE e E/ENE-O/OSO, estruturavam quarteirões quadrados, com cerca de 156 pés de lado entre o eixo das ruas, ocupando uma área construída de cerca de 120 pés, ou seja, 1 *actus*. A média de largura dos eixos viários ronda os 12 pés (cerca 3,6 metros), valor igualmente caraterístico dos pórticos que circundavam as residências e se distribuíam ao longo das ruas (Martins, 2009a, p. 207; Magalhães, 2013a, p. 16). A malha projetada no ato fundacional abarcava uma área de cerca de 30Ha, situando-se a praça principal e o fórum administrativo e religioso na parte mais elevada da cidade.

Assinalável é a coincidente orientação da centuriação do território em torno de *Bracara Augusta* com a orientação da malha projetada para a cidade. Até ao momento é possível comprovar que o ordenamento da paisagem rural bracaraugustana se encontrava organizado segundo um módulo de 20 X 20 *actus* (1 centúria), que terá abarcado uma área rural entre 5 e 7 Km ao redor da cidade (Carvalho, 2008).

A cidade, prontamente elevada a capital de *conventus iuridicus*, terá experimentando a partir da segunda metade do século I um período de consolidação urbana, que se prolongou sob a dinastia Antonina. Este impulso urbano teve como principal expoente a construção de vários edifícios públicos e de ricas *domus*.

No que respeita aos edifícios públicos, destaca-se a edificação de um teatro no Alto da Cividade, implantado em estreita articulação com um complexo de termas públicas, ambos datáveis do início do século II. As estruturas associadas ao ócio constituem o conjunto mais bem documentado do ponto de vista arqueológico, sendo o teatro um dos exemplos mais relevantes, identificado em 1999 e ainda em fase de escavação (Martins *et al.*, 2014, p. 2015).

Para além de um anfiteatro, situado na periferia, presume-se a existência de um *macellum* fora da área planificada, no local onde hoje se encontra a Sé medieval, que deve remontar ao período Flávio[156], momento que assinala a remodelação da Fonte do Ídolo, um santuário de origem pré-romana dedicado à divindade indígena *Nabia*, situado nos subúrbios da cidade (Elena Garrido *et al.*, 2008) e monumentalizado nos primórdios da ocupação romana[157].

A arqueologia também tem permitido documentar várias *domus*, viabilizando compreender a adaptação dos modelos de casa itálica à topografia da cidade[158]. Entre as *domus* melhores conhecidas de *Bracara Augusta* podemos apontar a descoberta nas escavações das Carvalheiras, do Ex. Albergue Distrital (Torres, 2014), outra na zona arqueológica da Escola Velha da Sé (Magalhães, 2010), outra na da zona Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas (Magalhães, 2013a, pp. 22–26), e uma na zona arqueológica das antigas Cavalariças (Magalhães, 2010).

[156] A avaliar pelos dados obtidos nas escavações realizadas na Rua Nossa Senhora do Leite (Gaspar, 1985) e no interior da Sé Catedral (Fontes *et al.*, 1997–1998).

[157] De acordo com Martins (2014, p. 165), por meio dos vestígios arqueológicos é possível assinalar que a cidade possuía um sofisticado sistema hidráulico, incluindo aquedutos subterrâneos para o abastecimento das termas públicas. Presume-se que a água era captada na zona das Sete Fontes, a mais ou menos 5km de distância de Braga, em direção nordeste.

[158] Conforme expõe Magalhães (2013, p. 26), em Braga existiam duas tipologias principais de *domus*. A primeira, semelhante à das Carvalheiras, apresenta-se com *atrium* e *peristilium*; a segunda, que prevalece na cidade e em quase toda a Hispânia romana, dispõe-se exclusivamente em torno de um *peristilium*. A partir do século II, torna-se comum a presença de banhos privados nessas habitações (Magalhães, 2010).

Os dados disponíveis permitem ainda considerar que *Bracara Augusta* estava interligada a várias cidades através de seis itinerários principais. As vias mais antigas são a *via XVI*, que conectava a cidade a *Olisippo*, passando por *Cale* (Mantas, 2016, p. 146), e a *via XVII*, que estabelecia a conexão com *Asturica Augusta* via *Aquae Flaviae*. Ambas as rotas foram iniciadas ainda no período augustano (27 a.C.-14. d.C.). É decerto provável que a construção da *via XIX*, que a conectava a *Lucus Augusti*, tenha arrancado entre os governos de Augusto (27 a.C.-14. d.C.) e Tibério (14 d.C.-37) (Carvalho, 2008). De engenho mais tardio é a *via XVIII*, datada do período flaviano, que reforçou a ligação com *Asturica Augusta* pelo interior da zona mineira *del Bierzo*. Além disso, existia uma via que ligava *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, que, embora não mencionada no Itinerário de Antonino, é ratificada em diversos miliários, sendo datável, também, de época Flávia. Ainda referida no Itinerário temos a registar a *via XX*, que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti per loca maritima*. O seu percurso até o litoral tem sido objeto de debate entre os investigadores (Carvalho, 2008), cuja essência comercial do seu trajeto asseguraria o abastecimento a partir da rota atlântica (Morais, 2005).

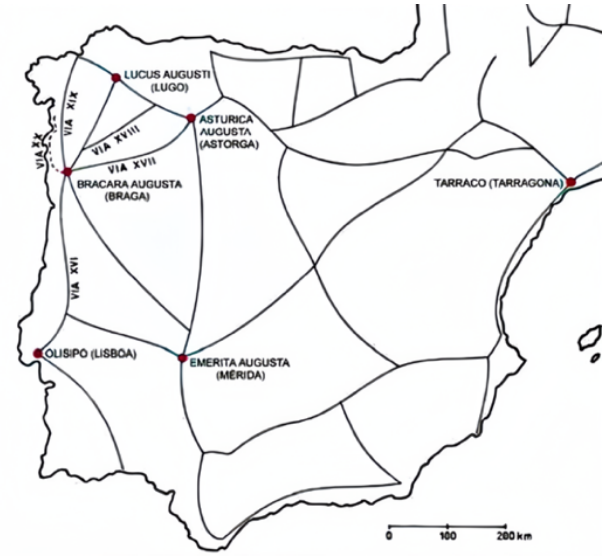


Figura 18. As principais vias de comunicação no Noroeste peninsular durante os séculos I e II. (Morais, 2005, p. 66).

Associadas às principais vias que conectavam a cidade a outros centros urbanos da *Tarraconensis* e *Lusitania* encontravam-se várias áreas de necrópoles (Martins & Delgado, 1989–1990; Braga, 2010). Simultaneamente verifica-se a existência de uma rede de caminhos secundários que permitiam a articulação da cidade com o seu território envolvente, onde se regista a presença de *villae* e outros estabelecimentos rurais, numa estreita relação entre a cidade e o espaço rural, evidenciando o papel central que a cidade exerceu na distribuição e organização do povoamento da sua área envolvente (Carvalho, 2008).

A ocupação da periferia imediata de *Bracara Augusta*, para além das áreas funerárias, caracterizava-se pela presença de edifícios de natureza artesanal e cultual. As principais zonas de produção localizavam-se fora do espaço residencial, concentrando-se sobretudo nos sectores sudoeste e sul da cidade, onde foram identificados vestígios de fornos, tanques e escórias de vidro (Morais, 2005; Martins *et al.*, 2012). Um exemplo paradigmático é o de uma oficina implantada junto à via XVII, identificada durante as escavações do antigo edifício dos CTT, cuja planimetria se encontra bem documentada, tendo funcionado como unidade de produção vidreira entre os séculos IV e V (Cruz, 2009; Martins *et al.*, 2010).

Em finais do século III e início do IV, *Bracara Augusta* experimentará um importante programa de renovação urbana, vastamente documentado pela arqueologia (Martins *et al.*, 2012). Neste contexto, tanto edifícios públicos quanto privados foram substancialmente remodelados, apontando-se como principal fator a sua elevação à categoria jurídica de capital da província da *Gallaecia,* criada pelo Imperador Diocleciano (284–305) (Tranoy, 1981).

Ainda assim, a transformação de maior impacto foi, sem dúvida, a construção da muralha defensiva, que não apenas redefiniu uma nova configuração urbana, mas também representou um ponto de inflexão na história da cidade (Lemos *et al.*, 2002a). Com forma elíptica, a potente muralha, construída em finais do século III/inícios do século IV, constitui um reflexo da sofisticação e cultura construtiva militar da época. Com um perímetro defensivo pontuado por torreões, abrangendo uma área de cerca de 48 hectares, prevê-se também a existência de cinco portas, quatro das quais estrategicamente localizadas nas interseções da muralha com os dois principais eixos viários de orientação norte-sul (*cardus maximus*) e este-oeste (*decumanus maximus*).

Contudo, a edificação da muralha veio reconfigurar um espaço urbano previamente aberto, produzindo profundas alterações na organização interna da cidade, designadamente ao nível da funcionalidade da rede viária. Ainda assim, a cidade preservou até à Antiguidade Tardia uma fisionomia marcadamente geométrica, ajustada pela disposição regular das vias e pela presença de pórticos. Estes, por sua vez, foram amplamente incorporados às *domus* durante as reformas urbanas do século IV, refletindo uma adaptação funcional e estética que manteve o traçado urbano inicial (Martins *et al.*, 2016).

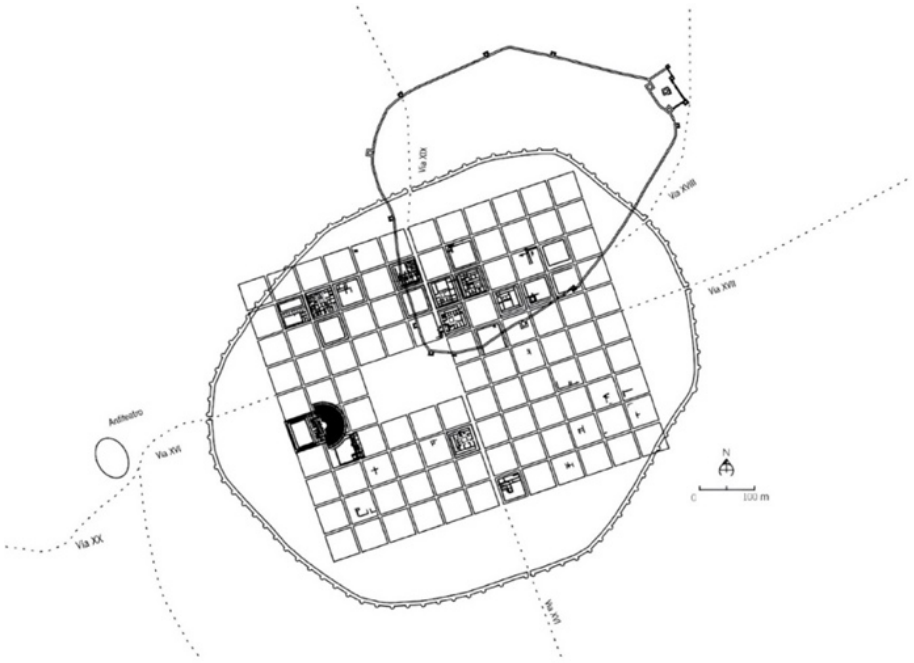


Figura 19. Representação comparativa entre a muralha tardo-antiga romana (séc. III), abrangendo aproximadamente 40 hectares, e a posterior Muralha Medieval Fernandina (séc. XIV), com cerca de 15 hectares, destacando a estrutura viária remanescente nos distintos períodos. ©UAUM

2.2. *Bracara* na Antiguidade Tardia

Bracara Augusta, assim como outros centros urbanos da época, testemunhou a emergência de uma nova ordem, marcada pela ascensão e consolidação do cristianismo como força política, administrativa e económica, profundamente entrelaçada com o poder religioso (Fontes, 2008, p. 168). Esse radicava-se claramente na oficialização do cristianismo como religião do Império Romano durante o reinado de Teodósio, entre 379 e 395 d.C., expandindo-se por todas as províncias romanas e estabelecendo-se como uma instituição de carácter universal (Ribeiro, 1995, p. 16). Nesse contexto, assomaram distintas comunidades cristãs, que desempenharam um papel fundamental na promoção de ofícios já existentes e na criação de uma hierarquia clerical dentro da comunidade eclesiástica, com o aparecimento de presbíteros, diáconos e bispos (Mamedes, 2019, pp. 66–69).

Inseridos no rearranjo administrativo do Baixo Império, cujo rescaldo culminou na criação das *dioceses*, estes elementos clericais estruturaram-se dentro do contexto ao qual os domínios de *Bracara Augusta* estavam integrados. Consequentemente, com o desmantelamento do Império Romano do ocidente, é possível observar a repercussão na ocupação da cidade e a progressiva desativação dos grandes edifícios públicos, como o fórum, o teatro e/ou as termas durante a ocupação Sueva e Visigoda. De igual modo, a população terá começado a concentrar-se em torno

das basílicas cemiteriais paleocristãs, situadas nos arredores da cidade, bem como no quadrante nordeste de *Bracara Augusta*, processo que culminou no que a historiografia denomina de *cristianização do espaço*.

Efetivamente, com o fim da administração romana, Braga inicia um novo período da sua história sob o domínio do reino suevo (411–585), que a elegeram para capital do seu reino[159]. Ao longo do século V e parte do VI, uma nova elite associada ao poder da Igreja e da monarquia sueva, que ansiava novos cargos dentro da configuração político-religiosa que se estabelece, estará na base da construção de novos edifícios públicos, como basílicas, mosteiros e outras estruturas, algumas localizadas nas imediações cidade (Fontes, 2015). Neste sentido, o desenvolvimento da cidade parece estar profundamente ligado ao crescente poder dessas elites, cuja afirmação se traduz em importantes investimentos, concentrados na construção de edifícios religiosos tanto dentro quanto fora das muralhas (Fontes, 2015).

Assim se entendem algumas transformações ocorridas no urbanismo de Braga, especialmente nas reformulações dos edifícios habitacionais, que irradiavam novos padrões comportamentais e a introdução de costumes germânicos. Isso faz pensar que as estruturas residenciais preexistentes continuaram a ser ocupadas, embora com um aproveitamento distinto dos espaços.

Precisamente, a fundação da primeira basílica paleocristã de Braga, datada do século V, resultou do reaproveitamento de um edifício romano anterior, que se tornou o símbolo de um novo espaço religioso de poder político e administrativo, culminando na formação de um complexo episcopal e na reorganização da área intramuros (Fontes *et al.*, 1997–1998; Martins *et al.*, 2018). Este complexo assinalaria a perda de centralidade da zona onde se localizava o *forum* (colina do Alto da Cividade), situada a nordeste, junto à muralha da cidade (Fontes *et al.*, 1997–1998; Martins & Ribeiro, 2018, p. 20; Pereira, 2018, p. 109)[160]. Por sua vez, sob a influência do poder político-religioso, as antigas zonas nobres de *Bracara Augusta*, que experimentaram processos orgânicos de ocupação, passaram a ser periféricas no contexto da cidade sob o domínio suevo.

Deste modo, compreende-se que Braga manteve-se como um centro de poder político e religioso relevante, dinamizado economicamente, em parte por ter sido anteriormente capital de

[159] Segundo Costa (1997–2000, pp. 95–96), com base na crónica do bispo Idácio, Braga foi conquistada e saqueada pelos visigodos a mando do rei Teodorico, em 30 de outubro de 456. O relato menciona a presença de várias basílicas, que foram depredadas e desmanteladas, bem como de um mosteiro feminino, igualmente violado durante a incursão.

[160] Fontes (2009b) propõe que a desativação do *forum* enquanto estrutura urbana administrativa está associada à transferência dessa função pelas elites suevas para fora da *urbe*. Essa transferência culminou na construção de um espaço palatino no Monte de Falperra, a 560 metros de altitude e a cerca de 3 km do centro de *Bracara*, em direção a sudeste.

um vasto e estratégico território da província da *Callaecia* (Fontes, 2010)[161]. Neste processo, avulta a ação de dois bispos: São Martinho de Dume e, no século VII, São Frutuoso, cuja atuação foi decisiva na cristianização dos espaços circundantes de *Bracara*. Dume, neste contexto, era um núcleo próximo da cidade, cuja ancestralidade remonta a uma antiga *villa* romana, onde se reconheceram estruturas balneares, indiciando a continuidade da ocupação (Andrade, 2025, p. 119).

A atuação de São Martinho foi determinante para a consolidação do catolicismo nas regiões sob a jurisdição dos episcopados de Braga e de Dume, ambos sob sua direção (II Concílio de Braga, em 572) (Marques, 2002, p. 26). Sua influência traduziu-se ainda numa série de iniciativas construtivas, com destaque para a fundação do mosteiro de Dume, entre os anos de 550 e 560, situado a aproximadamente 2 km de Braga, bem como para a implantação de paróquias e igrejas privadas, reforçando a sacralização do território e a centralidade religiosa da região.

Com a anexação do reino suevo pelos visigodos em 586, o ímpeto cristianizador não terá sido afetado, registando-se no século VII, a fundação de um outro importante mosteiro em Montélios, realizado por São Frutuoso, bispo de Dume e *Bracara*, dando deste modo continuidade a essa tendência cristianizadora. De igual modo, começaram a surgir outros templos localizados nos subúrbios da antiga *Bracara Augusta*, em proximidade a áreas de sepultamento paleocristãs, identificadas a distâncias entre 1 e 2 km de onde viria a ser construída a Sé catedral.

No extremo poente do *decumanus maximus*, no limite oeste da colina do Alto da Cividade, ao longo do traçado da via romana XX *per loca maritima*, foi erigida uma basílica cemiterial, associada ao martírio de São Pedro, posteriormente convertida em igreja e paróquia no século XI (Ribeiro, 2014, p. 86). Já o templo dedicado a São Vicente, por sua vez, localizado aproximadamente 800 metros a nordeste da Sé Catedral, foi edificado seguindo o padrão de implantação sobre uma necrópole ao longo da via romana XVIII, sendo um dos mais antigos núcleos de povoamento paleocristão (Fontes, 2009, p. 280). Não menos importante é o núcleo populacional desenvolvido em torno da basílica cemiterial paleocristã dedicada ao mártir São Vítor, cujos vestígios foram identificados arqueologicamente a partir da descoberta de uma necrópole, em 1957[162], próximo da

[161] De acordo com Fontes *et al.* (2010), a atividade económica manteve-se vigorosa nos séculos V e VI, como aventado pelos materiais recuperados nas escavações arqueológicas. Estes vestígios indicam um expressivo fluxo de importações para suprir as necessidades da cidade, além de uma intensa atividade artesanal, evidenciada pela produção local de vidro e cerâmica.

[162] Convém sublinhar que esta rua teria sofrido o alargamento da antiga Congosta de Torneiros, um caminho rural que se sobrepunha a um *diverticulum* (caminho secundário) da rede viária de Bracara Augusta (Lemos, 2001, p. 18).

hodierna paróquia de São Vítor (Lemos, 2001, p. 25)[163]. Este templo foi erguido sobre uma necrópole romana, situada ao longo da *via XVII*, que conectava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*. As evidências arqueológicas revelam que este local experimentou um processo de transformação característico da Antiguidade Tardia, cuja área previamente destinada a sepultamentos, fora subtraída para abrigar o culto do mártir São Vítor.

Importa também mencionar a antiga igreja de São Clemente do Fujacal, que, sob a perspetiva evolucionista, pode ter se desenvolvido a partir de um templo paleocristão que sobreviveu às vicissitudes históricas ao longo da Antiguidade Tardia (Fontes *et al.*, 2010, p. 258). Como veremos mais adiante, a igreja consagrada a São Clemente era circunjacente ao caminho que conduzia à Ponte de Guimarães, uma via que, na antiguidade, conectava *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, na localidade denominada Fujacal. Esta igreja ainda é referenciada na segunda metade do século XV, ao fazer alusão a um caminho que ia "[...] p*er*a sa*m* c*ri*mente [...]"[164]. Essa informação corrobora as hipóteses sobre a sua existência e o seu enquadramento dentro da esfera de cristianização do espaço ao longo das centúrias que se seguiram ao desmembramento do Império Romano, apesar de desconhecermos a cronologia de sua edificação.

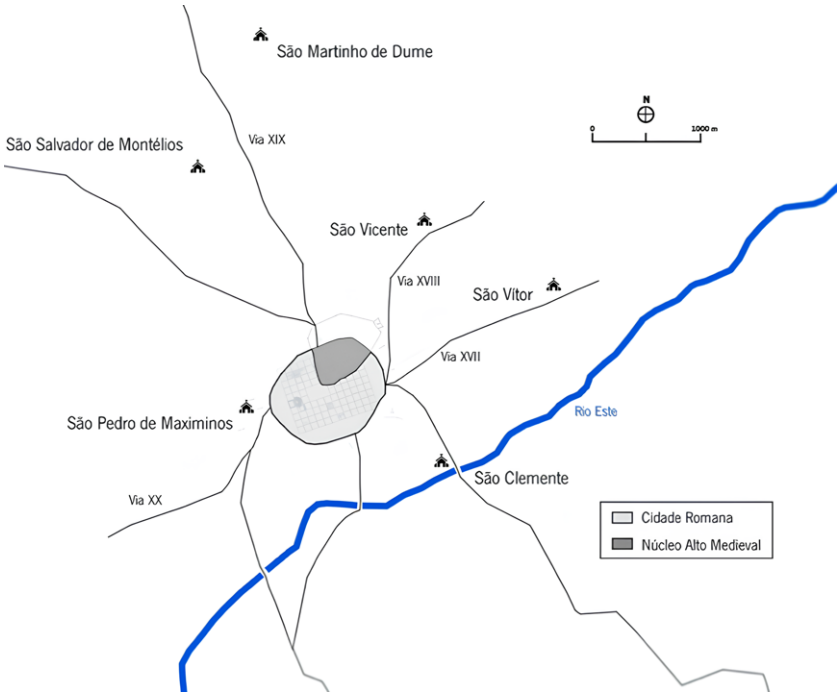


Figura 20. Representação esquemática da cidade romana e do núcleo cercado do séculos IX/X destacando as principais vias de escoamento e a localização das basílicas cemiteriais ao longo dessas rotas. Elaboração do autor com base em Martins & Ribeiro (2013, p. 39).

[163] Conforme sugere Francisco Sande Lemos (2001, p. 24), o padre Avelino Jesus da Costa propõe, de forma hipotética, unicamente com base na toponímia, que a *ecclesia S. Vítor* ter-se-ia constituído no logradouro onde atualmente se encontra a Capela de São Vítor o Velho, na Rua de São Vítor o Velho.

[164] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 9v.

Após a derrota do rei visigodo Roderico na Batalha de Guadalete (711), as incursões berberes transpuseram o rio Douro, sob a liderança de *Abdelaziz*, alcançando a *Gallaecia*, em 715 (Marques, 2010). As incursões muçulmanas no século VIII terão originado o refúgio do bispo de Braga em Lugo, assim como acentuado o processo de ruralização do espaço urbano, passando a população a concentrar-se em torno das basílicas cemiteriais paleocristãs, situadas nos arredores da cidade, bem como no quadrante nordeste de *Bracara Augusta*. Este fenómeno gradual resultou no abandono progressivo de amplas áreas da antiga *urbe*, que, paulatinamente, foram sendo ruralizadas.

Braga atravessaria um período de incertezas, fragilmente defendida por lideranças locais dispersas e situada entre o reino asturiano, ao norte, que ainda resistia à ocupação do recém-formado emirado de *Al-Andaluz*[165]; ao sul, cujas razias sazonais, atingiam territórios cristãos mal guarnecidos. Este quadro perdurou até ao avanço territorial do reino das Astúrias, quando Afonso III (866–910) reorganizou o antigo território bracarense por meio de presúrias (Barroca, 2004, p. 182).

2.3. A reorganização territorial de Braga nos séculos IX e XI

Afonso III (866–910), cerca de um século depois das primeiras tentativas de ocupação até ao vale do Douro e subsequente recuo, no tempo de Afonso I, enviou Vimara Peres fazer a presúria do Porto em 868, dando origem ao condado *Portucalense*, que incluía Braga[166]. Em 873, rei e conde teriam reunido em Braga, com a cúria régia, com objetivo de repovoar a cidade e definir o seu termo (Amaral, 2007a, p. 123), objetivos que não terão sido cabalmente cumpridos, dadas as condições da época. Segundo um diploma do *Liber Fidei*, entre os anos de 905 e 910, a autoridade régia novamente delimitou o termo de Braga e confirmou sua posse ao metropolita Flaviano Recaredo, então recluso em Lugo. No ano seguinte, a pedido do bispo Savarigo, demarcou também os limites da antiga diocese de Dume[167].

A documentação indica que o termo de Braga se baseava em limites antigos e abrangia terras desde o Castro Máximo, até um monte no caminho para Infias, em São Vicente. Nesse ponto, dividia-se com a sede de Dume e prosseguia até as "pedras" e, a seguir, até a "ponte" (*et inde*

[165] Dependente do Califado Omeiada de Damasco.

[166] Segundo Barroca (2004, p. 182) e Amaral (2007b, pp. 60–61), Vimara Peres realizou a presúria do Porto, episódio registado no *Chronicon Larbiense*, em 868. Até sua morte, em 873, empreendeu o início da reorganização do território de Entre Douro e Minho.

[167] Costa, Avelino de Jesus da (ed.) (2016) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 19, pp. 78–81, fls. 10v–11v). *Rerum Memorabilium*, III, fl. 157v; A.D.B., Coleção Cronológica, cx. 1, doc. 1
Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 19, pp. 78–81, fls. 10v–11v); *Rerum Memorabilium*, III, fl. 157v; A.D.B., Coleção Cronológica, cx. 1, doc. 1.

pro ad illas petras et inde pro ad illa ponte), possivelmente a Ponte de Guimarães ou a Ponte do Porto nos Pelames. A raia continuava até ao Monte Custódia, que, como discutiremos mais adiante, corresponderia a colina do Alto da Cividade, estendendo-se até Ferreiros e Real, e retornando ao Castro Máximo (*et inde per ilas archas qui divident cum Ferrarios et vadit pro ad ipsa arca*[168] *qui dividet cum Rial et inde ad ille Castro Maximo*).

Não sabemos ao certo se a população concentrada no noroeste de *Bracara* fortaleceu-se com a delimitação do território, muito embora os monarcas asturianos tenham tentado promover o seu povoamento. Esse processo pode ter sido impulsionado pela construção de uma muralha de cronologia altomedieval, cujo flanco meridional assumia a forma de um hemiciclo, restringindo e resguardando esse setor da cidade (Lemos *et al.*, 2002; Marques, 1986). Essa muralha desconectava-se da ortogonalidade viária romana ao alinhar-se ao tramo noroeste da antiga cerca, abrangendo uma área de aproximadamente 7 hectares (Ribeiro, 2008, p. 188).



Figura 21. Proposta de reconstrução estimativa do termo (em amarelo) do recinto murado dos séculos IX/X de Braga (em verde), elaborada com base no documento 17 do *Liber Fidei*. A edição foi realizada no Inkscape, com georreferenciamento importado através da aplicação *Google Earth Pro*. Edição do autor.

Na sua zona circundante, as fontes medievais, mais abundantes nos primeiros anos da Reconquista, sobretudo sob o reinado de D. Afonso III (866–911), evidenciam um crescimento moderado dos aglomerados rurais, percetível pela recorrência de um léxico relativamente

[168] A terminologia *archa* ou *arca* apresenta uma ambiguidade significativa quanto ao seu significado. Dada a herança romana da cidade, e considerando que *arca* em latim podia referir-se tanto a um ataúde ou sepultura quanto a um baú ou caixa, propomos a hipótese de que o termo possa aludir a uma zona de necrópole. Esta área funerária poderia ter se desenvolvido ao longo de um caminho que conectava diferentes localidades, funcionando assim como um marco limítrofe. (Porto Editora. (2021). *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim* (p. 45).

homogéneo, com destaque às terminologias *villae* e *lugares*, muito presente até finais da Idade Média (Amaral, 2007a; 2009)[169]. Paralelamente, novas formas de organização territorial emergiam, especialmente os casais, que viriam a ser amplamente difundidos no território da arquidiocese de Braga durante o processo de aquisição de bens fundiários e a organização do seu território (Amaral, 2007a).

O desenvolvimento do burgo bracarense inseriu-se, portanto, num processo mais amplo de reestruturação territorial conduzido, num primeiro momento, pelos monarcas asturianos e, posteriormente, pelos condes portucalenses, sobretudo a partir de 868, ainda que com resultados incertos. A instalação de lideranças galaico-asturianas no Entre Douro e Minho, promovida pelas autoridades régias, representou um ponto de inflexão nesse processo (Amaral, 2007a, p. 113), podendo ter gerado impactos consideráveis na cidade, no seu entorno e nas dinâmicas de intercâmbio entre o núcleo urbano e as áreas suburbanas. Todavia, esta perceção permanece no plano conjetural, dado que a historiografia sobre este tema não conseguiu explorar essas possíveis correlações, muito em função da escassez e a natureza fragmentária das fontes disponíveis para o período. Soma-se, ainda, o facto de que, no decurso da Alta Idade Média, a centralidade política e administrativa do território, que viria a constituir o condado portucalense, tendeu a deslocar-se para outras geografia, como, por exemplo, Guimarães e o Porto.

2.4. O restabelecimento da diocese e o recrudescimento urbano

Não se sabe ao certo se, sob o reinado de D. Fernando I de Leão — conhecido como *o Magno* —[170], Braga terá experimentado alguma revitalização urbana, visto que este problema carece ainda de apreciação mais detida por parte da historiografia. Todavia, é consistente presumir que a sua política expansionista, ao pressionar os territórios sob domínio islâmico, e a sua estratégia de reorganização do espaço ao sul do Minho tenha desencadeado um processo de redistribuição populacional, favorecendo movimentos migratórios em direção às terras recentemente conquistadas a sul (Amaral, 2007b, p. 149). Por seu turno, os eventos subsequentes à morte do monarca provocariam importantes desdobramentos na história da cidade (Amaral, 2023, p. 50). O reino foi então repartido entre os seus filhos: Afonso VI recebeu Leão, Sancho II ficou com Castela, e Garcia II foi investido com o Reino da Galiza. No entanto, entre 1065 e 1072, os conflitos

[169] Para um estudo mais aprofundado dos núcleos de povoamento na Diocese de Braga nos séculos IX e XI cf.: Amaral, L. C. (2007b). *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX–1137)*. Xunta de Galicia; Amaral, L. C. (2009). O povoamento da terra bracarense durante o século X. *História — Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série 3, 10*, 113–127.
[170] O reino das Asturias se tornara, reino de León desde inícios do século X.

fratricidas que se seguiram acabariam por conduzir à reunificação dos domínios sob o governo de Afonso VI[171].

No âmbito desse contexto histórico, teve lugar o evento que Alexandre Herculano denomina como a *Batalha de Braga*, mais precisamente a *Batalha de Pedroso*, ocorrida em 18 de janeiro de 1071, na freguesia de Parada de Tibães (Costa, 1997–2000, p.216; Oliveira & Monteiro, 2023), onde teria existido a Quinta do Pedroso, a aproximadamente 3,5 km a noroeste da cidade. Este episódio contribuiu para a consolidação de uma nova ordem política, caracterizada pelo declínio da antiga nobreza condal e pelo fortalecimento de elites locais, como os infanções, juntamente com suas respetivas clientelas, processo que já vinha desde antes de Fernando, o Magno. Essas elites locais desempenhariam papéis centrais na redefinição das relações de poder na região, moldando o futuro político do território que se tornaria o Reino de Portugal (Amaral, 2007a, pp. 234–238).

Em maio de 1071, uns meses após a batalha, Braga teve sua diocese restaurada por Sancho II, que, entretanto, depôs o próprio irmão, nomeando D. Pedro como bispo (1071–1091)[172]. A ação de D. Pedro visou reestabelecer os direitos eclesiásticos da antiga diocese bracarense e reorganizar o território entre o Lima e o Douro, após anos de conflitos, reafirmando a importância religiosa da cidade no contexto da Península Ibérica (Amaral, 1990, 2021)[173].

O principal impulso construtivo teria sido a edificação da catedral, acompanhada, concomitantemente, da fundação da escola capitular, também conhecida como Escola da Sé. Costa (1997–2000, p. 303) atribui-lhe o ano de 1072, referindo-se a ela como a primeira escola eclesiástica do futuro reino de Portugal. Nesse contexto, foi promovida uma reorganização administrativa que incluiu igualmente a consolidação do capítulo bracarense, reforçando, assim, a atribuição da diocese como centro de ensino e de vida religiosa (Costa, 1997–2000, pp. 303–306).

Com efeito, o principal objetivo de D. Pedro consistia na promoção de uma profunda reorganização da sua diocese, evidenciada nos diplomas contidos no *Liber Fidei* pelo progressivo aumento de aquisições e doações destinadas a reforçar os rendimentos da Sé de Braga. Nesse

[171] O desfecho deste conflito resultou na queda e morte de Sancho II, seguido do encarceramento de Garcia II, que viria a falecer em poucos anos. Afonso VI, por seu turno, teria sido honorificado, em 1073, como *imperator totius hispaniae*.

[172] Segundo Costa (1997–2000, vol. I, pp. 206–223), a restauração da diocese de Braga e a nomeação de D. Pedro como bispo terá sido realizada por Sancho II em maio de 1071.

[173] Numa perspetiva mais lata, Duby (2002, p. 63) argumenta que o retorno à organização eclesiástica primitiva fazia parte de um movimento geral coincidente com o renascimento urbano. Segundo o autor, é nas cidades que os bispos estabeleciam as suas catedrais; assim, as "correntes de prosperidade" convergiam novamente para os centros urbanos, materializando-se na edificação da catedral — ou da igreja principal — e das oficinas dedicadas ao embelezamento das basílicas monásticas.

contexto, promoveu igualmente a elaboração do seu *Censual*, documento que reflete a reestruturação administrativa empreendida pelo prelado, com o intuito de consolidar e estimular as receitas diocesanas (Amaral, 2007b, p. 238). Segundo Amaral e Barroca (2020, p. 271), esta iniciativa estaria intimamente ligada ao grande empreendimento da edificação de um novo e ambicioso projeto arquitetónico: uma catedral de maiores proporções, consagrada em 1089[174] e presidida por D. Bernardo, arcebispo de Toledo e primaz de toda a Hispânia, destinada a substituir um templo anterior, de menores dimensões.

Neste quadro, tornava-se, de facto, perentório organizar e estruturar o território sob a jurisdição diocesana (Amaral, 1990, p. 519). A realidade do bispado bracarense não se distanciava muito daquela observada noutros territórios hispânicos, onde o modelo de povoamento — designado como *civitas episcopales* — se caracterizava, em geral, por núcleos urbanos de reduzida extensão, cujos perímetros frequentemente coincidiam com os antigos povoados de fundação romana (Arízaga Bolumburu & Martínez Martínez, 2017a, p. 28). Cabia, assim, aos bispos, enquanto senhores das cidades, a responsabilidade de restaurar, preservar e dinamizar esses centros, incumbência que fora pertinazmente liderada por D. Pedro no seu esforço de revitalização de Braga.

Os prelados bracarenses que sucederiam D. Pedro, tal como, desempenharam um papel ativo na busca por dotar a cidade dos principais mecanismos que fundamentassem uma centralidade religiosa condizente com sua herança portentosa. Isso ocorreu mesmo tendo Braga perdido prestígio face à nova capital do reino, Toledo, desde 1085, cuja autoridade diocesana, influenciada pela abadia de Cluny, conferia-lhe o carácter de intervir nos assuntos eclesiásticos dos diversos reinos cristãos da região (Mattoso, 1997, p. 27)[175].

O bispo Geraldo de Moissac (1095–1108)[176], natural da Gasconha e devoto às regras de Cluny[177], prosseguiu com o esforço de reafirmação dos domínios fundiários da Sé de Braga. Empreendeu diligente recolha de provas junto à cúria pontifícia, no intuito de legitimar as pretensões bracarenses face às contendas territoriais com outras sedes episcopais. Como resultado, obteve do papa Pascoal II, em 1100, a concessão definitiva da dignidade

[174] Foi dedicada, liturgicamente, à sagração à Virgem Maria em 29 de agosto de 1089 (Amaral & Barroca, 2020, p. 271).
[175] Essa intervenção reforçava a influência cluniacense e da Santa Sé na política peninsular.
[176] Para uma análise detalhada sobre os aspectos relacionados à chegada de D. Geraldo à Sé de Braga e sua ação pastoral e restauradora, *vd.*: Amaral, L. C. (2011). A vinda de S. Geraldo para Braga e a nova restauração da diocese. In *IX Centenário de S. Geraldo (1108–2008): Colóquio de estudos e outros actos comemorativos (Memorabialia Christiana)* (pp. 157–192). Faculdade de Teologia / Universidade Católica Portuguesa..
[177] Era de inteira confiança do prelado de Toledo, D. Bernardo Sedirac, (Sousa,2018, p. 70).

metropolítica[178], já anteriormente atestada, em 8 de dezembro de 1099, através da bula *Experimentiam vestram* (Amaral & Barroca, 2020, p. 275). Não obstante, em 1103, alcançou ainda a confirmação da jurisdição das dioceses galegas de Astorga, Mondonhedo, Ourense e Tui, bem como sobre as dioceses Porto, Coimbra, Lamego e Viseu (Marques, 2018, p. 38)[179]. Essas tentativas já haviam sido ensaiadas pelo bispo D. Pedro através do seu *Censual*, cujo escopo visava à remodelação da organização eclesiástica. Isso incluía a criação de novas instâncias de relacionamento entre as diferentes comunidades, o aparecimento de arcediagados, a multiplicação de paróquias rurais e, naturalmente, a cobertura do território por terras ou tenências com lideranças reconhecidas da monarquia ásturo-leonesa (Mattoso, 2015, p. 46).

Nesta cronologia, a catedral de Braga foi erguida, ainda que não se tenha concretizado o plano original idealizado pelo bispo D. Pedro[180], que ambicionava a construção de um complexo episcopal sumptuoso, concebido para acolher peregrinações. No entanto, a cidade não permaneceu alheia às crispações políticas do seu tempo, especialmente quando os maiorinos da condessa D. Teresa destruíram a primeira tentativa de edificação da nova Sé Catedral[181], comprometendo o projeto inicial (Mattoso, 1997, p. 37). Em seu lugar, avançou-se com uma solução mais modesta, cuja conceção seguiu os cânones da arquitetura asturiana, apresentando três naves e um amplo transepto. Esse engenho traduziria, não apenas as limitações impostas pela conjuntura política em que a arquidiocese se encontrava imersa, mas também as restrições de ordem material que condicionaram a execução do novo templo (Pereira, 2022, p. 131)[182].

Apesar destas desventuras, a catedral tornou-se o principal símbolo arquitetónico de Braga, em torno do qual a cidade progressivamente se organizou e expandiu ao longo da Baixa Idade Média, tornando-se seu epicentro a partir do século XIII e XIV em virtude da ampliação da cerca defensiva em direção ao norte (Ribeiro, 2017, p. 187). Este desenvolvimento transcenderia o âmbito religioso, influenciando diretamente as estruturas urbanas e a dinâmica social citadina, catalisando

---

[178] Esta dignidade asseguraria a autonomia da sua *ecclesia*, contribuindo para o crescimento do senhorio e o fortalecimento da sua influência política, económica e espiritual (Amaral, 2011, pp. 159–160).

[179] D. Geraldo teria se fundamentado nos antigos concilio do século VI, invocandos documentos apócrifos contidos no *Liber Fidei* (Livro da Fé), datados de 572, que atribuem ao Concílio de Lugo a definição dos limites da diocese de *Bracara* cf.: Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 15, pp. 71–72, fls. 9 e 9v); ainda teve respaldo na tradição contida nos textos que forneciam um amparo jurídico em defesa dos interesses da Sé de Braga (Alarcão, 2015, p. 44), e fundamentava-se, ainda, na tradição contida nos textos do *Parochiale Sueuorum* ou *Divisio Theodemiri*, relativas a divisão territorial promovidas pelo rei suevo Teodomiro em 569 (Amaral, 2013, p. 28), bem como no Provincial ou *Divisio Wamba* (Divisão de Vamba), também de época Sueva.

[180] Com o consentimento do arcebispo D. Bernardo Sedirac, de Toledo *vd.*: A.D.B., *Gaveta 2ª da Propriedades do Cabido*, doc. 138;

[181] Segundo Amaral e Barroca, com base na leitura da historiografia de Manuel Luís Real, o arcebispo D. Maurício Burdino ter-se-á declarado partidário de D. Urraca na sequência da morte de Afonso VI, o que poderá ter motivado o seu afastamento do governo condal e, por conseguinte, precipitado a investida dos mordomos de D. Teresa contra a Sé de Braga, entre dezembro de 1109 e março de 1110, ocasião em que se registaram significativos danos na igreja e no claustro: cf. Real, M. L. (1990). O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In *Separata das Actas do IX Centenário da dedicação da sé de Braga: O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI* (Vol. 1, pp. 435–461). Universidade Católica de Braga / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

[182] Cf. Amaral, L. C., & Barroca, M. J. (2020). *Teresa, a Condessa-Rainha* (pp. 127–149, 270–281). Temas e Debates.

um significativo incremento demográfico que, por sua vez, redundou num substancial aumento do número de paróquias.

A rivalidade com a emergente diocese de Compostela, liderada pelo astuto bispo D. Diego Gelmírez (1101–1140), que via em Braga um êmulo temerário, especialmente para a sua ambição de fazer com que as relíquias do apóstolo Santiago fossem o símbolo da luta contra o infiel e o centro de peregrinação da cristandade ocidental, estava inserida numa teia intricada de acontecimentos de âmbito político, religioso e económico. Uma das principais consequência desta rivalidade foi o episódio do "pio latrocínio", em 1102, que consistiu na sorrateira trasladação para Compostela das relíquias de São Frutuoso, São Silvestre e São Cucufates, ampliando, assim, os antagonismos entre as dioceses[183].

Após eventuais ensaios, mal sucedidos, de criar um couto em 1109 e 1110, os condes Henrique e Teresa outorgaram o couto de Braga ao seu arcebispo, em 12 de abril de 1112 (Costa, 1997–2000, pp. 220–250; Ribeiro & Martins, 2018)[184], tornando-se, assim, num senhorio eclesiástico sob o arbítrio do arcebispo (Costa, 1997–2000; Mattoso & Sousa, 1997, p. 40; Amaral & Barroca, 2020, pp. 127–149 e pp. 270–281). O prelado tornava-se o senhor da urbe passando a exercer as jurisdições sobre a cidade e seu termo, nomeadamente nas esferas militar, fiscal e judicial (Mattoso, 2015, p. 69).

Nessa perspetiva, o arcebispo de Braga não apenas se consolidava como o mais alto representante da Igreja no território, mas também assumia uma posição central e influente no panorama político e religioso da região. Essa centralidade conferia-lhe um papel preponderante na articulação das relações de poder, tanto eclesiásticas quanto seculares, tornando-o um agente fundamental na definição dos rumos do Condado Portucalense e, igualmente, agente transformador nos mecanismos de exploração econômica e, consequentemente, construtiva da cidade e dos seus arredores.

Por fim, tendo sido exposto de forma sintética o prelúdio do processo de revitalização de Braga — com o restabelecimento da sua diocese, a sua elevação à dignidade primacial e a concessão do respetivo couto —, a cidade enveredaria nos séculos seguintes, embora em cadências distintas, por um progressivo processo de urbanização. Este teve como alicerce a profunda reforma territorial promovida desde o episcopado de D. Pedro, momento em que a cátedra bracarense começou a adquirir um vultuoso património urbano e fundiário, incrementando consideravelmente as suas

[183] *Idem*.

[184] O reconhecimento papal apenas se verificaria durante a prelazia de D. Paio Mendes, em 1121, através de uma bula emitida por Calisto II, *Bracarensem metropolim insignem*, na qual são confirmados os limites do couto da Sé de Braga. (Amaral & Barroca, 2020, p. 279).

rendas[185]. Tal património foi constituído por diversas vias, entre as quais se destacam as doações testamentárias, legados, permutas, aquisições por compra e, não menos relevante, por decisões judiciais, sobretudo quando resultantes de indemnizações relativas a danos causados às suas propriedades (Nogueira, 1998, p. 4).

Neste sentido, para melhor compreender a continuidade dos capítulos seguintes desta tese, importa atentar ao facto de, em 1145, o arcebispo D. João Peculiar ter promovido uma cisão definitiva no que respeita à administração do património e das rendas da arquidiocese, repartindo-as entre a mesa arcebispal e a mesa capitular (o cabido)[186], destinando dois terços dos bens à primeira e apenas um terço à segunda, à semelhança do que se observava, então, na generalidade da Cristandade Ocidental (Marques, 1988, p. 324; Costa, 1997–2000, p. 373). O cabido dos cónegos da Sé, cuja formação — como vimos — remonta ao episcopado de D. Pedro[187] e seguia os cânones habituais da Igreja do período, operava como um colégio de clérigos com personalidade jurídica própria, incumbido, sobretudo, da celebração do culto solene na cátedra (Nogueira, 1998, p. 6). Em termos práticos, competia aos membros da mesa capitular o desempenho das funções litúrgicas — como cânticos, missas e procissões — bem como a colaboração na administração da arquidiocese. Entre as principais dignidades desta instituição destacavam-se o deão, o chantre, o mestre-escola, o tesoureiro e os arcediagos (Marques, 1988, pp. 322–323).

Ao longo dos séculos XI a XV, esta mesa capitular acumulou um notável património, tornando-se um dos principais proprietários de bens imóveis na cidade de Braga, além de deter vastas propriedades fundiárias nos seus arredores e em regiões mais distantes. É a partir deste ponto que se inicia a nossa análise do processo evolutivo do urbanismo bracarense, tomando como base as propriedades do cabido — as mais bem documentadas para este tipo de aferição. Logo, pretende-se compreender como esse património contribuiu para a expansão urbana e, consequentemente, periurbana da cidade ao longo da Baixa Idade Média, em particular nos seus séculos finais.

É por esta razão que a investigação se apoiou, fundamentalmente na análise e sistematização da documentação relacionada aos bens administrados pelos cónegos, uma vez que os seus registos contabilísticos — *Livros de Tombo* — e os contratos enfitêuticos — *Livros de Prazos* —

---

[185] Cf. Costa, A. J. da (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga* (Vol. 1) (1.ª pub. 1959). Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

[186] Sobre os primórdios do cabido bracarense e a sua constituição, em 1165, por D. João Peculiar, cf. Costa, A. J. da (1997–2000). O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga (Vols. 1 e 2, 2ª ed.) (1.ª pub. 1959). Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, pp. 304–305.

[187] Segundo José Marques (1988, p. 322), o bispo D. Pedro implementou as diretrizes estabelecidas pelos Concílios de Coiança (1050) e de Compostela (1060 e 1063), que determinavam que os bispos deveriam residir em comunhão com os clérigos da catedral.

constituem as fontes mais propícias para o estudo do processo de transformação urbana e periurbana no período medieval. Isso decorre do facto de esses documentos se terem conservado em quantidade relativamente expressiva, sobretudo se comparados a outros testemunhos da Mitra e de diferentes instituições, cuja documentação sofreu perdas significativas ao longo dos tempos.

CAPÍTULO 4. O ESPAÇO CONSTRUÍDO INTRAMUROS NA BRAGA MEDIEVAL

1. O sistema defensivo medieval

A proteção do espaço de convivência e a defesa estratégica dos interesses das cidades medievais eram asseguradas por um conjunto de estruturas e dispositivos técnicos inseridos no âmbito da arquitetura militar (Cabrita, 2014, p. 5), não sendo, portanto, possível dissociar a cidade medieval da sua materialidade defensiva, uma vez que as exigências de proteção condicionavam a própria forma urbana e a organização do espaço, com algumas exceções, como Barcelos, que apenas viria a possuir muralhas no século XV.

Jacques Heers (1997, p. 328) exprime essa indissociabilidade ao afirmar que "para os autores do tempo[188], a cidade é, por essência, fortificada, cercada por altas muralhas pontuadas de torres, perfuradas por algumas portas vigiadas"[189]. Tais estruturas, desempenhavam também funções económicas, operando como instrumentos de controle e fiscalização do trânsito de pessoas e mercadorias. As suas portas constituíam pontos estratégicos para a arrecadação de impostos e tributos aduaneiros (Arizaga Bolumburu & Martínez Martínez, 2017, pp. 71–72). Neste enquadramento, articulavam-se ainda com funções judiciais e, administrativas, formando uma linha de demarcação multifuncional, revestida de implicações políticas, sociais e culturais (Ribeiro & Arnaldo, 2013, p. 184).

Sua relevância ultrapassava a esfera estritamente militar e económica representando uma fronteira simbólica entre o interior e o exterior, essencial à consolidação de um sentimento de pertença comunitária (Le Goff, 1991). Restringia o espaço citadino — composto por arruamentos que se entrecruzavam e ligavam as portas de acesso, praças, mercados e edifícios — ao mesmo tempo que marcava a transição para os arrabaldes e áreas periféricas de natureza semiurbana e rural. A estas últimas, oferecia amparo, na medida em que as populações, em tempos de instabilidade, frequentemente buscavam refúgio no seu interior (Andrade, 2003, pp. 14–20).

Funcionava como mediadora de uma dialética entre o "dentro" e o "fora" — espaço intramuros e as zonas exteriores — realidades por vezes contrastantes, mas funcionalmente interdependentes.

---

[188] A expressão "autores do tempo" referida por Heers parece incluir não apenas cronistas e historiadores medievais, mas também outras fontes culturais, como representações gráficas (selos, pinturas, etc.), que simbolizavam a cidade medieval como uma fortaleza, tanto no aspeto material quanto simbólico.

[189] No original: "*Pour les auteurs du temps, la ville est par essence fortifiée, entourée de hautes murrailles ponctuées de tours, percées seulement de quelques portes suveillées*".

Essa condição conferia-lhe um valor simbólico acrescido: distintivo de urbanidade, fator de atratividade populacional, de capital e de exercício de poder (Gonçalves, 1996, pp. 212–213). A muralha inseria-se, portanto, de forma plena na vivência quotidiana do homem medieval, intervindo diretamente na dinâmica das suas atividades diárias.

Apesar de uma fronteira entre o externo e o interno, não se apresentava como uma barreira impenetrável: compreendia zonas de transição e possibilitava expressões de urbanidade tanto no interior como nas imediações do seu traçado (Bove, 2014, p. 139)[190]. Enquanto elemento central do sistema defensivo, a muralha desempenhava uma dupla função: por um lado, delimitava e protegia o espaço urbano, favorecendo relações de influência recíprocas com os territórios exteriores; por outro, contribuía para a consolidação de formas de sociabilidade internas, que, a partir das experiências diárias, engendravam transformações endógenas com impacto direto na reconfiguração orgânica da morfologia urbana (Cabrita, 2014, p. 17).

Com base nessa reflexão, ao incidirmos sobre o contexto medieval de Braga, entendemos que a sua muralha — sujeita a sucessivas alterações no tempo, ao longo do período em estudo — desempenhou uma função central na articulação entre os espaços intramuros e extramuros. A restauração da diocese em 1071 marca o início de uma nova fase de revitalização do tecido urbano de Braga, com a consequente reestruturação das suas defesas, que se prolonga ao longo dos séculos subsequentes.

Cumpre destacar, neste contexto, que o fenómeno usualmente designado pela historiografia como "ressurgimento das cidades", no decurso do século XI, encontra equivalência conceptual na noção de *essor urbain*, formulada por Henri Pirenne (1974). O autor entende o fenómeno como um renascimento urbano resultante de dinâmicas sociais, políticas e económicas de longa duração, cujas raízes remontam à Alta Idade Média. No quadro peninsular, uma componente determinante deste processo terá sido a reorganização dos territórios de *al-Andalus*, cujos desdobramentos históricos condicionaram, de forma particularmente incisiva, este avanço urbanístico.

Neste sentido, Braga, à semelhança de outros núcleos do espaço ibérico, foi profundamente impactada pelas diversas conjunturas de restauração e reocupação que marcaram o avanço

[190] Boris Bove localiza e caracteriza diferentes espaços periféricos, nos quais predominam distintas atividades e formas de urbanização, situados fora das muralhas, mas também no seu interior. O autor propõe uma abordagem que articula o conceito de periferia/subúrbio — tradicionalmente associado ao termo *faubourg* (fora do burgo, em latim "*foris burgum*") — com uma leitura que ultrapassa a simples distinção do limite material, considerando igualmente a heterogeneidade social e funcional dos espaços intramuros. Henri Pirenne, por sua vez, no início do século passado, já argumentava que as cidades medievais apresentavam uma organização complexa, na qual áreas centrais mais densas coexistiam com zonas periféricas que funcionavam como espaços de transição entre o núcleo urbano e o campo (Pirenne, 1925, pp. 45–47). Para maiores aprofundamentos da perspetiva pirenniana cf.: Pirenne, H. (1925). *Medieval cities: Their origins and the revival of trade*. Princeton University Press.

cristão sobre os domínios do islão. Este processo de expansão urbana não foi apenas demográfico ou económico, mas também estrutural, exigindo que o sistema defensivo acompanhasse o desenvolvimento da cidade.

Portanto, o sistema defensivo de Braga, bem como sua transformação e evolução, não deve ser interpretada como uma barreira protetiva absoluta, mas também como uma estrutura sujeita a transformações no tempo, servindo de ponto de contacto entre esferas diversas: o urbano e o rural, o edificado e o aberto, o central e o periférico. Mais do que uma linha de separação, importa apreendê-la sob uma ótica de permeabilidade, através da qual transitavam pessoas, bens, normas e símbolos, convertendo-se, assim, num dos pilares estruturantes da cidade medieval.

Examinamos, na sequência, as diferentes implicações dessa evolução, particularmente no que diz respeito às transformações urbanas e defensivas que marcaram o espaço de Braga a partir do século XI.

1.1. Adaptação das defesas romanas e a consolidação do burgo entre os séculos III e X

Os muros erguidos entre o final do século III e os primórdios do século IV, que delimitaram a cidade romana de *Bracara Augusta*, conservaram, em certa medida, relevância nos séculos subsequentes, embora parcialmente desconsiderados em favor de um perímetro mais restrito que passou a acolher um pequeno núcleo habitacional. Com efeito, parte do segmento setentrional desse traçado foi reaproveitado e integrado numa nova cerca defensiva, edificada nos derradeiros séculos do primeiro milénio, com o propósito de encerrar um burgo no quadrante nordeste da antiga *urbe* romana (Lemos *et al.*, 1998). Este processo de redefinição espacial revelou uma notória contração da malha urbana, cuja origem remonta à Antiguidade Tardia (Martins *et al.*, 2016), culminando, durante a Alta Idade Média, numa ocupação circunscrita a aproximadamente um quarto da área original de *Bracara Augusta*, com o advento de uma nova muralha que encerraria este quadrante ao sul.

Trata-se da extensão da muralha defensiva para o sul, como atestado pelas escavações realizadas na zona da Escola Velha da Sé (n.s 166/168) (ver Figura 22), onde foram identificados vestígios de uma estrutura muralhada datável dos séculos IX e X (Mendonça, 2019, p. 4)[191]. Essa cronologia coincide, em termos gerais, com a tentativa de repovoamento da cidade e seu termo

[191] A muralha neste setor representa o fim da utilização da área habitacional (*domus*), de orientação NO/SO, composto por grandes blocos de granito, cujo miolo apresenta blocos de dimensões irregulares e fragmentos de tijoleiras (Mendonça, 2019, p. 59).

873, realizada por Afonso III da Astúrias (Amaral, 2007a, p. 123), e a consequente delimitação do seu termo entre os anos de 905 e 910[192]. Essa demarcação constitui um indício significativo para a datação da fixação efetiva de um circuito defensivo associado a este burgo nas centúrias em questão.



Figura 22. Vestígios arqueológicos das fundações do trecho da muralha dos séculos IX–X, identificados no edifício da Escola Velha da Sé (n.°s 166/168). (Mendonça, 2019, p. 59).

As razões que justificam o estabelecimento de um núcleo populacional precisamente neste quadrante nordeste da antiga urbe romana permanecem indeterminadas. A cidade, ainda que sujeita a algumas transformações — como o progressivo abandono dos edifícios de lazer e as alterações estruturais nas *domus* durante a Antiguidade Tardia (Magalhães, 2019) —, parece ter experimentado um processo gradual de reorganização urbana, no qual a presença sueva e visigoda contribuiu para uma continuidade habitacional nos espaços da antiga cidade romana.

No contexto da Antiguidade Tardia, sobretudo a partir do século V[193], a cristianização dos espaços intramuros e das áreas suburbanas — materializada pela ereção de basílicas cemiteriais paleocristãs junto aos eixos viários com ligação à Península Ibérica — desempenhou um papel determinante na continuidade do povoamento urbano. Esse processo implicou um rearranjo espacial marcado por diferentes densidades habitacionais e pelo abandono de setores residenciais da antiga *Bracara Augusta*. Esse cenário rompe com o paradigma clássico romano, no qual o rigor da planimetria ortogonal e a especialização funcional das estruturas asseguravam uma ocupação territorial homogénea e estritamente hierarquizada (Ribeiro, 2008, p. 288).

[192] Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 19, pp. 78–81, fls. 10v–11v; *Rerum Memorabilium*, III, fl. 157v; A.D.B., *Coleção Cronológica*, cx. 1, doc. 1).

[193] Uma basílica intramuros do século V será substituída, posteriormente, pela Sé Catedral, erguida em finais do século XI e alvores do século XII (Fontes *et al.*, 1997–1998) (ver Figura 24).

Entre os séculos VI e VII, a atuação dos bispos São Martinho de Dume e São Frutuoso foi fundamental para reforçar a dinâmica de reorganização urbana e cristianização, promovendo a redistribuição da população em torno desses novos polos de sacralidade, que resultaram em transformações graduais nas áreas circundantes das novas basílicas. O respetivo quadrante da cidade murada de *Bracara Augusta*, por sua vez, sofreu transformações graduais, integradas num processo mais amplo de reorganização da malha urbana, que implicou tanto a desativação e reutilização de edifícios públicos herdados da época romana como a edificação de novos equipamentos (Martins, 1991–1992, p. 181; Martins & Ribeiro, 2013, p. 12).

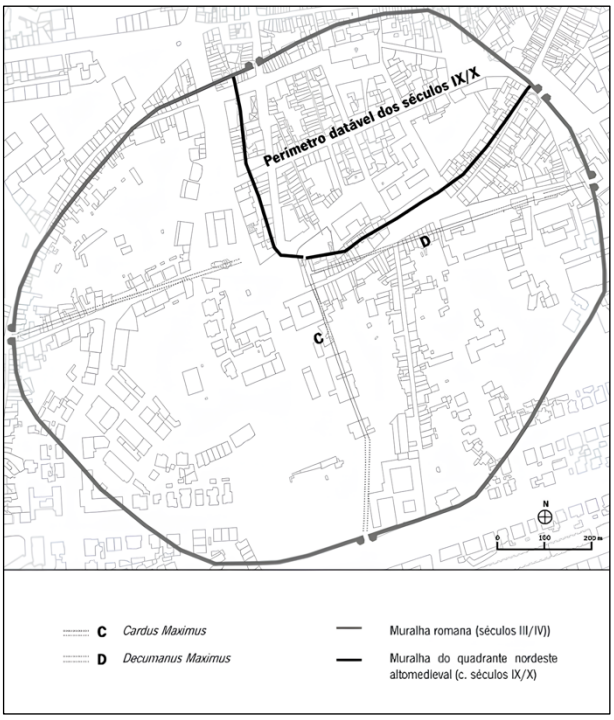


Figura 23. Representação cartográfica do *delineamento da cerca* do burgo bracarense no quadrante nordeste cidade murada de *Bracara Augusta.* Elaboração do autor com base em Martins & Ribeiro (2013, p. 39).

Tanto a desocupação de outras áreas da antiga cidade romana como a concentração populacional em torno da basílica paleocristã e a construção de um novo tramo muralhado — que, pelo sul, encerrava esse quadrante nordeste no interior do circuito defensivo romano — constituem processos cuja periodização é dificultada pela escassez de fontes escritas. As escavações arqueológicas, entretanto, assinalam que os espaços intramuros da antiga muralha romana permaneceram ocupados, ao menos parcialmente, até o início do século VIII[194].

[194] Verifica-se essa ocupação pelas escavações realizadas na zona arqueológica da denominada Quinta do Fujacal, em particular no tramo sul da muralha romana, evidenciaram alterações na estrutura defensiva atribuíveis ao período suevo-visigótico (Pereira, 2018, p. 113).

Sobre o a ocupação do quadrante nordeste da muralha romana, e o seu prolongamento que a encerrava ao sul, datado dos séculos IX/X, teria sido determinante para o encerramento e proteção de um novo burgo com uma população mais reduzida. Esse encerramento pode ter ocorrido na sequência da destruição da cidade pelos muçulmanos, no início do século VIII, após a qual se assinala o seu repovoamento em 873, no quadro das presúrias dos reis asturianos em direção o sul, bem como o delineamento do seu termo no início do século X, cronologia esta que coincide com a datação arqueológica referente a muralha meridional do burgo (Mendonça, 2019, p. 4).

Este novo espaço cercado ocupava, portanto, uma superfície muralhada de cerca de 7 hectares, em nítido contraste com os aproximadamente 48 hectares abrangidos pelo perímetro urbano no final do século III e início do século IV (Martins & Ribeiro, 2018, p. 23) (ver Figura 23). É apenas a partir do restabelecimento da diocese que se evidencia a necessidade efetiva de um alargamento do circuito muralhado, em cronologia intermitente, destinado a incorporar na malha urbana os novos espaços progressivamente assimilados.

1.2. Evolução do prolongamento da muralha após o restabelecimento da diocese no século XI

Após a restauração da diocese bracarense em 1071, aliada à recuperação da dignidade arquiepiscopal e direitos metropolitanos da Sé de Braga em 1099 e à edificação do imponente edifício da Sé Catedral — iniciada c. 1071/1080 e com altar-mor sagrado em 1089 (Amaral & Barroca, 2000; Amaral, 2021, pp. 13–16) —, consolidou-se um espaço centralizador da vida comunitária intramuros. Este processo, iniciado na continuidade espacial da basílica paleocristã precedente, desencadeou uma expansão da malha urbana com implicações diretas na reconfiguração do sistema defensivo.

Para compreendermos a prolongação do sistema defensivo, é imprescindível analisarmos a expansão da malha urbana de Braga a partir de um vetor principal, que denota um movimento inicial de crescimento em direção à periferia nordeste. Está associado a construção, no exterior da muralha, de uma igreja fundada por um casal abastado residente na cidade — o ourives Pedro e sua mulher, Gelvira Mides[195] — cuja referência documental mais antiga data de 19 de julho de

[195] Inferimos que a designação *Ourives* seja pelo exercício de ourivesaria e trabalho com metais, conforme explicitado num documento do *Liber Fidei* onde o arcebispo D. João Peculiar (1139–1175) concede uma carta de doação ao casal Pedro Ourives e Gelvira Mendes em consequência dos trabalhos feitos pelo dito Pedro a igreja de Braga na fabricação de ouro, prata e outros metais: "[...] *tibi Petro Autifici et uxori tue Gelvire facio Kartam donationis et firmitatis seu vendicionis de reditu tue hereditatis quem debes mihi et Bracarensi ecclesie pro servicio quod mihi et supra dicte ecclesie facis scilicet in auro vel argento fabricando ceterisque metallis* [...]" (Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 784, pp. 1052–1053).

1145. Posteriormente, este templo seria consagrado a São João Batista, convertido em sede paroquial sob a designação de paróquia de São João do Souto, acolhendo, mais tarde, uma confraria homónima (Marques, 1983, pp. 121–122)[196]. O estabelecimento desta paróquia, cuja organização revela um significativo grau de coesão comunitária[197], localizava-se nas imediações do segmento nordeste da antiga muralha romana, já fora dos seus limites. A paróquia era então acompanhada por um caminho extramuros — a futura Rua de Janes — que partia de uma antiga porta aberta na cerca romana e seguia a poente da igreja, serpenteando em direção ao norte (ver Figura 24).

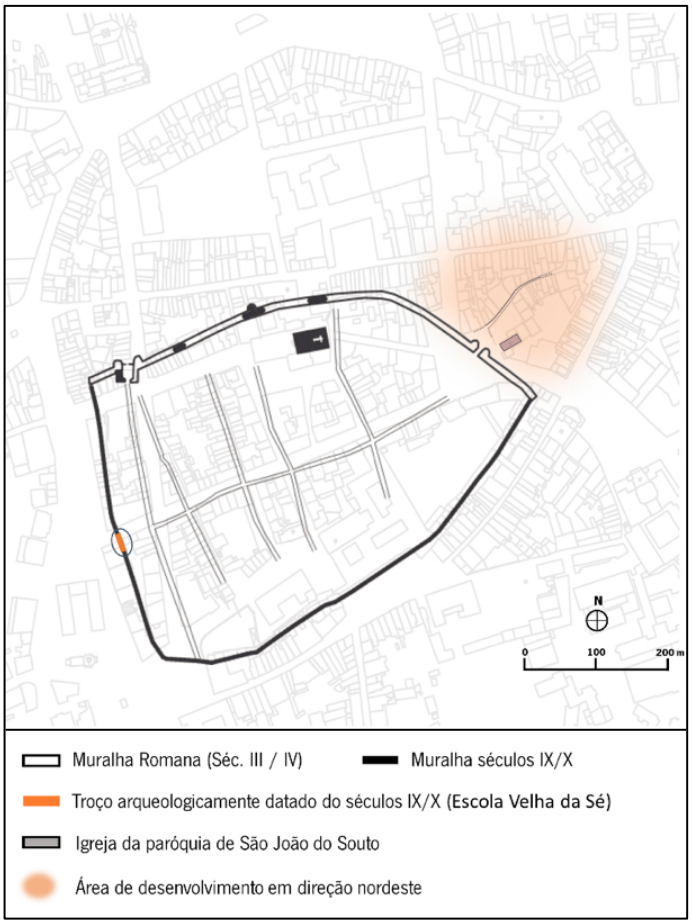


Figura 24. Representação cartográfica hipotética da muralha dos séculos IX/X e do tramo setentrional da muralha romana (séculos III/IV). Elementos assinalados: paróquia extramuros de São João do Souto (retângulo realçado na cor cinza); traçado da futura Rua de Janes, eixo em torno do qual o burgo se desenvolveria inicialmente em direção nordeste (área sombreada na cor laranja laranja); troço da muralha do século IX/X

[196] Este tema será melhor abordado no subcapítulo 6, dedicado aos espaços religiosos e de segregação.

[197] A perceção de coesão comunitária na paróquia de São João do Souto é por nós fundamentada a partir do estudo de Garcia de Cortazar sobre as sociedades hispano-cristãs peninsulares, que descreve uma paróquia enquanto um "grupo fechado, firme e permanente", funcionando como um centro de sociabilidade e controle, com encontros regulares para a prática religiosa (1996, p. 135). O autor também aponta que a criação de confrarias, consideradas "a primeira forma de organização política" dentro da comunidade paroquial, reforça essa coesão, promovendo autonomia administrativa e fortalecendo as relações interpessoais (p. 136). Esses elementos oferecem a base necessária para compreender a estrutura e a coesão da paróquia de São João do Souto, especialmente tendo em conta que esta paróquia era detentora de uma confraria homônima, um fator que define enquanto uma "zona de exercício de sociabilidade" (p. 134).

encontrado nas escavações arqueológicas da Escola Velha da Sé (retângulo realçado na cor laranja). Elaboração do autor a partir de Martins & Ribeiro (2013, p. 39).

A menção das portas nas fontes escritas, com a Porta de São João documentada pela primeira vez em 1210[198] e a Porta do Souto, mais ao norte, mencionada em 1265[199], indica a expansão da cerca para a zona nordeste do burgo, acompanhando o crescimento do espaço periurbano. A partir dessas evidências, pode-se inferir que o delineamento da cerca foi iniciado em direção ao norte, conectando-se à área onde se implantou a paróquia referida, com a Porta do Souto bifurcando-se com a Rua do Souto e o caminho oriundo das imediações da igreja de São João do Souto (Rua de Janes)[200], além de se ligar à porta da muralha romana.

A existência dessas portas denuncia o alargamento da cidade para a sua periferia nordeste, representando a incorporação de zonas anteriormente situadas fora do perímetro muralhado, agora incluídas no prolongamento da muralha. Esta interpretação revela-se plausível, dado que as respetivas portas anunciariam novas ligações entre a malha urbana e a área extramuros, expressando o dinamismo e a expansão da cidade.

Próximo da Porta do Souto ergueu-se um castelo que, segundo Barroca (1988, p. 801), foi construído por iniciativa régia de D. Dinis, sendo parte de um ambicioso programa de reforma da arquitetura militar levado a cabo em todo o reino de Portugal[201]. Subsiste, de acordo com Barroca (1988, p. 801), a perceção de que a sua Torre de Menagem data dessa época, situando-se por volta do ano de 1315. De planta quadrada, a torre apresentava cerca de 30 metros de altura por 10 metros de largura, distribuídos por três pisos, com acesso feito por uma escada lateral (Ribeiro, 2008, p. 342).

A arqueologia tem avançado na afirmação de que a respetiva Torre de Menagem foi uma construção contínua e integral (Rocha, 2023, p. 93)[202], o que permite deduzir a necessidade premente de dotar a cidade de uma estrutura protetora apta a amparar um setor periférico em progressivo desenvolvimento. Neste contexto, a proximidade da Porta do Souto à Torre de Menagem pelo seu flanco meridional sugere a existência de um elo de articulação entre a malha urbana intramuros e a zona periférica, outrora situada para além do circuito defensivo, mas

[198] Diz respeito à venda de uma casa na Rua do Souto e de diversos bens móveis como dote de casamento, da parte de Mendo Pires e Sancha Pais, juntamente com seus filhos, Paio e Pedro Mendes, ao genro e sua esposa: *"[...] in rua de Sauto et est sita inter domum que fuit de Johane Fornado et ex alia parte de ipsa domo que est Petro Petri ante portam Sancti Johannis* [...], datada em "[...] *Novembris Era M.ª CC.ª XL.ª VIII.ª* [...]" (A.D.B. (1983). *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 2 (*apud* Marques, 1983, pp. 153).

[199] Cf. A.D.B. (1983). *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 2 (*apud* Marques, 1983, pp. 158 e 178).

[200] Cf. A.D.B. (1983). *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 2 (*apud* Marques, 1983, pp. 153, 154, 161, 178, 201, 203).

[201] Segundo José Augusto Ferreira (1928–1934), a construção do castelo pode ter sido ordenada por D. Dinis em 1300. Apesar disso, devido ao estatuto de *feudo* eclesiástico de Braga e às ações do arcebispo, é possível que tenha sido empreendida pelo próprio arcebispado (Marques, 1986). Usamos a terminologia adotada pelo autor para expressar sua ideia, ainda que prefiramos o uso do termo *senhorio* eclesiástico.

[202] São resultados provenientes das investigações arqueológicas conduzidas nas imediações do local de escavação do edifício n.º 1 da Praça da República, situado dentro da área de proteção da Torre de Menagem do Castelo de Braga.

entretanto submetida à lógica de integração e vigilância imposta pelo prolongamento do sistema muralhado. Esse percurso estabelecia igualmente ligação com outra torre, a denominada *domus fortis* de D. Gonçalo Pereira, erguida por iniciativa do arcebispo (durante a sua prelazia, entre 1326–1348) como primeiro paço arquiepiscopal a norte da Sé Catedral, no exterior da antiga muralha setentrional de época romana (Marques, 1983; Silva, 1995; Barroca, 2002)[203].

Os trajetos exteriores ramificavam-se em direção a duas importantes localidades situadas ao longo de antigas vias romanas: a via XVII, que conduzia, a leste, à paróquia de São Victor; e, a norte, um percurso que se ligava à antiga via XVIII e conduzia até à igreja de São Vicente, a nordeste. Como vimos, estes templos congregavam uma certa coletividade residente no seu entorno.

Em síntese, a expansão do burgo a partir da constituição da paróquia de São João do Souto parece ter estado estreitamente vinculada à consolidação de um novo espaço defensivo, corporizado na Torre de Menagem. Esta construção assume uma função estruturante e estratégica na proteção da cidade pelo setor nordeste, articulando-se com as portas de São João e, especialmente, do Souto, cuja documentação mais antiga data de 1265, mediante referência a uma edificação contígua à "Porta do Souto"[204].

O prolongamento da muralha aparenta ter conhecido continuidade ao longo século XIV, quando, em 1359, durante o reinado de D. Pedro I, parte das receitas provenientes das sisas régias — arrecadadas na sequência de uma deliberação conjunta entre o corregedor de Entre Douro e Minho e a vereação bracarense— foi destinada à construção de uma cerca (Costa, 2006, p. 83). Embora não seja possível determinar com precisão se esses fundos se destinavam exclusivamente à cerca urbana, ao complexo do castelo ou a ambos, atesta, por seu turno, a necessidade de investimento na consolidação do dispositivo defensivo, agora projetado para agregar outras áreas periféricas no interior de um recinto fortificado. Este recinto, para além do setor onde estava situado o castelo (ou somente a Torre de Menagem), convergia para poente entre o que seria a interconexão entre a cerca meridional do burgo bracarense e o segmento setentrional da muralha romana — pelo menos até finais do século XII e inícios do XIII, quando este segmento é desativado (Fontes, Lemos & Cruz, 1997–1998, p. 139),

Esse espaço periférico a ser subsumido pela cerca em projeção, tem algum vislumbre no documento n.º 486 do *Liber Fidei*, datado de 12 de julho de 1161[205]. Nele descrevem-se alguns

[203] Esta estrutura será tratada com maior detalhe no presente capítulo, na subseção 5.2.
[204] A.D.B. (1983). *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 8 (*apud* Marques, 1983, p. 158).
[205] Está no tomo 1, nas páginas 679–681.

arruamentos que partiam da paróquia de São João do Souto e penetravam numa paisagem marcadamente rural da cidade em expansão. Um desses caminhos estendia-se desde a designada porta da Quinta do Arcebispo até à respetiva paróquia; outro iniciava-se nas casas dos mestres Pedro Eita e Alberto, seguia em direção ao Forno da Infanta D. Sancha — a sudoeste da igreja de São João do Souto e dentro do recinto murado — e findava numa confluência de três caminhos, num casal conhecido como Casal de D. Mido, projetando-se, na sequência, para além da Rua dos Cegos.

Duas questões revelam-se particularmente relevantes. A primeira é a existência de uma *quinta* e de um *casal*, ao menos este último, inegavelmente, dentro do recinto murado, facto que sublinha o aspeto relativamente rural do referido burgo. A segunda, com base em documentação do *Liber Fidei*, relaciona-se com um percurso que se estendia para além da Rua dos Cegos, transpondo a muralha romana setentrional, a qual poderia encontrar-se, segundo indício documental, em situação de permeabilidade ou mesmo de desafetação no ano de 1161. Esse trajeto ingressaria na continuidade da Rua do Souto em direção oeste, desembocando na designada Rua Nova, que, à norte, atravessava um postigo que permitia o acesso às vinhas do Cabido (a cónega)[206].

Segundo o documento do *Liber Fidei*, não é concludente que esse postigo integrava a própria muralha, podendo igualmente ter pertencido ao cercamento da propriedade da Cónega: "[...] *partem de Rua Nova ab illo postico quo intratur ad vinea* [...]. Em todo o caso, se, de facto, possibilitava o acesso ao exterior da urbe, é admissível que, nessa altura, o prolongamento da muralha já estivesse atingido esse setor, tornando verosímil supor que a Rua Nova, ou ao menos parte do seu traçado — como se discutirá mais adiante — teria sido incluída na malha urbana e, desde então, abrigada pela cerca.

[206] Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 486, pp. 679–681): "[...] *ad ipsa ianua de quintana domini archiepiscopi usque ad eandem ecclesiam ipsam ruam integram. Illam quoque ruam que incipit a domo magistri Petri Eite et fratris illius magistri Alberti quomodo vadit per illum furnum de infantissa domna Sancia cum Rua Cecorum et terminatur in illo trivio quod est iuxta casalem qui fuit domni Mitonis usque ad ipsam Sancti Iohannis ecclesiam et ex altera parte per illum furnum, extreman etiam partem de Rua Nova ab illo postico quo intratur ad vinea canonicorum usque dum terminatur* [...]".

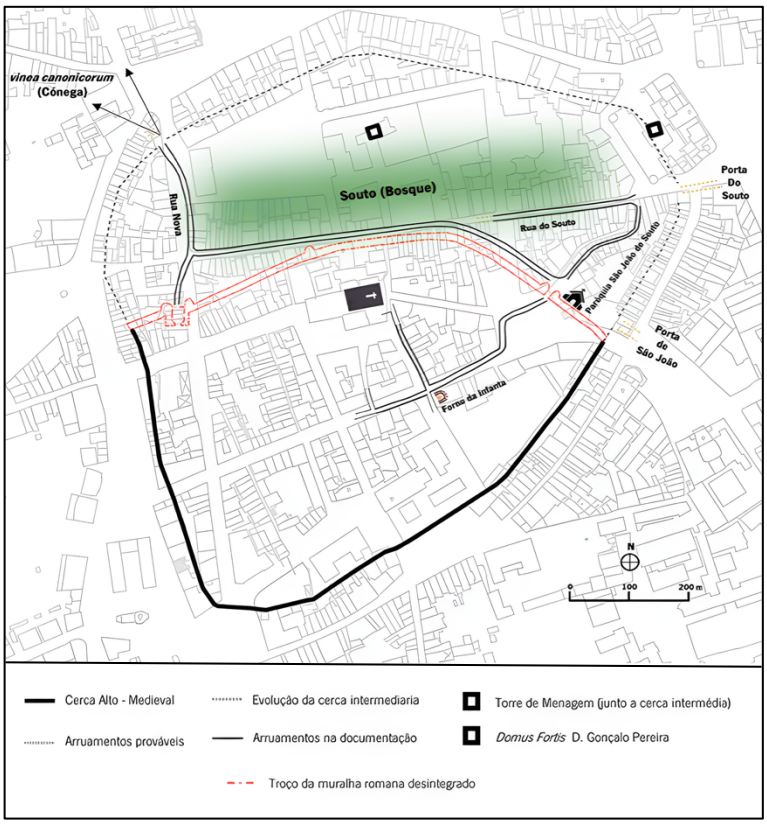


Figura 25. Evolução morfológica da cidade de Braga (do século XI a início do XIV), a partir do *Liber Fidei* e dos pergaminhos da Confraria de São João do Souto. Elementos representados: correspondência hipotética da cerca prolongada (traçado pelo qual provavelmente se construirá a Muralha Fernandina); Torre de Menagem, erguida durante o reinado de D. Dinis (1315); e a *Domus Fortis* de D. Gonçalo Pereiro (início do século XIV). Elaboração do autor com base no modelo cartográfico de Ribeiro (2017, p. 189).

1.3. O reforço e consolidação do sistema defensivo durante o reinado de D. Fernando

Foi durante a incursão militar liderada por D. Henrique de Trastâmara em 1369, que a muralha anteriormente edificada, destinada a abranger uma vasta parcela periférica da cidade, sofreu danos significativos. O episódio insere-se no contexto das campanhas empreendidas por este monarca após a vitória sobre o seu irmão, D. Pedro, cognominado *o Cruel* — a quem teria pessoalmente vitimado —, e que culminaram na invasão do Norte do reino de Portugal. Esta investida constituiu um dos primeiros movimentos estratégicos da Primeira Guerra Fernandina, relacionado a um conflito dinástico, sendo Braga um dos principais alvos (Gomes, 2009a, pp. 78–79).

A historiografia assinala que a extensão concreta dos estragos registados nesta cidade, permanece incerta, embora existam referências, em anos subsequentes, a obras de reparação e reforço. A tomada de Braga pelas forças castelhanas evidenciou a vulnerabilidade do prolongamento da cerca, eventualmente marcada por soluções improvisadas em determinados

trechos, consoante o ritmo cadenciado do crescimento periférico e a sua progressiva incorporação ao espaço intramuros. Por isso, após o assalto, tornou-se imperioso proceder às devidas correções estruturais e, então, robustecer os setores mais frágeis da fortificação, com o propósito de garantir uma defesa eficaz das zonas recentemente integradas e dos muros em estado de degradação.

A assertiva sobre a vulnerabilidade desse prolongamento defensivo é corroborada nas crónicas de Fernão Lopes, quando descreve a chegada do rei de Castela na cidade: "Chegou el-rei D. Henrique a Braga, e como o logar era grande e mal cercado, sem haver ahi d'uma torre, em logar ainda que não prestava, era bem azado para se tomar", acrescentando ainda que se tratava de um espaço "[...] baixo e os de dentro mui mal armados [...]", revelando assim a debilidade da estrutura defensiva durante o assalto[207].

Não se sabe se o monarca D. Fernando tinha plena consciência do estado de degradação da dessa cerca[208]. A documentação, contudo, evidencia que, conforme era hábito régio, foram emitidas cartas de confirmação de alcaidaria a diversos castelos do reino — prática algo singular no caso de Braga, cuja prerrogativa competia ao arcebispo. Diversamente, em 5 de março de 1367[209], foi o próprio D. Fernando a outorgar a Martim Afonso Botelho o cargo de alcaide do castelo de Braga.

Essa nomeação mostra-se plausível se considerarmos que o arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac (1361–1371), adepto da causa trastamarista, se encontrava, no próprio mês da outorga, retirado na vila de Burgo em virtude de desavenças com o cabido, em especial com o chantre. No mês seguinte, foi capturado por Pedro de Castela após a derrota de Henrique de Trastâmara perante as forças petristas e inglesas na Batalha de Nájera, circunstância que o conduziu ao seu último exílio antes da entronização de Henrique (Gomes, 2009, pp. 78–79).

Mais ou menos três anos após a invasão de D. Henrique de Trastâmara e Bertrand du Guesclin[210], D. Fernando intensificaria a sua presença em Braga, demorando-se por quinze dias, entre 5 e 20 de agosto de 1372, antes de se dirigir a Famalicão em 22 de agosto e, posteriormente, ao Porto[211]. Exatamente dois anos e quatro dias após essa estadia, em 19 de agosto de 1374, enquanto se encontrava em Atouguia (Santarém), o rei expediria um privilégio dirigido à cidade, no qual ordenava aos julgados de Prado, Entre Homem e Cávado, Bouro e Landim, bem como

---

[207] Cf. Lopes, F. (2004). *Crónica de D. Fernando* (cap. 33, pp. 109–110). Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

[208] Não é de descurar outros danos infligidos, nomeadamente os resultantes de uma possível incursão castelhana durante o reinado de D. Afonso IV (Sousa, 2009), em 1336, no contexto da invasão do Minho durante o conflito luso-castelhano (1336–1338/39) (Martins, 2005, p. 59).

[209] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 2.

[210] Segundo António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro (2023, pp. 164–165) O ataque ao norte do reino, em 1369, foi dirigido por Bertrand Du Guesclin, general bretão à frente da Companhia Branca, distinguida pelos seus arreios de chapa branca polida.

[211] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 109–111.

aos coutos da Várzea e de Tibães, que contribuíssem nas obras da cidade de Braga com "bois e carros e seus corpos"[212], o que demonstra a mobilização de recursos humanos e materiais para a reconstrução ou reforço das defesas da cidade.

Esse encadeamento de indícios reforça a perceção de que o monarca não esteve indiferente à vulnerabilidade das praças-fortes do reino, frequentemente canalizando rendimentos para obras específicas e de maior vulto (Costa, 2006, p. 82), emitindo, por sua vez, ordenamentos que favoreciam esses empreendimentos. Esta atuação pode ser entendida no âmbito das estratégias defensivas adotadas após o Tratado de Santarém, assinado a 24 de março de 1373, durante a segunda fase do conflito, quando D. Fernando outorgou despachos para a construção de novas fortificações em pontos considerados estratégicos, como o Porto e, impressionantemente, entre 1373 e 1375 em Lisboa (Mattoso, 1993, p. 494)[213].

De igual modo, conforme o privilégio de 19 de agosto de 1374, Braga encontrava-se em obras, subsumida num esforço indutor mais amplo de fortificação do reino. As obras da muralha terão sido então conclusas, ou, pelo menos, continuadas sob a direção do arcebispo D. Lourenço Vicente[214], logo após a confirmação e outorga, por D. Fernando, à "[...] igreia *e* arceb*is*po de bragaa todos seus p*r*iujllegio [*sic*] g*ra*ças *e* liberdades *e* boos costumes que sempre ouuerom [...]", em 22 de agosto de 1374[215].

Segundo Enrique Flórez de Setién y Huidobro (1703–1773), no *Tomo XIV da España Sagrada*, o castelo da cidade é descrito como *"de muy buen parecer e fuerte para aquel tiempo, con su torre del homenaje*[216]. Contudo, dado que esse tomo foi concluída séculos após o período medieval, é crucial que se tenha cautela ao avaliar essa descrição, especialmente considerando que o autor não faz referência às fontes específicas que sustentam a sua assertiva. Em relação à solidez da estrutura, escavações arqueológicas realizadas na Escola Velha da Sé (Rua Frei Caetano Brandão, n.º 166/168) identificaram blocos graníticos e fragmentos de tijoleira reaproveitada, os quais, refletem a robustez da fortificação.

A Cerca Fernandina, projetar-se-ia, então, por um perímetro de quase 1.600 metros, excluindo-se o castelo, e delimitava uma área urbana estimada em 17.500 m². O circuito era ainda ladeado

[212] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 156v.
[213] O elevado custo das muralhas era frequentemente um peso para os próprios municípios, como ocorreu na época de D. Pedro, quando o município do Porto, entre 1357 e 1367, teve de doar 10 000 libras ao rei para iniciar a construção da muralha. Contudo, o imposto foi aceito sem resistências, dada a necessidade deste elemento de proteção comunitária (Gouveia, 1999, p. 124).
[214] Nomeado em 19 de Dezembro de 1373 e sagrado em 14 de Janeiro de 1374 (Coelho, 2003, pp. 282–283).
[215] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 153v.
[216] Cf. Flórez, E. (1758). *La España Sagrada, ó teatro geográfico-histórico de la Iglesia de España. Origen, divisiones y límites de todas sus provincias, antigüedad y estado antiguo y presente de sus sillas, con varias disertaciones críticas* (Tomo 14, p. 181). M. F. Rodríguez.

por um fosso exterior, como verificado pelas escavações junto à torre fronteira ao Arco da Porta Nova (Ribeiro, 2008, p. 392), e corroborado por informações do primeiro *Livro de Tombo* (1369–1380) que mencionam a destruição de um herdamento por uma cárcova aberta fora do muro — a qual presumimos estar associada às obras de implantação da Cerca Fernandina[217].

Efetivamente, o início da década de setenta do século XIV assinalou diversas intervenções de carácter defensivo, incluindo intervenções no castelo. Esses empreendimentos decorreram tanto do contexto bélico que o reino atravessava como da ocupação militar direta da cidade pelo monarca (Antunes & Monteiro, 1984, pp. 135–136)[218]. Em 1377, na sequência das desavenças com o arcebispo D. Lourenço Vicente (1374–1397), motivadas em parte pela sua enérgica ação reformadora, D. Fernando confiscou os bens pessoais do prelado e os da mitra de Braga, mantendo a cidade sob domínio régio.

O restabelecimento da jurisdição arquiepiscopal apenas ocorreria em 1382[219], quando D. Lourenço Vicente se encontrava exilado em Roma, conforme atestado por carta régia: "[...] Restituímos-lhe e entregámos-lhe a jurisdição da dita cidade de Braga e dos seus coutos que ele tinha e possuía livremente, e sem embargo nem qualquer impedimento que tivesse ou possuísse antes que por nós e nosso mandado fosse tomada [...]"[220]. Neste contexto, em 1380[221], defendemos que o castelo tenha sido uma das razões para a continuidade das obras — que, como logo veremos, serão prosseguidas durante a dinastia de Avis —, sendo financiado diretamente por D. Fernando e conduzidas por três mestres de arquitetura militar: João Mouro, Pero Senascais e João, pedreiro (Marques, 1983; 1986).

À luz dos elementos analisados, importa sublinhar que a área abrangida pela muralha, ampliada e reforçada por D. Fernando, passou a delimitar um espaço de aproximadamente quinze

---

[217] "[...] herdamento q*ue* ffoy de barro q*ue* he na Ceujdade ffora do Muro *e* soya de trager ffrancisco simooez mercador genrro de Martim ortiga por noue soldos" e estava "Destroydo pela Carcoua" (A.D.B. *1º Livro de Tombo*..., fl. 32v).

[218] Este episódio é descrito por Maria Helena Cruz Coelho (2003, pp. 282–283): "Mais graves ainda serão as desavenças no governo fernandino. É arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente, nomeado em 19 de Dezembro de 1373 e sagrado em 14 de Janeiro de 1374. Sendo ele Vedor da Fazenda, logo um oficial da corte, de pronto D. Fernando promete a restituição ao arcebispado de Braga do "livre império da cidade". Terá então o arcebispo iniciado uma tão profunda acção reformadora na diocese que lhe granjeou a oposição da nobreza local e mesmo de membros do cabido bracarense, que se queixaram ao monarca. D. Fernando, mudando a sua posição face ao arcebispo, talvez por razões políticas, apoia essas queixas e transmite-as ao papa Gregório XI, pedindo ainda a demissão e punição do arcebispo. Nomeia opontífice uma comissão de visitadores do arcebispado e arcebispo, que estava em Braga, em Agosto de 1377, juntamente com o meirinho-mor de Entre Douro e Minho, Lopo Gomes de Lira. Apesar dos protestos, D. Lourenço viu os seus bens e os da mitra confiscados e a cidade ocupada militarmente. Ameaçado, vai refugiar-se em Roma, junto do papa Urbano VI, que sucedera ao anterior. Com um novo juiz apostólico a dirimir a contenda, a sentença ser-lhe-á então favorável. Regressa D. Lourenço Vicente a Braga e divulga a sentença em sínodo diocesano de 1379 ou 1381. Certo é que teve ainda de esperar algum tempo para sentir os seus efeitos práticos, uma vez que só em finais de1382 o monarca lhe restituirá a jurisdição sobre Braga e seus coutos".

[219] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 94; A restituição da jurisdição coincidiu com os tratados de encerraram a Terceira "Guerra Fernandina": Elvas (1382) y Salvaterra de Magos (1383).

[220] A.N.N.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 94.

[221] Conforme um documento da chancelaria de D. Afonso V, datado de 1451, o castelo de Braga passou também a ser utilizado como prisão, função que terá mantido até ao século XVI (A.N.T.T., *Chancelaria Régia de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 9). A partir de então, inicia-se um processo de progressiva desvinculação da sua função defensiva primitiva entre os anos de 1696 e 1703 (Freitas, 1890, p. 198).

hectares, contra os sete hectares anteriormente envolvidos. Este novo perímetro correspondia, ao que tudo indica, ao traçado da frágil cerca narrada por Fernão Lopes.

Entre outros efeitos, destaca-se o desmantelamento do troço da muralha romana que circundava a catedral pelo lado norte (ver Figura 26). Com efeito, este troço datável de época romana deveria ainda integrar, de forma funcional, o sistema defensivo medieval durante a edificação da catedral românica (sécs. XI–XII), sendo, como acima já mencionamos, gradualmente desativado entre os finais do século XII e início do XIII, à medida que a cerca urbana se expandia para o Ocidente (Fontes, Lemos & Cruz, 1997–1998, p. 139). Evidências arqueológicas indicam ainda que parte desse segmento defensivo foi desmontada para dar lugar à capela e à torre de Nossa Senhora da Glória, erigidas na fachada norte da Sé Catedral por iniciativa de D. Gonçalo Pereira entre 1332 e 1334 (Ferreira, 1930, p. 156; Fontes, Lemos & Cruz, 1997–1998, p. 139).

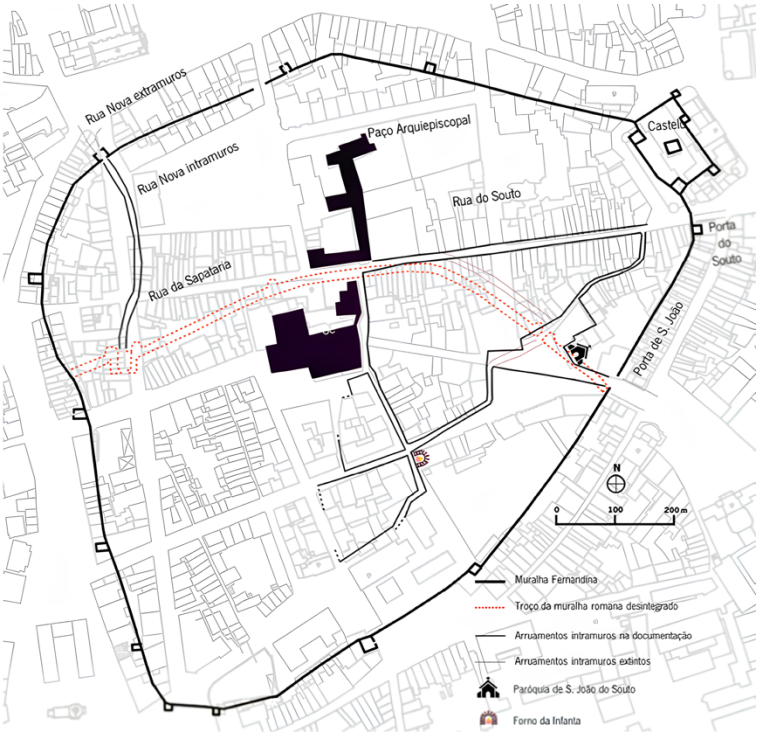


Figura 26. Representação cartográfica hipotética do sistema defensivo final, articulado com o traçado urbano da Rua do Souto e da Rua Nova, conforme os Livros de Tombo do Cabido. O esquema mostra a progressão da muralha desde São João do Souto, passando pelo castelo e pelo Paço Arquiepiscopal, cruzando a Rua Nova até à junção com a antiga muralha romana e o traçado anterior ao primeiro milénio. Elaboração do autor com base na proposta cartográfica apresentada em Ribeiro (2017, p. 189).

A Muralha Fernandina passou, então, a apresentar uma planta de feição subcircular de carácter mais reforçado. Relativamente a composição, foi descortinada e estudada em função das escavações arqueológicas realizadas na Escola Velha da Sé (Rua Frei Caetano Brandão, n.º 166/168), onde se identificaram blocos graníticos de pequenas e médias dimensões, intercalados com fragmentos de tijoleira reaproveitada e terra (Mendonça, 2019, p. 78 e 85).



Figura 27. Representação cartográfica dos três perímetros muralhados de Braga: o da Bracara Augusta (séculos III–IV), o do burgo (c. séculos IX–X) e o correspondente à Baixa Idade Média (séculos XIV–XV). Elaboração do autor com base em Martins & Ribeiro (2013, p. 39).

Relativamente às portas de acesso, esse sistema defensivo incluía um total de oito portas, que garantiam o intercâmbio entre o espaço suburbano e o recinto intramuros[222]. As primeiras dessas estruturas remontam aos séculos XI e XII, com o chamado Postigo da Cividade (sul), topónimo que alude ao espaço extramuros cuja localização coincide com a zona de interseção entre o *cardus maximus* e o *decumanus maximus*, correspondendo ao antigo *forum* romano (Martins, 2014). No século XV, este postigo é referido como Postigo de São Sebastião[223], em alusão à igreja consagrada a esse santo, situada fora dos muros e nas imediações dessa entrada. Ao norte do antigo burgo, no troço da muralha romana, existiam ainda outras duas portas, de cariz romano[224].

[222] Para um estudo que oferece uma leitura escrutinada sobre a evolução do circuito muralhado da cidade, desde a época romana até à modernidade cf.: Ribeiro, M. do C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal, pp. 326–411.

[223] Regista-se a primeira menção em 12 de junho de 1475 (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 48).

[224] Na parte exterior desta porta, ainda hoje existem resquícios da passagem romana que conduziria até à via romana XIX do itinerário Antonino, atualmente visível através de placas de vidro que compõem o chão do restaurante *Atípica*, situado no centro histórico de Braga.

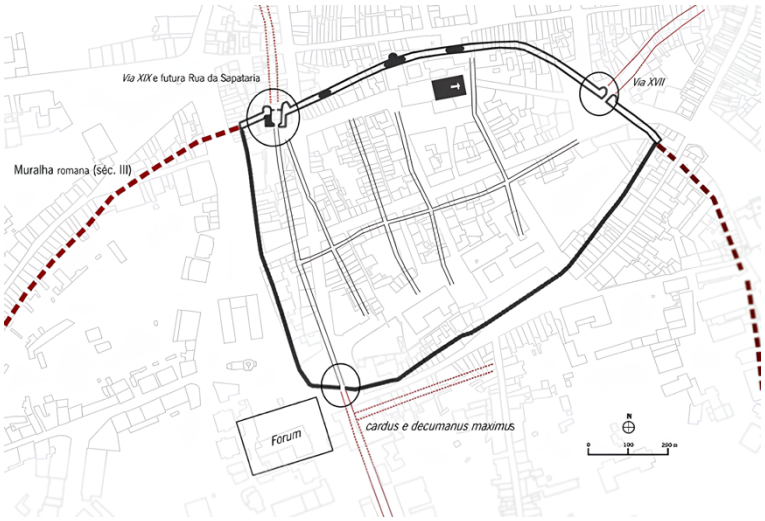


Figura 28. Estão assinalados os acessos que corresponderiam ao burgo alto medieval: o postigo da Cividade (ao sul) e as portas setentrionais da muralha romana, com ligação às vias XIX (norte) e XVII (nordeste), na área da futura Rua de Janes. Elaboração do autor com base no delineamento cartográfico de Ribeiro (2017, p. 189).

À medida que a cidade foi agregando a sua periferia norte, é documentada pela primeira vez a Porta de São João (este), no ano 1210[225], e, a Porta do Souto[226], em 1265 (ver Figura 28), disposta ligeiramente mais a norte da Porta de São João e adjacente ao castelo de Braga. No século XIV, conforme se depreende do primeiro *Livro de Tombo*, com registos datáveis, pelo menos, desde 1369, e no quadro da consolidação do sistema defensivo promovido durante o reinado de D. Fernando, foi edificada a Porta de Santiago (sul), diante da igreja e da paróquia consagradas à mesma santidade[227]. No setor ocidental, encontrava-se a Porta do Muro de Maximinos[228], referida em 1403 apenas como Porta de Maximinos[229], situada em alinhamento direto com a fachada da Sé.

A norte, a Porta do Muro da Rua Nova[230], também documentada a partir de 1403 somente como Porta da Rua Nova[231], foi erguida sobre o traçado da então cerca expandida (anterior a Fernandina), integrando uma antiga via rural que conduzia à zona das propriedades vitivinícolas

[225] *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 2, de Novembro de 1210 (*apud* Marques 1982, p. 105); é possível que tenha sido anteriormente designada como *Porta Orienta*, em virtude da sua posição no extremo nascente da cerca, hipótese aventada por Freitas (1890). Posicionada fora dos limites da antiga muralha romana que encerrava o burgo a norte, o caminho que se prolongava a partir desta porta conduzia até à área mais tarde ocupada pelo Hospital de São Marcos, articulando-se com o traçado da antiga via romana XVII e, mais adiante, com o caminho que feria na primitiva Ponte de Guimarães — correspondente, na atualidade, ao Parque da Ponte.

[226] *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 8, 3 de Setembro de 1265 (*apud* Marques 1982, p. 105).

[227] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 31 e 128.

[228] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 119.

[229] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 93v.

[230] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 122; sobre o adjetivo *Nova* será reutilizado em 1512 para definir uma outra abertura na muralha. Nesse ano, o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou construir uma outra porta, inicialmente designada Porta de Sousa, referida no *Mapa de Braunio* (1595) enquanto Porta Nova — atualmente identificada como o Arco da Porta Nova após remodelações financiadas pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança e conduzidas pelo arquiteto André Soares, sendo concluída em 1772.

[231] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 99; no final do século XVI será conhecida como Porta Limpa (*Porta quae limpa dicitur*), conforme indicado no *Mapa de Braunio*.

pertencentes ao cabido bracarense. Esta via retomava, em parte, o itinerário da antiga *via romana XIX*, assegurando a continuidade da circulação após a obliteração da porta romana, que anteriormente se situava nesse mesmo percurso. Ainda a norte, na continuidade, à nascente, existia o Postigo de Santo António[232], que dava acesso aos terrenos traseiros do Paço Arquiepiscopal — de feição rural à época —, os quais foram igualmente integrados na malha urbana (Ribeiro, 2008, p. 356).

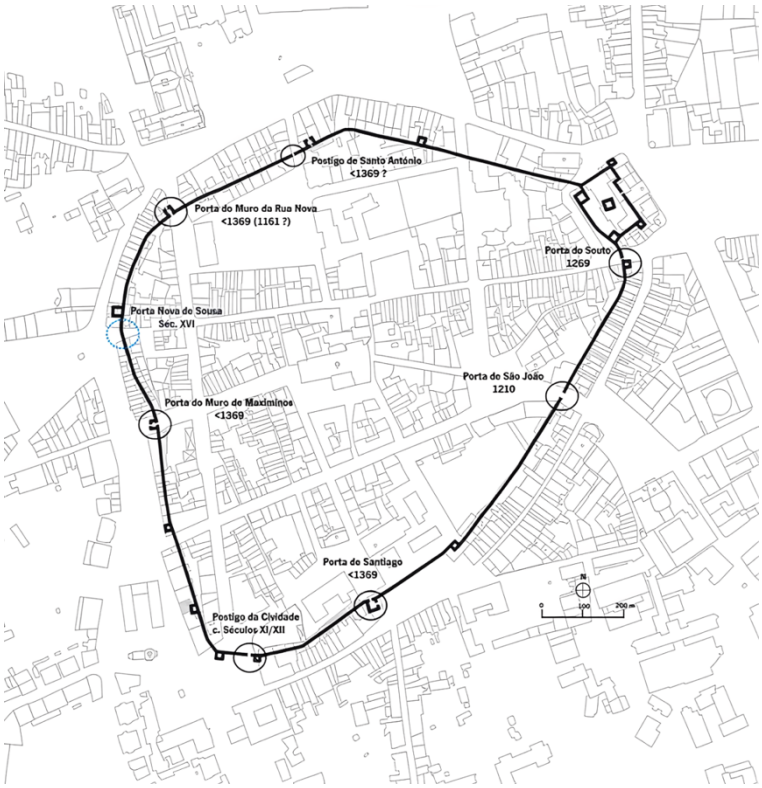


Figura 29. Localização das portas e postigos no delineamento final da muralha de Braga em finais do século XV. Elaboração do autor com base no delineamento cartográfico apresentado em Ribeiro (2017, p. 189).

A cronologia destas portas pressupõe uma correlação direta com a evolução do recinto muralhado, em estreita articulação com os espaços periurbanos por elas conectados, ao permitirem o acesso às artérias intramuros que convergiam para o núcleo aglutinador onde estava situada a Sé Catedral. A sua importância, enquanto elementos de ligação e de defesa, era muito relevante, a tal ponto que algumas vieram a ser reforçadas, em momento posterior, com estruturas torreadas, como se verifica na chamada "Torre do Muro", junto à Porta de Maximinos[233], no torreão do Postigo da Cividade/São Sebastião e na torre da Porta de Santiago. Contudo, não é possível

[232] Fixado no trecho centro-norte da Muralha Fernandina de Braga, entre a Porta Nova e o Castelo. Recebia este nome devido a uma imagem de Santo António colocada no topo da estrutura e dava acesso à atual Rua de Santo António.
[233] Identificada no século XVIII como Torre das Carvalheiras de São Sebastião (Freitas, 1980, p. 200).

estabelecer, com segurança, a associação da edificação dessas torres à fase inicial de construção das respetivas portas, e possivelmente tenham sido contruídas tempos depois.

De facto, a edificação das torres parece corresponder a uma outra etapa construtiva, cuja cronologia, segundo a interpretação que aqui sustentamos, terá decorrido ao longo da dinastia de Avis.

1.4. O estabelecimento das torres da muralha ao longo da dinastia de Avis

Glosamos, a partir das fontes textuais régias, a perspetiva de que os monarcas da dinastia de Avis também foram, forçosamente, indutores de ações de melhoria dos dispositivos defensivos da cidade, sobretudo se considerarmos as inquietações causadas pela possibilidade de novas incursões às praças-fortes do reino, no contexto do prolongado conflito dinástico luso-castelhano, que se estendeu, entre tratados intermitentes, até ao ano de 1411. O início dessa preocupação evidencia-se na chancelaria de D. João I, que regista a permanência do monarca em Braga em pelo menos em sete ocasiões: em 1 de setembro e em 4 de novembro de 1386[234]; em 1387, de 12 de setembro até 6 de janeiro de 1388, período durante o qual se reuniram as Cortes de 21 de outubro a 19 de novembro (Coelho, 2022, p.138)[235]; uma terceira estada, de 15 de novembro a 5 de dezembro de 1389[236]; em 8 de dezembro de 1390[237]; em 16 de agosto de 1398[238]; em várias ocasiões entre junho e dezembro de 1400[239]; e, por fim, de 26 de setembro a 18 de outubro de 1409[240].

José Marques (1986, pp. 10 e 83), por sua vez, perspetiva que as intervenções no sistema defensivo de Braga se prolongariam durante e além do conflito, ao apontar obras nas muralhas em duas ocasiões, em 1398 e em 1477. Nesta mesma esteira, particularmente quanto ao castelo,

---

[234] O 26 de dezembro de 1386 o monarca já se encontrava em Lisboa, constando a emissão de diplomas em Braga nos dias 8, 6 e 8 de novembro do dito ano (Alves Dias, J. J. (Ed.). (2004–2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (4 vols., vol. 1, t. 3, fls. 185v–186, pp. 177–180; vol. 2, t. 1, fls. 22, 23v e 25v, pp. 109–110, 115 e 124). CEH/UNL).

[235] Em geral, se registam referências a missivas régias em Braga nos dias 12, 23, 25, 26 (2) e 28 de setembro; o 1 (2), 2, 5, 12, 18, 23 (2), 23 (2), 24 e 25 de outubro; os dias 1, 2, 3, 6, 17, 18, 19 (3), 20 (2), 21, 23, 24 y 26 de novembro; os dias 4, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 20, 28 (2) e 29 de dezembro; e, finalmente, o 4 e 6 de janeiro de 1388 cf.. Alves Dias, J. J. (Ed.). (2004–2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (4 vols., vol. 1, t. 3, fls. 196 e 198, pp. 226 e 234; vol. 2, t. 1, fls. 12, 23–23v, 28–30 e 32–33v, pp. 65, 113–114, 138–149, 152, 154 e 157–166; vol. 2, t. 2, fl. 77v, pp. 46 e 47). CEH/UNL).

[236] Foram emitidas cartas nos dias 15, 17, 18, 26 y 29 de novembro, assim como nos dias 2 (2) y 5 de dezembro cf.: Alves Dias, J. J. (Ed.). (2004–2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (4 vols., vol. 2, t. 1, fls. 3, 38–38v e 43, pp. 185–186, 25, 186–187 e 205–206). CEH/UNL.

[237] Cf. Alves Dias, J. J. (Ed.). (2004–2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (4 vols., vol. 2, t. 1, fl. 49, p. 232). CEH/UNL.

[238] Cf. Alves Dias, J. J. (Ed.). (2004–2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (4 vols., vol. 2, t. 3, fl. 146v, p. 67). CEH/UNL.

[239] Cartas emitidas em Braga nos dias 2 de junho; 14, 17 e 20 de setembro; 2, 5 (3), 7, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 24, 25, 26 e 28 de outubro; 3 (2), 5, 6 (2), 7, 12 (3), 15, 16, 19, 26, 27, 28 e 29 de novembro; y 3, 6 (2) e 18 (2) de dezembro cf.: Alves Dias, J. J. (Ed.). (2004–2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (4 vols., vol. 2, t. 3, fls. 167v–168v e 171–175, pp. 159–161, 173–174, 176–183, 186, 189–191 e 195–199). CEH/UNL.

[240] Foram emitidas cartas nos dias 26 e 30 de setembro, assim como nos dias 2 (2), 3, 14, 17 y 18 de outubro cf.: Alves Dias, J. J. (Ed.). (2004–2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (4 vols., vol. 3, t. 2, fls. 113v e 118–118v, pp. 190, 211 e 213). CEH/UNL.

a historiografia ainda sinaliza a arrecadação de dízimas destinadas a obras defensivas e, subsequentemente, a uma concessão régia que autorizava o arcebispo D. Martinho Pires da Charneca a "reparar e corrigir" o castelo em 1389 (Marques, 1983; Costa, 2006, p. 83). Esta autorização é provavelmente parte de um contexto mais amplo, relacionado ao cerco imposto à fortaleza bracarense por Nuno Álvares Pereira em maio de 1385, quando o castelo foi danificado pelos ataques de engenhos da própria cidade contra o alcaide, que, à época, se mantinha fiel à causa castelhana (Coelho, 2022, p. 98).

Já no século XV, ao se analisar os documentos da coroa, percebem-se esforços de manutenção mais espaçados, com particular incidência sobre a construção das torres da muralha. Esse empenho revela-se, nomeadamente, no fundo das chancelarias régias, onde se manifestam as dificuldades económicas defrontadas pelo concelho e pelos homens-bons da cidade, especialmente durante a década de 1430.

Um primeiro testemunho emerge sob a forma de uma quitação concedida por D. Duarte, datada de 3 de julho de 1434 e emitida em Santarém, que dá contestação a uma petição do concelho e dos referidos homens-bons. Nela, o monarca faz mercê a João Gomes da Silva, do conselho régio e encarregado das obras na cidade de Braga, de não embargar a Pero Aranha, que quando foi vedor e tesoureiro das "obras dos muros e torres da cidade", pelo tempo de dois anos, havia contraído dívidas em razão de seus constantes deslocamentos até à corte[241].

Desse primeiro indicativo pode já depreender-se que, uma vez concluídas as obras da muralha no século anterior, as estruturas defensivas passaram a requerer manutenção regular, fosse em razão da degradação natural, das investidas resultantes dos conturbados anos iniciais do reinado de D. João I e o reino a Castela, ou ainda das exigências de adaptação às transformações da malha urbana em expansão — na medida em que o espaço abrangido revelava-se relativamente amplo e pouco urbanizado, dada a sua natureza periférica. Perante essas considerações, parece ter sido imperioso e corrente a realização de obras destinadas à conservação e adequação das defesas da cidade, como era comum nas fortificações da época.

Neste seguimento, e ainda se pautando na documentação, a edificação das torres do circuito defensivo teria ocorrido somente durante a dinastia de Avis, ou seja, em momento posterior à construção da muralha e das respetivas portas no reinado de D. Fernando, como veremos agora. Exceção a esta regra constitui a torre da Porta de Santiago, em razão de ter sido encomendada a

[241] Cf. Alves Dias, J. J. (Ed.). (1998–2002). *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (3 vols., vol. 2, pp. 37–38). CEH/UNL.

partir de 1472 por iniciativa do arcebispo D. Luís Pires (Marques, 1986, p. 10), no contexto da recuperação da jurisdição temporal da cidade pelo arcebispado.

Portanto, regista-se, nessa ordem, um primeiro episódio datado de 1439, consignado no quarto capítulo dos *Capítulos Especiais de Braga*, o qual revela a aflição da administração concelhia face às despesas e encargos financeiros decorrentes da insuficiência das suas rendas. Para além desta limitação, o concelho dirigiu à administração régia um pedido no sentido de que fosse expedida uma carta ao Vedor-Mor do Reino, solicitando autorização para a entrega de seis mil reais ao Recebedor. A urgência da requisição justificava-se pelo facto de o concelho ter recorrido aos fundos afetos às obras dos muros e torres para custear a participação dos seus procuradores nas referidas Cortes:

> Item Senhor saiba a uossa merçee que esta çidade nom tem Remdas per que possa soportar as despesas e emcarregos que lhe sobreueem como dicto he assi como este de enujarmos precuradores a estas cortes E porque pera ello nom tijnham dinheiro , os bereadores precurador e homees boos da dicta çidade os pedirom emprestados e fezerom <por elo> obrigaçom ao Reçebedor dos dinheirros das obras dos muros e torres que se fazem em a dicta çidade comfiando da uosa merçee que os mandarees Relleuar da dicta obrigaçom ,
>
> porem Senhor uos pedimos por merçee que pois os dictos dinheirros som de Residoos e sobelauam das despesas das dictas obras que nos mandees dar carta pera o ueedor moor per que leue e mande leuar ao dicto Reçebedor seis mjl rreaes em despesa que nos asi emprestou pera despesa de nossos precuradores que a uossas cortes mandamos ,,
>
> A Nos praz que estes seis mjl Reaes alam per quaeesquer dinheirros que forem apropiados pera as obras comtanto que nom selam dos Residoos (Cortes de D. Afonso V (1441–1447) — *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* Lisboa: CEH-UNL, 2018, pp. 197).

De igual pertinência, destaca-se os frequentes desacordos em torno da repartição dos encargos atinentes às obras de defesa, entre a vereação da cidade, o regente do reino, D. Pedro, então duque de Coimbra, e o responsável pela "vedoria" das obras, o duque de Bragança e conde de Barcelos, D. Afonso, filho de D. João I e Inês Pires[242]. Os ecos em forma de denúncia ao duque foram levados às Cortes de Santarém, em 27 de fevereiro de 1442[243], onde os procuradores apresentaram queixas explícitas quanto à má gestão dos fundos destinados às obras públicas.

Relativamente às queixas, os informes facultam ajuizar que o duque de Bragança (conde de Barcelos) se encontrava incumbido das obras da cidade, especialmente do "corregimento" das

[242] No período em que o regimento da cidade esteve sob a autoridade do infante D. Pedro e a vedoria das obras entregue ao duque de Bragança e conde de Barcelos, D. Afonso, o concelho assumiu muitos encargos, como o pagamento anual que era feito à cidade de Ceuta, além de contribuições para as obras dos muros e pensões aos senhorios dos casais onde residia o infante, sendo despendidos 10.800 reais a cada ano, acrescidos de outros 6.000 reais ao juiz por ele nomeado, João Afonso de Boiro, cujo montante das obras havia atingido os 16.000 reais cf.: Dias, J. J. A., & Pinto, P. (2018). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* CEH-UNL, pp. 194–202).

[243] Cf. Dias, J. J. A., & Pinto, P. (2018). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* CEH-UNL, pp. 143–147 e A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 23, fl. 11–11v; trata-se do segundo documento outorgado em 27 de setembro de 1442, em Santarém.

"torres e barbacãs", cuja manutenção, apesar das dificuldades de aporte monetário, era considerada "[...] neçessario p*er*a defensso*m* da d*i*cta çidade [...]"[244]. A deliberação foi favorável, transparecendo o apuro em prover a cidade com estruturas defensivas adequadas, nomeadamente com o restauro de barbacãs que complementavam o sistema defensivo e de torres que garantissem a sentinela:

> A Nos p*raz* q*ue* as d*i*ctas torres *e* barbacaãs sseere*m* corregidas E escp*re*uemos ao conde de barçellos <meu> tyo q*ue* dos d*inhei*rros q*ue* sso*m* ap*ro*p*ri*ados p*er*a as torres Mande logo correger estas na maneira q*ue* bir q*ue* conp*re* E qua*n*to h*e* aas barbacaãs q*ue* as faça correger na man*ei*ra e*m* q*ue* se senp*re* costumou (Cortes de D. Afonso V (1441–1447) — *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* Lisboa: CEH-UNL, 2018, p. 147).

A identificação exata das torres mencionadas permanece incerta. Embora seja razoável inferir que as barbacãs se refiram à muralha, não há evidências suficientes para determinar se as torres mencionadas estão associadas ao castelo ou ao conjunto de torres do cinturão defensivo.

Nos Capítulos de Corte de 8 de maio de 1451, realizados em Almeirim, pós batalha de Alfarrobeira e da regência do duque de Coimbra, o infante D. Pedro, terminados em 1448 (Gomes, 2009), é novamente trazido à tona o problema das obras nos muros.

A queixa incidia, desta feita, sobre o peso excessivo da carga fiscal destinada a essas obras, as quais se encontravam paralisadas havia já seis ou sete anos. Esse período de estagnação coincide com as admoestações anteriormente apresentadas nas Cortes de Santarém, em 10 de março de 1446, de semelhante teor, nas quais os homens-bons de Braga declaravam que a cidade, o respetivo termo e outros julgados se encontravam gravemente onerados pelo pagamento das obras dos "muros e torres". Denunciava-se, então, que os oficiais régios encarregados das empreitadas se apropriavam de todos os mantimentos destinados à execução das obras, que, na realidade, estavam estagnadas há cinco ou seis anos. Em face disso, solicitava-se a expedição de uma carta régia "[...] p*er*a o Se*nhor* duq*ue* de bragança E conde de barcellos uosso tio E veedor moor das d*i*ctas obras e*m* estas comarcas q*ue* ma*n*de obrar *e* faz*er* em as d*i*ctas obras [...]"[245], que, caso estas estivessem "cerradas" (paralisadas) que "[...] nom pague*m* p*er*a ellas [...]"[246].

Nesta lógica, é possível calcular que os trabalhos sob a vedoria do conde de Barcelos permaneceram inertes ao longo de toda a década de 1440. Sendo assim, nas Cortes de 1451,

---

[244] Cf. Dias, J. J. A., & Pinto, P. (2018). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* CEH-UNL, p. 147.
[245] Dias, J. J. A., & Pinto, P. (2018). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* CEH-UNL, p. 434; trata-se do capítulo especial 7°.
[246] *Idem.*

que se prolongaram por quinze dias, teriam, inevitavelmente, remanescências da administração do duque de Bragança.

Nestas Cortes, o concelho de Braga apresentaria petições mais contundentes do que nas anteriores, expondo, pormenorizadamente — e inclusive com menção a valores desviados —, o descalabro fiscal associado ao período em que as obras estavam paradas.

Logo no capítulo 1º, é visível um cômputo de saldo devedor que ascendia, no total, a 263.000 reais, sendo o concelho dispensado, por graça régia de D. Afonso V, da serventia nas obras nos três anos subsequentes (até 1454)[247]. No capítulo 9.º, foi patenteada a nomeação, pelo duque de Bragança, D. Afonso, do seu escudeiro João Vasques como administrador das obras em questão. No entanto, após três anos em exercício, constatou-se que a atuação do referido escudeiro dera origem a uma dívida superior a 50.000 reais[248]. Do montante em falta, apenas 37.000 reais foram reavidos mediante a apreensão dos seus bens, subsistindo, ainda assim, um prejuízo próximo de 20.000 reais, o qual recaiu em "[...] agrauo ao poboo os q*ua*ees deitos d*inheir*ros pagam porq*ua*nto era*m* ap*ro*piados as dectas obras da decta çidade [...]"[249].

Face a tal situação, no capítulo 10º, os procuradores do concelho discorreram sobre as denúncias oficiais à Coroa, contestando, novamente, a má administração dos fundos municipais, alegando que a tesouraria das obras tinha sido confiada a Fernão Afonso de Boiro, cuja permanência no cargo se prolongara por três anos. Foi durante o seu mandato que se iniciou o alçamento de duas torres "[...] q*ue* aJnda por fazer [...]", torres estas que, segundo documentação emanada da chancelaria de D. Duarte, deviam remontar, pelo menos em fase de planeamento ou execução inicial, à década de 1430. Não obstante a previsão de uma verba de 200.000 reais para custear essas empreitadas, averiguou-se, ao término dos três anos, uma nova dívida, desta feita no montante de 93.500 reais[250].

Ainda de acordo com o texto, na tentativa de mitigar os efeitos da desordem financeira, os procuradores alegaram que o infante D. Pedro, então regente do reino, havia posto João Afonso de Boiro para o cargo de juiz, incumbindo-o de destinar, anualmente, a quantia de 6.000 reais

---

[247] "E asy monta em todos estes d*inheir*ros q*ue* asy forom mal despessos *e* q*ui*nhent*os* R*eaae*s p*er* os q*ua*ees sse bem poderom fazer as dectas torres q*ue* forom por fazer E o decto vosso poboo fora Ja fora desta fadigua E t*ra*balho." (*Idem*, pp. 109–110)

[248] "Jt*em* S*enh*or Reemdo [*sic*] asy os dectos th*esoureir*os E[*n*] carrego de Reçeberem os d*inheir*ros das dectas obras o Jfant*e* dom pedro vosso tio deu ho o [*sic*] decto ofeçio [*sic*] em nosso [*sic*] nome a Riq*ue*rim*en*to do arçeeb[*is*]po desta çidade a huũ Joham vaasq[*ue*]z seu escudeiro p*er* sua c*ar*ta p*er*petuu*m* a q*ue* teue t*re*s anos acabados E este [*sic*] t*re*s anos sse acharom de diujdas huũs L E tantos mjll r*reaae*s p[*e*]llos q*ua*ees lhe forom vendidos seu [*sic*] bee*n*s E no*m* podem paguar mais de t*rin*ta *e* bij mjll R*eaae*s E ficou deuemdo hũs os q*ua*ees despois vos q*ui*tastes ao decto Joham vaasq*uez* a Req*ue*rim*en*to do decto arçeeb*is*po no q*ue* fezestes g*ra*nde agrauo ao poboo os q*ua*ees deitos d*inheir*rospagam porq*ua*nto era*m* ap*ro*piados as dectas obras da decta çidade como decto he E em ell*e*s Se deuyom de consuamya [*sic*] E gastar." (*Idem*, p. 116).

[249] Dias, J. J. A., & Pinto, P. (2024). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1451–1456)*. CEH-UNL, p. 116.

[250] *Idem*.

para a continuação das obras. Embora essa medida tenha sido, de facto, implementada ao longo de mais de uma década, o montante arrecadado não ultrapassou os 22.000 reais. Apurou-se, além disso, que aproximadamente 40.000 reais haviam sido desviados. Os procuradores então declararam que parte do dinheiro se destinara ao pagamento de dívidas remanescentes da má administração de João Vasques, ao passo que os restantes 30.000 reais foram indevidamente utilizados por um Fernão Afonso de Boiro cuja tesouraria também tinha sido dada por indicação do infante D. Pedro[251].

Perante o descontrole fiscal que envolvia a construção das torres da muralha, no capítulo 9º das Cortes de Santarém (1451), foi levada a questão de uma anterior solicitação (possivelmente das cortes de 1446) dirigida à Coroa para que a administração da tesouraria fosse restituída aos "homens-bons" da cidade, sob a supervisão de uma vedoria composta, para além de um vedor, também de um escrivão e um porteiro. Para garantir o bom funcionamento desta estrutura de fiscalização, requereu-se a quantia de 4.000 reais anuais para a remuneração dos oficiais, com o objetivo de assegurar maior rigor na gestão e aplicação dos fundos[252].

Neste capítulo, verifica-se que a pretensão municipal havia obtido parecer favorável e então procedeu-se à implementação temporária do novo modelo. Medida, esta, que se revelou de curta duração. O duque de Bragança voltaria a centralizar a administração das obras, nomeando Aires Ferreira para a função — o qual, segundo se depreende da documentação, também incorreria em desvio de recursos[253]. Ainda no respetivo capítulo, os representantes concelhios advertiam que em função da recorrência destes descomedimentos, o concelho voltaria a dirigir-se à Coroa, reclamando o restabelecimento de um fundo específico para as obras das torres, originalmente instituído no reinado de D. João I. Esta nova petição acabaria por ser atendida nestas cortes de 1451, restaurando-se, ao menos do ponto de vista formal, esta estrutura de financiamento[254].

A par das dissensões entre os homens-bons de Braga e o duque de Bragança relativamente ao financiamento das obras, no capítulo 13º das cortes de 1451, os procuradores do concelho

---

[251] *Idem*, p. 117.

[252] "[...] E tornar o decto ofiçio da tesuraria aos homes boos como soya*m* a seer por o sentijmos [*sic*] asy por vosso se*r*uiço E bem do poboo E sse uossa merçee for de nos tornar o decto ofiçio ma*n*daaee58 q*ue* o q*ue* for th*esoureir*o esse tenha carrego de veedoria das dectas hobras em aq*ue*lle ano E asy cad huũ q*ue* sayr por th*esoureir*o E q*ue* aJa o ma*n*tijme*n*to q*ue* ha o decto veedor sse [*sic*] ano E mais nom E q*ue* nom aJa hi mais de huũ esp*ri*ua*m* E huũ porteiro E ficara*m* de p*ro*ueito huus cad huũ ano q*ue* sse despendem valdiant*e* <no> ma*n*tijme*n*to do veedor E no do escp*ri*ua*m* no d huũ porteiro q*ue* som t*re*s ofiçiaes q*ue* sse podem bem escusar E asy senhor sse farom as dectas obras melhor E mais testement*e* [*sic*] E co*m* mais p*ro*ueito do poboo E achamos q*ue* 62 tanto leua*m* os ofiçiaes todos como sse gastam nos gornaees." (*Idem*, p. 117); ainda se trata do capítlo 9º.

[253] "[...] ora q*ue* veeo carrego da [*sic*] dect*as* hobras a aires ferreira q*ue* ma*n*da q*ue* pague sem enbargo de uosso mandado segundo mais *con*pri*d*amente a uossa senhoria podera ueer p*er* essas c*ar*tas q*ue* la emujamos ap*re*sentar" (*Idem,* p. 118); trata-se do capítulo 11º.

[254] No primeiro capítulo dessas cortes temos a informação de que até a data de 1451, foram gastos nas obras das cidade, bem como dos muros e torres, 263.000 reias.

também impugnaram uma solicitação apresentada pelo conde de Atouguia[255] e D. Fernando de Meneses ao respetivo duque, solicitando a isenção de Arouca e seu termo das contribuições destinadas as obras na cidade de Braga[256]. Nas resoluções, esta petição foi prontamente revogada, reafirmando que todos deveriam contribuir nas obras. Isto incluía os vassalos vinculados a família real e a outros senhores, que até então vinham esquivando-se dessa obrigação[257].

Analisando, ainda, os capítulos de Cortes datado de 1461, celebrados no Porto[258], constata-se que os lavradores e moradores do termo de Braga requereram ao monarca o adiamento, por dois a três anos, das obras de construção de uma torre, alegando já terem sido sujeitos à cobrança de duas talhas e submetidos a consideráveis encargos e esforços. Isso quer dizer que, mesmo passadas duas décadas desde as deliberações das Cortes de 1442, os trabalhos de edificação da muralha — primordialmente das torres, cuja complexidade técnica implicava custos elevados — continuavam a mobilizar amplamente a população urbana e rural.

O exame dos capítulos das Cortes de 1442 e 1461 permite concluir que, ao longo do século XV, a construção e manutenção do sistema defensivo de Braga provocaram recorrentes tensões entre diferentes instâncias de poder. Essas tensões parecem ter resultado, em parte, de constrangimentos financeiros e da forma como os recursos eram administrados durante a regência do infante D. Pedro, período em que as obras estavam a cargo da vedoria do duque de Bragança, o qual, segundo Humberto Carlos Baquero Moreno (2009, p. 43), teria se beneficiado com desvios dos dinheiros destinados às obras. As consequências recaíam de forma desproporcional sobre os moradores, frequentemente sobrecarregados com novos encargos para custear tais intervenções.

A construção das torres da muralha de Braga implicaria, portanto, uma articulação complexa entre responsabilidades local, regional e régia, tornando-se um empreendimento de longa duração, que se estendeu por várias décadas, possivelmente até à transição dos séculos XV para XVI, ou, pelo menos, até à restituição da jurisdição temporal à arquidiocese em 1472. É precisamente

---

[255] D. Álvaro Gonçalves de Ataíde (c. 1385–1452), cujo condado havia sido criado em 1448. Foi aio de D. Afonso V (Gomes, 2009).

[256] É possível que o pedido esteja relacionado à demanda da abadessa Beatriz Pereira, oito anos depois, para que o custeio fosse destinado exclusivamente às obras do Mosteiro de Arouca, com intermediação do conde de Atouguia e de D. Fernando de Meneses: "[...] A quant*os* esta carta virem fazemos saber . que dona briatiz pereira abadesa . do moest*ei*ro darrouca *e* a p*rio*resa *e* donas delle n*os* pidirom ora por merçe que por esmolla . pera Repairo *e* aJuda dese correger . o d*icto* moest*ei*ro por quanto estaa p*er*a cayr lhe fizesemos merçe da serventia do Jullgado delle .// assi como soiam de seruir nas obras de bragaa *e* viseu [...] E queremos que daquy endiante todos os moradores do d*icto* Julgado *e* couto seruam *e* paguem nas obras do // d*icto* m*ostei*ro aquello que cada huu*m* soia de pagar p*er*a as obras de bragaa E que seiam escusados de majs seruire*m* nas out*ra*s obras saluo na do d*icto* m*ostei*ro [...]" (A.N.T.T., *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 1, mç. 2, n.° 47); transcrição do autor cuja versão integral se encontra no Apêndice VIII, p. 8.

[257] "A esto Respomdemos q*ue* Reque<iram>81 aos dectos *con*çeelhos q*ue* s*er*uam na decta obra E nom ho q*ue*remdo fazer tomem estormentos co*m* sua Resposta E t*re*llado dos p*ri*ujlegeos q*ue* teuerem E enujen no llo" (Dias, J. J. A., & Pinto, P. (2024). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1451–1456)*. CEH-UNL, p. 116); trata-se do capítulo 13°.

[258] A.N.T.T., Chancelaria Régia de D. Afonso V, liv. 1, fl. 116v.

nesse ano que se ergueu uma "torre nova" junto à Porta de Santiago (sul), por iniciativa do arcebispo D. Luís Pires (Marques, 1983, p. 10).

Embora a documentação mencione a existência de, pelo menos, duas torres já concluídas antes de 1451, não é possível determinar com exatidão quais terão sido as primeiras a ser construídas nem quais se completaram por último[259], facto que corrobora a hipótese de ter sido um processo gradual e prolongado ao longo de quase um século, resultando na ereção de nove torres dispostas na muralha e nas portas, às quais se somam as cinco do complexo castelejo (ver Figura 30).

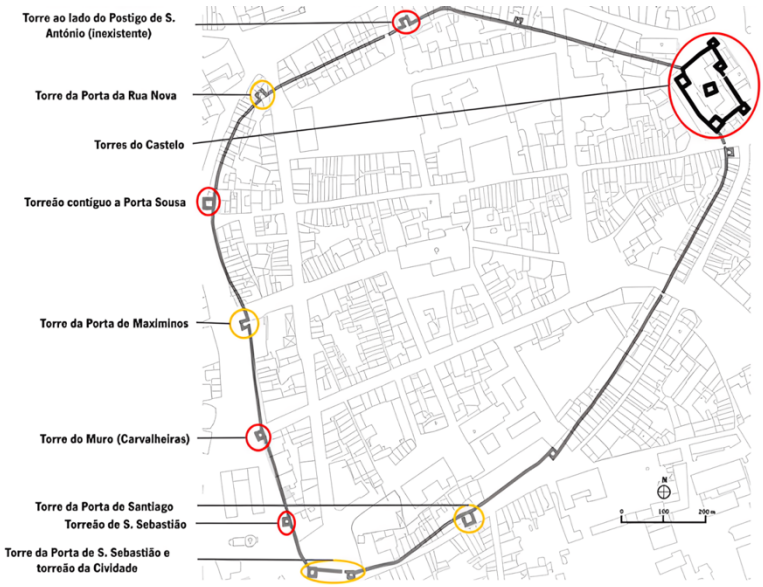


Figura 30. Representação das torres e torreões adossadas às portas e ao traçado final da muralha em finais da Idade Média. A Torre ao Lado do Postigo de S. António é posterior ao período em análise. Elaboração do autor com base em Ribeiro (2017, p. 189).

2. O espaço de circulação

As vias de circulação desempenharam um papel estruturante na configuração e transformação da morfologia urbana e periurbana das cidades medievais. A sua génese encontrava-se intimamente ligada às principais portas dos sistemas defensivos, por onde se acedia aos núcleos habitacionais, conectando os edifícios de maior relevância — religiosos, administrativos e de defesa —, articulando-se com os distintos espaços de sociabilidade, em geral, concentrados no centro nevrálgico dos aglomerados.

Dentro do perímetro murado, essas artérias recebiam designações distintas conforme a sua função e hierarquia: enquanto os trajetos principais se denominavam ruas ou caminhos, os

[259] A Torre da Porta de Santiago indica o possível término das obras, embora essa hipótese careça de confirmação documental.

secundários assumiam formas mais estreitas, como vielas, ruelas ou azinhagas (Andrade, 2003). A morfologia viária refletia a adaptação da malha urbana às condições topográficas e às dinâmicas de ocupação. Logo, como nos reporta a historiografia, as ruas principais variavam entre quatro e 6 metros de largura[260], podendo, em casos excecionais, apresentar dimensões inferiores ou superiores. Em grandes centros europeus, como Paris, certas artérias chegavam a atingir entre 10 e 11 metros (Andrade, 2003, p. 27).

Comumente, os percursos eram sinuosos, inclinados e de traçado irregular, resultado não apenas das limitações espaciais impostas pelo delineamento das muralhas, mas também pela evolução espontânea dos tecidos urbanos. Ainda assim, existiam vias de traçado mais retilíneo, como as conhecidas em algumas cidades portuguesas como "Rua Direita", ou mesmo de matrizes ortogonais romanas, que preservavam certo grau de regularidade. Não obstante, esses trajetos podiam ser prolongados ou reformulados consoante as necessidades de expansão do espaço habitado, estirando-se para zonas ainda não consolidadas (Rossi, 2015).

Para além da sua função circulatória, as vias urbanas sustentavam a vida quotidiana e económica citadina. Facilitavam o abastecimento, a mobilidade e o intercâmbio entre o núcleo urbano e os arrabaldes, simplificando a integração entre cidade e periferia. Manifestava o trânsito incessante de pessoas, mercadorias e animais, bem como nas atividades comerciais desenvolvidas por vendedores ambulantes e artífices (Garden, 2006, p. 10), os quais, assiduamente, se apropriavam do espaço público mediante a instalação de bancas para a exposição dos seus produtos (Le Goff, 1989, p. 221), dificultando, por vezes, o vaivém regular de almocreves e carreteiros. O exercício contínuo dessas práticas mercantis e artesanais deixava marcas visíveis na própria toponímia de determinadas artérias da malha viária, caracterizando, muitas vezes, a própria funcionalidade de um determinado espaço.

Conforme constata Jean-Pierre Leguay (1984), as ruas medievais constituíam-se como peças-chave da vida social, transformando-se em verdadeiros microcosmos. Por elas desfilavam cortejos e procissões, súplicas por esmolas, e por onde realizavam-se pregões e circulavam notícias trazidas por viajantes (Gonçalves, 1996, pp. 78–79). Ao mesmo tempo, acumulavam resíduos das ocupações quotidianas[261] — águas estagnadas, dejetos de animais e restos de oficinas — que

[260] Conforme apontado por Andrade (2003, p. 27), algumas ruas rompiam de forma intencional novas áreas, sobretudo nas zonas com maior disponibilidade de terreno, podendo alcançar larguras de até sete 7. Existiam também aquelas mais antigas, com proporções singulares, como a chamada "Rua Mestra", devido à sua largura costumeiramente superior a 5 metros. Em contrapartida, existiam as ruas muito pequenas, chegando a apenas 2 metros de largura, conhecidas como "Ruas Pequenas" ou "Ruelas".

[261] Raramente eram pavimentadas. Na fase final da Idade Média, sobretudo a partir do final do século XV, observa-se um incremento do calcetamento em diversos traçados urbanos, tendência mais evidente nos grandes centros. No contexto ibérico, destacam-se casos como os de Sevilha, Saragoça e Évora, onde se procedeu ao adequado calcetamento de algumas das principais artérias urbanas nesse período (Gonçalves, 1996, p. 121).

comprometiam a salubridade e tornavam a circulação um exercício cotidiano de adaptação ao ambiente coletivo (Garden, 2006, p. 8)[262].

A seguir, analisa-se a consolidação das ruas medievais em Braga, com destaque na formação dos primeiros eixos de ligação entre a cidade e os seus subúrbios. Assim, discutem-se as ruas travessas, que tiveram um papel fundamental na estruturação da malha viária, além das artérias que se interligaram a esses eixos, ampliando a rede de circulação. Por fim, examina-se o desenvolvimento das ruas à medida que a cidade se expandia, refletindo as transformações urbanísticas na Baixa Idade Média.

2.1. Génese e consolidação das ruas medievais

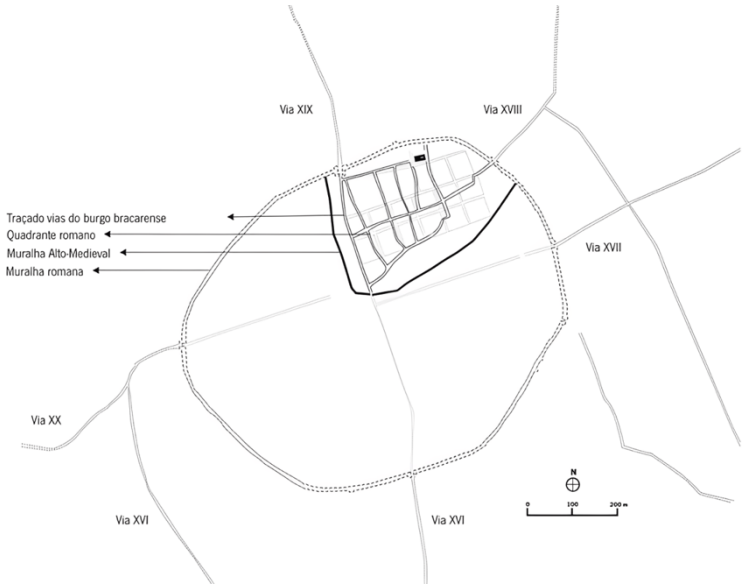


Figura 31. Reconstituição dos arruamentos do recinto murado dos séculos XI/X, sobrepostos ao quadrante nordeste da antiga *Bracara Augusta*. Destacam-se as principais vias romanas que estruturaram o território: XVI (Cale), XVII (*Asturica Augusta*, via *Aquae Flaviae*), XVIII (via *Aquae Flaviae* pelo Gerês), XIX (*Limia*) e XX (em direção ao litoral). Elaboração do autor com base em Ribeiro & Melo (2015, p. 84).

A figura 34 ilustra o traçado das vias que provavelmente compunham o núcleo urbano no momento da restauração da diocese em 1071, embora a hipótese de que esse traçado tenha raízes no burgo que se desenvolveu ao longo dos séculos anteriores também seja plausível, embora não seja possível confirmá-la de forma definitiva. A sobreposição de camadas de desenho vetorial na figura (a subcamada em pontilhado) tem o objetivo de demonstrar que essas artérias

[262] Salienta-se ainda a existência de passadiços e telhados salientes, comuns nas ruas medievais, que criavam coberturas irregulares dificultando a entrada de luz, gerando ambientes escuros e insalubres. Essa configuração também comprometia a circulação de peões, animais e carroças devido à estreiteza e ao volume das cargas (Garden, 2006, p. 7). Segundo Andrade (2003), este era o caso somente das vias estreitas, aptas apenas à passagem lateral de dois carros de tração animal. Tal cenário era marcado por diversas limitações: falta de iluminação, congestionamentos, acúmulo de mercadorias nas curvas do traçado, ausência de pavimentação ou passeios que contivessem presença lama e charcos, e poeira persistente nos meses secos.

sofreram mutações morfológicas distintas, embora algumas ainda preservem certa ortogonalidade herdada de um quarteirão localizado no setor nordeste da antiga *Bracara Augusta*.

As vias representadas coincidem, com elevada probabilidade, com as artérias mais antigas da cidade, cuja função estaria diretamente vinculada às portas do muro do antigo burgo, estabelecendo conexões com o exterior e facilitando o fluxo de pessoas rumo ao entorno da Sé Catedral. Esta última, epicentro do poder eclesiástico, estruturava um espaço de grande vitalidade, em razão do seu papel central como sede do senhorio episcopal. A documentação por nós compulsada e a historiografia especializada não oferecem qualquer certeza da ancestralidade dos topónimos dessas ruas, com exceção de indícios sobre a Rua dos Cegos, documentada em 1161, por onde se passava um caminho oriundo do Casal de D. Mido[263]. Os arruamentos restantes encontram-se registados somente a partir de 1369, quando são listadas as propriedades do Cabido da Sé de Braga no primeiro *Livros de Tombo*[264].

Carecemos, por ora, de rastos consistentes sobre o aspeto físico dessas vias na segunda metade do século XI, como, por exemplo, a sua largura.

Sabemos, por sua vez, que as suas configurações estavam intimamente ligadas ao processo de transformação da cidade medieval. A análise dos documentos e a bibliografia especializada disponível sugere que as vias poderiam estar associadas a antigos *cardines* ou *decumani* de *Bracara Augusta*, refletindo um reaproveitamento da estrutura urbana romana, com adaptações às novas funções e crescimentos da cidade (Martins & Ribeiro, 2013). Embora não possuamos detalhes específicos sobre a largura ou o traçado dessas vias, é possível inferir que elas variavam conforme a localização e o contexto topográfico, adaptando-se tanto a áreas mais rurais quanto a zonas com um grau crescente de urbanização[265]. Além disso, é provável que essas vias estivessem associadas a diferentes tipos de ocupação do espaço e uso do solo, alternando entre áreas de cultivo e espaços mais densamente habitados, conforme a evolução do núcleo habitado.

Sobre esta questão, a partir da análise do *Liber Fidei*, pode-se especular que, nos primórdios da restauração diocesana, a malha viária bracarense se organizava segundo o burgo em desenvolvimento, com áreas ainda predominantemente rurais, como se observa no caso do Casal de D. Mido e da Quinta do Arcebispo. Segundo Jorge Gaspar (1985, p. 134–136), este

---

[263] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 486, pp. 679–681).

[264] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fls. 117–134.

[265] Ainda que não seja possível aferir com precisão a largura desses arruamentos para os finais do século XI e o início do XII, um estudo de referência identifica variações significativas na largura dos antigos *cardines* romanos menores, designadamente a norte do *cardo maximus*, onde se verificam valores em torno de 12 pés de largura (Martins & Ribeiro, 2013, p. 21).

desenvolvimento aplica-se aos velhos núcleos urbanos da Alta Idade Média, rodeados pelas suas cercas românicas, que se convertem em sedes episcopais, especialmente nos séculos XI e XII, como foi o caso de Braga e de outras cidades do Centro-Norte de Portugal, como Porto, Coimbra e Viseu. Desta forma, sob a égide do poder da Igreja, mais profusamente a partir do século XIII, e especialmente no XIV, as cidade episcopais expandir-se-iam para além do seu remanescente burgo (Afonso, 2013, p. 23), onde o espaço urbano já estava saturado, embora, como veremos, em Braga esse processo tenha suas primícias já no século XII.

Relativamente ao aspeto ruralizante do recinto murado no século XII, duas questões revelam-se particularmente relevantes. A primeira é a existência de uma *quinta* e de um *casal*, ao menos este último, inegavelmente, dentro do recinto murado, facto que sublinha o aspeto relativamente rural do remanescente burgo. A segunda, com base em documentação do *Liber Fidei*, relaciona-se com um percurso que se projetava para além da Rua dos Cegos, transpondo a muralha romana setentrional, a qual poderia encontrar-se em situação de permeabilidade ou mesmo de desafetação no ano de 1161. Esse trajeto ingressaria na continuidade da Rua do Souto em direção oeste, desembocando na designada Rua Nova, que atravessava um postigo que permitia o acesso às vinhas do Cabido (a cónega)[266].

2.2. Os eixos de ligação entre a cidade e o subúrbio

Determinadas ruas da cidade medieval tinham funções distintas, estabelecendo-se como eixos essenciais de ligação entre os espaços extramuros e o centro urbano — representado pela Sé Catedral —, atravessando as portas da cidade. Esses eixos eram particularmente importantes para a mobilidade e o acesso, especialmente considerando que o perímetro urbano da época abrangia apenas cerca de sete hectares.

A Rua Verde, assim referida em Martins e Ribeiro (2013), estabelecida na área mais ocidental do núcleo amuralhado, constitui um dos exemplos mais evidentes deste carácter de conexão, permitindo articular dois importantes acessos ao termo de Braga. Correndo no sentido norte/sul, feria, no seu extremo norte, numa porta da antiga muralha romana, a partir da qual dava-se sequência ao trajeto exterior pela zona onde, posteriormente, se desenvolveria a Rua Nova, e permitia o acesso às propriedades vitivinícolas do cabido. No extremo sul, transpondo o Postigo

[266] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 486, pp. 679–681) "[...] *ad ipsa ianua de quintana domini archiepiscopi usque ad eandem ecclesiam ipsam ruam integram. Illam quoque ruam que incipit a domo magistri Petri Eite et fratris illius magistri Alberti quomodo vadit per illum furnum de infantissa domna Sancia cum Rua Cecorum et terminatur in illo trivio quod est iuxta casalem qui fuit domni Mitonis usque ad ipsam Sancti Iohannis ecclesiam et ex altera parte per illum furnum, extreman etiam partem de Rua Nova ab illo postico quo intratur ad vinea canonicorum usque dum terminatur* [...]".

da Cividade, era possível aceder a uma área marcadamente rural, que correspondia ao antigo fórum romano (cividade) e à sua área envolvente.

Esta via periférica intramuros situava-se junto ao limite ocidental da cidade, nas proximidades da muralha. Morfologicamente, a Rua Verde tem origem na porção setentrional do antigo cardo *maximus*, o que explica a sua acentuada linearidade — característica que se manteve praticamente inalterada ao longo dos séculos (Martins & Ribeiro, 2013, p. 26) (ver Figura 32).

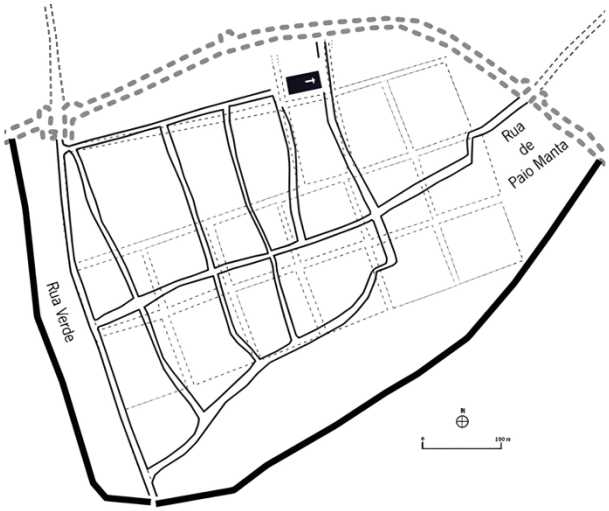


Figura 32. Proposta de reconstrução dos quarteirões do quadrante nordeste de *Bracara Augusta* e das vias que marcaram o desenvolvimento espontâneo do burgo bracarense, destacando os primeiros eixos de ligação com as portas: a Rua Verde e a Rua de Paio Manta. Elaborado pelo autor com base em Ribeiro & Melo (2015, p. 88)

É importante sublinhar que esta rua manteve, durante toda a Baixa Idade Média, o seu papel como um eixo viário de significativa importância para o escoamento e articulação entre os espaços intramuros e extramuros, como atestam, em períodos posteriores, a existência de cavalariças[267], de uma albergaria[268] e a presença de almocreves ali residentes[269].

Esta artéria conservou também características rurais, patentes na sua toponímia e evidenciadas tanto pelos espaços verdejantes assinalados no *Mapa de Braunio* (1595) (ver Figura 33), como pela presença de terrenos destinados à exploração agrícola[270] e de pardieiros ermos, alguns em avançado estado de deterioração[271].

---

[267] Três verificadas na segunda metade do século XV, pertencente a gafaria (A.M.B., *Livro dos Prazos da Câmara*..., fl. 10, 17, 32v e 37v); duas em 1501, pertencente uma ao cabido e outra ao Mosteiro de Bouro (A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fls. 69 e 73).

[268] Em 1369: "Jt*em* Per a Casa de Cima da Albregaria q*ue* ffoy de Vaasco furtado q*ue* ora he de Vaasco giraldez [...]. (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 124v).

[269] Em 1469 (A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 10); em 1479 (A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 11v); em 1481 (A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 23); em 12 de setembro de 1471 (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 57).

[270] A "casa da lata" de Maria da Oliveira, denotando o cultivo de vinhas em 1369 (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 124v).

[271] O exemplo de um pardieiro destruído, dividido entre as obras da Sé e o cabido, é ilustrado no caso de Gonçalo Ribeiro, o emprazante. Segundo consta no contrato datado de 22 de agosto de 1470, Gonçalo Ribeiro comprometeu-se a construir uma casa de telha em três anos (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 46). Esse documento revela um indício do desenvolvimento urbano do casario nesta rua durante a segunda metade do século XV.

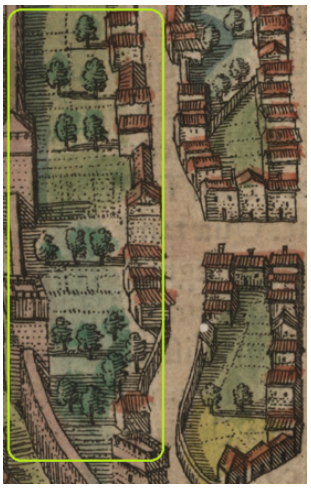


Figura 33. Expressão da persistência da ruralidade na Rua Verde, ainda visível no mapa de Georg Braun (1594). Edição do autor.

Desempenhando igualmente uma função de ligação com o exterior, a Rua de Paio Manta constituía o prolongamento de uma relevante artéria que atravessava toda a malha viária em direção a oriente, terminando numa porta da muralha romana que dava acesso ao espaço extramuros, como se pode observar na "Figura 37". Tal como já referido no capítulo anterior, esta área conheceu um progressivo desenvolvimento desde o século XII, especialmente no seio da paróquia de São João do Souto, zona pela qual a cidade iniciaria a sua expansão no sentido nordeste. Com o alargamento da cerca do séculos IX/X e a desafetação da porta da muralha romana, este percurso estendeu-se até à periferia expandida, na envolvência da Paróquia de São João do Souto, bifurcando-se a leste para a Porta de São João e a nordeste para a Rua de Janes, em direção à futura Porta do Souto.

A Rua de Paio Manta, a julgar pela sua representação no *Mapa de Braunio*, distinguia-se por uma particularidade morfológica: aproximadamente a meio do seu percurso, o traçado infletia em direção ao norte, formando quase um ângulo reto. Nesse ponto, abria-se um recuo de planta quadrangular. No *Mapa de Braga Primaz*, datado de 1755, esse recuo surge identificado como "Recuo de S. João", topónimo que parece refletir a influência da paróquia homónima sobre a área envolvente.

Quanto à designação de "Paio Manta", a sua origem permanece ainda insondável, o que permite conjeturar uma eventual ligação a alguma figura de relevo associada a essa artéria.



Figura 34. Pormenor do recuo da Igreja de São João do Souto no *Mapa de Braga de Primas* (1755). Edição do autor.

2.3. As Ruas Travessas

No que respeita às ruas travessas, já tratadas por Maria do Carmo Ribeiro (2008) na sua Tese de doutoramento[272], retomamos novamente a sua análise com o intuito de acentuar a sua relevância enquanto vias de ligação entre a centralidade da Sé e os espaços fora da muralha.

Com raízes no núcleo altomedieval, destacavam-se duas artérias que atravessavam a cidade, unindo as vias que ligavam, de sul a norte, os subúrbios setentrional e meridional ao centro cívico, religioso e económico em torno da Sé Catedral. Vejamos a primeira.

No século XIV, está registado um arruamento conhecido como Rua Travessa, que, conforme a etimologia — do latim *transvectia*, "atravessar" ou "cruzar"[273] — reflete claramente a sua inserção na planimetria da cidade. A Rua Travessa corria no sentido este-oeste, dividindo o núcleo urbano em duas partes quase iguais, cruzando os principais eixos urbanos e reforçando a articulação entre as artérias de maior relevância. Conforme assinala Beirante (2008, p. 130), a propósito de outras "ruas travessas" existentes em outras núcleos urbanos do reino, serviam para transpor os principais eixos urbanos, reforçando a articulação entre as artérias de maior relevância. A Rua Travessa de Braga revestia-se, nesse sentido, de igual importância, pois estabelecia uma conexão direta com a Rua Verde, que corria no sentido norte-sul, enquanto a Rua Travessa seguia a orientação este-oeste, ligando assim dois dos principais eixos urbanos da cidade.

O traçado desta rua apresentava uma linearidade relativamente destacada, suscitando a possibilidade de derivar de um *decumanus* secundário da antiga *Bracara Augusta* (Ribeiro, 2008, p. 429). As vias perpendiculares a esse eixo, ainda que se desenvolvessem de modo irregular,

[272] Cf. Ribeiro, M. do C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal, pp. 420–424 e 429–431.
[273] Significa transporte, passagem ou travessia, segundo: Porto Editora. (2021). *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim* (p. 513).

cruzariam, portanto, a Rua Travessa, a qual assumia um papel nodal, ao reunir uma série de intersecções com as respetivas artérias evolucionadas do quadrante nordeste da *urbe* romana.



Figura 35. Sequência dos cruzamentos que compunham a Rua Travessa, segundo o *Mapa de Braunio* (1594). Em realce cinza e vermelho, na parte superior (da esquerda para a direita), as casas da sucessão, anteriormente de Gomes Pias, e as casas dos "Carrapatos"; na parte inferior, o Forno da Infanta. Edição do autor.

Nessa lógica, a toponímia da rua refletia a sua função de cruzamento (cruz), como o demonstram designações já registadas no século XIV: "cruz das Arras ou cruz da Triparia", "cruz da Rua de D. Gualdim", "cruz da Rua da Erva" e "cruz diante do Forno da Infanta", também conhecida como "cruz da Carrapata"[274]. Em todos esses casos, o topónimo fazia referência à artéria com a qual se operava a intersecção, mantendo-se tanto no segmento norte como no sul, com exceção da última referida.

Neste último caso, é muito provável que se referisse originalmente "cruz do Forno da Infanta", uma vez que este forno — como se abordará adiante — se localizava num edifício de esquina com a Rua de Palhas ou Palhais, no seu extremo sul. Já a designação "cruz da Carrapata" corresponderia ao conjunto de casas situadas nas esquinas da Rua dos Cegos, a norte.

Quanto ao termo "carrapata" formulamos uma hipótese sustentada na documentação compulsada, segundo a qual, numa das casas de esquina, residira uma mulher denominada Senhorinha[275], a "carrapata", epíteto que volta a surgir nas fontes em dois outros momentos: uma vez como substantivo[276] e, noutra, associado a Gonçalo Anes[277]. Isso permite-nos assegurar a

[274] "[...] toda dereyta des a Rua verde pera a Crux das Arras E pera a Cruz da Rua de dom Gualdim E pera a Cruz da Rua da herua E uay ferir na Crux q*ue* esta ante o fforno da Jffante E p*ri*meyrame*n*t*e* como vam peraa Cruz do d*ic*to fforno da Jnffant*e* de maao dereyta" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...,* fl. 130v).

[275] "[...] quanto da Crux em q*ue* morou a Muela [...]", trazia emprazada "[...] Senhorinha a Carrapata [...] (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 130).

[276] "A Casa e*m* q*uei mora o carrapato tragea el* e*m*p*razada p*or *seis maravedis* e *duas* g*alinh*a*s*. [...]" (A.D.B., *2. Livro de Tombo...*, fl. 67v).

[277] "As casas e*m* q*ue* mora o carapato trageas [*sic*] el e*m*prazadas p*or* seis maravedis *e* duas galjnhas [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 111); Gonçalo Anes também subemprazava outras propriedades na Rua dos Cegos, ora, no loteamento oposto, à "mão esquerda" em direção a Rua Travessa. Uma dessas propriedades englobava duas moradas, uma destinada a Garcia Sanches, e uma casa que estava acima da "cruz", a qual não indica o residente: "As duas moradas q*ue* traz g*onçal*o An*e*s o carapato trageas ga*r*cja sanchez e*m*p*raz*adas po*r* q*ua*tro maravedis [...]" e "As casas q*ue* esta*m* Açjma da cruz trageas o carapato e*m*p*raz*adas po*r* do*us* maravedis [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 111).

existência de uma família reconhecida como os "Carrapatos", com presença documentada no local entre 1369 e 1404. É válido alvitrar que o nome desse cruzamento se deve ter popularizado no imaginário local de forma espontânea, naturalmente vinculado a existência dos habitantes dessas casas, que, aos olhos dos transeuntes, reconheciam a ascendência dessa família.

A documentação regista a existência de uma outra Rua Travessa no setor sul da malha urbana, cujo traçado seguia, em certa medida, o alinhamento da muralha meridional. Com orientação E/O, o seu percurso começava num "eirado" que, a norte, cruzava a Rua Verde, e estendia-se para nascente até um largo onde, com o progressivo crescimento da urbe, viria a ser aberta a Porta de Santiago. Esta Rua Travessa funcionava também, no seu trecho inicial, como via de acesso ao Postigo da Cividade, sendo, por essa razão, igualmente conhecida como Rua do Postigo[278] (ver Figura 36).

A importância deste eixo de ligação manifesta-se, por um lado, na presença de uma paróquia consagrada a São Tiago, a oriente, situada defronte ao referido largo em frente a Porta de Santiago; por outro, para a zona periurbana meridional. A partir dessa porta, começava um percurso retilíneo extramuros, com cerca de 700 metros de extensão, que se dirigia ao sul, em direção ao rio Este[279]. A travessia desse rio era feita pela Ponte do Porto, que estabelecia a ligação entre a cidade e a região situada além do rio.

É desconhecido o intervalo temporal que levou a consolidação deste caminho extramuros, embora se saiba que era ladeado por propriedades agrícolas e que, já no século XIV, era designado como Passagem dos Pelames[280]. Esta toponímia remete para a existência de tanques de curtumes situados nas imediações do rio Este[281]. A Rua do Postigo, por sua vez, possivelmente auxiliava no escoamento dos produtos e materiais dessa atividade, conectando o interior da cidade com a zona extramuros.

Esta Rua Travessa, ou do Postigo, apresentara ainda outras variações toponímicas, sendo designada, em 1466, como Rua de Santiago[282], provavelmente em virtude da proximidade e importância adquirida com o tempo pela paróquia de Santiago da Cividade. Nesse mesmo ano, é também referida como Rua Direita[283], topónimo que parece aludir à função de articulação entre os

[278] No ano de 1475, a memória urbana desta rua estaria ligada à igreja de São Sebastião, atualmente São Sebastião das Carvalheiras
[279] Medição feita pelo *software Google Earth Pro*.
[280] Sobre a distinção terminológica entre 'passagem' e 'rua' relativamente aos Pelames, ver Capítulo 6, subcapítulo 6.2, subitem 1.2.1. A Passagem dos Pelames, a Congosta dos Paços e outros caminhos rurais.
[281] Esta área periurbana meridional será analisada com maior detalhe no capítulo 6 desta tese.
[282] "Prazo de Casas na Rua de Santiago da Ciuidade a Afonso G*onça*llv*ez* [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, índice).
[283] "[...] hu[*m*]as casas q*ue* estam acerca de Santiago na rrua direita [...]". (A.D.B., *3º Livro de Prazos...,* fl. 12).

dois acessos que então conectava, ambos acrescidos em importância pelo desenvolvimento da periferia extramuros, especialmente na área situada ao sul da cidade.

Por fim, cabe assinalar o perfil dos ocupantes das propriedades pertencentes ao cabido nesta rua: no final do século XIV, essa travessa abrigava um número expressivo de abades oriundos de diversas localidades, sobretudo do sul e do leste do termo de Braga, como São Pedro de Este, Lomar, Fradelos, Santo Estêvão de Sanfins[284] e Guisande[285]. Isso demonstra que a localização poderia ser estratégica, com os caminhos que conectavam a cidade às áreas externas, permitindo que habitantes de regiões mais meridionais do termo também se estabelecessem nas proximidades dos acessos ao sul da cidade.

2.4. As artérias interligadas pelos eixos transversais



Figura 36. Cartografia base com a identificação das ruas medievais de Braga na transição dos séculos XV para XVI. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

[284] A.D.B., *1° Livro de Tombo...*, fl. 125–125v.
[285] A.D.B., *3° Livro de Tombo...*, fl. 104.

Compreendida a relevância das ruas travessas no desenvolvimento urbano da cidade, cabe salientar que estas se articulavam, na sua maioria, com outras artérias orientadas no sentido sul-norte. Embora não devessem ser consideradas secundárias em importância, essas artérias (S/N) partilhavam, a função distributiva do tráfego, direcionando-o a partir dos principais eixos de ligação entre o recinto murado e os subúrbios, bem como para o entorno da Sé Catedral.

Entre o conjunto de artérias de orientação S/N começamos por abordar a Rua da Triparia, cuja designação toponímica parece aludir a sua particularidade primeva de abastecimento alimentar cárneo, sendo razoável pensar que nela se concentrassem residências e estabelecimentos comerciais de tripeiros. Neste viés interpretativo, esta via sofreu alterações na sua funcionalidade nos dois últimos séculos do período medieval, sobretudo quando analisamos a sua toponímia.

De acordo com a documentação compulsada, foi a partir de 1467 que a designação viária se alterou, com a sua porção meridional — e mais periférica — sendo registada como Judiaria Nova[286], devido à instalação, de forma segregada, da comuna dos judeus nesse local. A parte setentrional, contudo, conservou durante algum tempo os nomes de Rua da Triparia e Rua das Arras[287], embora, nas décadas de 1460 e 1470, surgisse também com o topónimo Rua das Chagas[288] — distinção que poderá estar relacionada com a presença considerável de imóveis pertencentes à Gafaria[289], como analisaremos mais à frente. A partir de 1500, a via passaria a ser conhecida como Rua de Santo António[290].

Sequencialmente, em direção a nascente, a Rua de D. Gualdim apresenta-se também como uma artéria central que conectava as ruas travessas (O/E) ao início da Rua dos Burgueses, defronte à Sé Catedral. Dom Rodrigo Cunha, em 1635, associou a origem do topónimo da rua à figura de D. Gualdim Pais (1118–1195)[291], mestre da Ordem do Templo em Portugal e que seria

---

[286] A Rua da Judiaria Nova é inicialmente mencionada no contexto do escambo da metade de uma casa na Judiaria Nova (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 16). Não obstante, a data específica deste documento, possivelmente o ano de 1466, não é confirmada, uma vez que se apresenta somente no índice do códice. Sendo assim, optamos a rigor pelo emprazamento de casas a Jacob Montesinos, em 1467, como o primeiro registo documental (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 20v).

[287] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 130v; quanto ao termo *arras*, a dúvida ainda é maior, uma vez que este substantivo poderia representar para a época medieval, uma garantia ou penhor, essencialmente relacionado ao matrimónio. A utilização da palavras *arras* é também usada em algumas ocasiões na documentação do *Liber Fidei*, como por exemplo em 1160, quando Ilduara Vasques doa à Sé de Braga os bens que seu marido Gonçalo Vasques lhe tinha dado por "arras", em Santo Estêvão de Faiões (concelho de Chaves): "[...] *vobis domno Iohanno Bracarenso archiepiscopo et Bracarensi ecclesie cui Deo auctore preestis de hereditatibus meis quas habeo in villa Sancti Stephano de Flabias sub monte Batocas* [...] *Do vobis quicquid maritus meus Gunsalvus Velasquiz mihi in predictis / viliis pro arris donavit ut habeatis vos et omnes sucessores vestri iure perpetuo* [...]" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc.498, pp. 685–686); outra suposição, menos provável, poderíamos elucubrar a possibilidade desta rua estar associada ao comércio têxtil, panos e tapeçarias, pois na época medieval os "panos de Arras" eram famosos e derivavam de um dos centros mais antigo de importação de tapeçaria de Flandres, e, se levarmos em conta esta hipótese, poderia ter uma origem muito antiga, ainda na época da Reconquista, quando os flamengos prestaram auxílio aos portugueses (Huylebrouck, 1986, p. 171).

[288] Quanto ao termo *chagas*, interessa salientar que em 1474, em um mesmo emprazamento concedido a João Afonso, a rua é mencionada tanto por Rua das Chagas quanto por Rua da Triparia (A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 68).

[289] Será melhor abordado no subcapítulo 6.

[290] A.D.B., *4º Livro de Prazos...*, fls. 8 e 32.

[291] Se destacou por seu papel proeminente no combate aos "infiéis" na Terra Santa e nas guerras de reconquista na Península Ibérica. A ordem do Templo está presente em Portugal desde 1128, em Soure, ainda no governo de D. Teresa e perdurou até 1312, durante o reinado de D. Dinis,

natural de Braga, ainda que, sem desconsiderar tal interpretação, necessita de maiores fundamentações científicas[292]. Além disso, a sua influência não se esgota na mera atribuição toponímica a esta artéria urbana. O referido arcebispo teria doado uma casa aos templários, a qual, ainda que de localização duvidosa, provavelmente tenha servido como hospital para peregrinos[293].

Vale ressaltar que, assim como a Rua dos Cegos, esta rua, excecionalmente, possui registo anterior ao *Livro de Tombo* de 1369, sendo mencionada em 1314, durante o sólio de D. João Martins de Soalhães (1313–1325), num documento alusivo a uma dívida a ser quitada junto ao mercador Afonso, no qual se refere explicitamente: "[...] *dare debere Alfonso Petri mercatori de rua de domno Gualdim* [...]"[294]. Nela coexistiam prédios pertencentes a diversos proprietários, para além do cabido. Entre estes, identificam-se a Confraria de Rocamador, detentora de um campo e de umas casas habitadas por Arrabalva; o mosteiro de Santa Clara de Coimbra, proprietário de algumas casas e de um exido; e, por fim, a Gafaria[295].

Na continuação desta artéria situava-se a Rua da Erva, que permitia o acesso àqueles que ingressavam na cidade pela Passagem dos Pelames, pelo sul, através da Porta de Santiago, até à Rua de Trás os Açougues, contígua à Torre dos Sinos da Sé e da Porta do Sol[296]. É evidente a sua funcionalidade enquanto via articuladora entre os açougues e as áreas de curtume a sul, facilitando a circulação de mercadores, correeiros, açougueiros e carniceiros que pudessem estar integrados no circuito económico associado a essas atividades.

Relativamente à sua toponímia, a análise comparativa com outras ruas e praças designadas com o termo "Erva" permite ampliar o seu espectro interpretativo. Em Viana do Castelo, por exemplo, a Praça da Erva funcionava, desde a Idade Média, como um pátio lajeado onde chegavam e partiam veículos de tração animal oriundos de locais como Ponte de Lima, Ferrol e Corunha, ao norte, bem como, eventualmente, do Porto e de Braga, ao sul. Esses carros estacionavam em cavalariças dispostas ao redor do largo, destinadas ao repouso dos animais (Fernandes, 1992, p. 91). De modo análogo, na cidade espanhola de Valência, existia a *Calle de la Hierba*, associada à

quando foi extinta por ordem do sumo pontífice Clemente V, no concílio de Viena. Como mestre do Tempo, em Portugal, foi ainda responsável pela construção dos castelos de Almourol, Idanha, Tomar, Cardiga e Pombal (Martins, 2013; Gomes, 2015).

[292] *Vd.* Cunha, D. R. (1635). *Da História Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e Varões Illustres do Arcebispado* (2ª parte, Capítulo 13, fls. 53 e 54).

[293] Cfr. Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 560, pp. 772–774).

[294] Documento n.º 29 dos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto* (Marques, 1982).

[295] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fls. 127–128.

[296] A.D.B., 1º *Livro de Tombo...*, fl. 128; A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 66v.

presença de vendedores de alfafa destinada à alimentação de animais domésticos e de carga que necessitassem repouso[297].

Com base nesse paralelo, para além da funcionalidade associada à dinâmica produtiva dos curtumes, é aceitável deduzir que a Rua da Erva, em Braga, desempenhava um papel estratégico como via de acesso para animais, carroças e viandantes oriundos do exterior da cidade, sobretudo aqueles provenientes do sul, nomeadamente do Porto — local com o qual a cidade mantinha conexão pela Ponte do Porto que atravessava o rio Este.

Não obstante, ao longo do século XV a sua designação toponímica sofreu alterações. A partir de 1466, ano do traslado da comunidade judaica para o tramo sul da Rua da Triparia, a antiga Rua da Erva será reconhecida como Rua da Judiaria Velha, também aludida, em certos contextos, como Rua de Santa Maria (Marques, 1983; Ribeiro, 2019a).

A Rua Pequena, por sua vez, deveria apresentar dimensões reduzidas tanto em comprimento — mais ou menos 50 metros, situando-se entre a Rua Travessa e a fachada sul da Sé — quanto em largura. A historiografia define as chamadas "ruas pequenas" como soluções otimizadoras do espaço urbano, permitindo a circulação em áreas de difícil acesso e, por norma, não ultrapassavam os 4 metros de largura (Andrade, 2003, p. 27). Algumas vias públicas eram, pois, designadas a partir do espaço que ocupavam, sendo o adjetivo "pequena" indicativo não apenas da extensão, mas da estreiteza do seu traçado.

Apesar das modestas dimensões, esta rua concentrava casas grandes e sobradadas pertencentes ao cabido em ambos os lados. Entre essas propriedades, avultavam-se duas de proporções mais notáveis: umas casas grandes que possuíam um arco de pedra[298], enquanto a outra dispunha de uma adega que se prolongava até à Rua da Erva[299].

O perfil residencial também se revela peculiar, uma vez que, em 1369, as casas do cabido encontravam-se emprazadas a cónegos, dos quais um tesoureiro e um tercenário, à exceção de uma das casas próximas à Rua Travessa, emprazada a João Martins de Montouriol, que tinha a particularidade de ser uma casa de parede caiada[300]. Esses imóveis mantiveram os seus vínculos contratuais com membros do clero pelo menos até 1404, sendo então ocupadas pelo arcediago

[297] Disponível em: << https://www.valenciabonita.es/2016/01/19/calles-oficios-valencia>>.
[298] "It*em* Huu*m*as Casas grandes q*ue* teem os Arcos de Pedra [...]" (A.D.B, *1º Livro de Tombo...*, fl. 129v).
[299] "Jt*em* As Casas gra*n*des q*ue* traSe en prazadas Diegaluarez Coonigo*o* por trijta l*br as* em q*ue* el mora E ssom desta Casas Adega q*ue* ssaay cont*ra* a Rua da Erua (*idem*).
[300] "It*em* Per a Casa q*ue* chaman da Caal [...]" (*idem*).

de Neiva, Lourenço Gonçalves, e o abade de São Vicente, João Fernandes[301]. É presumível que este perfil de residentes esteja associado à proximidade com a fachada sul da Sé Catedral.

A Rua dos Cegos tem seu primeiro registo datado de 1161, mencionada como "*Rua Cecorum*"[302]. Naquele período, além de ostentar um carácter assaz rural, situava-se, de um lado, nas imediações da Sé Catedral, confinado, ao norte, com a muralha de matriz romana e, ao sul, com a Rua Travessa. A denominação *cegos* pode ser interpretada por duas linhas. A primeira ao facto de a muralha setentrional romana do burgo bracarense estabelecer um caminho sem saída, transformando-as num beco, conforme o costume medieval de designar "ruas cegas" aquelas que findavam abruptamente (Andrade, 2003, p. 84).

No entanto, esta explicação revela-se improvável, sobretudo pela presença da preposição possessiva "dos", correspondente ao genitivo latino *Cecorum*. Assim, o topónimo poderá aludir a moradores cegos, sustentando-se na interpretação — embora de carácter especulativo — de Zina Weygand, que associa a mendicância dos cegos à prática da peregrinação em busca da intervenção de santos taumaturgos em locais de devoção, como as catedrais, sobretudo quando privados de amparo institucional (Weygand, 2009, pp. 69–70). Fenómeno análogo ocorre em Lisboa, onde a Rua dos Cegos (também denominada *corredoira dos cegúus*), mencionada em 1386, situava-se nas proximidades do mosteiro de Santo Agostinho (Silva, 1948–1949, p. 52). Nesta perspetiva, esta rua poderia ter alguma relação a um passado de mendicância e peregrinação de indivíduos cegos, cuja proximidade à Sé Catedral favoreceria a busca por auxílio divino. Trata-se, contudo, de mera especulação, carecendo de um exame mais detalhado que permita averiguar a existência de fundamento para tal suposição.

Um outro aspeto que merece atenção é o facto de a Rua dos Cegos figurar entre as vias com maior número de contratos de emprazamento registados em Braga entre 1469 e 1482, totalizando treze acordos desse tipo. Desses, dois incluíam cláusulas relativas à reparação dos imóveis[303], e um apresentava especificações construtivas com prazo-limite estipulado. Além disso, o cabido adquiriu algumas casas nessa rua por meio de escambos com propriedades situadas na Rua do Souto[304], o que evidencia um claro interesse na dinamização imobiliária e na consolidação do património nessa artéria.

---

[301] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fls. 109v–110.
[302] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 486, pp. 679–681).
[303] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 37 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 31v; A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 25 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 53v.
[304] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 44v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 35v.

Esse fenómeno revela um evidente vetor de evolução urbana, explicável pela proximidade com a Sé Catedral, a oeste, com a Rua das Ousias que conduzia aos Paços Arquiepiscopais, a norte, bem como pela sua função como trajeto de escoamento, em direção à Rua Travessa, para o sul.

Por sua vez, a Rua das Ousias desempenhava um papel particularmente relevante na malha viária de Braga. O termo "ousias" encontra-se documentado já em 1346, quando, a 14 de agosto, Beatriz Lourenço vendeu à sua irmã, Alda Lourenço, o seu quinhão nas "casas das Ousias"[305]. É bastante provável, portanto, que a rua remonte a um período anterior, estando potencialmente associada ao processo de desafetação da muralha romana setentrional. O seu traçado ligava-se à Rua do Souto e acompanhava a expansão da periferia norte da cidade desde os séculos XII e XIII.

A origem da sua toponímia parece estar relacionada com as remodelações realizadas nos fundos da Sé Catedral, particularmente na capela-mor (Ribeiro, 2008, p. 442), onde se localizava o altar principal, cuja designação deriva do termo grego *Ousías* (οὐσία)[306].

Durante muito tempo, a Rua das Ousias manteve-se isolada na malha viária, acompanhando a fachada exterior oriental da Sé, que integra o altar-mor da catedral, situada na parte leste da cidade. No século XIV, o seu traçado tornou-se irregular e, de certo modo, tortuoso, acompanhando o percurso da capela de Nossa Senhora da Glória e da respetiva torre, obra do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326–1348) (ver Figura 36).

Assim como sucede nas demais ruas circundantes da catedral, os imóveis da Rua das Ousias destinavam-se, na sua maioria, a religiosos e a indivíduos ligados à administração eclesiástica. Tornou-se, assim, comum a presença de clérigos, cónegos, escrivães, abades[307], tabeliães[308], mestres-escola e tesoureiros[309], quadro que se manteve relativamente estável até ao início do século XVI.

Também de traçado irregular, a Rua da Olaria desenvolvia-se sensivelmente desde a Porta do Sol em direção a leste, acompanhando a fachada sul da Sé Catedral[310]. A sua toponímia evoca a existência de atividades oleiras, provavelmente num largo situado em frente à extremidade norte da Rua Pequena. Esta designação é reforçada por paralelos em outras cidades medievais, onde era comum que os espaços dedicados à produção e comércio de cerâmica se localizassem em ruas com essa nomenclatura, como a Rua Direita dos Oleiros e a Rua da Olaria em Lisboa (Cardoso

[305] Encontra-se nos "Pergaminhos da Confraria de São João", n. 55 (*apud* Marques, 1982).
[306] Associado ao campo da "Arquitetura", definido no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa:* Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/ousia>>.
[307] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121–121v.
[308] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 97–97v.
[309] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 61.
[310] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121.

et al., 2017, p. 1741), além da olaria medieval da Porta da Lagoa, em Évora (Moniz, 1976). As escavações arqueológicas na atual Rua Nossa Senhora do Leite, correspondente à antiga Rua das Ousias, reforçam essa suposição ao revelar uma expressiva quantidade de cerâmica datada entre os séculos XIV/XV (Gaspar, 1985).

Todavia, esta artéria não era, necessariamente, um espaço exclusivo para a produção e comercialização de artigos cerâmicos, mas antes coexistia com outras atividades comerciais, como era comum nas ruas medievais, sendo desenvolvidas tanto no largo adjacente como em estabelecimentos apropriados, como as tendas. Um exemplo disso é a casa onde residiam João Gonçalves, João Peres e sua esposa, que era simultaneamente utilizada como tenda[311].

É precisamente pela análise do perfil dos moradores e dos emprazantes das propriedades pertencentes ao cabido nesta rua que se revela um perfil mercantil notavelmente diversificado. As fontes documentam a presença do cuteleiro Gonçalo[312], do almocreve — ou azemel — João[313], e do merceeiro João Gonçalves[314]. Em 1466, a documentação refere-se a esta via unicamente como "Olaria", suprimindo o designativo de *rua*, embora continue a identificar um espaço simultaneamente comercial e residencial de carácter heterogéneo, como atesta, por exemplo — no mesmo ano — a presença do carpinteiro Afonso Anes entre os seus moradores[315].

Em 1490, a componente mercantil afirmar-se-ia de forma definitiva também na sua toponímia. Num prazo feito ao sapateiro André Gonçalves e a sua mulher Catarina Gil (ver Figura 37), o cabido cederá umas casas que estariam na "[...] Rua das tendas De Junto com a ssee [...], cujo índice, no final do segundo *Livro de Tombo* consta como "Prazo das casas na R. das tendas, alias das ouçias [...]"[316]. Ressaltamos que, no próximo subcapítulo, examinaremos com mais detalhes o perfil mercantil do espaço em que essa artéria se inseria.

[311] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 122.
[312] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121v e A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 98.
[313] Idem, A.D.B., 2º Livro de Tombo..., fl. 61v e A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 98.
[314] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 98.
[315] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 10.
[316] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, índice.

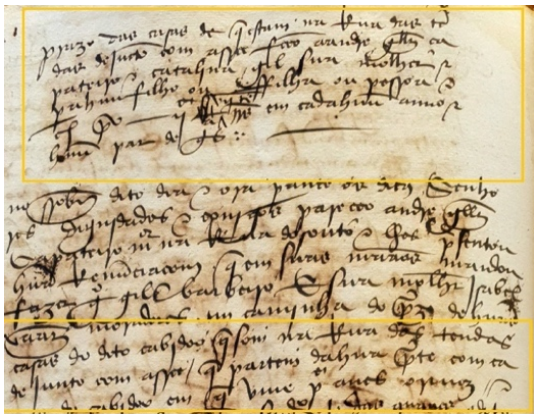


Figura 37. Detalhe em que se identifica a designação "Rua das Tendas" (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 186v).

A última via que se desenvolveu nas proximidades da catedral foi a Rua de Trás os Açougues[317], que se localizavam em direção E/O, desde a porta principal da Sé Catedral até à Rua dos Burgueses, num espaço que ficava, ao sul, entre a Rua da Erva e a Rua de D. Gualdim. Como o próprio nome indica, tem origem no árabe *as-suq*, que significa mercado, e estava associada à concentração de estabelecimentos dedicados ao abate, preparação e comércio de carnes, podendo também envolver o comércio de peixe, fenómeno semelhante ao verificado noutras localidades, como Portalegre (1436)[318], Alegrete (1462)[319], ou o Largo dos Açougues no Porto, também conhecido como Açougue Real ou do Paço (Ribeiro & Melo, 2012, pp. 160–162; Afonso, 2012, p. 46).

Embora os açougues constituam objeto de análise no próximo subcapítulo, é relevante mencionar que, a partir de 1471, esta rua passou a ostentar o adjetivo *velhos*, sendo então designada Rua dos Açougues Velhos[320]. Esta denominação indicaria a existência de novas estruturas de abastecimento de carne noutras áreas da cidade. Ademais, esta área sofreria uma expressiva reconfiguração espacial devido à construção do Paço do Concelho e à ampliação da Praça da Cidade[321]. Não obstante, a Rua dos Açougues Velhos desempenhou também uma função peculiar como local de reclusão, dado que nela se situavam algumas "casas da cadeia"[322], função que se manteve até que a cadeia fosse transferida para o Castelo em 1452.

Uma outra artéria, registada como Rua dos Burgueses, prolongava-se desde a Rua de Trás os Açougues, no espaço envolvente da entrada principal da Sé Catedral, em direção à Porta do Muro,

[317] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fls. 122 e 122v.
[318] Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, v.1, tomo 2, p. 313.
[319] Cf. A.N.T.T., *Livro do Odiana, 1462*, liv. 5, fl. 36.
[320] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 122.
[321] Melhor abordada na subseção 3 do corrente capítulo.
[322] "[...] hu*m*as casas sobradadas q*ue* som na Rua dos Acougues q*ue* p*ar*tem com as casas da cadea [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 122).

a oeste, estabelecendo ligação direta com a Rua de Maximinos extramuros[323]. O desenvolvimento desta última, ao longo do século XV, conduziu à consolidação de um dos dois arrabaldes da cidade[324]. A crescente relevância urbana da periferia extramuros evidenciou-se na própria renomeação da artéria, progressivamente conhecida como Rua de Maximinos na segunda metade do século XV[325], enquanto a porta passou a denominar-se Porta do Muro de Maximinos, e a antiga Rua de Maximinos extramuros foi substituída pelo "arrabalde de Maximinos" — aspetos que serão tratos no último capítulo.

A Rua dos Burgueses conectava-se a um conjunto de vias de orientação sul-norte, originárias dos setores meridionais da cidade, interligadas por artérias transversais. Quanto à sua antiga designação, ainda não existe um registo escrito consistente que associe a toponímia da rua ao termo *burgus*, cuja cerca remonta aos séculos IX/X, embora seja plausível deixar essa hipótese em aberto.

Esta rua representou um dos mais importantes eixos vitais do urbanismo de Braga durante a Idade Média, articulando o espaço da Sé e, posteriormente, também do Paço do Concelho, os Açougues Velhos e de uma futura praça. A Rua dos Burgueses caracterizava-se por uma configuração social marcada pela convivência de diferentes estratos sociais, especialmente os ligados a atividades laborais diversas. De acordo com os dados levantados para o período de 1369 a 1404 (ver Tabela 1), a grande maioria dos moradores não teve sua atividade, condição ou cargo especificados, representando uma média de 60 a 70% da amostra.

Ainda assim, o extrato restante parece indicar uma tendência de identificação de moradores ligados a atividades específicas, com um expressivo número de agentes laborais (cerca de um quarto do total de registos). As mulheres representavam uma parcela muito pequena dos residentes, bem como os moradores vinculados às esferas administrativa, assim como religiosa e fiscal. Entretanto, dentro dessas últimas esferas, é possível destacar importantes nomes, como o prebendeiro Vasco Gonçalves, o tabelião Estêvão Martins, o almoxarife de Guimarães Gonçalo Domingues, o tercenário Vasco Martins e o prior de Santiago de Torres Vedras, Pedro Anes, residente na segunda metade do século XIV[326].

---

[323] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 119v.

[324] *Idem.*

[325] Em dois contratos de emprazamento, datados, respetivamente, de 1466 e 1474, esta rua é identificada tanto por Rua dos Burgueses quanto como Rua de Maximinos, embora, na quase totalidade dos demais contratos, esteja mencionada como Rua de Maximinos. (A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 45v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 5).

[326] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 120v e 121 e A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 59v.

Tabela 1. *Moradores e emprazadores na Rua dos Burgueses entre 1369 e 1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 119 a 121*

Nome	Ocupação	Situação
Não refere	Não refere	Afonso Esteves Leite e Vasco Domingues, abade de São Paio de Pousada, emprazantes
Afonso Esteves Leite	Não refere	Morador e emprazante
Domingos Martins	Genro de Afonso Esteves Leite	Morador (Afonso Esteves Leite, emprazante)
Não refere	Não refere	Maria Simão, emprazante
Vasco Domingues	Abade de São Paio de Pousada	Morador
Lourenço Pires	Ourives	Morador (Afonso Esteves Leite, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Vasco Gonçalves (Antoninho Domingues, abade de Santiago de Antas, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Pedr'Alvares (Domingos Esteves, o avanido, emprazante)
Gonçalo da Boa Ventura; Vasco Giraldes	Não refere; Não refere	Moradores (morou a mulher de João Salvado; Domingos Esteves, o avanido, emprazante)
Não refere	Não refere	Não refere
Estevão Morais	Tabelião	Morador (Afonso Esteves Leite, emprazante)
Vasco Tato	Não refere	Morador
Clara Lourenço; Gonçalo Esteves	Não refere; Sapateiro	Moradores
Gonçalo Afonso; Diogo Esteves	Sapateiro; Sapateiro	Moradores (Afonso Martins Gontio, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Estevão Peres Chicarinho
Pedro Gonçalves	Alfaiate	Morador
Não refere	Não refere	Morou Papafigo (Domingos Martins, mercador, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Loureço Pais (Domingos Martins, mercador, emprazante)
Afonso Martins; Martim Tripeiro	Mercador; Sapateiro	Moradores (Afonso Martins, mercador, emprazante)
Abade de Tabosa	Abade de Tabosa	Morador (João Perna, emprazante)
Lourenço de Olivam	Não refere	Morador (Sucessão que traz João Loureço, emprazante)
Estevão Vasques; Rodrigo Anes da Cónega	Não refere; Não refere	Moradores (morou Vasco Fernandes, cónego; Rodrigo Anes da Cónega, emprazante)
Não refere	Não refere	Não refere
Afonso Novais	Não refere	Morador
Não refere	Não refere	Vicente Chasco e Constança Anes, emprazantes (primeira e segunda pessoa)
Vicente Martins	Forneiro	Morador e emprazante
Clara Cabecinhas	Não refere	Moradora e emprazante

Nota. Não refere ou sem atividade identificada: 20 (60,6%); agentes ligados atividades laborais (produção e comércio): 8 (24,2%); clérigos: 2 (6,1%); mulheres: 2 (6,1%); agentes fiscais, da defesa ou administrativos: 1 (3%).

Moradores e emprazadores na Rua dos Burgueses entre 1393–1394 conforme o segundo Livro de Tombo, fls. 59 a 60v

Nome	Ocupação	Situação
João Vasques	Cónego	Morador e emprazante
Domingos Martins, genro de Afonso Esteves Leite	Não refere	Morador (Vicente Martins dos açougues, emprazante)
Afonso de Lomar	Não refere	Morador e emprazante
Abade de São Paio de Pousada	Abade de São Paio de Pousada	Morador
Joana Pallos	Não refere	Moradora e emprazante
Pedro Anes	Não refere	Morador (Jorge Anes, emprazante)
Domingos Esteves Avanido	Não refere	Morador e emprazante
Afonso Martins Coelho	Não refere	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Morou Estevão Martins, tabelião (Martim Anes, sapateiro, emprazante)
Gonçalo Armon	Não refere	Morador
Gonçalo Anes do Eirado	Não refere	Morador (Maria da Oliveira, emprazante)
Vasco Esteves; Gonçalo Esteves	Não refere; Sapateiro	Moradores (Paio Esteves, emprazante)
Gonçalo de Ferreiro; Vasco Anes	Não refere; Não refere	Moradores (Afonso Martins Gontio, emprazante)
João Vicente	Não refere	Morador (Estevão Peres Chicarinho, emprazante)
Não refere	Não refere	Pedro Gonçalves, alfaiate, emprazante
Domingos Martins	Mercador	Morador e emprazante
Vasco da Ameixa	Não refere	Morador e emprazante
Afonso Martins; Martim [Tripeiro]	Mercador; [Sapateiro]	Moradores (Afonso Martins, mercador, emprazante)
Vasco Martins	Tercenário	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Não refere
Lourenço de Olivam	Não refere	Morador (Sucessão que traz João Lourenço, procurador, emprazante)
Estevão Vasques	Não refere	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Sucessão dos Feijoeiros, emprazante
Não refere	Não refere	Sucessão dos Feijoeiros, emprazante
Diogo Esteves	Não refere	Morador
Vasco Gonçalves	Não refere	Morador (morou Afonso Novais)
Afonso Vicente	Mercador	Morador e emprazante
Vicente; Gonçalo	Forneiro; Não refere	Moradores (Vicente, forneiro, emprazante)
Domingos Cabecinhas	Não refere	Morador

Nota. Não refere ou sem atividade identificada: 23 (70%); agentes ligados atividades laborais (produção e comércio): 6 (18,2%); clérigos: 2 (6,1%); mulheres:1 (3%); agentes fiscais, da defesa ou administrativos: 1 (3%).

Moradores e emprazadores na Rua dos Burgueses entre 1403 e 1404 conforme o terceiro Livro de Tombo, fls. 93v e 96v

Nome	Ocupação	Situação
Bispo de Burgos	Bispo de Burgos	Morador (Vasco Anes, emprazante)
Afonso do Vale	Não refere	Morador e emprazante

Lourenço Anes	Não refere	Morador e emprazante
Lourenço Ramos	Não refere	Morador e emprazante
Martim Esteves	Sapateiro	Morador e emprazante
João Anes	Não refere	Morador e emprazante
Domingos Esteves	Vogado	Morador e emprazante
Lourenço Martins Coelho	Não refere	Morador e emprazante
Martim Anes	Sapateiro	Morador e emprazante
Gonçalo Ramon	Não refere	Morador
Gonçalo Anes do Eirado	Não refere	Morador
Não refere	Não refere	Não refere
Não refere	Não refere	Lourenço Martins Gontio, emprazante
João Vicente	Não refere	Morador e emprazante
Pero Gonçalves	Não refere	Morador
Domingos Martins	Mercador	Morador e emprazante
Vasco d'Ameixa	Não refere	Morador e emprazante
Afonso Martins; Martim [Tripeiro]	[Mercador]; [Sapateiro]	Moradores (Afonso Martins, [mercador], emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Vasco Martins, tercenário
Maria Vasques	Não refere	Moradora
Lourenço d'Olivam	Não refere	Morador (Sucessão que traz João Lourenço, procurador, emprazante)
Estevão Vasques	Não refere	Morador
Gonçalo Sopas	Não refere	Morador e emprazante
João Anes. Mestre Lourenço	Não refere; Mestre	Moradores e emprazantes
Diogo Esteves	Não refere	Morador
Vasco Gonçalves	Alfaiate	Morador
Gonçalo da Galinha	Não refere	Morador
Não refere	Não refere	Morou Lourenço Vicente
Gonçalo Vicente, filho de Vicente, forneiro	Não refere	Morador (Morou, Vicente, forneiro; mulher de Gonçalo Vicente, emprazante)
Afonso Gomes	Não refere	Morador e emprazante
Nota. Não refere ou sem atividade identificada: 23 (70%); agentes ligados atividades laborais (produção e comércio): 7 (21,2%); clérigos: 1 (3%); mulheres: 1 (3%); agentes fiscais, da defesa ou administrativos: 1 (3%).		

As fontes revelam ainda uma preeminência construtiva e arquitetónica de casas com dois portais e edifícios com torre, elementos que serão analisados na subseção sobre casas-torre.

Mais ao sul, começando num largo enfrente a Porta de Santiago, desenvolveu-se outra artéria que acompanhou o delineamento sudoeste da muralha em direção ao nordeste, desembocando na Rua de Paio Manta: a Rua de Palhas. A sua toponímia, registada também como "Palhães"[327] em 1393 e "Palhais"[328] no final do século XV, encontra paralelos noutras localidades medievais, como a Praça das Palhas na freguesia de Santa Justa, em Lisboa (Leme, 2013, p. 397; Trindade, 2016, p. 18)[329], a Rua dos Palhais — hoje Rua da Pena Ventosa — no Porto (Real, 2001, p. 11; Afonso, 2012, p. 33), e o arrabalde de Palhais, a oriente do núcleo primitivo de Setúbal, documentado desde 1339 (Silveira, 2014, p. 120).

A origem do termo *palha* estaria associada, como nas restantes cidades mencionadas, ao comércio de palha ou feno, atividade possivelmente intensificada pela presença de carros de tração e respetivos animais de carga e transporte provenientes dos campos agrícolas e da zona de curtumes da Passagem dos Pelames. A rua iniciava-se no largo da Porta de Santiago, seguindo em direção nordeste, e poderia relacionar-se com o abastecimento do Forno da Infanta, situado no final do seu percurso[330], aspeto que será abordado no subcapítulo 2.5.

[327] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 68.
[328] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 130.
[329] Segundo a autora, nos *Livros dos Pregos* de Lisboa, há menção a um cano real que percorre a "Rua da Praça da Palha" (A.M.L., *Livro dos Pregos*, fl. 334).
[330] "Rua de palhaas Como uay des a Jgreia de ssan Tiago ataa Cruz dante o fforno da Jnttante [...]" (A.D.B., *1º Livro do Tombo...*, fl. 130).

Os dados dos *Livros de Tombos* (1369–1404) relativos aos emprazamentos da mesa capitular revelam que a Rua de Palhas atravessou um período de ligeira retração construtiva, evidenciada pela diminuição de propriedades emprazadas. Entre 1393 e 1404, verifica-se a ausência de dois contratos de emprazamento referentes a imóveis no lado nascente do parcelário da rua, indicando um abrandamento da dinâmica imobiliária local.

2.5. As ruas da cidade em desenvolvimento

Como referido anteriormente, entre os séculos XIII e XIV Braga vivenciou um significativo processo de expansão da sua estrutura defensiva, resultando na duplicação da área intramuros, de aproximadamente 7 para 15 hectares (Ribeiro & Fontes, 2015; Ribeiro *et al.*, 2018, p. 353). Este crescimento implicou a incorporação de antigos caminhos periurbanos que conectavam áreas extramuros e que, progressivamente, se converteram em artérias urbanas, ficando plenamente integradas na malha viária após o alargamento da muralha. Após breve referência no subcapítulo anterior, no contexto da análise da evolução do sistema defensivo, importa agora examiná-las pormenorizadamente, começando pela Rua de Janes.

Localizada na porção oriental da cidade, com orientação sudoeste-nordeste e caracterizada por uma morfologia tortuosa, a Rua de Janes integrava-se gradualmente ao prolongamento da cerca dos séculos IX/X, e encontrar-se-ia em processo de expansão para nordeste do sistema defensivo, em direção à Porta do Souto e ao complexo do Castelo. A rua estender-se-ia desde o canto da Albergaria de Rocamador — no cruzamento conhecido como "Cruz de Janoas"[331] — até à Igreja de São João do Souto seguindo até a Rua do Souto[332].

A primeira menção indireta a este caminho data de 3 de setembro de 1265, num documento de venda realizada por Martim Eanes e Pedro Martins — juntamente com as respetivas esposas — a João Martins. O documento referia-se a uma casa situada na esquina deste caminho, junto à Porta do Souto[333]. Mais tarde, em 8 de novembro de 1313, Raimundo Eanes e Domingos Miguéis, então citado como "*Mercator Bracarensis de vico de Sauto*", juntamente com suas esposas Margarida Martins e Clara Domingues, venderam parte das casas em que habitavam, nas imediações da "Rua de Janes" e da "Porta do Muro do Souto"[334].

---

[331] Em 3 de outubro de 1467: "[...] hu[*m*]as casas q*ue* o dicto ca*bido* ha aa cruz de Janoas [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 23).
[332] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132.
[333] A.D.B. *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 8 (*apud* Marques, 1983, p. 158).
[334] A.D.B. *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 28 (*apud* Marques, 1983, p. 178).

Retomando, com mais detalhe, a questão da toponímia desta artéria, duas hipóteses principais se apresentam concebíveis.

A primeira, associa-se ao patronímico Anes (ou Eanes), derivado do nome João (*Johannis*) (Gonçalves, 1999). De acordo com esta interpretação, o nome da rua resultaria do desenvolvimento urbano da área circundante à paróquia de São João (*parrochia ecclesie Sancti Johannis*), cuja expansão se verificava, durante os séculos XII e XIII, na direção setentrional. Nessa mesma linha de raciocínio, Freitas atribui a origem do topónimo a um certo Joanne Annes, considerado o fundador da paróquia e responsável por conceder o seu padroado ao Cabido[335]. Este indivíduo teria residido numa rua próxima a de Janes, à qual se atribuiu o seu nome — inicialmente designada como "Rua de Joanes" e, posteriormente, simplificada para "Rua de Janes".

A segunda hipótese encontra fundamento nos *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*. O documento n. 28 refere-se à localização de casas "próximas das portas" (*Januae*) ou do portão (*portas*) do muro do Souto bracarense: "[...] *domos sunt prope Januas sive portas muri de Sauto Bracarense* [...]". Considerando que nos *Livros de Tombo* a rua é referida ora como *Janoas* (1369)[336], ora como *Januas* (1394)[337], ou mesmo *Jenoas* (1404)[338], não se poderá descartar a possibilidade da sua etimologia se relacionar com alguma porta localizada nas imediações do Souto de Braga, num caminho entre portas (*januae*), nomeadamente a Porta de São João e Porta do Souto.

De todo modo, em ambas possibilidades, o topónimo em análise teria derivado de uma mutação lexical, que persistiu até à atualidade com ligeira alteração ortográfica[339], sendo hoje conhecida como Rua de Janes. A distribuição social no parcelário desta rua, situada numa área pouco urbanizada, revela alguma heterogeneidade, conforme atestam os *Livros de Tombo*. Encontram-se registadas dezasseis propriedades emprazadas pelo Cabido[340], das quais três permaneciam como pardieiros pelo menos até 1404. A maioria dos prazos foi atribuída a

---

[335] Freitas, B. J. de S. (1890). *Memórias de Braga* (Tomo V). Imprensa Católica, p. 381.
[336] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132.
[337] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69v.
[338] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 114.
[339] Abaixo, uma sequência cronológica que demonstra a continuidade do topónimo "Janoas" de 1467 a 1500.
Em 1467: "P*raz*o fe*i*to a alu*ar*o f*er*nand*e*z esc*ri*puam da chancelaria das casas da cruz de Janoas" (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 20v).
Em 1472: "Prazo das casas da Rua de <Janoas> [...]" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 64v).
Em 1475: "p*raz*o das casa de Janoas [...]" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121v).
Em 1483: "[...] E out*ra*s casas q*ue* som na Rua de Janoas [...]" (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 108v).
Em 1489: "[...] out*ra* casa terreira q*ue* vaj teer aa Rua de Janoas [...]" (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 157).
Em 1490: "Ajuntarom as casa terreiras de Janoas [...]" (A.D.B., *2º Livo de Tombo...*, fl. 183v).
Em 1491: Prazo das Casas de Janoas [...]" (A.D.B., *2º Livo de Tombo...*, fl. 215).
Em 1500: "[...] elle tinha e*m*praz*a*das hu*m*as casas na Rua de janoas [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 51.
[340] Cabe salientar, neste caso, o número de moradores não necessariamente bate com o número de "propriedades", pois estas podiam conter mais de uma "casa". O levantamento dos imóveis será feito mais adiante.

indivíduos ligados ao clero, enquanto um número menor coube a foreiros laicos. Destaca-se apenas um caso de titularidade feminina para cada livro: Clara Giraldes (1369–1380), a mulher de Domingos Anes (1393–1394), originário do Porto e pedreiro, e a mulher de Simão (1403–1404) (ver Tabela 2).

Os lotes situados junto à muralha e em direção à Porta do Souto, apresentavam um menor número de emprazamentos, havendo uma concentração de artesãos, entre os quais, havia alguns que poderiam implicar incómodos diversos, como o sonoro e o residual. Entre estes profissionais documentam-se os ferreiros Pouca Gente, Giraldo e Afonso, o chaveiro Pedro, o pedreiro Domingos Martins e ainda Mendo de Lomar, então morador no couto da cidade[341].

Tabela 2. *Moradores e emprazadores na Rua de Janes entre 1369–1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 132 e 132v*

Nome	Ocupação	Situação
Não refere	Não refere	Não refere
Não refere	Não refere	Não refere
Pedro Beltram	Clérigo	Morador
Gonçalves Vasques	Abade de Santa Maria de Galegos	Emprazante
Clara Giraldes	Não refere	Emprazante
Afonso	Ferreiro	Morador (João emprazante)
Mendo de Lomar	Não refere	Emprazante
Pouca Gente	Ferreiro	Morador
Geraldo	Ferreiro	Morador
Pedro Eanes e Domingos Martins	Pedreiros	Moradores
Nota. Percentual de moradores e emprazante das propriedades do cabido (total de 11): mulheres 9,1%; sem identificação de ocupação 9,1%; sem identificação de nome e ocupação 18,2%; clérigos 18,2%; pedreiros 18,2%; ferreiros 27,3%.		
Moradores e emprazadores na Rua de Janes entre 1369–1380 conforme o segundo Livro de Tombo, fls. 69v e 70		
Não refere	Não refere	Não refere
Não refere	Não refere	Não refere
Martim Giraldes	Carniceiro	Emprazante
Gonçalo Vasques	Abade de Santa Maria de Galegos	Morador e emprazante
Vasque Anes	Não refere	Não refere
Pedro de São Vítor	Não refere	Emprazante
Não refere	Não refere	Não refere
Pouca Gente e Pedro Martins	Ferreiros	Moradores
Pedro das chaves	Chaveiro	Morador
Não refere	Não refere	Não refere
Mulher de Domingos Anes, do Porto (era pedreiro)	Não refere	Não refere
Nota. Idem supra cit,. (total de 12): carniceiros 8,3%; clérigos 8,3%; %; chaveiro 8,3%; mulheres 8,3%; ferreiros 16,7; sem identificação de ocupação 16,7%; sem identificação de nome e ocupação 33,3%.		
Moradores e emprazadores na Rua de Janes entre 1403 e 1404 segundo o terceiro Livro de Tombo, fls. 113v e 114		
Nome	**Ocupação**	**Situação**
Não refere	Não refere	Não refere
Não refere	Não refere	Não refere
Martins Giraldes	Carniceiro	Emprazante
Gonçalo Vasques	Abade de Galegos	Emprazante e morador
Não refere	Não refere	Não refere
Pedro de São Vítor	Não refere	Emprazante
Pedro Galego	Não refere	Morador
Mulher de Simão	Não refere	Emprazante
Afonso Saca	Não refere	Emprazante
Gonçalo Peres	Não refere	Não refere
Não refere	Não refere	Não refere
Nota. Idem supra cit. (total de 11): carniceiros 9,1%; clérigos 9,1%; mulheres 9,1%; sem identificação de ocupação 36,3; sem identificação de nome e ocupação 36,3%.		

[341] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132.

Na transição do século XIV para o XV, o perfil socioprofissional destes moradores mantém-se relativamente estável, registando-se apenas algumas substituições. Surgem então novos residentes: a viúva do pedreiro Domingos Anes (natural do Porto)[342], o serralheiro Simão, Pedro de São Vítor e o galego Pedro[343].

Apesar da progressiva ocupação, algumas casas parecem ter permanecido desocupadas ou não ter sido emprazadas, especialmente nos lotes próximos à muralha. À luz destes elementos, é razoável inferir que, sobretudo no seu lado oriental — periférico e pouco consolidado urbanisticamente —, a Rua de Janes era povoada, na sua grande maioria, por artesãos e residentes forâneos, oriundos tanto do couto/termo, de outras partes do reino, e também exterior a este, como no caso de Pedro, de origem galega.

O extremo norte desta artéria conectava-se a um ponto de passagem de grande relevância para a zona periurbana oriental, por onde se prolongava aquela que viria a constituir-se como uma das mais importantes vias intramuros da cidade: a Rua do Souto. O início deste percurso localizava-se a sul do castelo de Braga, a partir da porta da muro e, como já se mencionou, resultava igualmente da expansão da muralha defensiva sobre áreas outrora periféricas, passando a incluir novos espaços situados a norte da paróquia de São João do Souto.

A Rua do Souto prolongava-se para nascente até à porta do muro, e o percurso seguinte, extramuros, seguia pela denominada Rua da Corredoira, que conectava a freguesia de São Vítor, questão que será retomada no capítulo seis, dedicado ao espaço periurbano. A porta do muro, por onde encerrava a Rua do Souto, também se conectava com outro trajeto que atravessava um eirado junto ao castelo, dirigindo-se para uma localidade conhecida como "Chãos". Este percurso seguiria o antigo traçado da via romana XVIII, sendo inicialmente identificado como Rua dos Chãos e, no século XV, como arrabalde dos Chãos.

Com alguma probabilidade, existia ainda um terceiro percurso extramuros que, partindo da Porta da muralha, se dirigia para sul, em direção à Ponte de Guimarães. Este trajeto acompanharia a antiga via romana para Mérida — *Emerita Augusta*.

Face ao número e à diversidade de caminhos que convergiam para esta rua através da Porta do Souto, não surpreende que ela se tenha afirmado, sobretudo a partir do século XIV, como uma das principais artérias da cidade. À época, as propriedades pertencentes ao cabido nela situadas ultrapassavam, em quantidade, as da Rua dos Burgueses, que, em 1369, contava com trinta

[342] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69v.
[343] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 114–114v.

imóveis, enquanto a Rua do Souto atingia cinquenta e uma propriedades[344], com escassa menção a pardieiros, o que atesta uma ocupação densa e bastante urbanizada.

A imponência desta artéria manifestava-se na sua extensão, com cerca de 200 metros de comprimento, sendo superada apenas pela Rua Travessa, que alcançava quase 250 metros[345].

Trata-se, ademais, da única artéria cuja largura é destacada nas fontes históricas, embora sem especificação métrica precisa. Nas Cortes de 1442, os oficiais do concelho solicitaram ao monarca verbas para as obras da cidade, destinadas à construção de uma ponte no extremo inferior da Rua do Souto. Na sua petição, assinalavam que esta rua era "grande e larga" e "muito comprida", justificando a necessidade da obra pelo facto de, no inverno, as casas ali existentes se encherem de água devido à ausência de um sistema eficaz de drenagem:

> Outrosij Senhor na dicta çidade ha hũa Rua grande e larga e [*sic*] mujto conpryda que chamam do Souto E quando o Inuerno he grande as casas della sse querem caregar coom [*sic*] auga porque nom teem per onde sse uaa auga della e queriam fazer hũa ponte no cabo della baixa segundo teem ordenada per que sse uaa a dicta auga da dicta Rua E fazendo sse seria mujto prouejto aa dicta çidade e fremosura grande [...] (Cortes de D. Afonso V (1441–1447) — *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* Lisboa: CEH-UNL, 2018, p. 145).

Quanto à toponímia, a designação "Rua do Souto" deriva do seu processo de integração no tecido urbano edificado. Originalmente, tratava-se de um antigo caminho extramuros que margeava, de um lado, a muralha romana setentrional e, de outro, um souto, isto é, uma região densamente arborizada por castanheiros, podendo igualmente conter carvalhos, abundante na região (Tolfo & Ribeiro, 2025, p. 184).

Estas espécies, abundantes na região, forneciam muito provavelmente a madeira amplamente utilizada na construção das habitações locais. É razoável pensar que esse souto tenha sido desmatado durante o prolongamento da cerca dos séculos IX/X e o consequente desenvolvimento da artéria.

Documentalmente, o registo mais antigo conhecido data de novembro de 1210, quando Mendo Pires e Sancha Pais doam uma casa "[...] *in rua de Sauto et est sita inter domum* [...]"[346], conforme se lê nos *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*. Essa referência certifica a existência de uma Rua do Souto com algum nível de urbanização nos primórdios do século XIII, embora persista certa incerteza quanto à sua extensão, especialmente no que diz respeito à sua continuidade desde a Porta do Souto até a fachada setentrional da Sé Catedral.

---

[344] Em 1380, esse número foi ainda mais expressivo, chegando a registar 55 propriedades emprazadas.
[345] Medição linear obtida através de projeção digital através do *Google Earth Pro*.
[346] A.D.B. *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 8 (*apud* Marques, 1983, p. 153).

Os *Pergaminhos* ainda fornecem elementos importantes para a caracterização socioeconómica do espaço onde a rua se desenvolveu. Em 8 de novembro de 1313, um certo Domingos Miguéis é designado como "*mercator Bracarensis de vico de Sauto*"[347]. Uma década depois, em 13 de março de 1323, surge Estêvão Eanes, identificado igualmente como mercador do Souto, o que sugere o uso do termo *Souto* como referência a uma área específica.

A utilização do termo "vico", derivado do latim *vicus*, merece análise particular. Embora uma tradução direta possa remeter à ideia de "rua (via)", no contexto do Noroeste da Hispânia romana o termo designava um núcleo urbano aberto[348], desprovido de fortificações[349] (Montenegro Duque, 1988, p. 267).

Subordinado a uma cidade maior (Iglesias Gil, 1998, p. 153), o *vicus* podia apresentar diversas configurações morfológicas e acolher distintos equipamentos funcionais (Lemos & Martins, 2010, p. 94). Na *Opera* minora de Tácito[350], os *vici* são descritos como aglomerados de desenvolvimento orgânico, dotados de relativa coerência urbanística e, sob certa perspetiva, comparáveis aos bairros urbanos das grandes cidades romanas (Sampaio, 1979; Carvalho, 2008, pp. 264–267).

Considerando esta associação lexicográfica e topográfica, podemos conjeturar a possibilidade daa referência a "*vico de Sauto*" implicar num aglomerado extramuros que se desenvolveu a partir da Porta do Souto. Este núcleo seguiria o traçado de um antigo caminho tangente à muralha, posteriormente integrado na malha urbana.

O povoamento ter-se-ia estendido na medida em que as árvores do "Souto Bracarense"[351] eram gradativamente desflorestados para a abertura de terrenos destinados à edificação (chãos).

Essa integração atestada num documento datado de 6 de setembro de 1333, no qual a artéria é mencionada como um "*vico novo*", indicando a constituição de um novo local habitado: "*In nomine Domini amen. Noverint universi quod Maria Johannis moratrice in loco qui dicitur Rega Seda in parrochia ecclesie Sancti Johannis do Souto pro se ex parte una et Johanne Sugerii viro suo moratore in Vico Novo in civitate Bracharense* [...]"[352]. Cabe ressaltar que, nessa mesma época, a *domus fortis* do arcebispo D. Gonçalo estava em obras, o que pode ser interpretado como parte do movimento de expansão e ocupação da cidade em direção ao norte

---

[347] A.D.B. *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 43 (*apud* Marques, 1983, p. 197).
[348] Festos, *De verborum significatu*, 70.
[349] Isidoro, *etimologia*, 15, 2, 5, 7.
[350] Tácito, *Opera minora*, 16, 2.
[351] Segundo Cunha (1634–1635) havia uma área arborizada nesta região. A indicação ao "Souto Bracarense" está disponível nos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 28, de 1313 (*apud* Marques, 1982, p. 130).
[352] A.D.B. *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 47 (*apud* Marques, 1983, p. 201).

No que concerne à composição social da Rua do Souto, registou-se a presença de importantes moradores eclesiásticos, como o prebendado Vasco Gonçalves, o cónego Pedro Beltram, o abade de Santa Maria de Galegos, o abade de Coucieiro, o chantre Vasco Domingues, bem como os tabeliães Vasco Esteves e João Domingues, o alcaide Vasco Peres e inclusivamente o escrivão do arcebispo, Lopo Lourenço. Contudo, cumpre sublinhar que a rua acolhia, na sua maioria, uma quantidade e diversidade notável profissionais.

Somavam-se, portanto, mercadores e comerciantes, além de artífices especializados na produção de couro e peles — como seleiros e sapateiros —, agentes especializados na manipulação de metais, como ferreiros, e ainda profissionais da construção, como os aparelhadores, e da produção têxtil e vestuário, entre os quais alfaiates e gibiteiros. Sem contar merceeiros, açagadores, ourives e inclusive uma regateira.

Tabela 3. *Moradores e emprazadores na Rua do Souto entre 1369–1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 117 a 119v*

Nome	Ocupação	Situação
Vasco Peres	Alcaide	Emprazante e morador
Johane	Mestre	Morador (Vasco Peres emprazador)
Não refere	Não refere	(Arcediago de Vermoim morou)
Não refere	Não refere	Não refere
Não refere	Não refere	João de César, emprazante
Mulher de Francisco Martins	Não refere	Emprazante e moradora
Não refere	Não refere	Vasco Esteves, tabelião, emprazante
Não refere	Não refere	Morou Afonso Domingos, o pequeno (Vasco Esteves, tabelião, emprazador)
Não refere	Não refere	Morou Maria Domingues, (Vasco Esteves, tabelião, emprazador)
Martim Anes	Seleiro	Morador
Vasco Peres Furtado	Não refere	Morador e emprazante (Gonçalo Esteves de Rocas morou)
Estevão Martins	Seleiro	Morador (Marcos Peres Furtado, emprazante)
Afonso Martins Corisco (genro de Vicente Peres)	Não refere	Não refere
Não refere	Não refere	Não refere
Gonçalo Esteves	Aparelhador	Morador
Não refere	Não refere	Morou João Domingues, correeiro (Afonso Marques, mercador, emprazante)
Vasco da Pica	Não refere	Morador (Catarina Gabos, emprazante)
Pedro Beltram	Cónego	Morador e emprazante
Domingos Martins	Alfaiate	Morador (Martim Saraiva e João Domingues, ourives, emprazantes)
João Lourenço Petiz	Não refere	Morador (Gonçalo Vasques, abade de Santa Maria de Galegos, emprazante)
Vasco Peres	Tabelião	Morador
João Domingues	Tabelião	Morador
Gonçalo Gil e João Domingues	Não refere; ourives	Moradores
Afonso Esteves	Alfaiate	Morador (Morou Martim Anes, carpinteiro; Clara Giraldes, emprazante)
Não refere	Não refere	(Morou Afonso Anes, tabelião; Clara Giraldes, Emprazante)
Não refere	Não refere	(Morou João Gonçalves Lopinho; Pedro Eanes, tabelião, emprazante)
Afonso Lourenço de Garavital	Não refere	Morador e emprazante
João Domingues e sua mulher Maria Martins	Merceeiro	Moradores e emprazantes (primeira e segunda pessoa no contrato)
Não refere	Recebedor; cónego	Morador (Fernão Giraldes, emprazante)
Mulher e mulher	Não refere	Moradoras (Domingas Gonçalves, emprazante)
Não refere	Não refere	Cecília Afonso, mão de Fernão Gil, emprazante
Gonçalo Peres	Aparelhador	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Vasco Domingues, chantre, emprazante
Não refere	Não refere	Afonso Eanes, aparelhador, emprazante
Não refere	Não refere	Não refere
Vicente Vieira	Não refere	Morador
Lourenço Martins	Gibiteiro	Morador (Álvaro Esteves, emprazante)
Gonçalo Domingues	Alfaiate	Morador (Catarina Vasques, foi mulher de Vasco Esteves, ferreiro, emprazante)
Lourenço Martins e Margarida Domingues	Mercador; Não refere	Moradores (Vasco Peres Furtado, emprazante)
Álvaro Esteves	Mercador	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Diego Eanes, mercador, emprazante
Não refere	Não refere	Martim Gil, emprazantes

Não refere	Não refere	Afonso Testa, morou (Diego Gonçalves Solhete, emprazante)
Martim Anes da Lagarteira	Não refere	Morador (Afonso Esteves Leite, emprazante)
Domingos Martins	Ourives	Morador (Afonso Esteves Leite, emprazante)
Catarina Vasques, mulher do Ferreiro	Não refere	Moradora e emprazante
Estevão Peres	Sapateiro	Morador (Fernão Giraldes, emprazante)
Maria Lourenço, mulher de Martim Caldelas	Não refere	Moradora e emprazante
Não refere	Não refere	João Sale, emprazante
Nota. Não refere ou sem atividade identificada: 27 (51,9%); agentes ligados atividades laborais (produção e comércio): 15 (28,8%); Mulheres: 4 (7,7%); agentes fiscais, da defesa ou administrativos: 4 (7,7%); clérigos: 2 (3,9%).		

Moradores e emprazadores na Rua do Souto entre 1369–1380 conforme o segundo Livro de Tombo, fls. 56 a 59

Nome	Ocupação	Situação
Não refere	Não refere	Vasco Peres, ex alcaide, emprazante
Gil Martins	Não refere	Morador (Catarina Anes, mulher de Gil Martins, emprazante)
Luís Eanes	Cónego	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Não refere (Adão Domingues, morou)
Gonçalo Domingues	Tercenário e abade de Jugal	Morador e emprazante
Rodrigo Anes; mulher de Manuel Palho	Alfaiate; Não refere	Moradores (Vasco Domingues, escrivão do Arcebispo, emprazante)
Joana Peres, mulher de Vasco Furtado; mulher de Martim Anes, seleiro	Não refere; Não refere	Moradoras (Vasco Furtado, morou e é emprazante)
Martim Gonçalves	Alfaiate	Morador (Vasco Furtado, emprazante)
Afonso Martins Corisco	Não refere	Morador
Leonor Gil, foi mulher de Lourenço Domingues; genro de Leonor Gil	Não refere; Não refere	Moradores
Gonçalo Esteves	Aparelhador	Morador
Estevão Rodrigues	Ourives	Morador (Afonso Marques, emprazante)
Afonso Vasques	Não refere	Morador (Mendo Afonso, cónego, emprazante)
Vasco da Pica	Não refere	Morador e emprazante
D. Branca	Não refere	Moradora e emprazante
Fernão Martins	Abade de Airães	Morador e emprazante
João Domingues	Não refere	Morador e emprazante
Afonso Esteves	Alfaiate	Morador e emprazante
Vasco Peres	Tabelião	Morador (Maria da Oliveira, emprazante)
Vasco Anes de Ferreiros	Não refere	Morador
Gonçalo Gil; Vasco Lourenço	Não refere; Não refere	Moradores (Maria da Oliveira, emprazante)
Afonso Anes	Alfaiate	Morador (Clara Giraldes, emprazante)
Vasco Anes	Não refere	Morador (Clara Giraldes, emprazante)
Mulher de João Gonçalves Lopinho	Não refere	Moradora (Pedro Anes, prebendeiro, emprazante)
Afonso Lourenço do Garavital	Não refere	Morador e emprazante
João Domingues	Merceeiro	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Não refere (apenas indica que duas mulheres são emprazantes)
Fernão Gil	Não refere	Morador e emprazante
Estevão Fernandes	Alfaiate	Morador (filha de Gonçalo Peres, aparelhador, emprazante)
Álvaro Peres	Abade de Gualtar	Morador (clérigos do coro, emprazantes)
Pedro Esteves	Açagador	Morador (Tareiga [Teresa] Gil, emprazante)
Mulher de Vicente Vieira	Não refere	Moradora
Lourenço Martins	Gibiteiro	Morador e emprazante
Gonçalo Domingues	Alfaiate	Morador e emprazante
Lourenço Anes Sacomardo	Não refere	Morador e emprazante
Lourenço Martins	Mercador	Morador e emprazante
Álvaro Esteves	Mercador	Morador (Gonçalo Gil, mercador, emprazante)
Diego Anes	Mercador	Morador e emprazante
João Gil	Não refere	Morador (Domingas Martins, mulher de Martim Gil de Moire, emprazante)
Martim Anes da Lagarteira	Não refere	Morador e emprazante
Joana Giraldes	Não refere	Moradora e emprazante
Luís Afonso	Alfaiate	Morador e emprazante
Estevão Afonso	Sapateiro	Morador e emprazante
Margarida	Regateira	Moradora (a manceba do abade de Fiscal, emprazante)
Não refere	Não refere	Não refere (Gonçalo Esteves, abade de Goães, emprazante)
Nota. Não refere ou sem atividade identificada: 19 (38,8%); agentes ligados atividades laborais (produção e comércio): 19 (32,9%); mulheres: 9 (18,4%); clérigos: 2 (4,1%); agentes fiscais, da defesa ou administrativos: 1 (2%).		

Moradores e emprazadores na Rua do Souto entre 1403 e 1404 segundo o terceiro Livro de Tombo, fls. 89 a 93v

Nome	Ocupação	Situação
Lopo Lourenço	Escrivão do Arcebispo	Morador e emprazante
Catarina Anes	Não refere	Moradora e emprazante
Luís Anes	Não refere	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Morou Afonso Domingues
Gonçalo Peres	Tercenário	Morador e emprazante
Gonçalo Domingues	Abade de Lagoa	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Morou Rodrigo Anes, alfaiate
Menda Fernandes	Não refere	Morou Vasco Furtado (Joana Peres, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Martim Gonçalves, alfaiate e ora é emprazante
Afonso Martins, genro de Vicente Peres	Não refere	Morador
Lianor [Leonor] Gil	Não refere	Moradora
Gonçalo Esteves	Aparelhador	Morador
Domingos Martins	Alfaiate	Morador

Não refere	Não refere	Morou Mendo Fernandes, cónego e ora é emprazante
Vasco da Pica	Não refere	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Morou Lianca mulher que foi de Garcia Rodrigues, emprazante)
Fernão Martins	Abade de Arões	Morador
João Domingues	Ourives	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Não refere
Lourenço Esteves	Mercador	Morador e emprazante
Vasco Peres	Tabelião	Morador
Vasco Anes de Ferreiros	Não refere	Morador
Filha de Gonçalo Gil	Não refere	Moradora (Maria da Oliveira, emprazante)
Não refere	Não refere	Clara Giraldes, emprazante
Não refere	Não refere	Clara Giraldes, emprazante
Gonçalo Durães	Não refere	Morador (Fernão d'Afonso, emprazante)
Afonso Lourenço do Granital	Não refere	Morador e emprazante
João do Rego	Não refere	Morador
Não refere	Não refere	Lopo Anes, emprazante
Não refere	Não refere	Álvaro Peres, escudeiro do Arcebispo, emprazante
Fernão Gil	Não refere	Morador
Estevão Fernandes	Alfaiate	Morador (filha de João Peres, emprazante)
Almeida [ou Amaral] Domingues	Não refere	Morador
Pedro Esteves	Açagador	Morador (Tareiga [Teresa] Gil, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou a mulher de Vicente Vieira
Martim Peres	Mercador	Morador (Lourenço Martins, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Maria Jaraz (mulher de Gonçalo Domingues, alfaiate, emprazante)
Lourenço Anes Sacomardo	Não refere	Morador e emprazante
Não refere	Não refere	Morou Lourenço Martins, mercador (Joana Peres, foi mulher de Vasco Furtado, emprazante)
Não refere	Não refere	Morou Gonçalo Gil (Vasco Martins, escrivão, emprazante)
Diego Anes	Mercador	Morador e emprazante
João Gil	Não refere	Morador (Domingos Martins, emprazante)
Vasco Lourenço Cestinho	Não refere	Morador
Maria Anes da Lagarteira	Não refere	Moradora e emprazante
Joana Giraldes	Não refere	Moradora e emprazante
Luís Lourenço	Alfaiate	Morador e emprazante
Mulher que foi de Estevão Peres	Não refere	Moradora e emprazante
Margarida	Regateira	Moradora (filha do abade de Fiscal, emprazante)
Não refere	Não refere	Não refere
Nota. Não refere ou sem atividade identificada: 28 (57,1%); agentes ligados atividades laborais (produção e comércio): 9 (18,4%); Mulheres: 7 (14,3%); clérigos: 3 (6,1%); agentes fiscais, da defesa ou administrativos: 2 (4,1%).		

Essa variedade de ofícios reforça a preponderância económica da Rua do Souto no contexto urbano bracarense tardo-medieval, não apenas como eixo de circulação, mas como espaço vivificante de sociabilidade e concentração de atividade de produção.

A nossa última análise recai sobre a Rua Nova, que parece ter-se integrado por último na malha urbana da cidade de Braga. O seu primeiro registo provém do *Liber Fidei*, num documento datado de 11 de fevereiro de 1140, correspondente ao n. 768 do tomo 2, que se refere à doação de uma vinha à igreja de Braga, realizada pelo cónego Pedro, filho de João. Esta propriedade localizava-se em Braga, nos terrenos do referido cónego, cujos limites eram definidos por um pomar e pela Rua Nova a oeste, pela vinha do bispo *colimbricense* ao norte e por uma estrada antiga ao sul, terminando na sua devesa. É possível que esta estrada ao sul corresponda ao caminho que margeava o exterior da muralha romana até à Rua do Souto[353].

[353] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc.768, p. 1030); na transcrição de Costa "[...] *facio tibi Petro Iohannis eiusdem ecclesie canonico cartam donationis et firmitatis de una vinea que est in Bracara et habet iacentiam in extrema parte de illo meo casal. Hii vero sunt termini eius: a parte Oriente illud meum pomar, ab Occidente illa Rua Nova, a parte Septentrion illa vinea Colinbriensis episcopi, a Meride illa carraria antiqua quomodo concludit cum sua devesa* [...]".

No documento n. 486 (já mencionado), datado de 12 de julho de 1161, observa-se um caminho que se estendia até ao final da Rua Nova, "penetrando" na vinha dos cónegos através de um postigo. O excerto "*extreman etiam partem de Rua Nova ab illo postico quo intratur ad vinea canonicorum usque dum terminatur*"[354] indica que a "vinha dos cónegos" (*vinea canonicorum*) corresponderia à Cónega Bracarense, e esta, como mais adiante abordaremos a composição da zona periurbana norte da cidade, estaria localizada fora do perímetro murado da cerca mandada construir pelo monarca D. Fernando na segunda metade do século XIV.

Sob esta perspetiva, estimamos que a Rua Nova, nesse período, poderia corresponder à antiga via romana XIX[355], com origem na Porta Noroeste da antiga muralha romana setentrional que encerrava o burgo altomedieval[356]. Quanto ao postigo, este poderia corresponder ou a uma abertura rudimentar da cerca dos séculos IX/X, posicionada mais além da muralha romana, ou a um postigo incorporado num suposto cercamento das propriedades da Canónica.

Acreditamos que esta rua estava intimamente ligada à circulação entre a Cónega e o centro da cidade amuralhada — conforme vimos existir uma adega na Rua dos Burgueses —, que, em 1489, denominada ora como "Casal da Cónega", ora como "Lugar da Cónega", era descrita como espaço "[...] com suas casas vjinhas herdades *e* deuesas *e* lugares [...]"[357]. Este caminho pode, portanto, ser considerado resultado do desenvolvimento de uma área relativamente povoada, com relevante atividade vinícola na zona noroeste da cidade.

Nesta perspetiva, pode-se considerar que, inicialmente, a Rua Nova era um caminho de carácter rural, destinado ao acesso às vinhas da Cónega. Num segundo momento, talvez na transição dos séculos XIII para XIV, com a ampliação da cerca do burgo altomedieval, a via teria sido subdividida. Surgiria, então, um primeiro troço denominado Rua da Sapataria, que se intersectava, ao sul, com a Rua dos Burgueses. A partir daí, a via seguia por um novo trecho, que viria a ser definitivamente registado nas fontes como a Rua Nova propriamente dita[358]. Esse percurso terminava na futura Porta do Muro da Muralha Fernandina (ver Figura 36), conectando, no exterior, à Cónega por meio da Rua Nova extramuros[359].

---

[354] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc.486, pp. 679–681).

[355] Ou, ao menos, seguir o mesmo percurso.

[356] Esta via ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* (Lugo), passando por Ponte de Lima e Tui (Ribeiro 89). Na Idade Média, dava acesso a Cónega ligando São Frutuoso, Dume, Panóias, São paio de Merelim, até a vila de Prado.

[357] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 75.

[358] "Rua que sse começa na Cruz da Rua dos burgeses Como vay com a sapataria com toda a rrua noua ataa a porta do Muro de Rua noua [...]" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 122v); "na dicta Rua da capataria *e* Rua noua como vai da maao derejta peraa dicta porta do Muro de Rua Noua" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 123).

[359] Está última rua será melhor retratada no capítulo 6.

Não obstante, é importante destacar que, na transição do século XIII para o XIV, não temos certeza de que o prolongamento da cerca do burgo altomedieval já tenha alcançado essa região, nem se havia alguma abertura nesta cerca onde poderia vir a ser construída a futura Porta do Muro da Rua Nova, quando da construção da Muralha Fernandina. Contudo, é relevante considerar a possibilidade de que um postigo mencionado no documento 486, tomo 2, do *Liber Fidei*, possa corresponder a uma primeira configuração da porta do Muro, sendo um postigo rudimentar do provável prolongamento da cerca: "[...] *extreman etiam partem de Rua Nova ab illo postico quo intratur ad vinea canonicorum usque dum terminatur* [...]"[360]. Um outra hipótese é considerar a probabilidade de equivaler a algum postigo do cercamento dos campos da *vinea canonicorum*.

A designação "Rua da Sapataria" sugere a porção mais meridional da antiga Rua Nova se associava a atividades relacionadas com a produção de calçado, estando muito próximas da zona central e de comércio no entorno da Sé. Essa forte associação é verificada ainda em 1369, nas informações constantes do primeiro *Livro de Tombo* que revelam uma significativa concentração de sapateiros na porção inicial do percurso que conduzia à Porta do Muro, cerca de 31,8% dos moradores desta artéria (ver Tabela 4). No total, identificam-se sete artífices ligados ao trabalho com couro, isto é, seis sapateiros e um peliteiro (chamado João), o que corrobora a asserção de que esta artéria era correntemente conhecida como "Rua da Sapataria".

Tabela 4. *Moradores sapateiros da Rua da Sapataria nos parcelários esquerdo e direito entre 1369–1380 conforme o primeiro Livro de Tombo, fls. 121 a 123*

Nome	**Parcelário (direção Rua Nova)**
Luís Gonçalves	Esquerdo
Geraldo Esteves	Esquerdo
Gonçalo Afonso	Esquerdo
Geraldo Domingues	Esquerdo
Martim Afonso	Esquerdo
João Esteves	Direito
Afonso Gonçalves	Direito
Nota. Representa 7 propriedade das 22 emprazadas, um total de 31,8% destinadas a sapateiros.	
Moradores sapateiros da Rua da Sapataria nos parcelários esquerdo e direito entre 1393–1394 conforme o segundo Livro de Tombo, fls. 62 a 63	
Nome	**Ocupação**
Geraldo Domingues	Esquerdo
Gonçalo	Esquerdo
João Esteves	Direito
Nota. Representa 3 propriedade das 17 emprazadas, um total de 17,6% destinadas a sapateiros.	
Moradores sapateiros da Rua da Sapataria nos parcelários esquerdo e direito entre 1403–1404 conforme o terceiro Livro de Tombo, fls. 99 a 101	
Nome	**Ocupação**
Geraldo Domingues	Esquerdo
João Esteves	Direito
Nota. Representa 2 propriedade das 17 emprazadas, um total de 11,8% destinadas a sapateiros.	

[360] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc.486, fls. 131v–132, pp. 679–681).

Em fontes posteriores verifica-se um declínio no número destes artífices: até 1394 são mencionados apenas três (17,6%) — Geraldo Domingues, Gonçalo e Lourenço Domingues, sapateiro do arcebispo —[361] e em 1404 o número reduz-se ainda mais, restando apenas João Esteves e o mesmo Geraldo Domingues[362] (11,8%).

Continuando a análise do primeiro *Livro de Tombo* (1369–1380), ao verificarmos as propriedades do Cabido na Rua dos Burgueses, na confluência com a Rua da Sapataria, notamos que, à direita, as penúltimas propriedades mencionadas estavam arrendadas por Afonso Martins Gontio e habitadas pelos sapateiros Gonçalo Afonso e Diogo Afonso (ver Figura 38). Este elemento é revelador, pois pressupõe que os sapateiros da Rua dos Burgueses se estabeleceram no princípio da Rua da Sapataria, na intersecção entre as duas ruas.



Figura 38. Planta urbana de Braga (1883/84), elaborada por Francisque Goullard, ainda preservando certo rigor cartográfico ao traçado de origem medieval (Ribeiro, 2008, p. 416). Em cinza-escuro, assinala-se o possível lote habitado pelos sapateiros Gonçalo Afonso e Diogo Afonso na intersecção com a Rua dos Burgueses. Os loteamentos representados a pontilhado indicam hipóteses para a localização da Rua da Sapataria, segundo referências do primeiro *Livro de Tombo*. Edição do autor.

Na continuidade da Rua da Sapataria, em direção setentrional, o trajeto mantinha a designação de Rua Nova, neste caso intramuros, preservando alguma conexão com as pessoas ligadas à zona periurbana e ao termo norte da cidade. Assim, no primeiro *Livro de Tombo*, entre 1369–1380, a documentação regista a presença de Afonso Domingues, dito o Remudo, oriundo da vila de Prado, e Rodrigo Eanes e Domingo Eanes, ambos da Cónega[363].

Identificam-se igualmente para esta cronologia propriedades pertencentes ao mosteiro de Tibães[364] e, entre 1393–1394, a São José do Prado[365], assim como a presença de indivíduos

[361] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fls. 62–63v.
[362] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fls. 100–101v.
[363] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fls. 122v–123v.
[364] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fls. 122v–123.
[365] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 62.

oriundos de localidades ainda mais distantes, como um "alvarinho" de Barcelos, que nesta rua emprazava um pardieiro, e um galego de nome Vicente que, antes de 1369, havia morado na casa do Forno junto ao muro[366]. O carácter periférico desta artéria revela-se também pela existência de pardieiros pertencentes à Gafaria, de uma habitação ocupada por um tecelão judeu chamado Samuel e por [A]enbroso, igualmente judeu, bem como pela presença de mercadores nas proximidades da Porta do Muro[367].

Em última análise, os *Livros de Tombo* ainda indiciam a existência de outra Rua Nova em 1369, situada, no entanto, fora da cerca. Conjeturamos que esta artéria extramuros correspondia à continuidade da primitiva Rua Nova, a qual, antes do prolongamento da cerca do século IX/X, representava um caminho bastante comprido, prolongando-se para além do perímetro muralhado. Admitimos, portanto, que essa Rua Nova extramuros mantivesse alguma relação com os domínios da Cónega, dado o seu carácter predominantemente rural, ladeado por terrenos vitícolas, nos quais se encontravam estabelecidos o vinhateiro João Domingues, o *deveseiro* Diogo Anes[368] e Martim da Cónega, bem como outra casa da Gafaria[369].

É importante observar que os indivíduos anteriormente mencionados já não habitavam na Rua Nova extramuros após a devastação parcial dos subúrbios bracarenses por D. Henrique de Castela, em 1369. Esta ofensiva militar teve consequências duradouras: após 1380, observou-se uma drástica destruição das propriedades extramuros neste setor. Como será abordado no capítulo 6 sobre a área periurbana deste estudo, o impacto devastador no tecido urbano periférico junto à muralha, somado a outros fatores como crises climáticas, dificuldades frumentárias e a peste, contribuiu para o recrudescimento da zona periurbana, segundo pudemos cotejar com as fontes analisadas para a segunda metade do século XV.

---

[366] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 123v.
[367] No primeiro tombo registam-se os mercadores Gonçalo Rodrigues e Afonso Martins.
[368] Quem era proprietário ou herdeiro de uma devesa (Bluteau, R. (1779). *Dicionário da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Tomo 1, p. 433). Officina de Simão Thaddeo Ferreira).
[369] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 133v.



Figura 39. Representação cartográfica da Rua Nova mencionada no *Liber Fidei*, no século XII, e como esta artéria se segmentaria a partir dos registos dos *Livros de Tombo*, a partir de 1369, em a Rua da Sapataria, porção inferior, (b) a Rua Nova intramuros, porção setentrional até a Porta do Muro, e Rua Nova Extramuros, que conectava a cónega (a). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Por último, com base na análise da documentação do *Tombo da Ordem de Cristo*, datada entre 1504 e 1510, percebemos importantes aspetos da ocupação da Rua Nova intramuros no dealbar da Idade Moderna. Os imóveis da ordem caracterizavam-se por uma diversidade funcional notável: uma casa pequena dotada de infraestruturas especializadas — pias para curtimento de couros e um poço —[370], complementada por uma fonte situada nas proximidades do muro. Junto a esta fonte, a ordem detinha uma parcela de terreno agrícola com cerca de 378,1 m²[371]. O complexo incluía ainda uma construção de maiores proporções, equipada com cavalariça, atafona e "aloque" (tanques para curtir couro)[372], conjunto emprazado ao mercador Fernando Eanes pelo valor substancial de mil reais anuais[373].

As características rurais destas propriedades, considerando a existência de quatro aloques, insinuam fortemente que se tratava da Rua Nova extramuros, mantendo a sua vocação periférica como elo fundamental entre diferentes sectores económicos: a exploração agrícola, o processamento de cereais e a indústria do couro.

---

[370] "Outra casa pequena terrea contra o ponente em que estam duas pias de lauar coiros e huum poço . [...]" (Alves Conde, M. S., & Gonçalves, I. (Orgs.). (2008). *Tombos da Ordem de Cristo, vol. IV: Comendas do Noroeste (1504–[a. 1510])* (fls. 74–74v, p. 133). CEH-UNL.).

[371] "[...] Tem lxij colados de longo e xiiij de largo." (*Idem*); segundo a métrica de côvados no sistema de craveiras, estipulada por Mário Viana (1999, p. 491), a medida equivalente seria de 0.660 metros.

[372] "[...] . e na outra casa que seram dous terço . estaa huuma tafona e quatro aloques ./ estaa ygualmente repairada./" (*Idem*).

[373] "[...] fernad eanes mercador morador na dita cidade . de que elle he a primeira pessoa e paga de foro em cada huum ano per natal mjl rreaaes". (*Idem*).

3. Espaços de sociabilidade, comércio e abastecimento

As cidades medievais, no final do século XIV e sobretudo ao longo do século XV, apresentavam espaços abertos de natureza policêntrica, com configurações diversas (Bolumburu, 1990, p. 174), aptas a responder à crescente complexidade da vida urbana (Trindade, 2009, p. 12). Esses espaços localizavam-se, em geral, nas zonas mais valorizadas da malha urbana, contíguas a edifícios de carácter político-religioso ou em pontos de confluência viária, frequentemente situados nas imediações das portas do sistema defensivo (Álvarez Álvarez, 1992, p. 58).

Nesses ambientes, segundo Le Goff (1991, p. 15), desenrolavam-se atividades sociais intensas e multifacetadas, sendo a sua categorização bastante variada na documentação, que os designa como adros, terreiros, rossios ou praças, onde, assiduamente, era praticada a atividade comercial, e a realização de feiras (Trindade, 2013, p. 599).

No contexto bracarense, esse panorama não deveria diferir das outras cidades medievais portuguesas, onde múltiplos espaços de sociabilidade floresceram nas áreas desimpedidas de construção, em consonância com o próprio desenvolvimento urbano. Passemos, pois, a observar como tal dinâmica se manifestou no seio da estrutura urbana bracarense.

3.1. Praças e rossios



Figura 40. Representação cartográfica dos espaços abertos identificados a partir da documentação dos *Livros de Tombo* e de *Prazos*. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

A terminologia *praça*, conforme assinala Trindade (2009, pp. 705–707), começa a surgir nas fontes escritas a partir do século XIV, adquirindo progressivamente a conotação de espaço mercantil. A partir da segunda metade desse século, essa aceção torna-se mais frequente na documentação, como assinala Trindade ao referir as cartas de privilégio régio outorgadas a Montemor-o-Novo[374] e Arraiolos[375], nas quais se determina que todos os moradores dessas localidades, bem como os de fora delas, deveriam vender os seus produtos na praça situada "dentro da dicta cerqua".

Para além da função mercantil, por vezes também se alude a tipologia dos bens comercializados, o que autoriza entrever a natureza e as especificidades das atividades que se desenrolavam nesses espaços. Esse é o caso de uma carta de doação datada de 15 de fevereiro de 1383, pela qual o rei D. Fernando concede umas casas a D. Reina, mulher de D. Judá, em

[374] Carta de Privilégio de D. Fernando aos moradores de Montemor-o-Novo, de 6 de dezembro de 1367 (A.N.T.T., Chancelaria de *D. Fernando*, fl. 18).
[375] Carta de Privilégio de D. Fernando aos moradores de Arraiolos, de 4 de junho de 1371 (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, fl. 73v).

Lisboa, na Rua do Inferno, que confinavam com outras casas suas e "com a praça onde uendem o pam *etc*"[376].

As praças constituíam, por conseguinte, espaços urbanos de dimensões consideráveis para a realidade medieval (Conceição, 1998, pp. 53–54), desempenhando funções diversificadas no quotidiano medieval. Funcionavam simultaneamente como pontos de convergência social e centros de atividade comercial, onde as transações se desenvolviam sob rigorosa supervisão regulamentar. Verdadeiros epicentros da vida urbana, nelas o relacionamento entre os citadinos se expressava com particular intensidade: proclamavam-se sentenças, expediam-se cartas e ordens emanadas dos órgãos concelhios, promoviam-se reuniões de vizinhança para o debate de questões diversas — de natureza económica, mercantil, política ou religiosa (Bolumburu, 1990).

A despeito das suas funções mercantis, as praças constituíam também espaços privilegiados de sociabilidade, frequentemente animados por feiras periódicas, com intervalos variados — semanais, mensais ou anuais. Estas organizavam-se sobretudo para o comércio a retalho e para o aprovisionamento de bens essenciais, como grãos, hortaliças, ervas, frutas e utensílios de uso quotidiano, mas incluíam também feiras especializadas, como as de gado ou de olaria (Heers, 1997, p. 383; Rau, 1983, pp. 33–59; Marques, 1989, pp. 142–146; Cunha, 2019, pp. 242–244).

Em síntese, a praça medieval representava um elemento estruturante da sociabilidade urbana, caracterizada pela sua capacidade de transformação e adaptação às necessidades comunitárias. Esta tipologia espacial inscreve-se numa longa tradição mediterrânica, cujas raízes se estendem às ágoras da Antiguidade clássica e aos fóruns do mundo romano. Em certos contextos, verificou-se mesmo uma continuidade topográfica, com praças medievais a estabelecer-se diretamente sobre os antigos espaços públicos romanos, demonstrando assim a persistência de certas lógicas de ocupação do território urbano ao longo dos séculos (Rossa, 2002). Um exemplo paradigmático desse processo é o impacto duradouro do fórum romano da antiga *Pax Iulia* sobre o traçado da Praça de Beja, cuja configuração remonta ao final do século XV (Lopes, 2021, p. 155).

Nas fontes por nós compulsadas, a designação "praça" desponta, em Braga, num prazo datado de 1469, referente ao carpinteiro João Fernandes[377]. Este documento, *per se*, remete à denominada "Praça da Cidade", cuja existência é igualmente atestada em outros cinco contratos de

---

[376] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, fl. 97v; Para maiores aprofundamentos sobre este assunto cf. Gonçalves, I. (1996). *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia; de igual modo cf. Rossa, W., & Andrade, A. A. (1998). *La plaza portuguesa: Acerca de una continuidade de estruturas y funciones*. In J. A. Rojas, J. C. Vera, & J. L. García Fernández (Eds.), *La plaza en España e Iberoamérica: El escenario de la ciudad* (pp. 99–109). Ayuntamiento de Madrid.

[377] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 34 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 28v.

emprazamento, datados, respetivamente, de 1469[378], 1472[379], 1476[380], e 1491[381], bem como numa permuta celebrada também em 1491[382]. Para além dessas referências contratuais, a terminologia é ainda detetável no uso do complemento possessivo "da Praça", aplicado à identificação de moradores, como se comprova nos casos de duas testemunhas instrumentárias: Gil Vasques "da Praça" e o barbeiro "da praça"[383].

Segunda as nossas fontes, a "Praça da Cidade" localizava-se na área correspondente à "[...] Rua que Vem dos açougues da Carne [...]"[384], posteriormente denominada Rua dos Açougues Velhos[385]. A localização é corroborada no fólio 93 do terceiro *Livro de Prazos*, num contrato de permuta em que o Cabido empraza a Pedro Afonso umas casas com os seus exidos, situadas na Praça, as quais "[...] partem com a crasta da ssee da hu*m*a parte [...][386].

Noutro documento, esta praça é identificada como a "[...] p*ra*ça do cabidoo *e* sua mesa [...]"[387], denotando alguma ligação com a mesa capitular. Essa associação poderá advir, quer da expressiva quantidade de propriedades que o Cabido possuía nesse espaço, quer do facto de o corpo capitular ocasionalmente se reunir nas suas imediações, nomeadamente na Crasta da Sé, para deliberações de diversas matérias[388].

Através dos contratos de emprazamento, é possível identificar uma fração dos emprazantes e moradores da Praça da Cidade a partir de 1469. Embora os registos disponíveis abranjam um intervalo cronológico relativamente restrito, entre 1469 e 1491, é notório o predomínio de artesãos e indivíduos ligados a atividades mercantis, como sapateiros, mercadores, almocreves e um alfaiate, além da presença de uma tendeira e de uma mostardeira. Sublinhe-se, ainda, a presença de alguns cónegos e moradores forâneos, entre os quais se destacam dois judeus galegos (ver Apêndice IX, pp.12–13).

---

[378] Em 1469, o cabido empraza na Praça da Cidade umas casas sobradadas ao carpinteiro João Fernandes (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 34 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 28v).

[379] Em 1472, o cabido empraza umas casas danificadas na Praça da Cidade ao galego e judeu Abraão e sua mulher Gracia (A.D.B., *1.º Livro de Prazos...,* fl. 67 e *3º Livro de Prazos...,* fl. 40).

[380] Em 1476, o cabido empraza uma casas na Praça da Cidade ao mercador Pedro Martins (A.D.B., *3º Livro de Prazos...,* fl. 50v).

[381] Em 1491, o cabido empraza uma casas na praça da Cidade ao galego e judeu, Amenahen e sua mulher Alegria (A.D.B., *2º Livro de Prazos...,* fl. 222).

[382] Em 1491, através de uma permuta de contratos, João de Toledo e sua mulher Leonor Lopes emprazam umas casas na Praça da Cidade (*idem*).

[383] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 71v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 61.

[384] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 20 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 53.

[385] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 108v.

[386] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 93.

[387] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 222.

[388] Referencias as reuniões dos cónegos na Crasta da Sé Catedral: "*J*t*em* aos xx dias de set*embr*o da d*i*cta era de iiij^{c}lxxv / no auditorjo da crasta sendo e*m* cabidoo os senhores [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos...,* 122v); "J*tem* fferia segunda çinq*u*o dias do mes de Janeiro de iiij^{c} lxxviij anos no auditório da crasta noua da see de braaaga sendo hi Junt*os* em cabjdoo [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos do Cabido...*, fl. 19); "J*tem* aos noue dias do mes de Junho de iiij^{c}lxxxiiij na crasta da ssee / onde sse Reza a p*re*ciosa stando p*rese*ntes os Senhorez [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 119); "Aos ij d*ias* do mes de set*embr*o da era de nosso S*enh*or de v^{c} na cidade de bragaa dent*ro* na c*ra*sta da sse da mesma [...]" (A.D.B., *4º Livro de Prazos...,* fl. 39); "Aos xxiiij d*ias* do mes de m*ar*co da era de v^{c} *e* hu*m* anos dent*ro* da crasta da sse dessa mesma na casa onde ora fazem o cabijdo [...]" (A.D.B., *4º Livro de Prazos...,* fl. 66v); e por último: "Aos xxiiij d*ias* do mes de m*ar*ço da era do S*enh*or de q*uinhentos* E huu*m* anno*s* [*sic*] dent*ro* na c*ra*sta nova da sse dessa mesma [...]" (A.D.B., *4º Livro de Prazos...,* fl. 68).

Entre 1505 e 1532, o arcebispo D. Diogo de Sousa promoveu uma ampla reformulação urbanística da área, inserida no seu projeto de renovação da cidade episcopal e "Mandou alargar a rua de meiximinhos[389] a qual dantes era tam estreita e tam allta de logares que não se via a See senão chegando muito a ela"[390]. Neste contexto, a praça passou a ser designada como "Praça do Pão", estando situada defronte à fachada principal da Sé[391], o que evidencia a sua reconfiguração simbólica e funcional no tecido urbano.

Importa sublinhar, contudo, que a transição toponímica de Praça da Cidade para Praça do Pão antecede a ação reformadora de D. Diogo de Sousa. Essa constatação é fundamentada no quarto *Livro de Prazos* que menciona, no subtítulo do contrato, o emprazamento de uma "viela" feito ao mestre João Luís, na Praça do Pão, no ano 1500[392].

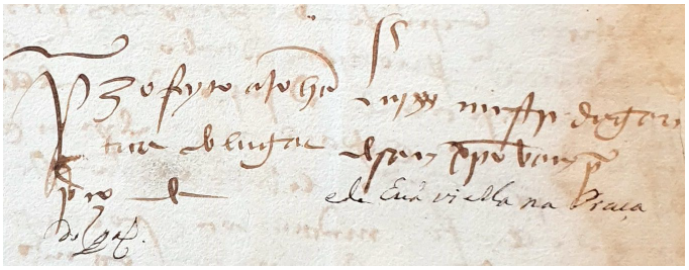


Figura 41. Subtítulo do emprazamento concedido a João Luís, no qual se encontra igualmente a menção a uma viela situada na Praça do Pão. (A.D.B., *4.º Livro de Prazos*..., fl. 56v).

A contratualização de uma viela sob regime de prazo constitui um caso relativamente raro, ainda que não inédito, na prática locativa medieval. A circunstância de esta artéria ter início na Praça do Pão, mas não integrar propriamente o seu perímetro, sugere que funcionasse como via de acesso a uma ou mais propriedades contíguas, possivelmente com restrição de uso público. A formalização jurídica dessa situação através de um contrato oneroso pode explicar-se pela necessidade de legitimar e regularizar um espaço de transição entre o domínio comum e o privado, garantindo simultaneamente segurança jurídica e enquadramento fiscal. Importa, contudo, reconhecer que o prazo em questão não permite determinar se a viela já se encontrava emprazada antes de 1500 ou se o documento em causa corresponde ao seu primeiro ato de contratualização.

[389] Equivalente a Maximinos.
[390] A.D.B., *Registo Geral*, liv. 330, fl. 329v. Publicado por Maurício, 2º Vol. (2000, p. 296) (*apud* Ribeiro, 2008, p. 475).
[391] A.D.B., *Registo Geral*, liv. 330, fl. 329v. Publicado por Maurício, 2º Vol. (2000, p. 296) (*apud* Ribeiro, 2008, p. 475).
[392] Também é mencionado no texto do contrato: "[...] E majs lhe e*mpraz*aro hu*m*a viella q*ue* vay da p*raç*a p*er* aas casas e*m* que viuja o d*i*to joha*m* a*fons*o conego da qual paagara a p*ri*meira pessoa noue maraujdijs a qujnhent*os* p*or* huu*m* *e* duas g*alinh*as *e* duas g*alinh*as *e* a seg*und*a *e* 3ª pagara*m* t*rezent*os rreaes *e* galinhas [...] (A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fl. 57v).



Figura 42. Pormenor do *Mapa de Braga Primaz* (1755), no qual se identifica o espaço designado como "Praça do Pão", correspondente à antiga "Praça da Cidade" referida na documentação do século XV.

Relativamente próximo da Praça da Cidade, e igualmente localizada nas imediações da Sé Catedral, por onde três ruas confluíam, nomeadamente a Rua da Olaria, Rua Pequena e Rua das Ousias (continuada ao sul pela Rua dos Cegos), a Praça das Panelas é testemunhada por um prazo datado de 6 de outubro de 1479. Nesse documento, o cabido firma contrato com Pero Lopes, ataqueiro, e sua esposa, concernente a umas casas situadas na Rua das Ousias "[...] q*ue* p*ar*tem de hu*m*a p*ar*te com casas de d*iog*o de f*err*eir*a* *con*t*ra* a Rua dos Cegos *e* da out*r*a com casas do dito pero lopez *con*t*ra* a praça das panellas [...]"[393].

Muito embora a cronologia tardia deste documento, postula-se que a Praça das Panelas funcionava como um centro de atividades comerciais e de produção, ou mesmo como uma espécie de mercado, cuja regulamentação desconhecemos, mas que certamente antecedia ao ano de 1469 mesmo que a terminologia "praça" não fizesse registo.

No intervalo de aproximadamente cem anos entre a redação dos *Livros de Tombo* e dos *Livros de Prazos* (entre 1404 e 1465), a atividade comercial predominante na área em questão parece ter sido o comércio (e eventualmente alguma produção) de cerâmica, como indica o topónimo "Panelas" e o topónimo de uma das ruas que nela ingressavam, a Rua da "Olaria". Esta hipótese encontra igualmente respaldo nos dados arqueológicos obtidos nas escavações realizadas em 1983, junto à cabeceira da Sé, na Rua de Nossa Senhora do Leite, no âmbito do *Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*. Nessa intervenção, foram encontradas cerâmicas de cronologia medieval e, na camada superior, um conjunto de moedas identificadas para os séculos XIII e início do XIV, durante o governo dos monarcas D. Sancho II, D. Afonso III e de D. Dinis (Gaspar, 1991).

A documentação do cabido revela que o comércio na Praça das Panelas transcendia a especialização cerâmica sugerida pela sua denominação. Na verdade, este espaço comercial

[393] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 40v.

apresentava uma diversidade de produtos que refletia as múltiplas necessidades do abastecimento urbano. Particularmente relevante era a comercialização de "tanhos"[394] na confluência entre a Rua dos Cegos e a Rua das Ousias, artefactos cuja identificação exigiu investigação lexicográfica específica, dada a ausência de referências na literatura especializada. Essa análise permite definir *tanho* como um recipiente ou vasilhame destinado especificamente ao armazenamento de cereais[395] — como trigo, milho, centeio ou linhaça — e de outros grãos. Tal definição admite, contudo, a possibilidade de que o termo designasse igualmente recipientes de material diverso, inclusive cerâmico. Essa hipótese ganha consistência pela contiguidade da Rua da Olaria, cujo topónimo evoca a presença de atividades económicas ligadas a artefactos cerâmicos. Assim, no contexto comercial local, os "tanhos" vendidos nesse espaço poderiam corresponder a contentores especializados no acondicionamento e transporte de cereais.

Por outro lado, o *Dicionário da língua portugueza*, elaborado pelo padre D. Rafael Bluteau, apresenta uma aceção diversa para "tanho", definindo-o como um "assento feito de tábua"[396]. Embora esta interpretação pareça menos coerente com o contexto de comercialização de recipientes e vasilhames, não se pode descartar totalmente a possibilidade de que se tratasse, também, de um objeto distinto, igualmente passível de venda no entorno desta artéria.

De acordo com o primeiro *Livro de Tombo* (1369–1380), na parte setentrional da Rua Pequena eram vendidos os chamados "arcos": "Rua peq*ue*na como vay desonde vendem os Arcos ataa porta das Casas q*ue* ssom da sussicom da q*ue* ffoy de Gomez paae*e*z q*ue* trage Gonçalo *e*an*e*s"[397]. A documentação não especifica a natureza exata desses "arcos", limitando-se a registar a sua comercialização nesse setor da cidade.

As transformações urbanísticas promovidas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa no século XVI incluíram a criação de uma praça na zona ocidental da cidade, estrategicamente posicionada nas proximidades da Porta Nova e confinando a norte com a Rua Nova de Sousa. Esta intervenção arquitetónica traduziu-se no estabelecimento de um espaço comercial multifuncional, cuja denominação oscilava entre "Praça do Pão" e "Praça do Peixe", traduzindo a diversidade dos produtos comercializados. A cartografia quinhentista, particularmente o *Mapa de Braunio* de 1594,

---

[394] Excerto que comprova a venda de tanhos: "Rua q*ue* chama*m* dos Çegos. Como yay dess onde Vendem os Tanhos ata a Cruz dante o fforno da Jnffant*a* primeyrame*n*te como vay de Maao*o* dereyta". (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 129v); "Rua q*ue* chama*m* dos cegos q*ue* vay des onde vendem os tanhos [...]" (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 67v).

[395] Espécie de vasilhame e/ou recipiente (Estraviz. (s.d.). *Tanho*. *Dicionário Estraviz*. Recuperado em 20 de fevereiro de 2024, de https://estraviz.org/Tanho).

[396] Bluteau, R. (1779). *Dicionário da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Tomo 2, p. 433). Officina de Simão Thaddeo Ferreira).

[397] (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 129).

documenta inequivocamente a existência deste mercado sob a designação latina *Forum piscarium*. A sua integração na malha urbana materializava-se através da conexão com a Rua da Sapataria via Rossio da Praça, constituindo um eixo comercial no sentido E/O de fundamental importância (Ribeiro, 2008, p. 471)[398].



Figura 43. No *Mapa de Braunio*, o destaque em marrom indica a área onde se situaria o *Forum Piscarium*, o destaque em amarelo assinala a antiga Rua da Sapataria, e o destaque em cinza marca a Porta do Muro. Edição do autor.

O termo "rossio" merece particular atenção enquanto tipologia espacial característica do urbanismo português medieval e moderno[399]. Estes refletiam áreas amplas e predominantemente desocupadas, estrategicamente localizadas junto aos perímetros muralhados ou nas suas imediações (Beirante, 2008, p. 70). Funcionalmente, os rossios desempenhavam um papel multifacetado na vida urbana: constituíam simultaneamente pontos de convergência social, espaços de intercâmbio comercial e zonas de interface entre o núcleo urbano e o território circundante[400]. Esta última função era particularmente relevante, uma vez que asseguravam as condições necessárias ao abastecimento citadino pelos produtores rurais do couto/termo, funcionando como verdadeiras plataformas de mediação entre o mundo rural e urbano (Gonçalves, 2022, p. 23).

Em Braga, a terminologia deveria assumir variações diversas, encontrada nas fontes analisadas apenas na variante "ressio". É o caso do "Ressio do Concelho", referido num contrato de

[398] Sobre a construção de várias praças em Braga, posteriores a 1510, por encaminhamento do Arcebispo D. Diogo de Sousa ver: Ribeiro, M. do C. (2020). *Espaço e arquiteturas de abastecimento na cidade medieval.* In A. A. Andrade & G. M. da Silva (Eds.), *Abastecer a cidade na Europa Medieval* (pp. 383–402). IEM — Instituto de Estudos Medievais; Câmara Municipal de Castelo de Vide.

[399] Sobre o tema do Rossio e sua definição ver: Ribeiro, O. (1955). *Em torno da estrutura de Lisboa. Lisboa* [s.n.]. Publicação de 1955, revista e ampliada; Gaspar, J. (1985). *A cidade portuguesa na Idade Média: Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional.* In E. Sáez Sánchez, C. Segura Graíño, & M. Cantera Montenegro (Eds.), *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI* (pp. 133–150). Universidad Complutense; Beirante, M. Â. (2008). *Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas*. In L. A. da Fonseca *et al.* (Coords.), *O ar da cidade: Ensaios de história medieval e moderna* (pp. 939–945). Edições Colibri; Beirante, M. Â. (2008). *Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora*. In *O ar da cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna* (pp. 7–24). Edições Colibri.

[400] A exemplo do rossio adjacente à igreja de São João do Mocharro, em Óbidos, no exterior das Muralhas (Silva, 2008, p. 108).

emprazamento de 21 de abril de 1475, em que umas casas são descritas como confinantes "[...] co*m* o Resijo do *con*celho [...]"[401]. Relativamente a este "ressio", segundo a historiografia, o concelho de Braga reunia-se no Paço Velho dos Arcebispos, desocupado desde o século XIV com a construção dos novos paços arquiepiscopais na Rua do Souto (Marques, 1983; Costa, 1997–2000).

Esta localização tem alguma sustentação na dissertação de mestrado de Sandra Raquel Martins (2013, p. 38), que, analisando os *Livros de Prazos da Câmara Secular* (1445–1509), argumenta que as "reuniões concelhias tinham lugar no Paço Velho do Arcebispo, por vacância deste aquando da construção dos novos Paços arcebispais no início de Trezentos" (inicialmente a *domus fortis* de D. Gonçalo Pereira). Ainda segundo a autora, esse paço corresponderia ao edifício anexo à Sé Catedral onde ocorreriam as vereações, situando-o junto à Rua de Trás os Açougues, no parcelário setentrional[402], respaldando-se igualmente num prazo da câmara secular de 1479 atinente a uma casa "[...] que sta no quanto da praça [...]"[403]. Nesta lógica, consideramos a possibilidade de o "ressio" do Concelho se localizar num pequeno espaço aberto no canto da Praça da Cidade, que, com o alargamento desta pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, teria levado à construção de um novo Paço do Concelho, desta vez na parte meridional.

Por último, ainda encontramos a menção ao termo "eirado". Derivado de "eira", originalmente ligado ao meio rural, designa no contexto urbano um espaço aberto, geralmente junto a uma porta ou passagem. Nesse sentido, identificamos ao Eirado do Postigo de São Sebastião, situado intramuros, ao adentrar o respetivo postigo que se conectava a zona rural do Alto da Cividade. A única referência a este eirado remonta ao quarto *Livro de Prazos*, em 28 de maio de 1501, quando os cónegos concedem um prazo a João de Ponte, cónego, concernente a umas casas com seu exido, na antiga rua da Judiaria Nova, cuja extremidade confinava "[...] o eírado do postijgo [...]"[404].

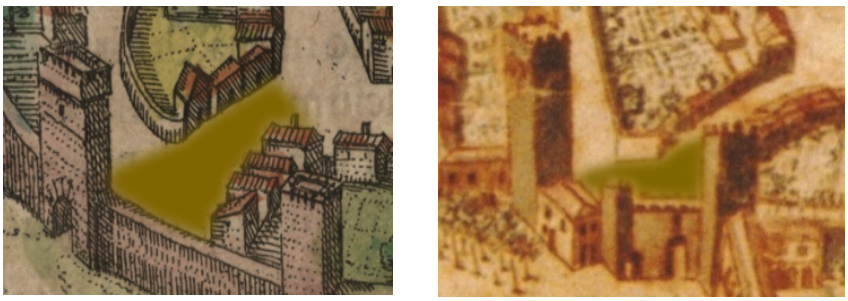


Figura 44. À esquerda, proposta de localização do espaço correspondente ao "*Eirado do Postigo"*, assinalada em realce desfocado no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor. À direita, proposta de

[401] A.D.B., *1º Livro de Prazos...,* fl. 115 e *3º Livro de Prazos...,* fl. 48.
[402] Está cartografado pela autora na página 42 da sua dissertação de mestrado.
[403] A.M.B., *Livro dos Prazos...*, fl. 14v (*apud* Martins, 2013, p. 39).
[404] A.D.B., *4º Livro de Prazos...*, fl. 74v.

localização do mesmo espaço, igualmente assinalada em realce desfocado no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor.

Neste balanço, embora se reconheça a escassez de informações complementares sobre os espaços abertos e desocupados em Braga, optou-se por não considerar os exidos, uma vez que esses se apresentavam como áreas mais dispersas e associadas diretamente às habitações, sendo tratados posteriormente em conjunto com a análise estatística das casas. Com as devidas reservas quanto às especificidades do urbanismo medieval europeu, adotamos a perspetiva de Jean-Pierre Leguay (2009), segundo a qual as áreas abertas e não edificadas podiam representar entre 30% e 40% da superfície urbana nas cidades francesas dos séculos XIV e XV. No caso de Braga, essa percentagem poderá ter sido ainda mais elevada, dada a persistência de alguns espaços rurais que caracterizava o seu tecido urbano ainda nos séculos finais da Idade Média.

3.2. Açougues

Nas vilas medievais, os açougues desempenhavam um papel central no circuito do abastecimento urbano, concentrando não apenas o abate de animais[405], mas também a preparação e comercialização de carnes e derivados, como peles e miudezas, com destaque para as carnes de cabrito, porco e ovelha (Trindade, 2009, p. 577). Em muitas localidades, esses espaços ultrapassavam a função estrita de talho, organizando-se em estruturas de comércio alimentar mais amplo. Em Tavira[406], por exemplo, além da carne, vendiam-se legumes, frutas e sal (Silva, 2020, p. 326); em Évora, os "açougues novos" datados de 1470 incluíam pão, frutas e hortaliças (Pereira, 1998, p. 126)[407].

Estes "mercados" dispunham de bancas fixas ou móveis (Ribeiro, 2020, p. 392), num modelo que vigorou até às cortes de D. Afonso IV, em 1331, quando se proibiu a instalação de tendas junto aos açougues por obstruírem a via pública (Barros, 1954, p. 162). As medidas de regulação seguiam, em geral, uma lógica de equilíbrio entre o abastecimento e a proteção dos produtores locais (Martins, 2020, p. 249), promovendo o acesso regular da população urbana aos bens essenciais e, por vezes, adotando práticas protecionistas para os produtos regionais (Jara-Fuente, 1998). Especificamente em Braga, a ausência de um foral medieval e de atas de vereação para os séculos XIV e XV limita o conhecimento direto sobre os mecanismos de fiscalização e regulação

[405] Esta prática também era uma realidade em Braga, aquando de um contrato de 1471, destinado ao carniceiro Rui Gonçalves, que emprazava as "casas da picota" e uma cavalariça ao canto dos açougues e se situava "[...] acima das sob*re* ditas terreiras em q*ue* martim domj*nguez* mataua a carne [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 59 e *2º Livro de Prazos...*, fl. 38).
[406] A.C.M.T., *Reforma dos Tombos*, t. 1, fl. 85 (c. 1474) (*apud* Silva, 2020, p. 326).
[407] Segundo Ribeiro (2020, p. 392), esse comércio multifacetado nos açougues tinha sua origem e funcionalidade no mundo islâmico.

do abastecimento urbano. Ainda que, à semelhança de outros centros urbanos do reino, políticas locais possam ter disciplinado o fornecimento alimentar com base em normas consuetudinárias e práticas correntes de gestão concelhia.

Até ao momento, sobre o funcionamento desses estabelecimentos, a melhor bibliografia corresponde a investigação de Sandra Raquel da Silva Oliveira Martins centrada numa análise cronológica das tensões político-institucionais sobre o abastecimento de carne e peixe, um aspeto do quotidiano sobre o qual a governamentalidade municipal reivindicava maior controle e poder frente ao cabido, tendo, como elemento sintomático maior, as alterações da jurisdição eclesiástica para régia entre 1402 e 1472. Estas disputas refletem o esforço de afirmação da autoridade municipal, alinhado com a lógica de centralização do poder da coroa, ocasionado, em grande parte, pela ideologia política de centralização do poder do monarca, à qual os governos municipais de senhorio régio eram representantes por excelência[408].

Não obstante, para não nos cruzarmos com a investigação supracitada, adotamos outra abordagem. Efetivamente, apesar das dificuldades enfrentadas pelos investigadores em apreender com clareza o funcionamento e a regulamentação do aprovisionamento e abastecimento de géneros alimentícios na Braga medieval, é possível, mediante uma leitura rigorosa das fontes, identificar a inserção desses serviços no tecido morfológico da cidade, bem como a atuação de indivíduos ligados à atividade açougueira.

Cabe ainda mencionar a dissertação de mestrado de Maria Pereira Cabral (2022), que se debruça sobre a acessibilidade e o abastecimento alimentar na cidade de Braga. Embora a análise se estenda para além do recorte temporal deste estudo, ela oferece importantes indícios extraídos do primeiro e do segundo *Livro dos Acórdãos e Vereação da Câmara de Braga* (1509–1519). Em particular, evidencia-se a questão do consumo de carne na cidade e as relações entre os poderes urbanos — concelho e cabido —, assim como a regulamentação dos mesteres e ofícios ligados à economia alimentar[409].

Neste contexto medieval bracarense, a localização dos açougues, apesar do carácter insalubre da atividade, parece inicialmente seguir o padrão verificado noutras cidades e vilas de Portugal,

---

[408] Cf. Martins, S. R. de O. (2020). *A luta política pelo controlo da repartição da carne e do peixe em Braga nos séculos XIV e XV.* In A. A. Andrade & G. M. da Silva (Eds.), *Abastecer a cidade na Europa Medieval* (pp. 237–250). Instituto de Estudos Medievais; Câmara Municipal de Castelo de Vide.

[409] Cf. Cabral, M. P. (2021). *O abastecimento alimentar na cidade de Braga na segunda metade do século XV e inícios do século XVI* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal. Sobre o setor da carne, ver pp. 63–109; e sobre o peixe, pp. 121–135. Ver igualmente Cabral, M. P. (2022). O mester que vendia carne em Braga na Idade Média: A diferença entre os carniceiros e os carniceiros cadimos na regulamentação e controle. In A. S. Melo & J. Sequeira (Eds.), *Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média* (Vol. 2, pp. 233–247). Lab2PT.

situando-se nas imediações do núcleo central, próximo da Sé e da Casa do Concelho (Ribeiro & Melo, 2012; Melo, 2018, pp. 343–345; Madureira & Duarte, 2021, p. 78). Com o tempo, porém, esses estabelecimentos foram sendo deslocados para outras zonas, passando a ocupar edifícios remodelados, de maiores dimensões, destinados cada vez mais exclusivamente à venda de carne e seus derivados. Analisemos, pois, como as fontes documentais permitem entrever os desdobramentos desse panorama.

Nos três primeiros *Livros de Tombo*, constata-se um número considerável de indivíduos ligados à manipulação de carne (ver Tabela 5). Primeiramente, na cronologia anterior ao ataque de D. Henrique de Trastâmara, em 1369, muitos carniceiros residiam fora da muralha, mormente na Rua da Corredoira, Rua dos Chãos e Rua de Maximinos. Essa constatação decorre do facto de, no tombo de 1369, esses carniceiros serem mencionados como tendo "morado" nesses locais, uma vez que as respetivas casas haviam sido destruídas pela razia então perpetrada.

Intramuros, onde as habitações parecem ter sido em grande medida preservadas — pelo menos até onde as fontes permitem avançar —, viviam alguns trabalhadores da carne, como um tripeiro e um açougueiro, fixados na Rua dos Burgueses e na Rua de Trás os Açougues, além de outros carniceiros mencionados em ruas mais afastadas, nomeadamente na Rua de Paio Manta, na Rua de Janes e na Rua Verde.

Sabe-se que os mesteres ligados às manipulações da carne eram marcados pela insalubridade inerente à atividade açougueira: a fetidez das tripas, o vermelho do sangue que exigia escoamento constante e os sons cortantes das facas acompanhados pela agonia dos animais durante o abate (Andrade, 2003, p. 89). Entretanto, segundo a historiografia, não se verifica que, antes de 1369, tais agentes exercessem os seus ofícios no mesmo local de habitação. Em Portugal, as tentativas de regulamentação do ofício de carniceiro incidiam expressamente sobre os horários de trabalho e de venda ao público, sobre a definição dos espaços destinados ao abate e corte dos animais e sobre as condições de higiene desses locais (Madureira & Duarte, 2021, p. 78). Assim, embora não se possa excluir totalmente a hipótese de uma coincidência entre morada e local de ofício, essa situação é considerada pouco provável.

Preservava-se, por seu turno, um espaço próprio e mais adequado à comercialização de carne e seus derivados, como o açougue situado defronte à Sé catedral (Figura 48). Açougues posicionados junto à Sé catedral ou à igreja matriz eram, segundo Melo (2018, pp. 344–345), comuns nas cidades portuguesas, sobretudo entre os séculos XIV e XV. Apesar de poder parecer, a um primeiro olhar, contraditório que um ambiente de forte odor e ruído se situasse junto à

principal igreja urbana, essa proximidade explica-se pela tradição — de origem muçulmana — que fazia do açougue um dos principais mercados da cidade (Melo, 2018, p. 345). Nesses espaços, diversos mesteres, incluindo o dos carniceiros, exerciam as suas atividades em compartimentos próprios e delimitados dentro da estrutura do mercado.

Retornando ao local de habitação desses agentes, a documentação por nós analisada ainda revela sinais de continuidade ocupacional em determinadas artérias. A Rua de Paio Manta serve como exemplo, tendo-se estabelecido, entre 1369 e 1404, um carniceiro chamado Deleixemo, cuja família parece ter vínculos com o ofício, a julgar pelo epónimo do seu sogro, "Toucinho"[410]. Nas proximidades, morou o carniceiro Mono entre os anos de 1369 e 1380. Mais tarde, entre 1393 e 1404, a mesma casa foi ocupada por outro carniceiro, Domingos Esteves.

Esses imóveis estavam subemprazados por duas mulheres — Mariana Afonso, no caso da casa de Deleixemo, e Joana Gonçalves Lopinho, nas de Mono e Domingos Esteves —, ambas residentes em domicílios contíguos. Estes dados parecem aventar uma continuidade de moradores ligados à carnicería por pelo menos 35 anos[411].

Caso distinto é o de Vicente Martins, que, em 1393, além de possuir casa nos "açougues", onde exercia o seu ofício[412], começou a subemprazar outras casas pertencentes ao cabido situadas na Rua dos Burgueses, as quais alugou a Domingos Martins. Esta conjuntura indica que o ofício de carniceiro poderia ser relativamente rentável, ao ponto de viabilizar o emprazamento e a consequente sublocação numa das principais artérias medievais de Braga. Essa situação denota ainda uma relação de favores e interdependência entre um profissional do ramo e um abastado morador da cidade, Afonso Esteves Leites, que sublocava uma grande quantidade de casas por toda a malha urbana, sendo este, sogro de Domingos Martins.

---

[410] É referido como Gonçalo Toucinho (A.D.B., *3º Livro de Prazos...,* fl. 113v).

[411] O exercício do ofício de manipulação de carne encontrava-se, habitualmente, restrito a um espaço específico, embora não fosse impossível, ainda que improvável, que fosse realizado na residência do próprio mester ou em locais fora dos açougues. Um exemplo documentado encontra-se no prazo de algumas casas "que forom" de Álvaro Vasques, datado de 26 de janeiro de 1481, firmado com o chantre João Godins, junto à igreja de Santiago, nas proximidades da "cruz da Rua de Santa Maria" — antiga Judiaria Velha e, no século XIV, conhecida como Rua da Erva. Em continuidade, é ajuntado ao mesmo prazo, no dia 29 de julho do mesmo ano, uma casa térrea em frente às emprazadas há seis meses, onde um indivíduo identificado apenas como Álvaro — presumivelmente o próprio Álvaro Vasques — realizava a matança de carne (carneação), sugerindo que não detinha mais a propriedade ou o prazo das casas onde anteriormente exercia a atividade: "[...] aJuntou o dicto cabijdoo ao dicto empraz*a*mento . *e* aas casas em elle *con*theudas huu*m*as casas terrejras . q*ue* som de fronte das sobre dictas casas . em q*ue* aluaro [*sic*] mataua a carne [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 59v). Nota-se que o "[sic]" indica lacuna no documento, possivelmente deixada pelo escrivão ao não completar o patronímico Vasques.

[412] Cabe salientar que a documentação menciona o indivíduo designado como "do açougue", expressão que se entende como referência ao ofício de quem exercia nos açougues da cidade, possivelmente um carniceiro. Os registos documentais são elucidativos ao mencionar: "Jt*em* As Casas em que Mora Viçente do aÇouge Trageas em prazadas Affonsso steueez leyte por seys Marauidis" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 122); "As casas em q*ue* morou domj*n*gos m*artin*z genro dafom*so* leyte trageas em*n*prazadas viçente m*artin*z do Açougue por quato*r*ze maravedis *e* dous capoe*s* trageas ora em*n*prazadas A*fons*o do uale R*ecebido* p*er* Vjçe*n*te m*artin*z lxx maravedis em Rea*i*js" (A.D.B., *2º Livro de Tombo*, fl. 59).

Tabela 5. *Disposição espacial dos profissionais de carnes em Braga conforme os Livros de Tombo (1369 a 1404)*

Data	Nome	Ocupação	Rua	Referência
Anterior a 1369	Domingas	Peixoteira	Rua da Erva	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 128v
1393–1404	Martim (Morador)	Tripeiro	Rua dos Burgueses	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 120v A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 60 A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 95v
1369–1380	Vicente Martins do açougue (morador)	Açougueiro/Carniceiro	Rua dos Burgueses	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 122
1369–1380	Vicente Martins do açougue (emprazador)	Açougueiro/Carniceiro	Rua de Trás os Açougues	A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 59
1369–1380	Mono (morador)	Carniceiro	Rua de Paio Manta	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132
1369–1404	Deleixemo (morador)	Carniceiro	Rua de Paio Manta	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132 A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69v A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 113v
Anterior a 1369	João Durães (morou)	Carniceiro	Rua da Corredoira (extramuros)	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132v
Anterior a 1369	João Domingues (morou)	Carniceiro	Rua da Corredoira (extramuros)	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132v
Anterior a 1369	Giraldo (morou)	Carniceiro	Rua dos Chãos (extramuros)	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 133
Anterior a 1369	Contrinho (morador)	Carniceiro	Rua de Maximinos (extramuros)	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 134
1393–1394	Afonsinho (morador)	Carniceiro	Rua Verde	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 63
1393–1404	Domingos Esteves (morador)	Carniceiro	Rua de Paio Manta	A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69 A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 113v
1393–1404	Martim Giraldes (emprazador)	Carniceiro	Rua de Janes	A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69 A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 114
140 –1404	Lourenço Domingues (morador)	Carniceiro	Rua Verde	A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 102v

Ao longo da segunda metade do século XV, os contratos contidos nos *Livros de Prazos* apontam para a concentração dos carniceiros quase exclusivamente na Rua dos Açougues Velhos, então reestruturada para acomodar a Praça da Cidade. Somente duas casas voltadas para este trabalho estariam fora dessa artéria: uma situada na Rua de Maximinos — contígua à Rua dos Açougues Velhos — e outra localizado na Rua da Triparia (ver Tabela 6).

Tabela 6 – *Disposição espacial dos profissionais de carnes em Braga conforme os Livros de Prazos (1467 a 1482)*

Data	Nome	Ocupação	Rua	Referência (A.D.B.)
1467 a 1472	Álvaro Esteve	Carniceiro	Rua da Triparia / Rua das Arras	*1º Livro de Prazos...*, fl. 68v e 102v *2º Livro de Prazos...*, fl. 15v e 45v
1467–1480	Álvaro Sobrinho	Carniceiro	Rua dos Açougues Velhos	*1º Livro de Prazos...*, fl. 53v *2º Livro de Prazos...*, fl. 15, 58v e 59
Antes de 1471	Martim Domingues	Carniceiro	Rua dos Açougues Velhos	*1º Livro de Prazos...*, fl. 58v *2º Livro de Prazos...*, fl. 38
1471	Rui Gonçalves[413]	Carniceiro	Rua dos Açougues Velhos (canto)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 58v *3º Livro de Prazos...*, fl. 38
1472	João Pires	Peixeiro (Peixota)	Rua dos Açougues Velhos	*3º Livro de Prazos...*, fl. 15
1482	João Vasques	Carniceiro	Rua de Maximinos (intramuros)	*2º Livro de Prazos...*, fl. 65

A partir dessas evidências, é possível inferir que a concentração de carniceiros na Rua dos Açougues Velhos refletia a tendência de os profissionais se aglomerarem em espaços específicos e mais apropriados ao ofício. Além disso, a própria designação "Açougues Velhos" mostra-se

[413] O Carniceiro Rui Gonçalves esteve envolvido num arruído entre a mesa capitular e o concelho da cidade nos episódios acima tratados conforme verificado por Martins (2020) num estudo sobre a política de repartição da carne e do peixe. Sabe-se que este carniceiro, que emprazava a casa da picota com a sua cavalariça no canto da Rua dos Açougues Velhos desde Setembro 1471, fora acusado pelo almotacé do cabido, em janeiro 1474, de ter guardado, em sua casa, o melhor dos dois bois que havia matado, sendo a mercadoria, portanto, desviada da mesa dos ditos senhores, que eram, em sua defesa, pessoas eclesiásticas e privilegiadas, outorgadas de grandes prerrogativas e privilégios. Cf.: A.D.B, *Gaveta dos Privilégios*, doc. 76 (*apud* Martins, 2020, p. 248).

particularmente sintomática, sugerindo que estabelecimentos com funções semelhantes só se teriam disseminado por outros pontos da malha urbana a partir da segunda metade do século XV, como parece confirmar a menção a uma "Casa da Carniceria" registada em 1482[414].

Não é possível determinar com precisão o momento em que ocorreu essa dispersão, que se manifesta na concentração dos mesteres em múltiplos polos (poli-concentração) (Melo, 2018, p. 341), nem se tal reorganização se deu de forma abrupta ou gradual. Ainda assim, um documento pode ser considerado evidência primária desse processo. Trata-se de uma carta enviada pelo concelho de Braga a D. João I, datada de 20 de março de 1403, redigida pouco depois da assinatura do contrato de escambo que selava a mudança de senhorio. Nessa missiva, o concelho discorre sobre cláusulas específicas relativas ao aprovisionamento de carne e peixe, solicitando ao monarca a gestão direta dos açougues da cidade e divulgando a intenção de proceder à sua transferência, com o objetivo de aí se instalar uma praça:

> [...] Johane afomso nosso serujdor nos enujou dizer que ell entendendo per o nosso serujço mandara tirar os açougues antigos da çidade de bragaa donde ora estavam aa porta da sse para fazer hi a praça [...] E Nos ueendo o que nos pedia e entendendoo por nosso serujço e prol e honrra da dicta çidade [...] outorgamos o dicto" (A.D.B., *Colecção Cronológica*, doc. 940 (*apud* Martins, 2020, p. 245).

É certo que os denominados "Açougues Velhos" continuaram em plena atividade ao longo de todo o século XV, pois a transição das atividades carniceiras para outras zonas da cidade, impulsionada pelas transformações urbanísticas associadas à formação da Praça da Cidade, apenas se concretizaria no século XVI, no decurso das obras de remodelação urbana promovidas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa. A conclusão dos trabalhos da praça balizaria o surgimento de novos açougues.

[414] "prazo fe*i*to a gonçallo aluarez carpinteiro *e* a sua molher maria gomez *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dant*re* ambos de tres (*sic*) pardieiros que o d*i*cto caijdo ha .*scilicet*. dous que part*em* com casa da comfraria de Santiago E huu*m* que parte com a casa da carnjçaría [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 100v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 66).

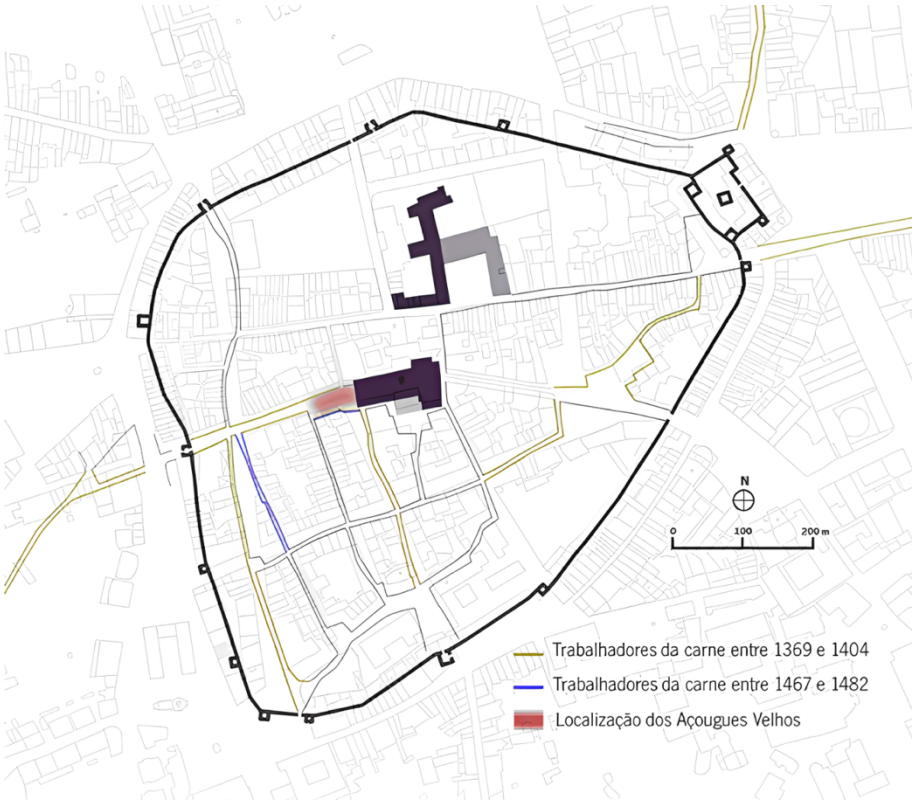


Figura 45. Cartografia representando as vias onde residiam os trabalhadores ligados ao abastecimento de carne, como carniceiros, tripeiros e peixeiros, conforme os dados apresentados nos Quadros 5 e 6. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Neste sentido, sob a administração do referido prelado, foi criada uma pequena praça a nordeste da Sé Catedral, no extremo este da Rua de Sousa, "antre a capella de Sam Geraldo e de Dom Gonçallo e a ditta rua"[415], onde se executaram obras de calçamento e a instalação de degraus em pedra (Granja, 2018, p. 22). Para o presente estudo, importa destacar o alçado oeste deste novo espaço, onde havia, em paralelamente, outra área, cujos vestígios materiais, embora ausentes, são interpretados pela historiografia com base na geometria do embutido de casas do complexo edificado da Sé Catedral, tal como delineado na planta da Misericórdia (Bandeira, 2000, p. 42). É nessa área que se presume a instalação dos açougues da carne cobertos por alpendres sustentados por colunas, bem como a existência de duas casas destinadas aos responsáveis pela limpeza do espaço (ver Figura 45) (Maurício, 2000, pp. 295–296).

Desse mesmo período data também uma outra estrutura destinada, especificamente, à comercialização de pescado, localizada no espaço central da praça que viria a ser conhecida na Idade Moderna como "Praça do Mercado do Peixe" e, nos dias de hoje, designada como "Praça Velha". Segundo o cónego Tristão Luís (século XVI), tratava-se de um edifício em forma de

[415] *Vd.* Luís, C. T. (1532–1565 [?]). *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, liv. 330, fl. 329 (*apud* Maurício, 2000, pp. 295–296).

alpendre, assente sobre degraus de pedraria, com grande comprimento e largura, estendendo-se ao longo da rua. A estrutura, feita de madeira, era apoiada por treze colunas com vazas e capitéis, sobre as quais se amparavam quatro grandes mesas de pedra. Encimado a estas mesas havia um dispositivo composto por dois ferros em cada uma, destinado à fixação de espécies de balanças utilizadas nas pesagens (Ribeiro & Melo, 2012, p. 157)[416].

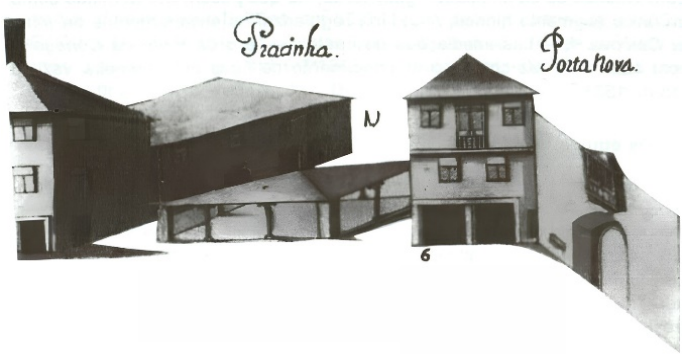


Figura 46. Representação da estrutura presumivelmente destinada aos açougues do pescado, localizada na pequena praça junto à Porta Nova, na Rua de Sousa, segundo o *Mapa das Ruas de Braga* (c. 1750).

A existência desse mercado assinala a pertinência do comércio do pescado, justificando a sua autonomização num espaço próprio. Relativa importância, ao menos, parece já adivinhar-se desde o século XIV, quando se atesta a existência de Domingas, uma "peixoteira " residente na Rua da Erva, em 1369[417] (ver Tabela 5), bem como de João Pires, peixeiro, domiciliado na Rua dos Açougues Velhos em 1472[418], facto este, que demonstra o carácter heterogéneo das carnes comercializadas nos Açougues Velhos.

Ambas as estruturas de início da centúria de seiscentos parecem enquadrar-se no modelo descrito por Trindade (2004) para os espaços de venda de carne nas cidades portuguesas medievais. Eram, para a autora, construções simples, suportadas por colunas de pedra ou integradas em edifícios térreos com arcarias. Para isso, apresenta como exemplo os açougues de Coimbra, instalados no rés-do-chão do Paço dos Tabeliães, cujas fachadas eram compostas por arcos de pedraria que acolhiam peixeiras, enxarqueiras e tripeiras.

Por último, cumpre mencionar um outro estabelecimento que cimentaria o movimento de descentralização dos "Açougues Velhos" para outros polos: a edificação de um novo açougue fora das muralhas, erguido sob o patrocínio de D. Diogo de Sousa e mantido em funcionamento até ao

[416] Cf. Luís, C. T. (1532 –1565 [?]). *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, liv. 330, fl. 329 (*apud* Maurício, Rui, 2000, p. 296.
[417] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 128v.
[418] "Jt*em* no dicto dia os sobre dictos emprazaro*m* em tres vidas a Joha*m* pirez peixota *e* a sua molh*er* Jnes afonsso hu*m*as casas q*ue* estam na Rua dos <açougues> [*sic*] q*ue* partem de hu*m*a parte com casas em q*ue* viue aluaro ssobrinho carnjceiro [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fls. 15–15v).

século XVIII. Esta estrutura encontra-se descrita no *Livro da Cidade* de 1737, conservado no Arquivo Distrital de Braga[419], e reforçada pela sua representação no *Mapa da Cidade de Braga Primaz*, de 1755. A edificação correspondia a um açougue periférico, implantado na zona periurbana ocidental da cidade, delimitado a sul pela antiga igreja de São Miguel o Anjo, a oeste pelo Campo das Hortas, a norte pela Porta Nova e a leste pela muralha (Ribeiro, 2019, pp. 395–397).

Ao contrário das construções mais modestas, compostas por alpendres sustentados por colunas, este edifício apresentava um plano retangular com orientação norte-sul, medindo aproximadamente 34 metros de comprimento por 11 metros de largura, e era coberto por um telhado de quatro águas. A fachada nascente distinguia-se pela presença de grades de madeira embutidas numa parede com 1,30 metros de altura, no centro da qual se abria uma porta de serventia, encimada por um friso com as armas da cidade.

A fachada sul, de disposição semelhante à do lado norte, incluía a chamada "casa do peso", destinada à pesagem de mercadorias, com acesso direto à igreja e ao campo de São Miguel o Anjo. Nas fachadas laterais e na extremidade norte, os carniceiros acediam às instalações por meio de escadas adaptadas ao declive do terreno, uma vez que a orientação norte-sul acompanhava uma elevação natural[420] (ver Figura 47).

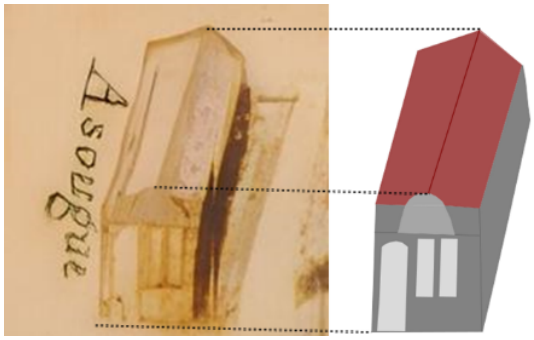


Figura 47. Pormenor do edifício do Açougue situado acima da igreja de São Miguel o Anjo, com representação digitalizada aproximada a partir do *Mapa de Braga Primaz* (1755). Elaboração do autor com uso do *software Inkscape*.

Nesta perspetiva, concluímos que, no início do século XVI, as atividades associadas à carniçaria mantinham-se concentradas, mas distribuídas em múltiplos polos especializados, configurando um padrão de poli-concentração (Melo, 2018, p. 341) que refletia a organização funcional e urbana do comércio de carne. Essa redistribuição integrou-se numa reorganização urbano conduzida, na

[419] A.D.B., *Livro da Cidade*, v. 1, fl. 89v–90; esta informação também foi publica por Maria do Carmo Franco Ribeiro (2020, p. 395).
[420] Para complemento sobre este açougue cf. Ribeiro, M. C. (2020). Espaço e arquiteturas de abastecimento na cidade medieval. In A. A. Andrade & G. M. da Silva (Eds.), *Abastecer a cidade na Europa Medieval* (pp. 383–402). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 394–397.

primeira metade do século XVI, pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, o qual incluiu a instalação de uma estrutura de maiores dimensões e melhor organização fora das muralhas de Braga. Cumpre, todavia, reconhecer que este processo tem os seus preâmbulos desde as décadas de 1470 e 1480, conforme se depreende dos últimos registos do peixeiro João Pires e do carniceiro João Vasques, bem como da alteração da toponímia da Rua de Trás os Açougues para Rua dos Açougues Velhos, alteração que pode ter decorrido do alargamento da Praça da Cidade.

Estamos, pois, diante de uma reconfiguração no sistema de abastecimento de carnes em Braga, que passou a concentrar parte significativa da sua atividade comercial em polos localizados na extremidade ocidental da malha urbana.



Figura 48. Localização dos açougues em Braga, com base no *Mapa de Braga Primaz* (1755): (a) localização provável da praça que abrigava o pequeno açougue no início do século XVI, nas proximidades do edifício da antiga Misericórdia de Braga; (b) mercado de peixe na Rua de Sousa; (c) açougue principal situado extramuros; em desfocagem, a área onde se localizariam os denominados Açougues Velhos. Edição do autor.

3.3. Equipamentos urbanos e infraestrutura

Os equipamentos urbanos representavam os elementos essenciais que garantiam a sobrevivência e conferiam dinamismo à vida social, atendendo às necessidades básicas dos seus habitantes. Sejam eles de natureza pública ou privada, esses equipamentos desempenhavam um serviço de utilidade coletiva, quer na matéria de transformação e produção, como, por exemplo, os fornos, quer nas questões relacionadas à sobrevivência e ao consumo de recursos naturais, como a água, fundamental para viabilizar a vida nas cidades. Exemplos incluem o acesso à água por meio de redes de canalização, que alimentavam fontes, chafarizes e banhos, ou a captação de água em poços. Além disso, era possível, em alguns casos, haver uma adequada gestão do escoamento de resíduos, quando havia iniciativas de saneamento promovidas pelas autoridades concelhias.

Em busca de maior comodidade, algumas cidades também demonstravam preocupação com a pavimentação ou calcetamento de ruas, iniciativa que se tornou mais evidente no final do século XV. A demanda por pavimentação concentrava-se principalmente nas principais ou novas artérias, bem como em praças e largos que mereciam a atenção das autoridades urbanas.

Iniciemos, então, pelos fornos.

3.3.1. Os fornos

Os habitantes de Braga, dispuseram de diversos fornos, dos quais temos conhecimento, pelo menos, dos pertencentes à mesa capitular — ou de outros proprietários referidos nos documentos expedidos pela sua chancelaria —, os quais estavam emprazados a foreiros responsáveis pela sua manutenção e operacionalidade. A importância social destes equipamentos era significativa nas cidades portuguesas medievais e, à semelhança de moinhos e lagares, a sua exploração gerava rendimentos consideráveis para os seus foreiros (Marques, 1988, p. 548).

A natureza exata desses fornos permanece desconhecida, pois a documentação disponível oferece poucas informações sobre o seu funcionamento. Pode-se, contudo, supor que cumpriam fins variados, como a cozedura de alimentos — especialmente pão — e o cozimento de cerâmica, dado o relevante mercado oleiro documentado, existentes nas imediações da fachada sul da Sé Catedral. Acresce que, poderiam ter a função de cocções mais morosas e trabalhosas, como a produção da cal (Pontes, 2022, p. 184). Esta última alternativa ganha força ao considerarmos a existência de casas caiadas, nomeadamente uma "casa da cal" localizada na Rua Pequena, datada de 1369[421].

Os documentos consultados atestam a presença de pelo menos sete fornos intramuros, alguns dos quais remontam, pelo menos, ao século XI, como analisaremos a seguir.

3.3.1.1. O Forno da Infanta D. Sancha

É bastante provável que o Forno da Infanta seja um dos mais antigos da cidade medieval, sobretudo em virtude da sua datação. Com base na documentação já referida anteriormente, que lista algumas ruas pertencentes à paróquia de S. João do Souto, constata-se a existência deste forno já em 1161. Naquele ano, os caminhos da paróquia, que passavam perto das casas dos

[421] Na Rua Pequena: "Jt*em* Per a Casa q*ue* chaman da Caal q*ue* he de Joham m*artin*z Montouriol [...]" (A.D.B., *1º Livro de Tempo...*, fl. 29v).

mestres Pedro Eita e Alberto, também passavam por um forno denominado "forno da Infanta D. Sancha"[422].

A toponímia deste forno nunca foi objeto de escrutínio da historiografia, pelo que avançamos duas hipóteses que poderão estar relacionadas com a sua designação. A primeira refere-se à infanta D. Sancha Henriques, irmã de Afonso Henriques, rei de Portugal, que teria nascido em Braga entre 1097 e 1098 (Sousa, 1946, p. 25). Não subsiste, até ao momento, qualquer documento conclusivo que prove a propriedade direta deste forno por parte da infanta, ou se ela apenas ordenou sua construção, restando o nome vinculado em honra à casa real.

Entretanto, é legítimo considerar que, caso esta propriedade tenha pertencido à infanta, poderia ter sido doada posteriormente à igreja de Braga, uma vez que o rei D. Afonso Henriques manifestou reiteradamente a sua gratidão à diocese bracarense através da confirmação de cartas de couto e da concessão de doações, em reconhecimento do apoio da igreja à legitimação da coroa portuguesa (Marques, 2017, p. 48).

Há ainda a possibilidade de que esse forno integrasse o conjunto das doações realizadas pela infanta D. Sancha Bermudes de Trava, filha de Bermudo Peres de Trava e da infanta portuguesa Urraca Henriques. D. Sancha, abastada senhora galega nascida antes de 1142, teria doado, em 1165, metade dos seus bens situados nas freguesias de Cabaços, Moure, Freiriz e Janarde (Vila Verde), além de propriedades em Calvelo e Tamel (Ponte de Lima) (Marques, 2017, p. 53). Em contrapartida, solicitou à "igreja-mãe" da diocese bracarense que lhe garantisse sustento vitalício e, após a morte, sufragasse a sua alma e a de seus benfeitores, D. Teresa e D. Afonso Henriques. Dado o vulto dessas doações, é plausível admitir que o forno fizesse parte desse conjunto patrimonial ofertado[423].

Embora não se encontrem registos documentais sobre a existência do forno antes de 1161, sua vinculação à propriedade do cabido da Sé de Braga é documentalmente reconhecida apenas em 1369. Nesse ano, conforme registado no primeiro *Livro de Tombo*, o forno apareceu emprazado, juntamente com algumas casas, por uma renda anual de 13,5 maravedis e dois capões, a um indivíduo identificado como Afonso[424].

---

[422] "[...] *ruam que incipit a domo magistri Petri Eite et fratris illius magistri Alberti quomodo vadit per illum furnum de infantissa domna Sancia cum Rua Cecorum et terminatur in illo trivio quod est iuxta casalem qui fuit domni Mitonis usque ad ipsam Sancti Iohannis ecclesiam et ex altera parte per illum furnum, extreman etiam partem de Rua Nova ab illo postico quo intratur ad vinea canonicorum usque dum terminatur* [...]" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 486, fls. 131v–132, pp. 679–681).

[423] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, pp. 170 e 190, Tomo 2, pp. 169, 199, 228–229 e 266, Tomo 3, pp. 36, 168, 171 e 204.

[424] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 130.

Posteriormente, o contrato de emprazamento foi renovado em 1393, a favor de Afonso Ventosoelo, por 15 maravedis e dois capões[425], e, em 1403, a João Lourenço Barroso, por 550 libras[426].

A ausência de documentação anterior a 1161 não descarta a possibilidade de que o forno tenha sido fundado por ordem de D. Sancha Henriques, filha de Afonso Henriques, como parte de sua ligação com a casa real, ou D. Sancha Bermudes de Trava; todavia, a sua integração documentada no património do cabido apenas se verifica, com segurança, a partir de 1369.

Sabemos que o forno se localizava na esquina do cruzamento conhecido como "Cruz do Forno da Infanta"[427], também denominado "Cruz da Carrapata"[428]. Esse forno postava-se, portanto, no final da Rua de Palhas, sendo considerado o ponto final desse trajeto até ao cruzamento com a Rua Travessa. Por se tratar da última propriedade emprazada nessa direção, no lado direito do loteamento, estaria na esquina entre o cruzamento dessas duas ruas — facto que explica a denominação "Cruz do Forno da Infanta".

Ainda é possível identificar a localização do Forno da Infanta no *Mapa de Ruas de Braga* (1755), onde a Rua dos Cegos é indicada como Rua do Forno, incorporando parte da Rua de Palhas em um único trajeto. Ao confrontarmos essa informação com os dados sobre as propriedades listadas nos *Livros de Tombo*, podemos inferir que o forno estaria situado nas propriedades representadas pelos edifícios 10 e 11 na respetiva iconografia. Embora seja plausível que a estrutura preservada em 1755 não corresponda à mesma do período medieval, não devemos descurar a possibilidade de que alterações e adaptações ao longo dos séculos possam ter permitido a preservação de elementos originais, dificultando a distinção entre a edificação medieval e a que se mantinha no século XVIII.

---

[425] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 56.

[426] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 88v.

[427] Encontramos na documentação da seguinte maneira: "Rua Trauessa como vay toda dereyta des a Rua verde pera a Crux das Arras E peraa Crux da Rua de dom Gualdim E pera a Crux da Rua da herua E uay ferir na Crux q*ue* esta ante o fforno da Jffante E p*ri*meyrame*n*te como vam pera a Crux do d*i*cto fforno da Jnffant*e* de maao dereyta" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 130v); em 1403 já conhecido como Crux do Forno da Infanfa: "Rua trauesa q*ue* se começa e*m* Rua u*er*de *e* vaj toda der*ei*ta atauesa a t*ri*paria *e* a Rua de dom galdj*m e* Rua u*er*de *e* vaj ferir a cruz do fo*r*no da jnfa*n*t*a* p*ri*me*iramen*t*e* como vaj de Maao di*rei*ta p*er* o <[*sic*]> ffo*r*no" (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 111v).

[428] Como já observamos (p . 457), a família conhecida por "Carrapatos" residia nos ângulos da Rua dos Cegos.

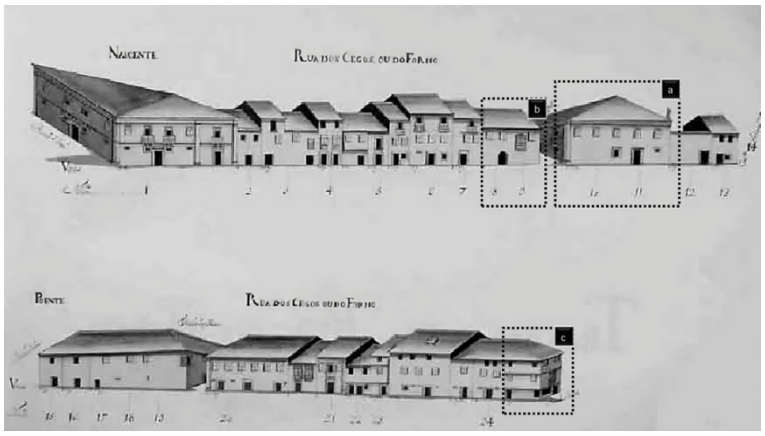


Figura 49. Iconografia do Mapa de Ruas de Braga (c. 1750), com identificação de estruturas segundo os dados dos *Livros de Tombo*: (a) esquina do loteamento direito no cruzamento do final da Rua das Palhas com a Rua Travessa, correspondendo os lotes 10 e 11 ao forno referido; (b) moradas subemprazadas por Gonçalo Anes, o Carrapato, em 1403, situadas do lado oposto da Rua dos Cegos, correspondentes aos lotes 8 e 9; (c) casa identificada como provável morada da mãe de Gonçalo Anes, Senhorinha, a Carrapata, em 1369. Edição do autor.

Reforçando a nossa proposta de identificação na cartografia moderna, no lado oposto ao loteamento onde se situava o Forno da Infanta, existiam duas propriedades documentadas nos *Livros de Tombo*, na respetiva esquina da rua de Palhas. Essas propriedades, correspondiam a uns edifícios altos e grandes que pareciam pertencer a uma "suceção" atrelada ao respetivo forno,[429] cuja grafia, conforme a documentação, evolui cronologicamente da seguinte forma: "susiçom dos ffaia*a*oos" em 1369[430], "Soçissom dos foiaao*o*s" em 1393[431] e "sosiço*m* dos fagaaos" em 1403[432]. A evolução cronológica na grafia do vocábulo "ffaia*a*oos" (1369) para "fagaaos" (1403), sugere uma possível "sucessão" com atividades relacionadas a fornos (fogãos), o que pode estar vinculado, tanto ao forno da Infanta, quanto a uma "sucessão" em vida de prazos por forneiros.

Este forno será novamente mencionado em 10 de fevereiro de 1473, como referência para localizar umas casas emprazadas no cruzamento da Carrapata[433], e outra vez em 3 de julho de 1477. Em datas posteriores, a sua influência continuaria a ter peso na própria toponímia viária, pois, em 1480, num prazo concedido a Senhora Afonso, mulher solteira, referente a propriedades localizadas na parte final da Rua de Palhas, que intersecta com a Rua Travessa, aparece pela primeira vez a denominação "Rua da Infanta" que, em nosso entendimento, corresponde ao

[429] Apesar de serem casas altas, é indicado que deveriam ser térreas, como corroborado por um documento datado de 8 de dezembro de 1484, concedido a Maria Fernandes. Este documento alude um conjunto de casas térreas localizadas no canto da Rua de Palhas, juntamente com outras menores, situadas em frente ao Forno da Infanta.
[430] Trazia emprazada Gonçalo Fernandes, alfaiate, por 2 maravedis de censo (A.D.B., *1.º Livro de Tombo...*, fl. 130v).
[431] Trazia emprazada Gonçalo Fernandes, alfaiate, por 2 maravedis de censo (A.D.B., *2.º Livro de Tombo...*, fl. 68).
[432] Trazia emprazada o chantre, por 2 maravedis de censo (A.D.B., *3.º Livro de Tombo...*, fl. 111v).
[433] A.D.B., *1.º Livro de Prazos...*, fl. 79 e *3.º Livro de Tombo...*, fl. 42v.

segmento norte da Rua de Palhas[434]. Noutro documento, datado de 1492, a via é ainda referida como "Rua do Forno", num prazo destinado ao cónego Gonçalo Pires, relativo a umas casas sobradas situadas em frente ao Forno da Infanta[435].

A toponímia "Rua do Forno" pode estar associada ao facto de que, entre 1481 e 1483, foram concretizadas obras nos respetivo forno, evidenciando a importância simbólica que tais trabalhos poderiam ter no imaginário comunitário ao longo desses três anos. Em razão da escassez de documentação no intervalo entre 1404 e 1473, torna-se incognoscível saber se o forno esteve em pleno funcionamento durante esse período. Mesmo assim, é notório que, segundo um prazo de 20 de outubro de 1481 o forno encontrava-se inoperante, sendo reativado em 1483, conforme as cláusulas feitas ao chantre João Godins em 1481, com a condição expressa no contrato de que o forno deveria ser reparado num prazo máximo de dois anos, mediante o pagamento anual de 150 reais mais um par de galinhas[436].

Neste mesmo prazo, o chantre ficou obrigado a incluir no contrato o Casal de Urjães, situado extramuros, a sul da cidade, em direção à ribeira do rio Este[437]. A associação desse casal ao contrato implicava o pagamento adicional de 100 reais pelo foreiro, totalizando 250 reais e um par de galinhas pelo conjunto do Forno da Infanta e do Casal de Urjães[438].

Levanta-se a hipótese de que o ajuntamento de dois prazos num mesmo contrato esteja relacionado com a necessidade de garantir o abastecimento do forno, especialmente de materiais combustíveis como palha seca e madeira, tornando estratégico vincular o forno a uma unidade de exploração agrária. Como veremos mais adiante, este não seria o único forno que, na segunda metade do século XV, esteve associado contratualmente a uma unidade rural de exploração na região de Braga.

3.3.1.2. O Forno Velho

Com relação ao Forno Velho, o complemento *velho* constitui um indicativo da sua ancestralidade, sendo provavelmente, após o Forno da Infanta D. Sancha, o mais antigo da cidade.

---

[434] A.D.B., *2º* Livro de Prazos..., fl. 65.

[435] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 238.

[436] "Jt*em* aos xx. D*ias* do mes dout*ubr*o de 4 . 8 . 1 . e*mpraz*ou o cabijdo a jo*ha*m godij*rz* cha*ntre e* a duas p*essoas* de pos elle q*ue* elle nomee a 2ª *e* a 2ª nomee a 3ª . o forno da J*nfaanta e* o casal de orjaaee*s* . co*m* todas suas pertenças como sooe*m* dandar *e* da fejtura deste p*raz*o a do*us* anos p*rim*ei*ros* segu*in*gues correga o d*icto* forno de todo o q*ue* lhe fezer mester E pague ao d*icto* cabijdoo pollo forno C^{os} L^{as} r*reaes e* huu*m* par de g*alinh*a [...] (A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 61v).

[437] Trataremos com mais pormenores sobe este casal no último capítulo.

[438] [...] *e* pollo casal cem r*reaes* q*ue* sam p*er* tod*os* ijc lta r*reaes e* ij g*alinh*as E fara a p*rim*ei*ra* paga da d*icta* pensom do casal p*er* sam jo*ha*m p*rim*ei*ro* q*ue* vem . *e* a pe*n*sam do forno p*er* dia de sam Miguel q*ue* vem E lhe mandou faz*er* p*raz*o co*m* toda aas clausulas acostumadas t*estemunh*as . alu*ro* Rod*rjguez* sobchant*re e* ped*ro* alu*arez* porte*ir*o E majs o d*icto* cabijdoo lhe q*uit*a as d*ictas* penssoe*e* estes p*rim*ei*ros* ann*os* [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 61v).

Encontra-se documentado pela primeira vez oito anos após a menção ao Forno da Infanta, mais precisamente em 19 de setembro de 1169.

A cronologia consta de um documento de venda efetuada por Maria Gonçalves ao arcebispo João Peculiar, concernente a uma casa e a seu terreno adjacente, situada junto ao "*Fornum Veterem*". A casa vendida ao arcebispo incluía uma saída, ou terreno, na parte posterior, a qual estaria posicionada entre o forno do arcebispo (*vestrum furnum*) e outro forno pertencente ao arcediago Pedro Odoriz. A citação do documento é a seguinte:

> "*In Christi nonime. Ego Maria Gunsalviz facio kartam vendicionis et firmitatis vobis domno Iohanni Bracarensi archiepiscopo de quadam domo quam habeo in civitate Braca cum suo exitu vel terreno quod est posterius et iacet inter illum vestrum furnum et illam de archidiacono Petro Odoriz quomodo ex duabus partibus devidit cum illo et fuit de matre mea Onega Cendoniz* [...]" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 811, fl. 214v).

Este trecho permite-nos deduzir a existência de um forno pertencente à Igreja de Braga e, simultaneamente, a provável existência de um outro forno na mesma zona, pertencente ao arcediago Pedro Odoriz. Este segundo forno não é retratado nos *Livros de Tombo* e de *Prazos*, o que sugere ele ter sido desativado ou incorporado ao Forno Velho. O Forno Velho, entre os anos de 1369 e 1404, é mencionado como estando situado na Rua de D. Gualdim, no loteamento do lado esquerdo, em direção descendente até à Porta da Igreja de Santiago (a sul). Das doze propriedades emprazadas nesse lado da rua e nessa direção, a oitava corresponde a uns pardieiros grandes que se encontravam ermos, localizados no canto, à direita do Forno Velho[439].

Presume-se que esse "canto" corresponderia ao cruzamento da Rua de D. Gualdim com a Rua Travessa, sendo o Forno Velho implantado no vértice de um recuo nesse cruzamento e dispondo de forma oblíqua em relação aos pardieiros. A disposição do forno, ao se situar nesse ponto estratégico, pode ter alterado a geometria da esquina, modificando o alinhamento da via (ver Figura 50). Esse canto também aparece como parte das propriedades da Rua Travessa, pelo loteamento esquerdo em direção ao Forno da Infanta (nascente), em que as primeiras propriedades eram quatro pardieiros situados atrás do Forno Velho[440].

---

[439] "Item Huuns Pardeeyros grandes que estam no quanto em dereyto do fforno uelho em que morou ffernam dacha" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 127v); "huuns paredieiros que estam ao canto de Sobre o forno uelho som do cabjdoo" (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 66); "<nl > huns parideiros que estam ao canto sobre o forno uelho hermos [...] quatro paredeiros que iazem Juto com o forno uelho som do cabjdoo" (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 107v).

[440] "Jtem a Casa que esta tras fforno uelho na qual morou Lourenço martinz da obra derribada" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 131); "Quatro pardieiros que estam trallo forno velho juntos som do Cabjdoo" (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 68v); "quatro paredeiros que iazem Juto com o forno uelho som do cabjdoo" (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 112v).

Tendo por base as informações supraditas e analisando a disposição dos arruamentos no *Mapa de Braunio* (1594), constata-se que o cruzamento em questão não sofreu grandes alterações ao longo do tempo.



Figura 50. Pormenor do recuo onde se localizaria o denominado "Forno Velho" no *mapa de Braunio* (1594).

Essa fundamentação torna-se ainda mais convincente quando consultamos o *Mapa das Ruas de Braga Primaz* (MRB) e no *Mapa de Braga Primaz* (MBP), pois é possível observar a continuidade das estruturas no referido entroncamento, evidenciando a preservação da malha viária urbana desde os períodos medievais até ao século XVIII. Deste modo, ao conjugarmos com as orientações fornecidas pelos *Livros de Tombo*, podemos concluir que estas se revelam particularmente precisas, sobretudo no que respeita à identificação do edifício recuado postos na esquina do cruzamento entre a Rua de D. Gualdim e a Rua Travessa, o qual poderá, com elevado grau de verosimilhança, ser associado ao Forno Velho.



Figura 51. Pormenor do recuo onde se encontrava o "Forno Velho",

representado no mapa de Braga Primaz (1755).

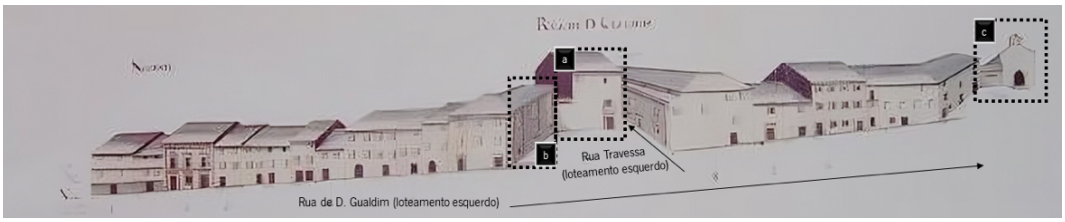


Figura 52. Iconografia do possível edifício ou loteamento correspondente ao denominado Forno Velho: (a) localização do Forno Velho numa esquina recuada entre a Rua Travessa e a Rua de D. Gualdim, no loteamento à esquerda em direção à Porta da igreja de Santiago (c); (b) os edifícios representados poderão corresponder aos quatro pardieiros mencionados na documentação dos *Livros de Tombo*, situando-se, na perspetiva da Rua de D. Gualdim, à direita do Forno Velho e, na perspetiva da Rua Travessa, posicionados na sua retaguarda. Edição do autor.

3.3.1.3. Os Fornos da Rua do Souto

Na Rua do Souto existiam dois fornos: um junto à Porta da Rua do Souto e outro nas imediações do Paço do Arcebispo. Abordemos, inicialmente, este último.

Este forno estava associado a uma casa que, em 1369, foi emprazada a Fernão Giraldes por três maravedis e que servia de residência para o recebedor. Consta nas fontes que esta casa, juntamente com o seu forno, se localizava defronte ao "cano", próximo ao Paço do Arcebispo. Essa referência permite situar a propriedade no alçado norte da Rua do Souto, nas proximidades da fachada sul do complexo palaciano, onde, mais tarde, se verificaria a expansão ocidental do Paço do Arcebispo. No rol das propriedades dos tombos, esta casa era o primeiro item de emprazamento no sentido da Porta do Muro (Porta do Souto)[441] (ver Figura 53).

Esta edificação e o forno associado provavelmente foram demolidos por volta de 1393, conforme se depreende do segundo *Livro de Tombo*, uma vez que não são mais mencionados nesse documento. No rol de propriedades desse tombo, o primeiro item de emprazamento passa a corresponder a um conjunto de pequenas casas localizadas em frente ao "cano", pertencentes a Maria Martins, mãe do chantre. A ausência de menção ao forno e à edificação anterior sugere que o forno pode ter sido desativado e demolido antes dessa data, possivelmente como parte de intervenções urbanísticas na área. Essa inferência é razoável, na medida em que a demolição do forno pode ter sido parte de um processo de reorganização do espaço urbano, incluindo alguma provável obra de ampliação do Paço Arquiepiscopal.

[441] "Jt*em* Huu*m*a Casa ante o Cano que está junto com o Paaço do Arçebispo em que mora o rreçebedor *e* com o fforno A qual Casal trouxe ffernam giraldez por Tres maravedis Tregea agora o d*i*c*t*o sen*hor*" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 118).

Outro forno, situado na Rua do Souto, é datado de 26 de março de 1206, conforme registado num documento de doação atribuído ao cónego João Pedro, filho de Pedro Fasioli, juiz. Neste documento, o cónego estabelece algumas cláusulas contratuais onde doava ao cabido de Braga cem moedas de ouro com o propósito de resgatar o forno que pertencera ao ourives Pedro — já mencionado nos capítulos anteriores.

De acordo com o teor do escrito, o forno estaria nas imediações da paróquia de São João do Souto e fora anteriormente penhorado pelos cónegos a João Capelão, cidadão de Braga, por cem soldos, em razão de uma escassez alimentar que flagelava a cidade. O cónego João Pedro impunha ainda a condição de que, enquanto vivesse, fosse pago um ouro pela alma de seu pai, e, após a sua morte, dois ouros deveriam ser oferecidos anualmente, na data do seu aniversário:

> [...] *Ego Iohannes Petri canonicus Bracarensis filius Petri Fasioli iudicis considerans hoc esse valde utile mea pro remedio anime mee dictis canonicis centum aureo de quibus redimeretur furnus qui fuit de Petro Aurific et est circa Sanctum Iohannem de Sauto quem furnum impignoraverant se predicti canonici tempore validissime famis dum essent in magna necessitate pro Caureis Iohanni Capellano civis Bracarensi. In collatione vero dictorum aureorum huiusmodi conditionem de voluntatem Bracarensis archiepiscopo et tocius capituli apposui, videlicet, ut quandiu ego viverem quolibet anno pro anima patris mei de comuni canonicorum unus aureus solveretur. Port obitum vero meus duo tantum aurei in die anniversarii mei annis singulis de comuni canonicorum solvantur in perpetuum, qui eos inter se debent dividere et sempre ea die sepulcrum meum cum pompa secundum consuetudinem ecclesie visitare. Quicumque igitur* [...]. (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 498, fls. 136–136v, pp. 700–701).

No segundo *Livro de Tombo* (1393), este forno aparece emprazado a Estevão Giraldes por 25 maravedis, valor que supera em 10 maravedis o rendimento do Forno da Infanta[442]. Em 1403, continuava emprazado ao mesmo Estevão Giraldes e pelo mesmo valor de 25 maravedis; contudo, a diferença em relação ao Forno da Infanta[443] aumentara para 15 maravedis, evidenciando a disparidade de rendimento entre os dois fornos, que nos leva a supor que este forno era mais rentável, dado o valor superior do emprazamento em comparação com o Forno da Infanta.

As informações fornecidas pelos *Livros de Tombo* são algo vagas no que respeita ao seu assentamento, sendo referido apenas como "Forno do Souto". Em contrapartida, nos *Livros de Prazos* encontramos num contrato de emprazamento a indicação de que se situava junto à Porta do Souto, sendo ali designado como "Forno da Porta do Souto". Este contrato apresenta, ainda, uma peculiaridade: contém cláusulas com condições de transformação expressamente estipuladas, que revelam que, no ano de 1480, este forno se encontrava destruído e deveria ser

[442] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 56.
[443] Nesta altura o Forno da Infanta estava arrendado por 10 maravedis (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 89).

reconstruído. Para isso, o cabido emprazou o "Forno do Souto" a João Anes, Mestre-Escola, que anteriormente se encontrava sob o foro de Pero Gonçalves, forneiro, pelo valor de dez libras, com a condição de que ele, ou aqueles que o sucedessem, "[...] aleuantem o dito fforno [...]", de maneira que o "[...] faça coz*er* [...]"[444].

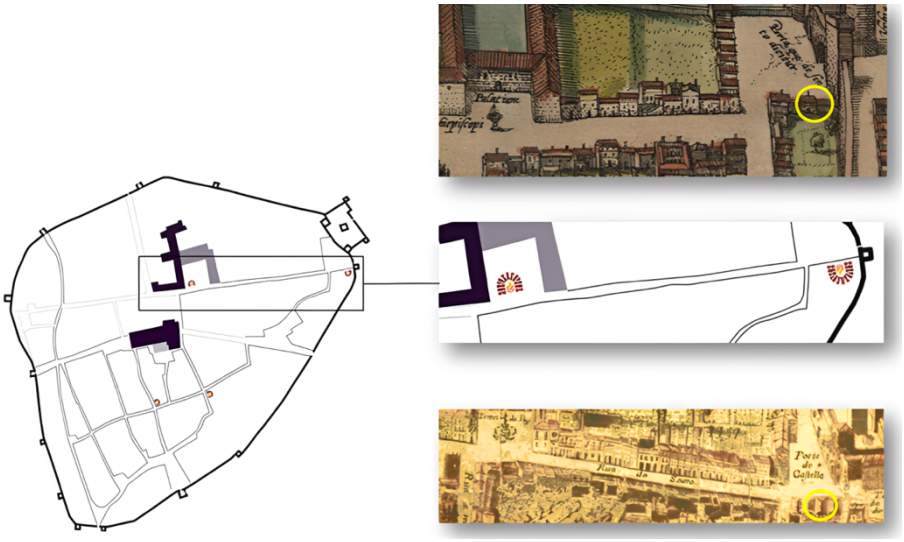


Figura 53. Localização aproximada dos fornos da Rua do Souto. Em destaque (círculo amarelo), a possível posição dos mesmos nos mapas de *Braunio* (1594) e de *Braga Primaz* (1755). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

É interessante notar que este emprazamento com cláusulas de melhoramento ocorre com menos de um ano de diferença em relação ao contrato de teor semelhante relativo ao Forno da Infanta. Ademais, no mesmo contrato de emprazamento foram incluídos prazos de propriedades agrícolas, como já mencionado anteriormente; nesta situação, equivalia a umas possessões no Fujacal e o Casal do Fiscal, situado a leste da Porta do Souto, na freguesia de São Vítor.

Com base nesses dados, podemos depreender que, no final do século XV, o cabido estava empenhado em reativar antigos fornos que haviam sido destruídos ou estavam inoperantes. Como solução, propunha contratos de emprazamento que agregavam unidades de exploração rural, mantendo uma conexão entre o espaço urbano e os recursos necessários ao funcionamento dos fornos, disponíveis no ambiente rural que circundava a cidade. Essa estratégia certamente, presumivelmente, assegurar o abastecimento contínuo desses equipamentos, mantendo-os operacionais de forma mais estável e sustentável.

[444] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 52v e *3º Livro de Tombo...*, fl. 58v.

3.3.1.4. Forno da Porta da Rua Nova

Ao lado da Porta da Rua Nova estava um forno cuja possível destruição parece estar relacionada à investida das tropas castelhanas em Braga, no ano de 1369. Vejamos porquê.

De acordo com nossa interpretação, fundamentada na documentação textual disponível, as tropas castelhanas causaram grande devastação (Gomes, 2009a: 78–79) ao património capitular na zona suburbana setentrional da cidade. A Rua Nova, enquanto artéria de escoamento para esse subúrbio, apresentava nos *Livros de Tombo* de 1369 um conjunto de propriedades intramuros situadas nas imediações da Porta da Rua Nova, composto maioritariamente por pardieiros — muitos dos quais estavam destruídos. Próximo a esses terrenos, localizava-se um forno que "topava" com a Porta do Muro, o qual também estava destruído.

Esta situação leva-nos a pensar que o forno, assim como um conjunto de imóveis, foi danificado durante a investida castelhana, sendo provável que as tropas tenham ingressado pela referida porta, como veremos na próxima subseção sobre a construção corrente. Concretamente, esse forno correspondia ao último item listado em direção à Porta do Muro, estando dependente de um pardieiro que, por sua vez, estava junto a outros cinco pardieiros ermos, todos localizados defronte da Porta do Muro da Rua Nova, e que, pelo menos entre 1369 e 1404, estariam categorizados como destruídos[445].

No entanto, não há registos específicos que comprovem a continuidade desse forno ao longo do século XV, o que impossibilita determinar se esteve operacional ou inativo durante essa centúria. Ao analisarmos a iconografia dos *Mapas de Braunio* e *Braga Primaz* para a época moderna, observam-se espaços abertos na área que corresponderia à sua parcela, possivelmente resultado das remodelações urbanísticas promovidas ao longo do século XVI.

---

[445] "Jt*em* huu*m* Pardeeyro q*ue* iaz Junto com o fforno [...] Jt*em* huu*m* fforno q*ue* Jaz destroydo Como uay topar na Porta do Muro" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 124).
"<h*er*mos. > Jt*em* pardieir*os* co*m* o do forno destroid*os*" (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 63v); "<n*ihil* > Os v pa*r*deiros q*ue* esta ata [*sic*] o fo*r*no destruujd*os*" (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 101v).

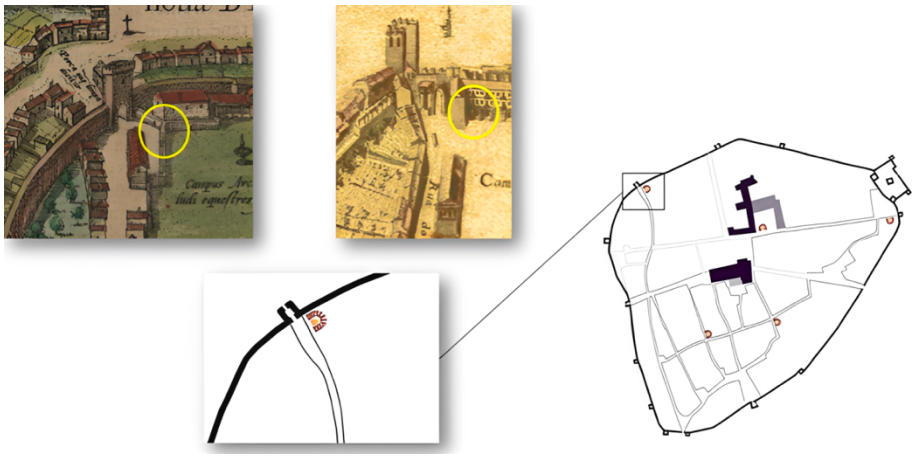


Figura 54. Localização aproximada do Forno da Rua Nova, cuja parcela específica é desconhecida. Em destaque (círculo amarelo), a possível posição do edifício nos mapas de *Braunio* (1594) e de *Braga Primaz* (1755), não sendo possível confirmar se a iconografia representa o forno em si ou um edifício remanescente. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

3.3.1.5. Forno da Rua Verde

Na Rua Verde havia um forno que, peculiarmente, esteve envolvido num contrato de escambo celebrado entre os anos de 1369 e 1380. Este documento é, efetivamente, uma permuta entre propriedades urbanas e rurais, na qual os cónegos trocaram o referido forno, juntamente com o Casal de Montelhos (Montélios – Real) — então emprazado a Fernão Giraldes —, por umas "chousas" situadas fora das muralhas, na parte sul da cidade, em Urjães, à época pertencentes a Vasco Furtado[446].

Em 1393, de acordo com o segundo *Livro de Tombo*, o Forno da Rua Verde estava em enfiteuse com Joana Pires, viúva de Vasco Furtado, o mesmo que anteriormente escambara as "chousas" de Urjães. Dado o falecimento deste, a sua esposa sucedeu ao contrato como "segunda pessoa", conforme era prática corrente nos documentos capitulares[447].

Entretanto, Joana Pires não figurava como detentora do forno nos moldes tradicionais de um acordo de escambo como empreendido por seu marido. Apresentava-se enquanto foreira "em sua vida", sem pagamento de renda, vinculando-se o emprazamento a termos de avença cujos detalhes não são conhecidos para melhor esclarecimento. O excerto do tombo explicita que: "O forno da Rua uerde com a Casa pequena que esta junto com ele contra Çima tragijao vaasco furtado em sua vjda e ora he finado e ao de trager johanna pirez sua molher em sua vjda sem dinheiro per aveença"[448].

---

[446] "Jtem huumas Chousas em Orgaaes que fforom de Vasco furtado que fforom dadas em escanbho por o fforno de Rua uerde com o Casal de Montelhos Trageas ffernam giraldez emprazadas por dous maravidis" (A.D.B., *1° Livros de Tombo...*, fl. 38).

[447] Este assunto será melhor tratado no próximo capítulo.

[448] A.D.B., *2° Livro de Tombo...*, fl. 63v.

A natureza excecional deste emprazamento, isento de rendimentos, é novamente confirmada no terceiro *Livro de Tombo*, onde se reitera a mesma circunstância a favor de Joana Pires, agora com a adição de uma casa pequena atrelada ao contrato do forno. É plausível supor que a cessão do uso do forno e das propriedades anexas — sem pagamento de foro — constituísse a contrapartida pela entrega das "chousas" de Urjães ao cabido, aquando da realização do contrato de escambo efetuado pelo seu marido, Vasco Furtado.

Quanto à sua localização e à da respetiva casa pequena, tudo se alinha para alguma parcela do lado direito do arruamento em direção ao Postigo da Cividade. O forno era arrolado como o sexto item emprazado entre os treze existentes nessa direção (poente), o que permite inferir estar no meio do percurso dessa rua, próximo à interseção que marcava o início da Rua Travessa. Desta forma, o forno e a sua casa anexa estariam próximos da muralha do burgo bracarense, na parte mais ocidental da cidade.

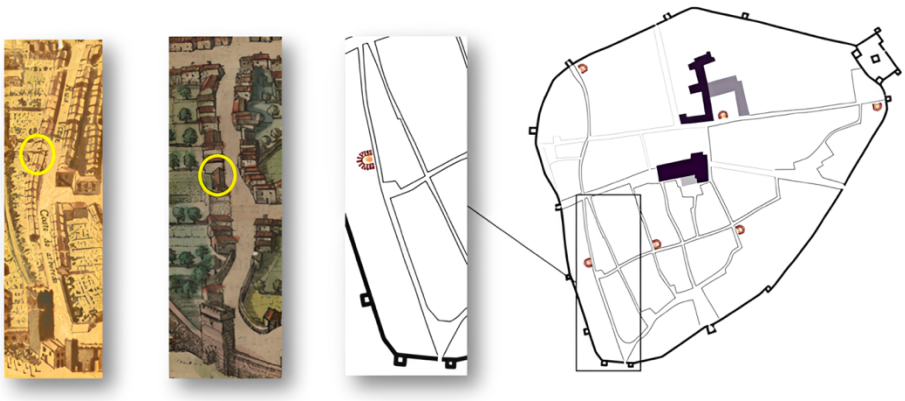


Figura 55. Localização aproximada do Forno da Rua Verde, cuja parcela exata é desconhecida. Em destaque (círculo amarelo), a possível posição do edifício nos mapas de *Braunio* (1594) e de *Braga Primaz* (1755), sem que seja possível determinar se a iconografia representa o próprio forno ou um edifício remanescente. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

O forno parece ter permanecido inativo por algum tempo, conforme indicado pelo contrato de emprazamento de 20 de abril de 1482, no qual Leonor Rodrigues, viúva de Martim Afonso, alfaiate, que demitia o prazo que havia sido vendido a Guiomar de Barros, filha de Lopo Correia, das casas — outrora pardieiros — que "anteriormente" haviam abrigado o respetivo forno[449] Isso sugere uma possível desativação do Forno da Rua Verde[450], embora não seja possível precisar com exatidão a duração desse período.

[449] O escrivão optou por registar "forno da villa", embora saibamos que se trata da cidade de Braga, uma designação que adotamos devido às características que Braga apresentava como uma cidade relativamente importante dentro dos padrões medievais portugueses. Além disso, conforme apontado por Coelho (2013, p. 159), Braga se enquadra nos critérios de uma cidade, uma vez que era a sede de um bispado e posteriormente de um arcebispado.

[450] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 73 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 63v.

3.3.1.6. Forno da Rua da Rua da Triparia (Rua de Chagas/Rua das Arras)

Dispomos apenas de duas referências breves e precisas acerca deste forno. A primeira provém de um contrato datado de 9 de setembro de 1474, pelo qual o cabido emprazou a Álvaro Pires Caçam umas casas sobradadas situadas na Rua das Arras, anteriormente pertencentes à "sucessão" de João Fortes e até então detidas, igualmente por emprazamento, por Álvaro Esteves, carniceiro. Essas casas confrontavam, de um lado, com outras propriedades da Gafaria de Braga e, do outro, com um forno[451].

Ao cotejarmos estas indicações com os registos preservados nos três primeiros *Livros de Tombo*, não se encontram correspondências nem com as casas atribuídas à Gafaria, nem com o carniceiro Álvaro Esteves. Essa constatação sugere uma configuração distinta do conjunto de moradores e proprietários desta artéria entre os períodos de 1369–1404 e o ano de 1474, diferença explicável, sobretudo, pela distância cronológica que separa os testemunhos.

A segunda referência deriva de uma vedoria realizada ao Casal de Montelhos (Montélios) em 1466. Entre os bens que compunham esse casal figurava um pedaço de devesa que, por um dos lados, confrontava com herdades ou devesa do forno da Triparia[452]. Infere-se, assim, que este forno se encontrava aforado juntamente com propriedades rurais, observando-se, além disso, que o próprio escrivão manifestava dúvidas quanto a se tratar, precisamente, de uma herdade ou de uma devesa. Indica-se ainda que o referido forno não era propriedade do cabido, surgindo apenas como ponto de referência na delimitação tanto dos imóveis urbanos quanto das áreas rurais descritos nos contratos.

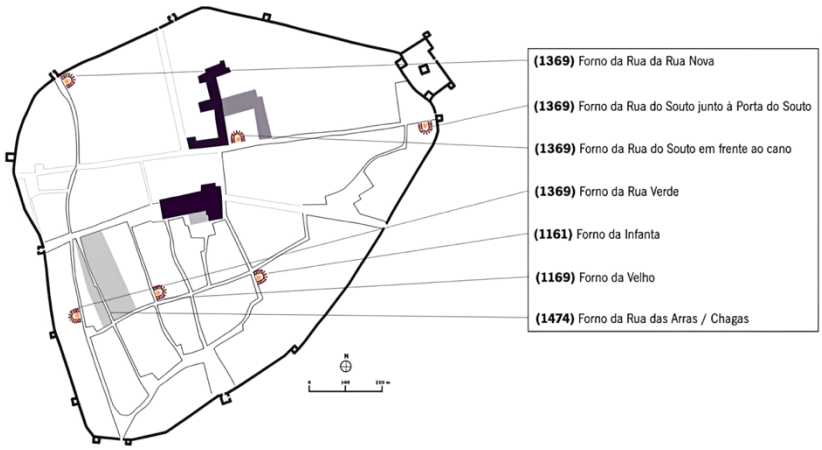


Figura 56. Mapa ilustrativo com a localização conhecida dos fornos da cidade de Braga entre os séculos XII e XV. A localização do Forno da Rua de Arras (ou das Chagas) permanece desconhecida, tendo sido delineados apenas os parcelários hipotéticos. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

[451] A.D.B., *1° Livro de Prazos...*, fl. 102 e *3° Livro de Prazos...*, fl. 45v.
[452] A.D.B., *4° Livro de Tombo...*, fl. 21v e 22.

3.3.2. Estruturas relacionadas ao fornecimento de água

O fornecimento de água nas cidades medievais portuguesas era uma preocupação primordial, não apenas para suprir as necessidades básicas de consumo humano, mas também para atender às demandas de diversas atividades quotidianas, cujas complexidades exigiam habilidade e engenho na captação, escoamento, armazenamento e distribuição. Como sublinha Trindade (2014, p. 368), garantir o abastecimento de água em quantidade e qualidade adequadas às cidades medievais era um desafio constante e de difícil resolução, cujas raízes se fixam na desorganização político-administrativa dos poderes urbanos, sobretudo pelo escasso investimento em infraestrutura pública, das quais, boa parte eram remanescentes da época romana.

Algumas destas estruturas, como os aquedutos, desempenhavam um papel providencial, canalizando água de fontes diversas para distintas zonas dentro dos limites da cidade murada. Embora muitas delas tenham sido construídas na época romana, ainda se faziam presentes na Idade Média canalizando a água para reservatórios públicos e privados, e redistribuindo-a por meio ductos de chumbo, terracota ou mesmo madeira, especialmente nos casos dos banhos públicos, fontanários e residências de particulares mais endinheirados (Morais & Lagóstena Barros, 2018, p. 177 e pp. 186–187).

Essas soluções de cariz romano, ofereciam uma variedade de recursos técnicos e dispositivos para a obtenção e municiamento de água, em especial no final do século XV e, mais amplamente difundido ao longo do século XVI (Gonçalves, 2017, p. 39). Entre as técnicas mais comuns, incluía-se a construção de poços de águas subalveolares e freáticas[453], alimentados pelos lençóis freáticos dos rios (Guillerme, 1985), enquanto se fazia uso do aproveitamento de antigos sistemas de canalização de origem romana para conduzir águas de fontes naturais mais longínquas. Inclusivamente, exploravam-se os afluentes fluviais mais próximos para suprir as necessidades hídricas mais básicas e associadas ao setor secundário.

Em Braga, a presença do rio Este a sul, situado entre 800 e 900 metros do centro da cidade (Sé Catedral), e do rio Cávado a norte, a uma distância aproximada de 5 km, viabilizava abundância hídrica fluvial. Entre esses dois cursos de água, no espaço correspondente ao termo da cidade, localizavam-se, igualmente, vários ribeiros. Um deles, em particular, parece situar-se além de um

[453] Em alguns contextos urbanos subsistem estruturas que remontam ao período romano, como o Poço da Lança, no termo de Nisa. Trata-se de dois poços de planta subcircular, inundados, com cerca de 15 m de diâmetro e até 4 m de profundidade, já mencionados por Plínio, o Velho como contendo grandes quantidades de *crystallum* na região dos Ammaeenses (Carvalho & Rodrigues, 2012, p. 136). Esta estrutura surge igualmente em documentação medieval, designadamente numa carta de privilégio de D. Afonso V, datada de 14 de fevereiro de 1445, pela qual se determina a nomeação de quatro homens para a sua guarda permanente (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 67).

campo que era abastecido pelo rio Este, e que comportava uma área de cultivo correspondente a vinte alqueires de semeadura[454]. Esse campo integrava a Quintã de Nossa Senhora a Branca, sendo representado na *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/84) (ver Figura 57).



Figura 57. Quadrante da *Planta Topográfica de Braga* (1883/1884), por Francisque Goullard, à escala 1:500. Em azul, o curso de água do ribeiro situado além dos campos da Quintã de Nossa Senhora a Branca; em preto, o complexo habitacional da propriedade. À esquerda, os limites da Muralha Fernandina. Edição do autor.

Havia, ainda, pequenos cursos de água no interior do próprio recinto muralhado, cuja existência foi sintetizada pela historiografia na área que corresponde ao atual Jardim de Santa Bárbara. A partir desse ponto, o curso seguia um trajeto que coincide, em parte, com o traçado da atual Rua do Souto. Dali, dirigia-se a um balneário de época pré-romana, cujos vestígios foram musealizados no subsolo do edifício da Estação dos Caminhos de Ferro de Braga (Lemos *et al.*, 2003)[455].

Ainda se constatam outras permanências de origem romana, como é o caso da Fonte do Ídolo, dedicada à divindade flumínea *Tongoenabiago* (Garrido *et al.*, 2008). Como salientam Ribeiro e Martins (2013, p. 181), a polivalência dos recursos hídricos constituiu um dos principais fatores que motivaram a ocupação e exploração do território de *Bracara Augusta*. De certo modo, apesar das convulsões provocadas pelos processos históricos subsequentes ao colapso do Império Romano do Ocidente, esse fator contribuiu para a continuidade da ocupação humana nesta área geográfica nos séculos posteriores.

Mas, para além dos cursos de água e das infraestruturas hídricas de origem romana, como a Fonte do Ídolo e o balneário encontrado na Estação de Caminhos de Ferro, outras formas de

[454] "<iij alq*ueire*s xx carualhos > J*tem* logo ale*m* do rribeiro Jaz out*ro* ca*m*po cerrado sobresy que leua de ssemen*te* boons — iij alq*ueire*s E este tem p*e*llo comoro — xx c*ar*ualhos" (A.D.B., *4.º Livro de Tombo...*, fl. 128v).
[455] Segundo Ribeiro e Martins (2013, p. 181), este curso d'água ainda está cartografado na carta militar 1:25000 e permanece percetível na fotografia aérea de 1938–1948.

captação e exploração dos recursos hídricos continuaram a ser utilizadas no interior do recinto muralhado da cidade de Braga. Atentemos para estas novas soluções.

3.3.2.1. Os poços urbanos

Uma das soluções adotadas diante das limitações técnicas que dificultavam o abastecimento de água, foi a implementação de poços de uso doméstico. Esses dispositivos permitiam, ao menos, suprir as necessidades diárias. A presença e a relevância desses poços são, por vezes, atestadas pela própria toponímia urbana, como se observa, por exemplo, na designação da Rua do Poço, em Óbidos (Campos, 2013, p. 167).

André Guillerme (1986) assinala que a maioria dos habitantes das cidades e vilas medievais costumava escavar poços dos seus quintais traseiros nas suas casas[456], com o desígnio de suprir uma variedade de necessidades domésticas e artesanais. Esses poços serviam tanto a atividades quotidianas mais simples — como a preparação de alimentos ou o fornecimento de água para os animais — quanto a tarefas laborais mais complexas, como o tratamento de peles, o tingimento de tecidos ou os procedimentos de higienização relacionados à carneação, entre outras.

Todavia, os poços podiam também assumir carácter público[457], estando sob a jurisdição concelhia ou da autoridade de um senhorio. Essa realidade é ilustrada, por exemplo, em alguns desenhos do *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas (ver Figura 58), onde se visualiza o poço público da vila de Montalvão, em torno do qual se agrupam mulheres a abastecer os seus cântaros (Fonseca, 2020, p. 129).

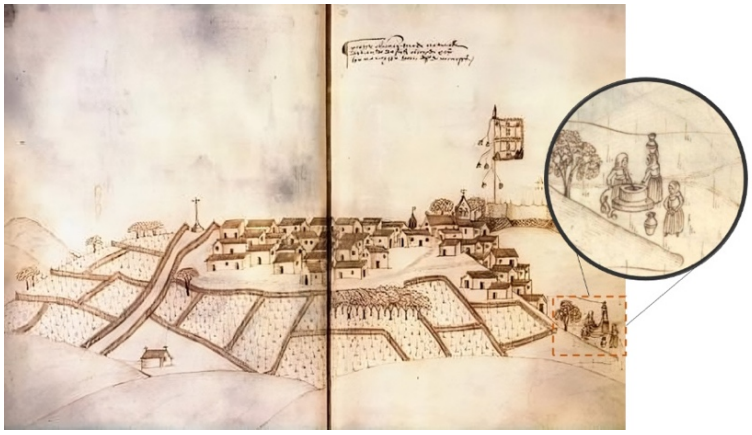


Figura 58. Pormenor da representação de mulheres em torno do poço público de Montalvão, no Alto Alentejo. (A.N.T.T. *Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, fl. 50). Edição do autor.

[456] Quase todos os poços são mencionados junto ao exido onde encontrava-se perfurado.
[457] Para Guillerme (1986), boa parte dos poços públicos eram uma herança do período altomedieval ao serem edificados nos cruzamentos próximos aos mercados, ou nos bairros em processo de urbanização, muito dos quais eram perfurados nas cercanias dos canais.

Embora os recursos hídricos de uso comum estivessem presente nos espaços urbanos, as fontes históricas destacam predominantemente o uso de poços resguardados na esfera privada[458]. A historiografia alerta, ademais, para a dificuldade em encontrar referências precisas acerca do processo construtivo, das especificações técnicas e dos materiais utilizados[459], sendo que as melhores indicações a esse respeito muitas vezes derivam da iconografia, da arqueologia ou da prática construtiva milenar ainda hoje em uso.

Em Braga, os indícios provêm de fontes diversas, ainda que haja casos concretos no âmbito da arqueologia. Por exemplo, a identificação de um poço com orientação norte-sul, nas escavações realizadas na Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão, n.s 166/168. Ainda que a casa à qual o poço pertencia seja do período moderno, este acusa uma origem medieval. A investigação arqueológica desvendou informações sobre a sua composição: era constituído por pedras graníticas de formas e talhes irregulares, associadas a fragmentos de material laterício. Apresentava ainda um muro de silharia granítica, com forma circular obtida pela disposição de silhares curvos com o lado mais longo na horizontal, rematados por silhares colocados na vertical (Mendonça, 2019, p. 87).



Figura 59. Pormenor do Poço da Escola Velha da Sé (à esquerda) e sua provável localização (à direita), nas imediações do Forno da Rua Verde. (imagem à direita — Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39); imagem a esquerda - ©GACMB.

As fontes textuais, por sua vez, fornecem-nos outros elementos elucidativos. Por exemplo, verificamos que num conjunto de três contratos de emprazamento, sucessivamente retificados ao longo de um período de dez anos, destinados ao cónego Pero Bravo, cujas propriedades eram

[458] Em certa medida, os poços também poderiam representar uma ameaça, dado que acidentes não eram inevitáveis, o que trazia alguns problemas para as autoridades locais. Num estudo realizado por Lisa Marie Bitel (2002, p. 12), sobre as mulheres na Idade média europeia entre 400 e 1100, num levantamento local na inquirições de Northamptonshire (Inglaterra), em um censo sobre causas de mortes, desvelou-se que 5,9% de mulheres morriam ao cair e se afogar no poço público.

[459] Segundo André Guillerme (1986), a responsabilidade pela manutenção tanto dos poços públicos quanto privados recaía sobre os próprios habitantes. Nos séculos XII e XIII, em particular, era deles a incumbência de escavar, erguer e até ornamentar tais estruturas.

umas casas com os seus exidos na Rua do Souto, estão estipuladas cláusulas específicas que lançam luz sobre a importância da construção de um poço. Assim, em 7 de fevereiro de 1476[460], os cónegos exigiam do enfiteuta a abertura de um poço de água dentro de dois anos, estabelecendo uma profundidade de escavação de sete braças, correspondente a aproximadamente 12,83 ou 15,4 metros[461]. Em caso de não encontrar água, a escavação não deveria prosseguir.

Já em 1479, os cónegos flexibilizaram a exigência quanto à localização do poço, permitindo ao enfiteuta escolher o local mais conveniente para a escavação. Tal alteração leva-nos a supor que não se encontrou água nos exidos das casas — espaço aberto que seria, por natureza, o mais indicado para a instalação do poço —, como se depreende do seguinte excerto relativo à referida empreitada: "[...] no dito enxido ou na dianteira das ditas casas onde mais q*uiser* da feitura deste p*raz*o a três anos p*rim*e*iros* seguintes [...]"[462].

Em 1486, foi elaborado um último prazo, desta feita referente a outra casa, cuja separação em relação às casas do bispo de Titopolis deveria ser assegurada por Pero Bravo, sendo que uma das paredes laterais confrontava com a sala do bispo auxiliar[463]. No texto do contrato, ficou novamente estipulado que Pero Bravo deveria escavar o referido poço, o que demonstra que, passados dez anos desde o primeiro prazo, a obra ainda não havia sido concretizada. Este caso reveste-se de particular interesse, na medida em que demonstra a insistência dos cónegos em dotar as suas propriedades de dispositivos de captação de água, sendo os poços o meio mais comum de armazenamento e abastecimento hídrico.

Não dispondo de informações pormenorizadas relativas ao processo construtivo e à composição dos poços, procurámos, em contrapartida, levantar a sua quantidade, conjugando para isso todas as fontes e bibliografia por nós selecionadas e consultadas. Foi possível, assim, identificar com clareza a existência de treze poços na cidade, documentados entre o século XIV e o século XV, sendo a menção mais antiga a de um poço situado na Rua do Souto, datado de 1337. Um outro, correspondia, por sua vez, a um poço público, situado à entrada da Judiaria Nova (Ribeiro, 2019, pp. 320 e 322), cuja função poderia corresponder ao abastecimento da comunidade judaica então aí enclausurada.[464].

---

[460] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 50.

[461] Esse cálculo baseia-se nas referências de medidas lineares de Mário Viana (1999, p. 491) cujo primeiro valor corresponderia ao sistema de panos e o segundo ao sistema de craveira.

[462] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 38v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 56.

[463] A.D.B., *2º Livro de Prazo...*, fl. 141 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 73v.

[464] Segundo o *Mapa de Rua de Braga* (M.R.B.), datado cerca 1750, a casa n. 11 é referida como a "Casa do Poço", nome atribuído devido à presença de um poço situado junto à rua. A propriedade estava arrendada a Manuel Francisco e sua mulher, Teresa Antunes, pelo valor de 210

Ademais, supomos a existência de um poço nos Açougues Velhos, ainda que a sua menção não seja explícita nas fontes, baseando-nos, para tal, na referência às "Casas da Picota"[465], equipamento este destinado à extração de água de poços, e que, neste caso particular, estaria associado à higienização do espaço durante o processo de carneação do gado[466] (ver Tabela 7).

Consideramos que este número seria mais elevado, sem contar uma quantidade talvez muito maior daqueles que se situavam na área suburbana da cidade onde a água se fazia muito necessária nas atividades diárias agrícolas. Desta forma, fica patente que a abertura de poços foi um mecanismo vital de recolha de água, que mereceu a atenção das autoridades da mesa capitular, além de ser de grande importância para imóveis pertencentes à câmara e para propriedades privadas. Além disso, muito se deve ao facto de a cidade estar localizada uma região de grande pluviosidade, o que contribuía para a recarga dos lençóis freáticos, sendo limitada ao norte pelo rio Cávado e ao sul pelo rio Este[467].

Tabela 7. *Poços medievais identificados na documentação histórica e por escavações arqueológicas em Braga*

Propriedade	Rua	Direção	Reg. cron.	Referência
Casa com Poço	Verde	Entre a Muralha e o cruzamento da Rua Travessa	Medieval (data indefinida)	Mendonça, 2019, p. 87
Está próxima a metade de umas casas	Souto	Entre o Portal da Rua e o Poço	04/06/1337	A.D.B., *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 51 (*apud* Marques, 1983, p. 203).
Casa(s) do Poço	Ousias	Do cano à Porta do Sol	1369 a 1404	A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121 A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 60v A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 96v
Casas Grandes com sua Torres Pomares e Poços	Paio Manta	Do Forno da Infanta à Albergaria de Rocamador	1393	A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69
Poço e entrada dos Judeus	Judiaria Nova	Da entrada dos Judeus para Santiago	1466	A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 4v
Casas com sua torre, pertenças, exidos e poço	Maximinos (Burgueses)		13/08/1467	A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 21 A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 19v
Casas da Picota com uma cavalariça	Açougues Velhos	Ao canto dos Açougues Velhos	12/09/1471	A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 58v A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 38v
Casa, exido e poço	Souto	Não refere	07/02/1476; 01/09/1479; 13/10/1486	A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 50 A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 38v A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 56 A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 141 A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 73v
Casas, exido, árvores e poço	Souto	Não refere	22/07/1481	A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 65 A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 60v
Casa, exido e poço	Judiaria Nova	Não refere	05/03/1482	A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 62v
Casas que jazem em pardieiros, casa terreira, exido e poço	Souto	Não refere	11/06/1489	A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 156v A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 75v
Casa, exido, cavalariça e poço	Souto	Não refere	13/03/1492	A.D.B,. *2º Livro de Prazos...*, fl. 225v

réis e 4 galinhas. Não é possível, entretanto, confirmar se este poço corresponde ao poço municipal (ver Tabela 7) que, conforme registos históricos, já existia na mesma artéria desde a Idade Média, ou se foi construído em período posterior. Em razão dessa incerteza, optou-se por não incluir essa informação no presente levantamento.

[465] Esta casa era emprazada a um carniceiro chamado Rui Gonçalves, o mesmo que estava implicado numa contenda com o cabido de Braga que o condenava pelo facto de ter assegurado para si o melhor boi dentro dois, uma vez que as melhores carnes deveriam estar destinadas aos senhores cónegos. A.D.B, *Gaveta dos Privilégios*, doc. 76 (*apud* Martins, 2020, p. 248).

[466] Estes edifícios destinavam-se às atividades de abate de animais, preparação e comercialização de carnes, empreendimentos que resultavam em considerável sujidade e demandavam suprimento hídrico. Em muitos casos, os açougues, oriundos do contexto de ocupação islâmica enquanto mercados, também abrangiam a venda de uma variedade de outros produtos alimentares, além de carnes e peixes (Ribeiro, 2020, p. 392).

[467] Braga encontra-se numa geografia cuja precipitação é de 1515 mm/m², com uma evapotranspiração de 511 mm e um índice de retenção de cerca de 1,3% (0,3l/s km²) (Martins *et al*, 2011, pp. 12–13).

Poço municipal	Rua de Santa Maria	Extremo nordeste da artéria	Não refere	Mapa de Ruas de Braga (M.R.B.)

3.3.2.2. Outras formas de condução hídrica

A condução de água em Braga incluía também o uso de canos que a transportavam a partir do exterior da cidade. Cumpre recordar que o termo *cano*, segundo Trindade (2014, p. 368), equivalia, grosso modo, às condutas de técnica romana, cuja funcionalidade se prolongou ao longo Idade Média. Um exemplo é o antigo aqueduto romano, referido numa fonte de 1087 como *cursum aquam*, junto à Porta do Sol, em Coimbra, ainda em operação nessa data (Rossa, 2001, p. 63). Outra ocorrência é o aqueduto romano situado na atual Rua do Cano, em Évora, cuja existência desempenhou um papel relevante no desenvolvimento urbano da cidade (Beirante, 1988, p. 145).

Esses canos começaram a assumir maior destaque na documentação histórica à medida que as cidades se expandiam, refletindo a preocupação das autoridades locais em restaurar essas infraestruturas ou mesmo, já em finais do medievo, em construir dispositivos similares, com vista a alimentar fontes e chafarizes (Andrade, 2003, p. 90). De cronologia medieval, por exemplo, é o caso da construção do cano no mosteiro de S. Domingos, datada da segunda metade do século XIII (Melo, 2007).

Eram obras de grande envergadura, cujos percursos, ao penetrarem o tecido urbano, seguiam frequentemente a topografia das artérias existentes, influenciando, por vezes, a própria toponímia — como sucede com a Rua dos Canos ou Rua do Cano Real, em Torres Vedras. Em Braga, não se conservou nenhuma toponímia, muito embora a sua presença seja reiteradamente assinalada na documentação dos *Livros de Tombo* e de *Prazos*.

A menção mais recuada remonta a 1369, sendo o "cano" utilizado como sinalização para localizar propriedades na Rua das Ousias, ao dizer que elas vinham desde o "[...] quan[t]o do Cano ata a Porta do ssol da ssee de Maao sseestra em Redor Primeirame*n*te"[468], ou na orientação da "Rua do ssouto des o Cano como vay da maao dereyta ata a porta do Muro [...]"[469].

Conforme já abordado ao tratarmos as Cortes de 1442, é possível que este "cano" da Rua do Souto estivesse na origem das inundações que afetavam parte daquela artéria, motivando os procuradores do concelho a solicitar ao rei D. Afonso V a realização de obras destinadas a resolver o problema, que interpretamos como estando relacionado com questões de escoamento ou drenagem de águas.

[468] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121. Quando diz "em Redor", faz alusão de que a rua ia ao redor da Sé.
[469] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 117.

Referente aos dois canos acima citados, é possível assegurar que o referido cano da Rua do Souto, na verdade, se prolongaria pela Rua das Ousias, formando com esta um canto. Segundo Freitas (1890), durante a Época Moderna, este cano abastecia uma fonte conhecida como Fonte de São Geraldo, provavelmente em homenagem ao arcebispo do século XII. Esta fonte seria ainda remodelada por iniciativa de D. Diogo de Sousa, na primeira metade do século XVI[470].

Esta fonte, forneceria água a pequena praça situada "antre a capella de Sam Geraldo e de Dom Gonçallo e a ditta rua" (do Souto), onde funcionava um açougue de pequenas dimensões no canto desta mesma praça. Devia, ainda, abastecer os Paços Arcebispais, atendendo, inclusivamente, as diversas casas contíguas ao cano e os respetivos paços[471].

O cano volta novamente a ser mencionado nos *Livros de Prazos*, quando, em 15 de maio de 1469, o cabido emitiu um prazo a Vasco Gil, alfaiate, referente às casas situadas "ao cano", defronte às Portas dos Paços Arcebispais[472]. Em 3 de janeiro de 1474, uma nova concessão foi realizada a João Godins, chantre, respeitante a uma propriedade situada "ao cano", em frente aos mesmos Paços, e adjacente à morada do referido Vasco Gil[473].

Ao considerarmos o abastecimento e eventual racionamento de água, tratado por Marques (1980, pp. 127–138), ao indicar que, entre 1428 e 1433, a cidade enfrentava um regime de racionamento hídrico, dado que os poços e as fontes então existentes já não correspondiam às necessidades de uma população presumivelmente em crescimento demográfico, e esses canos supririam, com muita segurança, a carência de água que se fazia sentir na cidade. O cano que atravessava a Rua do Souto, juntamente com outro curso de água que percorria a área onde atualmente se encontra o Jardim de Santa Bárbara (Lemos *et al.*, 2003), assumiram, então, um papel preponderante no desenvolvimento da zona periférica abrangida pelo prolongamento da cerca dos séculos IX/X, erguida entre os séculos XII e XIV.

A água conduzida por essa canalização era, em grande parte, captada nas imediações da cidade e transportada por meio de canais até estruturas de reservatório, tais como fontes, tanques e lavadouros, que asseguravam o abastecimento público na cidade (Marques,1980, pp. 127–138). A historiografia tem associado esse sistema de abastecimento à condução de água a partir de um local mais distante, nomeadamente na região das Sete Fontes — área que já supria a cidade

[470] Havia sobre a fonte uma varanda gradeada ao lado da porta principal da Misericórdia, com uma escada voltada para o poente, e sob a varanda existia uma capelinha com a imagem de S. Geraldo (Freitas, 1890); a capelinha, a varanda, a escadaria e a fonte teriam sido demolidos no início do século XVIII, durante obras de melhoramento na igreja do adro da Misericórdia. (Freitas, 1890, Tomo I, p. 38).
[471] Uma casa emprazada junto com um forno (A.D.B., *1.º Livro de Tombo*..., fl. 118) e uma casa pequena (A.D.B., *1.º Livro de Tombo*..., fl. 118v).
[472] A.D.B., *1.º Livro de Prazos*..., fl. 35 e *3.º Livro de Prazos*..., fl. 29.
[473] A.D.B., *1.º Livro de Prazos*..., índice.

durante a época romana —, a qual poderá ter sido, em certa medida, reaproveitada e adaptada ao sistema hídrico medieval, sobretudo entre os séculos XIV e XV (Martins *et al.*, 2011, p. 25).

Essa hipótese é corroborada por uma passagem no quarto *Livro de Prazos*, na qual o escrivão do cabido descreve, em 12 de dezembro de 1499, a delimitação da cerca que envolvia o "Casal que está nos Chãos". Nessa descrição, assinala-se que o limite deste casal se iniciava pelo parcelário à direita do arrabalde dos Chãos (Rua dos Chãos), seguindo o caminho para a Portela de Avelar (atual Avelar), onde entrava a água do cano para dentro de um campo pertencente ao casal:

> J*tem* hu*m*a cerca de parede que se comeca e*m* hua casa q*ue* esta e*m* todo o cima do arrabalde dos chaaos da p*ar*te dereita E vay p*ar*tindo p*er* aly arriba arredor do camjnho q*ue* p*er*a a portella do auelar atee honde e*n*tra a aagua do cano p*er*a dentro do ca*m*po do dito casal do cabijdoo./ (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 76v).

Este documento divulga ainda que o cano de água percorria um fosso ou cava: "J*tem* huu*m* pedaço de v*inh*a q*ue* esta a cabo das casas de *con*tra cima q*ue* topa nas casas *e* vay p*er* aly arriba arredor do camjnho q*ue* vay dos chaaoos até ho*n*de esta hu*m*a caua p*er* onde vay o cano da auga /[474]". Este cano deverá corresponder àquele proveniente da região das Sete Fontes, uma vez que seguia o mesmo traçado até a Porta de Avelar (Avelar), em Adaúfe — itinerário praticamente coincidente com o das Sete Fontes, já que, até a Porta de Avelar, distava apenas cerca de um km das Sete Fontes.

No século XVIII, esse antigo cano estaria fossilizado no atual traçado da Rua de São Vicente e da Rua dos Chãos, desaguando, por fim, na zona da Arcada. Nesse local situava-se um reservatório junto aos caramanchões, sendo plausível coincidir com o espaço onde outrora existira um *castellum aquae* acoplado ao aqueduto romano (Martins & Ribeiro, 2012, pp. 191).

[474] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 77.

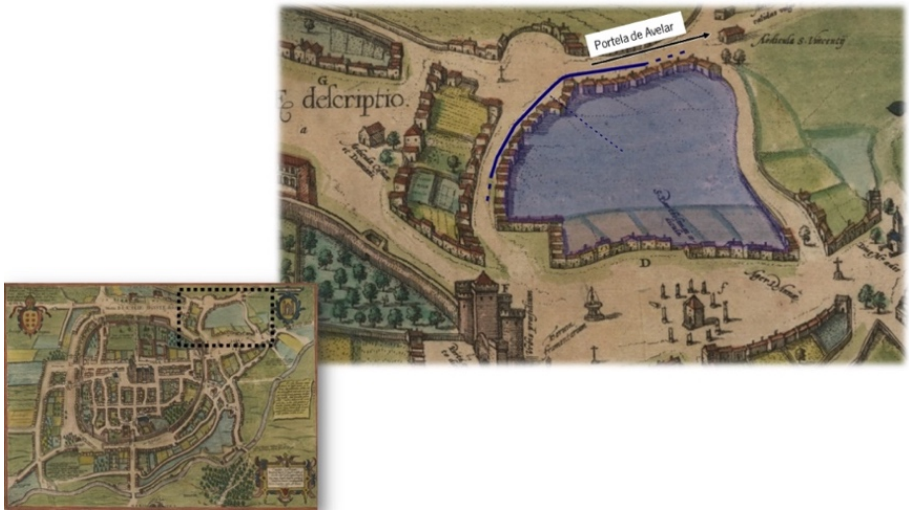


Figura 60. Pormenor do *Mapa de Braunio* (1594) com destaque para as propriedades rurais no Arrabalde dos Chãos, abastecidas pelo cano das Sete Fontes, conforme indicado na documentação do 4.º Livro de Tombo. Em realce, as parcelas beneficiadas pelo referido sistema de abastecimento. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Para além da Porta de Avelar — situada a cerca de 5 km da cidade, na freguesia de São Mamede —, o bispo D. Pedro, de Braga, herdara de D. Argunte Mides[475] a *(villa)*[476] das Fontes de Este, também em São Mamede. Esta propriedade estava abaixo do monte *Spine*, e era atravessada pelas águas do rio Este, sendo composta por riachos, moinhos, pastagens, pântanos e outros elementos naturais, o que indicia a existência de uma importante zona de manancial aquífero já sob domínio da Igreja bracarense desde o século XI:

> [...] *Ut faceremus sicut et facimus ad vobis domnus Petrus episcopus sedis Bracarensis textum scripture firmitatis de villa mea propria que abemus quos vocitant Fontes de Aliste subtus monte Spine territorio Bracarensi discurrente aque fluvius Alistes et abet ipsa villa iacentia iuxta domum Sancti Mametis. Damus pascuis paludibus exitus accersus vel regressus aquis aquerum vel sessicas molinarum per suis terminis et locis antiquis cum quantum in se obtinet et a prestitum hominis in ipsa villa ubi ea potueritis invenire* [...] (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 24, fl. 17, p. 104).

Neste sentido, a conduta hídrica reutilizada da época romana transportaria água para a cidade a partir de nascentes localizadas a aproximadamente 4 a 5 km de distância (Ribeiro & Martins, 2012, p. 185), seguindo o trajeto desde o seu nascedouro até ao espaço intramuros. A análise arqueológica historiográfica sugere que este canal abastecia a área central (e vital) de Braga, no entorno da Sé, acompanhando as principais artérias urbanas, conforme era comum nas cidades e vilas medievais, onde as condutas eram frequentemente dispostas subterraneamente (Trindade,

[475] Não é de descartar a possibilidade de haver alguma relação de parentesco com a mulher de Pedro Ourives, chamada Elvira Mides, conforme já abordamos nos subcapítulos anteriores.
[476] Acreditamos tratar do termo *villa* romana, de carácter rural.

2014, p. 374) ou sob calçadas (Conde, 1996, p. 78), até alcançar as bicas das fontes e dos chafarizes.

Portanto, o influxo de água na área da Sé Catedral pode ser explicado, conforme tem avançado a historiografia, pela existência, em épocas passadas, de um *macellum* (mercado) neste local, para o qual era necessária a canalização de uma considerável quantidade de água (Fontes *et al.*, 1997–1998; Martins, 2004; Martins & Ribeiro, 2013).

Apesar da desativação deste *macellum* para a construção subsequente do templo que daria origem à Sé Catedral, o espaço envolvente — desde a Rua da Olaria até à Rua do Souto — assumiu a função de zona de comércio e produção. Esta continuidade comercial pode ser explicada, em parte, pela disponibilidade permanente de água corrente para as atividades artesanais[477].

A modernização da infraestrutura hídrica urbana no século XVI caracterizou-se pela implantação estratégica de fontes e chafarizes em pontos nevrálgicos da cidade, respondendo às necessidades de abastecimento dos residentes sem acesso a sistemas privados (Piponnier, 1992, pp. 484–486). Estes equipamentos operavam como terminais de distribuição, canalizando água de nascentes periféricas para consumo público através de bicas coletivas (Magnusson, 2001, pp. 54–57).

O programa, impulsionado pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, combinou a recuperação de infraestruturas medievais — fontes de S. Geraldo, da Cárcova e de S. Marcos — com novas construções monumentais, incluindo a fonte dos jardins dos Paços da Sé e o chafariz do Paço dos Arcebispos (atual Largo do Paço)[478]. A rede expandiu-se com pontos de abastecimento na Porta Nova de Sousa, na igreja de Nossa Senhora a Branca e na Rua dos Granjinhos (Martins *et al.*, 2011, p. 26), completando-se com a Fonte de Santiago na zona extramuros (Costa, 1993).

3.3.3. A pavimentação tardia

O dealbar do processo de pavimentação dos arruamentos urbanos ocorreria, de forma mais premente, no período de transição entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Por meio da regulamentação e do ordenamento urbanístico, surgem as primeiras perspetivas de saneamento dos arruamentos públicos, percetíveis pela preocupação, ainda que incipiente, com o calcetamento e, em alguns casos, com o encanamento dos esgotos, refletindo uma atenção crescente à higienização (Rossa, 2002, p. 242).

---

[477] Abrangeria, inclusivamente, uma área que correspondente aos Açougues Velhos até a pequena praça onde se instalou um pequeno açougue no seu canto.

[478] A.D.B., *Registo Geral*, liv. 330.

No entanto, impõe-se a questão: por que tais precauções não se disseminaram de forma mais ampla pelas vilas portuguesas, considerando que a insalubridade era constante e ocasionava períodos de surtos epidemiológicos?

Essa questão, em grande medida, pode ser respondida pelo elevado custo associado ao calcetamento das vias urbanas, que exigia um financiador indutor — fosse o monarca, a câmara municipal ou a administração do senhorio eclesiástico. Além disso, era um empreendimento que requeria certo nível de especialização, o que prolongava a execução dos trabalhos por vários anos, como se verifica nas Ruas das Flores, no Porto, e na Rua Nova, em Lisboa (Trindade, 2004–2005, p. 128).

De facto, Lisboa e o Porto foram algumas das primeiras cidades a receberem obras de calcetamento em suas ruas e, pelo menos durante o reinado de D. Manuel, havia planos para generalizar a pavimentação em todas as artérias lisboetas, conforme estabelecido na ordem régia de 1499, que determinava "fazer calçadas todas as ruas descalçadas" (Carita, 1999, p. 212).

Em Braga, a remodelação e o embelezamento dos espaços urbanos apoiavam-se, mais profusamente, nos empreendimentos de pavimentação patrocinados pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, na primeira metade do século XVI. Nesse contexto, as estruturas calçadas em pedra tornaram-se elementos ornamentais das fontes e chafarizes, muitas delas inseridas em praças e largos, ostentando o símbolo heráldico do arcebispo. É o caso da Fonte de Sousa, composta pelo seu "chafariz, calçada e terreiro, peitoril e ameias" (Ribeiro & Martins, 2012, p. 201).



Figura 61. Chafariz representado no *M.R.B.* (abaixo) e atualmente localizado no Largo da Reitoria da Universidade do Minho, na Rua do Souto (acima), antigo espaço dos Paços Arcebispais. Elaboração do autor (Fotografia superior: *GoogleMaps*)

Este calcetamento articula-se com as determinações do prelado para a edificação, junto à Porta do Souto, de um conjunto arquitetónico composto por casa, estrebarias e alpendres colunados, destinado a proporcionar repouso aos almocreves que ingressavam na cidade (Ribeiro, 2020, p. 397). A documentação refere que as estrebarias incluíam manjedouras e leitos igualmente

"calçados", desvelando uma preocupação que transcendia o mero embelezamento para abranger questões de salubridade e higienização dos espaços destinados aos animais[479].

Nos *Livros de Prazos*, esses empreendimentos se destacam no final do século XV. Por exemplo, num prazo datado de 7 de janeiro de 1481, é mencionada uma calçada associada a um chafariz: "[...] cassas q*ue* stom aVante a calcada dante o chaffaríz e*m* rrostro dos paaços do arç*e*b*is*Po [...]"[480]. Em outro documento, expedido em 12 de maio de 1490, o cabido empraza, juntamente com o "Lugar de Castel Meijom", algumas casas que se situavam em frente à "calçada"[481].

Não obstante a ausência de especificação sobre a localização no documento, a posição destas casas pode ser inferida através das referências topográficas fornecidas pelo escrivão. A descrição situa-as adjacentes às habitações de Martim Lourenço e aos imóveis detidos pelo abade de Covas em regime de prazo, sendo que este último possuía, há nove anos, propriedades fronteiras à calçada do chafariz do Paço dos Arcebispos. Esta articulação de referências permite localizar as casas em questão defronte da mencionada calçada.



Figura 62. Chafariz representado no *M.R.B.* (abaixo) e atualmente localizado no Largo da Reitoria da Universidade do Minho, na Rua do Souto (acima), antigo espaço dos Paços Arcebispais. Elaboração do autor (Fotografia superior: Fotografia original do autor, 2024).

A documentação preserva ainda uma alusão à calçada da Rua do Souto, desta feita associada não a estruturas de abastecimento como chafarizes, mas ao cano instalado na confluência desta artéria com a Rua das Ousias. O prazo outorgado pelo cabido a Afonso Lopes, em 24 de março de 1501, refere casas "diante do cano da calçada"[482], confinantes com as propriedades do sapateiro Lopo Álvares e de Catarina Anes, esta última identificada como "ferradeira" — atividade profissional excecional no universo feminino medieval, mas aqui inequivocamente atestada[483].

[479] Luís, C. T. (1532 a 1565 [?]). *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, liv. 330, fl. 329 (*apud* Maurício, 2000, pp. 295–296).
[480] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 69 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 61; este chafariz será o mesmo ao qual abordamos, cuja reforma empreendida por D. Diogo de Sousa ocorreu na metade do século XVI.
[481] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 177 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 81.
[482] A.D.B., *4º Livro de Prazos...*, fl. 68.
[483] A.D.B., *4º Livro de Prazos...*, fl. 68.

A toponímia utilizada pelo tabelião revela que, no dealbar de Quinhentos, o espaço urbano em torno do referido cano já ostentava melhoramentos na pavimentação, transformação suficientemente expressiva para se constituir como referencial geográfico na prática notarial do período.

A documentação permite reconstituir, com relativa segurança, um processo gradual de pavimentação das vias urbanas entre finais do século XV e inícios do XVI. Este melhoramento infraestrutural prolongar-se-ia pelos séculos seguintes, conforme atesta Freitas ao referir que, nos séculos XVIII e XIX, a pavimentação urbana permanecia como preocupação constante da edilidade bracarense. Em 1796, a câmara municipal chegou mesmo a solicitar a demolição das torres medievais para reaproveitamento dos seus materiais pétreos em diversos projetos, incluindo o calcetamento viário (Freitas, 1890, Tomo I, pp. 199–200). Cinco anos depois, dirigiu-se nova petição ao Arcebispo para demolição de muros e torres, recomendando-se o emprego das pedras na construção de fontes, aquedutos e calçadas (Freitas, 1890, Tomo I, pp. 199–200).

Estes registos setecentistas, embora temporalmente distantes, ilustram uma prática continuada de reutilização de materiais construtivos que, muito provavelmente, já se verificava nos períodos anteriores. A necessidade persistente de pedras talhadas para infraestruturas urbanas conduziu, ao longo dos séculos, ao reaproveitamento sistemático de elementos arquitetónicos provenientes de edifícios obsoletos e estruturas defensivas medievais.

4. O espaço habitacional: a construção corrente

Ainda que as casas-torre e os paços integrem, sem dúvida, o universo da residência urbana medieval — enquanto espaços duráveis, de construção pétrea, associados ao prestígio social, ao exercício do poder e, em muitos casos, a funções administrativas —, o presente subcapítulo centra-se deliberadamente nas formas correntes de habitação, isto é, na casa urbana comum, maioritariamente vinculada a práticas residenciais e produtivas quotidianas e a soluções construtivas menos monumentais. Sem excluir tipologias de maior qualidade material, refino técnico ou de maiores dimensões, nomeadamente as casas com arco, com portal ou as designadas casas grandes, a análise privilegia a residência enquanto espaço funcional do habitar, mais do que enquanto expressão simbólica de estatuto, dimensão que será objeto de tratamento específico na subseção seguinte.

Neste sentido, o espaço residencial que ora abordaremos abarca o conjunto das estruturas habitacionais urbanas, consideradas sobretudo a partir das suas formas construtivas, tipologias e

funções residenciais, no quadro das práticas quotidianas de habitar a cidade medieval. Este termo está intimamente relacionado à ideia de um local de permanência, ao passo que a palavra "casa", que tem sua origem no latim *casa*, designava inicialmente uma construção rústica ou simples, voltada para o abrigo (Oliveira, Seixas & Faria 2013, p. 152). Segundo Conde (2011, p. 211), o termo *casa* articula-se progressivamente com as noções de *casal* e *casare*, refletindo a sua relação com o espaço de gestão e vivência familiar, o que evidencia a passagem da *casa* enquanto construção física para um conceito culturalmente intimamente ligado à vida quotidiana.

Conforme assinala Gutiérrez Lloret (2012, p. 139), no âmbito do seu estudo sobre os espaços domésticos medievais na Península Ibérica, a casa, entendida numa perspetiva teórica enquanto espaço doméstico, transcende a sua dimensão estritamente constitutiva do ambiente construído, integrando as atividades domésticas que nele se desenvolvem e assumindo-se como unidade básica de produção e reprodução social. Para a autora, numa abordagem de matriz semiótica, a casa, enquanto espaço habitacional, materializa a relação entre os espaços construídos e a estrutura social que os produz, incorporando um conjunto de significados sociais e culturais que ultrapassam a sua condição de mero espaço físico[484]. Neste sentido, a casa pode ser compreendida como um produto social que, através das suas modalidades de organização e de agrupamento, participa ativamente na configuração da própria sociedade.

No contexto medieval, o campo semântico do termo *casa* apresentava uma aceção ampla, englobando realidades diversas, desde o edifício de morada, bicelular ou pluricelular, ocupado por um conjunto de indivíduos que partilhavam o mesmo domicílio até espaços destinados a atividades produtivas e comerciais, ao armazenamento de géneros alimentares ou ao abrigo de animais, como estábulos ou cavalariças[485]. Em determinados contextos, o termo podia ainda designar uma unidade parcial do espaço edificado, dividida em duas células, todavia, adquirindo a condição de meia casa, sendo igualmente objeto de emprazamento, conforme se observa — ainda que de forma pontual — na documentação analisada, como adiante se demonstrará.

A análise sobre as habitações de carácter comum, são marcadas por uma notável heterogeneidade formal e tipológica, resultante principalmente da sua natureza plurifuncional

[484] Alguns desses aspetos teóricos podem ser relacionados aos modelos de casas na Idade Média, entendidas como símbolos de *status* social e convivência; à hierarquia nos espaços, nos quais diferentes áreas da casa eram utilizadas para expressar relações de poder; à ritualização do espaço, em que locais como a cozinha, por exemplo, adquiriam significados distintos; e à organização familiar, entre outros (Gutiérrez Lloret, 2012, p. 139).

[485] O uso do vocábulo *casa* para se referir a uma estrebaria ou cavalariça pode ser observado em um exemplo da documentação referente ao prazo concedido ao tercenário André Vasquez, localizado na Rua de Janes, datado de 18 de agosto de 1475. Nesse documento, o escrivão faz referência a três "casas terreiras" onde uma delas é uma cavalariça: [...] o q*ua*l p*raz*o lh*e* ffezerom de tres casas terreiras q*ue* ssom na rua de janoas de ffronte da eg*rei*a de sam Jo*ha*m .*scilicet*. hu*rr*a em q*ue* estaua a adega do abad*e* de sam Joham *e* out*r*a Junto com ella q*ue* he caualariça / E out*r*a de Junto co*m* ella . / assy som tres casas Juntas hu*rr*a co*m* outra [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 121v).

(Trindade, 2000, p. 3). Essas estruturas são comumente referenciadas nos estudos de História Urbana como *construções correntes*[486].

Regra geral, essas construções caracterizavam-se pela sua natureza efêmera, apresentando estruturas de baixa durabilidade. Edificadas predominantemente com materiais não pétreos — madeira, adobe e palha —, espelhavam a disponibilidade dos recursos naturais locais (Conde, 1997, p. 251). Contudo, em zonas de maior abundância pétrea, onde a dinâmica construtiva e a prosperidade de alguns moradores o permitiam, emergiram exemplares residenciais de maior consistência estrutural (Conde, 1997, p 252). Nestas situações, as habitações integravam elementos em pedra, nomeadamente arcos de portas e portais, que lhes conferiam maior solidez estrutural e, ocasionalmente, características defensivas, tornando-os edifícios residenciais um pouco mais robustos (Trindade, 2002, p. 51).

Tanto em Portugal como no restante da Península Ibérica, as casas de habitação eram erguidas em lotes ou parcelas de formato, em geral, retangular podendo ser estreitos ou alongados, alinhados em fileiras compactas tangenciando uma determinada rua pública[487]. Essas parcelas eram delimitadas a partir de um terreno onde seria erguida a estrutura, podendo ser subdivididas de diversas maneiras, ou apresentar variações ao longo do tempo (Silva, 2011, p. 90).

Diferentemente de alguns estudos sobre construções correntes, nos quais certos tombos de propriedades fornecem dados concretos para o cálculo das dimensões da área total das casas[488]

---

[486] Salienta-se alguns estudos pioneiros em Portugal sobre o uso da designação de "construção corrente" para a compreensão das práticas construtivas medievais para a casa comum, *vd.*: Braga, P. D. (1991). A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média. In *As Ordens Militares em Portugal. Atas do 1º Encontro Sobre Ordens Militares* (pp. 143–155). Palmela: Câmara Municipal de Palmela; Ferreira, M. C. F. (2001a). Subsídios para o estudo da construção corrente em Barcelos de Quatrocentos. *Cadernos do Noroeste*, 15, 433–448; Ferreira, M. C. F. (2001b). Construção corrente em Santarém, no século XV: Alguns exemplos. In L. A. de Oliveira Ramos et al. (Coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* (pp. 459–473). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Gonçalves, I. (2004). A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média. In *III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época: Actas* (Vol. III, pp. 101–123). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Conde, M. S. A. (2007). Nótulas em torno da casa urbana do Ocidente Peninsular: Sobre algumas alterações estruturais e superficiais na construção corrente dos fins da Idade Média. In *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas, Actas das III Jornadas* (pp. 57–81). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

[487] Para consultas adicionais este tema *vd.*: Fernández Flórez, J. A. (1984). *Las casas del cabildo catedralicio en la ciudad de León*. *Archivos Leoneses*, 38(75), 31–157; Arízaga Bolumburu, B. (1990). *Urbanística medieval (Guipúzcoa)*. San Sebastián: Editora Kriselu; Falcón Pérez, M. I. (2012). Desarrollo urbano de las ciudades de Aragón (siglos XI–XV). En C. Guilleré & F. Sabaté (Coords.), *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique* (pp. 69–96). Chambéry: Université de Savoie.

[488] Cf. Conde, M. S. A. (1997). *Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média*. Arqueologia Medieval — Campo Arqueológico, 5, 243–265; Conde, M. S. A. (2011). *Construir, habitar — A casa medieval*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória; Conde, M. S. A. & Vieira, M. A. (2004). *Habitação e arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média*. In I. Gonçalves (Coord.), *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias e problemáticas* (Vol. 1, pp. 1–43). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa; Conde, M. S. A. & Vieira, M. A. (2014). *A habitação e a arquitectura corrente no Norte Transmontano em finais da Idade Média*. In A. Cunha, O. Pinto & R. O. Martins (Coords.), *Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em Estudos Medievais: arqueologia, história e património* (pp. 1—43). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória; Ferreira, M. C. F. (1983). *Uma rua de elite na Guimarães Medieval*. Revista de Guimarães, 96, 81—150; Ferreira, M. C. F. (2001). *Construção corrente em Santarém, no século XV: Alguns exemplos*. In L. A. de O. Ramos, J. M. Ribeiro & A. Polónia (Coords.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* (pp. 459–473). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Gonçalves, I. (2001). *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média*. In *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época* (pp. 102–123). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Silva, Â. C. A. (2011). *Entre propriedades e casas perfeitas: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal; Trindade, L. (2002). *A casa corrente em Coimbra: Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

— as quais, em média, variavam entre 40 e 70 m² em Portugal[489] —, em Braga a situação apresenta-se notavelmente distinta. Os *Livros de Tombo* e *Prazos* pertencentes aos cónegos, que constituem uma amostra muito superior a qualquer outro proprietário de bens imóveis urbanos na cidade, infelizmente não oferecem o detalhe necessário para calcular as dimensões exatas dos imóveis, nem de seus lotes, tornando impossível estabelecer uma média ou tendência.

Ainda assim, nos *Tombos da Ordem de Cristo*, inventários patrimoniais do período 1504–1510, são fornecidos dados quantitativos sobre a arquitetura doméstica urbana das propriedades que a ordem possuía na cidade de Braga. Por exemplo, na Rua Nova, documenta-se uma casa sobradada com área térrea de 25,41 m², totalizando 50,82 m² incluindo o pavimento superior (sobrado)[490].

Exemplar mais elaborado localiza-se na Rua de Palhas: uma casa sobradada em bom estado de conservação, com divisória (repartimento) central até ao sobrado e estrutura superior em tabuado de "castanho" (castanheiro), apresentando 40,33 m² no piso térreo e 80,66 m² de área total[491]. As suas características construtivas — divisórias internas e boa madeira para a cobertura — indicam tratar-se de habitação de padrão socioeconómico elevado.

Embora constituam uma amostragem reduzida, estes registos indicam a presença de habitações de dimensões médias a grandes, sugerindo um aproveitamento expressivo do espaço disponível. Todavia, a existência de casas de maior porte não implica necessariamente uma elevada densidade habitacional nos arruamentos, uma vez que esta depende sobretudo do número de moradores e não apenas da área das habitações. Adicionalmente, importa destacar que as propriedades em questão pertenciam à Ordem de Cristo, com uma cronologia que remonta ao início do século XVI.

Martins (2015, p. 580)[492], ao analisar os *Livros de Prazos da Câmara Secular (1445–1509)*[493], evidencia a existência de uma hierarquia patrimonial urbana na cidade, na qual as propriedades capitulares de maior dimensão contrastam com as propriedades municipais substancialmente

---

[489] Segundo um quadro-síntese organizado por Manuel Silvio Conde (2011, p. 142).

[490] "Outras casas sobradadas na rua noua q*ue* partem ao leuante *e* abrego com casas do cabijdo; ao ponente com a rua *e* ao aguiam co*m* casas de ioham bras sapateiro leua de longo .vij. varas *e* meya. e iij *e* meya de largo" (*Tombos da Ordem de Cristo*, vol. IV: *Comendas do Noroeste (1504– [a. 1510])*, 1ª edição. (2008). Organizado por M. S. A. Conde & I. Gonçalves. Lisboa: CEHUNL, fl. 74, p. 132).

[491] "Outras casas sobradadas em palhaaes. Freguesia de Santiago da ciuidade . q*ue* partem ao leuante com casas do cabijdo q*ue* traz o chanceler. ao ponente co*m* casas da confraria de Santiago q*ue* traz o mostardeiro. *e* ao aguiam *e* abrego entesta*m* em ruas p*ubli*cas leua vj. Varas *e* duas terça de longo *e* v. largo. estam be*m* repairadas. *E* tem huu*m* repartimento de parede pelo meyo atee o sobrado *e* do sobrado pera cima de tauoado de castanho [...]" *Tombos da Ordem de Cristo, vol. IV: Comendas do Noroeste (1504– [a. 1510])*, 1.ª edição – 2008. Organizado por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa: CEHUNL, fl. 74, p. 133).

[492] Para maiores aprofundamentos sobre os chãos pertencentes ao concelho de Braga cf. Martins, R. O. (2015). *A tipologia dos bens imóveis do Concelho de Braga nos finais do século XV e inícios do século XVI*. In R. Martinez Peñín & G. Cavero Domínguez (Eds.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el noroeste de la Península Ibérica* (pp. 561–578). León: Instituto de Estudios Medievales/Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

[493] Encontra-se no Arquivo Municipal de Braga.

menores. Essa disparidade, segundo a autora, resulta da consolidação do património capitular, que era administrado há séculos pelos cónegos. Além disso, a distribuição espacial dos bens reforça essa assimetria, pois os bens concelhios concentravam-se em áreas periféricas, junto às portas e nos arredores da muralha da cidade. Em essência, boa parte do património urbano concelhio era constituída por baldios, com cerca de 13% de rossios e 34% de chãos.

Apesar dos esforços desenvolvidos para a reconstituição do parcelário medieval bracarense, a natureza fragmentária, lacunar e desigual da documentação disponível impede, no estado atual da investigação, uma reconstrução sistemática do parcelamento urbano. Com efeito, embora o *corpus* documental apresente uma amplitude cronológica alargada — abrangendo registos desde a segunda metade do século XIV até à primeira década do século XVI —, a documentação mais consistente para análises qualitativas, concentra-se sobretudo na segunda metade do século XV e nos primeiros anos do século XVI.

Não obstante estas limitações, o quadro documental disponível, em particular a documentação dos tombos da mesa capitular — uma das maiores, senão a principal, detentora de bens urbanos e periurbanos na cidade —, organizada em três livros com arrolamentos de propriedades datados entre 1369 e 1404, permite uma abordagem sistemática sob a forma de levantamento estatístico. Sempre que viável, essa documentação possibilita ainda a localização cartográfica dos imóveis e a análise da continuidade ou descontinuidade dos bens enquanto propriedades emprazadas.

Analisaremos, portanto, a distribuição e a caracterização do património urbano dos cónegos na cidade de Braga, com base nos três tombos datados entre 1369 e 1404.

4.1. Categorização das propriedades urbanas do Cabido de Braga: 1369 a 1404

Entre 1369 e 1404, o capítulo de Braga registou os seus bens em três *Livros de Tombos*, nos quais as propriedades urbanas ocupam uma parte substancial dos códices. Os róis destas propriedades encontram-se no *1º Livro de Tombo* (1369–1380)[494], no *2º Livro de Tombo* (1393–1394)[495] e no *3º Livro de Tombo* (1403–1404)[496]. Ao compararmos as propriedades arroladas nos três tombos, identificam-se oscilações no número de propriedades emprazadas, com assimetrias resultantes da mudança de emprazadores e moradores, na diminuição ou aumento do número de

[494] A.D.B., *1º Livros de Tombo*..., fls. 117–134.
[495] A.D.B., *2º Livros de Tombo*..., fls. 56–70.
[496] A.D.B., *3º Livros de Tombo*..., fls. 89–115. Embora exista um *4º Livro de Tombo da Propriedades do cabido da Sé de Braga* (1466–1510), este trata exclusivamente das apegações de algumas propriedades rurais dos cónegos bracarense, e, por esta razão, optou-se por não o utilizar nesta subsecção, uma vez que o foco está nas propriedades urbanas, conforme já mencionado anteriormente.

imóveis, bem como nas suas transformações físicas — como o acréscimo de anexos, a substituição de pardieiros por casas ou, inversamente, a degradação de casas em pardieiros.

Reforça-se, assim, a perceção de que os dois últimos tombos teriam sido elaborados a partir do primeiro, com o intuito de atualizar e reavaliar a situação patrimonial do cabido num contexto marcado por convulsões político-administrativas e por um cenário de conflitos que envolviam os reinos de Portugal e Castela. Estes códices representam, provavelmente, apenas parte de uma série documental maior, cujos restantes volumes se perderam (Ferreira, 2000, pp. 5–6).

Antes de adentrarmos nos resultados do nosso levantamento sobre as construções correntes nos três *Livros de Tombo*, assinalemos o contributo de Ferreira (2000), cuja dissertação de mestrado, intitulada *Os bens, direitos e rendimentos do Cabido da Sé de Braga (1393–94 / 1403–04)*[497], dedicou-se ao cômputo das propriedades registadas nos referidos tombos — embora os seus dados não coincidam integralmente com os que aqui apresentamos.

Parte do seu trabalho consistiu em cartografar essas propriedades, representando-as de forma ilustrativa sobre o traçado contemporâneo da cidade de Braga. Não obstante, este mapeamento não considerou a evolução do traçado urbano medieval, o que limita a sua aplicabilidade enquanto reconstituição da malha viária da época, sem, com isso, contemplar os avanços do burgo sobre a periferia, que explicariam, de certo modo, a distribuição habitacional mais concentrada ao sul da Sé Catedral, a par de alguns arruamentos setentrionais, particularmente a Rua do Souto.

No entanto, estudos como o de Ribeiro (2017)[498], que utilizou o *1º Livro de Tombo* (1369–1380) para calcular estatisticamente a localização das propriedades do Cabido na área urbana de Braga, fornecem uma abordagem complementar. Ribeiro contabilizou casas e pardieiros como moradas equivalentes a fogos, estimando cerca de 435 fogos e uma população entre 1.522 e 2.175 habitantes para o período, considerando exclusivamente as propriedades capitulares intramuros e nos arrabaldes. Este estudo permite uma visão mais detalhada da organização habitacional no contexto medieval, o que pode enriquecer a compreensão do processo de ocupação e desenvolvimento urbanístico da cidade, oferecendo dados adicionais para uma análise mais precisa da configuração territorial.

Por seu turno, o nosso tratamento estatístico procurou correlacionar os três distintos registos considerando esta questão. Essa opção metodológica decorre do facto de as fontes em causa

---

[497] Cf. Ferreira, M. C. B. (2000). *Os bens, direitos e rendimento do Cabido da Sé de Braga (1393–94 / 1403–04)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal, pp. 108–119; as propriedades foram classificadas tipologicamente em casas, pardieiros, casas com dependências, moradas, propriedades destruídas, fornos, adegas e cavalariças.

[498] Cf. Ribeiro, M. do C. (2017). *População e espaço urbano: Braga em finais do século XIV.* In *Atas do II Congresso Histórico Internacional. As cidades na história: Sociedade* (pp. 179–207). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

apresentarem uma escrita direta e elementar, o que se poderá justificar por circunstâncias contextuais, dado que, à época, esse grau de informação seria suficiente para os propósitos de gestão administrativa dos cónegos — prática, aliás, bastante comum noutros tombos de cidades, vilas e instituições monásticas e conventuais durante a Idade Média (Trindade, 2002, p. 18).

Mantendo-nos fiéis às informações apresentadas nos arrolamentos de propriedades, reconhecemos que as moradias poderiam abranger uma variedade de aspetos não mencionados explicitamente nos tombos, uma vez que eram subentendidos pelos escrivães. Esses aspetos poderiam compor a propriedade como um todo, incluindo elementos definidores como espaços para hortas, pomares ou estruturas funcionais de variadas proporções, tais como adegas, palheiros e currais. Esses elementos, parecem ter sido, reiteradamente, omitidos ou subentendidos em alguns registos, aparecendo apenas esporadicamente.

Para o processo de quantificação e o estabelecimento de padrões tipológicos mais concisos das propriedades do cabido, fundamentamo-nos nos critérios ortográficos adotados na redação dos documentos pelos escrivães, ao usarem, via de regra, as terminologias “casas”, “casa” e “casa(s) pequena(s)”.

Sobre este restrito conjunto lexicográfico, vale explicitar que a expressão "casas", no contexto medieval, comporta certa ambiguidade semântica, como bem observa Trindade (2002, p. 68), podendo designar tanto a totalidade do edifício quanto apenas um dos seus compartimentos, sendo utilizada de forma indistinta no singular ou no plural (Rodrigues, 1995, p. 156). Por vezes, refere-se exclusivamente ao espaço de habitação; noutras, engloba o conjunto de dependências funcionais.

Perante a impossibilidade de calcular as dimensões espaciais das casas pequenas em Braga durante o período medieval, estabelecemos um paralelo comparativo com aglomerados urbanos nortenhos geograficamente próximos, cujos padrões habitacionais poderiam, presumivelmente, aproximar-se dos de Braga no final do século XV, ainda que a realidade bracarense pudesse divergir.

Segundo Marques (1984, p. 72), o inventário de 1498 de Guimarães, conservado no *Fundo Antigo*, n.º 272, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, documenta 28 casas pertencentes à Confraria de S. Domingos, distribuídas pela Rua dos Gatos, que parte a poente da Praça do Toural, por uma casa situada junto à Porta de S. Domingos e por outras localizadas no subúrbio de Guimarães. Esta tipologia habitacional caracterizava-se por uma área média que raramente ultrapassava os 50 m² — considerada pequena segundo os padrões da época — (Conde, 2011,

pp. 223–225), apresentando uma configuração arquitetónica relativamente uniforme, composta por rés-do-chão e primeiro andar, com sacada voltada para a rua.

Estudos dedicados a outras realidades urbanas do Entre Douro e Minho apontam para dimensões semelhantes no âmbito da habitação corrente. Em Guimarães, Ferreira (1997–1998, pp. 248–252) identificou valores médios próximos dos 40 m², enquanto Conde (2011, p. 224) estima uma média de cerca de 47 m² para o Porto[499]. No caso de Barcelos, Ferreira (1999, p. 51) assinala igualmente áreas médias na ordem dos 40 m². Estes dados, sem pretensão comparativa direta, permitem enquadrar a casa corrente do noroeste português num quadro regional marcado por limitações espaciais recorrentes e por soluções construtivas funcionalmente semelhantes.

No caso específico de Braga, a análise dos tombos — que não fornecem valores relativos à dimensão das casas — evidencia que o uso do termo *casas*, no plural, remete frequentemente para uma realidade de contornos numéricos imprecisos, podendo designar um conjunto de unidades ou câmaras contíguas ou anexas, com funções diferenciadas, como habitação, armazenamento (celeiro ou adega), comércio (tenda ou botica) ou abrigo de animais, como estrebaria ou cavalariça. A documentação raramente especifica as características e funções das câmaras que compõem essas casas e, salvo raras exceções, limita-se a referi-las de modo genérico como moradas, adegas ou cavalariças, ou, quando muito, possuidoras de um exido (quintal) situado nos fundos da construção — ainda que se reconheça que deverá ter existido uma diversidade estrutural bastante mais ampla do que a explicitada nos registos[500].

Por sua vez, a nomenclatura *casa*, no singular, identifica como um edifício único e indivisível, podendo desempenhar diversas funções para além da habitação e, nesse sentido, abranger todo o espaço habitacional, incluindo eventuais dependências, conforme aponta Fernández Flórez (1985) para a realidade peninsular. Em contrapartida, *casa* também pode referir-se a uma divisão,

[499] Segundo Conde (2011, p. 224), a categoria predominante de dimensão das casas no Porto situava-se entre 31 e 50 m², correspondendo a 64% do total. Em Lisboa, a média era de 40 m², com a categoria mais frequente entre 11 e 30 m², representando 46% das casas. Esta média de 40 m² encontrava-se entre as menores dimensões registadas, o que sugere uma maior densidade de ocupação pelos foreiros nos espaços intramuros. O autor também reporta as maiores médias para o Ribatejo, o Alto Alentejo e Algarve: Tomar, apresentava uma média de 60 m², com prevalência de 31 a 50 m² (33%); Portalegre, tinha 69 m² em média, com maior incidência entre 51 e 70 m² (39%); Elvas registava 96 m², predominando a categoria 91–110 m² (25%); e Castro Marim, apresentava 66 m², com prevalência de 51–70 m² (35%).

[500] Aparece em alguns casos, como: "Jt*em* Per as Casas que ssom duas mordas em que moram Gonçalo gil mercador *e* joham domjguez ooliues [...]" (A.D.B., *1º Livro de Tombo do Cabido da Sé*, fl. 118, item 4). Sobre os Exidos, não encontramos uma explicação para o uso desta terminologia. Apesar disso, temos um indício num documento data de 26 de abril de 1222, em que consta um indivíduo chamado Godinho Dautiz ter vendido ao arcebispo D. Paio Mendes uma herdade em Fojacal e na Cividade, além de uma casa inteira na cidade com seu "*antustio* e seus *exitos*". Estes *exitos* seria as saídas, pela qual informação deduzimos que seja equivalente a expressão usada muitas vezes para compra e venda de propriedades urbanas, "com todas as suas entradas e saídas", evoluindo no seio urbano para *eixido* ou *exido*, como a parte de trás, as saídas das casas com um espaço em aberto, com pomares ou a construir (Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 629, pp. 855–856).

ou a um conjunto de compartimentos internos que compunham a edificação principal (Conde, 1997, p. 244)[501].

Nota-se, ademais, uma quantidade significativa de menções a "casa(s) pequena(s)", expressão utilizada para assinalar construções de proporções inferiores às demais. Para efeitos da análise estatística, optou-se por agrupar, sob esta categoria, as poucas ocorrências de "meias casas"[502], presumivelmente de menor dimensão e valor, ainda que estas pudessem corresponder a subdivisões de "casas" e, como tais, também serem objeto de emprazamento[503].

Ocasionalmente, o escrivão distinguia o carácter funcional de certas dependências, não as categorizando como *casas* propriamente ditas, mas sim como elementos complementares do emprazamento. Esta diferenciação levou-nos a considerar também, no nosso estudo, os registos específicos de *exidos*, cavalariças e adegas.

Na sequência desta sistematização — de carácter analítico mais apurado — realizámos dois levantamentos complementares para compreender melhor a disposição do edificado bracarense. Primeiramente, identificámos as estruturas que apresentavam sinais de degradação, abandono ou destruição do tecido habitacional urbano, conhecidas por pardieiros.

Por último, analisámos os indícios de aproveitamento vertical do espaço construído — nomeadamente a presença de sobrados ou casas sobradadas — cuja edificação em altura reflete contextos de maior densidade populacional e a necessidade de otimizar o uso do solo urbano, materializada através do desenvolvimento imobiliário como estratégia de concentração espacial e de recursos (Conde, 2011, p. 214).

Vejamos, pois, o primeiro estudo estatístico referente às "casas".

4.1.1. Levantamento sistemático das propriedades urbanas listadas no *1º*, *2º* e *3º Livros de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga* (1369 a 1404).

A nossa análise do rol de propriedades registadas no primeiro *Livro de Tombo* revelou que, no período compreendido entre 1369 e 1380, o cabido bracarense detinha 292 imóveis urbanos. Deste conjunto, identificámos 169 ocorrências (57,88%) da designação "casas", 107 (36,64%)

[501] A propriedades que abrigava um conjunto de casa, em alguns casos, era referida com "casas", no plural, e são emprazadas num todo. Em outras circunstâncias, um mesmo edifício era emprazado separadamente para diferenciados moradores.
[502] A.D.B., *2º Livro de Tombo...* fl. 68v.
[503] Efetivamente, trata-se de uma "meia casa" na Rua Travessa, registada em 1393–1394 (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 68), e de "metade das casas", também na Rua Travessa, cuja menção se evidencia nos três tombos, isto é, entre 1369 e 1404 (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 112; *2º Livro de Tombo...*, fl. 64 e *3º Livro de Tombo...*, fl. 112v). Importa ainda salientar que a "meia casa" e a "metade das casas" se encontravam dispostas ao longo do parcelário direito, desde a Rua Verde até à Cruz do Forno da Infanta, ou Cruz da Carrapata.

classificadas como "casa", e 16 (5,48%) denominadas "casa(s) pequena(s)" (ver Tabela 8). Passemos à análise destes dados quantitativos.

Ao relacionarmos esses números com as artérias em que essas propriedades se inseriam, a Rua do Souto destacava-se pelo seu denso povoamento, concentrando 18,83% de todos os emprazamentos. Esta percentagem traduz o elevado grau de prestígio da referida artéria, que estabelecia ligação pela Porta do Souto com zona periurbana oriental — incluindo o futuro arrabalde dos Chãos e o castelo, na sua extremidade nascente. Acresce que a Rua do Souto se articulava com vias de escoamento provenientes da parte meridional da cidade, como a Rua de Janes e a Rua das Ousias, que, dado o posicionamento geográfico dessas artérias, funcionava como vetor de conexão de todo o setor nascente da cidade. Ressalvamos, ainda, que a Rua do Souto dava acesso direto às imediações da fachada norte da Sé Catedral e aos Paços dos Arcebispos, sendo notória, inclusive, a presença de eclesiásticos entre os enfiteutas.

Tabela 8. *As casas do cabido na cidade de Braga conforme o 1º Livro de Tombo (1369–1380)*

	Edifícios						
Rua	**Casas**	**Casa**	**Casa(s) pequena(s)**	**Total (rua)**	**Adegas**	**Cavalariças**	**Exidos**
Souto	47	7	1	55	Não refere	Não refere	2
Burgueses	25	7	1	33	1	Não refere	Não refere
Ousias	8	10	Não refere	18	Não refere	Não refere	Não refere
Olaria	1	4	Não refere	5	Não refere	Não refere	Não refere
Trás os Açougues	8	2	Não refere	10	Não refere	Não refere	Não refere
Sapataria (Nova)	18	4	Não refere	22	Não refere	Não refere	2
Verde	6	13	2	21	Não refere	Não refere	Não refere
Postigo (Travessa)	3	6	1	10	Não refere	Não refere	Não refere
Triparia	7	4	1	12	Não refere	Não refere	Não refere
Rua D. Gualdim	13	5	1	19	Não refere	1	5
Erva	5	18	4	27	3	Não refere	2
Pequena	3	1	1	5	1	Não refere	Não refere
Cegos	2	9	Não refere	11	Não refere	Não refere	Não refere
Palhas	2	3	Não refere	5	Não refere	Não refere	Não refere
Travessa	7	8	3	18	Não refere	Não refere	Não refere
Paio Manta	5	6	Não refere	11	Não refere	Não refere	1
Janes	9		1	10	Não refere	Não refere	Não refere
Total	**169**	**107**	**16**	**292**	**5**	**1**	**12**

As categorias lexicográficas dos imóveis refletem a importância que a rua detinha na geografia da cidade, uma vez que era maioritariamente composta por "casas" — 47 entre os 55 edifícios que a ladeavam em ambos os lados. Repare-se, ainda, que, para esta cronologia, a Rua dos Burgueses também abrigava um conjunto significativo de habitações: um total de 33 imóveis, dos quais 27 foram categorizados como "casas" e apenas 6 como "casa". Este dado sugere, à semelhança da Rua do Souto, um relativo grau de desenvolvimento urbano desta artéria, pois remete para a existência de um número considerável de construções, indicativo da sua relevância no tecido urbano da época. Sequencialmente, as ruas que acolhiam a maior quantidade de propriedades eram a Rua da Erva (21), Rua Verde (21), Rua da Sapataria (19), Rua de D. Gualdim

(19), Rua da Travessa (18) e Rua das Ousias (17), o que traduz uma concentração imobiliária reminiscente da estrutura espacial habitacional do antigo burgo.

Ressaltamos, ainda, um aspeto relevante: a Rua de D. Gualdim concentrava cinco exidos e uma cavalariça que, aliados à predominância de "casas", indicam uma ocupação habitacional de maior complexidade construtiva. Já na Rua da Erva, as três adegas documentadas parecem corresponder a necessidades de armazenamento da produção vinícola proveniente das propriedades rurais situadas na periferia sul extramuros, cujos produtos chegavam através da Porta de Santiago.



Figura 63. Proposta da densidade das propriedades do Cabido Arquiepiscopal de Braga nos loteamentos das ruas da cidade, conforme o primeiro *Livro de Tombo* (1369–1380), com base nas 55 propriedades identificadas na Rua do Souto. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

No segundo *Livro de Tombo* (1393 a 1394), constata-se uma diferença expressiva no número total de propriedades pertencentes ao cabido, que se cifra em 258 edifícios (ver Tabela 9). Este conjunto de imóveis suscita uma interpretação ligeiramente distinta daquela formulada a partir das 292 propriedades registadas no tombo anterior (ver Tabela 8)[504]. Não obstante a redução no total de edifícios, averigua-se um ligeiro acréscimo de 6,46% na categoria "casas", que totalizava 166 unidades (representando 64,34% do total); uma diminuição de 5,51% na categoria "casa", perfazendo 70 imóveis (27,13% do total); e um aumento muito discreto de 1,59% na tipologia "casa(s) pequena(s)", que compreende 22 construções (8,53% do total) (ver Gráfico 1).

[504] Há o declínio de 34 imóveis em comparação ao levantamento do primeiro *Livro de Tombo*.

Tabela 9. *As casas do cabido na cidade de Braga conforme o 2º Livro de Tombo (1393–1394)*							
	Edifícios						
Rua	**Casas**	**Casa**	**Casa(s) pequena(s)**	**Total (rua)**	**Adegas**	**Cavalariças**	**Exidos**
Souto	36	12	1	49	Não refere	Não refere	1
Burgueses	27	3	Não refere	30	Não refere	Não refere	1
Ousias	9	3	Não refere	12	Não refere	Não refere	Não refere
Olaria	5	Não refere	Não refere	5	Não refere	Não refere	Não refere
Trás os Açougues	10	Não refere	Não refere	10	Não refere	Não refere	Não refere
Sapataria	13	3	1	17	Não refere	Não refere	2
Verde	7	7	5	19	Não refere	Não refere	Não refere
Postigo (Travessa)	2	3	3	8	Não refere	Não refere	Não refere
Triparia	7	3	3	13	Não refere	Não refere	Não refere
Rua D. Gualdim	10	5	4	19	Não refere	1	Não refere
Erva	8	12	1	21	1	Não refere	Não refere
Pequena	4	1	Não refere	5	Não refere	Não refere	Não refere
Cegos	6	5	Não refere	11	Não refere	Não refere	Não refere
Palhas	2	Não refere	1	3	Não refere	Não refere	Não refere
Travessa	5	4	2	11	Não refere	Não refere	Não refere
Paio Manta	7	6	Não refere	13	Não refere	Não refere	Não refere
Janes	8	3	1	12	Não refere	Não refere	Não refere
Total	**166**	**70**	**22**	**258**	**1**	**1**	**4**

Ao examinarmos especificamente a distribuição dos imóveis pelas artérias, vemos que tanto a Rua da Olaria quanto a Rua de Trás os Açougues passaram por uma alteração tipológica integral, sendo todos os edifícios nelas registados classificados como "casas". Essa composição pode significar uma relativa indução construtiva nos parcelamentos, orientada por iniciativas de valorização do espaço.

Por outro lado, nota-se uma realidade distinta na Rua de D. Gualdim, onde, em comparação com o tombo precedente, percebe-se um aumento de "casa(s) pequena(s)" e uma diminuição no número de "casas", além da ausência de referência aos quatro exidos anteriormente ali existentes. Esta omissão traduz uma fragmentação dos antigos espaços abertos e a subsequente subdivisão das unidades edificadas, permitindo a instalação de múltiplos moradores e, por conseguinte, a multiplicação das moradias por parcela. Outro aspeto que denota uma possível mudança tipológica manifesta-se nos emprazamentos da Rua da Triparia, onde antigas "casas grandes" foram subdivididas em "meias casas", pertencendo uma ao cabido e a outra à capela de Estevão Vicente[505].

Aferimos, assim, que a alteração tipológica de determinados edifícios, associada à progressiva eliminação dos exidos, terá concorrido, em alguma medida, para a fragmentação do espaço habitacional urbano.

[505] "As casas grandes e*m* q*ue* mora M*artinh*oo meendez *e* as e*m* q*ue* mora Joham m*artinz* abade darcos a metade som do Cabidoo *e* a metade da capella de Steuo*m* Viçente tragear e*m*prazadas Joham . fernan*d*ez a pe*r*te do cabjdoo p*er* dez ll*ibras*" (A. D. B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 65).



Figura 64. Proposta da densidade das propriedades do Cabido Arquiepiscopal de Braga nos loteamentos das ruas da cidade, segundo o segundo *Livro de Tombo* (1393–1394). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

Por fim, as análises referentes aos dados recolhidos no terceiro *Livro de Tombo* (1403–1404) apontam para um subtil aumento no número de edifícios em relação ao segundo tombo (ver Tabela 9), embora ainda inferior ao total registado no primeiro (ver Tabela 8). Destaca-se, em primeiro lugar, a uniformidade da tipologia "casas" na Rua Pequena, bem como a sua quase totalidade na Rua do Souto (46 em 50 imóveis) (ver Tabela 10). Esta característica é particularmente percetível nos loteamentos situados do lado direito da artéria, no sentido da Porta do Muro[506]. Os fundo das habitações estabelecidas nesse alinhamento mantinham uma continuidade com os fundos das casas da Rua de Janes, revelando, logo, uma articulação entre ambas as fiadas de loteamento e o preenchimento completo das parcelas.

Tabela 10. *As casas do cabido na cidade de Braga conforme o 3º Livro de Tombo (1403–1404)*

	Edifícios						
Rua	**Casas**	**Casa**	**Casa(s) pequena(s)**	**Total (rua)**	**Adegas**	**Cavalariças**	**Exidos**
Souto	46	4	Não refere	50	Não refere	Não refere	1
Burgueses	28	2	Não refere	30	Não refere	Não refere	1
Ousias	9	2	Não refere	11	Não refere	Não refere	Não refere
Olaria	5	Não refere	Não refere	5	Não refere	Não refere	Não refere
Trás os Açougues	9	Não refere	Não refere	9	Não refere	Não refere	Não refere
Sapataria	15	2	Não refere	17	Não refere	Não refere	3
Verde	10	4	6	20	Não refere	Não refere	Não refere
Postigo (Travessa)	2	3	2	7	Não refere	Não refere	Não refere
Triparia	6	8	Não refere	14	Não refere	Não refere	Não refere
Rua D. Gualdim	11	3	6	20	Não refere	1	Não refere
Erva	10	8	3	21	1	Não refere	Não refere
Pequena	5	Não refere	Não refere	5	Não refere	Não refere	Não refere
Cegos	10	4	Não refere	14	Não refere	Não refere	Não refere
Palhas	2	Não refere	1	3	Não refere	Não refere	Não refere

[506] A. D. B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 91.

Travessa	4	4	2	10	Não refere	Não refere	Não refere
Paio Manta	10	4	Não refere	14	Não refere	Não refere	2
Janes	9	4	Não refere	13	Não refere	Não refere	1
Total	**191**	**52**	**20**	**263**	**1**	**1**	**8**

Paralelamente, constata-se uma expansão gradual do número de "casas" e exidos nas ruas de Paio Manta e de Janes, evocando um progressivo avanço da ocupação das parcelas nas artérias periféricas intramuros (ver Figura 65). Este crescimento habitacional pode estar relacionado com a conclusão da Muralha Fernandina, cujas obras, prosseguidas durante o reinado de D. João I, poderão ter assumido outra natureza no plano defensivo, como conjeturamos para o erguimento das torres.

Perante este panorama, impõe-se a análise proporcional dos dados, com o intuito de integrar os três *Livros de Tombo*, isto é, examinando a percentagem das tipologias dos imóveis em relação ao total das respetivas propriedades em cada cronologia. Sob essa ótica, constata-se que o número de "casas" apresenta um acréscimo de 14,74%, com uma variação mais acentuada entre o segundo e o terceiro *Livro de Tombo*, registando uma subida em flecha de 8,28%. Por seu turno, a percentagem de "casa" revela uma redução significativa de 12,86%, com um decréscimo igualmente expressivo entre o segundo e o terceiro tombo, atingindo 7,35%. No que respeita às "casa(s) pequena(s)", notamos uma elevação discreta de 2,2%, precedida por um ligeiro decréscimo entre o primeiro e o segundo *Livro de Tombo*, cifrando-se em 0,93% (ver Gráfico 1).



Figura 65. Proposta da densidade das propriedades do Cabido Arquiepiscopal de Braga nos loteamentos das ruas da cidade, conforme o terceiro *Livro de Tombo* (1403–1404). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

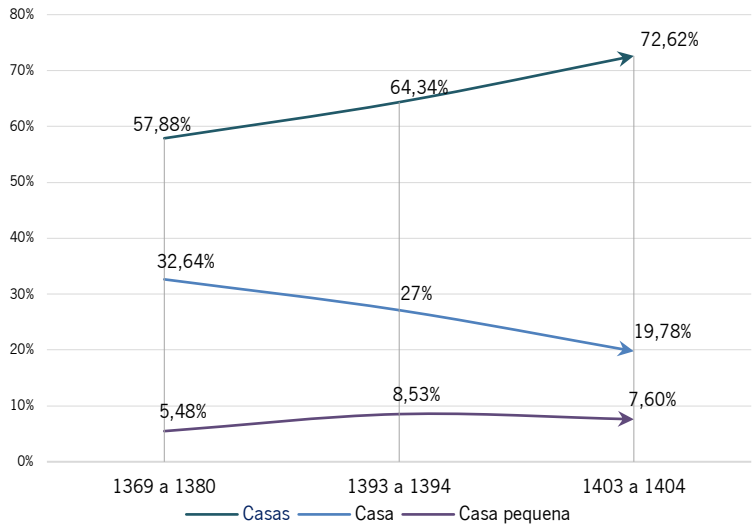


Gráfico 1. Distribuição percentual relativa às categorias "casas", "casas pequenas" e "casa(s) pequena(s)", proporcional ao número total de propriedades em cada cronologia dos *Livros de Tombo* analisados.

Por último, cabe destacar as casas que se encontravam destruídas, as quais, embora se imiscuem nas categorias anteriormente analisadas, merecem ser assinaladas de forma autónoma. Reportamos duas no primeiro *Livro de Tombo*[507], três no segundo[508] e, novamente, duas no terceiro[509]. Esses dados fornecem indicadores convergentes com a nossa hipótese de que não ocorreu uma destruição substancial do edificado intramuros durante o assalto das tropas castelhanas em 1369, ficando esta circunscrita às zonas extramuros — questão a ser abordada no último capítulo.

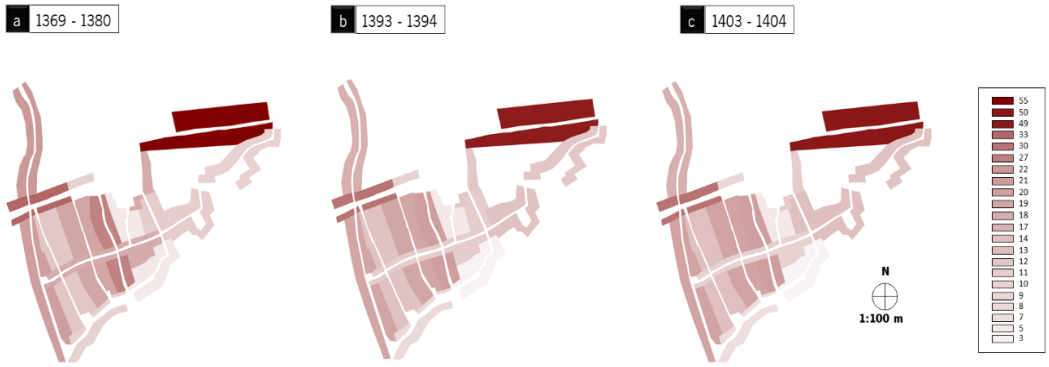


Figura 66. Representação da densidade e variação do número de propriedades nos três *Livros de Tombo*, proporcional ao total de propriedades em cada códice: (a) [n° de propriedades a inserir], (b) 258 e (c) 263. Elaboração do autor. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

[507] 1 "casas" na Rua de Dom Gualdim e 1 "casas" na Rua Travessa.
[508] 1 "casas" na Rua da Sapataria, 1 "casas" na Rua dos Cegos e 1 "casas" na Rua Travessa.
[509] 1 "casas" na Rua da Sapataria e 1 "casas" na Rua das Travessa.

4.1.2. Levantamento sistemático dos pardieiros listados no *1º*, *2º* e *3º Livros de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga* (1369 a 1404).

A identificação dos pardieiros na documentação constitui um indicador de áreas com menor desenvolvimento urbanístico ou do seu edificado em processo de degradação. Ao mesmo tempo, o registo de reparações dessas estruturas traduz um movimento de revalorização espacial (Andrade, 2003, p. 29), justificando assim a análise diacrónica dos três *Livros de Tombo* para detetar eventuais transformações morfológicas[510].

Mantendo a sistematização anteriormente adotada, foram discriminadas todas as ocorrências dos termos "pardieiro" e "pardieiros" nos registos inventariais, incluindo formas em que essas grafias surgem integradas em expressões específicas, como: "ora são pardieiro(s)", "ora estão em pardieiro(s)", "pardieiro(s) que era(m) casa(s)" ou "pardieiro(s) que estão juntos com esta(s) casa(s)". Paralelamente, registámos também os casos em que os pardieiros são descritos como "destruídos", mesmo quando não é indicada qualquer causa objetiva, o que nos permite avançar algumas interpretações[49] (ver Tabela 11).

Tabela 11. *Os pardieiro do Cabido na cidade de Braga no 1º, 2º e 3º Livro de Tombo*

	1º Livro de Tombo			***2º Livro de Tombo***			***3º Livro de Tombo***		
Rua	**Pardieiros**	**Pardieiro**	**Destruídos**	**Pardieiros**	**Pardieiro**	**Destruídos**	**Pardieiros**	**Pardieiro**	**Destruídos**
Souto					1		1		
Burgueses									
Ousias		1							
Olaria									
Trás os Açougues									
Sapataria (Nova)	5	8		3	8	10	1	12	10
Verde	1	2			4	1		4	2
Postigo (Travessa)	2				2	1		2	1
Triparia	1	1		1	1		1	1	
Rua Don Gualdim	2	10		2	6		2	3	1
Erva	1	6	4		6		1	6	2
Pequena									
Cegos	1								
Palhas									
Travessa					4			4	
Paio Manta		1		1			1		
Janes		3			3			3	
Total	**13**	**32**	**4**	**7**	**28**	**12**	**7**	**35**	**16**

Em vista disso, percebemos a completa ausência de pardieiros em quatro vias urbanas: Rua de Palhas, Rua da Olaria, Rua de Trás os Açougues e Rua Pequena. Contudo, três outras ruas manifestam transformações mais notórias. A Rua da Sapataria e a Rua Nova intramuros — ambas

[510] Existe um estudo similar para o caso leonês, onde tal metodologia fora aplicada por José Antonio Fernández Flórez na sua investigação sobre as propriedades do cabido catedralício de León, no século XV. A documentação utilizada corresponde aos códices 10 e 51 do *Archivo Cateralicio de León* (*A.C.L.*). Salvaguardada algumas singularidades, a disposição do rol de propriedades do cabido leoginense e bracarense, bem como a tipologia de informação exarada, são muito similares e, assim, tanto a análise feita para Braga, quanto para León, tem por lastro a permissividade da documentação que torna este modelo organizacional possível. A única diferença são as disposição em *corrales* existentes em León, que consistia em casas agrupadas em torno de um pátio central.

concentrando o maior número de pardieiros, provavelmente pela sua posição periférica — patenteiam uma variação na terminologia documental, com a subtração de quatro ocorrências do termo "pardieiros" e um aumento equivalente de ocorrências no singular "pardieiro".

Merece especial atenção o registo de dez pardieiros destruídos neste mesmo trajeto, documentados pela primeira vez no segundo *Livro de Tombo* (1393) e mantidos no terceiro (1403), após estarem ausentes do primeiro (1369). Este aparecimento súbito poderá relacionar-se com a incorporação de edifícios anteriormente situados extramuros, decorrente da conclusão da Muralha Fernandina, a qual integrou troços viários que, até então, se encontravam para além do perímetro defensivo precedente[511]. Conforme veremos mais adiante, o casario da Rua Nova extramuros foi devastado pelas forças de D. Henrique, tornando-se provável que essas estruturas destruídas tenham sido posteriormente inventariadas como pardieiros quando integradas no perímetro da nova muralha.

A Rua Travessa, por seu turno, é nitidamente alvo de um processo de degradação do casario que a formava: as propriedades habitacionais diminuíram de dezoito (1369) para dez (1404), arrolando-se ainda os quatro pardieiros a partir de 1393 — um claro indício do abandono de algumas propriedades. A Rua Verde apresenta uma situação similar, com metade dos pardieiros assinalados como destruídos no terceiro *Livro de Tombo*.

A Rua de D. Gualdim apresenta, porém, uma dinâmica distinta: anuncia o acréscimo de uma casa e a diminuição de seis pardieiros, dos quais apenas um aparece distinguido como destruído. Esta alteração aponta para uma possível mutação urbana no parcelário desta artéria, sendo a presença anterior de seis pardieiros a confirmação da degradação então existente, o que acentua a relevância da única casa adicionada como sinal, ainda que muito incipiente, de reestruturação ou reorganização do espaço (ver Figura 67).

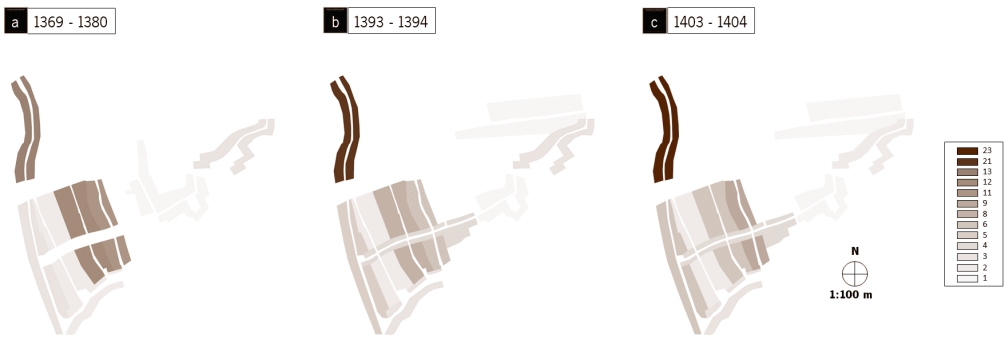


Figura 67. Representação da densidade e variações do número total de pardieiros nos três *Livros de Tombo*: (a) 49, (b) 47 e (c) 58. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

[511] Trata-se do prolongamento da muralha que antecede a construção da Muralha Fernandina.



Figura 68. Representação da densidade e variações do número de pardieiros destruídos, em relação ao total identificado nos três *Livros de Tombo*: (a) 4, (b) 12 e (c) 16. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

Numa análise global, constatamos a remoção de seis ocorrências do termo "pardieiros" (subtraindo seis e acrescentando três registos individuais de "pardieiro"). Contudo, a classificação de edifícios como "destruídos" aumentou drasticamente, passando de quatro em 1369 para dezasseis em 1403 (ver Figura 68). Esta discrepância demonstra o descuramento e abandono de numerosas propriedades urbanas.

Não obstante, a ligeira diminuição dos pardieiros e o discreto crescimento do casario entre 1393 e 1403 — como anteriormente notado — sinalizam uma incipiente recuperação do tecido habitacional (ver Gráfico 2).

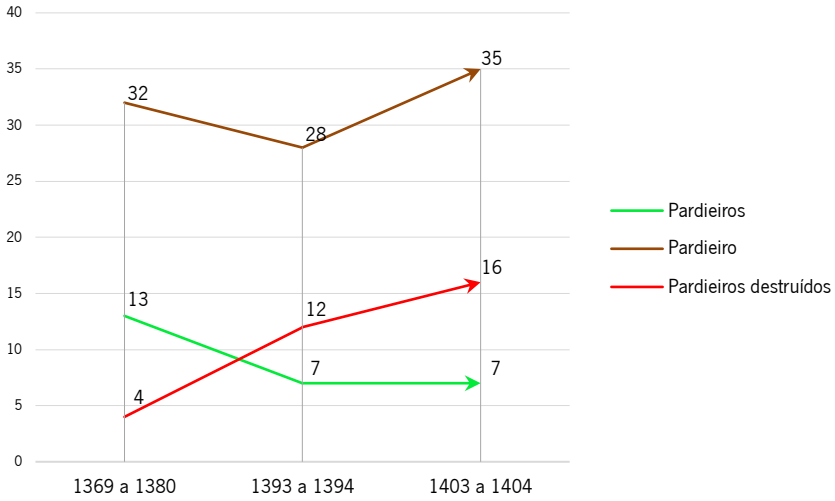


Gráfico 2. Variação das categorias de pardieiros nos *Livros de Tombo* analisados.

Diversos fatores de âmbito local, regional ou até nacional poderão ter contribuído para estas transformações urbanas — fenómeno que, aliás, não se limita exclusivamente a Braga. A degradação do casario seguida de uma discreta recuperação encontra correspondência no contexto geopolítico do reino, nomeadamente em episódios de crises diversas, como a

desvalorização monetária de 1372, que seguramente deve ter dificultado a manutenção e administração dos prazos imobiliários da mesa capitular (Gomes, 2009).

Em paralelo, Portugal atravessava, à semelhança da restante Europa, sucessivas crises epidémicas (Sousa, 1993, pp. 330–345; Marques, 1989, pp. 20–30; Coelho, 2013, p. 153)[512]. O primeiro grande surto pestífero terá irrompido em território nacional em julho de 1348 (Silva, 2021, pp. 219–220), deixando um cenário desolador. Novos focos epidémicos continuaram a eclodir esporadicamente, criando um padrão de breves recuperações demográficas seguidas de novas quebras populacionais.

O impacto prolongou-se até ao fim da primeira metade do século XV, como demonstra o estudo de Coelho (Coelho, 2013, p. 153), que estima uma perda de cerca de 30% da população bracarense entre 1422 e 1445[513].

Neste contexto, seria expectável uma redução — ou pelo menos oscilações — da atividade construtiva em Braga. Conjugavam-se múltiplos fatores adversos: a incerteza quanto à disponibilidade de mão de obra nos campos e oficinas de construção, e a escassez de oficiais letrados, circunstância que comprometeu gravemente a capacidade documental da chancelaria da mitra. A falta de tabeliães agravou esta penúria administrativa, comprometendo naturalmente a produção documental, fator que explica, em parte, a pouca incidência de fontes expedidas pelos cónegos nesta altura (Silva, 2021, p. 294).

À conjuntura epidémica e demográfica sobrepunha-se a crise agrária, intensificada por alterações climáticas e fenómenos meteorológicos extremos que afetaram severamente a produção alimentar[514]. Anos de condições climáticas hostis — ora por excesso de precipitação, ora por estiagens prolongadas — assolaram numerosas localidades com escassez alimentar, provocando o encarecimento dos cereais e o eclodir de crises frumentárias (Coelho, 2013, p. 152).

Esta crise demográfica prolongou-se pela centúria seguinte, como evidencia a documentação das Cortes de 1451, onde se refere que a população bracarense tinha decrescido drasticamente,

---

[512] Sobre a Segunda Grande Peste *vd.*: Martino, J. (2017). *1348. A Peste Negra*. São Paulo: Excalibur; Benedictow, O. J. (2020). *La Peste Negra (1346–1353): La historia completa*. Madrid: Aka. Fora do contexto hispânico, a peste revelou-se catastrófica em múltiplas regiões da Europa. Exemplar neste sentido é Londres, cuja população, conforme assinala Matthew Davies (2014, p. 206), foi drasticamente reduzida de aproximadamente 80.000 para 40.000 habitantes.

[513] O estudo de Maria Helena da Cruz Coelho baseia-se no vários róis de besteiros de 1385, 1422 e de 1339 – 1345, tendo por indicadores o decréscimo demográfico, descortinando um perda populacional de 28,4% no Alentejo, entre 1385 a 1422, e de 15,5 no Algarve. Para o norte, além de Braga, o Porto teria perdido cerca de 37,5% da sua população. Essa estimativa dos valores se baseia nas variações locais e regionais da redução populacional, o que induz pensar que os números reais nos registos de besteiros podem não ser totalmente precisos.

[514] António Henrique de Oliveira Marques (1989, p. 30) traça uma linha cronológica dos períodos de crises alimentares em Portugal, mencionando os anos de 1331 e 1333, anteriores à Peste Negra, e as que ocorreram posterior a ela: em 1355–1356, 1364–1366, 1371–1372, 1374–1376, 1384–1387, 1391–1392, 1394, 1397–1400, 1403, 1412–1414, 1418, 1422–1427, 1436–1441, 1445–1446, 1452–1455, 1459–1461, 1467–1468, 1472–1473, 1475–1478, 1484–1488, 1490–1491, 1494–1496.

não residindo então na cidade nem um terço dos seus antigos habitantes: [...] q*ue* nom ha agora em esta cidade *e* thermo o t*er*ço da gente q*ue* nella soya d auer [...”][515].

As fontes escritas do cabido, quando confrontadas com a historiografia disponível, ilustram que Braga atravessou um período de estagnação urbanística entre 1369 e 1404, caracterizado por oscilações no desenvolvimento de bens imóveis da cidade.

Esta situação começou a reverter-se gradualmente a partir da segunda metade do século XV, momento em que ressurge e se intensifica a documentação concelhia e capitular. Esta revitalização administrativa traduziu-se na emissão de numerosos prazos que, explicitamente, passaram a prescrever aos foreiros obrigações específicas de transformação e melhoramento dos prédios emprazados.

Portanto, o aumento de pardieiros destruídos no início do século XV pode ser um indício embrionário do prolongado processo de instabilidade urbana que seguramente foi agravado por grandes obras públicas que acarretaram custos elevados e pesados encargos para a população nas décadas seguintes. Todo esse processo de instabilidade estender-se-ia desde meados do século XIV, em especial a segunda metade, até ao reinado de D. Afonso V, com a construção da última torre na Porta de Santiago, em 1472.

4.2. Alteamento: as casas sobradadas

As casas sobradadas diferenciavam-se pela sua verticalização em busca de apropriação do espaço habitacional, expressão de reajuste estrutural ditado pela escassez da área disponível ao nível térreo (Conde, 2011, p. 214; Arizaga Bolumburu, 2017, p. 108). A incorporação dessa tipologia construtiva — frequentemente adaptada a edificações preexistentes — implicava o recurso a técnicas e materiais mais exigentes, conferindo maior plasticidade à edificação e consentindo a maximização da área útil, sobretudo em zonas densamente edificadas ou sujeitas a reconfigurações impelidas por ações administrativas (Conde, 2011, p. 214).

Segundo Trindade (2002, p. 39), a maioria das cidades e vilas portuguesas, entre os séculos XIII e XVI, era composta por construções de um a dois pisos (ver Figura 69)[516], sendo exceções Guimarães e os grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto[517]. Ainda que se torne difícil precisar

[515] *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441–1447).* (2018). Edição preparada por J. J. A. Dias & P. Pinto. CEH-UNL. p. 112. Referente ao capítulo 2°, sobre pedido de atribuir o acontiamento da cidade ao concelho de Braga.

[516] No levantamento realizado por Conde (2011, p. 218, 2023, p. 303), as cidades que apresentavam 1 piso eram: Torres Novas, Caldas da Rainha, Castro Marim, Almada , Palmela e Castanheira do Ribatejo; com 2 pisos: Ponte de Lima, Barcelos, Braga, Guarda, Leiria, Abrantes, Óbidos, Torres Vedras, Sintra, Setúbal, Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo, Évora, Castelo de Vide, Elvas e Silves; com 3 pisos: Guimarães, Porto, Coimbra, Tomar e Santarém; registos com 4 pisos apenas se encontra em Lisboa.

[517] Em Guimarães, algumas propriedades ultrapassavam dois pisos, porém, no máximo até três.

os momentos em que a verticalização adquiriu maior expressão, há registo da existência de edifícios de três andares em Lisboa desde 1276[518]. A tendência ao alteamento, no entanto, adquire maior intensidade a partir da segunda metade do século XV, sendo comum, em 1551, a presença de imóveis com quatro ou cinco pavimentos[519].

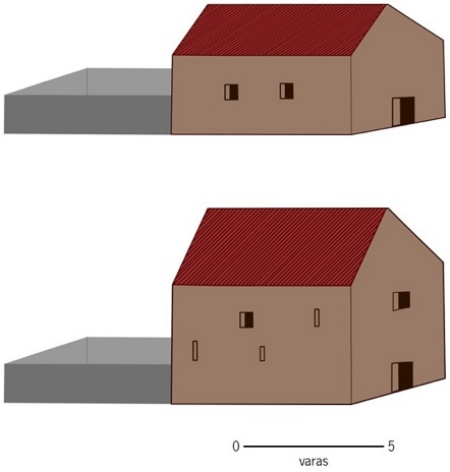


Figura 69. Baseando-se nos modelos de Sílvio Conde (1997, p. 245) e aprimorados por desenhos vetoriais, as tipologias predominantes entre as propriedades estudadas são a casa térrea (figura acima) e a casa sobradada (figura abaixo). Embora algumas possuam construções anexas, como casas secundárias ou pardieiros, verifica-se também a presença de exidos, conforme ilustrado. Elaboração do autor.

Para o período entre 1369 e 1404, confirmam-se as observações de Sílvio Conde (2011, p. 218, 2023, p. 303) sobre a prevalência de edificações de dois pisos em Braga. Nos *Livros de Tombo*, as escassas referências a esta tipologia arquitetónica aparecem designadas como "sobrados" ou "casas sobradadas", indicando a existência de um único piso superior ao rés-do-chão.

Registam-se sete propriedades sobradadas no primeiro levantamento, número que se reduz para quatro em 1403 (ver Gráfico 3). Esta diminuição poderá refletir tanto à demolição ou abandono de edifícios — como ocorreu com dois na Rua Verde e um na Rua Pequena — quanto às dificuldades no emprazamento destas propriedades, possivelmente agravadas pelo contexto de crise e pelos elevados encargos associados[520].

[518] Pradalié, G. (1975). *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas Editores, p. 36 (*apud* Trindade, 2002, p. 44).
[519] Buarcos, J. B. (1990). *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizontes, p. 97 (*apud* Trindade, 2002, pp. 44–45).
[520] Um caso singular ocorreu na Rua dos Burgueses entre 1369 e 1380, visto que não se tratava somente de uma casa sobrada, mas sim de uma construção com sótão e sobrado, possivelmente refletindo um prédio de três pisos quando se contabilizado a casa. Entretanto, é curioso observar que este imóvel se tornou um pardieiro, motivo pelo qual desconhecemos a razão (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 127); por outro lado, na Rua de Palhas, neste mesmo período, já vislumbramos umas casas altas e sobradadas, e que eram duas moradas, algo bastante peculiar.

Esta retração representa uma clara inflexão no processo de verticalização urbana em Braga. Embora as causas permaneçam incertas, poderão relacionar-se com mudanças nas políticas de ordenamento territorial, flutuações demográficas ou constrangimentos económicos que dificultaram a manutenção de estruturas mais complexas.

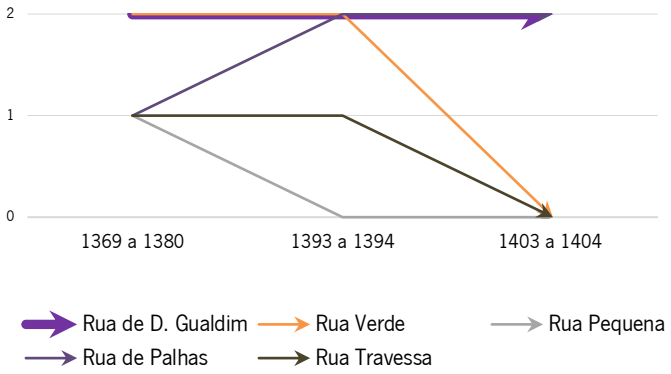


Gráfico 3. Projeção quantitativa do número de sobrados (casas sobradadas) identificados na documentação analisada.

O crescimento mais vivo do número de casas sobradadas em Braga verificar-se-á a partir da segunda metade do século XV, momento em que se intensifica a exigência de construção de pisos superiores nos contratos de emprazamento. Essas cláusulas, impostas pelo cabido, visavam não apenas organizar o edificado, mas também aumentar a rentabilidade, compensando a exígua dimensão das parcelas através da verticalização (Duarte, 2003, p. 189)[521]. Este momento marca, ao nosso entender, uma viragem na política de gestão do património urbano capitular, pela transformação de casas térreas e pardieiros em edifícios sobradados. A obrigatoriedade de alteamento presente nesses contratos revela uma resposta institucional às crescentes pressões demográficas e funcionais da cidade em expansão no final da Idade Média.

Essas cláusulas contratuais terão repercussões diretas na configuração arquitetónica e na morfologia urbana de Braga ao longo do século XVI, particularmente na Rua do Souto (Marques, 1983, p. 49), Ousias e Nova de Sousa, onde irão predominar prédios de um a dois pisos sobre o rés-do-chão, substituindo progressivamente o casario térreo (Maurício, 2000, pp. 50 e 73).

[521] Esta questão será abordada no próximo capítulo.

4.3. As casas grandes, casas com arco da pedra, casas com portais e as casas de canto

Incluímos esta subseção com o intuito de apresentar considerações adicionais relativas à organização estatística anteriormente delineada que, para além de serem classificadas como "casas", "casa" ou "casa(s) pequena(s)", podiam exibir outras características específicas, as quais procuraremos escrutinar a seguir.

A primeira característica prende-se com a existência de imóveis que abrangiam uma área consideravelmente superior à da maioria das casas, designadas como "*casa(s) grande(s)".* Ainda que não conheçamos as suas dimensões em Braga, informações oriundas da historiografia para outros espaços têm apontado que essas edificações poderiam situar-se na ordem dos 100 m², ou mesmo ultrapassá-las. Exemplo disso é a "casa grande" de Pinhel, composta por quatro divisões e com uma área de 110 m², ou a "casa grande" de São Miguel da Acha, nas imediações de Proença-a-Velha, igualmente com quatro divisões e atingindo 163 m² (Gonçalves, 2001, p. 117).

As *casas grandes* apresentavam habitualmente valores de emprazamento mais elevados, sendo habitadas por detentores de capacidade económica mais elevada. Muitas destas residências alcançavam considerável prestígio social, chegando mesmo a confundir-se com verdadeiros paços senhoriais devido à sua dimensão, complexidade arquitetónica e elevados custos associados (Silva, 2008, p. 98). Esta tipologia habitacional apresentava uma expressão quantitativa consideravelmente inferior à das restantes categorias de imóveis urbanos, tornando-se acessível apenas a uma reduzida elite económica.

Em Braga, o panorama não se diferenciava desta tendência geral. Embora a localização cartográfica não possa ser determinada, os dados documentais sugerem um crescimento gradual desta tipologia: três "casas grandes" em 1369, quatro em 1393, e seis em 1404 (ver Apêndice XI, pp. 20–21). Este incremento, ainda que modesto, contrasta com a retração observada noutras categorias habitacionais do mesmo período.

Antes de mais, cabe mencionar que estas habitações se localizavam predominantemente próximas aos extremos das ruas[522] —, conforme se verifica pela sua posição no início ou no final dos inventários das propriedades urbanas.

Neste sentido, registam-se duas "casas grandes" na Rua Pequena, uma em cada lado do seu parcelário[523]. Uma delas, situada no loteamento do lado direito, na direção da Rua Travessa, incluía

[522] Dizemos "próximo dos extremos" por serem, de modo geral, os últimos itens mencionados nos registos. Contudo, por não serem explicitamente identificadas como "*casas de canto"*, é possível que estas últimas pertencessem a outro proprietário.
[523] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 129v; *2º Livro de Tombo*..., fl. 67 e A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 110.

também uma adega que se estendia até à Rua da Erva, demonstrando, assim, primazia na ocupação parcelar que se prolongava entre ambas as artérias

Outra "casa grande", que se assemelhava a um verdadeiro complexo habitacional, estava situada na Rua de Paio Manta[524]. Esta propriedade exibia características que nos permitem aproximá-la da categoria de um paço, ainda que essa designação não lhe seja atribuída explicitamente, mas que levamos em conta dado que comportava elementos distintivos, como uma torre, um poço, um exido (jardim) e pomares.

Esta propriedade esteve em uso pelo Mestre-Escola Martim Domingues desde 1369. Posteriormente, a partir de 1393, foi concedida em prazo ao Arcebispo D. Lourenço Vicente, podendo ter servido como residência temporária para o prelado.

Sem dúvida, este não constituía um caso isolado de "casas grandes" cujos prazos eram destinados a membros da Igreja. Excluindo-se as casas grandes situadas na Rua dos Cegos — igualmente emprazadas, a partir de 1393[525], a uma figura de relevo ligada à vigilância e defesa, o alcaide do castelo, Pero Martins — todas as demais estavam destinadas a membros do clero. Vejamos: as duas "casas grandes" da Rua Pequena foram, inicialmente, emprazadas ao cónego João Esteves e, posteriormente, a João Fernandes, abade de São Vicente, e a outra propriedade a Diogo Álvares, cónego da Sé. Na Rua de Palhas, as casas grandes foram aforadas[526], em primeiro lugar, ao deão Estevão Peres[527], depois ao deão Luís de Freitas e, mais tarde, ao arcediago do Couto, Álvaro Ferreira. As da Rua de Paio Manta que estava emprazada ao arcebispo, em 1403 estaria destinada ao abade de Antas, o qual também detinha em prazo as "casas grandes" na Rua da Erva[528]. Por fim, a metade das "casas grandes" na Rua da Triparia[529], pertencente ao cabido — sendo a outra metade vinculada à capela de São Vicente — estava destinada ao abade de São Vicente, João Fernandes (ver Apêndice XI, p. 21).

Além das "casas grandes", a documentação menciona ainda uma outra categoria construtiva que denotava certo grau de sofisticação, especialmente no que concerne ao material e à técnica empregues na sua edificação. Trata-se das casas com "arco da pedra". Esse artifício arquitetónico teve origem nos séculos XII e XIII, em território italiano — então conhecido como *casa porticata* — , difundindo-se paulatinamente por outros reinos europeus (Soragni & Gregorio, 1996, p. 19). Em

[524] A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69 e *3º Livro de Tombo...*, fl. 113.
[525] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 136; *2º Livro de Tombo...*, fl. 68 e *3º Livro de Tombo...*, fl. 111.
[526] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 130v; *2º Livro de Tombo...*, fl. 68 e *3º Livro de Tombo...*, fl. 111v.
[527] Foi cónego de 1340 a 1349 e deão de 1349 a 1374 (Rodrigues *et al.*, 2005, p. 70).
[528] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 108v.
[529] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 105v.

Portugal, geralmente edificada em pedra ou cantaria, e complementada por tijolos e argamassa (Conde, 2011, p. 215)[530], começou a tornar-se mais presente sobretudo a partir do século XV, mormente na sua fase final, como resposta aos desafios trazidos pelo surto urbano (Conde, 2014, p. 7, 2011, p. 214).

Não obstante, em Braga, esta solução construtiva era já uma realidade no final do século XIV, sendo mencionado de forma continuada nos três *Livros de Tombo*. Constatamos, portanto, a presença dessas casas em duas artérias.

Na Rua do Souto, especificamente no loteamento da fachada sul, onde existiam as "casas do arco de pedra" (ver Apêndice XI, p. 21), sendo estas alvo de sublocação — pois, embora nelas residisse Vasco da Pica, encontravam-se emprazadas a Catarina Gabos. Já na Rua Pequena, regista-se a existência de uma "casa grande com arcos da pedra", cuja estrutura porticada poderá relacionar-se com o abrigo de alguma atividade comercial, sobretudo tendo em conta a sua localização num canto correspondente ao vértice sudeste do espaço que viria a ser conhecido como Praça das Panelas[531].

Igualmente sinal de certo dinamismo económico, importa ainda destacar as casas adornadas com "portais", os quais representavam um indicativo de estatuto, expresso nos pormenores decorativos que envolviam as portas — ou, em alguns casos, as janelas, sobretudo quando se tratava de edifícios sobradados (Trindade, 2002, p. 51). À semelhança das *casas de arco*, estas habitações evidenciavam certa opulência expressa nos seus portais, geralmente em forma de arco/ogivais, o que lhes conferia uma visível solidez e, nalguns casos, uma perspetiva defensiva no modo como se apresentavam (Trindade, 2002, pp. 52–53).

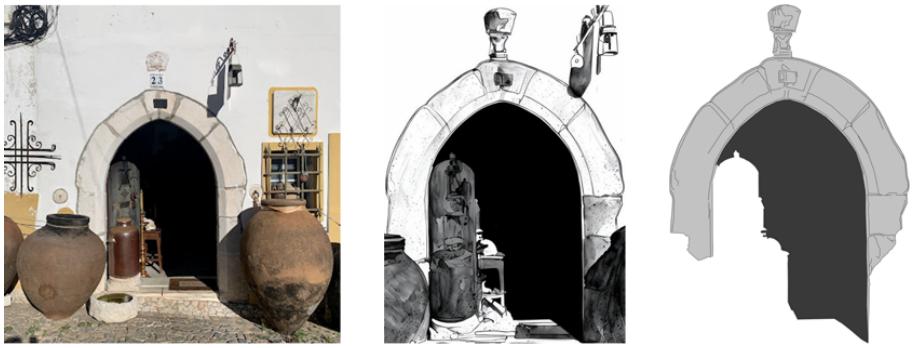


Figura 70. Imagem do *Google Street View* de um exemplar de um Portal de Pedra da casa n.º 23, na Rua da Calçada da Frandina, Estremoz, destacada por desenho vetorial realizado pelo *software Inkscape*. Elaboração do autor.

[530] Conde (2014, p. 214), também as refere como "casas armadas sobre arcos", abrigando, muitas vezes, alguma atividade nos porticados.
[531] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 40v; ver subsecção anterior relativa às *praças*.

Encontramos, em Braga, algumas casas com portais na Rua do Souto e cinco na Rua dos Burgueses, sendo, nesta última, todas localizadas no parcelário do alçado sul. Dessas cinco casas na Rua dos Burgueses, quatro eram compostas por "dois portais" (ver Apêndice XI, pp. 21–22).

Nesse mesmo conjunto, identificamos uma edificação singular cuja natureza permanece incerta: as denominadas "Casas que chamam de Pedreira", concedidas em prazo a Estêvão Pires Chicarinho[532]. A designação "Pedreira" suscita várias hipóteses interpretativas. Poderá referir-se a uma antiga exploração de pedra no local, o que implicaria a presença de uma pedreira em funcionamento ou já desativada. Alternativamente, o topónimo pode indicar uma ligação profissional ou comercial com materiais pétreos. A ausência de evidências documentais mais consistentes, aliada à escassez de interpretações na historiografia medieval, impede conclusões categóricas, integrando, desta forma, as "casas que chamam de Pedreira" no conjunto de habitações com características construtivas em pedra.

Voltando às casa de "dois portais", é relevante notar que duas delas estavam emprazadas a Afonso Esteves Leites, figura abastada da cidade, particularmente ativa na valorização imobiliária por meio do subemprazamento de bens pertencentes ao cabido. Uma dessas casas, cuja renda equivalia a 6 maravedis, localizava-se próximo à Crasta da Sé, espaço de reunião ocasional dos cónegos do cabido catedralício, sendo esta também a sua morada. A outra, emprazada por 4 maravedis, era habitada por seu genro, Domingos Martins[533].

Existiam ainda outras duas casas com "dois portais", uma sob o emprazamento de Maria Simão, e outra que tinha por prazo Afonso Martins Gontio, lavrador, que figura nos três *Livros de Tombo*[534]. O primeiro imóvel havia sido outorgado a Maria Simão (esposa), em 1403, enquanto segunda pessoa no contrato. No segundo, residiram, entre 1369 e 1393, os sapateiros Gonçalo Afonso e Diogo Esteves. Sucederam-lhes, entre 1393 e 1403, um Gonçalo, oriundo de Ferreiros, e Vasco Anes. A partir de então, encontrava-se emprazado à mulher que fora de Afonso Martins Gontío[535].

Estas casas, pela presença de múltiplos portais e pelos perfis socioeconómicos dos seus ocupantes, revelam um grau superior de sofisticação arquitetónica e de valorização imobiliária. Situavam-se em artérias densamente urbanizadas de Braga, o que reforça a perceção de que,

---

[532] Entre 1369 e 1380: "Jt*em* Casas que chamam de Pedreira Com as Casas de tras que saem pera o Çaffareio Tregeas emprazadas Steuam perez chicarinho por oyto marauidis" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 120); "Jt*em* As Casas em que mora Gil uaasquez sc*ri*puam – q*ue* tem o p*or*tal co*n*tra a rrua dos cegos E alo iaz sc*ri*pta E ponha aq*ui* a piga de iiij m*aravidi e* alo de do*us*" (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121v).

[533] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 119v; ver Apêndice XI, p. 21.

[534] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 119v; ver Apêndice XI, p. 21.

[535] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 120; *2º Livro de Tombo...*, fl. 59v e *3º Livro de Tombo...*, fl. 94v; ver Apêndice XI, p. 21.

entre 1369 e 1404, a Rua dos Burgueses continha moradias que podiam ostentar elementos construtivos mais robustos e duradouros, como os portais em cantaria.

Adicionalmente, cumpre aludir às propriedades de renda significativamente elevada, cujos elementos arquitetónicos específicos terão, porventura, sido omitidos pelos escrivães, como é o caso das casas adjacentes à Sé, ocupadas, em 1403, pelo bispo de Burgos e emprazadas a Vasco Anes por um valor que ultrapassa largamente os montantes atribuídos às chamadas "casas grandes", atingindo as 60 libras[536]. Esta propriedade, grosso modo, representava o prazo de maior valor, com renda fixada muito acima dos praticados para o restante das propriedades correntes.

Efetivamente, as casas com renda mais elevada eram, predominantemente, contratualizadas em libras — embora também se encontrem referências em maravedis —, e, em regra, eram emprazadas a membros do clero[537].

Tabela 12. *Valor dos emprazamentos das "casas grandes" pertencentes ao Cabido Catedralício*

Propriedade	Rua/Alçado	Valor anual (emp.)	Fonte (A.D.B.)
Casas grandes que tem os Arcos de pedra	Pequena/nascente	11 maravedis e 23 soldos 42 libras	*1º Livro de Tombo...*, fl. 129v *3º Livro de Tombo...*, fl. 110
Casas grandes	Pequena/poente	30 libras 35 libras	*1º Livro de Tombo...*, fl. 129v *2º Livro de Tombo...*, fl. 67
Casas grandes	Cegos/nascente	24 libras 24 libras 33 libras e 2 capões	*1º Livro de Tombo...*, fl. 136 *2º Livro de Tombo...*, fl. 68 *3º Livro de Tombo...*, fl. 111
Casas grandes	Palhas/não refere	20 maravedis e 2 capões 20 maravedis	*2º Livro de Tombo...*, fl. 168 *3º Livro de Tombo...*, fl. 111v
Casas grandes com torre, poço, exido e pomares	Paio Manta/sul	30 maravedis 30 libras	*2º Livro de Tombo...*, fl. 69 *3º Livro de Tombo...*, fl. 113
Casas grandes (metade)	Triparia/nascente	10 libras	*3º Livro de Tombo...*, fl. 105v
Casas grandes	Erva/poente	30 libras	*3º Livro de Tombo...*, fl. 108v

Tabela 13. *Valor dos emprazamentos das casas com elementos em pedra pertencentes ao Cabido Catedralício*

Propriedade	Rua/Alçado	Valor anual (emp.)	Fonte (A.D.B.)
Casas do Arco da Pedra	Souto/sul	2 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 117v
Cassa que são dois portais	Souto/sul	12 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 117v
Casas grandes que tem os Arcos de pedra	Pequena/nascente	11 maravedis e 23 soldos 42 libras	*1º Livro de Tombo...*, fl. 129v *3º Livro de Tombo...*, fl. 110
Casas que são dois portais	Burgueses/norte	6 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 119v
Casas que são dois portais	Burgueses/norte	4 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 119v
Casas que são dois portais	Burgueses/norte	7 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 119v
Casas que são dois portais	Burgueses/norte	6 maravedis 7 maravedis e 2 galinhas 7 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 120 *2º Livro de Tombo...*, fl. 59v *3º Livro de Tombo...*, fl. 94v
Casas que chamam de Pedreira	Burgueses/norte	8 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 120
Casas que tem um portal	Burgueses/norte	4 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 121v

Em última análise, pretende-se aqui pôr em evidência uma outra faceta do casario bracarense, observando-o sob uma perspetiva espacial que prescinde da consideração da sua dimensão ou perfil arquitetónico, privilegiando, antes, o seu posicionamento no parcelário viário. Estamos a falar, especificamente, das casas situadas nos "cantos" das ruas, cuja localização procuramos identificar nas representações cartográficas de *Braunio* (1594) e *Braga Primaz* (1755). Com base

[536] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, 63v.
[537] Cf. Transcrições em Apêndice XI, pp. 21–22

nas informações extraídas dos *Livros de Tombo* — transcritas e apresentadas nos apêndices[538] —, foi possível localizar 21 propriedades situadas em intersecções de arruamentos na cidade. A partir destes dados, elaborou-se uma tabela-síntese (ver Tabela 14) que permite estabelecer comparações diretas com a cartografia histórica disponível (ver Figuras 71 e 72). Este instrumento metodológico destina-se também a apoiar futuras investigações centradas na identificação e caracterização das parcelas urbanas medievais.

Tabela 14. *Quadro-síntese das propriedades localizadas nos cantos das ruas de Braga, com indicação da tipologia edificada, cronologia documentada, arruamento de pertença, bem como os respetivos enfiteutas e moradores*

Id. /Edif.	Ano	Rua/Alçado	Disposição	(emp./mr.)	Fonte (A.D.B.)
(a) Casas	1369–1394	Souto/norte	Rua do Souto	Cecília Afonso, mulher de Fernão Gil (emp.) Fernão Gil (emp.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 118v 2º *Livro de tombo*..., fl. 58
(b) Casas	1393–1404	Burgueses/norte	Ao canto das casas de Maria Oliveira e ao canto da Rua da Sapataria	Vasco Esteves e Gonçalo Esteves, sapateiro (mr.) Afonso Ramos (emp.))	*2ºLivro de tombo*..., fl. 59v *3º Livro de tombo*..., fl. 95
(c) Casa	1369–1394	Burgueses/sul	No canto dos Açougues Velhos, ao canto da Rua de D. Gualdim	Pero Gonçalves, alfaiate (m) Pero Gonçalves, alfaiate (m)	*1º Livro de tombo*..., fl. 120 *2ºLivro de tombo*..., fl. 60
(d) Casas	1393–1404	Burgueses/sul	Está ao canto da Rua da Triparia	Não indica Diogo Esteves (m)	*2ºLivro de tombo*..., fl. 60 *3º Livro de tombo*..., fl. 96
(e) Casas	1393–1404	Burgueses/sul	Está no outro canto da Rua da Triparia	João Pires pombinho (emp.))	*2ºLivro de tombo*..., fl. 60
(f) Casas	1369–1394	Burgueses/sul	Com Rua Verde	Vicente Chasco (emp.) Afonso Vicente, mercador (mr.) Gonçalo da galinha (mr.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 121 *2ºLivro de tombo*..., fl. 60 *3º Livro de tombo*..., fl. 96
(g) Casas	1393–1404	Ousias/sul	Ao canto da Rua dos Cegos	Gil Esteves Doutis (emp.) Gonçalo Esteves, o Pico (mr.)	*2ºLivro de tombo*..., fl. 61 *3º Livro de tombo*..., fl. 97v
(h) Casas	1369–1393	Ousias/sul	No canto que tem o Arco da Pedra	Abade de Cervães (mr.) Paio Nicolau (mr.) Bartolomeu Fernandes (mr.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 121 *2ºLivro de tombo*..., fl. 61 *3º Livro de tombo*..., fl. 97v
(i) casas	1369–1404	Trás os Açougues/sul	Canto da Rua da Erva	Inês, a Pica (emp.) Inês, a Pica (mr.) Inês, a Pica (mr.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 122 *2ºLivro de tombo*..., fl. 61 *3º Livro de tombo*..., fl. 98
(j) Pardieiro	1369/1380	Rua Verde/nascente	No fim da rua, até o Postigo de São Sebastião	Não indica	*1º Livro de tombo*..., fl. 125
(k) Pardieiro	1369–1394	Triparia/poente	No canto que está na Cruz da Travessa	Arcediago de Neiva (emp.) Não indica	*1º Livro de tombo*..., fl. 125v *2ºLivro de tombo*..., fl. 64
(l) Casa terreira	1393–1394	Triparia/nascente	É a casa do canto que morou Martins Pires, alfaiate e está na Cruz da Triparia ou Cruz das Arras	Maria Castelão (emp.)	*2ºLivro de tombo*..., fl. 65
(m) Casas	1369–1404	D. Gualdim/poente	No canto, com outras atrás, no final da rua.	João Domingues, abade de São Sanfins (emp.) Mulher Pedro Lourenço, cónego (mr.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 127v *2ºLivro de tombo*..., fl. 66 *3º Livro de tombo*..., fl. 107
(n) Pardieiros grandes	1369/1380	D. Gualdim/nascente	Pardieiros grande que estão no canto Direito do Forno Velho. Morou Fernão da Acha	Não indica Não indica Estão ermos	*1º Livro de tombo*..., fl. 127 *2ºLivro de tombo*..., fl. 66 *3º Livro de tombo*..., fl. 107
(o) Casa	1369/1380	Erva/nascente	Anda com as casas do canto em que mora a tendeira Leonor	Mulher que foi de Gonçalo Ferreiro (emp.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 128
(p) Casas	1369/1380	Erva/poente	Ao canto no final da rua	Fernão Vasques, abade de Trasmiras (emp.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 129
(q) Casa	1369/1380	Cegos/poente	Ao canto da Cruz da Carrapata	Senhorinha, a Carrapata (emp.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 130
(r) Casa	1369/1380	Travessa/sul	Ao canto com a Rua da Triparia	Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva (emp.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 130
(s) Casa pequena	1369–1404	Postigo/norte	Ao Canto da Igreja de Santiago (igreja) e anda com o canto que jaz na Rua de Dom Gualdim	Abade de São Estevão de Sanfins (emp.) Maria de Padilha (mr.) Gonçalo Afonso, abade de Santiago da Sé (mr.)	*1º Livro de tombo*..., fl. 125v *2ºLivro de tombo*..., fl. 64 *3º Livro de tombo*..., fl. 104

[538] Ver Apêndice X, pp. 14–19.

(t) Casas	1403/1404	Paio Manta/sul	No início, com Rua dos Cegos	Afonso Anes, o Carrapato (emp.)	*3º Livro de tombo*..., fl. 113
(u) Casa Terreira	1403/404	Janes/nascente	Está ao Canto da parte (altura) da Albergaria de Rocamador	Pedro de São Vítor (emp.)	*3º Livro de tombo*..., fl. 114

Referente a Tabela 14, detetamos, nas fontes, algumas casas de canto que parecem ter deixado de existir. A saber, as chamadas "casas pequenas", localizadas em frente ao Cano, juntamente com uma outra designada como "do canto" (a). Datadas entre 1369 e 1404, estas propriedades situavam-se nas imediações do Paço Arquiepiscopal, aproximadamente na intersecção com a Rua das Ousias, junto a um dos fornos aí existentes. Nos mapas, propusemos uma projeção hipotética para a sua localização, dado que esses imóveis já não existiam desde o século XV, em virtude da expansão do complexo palaciano dos arcebispos em direção ao nascente.

Outrossim, entre 1369 e 1394, há registos da existência de uma "casa de canto" (c) na Rua dos Burgueses, estabelecida no alçado sul da rua. Esta edificação, terá sido provavelmente demolida aquando da reformulação da Praça da Cidade e da construção do novo Paço do Concelho no século XVI.

No que se refere à concentração de casas de canto, a Rua dos Burgueses apresentou o maior número de ocorrências identificáveis na documentação — cinco no total (b, c, d, f, g). Destas, uma localizava-se no alçado norte da rua (b), no sentido da Porta do Muro, enquanto as restantes quatro estavam no alçado sul (c, d, e , f), nos pontos de articulação com as ruas adjacentes que confluíam setentrionalmente com a Rua dos Burgueses.

Particular interesse reveste uma casa térrea situada no canto inicial da Rua de Janes (u), defronte da qual se erguia a Albergaria de Rocamador. Esta referência topográfica é especialmente valiosa, pois permite determinar com maior precisão a localização da albergaria, tendo em conta que a referida casa se situava nas proximidades da igreja de S. João do Souto, templo que permanece *in situ* até aos nossos dias.



Figura 71. Identificação das prováveis casas de canto situadas nas intersecções das ruas da cidade de Braga, com base nos Livros de Tombo e na cartografia do *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor.



Figura 72. Identificação das prováveis casas de canto situadas nas intersecções das ruas da cidade de Braga, com base nos Livros de Tombo e no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor

5. Edifícios de prestígio e de decisão de poder

Neste ponto, procederemos à análise de outras tipologias de imóveis que se distinguiam não apenas pelo seu carácter arquitetónico singular, mas também pela sua componente estética refinada. Estas construções caracterizavam-se por uma conceção mais robusta e dispendiosa, na qual o emprego de matérias-primas de superior qualidade e resistência assegurava uma durabilidade excecional e um acabamento de excelência. Enquadraremos, deste modo, três tipos: as casas-torres, o complexo do paço arquiepiscopal e os edifícios da câmara de Braga.

5.1 As casas-torre em Braga

O conhecimento sobre a casa-torre medieval em Braga é escasso, em virtude da escassez de vestígios arqueológicos e da quase inexistência de investigações sobre o tema, embora, a nível nacional, o interesse por esta temática tenha vindo a crescer[539]. Sabe-se que nem todas as cidades possuíam casas-torre, sendo a sua edificação frequentemente condicionada por regulamentações locais, uma vez que tais estruturas possuíam um forte valor simbólico e social, refletindo estatuto económico e político. Na maior parte dos casos, só podiam ser construídas com autorização do senhor da cidade ou do poder régio[540].

Em Braga, a documentação dos *Livros de Tombo* e *Prazos* aponta para o registo de algumas "casas-torre" ou "casas com a sua torre" a partir da segunda metade do século XIV, sobretudo ao longo do século XV. Contudo, o número exato e a distribuição cronológica destas edificações permanecem incertos, dada a escassez de referências diretas na documentação e a ausência de vestígios materiais.

A historiografia indica que a casa-torre desempenhava predominantemente uma função doméstica, distinguindo-se pela sua verticalidade e pela capacidade de aproveitar o espaço em altura, frequentemente associada a um propósito defensivo. A robustez conferida pela construção em pedra integrava-se, contudo, num quadro mais amplo: a casa-torre constituía igualmente um

---

[539] *Vd.*: Azevedo, P. (2018). *Roteiro das casas nobres com terre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante*. Revista Turismo & Desenvolvimento, 30, 23–35. Aveiro: [n.e.]; Barroca, M. J. (1998). *Torres, casas-torres ou casas-fortes: A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII–XV)*. Revista de História, 19, 39–103. Coimbra; Contreiras, M. dos S. (2019). *A casa forte alentejana na transição da época medieval para a época moderna* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa[. Lisboa, Portugal; Gonçalves, G. V., Pereira, D. B., & Pereira, A. S. (2020). *A "nova" casa-torre (domus fortis) medieval da Rua da Reboleira: Arqueologia pública no centro histórico do Porto*. Oppidum, 12, 68–83. Porto; Sousa, S. R. V. (2018). *Poder e arquitetura urbana: A casa-torre no Porto Medieval*. In A. A. Andrade et al. (Eds.), *Espaço e poderes na Europa urbana medieval* (pp. 253–264). Castelo de Vide: IEM — Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide; Congresso *Moradas de nobreza no Portugal medieval e moderno*, realizado em 7—8 de março de 2024, no Palácio da Fronteira, em Lisboa (anais no prelo).

[540] Barroca (1997, p. 89) assinala, a título exemplificativo, que as medidas régias destinadas a controlar a proliferação de residências senhoriais fortificadas radicavam nas disposições que conduziram às Inquirições Gerais de 1308—1311, designadamente na proibição de edificar casas fortes sem prévia autorização do monarca.

símbolo de prestígio e de afirmação política e social, expressando a capacidade económica dos seus proprietários e o seu lugar na hierarquia urbana (Minicis, 1996, pp. 9–12)[541].

A origem deste tipo de habitação remonta à Itália, nos relatos da *Gesta Innocentii papae III* que discorre sobre a construção de torres em Roma, inicialmente em madeira e depois em pedra reaproveitada de monumentos romanos, como resposta a um ambiente urbano conflituoso no século XIII. Estas torres teriam, contudo, surgido no século XI em cidades como Génova e Pisa, sendo sinónimos de verdadeiras "fortificações domésticas" valendo-se do *spazio comunale* que refletiam o prestígio das elites mercantis (Minicis, 1996, p. 13).

Em Portugal, as origens das casas-torre situam-se no meio rural, simbolizando autoridade e eminência senhorial[542]. Conhecidas por *domus fortis*, *fortalicium* ou *turre* (Silva, 1995, pp. 47–48; Barroca, 1998, p. 40), estas construções dispersaram-se pelo Entre Douro e Minho a partir do século XII, alcançando maior difusão nos séculos XIII e XIV (Contreiras, 2019, p. 11), mas declinando nos séculos XVI e XVII (Barroca, 1998, pp. 40–41). Associadas à nobreza senhorial em busca de afirmação linhagista (Mattoso, 2015, p. 120), estas casas fortes foram expressão material do processo de senhorialização[543], consolidando-se no interior dos domínios fundiários (Silva, 2002, p. 47; Mattoso, 2015, p. 130).

A sua integração nas paisagens urbanas portuguesas resultou da adaptação a condições planificadoras específicas, como o relevo e a reduzida dimensão das parcelas, bem como da observância das normas concelhias, assumindo frequentemente a forma de moradas sólidas e defensivas, erguidas em pedra. Embora fora do contexto português, alguns exemplos peninsulares permitem ilustrar esta lógica de implantação: em Vitória (País Basco), por exemplo, famílias nobres ergueram casas-torre junto às muralhas, inclusive sobre portas de entrada, com o objetivo de controlar o comércio local ao longo do século XIV (Arizaga Bolumburu & Martínez Martínez, 2017, pp. 116–117) (ver Figura 73).

No âmbito regional, os estudos arqueológicos desenvolvidos no Porto têm vindo a elucidar as características construtivas destas edificações (Sousa, 2018)[544]. Paralelamente, a documentação

---

[541] Sobre a característica assumida por esta tipologia habitacional no início do século XIII, De Minicis (1996, p. 13) observa: *"All'inizio del Duecento la torre è concepita dalle classi dominanti romane come un elemento tipologico essenziale ed adattabile alle diverse esigenze: simbolo di potere, elemento di complesso fortificato, casa-torre"*.

[542] Para Contreiras (2019, p. 13), estas edificações eram construídas no âmago das propriedades agrícolas, em alguma elevação, perto de cursos de água visando o abastecimento. Ainda era frequente em quintas, cuja administração cabia ao proprietário.

[543] De acordo com Contreiras (2019, p. 11), as casas-fortes nas regiões meridionais sofreram transformações morfológicas distintas, adaptando-se às exigências das políticas de centralização régia da época.

[544] Podemos citar o exemplo da Torre do Barredo, de 5 pisos, do século XIII, situada entre a Rua Baixa e a Viela do Burado. Também aludimos as casas-torre na Rua dos Mercadores, junto a Rua Bainha e Rua Escura, eixos de Ligação entre a vila baixa e a vila alta; para mais informação *vd.*: Sousa, S. R. V. (2018). *Poder e arquitetura urbana: A casa-torre no Porto Medieval.* In A. A. Andrade *et al.* (Eds.), *Espaço e poderes na Europa urbana medieval* (pp. 253–264). Castelo de Vide: IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide; e o artigo:

vimaranense descreve estruturas semelhantes como "complexos habitacionais", exemplificados pela Viela da Torre Velha. Este conjunto incluía uma casa-torre de 242 m², distribuída por um rés-do-chão e um sobrado (Marques, 2014, p. 18)[545].

A noção de "complexo habitacional" proposta por José Marques para Guimarães sugere a existência de conjuntos arquitetónicos articulados em torno de uma ou várias torres, constituindo verdadeiros complexos imobiliários integrados (Minicis, 1996, pp. 12–13)[546].



Figura 73. Pormenor do quadro realizado por D. Benito de Casas, em 1838, com base numa cópia do século XVII, no qual se observa uma torre junto à porta de entrada da cidade. *Apud* Arizaga Bolumburu e Martínez Martínez (2017, p. 22). Edição do autor.



Figura 74. Torre do Barredo, ou Torre da Rua de Baixo (Porto), exemplar de casa-torre em granito, com acesso ao piso superior por escadaria exterior.

Gonçalves, G. V., Pereira, D. B., & Pereira, A. S. (2020). *A "nova" casa-torre (domus fortis) medieval da Rua da Reboleira: Arqueologia pública no centro histórico do Porto.* Oppidum, 12, 68–83. Porto.

[545] De acordo com José Marques (2014, p. 18–20), o piso sobradado, em que morava o prebendeiro Gomes Afonso, correspondia a uma sala de 5,5 m x 5,5 m (30,25 m²), um quarto de 4,4 m x 4,4 m (19,36 m²), e um compartimento de 3,3 m x 3,3 m (10, 89 m²). Para além da casa-torre, integrava-se ao complexo espaços de rossio e exidos murados, bem como outros anexos situados nos fundos.

[546] Patenteia-se a informação escrita através do arrolamento de propriedades, de finais de 1498, sendo que, nesta altura, os inventários, em geral, precaviam-se em descrever meticulosamente a dimensão dos seus "bens de raiz".

Estrutura datável do século XIII.
(Fotografia original do autor, 2023).

Em Braga, a relevância estratégica, política e económica da cidade criava condições particularmente favoráveis à construção de casas-torre, contudo a quase ausência de vestígios materiais destas estruturas obriga-nos a recorrer prioritariamente a fontes documentais e iconográficas para uma melhor compreensão nesta matéria.

De facto, a identificação de casas-torre no rol de propriedades do cabido, ainda que de forma indireta, permite estabelecer a sua cronologia e localização aproximada. Esta tipologia habitacional coexistia no tecido urbano, estando associada a famílias abastadas e ao clero, ambos detentores dos recursos necessários para a edificação e manutenção de residências robustas e dotadas de carácter defensivo.

5.1.1 A Torre do Arcediago

A Torre do Arcediago é referida sete vezes nos três *Livros de Tombo*, confirmando a sua existência anterior a 1369 e a sua permanência até, pelo menos, 1404. A sua localização é indicada no loteamento entre a Rua Verde e a Rua da Triparia, a sudoeste do recinto muralhado, em direção ao postigo da Cividade, embora a sua exata disposição na artéria não seja especificada.

O nome parece derivar do facto de ter sido residência do Arcediago de Barroso, Dom Peres Eanes[547], na medida em que a torre teria sido uma propriedade privada deste vigário, seguidamente adquirida pelo cabido, por via de compra, doação ou escambo.

O melhor indício alude a um pardieiro situado "ao canto da Cruz da Travessa"[548], entre a Cruz da Travessa e a Rua do Postigo, local onde, em 1369, são citadas indiretamente “Casas com ssua Torre”. Entre 1393 e 1394, estas são descritas como “casas da torre co*m* seus pardieiros *e* co*m* hu*m*a casa e*m* esta Rua *e* co*m* duas casas peq*ue*nas *con*t*ra* a Rua uerde”, emprazadas ao abade de Pensalvos, Pero Afonso, pelo valor de 18 maravedis e dois capões[549], quantia que se manteve para o cónego Martim Domingues a partir de 1403[550]. Há ainda referência a duas casas pequenas “danbalas p*ar*tes da torre”, localizadas junto à Rua Verde, onde residia o cónego Pero Afonso[551].

---

[547] “It*em* hu*m*as Casas com ssua Torre em q*ue* morou dom Peres an*e*s Arcidiagoo q*ue* ffoy de Barroso.” (A.D.B., *1º Livro do Tombo*..., fl. 126, item 3).
[548] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 125v e A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 64v.
[549] A.D.B., *2º Livro do Tombo*..., fl. 64).
[550] “As casas da tore co*m* seus pa*r*deiros co*m* hu*m*a casa e*m* esa Rua co*m* duas casas co*n*tra Rua u*er*de trage todo M*ar*tj*m* do*minguez* coonjgo*o* p*or* dez ojto m*aravidis e* do*us* capoes [...]” (A.D.B. *3º Livro do Tombo*..., fl. 105).
[551] A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 103.



Figura 75. Torre do Arcediago em destaque no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor.

Tendo em conta a existência de mais de uma casa e a respetiva torre, podemos inferir, conforme José Marques atribuiu para Guimarães, que se trata de um provável "complexo habitacional" com a sua Torre, cuja enfiteuse esteve, desde o registo mais remoto (1369), nas mãos do clero, nomeadamente do abade de Pensalvos, Pero Afonso, e dos cónegos Martim Domingues e Pero Afonso — este último emprazante das duas casas pequenas voltadas para a Rua Verde.

A partir de 1466, a Torre do Arcediago foi convertida em sinagoga, após resolução de uma disputa entre a comunidade judaica e o arcebispo de Braga (Marques, 1983; Ribeiro, 2008, p. 425, 2019, p. 310), mantendo-se até o ano 1496, aquando da expulsão dos judeus do reino Português (Lemos & Leite, 2000, p. 16)[552].

[552] Para uma análise específica do edifício identificado como a antiga sinagoga bracarense ao longo do tempo, veja-se o estudo de Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos (1992–1993), que desenvolve uma abordagem mais aprofundada da chamada "Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas".



Figura 76. Identificação do possível espaço correspondente ao provável complexo habitacional com torre, no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Em amarelo, delineamento do logradouro atribuído à antiga Casa Grande de Santo António das Travessas. Edição do autor.

Magalhães (2019, p. 185) assinala que escavações na Casa Grande de Santo António das Travessas, representada no *Mapa de Ruas de Braga* (c. 1750), confirmaram uma cronologia de Baixa Idade Média para o edifício, identificando-o como a antiga Sinagoga dos Judeus. Essa interpretação é reforçada pela presença de uma inscrição epigráfica em hebraico, descoberta numa porta em arco quebrado do piso térreo (Dias, 1982; Oliveira, 1982, pp. 167–168). Ainda que a extensão exata do complexo medieval permaneça incerta, a investigação arqueológica sustenta a hipótese de que o terreno da "Casa Grande" se manteve relativamente inalterado até a contemporaneidade (Magalhães, 2019, p. 185). Considerando o muro limítrofe como referência, o complexo habitacional com a sua torre poderia ter abarcado cerca de 700 m^2 (Lemos & Leite, 2000, p. 16 e p. 29).

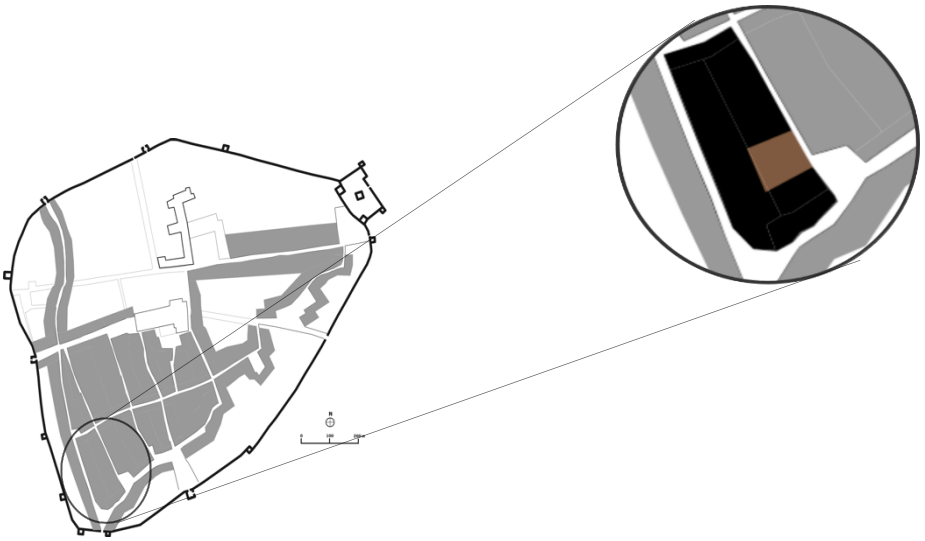


Figura 77. Perspetiva da Torre do Arcediago com base nos loteamentos indicados na Planta Topográfica de Braga (1883/1884), conforme interpretação de Ribeiro (2019, p. 323). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

5.1.2 A Torre de Maria (da) Oliveira

Esta torre é recorrentemente associada ao nome de Maria Oliveira — em alguns documentos como Maria "da" Oliveira. Por essa razão, importa, antes de mais, problematizar a natureza da respetiva onomástica. Duas hipóteses interpretativas se colocam com maior plausibilidade: a primeira supõe tratar-se de uma figura feminina particularmente ativa nas atividades económicas do mercado imobiliário, nomeadamente através da sublocação de prazos; a segunda alude a uma possível ligação ao cabido da Colegiada de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães. Esta última, contudo, parece-nos menos provável, uma vez que essa colegiada é expressamente referida no quarto *Livro de Tombo* como "[...] santa M*ari*a da oliueira [...]". Ainda que o termo *colegiada* não tenha sido explicitamente utilizado, a referência à invocação mariana é inequívoca quanto à identificação institucional[553].

A recorrência apenas do nome Maria de Oliveira leva-nos a reconhecer a existência de uma mulher ligada a um expressivo conjunto edificado, cujos registos se prolongam por várias décadas. Todos os emprazamentos atribuídos ao nome Maria da Oliveira — incluindo imóveis com torres — encontram-se nos três primeiros *Livros de Tombo* e nos três primeiros *Livros dos Prazos*[554], com especial incidência nas ruas do Souto, dos Burgueses, da Sapataria, Verde e da Triparia.

[553] Segundo este tombo, na segunda metade do século XV, esta colegiada possuía um terço de um "fio" de terra de semeadura na freguesia de São João (Batista) de Airão, em Vermoim, sendo o restante do cabido (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 56); esta colegiada ainda possuía herdades fronteiriças com o cabida da Sé de Braga, no termo de Vila de Prado, em São Salvador de Parada (*Idem*, fl. 73 e 74); por fim, ainda era proprietário do "Casal de Torneiros", próximo ao "Casal das Formiguas", pertencente ao capítulo de Braga, na Veiga do Penso, na freguesia de São Pedro de Escudeiros (*Idem*, fl. 84v).

[554] Neste caso, num contrato de emprazamento e num contrato de escambo.

Entre os bens a si vinculados, identificam-se: duas casas na Rua do Souto, no alçado sul em direção à Porta do Muro (1369 a 1404)[555]; umas casas na Rua da Sapataria, voltadas à Rua Nova, no parcelário poente (1369 a 1380)[556]; e uma casa com uma "lata" (de vinha) na Rua Verde (1369–1404)[557]. Na Rua dos Burgueses — posteriormente designada como Rua de Maximinos, em função da sua ligação ao arrabalde homónimo — datáveis do início da segunda metade do século XV. A recorrência da referência a Maria da Oliveira ao longo de um arco cronológico alargado não permite, contudo, assegurar que se trate da mesma pessoa, podendo corresponder a membros de uma mesma linhagem ou à manutenção de uma designação nominal associada à posse ou à exploração dos bens.

A dimensão e dispersão geográfica deste património permite conjeturar que estamos perante uma figura de notável estatuto social e com capacidade financeira suficiente para custear edificações de maior envergadura, como estruturas de uso de material pétreo, como uma torre. Expresso está quando, em 1369, na Rua dos Burgueses, existiam umas casas que se situavam "[...] a Par [...]" e "[...] assu [...]" da Torre de Maria de Oliveira, manifestando, desde então, a presença desta estrutura[558].

Quase um século depois, em 1467, a torre reaparece numa escritura de emprazamento feita ao cónego Rui Vasques e a seu irmão, em três vidas, na qual se especifica que as casas objeto do contrato, na Rua de Maximinos, incluíam uma "torre e suas pertenças" — exido e poço[559]. O texto explicita ainda que a torre fora anteriormente deixada por Maria de Oliveira aos emprazantes e que, à data da lavratura do contrato, nela residia João Rodrigues, notário apostólico e escrivão do cabido[560]. Em 1481, nova referência à mesma torre é feita, agora de forma indireta, por ocasião de um prazo concedido a Luís Afonso, escrivão junto dos vigários, e sua mulher Catarina Afonso,

---

[555] "Jt*em* Per as Casas que ssom duas moradas em que moram Gonçalo gil mercador *e* Joham domjguez ooliuez que fforom de Pedro vayram que ssom de Maria da ooliueyra dous m*aravidis e* vijnte *e* huu*m* soldo *e* sete dinheyros de Çenço." (A.D.B., *1ª Livro de Tombo*..., fl. 118); "pelas casas e*m* q*ue* mora vasco pe*rez* tabalija*m* q*ue* som de M*aria* doolijueira mejo m*aravidi* de çenso [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 91); "as casas e*m* q*ue* mora a filha de g*onaçalo* gil q*ue* som de M*aria* doolijueira do*us* maravedis *e* vjte *e* huu*m* ss*oldo* de çenso [...]." (A.D.B., *3ª Livro de Tombo*..., fl. 91).

[556]Per as Casas que fforom de joham gago que ssom ora de Maria da ooliueyra Trinta soldos de Çenço." (A.D.B., *1ª Livro de Tombo*..., fl. 123).

[557] "Jt*em* Per a Casa *e* lata q*ue* he de Maria da Ooliueyra en q*ue* mora joham lourenço ganha d*inheiro* huu*m* marauidi de Çenço." (A.D.B., *1ª Livro de Tombo*..., fl. 124v).

"[...] polla casa da lata q*ue* h*e* de M*aria* daalijuejra e*m* q*ue* mora joha*m* l*ourenç*o tejeiro hu*m* m*aravidi* de çe*n*so [...]" (A.D.B., *3ª Livro de Tombo*, fl. 102v).

[558] "Jt*em* Per as Casas que estam a Par da Torre de Maria da ooLiueyra que da ssussuçom das ffeyioeyras três Marauidis de Çenço." (A. D. B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 120); "P*er* as casas q*ue* estam assu a torre de Maria da olyueira q*ue* som da soçissom dos feugoeiros três m*arauidis* de çe*n*sso". (A.D.B., *2º Livro de Tombo do Cabido*..., fl. 60); "As casas dessa tore de M*aria* doolijueira e*m* q*ue* mora g*onçalo* sopas trageas el e*mpraz*adas po*r* <x> [*sic*] maravedis dos quaes som três do cabijdoo *e* três da sosjçom dos feijieiros [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 36).

[559] Cabe Salientar que Ferreira cita na sua dissertação de mestrado referente aos bens, direitos e rendimentos do Cabido da Sé de 1393 a 1404, um "casa da torre com pardieiro, + 1 casa, + 2 casas" (200, p. 114).

[560] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 21 e A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 19.

relativo às casas sobradas na Rua de Maximinos, confrontando, de um lado, com as casas da torre, ora referida como "do cabido"[561].

Estas referências testemunham, em particular para o final do século XV, a existência de uma torre com poço e exido detentora de "pertenças" — sobre a qual a documentação não é explícita —, cuja construção da torre data, sem dúvida, de antes de 1369. A designação onomástica associada à torre sugere que a mesma poderia estar vinculada à pessoa que, naquele momento, residia ou tinha direitos sobre o imóvel. Assim, é possível que o nome da proprietária ou moradora do período tenha sido preservado como referência para a torre, sem que se possa afirmar, com segurança, se se tratava da primeira proprietária ou de uma distinção por reconhecimento social ou familiar.

Até então referida unicamente como "torre", é apenas a partir de 1481 que a documentação a qualifica de forma explícita como "casa-torre". Escrutinando o teor dos textos, é possível situá-la nas imediações da intersecção entre a antiga Rua dos Burgueses (designação corrente no século XIV), posteriormente conhecida como Rua de Maximinos (no século XV), e a Rua da Triparia.

O documento datado de 1481 é mais claro, ao dizer que o contrato vitalício de umas casas sobradadas, confinavam, de um lado, com as casas-torre do cabido "[...] em que mora Ruj vaa*squez* coonigo / E da out*r*a com Rua da t*ri*paria [...]"[562]. A estes elementos soma-se a representação imagética no *Mapa de Braga Primaz* (1755), onde é visível uma estrutura torreada com anexos habitacionais à nascente, ambos situados sensivelmente ao centro-esquerda da fiada de propriedades compreendida entre a Rua de D. Gualdim e a Rua da Triparia (ver Figura 78). Este testemunho cartográfico parece confirmar a existência desta torre no século XVIII.

[561] "[...] q*ue* parte*m* da huu*m*a parte co*m* casas do dicto cabijdoo e*m* q*ue* mora jo*ha*m vaa*squez* carnejro . *e* da out*ra* pa*r*te co*m* casa torre outr*ro*si do dicto cabijdoo . e*m* q*ue* viue Ruj vaa*squez* cónego [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fls. 65–65v); o mesmo prazo em: A.D.B., *2º Livro de Prazos do Cabido*, fl. 92v.

[562] A.D.B., *2º Livro de Prazos do Cabido*, fls. 63–63v e *3º Livro de Prazos do Cabido*, fl. 60; essa torre ainda é aludida num contrato de escambo entre o cabido e um indivíduo chamado Nuno Martins, administrador de uma sucessão que em outros tempos ordenou João Miguéis, Estevão Vicente e Francisca Miguéis, sua prima. Neste escambo, datado de 20 de março de 1467, Nuno Martins cedeu ao cabido, além das suas propriedades na rua da Triparia, uma casa de cozinha, que costumava emprazar Maria de Oliveira (A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 15v–16).



Figura 78. Conforme as indicações das fontes históricas e o destaque no *Mapa de Braga Primaz* (1755), o conjunto representado poderá corresponder ao complexo habitacional da Torre de Maria Oliveira, incluindo as edificações anexas. Edição autor.

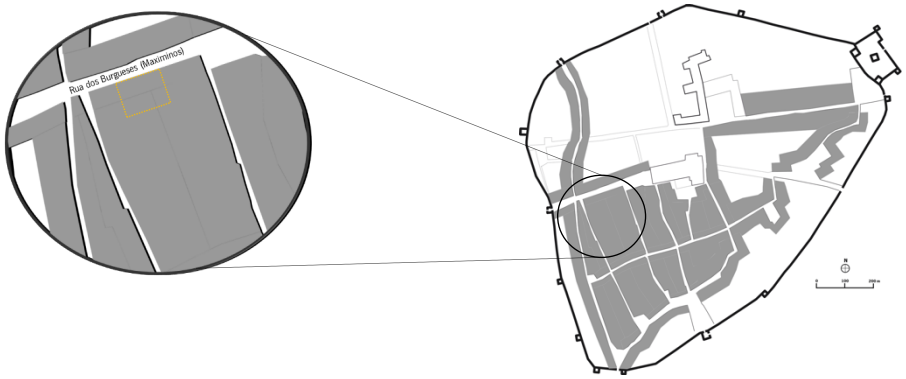


Figura 79. Perspetiva da Torre de Maria Oliveira, com delimitação aproximada do loteamento do complexo habitacional no interior da grade amarela destacada. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

5.1.3 As Torres da Rua da Erva, Paio Manta e do Souto

Existem outros dois emprazamentos, respetivamente no *1º* e *2º Livro de Tombo* que comportam outras casas com Torre, designadamente na Rua da Erva e na Rua de Paio Manta.[563] Comecemos por aquele referente à Rua da Erva.

No caso da Rua da Erva, entre a Torre dos Sinos da Sé Catedral e a Porta do Muro de Santiago da Cividade, no alçado nascente, o cabido emprazou a Gomes Fernandes, cónego, e ao abade de Serzedelo, umas casas onde havia morado Francisco Lourenço. Estas casas integravam uma "torre e adega"[564], sendo a torre parte de um prazo que agregava mais de uma edificação.

---

[563] Estas propriedades são pouco mencionadas na historiografia. No entanto, Ferreira (2000, pp. 114–115) regista essas torres em um levantamento das propriedades capitulares, mencionando uma casa com torre e adega na Rua da Erva e uma "casa + Torre, + pomar e + poço" na Rua de Paio Manta.

[564] "As Casas em q*ue* morou ffrancisco lourenço em ssua Torre *e* a Adega / Em q*ue* ora mora Gomez ffernandez Coonigo / Abbade de Çersedello E trageas ele emprazadas por Trijnta liuras." (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 128v); estas casas também foram citadas por Ferreira (2000, p. 114); uma última remarca diz respeito ao último item a ser emprazado no terceiro *Livro de Tombo*, folio 108v, nesta mesma direção, denominado "casas grandes". Estas casas grandes estavam emprazadas ao abade de Antas, também por 30 libras, de igual modo que a "Torre com sua Adega"

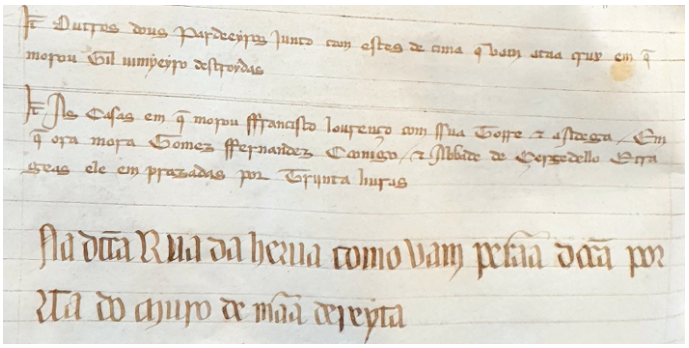


Figura 80. Registo da última propriedade arrolada, diz: "Jt*em* As Casas em q*ue* morou ffrancisco lourenço com ssua Torre *e* Adega / Em q*ue* ora mora Gomez ffernandez Coonigo / *e* Abbade de Çerzedello E trageas ele emprazadas por Trijnta liuras" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 128v).

Este conjunto habitacional é o último listado no inventário capitular desta artéria, levando-nos a supor tratar-se de uma casa-torre na extremidade sul, muito provavelmente uma "casa de canto", apesar da omissão da palavra "canto".

Expressamente, se analisarmos o *Mapa de Braga Primaz* (1755) e o *Mapa de Braunio* (1594), a propriedade localizada no ângulo entre as ruas da Erva e a Rua de Palhas apresenta uma configuração no formato de uma torre (ver Figura 81).

Mais ainda, se cotejarmos o loteamento desta esquina, representado no *Mapa de Braga Primaz* com o da *Planta Topográfica de 1883/1884*, de Francisque Goullard, verificamos uma fiada de casas sobradadas com altura uniforme até, praticamente, à metade do eixo meridional da antiga Rua da Erva, podendo corresponder à altura média pela qual os sobrados se alçaram, em consonância com a altura da torre ali existente (ver Figura 81).



Figura 81. No canto superior esquerdo, representação provável da torre no *Mapa de Braunio* (1594). Acima, e no canto inferior esquerdo, o edifício em destaque no *Mapa de Braga Primaz* (1755) e o parcelário delineado em amarelo

no primeiro *Livro de Tombo*. Um vez que não menciona a torre, preferimos não fazer maiores elucubrações; por sua vez, a existência de uma adega pode estar associada ao escoamento de produtos vinícolas provenientes da periferia meridional extramuros.

(1883/1884) indicam o espaço aproximado da sua localização. À direita, na direção da Sé Catedral, observa-se uma fileira de casas, possivelmente sobradadas com altura uniforme. Edição do autor.

No que concerne à torre localizada na Rua de Paio Manta, cabe mencionar que já foi mencionada na subsecção dedicada às Casas Grandes, em virtude do uso do termo "casa grande" na documentação. Contudo, considerando o enfoque específico na tipologia torreada neste ponto, que era parte da "casa grande", justifica-se a sua reapresentação, agora sob a perspetiva da torre.

Retomando, a informação de que esta propriedade fora concedida em emprazamento ao arcebispo no ano de 1393, era constituída por umas casas grandes com a sua "torre", pomares e poço[565]. O seu valor de foro anual figurava entre os três mais elevados da mesa capitular — 30 maravedis —, sendo apenas superado pelas casas aforadas na Rua Verde (40 maravedis)[566], e pelas casas com torre e adega na Rua da Erva, avaliadas em 30 libras.

À semelhança do que sucede com a torre da Rua da Erva, também deixou de ser mencionada nos *Livros de Prazos*. Num contrato de emprazamento datado de 22 de maio de 1490, concedido ao Mestre Escola, Álvaro Pires[567], o escrivão regista o imóvel unicamente como "casas grandes com seus exidos", sito na Rua de Paio Manta — sem qualquer referência à torre anteriormente existente, sem que, com isso, tenhamos a certeza se esta torre ainda existisse.

Uma última torre encontra-se documentada na Rua do Souto. As informações disponíveis sobre este edifício provêm de uma cláusula específica inserida num contrato de emprazamento datado de 11 de junho de 1489. Neste documento, o enfiteuta João Afonso, pedreiro, assumia múltiplas obrigações de reabilitação.

Para além das intervenções de correção e reparação das paredes, madeiras, telhado e sobrado de umas casas que jaziam em pardieiros, respetivamente com o seu exido, poços, e outra casa terreira anexa, o contrato estipulava uma condição particular à "casa-torre": esta deveria ser diminuída em altura ou, em alternativa, mantida nas dimensões existentes[568].

Esta cláusula revela uma preocupação deliberada dos cónegos do cabido em impedir o acrescento de novos pisos à estrutura torreada. Temos, assim, provavelmente, mais um caso de um "complexo habitacional" integrado por uma casa-torre, revelando, à semelhança de outros

[565] "As casas grandes co*m* sua torre *e* pomares *e* poço e*m* q*ue* morou Martím do*m*jngue*z* Meestre escolla por q*ue* daua*m* t*r*ijnta m*aravidi*s trageas ora o Arçeb*is*po". (A.D.B., *2º Livro de Tombo do Cabido*, fl. 69, item 5).

[566] "A Casa e*m* q*ue* mora Senhorjnha alfayata tragea ela alq*u*lada por quatro m*aravidi*s *e* duas galjnhas R*ecebido* p*er* a dicta Senhorjnha xx llj*uras* v s*oldos* R*ecebido* Mais v llj*bra*s v s*oldos*" (A.D.B., *2º Livro de Tombo*…, fl. 64).

[567] A.D.B, *3º Livro de Prazos*…, fl. 85v".

[568] A.D.B., *2º Livro de Prazos*…, fl. 156v e *3º Livro de Prazos*…, fl. 75v; embora desconheçamos sua ancestralidade, é razoável presumir que, dada a necessidade de reforma, o edifício fosse bastante antigo.

exemplos, a coexistência entre funções residenciais e a manutenção de elementos construtivos associados a uma arquitetura de prestígio.

5.2. O Paço Arquiepiscopal

Neste ponto, optámos por uma abordagem analítica sustentada no levantamento e exame aprofundado das diversas investigações acumuladas ao longo dos últimos anos, cujo avanço, importa reconhecê-lo, tem sido notório[569].

O complexo do Paço Arquiepiscopal, assim como se apresenta na atualidade, resulta de um prolongado e articulado processo construtivo iniciado, com alguma segurança documental, em meados do século XIV. Antes dessa cronologia, a documentação dá pistas da existência de uma outra residência episcopal, presumivelmente situada nas imediações da Sé, eventualmente no espaço mais tarde reorganizado para dar lugar à chamada Praça da Cidade, no século XV (Ribeiro, 2008, p. 489), ou Praça do Pão, na transição para o XVI[570].

A edificação primitiva do Paço Arquiepiscopal recua ao governo de D. Gonçalo Pereira (1326–1348), sendo consensualmente identificado pela historiografia o carácter defensivo da sua torre principal, interpretada como uma casa-torre (Marques, 1983; Silva, 1995; Barroca, 2002). Esta estrutura inscreve-se na tradição das torres senhoriais, cujas raízes remontam aos *donjons* franceses, mas que, em território português, assumiram uma morfologia e funcionalidade próprias, especialmente a partir da consolidação das torres de menagem como símbolos materiais do poder senhorial em mutação (Barroca, 1989).

Dotadas de planta geralmente simples, volumetria maciça e construção austera, essas edificações multiplicaram-se pela Europa a partir do século XI, adaptando-se gradualmente às exigências do espaço urbano e às especificidades do terreno. Em Braga, esse modelo parece ter sido replicado, demonstrando a sua inserção num padrão construtivo de grande exigência, nomeadamente no que respeita aos condicionamentos topográficos (Santos, 2019, p. 12).

Neste contexto de evolução morfológica e simbólica da arquitetura senhorial urbana, a torre edificada por D. Gonçalo Pereira constitui um exemplar particularmente vanguardista, podendo ter funcionado como modelo ou referência para outras casas-torre erguidas em Braga.

---

[569] Sobre o evolução construtiva e arquitetónica do Complexo dos Paços do Arcebispos *vd.*: Marques, J. (1983). *Braga Medieval* (especialmente o título "Braga nos finais da Idade Média — subsídios para o seu estudo"). Braga: [s.n.]; Costa, L. (1996). *O património do Paço Episcopal de Braga em 1911*. Mínia, 3.ª Série, 4, 187–206; Bessa, P. (2013). *O "Paço": Os Paços Arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*. Oliveira, M. M. (2018). *Abrir "o Paço" à cidade*. Braga: UMinho Editora; Martins, M; Mar, R., & Ribeiro, M. do C. (2021). *O antigo Paço dos Arcebispos de Braga*. Braga: UMinho Editora.

[570] Ver o subcapítulo 3.1. Praças e rossios, pp. 163–171 nesta tese.

A sua planta quadrangular (13,7 × 12,5 m) distribui-se por três pisos, articulados internamente por duas escadas fixas, sendo o acesso originalmente realizado por escada amovível em madeira, com portal situado ao nível do primeiro andar (Martins *et al.*, 2021, p. 30). A ausência de vãos no rés-do-chão, apenas quebrada por intervenções posteriores, reforça o carácter defensivo da estrutura, igualmente sublinhado pelo coroamento de ameias, elementos distintivos da sua função primitiva enquanto edifício de prestígio e resguardo (Bessa, 2013, p. 12).

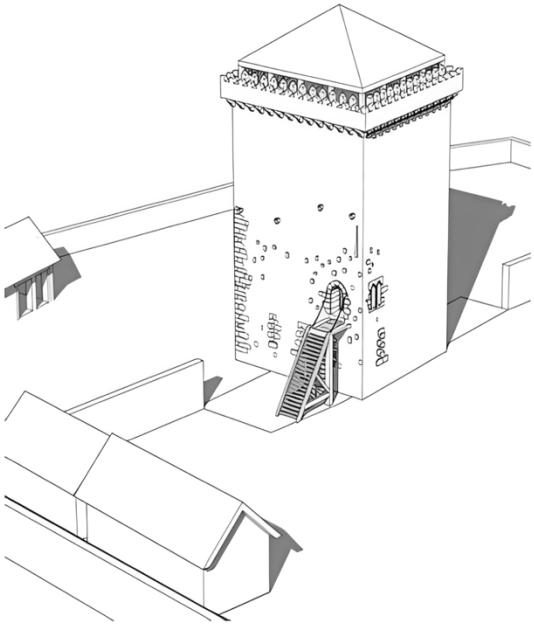


Figura 82. Proposta tridimensional da Torre do arcebispo D. Gonçalo Pereira, evidenciando a escada móvel de madeira que conduz ao arco de acesso no primeiro piso, bem como as ameias que coroam a edificação. (©R.Mar)

No que respeita à sua funcionalidade, para além de morada palatina, a torre de D. Gonçalo obedece a uma clara hierarquização funcional e simbólica.

O rés-do-chão, reservado ao armazenamento, era desprovido de entradas. Os pisos superiores, por sua vez, organizavam-se segundo graus crescentes de privacidade: no primeiro, encontravam-se os espaços de uso público e as dependências de serviço; no segundo, os aposentos do arcebispo, áreas de receção e banquetes, bem como os compartimentos dedicados à chancelaria e ao *scriptorium* (Martins *et al.*, 2021, p. 35).

A sua implantação era reforçada por paliçadas defensivas e articulava-se com o processo de expansão do sistema defensivo da cidade em direção ao nordeste (Martins *et al.*, 2021, p. 36)[571]. Esse processo decorria em concomitância com a edificação do castelo e à continuidade da expansão da paróquia de São João do Souto, que se projetava para norte e ocidente, integrando

[571] A datação da torre para o século XIV é comprovada por meio de um brasão de armas recuperado no edifício que pertencia ao antigo Paço Arquiepiscopal (Martins *et al.*, 2021, p. 3637).

zonas de antiga ocupação rural, cuja crescente transformação urbana se operava sob o amparo do poder arquiepiscopal.

Nos seus primórdios, deve ter funcionado como torre de vigilância sobre a periferia a ser integrada, constituindo-se enquanto um bastião de afirmação sobre a nova área incorporada ao tecido urbano, até então de feição predominantemente rural, e em cujo entorno o espaço citadino progressivamente se consolidava. Os arcebispos que se seguiram a D. Gonçalo Pereira deram continuidade às obras de amplificação do Paço Arquiepiscopal, num contexto marcado por tensões reiteradas entre a Sé de Braga e a monarquia portuguesa (Marques, 1988; Cunha, 1989).

A conflitualidade entre D. Lourenço Vicente (1347–1397) e D. Fernando ilustra a persistência deste quadro: a suspensão temporária da jurisdição episcopal, restituída apenas em 1380, e a posterior cessão definitiva à Coroa em 1402, por meio de contrato de escambo. É neste contexto que D. Martinho Afonso Pires de Miranda (1398–1416), dito da Charneca, solicita os primeiros subsídios ao clero para a reabilitação do complexo (Costa, 1993, p. 42).

No entanto, será somente com D. Fernando da Guerra (1416–1467) que se desencadeará uma intervenção de maior fôlego. O longo episcopado de cinco décadas e os vínculos estreitos que este prelado manteve com os monarcas da dinastia de Avis — tendo exercido funções como Regedor da Casa da Suplicação e Chanceler-mor (Marques, 1988) — conferiram-lhe uma margem singular de atuação. A sua obra governativa, dissecada por José Marques, atesta um programa de reforma ambicioso, do qual o Paço é parte substancial.

Nesse âmbito, a historiografia tem sustentado que, em 1436, se deu início, a partir da casa-torre, à edificação de uma nova câmara a poente da torre de D. Gonçalo Pereira (Martins *et al.*, 2021, p. 39)[572] — indício de uma estrutura palaciana já bastante articulada. O uso do termo no plural para designar o edifício — os "*Paços*" — nas Cortes de 1439, ratifica, igualmente, certa estabilização de um conjunto residencial de maior escala (Bessa, 2013, p. 32). Nesse mesmo sentido, o registo de emprazamento feito ao alfaiate Vasco Gil, em 15 de maio de 1469, menciona as casas sobradas "[...] ao cano dante as portas dos paaçoos do arcebispo [...]"[573], o que corrobora a existência de um complexo edificado mais elaborado.

As obras de expansão para sul, em direção à Rua do Souto, terão decorrido entre 1420 e 1434, embora não isentas de resistência. Um episódio datado de 14 de março de 1422 divulga a tensão entre D. Fernando da Guerra e os lavradores do couto, onde o prelado impunha-lhes o transporte

[572] Segundo Marques (1983, p. 58), estas obras estariam em curso há, pelo menos, 14 anos quando foram mencionadas numa disputa entre o monarca e o arcebispo D. Fernando da Guerra.
[573] A.D.B., *1º Livro de Prazo...*, fl. 35 e *3º Livro de Prazo...*, fl. 29.

de cal desde Barcelos, bem como o fornecimento de bois, carros e serviços de serragem[574]. As *jeiras* exigidas abrangiam não só os Paços, mas também edifícios dependentes da Mitra, como o mosteiro beneditino de Santa Maria de Adaúfe, reduzido a igreja paroquial pouco depois[575]. A sentença, proferida em 1439, daria razão aos lavradores, reconhecendo os abusos na cobrança das *jeiras*[576].

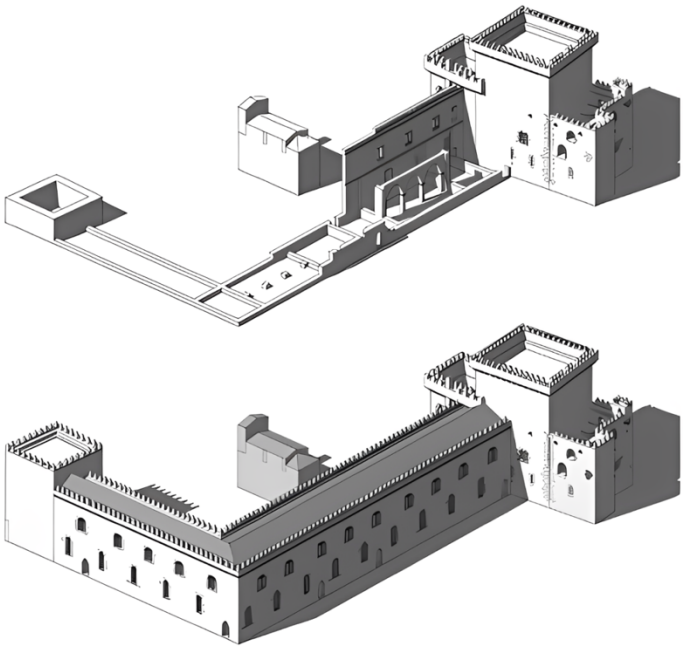


Figura 83. Proposta tridimensional elaborada pelo Dr. Ricardo Mar, representando o prolongamento em "L" invertido do corpo linear perpendicular, estendendo-se até à Rua do Souto. (©R. Mar).

O corpo edificado resultante dessas obras configurava uma nave retangular de dois pisos, organizada em "L" invertido com orientação poente, fachada voltada para o cano da Rua do Souto e a capela de São Geraldo (ver Figuras 84 e 85). O térreo, dotado de arcadas quebradas longitudinais (N/S), sustentava o sobrado em madeira do piso superior[577]. A planta térrea corresponde ao atual salão medieval da reitoria da Universidade do Minho. A terceira torre teria sido dotada de janela cruzetada e chaminés (Martins *et al.*, 2021, p. 40), analogamente ao paço dos duques de Guimarães (Bessa, 2013, pp. 32–33).

As funções do térreo concentravam-se em áreas administrativas e judiciais — *conselharia*, *officinae*, audiências, arquivos e tribunal, este último junto às arcadas. O piso superior teria acolhido repartições da chancelaria e do arquivo. Os espaços porticados destinavam-se a receções solenes e banquetes (Martins *et al.*, 2021, p. 40).

---

[574] A.M.B., *Pergaminhos*..., n.º 7 (*apud* Marques, 1983, p. 58).
[575] A.D.B., *Coleção Cronológica*, antiga cx. 25, s.n. (*apud* Marques, 1980, pp. 132–133).
[576] A.M.B., *Pergaminhos*..., n.º 7 (*apud* Marques, 1983, p. 47); também cf.: Martins, 2024, pp. 291–298.
[577] Posteriormente estes arcos foram deslocados par o jardim nascente do Paço.

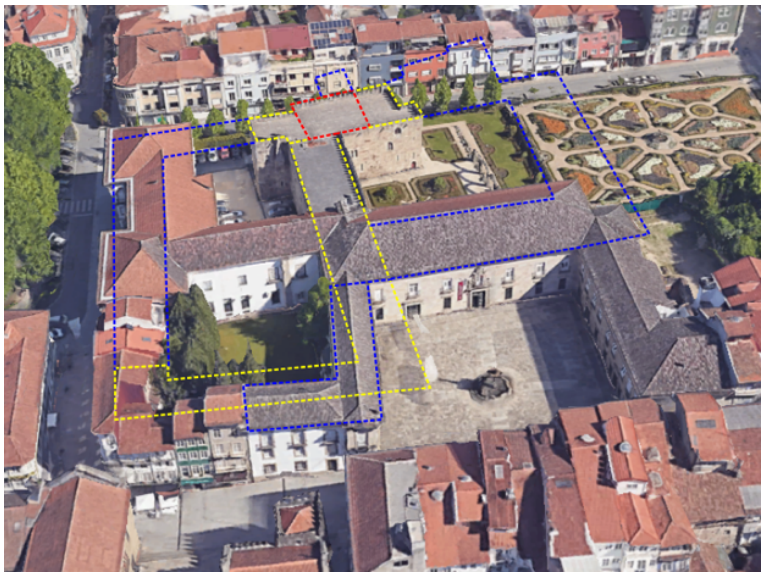


Figura 84. Área dos Paços Arcebispais: em vermelho, a torre de D. Gonçalo Pereira (século XIV); a amarelo, em contorno pontilhado, construções do século XV; e, a azul, intervenções datadas do século XVI. Traçados elaborados pelo *software Inkscape* com base em Martins *et al.* (2021). Edição do autor a partir de imagem do *software Google Earth Pro*.

Sob D. Diogo de Sousa (1505–1532), o Paço sofreria reformulações ligadas à linguagem arquitetónica do Renascimento: ajardinamento dos pátios voltados a sul e poente, acréscimo de escadas, chaminés e vãos na antiga *domus fortis* e nos anexos flanqueados (Martins *et al.*, 2021, p. 41). Já em 1490, a ala sul, em frente à Rua do Souto[578], estava pavimentada, e um chafariz seria depois instalado na atual Praça do Paço[579].

A transformação do Paço ao longo do século XV refletiria, portanto, as reconfigurações políticas e simbólicas próprias da centúria (Santos, 2019, p. 19). Por outras palavras, o retorno da jurisdição à Sé, em 1472, reforçaria o papel dos arcebispos enquanto senhores de Braga, conferindo ao Paço, nesse contexto, um carácter de *regia*, como centro da autoridade eclesiástica e sede do governo local.

A sua arquitetura, implantada contiguamente à Sé, impunha-se como polo estruturante da cidade, contribuindo para a redefinição da paisagem urbana, sobretudo a partir do crescente protagonismo da Rua do Souto nos finais do século XIV e ao longo do século XV.

[578] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 177 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 81v.
[579] A.D.B., *Registo Geral*, liv. 330.



Figura 85. Evolução do plano medieval de Braga, abrangendo o período entre a torre de D. Gonçalo Pereira e as reformas renascentistas do arcebispo D. Diogo de Sousa. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

5.3. O Paço do Concelho

Elencamos, finalmente, uma última estrutura que merece ser considerada como edifício de prestígio: a sede do concelho bracarense. Esta edificação reveste-se de particular interesse devido à sua crescente valorização simbólica como expressão da autoridade municipal autónoma e da representação cívica urbana.

A importância desta categoria arquitetónica torna-se mais evidente quando contextualizada através de uma análise comparativa com as realidades congéneres de outros concelhos portugueses medievais, permitindo assim compreender melhor o seu papel no panorama institucional e urbano da época.

O termo "concelho", oriundo do latim *concilium*, está associado à assembleia de vizinhos que, em contexto comunitário, deliberava sobre os assuntos da coletividade. Essa prática, ainda que inicialmente convivente com formas senhoriais de domínio (Coelho & Magalhães, 2008, p. 7), ganha corpo ao longo dos séculos XIII e XIV, com a sua crescente institucionalização.

Em 1340, uma ordem régia determinava que o concelho de Lisboa se reunisse semanalmente em local próprio, num "[...] logar para falar e concordar em todas as cousas que forem prol e bom vereamento da dicta vila [...]", provando a necessidade de uma organização formal sobre as decisões citadinas[580]. Esse modelo estende-se, com variações, a outros núcleos urbanos, impondo uma espacialização adequada ao exercício da vereação. Tamanha exigência, associada ao fortalecimento das práticas administrativas e da intensificação das relações comerciais e fiscais, forçava a criação de espaços físicos capazes de guardar os símbolos concelhios, tesouros e documentação jurídica, enquanto assegurava condições adequadas ao exercício deliberativo (Coelho, 2009, pp. 171–172; Costa, 1993, p. 68).

[580] Excerto retirado das *Determinações dos Regimentos dos Corregedores*, publicado em: Caetano, M. (1951). *A administração municipal de Lisboa durante a Primeira Dinastia (1179—1383)*. Separata da *Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 7. Lisboa: [s.n.].

Na sequência das Cortes de Santarém de 1483, e da centralização progressiva do poder régio, os *paços do concelho* disseminaram-se pelas cidades e vilas do reino (Trindade, 2012, p. 211), dotando a edilidade de visibilidade institucional. Ainda que muitos desses espaços, até então, funcionassem em estruturas improvisadas — em arcadas, adros ou mesmo em casas modestas, a exemplo do Porto e de Coimbra —, gradualmente erigiram-se edifícios que, embora desprovidos inicialmente de aparato arquitetónico sofisticado, incorporaram traços que simbolizavam o poder da comunidade que representavam[581].

Efetivamente, no início, as estruturas que abrigavam as vereações eram, na maioria dos casos, muito rudimentares, frequentemente adaptadas a uma simples morada. No Porto, por exemplo, o edifício do concelho era uma casa de madeira adossada aos muros da Sé. De modo similar, em Coimbra, era uma casa pequena conhecida por "Casa do Vodo", localizada a 1 metro da Sé Velha e posteriormente realocada numa torre da muralha (Trindade, 2012, p. 213).

Todavia, ao longo dos séculos XV e XVI, o próprio termo *paço* — antes reservado aos domínios senhoriais e régios — passou a qualificar também os edifícios concelhios, validando a nobreza crescente da função que abrigavam. À medida que a edilidade se convertia em instância representativa da coroa, os paços adquiriram proporções e formas que refletiam a autoridade a eles delegada. Tornaram-se, assim, edifícios de prestígio, identificáveis por elementos como arcadas monumentais, brasões em pedra, coroamentos ameados e, em alguns casos, torres — emulação clara dos modelos aristocráticos de representação do poder.

Exemplos paradigmáticos atestam essa evolução. Em Guimarães, o Paço do Concelho, construído a partir de 1516, a pedido dos homens bons, foi implantado na principal praça da vila, com arcadas alpendradas que conferem monumentalidade à edificação (Ferreira, 1997, p. 525). Já em Viana do Castelo, o edifício do concelho, erguido entre 1501 e 1510, assentava no Campo do Forno, antiga área de rossio extramuros, e dispunha-se em dois pisos: um térreo com arcaria apontada e uma câmara superior coroada por merlões (Trindade, 2012, p. 224).

---

[581] Embora alguns concelhos possuíssem suas próprias estruturas, devido a mudanças na governança, erigiram suas próprias "casas da fala", "casas do concelho" ou, mais comumente, "paços do concelho" (Silva, 2020, p. 350). Entre estes, distinguiam-se os paços em Leiria (1316), Lamego (1317), Óbidos (1334), Lisboa (1336), Torres Vedras (1337), Coimbra (1341), Alcácer do Sal (1346), Vila Nova de Gaia (1355), Montemor-o-Novo (1358) e Faro (1360) (Trindade, 2012, p. 211); as informações foram retiradas das seguintes referência *apud* Trindade (2012, p. 211): Silva, M. S. (1997). *Óbidos Medieval: Estruturas urbanas e administração concelhia* (p. 127). Cascais: Patrimonia; Caetano, M. (1951). *A administração municipal de Lisboa durante a Primeira Dinastia (1179—1383)* (p. 94). Separata da *Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 7. Lisboa: [s.n.]; Rodrigues, A. M. S. A. (1995). *Torres Vedras: A vila e o termo nos finais da Idade Média* (p. 148). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Coelho, M. H. C. (1992). *Coimbra trecentista: A cidade e o estudo*. *Biblos*, 68, 335–356 (p. 337); Pereira, M. T. L. (2000). *Alcácer do Sal na Idade Média* (pp. 106–107). Lisboa: Edições Colibri; Guimarães, J. A. G. (1995). *Gaia e Vila Nova na Idade Média: Arqueologia de uma área ribeirinha* (p. 74). Porto: Universidade Portucalense; Andrade, A. A. B. (1977). *Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo* (pp. 14–15). Évora: Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo / "A Defesa" — Évora; Marques, A. H. O. (Ed.). (1984). *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I* (p. 177). Lisboa: CEH/UNL.



Figura 86. À esquerda, o Paço do Concelho de Viana do Castelo, com a arcaria no piso térreo e remate de merlões; à direita, o Paço do Concelho de Guimarães, evidenciando a câmara no nível superior sustentada por arcadas. Fotografias retiradas de <cidadesportuguesas.com>.

Para o contexto de Braga, não se conhece documentação expressa que permita datar com precisão a organização concelhia. É legítimo, por outro lado, conjeturar a sua incipiente institucionalização a partir da concessão da carta de couto por D. Henrique e D. Teresa, em 1112, confirmada por D. Afonso Henriques em 1128 (Costa, 1997–2000, p. 416; Martins, 2024). A permanência da carta de couto como único instrumento normativo poderá ter condicionado o desenvolvimento formal do concelho, cuja vereação — uma das poucas, no reino, sem carta de foral — pode ter sofrido limitações estruturais e simbólicas (Reis, 1991, p. 67; Martins, 2024, pp. 182–220).

Muito embora o entrave na regulação jurisdicional do *consilium* bracarense possa tê-lo afastado de diversas instâncias do poder citadino, os desdobramentos ocorridos no reino, entre os séculos XIV e XV, com a progressiva centralização do poder nas mãos da coroa, terão repercutido na crescente necessidade de regulamentação jurídica (Coelho & Magalhães, 2008, pp. 9–10). Este movimento traduziu-se na expansão da malha administrativa régia no interior das cidades, frequentemente sobrepondo-se aos costumes locais — realidade da qual Braga, nas suas distintas nuances, não fora exceção (Martins, 2013, p. 28).

Nesse quadro, os concelhos tornaram-se canais privilegiados das intercessões monárquicas, mesmo em localidades sob domínio senhorial, onde oficiais régios, como os corregedores, ditavam, não raramente, o cumprimento das leis gerais em detrimento das normativas locais (Martins, 2013, p. 28).

No âmbito dessas prerrogativas, à medida que avançava o século XIV, as vereações disseminadas pelo território português passaram a reclamar instalações físicas mais condignas com as suas funções institucionais, preferencialmente situadas nas zonas centrais dos espaços urbanos (Costa, 1993, p. 36–38), recorrendo com frequência a edifícios preexistentes como forma de afirmar a sua presença institucional nas vilas e cidades. Em Braga, o processo seguiu

semelhante curso, com o arcebispo a ceder um edifício previamente utilizado como seu primitivo paço, permitindo que as vereações dispusessem de acomodações físicas mais adequadas.

É plausível que a cessão do edifício anteriormente ocupado pelos prelados ao concelho tenha ocorrido em função da edificação da casa-torre de D. Gonçalo Pereira, destinada a servir como novo paço episcopal. Esta hipótese sugere que o concelho pôde passar a utilizar as instalações desocupadas para a realização das suas assembleias, cada vez mais assíduas (Marques, 1983; Costa, 1997–2000; Martins, 2024).

Com base na análise das fontes textuais disponíveis, propõe-se uma hipótese para a localização do antigo paço do concelho bracarense, a qual tem vindo a ser avançada pela historiografia (Martins, 2013, pp. 38–43, 2024, pp. 125–134).

O testemunho documental mais remoto está no terceiro *Livro de Tombo* (1403–1404), que descreve o traçado da Rua de D. Gualdim como seguindo "[...] dereita de Máão seestra do paaço do conçelho pera Egreia de santjago [...]"[582].

Esta referência topográfica fixa o paço concelhio numa área de confluência de vias urbanas, correspondendo ao que se tem designado por "casas de canto". Mais especificamente, a descrição aponta para alçado nascente da Rua de D. Gualdim. É importante notar que esta estrutura não está mencionada nem no primeiro nem no segundo *Livro de Tombo*, onde apenas se faz uma alusão ao "canto dos açougues" como elemento de orientação topográfica (ver Figura 87)[583].

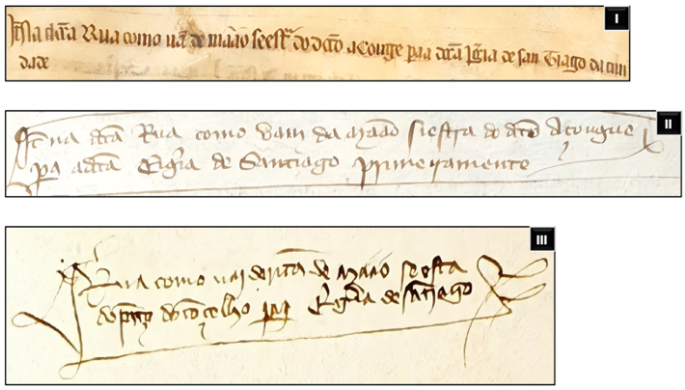


Figura 87. Orientações da Rua dos Burgueses, pelo lado esquerdo, no sentido da Igreja de Santiago: [I] *1º Livro de Tombo I* (1369–1380); [II] *2º Livro de Tombo* (1393–1394); [III] *3º Livro de Tombo* (1403–1404).

Tendo em vista que, nos dois primeiros tombos (1369–1394), a referência espacial permanece associada ao "canto dos açougues" e apenas no terceiro tombo (1403–1404) é substituída pela

[582] A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 107.
[583] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 120 e *2º Livro de Tombo...*, fl. 60.

designação “paço do concelho”, é plausível que, entre 1394 e 1403, o Cabido tenha cedido o uso do imóvel ao concelho[584].

A simbologia concelhia associada ao paço do concelho torna-se evidente ao longo do tempo, quando, em 1479, se regista a existência do “rossio do concelho” (Martins, 2013, p. 89, 2024, p. 129)[585]. Trata-se de um espaço externo de reunião da câmara, localizado junto ao edifício, que, naquela altura, provavelmente correspondia a uma fração da Praça da Cidade.

Durante o período em que o imóvel esteve sob posse do concelho, este sofreu modificações substanciais ao longo do século XV. Essa constatação é corroborada pela menção a umas "escadas" contíguas a outras pertencentes a uma casa do cabido e emprazada à viúva Catarina Pires, em 15 de outubro de 1489: "Prazo feito a catalljna pírez molher que foy de pero martjnz capateiro de huuma*s* casas que o cabijdoo tem Junto *com* a escaada do paaço do concelho [...]”[586]. Essas escadas situavam-se na fachada externa da referida casa e funcionavam como acesso ao seu interior. Teriam sido construídas, assim como outras eventuais transformações, a partir de um conjunto de deliberações tomadas nas cortes de 1462, realizadas no Porto, durante as quais D. Afonso V, ciente da importância institucional do concelho de Braga, determinou a reforma da Casa do Concelho, situada na praça principal da cidade.

Para estas obras, D. Afonso V disponibilizou 35.000 reais[587], com o objetivo de adaptar o edifício às funções representativas e administrativas próprias de uma cidade importante do reino. O mesmo diploma régio contemplava ainda verbas para reformas em pontes, fontes e calçadas[588]. É, portanto, provável que a escadaria mencionada no contrato de emprazamento tenha resultado diretamente deste investimento real, dado que surge documentada nos prazos de 1489, altura em que a obra já estaria concluída[589].

Essas intervenções integrariam, portanto, uma política de consolidação da estrutura administrativa urbana, promovida pela coroa, e cujos antecedentes podem ser recuados às cortes de 1451, reunidas em Santarém (Almeirim). Nessa ocasião, foi ratificada a destinação de 15.000 reais, provenientes da tesouraria régia, para obras públicas na cidade, incluindo a construção de

[584] As condições contratuais são desconhecidas.
[585] A.M.B., *Livro dos Prazos...*, fl. 14v (*apud* Martins, 2013, p. 39).
[586] “(A.D.B., *2° Livro de Prazos...*, fl. 169v).
[587] A.N.T.T., *Chancelaria Régia de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 116v (ver Apêndice VIII, pp. 9–11).
[588] *Idem supra cit.*
[589] Sobre as obras no Paço do Concelho e a sua relação com os capítulos de cortes, *vd.* Martins (2024, pp. 124–134 e 317–319).

uma Casa da Relação (Casa do Concelho)[590], não se sabendo, porém, se este Paço terá sido efetivamente concluído[591].

No século XVI, sob o governo episcopal de D. Diogo de Sousa, a antiga Casa do Concelho, então reformada, foi substituída por um novo Paço, pago e oferecido por este prelado, cuja construção implicou a demolição de quatro casas situadas no início da Rua dos Burgueses, simbolicamente localizado mesmo em frente à Sé Catedral:

> Fez a camara da cidade de quantaria de dous sobrados com tres entabolamentos e ameas de fora e assentes pera as caudiencias e em cima allmarios pera escripturas e cousas da cidade e em baixo hum allpendre com dous arquos grandes e asssentos de pedraria pera se vender pão e allem do que esta camara custou comprou quatro casas que se derribarão pera se fazer a dita camara e pos bella huâ imagem de nossa Senhora com seu entabolamento como agora estaa (A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 329v (*apud* Maurício, 2000, 2º vol.).

A edificação deste novo Paço inscreve-se, portanto, num programa mais vasto de arranjo urbano, sendo concebido em consonância com a monumentalidade de estruturas municipais condizente com o prestígio crescente dessas instituições enquanto poder local (Ribeiro, 2008, p. 433; Martins, 2024, pp. 131–133). Esse rumo estético e simbólico está patente na primeira representação conhecida do antigo Paço do Concelho de Braga, registada no *Mapa de Braunio* (1594) (ver Figura 88), bem como no *Mapa das Ruas de Braga* (c. 1750), como no painel de azulejos que ornamenta o atual edifício da Câmara Municipal, na Praça do Município (ver Figura 89).

[590] A.N.T.T., *Chancelaria Régia de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 55 (ver Apêndice XII, p. 23).
[591] Sobre as obras no Paço do Concelho e a sua relação com os capítulos de cortes, *vd.* Martins (2024, pp. 124–134 e 317–319).



Figura 88. Imagem do Paço do Concelho representado no Mapa de *Braunio* (1595) onde se lê "*Domus ciuica*". Edição do autor

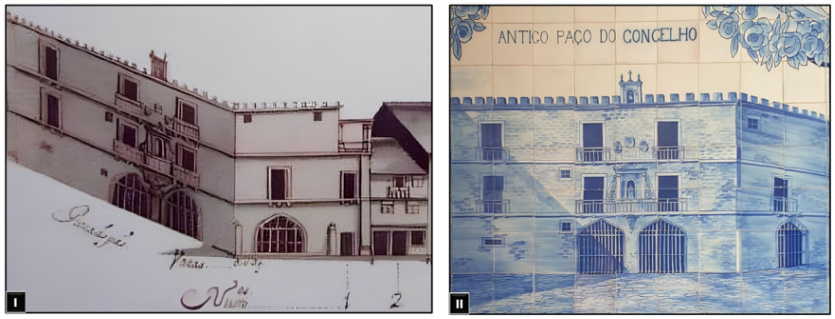


Figura 89. À esquerda, pormenor do Paço do Concelho edificado por D. Diogo de Sousa, conforme representado no *Mapa das Ruas de Braga* (c. 1750) [I]; à direita, detalhe dos azulejos setecentistas restaurados na escadaria do atual edifício da Câmara Municipal de Braga [II] (Fotografia original do autor, 2024).

A análise iconográfica revela semelhanças formais com os paços concelhios de Guimarães e de Viana do Castelo anteriormente referidos, especialmente quanto à robustez da construção em cantaria e à planta quadrangular rematada por merlões. O edifício bracarense distingue-se, contudo, por possuir dois andares sobradados assentes sobre o rés-do-chão, sem o apoio de arcadas que caracteriza os outros exemplares similares.

Na fachada principal, virada para a Rua de D. Gualdim, sobressaía um campanário que se erguia acima da cimalha ameada. No piso superior, entre duas janelas, encontravam-se três brasões de armas, dois dos quais presumivelmente representavam a Coroa portuguesa e a vereação bracarense.

Este edifício foi demolido em 1775, pouco depois da elaboração das representações iconográficas referidas, devido à transferência das instalações camarárias para o então Campo de

Touros — atual Praça do Município —, iniciativa promovida pelo arcebispo D. José de Bragança (1741–1756) (Ribeiro, 2008, p. 433). A nova sede do concelho situava-se, como demonstra a imagem que editámos e reproduzimos adiante, no quarteirão oposto ao antigo Paço do Concelho, ocupando o terreno das quatro casas anteriormente mencionadas.

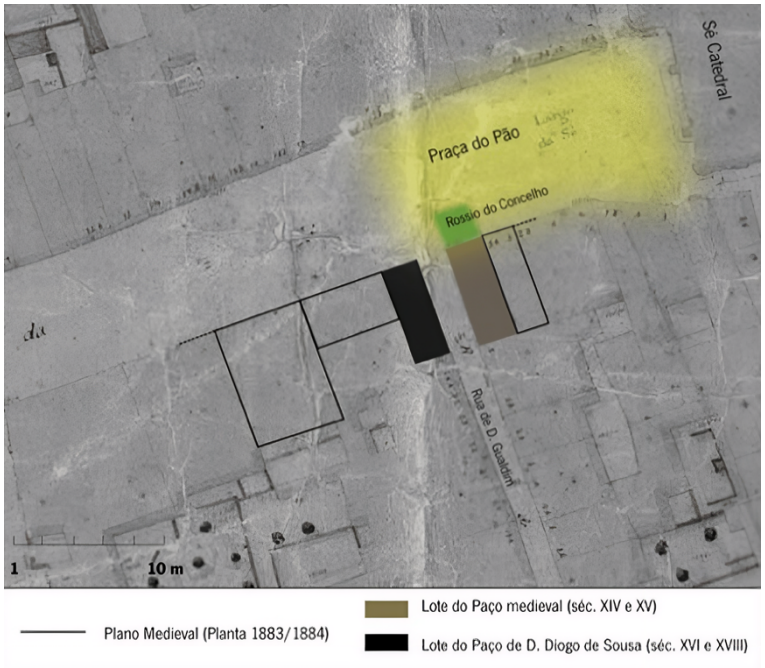


Figura 90. Esquema comparativo entre o loteamento do Paço do Concelho na Idade Média e a edificação renascentista de D. Diogo de Sousa (séc. XVI), em confronto com a *Planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard* (1883/1884), que preserva o traçado medieval original. Edição do autor.

6. Espaços religiosos e de segregação

As estruturas de carácter religioso e aquelas associadas a indivíduos sujeitos a processos de marginalização ou exclusão social desempenhavam, cada qual a seu modo, um papel de grande pertinência nas vilas e cidades portuguesas, constituindo-se, também, como elementos fundamentais na transformação da paisagem urbana.

Neste contexto, a Sé Catedral, as capelas e as igrejas paroquiais urbanas — com particular destaque para São João do Souto e de Santiago da Cividade — sobressaíam no conjunto edificado da cidade. Acresce que, as instituições de assistência, organizadas sob a forma de confrarias, albergarias e gafarias, não se limitavam ao cumprimento de funções de acolhimento e assistência, sendo igualmente detentoras de um património considerável, de natureza urbana e rural. Esse património conferia-lhes um papel relevante na dinâmica socioeconómica da cidade, tornando-as elementos estruturantes do seu tecido institucional e económico.

Cabe ainda dirigir a atenção para os espaços de residência de um grupo étnico-religioso específico: os judeus. Em finais do período medieval, este grupo étnico passou a ser confinado em zonas onde o controle pudesse ser exercido de forma mais eficaz, sobretudo por razões de natureza religiosa, com o intuito de evitar que os seus modos culturais de vida interferissem negativamente nas práticas e valores da comunidade cristã e de prevenir o alegado risco de corrupção moral.

6.1. O complexo da Sé Catedral

Na perspetiva de Duby (2002, p. 77), as catedrais eram a expressão sensível do poder, alicerçado não apenas na jurisdição sobre as transgressões às normas da conduta cristã, mas também na materialização simbólica dos mistérios sacramentais, consagrados por séculos de evangelização. Roux (1994, p. 167) argumenta que o século XIII é legitimamente o "tempo das catedrais", período em que estas construções, inicialmente estimuladas pela iniciativa episcopal, contribuíram decisivamente para o dinamismo urbanístico das cidades, inspirando igualmente a adesão de elites citadinas ao financiamento de igrejas paroquiais.

Iniciado na viragem do primeiro milénio, o crescente protagonismo dos bispos enquanto artífices da renovação monumental conheceu, ao longo dos séculos XII e XIII, um processo de consolidação de prerrogativas jurídicas e patrimoniais, levando à promoção de projetos arquitetónicos cada vez mais ambiciosos — templos mais vastos, elevados e suntuosos. Como observa Xavier Barral i Altet (2002, p. 170), as catedrais converteram-se no verdadeiro epicentro da vida urbana, tanto no plano espiritual como no social, inscrevendo-se numa lógica pela busca incessante por superar os modelos preexistentes. Essa pulsão edificatória refletia o florescimento económico das cidades e o contínuo afluxo de fiéis em busca de expiação, atraídos pelas relíquias resguardadas nas capelas interiores desses templos.

Tal como já referido anteriormente, a Sé Catedral de Braga implantou-se sobre uma estrutura pré-existente localizada no quadrante nordeste da antiga urbe romana. A historiografia tem identificado essa estrutura primitiva como uma basílica paleocristã, erguida entre os finais do século IV e os inícios do V, a partir da reutilização de um edifício de matriz romana (Real, 1990, p. 455; Fontes, 2008, pp. 167–171), precisamente no local onde, em 1089, viria a ser consagrada a nova catedral[592]. Partindo deste enquadramento, a presente subsecção centra-se na análise das

[592] O evento ocorreu em 28 de agosto de 1089, no dia de Santo Agostinho, sendo a cerimônia oficiada por Bernardo Sedirac, antigo monge cluniacense ,e o arcebispo de Toledo, atuando como legado do sumo pontífice. A solenidade contou com a presença dos bispos de Mondoñedo, Ourense e Tui (Costa, 1997–2000, p. 306).

rendas afetas às obras da Sé, bem como no papel desempenhado pelo complexo catedralício na configuração da paisagem urbana e periurbana medieval de Braga enquanto polo estruturante do espaço, do poder e da economia citadina, expressão de uma centralidade simultaneamente física, funcional e simbólica (Trindade, 2023, pp. 414–415).

Durante a Alta-Idade Média, o edifício basilical em *Bracara* desempenharia uma função axial na coesão do seu urbanismo, agregando uma comunidade de fiéis, à semelhança do que se verificava nos demais templos que estavam no subúrbio do burgo dos séculos IX/X. A elevação de Braga à categoria de *civitas* pelos monarcas asturo-leoneses (Barroca, 2004, p. 188), acentuaria a importância deste templo, cuja planta se adequaria a um modelo retangular, orientado no eixo este-oeste, com três naves e transepto saliente, segundo a tradição arquitetónica asturiana (Pereira, 2022, p. 131), incluindo uma porta rasgada na fachada meridional (Fontes *et al.*, 1997–1998, pp. 140–142)[593].

No decurso do século XI, assiste-se a uma reestruturação do edifício, já em consonância com os cânones das grandes catedrais românicas de peregrinação, num processo iniciado sob o episcopado de D. Pedro (1071–1091) (Real, 1990). A opção por um estilo arquitetónico vinculado à tradição românica meridional manifesta-se na adoção de formas compactas e simples, muros espessos, uma ou várias naves e absides semicirculares, sinalizando, desta forma, a intercalação num circuito mais vasto de trocas culturais e técnicas, mediado pelas redes eclesiásticas e pela afirmação de Braga como centro de poder e de espiritualidade no ocidente peninsular (Pereira, 2022, p. 131).

As obras empreendidas sob os episcopados de D. Pedro (1071–1091) e D. Geraldo (1099–1108) não lograram alcançar a totalidade do projeto arquitetónico inicialmente planeado, cuja ambição superava largamente a estrutura que hoje se preserva. Essa conceção visava emular os grandes santuários de peregrinação, em particular o modelo compostelano, como se infere da intenção de integrar, no plano primitivo, um transepto naveado (Real, 1990, pp. 435–437). Mas os constrangimentos de ordem política, sobretudo a destruição parcial do edifício em construção por parte dos maiorinos de D. Teresa entre 1109 e 1110 (Fontes *et al.,* 1997–1998, p. 145)[594],

[593] Para um aprofundamento do contexto dos primórdios da construção da Sé de Braga, cf. Amara, L. C., & Barroca, M. J., *Teresa, a Condessa-Rainha*, Lisboa, Temas e Debates, 2020, pp. 75–99, 124–150 e 270–281.

[594] Nos primeiros anos da catedral bracarense, ao longo de um período de 66 anos, o sólio diocesano foi ocupado por quatro prelados: os bispos D. Pedro (1071–1091), Geraldo de Moissac (1096–1108), Maurício Burdino (1109–1118) e Paio Mendes (1118–1137). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1990, pp. 477–487), o plano inicial da catedral foi significativamente comprometido devido às vicissitudes dos acontecimentos políticos que envolveram Afonso VI e Afonso VII de Leão e Castela, bem como D. Henrique, D. Teresa e D. Urraca. Os interesses destes monarcas, em diferentes momentos, ora apoiavam ora abandonavam os projetos ambiciosos da catedral de Braga, nos quais os prelados bracarenses estavam profundamente envolvidos.

comprometeram o desenvolvimento pleno da obra, cuja execução, segundo Pereira (2022, p. 131), ficou irremediavelmente condicionada pelos acontecimentos políticos do período.

A reconfiguração subsequente teria o endosso de D. Afonso Henriques, com a presuntiva reconstrução das torres e outras estruturas danificadas, estendendo-se até ao final do século XII. Fixar-se-ia, portanto, o estilo românico, que, embora incompleto, permanece legível em diversos elementos arquitetónicos da catedral hodierna (Real, 1990, pp. 435–437; Pereira, 2022, pp.131–132).

Dentre estes, sobressaem os pilares e arcos torais das naves, os remanescentes do portal principal com o átrio contíguo, e a denominada Porta do Sol. Esta última era de especial relevância para a memória urbana dos séculos XIV e XV, servindo como referência na documentação dos *Livros de Tombo* e *Prazo*, nomeadamente para a identificação da Rua da Erva[595], correspondendo, à época, ao transepto meridional da igreja.

Ao longo do século XIV, a Sé de Braga conheceu uma nova fase de reformas, marcada sobretudo por iniciativas funerárias e devocionais. O arcebispo João Martins de Soalhães (1313–1325), por exemplo, patrocinou a construção da capela de São Martinho, posteriormente adaptada à função de sacristia do cabido[596]. Já sob D. Lourenço Vicente (1374–1397), reformulou-se a antiga capela de São Lucas, dando lugar à do *Livramento*, também conhecida por *São Crispim* ou *Reis* (Ferreira, 1930, p. 222; Barreiros, 1989, p. 86). Estas intervenções, focadas na consagração da memória episcopal, refletiam, de algum modo, a crescente valorização do espaço tumular como instrumento de legitimação do poder eclesiástico.

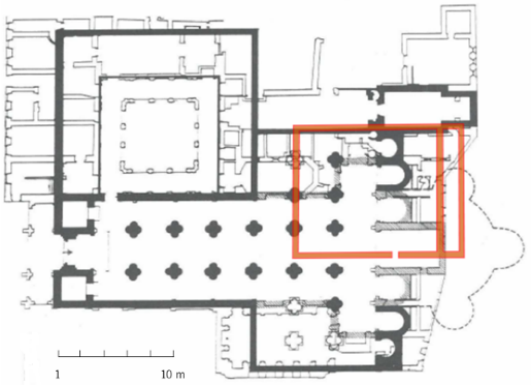


Figura 91. Plano em sobreposição da reconstrução da Sé Catedral de Braga: em laranja, a estrutura romana; em cinza-escuro, a Sé medieval; ao fundo, o projeto final. Edição do autor com base em Fontes, Lemos e Cruz (1997–1998, anexos).

[595] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fls. 121–121v; *2º Livro de Tombo*..., fls. 59v–61v; *3º Livro de Tombo*..., fl. 98.
[596] Construído posteriormente por vontade do arcebispo D. Diogo de Sousa (Ferreira, 1930, pp. 120–122).

Não obstante essas obras, o perímetro catedralício adquire expressão mais visível sob D. Gonçalo Pereira (1326–1348), com a edificação, entre 1332 e 1334, do torreão e da capela de Nossa Senhora da Glória (Ferreira, 1930, p. 156). Ao avançar para além da muralha romana setentrional, esta construção marcaria a rutura com os antigos limites urbanos. Neste aspeto, em 1343, a edificação do claustro de Santo Amaro confirmaria essa nova orientação espacial (Real, 1990, p. 458)[597], consolidando a Sé como centro de projeção simbólica e de poder sobre a malha urbana envolvente.

Sem adentrar nas expressivas alterações promovidas por D. Diogo de Sousa no século XVI, é evidente que, no intervalo de pouco mais de quatro séculos abrangido por este estudo, a Sé de Braga conheceu sucessivas campanhas construtivas, revelando-se, em distintas fases cronológicas, um verdadeiro canteiro de obras. Para além das contingências político-jurisdicionais, frequentemente apontadas como condicionantes da atividade construtiva, a continuidade das intervenções provavelmente dependia da capacidade de arrecadação, em grande parte sustentada por doações testamentárias e, possivelmente, por rendas provenientes de contratos de emprazamento, como sugerem os padrões observados nas fontes textuais referentes às obras da Sé.

Neste sentido, com base nos *Livros de Tombo* e de *Prazos*, identificam-se determinadas propriedades urbanas cujas rendas se destinavam diretamente às obras da catedral, registadas como "casas da obra da Sé" ou "casas da obra de Santa Maria". Todavia, as fontes não permitem afirmar com segurança se essas propriedades se encontravam sob administração direta dos cónegos de Braga, dado que aparecem referências a "meias casas da obra da Sé" associadas a outras "meias casas do cabido" indicando, provavelmente, um sistema de gestão partilhada.

Esta distinção entre bens pertencentes ao cabido e outros afetos à obra da Sé exige cautela interpretativa, levantando simultaneamente questões sobre o corpo executivo responsável pela conservação e reformas do templo (ver Tabela 15).

Tabela 15. *Prazos de propriedades urbanas destinadas às obras na Sé Catedral*

Ano	Propriedade	Emprazador	Rua	Valor anual (obras)	Referências (A.D.B.)
1393–1404	Casas (metade)	Vasco Martins, tercenário Margarida Esteves	Verde	½ maravedi	*2º Livro de Tombo*..., fl.63v *3º Livro de Tombo*..., fl.102
1393–1394	Casas (metade)	Não refere	D. Gualdim	Não refere	*2º Livro de Tombo*..., fl. 65 *3º Livro de Tombo*..., fl. 105v
1466	Casas	Rodrigo Afonso, barbeiro	Souto	12 maravedis da moeda antiga	*1º Livro de Prazos*..., fl. 5 *3º Livro de Prazos*..., fl. 3v

[597] Os elementos decorativos e arquitetónicos deste claustro corresponderiam ao estilo gótico, cuja influência é percetível na galilé de entrada da Sé Catedral, datada de meados do século XV e construída por ordem de D. Jorge Vaz da Costa (1482–1485); Barreiro (1989) confirma a existência desses capitéis, mencionando também um "claustro novo" a partir de um documento datado de 1449. Por seu turno, Real (1990) interpreta que essa referência diz respeito ao claustro de Santo Amaro.

1467	Casas	Pedro Anes	Paio Manta	50 libras da moeda antiga	*3º Livro de Prazos...*, fl. 15
1469	Pardieiro	Gonçalo Ribeiro, escudeiro em Braga	Verde	8 maravedis (junto com o campo das Fontainhas em São Frutuoso)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 37v *3º Livro de Prazos...*, fl. 35v
1470	Casas	Afonso Anes Motrom	Verde	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 46 *3º Livro de Prazos...*, fl. 35v
1472	Casas	Pedro Vasques, sapateiro	Maximinos	13 maravedis 2,5 soldos 2 galinhas recebondas	*1º Livro de Prazos...*, fl. 73 *3º Livro de Prazos...*, fl. 41
1482	Casas	João Godins	D. Gualdim	60 reais brancos	*2º Livro de Prazos...*, fl. 96 *3º Livro de Prazos...*, fl. 65v
1484	Casas	João de Tomar	Souto	15 maravedis	*2º Livro de Prazos...*, fl. 121 *3º Livro de Prazos...*, fl. 68v
1491	Casas	João de Toledo, mercador	Praça da Cidade	100 reais 2 capões	*2º Livro de Prazos...*, fl. 202

Ao examinarmos o quadro acima, deparamo-nos com um caso singular e, por assim dizer, extraordinário: o cabido administrava o rédito anual de um conjunto de propriedades rurais designadas Casais da Cividade das Fontes, situadas na freguesia de São João — presumivelmente São João do Souto, na zona periurbana meridional da cidade — cujas rendas se encontravam afetas à sustentação de encargos associados à obra da Sé. O pagamento estipulado ao primeiro enfiteuta, Álvaro Gonçalves, genro de Lopo Rodrigues e identificado como "pessoa de bens", ascendia a impressionantes 216 reais, valor que excedia em mais do dobro a renda média praticada nos contratos de emprazamento de imóveis urbanos destinados ao financiamento das obras da Sé.

Neste contexto, importa sublinhar que a Sé integrava o património da diocese e não constituía propriedade do cabido. Desde pelo menos o século XIII, a repartição dos bens diocesanos obedecia a uma lógica institucional clara, cabendo ao cabido a administração e fruição de cerca de um terço das rendas, permanecendo os dois terços sob a esfera da mitra arquiepiscopal (Marques, 1988, p. 324). Ainda que a conservação documental privilegie largamente os arquivos capitulares, em detrimento dos arquivos do arcebispo (mitra), essa assimetria não invalida o reconhecimento da atuação efetiva do cabido na gestão de alguns dos seus rendimentos consignados às obras da catedral.

À luz dos dados analisados, admite-se que, sobretudo na segunda metade do século XV, o cabido tenha procedido a um reforço seletivo das rendas sob a sua administração, que fariam parte do que se poderá designar como política de mobilização de rendas, com vista a assegurar alguma sustentabilidade financeira para empreendimentos de reforma e construção da catedral. Não se exclui, contudo, que os cónegos tenham destinado essas rendas em momentos estrategicamente definidos, como resposta a constrangimentos financeiros conjunturais ou a necessidades pontuais de obras específicas.

Em todo o caso, a recorrência dos contratos de prazo relativos a bens vinculados à obra da Sé, bem como o nível das rendas neles estipuladas, indicia um esforço acrescido de organização e

regularização das receitas destinadas ao financiamento das intervenções na catedral ao longo do século XV. Trata-se, contudo, de uma leitura de natureza interpretativa assente nos registos documentais disponíveis e aferidos neste estudo, que não permite, por si só, determinar de forma sistemática a totalidade dos instrumentos de financiamento em prática.

6.2. As paróquias urbanas: São João do Souto, Santiago da Cividade e Santiago da Sé

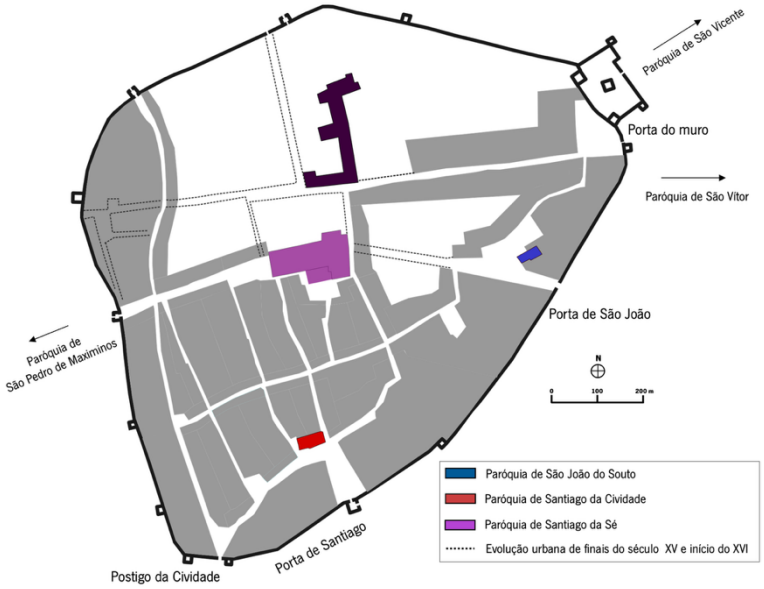


Figura 92. Representação cartográfica das paróquias de São João do Souto, Santiago da Cividade e Santiago da Sé no parcelamento das ruas de Braga (séculos XIV e XV), conforme atestado pelos *Livros de Tombo*. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

A paróquia medieval, cujo vocábulo deriva do grego *paroikêin* (habitar próximo), afirmou-se como uma estrutura eclesiástica desde finais do Império Romano, quando as comunidades urbanas se reorganizaram sob autoridade episcopal (Gaudemet, 1973, p. 7). Entre os séculos V e IX, difundiu-se em meio rural, articulando-se com o padrão de povoamento e as estruturas senhoriais[598], com clérigos responsáveis por circunscrições específicas.

Nos centros urbanos, entre os séculos XI e XIII, as igrejas paroquiais adquiriram protagonismo impelidas pelas reformas gregorianas e pela subsequente reafirmação do controle episcopal sobre igrejas anteriormente sob tutela ou na posse de proprietários laicos (Platelle, 1998, pp. 15–20). Esse processo traduziu-se na ampliação, reconfiguração e mesmo fundação de novos templos, em resposta à densificação urbana emergente (Gaudemet, 1973, pp. 11–12; Roux, 1994, p. 51). O bispo exercia o padroado, versado nos direitos e rendas advindos de diversos tributos, tais como

[598] Em especial nas antigas *villae* romanas readaptadas as esses condicionalismos.

aposentadorias, *comedoria* (também conhecida como *jantar*), *dízimos*, ofertas voluntárias e os proventos oriundos dos *passais* (Nogueira, 1998, p. 128).

As igrejas paroquiais, inicialmente modestas construções destinadas ao exercício do culto cristão, respondiam às exigências de uma sociedade profundamente devota, para a qual a religião era o baluarte do convívio quotidiano, fosse nas celebrações do calendário litúrgico ou nos sufrágios pelas almas (Andrade, 2004, p. 75). Com o tempo, essas construções deram lugar a edifícios em pedra, numa transição que emanava uma veneração ao culto e pela centralidade simbólica do templo na vivência espiritual dos paroquianos.

No interior das muralhas de Braga, identificam-se, particularmente, três paróquias cujas raízes remontam a períodos mais remotos, cuja relevância se foi acentuando em consonância com o desenvolvimento urbano da cidade durante a Baixa Idade Média. Refira-se, especificamente, a Paróquia de São João do Souto, a Paróquia de Santiago da Cividade e a Paróquia de Santiago da Sé[599]. O foco deste capítulo centra-se no espaço construído intramuros, reservando a análise das paróquias periféricas de Braga para o Capítulo 6.

Conforme estudos anteriores, a primitiva igreja de São João do Souto esteve associada à confraria homónima e à Ordem do Hospital (Marques, 1983). A igreja terá sido construída em data anterior a 9 de fevereiro de 1150 por Pedro Ourives e sua esposa Gelvira Mides[600], sendo, nessa data, doada à Ordem do Hospital, então representada por D. Paio, seu procurador[601]. O *Liber Fidei* menciona que, em 1150, existiam, além da igreja, casas adjacentes, um moinho e um cemitério[602] destinado aos irmãos da Ordem e aos fundadores[603], tendo sido consagrada em honra de São João Batista a 12 de julho de 1161[604].

Longe de se tratar de uma posterior reaquisição de bens pela *ecclesia* de Braga, a documentação aponta, antes, para a existência de uma contenda entre a Ordem do Hospital e o arcebispado, no quadro da definição dos direitos de posse e jurisdição sobre o hospital e os bens a ele associados. Com efeito, ocorre que, após a fundação do hospital e a sua oferta inicial ao arcebispo e o cabido bracarense, estes procederam, em 19 de julho de 1145 (Marques, 1983, p.

---

[599] Na documentação do primeiro *Livro de Tombo*, a designação surge associada tanto à Santiago da C*ividade* quanto a *Santiago da Sé*: "Freyguesias da Cidade de Bragaa ssom estas p*ri*meyrame*n*te a de ssam Joh*a*nne do souto Sam Tiago da see Sam Tiago da Çiuidade" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 30v).

[600] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, docs. 770 e 793, pp. 1032–1034 e 1063–1064.

[601] *Idem supra cit.*

[602] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 770, pp. 1032–1034.

[603] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 770, pp. 1032–1034.

[604] *Idem supra cit.*

121), à sua doação à Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, ato posteriormente confirmado por D. João Peculiar e pelo cabido, em 9 de fevereiro de 1150, com explícita ênfase na sua função assistencial e caritativa[605].

Entretanto, a recuperação da igreja por Pedro Ourives e sua mulher Elvira Mides decorreu de uma disputa jurisdicional entre o arcebispo e a Ordem do Hospital, que, para além das motivações de natureza espiritual explicitadas na disputa, devia a doação assumir igualmente um carácter compensatório, visando indenizar o prior da Ordem do Hospital por ter entregado ao arcebispo um cálice de ouro, outrora pertencente a Paio Guterres, sobre o qual incidiam penhoras. A referência a este episódio implica que a doação se inscreve num processo de resolução de pendências patrimoniais, no qual a restituição do templo ao casal doador e a sua posterior oferta à arquidiocese contribuíram para dirimir o conflito e regularizar a situação jurídica dos bens envolvidos[606].

A paróquia de São João do Souto possuía relação com áreas correspondentes ao antigo souto e às vias hoje conhecidas como Rua do Souto e Rua de Janes, que se conectava à Porta do Souto, seja por haver propriedades situadas nestes locais, seja por associações derivadas dos topónimos históricos. Esta ligação territorial é facultada pela análises dos *Pergaminhos da confraria de São João do Souto* analisados por Marques (1983). A documentação posterior, nomeadamente os *Livros de Tombo* e de *Prazos* dos séculos XIV e XV, fornece-nos somente alguns bens rurais vinculados à paróquia, não concedendo informação direta sobre propriedades urbanas intramuros.

A paróquia de Santiago da Cividade, por sua vez, situava-se a sul do espaço citadino intramuros. Conforme o *Mapa de Braunio* e de *Braga Primaz* (ver Figura 94), estava arraigada na confluência da Rua da Erva com a atual Rua de D. Gualdim, em direção à Porta de Santiago. Assim como a igreja de São João do Souto, a igreja de Santiago subsiste nos dias de hoje. Embora reformada, sofreu remodelações substanciais, com sucessivos acrescentamentos a partir do século XVII. A fachada hodierna, orientada a nascente, para a Rua D. Gonçalo Pereira, resulta de uma reorientação efetuada em 1791 (Oliveira, 1993), contrastando com a disposição original do

[605] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, docs. 770 e 793, pp. 1032–1034 e 1063–1064.

[606] É relevante ressaltar que a doação da jurisdição da Igreja de São João do Souto à Sé de Braga e a subsequente criação da paróquia enfrentaram alguns percalços jurídicos. Isso ocorreu devido à transferência dos bens da Ordem do Hospital, cujo procurador, Pedro Mouro, levou o caso à instância do tribunal régio. O litígio foi então recebido pelo cardeal legado Jacinto. O desfecho do conflito, concluído em 5 de fevereiro de 1173, envolveu a renúncia a qualquer impugnação da posse da igreja e seus bens, com o cabido e D. João Peculiar efetuando um pagamento de 80 morabitinos aos hospitalários para selar o acordo. (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, docs. 793, pp. 1063 e 1064).

edifício, cuja frente se abria a poente, para a então Rua de D. Gualdim — hoje Rua de São Tiago — conforme se observa (ver Figura 94).

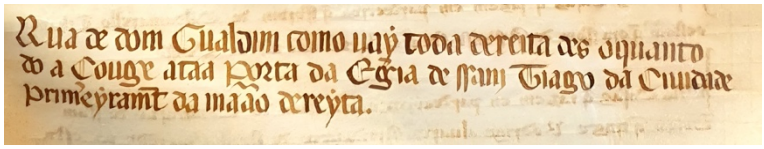


Figura 93. Inscrição referente à orientação da Rua de D. Gualdim: "Rua de dom Gualdim como uay toda dereita des o quanto do aÇouge ataa Porta da Egreia de ssam Tiago da Ciuidade primeyramente maaoo dereyta" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 126).

A paróquia de Santiago da Cividade apresenta o topónimo *cividade*, derivado de *civitates*, numa alusão à proximidade do antigo centro cívico romano — o fórum — inserido no setor meridional da cidade. Como será abordado no capítulo seguinte, algumas propriedades associadas à paróquia abrangiam as áreas rurais meridionais, tendo em conta os bens que o Cabido detinha na proximidade sendo atribuídas à respetiva freguesia[607].



Figura 94. As imagens acima ilustram a igreja da Paróquia de Santiago da Cividade, cuja fachada encontrava-se originalmente orientada a poente, conforme representado nos mapas de *Braunio* (1594) e *Braga Primaz* (1755). Entretanto, a análise da imagem atual do *software Google Earth Pro* revela que a fachada está agora orientada a nascente. Edição do autor.

Verifica-se igualmente na documentação a existência da paróquia urbana de Santiago da Sé**,** sediada na própria Sé Catedral. Segundo Costa (1997–2000, p. 354), esta paróquia, a par da Paróquia de Santiago da Cividade, deverá remontar à prelazia do bispo D. Pedro, não figurando no respetivo censual. O autor sustenta esta omissão no facto de ambas constituírem, do ponto de vista eclesiástico, uma única freguesia, razão pela qual não estavam sujeitas ao pagamento de censo.

Na documentação do primeiro *Livro de Tombo*, datada entre 1369 e 1380 (ver Tabela 16), é possível identificar, em conjunto com as freguesias de São João do Souto e de Santiago da

[607] A.D.B, *1º Livro de Prazos*..., fls. 3v e 50v e *2º Livro de Prazos*..., fl. 177.

Cividade, algumas herdades pertencentes ao Cabido localizadas nestas paróquias, incluindo propriedades situadas em espaços extramuros. Trata-se, assim, de três paróquias cujas igrejas-sede se encontravam intramuros, com propriedades disseminadas para além-muros, evidenciando a sua importância na organização eclesiástica e patrimonial, tanto na cidade intramuros de Braga quanto na sua zona periférica extramuros.

Tabela 16. *Propriedades das freguesias de São João do Souto, Santiago da Sé e Santiago da Cividade com base no primeiro Livro de Tombo (1369–1380)*

Propriedade	Referencia espacial	foreiro	Valor
Quintal da vila	Não refere	Abade de nogueira (arrendado)	5 maravedis
Conchouso da Vinhas dos Santos	Não refere	João Lourenço, procurador (emp.)	2,5 maravedis
Lugar de Sisireu		Domingos Afonso, pedreiro (emp.)	8 maravedis
Vinha da Madre		Gonçalo Pais, mercador (emp.)	2 maravedis
Casas e vinha (as casas estão destruídas e a vinha é campo)	À porta de Maximinos	Gonçalo Lourenço, azemel (emp.)	2 maravedis
Exido das casas que foram do arcebispo D. Martinho	Rua do Souto	(é julgada por sentença)	8 soldos e 10 dinheiros
Campo da Cónega (foi vinha e está cercado) e suas devesas	Não refere (provavelmente na cónega)	Vasco Peres Furtado (emp.)	70 libras
Vinha da Cividade	Não refere (provavelmente na cividade)	Domingos de Espinho, cónego (emp.)	2,5 maravedis
Campo (era vinha) e pedaço de devesa		Arcediago de Neiva	9 soldos
Vinha de Torneiros	Não refere (provavelmente na Torneiros)	Confraria de São João (do Souto) (emp.)	Não refere
Campo (foi devesa)	(o escrivão não sabe em qual freguesia jaz)	Martim Silvestre (emp.)	1 maravedi
Lugar e vinha	Entre o muro e a Porta de Santiago da Cividade	Fernam Giraldes, tabelião (emp.)	4 libras
Chousa dos Pelames e da leira Longa	Não refere (provavelmente nos Pelames)	Martim Sotil	1,5 maravedi
Chousa e vinha de Maximinos	Não refere (provavelmente em Maximinos)	Estevão Gomes, cónego (emp.)	8 maravedis
Chousas	A par os muros da Cónega	Paio Vilela (emp.)	0,5 maravedis
Almuinhas	Maximinos	Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva (emp.)	4 maravedis
Vinha da Cividade	Não refere (provavelmente na Cividade)	Meem[do] Gonçalde (emp.)	1 maravedi
Vinha da Cividade; herdade de Maximinos e do Fujacal	À porta do muro de Santiago; não refere	Dom Enrico Franco (emp.); Vasco Pires, foi alcaide, apena a vinha (emp.)	1 maravedi; não refere
Chousas	Não refere	Domingos Esteves, o avanido (não refere)	1,5 maravedis
Chousas	Rua Nova	Sancha Mendes	0,25 maravedi
Chousa	À par de Braga, no lugar que chamam Prados	Álvaro Esteves, cónego	2 maravedis
Vinha de Torneiros	Não refere (provavelmente na Torneiros)	Maria Peres, filha de Pero Macedo (não refere)	1 puçal de vinho
Vinha de Torneiros	Não refere (provavelmente na Torneiros)	Mendo Giraldes (comemoração)	1 maravedi
Almuinha	Não refere	Afonso Martins, mercador (emp.)	1 maravedi
Herdade	Não refere	João Peres Aranha (comemoração e missa)	3 maravedis (pagos por Maria d'Oliveira)
Campos (foram vinhas)	Chãos (freguesia de São João do Souto)	Afonso Esteves das Ousias	3 maravedis
Lugar de Torneiros, com sua devesa e pombal (era vinha)	Carvalho dos Ramos	Domingos Martins (emp.)	2 maravedis, 18 soldos e par de capão
Herdamento (destruído pela corcova)	Cividade, fora do muro	Francisco Simões, mercador (emprazava)	Não está emprazada

6.3. As capelas urbanas

As capelas urbanas de Braga, à semelhança das rurais, constituem um campo ainda insuficientemente explorado, mas promissor para investigações futuras. No presente estudo, realizou-se um levantamento preliminar, com base numa seleção de documentos, das capelas existentes no interior do perímetro urbano, incluindo aquelas não tratadas pela historiografia

anterior. Este levantamento fornece uma base empírica que permitirá abordagens futuras de maior alcance analítico sobre a sua distribuição, função, evolução e relevância socioeconómica[608].

Geralmente adossadas a igrejas paroquiais ou à catedral, ocupando espaços laterais ou de cabeceira, as capelas patenteavam um carácter fundacional privado, vinculadas a propósitos devocionais e funerárias (Rosa, 2014, p. 101). Erigidas por famílias ou indivíduos, eram dedicadas a um orago e dotadas de altar próprio, sob responsabilidade de um capelão (*capellanus*) encarregado das celebrações litúrgicas e sufrágios pelos fundadores (Iogna-Prat, 2006).

Em Braga, a edificação de capelas anexas à Sé está documentada a partir do século XIV (Farelo, 2025, p. 98), quando se fortalece o costume funerário nessas estruturas entre dignidades episcopais e nobreza local. O fenómeno acompanha uma tendência mais ampla, visível desde o reinado de D. Dinis, cujas exéquias, bem como as da rainha Santa Isabel, tiveram lugar em capelas privativas, respetivamente nas igrejas de São Dinis de Odivelas e Santa Clara-a-Velha de Coimbra (Rosa, 2014, p. 103)[609]. Essas práticas testemunham a notoriedade simbólico-litúrgica destes espaços, enquanto resguardo de memória e distinção social no âmbito urbano.

Não obstante, a documentação permite apurar a existência da Capela de D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga entre 1374 e 1397, cuja localização exata o teor do testamento não permite fixar com segurança. Essa informação é trazida por Marques (1993, p. 203) ao transcrever o testamento do arcebispo: "Em primeiramente mando sepultar e soterrar o meu corpo na capela minha que ordeney de consentimento do Cabido da dita Igreja de Braga junto com as paredes da dita Igreja Catedrall e aly omde jaz enterrada a rainha dona Tareyja e o comde Dom Anrrique".

Por outro lado, Rosa (2014, p. 108), apoiando-se nas análises de Almeida e Barroca (2002, pp. 60–61), propõe que a capela mandada construir por D. Lourenço Vicente terá seguido um projeto inicial mais ambicioso[610]. Segundo a autora, a leitura da sua planta atual denuncia "hesitações na sua construção", sugerindo que o arcebispo poderá ter considerado uma localização mais central, posteriormente descartada.

---

[608] Este estudo tem como objetivo identificar as capelas existentes na cidade com base na documentação dos *Livros de Tombo* e *Livros de Prazos.* Para tal, não foram analisados os *Livros da Capela*, que concentram informações sobre as capelas funerárias da igreja bracarense, nem o *Livro das Sentenças das Capelas e Sucessões*, tema já abordado de forma mais aprofundada em: Gonçalves, I. C. M. Peres (2001). *As capelas em Braga na Baixa Idade Média* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal. Atualmente é igualmente possível verificar a questão sobre essa documentação no artigo de Farelo: Farelo, M. (2025). Práticas documentais e administração das capelas na Sé de Braga (finais do século XIV — inícios do século XV). *Bracara Augusta: revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, *132*, 91–122.

[609] Quanto aos rituais funerários e as práticas de sepultamento associadas aos membros da Confraria de São Crispim e São Crispiniano no Porto, particularmente no contexto do século XVI, cf.: Melo, A. S. (2008). Apontamentos para a história da Confraria dos Sapateiros. In A. S. Melo, H. Dias, & M. J. Oliveira e Silva (Orgs.), *Palmeiros e Sapateiros. A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto (séculos XIV a XVI)* (pp. 11–40). Porto: Fio da Palavra, pp. 34–37.

[610] Ato feito perante o tabelião público Vasco Domingues, na presença do Cabido, aos 28 dias de agosto de 1391 (Marques, 1993).

Concretamente, atestamos que a capela de D. Lourenço Vicente, no século XV, era utilizada pelo cabido em funções de deliberações administrativas. Isso é comprovado pelos *Livros de Prazos* quando assinalam que este local fazia as vezes de sede das reuniões capitulares. Em 3 de março de 1466, por exemplo, os membros do cabido reuniram-se na capela de D. Lourenço para formalizar o emprazamento de umas casas da obra da Sé, situadas na Rua do Souto, a Rodrigo Afonso, barbeiro do arcebispo[611].

As fontes documentais remetem para a existência de uma outra capela integrada no complexo da Sé de Braga. Trata-se da Capela de D. Gonçalo Pereira, erigida por iniciativa deste arcebispo em 1332, após deliberação do cabido que autorizou a aquisição de umas casas pertencentes ao concelho para o efeito (Coelho, 1990). A construção da capela foi concluída, segundo Feio (1925, p. 3), em 1334.

Os *Livros de Tombo* e de *Prazos* registam diversos imóveis vinculados à Capela de D. Gonçalo Pereira, incluindo as casas ditas "da Fonte", situadas defronte à capela, na Rua do Souto, documentadas em 1484 e 1490. Acrescem propriedades na Rua dos Cegos, com posse documentada desde 1369 até 1478. Embora os inventários não permitam reconstituir o conjunto integral dos bens, a recorrência dessas menções sugere que o património associado à capela era de vulto considerável (ver Tabela 17).

De um modo geral, estas capelas, assim como outras, situavam-se em ruas adjacentes à Sé Catedral, como a Rua dos Burgueses, a Rua do Souto e a Rua dos Cegos, o que evidencia a sua integração no núcleo urbano, num espaço mais centralizado e próximo de áreas de circulação e habitação. Algumas, como a já referida Capela de D. Gonçalo Pereira, possuíam imóveis nas imediações, o que indicia um considerável peso patrimonial. Outras, como a Capela de Santa Marta (1467), situavam-se em áreas periurbanas (Lugar dos Chãos – nos Chãos), demonstrando a sua presença na periferia extramuros.

Capelas de carácter privado, vinculadas a paróquias e confrarias, encontram-se também referenciadas na documentação. Embora a sua localização não seja, muitas vezes, exata, é possível estabelecer a sua cronologia e presença no tecido urbano (ver Tabela 17). Entre elas destacam-se: Capela de Estevão Vicente (1369), Capela de Santa Luzia (1369), Capela de Geraldo Eanes do Tesouro (1403), Capela de João Fortes (1403), Capela do cónego Rodrigo Esteves

[611] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 5 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 3v.

(1403), Capela dos Feijoeiros (1403), Capela de D. Sancha (1403), Capela da sucessão de Francisca Miguéis (1470) e Capela de Santa Cruz (1491).

Tabela 17. *Propriedades vinculadas a capelas em Braga, conforme os Livro de Prazos e Tombo*

Capelas	Ano	Propriedade	Morador/emprazador	Rua	Fonte (A.D.B.)
Capela de Estevão Vicente	1369–1380	Metade de uma casa	Não refere	Triparia	*1º Livro de Tombo*..., fl. 126
Capela Santa Luzia, de Durão Esteve, cónego	1369–1380	Casas		D. Gualdim	*1º Livro de Tombo*..., fl. 127
Capela do Arcebispo D. Gonçalo Pereira (urbana – Complexo da Sé)	1369–1478	Casas (jaz em pardieiros séc. XIV)	abade de São João de Negrelos (em 1478	Cegos	*1º Livro de Tombo*..., fl. 130 *2º Livro de Prazos*..., fl. 25v *3º Livro de Prazos*..., fl. 53v
	1484	Casas	Cónego Gil Vasques (em.)	Souto (em frente a Capela de D. Gonçalo Pereira)	*3º Livro de Prazos*..., fl. 68
	1490	Casas da Fonte de São Geraldo	Gonçalo Vasques (em.) – irmão do cónego Pedro Afonso, provedor da Capela	Souto (em frente a Capela de D. Gonçalo Pereira)	*2º Livro de Prazos*..., fl. 182v
Capela de Geraldo Eanes do Tesouro	1403–1404	Casas	Lourenço Domingues, carniceiro (em.)	Verde	*3º Livro de Tombo*..., fl. 139–140
		Casas		Sapataria	
		Casa			
Capela de João Fortes		Casa	João Martins, ferreiro (em.)	Cegos	
		Casa	Gonçalo de Prado (em.)	Triparia (a par o forno das Arras)	
Capela de Rodrigo Esteves, cónego		2 Pardieiros		D. Gualdim	
Capela dos Feijoeiros, de Fernão Anes, Cónego		Casa (2 moradas)	Domingos Clemente, sapateiro (em.)	Maximinos (junto a porta de Maximinos)	
		Casa	Gonçalo Sopas (em.)	Burgueses (junto a torre de Maria Oliveira)	
		Casas	João Anes (m.)	[Burgueses]	
Capela de D. Sancha		2 Casas	Não refere	Triparia	
		Casas		D. Gualdim	
		4 Pardieiros (destruídos)		Eirado	
		10 Pardieiros (destruídos)		Corredoira	
Capela de Santa Marta (situada no Lugar dos Chãos)	1467	Casas	Abade de Codeçosa (morou)	Verde	*1º Livro de Prazos*..., fl. 21 *3º Livro de Prazos*..., fl. 19v *3º Livro de Prazos*..., fl. 97v
Capela da sucessão de Francisca Miguéis	1470	Casas	Não refere		*1º Livro de Prazos*..., fl. 46v *3º Livro de Prazos*..., fl. 35v
Capela da Santa Cruz	1491	Casas	Álvaro Gonçalves (morou)	Chãos	*3º Livro de Prazos*..., fl. 97v

Este levantamento, embora ainda incipiente, fornece um quadro cronológico e institucional que poderá servir de base para investigações mais focadas na topografia devocional e na espacialização da sacralidade no contexto urbano da cidade em finais da Idade Média.

6.4. As Instituições de Assistência

Na Idade Média, os centros urbanos eram marcados por um contínuo afluxo de indivíduos vulneráveis, motivado por peregrinações, migração rural, crises económicas ou votos de pobreza. Apesar de distintos nas origens, partilhavam a condição de exclusão social, carência material e ausência de amparo legal, sendo genericamente designados como "pobres" (Melo & Ribeiro,

2014b, pp. 115–116). Mollat (2006, pp. 10–11) define-os como aqueles privados, temporário ou permanentemente, dos meios de poder e consideração social — desde o dinheiro até à liberdade e dignidade pessoal[612].

O termo *pauper* adquiriu, entre os séculos XII e XIII, uma dimensão que ultrapassava o estatuto económico, assumindo também conotações religiosas e morais (Rocha, 2021, p. 44). Diversos vocábulos latinos passaram a qualificar diferentes situações de indigência: *indigens*, *mendicus*, *leprosus*, *orphans*, *vidua*, *peregrinus*, *captivus*, entre outros, destacando-se *miserabilis*, que exprime a compaixão diante da miséria (Mollat, 2006, pp. 11–12).

A assistência aos desvalidos organizava-se em diferenciados padrões institucionais, sendo elas urbanas, periurbanas ou de passagem pelo território rural mais distante (Tavares, 2001)[613]. Estas estruturavam-se em torno de uma perspetiva caritativa cristã, ao mesmo tempo em que distinguiam os *pobres merecedores* daqueles *marginalizados*, muitas vezes percebidos como fruto dos "infortúnios dos desafortunados delinquentes" (Roux, 1994, pp. 150–151).

Seguindo a categorização de Rocha (2019, p. 133), essas instituições de amparo em contexto urbano podem ser agrupadas em três categorias: confrarias, hospitais/albergarias e gafarias[614]. Comecemos por analisar o primeiro grupo.

6.4.1. As confrarias

As confrarias organizavam-se enquanto comunidades de assistência de carácter semileigo ou semiprivado, nas quais a caridade e o amparo aos necessitados orientavam as suas ações (Harkes, 2017–2022, p. 650; Marques, 1989, p. 43). De constituição heterogénea, articulavam-se por vínculos de devoção, ofício ou vizinhança, difundindo práticas solidárias e de apoio aos pares mais desvalidos (Rocha, 2021, p. 133).

Em Braga, a designação *confraria* manifesta-se com alguma constância na documentação (ver Apêndice XIII, p. 24). Antes de proceder à identificação e análise dessas instituições, importa

---

[612] "*Le pauvre est celui qui, de façon permanente ou temporaire, se trouve dans une situation de faiblesse, de dépendance, d'humiliation, caractérisée par la privation des moyens, variables selon les époques et les sociétés, de puissance et de considération sociale: argent, relations, influence, pouvoir, science, qualification technique, honorabilité de la naissance, vigueur physique, capacité intellectuelle, liberté et dignité personnelles*" (Mollat, 2006, pp. 10–11).

[613] De acordo com a mesma autora e defendido por Mollat, esse conceito revela-se genérico e ambíguo, abarcando não apenas os enfermos, peregrinos, indivíduos socialmente desfavorecidos, indigentes, doentes crônicos, inválidos e portadores de deficiência motora, mas também indivíduos afligidos por transtornos mentais, como os epiléticos, e por doenças venéreas. Ademais, incluía os órfãos e jovens em idade núbil desprovidas de dote para o matrimónio. (Tavares, 1989, pp. 14–20).

[614] Para uma análise detalhada dos variados grupos *populares* nas cidades medievais e das derivações da palavra *miúdos*, cf.: Melo, A., & Ribeiro, M. do C. (2014). Los grupos populares en las ciudades medievales portuguesas: Problematización y reflexión comparativa. In J. Á. Solórzano Telecha, B. Arízaga Bolumburu, & J. Haemers (Eds.), *Los grupos populares en la ciudad medieval europea* (pp. 109–132). Instituto de Estudios Riojanos, pp. 114–117.

salientar a ampla dispersão territorial destas entidades, presentes tanto na malha urbana como nos arredores extramuros, e mesmo além, em zonas mais recuadas do couto e termo de Braga[615].

Para o tecido urbano de Braga, as fontes registam a Confraria de São João do Souto[616], já anteriormente abordada como elemento relevante para a compreensão do desenvolvimento urbano a partir da sua igreja paroquial.

A confraria encontra a sua razão de ser na ligação aos paroquianos da igreja de São João do Souto, consagrada em 1150, embora o registo documental mais antigo da sua existência remonte apenas a 1253. Nesse ano, segundo Marques (1983, p. 124), Maria Pires, viúva de Rodrigo Pires, vendeu uma casa à confraria pelo valor de treze morabitinos, conforme se lê no documento:

> [...] *Ego Maria Petriz uxor quodam Roderici Petri bragador facio kartam vendicionis et perpetue firmitudinis vobis confratibus Santis Johannis de Sauto de illa domo mea que domus iacet inter domum Johannis Petri fornarii et inter illam aliam domum domne Goncine da Barba* [...] (A.D.B. *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. 5 apud Marques, 1983, pp.155–156).

A localização da sede da confraria conheceu alterações ao longo do tempo. Em torno de 1315, encontrava-se instalada na torre do castelo de Braga (Marques, 1983, p. 124), sendo plausível que, em período anterior, estivesse sediada em edifício contíguo à igreja paroquial à qual se encontrava funcionalmente associada, ou mesmo nas próprias dependências da mesma (Marques, 1986, p. 8).

Em virtude da inexistência de estatutos conservados para o período inicial das confrarias, a natureza e o funcionamento da Confraria de São João do Souto apenas podem ser apreendidos de forma indireta. Marques (1983, pp. 125–126) enquadra esta instituição no universo mais amplo das confrarias medievais portuguesas, entendidas como associações de homens livres constituídas com base na ajuda mútua material e espiritual e no culto do respetivo *patrono celeste* (Marques, 1983, p. 125). À semelhança de outras confrarias medievais portuguesas, como a da Conceição de Sintra (1346) ou a dos homens bons de Beja (1297), estas associações assentariam no princípio da adesão livre e voluntária, comprometendo os confrades com práticas de

---

[615] Tratar das confrarias rurais não entra no escopo desta tese ao qual tencionamos dar a atenção merecida em outra oportunidade. Porém, a nível de exemplo, podemos mencionar a Confraria da Companhia, que possuía um leira, isto é, um terreno de lavras, nas Hortas da freguesia de Maximinos, em 1491: "[...] hu[m]a leira derdade q*ue* o dito Cabjdoo tem . nas ortas de meixemjnhos q*ue* parte da hu[m]a p*ar*te com out*ra* leira da confraria da co*m*panhja E out*ra* p*ar*te com leira de joham dij*az* almocreue [...]" (A.D.B., *Livro de Prazos*..., fl. 225).

[616] Para a confraria de São João do Souto, consulte: Marques, J. (1983). Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1189–1545). In *Braga Medieval* (pp. 119–150). Braga: [s.n.]. No que concerne as confrarias medievais em geral, cf.: Ribeiro, M. do C. (2016). A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: Reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães (norte de Portugal). In G. Cavero Domíngues (Coord.), *Civitas bendita: Encrucijada de las relaciones sociales y de poder en la ciudad medieval* (pp. 51–79). Universidad de León, Área de Publicaciones, pp. 56–61. Sobre a confraria de São Vicente nos séculos XVIII e XIX, cf.: Araújo, M. M. L. de. (2012). Casar raparigas pobres na confraria de S. Vicente de Braga (séculos XVIII). In M. M. L. de Araújo, F. M. Ferreira, & A. Esteves (Orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI–XX)* (pp. 197–216). Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 197–199.

solidariedade interna, nomeadamente a assistência em caso de doença, a mediação de conflitos, o acompanhamento fúnebre e a garantia de sufrágios espirituais (Marques, 1983, p. 126). Neste quadro, segundo o autor, as celebrações em Braga dedicadas a São João Batista e à Senhora das Candeias devem ser entendidas não apenas como manifestações de culto, mas também como momentos de afirmação pública da coesão comunitária e caritativa que estruturava este tipo de coletividade confraternal.

Este modelo confraternal, ainda que fundamentado em normativas de difícil comprovação, encontraria paralelos em outras irmandades do período moderno, como a Confraria de São Vicente, situada extramuros. Segundo Araújo (2010, pp. 197–200), a sua tradição assistencial apresenta raízes claramente medievais, tendo como eixos reguladores o auxílio a confrades enfermos e moribundos, o apoio a detidos e, em fases mais tardias, a concessão de dotes e de abrigo a jovens desvalidas.

Quanto aos aspetos regimentais das restantes instituições do mesmo género existentes na cidade, a ausência de normativas conservadas impede qualquer apreciação comparativa segura. Para além da Confraria de São João do Souto, reconhece-se, contudo, a existência de pelo menos outras sete confrarias em Braga, com cronologia entre os séculos XIII e XIV, que aqui se apresentam por ordem crescente cronológica: a Confraria dos Clérigos de Braga (Marques, 1989, p. 44), que remonta ao início do século XIII; a de Santiago da Cividade (1251)[617]; São Marcos (1285); São Francisco (1285); da Rua Nova (1369)[618]; Santa Maria do Rocamador (1378)[619]; e do Corpo de Deus (1388)[620].

Algumas destas irmandades estavam ligadas a instituições de acolhimento, como albergarias, como bem se averigua para a Albergaria de Rocamador e para a Albergaria de Santiago[621]. Tais ocorrências reforçam a inserção das confrarias igualmente numa lógica assistencial centrada no amparo a viajantes e necessitados, embora em contextos de funcionalidade distinta.

Convém, desde logo, sublinhar que o presente levantamento se baseia exclusivamente nos *Livros de Tombo* e nos *Livros de Prazos*. Essa circunstância condiciona necessariamente o alcance

---

[617] cf. Apêndice XIII, p. 24.

[618] Esta confraria aparece registada no primeiro *Livro de Tombo* enquanto proprietária de uma chousas na Rua Noua: "It*em* por Sancha meendez q*ua*rta de m*a*r*avidi* das Chousas da Rua noua q*ue* ssom da Confraria de Rua Noua q*ue* trasj Meyrinho Carniçeyro *e* he ia do Cabidoo (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 31v).

[619] Martins (2013, pp. 93–108), em sua dissertação de mestrado, realizou um levantamento de 11 emprazamentos das propriedades do Hospital de Santa Maria do Rocamador. Entre as propriedades rurais, destacam-se o Lugar de Massarelos, em Frossos, e algumas leiras e devesas em São Vítor. Além disso, há uma propriedade localizada à porta da Judiaria, e o restante concentrado na Rua de D. Gualdim, no arrabalde de Maximinos, e na rua e rossio de Janes (A.C.M.B., *Livro dos Prazos da Câmara*..., fls. 9–9v, 22, 25–25v, 27–27v, 31–31v, 45v–46, 57, 58, 67–67v, 76v–78 e 79–80v).

[620] Marques (1989, p. 44) apresenta as confrarias dos Clérigos de Braga, São Marcos (1285), São Francisco (1285) e Corpo de Deus (1388), com base nos documentos dos *Livros de Testamentos do cabido de Braga*, particularmente nos fólios 2v, 25 e 26.

[621] Este assunto será tratado na subseção 6.4.2.

da análise, uma vez que os dados relativos às propriedades confraternais surgem de forma indireta, fragmentária e sempre dependente da relação jurídica estabelecida com o Cabido, não permitindo retirar conclusões de largo espectro sobre a gestão interna ou a dimensão global do seu património.

Ainda assim, a documentação compulsada permite entrever que as confrarias em Braga pressupunham uma base económica relativamente consistente, apoiada sobretudo pelas rendas de bens de raiz. A dispersão do seu património imobiliário pelo espaço citadino acentua a sua pertinência enquanto agentes económicos e sociais, cujo campo de intervenção ultrapassava a esfera estritamente assistencial, participando ativamente nos processos de configuração e evolução da paisagem urbana medieval, conforme tem sido sublinhado pela historiografia sobre a implantação das instituições de assistência no meio urbano (Ribeiro, 2016a, p. 54).

À luz da documentação dos *Livros de Tombo*, verifica-se, por exemplo, que em 1369 existia uma propriedade rural, situada extramuros, pertencente à Confraria da Rua Nova, localizada na então designada Rua Nova extramuros. Tratava-se de uma chousa da qual o Cabido detinha a quarta parte do rendimento: "It*em* por Sancha meendez q*ua*rta de m*a*r*avidi* das Chousas da Rua noua q*ue* ssom da Confraria de Rua Noua q*ue* trasj Meyrinho Carniçeyro *e* he ia do Cabidoo"[622]. Por sua vez, a análise extensiva dos *Livros de Prazos* permitiu identificar, entre 1466 e 1492, dez propriedades sob administração de três confrarias distintas (ver Gráfico 4; ver Apêndice XIII, p. 24)

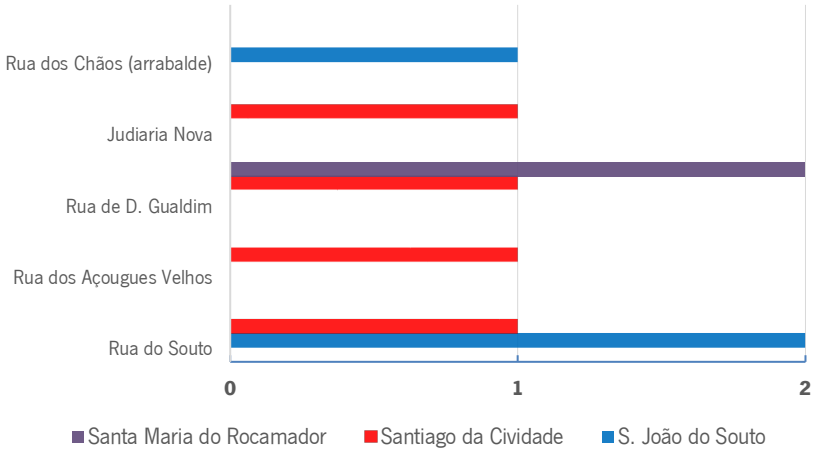


Gráfico 4. Concentração do património urbano das confrarias, conforme identificado na documentação dos Livros de Prazos entre 1466 e 1492.

Metade dessas propriedades era da pertença da Confraria de Santiago da Cividade, com bens dispersos por três artérias intramuros, em contraste com a Confraria de Rocamador, cujos imóveis

[622] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 31v.

se concentravam exclusivamente nas ruas de D. Gualdim e de São João do Souto. Já a Confraria de São João do Souto mantinha as suas posses reunidas na Rua do Souto, ainda que se registe, em 1369, uma casa posta em prazo no arrabalde dos Chãos.

Este último indício talvez denote uma incipiente projeção patrimonial para além do perímetro muralhado, sendo a Porta do Souto o ponto de ligação entre o espaço intramuros e o caminho que conectava este arrabalde.

6.4.2. As albergarias e hospitais

O entendimento medieval de *albergaria* e *hospital* afasta-se consideravelmente das conceções contemporâneas. Na Idade Média, esses termos eram usados de forma mais ampla para designar instituições de acolhimento, muitas vezes, confundindo-se entre si (Sá, 1996, p. 87; Tavares, 2001, pp. 135–140), congregando um valor polissémico fundamentado na hospitalidade e abrigo (Costa, 1973, p. 259; Pereira, 2005, p. 86; Melo, 2022, pp. 17–25).

Embora frequentemente confundidos no que respeita a caridade, albergarias e hospitais apresentavam diferenciações funcionais. As primeiras visavam receber, por breves períodos, viandantes e peregrinos pobres, proporcionando-lhes não apenas abrigo, mas também cuidados básicos para a recuperação do cansaço do corpo decorrente das suas deambulações[623] (Silva, 2017, pp. 32–36). Já os hospitais estavam vocacionados para assistir a toda a sorte de enfermos, muito embora, ambos os termos fossem utilizados como sinónimos (Melo, 2022, pp. 21–22)[624].

Por sua vez, no início da Baixa Idade Média, em meio rural, as funções de assistência e hospitalidade cabiam, com frequência, aos antigos mosteiros beneditinos que, ao longo dos séculos X e XI, hospedavam caminhantes em peregrinação e em trânsito pelas zonas rurais (Marques, 1989, pp. 27–30)[625]. Com o aumento demográfico nas cidades e o consequente afluxo de gentes aos centros urbanos, formou-se, entre os séculos XIII e XIV, uma rede de albergarias e hospitais, alguns de perfil laico, disseminados por várias cidades do reino português.

---

[623] Segundo Marques (1989, pp. 36–39), a rede de albergarias no território diocesano desempenhava um papel imprescindível enquanto estruturas logísticas ao serviço da diocese. Estas albergarias, situadas em pontos estratégicos das vias de comunicação, eram importantes nas regiões sob jurisdição arquiepiscopal, especialmente o Trás-os-Montes e o Minho. Nessas áreas, proporcionavam aos transeuntes refúgio e proteção contra animais selvagens e salteadores, sendo, portanto, fundamentais para garantir a segurança e o bem-estar dos prelados em deslocamento de viajantes peregrinos.

[624] Essas definições, entretanto, não devem ser consideradas estanques. No caso específico do Hospital do Santo Espírito de Sintra, por exemplo, houve a coexistência de uma gafaria no mesmo local, conforme evidenciado nos tombos do século XV (Miguéns, 1997, pp. 20–21). De forma similar, uma albergaria em Pampilhosa, em 1321, abrigava nove leprosos, conforme registado em um inquérito ordenado por D. Dinis (Ribeiro, 1932 *apud* Miguéns, 1997, p. 21). Em geral, as gafarias eram instituições que funcionavam isoladamente, pelo menos até ao final do século XV.

[625] Embora o foco deste estudo incida sobre a cidade de Braga e os seus subúrbios, importa referir que, à escala da arquidiocese e entre os séculos XI e XII, existiam cerca de oitenta mosteiros distribuídos por todo o território arquidiocesano. Ao longo dos séculos XIV e XV, muitos destes mosteiros foram progressivamente transformados em igrejas seculares, devido a diversos fatores — com destaque para a decadência institucional. Com esta secularização, a nomeação dos clérigos passou a ser uma prerrogativa do arcebispo de Braga. Para um maior aprofundamento sobre este tema, *vd.* Marques (1988, pp. 610–953).

Esse processo continuou ao longo do século XV[626], consoante a necessidade de assistência nos ambientes citadinos, particularmente nos centros de veneração religiosa, onde o auxílio aos fiéis se articulava com práticas de expiação e devoção. Consequentemente, os albergues e hospitais passaram a abranger um espetro mais amplo de populações em situação de vulnerabilidade social, abrigando e assistindo uma panóplia de indivíduos em condição de fragilidade social: pobres envergonhados, doentes, idosos, indigentes, órfãos, enjeitados, viúvas e mesmo religiosos sem convento que os pudesse receber (Guerra, 1986, p. 643). Assim, segundo Vauchez (1980, p. 60), a missão destes estabelecimentos se resumia, em termos gerais, em três ações: "acolher, dar e tratar".

Um dos exemplos mais antigos de instituições de acolhimento em Braga remonta ao século XII, ligado a iniciativas de natureza religiosa e à atuação de ordens militares. Como já anteriormente referido, o *Liber Fidei* conserva um testemunho documental sobre a existência de um hospital, cuja localização permanece indeterminada, o qual teria sido adquirido pela Ordem do Templo por via testamentária, através de uma disposição de D. Paio Mendes — futuro arcebispo de Braga (1118–1137) — entre os anos de 1118 e 1128[627].

A doação incluiu, além do hospital, um conjunto de casas situadas no entorno de seu *solar*, localizado numa quintã, com menção expressa a telhas e madeiras pertencentes à propriedade. O testamento, entretanto, não foi isento de condicionamentos: o próprio prelado determinou que dois terços dos rendimentos gerados fossem destinados à construção da ponte sobre o Cávado, a que Marques, na edição crítica do *Liber Fidei*, entende tratar-se da ponte do Prado — estrutura de reconhecida importância na articulação viária com a vila homónima —, sendo o terço restante reservado a obras de caridade e a assistência dos pobres[628].

Outro documento, datado de agosto de 1138, proveniente do *Livro dos Mestrados*, inserido na compilação da *Leitura Nova*, atribui a D. João Peculiar (1138–1175), já enquanto arcebispo de Braga, a confirmação ou renovação dessa doação em favor da Ordem do Templo, mencionando explicitamente um hospital instituído por seu antecessor na cidade (ver Figura 95).

---

[626] Segundo Sá (1996, p. 97), entre os séculos XIV e XV, os hospitais e albergarias enfrentavam numerosas dificuldades, sendo corriqueiramente obrigados a submeter-se à gestão concelhia ou às confrarias pré-existentes.

[627] Cf. Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 560, pp. 772–774).

[628] Inclusivamente, após terminada as obras da ponte, as rendas deveriam ser versadas de igual modo ao hospital.

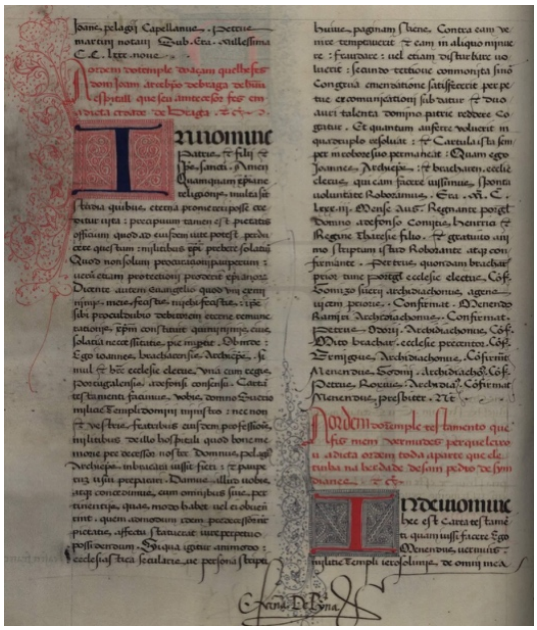


Figura 95. Documento de doação (confirmação) do hospital a Ordem do Templo, onde se lê: "A ordem do temple doação que lhe fes dom Joam arcebispo de braga de huum espitall que seu amtecesor fez em a dixta cidade de Braga e cetera, feita na era (de césar) de . *M . C . lxxx . iij . Mense Aus* [...]" (A.N.T.T., *Leitura Nova/Livro de Mestrado*, fl. 90v).

A tradição historiográfica tem identificado esse hospital com o chamado Hospital de Rocamador[629] (Feio, 1984; Marques, 1989; Correia, 1999; Silva, 2017), igualmente mencionado sob a designação de Hospital do Espírito Santo (Fernandes, 2009, p. 37). Após a extinção da Ordem do Templo, em 1312, a instituição foi objeto de nova doação, passando a administração para a confraria de Rocamador, responsável pela manutenção dos serviços de abrigo, cuidado dos pobres e distribuição de medicamentos.

O escrito "albergaria de Rocamador" surge em alguns documentos, podendo refletir uma sobreposição terminológica com o hospital, situação que os vocábulos como "hospital" e "albergaria" por vezes se confundiam. Esta albergaria desempenhava um papel espacial relevante, funcionando como ponto de referência para a delimitação do percurso da Rua de Janes — onde marcava o seu início — e da Rua de Paio Manta — onde assinalava o seu término[630]. Estaria, portanto, situada na extremidade norte do largo da igreja de São João do Souto, logo após atravessar a porta de São João, ingressando na cidade pelo oriente.

[629] Considerando a ambiguidade terminológica entre albergarias e hospitais na prática caritativa medieval, poderá tratar-se da albergaria de Rocamador.

[630] No final do trajeto da Rua de Paio Manta: "Rua de paay Marita como uay des o fforno da Jnffarita ata a albergaria de Recomador primeiramente de maaoo dereyta como vam peraa dicta albregaria". No início do trajeto da Rua de Janes: "Rua de Janoas como se começa no quanto da albregaria de Recomadoor e uay atá á Rua do souto e primeiramente como uam pera a Rua de maao seestra" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fls. 131v e 132).

Desta centúria é um outro hospital que está associado aos já referidos cônjuges, Pedro Ourives e a sua esposa, Gelvira Mendes. Este casal fez a doação desse hospital ao arcebispo e ao cabido, com o propósito de servir a comunidade carente e fomentar a prática de atos de piedade[631].

Extramuros, e documentado mais tardiamente, erguia-se o hospital de São Bartolomeu, na freguesia de São Vítor, situado no extremo da Rua da Corredoira, em direção à nascente. A historiografia tem atribuído a sua fundação a uma doação testamentária realizada pelo Deão D. Domingos, em 1329, conforme atesta o registo: "*Hospitali beati Bartholomei quod feci in rua de corredoyra sex domos qui sunt propre ipsum*". O referido deão designou seu irmão como curador da instituição, o qual viria, por sua vez, a instituir a Confraria do Corpo de Deus (Castro, 2008, pp. 42–43; Araújo, 2016, p. 245).

A relevância deste hospital advém, entre outros fatores, da sua localização: encontrava-se implantado na continuidade da Rua da Corredoira, a qual atravessava a freguesia de São Vítor, onde a igreja paroquial era legatária de uma basílica paleocristã edificada durante a Antiguidade Tardia.

O primeiro *Livro de Tombo* oferece igualmente uma referência indireta a este estabelecimento assistencial, no contexto das destruições provocadas pelo ataque castelhano de 1369. O hospital de São Bartolomeu estaria, assim, localizado no lado esquerdo da rua, no sentido de São Vítor, sendo mencionado em associação à última propriedade inventariada nesse parcelário — a 25ª descrita como "Casa que ffoy de trinca [...]" e que se dirigia "[...] ata o espital de ssan bartolomeu que eram iiij Casas [...]"[632].

No início do século XVI, os hospitais de Braga foram congregados, juntamente com outras instituições de beneficência, num único estabelecimento: o Hospital de São Marcos (Araújo, 2015, pp. 1726–1727). Com efeito, foi o arcebispo D. Diogo de Sousa quem determinou a abertura de um espaço extramuros, diante da porta de São João, para aí estabelecer o denominado "Rossio de São Marcos" — área anteriormente ocupada pelas "Hortas de São Marcos", correspondente ao atual Largo Carlos Amarante e à Rua dos Granjinhos — onde se viria a instalar o respetivo hospital.

---

[631] Não se conhecem ao certo as motivações desta doação. No entanto, consta que, a 9 de outubro de 1442, por benevolência e vontade própria, o arcebispo D. João Peculiar (1139–1175) fez a quitação de doações, vendas ou rendimentos de uma herdade penhorada. Esta ação foi em reconhecimento pelos inúmeros serviços prestados, especialmente aqueles relacionados à fabricação de ouro, prata e outros metais. O arcebispo aceitou o preço de 100 libras de bronze, com uma multa de 10 marcos e 6 morabitinos, avaliados em 7 marcos em ouro: "[...] *tibi Petro Autifici et uxori tue Gelvire facio Kartam donationis et firmitatis seu vendicionis de reditu tue hereditatis quem debes mihi et Bracarensi ecclesie pro servicio quod mihi et supra dicte ecclesie facis scilicet in auro vel argento fabricando ceterisque metallis et insuper accipio a te in precio C.m libras eris quas in magno signo misimus et unam mulam X.m et sex morabetinos appreciatam et VII.m morabetinos in auro*." (Cf. Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 784, pp. 1052–1053).

[632] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 132v.

As obras do novo hospital foram concluídas ao longo do século XVI[633], e a consagração do local pode estar ligada a uma sacralidade pré-existente: havia ali uma ermida que albergava as relíquias de São Marcos, a qual, segundo a tradição documental, teria sido doada à Ordem do Templo por D. Paio Mendes[634].

Os albergues, por seu turno, surgem com maior constância na documentação analisada, cujas funções deviam ser análogas às dos hospitais, a ponto de, por vezes, tornar-se quase indistinguíveis destes. Em alguns casos, torna-se mesmo problemático determinar se se tratava de instituições distintas ou de um mesmo estabelecimento registado sob designações diversas.

A maioria destas casas assistenciais é ligeiramente mais tardia que os primeiros hospitais. Foram edificadas no decorrer do século XIII, sendo o exemplar mais recuado cronologicamente um albergue documentado nas imediações da casa de Pedro Furtado, mencionado num testamento de Sancha Bernarda, datado de 1212[635]. A este junta-se o Hospício ou Albergue do Cabido da Sé, cuja primeira referência documental remonta ao Natal de 1213[636].

Outro estabelecimento de cronologia relativamente tardia (1249)[637] era a Albergaria de Santiago (Feio, 1984, p. 88), presumivelmente implantada nas imediações da igreja e confraria consagrada a Santiago (Marques, 1989, p. 39, 2009, p. 356). Em razão da santidade de Tiago e a sua posição topográfica, supomos que essa albergaria se destinasse ao acolhimento de peregrinos jacobeus que acediam à cidade pela Porta de Santiago, oriundos do sul, constituindo assim uma paragem de descanso para os viajantes.

No ano de 1267, iniciou-se a fundação da Albergaria dos Santos do Paraíso, cuja localização permanece desconhecida (Feio, 1984, p. 88; Marques, 2009, p. 356). Pouco mais de uma década, em 21 de agosto de 1278, foi instituído o Hospital e Albergaria da Rua Nova[638], por iniciativa de D. Pedro Garcia, arcediago de Braga e cónego do Porto. Este estabelecimento, conforme atestado no primeiro *Livro dos Testamentos* — estudado por José Marques —, era munido de seis leitos reservados à hospedagem de peregrinos[639] e viajantes que percorreriam a Rua Nova em direção ao norte.

---

[633] Cf. A.D.B., *Arquivo da Misericórdia, 2º Livros dos Prazos Primordiais*, n. 105. Está referenciado em Ferreira (1930).
[634] Cf. A.D.B., *Registo Geral*, liv. 330, fl. 331v (*apud* Maurício 2000, v.2, p. 299).
[635] Publicado em: Ramos, 1991, doc. 243, pp. 200–203 *apud* Silva, 2017, p. 243.
[636] Cf. Marques, 1989, p. 40.
[637] Também conhecido na documentação por Albergaria *Sancti Jacobi* e Albergaria São Tiago-a-Nova (Silva, 2017, p.126).
[638] Martins (2013, pp. 99–106), em sua dissertação de mestrado, procedeu à identificação das propriedades pertencentes ao Hospital da Rua Nova, destacando a posse da metade do Casal da Gandara, localizado na freguesia de Ferreiros, e de uma casa situada na Rua Verde. (Cf. A.C.M.B., *Livro dos Prazos da Câmara*..., fls. 33v–34, 42–43, 47v–49, 49v–50 e 71–72).
[639] Cf. A.D.B., *1º Livro dos Testamentos do Cabido da Sé de Braga*, fl. 26v. Transcrito e publicado por Marques (1989, p. 39): "*Mando etiam fieri unam albergariam in Rua Nova in domo que fuit Petri Fernando quondam Fernando Caridade et mando ibi ponere sex lectos paratos prout consuevit fieri communiter in talibus albergariis et mando dari singulis anos tantum de óleo albergarii qui habeat ad lumen et ad et quam suam et pauperum* [...]".

Dez anos mais tarde, em 1288, foi instituída uma albergaria que estava integrada nas dependências da Confraria de São João do Souto, sob a administração de João Domingues, investido das funções de albergueiro (Marques, 1983).

No setor poente da urbe, extramuros, localizava-se a Albergaria de Maximinos, implantada na rua do mesmo nome — situada fora da cintura muralhada — e que se prolongava em direção à paróquia de São Pedro de Maximinos. Admite-se que esta albergaria tenha sido fundada em data não posterior a 1291 (Feio, 1984, p. 88).

A Albergaria Nova da Cividade é posterior às outras instalações de hospedagem, uma vez que a designação "Nova" remete para a sua natureza mais recente. Não obstante, a escassez de dados concretos sobre a sua origem não permite excluir a hipótese de uma fundação ainda no decurso do século XIII (Marques, 2009, p. 356). Este estabelecimento distinguia-se dos demais por uma particularidade assinalada por Feio (1984, p. 89): a admissão de mulheres entre os seus albergados, razão pela qual viria a ser posteriormente conhecido como Hospital das Velhas.

No decurso da nossa investigação, foi ainda identificada uma albergaria indiretamente mencionada no primeiro *Livro de Tombo*, datado de 1369 a 1380. Estava na Rua Verde, nas imediações do cruzamento entre a Rua da Sapataria e a Rua dos Burgueses, em direção ao Postigo de São Sebastião. Este estabelecimento encontrar-se-ia posicionado abaixo de um conjunto de casas emprazadas a Vasco Furtado, constituindo a penúltima propriedade antes do muro[640].

O local da albergaria, segundo a nossa leitura documental, foi construído sobre as ruínas da antiga Albergaria de D. Martinho, fundada pelo arcebispo D. Martinho Geraldes e posteriormente legada à igreja de Braga em 24 de agosto de 1271. Esta fundação incluía uma disposição testamentária que vinculava os seus rendimentos à descendência de D. Elvira Paes, com a obrigação de os conservar e gerir.

Devido à ausência de sucessores, o vínculo foi transferido para a mesa capitular e foi ordenada a sua destruição pelo arcediago de Neiva (Feio, 1984, p. 88). A funcionalidade desta albergaria parece assemelhar-se à atribuída à Albergaria de Santiago, vocacionada para o acolhimento de viajantes oriundos das regiões meridionais, que penetravam na cidade transpondo a zona do antigo fórum romano (Alto da Cividade).

No decurso do século XIV, identificamos mais uma albergaria na zona periurbana nordeste de Braga, na Rua do Eirado e dos Chãos. Esta albergaria é mencionada como estando "a par" das

---

[640] Penúltima propriedade: "Jt*em* Per a Casa de Cima da Albregaria q*ue* ffoy de Vasco furtado q*ue* ora he de Vasco giraldez huu*m* marauidy *e* m*e*o de Çenço"; última propriedade: "Jt*em* huu*m*a Casa q*ue* esta Junto com o Muro en q*ue* morou o Abbade de ssequeira tragea em ssua vida Goncalo steueez de Coynbra per huu*m* Marauidy" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 124).

"casas do eirado", sendo a única, entre dezoito propriedades listadas, que não foi destruída aquando do assalto castelhano de 1369.

Por via de um contrato de emprazamento de umas casas na Rua de Paio Manta, celebrado entre as autoridades capitulares e Pedro Anes, azemel, é possível discriminar uma albergaria denominada "a Velha", contígua à propriedade em questão[641]. Embora o documento date de 6 de abril de 1467, o epíteto "a Velha" deduz certa antiguidade, talvez anterior a 1369, especialmente se tivermos em conta que, nesse ano, já era documentada a Albergaria Nova[642].

À luz das investigações conduzidas por José Marques sobre a confraria de São João do Souto[643], constata-se que esta ainda administrava, em 1465, a Albergaria de São Marcos, a qual apresentava sinais evidentes de degradação. Perante esse cenário, a confraria decidiu proceder à venda das telhas e da madeira do edifício por 100 reais, transação concretizada em 1466 por Pedro Álvares. No ano seguinte, em 1468, o estabelecimento foi aforado a Vasco Miguéis e à sua esposa, com o propósito de o transformarem em residência. Findo o prazo estipulado de três vidas, a propriedade regressaria, como previsto, à posse da confraria.

Tabela 18. *Hospitais e albergarias na documentação textual e na historiografia*

Hospital/Albergaria	Localização	Data mais antiga	Referência
Hospital (foi da ordem do Templo até 1312, depois é reconhecido como Hospital do Espírito e talvez tenha sido o Hospital/Albergaria de Rocamador)	Provavelmente no rossio em frente a igreja de São João do Souto	1118–1128	Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 560, pp. 772–774); Feio, 1984; Marques, 1989; Correia, 1999; Fernandes, 2009,p. 39; Silva, 2017
Hospital (foi da ordem do Hospital)	Braga	9 de julho de 1145	Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 770, pp. 1032–1034).
Albergue situado da casa de pedro Furtado	Braga	1212	Ramos, 1991, doc. 243, pp. 200–203 *apud* Silva, 2017, p. 243.
Albergue (Hospício) de Cabido da Sé	Braga	1213	Marques, 1989, p. 40.
Albergaria de Santiago	Imediações da igreja de Santiago da Cividade	1249	Feio, 1984, p. 88; Marques, 1989, p. 39, 2009, p. 356
Albergaria dos Santos do Paraíso	Braga	1267	Feio, 1984, p. 88; Marques, 2009, p. 356
Hospital/Albergaria da Rua Nova	Nas imediações da Rua Nova	1278	José Marques, 1989, p. 39; Martins, 2013, p. 99–106
Albergaria da Confraria de São João do Souto	Nas imediações da igreja de São João do Souto	1288	Marques, 1983
Albergaria de Maximinos	Nas imediações da Rua de Maximinos, extramuros (poente)	1291	Feio, 1984, p. 88
Albergaria Nova de Cividade (admitia mulheres e seria o futuro Hospital das Velhas)	Provavelmente na Cividade	Século XII	Marques, 2009, p. 356; Feio, 1984, p. 89
Hospital de São Bartolomeu	Rua da corredoira, extramuros (nascente)	1329	Castro, 2008, pp. 42–43; Araújo, 2016, p. 245
Albergaria de D. Martinho (possível albergaria da Rua Verde, registada em 1369)	Rua Verde	1369	Feio, 1984, p. 88; A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 124
Albergaria	Rua do Eirado e dos Chãos, extramuros (nordeste)	1369	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 133
Albergaria de São Marcos	Provavelmente nas imediações da Hortas de São Marcos	1465	Marques, 1989, nota 111

[641] "[...] Emp*raz*ara*m* a Pedro anes azemell do doctor E a sua molher Senhorinha afonsso E a hu*m*a pessoa depos eles hu*m*as casas q*ue* estam na Rua de paaymar*t*a q*ue* partem de hu*m*a parte com a albergaria Velha E da outra com casas em que Viue a ama Velha de Joham ff*err*nandez bacharel [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 15).

[642] "Jt*em* As Casas do Eirado q*ue* estaua*m* a par da Alb*re*garia andaua*m* p*or* t*ri*nta *e* q*ua*tro soldos" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 133v).

[643] Cf. *1º Livros dos Acordos*, fls. 9v, 11 e 17 (*apud* Marques, 1989, nota 111).

Albergaria "a Velha"	Rua de Paio Manta	1467	A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 15
Hospital de São Marcos	Na antiga Hortas de São Marco (nascente)	Início do século XVI	Araújo, 2015, pp. 1726–1727

Ainda que não nos seja possível cartografar rigorosamente essas albergarias e hospitais, cujos indicativos espaciais não se revelam suficientemente precisos, observa-se que as albergarias em Braga eram um elemento maioritário em relação aos hospitais. Diferentemente destes últimos, que se localizavam predominantemente nas zonas extramuros da cidade, as albergarias evidenciavam uma distribuição espacial mais dispersa.

A sua distribuição tanto intramuros — nas imediações das portas e da muralha — quanto extramuros — ao longo das vias de ligação com o couto e termo bracarense — testemunha a preocupação em prover a cidade com uma rede funcional de estruturas de acolhimento orientadas para as populações itinerantes e para os grupos socialmente vulneráveis que acorriam à cidade. Essa dispersão espacial revela, ademais, a intencionalidade de afastar tais estabelecimentos das zonas mais centrais e densamente ocupadas, confinando-os, na maioria das vezes, às franjas da urbe.

Essa estratégia respondia não apenas às exigências práticas da mobilidade e da hospitalidade medieval, mas também revelava uma racionalidade subjacente aos sistemas de convivência, de circulação e de ocupação dos espaços.

6.4.3. A Gafaria de Braga

Especificamente destinada aos leprosos, conhecidos na Idade Média como *gafos* — termo do qual deriva o nome "gafaria" —, estas instituições constituíam espaços de exclusão e confinamento, situando-se, por norma, em zonas afastadas, mas estrategicamente próximas dos núcleos habitacionais[644]. Este distanciamento visava minimizar o risco de contágio de uma doença altamente infeciosa e incurável, ao passo que facilitava o abastecimento e a segurança dos doentes. Assim, as gafarias constituíam um mecanismo de supervisão e monitorização da lepra, visando controlá-la por meio do isolamento social, com o intuito de prevenir a sua disseminação, mas mantendo-se suficientemente próximas para atender às necessidades logísticas dos seus residentes (Biraben, 1989, pp. 360–361).

Ao contrário de outras estruturas assistenciais, cujo acolhimento era geralmente temporário ou condicionado a situações específicas consoante a necessidade do abrigado, as gafarias

[644] Rocha (2011, p. 28) observa que as distâncias entre determinados espaços e os aglomerados urbanos variavam consideravelmente, podendo situar-se a mais de 1 km ou, em alguns casos, a apenas cerca de 200 metros.

destinavam-se a albergar os doentes de forma permanente, dada a lenta progressão, a longa sobrevida dos infetados e o seu estigma social[645].

Apesar de não ser possível conhecer detalhadamente os seus quadros regulamentares e práticas internas, é possível reconhecer, ainda que de forma fragmentária, o património da Gafaria de Braga e a forma como se encontrava organizada ao longo dos séculos XIV e XV.

A Gafaria de Braga estava então composta por duas divisões: a Ordem de São Lourenço dos Gafos, de carácter masculino, e as Gafas de Santa Margarida, de carácter feminino, sendo esta última mencionada pela última vez em 21 de fevereiro de 1421 (Martins, 2013, p. 17).

Tanto a escolha devocional por São Lourenço — tradicionalmente vinculado à assistência aos pobres e marginalizados no contexto romano do século III (Simões, 2012, p. 12) — quanto por Santa Margarida Cortona (1247–1297) — cuja hagiografia enfatiza o seu sofrimento com a lepra —, remetia para o sofrimento dos gafos e desvalidos (Carvalho, 1932, p. 32; Correa, 1999, 1ª ed. 1944, p. 362; Raposo & Aparício, 1989, p. 21). Essa conexão conferia à instituição uma identidade espiritual sólida, imersa na prática da caridade cristã. O vínculo com tais santos reforçava a legitimidade da função assistencial da entidade, promovendo uma ação caritativa enraizada na comunidade e na religiosidade local.

A distinção entre as componentes masculina e feminina não se fazia notar quando o assunto era a administração dos seus bens. As fontes coincidem quanto à existência de um único espaço físico de reclusão, designado genericamente por "Gafaria", ou, em menor frequência, por "Ordem dos Gafos". Com efeito, o uso desses termos indicia a existência de um único estabelecimento sob administração concelhia, desde pelo menos meados do século XV (Martins, 2015, p. 574, nota 7).

No estado atual das investigações, não há uma proposta para a localização da sua sede física, muito embora, segundo algumas testificações preservadas no *Livro dos Testamentos* do Cabido da Sé de Braga, compiladas por José Marques, indiquem a sua existência desde meados do século XIII. Aventa-se, desta forma, que em 7 de julho de 1251, um indivíduo chamado Martinho Ordonho legava vinte morabitinos, destinados à aquisição de um bem cuja renda anual sustentaria a entrega

[645] Segundo a definição de lepra apresentada por Silva (2021, pp. 177–176) na sua tese de doutoramento, a doença era caracterizada pelo bacilo da lepra que foi "[...] descoberto pelo clínico norueguês Gerhard Hansen, em 1873, pelo que a doença também é conhecida por hanseníase. A lepra é pouco contagiosa, além de ter um longo período de incubação — cinco anos em média, podendo ir de um até vinte anos. Apesar da baixa transmissibilidade e do lento desenvolvimento da infeção, uma vez manifesta, a lepra pode tornar-se altamente incapacitante, afetando gravemente a pele, a mucosa respiratória, as terminações nervosas e os olhos, podendo, a longo prazo, provocar as típicas lesões que lhe são associadas: perda de extremidades, como dedos e nariz, cegueira, lesões dermatológicas de grande extensão, mas sem dor por morte das terminações nervosas, entre outras".

de um morabitino para a alimentação dos leprosos da Gafaria de Braga, no *Dia das Cinzas* (Marques, 1989, p. 61).

Segundo Marques (1989, p. 62), em 17 de novembro de 1267, o arcediago de Braga, D. Estevão, legava uma quantia aos leprosos de Bouças, Amarante, Guimarães e Braga, sendo esta última contemplada com um morabitino e meio. Já em 10 de janeiro de 1325, o arcediago de Barroso testamentou às gafas de Santa Margarida um conjunto de objetos de uso quotidiano: "[...] aas gafas de Sancta Margarida hũa cocedra booa e huum chumaço e hũa colcha e dous faceesseos [...]" (Marques, 1989, p. 62)[646].

As doações testamentárias efetuadas por membros da clerezia, como aponta Marques, suscitam-nos a ponderar a probabilidade da gafaria, nos seus primórdios, estar associada à *ecclesia* de Braga, ou mesmo sob a sua alçada direta. Essa hipótese, contudo, carece de reforço documental, especialmente porque, no tombo capitular referente ao período de 1369 e 1380, as propriedades da instituição são referidas apenas como marcos referenciais para a identificação de bens pertencentes ao cabido, sem qualquer menção a vínculos formais com os cónegos da arquidiocese ou a mesa arquiepiscopal.

Disso, podemos ao menos concluir que o facto de a gafaria ter sido alvo de heranças pias — prática motivada por gestos de misericórdia dirigidos aos desafortunados e incentivada por uma espiritualidade devocional cultivada no seio do clero[647] — revela tratar-se de uma instituição com algum grau de sustentabilidade, tendo vindo a reunir um património relevante. Nesse contexto, ao abordarmos a questão do espaço (estrutura) que acolhia os gafos[648], julgou-se pertinente proceder à reunião de todos os indícios disponíveis que mencionam a gafaria e, mediante o cruzamento da informação contida nos *Livros de Tombo* e nos contratos de emprazamento, propor uma hipótese para a sua localização.

A partir dessas fontes, apurámos que, à semelhança de muitos estabelecimentos congéneres em território português, a Gafaria de Braga se localizava numa zona rural, nos subúrbios da cidade. As referências, embora extraídas de forma lateral em relação à informação principal, permitiram-nos situá-la numa área que se entende entre algumas localidades confinantes. Assim o procedemos, pois estas localidades são frequentemente referidas como próximas à gafaria.

---

[646] *Idem,* fl. 22v, *apud* Marques, 1989.

[647] Refira-se, a título de comparação, que a gafaria de Coimbra teve fundação régia, enquanto a de Santarém foi fundada pelos próprios gafos (Nóvoa, 2010, p. 127). Segundo Pina (2002, p. 91), as leprosarias de Braga, Lisboa e Guimarães tiveram origem municipal, embora a administração concelhia da gafaria de Braga só seja confirmada documentalmente a partir do século XV (Martins, 2024, p. 257).

[648] A presença de Rodrigo, o gafo, habitando um pardieiro na Rua de D. Gualdim antes de 1369, sugere a existência de casos de reclusão doméstica de leprosos na própria cidade de Braga: J*tem* Outro Pardeeyro em q*ue* morou Rodrigo o gaffo q*ue* parte contra ffundo com o dicto pardeeyro do dicto Gonçalo steuez E contra cima com outro pardeeyro do Cabidoo (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 127).

Todavia, antes de avançarmos com a formulação da nossa hipótese, importa referir que a primeira menção explícita a este estabelecimento — que parece corresponder à sua sede — consta num contrato de emprazamento outorgado em vereação na Casa do Concelho, datado da segunda metade do século XV. Trata-se de um prazo concedido por três vidas a João Afonso, mestre-sala do arcebispo, no qual se menciona uma "devesa da gafaria" (propriedade rural), situada "ao pé da dita gafaria" (sede institucional). Esta referência, ainda que indireta, testemunha a existência de uma estrutura física inserida num espaço territorial concreto[649].

Agora, com base nas nossas indagações nos documentos escrutinados, identificamos no quarto *Livro de Tombo*, datado de 1466, numa apegação do Casal de Montelhos[650], situado na freguesia de São Frutuoso — aproximadamente 3 km a norte da Sé de Braga —, um terreno do referido casal que se localizava "a par da Gafaria", junto a um "campo dia*n*te da porta q*ue* he todo cerrado sobresy de parede E vay ao longo do camjnho *que* vay desta cidade pe*r*a a gafarja"[651].

Esse mesmo caminho volta a ser referido em 1498, na vedoria do casal de Gontijo. Nesse caso, acena-se a uma leira situada numa localidade denominada "Macieiros", abaixo da igreja de São Martinho de Dume, próxima a São Frutuoso, diante da qual passava um caminho que "vinha da Gafaria" [652].

Em seguida, numa nova apegação do Casal de Montelhos, no ano de 1501, é indicado um caminho que atravessava uma devesa pertencente ao casal em direção à Gafaria de Braga. O seu trajeto passava por um "monte acima"[653], aparentemente próximo da Quintã de Torneiros, esta adscrita à freguesia de Gondizalves[654], a poente, nos limites com São Frutuoso.

Conjuntando estes indícios, julgamos que eles permitem estipular a zona em que provavelmente a gafaria estaria subsumida: nas imediações do casal de Montelhos, na freguesia de São Frutuoso, a nascente de Gondizalves, entre o Casal de Torneiros e a própria cidade de Braga. Considerando a topografia local, o "monte acima" exarado nas fontes aparenta corresponder ao atual Monte Barral, localizado na freguesia de Real, o que corrobora a nossa suposição de que a gafaria localizar-se-ia entre a presente localidade de Montélios e os limites ocidentais da freguesia de Real, onde se ajunta São Frutuoso.

---

[649] Arquivo Municipal de Braga (A.M.B.), *Livro dos Prazos da Câmara Secular de Braga*, fls. 68v 69 (*apud*, Martins, 2013).
[650] Montelhos refere-se a Montélio, localidade da união de freguesias de Real, Dume e Semelhe, onde se situa a Capela de São Frutuoso (também conhecida como São Frutuoso de Montélios ou São Salvador de Montélio).
[651] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 21v–22.
[652] *Idem*, fl. 64v.
[653] *Idem*, fl. 116.
[654] Entende-se que o casal de Torneiros está localizado na freguesia de Gondizalves, conforme indicado no prazo do mesmo casal: "[...] situado na freg*uesi*a de gondisalue [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 63).

O caminho detetado nas fontes pode equivaler-se ao traçado da antiga via romana XIX, que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* (Lugo), ou, o mais factível, a uma das ramificações ao noroeste no seu percurso inicial, que, efetivamente, devia seguir pela Rua Nova extramuros, atravessando os campos de vinha pertencentes à Cónega. De facto, nessa área circundante estendiam-se propriedades de viticultura do Cabido de Braga, e o percurso em questão mantinha ligação direta com a Porta Nova, entrada setentrional de Braga (ver Figura 96).

O que é possível concluir quanto à sede da gafaria bracarense é a sua localização em zona rural, no limite de aproximadamente 3 km a norte/noroeste da Sé Catedral, nas imediações da atual freguesia de Real. Esse posicionamento convida a especular sobre uma possível ligação com a religiosidade local, dada a proximidade dos espaços de devoção consagrados a São Frutuoso e a São Martinho de Dume — figuras centrais no processo de consolidação do cristianismo no contexto ibérico altomedieval.

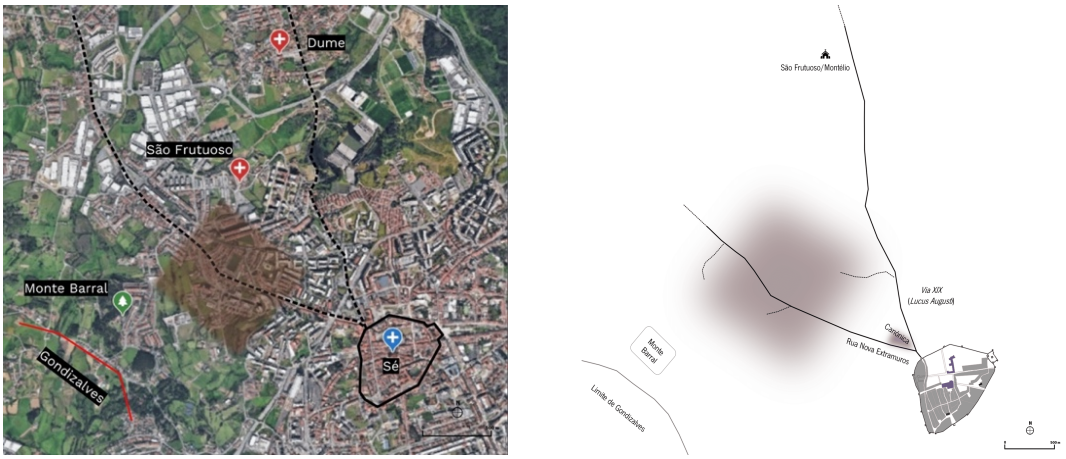


Figura 96. Hipótese da área de implantação da antiga Gafaria de Braga. À esquerda, delimitação da zona provável com base em dados cartográficos e imagens de satélite (*Google Earth Pro*); à direita, reconstituição interpretativa da implantação, elaborada através de desenho vetorial com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39). Elaboração do autor.

A historiografia e as fontes disponíveis ainda nos provêm de dados relevantes sobre o património da Ordem dos Gafos. O processo de aquisição desses bens revela-se, todavia, particularmente intricado, devido à natureza fragmentária e dispersa da documentação conservada, o que dificulta o estabelecimento de uma cronologia precisa, dada a ausência de um nexo documental coeso que esclareça a obtenção desse património.

Ainda assim, à semelhança do que ocorria na maioria das gafarias do reino, a aquisição patrimonial fazia-se, em geral, por via testamentária — sendo os bens legados pelos próprios leprosos ou por terceiros à instituição —, bem como eventuais compras ou permutas possibilitadas pelo fluxo das rendas. Ao longo dos séculos, essas instituições teriam acumulado, um pouco por

todo o território, um património considerável, cujos rendimentos representavam uma parcela significativa da sua subsistência (Nóvoa, 2010, pp. 10–11).

Da segunda metade do século XIV até o início do século XV, os *Livros de Tombo* oferecem alguns importantes indícios desse património. Importa, todavia, notar que os bens pertencentes à instituição aparecem como simples referências geográficas, citados incidentalmente nas descrições de outras propriedades do cabido.

Mesmo assim, embora referidas de forma transversal, não devem divergir significativamente da totalidade dos bens da instituição. Este juízo justifica-se pelo facto de os *Livros de Tombo* listarem, no período compreendido entre 1369 e 1404, um universo de aproximadamente duzentos e cinquenta a trezentos imóveis apenas no interior da cidade murada[655]. Portanto, admitindo que havia casas em praticamente todas as artérias da cidade, e verificando aquelas existentes no seu aro periurbano, torna-se aceitável admitir que as casas da gafaria contíguas às do cabido devem ter sido quase todas referenciadas.

Por sua vez, o *Livro dos Prazos da Câmara Secular*, cujos dados foram extraídos dos documentos anexos à dissertação de mestrado de Martins (2013), contém o traslado das transações imobiliárias realizadas pelo procurador da instituição, proporcionando uma listagem mais detalhada dos bens da gafaria. Contudo, essa listagem é limitada ao intervalo temporal entre 1421 e 1498[656]. Neste sentido, vejamos as possíveis alterações no quadro de propriedades da gafaria ao longo desses dois períodos.

Comecemos, primeiramente, pelos *Livros de Tombo*. Entre os anos de 1369 e 1380 — já que, para os anos subsequentes até 1404, as fontes se revelam omissas —, discriminam-se alguns pardieiros na Rua da Sapataria e na Rua Nova, bem como uma casa na Rua de D. Gualdim[657]. Contudo, a maioria do património da gafaria situava-se na zona periurbana da cidade, num raio de até um km desde o recinto murado. Importa assinalar, como temos abordado ao longo desta tese, que essa área foi gravemente danificada — e quase inteiramente destruída — em 1369, pelas tropas de D. Henrique de Trastâmara.

Os bens da gafaria encontravam-se, então, dispersos pelas zonas extramuros, como na Rua de Maximinos, nos Chãos, na Rua da Corredoira e na já referida Rua Nova – nas proximidades das vinhas da cónega[658] (ver Figura 97). Identificámos, ao todo, oito propriedades, das quais seis se

[655] Cf. a subsecção 4.1. deste capítulo.
[656] Para um maior aprofundamento sobre o documento dos *Prazos da Câmara Secular* cf. Martins, 2024, pp. 8–10.
[657] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fls. 124 e 127v.
[658] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fls. 132v, 133v e 134.

localizavam fora do recinto amuralhado, sem sabermos se estavam destruídas ou não, pois esse pormenor o escrivão apenas distinguiu para as propriedades capitulares. A estas somavam-se também alguns bens de natureza rural, nomeadamente o Casal dos Gafos e uma vinha situada entre 500 metros e 1 km a sul da Sé Catedral, nas imediações da Porta de Santiago[659].

No avançar do século XV houve um crescimento exponencial e uma progressiva concentração de bens imobiliários da gafaria no interior amuralhado, sobretudo nos arruamentos mais antigos, correspondentes à área do antigo burgo. Esse aumento parece ter alcançado um total aproximado de 25 a 30 imóveis. A imprecisão numérica advém do facto de alguns emprazamentos terem sido renovados devido a algumas renúncias, parecendo tratar-se dos mesmos edifícios, dificultando, logo, o cômputo exato (ver Apêndice XIV, pp. 25–27).

Salienta-se, neste conjunto, a posse não apenas de casas residenciais e pardieiros — entre os quais se incluía uma casa sobradada, com eirado e poço —, mas também de um forno, localizado na Rua da Triparia, e de três cavalariças na Rua Verde, duas das quais emprazadas a almocreves, todas pertencentes à Gafaria de Braga. Estas cavalariças localizavam-se, mais concretamente, nas imediações do Postigo da Cividade (Postigo de São Sebastião), por onde ingressavam os viandantes provenientes do sul do termo, em direção ao norte, desembocando na Rua Nova[660]. Ao transpor a Porta do Muro da Rua Nova, seguia-se por um percurso que se entende corresponder ao caminho referido nas fontes, o qual se estendia até ao local onde se situava a sede da gafaria, segundo a nossa leitura das fontes.

Vale ressaltar que, das quase trinta propriedades, treze localizavam-se na Rua da Triparia, cujo tramo sul passou a ser designado, em 1466, como Judiaria Nova, contando, nesse segmento, com três propriedades. Por sua vez, praticamente um terço dos bens urbanos da gafaria no século XV (10/30) concentrava-se no tramo norte da mesma rua, e um dos topónimos atribuídos a ela nessa época era Rua das Chagas. O vocábulo *chagas*, em específico, parece refletir uma perceção relacionada com a elevada densidade de bens pertencentes à Ordem dos Gafos. Nesse trecho, com cerca de 150 metros de extensão[661], a concentração de dez propriedades certamente deve ter contribuído para a constituição da memória toponímica local.

---

[659] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 34 e 38v.
[660] A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara Secular de Braga*, fls. 1v, 2, 2v, 4v, 6, 8v, 10, 11v, 12v, 14v, 15v, 17, 21v, 23, 25, 28v, 32v, 37v, 38, 45v, 48, 54v, 55, 56, 57v, 63v, 64, 65, 75, 84 e 102v.
[661] Medição retilínea realizada através do *Google Earth Pro*.

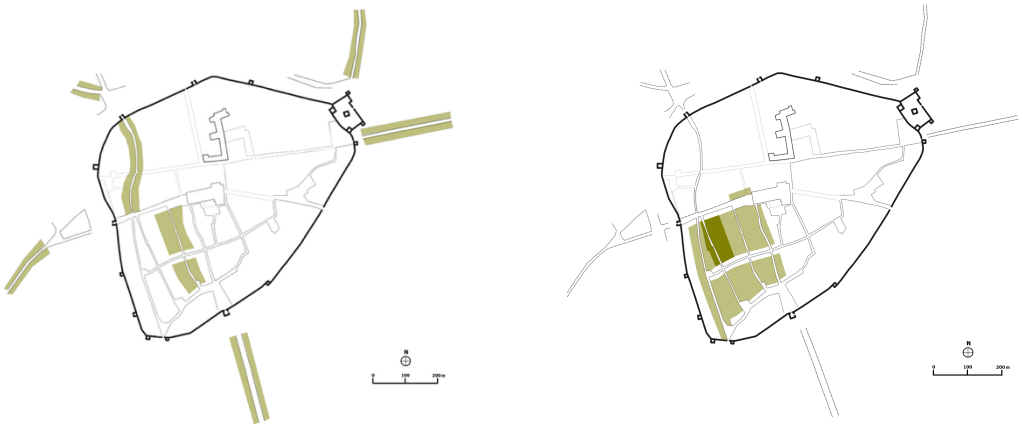


Figura 97. Distribuição das propriedades pertencentes à Gafaria de Braga nos séculos XIV e XV. À esquerda, parcelas dos arruamentos intramuros e da zona periurbana de Braga no século XIV, onde a Gafaria detinha oito propriedades. À direita, parcelas dos arruamentos intramuros de Braga no século XV, evidenciando cerca de trinta propriedades pertencentes à Gafaria, das quais treze se localizavam na Rua da Triparia/Rua das Chagas (assinaladas em tom mais escuro). Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Nos documentos concelhios, os bens rurais notoriamente se avolumam ao longo do século XV. Para além da manutenção do Casal dos Gafos e da vinha nas imediações meridionais da cidade[662], a documentação revela que a gafaria se encontrava na posse de vários outros casais rurais: o Casal de Cacorros, em Priscos (c. de 8 km a sudoeste); o Casal da Lage, em Gualtar (c. de 5 km a leste); o Casal de Portas, em São Victor (c. de 2 km a leste); o Lugar da Morte, em Regalados (c. de 16 km a nordeste); o Casal de Penidelo, em São Frutuoso (c. de 2 km a norte/noroeste); bem como o Casal do Clastro e o Casal de Amil, ambos em São Martinho de Dume (c. de 3 km a norte).

Além do mais, abarcava um conjunto diversificado de parcelas agrícolas e pastoris de distintas tipologias e dimensões. Embora não configurassem unidades de exploração equiparáveis aos casais, integravam o seu património fundiário. Parte desses terrenos, inclusive, encontrava-se em outros casais, estendendo-se por toda a área circunjacente de Braga — especialmente a norte/noroeste, em direção à sede da instituição, a nordeste, no Arrabalde dos Chãos, e a sul, nas imediações dos Pelames, junto ao rio Este. Estes bens incluíam leiras, uma devesa, alguns campos, um cortelho, um cortinhal, uma vinha, bem como algumas uveiras, além de edificações, nomeadamente uma cozinha, uma adega e "outras pertenças"[663].

Entende-se, desse modo, que, ao longo do século XV, a documentação evidencia uma maior concentração dos bens da Gafaria de Braga no interior da malha urbana murada. Esta configuração patrimonial coincide com o período em que a administração da instituição esteve sob

[662] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 62v; A.M.B., Livro dos Prazos da Camara Secular de Braga, fls. 3v, 13v,18, 23v, 46v, 53v, 86 e 62v.
[663] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 10, 26v e 29v; A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara Secular de Braga*, fls. 5v, 5, 16v, 13v, 17, 19v, 28, 39, 68v, 73 e 80v.

a tutela do concelho. Embora não seja possível estabelecer uma relação causal direta entre estes fatores, tal enquadramento institucional poderá ter favorecido uma gestão mais regular do património, nomeadamente através da aquisição de propriedades situadas em áreas de maior valorização no espaço urbano.

A concentração de propriedades intramuros — antes dispersas na zona periurbana da cidade — culminando na toponímia adotada no segmento norte da Rua da Triparia, a Rua das Chagas, e a irradiação de unidades de exploração rural, mormente constituídos por casais, asseguravam não apenas a vitalidade económica da instituição[664], mas também a sua capacidade de se integrar e moldar o tecido urbano e suburbano de Braga.

Este padrão de crescimento deve ter sido sustentado por doações testamentárias que, junto a uma administração aparentemente eficaz, evidenciava a gafaria como um elemento central na rede assistencial da cidade.

6.5. A comunidade judaica de Braga e a organização da sua judiaria

Quando D. Dinis (1275–1325) ascendeu ao trono, os judeus encontravam-se disseminados pelo território do reino, exercendo diversos ofícios, com particular destaque para as atividades comerciais, financeiras e ligadas à saúde (Tavares, 1982, p. 489). No que respeita às coletividades judaicas, a sua organização fazia-se através de *comunas* administradas por autoridades próprias, submetidas à supervisão de um rabino-mor nomeado pelo rei, o que lhes assegurava proteção régia. A esse monarca se atribui a emissão de uma carta de confirmação das comunas judaicas, hoje desaparecida, mas que terá formalizado os seus usos, foros e privilégios perante a Coroa e os poderes concelhios.

Tavares (1979, p. 20) assinala que os monarcas subsequentes mantiveram e reforçaram estas garantias, com particular incidência ao longo do século XIV. D. Afonso IV, D. Pedro I e, de forma mais acentuada, D. Fernando, demonstraram especial atenção às reivindicações das comunidades judaicas, procedendo, em larga medida, à reconfirmação dos seus privilégios. Estas comunidades, contudo, não se encontravam exclusivamente sob a alçada da jurisdição régia, integrando igualmente domínios senhoriais diversos, à semelhança do que se verificou no senhorio arquiepiscopal de Braga.

---

[664] Nas Cortes de Évora, no capítulo especial 2°, verifica-se que esta instituição, em 2 de abril de 1436, chegava a alcançar de rendimento entre 14 ou 15 mil reais: "Jtem ao que dizeês que ha hi certas gafarias e albergarias que rendem xiiij ou xv mjl reaes os quaães som mal gastados e despesos pellos mordomos que dellas som." (Dias, J. J. A. P. (2004). *Cortes Portuguesas:* Reinado de D. Duarte: Cortes de 1436 e 1438 (1.ª edição). CEH-UNL, p. 34).

Neste contexto, no âmbito do espaço urbano de Braga, coloca-se uma questão importante: em que momento cronológico é possível identificar, com base na documentação e na historiografia, a presença de residentes judeus na cidade e quando poderão ser formuladas hipóteses quanto à consolidação da sua primeira organização espacial, traduzida na criação de uma judiaria?

Para isso, cabe esclarecer os conceitos de *comuna* e *judiaria*, essencial para a correta interpretação da organização dos judeus no espaço urbano medieval. De acordo com Tavares (1984, pp. 43–44), o termo *comuna* designa a totalidade da coletividade judaica estabelecida numa determinada localidade, podendo abranger uma ou várias judiarias. Por sua vez, a *judiaria* corresponde ao espaço físico de concentração dessa comunidade, a qual desempenhava simultaneamente funções religiosas, administrativas e sociais.

Neste sentido, a *comuna* assumia uma dimensão institucional mais ampla do que a *judiaria*, que se materializava espacialmente em determinados setores da cidade. Em contextos específicos, como o de Lisboa, essa concentração urbana podia associar-se a arruamentos marcados pela presença de atividades profissionais particulares, a exemplo da Rua dos Tintureiros. Tal distinção conceptual permite compreender a complexidade da organização interna dos judeus, que não se esgotava na identificação de um espaço delimitado, mas implicava igualmente uma organização comunitária dotada de autonomia jurídica e administrativa.

A existência de mais de uma judiaria numa mesma cidade, documentada de forma paradigmática no caso de Lisboa, com a Judiaria Grande e a Judiaria Pequena (Silva, 2017, p. 276)[665], ilustra bem essa distinção entre realidade institucional e expressão espacial. Embora se trate de um caso singular, o seu carácter exemplar permite refletir sobre a diversidade de soluções adotadas no quadro da política régia relativamente aos judeus, frequentemente moldada a partir das experiências urbanas dos principais centros do reino.

Feitas estas premissas, importa sublinhar que a historiografia relativa à presença judaica em Braga produziu contributos relevantes no que respeita à organização da comunidade e ao assentamento da primeira judiaria. Partindo dessa produção historiográfica, articulada com a análise da documentação dos *Livros de Tombo* e *Prazo*, pretende-se aqui oferecer um contributo interpretativo, orientado para a formulação de uma hipótese cronológica mais precisa para a instalação da primeira judiaria, ancorada na leitura espacial e urbana da cidade e a sua evolução no tempo. Passemos à argumentação.

---

[665] Segundo Silva (2017, p. 276), ainda existia em Lisboa um núcleo judeu, e uma outra Judiaria, designadamente, a Judiaria de Alfama. No entanto, o autor não realizou uma análise mais promenorizada sobre esse tema, pois ele se refere a um período posterior ao reinado de D. Dinis, ultrapassando, assim, o arco cronológico da sua tese de doutoramento.

Afonso (2016, p. 107) avança a hipótese de um movimento migratório judaico iniciado nos finais do século XIV e prolongado ao longo do século XV, no contexto das perseguições e expulsões ocorridas nos reinos vizinhos, o qual teria atingido diversos centros urbanos do norte do reino, entre os quais se incluía a cidade de Braga, conforme igualmente assinalado por Losa (1982, p. 97). Esta leitura inscreve Braga num quadro mais amplo de circulação transfronteiriça de populações judaicas em território português, fenómeno que se integra, por seu turno, num movimento migratório de escala europeia

A documentação dos *Livros de Prazos*, datável da segunda metade do século XV — período em que a segunda judiaria se encontrava já consolidada — menciona maioritariamente judeus identificados como galegos. Entre os indivíduos documentados destacam-se o boticário Moisés (ou Mosse)[666], em 1470, Abraão, em 1472[667], e Menahem, com sua esposa Alegria, em 1491 (ver Apêndice XV, pp. 31, 34 e 35)[668].

A presença de judeus galegos não constitui, *per se*, evidência inequívoca de uma migração judaica mais fluída para Braga ao ponto de se concretizar na formação de uma comuna, devendo antes ser enquadrada no contexto mais amplo de circulações migratórias transfronteiriças entre a Galícia e o território português. Nesse sentido, a documentação revela igualmente a presença recorrente de galegos não judeus, registados em diferentes momentos cronológicos, entre 1369 e 1469[669], o que permite admitir existência de um fluxo migratório — ainda que de contornos imprecisos — oriundo da Galícia ao longo da Baixa Idade Média.

Não obstante, os *Livros de Tombo* atestam a presença judaica no tecido urbano bracarense, pelo menos, no intervalo cronológico compreendido entre 1369 e 1380. Logo, identifica-se um judeu chamado Aaron, que sublocava propriedades do cabido na Rua dos Burgueses[670], no parcelário setentrional. Subsequentemente, identifica-se Aenbroso (ou Nembroso), residente no loteamento oriental da Rua da Sapataria, ocupando uma edificação anteriormente utilizada como adega por Fernando Esteves. Ao lado deste imóvel, em outra ex-adega pertencente a Vasco Peres Furtado, estabelecera-se o tecelão Samuel[671]. Na Rua do Postigo de São Sebastião (Rua Travessa

---

[666] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 42v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 34v.
[667] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 67 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 40.
[668] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 222.
[669] Os outros indivíduos procedentes da Galícia que não eram judeus são, nomeadamente, o galego João (1369), residente no termo (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 34v); o galego Vicente (1369), que possuía pardieiros na Rua da Sapataria e Nova, e habitava a Rua Verde (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 124); o galego Pedro (1403) (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 114v); uma galega tecedeira (10/6/1469), moradora na Rua dos Cegos, próxima à Cruz da Carrapata (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 35v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 29v); um galego morador na Rua de Janes; o galego e sapateiro Fernão (15/5/1469), que vivia na Rua das Ousias (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 3v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 27); e a presença de uma *herdade* no termo da cidade, pertencente ao galego Gil Fernandes (1468), nas cercanias dos Moinhos do Salgueiro, próximo à Ponte Pedrinha (sudoeste) (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 60).
[670] Estava emprazada a de Vasco Peres Furtado (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 122v).
[671] Ambos documentos em: A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 123v.

meridional), ainda no parcelário setentrional, habitava um indivíduo identificado apenas como "o judeu", em propriedade emprazada por Gonçalo Eanes Chicarinho[672]. Embora estes casos sejam já conhecidos da historiografia local (Ribeiro, 2019, pp. 311–312), a documentação regista ainda, extramuros, a presença "Simho*m* adeel" (Simão Adel), presumivelmente de origem judaica, emprazando uma habitação na Rua de Maximinos, entretanto destruída em consequência do assalto castelhano de 1369[673].

Nestes registos, para além de se verificar a presença de judeus que não se circunscrevem a um único perfil funcional, observa-se a sua distribuição pela malha urbana bracarense, em convivência com populações cristãs e no exercício de atividades económicas diversas (Ribeiro, 2019, pp. 311—312). Não obstante, não deve ser desconsiderada a hipótese formulada por Marques (1983), segundo a qual a constituição de uma judiaria poderá ter ocorrido já no início do século XV, como consequência dos *pogroms* de 1391 nos reinos de Aragão e Castela.

Embora não seja possível estabelecer assertivas definitivas quanto à cronologia da instauração da primeira judiaria, a identificação, no terceiro *Livro de Tombo*, datado de 1403–1404, de um indivíduo designado como "mestre judeu" constitui um elemento merecedor de nota. O qualificativo "mestre" remeteria, neste caso, para uma categoria de significado amplo na documentação medieval, podendo referir-se a um estatuto profissional ou técnico (Melo, 2009, pp. 161–162), sem que seja possível, a partir deste único indício, determinar a natureza exata da sua atividade ou eventual posição no seio da coletividade judaica local.

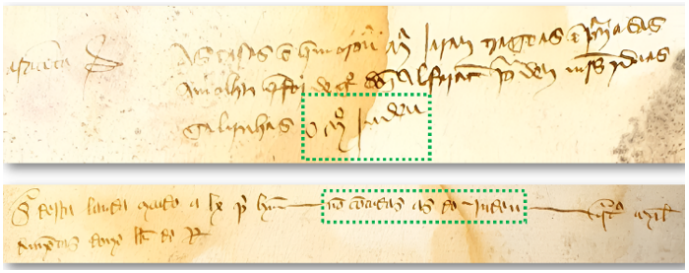


Figura 98. Menção ao "M*estr*e judeu" num prazo da Rua do Souto no terceiro *Livro de Tombo* (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 92v).

Na construção da nossa argumentação, a hipótese avançada por Marques, segundo a qual a constituição da primeira judiaria bracarense deverá situar-se no início do século XV, ganha plausibilidade quando articulada com o contexto político e normativo do reinado de D. João I (Tavares, 1982, p. 397). Com efeito, a partir de 1390, o monarca promoveu um conjunto de

[672] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 125v.
[673] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 134.

medidas restritivas dirigidas à população judaica[674] — incluindo o confinamento em bairros próprios, a limitação da circulação em espaços cristãos após as ave-marias e a imposição de sinais distintivos — reforçadas, em 1400, pela instituição do recolher obrigatório (Coelho, 2022, p. 318).

A transferência da jurisdição de Braga para a esfera régia, em 1402, poderá ter criado condições políticas favoráveis à aplicação dessas disposições. É neste contexto que deve ser lida a menção documental a um "mestre judeu" (1403–1404), ainda que a sua residência se situasse fora da área que viria posteriormente a ser identificada como a primeira judiaria. Essa circunstância não invalida a hipótese de um processo gradual de concentração espacial da população judaica, dependente de novas contratualizações locatárias e de eventuais ajustamentos jurídicos, hoje apenas parcialmente documentados para a segunda metade do século XV, através dos *Livros de Prazos*. Ademais, a anotação "no*m* co*n*tadas as do judeu", registada no final do fólio (ver Figura 98), onde se procede à contagem da totalidade dos foros pagos, poderá estar associada a um processo de emissão de novos contratos enfitêuticos.

Assim, a formação da primeira judiaria poderá ser entendida como um processo em curso entre 1402 e 1404 (podendo ser temporalmente mais espaçado), resultante da conjugação entre os enquadramentos normativos régios, a transferência jurisdicional da cidade para a Coroa portuguesa e, muito provavelmente, a celebração de novos contratos de acomodação residencial urbana dessa população.

A documentação de emprazamento da segunda metade do século XV identifica a Rua da Erva como o principal espaço de fixação da comunidade judaica em Braga, designada nas fontes como "Judiaria Velha"[675]. A escolha desta artéria inscreve-se num padrão de assentamento urbano amplamente reconhecido para as comunas judaicas medievais no reino português, já assinalado pela historiografia, segundo o qual estas tendiam a estabelecer-se em zonas de forte dinamismo económico e mercantil (Tavares, 1982, p. 44; Gomes, 2008, p. 81; Ribeiro, 2019, p. 312).

A semelhança com o caso de Lagos é particularmente elucidativo: também aí a população judaica se dispersou inicialmente junto à via principal da cidade, vindo apenas mais tarde a concentrar-se num espaço formalmente reconhecido como judiaria, posteriormente designado como Judiaria Velha (Iria, 1476; Tavares, 1982; Silva, 2020, p. 385)[676]. Em Braga, a Rua da Erva reunia condições semelhantes, funcionando como eixo estruturante de circulação e de acesso ao

---

[674] Correspondente as Cortes de Coimbra, de 1390.

[675] Está referido num contrato de emprazamento de 15 de julho de 1469: "P*raz*o ffe*i*to alu*ar*o ff*er*r*nandez* ba*r*beiro das casas q*ue* stam ao canto da rrua de sa*n*ta M*ari*a [...] casas q*ue* estam ao canto da rrua q*ue* ffoy judiaria Velha [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 37); A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 8; *2º Livro de Prazos*..., fl. 104, 160 e *3º Livro de Prazos*..., 66v, 77v.

[676] Esse padrão é observado em outras cidades, como Barcelos e Évora (Gaspar, 1985, p. 137).

principal centro económico e simbólico da cidade, a Sé Catedral, e articulando-se com espaços de intensa atividade mercantil, como a Praça das Panelas, os Açougues Velhos e a Praça da Cidade.

Neste sentido, a concentração da população judaica ao longo da Rua da Erva, que resultou na constituição da primeira judiaria, pode ser entendida não como um fenómeno abrupto, mas como o resultado de um processo gradual de organização espacial, coerente com a transformação urbana e económica da cidade tardo-medieval. É plausível que, antes da formalização dessa judiaria, os judeus residentes em Braga tenham sido progressivamente compelidos à relocalização, uma vez que eram, maioritariamente, sublocatários de casas emprazadas em diferentes artérias da cidade, não beneficiando, em regra, de contratos diretos celebrados com as dignidades capitulares (ver Tabela 19).

A única exceção conhecida é a de Samuel Adel, documentado no primeiro *Livro de Tombo* (1369–1380) como titular de um prazo próprio, situação que poderá ter sido flexibilizada pelo facto de residir fora do recinto murado, na Rua de Maximinos, a poente da cidade. As razões concretas desta distinção não podem, contudo, ser plenamente determinadas à luz da documentação disponível, que não permite esclarecer os critérios jurídicos ou administrativos subjacentes ao que parecem ter sido atribuições diferenciadas de emprazamentos a indivíduos identificados como judeus.

Tabela 19. *Moradores judeus em Braga antes da conformação da primeira judiaria, conforme os Livros de Tombo (1369–1404)*

Emprazante	Sublocador judeu	Propriedade	Ref. espacial	Fonte (A.D.B.)
Vasco Peres Furtado	Aaron	Casas	Rua dos Burgueses	*1.º Livro de Tombo...*, fl. 122v
(Fernando Esteves)	Aenbroso	Casa (foi adega)	Rua da Sapataria	*1.º Livro de Tombo...*, fl. 123v
(Fernando Esteves)	Samuel, tecelão	Casa (foi adega)	Rua da Sapataria	*1.º Livro de Tombo...*, fl. 123v
Gonçalo Eanes Chicarinho	"o judeu"	Casa (foi adega)	Rua do Postigo	*1.º Livro de Tombo...*, fl. 125v
Simão Adel	(Simão Adel)	Casa (destruída)	Rua de Maximinos	*1.º Livro de Tombo...*, fl. 134
A mulher de Gonçalo Domingues, alfaiate	(o mestre judeu)	Casas	Rua do Souto	*3.º Livro de Tombo...*, fl. 92v

A crescente preocupação com o controle da população judaica, num contexto de progressiva intensificação das políticas de segregação urbana, poderá ter contribuído para a alteração do quadro anteriormente descrito, implicando uma supervisão mais rigorosa por parte dos cónegos, sobretudo no que respeita à gestão e monitorização das propriedades sob a sua alçada contratual Este enquadramento ajuda a compreender a reorganização espacial da comunidade judaica, anteriormente instalada na Rua da Erva — espaço que a documentação da segunda metade do século XV identifica como Judiaria Velha — e a subsequente redefinição dos mecanismos de emprazamento. Com efeito, nesse período verificam-se novos contratos celebrados para o segmento sul da Rua da Triparia, processo que implicou a transferência de moradores entre

artérias distintas, a cessação de vínculos de subemprazamento e a formalização de novos prazos para o estabelecimento da Judiaria Nova entre 1466 e 1470[677].

Efetivamente, a Judiaria Nova encontrava-se delimitada pela Rua da Travessa e pela Rua do Postigo, configurando-se como um espaço de segregação urbana, tanto pela sua designação oficial — Rua da Judiaria "Nova" — como pela sua localização mais periférica, nas imediações do cinturão defensivo meridional da cidade. O acesso ao arruamento fazia-se por portas situadas nas extremidades norte e sul[678], limitando uma lonjura de mais ou menos 80 metros[679]. Paralelamente, também o centro espiritual da comunidade foi objeto de traslado, passando a localizar-se numa nova sinagoga instalada num edifício de feição robusta e aspeto defensivo, reconhecível enquanto uma casa-torre (Vasconcelos, 1993)[680].

A sinagoga corresponderia à designada "Torre do Arcediago"[681], associada a Dom Peres Eanes, arcediago de Barroso[682], cuja presença documental pode ser recuada a cerca de 1325, data mais antiga conhecida para o respetivo arcediagado. A sua conversão em sinagoga, ocorrida em 1466, manteve-se até à expulsão dos judeus em 1496, passando então o edifício a servir como residência do arcediago do couto (Losa, 1982, p. 104)[683].

A opção por uma casa-torre poderá ter seguido o modelo da sinagoga anterior, situada na Rua da Erva, igualmente instalada numa estrutura dessa tipologia construtiva. A identificação desta torre assenta na análise cruzada da documentação dos *Livros de Tombo* e de *Prazos*, bem como nos índices dos *Livros de Prazos*, reorganizados no século XVIII[684] e na correspondência com o Mapa de Rua de Braga (c. 1750).

---

[677] Segundo Losa (1982, p. 98), implementar a realocação através de novos contratos de emprazamento tornou-se exequível porque os moradores da comunidade judaica eram enfiteutas das propriedades do cabido catedralício.

[678] Como exemplo da existência dessas portas, podemos citar um emprazamento feito a Santo, judeu, no qual o escrivão especifica que as casas sobradadas em que ele residia partiam "da maao*o* dj*r*e*i*ta q*ua*ndo entram pella po*r*ta da judarja [...]". (A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 35); ainda, noutro prazo ao dizer "[...] des o poco *e* entrada dos Judeus p*er*a contra santiago [...] (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 5v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 4v).

[679] Mais ou menos o equivalente a atual Rua de Santo António das Travessas.

[680] Essa disposição não era casual, uma vez que os espaços exíguos e periféricos passaram a ser os locais preferenciais para acolher a população judaica na generalidade das cidades do reino. Esse subterfúgio reforçava o confinamento e favorecia a constituição de verdadeiros bairros autónomos, formando autênticos microcosmos autossuficientes, com sinagoga, poço e, em alguns casos, até açougues, visto que a carne requeria um preparo peculiar que respeitasse as tradições do ritual *Kosher* (Tavares, 1482, p. 47).

[681] *Vd.* subseção 6.1.1, pp. 242–245.

[682] "It*em* hu*m*as Casas com ssua Torre em q*ue* morou dom Peres an*e*s Arcidiagoo q*ue* ffoy de Barroso." (A.D.B., *1º Livro do Tombo...*, fl. 126).

[683] Ao mesmo tempo, sabemos que a antiga sinagoga da Rua da Erva (ou Rua de Santa Maria) foi emprazada ao arcediago de Neiva em 7 de julho de 1479. A repetição desse caso suscita a hipótese de que, num primeiro momento após a desocupação desses edifícios que serviram como sinagogas, o cabido os destinasse preferencialmente às autoridades dos arcediagados. Trata-se, porém, de uma questão ainda em aberto, para a qual carecemos de elementos que permitam um avanço conclusivo (A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 77v).

[684] "Prazo de h*ũ*a casa na rua de Santo António, que tem a imagem do dito Santo e parte [*sic*] do sul com casa n.º 11 e do norte com casas n.º 13e tinha sido *synagoga dos Iudeos*, feito a Diogo de Abreu Arcediago do Couto, e a duas pessoas [...] 28 de Julho de 1502" (*apud* Losa, 1982, p. 104).

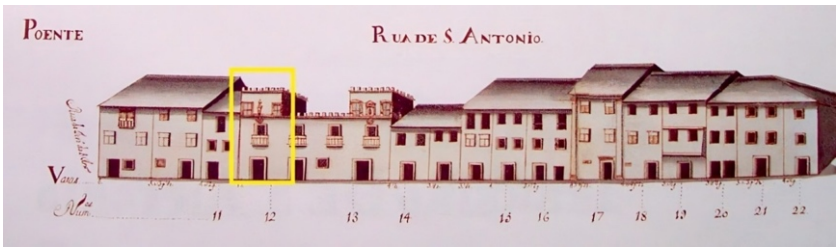


Figura 99. Fachada da Casa Grande de Santo António das Travessas, conforme o *Mapa das Ruas de Braga* (c. 1750). O número 12 indica a antiga casa-torre, conhecida como Torre do Arcediago, que funcionou como Sinagoga dos Judeus (Magalhães, 2019, p. 190). Edição do autor.

Outro indício da presença da torre é uma inscrição epigráfica hebraica, ainda visível, encontrada em 1981, encontrada no átrio do edifício. Trata-se de uma aduela gótica com três letras (*álef*, *tau* e *he*), interpretadas como parte da palavra *attab* (tu), provavelmente um fragmento de uma inscrição maior (Dias, 1985, pp. 211–212)[685]. O achado, datado da Baixa Idade Média, foi corroborado por escavações arqueológicas realizadas entre 1982 e 1997, que confirmaram o uso religioso judaico do local.

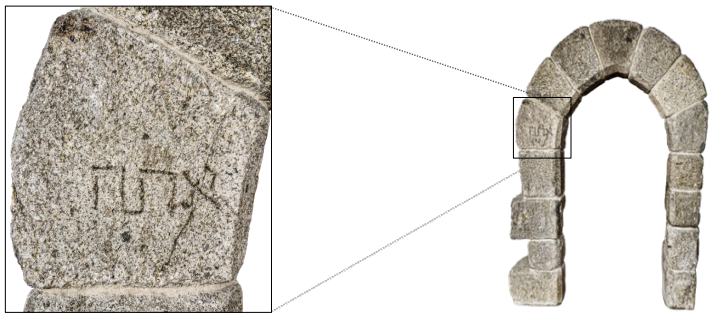


Figura 100. Inscrição epigráfica em hebraico, inserida num arco ogival gótico. Optou-se por remover o fundo da fotografia para preservar a confidencialidade das instalações do Museu Lúcio Craveiro da Silva — BLCS. (original do autor, 2023).

No que respeita aos pormenores do traslado da judiaria, não nos deteremos na análise crítica aprofundada das fontes relativas ao planeamento desta transferência, uma vez que a documentação pertinente foi já sistematizada e discutida por Losa (1982)[686], tendo sido posteriormente reconsiderada por Marques (1983)[687]. A presente abordagem limita-se, portanto, a retomar alguns elementos desse processo, exclusivamente no plano urbano, com o objetivo de

[685] Esta representou a primeira descoberta de uma inscrição hebraica ao norte do rio Douro no século XX. Para uma leitura mais pormenorizada sobre inscrições epigráficas em âmbito nacional, recomenda-se *vd.*: Tavim, A., & Schwartz, J. (Orgs.). (2022). *Inscrições hebraicas em Portugal de Samuel Schwartz* (1.ª ed.). Colibri.

[686] *Vd.*: Losa, A. (1982). Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no séc. XV. In *Actas do 1.º Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada: 850.º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128–1978)* (Vol. 5, pp. 97–126). Câmara Municipal de Guimarães.

[687] *Vd.*: Marques, J. (1983). A contenda do cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV. In *Braga medieval* (pp. 95–117). [s.n.]; cabe ainda referenciar uma comunicação desse autor apresentada ao Colóquio sobre a História dos Judeus na Beira Serra, organizado pela Associação de Amizade Portugal — Israel, realizado em Gouveia, de 25 a 27 de março de 1983, com o patrocínio da sua Câmara Municipal, intitulado *O Judeu brigantino Baruc Cavaleiro e o cabido de Braga, em 1482*. Esta comunicação alude ao cancelamento de uma contrato de emprazamento, pela mesa capitular, ao judeu Baruc Cavaleiro, de três casas em Bragança, cuja repercussão é discutida por esse autor.

clarificar os processos de reconfiguração espacial associados à relocalização da população judaica em Braga.

A historiografia tem sublinhado que a transferência para a Judiaria Nova se insere num contexto de tensões entre o cabido e os judeus então residentes na Rua da Erva (ver Figura 101), enquadramento que permite compreender o progressivo afastamento dessa comunidade para um setor mais periférico da malha urbana. Entre os elementos frequentemente destacados encontra-se o agravamento do discurso antijudaico no plano religioso, em particular a atuação do converso Mestre Paulo, cuja pregação gerou apreensão entre as autoridades eclesiásticas, receosas da eclosão de distúrbios semelhantes aos ocorridos no assalto à Judiaria Grande de Lisboa, em 1449 (Dias, 1985, p. 210)[688]. Apenas em 1481 a sua ação seria silenciada por intervenção régia (Marques, 1983, p. 98).

Este é um dos aspetos que a historiografia situa a necessidade de relocalização da comunidade judaica, entendida como um processo administrativo e urbano formalizado a partir de 1466 e ratificado a 21 de janeiro de 1468 (Marques, 1983, pp. 95–103). Esse processo encontra respaldo num conjunto indiciário de contratos de emprazamento registados nos dois primeiros *Livros de Prazos* associados à constituição da Judiaria Nova. O marco inicial deste processo é o contrato celebrado a 8 de maio de 1466, a favor de Salomão de Almeida e de seu irmão Isaque, relativo a casas anteriormente ocupadas por João Rodrigues de Lisboa, o qual seria, por sua vez, transferido para a Judiaria Velha, na Rua de Santa Maria (antiga Rua da Erva)[689].

[688] Considerando a delimitação do escopo analítico, abstemo-nos de maiores aprofundamentos nos detalhes da contenda, direcionando o foco para esclarecimentos adicionais em Marques (1983, pp. 101–103).

[689] Conforme indicado por Marques (1983, pp. 104–105), coadunado com Ribeiro (2019, p. 316), habitavam a judiaria velha a Irmã(o) de Mestre Moisés (A.D.B., *1° Livro de Prazos*..., fl.11), um Judeu chamado Moisés (A.D.B., *1° Livro de Prazos*..., fl. 12), e por último, Mestre Moisés, ourives (A.D.B., *1° Livro de Prazos*..., 19v). Todavia, cabe ressaltar a necessidade de cautela na interpretação dessas informações, visto que, embora sejam listados nos índices, tais documentos não são encontrados no corpo textual do códice, havendo uma aparente lacuna entre os fólios 10 e 21.

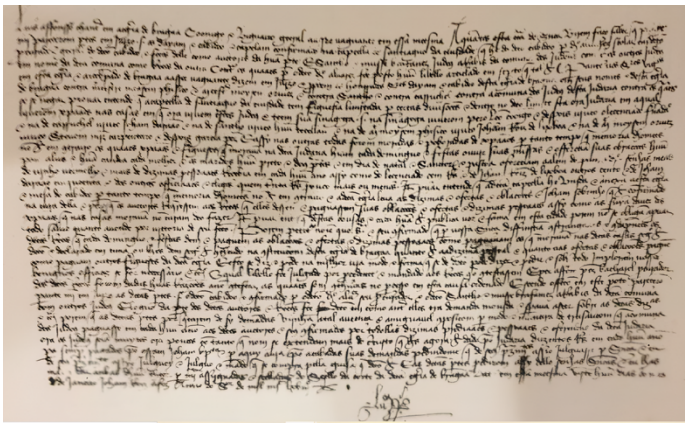


Figura 101. Documento da sentença do chantre Luís Afonso, em 21 de janeiro de 1468, que obrigava uma contribuição anual de 200 reais da comunidade judaica à paróquia de Santiago da Cividade. (A.D.B., *Gav. 1º da igrejas*, n. 106).

A documentação revela ainda uma segunda fase de formalização contratual em 1470, ano em que se concentram vários emprazamentos, permitindo admitir que o rearranjo habitacional se desenvolveu ao longo de um período aproximado de três a quatro anos, entre 1466/1467 e 1470. A identificação nominal dos intervenientes e a listagem destes contratos encontram-se nos apêndices documentais (ver Apêndice XV, pp. 28–38).

Importa ainda sublinhar que a fixação da população judaica na Judiaria Nova não implicou um confinamento absoluto[690]. A documentação de emprazamento regista, ainda na segunda metade do século XV, a presença pontual de judeus fora desse perímetro. Dois prazos por nós transcritos neste estudo (ver Apêndice XV, pp. 34–38) assinalam a ocupação de um imóvel situado na Praça da Cidade, emprazado a indivíduos judeus identificados como galegos.

[690] Discordamos respeitosamente do relevante estudo de Losa (1982, p. 98), que pressupõe que os judeus eram, em sua totalidade, inquilinos no Cabido bracarense que residiam "obrigatoriamente" na Rua da Judiaria Velha ou na Nova.



Figura 102. Representação da ocupação da Judiaria Velha e da Judiaria Nova. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

O primeiro contrato, datado de 9 de agosto de 1472, foi outorgado a Abraão e à sua mulher Gracia, incidindo sobre casas danificadas contíguas a propriedades do cabido[691]. O segundo, emitido "de novo" em 11 de outubro de 1491, refere-se ao mesmo imóvel e teve como emprazantes Menahem e Alegria[692]. A documentação não explicita as razões que justificam o que parece constituir uma exceção ao padrão de locação de judeus na judiaria, não sendo possível determinar se tal situação resultou de privilégio específico, de acordo prévio ou de circunstâncias de outra natureza.

No caso de Abraão, o emprazamento incluía cláusulas particularmente exigentes, impondo a realização de obras estruturais — no frontal, escada e sobrado — no prazo de dois anos, sob pena de multa pecuniária (2000 reais), acrescida de uma pensão anual em numerário (200 reais) e géneros (2 galinhas). A ausência de testemunhas e da assinatura do foreiro aponta para a possibilidade de se tratar de um contrato juridicamente mais vulnerável, o que permite supor que o imóvel tenha sido concedido a um judeu na ausência de interessados dispostos a assumir tais encargos. Esta circunstância poderá explicar, de forma excecional, a permanência de residentes judeus fora da judiaria formalmente instituída.

A presença de cláusulas de melhoramento em contratos outorgados a judeus constitui, aliás, uma prática recorrente na documentação bracarense da segunda metade do século XV, particularmente associada à valorização de imóveis degradados (Losa, 1982, p. 101). Este aspeto

[691] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 67 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 40.
[692] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 222–222v.

será detalhadamente retomado no capítulo seguinte, no quadro de uma análise mais ampla das tipologias contratuais e dos perfis sociais dos emprazadores.

No que respeita à circulação dos judeus, importa considerar a mobilidade interurbana como um traço estrutural das sociedades urbanas medievais, comum tanto a judeus como a cristãos. Neste sentido, a carta de privilégio concedida por D. João II, em 6 de outubro de 1482, a Mestre Israel, judeu natural de Braga então residente em Coimbra, autorizando-o a exercer a arte da física, constitui um exemplo documentado dessa circulação profissional[693]. Este tipo de mobilidade, frequentemente associada à procura de melhores condições de exercício profissional e inserção social, revela-se particularmente visível em ofícios especializados, como a medicina, nos quais estes profissionais detinham estatuto reconhecido. Note-se, aliás, que os *Livros de Prazos* registam igualmente a presença de outros físicos em Braga (ver Apêndice XV, p. 34).

Outro aspeto a considerar prende-se com a expressão numérica da população judaica residente na cidade após a constituição da Judiaria Nova. Muito provavelmente, esse contingente ultrapassaria o número de judeus identificados nos contratos de emprazamento. Marques (1983, pp. 103–110) identificou a presença de 52 indivíduos entre 1466 e 1509[694]. Ainda que este levantamento não esgote a totalidade da população judaica residente — dadas as limitações inerentes às fontes disponíveis —, o autor fornece um parâmetro quantitativo relevante, sustentado na análise de documentação proveniente, entre outros fundos, do Arquivo da Misericórdia, os *Livros de Prazos da Câmara Secular*, das *Matrículas de Ordens*, das *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, da *1.ª Gaveta das Igrejas* e os *Prazos do Cabido*.

Após o édito de expulsão de 1496, é sabido que judeus convertidos ao cristianismo — os chamados cristãos-novos — continuaram a residir em Braga, em particular na área da antiga Judiaria Nova. Embora não seja possível quantificar com rigor esta permanência, Losa (1982, pp. 106–107) reconheceu dois contratos de emprazamento que comprovam a presença de judeus conversos na cidade já na primeira década do século XVI, patenteando a continuidade da ocupação desses espaços e a adaptação destes indivíduos à nova condição jurídica e religiosa.

Ambos os contratos pertencem ao quinto *Livro de Prazos*, não compulsado nesta investigação por corresponder a um período posterior às reformas urbanas promovidas por D. Diogo de Sousa.

---

[693] Transcrição: "Dom joha*m* j*tem* ca*rt*a de m*est*re J[s]rael judeu natural de bragaa m*odrad*or e*m* cojmbra po*r* q*ue* lhe damos licença *e* lugar q*ue* elle husse *e* possa hussar de arte de fissica *cetera* dada e*m* cojmbra vj d*ias* dout*ubr*o El rrey ho ma*n*dou po*r* doutor a*fons*o mad*eir*a sseu fissico moor joha*m* [?] a fez anno de iiij^{c}lxxij" (A.N.T..T, *Chancelaria régia de D. João II*, liv. 3, fl. 100v). Apesar da documentação indicar o ano de 1472, acreditamos que tenha sido um lapso do escrivão, pois nos documentos subsequentes a esse, as datas correspondem a 1482. Assim, é provável que tenha faltado um "x" na data, ainda mais porque D. João II só começou a reinar em 1481.

[694] Para datas posteriores a 1496, presume-se tratar-se de cristãos-novos.

Datados de 1507, estes prazos referem-se a indivíduos ligados ao ofício da alfaiataria: Martim Vaz e Isabel Pires, residentes na Rua das Ovelhas — correspondente à Rua da Olaria, junto à Praça das Panelas —[695], e António Ribeiro e Beatriz Amorim, domiciliados no Terreiro de Santo António, na antiga judiaria da Rua da Triparia[696].

A estes casos soma-se um terceiro contrato, mais detalhado, inserto no quarto *Livro de Prazos* (ver Apêndice XV, pp. 35–38), por nós transcrito com o propósito de servir de referência para futuras investigações sobre a presença de cristãos-novos em Braga. O documento consigna a renúncia e venda de um imóvel situado na Judiaria Nova por um casal de conversos, anteriormente reconhecidos como Isaque Brafanes e Velida (ou Viilida), que à data já utilizavam os nomes cristãos de Graniel de Barros e Branca Pereira. A escritura, lavrada na casa do cabido em 23 de fevereiro de 1500, indica que o casal se encontrava então domiciliado em Ponte de Lima[697].

Tudo leva a crer que o imóvel objeto da transação correspondia à antiga residência do casal em Braga, anteriormente habitada por Moisés (Moussem) Rude. Graniel de Barros apresentou-se perante as dignidades capitulares munido da procuração da sua esposa, Branca Pereira, lavrada por Diogo Fernandes, tabelião régio em Ponte de Lima, com o testemunho de Álvaro Dias, tabelião da câmara, e do vizinho Pero Correia. O cabido confirmou a renúncia do prazo em favor de Pero Bravo e de seu irmão, o bacharel Fernão Bravo, pelo valor de 15.000 reais, mantendo as condições habituais do emprazamento por três vidas e exigindo que, tratando-se de duas moradas, se conservassem dois caseiros.

Um desses caseiros era Maïl Brafanes, judeu convertido que permaneceu em Braga e que passou a adotar o nome cristão de Valentim de Barros. Este dado sugere que a família Brafanes terá assumido, após a conversão, o apelido Barros, prática comum no contexto dos cristãos-novos. Já Velida (ou Viilida), esposa de Isaque Brafanes, adotou o nome de Branca Pereira, permanecendo, contudo, indeterminadas as motivações subjacentes a essa escolha patronímica[698].

Por fim, importa acentuar que o estudo da presença e das trajetórias dos judeus conversos em Braga permanece condicionado pela fragmentação e escassez da documentação nos derradeiros

---

[695] "Na cidade de Braga, como inquilinos do Cabido, aparecem-nos dois *novos cristãos*, ambos exercendo a profissão de *alfaiate*. Um chamava-se *Martim Vaz*, era casado com *Isabel Pires*, e residia na Rua das Oveia, a sul da Sé e a esta paralela" (A.D.B., *5.º Livro de Prazos do Cabido da Sé de Braga*, fl. 9 *apud* Losa, 1982, p. 106, nota 46).

[696] "O outro era *António Ribeiro*, casado com *Beatriz Amorim* e residia no Terreiro de Santo António" (A.D.B., *5.º Livro de Prazos do Cabido da Sé de Braga*, fl. 14v *apud* Losa, 1982, p. 106, nota 47).

[697] A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fls. 7v a 12.

[698] Sobre os patronímicos conversos, aventamos a viabilidade de uma investigação que possa seguir uma abordagem semelhante à dissertação de mestrado sobre a família "Paz" na região do Entre-Douro-e-Minho, no período compreendido entre 1495 e 1498, *vd.* Valentim, Carlo Manuel (2007) *Uma Família de Cristãos-Novos do Entre Douro e Minho: Os Paz. Reprodução Familiar, Formas de Mobilidade Social, Mercancia e Poder (1495 — 1598)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal. Disponível em <<https://abrir.link/nfZrB>>; Para iniciar os estudos sobre os cristãos conversos, cf.: Schwartz, Samuel (1925) *Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX*. Lisboa: [s.n.].

anos do século XV. Neste sentido, considera-se que uma pesquisa metódica e ordenada da documentação produzida na primeira metade do século XVI — nomeadamente dos *Livros de Prazos* analisados por Losa — poderá contribuir para uma compreensão mais sólida dos mecanismos de permanência, mobilidade e integração urbana destes conversos[699].

[699] Uma linha de investigação promissora poderá passar pela articulação da documentação bracarense com fundos de arquivos de localidades próximas, como Ponte de Lima — atenta a mobilidade documentada de alguns indivíduos —, bem como de outros núcleos urbanos do Entre Douro e Minho, designadamente Viana da Foz do Lima (atual Viana do Castelo), Barcelos, Guimarães e Porto, onde poderão subsistir referências a cristãos-novos com vínculos familiares, económicos ou patrimoniais à cidade de Braga.

CAPÍTULO 5. TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DO CABIDO DE BRAGA A PARTIR DA ANÁLISE DOS CONTRATOS DE EMPRAZAMENTO ENTRE 1465 E 1510

1. Os contratos de emprazamentos como indicadores de transformação urbana

A investigação sobre os contratos locativos tem vindo a assumir crescente relevância nas últimas décadas, em particular no âmbito das publicações dedicadas às propriedades urbanas nas cidades medievais. Esses estudos proporcionam uma compreensão mais ampla de uma variedade de questões essenciais para o desenvolvimento urbanístico, nomeadamente a localização e loteamento das propriedades e a tipologia dos edifícios, bem como a evolução da estrutura social dentro da dinâmica de expansão dos centros urbanos.

Em Braga, apesar de uma variedade de proprietários de bens na cidade, a documentação remanescente sugere que o Arcebispo e a mesa capitular concentravam, com elevada probabilidade, a maior parte do património predial, tanto intramuros como extramuros. Esta preeminência torna-se particularmente notória nos dois últimos séculos do período medieval, fase para a qual subsiste um volume mais expressivo de vestígios documentais.

Importa, contudo, sublinhar que esta perceção é fortemente condicionada pela desigual conservação dos fundos arquivísticos: a documentação proveniente do arquivo do cabido é significativamente mais abundante do que a da Mitra arquiepiscopal. Tal assimetria tem impacto direto na leitura quantitativa e qualitativa do património urbano de cada uma das instituições. Com efeito, como já ressalvado, sabe-se que, no conjunto dos rendimentos da arquidiocese, cerca de dois terços pertenciam ao arcebispo e apenas um terço ao cabido, conforme foi determinado, em 1139, no II Concílio de Latrão (Marques, 1988, p. 324). Todavia, não é possível determinar se esta proporção se refletia de forma semelhante na propriedade dos bens imobiliários da cidade de Braga e dos seus arredores, os quais representavam apenas uma parcela do património global da arquidiocese (Marques, 1988, p. 324)[700].

[700] Segundo o autor, a divisão e "secularização" do cabido bracarense viriam a se consumar com o fim da vida comunitária por volta de 1173, e somente voltariam a ser reajustadas pelos arcebispos D. Godinho (1188) e D. Estevão Soares da Silva (1214), sendo novamente alargadas por D. Martinho Pires da Charneca, em 1415. Para Marques (1988, p. 324), a partir de então, "[...] a mesa capitular passou a dispor de administração própria e foi enriquecendo constantemente, como se deduz dos numerosos testamentos dos séculos XIII e XV feitos a seu favor, não só por muitos dos seus membros, mas também por outros fiéis, e das escrituras de compra".

Assim, embora não seja possível estabelecer de forma definitiva qual das duas mesas detinha o mais vasto património predial urbano, o *corpus* documental atualmente disponível tende a orientar a interpretação para uma maior visibilidade patrimonial do cabido — dedução que deve ser entendida à luz das condicionantes impostas pela conservação desigual das fontes. A quantificação deste património encontra a sua última amostragem — que se considera integral para o universo documental preservado — no rol de propriedades do cabido registado no terceiro *Livro de Tombo* (1403—1404), cujo levantamento aponta para um total de 263 casas distribuídas pelas diversas ruas situadas no interior do recinto amuralhado.

Mesmo tendo em conta os desafios interpretativos, os registos fornecem elementos que autorizam uma compreensão parcial da tipologia desses bens, genericamente designados como "casas". Não obstante, a ausência de tombos posteriores ao ano de 1404 impossibilita uma análise da evolução patrimonial ao longo do século XV, período em que Braga testemunhou, especialmente a partir da segunda metade do século XV, um significativo crescimento económico e demográfico (Marques, 1988).

Apesar da lacuna documental, os *Livros de Prazos* revelaram-se outra fonte importante que permite colmatar algumas ausências de informação e compreender as alterações construtivas dos bens imóveis. Estes livros, diferentemente dos tombos, exaram exclusivamente os contratos de emprazamento realizados pela mesa capitular ao longo do período documentado, organizados em quatro códices. Desse conjunto, cabe sublinhar que o terceiro livro (1465 a 1500) abrange prazos do primeiro e do segundo livro, compreendendo os intervalos de 1465 a 1476 e de 1476 a 1492, respetivamente[701]. O quarto códice, por seu turno, contempla uma cronologia de 1500 a 1510, ainda que a documentação sobre as propriedades urbanas se circunscreva temporalmente ao ano de 1502.

Conquanto a razão específica para essa disposição cronológica permaneça desconhecida, uma menção ao falecimento do Arcebispo D. Fernando, em 26 de setembro de 1467, é encontrada no primeiro livro, sem grandes justificações[702]. Deste modo, a integração dos prazos dos dois primeiros livros no terceiro é praticamente completa, com exceção de 16 documentos de cada um, os quais não foram mencionados por circunstâncias desconhecidas. Adicionalmente, o terceiro códice apresenta mais 54 documentos além dos prazos dos dois primeiros livros, totalizando 209 contratos de emprazamento. Já o quarto códice, de dimensões reduzidas em relação aos outros

[701] Ressaltamos que os documentos do primeiro *Livro de Prazos* que foram copiados correspondem aos presentes nos primeiros 49 fólios do terceiro *Livro de Prazos*, e os documentos do segundo *Livro de Prazos* seguem os fólios 51 até ao 97.
[702] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 1.

três, contém apenas 15 documentos, totalizando, nos quatro livros, 225 registos, distribuídos entre os anos de 1465 e 1502. (Ver Gráfico 5).

Na sequência desta caracterização, analisaremos aqueles contratos que apresentam condições específicas, pelas quais os cónegos bracarenses impunham, mediante cláusulas contratuais, obrigações de intervenção nas edificações, a cumprir num prazo contratualmente estipulado.

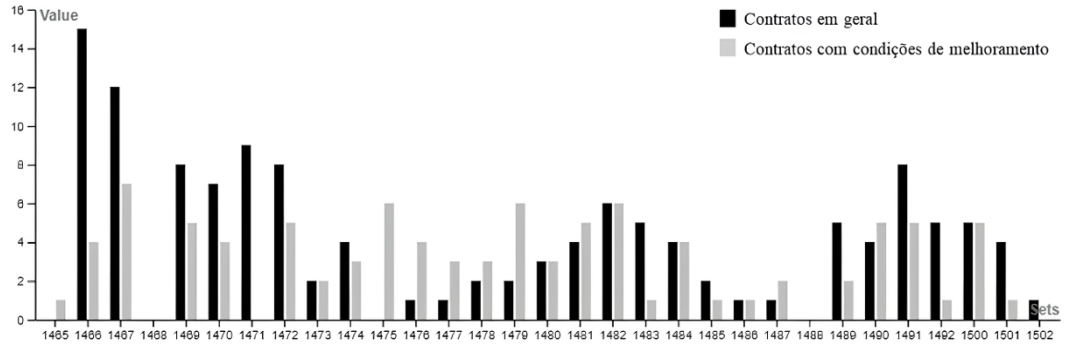


Gráfico 5. Número total anual de contratos de emprazamento na cidade de Braga celebrados entre 1465 e 1502, com distinção entre os contratos em geral e aqueles que apresentam cláusulas específicas.

1.1. Os escambos

No total dos 224 documentos enfitêuticos que coligimos relativos a Braga entre 1465 e 1502, 216 são compostos por contratos de emprazamento, embora 9 deles sejam caracterizados como contratos de escambo. Esta categoria aparece, por um lado – e na sua maioria (7) –, como contrato de troca de direitos entre bens de raiz, como consta entre o cabido e o bacharel João Fernandes[703]; por outro lado, também os escambos se concretizavam mediante a transferência recíproca de domínio útil entre dois enfiteutas (2), como no caso dos prazos entre as propriedades de João Rodrigues e Diogo de Viana[704].

Neste sentido, o mais comum era a troca entre imóveis urbanos, ainda que também se verificasse o escambo com/entre propriedades rurais (ver Tabela 20). Além disso, era frequente a aquisição de bens hereditários, como ilustra o caso em que o cabido realizou um escambo com Fernão de Ponte, trocando casas na Porta do Souto pelas suas casas sobradadas de herdade na Rua dos Cegos. Vale ressaltar um caso específico em que João Afonso, chanceler do Arcebispo, concedeu ao cabido propriedades fora da cidade em troca de casas deterioradas na Rua de Santa

[703] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 13v.
[704] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 8.

Maria, no qual se previa a unificação das casas num único edifício, convertendo assim as suas câmaras em exido[705].

Tabela 20. *Contratos de escambos efetuados pelo cabido entre 1466 e 1481*

Data	Tipologia do Escambo	Bens envolvidos na permuta	Agentes envolvidos	Fonte (A.D.B.)
25/6/1466	Escambo de Prazos entre enfiteutas	Casas <> Casas	João Rodrigues (cónego) <> Diogo de Viana (cónego)/	*3º Livro de Prazos*..., fl. 8
16/7/1466	Escambo de Prazos entre cabido e enfiteuta	Casas (Judiaria Velha) <> Metade das casas que morou João Rodrigues de lisboa (cónego)[706]	Mestre Moisem (Moisés) <> Cabido	*3º Livro de Prazos*..., fl. 8v
7/3/1467	Escambo de bens de raiz	Casas (Rua de Paio Manta) <> Dois casais (Freg. de Tavosa) e casal (Freg. de Moimenta)	Cabido <> João Fernandes	*3º Livro de Prazos*..., fl. 13v
20/4/1467	Escambo de bens de raiz	Casas (Rua Verde) <> Metade da casas (Judiaria nova) e casa que é cozinha (Rua da Triparia)	Cabido <> Nuno Martins	*3º Livro de Prazos*..., fl. 16v
25/5/1470	Escambo de bens de raiz	Casas (Porta do Souto) <> Casas sobradadas de herdade (Rua dos Cegos)	Cabido <> Fernão de Ponte	*1º Livro de Prazos*..., fl. 44v *3º Livro de Prazos*..., fl. 35v
9/8/1471	Escambo de bens de raiz	Casas danificadas (Rua de Santa Maria) <> Herdade com lugar (fora da cidade)	Cabido <> João Afonso (chanceler do arcebispo)	*1º Livro de Prazos*..., fl. 56 *3º Livro de Prazos*..., fl. 37v
10/1/1475	Escambo de bens de raiz	Casas (Rua do Souto) <> Bouças de monte, que são valados, no Monte da Anta (Freg. de São Martinho de Dume	Cabido <> Lopo Fernandes (escudeiro)	*1º Livro de Prazos*..., fl. 90v
18/9/1479	Escambo de bens de raiz	Senhorio de casas (Rua do Souto) <> Igreja de São pedro de Este e seu direito de umas casas (Rua do Souto)	Cabido <> Gonçalo Pinto (abade de São Pedro de Este)	*2º Livro de Prazos*..., fl. 45 *3º Livro de Prazos*..., fl. 57v
29/11/1481	Escambo de bens de raiz	Vinha de Marnel (Freg. de Esperões) <> Casas de herdade (Rua de D. Gualdim)	Cabido <> Gonçalo Gordo	*3º Livro de Prazos*..., fl. 62

1.2. Os contratos de emprazamento

A raiz do termo *emprazamento* carrega implicitamente a sua definição, indicando a ação de colocar/conceder algo "em prazo". Essencialmente, consistia em atribuir um bem assente num lugar específico e determinar um período durante o qual um indivíduo detinha o domínio útil do bem, sem possuir o domínio real ou imanente (Barros, 1945–1954, tomo 3, pp. 618–630)[707]. A validade desses prazos era fixada em vidas, com frequência em três, representando, assim, um intervalo de tempo correspondente a aproximadamente duas gerações[708]. A preferência pelos prazos em 3 vidas era amplamente difundida nas instituições religiosas, seguindo uma tradição que se consolidou a partir do século XIII, expandindo-se durante os séculos XIV e XV, embora também se encontram muitos emprazamentos em 1 vida e apenas um em 2 vidas (ver tabela 21).

[705] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 56 e *3º Livro de Prazos*, fl. 37v; neste caso, a preocupação do cabido com a alteração do património urbano e a ocupação do espaço é evidente ao propor integrar ambas as casas em um único imóvel, transformando suas câmaras em exido.

[706] Escambo formalizado no contexto do *contrato de escambo* celebrado entre a Comuna dos Judeus e o Cabido, com o objetivo de viabilizar o traslado da Judiaria Velha para a Judiaria Nova.

[707] Igualmente fundamental para o estudo da enfiteuse em Portugal, *vd.*: Costa, M. J. de A. (1957). *Origem da enfiteuse no direito português*. Coimbra.

[708] O termo *vidas* tem origem na duração dos contratos cujo emprazamento se estendia ao longo da "vida" das pessoas "*de pos*" o contratante (Sá, 2001, p. 90).

Os aforamentos, que ao contrário dos prazos eram perpétuos e hereditários, e estão ausentes na documentação compulsada[709].

Tabela 21. *Contratos de emprazamentos que não era feitos em três vidas*

Data	Enfiteuta	Objeto emprazado	Tempo do prazo	Fonte (A.D.B.)
23/9/1466	Diogo de Viana	Casas (Rua de Santa Maria)	1	*3º Livro de Prazos*..., fl. 39
17/8/1469	Gonçalo Pais (abade de Mós)	Casas térreas (Rua de Janes)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 39 *3º Livro de Prazos*..., fl. 33v
27/10/1470	Mestre Baru (judeu)	Casas e exido (Judiaria Nova)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 48v *3º Livro de Prazos*..., fl. 36
15/2/1471	Bartolomeu Afonso (cónego)	Casas e outras ao cabo dela (não refere)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 53 *3º Livro de Prazos*..., fl. 37
14/8/1471	Lopo Anes (pregoeiro)	Casas e exido (Rua de Santa Maria)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 56 *3º Livro de Prazos*..., fl. 38
2/9/1471	Álvaro Rodrigues (chantre do Porto)	Casas grandes (Rua do Souto)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 57
12/9/1471	Rui Gonçalves (carniceiro)	Casas (canto do Açougues)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 58v *3º Livro de Prazos*..., fl. 38v
9/7/1472	Gil Martins (tercenário)	Casas (Rua de Janes)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 65
31/7/1472	Afonso Martins (alfaiate)	Casas (Rua de Santa Maria)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 65v *3º Livro de Prazos*..., fl. 39v
21/7/1472	João Anes (sapateiro)	Casas (canto da Rua dos Cegos)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 66
15/10!1473	Pedro Alvares (tercenário)	Casas (Rua de Santa Maria)	1	*1º Livro de Prazos*..., fl. 83v *3º Livro de Prazos*..., fl. 42v
7/2/1476	Pero Bravo (cónego)	Casas, exidos e pertenças (Rua do Souto)	1	*3º Livro de Prazos*..., fl. 50
26/9/1477	João Alvares (sapateiro)	Casas (Rua dos Cegos)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 15
1/9/1479	Pero Bravo (cónego)	Casas (Rua do Souto)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 38v *3º Livro de Prazos*..., fl. 56
18/9/1479	Pedro Afonso (cónego)	Casas (junto a Porta do Sol da Sé)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 39 *3º Livro de Prazos*..., fl. 56v
19/[6]7/1481	Senhorinha Afonso (mulher solteira)	Casas (Rua da Infanta)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 65 *3º Livro de Prazos*..., fl. 60v
11/10/1481	Gil Martins (tercenário)	Casas (Rua de Paio manta)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 72 *3º Livro de Prazos*..., fl. 61
22/11/1486	Licenciado João Brás (tesoureiro)	Casas (em frente a Porta do Sol da Sé)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 142 *3º Livro de Prazos*..., fl. 72
4/7/1487	Licenciado Luís Gonçalves Farto (Arcediago de Olivença)	Casas (Rua do Souto)	2[710]	*3º Livro de Prazos*..., fl. 73
4/3/1489	Fernão Rodrigues (cónego)	Casas (Rua de Paio Manta)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 153v *3º Livro de Prazos*..., fl. 74v
23/4/1491	Álvaro Pires (cónego)	Casas e exido (Rua do Souto)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 203 *3º Livro de Prazos*..., fl. 91v
30/4/1491	João de Toledo (mercador)[711]	Casas e exidos (Porta do Sol)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 205 *3º Livro de Prazos*..., fl. 92
23/5/1492	Vasco Gil (alfaiate)	Meias casas (Rua do Souto)	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 231
14/10/1500	Álvaro Pereira	Casas (Rua de Maximinos)	1	*4º Livro de Prazos*..., fl. 34

Quando a primeira pessoa do prazo era um clérigo costumava designar como segunda e terceira algum familiar ou de modo indefinido (a primeira pessoa que nomeie a segunda, e a segunda a terceira), respetivamente[712]. Quando se tratava de um leigo, era comum que a sua esposa assumisse o papel de segunda pessoa[713], presente ou ausente durante o ato contratual, e que um filho ou filha fosse designado como terceira pessoa (Duarte & Amaral, 1984, p. 110; Sá,

[709] Sobre os aforamentos perpétuos nas cidades, ver o estudo sobre os aforamentos da Câmara e do Cabido da Sé do Porto: Duarte, L. M., & Amaral, L. C. (1984). Prazos do século e prazos de Deus: Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV. *Revista da Faculdade de Letras: História*, *2*(1), 97–128. Especialmente as páginas 107 a 112.

[710] "[...] ao licenciado luj g*onçal*lvez farto . arced*iag*o de oliuença . E a huu*ma* p*es*soa de pos elle q*ual* elle [*sic*] ora nomear em sua vida ou aa ora de sua morte [...]" (A.D.B. *3º Livro de Prazos*..., fl. 73).

[711] Trata-se de um escambo de contratos.

[712] A título de exemplo para Braga: "[...] Emp*raz*arom nouam*en*te em tres ujdas ao di*c*to Ruj vaa*squez* cooigo *e* seu Jrmaao*o* as casas q*ue* lhes leixou marja doliuejra q*ue* estom na Rua de [*sic*] mejxemjnhos [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos* ..., fl. 19v).

[713] A título de exemplo para Braga: "[...] emprazarom em t*re*s pessoas as casas em q*ue* morou musse Judeu q*ue* som ao canto da Judaria uelha a p*er*o daamorim *e* a ssua molh*er* uiollante affom*so e* a hu*ma* pessoa de pos eles [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 10v).

2001, pp. 90 e 191; Silva, 2011, p. 124)[714]. Em casos em que uma mulher era a enfiteuta, a fórmula seguia o mesmo padrão, indicando que ela deveria nomear a segunda e a terceira pessoa. Em algumas situações, o imóvel era cedido apenas "em sua vida", como exemplificado no caso de Senhorinha Afonso, que era uma mulher solteira[715].

Os imóveis emprazados ainda poderiam ser ocupados por indivíduos diferentes dos enfiteutas. Podemos fazer algumas considerações a esse respeito.

Em certas situações os enfiteutas contratualizavam moradas para nelas residirem junto dos seus familiares ou, através de sublocações asseguravam a permanência desses familiares. Tomemos como exemplo as casas habitadas por Guiomar de Barros, as quais o seu filho, Rui da Lagoa, era o enfiteuta, comprometendo-se a realizar melhorias como a correção das portas e do assoalho no primeiro ano, dos balcões no segundo, e "todo o resto" no terceiro[716]. Seguramente acordado com as dignidades da mesa catedralícia, este cenário protocolar enquadrar-se-ia numa prática de subemprazamento familiar visando alojar um parente próximo por via de arrendamento.

Entendemos com isso que, nesse prazo em específico, o cabido procurava angariar recursos para aprimorar o seu património ao estender o vínculo de moradia de Guiomar de Barros através de um novo contrato, tendo seu filho como parte, a fim de garantir a valorização dos seus ativos imobiliários. Este procedimento insere-se no âmbito do subemprazamento.

Relativamente às práticas de subemprazamento, destacam-se ainda outros dois exemplos. Detenhamo-nos brevemente sobre eles.

Pero Bravo, cónego e membro da mesa capitular, formalizou os emprazamentos de algumas casas e seus exidos na Rua do Souto, em duas datas distintas: em 7 de fevereiro de 1476 e posteriormente em 1 de setembro de 1479, passados quase 10 anos. No primeiro contrato, comprometeu-se, em dois anos, a escavar um poço de água com sete braças de profundidade no espaço referente ao exido[717]. Todavia, caso não encontrasse água, não estaria obrigado a concluir a escavação. Cerca de 10 anos depois, o cabido renovou o emprazamento das mesmas casas. A razão para tal parece poder ser explicada em virtude de, em 1479, a normativa para a abertura do poço deixar de ser exclusivamente no exido das casas, certamente por não ter sido ali

[714] Segundo os emprazamentos das propriedades dos tombos das capelas da vila de Guimarães, de 1498, o referido autor indica que o modo mais frequente pelo qual uma mulher emergia do anonimato era através da antiga condição matrimonial, com a fórmula "mulher que foi[...]", seguida do nome e, por vezes, da ocupação do marido já falecido. Em algumas ocasiões, a condição de celibatária também era mencionada, como no caso de Senhorinha Afonso, identificada como mulher solteira, sem qualquer menção a um fiador ou a um homem que outorgasse o prazo em seu nome.

[715] A.D.B. *2º Livro de Prazos...*, fl. 65 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 60v.

[716] A.D.B. *2º Livro de Prazos...*, fl. 65 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 60v.

[717] Segundo as referências de medidas lineares de Mário Viana (1999, p. 491) 7 braças corresponderiam a 12,83 metros no sistema de medir panos e 15,4 metros no sistema de craveira.

encontrada água, especificando o contrato que ele poderia abri-lo '' [...] no dito enxido / ou . na dianteira das ditas casas onde mais q*uise*r da feitura deste p*ra*zo a tres ann*os* p*ri*m*eir*os segujntes /. [...]''[718].

Noutro momento, ocorrido em 23 de outubro de 1486, o cabido concedeu ao mesmo Pero Bravo mais um prazo, desta vez para uma casa desmembrada das propriedades do bispo auxiliar de Titopoli, localizada na mesma Rua do Souto, que fazia divisa, de um lado, com a sala do bispo auxiliar e, de outro, com as casas onde o poço deveria ser escavado. As intenções do cabido nesse contexto são ambíguas, pois a lógica, ou era agregar as casas num único prazo e nas mesmas condições[719], ou estabelecer um novo prazo para as casas contíguas às suas que fosse para algum outro propósito.

Esse cenário revela a possibilidade de um membro da mesa capitular manter dois emprazamentos em seu nome, onde uma das propriedades serviria como moradia e a outra seria objeto de subemprazamento ou, até mesmo, uma ampliação do espaço residencial.

Por fim, outra ocorrência, mais elucidativa, diz respeito ao cónego João Afonso, outrossim membro da mesa capitular, que tinha prazos de casas em três ruas de Braga, nomeadamente na Rua dos Cegos[720], na Rua do Souto — em frente à calçada que estava diante do chafariz, no rostro dos paços do Arcebispo -[721], e na Rua de Santa Maria[722].

Não é possível afirmar ao certo quais das casas serviria de morada do cónego João Afonso. No entanto, tendo em conta a cronologia das fontes e as informações nelas contidas, é admissível supor que ele residisse nas casas da Rua dos Cegos, uma vez que as casas da Rua do Souto, que anteriormente pertenciam ao cónego João Álvares, precisavam passar por melhorias e correções. Ademais, o chantre João Godins, também membro da mesa capitular, estava lá a viver. Já as casas da Rua de Santa Maria foram as derradeiras a ser emprazadas, e que, apesar de não ser indicado nenhum residente a viver à época, muito provavelmente também se tratava de uma casa com a finalidade de subemprazamento.

Como demonstram os exemplos supracitados, o subemprazamento era, sem dúvida, uma prática existente em Braga, pelo menos exercida pelos cónegos, tanto quanto a documentação

[718] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 38v.
[719] A.D.B. *2º Livro de Prazos*, fl. 141; A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 73v.
[720] Acordo firmado em 7 de agosto de 1472 (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 66v).
[721] Acordo firmado em 27 de janeiro de 1481 (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 69 e *3º Livro de Prazos*, fl. 61).
[722] Acordo firmado em 4 de março de 1483 (A.D.B., *2º Livro de Prazos*, fl. 104 e *3º Livro de Prazos*, fl. 66v).

disponível permite inferir na medida em que a documentação o permite[723]. Não sendo o escopo deste estudo esmiuçar as diversas nuances dessa prática, acreditamos que a aferição detalhada dos *Livros de Tombo* e de *Prazos* poderá oferecer novas elucidações, que almejamos poder abordar em estudos futuros. Por ora, assinalamos apenas que essa conduta está estreitamente articulada com a estrutura socioeconómica de indivíduos com meios para empreender uma atividade imobiliária sem detenção direta de propriedades pelos mecanismos contratuais informais.

Nessa perspetiva, parece que a atividade de subemprazamento está correlacionada com a questões de prosperidade e riqueza, traduzidas pela quantidade de emprazamentos firmados, por exemplo, a favor de uma mesma pessoa. Essa prática radica na impossibilidade do cabido em gerir eficazmente a totalidade dos imóveis destinados ao uso habitacional, circunstância que tornava imprescindível a cessão do usufruto a um "proprietário útil" que recebia o bem do "proprietário direto" com a incumbência de administrar a propriedade. Essa administração envolvia a conservação e a rentabilização da propriedade (Sá, 2021, p. 93), sempre respeitando as cláusulas contratuais estabelecidas.

Dessa forma, o subemprazamento não apenas refletia uma estratégia de gestão patrimonial, mas também uma prática de consolidação de *status* e influência social, permitindo ao enfiteuta ampliar o seu domínio e prestígio, tornando-se verdadeiras elites urbanas associadas a um tipo de "mercado imobiliário", levando em conta as contingências da época[724].

1.2.1. As variantes contratuais dos prazos

Os contratos de emprazamento apresentavam natureza e motivações diversas, a julgar, desde logo, pela fórmula empregue de "novamente emprazados". De facto, boa parte desses prazos podiam ser renovados para modificar cláusulas específicas, comummente relacionadas com demandas de correção do imóvel. Um exemplo disso é a "reedição dos termos", como no caso previamente visto em que o cabido impõe novas condições para a abertura do poço no exido das casas de Pero Bravo, na Rua do Souto.

---

[723] Entendemos que também nos *Livros de Tombo* seja possível perceber este costume, sobretudo quando uma mesma pessoa apresenta mais de um edifício locado. Porém, por não existirem os contratos para a ratificação destas elucubrações, podemos apenas admitir certeza para os documentos dos *Livros de Prazos*.

[724] Tendo por base os estudos de Bochaca (2007, p. 67), Martins (2013, p. 571) aborda a questão do *mercado imobiliário* na Idade Média como um conjunto de transações realizadas entre proprietários, compradores e arrendatários, com o objetivo de transferir, total ou parcialmente, o domínio útil ou real de bens imóveis. Essas transações incluem a venda, doação, emprazamento, aforamento ou permuta, todas fundamentadas por uma dinâmica de oferta e procura. Embora não expressamente mencionada pela autora, pode-se também incluir a arrecadação difundida por meio do subemprazamento.

Acresce, ainda, que os prazos também podiam ser renovados mantendo-se as mesmas cláusulas, mas destinados a um novo enfiteuta. Isso ocorria mediante renúncia, enjeitação, encampação ou demissão do prazo pelo titular do acordo. Esse processo era formalizado por meio de um "[...] estormento de a rrenunciacom e dimjtiçom [...]", feito e assinado por um notário apostólico[725], contendo a renuncia dos direitos sobre uma determinada propriedade. Nesse contexto, os cónegos do Cabido de Braga recebiam e consideravam "[...] por liure e desembargada [...]"[726] a parte renunciante.

Segundo Duarte e Amaral (1984, p. 110), a renúncia representava, por vezes, a cessão do prazo durante a segunda ou terceira vida, possibilitando a renovação do vínculo por mais três vidas, ou então a renúncia em favor de outro contratante[727]. Esse procedimento é exemplificado no caso da demissão e encampação das "casas do arco", na Rua do Souto, por Diogo Rodrigues, escudeiro, em favor de Gonçalo Pais, correeiro, em três vidas, sendo Catarina, sua mulher, a segunda pessoa[728].

Outro exemplo, que permite vislumbrar um pouco sobre a estrutura económica da cidade e a interação entre agentes dos setores comercial e de serviços, envolve a renúncia e demissão de casas na Rua das Tendas, também conhecida como Olaria[729], onde se encontrava a Praça das Panelas[730]. Nesse caso, André Gonçalves, sapateiro, renunciou ao seu prazo em favor de Gonçalo Gil, barbeiro, por três vidas, sendo a sua esposa, Catarina Gil, a segunda pessoa.

Em algumas situações, a renúncia era feita a favor de um familiar, indicando uma possível estabilidade da propriedade ligada à esfera linhagista, especialmente quando acompanhada de benfeitorias exigidas (Duarte e Amaral, 1984, p. 110). Ilustra este ponto, o exemplo de Álvaro Afonso, alfaiate, que "renunciou e demissionou" umas casas com o seu exido, poço e cavalariça, na Rua do Souto, em favor do seu genro e filha, João Gonçalves e Beatriz Álvares. Comprometeu-se, por si e por todos os seus bens móveis e imóveis, a construir um sobrado numa câmara no primeiro ano, e a corrigir o tabuado, as traves e os compartimentos, completando o restante nos dois anos seguintes, sob a supervisão dos oficiais do cabido[731].

---

[725] Neste caso o instrumento de renúncia foi feito pelo bacharel e notário apostólico, Lopo Ribeiro, a pedido de João Pires, abade de Santiago. (A.D.B. *4º Livro de Prazos...*, fl. 66v).
[726] A.D.B., *4º Livro de Prazos...*, fl. 73.
[727] Assim ocorria nas propriedades vimarenses, onde foi constatado à renúncia do anterior enfiteuta no momento de aforamento à outra pessoa (Ferreira,1983, pp.105–108).
[728] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 116 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 68.
[729] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 10.
[730] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 116 40v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 56v.
[731] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 179v e 225v.

Outro ponto de destaque eram as "casas devolutas". À medida que os enfiteutas as demissionavam, o cabido as emprazava a quem lhe aprouvesse. Por exemplo, Pedro Anes, galego e ourives, restituiu o prazo de umas casas na Rua do Souto, e o cabido concedeu o prazo a Martim Gonçalves, carpinteiro, e à sua mulher, Catarina Anes[732]. Ainda, o cabido também realizava o ajuntamento de prazos, que consistia em unificar dois contratos em um, incluindo propriedades que frequentemente eram pardieiros, ou "desmembrando" uma casa de outras para incluí-la num prazo diferente, como ocorreu no caso de Pero Bravo, anteriormente referido.

Era igualmente recorrente a emissão de "consentimentos", isto é, autorizações dos cónegos para novas modalidades transacionais. Ilustra esta prática o caso das casas da Rua do Souto, onde Lopo Afonso[733], após ter procedido a "[...] bem feitoreas em as ditas casas [...], obteve do cabido autorização para a venda a Fernão d'Álvares, bacharel. O documento especifica que o cabido concedia "[...] autoridade *e* consemtimento [...]", para a venda, incorporando o adquirente como segunda pessoa no prazo, mas apenas durante o período da sua existência, desde que este assumisse "[...] as codíçooes do dito p*ra*zo [...], reservando-se aos cónego "[...] correenta parte q*ue* ao dito cabjdoo p*er*teeçe*m* da dita venda, ssegundo sseu costume [...]".

O consentimento também era dado em casos de pedidos de permutas de prazos entre os enfiteutas. A documentação regista, por exemplo, a renúncia feita por Pedro Afonso das casas e exidos, situados em frente da Porta do Sol, a favor de João de Toledo, pelo tempo de uma vida. Em contrapartida, João de Toledo renunciava às suas casas localizadas na Praça da Cidade em favor de Pedro Afonso e de sua esposa, Leonor Lopes, por três vidas[734].

Por fim, um caso singular refere-se à outorga feita pelo cabido à judia Alegria, permitindo-lhe "arrendar" a Maïl Brafanes umas casas situadas na Judiaria Nova, por um período variável entre três e nove anos[735]. Durante esse intervalo, Maïl obrigava-se ao pagamento das "[...] pensooe*es e* corregim*en*t*os e* rapajr*os* [...]" das referidas casas, conforme estipulado no contrato de emprazamento celebrado entre o cabido e Alegria. Embora o caso apresente semelhanças com os subemprazamentos — nomeadamente por envolver a transmissão temporária do uso do imóvel com obrigações contratuais — distingue-se por certas nuances relevantes: a utilização do termo "outorga", em vez de "consentimento" ou "autoridade", e a limitação temporal reduzida, indicam

[732] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 179v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 82; destacamos também as casas sobradadas na Rua de Janes, que foram renunciadas "em mãos" do cabido por Rodrigo Álvares Manhosa. A partir disso, o cabido emprazou-as, em 30 de julho de 1491, a Afonso Pires, cinteiro, e a sua mulher, Violante Lopes, enquanto segunda pessoa. (A.D.B. *2º Livro de Prazos*..., fl. 215 e A.D.B. *3º Livro de Prazos*..., fl. 97).
[733] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 128.
[734] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 205; A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl.92.
[735] A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 64.

tratar-se de categoria diferente, mas muito próxima do subemprazamento. Tal especificidade, que se verifica exclusivamente na Judiaria, pode estar relacionada com um controle mais rígido sobre aquela comunidade e suas atividades transacionais.

De acordo com Sá (2001, p. 94), a prática do subemprazamento — e, por extensão, colocamos também do arrendamento — poderá ter funcionado como mecanismo para mitigar os efeitos colaterais da desvalorização monetária durante períodos de crise económica. Como tem sido assinalado pela historiografia, nomeadamente por Sousa (2003, p. 28), no período compreendido entre meados do século XV e o final da centúria, verificou-se um desequilíbrio persistente entre a oferta e a procura de metais preciosos, circunstância que contribuiu para a adoção, por parte da Coroa, de sucessivas políticas de depreciação monetária. Esse contexto económico adverso poderá, igualmente, ter influenciado os constrangimentos anteriormente identificados nas obras empreendidas na cidade ao longo do século XV, especialmente na construção e manutenção de torres, muralhas e edifícios públicos, como o do concelho.

2. Os enfiteutas

Após identificarmos os principais elementos dos contratos de emprazamento, incluindo as suas diferenciadas modalidades e aplicações, especialmente aqueles com cláusulas específicas, cumpre agora examinar os agentes intervenientes nos contratos, designadamente os enfiteutas.

Da análise dos nomes e da condição social desses agentes, ressalta uma ampla diversidade de ocupações e perfis socioeconómicos. Os leigos constituem a categoria mais frequente, composta principalmente por mesteres e agentes do setor comercial e de produção. Entre eles encontramos os carpinteiros, o braceiro Gonçalo Fernandes, correeiros, sapateiros, pedreiros, o picheleiro Rodrigo Álvares, mercadores, almocreves, o azemel do doutor Sebastião, Pedro Anes, o cinteiro Afonso Pires, o seleiro João Gonçalves, alfaiates, ataqueiros, o ferreiro Rodrigo Afonso, o peliteiro Pedro da Lama, o carniceiro Rui Gonçalves, o peixota João Pires, o tecelão Vasco Fernandes, ourives e barbeiros (ver Tabela 22).

Tabela 22. *Enfiteutas ligados ao setor comercial e produção*

Data	Enfiteuta	Fonte (A.D.B.)
Alfaiates		
9/6[7]/1469	Vasco Gil	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 35 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 29
31/7/1472	Afonso Martins	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 65v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 39v
9/9/1472	Inês Fernandes (mulher)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 40v
3/7/1477	Brás Afonso	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 13 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 52v
29/7/1478	Pedro Alvares	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 32 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 55
28/8/1478	Vasco Gil	*3º Livro de Prazos...*, fl. 54
21/1/1480	Mestre Rodrigo	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 46 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 57v
23/5/1492	Vasco Gil	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 231
Almocreves		

9/2/1475	Fernão Afonso (genro de Afonso Ramos)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 110 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 47
24/7/1492	Gonçalo Lopes	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 236
Ataqueiros		
19/6[7]/1476	Gonçalo Gonçalves (moço ataqueiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 1v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 51
6/10/1479	Pero Lopes	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 40v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 56v
Azemel		
6/4/1467	Pedro Anes (azemel do Doutor)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 15
Barbeiros		
3/3/1466	Rodrigo Afonso (criado do arcebispo)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 5 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 3v
11/5/1467	Vasco Anes de Rio caldo	*3º Livro de Prazos...*, fl. 16v
17/7/1469	Álvaro Fernandes	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 37
27/9/1469	Álvaro Fernandes, o gordo	*3º Livro de Prazos...*, fl. 32
22/8/1470	Gonçalo Luís (também é porteiro do Cabido)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 47
29/7/1479	João Gonçalves	*3º Livro de Prazos...*, fl. 55
26/2/1484	João Anes	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 113v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 67
Braceiro		
17/9/1483	Gonçalo Fernandes	*2º Livro de Prazos...*, fl. 108v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 67
Carniceiro		
12/9/1471	Rui Gonçalves	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 58v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 38v
Carpinteiros		
31/7/1466	Afonso Anes	*3º Livro de Prazos...*, fl. 10
18/9/1466	Afonso Gonçalves	*3º Livro de Prazos...*, fl. 12
20/9/1475	Afonso Anes	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 122
22/1/1483	Gonçalo Alvares	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 100v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 66.
5/5/1492	Paio Gonçalves	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 229
Cinteiro		
30/7/1491	Afonso pires	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 215 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 97
Correeiros		
31/7/1466	Pedro Anes	*3º Livro de Prazos...*, fl. 10
23/2/1476	Nuno Alvares (filho do cónego Álvaro Afonso)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 50
24/3/1484	Gonçalo Pais	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 116 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 68
27/6/1484	João de Tomar	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 121 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 68
Ferreiro		
12/9/1500	Rodrigo Afonso	*4.º Livro de Prazos...*, fl. 39
Mercadores		
20/5/1467	Rodrigo Afonso	*3º Livro de Prazos...*, fl. 17v
27/5/1476	Pedro Martins	*3º Livro de Prazos...*, fl. 50v
9/9/1482	Judá Cema, (judeu)[736]	*3º Livro de Prazos...*, fl. 64
7/4/1491 30/4/1491	João de Toledo	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 202 *2.º Livro de Prazos...*, fl. 205 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 92
Ourives		
5/4/1470	Abraão do Rego (judeu)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 34v
5/4/1470	Mosse (judeu e galego)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 34v
22/5/1490	Pedro Anes (galego)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 179v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 82
Pedreiros		
12/9/1471	Diogo Fernandes	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 59
11/6/1489	João Afonso	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 156v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 75v
Peixota		
6/4/1467	João Pires	*3º Livro de Prazos...*, fl. 15v
Peliteiro		
13/1/1490	Pero da Lama	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 175v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 81
Picheleiro		
15/5/1469	Rodrigo Alvares	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 33v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 27
Sapateiros		
7/5/1466	Gil Afonso (sapateiro)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 6 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 5
31/7/1466	Gonçalo Anes (sapateiro)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 10
6/4//1467	Gonçalo Pires (sapateiro)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 15v
25/7/1467	Afonso Gonçalves (sapateiro)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 19
9/6[7]/1469	João Fernandes (sapateiro)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 34v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 28v
8/7/1472	Pedro Anes (sapateiro)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 65 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 39v
31/7/1472	João Anes (sapateiro)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 66
28/9/1472	Pedro Vasques (sapateiro)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 73 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 41
28/9/1472	Gonçalo Rodrigues (sapateiro)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 73v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 41
29/9/1474	Rodrigo Alvares (sapateiro)	*1.º Livro de Prazos...*, fl. 103 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 46
26/9/1477	João Alvares (sapateiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 15
22/4/1476	Rui Gonçalves (sapateiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 23 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 53v
15/10/1484	Afonso Gil (sapateiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 133 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 69v
23/1/1490	João Brás -(sapateiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 174v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 81
12/8/1490	André Gonçalves (sapateiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 186v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 85
13/9/1491	Álvaro Gonçalves (sapateiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 216 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 97
Seleiro		
13/3/1492	João Gonçalves	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 225v

[736] Cabe salientar que os identificamos também entre o grupo dos judeu.

Tecelão		
15/2/1469	Vasco Fernandes	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 31v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 24v

Identificamos ainda aqueles ligados à defesa, como o alcaide pequeno de Braga, Álvaro Brandão, e alguns escudeiros. Outros agentes eram vinculados à justiça, fiscalidade e administração, como o escrivão Álvaro Afonso, escrivães de chancelaria, o procurador e escrivão diante os vigários, Luís Afonso, o juiz Diogo Rodrigues Bocarro, o pregoeiro Lopo Anes, e o vedor do senhor Arcebispo, Lourenço Mendes. Adicionalmente, destacam-se aqueles associados à serventia, incluindo criados que podiam estar a serviço do arcebispo ou de algum dignatário do capítulo bracarense.

Tabela 23. *Enfiteutas ligados a administração, defesa, fiscalidade e à serventia*

Data	Enfiteuta	Fonte (A.D.B.)
Alcaide pequeno de Braga		
18[28]/12/1483	Álvaro Brandão	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 112v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 67v
Criados		
3/3/1466	Rodrigo Afonso (criado do arcebispo e barbeiro)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 5 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 3v
20/8/1467	Fernão Afonso (criado do arcebispo)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 21 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 19v
5[15]/9/1474	Rui Domingues (criado do arcebispo)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 101 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 45v
12/5/1490	Pero Gonçalves (criado do Doutor Sebastião Lopes)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 177 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 81v
Escrivães		
30/8/1470	Álvaro Afonso (escrivão)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 47
13/10/1467	Álvaro Fernandes (escrivão da chancelaria)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 23 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 20v
Escudeiros		
23/7/1469	Gonçalo Ribeiro (escudeiro)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 37v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 32v
22/8/1470	João Vasques (escudeiro do bispo de Coimbra)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 46 e 3º *Livro de Prazos...*, fl. 35v
17/7/1471	Fernão Vasques (escudeiro do senhor arcebispo)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 54 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 37
10/1/1474	Lopo Fernandes (escudeiro)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 90v
21/4/1475	Lopo da Silva (escudeiro e fidalgo)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 115 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 48
12/6/1475	Álvaro da Fonseca (escudeiro)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 48
4/3/1489 17/6/1490	Gonçalo Machado (escudeiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 154v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 75 *2.º Livro de Prazos...*, fl. 183v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 84
23/7/1491	Rui da Lagoa (escudeiro)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 214 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 96v
Juiz		
25[5]/3/1477	Diego Rodrigues Bocarro [Bacarro] (juiz)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 11 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 52
Pregoeiro		
14/8/1471	Lopo Anes	*1º Livro de Prazos...*, fl. 56v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 38
Procurador		
21[7]/10/1482	Luís Afonso (procurador e escrivão diante os vigários)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 92v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 65
Vedor		
16/3/1500	Lourenço Mendes (vedor do senhor arcebispo)	*4.º Livro de Prazos...*, fl. 21v

Outro grupo relevante de agentes envolvidos nos contratos de emprazamento eram os religiosos, entre os quais se destacavam os tercenários, o chantre de Braga João Godins, e do Porto, Álvaro Rodrigues, bem como o Daião, Senhor Martim Vasques, e o chanceler do Arcebispo, João Afonso. Além deles, figuravam os bacharéis, o tesoureiro apostólico e o tangedor dos órgãos, João Rodrigues. Ou aqueles com posições importantes na hierarquia eclesiástica secular como o capelão do arcebispo, Lopo Afonso, o bispo auxiliar de Titopoli Reverendíssimo Senhor D. Gil, o arcediago de Olivença, Licenciado Luís Gonçalo Farto, e o arcediago de Neiva.

Ademais, estavam presentes os clérigos (e clérigos de missas) e os abades, como os de São Tomé de Negrelos, Gonçalo Vasques, São Paio de Mós, Gonçalo Pais, São Miguel de Oriz, Álvaro

Afonso, São Vicente de Oleiros, Fernão Anes, São Pedro de Este, Gonçalo Pinto (que também era clérigo do coro), da Carvalheira, em São Paio, Afonso Álvares, de Carvalho, em Gandarela, Gonçalo Gil (também clérigo do coro), e de Figueiredo, João de Belinho.

Tabela 24. *Enfiteutas ligados à religiosidade*

Data	Enfiteuta	Fonte (A.D.B.)
Abades		
17/8/1469	Gonçalo Pais (abade de São Paio de Mós)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 39 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 33v
8/7[8]/1472	Álvaro Afonso (abade da igreja de São Miguel de Oriz	*1º Livro de Prazos...*, fl. 64v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 39v
18/10/1474	Fernão Anes (abade de São Vicente de Oleiros)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 108 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 46v
19/9/1479	Gonçalo Pinto (abade da igreja de São Pedro de Este)	*2º Livro de Prazos...*, fl. 45 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 57v
4/10/1480	Gonçalo Gil (abade de Carvalho, em Gandarela, e clérigo do coro)	*2º Livro de Prazos...*, fl. 53v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 58v
29/11/1481	Afonso Alvares (abade de Carvalheira, em São Paio [?])	*3º Livro de Prazos...*, fl. 62
20/9/1482	João de Belinho (abade de Figueiredo	*2º Livro de Prazos...*, fl. 89 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 65
9/6/1484	Gonçalo Vasques (abade de São Tomé de Negrelos)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 119 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 68
Arcediagos		
1/6/1487	Licenciado Luís Gonçalo Farto (arcediago de Olivença e cónego da igreja de Braga)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 150v
7/7/1489	Arcediago de Neiva	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 160 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 77v
Bacharéis		
14/2/1471	Álvaro Vasques (bacharel e cónego)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 53 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 36v
27/8/1484	Fernando Alvares (bacharel)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 127v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 69
11/10/1941	Fernão Gil (bacharel)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 221
20/9/1492	Diogo Gomes (bacharel e cónego)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 238v
14/2/1500	Pero Bravo e seu irmão Fernão Bravo (bacharel)	*4º Livro de Prazos...*, fl. 7v
Bispo auxiliar		
10/10/1477	Reverendíssimo Senhor D. Gil (bispo auxiliar de Titopoli)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 16v
Capelão		
11/9/1465	Lopo Afonso (capelão do arcebispo)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 2 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 1
Chanceler		
18/6/1466	João Afonso (chanceler do arcebispo e cónego)	*1º Livro de Prazos...*, fls. 8 e 56 e *3º Livro de Prazos...*, fls. 6v e 37
Chantres		
2/9/1471	Álvaro Rodrigues (chantre do Porto)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 57
3/1/1474 26/1/1481 20/10/1481 19/11/1482	João Godins (chantre na igreja de Braga)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 88v *1º Livro de Prazos...*, fl. 96 *3º Livro de Prazos...*, fl. 59v, 61 e 65v
Clérigos e clérigos de missa		
31/8/1472	Jorge Afonso (clérigo de missa e almotacé do Cabido)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 68v
4/10/1480	Diogo Gonçalves (clérigo)	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 54 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 59
2/6/1482	Pedro Anes (clérigo)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 63v
12/5/1501	Pedro Anes (clérigo de missa)	*4º Livro de Prazos...*, fl. 69
Cónegos (somente)		
21/5/1466	Afonso Correia	*1º Livro de Prazos...*, fl. 7 e 3 *º Livro de Prazos...*, fl. 5v
20/6/1466	João Rodrigues de lisboa	*1º Livro de Prazos...*, fl. 9 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 7v
25/6/1466	João Rodrigues e Diogo de Viana	*3º Livro de Prazos...*, fl. 8
31/7/1466	Gil Vasques	*3º Livro de Prazos...*, fl. 10v
15/2/1471	Bartolomeu Afonso	*1º Livro de Prazos...*, fl. 53 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 37
20/6/1472	Mestre Rodrigo	*3º Livro de Prazos...*, fl. 39
7/8/1472 27/1/1481 4/3/1483	João Afonso	*1º Livro de Prazos...*, fl. 66v *2º Livro de Prazos...*, fls. 69 e 104 *3º Livro de Prazos...*, fls. 61 e 66v
31/8/1472 22/4/1478 19/11/1482	Gonçalo Pinto	*1º Livro de Prazos...*, fl. 68 *2º Livro de Prazos...*, fls. 25 e 95 *3º Livro de Prazos...*, fls. 40, 53v e 65v
10/2/1473	Lopo Domingues	*1º Livro de Prazos...*, fl. 79 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 42
28/5/1473	Álvaro Afonso	*1º Livro de Prazos...*, fl. 79v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 42
31/8/1474 6/9/1492	Gonçalo Pires	*1º Livro de Prazos...*, fl. 99v *2º Livro de Prazos...*, fl. 238 *3º Livro de Prazos...*, fl. 45v
27/1/1476 18/9/1479 11/9/1482 15/1/1491 30/4/1491	Pedro Afonso	*2º Livro de Prazos...*, fls. 86 e 206 *3º Livro de Prazos...*, fls. 49v, 65v, 91v
7/2/1476 1/9/1479 13/10/1486	Pero Bravo	*2º Livro de Prazos...*, fls. 38v, 39 e 140v *3º Livro de Prazos...*, fls. 50, 56 e 56v
22/4/1480	Jácome Mendes	*2º Livro de Prazos...*, fl. 48v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 58
29/8/1383 4/2/1489	João Gonçalves	*2º Livro de Prazos...*, fls. 108 e 158 *3º Livro de Prazos...*, fl. 73v

11/7/1485	Gonçalo Rodrigues de Magalhães	*3º Livro de Prazos...*, fl. 70
4/3/1489	Fernão Rodrigues d'Araújo	*2º Livro de Prazos...*, fl. 153v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 74v
23/4/1491	Álvaro Pires	*2º Livro de Prazos...*, fl. 203 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 91v
17/5/1491	Afonso Anes	*2º Livro de Prazos...*, fl. 207v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 93v
16/9/1500	Estevão falcão	*4º Livro de Prazos...*, fl. 49
28/5/1501	João de Ponte	*4º Livro de Prazos...*, fl. 74v
Daião		
23/4/1491	Senhor Martim Vasques (Daião)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 92
Tercenários		
29/7/1466	Gonçalo Vasques	*3º Livro de Prazos...*, fl. 9v
9/12/1466 10/10/1467 2/2/1469	Lopo Anes	*1º Livro de Prazos...*, fls. 29v e 30 *3º Livro de Prazos...*, fl. 13 e 23
17/8/1469	João de Sintra	*1º Livro de Prazos...*, fl. 38v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 33v
10/1/1469 10/10/1469	Diego Gonçalves	*1º Livro de Prazos...*, fl. 35v *3º Livro de Prazos...*, fl. 29v
8/7/1472	Gil Martins	*1º Livro de Prazos...*, fl. 65
15/10/1473 6/9/1479	Pedro Alvares	*1º Livro de Prazos...*, fl. 83v e *3º Livro de Prazos...*, fls. 42v e 56 *2º Livro de Prazos...*, fl. 36
18/8/1475	André Vasques	*1º Livro de Prazos...*, fl. 121 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 48
18/8/1475	Álvaro Pires	*1º Livro de Prazos...*, fl. 122 *3º Livro de Prazos...*, fl. 49
2/10/1500	João Ribeiro	*4º Livro de Prazos...*, fl. 41
Tesoureiro		
19/1/1502	João Rodrigues (tesoureiro apostólico e tangedor dos órgãos)	*4º Livro de Prazos...*, fl. 84v

Os menos assíduos nos contratos de emprazamento são os judeus[737]. As suas propriedades emprazadas localizavam-se maioritariamente na Judiaria Nova, com exceção das casas situadas na Praça da Cidade, pertencentes num primeiro momento a Abraão[738], e depois a Menahem (Menachem)[739], ambos galegos. Este grupo reveste-se de especial importância, pois os prazos estão registados no âmbito da transferência da Judiaria Velha para a Nova (Marques, 1983, p. 98).

No caso das mulheres, verifica-se que era frequente o emprazamento de bens a viúvas, ainda que o termo *viúva* nem sempre fosse explicitamente exarado na documentação. Deduzimos isso pelo facto de que, mesmo após a morte do marido, essas mulheres não eram socialmente emancipadas, não podendo adotar uma identidade própria, sendo referidas como "mulher que era de..." ou "que foi mulher de..." (Sá, 2001, p. 106). De facto, esse fenómeno não se restringia a Braga; incidia também em outras localidades, como Ponte de Lima, onde mais da metade das mulheres conhecidas eram viúvas ou solteiras (Andrade, 1990, pp. 171–189).

A condição de viúva era particularmente comum, com cinco ocorrências registadas. Em seguida, vinham as mulheres solteiras, presentes em quatro prazos, sendo três deles referentes à mesma enfiteuta, Maria Fernandes[740]. As restantes enfiteutas do setor feminino estavam de alguma forma relacionadas aos seus maridos, exercendo atividades domésticas complementares.

[737] Salientamos que as mulheres judias foram selecionadas no grupo das *mulheres* e não no grupo dos *judeus*. Isso para melhor compreender a provável relação de dependência que poderia haver com a questão dos fiadores.
[738] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 67 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 40.
[739] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 222.
[740] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fls. 20 e130; A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fls. 17v, 53 e 69.

No entanto, destaca-se um caso particular: o de Inês Fernandes, registada em 1472 como *alfaiata* e sem qualquer vínculo conjugal explícito[741]. Pereira (2020, pp. 45–46) [742] identifica a presença feminina neste ofício apenas em dois registos conhecidos — um no Porto e outro em Santarém (Beirante, 1980, p. 211) —, permitindo, assim, integrar Inês Fernandes nesse restrito conjunto de mulheres associadas à alfaiataria urbana, residindo na Rua de Santa Maria.

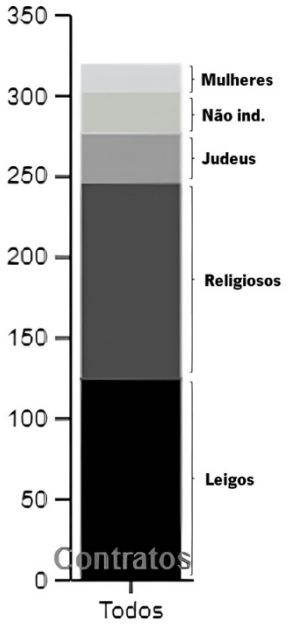


Gráfico 6. Número de contratos de emprazamento por perfil dos enfiteutas (1465–1502). Distribuição por critérios de género, ocupação profissional, natureza da segregação e estatuto religioso. Elaborado e editado no *software RAWGraphs*.

Apesar da raridade documental, Sá (2001, p. 106), ao referir o estudo *A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas*, de Maria Helena da Cruz Coelho[743], admite que esta ocupação poderia ter sido mais frequente entre as mulheres do que a documentação preservada deixa entrever, à semelhança do que sucede com outras atividades ligadas ao pequeno comércio urbano. Nesse mesmo sentido, Sequeira e Melo (2012, pp. 14–15) assinalam que, entre os 301 alfaiates judeus que receberam cartas de privilégio de D. Afonso V em 1442, quatro eram mulheres, confirmando a existência, ainda que residual, de participação feminina neste ofício. [744]

---

[741] A.D.B., *1º Livro de Prazo*..., fl. 72v.

[742] De acordo com Pereira (2020, pp. 45–46), o mais comum era as mulheres dedicarem-se especificamente ao trabalho do linho, uma vez que o ofício de alfaiate era maioritariamente desempenhado por homens. Estes apresentavam, à época, um nível de especialização superior ao das mulheres, as quais se encontravam mais envolvidas na reconversão e arranjos de vestuário, além de auxiliarem na produção e transformação de têxteis. Esta realidade parece refletir-se em Braga: tomando por base apenas os *Livros de Prazos*, encontra-se a menção a somente uma alfaiata, em contraste com sete alfaiates do sexo masculino.

[743] Cf. Coelho, M. H. da C. (1990). A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In *Homens, espaços e poderes: Séculos XI–XVI* (Vol. 1, pp. 37–59). Livros Horizonte.

[744] No que diz respeito à produção têxtil feminina, além da referência de Sequeira e Melo (2012), cf.: Sequeira, J. (2014). *O pano da terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média* (pp. 132—144). Universidade do Porto Edições, pp. 132–144.

Por fim, separamos um grupo cujo enquadramento específico não foi possível de se vincular atribuições, pois os dados disponibilizam apenas os seus nomes, sem pormenores adicionais. Acresce, além dos cinco grupos anteriormente referidos, a presença de dezasseis contratos que relacionam enfiteutas oriundos de outras localidades.

Entre estes, alguns eram oriundos de localidades mais afastadas da cidade, como o peliteiro Pero da Lama[745] e Vasques Anes de Rio Caldo[746], enquanto outros eram provenientes de cidades portuguesas próximas, como Martim de Guimarães[747], e até mesmo de cidades e vilas mais distantes, como Lopo Afonso de Castelo Rodrigo[748], o correeiro João Álvares de Tomar[749] e João de Sintra[750]. Ainda havia aqueles procedentes da Espanha, como os judeus já mencionados, Menahem (Menachem)[751] e Abraão[752], além de Mosse[753], todos provenientes da Galícia, e o mercador João de Toledo[754]. Essa diversidade parece indicar que a cidade de Braga atraía alguns indivíduos com ofícios específicos oriundos de outras regiões que se tornava, então, residentes na cidade

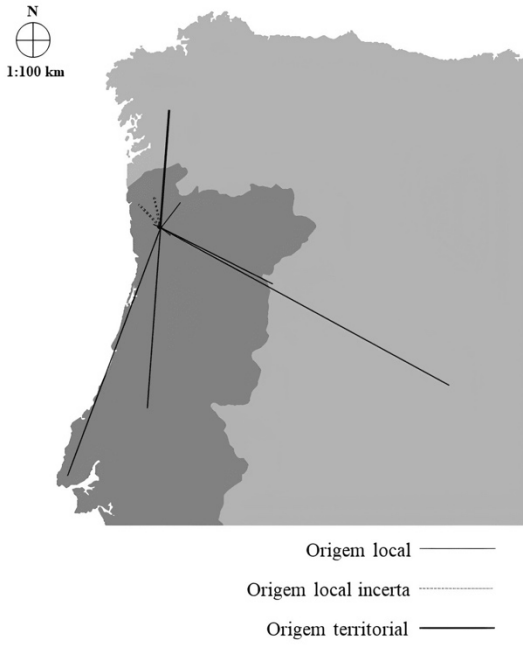


Figura 103. Origem geográfica de alguns enfiteutas identificados entre 1465 e 1502. Elaborado pelo autor com recurso ao *software Inkscape* e auxílio do *Google Earth Pro*.

[745] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 175v; A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 81.
[746] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 16v.
[747] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 65; A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 60v.
[748] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 7v.
[749] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 121; A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 68v.
[750] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 38v; A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 33v.
[751] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 222.
[752] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 67; A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 40.
[753] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 34v.
[754] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fls. 202, 205; A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 92.

Neste sentido, podemos pensar que João de Ponte[755] e Fernão de Ponte[756] poderiam ser naturais de Ponte de Lima. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos igualmente especular que o cónego Diogo de Viana[757] talvez fosse originário de Viana da Foz do Lima (Viana do Castelo), pois essa era toponímia medieval mais próxima de Braga com a proveniência deste substantivo.

Compreende-se, portanto, que os bens emprazados pela mesa capitular se destinavam a um espectro social relativamente amplo, ainda que circunscrito a determinadas categorias sociais, em regra, capazes de assumir os respetivos contratos enfitêuticos. Até onde a historiografia tem avançado, estes contratos não eram concedidos a membros da nobreza[758], nem a clérigos pertencentes a outras instituições eclesiásticas, tal como dificilmente estariam ao alcance dos estratos mais desfavorecidos da população, limitados pela ausência de recursos.

Mesmo assim, não podemos descartar a possibilidade de que alguns imóveis pudessem ter limitações quanto ao seu usufruto, direcionadas a grupos sociais específicos. Essa inferência é sustentada pelo exemplo das casas na Rua das Ousias, as quais, devido à sua frequente menção na documentação, pareciam estar designadas exclusivamente aos tesoureiros.

Por seu turno, mesmo não tendo muita ocorrência, é interessante notar a existência de condicionamentos específicos quanto ao domínio útil de determinados imóveis, eventualmente orientados para categorias sociais ou funcionais específicas. A este propósito, o caso das casas situadas na Rua das Ousias merece atenção: a documentação regista de forma recorrente o emprazamento deste imóvel a tesoureiros do Cabido, indiciando uma possível reserva preferencial — ainda que não formalmente estabelecida — a esta categoria de dignitários capitulares[759].

Esse fenómeno reflete a complexidade do cenário social da época, em que, embora a acessibilidade aos emprazamentos fosse ampla, existiam casos particulares de reserva de determinadas moradas a grupos sociais específicos.

---

[755] A.D.B., *4º Livro de Prazos...*, fl. 74v.

[756] A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 44v; A.D.B. *3º Livro de Prazos...*, fl. 35v.

[757] A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fls. 8, 12.

[758] Neste ponto, Martins (2024, p. 337) refere que, em 1472, no contexto do restabelecimento da jurisdição senhorial arquiepiscopal, ficou determinado que os nobres que tivessem adquirido bens imóveis na cidade por meio de compra ou escambo não poderiam nela residir nem possuir propriedades. Aqueles que detinham tais bens por sucessão, legado ou doação ficavam obrigados a aliená-los no prazo de um ano. A autora fundamenta esta análise na documentação conservada no Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Fundo Diocesano*, *Gaveta de Braga*, doc. 23, publicada por Marques (1997, p. 84).

[759] Como se verifica nas casas emprazadas ao tesoureiro Gomes Fernandes, situadas em frente à Porta do Sol da Sé, em 6 de outubro de 1473 (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 83). Posteriormente, o mesmo imóvel voltou a ser emprazado, em 22 de novembro de 1486, ao tesoureiro licenciado João Brás (A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 142 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 72).

3. As transformações

Os contratos de emprazamentos e escambos podem ser classificados de duas maneiras. A primeira respeita ao estrito cumprimento geral das “cláusulas acostumadas”. Em alguns casos, essas cláusulas são acompanhadas de fórmulas generalizantes constando que o bem emprazado deveria ser restaurado em caso de danos, realizando, para isso, "quantas bem feitorias puder fazer, de guisa que melhorem e não piorem”.

A segunda, recai em cumprimentos de “cláusulas específicas”, as quais prescrevem alterações construtivas a realizar, com ou sem tempo estipulado. Nessas situações, o escrivão detalhava as correções/reparações a serem executadas, acompanhadas, no fim, de uma fórmula mais abrangente, indicando a necessidade de “reparar e corrigir todo o resto”.

Além do mais, os vedores estabeleciam prioridades, determinando prazos distintos, onde constam algumas correções improrrogáveis e outras a serem executadas dentro de um período mais longo, sempre sob a supervisão dos oficiais legados do cabido. Todavia, embora fosse comum apontar a natureza das transformações, o estado de deterioração de certos edifícios exigia que quem emprazava promovesse a restauração completa da propriedade.

Dos 224 documentos analisados, apenas 75 atendiam a esses critérios de especificidade no reparo, representando, assim, a menor parcela. Entre as instruções detalhadas, constatou-se um predomínio na reparação dos frontais e correção das paredes dos imóveis. Ainda assim, o cabido também demonstrava preocupação com a conservação de sobrados, “repartimentos” de paredes (divisões internas), soalhos (ou tabuado), portas, balcões e traves (vigas) (ver Gráfico 7; ver Apêndice XVI, p. 39). Havia também correções em estruturas outras, como a cozinha em umas casas sobradadas na Praça da Cidade, ou mesmo do Forno da Infanta.

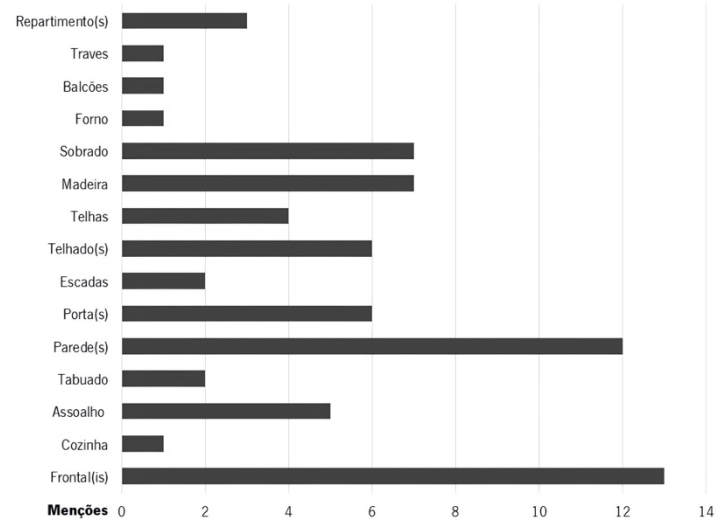


Gráfico 7. Menções de reparos exigidos nos contratos de emprazamentos na cidade de Braga, pertencentes ao Cabido da Sé de Braga, entre 1465 e 1502.

Em número mais reduzido encontram-se os contratos que visavam a reconstrução de imóveis destruídos ou a edificação completa desde o princípio. Esses contratos incluíam também a transformação de estruturas simples as convertendo em estruturas mais complexas, a saber: a construção de sobrados a partir de casas térreas[760] ou a modificação de pardieiros em casas térreas[761], sobrados[762] ou até mesmo em cavalariças[763].

Relativamente aos telhados, estes exigiam constantes manutenções, muitas vezes resultando na substituição total das telhas. Esta circunstância é particularmente evidente no caso do emprazamento de uns pardieiros na Rua dos Chãos, firmado com Vasco Fernandes, tecelão. Neste caso, o cabido impôs algumas exigências exclusivas, incluindo refazer o telhado com telhas que fossem pretas[764]. Embora a documentação não especifique a tipologia do material, podemos pressupor que as telhas pretas condiziam ao xisto ou à ardósia, ambos abundantes em Braga e ainda hoje utilizados para coberturas em regiões com invernos rigorosos (Castanhas, 2020, p. 66).

---

[760] A título de exemplo, no prazo concedido em 2 de fevereiro de 1469 ao tercenário Lopo Anes, relativo a umas casas situadas na Cruz da Carrapata, ficou estabelecido que este deveria cumprir as mesmas obrigações impostas aos caseiros das demais casas do Cabido, bem como, nos dois primeiros anos, proceder à sua completa correção e reparação, incluindo o levantamento de um sobrado novo: "[...] os caseeiros q*ue* trazem as out*ra*s casas do d*i*cto cabijdoo E q*ue* e*m* estes p*ri*meiros dous <an*os*> as correga *e* Repaire de todo E alauant*e* de ssobrado nouo [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 30v).

[761] Como no prazo concedido ao escudeiro Gonçalo Ribeiro, relativo a um campo nas Fontainhas e a um *pardieiro* situado na Rua Verde, firmado em 23 de julho de 1469, no qual se estipulava que o emprazante deveria fazer: "[...] hu*rr*a casa . telhada daquj ataa tres an*os* p*ri*meir*os* segujnte [...] (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl 38).

[762] Como se observa no prazo concedido em 22 de janeiro de 1483 ao carpinteiro Gonçalo Álvares, relativo a três *pardieiros* e a um *exido* situados nos Açougues Velhos, determinava-se que [...] o dito g*onçal*o aluarez daquj ataa tres ann*os* ffaça n*os* ditos pardieiros duas casas ssobradadas E o outro pardieiro corregera de nouo de guisa que faça em elle huu*rr*a casa terreira [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 101).

[763] Veja-se, a título de exemplo, o prazo concedido a Mestre Jacob, a 15 de outubro de 1484, relativo a um *pardieiro ermo* situado na Judiaria Nova. Entre as condições contratuais, estabeleceu-se que o referido enfiteuta: [...] leuante de parede *e* refaça de madejra *e* telha *e* todo o necesarjo p*er*a caualarjça [...] (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., 69v).

[764] A.D.B. *1º Livro de Prazos*..., fl. 31v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 24v.

A madeira, por sua vez, era um dos principais materiais usados na construção das casas, constituindo um recurso acessível nas zonas rurais adjacentes à urbe, como analisaremos adiante. Assim, os cónegos preocupavam-se com a manutenção do arcabouço de madeira que dava estrutura aos imóveis, visando "corrigi-los de novo" (reparação e reforço)[765]. Com efeito, para além do revestimento da casa, a madeira estava tacitamente empregue no restante da composição da estrutura dos edifícios, uma vez que era usada no travejamento, telhados, pisos de tabuados, além de estar mesclada na construção das paredes, na confeção das portas, janelas e escadas (Conde & Vieira, 2004, p. 10; Melo & Ribeiro, 2018, p. 34). Salienta-se, ainda, que além da madeira[766] e das telhas[767], a documentação também indica que as casas podiam incluir pedra e componentes de taipa[768].

Exemplos do uso destes materiais, em especial as telhas, é ilustrado num documento onde o cabido exigiu que Maria Fernandes, mulher solteira, construísse uma casa sobradada unindo uma casa a outra "pequeninha", na Rua de Palhas, diante do Forno da Infanta[769]. Para esta empreitada, foram fornecidos quatro moios de telha e "todo o resto de que necessitava"[770]. Similarmente, na Rua de Janes, o cabido forneceu a João Afonso, pedreiro, os materiais necessários para "fazer, corrigir e reparar" as casas que jaziam em pardieiros, e mais doze moios de telhas para uma outra casa que era terreira. Outro documento refere-se ao prazo de umas casas na Cruz da Carrapata, renunciado pelo abade de Covas, em que o cabido forneceu ao enfiteuta Brás Afonso, alfaiate, duzentas telhas, enquanto o abade de Covas contribuiu com outras duzentas, buscando completar a reparação das mesmas[771].

Entende-se, portanto, que o cabido procedia, não raramente, ao fornecimento de parte ou a totalidade dos materiais necessários para as melhorias, favorecendo a maximização da renda, bem como o intuito de salvaguardar o domínio real da sua propriedade.

Em alguns casos, os enfiteutas que realizavam benfeitorias por conta própria eram isentos de pagamentos[772], ou, por outro lado, convencionava-se em contrato a quitação das pensões enquanto

---

[765] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 43; A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 34v.

[766] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 72 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 61; A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl.142 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 72; A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 69v.

[767] A.D.B., *3º Livro de Prazos*, fl. 69v; A.D.B., *2º Livro de Prazos*, fl. 142 e A.D.B., *3º Livro de Prazos*, fl. 72.

[768] Sobre a taipa, apoiamo-nos num documento onde o cabido exige que Pedro Álvares, tercenário, faça "repartimento" (divisão) nas casas emprazadas na Rua de Santa Maria, e que seja em taipa, apesar de já se ter começado em madeira (A.D.B. *1º Livro de Prazos*..., fl. 83v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 42v).

[769] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 130 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 69.

[770] Conforme o dicionário *Estraviz*, o termo "moio" também designava uma unidade de medida específica para telhas, composta por 120 telhas, o que totalizaria 480 telhas (Disponível em: https://www.estraviz.org/moio).

[771] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 13 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 52v.

[772] Em decorrência das benfeitorias realizadas, o Licenciado Luís Gonçalves Farto, arcediago de Olivença, teve o pagamento do seu prazo reduzido, o que, por extensão, beneficiou igualmente a "segunda pessoa" associada ao contrato. (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 73).

durasse as obras[773]. Esta prática alinha-se, em parte, com as conclusões de Duarte e Amaral (1984, p. 108) sobre as propriedades capitulares portuenses, apontando que todas as melhorias revertiam aos proprietários sem que o foreiro recebesse compensação, como a isenção de pagamentos em anos específicos.

Ainda é percetível que nos contratos os dignitários de Braga incluíam termos de fenomenalidade ou casos fortuitos, como terremotos e incêndios, cuja ocorrência isentava o enfiteuta da obrigação de reparação[774]. Esta aplicação contrastava com a do cabido da Sé do Porto, que exigia taxativamente a reconstrução ou reparação das propriedades danificadas por incêndio (Duarte & Amaral, 1984, p. 108).

Em relação à atribuição dessas cláusulas aos diferentes grupos por nós categorizados, constatamos que, entre a totalidade de contratos formalizados com membros da comunidade judaica, 32,3% contemplavam alguma cláusula de melhoramento. Seguem-se os leigos, com 31,4%, os religiosos, com 28,9%, as mulheres, com 23,5%, e, por último, os não identificados, com 23,1%. Acrescentamos, igualmente, os indivíduos provenientes de outras localidades, que apresentam um índice relativamente modesto de 25% (ver Gráfico 8).

Esta proximidade estatística aconselha prudência interpretativa, não permitindo afirmar a existência de políticas contratuais claramente diferenciadas em função dos grupos em análise. Ainda assim, a ligeira maior incidência de cláusulas de melhoramento nos contratos com judeus pode ser lida de maneira meramente indiciária, à luz do contexto urbano específico da transferência da Judiaria Velha para a Judiaria Nova, no tramo sul da Rua da Triparia[775], hipótese que carece de corroboração por fontes complementares. Do mesmo modo, a percentagem sensivelmente inferior registada nos contratos com religiosos não autoriza, por si só, a inferência de um tratamento privilegiado, devendo antes ser entendida como uma variação dentro de um quadro globalmente equilibrado de práticas contratuais por parte do cabido.

---

[773] O cabido concedeu a Margarida Anes, viúva de Nuno Gonçalves, azemel do Arcebispo, a condição de isenção do pagamento das pensões nos primeiros quatro anos, em troca da realização de melhorias nas casas em que residia e que lhe foram emprazadas na Rua dos Cegos. Essas melhorias deveriam ser feitas no frontal, assoalho, paredes, portas, escadas e telhas (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 37 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 31v); da mesma forma, Vasco Fernandes, tecelão, recebeu a isenção do pagamento do prazo pelos primeiros quatro anos sob a condição de reconstruir, numa casas térreas que se encontravam pardieiros, a parede, a estrutura de madeira, a porta e "o que mais faltasse". Caso não realizasse as obras necessárias, deveria pagar uma pena de 1.000 reais brancos (A.D.B., *1º Livro de Prazos*, fl. 31v e *3º Livro de Prazos*, fl. 24v); outro exemplo foi o chantre João Godins, que, ao despender na reparação das casas pertencentes à obra da Sé, as quais se encontravam destruídas, lhe quitaram as pensões por um período de dez anos (A.D.B., *2º Livro de Prazos*, fl. 96; A.D.B., *3º Livro de Prazos*, fl. 65v).

[774] Ao emprazar umas casas com os seus exidos na Rua do Souto a Martim de Guimarães, onde se encontrava uma árvore, estabeleceu-se que: "[...] deRoyndose as ditas casas p*er* algum caso fortujto . asi como fogo terremoto *cetera* q*ue* o d*i*cto m*ar*tim de g*ui*m*ar*ae*s* no*m* seja obligado a corregellas [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 60v).

[775] A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 4v.

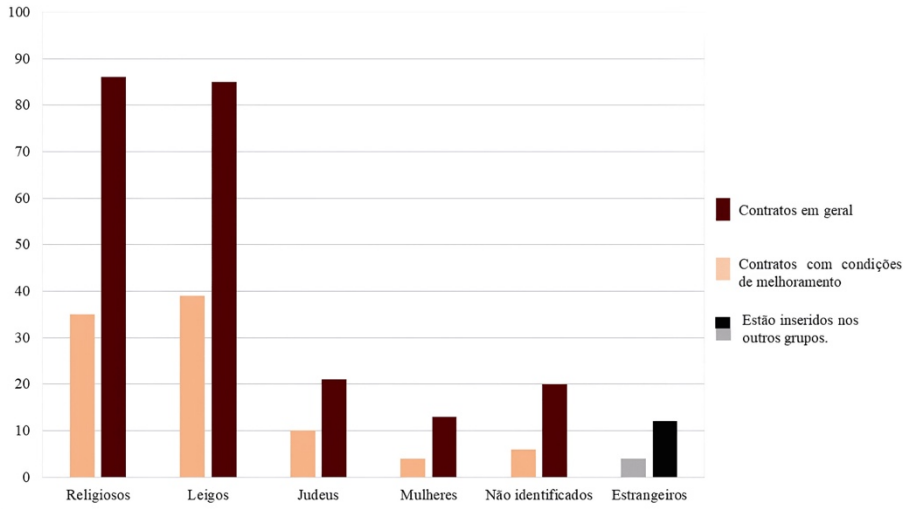


Gráfico 8. Contratos de emprazamento, em número absolutos, relativas às cláusulas de melhoramento, discriminados conforme as categorias sociais dos enfiteutas (1465–1502).

A reduzida incidência de cláusulas de melhoramento nos contratos celebrados com mulheres — quando comparada com os restantes grupos — deve ser analisada com cautela, atendendo às especificidades jurídicas e contratuais que enquadravam a sua participação enquanto enfiteutas. Com efeito, a documentação revela que, com frequência, o cabido exigia a apresentação de um fiador nos contratos envolvendo mulheres[776], mecanismo que parece visar o reforço da garantia no cumprimento das obrigações estipuladas.

Neste sentido, a presença do fiador não deve ser entendida como um dispositivo complementar de salvaguarda, acionado especificamente quando tais cláusulas eram concedidas a enfiteutas do sexo feminino, pelo menos no que concerne aos prazos urbanos da mesa capitular, aqui analisados, para cidade de Braga entre 1465 e 1510. A documentação, contudo, não explicita os critérios subjacentes a essa prática, o que impede a formulação de conclusões mais assertivas quanto à sua aplicação. Ainda assim, o padrão observado indicia uma gestão diferenciada das garantias contratuais por parte do cabido, compatível com os enquadramentos jurídicos e sociais que condicionavam a capacidade patrimonial feminina na Baixa Idade Média.

Ademais, a fiança não constituía a única medida preventiva adotada pelo cabido. Em muitas situações, os cónegos incluíam cláusulas penalizadoras cuidadosamente redigidas em situações de incumprimento das condições contratuais, as quais não se restringiam apenas às mulheres, mas a qualquer categoria integrante do acordo.

[776] Conforme referido por Pereira (2020, p. 23), em relação a dois exemplos documentados no Funchal e datados de 1495 — que reportam a necessidade de fiadores para que as mulheres pudessem exercer os seus ofícios —, observa-se que esta prática era recorrente e manifestava-se, predominantemente, no âmbito de relações de parentesco.

Estas penalizações não constituem um elemento excecional do regime enfitêutico, sendo antes inerentes ao próprio enquadramento jurídico dos contratos de prazo, amplamente difundido no espaço português medieval (Barros, 1945–1954, tomo 3, pp. 618–625). Todavia, nem todos os emprazamentos analisados explicitam de forma detalhada as sanções aplicáveis em caso de incumprimento. No *corpus* analisado, apenas 75 contratos — num universo de 216 emprazamentos (ou 225, se considerados os casos de escambo) — especificam penalizações pecuniárias concretas.

Quando mencionadas, essas cláusulas implicavam, regra geral, o pagamento de uma quantia em dinheiro e a consequente perda do prazo, aplicando-se à parte tida por *tente e aguardante*, isto é, àquela que infringisse as obrigações contratuais[777]. Os valores das penalidades revelam uma variação significativa, situando-se maioritariamente entre 1.000 e 5.000 reais brancos, raramente ultrapassando os 10.000 reais (ver Tabela 25). Mais do que particularidades locais, estas disposições refletem práticas correntes do direito enfitêutico medieval, comuns a diferentes contextos institucionais e territoriais.

Tabela 25. *Valor e incidência das penalidades por incumprimento nos contratos de emprazamento*

Valor da pena (reais)	Incidências	Fonte (A.D.B.)
1.000	14	*1º Livro de Prazos*..., fls. 2, 31v, 35v, 37, 37v, 38, 43, 48v e 56v *2º Livro de Prazos*..., fl. 95 *3º Livro de Prazos*..., fls. 1, 15, 24v, 29v, 32v, 33v, 34v, 35, 36, 38 e 65v *4º Livro de Prazos*..., fl. 21v
2.000	19	*1º Livro de Prazos*..., fls. 57v, 67, 68, 73v, 79v e 102 *2º Livro de Prazos*..., fls. 46, 89, 121, 135, e 229v *3º Livro de Prazos*..., fls. 32, 38, 40, 41, 42, 45v, 57v, 63v, 65, 68v e 70 *4º Livro de Prazos*..., fls. 39, 41, 51, 52v, 69 e 73
3.000	5	*2º Livro de Prazos*..., fls. 72, 100v, 111v, 203 e 204 *3º Livro de Prazos*..., fls. 61, 66, 67 e 91v *4º Livro de Prazos*..., fl. 68
4.000	5	*2º Livro de Prazos*..., fls. 112v, 153v, e 216 *3º Livro de Prazos*..., fls. 67v, 74v e 97 *4º Livro de Prazos*..., fls. 29 e 66v
5.000	21	*1º Livro de Prazos*..., fls. 33v, 101 e 108 *2º Livro de Prazos*..., fls. 1v, 38v, 54, 92v, 130, 174v, 175v, 179v, 186v, 215, 222, 225, 231, 236, 238 e 238v *3º Livro de Prazos*..., fls. 27, 45v, 46v, 51, 56, 59, 65, 69, 81, 82, 85 e 97 *4º Livro de Prazos*..., fl. 32
9.000	1	*2º Livro de Prazos*..., fl. 177 *3º Livro de Prazos*..., fl. 81v
10.000	10	*1º Livro de Prazos*..., fl. 121, *2º Livro de Prazos*..., fls. 52, 146, 156v, 172, 182v, 188v, 207v e 214 *3º Livro de Prazos*..., fls. 48, 58v, 72v, 75v, 79v, 83v, 85, 93v e 96v *4º Livro de Prazos*..., fl. 34
Total	**75**	

[777] A título de exemplo, apresenta-se um excerto relativo ao prazo de umas casas na Rua do Souto a Pero da Lama, peliteiro. O contrato estipulava que este, e os seus sucessores, "[...] faço*m* *e* rrefaçom . em eles q*ua*nta bem feytorja fazer podere*m* . *e* dentro em do*us* anos as corregero*m* / *e* no*m* podero*m* dar doar ve*n*der ne*m* scaynbar o di*c*to emprazamento ne*m* out*ra* cousa delle fazer sse*m* ma*n*dado *e* conse*n*time*n*to do di*c*to cabidoo *e* fazendoo q*ue* no*m* valha *e* pe*r*ca*m* o dito p*r*azo co*m* toda sua be*n*feytorja E q*ua*llq*uer* das pa*r*tem q*ue* cont*ra* o dito p*r*azo for e*m* todo ou e*m* parte q*ue* no*m* possa *e* pague aa parte teente *e* aguardante por pena *e* em Nome della cinq*ue* mjll rr*eais* bra*n*cos a qual pena leuada ou no*m* este p*r*azo Valler como e*m* elle faz me*r*ço*m* [...]" (A.D.B. *2º Livro de Prazos*, fl.175v e A.D.B. *3º Livro de Prazos*, fl.81).

Por fim, percebe-se um processo de transformação assinalável na construção urbana de Braga na segunda metade do século XV, quando comparado ao período documentado nos *Livros de Tombo*, em que o número de casas sobradadas havia diminuído de cinco, em 1369, para duas, em 1404. Esta tendência foi revertida conforme evidenciado nos contratos de emprazamentos entre 1475 e 1490, período em que o cabido emitiu dez cláusulas específicas visando o alteamento, ou seja, a transformação de moradas térreas em sobrados ou o acréscimo de pisos a estas (ver Apêndice XVI, pp. 39–40).

Entre 1478 e 1484, observa-se uma concentração relativamente elevada de contratos, com a formalização de, em média, um emprazamento por ano. Embora a ausência de séries comparáveis para períodos anteriores impeça a identificação de tendências evolutivas, este dado evidencia um momento de particular intensidade contratual no último quartel do século XV. Importa ainda notar que esses contratos não se circunscrevem ao interior do recinto amuralhado, abrangendo igualmente áreas periurbanas, como os arrabaldes dos Chãos e de Maximinos, o que atesta a integração funcional dessas zonas no tecido urbano de Braga no final da Idade Média.

Ademais, torna-se igualmente percetível a pressão para ocupar terrenos vagos, como aquele que parece ser uma unidade de exploração rural ou semirrural, dada a proximidade com a cidade, designada nas fontes como Castel Meijão, situado junto à igreja de São Sebastião. Este impulso de ocupação encontra paralelo nas iniciativas empreendidas pelo concelho da cidade que visava fomentar a venda e aforamento de lotes de terrenos na cidade e junto às muralhas, muito em função de que 47% dos seus bens eram rossios ou chãos (Martins, 2015, p. 580)[778].

[778] *Vd.* pp. 213–214.

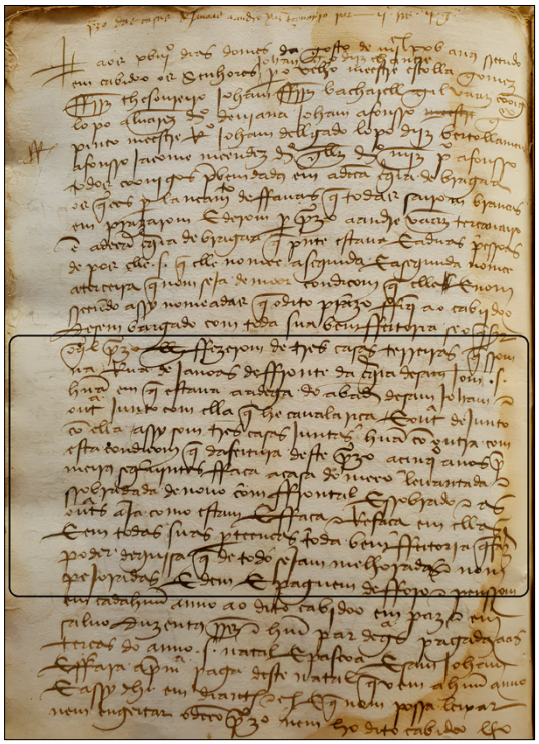


Figura 104. Documento de contrato de emprazamento constante do primeiro *Livro de Prazos* (fl. 48), correspondente ao conteúdo do fólio 121 do terceiro *Livro Prazo*, no qual se destaca, assinalada em retângulo, a cláusula referente à obrigação de transformação do imóvel.

Em última instância, convém ressalvar que, num desses contratos de emprazamento com cláusulas de alteração de moradas térreas para sobradadas, foi possível identificar na cartografia histórica três propriedades situadas no largo em frente à Igreja de São João do Souto. Portanto, tendo em conta que o cabido, em 18 de agosto de 1475, solicitou que apenas a propriedade central fosse elevada a sobrado, corrigindo para isso a fachada e mantendo as duas casas contíguas como térreas, foi possível localizá-las na cartografia:

> [...] o qual prazo lhe ffezerom de tres casas terreiras q*ue* ssom na Rua de Janoas de ffronte da eg*r*ia de sam Jo*ha*m .*scilicet*. assy som tres casas Juntas hu*rr*a co*m* outra . com esta condiçom q*ue* da feitura desta p*r*azo a çinqu*o* anos p*ri*meir*os* segujntes ffaça a casa do meeo levantada *e* ssobradada de nouo com frontal E sobbrado *e* as out*r*as aJa . como estam [...] (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 121 e *3º. Livro de Prazos*..., fl. 48).

Conforme destacado na "Figura 108", a Igreja de São João do Souto tinha a sua fachada voltada para o poente, na direção do Largo de São João do Souto, também conhecido como Largo da Rua de Janes. Nota-se neste espaço três casas ilhadas que, presumivelmente, davam continuidade a esta rua, ficando nesta disposição devido a um possível rearranjo urbano no entorno da igreja. De modo ilustrativo é possível reconhecer estas três casas no *Mapa de Braunio* (1594), estando sobradada, unicamente, a do meio sendo, tal como estipulado pela cláusula do

contrato. Do mesmo modo estas casas são figuradas no Mapa de *Braga Primaz* (1755), porém, neste mapa todas as casas apresentam alteamento, com novas variações na sua estrutura, mantendo-se sempre a casa central mais alta que as dos flancos.

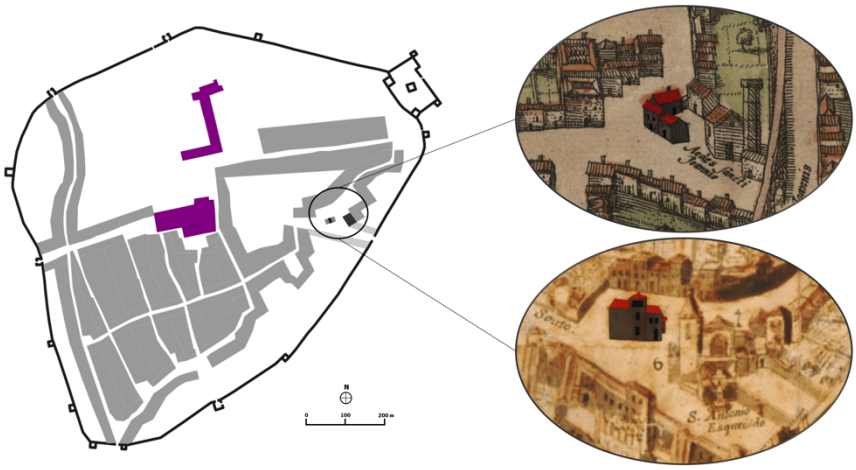


Figura 105. Posicionamento das três casas localizadas no Largo de São João do Souto/Largo da Rua de Janes, cuja última representação cartográfica remonta a 1755 (imagem à direita, em posição inferior). No mapa de Braunio, datado de 1594, observam-se os mesmos edifícios emprazados: uma casa sobradada ao centro, ladeada por duas casas térreas. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Por fim, na planta topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard (1883/1884), as referidas casas já não se encontram presentes na cartografia. Esta ausência cartográfica indicia a sua demolição entre a segunda metade do século XVIII e meados do século XIX.



Figura 106. Mapa de 1883/1884 em que as três casas anteriormente situadas no Largo de São João do Souto já não se encontram representadas. (*Planta Topográfica da Cidade de Braga*, de Francisque Goullard, do Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga). Edição do autor.

CAPÍTULO 6. O ESPAÇO PERIFÉRICO EXTRAMUROS

1. A Zona Periurbana medieval de Braga



Figura 107. Reconstituição estimada do espaço periurbano da cidade de Braga, baseada na análise das fontes documentais e da cartografia histórica, tomando como referência a configuração urbana correspondente à cerca tardo-medieval (séculos XIV–XV). A simbologia adotada representa: a amarelo, as possíveis habitações ou entradas de propriedades ao longo das vias extramuros; a castanho-acinzentado, as áreas de ocupação dos arrabaldes; a azul, as fontes, canos, rios ou elementos relacionados com a água identificadas na documentação; a preto, os edifícios religiosos; a ocre, as propriedades cuja localização foi conjeturada com base na documentação e cartografia histórica; e a pontilhado, os percursos viários de traçado conjetural. Elaboração do autor.

De acordo com os critérios de delimitação da zona periurbana estabelecidos no capítulo 2, procedeu-se a uma proposta interpretativa de reconstituição espacial, considerando um raio aproximado de 1 km a partir do núcleo central da cidade — a Sé Catedral. A adoção deste perímetro não decorre de uma escolha arbitrária, mas antes de uma delimitação operacional sustentada por múltiplos indicadores de natureza morfológica, funcional e documental. Assim, o raio de cerca de

1 km corresponde a um espaço cercano ao traçado da muralha tardo-medieval, onde se verifica uma maior densidade de vestígios documentais relativos a propriedades, unidades de exploração agrícola, equipamentos assistenciais e infraestruturas viárias associadas ao abastecimento da cidade. Esta delimitação integra, igualmente, os limites das igrejas paroquiais periféricas mais próximas de Braga — cuja implantação, em vários casos, remonta às antigas basílicas cemiteriais paleocristãs —, bem como o curso do rio Este e os principais eixos viários que irradiavam do núcleo urbano, estruturando a relação entre a cidade e o seu espaço periférico.

Acresce que este perímetro encontra respaldo na confrontação com a cartografia histórica disponível, designadamente o *Mapa de Braunio* (1594), o *Mapa de Ruas de Braga* (c. 1750), o *Mapa de Braga Primaz* (1755), a *Planta da cidade de Braga* de 1854, elaborada por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, e a *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/1884), cuja análise comparada permite reconhecer a persistência – ainda que sujeita a transformações – de elementos constitutivos.

Assim sendo, no plano físico-natural, a sul, a delimitação do espaço periurbano tem como referência a barreira fluvial constituída pelo rio Este, cuja importância ultrapassa a mera função de limite espacial. Este curso de água estruturava um conjunto de atividades económicas fundamentais —como a moagem e o curtume —, desempenhando, assim, um papel relevante na organização funcional da periferia meridional da cidade.

No que respeita aos marcadores arquitetónicos de carácter religioso, a delimitação proposta ancora-se na nossa delimitação nas igrejas localizadas no entorno urbano – herdeiras de antigas basílicas cemiteriais paleocristãs –, como São Vicente, a nordeste, e outras que se consolidaram como paróquias durante o período medieval, nomeadamente São Vítor, a nascente, e São Pedro de Maximinos, a poente, todas elas localizadas num raio aproximado de 1 km. Estas instituições religiosas não devem ser entendidas como elementos isolados, mas antes como polos estruturantes de circulação e fixação, articulados com a cidade através de caminhos que asseguravam a mobilidade de pessoas, bens e práticas religiosas e que, em certos casos, favoreceram a formação de núcleos habitacionais mais densos, como os arrabaldes dos Chãos e de Maximinos.

Importa igualmente considerar as freguesias urbanas cujo território se estendia para além da muralha de finais do século XIV. A documentação medieval evidencia, com efeito, esta continuidade territorial entre o espaço habitado intramuros e as áreas situadas no seu exterior. Tal realidade observa-se, por exemplo, nas paróquias de Santiago da Cividade, a sul, e de São João

do Souto, a oriente (ver Figura 108), cujo alcance paroquial incluía propriedades localizadas para além da cerca urbana. O quarto *Livro de Tombo* conserva referências explícitas a este tipo de situação, mencionando propriedades rurais situadas fora da muralha mas pertencentes administrativamente a freguesias urbanas. É o caso de um "lugar" localizado "[...] e*m* cima dos chaaos [...]", então identificado como pertencente a "bragaa fre*guesi*a de sanhoane"[779].

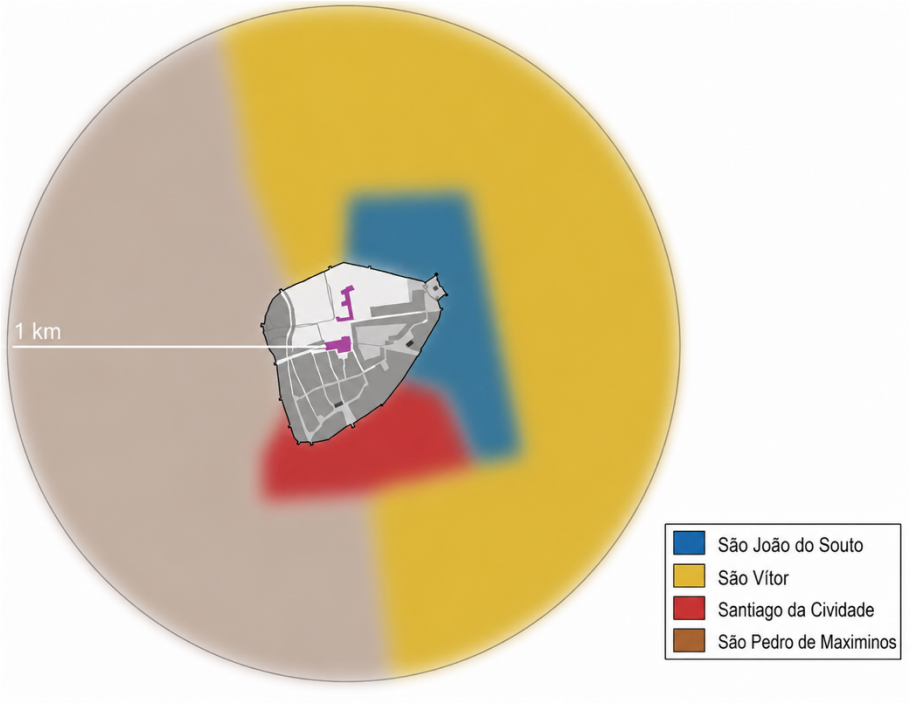


Figura 108. Reconstituição estimada das áreas sob influência das igrejas paroquiais de Braga, baseada na análise qualitativa das referências documentais a propriedades pertencentes ou vinculadas às respetivas paróquias, identificadas sobretudo nos *Livros de Tombo* e *Livros de Prazos*, e articuladas com a cartografia histórica. Elaboração do autor.

A partir destes pressupostos, a análise do espaço periurbano foi organizada segundo uma abordagem setorial, estruturando-se em quatro grandes setores — Este, Sul, Oeste e Norte —, definidos em função da sua relação com a cidade murada e com os principais eixos de circulação. Cada setor é examinado a partir das portas da muralha medieval que lhe estavam associadas, entendidas como elementos-chave de conexão entre os espaços intramuros e extramuros.

As portas desempenhavam uma função primordial enquanto pontos de acesso regulado, concentrando fluxos, controlando entradas e saídas e assegurando a ligação entre a cidade e o território envolvente. A sua existência pressupunha, necessariamente, a presença de um sistema viário complementar, constituído por caminhos exteriores que garantiam a conectividade com zonas agrícolas, áreas produtivas e núcleos habitacionais periféricos.

[779] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 33.

Estes caminhos organizavam-se de forma hierarquizada: a partir dos eixos principais que convergiam nas portas da muralha e desenvolviam-se em ramificações secundárias que estruturavam o espaço periurbano. Em alguns casos, a maior densidade e regularidade destas redes viárias esteve associada à consolidação de arrabaldes, entendidos como aglomerados extramuros com maior organização espacial e funcional, sendo comum a sua associação à presença de igrejas paroquiais.

Deste modo, a análise da evolução de cada setor da zona periurbana ao longo da cronologia estabelecida tomará como referências estruturantes as portas da muralha medieval e os caminhos exteriores a elas associados, na medida em que constituíam os principais dispositivos de conexão entre a cidade e o seu couto, funcionando, igualmente, como pontos de convergência e redistribuição dos fluxos e processos urbanos e periurbanos (Panerai, 1983, p. 15).

1.1. Setor Este



Figura 109. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Este. Elaboração do autor.

O setor oriental da zona periurbana de Braga corresponde à área extramuros desenvolvida ao longo do flanco oriental da muralha medieval, tendo como principais pontos de articulação com o intramuros a Porta de São João e a Porta do Souto. A partir destes acessos, estruturava-se um espaço articulado com a cidade, organizado em torno de eixos viários e marcadores religiosos que asseguravam a ligação ao território envolvente.

Os limites funcionais deste setor são definidos pela existência das igrejas de São Vicente, a nordeste, e de São Vítor, a oriente, bem como pelo eixo de circulação que conduzia à ponte de Guimarães. Neste enquadramento inserem-se alguns dos principais caminhos exteriores à muralha oriental, designadamente a Rua dos Chãos, a Rua da Corredoira, a Congosta de Palmeira e o caminho de ligação à referida ponte.

A configuração deste espaço periurbano encontra-se associada à paróquia de São Vítor e à paróquia de São João do Souto, cuja implantação junto à muralha oriental e cuja projeção patrimonial extramuros contribuíram para a estruturação e consolidação deste setor.

1.1.1 A Rua dos Chãos (antiga via XVIII romana)

Corresponde ao traçado que parte da Porta do Souto, com rumo ao norte/nordeste, em direção à igreja de São Vicente. Tal como já referido anteriormente, antiga via XVIII de época romana**,** datável do período flaviano (79 a 81 d.C.), que reforçou a ligação a *Asturica Augusta* pelo interior da zona do Bierzo (Tranoy, 1982). A mesma via era também denominada Geira ou Jeira (Carvalho, 2008, p. 329). Com grande probabilidade era ao longo deste percurso que se desenvolvia um aqueduto que abastecia a cidade romana proveniente dos aquíferos das Sete Fontes[780].

A cerca de 800 metros da Porta do Souto, ao longo deste mesmo eixo viário — que, em período medieval, se organizaria no traçado da Rua dos Chãos — localizava-se um templo dedicado a São Vicente, edificado, segundo o padrão de implantação sobre necrópole, ao longo da via da Geira, sendo considerado um dos mais antigos núcleos de povoamento paleocristão (Fontes, 2009, p. 280). A evidência para esta antiguidade assenta num epitáfio, provavelmente pertencente a esta antiga basílica, datado de 1 de maio de 618, descoberto durante a reconstrução da Igreja de São Vicente em 1565 (Costa, 1997, p. 101). A inscrição nele gravada, "*Remisnuera aqui descansou em paz*", indica a continuidade das práticas funerárias cristãs na região, atestando a continuidade da presença cristã organizada neste espaço.

[780] *Vd.* p. 205.



Figura 110. Inscrição fúnebre dedicada a Remisnuera, atualmente preservada na Igreja de São Vicente, em Braga. (Fontes, 2001, p. 280)

Este aglomerado populacional desenvolveu-se até se constituir na futura freguesia de São Vicente, ainda que com estatuto formal somente a partir da Idade Moderna. Já na Idade Média, integrava uma localidade que incluía uma *villa* denominada *Infidias* (atualmente Ínfias), a qual se associou, com o decorrer do tempo, a São Vicente, cuja basílica era referida como São Vicente de Ínfias (Costa, 1997–2000, p. 101). Essa informação é reportada pela documentação do *Liber Fidei*, que entre 905 e 910[781] dá conta da ação do rei asturiano Afonso III, o qual, após reunir um poderoso exército na Galiza, avançou para sul restaurando as antigas cidades e bispados das terras da antiga *Gallaecia*, raziadas pelos mouros. Esta ação visava igualmente a demarcação dos termos das cidades recuperadas, tendo outorgado ao metropolita Flaviano Recaredo, então residente em Lugo, o termo de Braga[782].

O texto relata um monte situado entre Castro Máximo e a "*villa* de *Infidias*", onde foi encontrado um sinal de São Vicente: " [...] *atque prima pars per illo Castro qui Maximo appellatur et inde venerunt ad montem qui est inter ipsum locum et villa qui dicunt Infidias et invenerunt ibi caracterem Sancti Vicentii* [...]"[783].

Em 911, um outro documento relativo à delimitação do termo de Dume — diocese partilhada com Braga — por ordem de Ordonho II, menciona novamente o "lugar e *villa* de Ínfias", situado após subir um monte onde fora encontrado o sinal de São Vicente, descrito como gravado em pedra: "[...] *ascendimus in montem qui este inter ipsum locum et villa quem dicunt Infidias, invenimus ibidem in petra caracterem Sacti Vicenti [...]*"[784].

[781] Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 19, pp. 78–81, fls. 10v–11v; *Rerum Memorabilium*, III, fl. 157v; A.D.B., *Coleção Cronológica*, cx. 1, doc. 1).

[782] Ver nesta tese: capítulo 3., em 2.3. A reorganização territorial de Braga nos séculos IX e XI.

[783] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (132Tomo 1, doc. 17, p. 76, fls. 37–38).

[784] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 19, pp. 78–81, fls. 10v e 11; *Rerum Memorabilium*, III, fl. 157v). Segundo a edição crítica da obra do *Liber Fidei*, comentada por José Marques, há uma outra cópia deste documento, porém do século XI, escrita em caracteres visigóticos redondos (A.D.B., *Col. Cron.*, cx. 1, doc. 1).

A persistência desta designação enquanto *lugar* e *villa* nos anos de 1100[785] e 1152[786] poderá atestar a persistência de uma memória toponímica associada à antiga ocupação rural do território, eventualmente relacionada com estruturas fundiárias herdadas da época romana. Contudo, segundo um documento de 1216[787], verifica-se uma alteração significativa na sua categorização, sendo então referenciada como casal, na medida em que um certo Casal de Ínfias fora alvo de escambo por uma quinta em *Ponegate*, propriedade localizada no atual concelho de Vila Verde. Esta mutação terminológica é aqui interpretada como indício de uma reconfiguração da organização fundiária local, verificável entre os séculos XI e XIII.

No que se refere ao tramo inicial da Rua dos Chãos, nas imediações da Porta do Souto, este encontrava-se inserido na freguesia de São João do Souto. O registo mais antigo por nós compulsado, referente a este arruamento, data de 1369, indicando que o seu traçado inicial era então conhecido como Rua do Eirado, onde existia um "grande eirado" confinante com várias propriedades, e, a seguir, dava sequência à Rua dos Chãos até alcançar um local denominado Carvalho de Ramos[788].

Embora a documentação do primeiro *Livro de Tombo* trate separadamente as ruas do Eirado e dos Chãos, bem como o troço da Rua dos Chãos até ao Carvalho de Ramos[789], é possível aferir uma organização integral das propriedades existentes no trajeto que unia estas duas seções em 1369, de modo a compreender a sua constituição habitacional, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Tabela 26. *Lista das propriedades ao longo do trajeto do Eirado ao Carvalho de Ramos entre 1369 e 1380, conforme o primeiro Livro de Tombo*

Propriedades	Morador / Emprazador	Destruída	Valor
Rua dos Chãos em direção ao Carvalho dos Ramos pelo parcelário a direita (Alçado Este)			
Casa	Álvaro Vasques, mercador	Não	0,5 maravedi (censo)
3 casas e 1 pardieiro	Traz Pero Beriu[?] cónego, são das pertenças do Lugar dos Chãos	Não	Não se paga

[785] Em 1 de janeiro de 1100, Mendo Guterres doou à Sé de Braga a sua herança, especificamente a "*Villa de Tornadoiros*", situada nas proximidades do Castro Máximo, entre a colina e São Vicente de Ínfias. O documento original descreve a doação: "[...] *quos abemos in villa Tornadoiros ad radice Castro Maximo inter illa colina et Sancti Vicenti de Infidias* [...]" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 655, pp. 895 e 896, fl. 174).

[786] Em 4 de abril de 1152, D. João Peculiar (1138–1175) concedeu a Pedro Agistrin e Pedro Canavel terrenos localizados em Penelas, próximos a um souto e ao caminho de Ínfias a Fontanelo: "[...] *de una senra quam habeo in Penelas et iacet inter illud sautum de Penelas et illam viam que vadit de Infias ad Fontanelo et de aliam partem per illam viam que vadit ad sanctum victorem [...]*" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 805, p. 108, fls. 213 e 213v).

[787] Em novembro de 1216, o topónimo "Ínfias" é associado a um casal quando o arcebispo D. Estevão Soares da Silva (arcebispo até 1228) escamba com D. Pôncio um "Casal de Ínfias" por uma quinta em *Ponegate* (atual Vila Verde). O documento descreve a transação da seguinte forma: "[...] *Damu itaque vobis illud casale meum de Infias quod fuit domni Petri Roxo* ..." (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 884, pp. 1191—1193, fl. 237.

[788] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 133. O Carvalho dos Ramos deve ter sido um topónimo bem conhecido e densamente arborizado na época. No primeiro *Livro de Tombo* refere-se a um local onde havia um pombal e uma vinha, mencionada como Vinha do Torneiro: "Jt*em* o Logar com sua Deuesa *e* poonbal q*ue* soya de sséér vinha q*ue* chama*m* do Torneyro Traseo Domi*n*gos martij[n]z Mil l*i*bras por dou m*a*ravidis *e* dez oyto soldos *e* huu*m* par de Capooe*es* E esta este logar ao Carualho dos Ramos (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 32).

[789] A Rua do Eirado é mencionada como "Rua do Eirado e Rua dos Chãos". Depreende-se que o escrivão se refira à transição entre ambas as vias ou à extremidade sul da Rua dos Chãos, zona que apresentava maior densidade urbana e que comunicava com um amplo eirado.

2 casas	Morou Geraldo, carniceiro e trazia emprazada a sua mulher	Não	4 maravedis
Casa	Trazia Tareiga a Cerejeira	Não	5 maravedis
Casa (estava além da Porta do muro velho)	Tareiga	Não	3 maravedis
Rua dos Chãos em direção ao Carvalho dos Ramos pelo parcelário a esquerda (Alçado Oeste)			
Casa	Foi de Domingos Domingues da Cruz traz emprazada o Costumeiro	Não	2 maravedis
Casa dos Chãos	É da Sucessão que traz o Abade de Nogueira	Não	1 maravedi (censo)
Rua do Eirado e dos Chãos fora da cerca			
Casa	Foi de Martim, abade	Sim	0,5 maravedi (censo)
Casas	Foram de Martim Peres da Cónega e trouxe Francisco	Sim	9 maravedis
Casas do Eirado	Trazia Pero Martins	Sim	3 maravedis
Casas	Trazia João Domingues Leitão	Sim	5 libras
Casa	Trazia Fernão, ferrador	Sim	1 maravidi
Casa	Trazia Maria Giraldes	Sim	1 maravedi
Casa	Urraca Pires	Sim	1 maravedi
Casa	Foi de João de Palmeira, trazia Nuno Gonçalves, vinhateiro	Sim	1 maravedi
Casas	Foram de Soeiro Cosido, vogado, e são de João Pires Pombinho	Sim	0,5 maravedi
Casa	Trazia Soeiro Anes, clérigo	Sim	3 maravedis (censo)
Casa	Foi de Pero Afonso	Sim	0,5 maravedi (censo)
Casa	Foi de Elvira Anes	Sim	1 maravedi (censo)
Casas	Foram de Beito [Bento] Peres, trazia Catarina	Sim	3 maravedis
Casas (2 moradas)	Foram de João Silvestres	Sim	6 maravedis
Casas	Trazia Rodrigo, sapateiro	Sim	4,5 maravedis
Casas	Trazia Maria de Braga	Sim	3,33 maravedis
Casas	Trazia Lourenço Esteves, clérigo	Sim	4,33 maravedis
Casas	Trazia Margarida Martins	Sim	2,33 maravedis
Casas	Trouxe João Alvacor	Sim	7 maravedis
Casas	Trazia Pero, homem do Deão	Sim	3 maravedis
Casas do Eirado	Trazia Martim Vicente	Sim	2 maravedis
Casas	Trazia a filha de Pero Martins de Sepetelos	Sim	2,25 maravedis
Casas do Eirado (a par da Albergaria)	Não indica	Sim	34 soldos
Casas	Trazia Vasco Palmeira	Sim	4 maravedis
Casa	Foi de Estevão Martins Narizes	Sim	1 maravedi (censo)
Casa dos Chãos	Trazia Álvaro	Sim	1.000 libras por 1 maravedi
Casa dos Chãos	Trazia João Martins Montouriol	Sim	2 maravedis
Casas dos Chãos (2 mordas)	Trazia João Martins Montouriol	Sim	8 maravedis
Casa	Trazia Martim Domingues	Sim	2,5 maravedis
Casa dos Chãos	Trazia Álvaro	Sim	1.000 libras por 4 maravedis
Casa	Trazia Criadinha	Sim	2,5 maravedis
Adega	Trazia Álvaro Pires, carpinteiro, e Pero d'Aldasa	Sim	12 maravedis
Casa	Trazia Francisco Silvestre	Sim	6 maravedis
Casa	Trazia Giraldo Barrel	Sim	2 maravedis

A análise da listagem das propriedades destas ruas revela que, à exceção de uma albergaria situada no Eirado, todas as 34 propriedades que compunham a Rua do Eirado e o início da Rua dos Chãos se encontravam completamente destruídas. Em contraste, outras sete propriedades que se estendiam pela Rua dos Chãos até ao Carvalho dos Ramos — duas no lado esquerdo e cinco no lado direito — permaneciam intactas.

Como se tem vindo a sustentar ao longo desta tese, a destruição destas propriedades encontra-se associada ao ataque realizado a Braga pelas tropas de Henrique de Trastâmara encontra-se na origem da destruição destas propriedades. Verifica-se que a parte mais próxima à cidade, também a mais densamente edificada, foi a mais afetada por esta ofensiva em 1369, resultando na ruína das áreas com maior concentração de edifícios, enquanto os segmentos mais afastados deste itinerário sofreram menores danos.

Os tombos subsequentes, datados entre 1393 e 1404 (ver Tabela 27), indiciam que a Rua do Eirado e dos Chãos[790] já não se encontravam registados em conjunto. Ainda que o topónimo Eirado tenha subsistido até ao século XVIII (Ribeiro, 2008, p. 462), a partir deste tombo são mencionadas apenas as propriedades da "Rua dos Chãos em direção ao Carvalho de Ramos", cujo trajeto terá uma redução de sete propriedades emprazadas para quatro. Dessas, duas estavam destruídas e, das restantes, uma não cobrava emprazamento.

Não obstante, uma dessas propriedades consistia em quatro casas que formavam a unidade de exploração rural designada Lugar dos Chãos — também categorizada, em outros documentos, como casal que pertencia à freguesia de São Vítor —[791], evidenciando o carácter heterogéneo desta artéria, comportando mais elementos de cariz rural do que urbano na última década do século XIV. Ainda assim, é possível atestar uma leve estabilidade deste percurso cerca de uma década mais tarde, com cinco propriedades emprazadas, todas em bom estado de conservação e gerando rendimentos contratuais significativos ao cabido.

Tabela 27. *Inventário das propriedades na Rua dos Chãos conforme o segundo e terceiro Livros de Tombo (1393–1404)*

Propriedades	Morador / Emprazador	Destruída	Valor
Rua dos Chãos no *2º Livro de Tombo* (1393–1394)			
4 casas (pertence ao Lugar dos Chãos)	Mora o Chamição	Não	Não indica
5 casas	Moraram Geraldo e Tareiga, a Cerejinha	Sim	Não indica
Casa	Mora e empraza o Costumeiro	Não	2 maravedis
Casa	Foi da sucessão que trazia o Abade de Nogueira	Sim	Não indica
Rua dos Chãos no *3º Livro de Tombo* (1403–1404)			
4 casas	Traz o Chamiço	Não	Não se conta
Casas	Mora Fernanda de Vila Maior e traz Álvaro Rodrigues	Não	1 maravedi
Casas (a par as de cima)	Traz Domingos Chamiço	Não	1 maravedi
Casas com seu exido	São da sucessão do Abade de Nogueira	Não	1 maravedi
Outras casas	Traz Vasco Gonçalves	Não	2 maravedis

Na segunda metade do século XV, mais precisamente após 1467, num documento referente a umas casas no Lugar dos Chãos[792], evidencia-se um tecido habitacional densamente ocupado, sendo esta rua qualificada nas fontes, a partir de 15 de fevereiro de 1469 como "arrabalde" e, em 19 de julho de 1476, explicitamente como "arrabalde dos Chãos"[793].

[790] Assim era denominado o percurso inicial segundo as fontes, a Rua do Eirado e dos Chãos, sendo, subsequentemente, continuada pela Rua dos Chãos até o carvalho de Ramos.

[791] Segundo o prazo do Lugar dos Chãos é descrito como "[...] o qual casal tem estas demarcações..." (A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fl. 52) e que estaria adscrito na listagem das propriedades da freguesia de São Vítor (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 51). É possível verificar outras propriedades dos "Chãos" que aparecem inseridas na freguesia de São Vítor: "Pella sosjço*m* de giral barel *e* pelo logar dos chaaos q*ue* traz A*fons*o Lo*uren*ço do garaujtal aqual ora trages o M*estr*e scolla vj ssso*ldos* deçe*n*so po*r* sam Martjnho [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 48); "[...] Hu*m* ca*mp*o q*ue* pra h*e* vjnha co*m* seu pardeiro encima dos chááos trageo Lo*uren*ço fereiro e*mpraz*ado po*r* çijnq*ue* m*aravidis* meos q*uartos* [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 50); e "[...] o casal dos chaaos co*m* suas casas *e* poo*m*bal trageo e*mpraz*ado d*omingos* chamjço po*r* dez e seis m*aravidis e* d*ous* capoes [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 51).

[792] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 22 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 20.

[793] "Jt*em* aos xix d*ias* do mes de julho de 76 e*mpraz*ou o cabijdo solenem*en*te a g*onçal*o g*onçall*vez <o moco> ataqueiro E a marja an*n*es sua molher no*m* p*r*esente *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dant*re* ambos ho qual hi noma vendo a huu*m*a p*er*soa *cetera* . as casas *e* emxid*os* q*ue* ssom no aRaualde dos chaao*s* [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 1v e *3º Livro de Prazos* ..., fl. 51).

A partir dos dados é possível constatar que o cabido empreendeu sete emprazamentos entre 1467 e 1500 nesse arrabalde, com o primeiro e o último a serem inventariados no Lugar dos Chãos. Nesses emprazamentos, percebe-se que o escrivão, ao definir a posição geográfica dos bens, referia-se, indiretamente, a um importante conjunto de outros edifícios adjacentes, indicando que o arrabalde dos Chãos era copiosamente habitado.

Distingue-se ainda a prática do cabido de incluir, em todos os contratos, cláusulas de melhoramento, algumas das quais especificavam as alterações construtivas a serem empreendidas, visando, desta forma, assegurar, expandir e valorizar monetariamente o seu património. Um exemplo sintomático é o prazo feito ao tecelão Vasco Fernandes, que deveria, dentro de quatro anos, reconstruir as paredes, as estruturas de madeira, as portas, as telhas e todos os elementos necessários para restaurar, adequadamente, umas casas térreas[794]. Este contrato evidencia, por seu turno, a crescente pressão sobre o espaço disponível, traduzida na exigência de verticalização das estruturas como resposta à progressiva densificação do arrabalde. Esse fenómeno é ainda percebido no contrato firmado com o escudeiro fidalgo Lopo da Silva, que deveria, dentro de dez anos, construir umas casas sobradadas sob pena de 10.000 reais em caso de incumprimento[795].

Situação semelhante verificou-se com o ataqueiro Gonçalo Gonçalves Moço, e a sua mulher Maria Anes, que estavam obrigados a, dentro de dois anos, corrigir e reparar as paredes, sobrados, as estruturas de madeira, os telhados, os compartimentos e os frontais de umas casas com exido, anteriormente emprazadas ao alcaide Álvaro Pires, sob pena de pagar 5.000 reais em caso de incumprimento[796].

---

[794] "Jt*em* aos xv d*ias* do dicto mes de feuereiro de iiij^{c} lxix em a dicta casa do cabijdo nouo [...] Emp*raz*arom hu*m*as casas térreas q*ue* som na Rua dos chaao*s* arrabalde da dicta Cydade q*ue* ora Som Em pardieiro [...] *e* daq*ui* ata a q*ua*tro anos p*rim*eiros Segujntes o dicto v*as*co f*err*n*and*ez Se obrjgou as faz*er e* rrefaz*er* de nouo .*scilicet*. parede *e* madeira E telha po*r*tas *e* as outras cousas neçessarjas sem falecer cousa [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 31v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 24v).

[795] "Jt*em* xxj dias do mês dabril de iiij^{c}lxxv an*os* na casa do cabidoo *e cetera* [...] emprazarom hu*m*as casas terreiras q*ue* forom duas moradas q*ue* o dicto cabidoo ha na Rua dos chaa*os* ao q*ua*nto da rrua da p*ar*te esquerda q*ua*ndo vaao p*er*a a dita Rua d*os* chaao*s* [...] o q*ua*l prazo fezerom a lopo da sillua escud*ei*ro fidallgo [...] levantem as dita casas *e* as façam ssobradadas de huu*m* sobrado / E dhi em diante façam E rrefaçam em ella E suas pertenças toda bem feitoria q*ue* fazer poderem [...] E o dito Cabidoo assy lho outorgou . E p*ro*meterom guardar *e* conp*ri* ssob pena de pagar o q*ue* con*tra* ello for em parte ou em todo aa outra p*ar*te teente *e* aguardante dez mjl rr*eais* [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 115v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 48).

[796] "Jt*em* aos xix dias de junho de 76 [...] derom p*er* p*raz*o a g*onçal*o g*onçal*lvez o moço ataqueiro E a maria an*n*es, sua mu*lher* [...] as casas *e* enchidos q*ue* estam no arrabalde dos chaao*s* [...] co*m* esta comdiçom q*ue* eles as correga *e* Repaire*m* das paredes *e* sobrad*os e* madeira *e* telhad*os* E sobrad*os* E Rep*ar*timen*tos e* frontaae*s e* de todallas out*ras* cousas q*ue* lh*e* fezerem mester da feitura deste p*raz*o a dous anos p*rim*eir*os* [...] sob pena de q*ual*q*uer* q*ue con*t*ra* ffor pagar aa p*ar*te teente *e* agu*ar*dante Cinq*uo* mjl rr*eais* branc*os* [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 1v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 51.

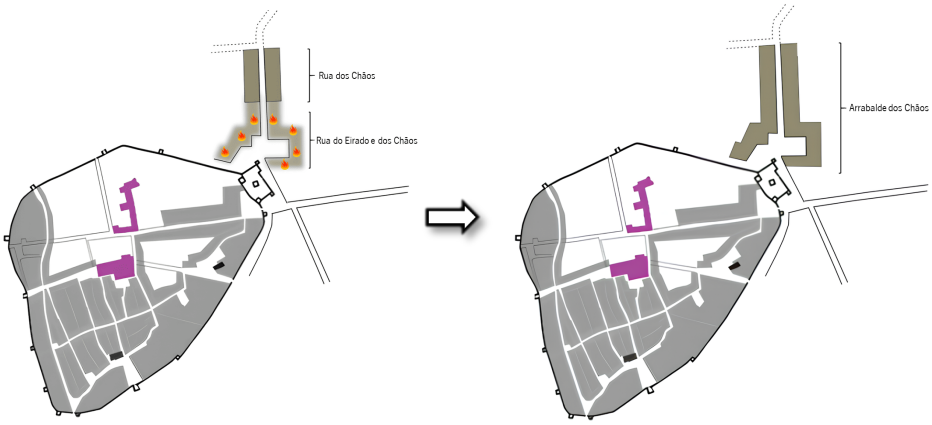


Figura 111. À esquerda, representação da situação em 1369, aquando do ataque castelhano, com destaque para as áreas predominantemente destruídas ao longo dessas vias. À direita, representação do Arrabalde dos Chãos na segunda metade do século XV, evidenciando a reocupação e reorganização do espaço habitado; os lotes ocupados encontram-se assinalados a castanho-acinzentado, enquanto as áreas representadas em castanho-acinzentado difuso, acompanhadas por simbologia de chama, indicam os espaços que terão sido arrasados durante o episódio destrutivo. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Ainda assim, o incremento da edificação neste arrabalde coexistiria com características rurais, como se verificou no caso do Lugar dos Chãos, documentado tanto no quarto *Livro de Tombo* quanto no quarto *Livro de Prazos*. Esta última fonte apresenta uma descrição particularmente detalhada, conforme se pode consultar nos apêndices (ver Apêndice XVII, pp. 41–44).

Conforme se analisa no subcapítulo seguinte, relativo à exploração agrária, esta unidade de exploração rural, cujo núcleo produtivo, isto é, a cabeça da propriedade, se orientava para a rua pública do arrabalde dos Chãos, era relativamente grande com uma produção diversificada. Segundo um outro prazo estabelecido com Martim de Guimarães e sua mulher Aldonça Rodrigues, em 20 de novembro de 1500[797], referente à mesma, ora contava com dois palheiros, uma eira, quinteiros, casinhas para porcos, bois e outros gados, além de uma cozinha. Fronteira a esta última, situava-se a habitação do caseiro, localizada atrás de uma torre em ruínas que "entestava" com a rua pública. Esta torre, na parte de cima, era adjacente à "Porta Fronha" (entrada principal) da propriedade murada, onde também havia outras três casas danificadas.

A área de cultivo do Lugar dos Chãos compreendia um campo amplo organizado em três vessadas, próximo de uma forca[798], uma fonte, uma horta e diversas árvores frutíferas, incluindo figueiras, pereiras, macieiras e duas laranjeiras. Existiam também alguns carvalhos e uma pequena vinha que produzia cerca de 20 almudes de vinho.

No perímetro deste trajeto localizava-se também um campo denominado Penelas (ver Apêndice XVIII, p. 80), completamente cercado e, embora não produzisse pão, constituía uma boa vessada

[797] A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fls. 52–54 (ver Apêndice XVII, pp. 41–44); previamente, em 7 de setembro de 1467 havia sido emprazado a Martim Esteves dos Chãos e a sua mulher Isabela Gonaçalves (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 20).
[798] "Jt*em* alle*m* delle outra Vessada cont*ra* a forca de maa terra [...]" (ver Apêndice XVII, pp. 42–44).

para pastagens. Toda a propriedade era atravessada por um "cano de água", provavelmente referente a um ramal secundário do aqueduto romano proveniente das Sete Fontes, que abasteceria a zona rural dos "chãos".

Tabela 28. *Propriedades na Rua dos Chãos Documentadas nos Livros de Prazos*

Ano	Propriedades	Emprazador	Valor	Fonte (A.D.B.)
Rua dos Chãos no *Livros de Prazos* (1467–1500)				
7/9/1467	Lugar dos Chãos (quatro casas na rua, mais outras duas que são pardieiros)	Martim Esteves e Isabel Gonçalves	17,5 maravedis, 9 soldos e 2 capões	*1º Livro de Prazos*..., fl. 22 *3º Livro de Prazos*..., fl. 20.
15/2/1469	Casas térreas (estão em pardieiros)	Vasco Fernandes, tecelão	2 maravedis	*1º Livro de Prazos*..., fl. 31v *3º Livro de Prazos*..., fl. 24v
21/4/1475	Casas terreiras ao canto da Rua, na parte esquerda	Lopo Silva, escudeiro fidalgo	100 reais e 2 galinhas	*1º Livro de Prazos*..., fl. 115v *3º Livro de Prazos*..., fl. 48
23/9/1491	Casas com exido, campo, vinha e água	Álvaro Gonçalves, sapateiro e Inês Anes	400 reais e 2 galinhas	*2º Livro de Prazos*..., fl. 216v *3º Livro de Prazos*..., fl. 97v
5/4/1492	Casas com exido	Paio Gonçalves, carpinteiro e Catarina Gil	250 reais e 2 galinhas	*2º Livro de Prazos*..., fl. 229v
20/11/1500	Lugar dos Chãos*	Fernão de Guimarães e Aldonça Rodrigues	1.300 reais brancos e 2 capões	*3º Livro de Prazos*..., fl. 52v

O arrabalde dos chãos encontrava-se conectado a outro locais, como evidencia a estrada adjacente ao lugar emprazado, em 19 de junho de 1476, por Gonçalo Gonçalves, almocreve, no arrabalde dos Chãos, que circundava a muralha da cidade e prosseguia em direção a Prado[799]. Este trajeto parece articular-se com a antiga via romana XIX, que se dirigia ao norte, atravessando São Salvador de Montélios (Montelhos) até à vila de Prado.

A sustentar esta hipótese, importa considerar a categorização das vias de circulação medievais, que obedeciam a uma hierarquia reconhecida pelos viajantes (Monteiro, 2012; Gonçalves, 2013). O termo *estrada*, derivado do latim *strata*, correspondia aos antigos percursos romanos que uniam os aglomerados urbanos romanizados para circulação militar e administrativa, mormente relacionada com a tributação (Almeida, 1968, p. 17)[800]. Embora por vezes confundido com *caminho* (Monteiro, 2012; Gonçalves, 2013), ou "*camminus*", latinizado de um vocabulário celta, distinguia-se de outros trajetos mais rústicos e estreitos, como *azinhagas* e *quingostas* (congostas), que representavam acessos rurais secundários aos campos de cultivo mais distantes ou inseridos nas parcelas cultivo de maiores dimensões.

Estabelecido este enquadramento, que condicionará as interpretações subsequentes relativamente ao sistema de circulação, importa precisar que este percurso, no período medieval, além de permitir o acesso à cidade pela Porta da Rua Nova, circundava igualmente o perímetro

[799] "[...] as casas *e* enchidos q*ue* estam no arrabalde dos chaaoos q*ue* p*ar*tem com o lug*ar* q*ue* traz g*onçal*o g*onçal*lvez almocfreue E da outra com a est*ra*da q*ue* vaj darredor do mura da çidade p*er*a p*ra*do [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 1v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 51).

[800] É relevante mencionar que, no âmbito provincial romano, especificamente na Hispânia e nos conventos jurídicos, desenvolveu-se também uma rede de caminhos secundários. Estes caminhos conectavam os municípios e aglomerados urbanos e semiurbanos às estruturas rurais, às áreas de exploração mineira e às fontes de água, como as termas (Conceição, 2020, p. 32).

muralhado a nordeste, infletindo, também, para sul ao atingir a intersecção com o início da Rua dos Chãos e penetrando assim pela Porta do Souto (ver Figura 112). Num documento de finais do século XV, respeitante a um "Casal nos Chãos", refere-se um campo cercado situado acima de São Vítor, designado "Campo de Penelas", confinante com "[...] de huu*m* cabo p*er* hu*m*a parede q*ue* vay antre ele *e* ho camjnho q*ue* vay de penelas p*er*a sam vit*o*iro [...]", conforme se lê na própria fonte[801].

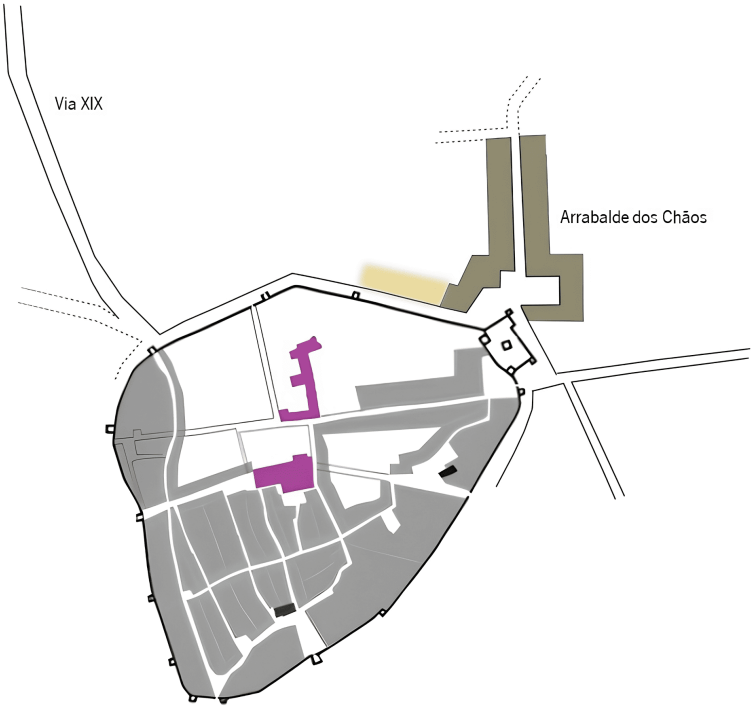


Figura 112. Ilustração da evolução do setor leste, evidenciando o percurso ao longo da muralha em direção ao ocidente. A partir da bifurcação junto à Porta Nova, o trajeto segue o alinhamento da antiga via romana XIX. Destaca-se, a amarelo, a provável expansão das propriedades rurais na zona dos Chãos, incluindo o terreno arrendado por Gonçalo Gonçalves, almocreve Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

A localização exata de Penelas permanece incerta, podendo corresponder à atual localidade Penelas, em Panóias/Merelim, que estaria nas imediações do traçado da antiga via XIX romana. Neste sentido, o caminho mencionado na documentação poderá articular-se com esse eixo antigo, ainda que não seja possível determinar com absoluta segurança o seu percurso preciso no período medieval.

Considerando estas referências, pode admitir-se que o referido caminho — isto é, o "[...] ho camjnho q*ue* vay de penelas p*er*a sam vit*o*iro [...]" — estabeleceria ligação com o espaço dos Chãos, provavelmente cruzando-se com a Rua dos Chãos antes de alcançar São Vítor. Evita-se,

[801] "J*tem* huu*m* ca*m*po q*ue* esta acima de sam vit*o*iro q*ue* chama*m* o ca*m*po de penelas todo cerrado sobresy .*scilicet*. de huu*m* cabo p*er* hu*m*a parede q*ue* vay antre ele *e* ho camjnho q*ue* vay de penelas p*er*a sam vit*o*iro E de *con*tra a forca p*ar*te *com* h*er*dades de sam vitoiro p*er* cômoros" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 77).

contudo, precisar o sentido exato do seu desenvolvimento, uma vez que a documentação não permite determinar com rigor se o trânsito se organizava prioritariamente no sentido norte-sul ou inversamente.

A documentação ainda assinala um "caminho público" que, muito provavelmente, corresponde ao prolongamento da Rua dos Chãos para norte, passando pela igreja de São Vicente, eixo que coincide com o traçado tradicionalmente atribuído à antiga via XVIII romana. Contornando a porta de uma casa existente numa unidade de exploração rural, localizada "acima dos Chãos"[802], e situada à direita da parede de um casal do cabido que estava "nos Chãos"[803], este caminho configuraria um trajeto intermédio entre o espaço designado "nos Chãos" e aquele situado "acima dos Chãos".

Por sua vez, este caminho estendia-se dos Chãos até uma cava (fosso) por onde transpunha o cano de água[804] já referido anteriormente, não sendo especificado no documento o sentido exato desse prolongamento. Cabe salientar que, no século XVIII, este cano se encontrava fossilizado no traçado contemporâneo da Rua de São Vicente e da Rua dos Chãos, terminando na Arcada, onde estava instalado um reservatório nos caramanchões, localizado num espaço interpretado como correspondente a um *castellum aquae*[805] do aqueduto romano (Ribeiro & Martins, 2012, p. 191; Morais *et al.*, 2018, pp. 191–192).

À luz destes elementos, o que se procura aqui demonstrar é, em primeiro lugar, a consolidação medieval do traçado da Rua dos Chãos, cujo percurso decalca a antiga via XVIII romana — hipótese já sustentada por diversos autores (Ribeiro, 2008, p. 508; Ribeiro & Martins, 2012; Morais *et al.*, 2018). Em segundo lugar, a referência documental ao "cano de água" aponta para a existência de uma infraestrutura hidráulica associada ao abastecimento de parte deste setor periurbano. Embora a documentação não permita estabelecer de forma inequívoca a sua cronologia, não se pode excluir a hipótese de reutilização ou adaptação de estruturas hidráulicas mais antigas, eventualmente relacionadas com sistemas de captação e condução de água, de cariz romano, já existentes na paisagem bracarense.

---

[802] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 33–33 v.
[803] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 76v–77.
[804] *Idem supra cit.*
[805] Conforme Martins *et al.* (2017b, p. 228), grande parte da água utilizada nas cidades romanas era captada em territórios circundantes e transportada através de diversos sistemas até aos *castella aquae*, que geralmente se situavam fora dos limites urbanos. A partir desses pontos, a água era então distribuída para diferentes usos, conforme sugerido por Vitrúvio.

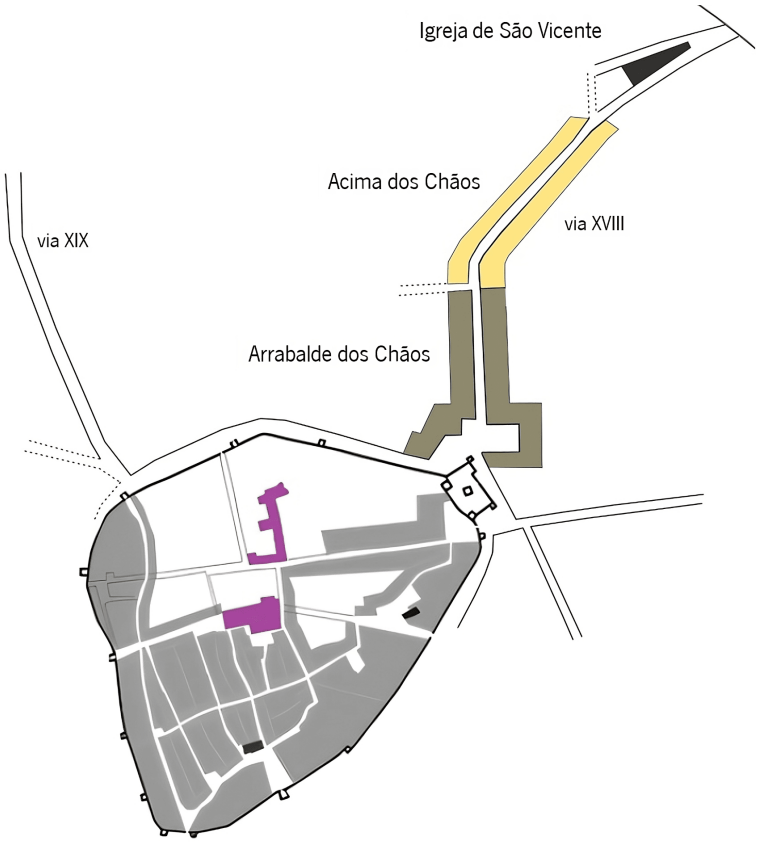


Figura 113. Ilustração das propriedades urbanas em Acima dos Chãos (em amarelo), distribuídas ao longo do traçado da antiga via XVIII, que passava pela Igreja de São Vicente e seguia em direção a Sete Fontes e Portela de Avelar. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

1.1.2. A Rua da Corredoira

A conexão da igreja de São Vítor com a cidade de Braga (aproximadamente 850 metros) estabelecia-se por um caminho que, no seu percurso junto à Porta do Souto, conheceu o topónimo de Corredoira. A menção mais recuada que se lhe associa surge sob a forma *vinea de Corredoira* (1161)[806], testemunhando, em cronologia mais recuada, a existência de um espaço ainda marcadamente rural, mas já com a identificação do topónimo que seria adotado pelo trecho viário.

No decurso do século XIV, as referências tornam-se mais explícitas, passando a figurar a designação de Rua da Corredoira na documentação compulsada, nomeadamente no primeiro *Livro de Tombo* de 1369–1380. Essa evolução terminológica testemunha a consolidação funcional do antigo caminho como eixo estruturante extramuros, articulando a Porta do Souto com a freguesia de São Vítor.

[806] Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 486, pp. 679–680, fls. 131v–132.

Antes do ataque das tropas de Henrique de Trastâmara, em 1369, esta rua periférica conheceu um crescimento urbano linear (*ribbon development*)[807], mais expressivo no parcelário oeste (alçado norte), no sentido de São Vítor. A documentação do tombo de 1369 regista 29 casas, descritas sequencialmente em 25 itens pelo escrivão, sendo as quatro últimas assinaladas como situadas "além da vigésima quinta"[808]. Trata-se, portanto, de uma enumeração contínua de unidades habitacionais implantadas ao longo do eixo viário.

Os valores de censo revelam a modéstia destas construções: as duas primeiras propriedades (alçado norte) pagavam 1,5 maravedis anuais, enquanto as restantes satisfaziam 0,5 maravedis cada, perfazendo 14,5 maravedis de renda anual neste alinhamento. Em contraste, o parcelário oposto (alçado sul) totalizava apenas 2 maravedis e 23 soldos. Comparativamente às propriedades da Rua dos Chãos, cujo censo médio era superior a 0,5 maravedis, as casas da Corredoira evidenciam menor capacidade contributiva, compatível com o que podemos conjeturar como lotes exíguos e edificações de caráter elementar.

Tabela 29. *Propriedades destruídas na Rua da Corredoira em 1369 conforme o primeiro Livro de Tombo*

N.º	Prop.	Morador/Emprazador	Valor
Rua da Corredoira em direção a São Vítor pelo parcelário à esquerda (Alçado Norte)			
1.º	Casa	Era de Domingos Esteves, demandador	1,5 maravedi (censo)
2.º	Casa	É de Sancha Domingues, que foi mulher de Domingos Pires	1,5 maravedi (censo)
3.º	Casa	Morou João Esteves	0,5 maravedi (censo)
4.º	Casa	Morou Pedro Nunes, azemel	0,5 maravedi (censo)
5.º	Casa	Morou Álvaro Chagos	0,5 maravedi (censo)
6.º	Casa	Morou Catarina Fernandes, mulher de Martim Nogueira	0,5 maravedi (censo)
7.º	Casa	Morou Domingos Lanhoso	0,5 maravedi (censo)
8.º	Casa	Morou João Durães, carniceiro	0,5 maravedi (censo)
9.º	Casa	Teve Domingos Lanhoso e depois Senhorinha	0,5 maravedi (censo)
10.º	Casa	É da sucessão do Abade de Nogueira e trazia Jacinto (abade cedeu ao cabido)	0,5 maravedi (censo)
11.º	Casa	Morou João Pires	0,5 maravedi (censo)
12.º	Casa	Foi de Geralde Reimondo	0,5 maravedi (censo)
13.º	Casa	É das Gafas	0,5 maravedi (censo)
14.º	Casa	É das Gafas	0,5 maravedi (censo)
15.º	Casa	É de João de Sousa e morou Catarina Esteves	0,5 maravedi (censo)
16.º	Casa	É de Gonçalo Anes, sapateiro e morou Geraldo, ferreiro	0,5 maravedi (censo)
17.º	Casa	É de Geraldo Domingues, abade de São Simão e morou Clara Domingues	0,5 maravedi (censo)
18.º	Casa	É das Gafas e morou Pero Verín	0,5 maravedi (censo)
19.º	Casa	É de Fernão, ferreiro e morou Pero Anes, demandador	0,5 maravedi (censo)
20.º	Casa	É dos filhos de João da Golada e morou a Amada	0,5 maravedi (censo)
21.º	Casa	É de Frutuoso Esteves	0,5 maravedi (censo)
22.º	Casa	Casa que foi de Estevão Pires d'Espinho, ferreiro	0,5 maravedi (censo)
23.º	Casa	Joana Pires, que foi mulher de João Domingues, carniceiro	0,5 maravedi (censo)
24.º	Casa	É a metade de São Vítor	0,5 maravedi (censo)
25.º	Casa	É de Margarida Anes, filha de Trinça	0,5 maravedi (censo)
25.º -	4 casas	Desde a 25.º em diante até o Hospital de São Bartolomeu, eram do cabido	Não indica
Rua da Corredoira em direção a São Vítor pelo parcelário à direita (Alçado Sul)			
	2 pardieiros	Foram de Pimentel e trouxe Vasco Varro e jaz junta com as casas de Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva	Não indica
	Casas	Fora de Pedro Anes Capado	2 maravedis (censo)
	Casas	Foi de Martim Roçado, sapateiro	7 soldos (censo)
	Casas da Corredoira	Morou Durão Lourenço	2 maravedis

[807] Trata-se de um conceito urbano que se refere à construção de casas ao longo de uma via de comunicação linear que irradia a partir de um centro urbano. Este fenómeno pode ser visto nos cenários urbanos portugueses, como nas antigas Ruas Direitas, e, internacionalmente, no caso de Londres, onde algumas estradas se desenvolveram linearmente desde as Portas da cidade (Davies, 2014, p. 206).

[808] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 102v.

	Casa da Corredoira	Foi de Estevão Jacinto e ora é de Martim Anes, da Lagarteira	16 soldos (censo)

Entre as 29 casas identificadas no tombo de 1369, três pertenciam à Gafaria, constituindo a maior concentração patrimonial da instituição nesse ano. Regista-se ainda um morador designado Álvaro Chagos, sendo "Chagos" plausivelmente um antropónimo derivado de alcunha associada a enfermidade. A localização periférica da rua — no eixo viário de acesso ao hospital situado logo após o término do alinhamento das referidas casas, também na freguesia de São Vítor — poderá ter favorecido essa concentração patrimonial.

Cumpre assinalar que, tanto no segundo como no terceiro *Livro de Tombo* (1393–1404), a totalidade destas propriedades é designada como destruída, facto assinalado pela anotação marginal *nihil*, indicativa da inexistência de réditos (ver Figura 114). Essa situação decorre, muito provavelmente, da devastação provocada pelo ataque de 1369, após o qual as fontes deixam de mencionar a Rua da Corredoira como arruamento funcional.

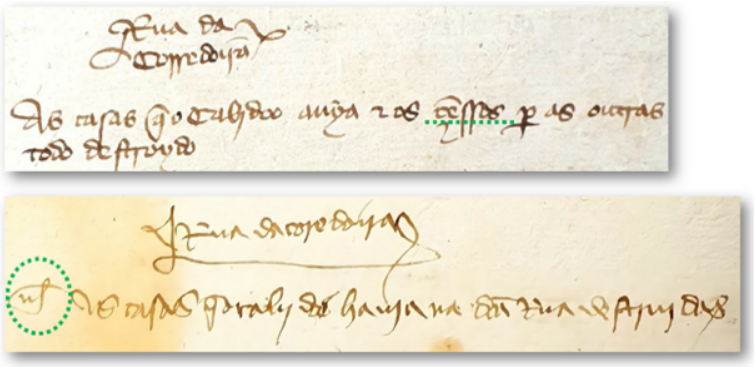


Figura 114. Acima: inscrição no fólio 70 do segundo *Livro de Tombo* (1393–1394), onde o registo da palavra *censos* surge acompanhado da indicação de destruição da propriedade, o que permite interpretar a ausência de rédito censual. Abaixo: inscrição no verso do fólio 114 do terceiro *Livro de Tombo* (1403–1404), onde a abreviatura *nihil* assinala a ausência de rédito censual. Edição do autor.

Em contrapartida, estas propriedades exaradas no primeiro *Livro de Tombo* (1369), não figuravam como destruídas. Tudo indica que, nesse momento, o cabido terá adotado uma estratégia de manutenção formal do registo patrimonial, inventariando e reafirmando a posse de bens já severamente afetados, ainda que a sua recuperação se revelasse incerta. Nos tomos subsequentes, porém, a inscrição explícita do termo latino *nihil* assinala a ausência de rédito censual associado a essas propriedades, circunstância que, à luz das referências documentais à sua destruição, parece refletir igualmente a degradação material do edificado e a consequente impossibilidade de exploração económica naquele momento.

Essas ocorrências documentam não só a destruição física das fiadas edificadas, mas também a forma como o cabido reagiu às consequências da invasão de D. Henrique II de Castela em 1369. É plausível admitir que esse episódio tenha contribuído para travar a expansão do casario em

direção ao setor oriental periurbano da cidade, interrompendo um processo de densificação populacional que poderia culminar na consolidação de um arrabalde. Todavia, esta retração habitacional deve igualmente ser ponderada no quadro mais amplo das crises que marcaram o século XIV que afetaram de forma significativa o conjunto do Entre-Douro-e-Minho. Diferentemente do que se verificou na Rua dos Chãos — onde nem todas as propriedades foram arruinadas e se manteve algum nível de ocupação — a medieval Rua da Corredoira não evidencia sinais consistentes de recomposição habitacional.

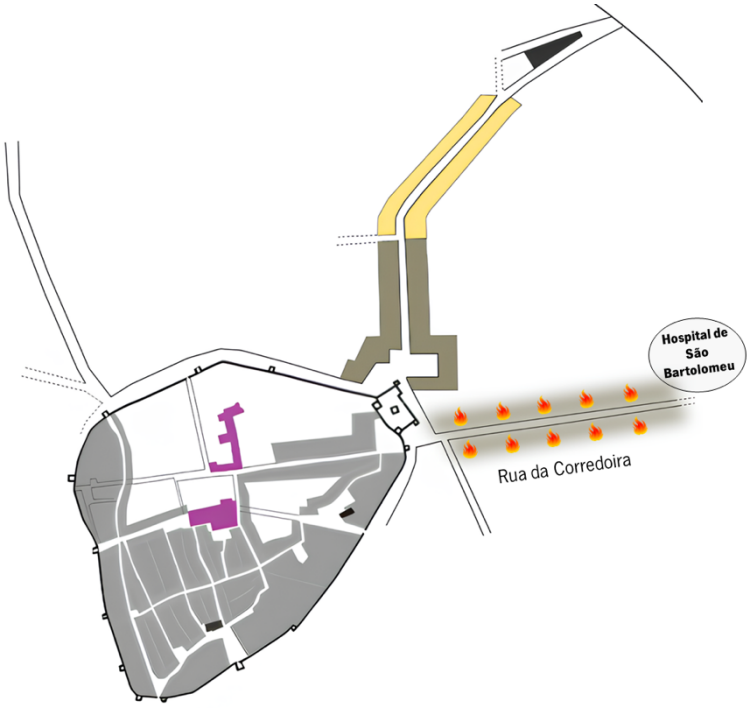


Figura 115. Reconstituição do setor este do plano periurbano de Braga, evidenciando a destruição da Rua da Corredoira em 1369, possivelmente resultante do ataque das tropas castelhanas. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Com efeito, na segunda metade do século XV deixa de se encontrar nas fontes a designação de Rua da Corredoira, aponta para a sua progressiva desarticulação funcional enquanto arruamento autónomo. Já no decurso do século XVI, sob a ação urbanística do arcebispo D. Diogo de Sousa, o espaço outrora ocupado pela medieval Rua da Corredoira foi integrado no Rossio de Santa Ana (Ribeiro, 2008, p. 508) que se encontrava "[...] *cheo de vinha e arvores* [...]" e onde não existia "[...] *nenhum caminho direto* [...]", apenas uma estrada estreita entre vinhas e casas que conduzia até Santa Maria a Branca[809]. Esta estrada estreita poderia corresponder à antiga Rua

[809] A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 1310 (*apud* Maurício, 2000, p. 298).

da Corredoira, atravessando um espaço marcadamente rural[810], assumindo características de caminho secundário.

A configuração e a funcionalidade desta área — correspondente ao futuro Campo de Santa Ana — nas derradeiras décadas da Idade Média permanecem, contudo, apenas parcialmente apreensíveis. Ainda assim, alguns vestígios documentais permitem reconstituir aspetos da sua vocação agrária.



Figura 116. Traçado realçado no *Mapa de Braga Primaz* (1755), indicando o provável percurso da antiga Rua da Corredoira através do Campo de Santa Ana. Edição do autor.

Como já mencionado, a referência mais antiga remonta a 1161, sob a forma *vinea de Corredoira*, atestando a disposição vitivinícola do setor oriental extramuros. Posteriormente, já no final do século XV, destaca-se uma unidade agrícola de maior envergadura: a Quintã de Nossa Senhora a Branca, situada nas imediações da igreja homónima, a qual, à época, seria provavelmente uma ermida.

Relativamente às imediações da Igreja de Nossa Senhora a Branca, verifica-se que a sua fundação remonta ao período do arcebispo D. João de Soalhães (1313–1325), conforme assinala Lucas Ferreira Carneiro (2018, p. 138), tendo o templo sido reedificado no início do século XVI, por iniciativa do arcebispo D. Diogo de Sousa[811]. A quintã estruturava-se, assim, num território cuja ocupação religiosa precedia a grande reorganização urbanística quinhentista.

[810] De acordo com as fontes históricas, o arcebispo D. Diogo de Sousa é mencionado como tendo adquirido a totalidade das vinhas e campos circundantes, com o objetivo de criar o extenso Rossio. Este Rossio, aparentemente, estender-se-ia até as proximidades da Igreja de Santa Maria a Branca, permitindo também a expansão do terreno onde a referida igreja se localizava. (A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 131 (*apud* Maurício, 2000, p. 298).

[811] Acredita-se que, além da ermida, já existisse a "Confraria de Nossa Senhora-a-Branca", uma vez que o documento referente à quinta menciona, no contexto do Campo do Corisco, pertencente a essa Quintan: "[...] ssobresy de uallo *e* rribas / E este ca*m*po tem dentro hu*m*a leira g*r*ande *e* boa que he da co*n*frarja [...]". (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 128v).

Descrita como confrontante com "casais de Bairros"[812] — um dos quais igualmente identificado como quinta[813] —, a propriedade apresentava dimensões assinaláveis. A sua capacidade produtiva era estimada em cerca de 65 alqueires de semeadura de pão (aproximadamente 16,6 hectares)[814], entre 20 e 25 almudes de vinho, além de acolher uma média de 300 carvalhos[815].

A zona nuclear produtiva (cabeça) organizava-se em seis casas pequenas com os respetivos "*resios"*, além de uma casa mista, parcialmente coberta de colmo e parcialmente de telha. Esta última era ladeada, de um lado, por duas pequenas cortelhas colmadas e, do outro, por um palheiro e mais duas cortelhas, igualmente colmadas. À frente das construções, e entre elas, localizava-se uma "Porta Fronha", isto é, o acesso principal da propriedade, a qual era delimitada por muros[816]. Ao confrontar a representação no *Mapa de Braunio*, datado de 1594, vê-se que junto à fachada sul da igreja de Nossa Senhora a Branca há um conjunto de seis casas com os respetivos anexos, dispostas ao lado de uma Porta Fronha, cuja orientação se volta a norte. Esta representação, apresenta notável semelhança com a organização do núcleo produtivo descrito nos documentos escrutinados.

A quintã incluía ainda um campo localizado "[...] a par de Santa M*aria* a Branca [...]", na extremidade inferior do qual corria um caminho — ou "carreira" — que, atravessando um cômoro voltado ao abrego (sul/sudeste), conduzia à "Soutinha"[817]. É possível associar esta designação com o atual Largo da Soutinha, topónimo ainda existente na malha urbana de Braga e situado não muito distante da antiga área agrícola. A hipótese é reforçada pela referência, em 20 de agosto de 1469, a um "Casal (ou Lugar) de Penelas (ou soutinha)", na freguesia de São Vítor, emprazado a João Gonçalves da Soutinha e sua mulher Constança Afonso[818]. Essa referência atesta a antiguidade do topónimo e insinua, para o período medieval, um território de feição rural, coberto por vegetação arbórea, indiciado, provavelmente, pelo termo *soutinha*, diminutivo de "*souto"*, vocábulo que designa um pequeno bosque ou mata.

---

[812] E out*r*o casal de baíros a pa*r* de S*an*cta M*ari*a a bra*n*ca trageo M*ar*tjnho e*m* sua ujda po*r* v m*ar*avidis trageos ora giraldo R*ecebi* p*er* M*ar*tinho iiij m*ar*avidis A lxx po*r* hu*m e* fica po*r* hu*m* m*ar*avidi R*ecebi* p*er* gijraldo xxvij Reajs [...]" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 53).

[813] "O casal de barros freguesia de Sam Vytoíro trageo e*m*prazado Joham dom*inguez* da Ribeira por Oyto m*ar*avidi [...] Outro casal de barros na d*i*cta freguesia q*ue* traz e*m*prazado Johane steuez p*or* seix m*ar*avidis [...]" (A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 36); sobre a menção a quinta: "A quij*r*taa de bairos soja trag*er* g*onçal*o p*i*rez A p*ar* de S*an*ta M*ari*a a bra*n*ca destrojdo trage della deleixemo A cabedal co*n*tase co*m* os out*r*os cabedais [...] (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 53); é importante destacar que no segundo *Livro de Tombo* esta propriedade encontra-se notificada nas propriedades de São João e Santiago da Cividade, e no terceiro *Livro de Tombo,* corretamente nas propriedades de São Vítor. Neste sentido, ou elas eram, anteriormente, "pertenças" da freguesia de São João, apesar de localizada em São Vítor, ou foi equívoco do escrivão.

[814] Cálculo apresentado na subseção seguinte deste capítulo.

[815] A descrição integral desta propriedade encontra-se transcrita em Apêndice XVII, pp. 44–46.

[816] Ver Apêndice XVII, p. 44–46.

[817] *Idem supra cit*.

[818] A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 33–33v. O prazo foi estabelecido no valor de 13 maravedis da antiga moeda corrente, acrescido de um par de galinhas "recebondas" a título de pensão, a ser pago "[...] aas t*er*ças do anno*o* [...]".

O atual Largo da Soutinha localiza-se no setor meridional cidade, a oeste da moderna Avenida 31 de Janeiro. É razoável supor que esta via conserve parcialmente o alinhamento de um antigo caminho rural que articulava os terrenos de cultivo do setor sul com a Quintã de Nossa Senhora a Branca, antes de infletir para poente.

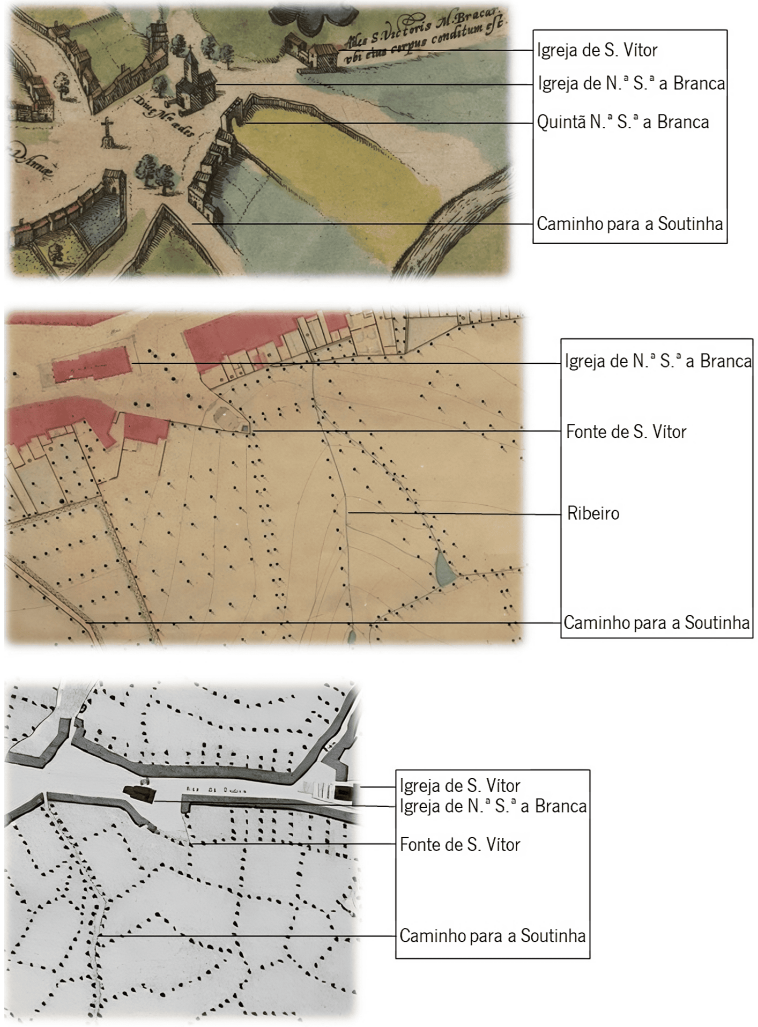


Figura 117. Os dados fornecidos pelas fontes documentais são corroborados pela cartografia histórica de diferentes períodos, a saber: de cima para baixo, o *Mapa de Braunio* (1595), a *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/1884) e o mapa oitocentista de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel. Edição do autor.

Na transcrição referente à Quintã de Nossa Senhora a Branca, nota-se ainda a existência de um ribeiro que delimitava um campo fechado em si, com capacidade de semeadura estimada em três alqueires (aproximadamente 0,77 hectares)[819], contendo vinte carvalhos[820]. A este dado junta-se a referência a outro campo, denominado "Prado", igualmente cercado, cuja área agrícola

[819] Cálculo apresentado na subseção seguinte deste capítulo.
[820] "<iij alq*ueire*s xx carualhos > J*tem* logo ale*m* do rribeiro Jaz out*ro* ca*m*po cerrado sobresy que leua de ssemen*te* boons — iij alq*ueire*s E este tem pello comoro — xx carvalhos" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 129).

comportava cinco alqueires de semeadura (cerca de 1,8 hectares) e destinava-se exclusivamente ao cultivo de ervas e era integralmente irrigado pela chamada “Fonte de São Vítor”.

As delimitações cartográficas dos mapas de *Braunio* (1594) e de *Braga Primaz* (1755) nomeadamente no que respeita à escala e à representação espacial, inviabilizam a identificação explícita do ribeiro e da fonte mencionados pelo escrivão. Em contrapartida, na *Planta Topográfica da Cidade de Braga* (1883–1884), elaborada sob a direção de Francisque Goullard, observa-se a presença de um pequeno curso de água — de natureza incerta quanto à sua eventual canalização — que abastecia a traseira de uma casa na Rua de São Vítor situada na “Rua de São Vítor”, fluindo posteriormente para sul e sudoeste em direção à zona correspondente aos antigos terrenos da Quintã de Nossa Senhora a Branca (ver Figura 118). A articulação entre este elemento cartográfico e a referência documental a um campo "[...] todo rregado da fonte de sam vit*ori*o"[821] permite admitir, ainda que de forma hipotética, a existência de uma continuidade hidrográfica local associada à exploração agrícola desse setor periurbano.

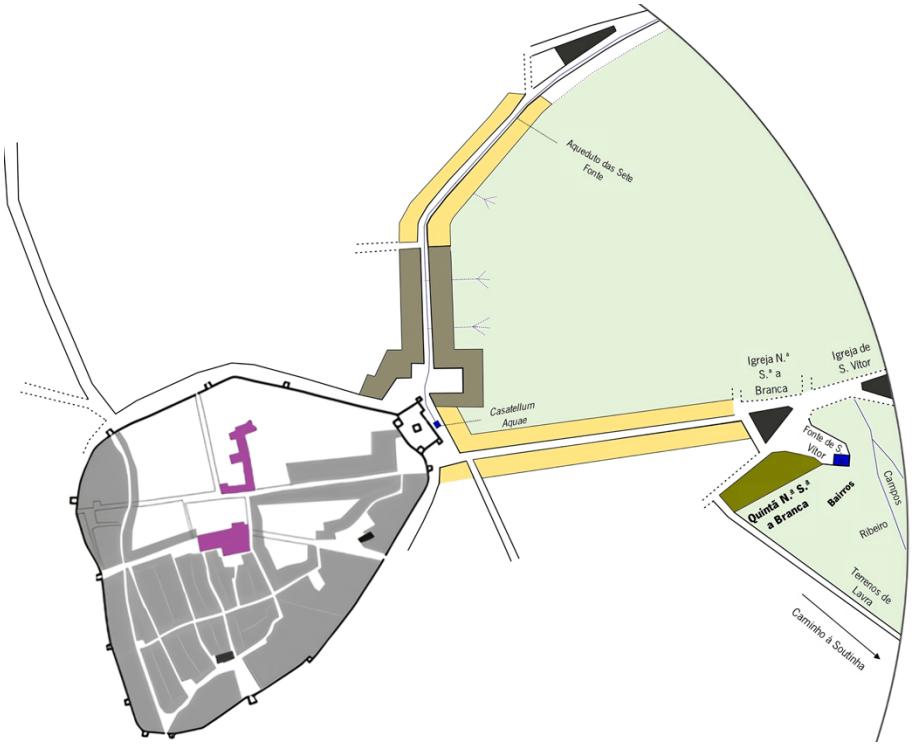


Figura 118. Plano periurbano estimado do setor Este de Braga, com destaque para as áreas adjacentes à Porta do Souto. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

[821] ver Apêndice XVII, pp. 44–46.

1.1.3. Caminho para a ponte de Guimarães e a congosta da Palmatória

Um pouco abaixo da Porta do Souto localizava-se a Porta de São João, cujo epónimo deriva da paróquia de São João do Souto. Conforme temos visto neste estudo, especialmente no subcapítulo sobre o Sistema Defensivo[822], esta abertura resultou do prolongamento do recinto amuralhado medieval para nordeste, integrando-se no processo de expansão da freguesia, permitindo estabelecer a ligação com as propriedades extramuros bem como com a própria igreja paroquial de São João do Souto, já no decurso do século XIV.

A Porta de São João dava ingresso, no sentido norte, à Rua dos Chãos e à antiga Rua da Corredoira, permitindo a conexão com a igreja de São Vicente e com a paróquia de São Vítor, ainda que o acesso a esses destinos implicasse o contorno do pano de muralha. No sentido meridional, desenhavam-se dois percursos possíveis: um acompanhava exteriormente a cerca, por um trajeto que bordejava o recinto em direção a sudoeste, alcançando a porta — e mais tarde a torre — de Santiago; o outro infletia para sudeste, articulando-se com o "caminho novo", assim designado na documentação dos *Livros de Prazos*[823], que conduzia à Ponte de Guimarães. É precisamente na confluência destes percursos que surge o topónimo Lugar de Portas, designação que remete inequivocamente para a proximidade à Porta do Souto (ver Apêndice, XVII p. 44).

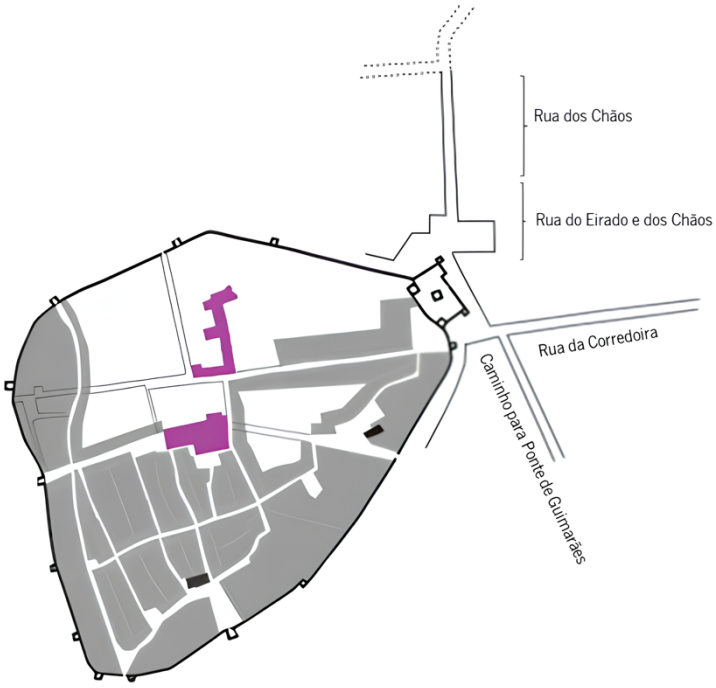


Figura 119. Proposta de reconstituição do plano periurbano de Braga, com destaque para as vias de escoamento extramuros a partir da Porta do Souto. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39)

[822] Ver: capítulo 4, 1. O sistema defensivo.
[823] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 46 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 35.

O "caminho novo" estabelecia comunicação com a antiga basílica cemiterial paleocristã de São Clemente[824], e mais adiante, bifurcava-se: direcionando-se, para poente, até à paróquia de São Pedro de Maximinos (Fontes *et al.*, 2010, p. 258) — situada no setor ocidental extramuros. Do ponto de vista diacrónico, essa basílica teria sobrevivido às vicissitudes da Antiguidade Tardia (Fontes *et al.*, 2010, p. 258). Localizada nas imediações do caminho para a Ponte de Guimarães — eixo viário que, em época romana, estabelecia a ligação entre *Bracara Augusta* e *Emerita Augusta*, capital da Lusitânia, passando por *Tongobriga* e *Egitania* (Idanha-a-Velha) —, presume-se que a basílica de São Clemente se encontrasse próxima da antiga porta sudoeste da muralha romana, na atual área da Quinta do Fujacal (Carvalho, 2008, p. 248).

Um testemunho da segunda metade do século XV alude ainda à existência de um caminho que se dirigia "[...] p*er*a sa*m* c*ri*mente [...]"[825], indicativo que sustenta a hipótese de que a antiga basílica tenha sido reconvertida em igreja consagrada a São Clemente, mantendo-se integrada no espaço periurbano bracarense medieval, embora se desconheça a cronologia precisa da sua fundação.

Ultrapassada a zona onde se implantava o templo, o referido caminho meridional atravessava a Ponte de Guimarães e prosseguia em direção ao Monte da Falperra, transpondo a Portela que franqueava o acesso ao vale do Ave (Lemos, 2002).

No que respeita à área imediatamente exterior à Porta de São João, não se identificam indícios de povoamento expressivos, ao contrário do que viria a ocorrer nas imediações da Rua dos Chãos e da Rua da Corredoira, pelo menos até ao final da cronologia do nosso estudo. O ambiente envolvente apresentava feição predominantemente rústica, não destoando do aspeto de algumas propriedades agrárias que igualmente compunham os arredores da antiga Rua da Corredoira, sendo maioritariamente composto por hortas, conhecidas por "Hortas de São Marcos"[826].

Essas hortas, situadas nas proximidades de algumas almuinhas e de um "conchouso"[827] pertencente à vinha de "Santos"[828] — todos adscritos à freguesia de São João do Souto —, eram

---

[824] Albano Bellino (1895) revela a existência de uma "parochial" nas proximidades da antiga Rua dos Granjinhos, cuja advocação era dedicada a São Clemente.

[825] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 9v.

[826] Cf. Apêndice XVII, p. 47.

[827] Derivado do termo latino *conclausum* ou *conclusus* (fechado, encerrado) e usado na Galiza, remeteria a uma espécie de quintal ou horta. Neste caso, um quintal pertencente a uma vinha. (Porto Editora. (2021). *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim*. Porto Editora, pp. 100 e 101; Infopédia — Dicionários Porto Editora. (2021). *Conchouso*. Porto Editor. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Conchouso>>. Segundo o dicionário Bluteau, é um verdo originário da palavra "chouso"/"chousa", substantivos que aludem a "cerrado", "fazendinha", "pomarzinho" (Bluteau, R. (1779). *Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Tomo 1). Officina de Simão Thaddeo Ferreira, pp. 269 e 305).

[828] Sanctos parece pertencente a freguesia de São João e estava próxima as Hortas de São Marcos, entendido, conforme as fonte, enquanto uma localidade: "J*tem* o Conchouso da vjnha dos sanctos soya ualer Cinq*ue* m*aravidis* E traseo ora joha*a*m lourenço procurador en prazado por dous m*aravidis e* meyo [...]" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 30v; "as almoynhas dos santos *e* as casas *e* cjnhas dhy trageas e*n*prazadas Gonçalo da

constituídas por pequenos campos de lavoura. Essa configuração é corroborada pelo emprazamento de umas "leiras de São Marcos", localizadas abaixo das referidas hortas, aforadas em 8 de junho de 1490 ao almocreve Álvaro Fernandes, pelo valor de 350 reais e duas galinhas[829].

Cerca de um ano mais tarde, o cabido formalizou um contrato adicional[830], em aditamento a contrato previamente celebrado, com mestre Rodrigo, membro da mesa capitular, referente a uma leira localizada nas Hortas de São Marcos, pelo valor total de 300 reais, dos quais 68 reais correspondiam estritamente à leira em causa. No corpo do documento, encontra-se ainda registada a expressão "[...] *con*tra agujam [...]", utilizada na descrição das confrontações da propriedade. A análise da localização desta leira no conjunto das Hortas de São Marcos, articulada com a topografia conhecida deste setor periurbano, permite admitir a presença de um caminho que, a norte da parcela, estabeleceria ligação entre a Fonte de São Marcos e o setor do Fujacal, em direção ao eixo viário que conduzia à Ponte de Guimarães.

A referência explícita a essa fonte não apenas confirma a sua existência anterior às reformas promovidas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (Ferreira, 2016, p. 345)[831], como também certifica a sua cronologia medieval. Essa mesma fonte é representada na cartografia histórica, tanto no *Mapa de Braunio* (1594) quanto no *Mapa de Braga Primaz* (1755), o que ratifica a hipótese de que a leira em questão se localizava a sul desta fonte.



Figura 120. Ilustração com destaque para a Porta de São João e a Fonte de São Marcos, assinaladas com círculos amarelos no *Mapa de Braunio* (1594) e no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor.

lagea por doze m*aravidis e* dous capoe*es* [...]" (A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 36); "O co*n*chouso da ujnha dos Sa*n*tos a p*ar*de sam M*ar*cos trageo e*mpraz*ado joha*m* Lourenço procurador na Audje*n*cija po*r* d*ous* m*aravidis e* meo *e* a ter̃ceira pesoa dar t*res* m*aravidis* [...]" e "As almujnhas dos S*anc*tos co*m* sas vjnhas trageas e*mpraz*adas g*onçalo* da lagea po*r* doze m*aravidis e* d*ous* capoes R*ecebi* pe*r*el ij◦lxx llj*bras* R*ecebi* Cviij Reajs p*er* el Cxxxix Reais [...]" A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 52v).

[829] A.D.B, *2º Livro de Prazos*..., fl. 182 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 3; transcrição integral ver Apêndice XVII, pp. 46.

[830] A.D.B, *2º Livro de Prazos*..., fl. 218.

[831] A referência não estabelece uma cronologia específica, limitando-se a abordar a fonte com base na literatura relativa à época moderna.

Nesse contexto, considerando que a construção do Hospital de São Marcos, da Igreja de Santa Cruz[832] e do Convento das Religiosas do Remédio[833], bem como a abertura do então denominado Largo ou Campo dos Remédios[834] datam de meados do século XVI, é seguro admitir que toda essa extensão territorial correspondesse anteriormente às Hortas de São Marcos. Por conseguinte, as ruas de Trás de São Marcos e dos Granjinhos, já identificáveis no *Mapa de Braga Primaz* (1755), teriam origem em antigos caminhos rurais que atravessavam as leiras e campos dessas hortas, convergindo para o "caminho novo" e futura Rua das Águas[835], podendo bifurcar tanto para a antiga via romana XVII, como para o Fujacal e a Ponte de Guimarães.



Figura 121. Recortes dos mapas de *Braunio* (1594) e *Braga Primaz* (1755) em que as flechas amarelas indicam, nas cartografias posteriores a 1510, os percursos junto à muralha, a norte e a sul, e o trajeto de ligação entre a via XVII e a Fonte de São Marcos. Edição do autor.

Essa interpretação é corroborada por fontes da época moderna, nomeadamente pelo *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa Mandou Fazer* (*apud* Ferreira, 1931), o qual refere que, antes da abertura da Rua dos Granjinhos, a fonte reformada pelo arcebispo se situava "[...] *meio do dito caminho, a qual dantes era um charcos, sem nenhuma serventia para o caminho de Guimaraes, salvo da parte de cima por um caminho muito estreito por onde não passava besta nenhuma* [...]". Essa descrição parece aludir à chamada "Cangosta da Palmatória" (ver Figura 122), caminho que atravessava uma paisagem preenchida por campos cultivados e hortas (Bandeira, 2000, p. 38), reforçando a ideia de que se tratava de uma zona de antiga disposição rural, apenas mais tarde urbanizada no âmbito das intervenções promovidas por D. Diogo de Sousa.

[832] Segundo Lucas Ferreira Carneiro (2018, p. 71) a localização para assentar a Igreja de Santa Cruz, por um anterior pedido do Padre Jerónimo Portilo, em 1583, foi definida em 1617, num lugar ocupado por uma antiga torre romana e onde existiria uma capela dedicada a São Marcos, e reformada no século XVIII por incitava do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles na companhia do engenheiro Manuel Pinto Vilalobos (Rocha, 2000/2001, pp. 49–52).
[833] Fundado entre 1544 e 1549 por D. Frei André de Torquemada, bispo de Dume, em terrenos cedido pelo Cabido. O convento e a sua igreja viriam ser destruídos no início do século XX (Ribeiro, 2008, p. 509).
[834] Aberto por D. Diogo de Sousa na primeira metade do século XV Bandeira (2000).
[835] A Rua das Águas, encontra-se documentada nos finais do século XV e inícios do XVI (Ribeiro, 2008, p. 527).

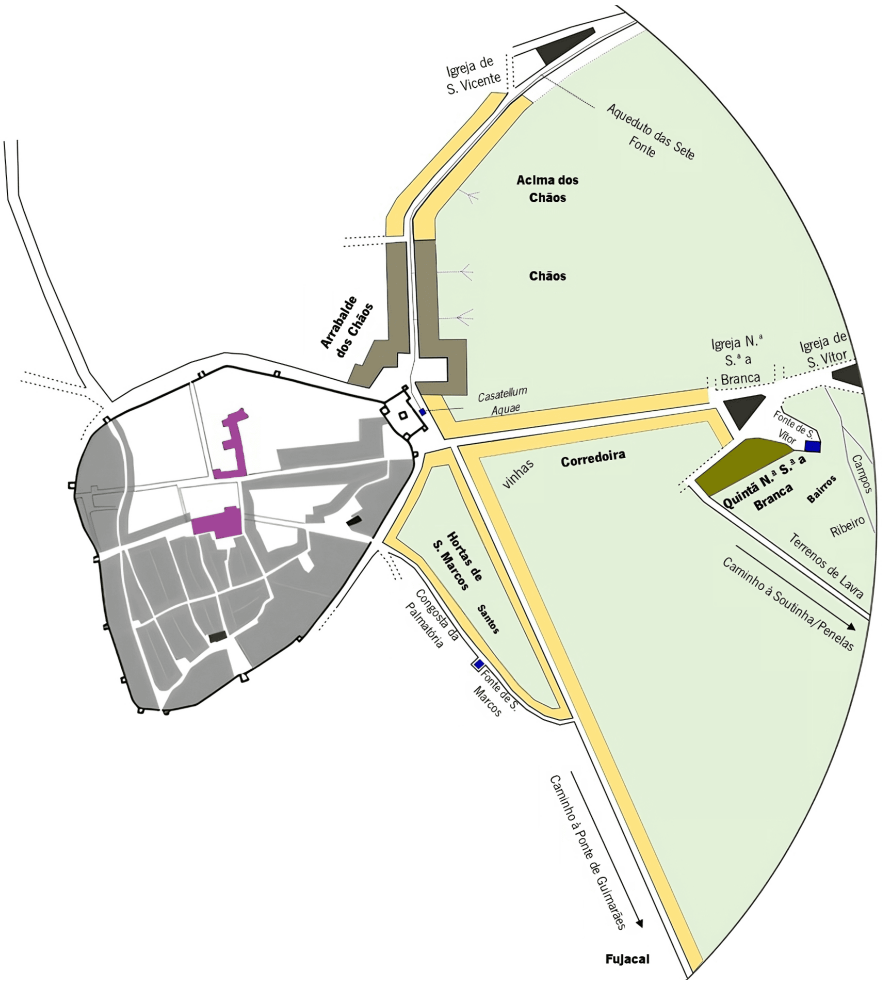


Figura 122. Reconstituição final e estimativa do setor leste da área periurbana de Braga, com destaque para as zonas circundantes à Porta do Souto e à Porta de São João. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

1.2. Setor Sul



Figura 123. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Sul. Elaboração do autor.

No setor meridional incluem-se os espaços extramuros articulados com os percursos que partiam da Porta de Santiago — posteriormente reforçada e configurada como torre de passagem — e do Postigo da Cividade ou de São Sebastião, situado a sudoeste da muralha.

Este quadrante era delimitado, a sul, pelo rio Este, que funcionava como limite natural e elemento estruturante da paisagem, e articulava-se, a nascente e poente, com áreas de caráter predominantemente rural.

Abrangia a Passagem dos Pelames e um conjunto de congostas — dos Paços, de Urjães e de São Sebastião — caminhos rurais que conectavam as vias principais às portas da cidade e às pontes, estruturando a circulação entre o espaço intramuros e as zonas produtivas.

A ocupação deste setor corresponde à reconfiguração medieval de áreas outrora integradas na malha da antiga *Bracara Augusta*, então convertidas em espaço rural e funcionalmente dependente do burgo. Como se observa na figura a seguir, parte do realce, à poente, encontra-se desfocado, uma vez que, como veremos nos próximos dois setores, englobava propriedades da paróquia de São Pedro de Maximinos, a qual organizamos no Setor Oeste.

1.2.1. A Passagem dos Pelames, a Congosta dos Paços e outros caminhos rurais

O espaço exterior à Porta de Santiago — anteriormente à intervenção urbanística do século XVI, que conferiu maior abertura e clareza espacial sob a designação de Campo de Santiago — era, durante a Idade Média, caracterizado por ser marcadamente agrário.

A documentação analisada oferece testemunhos interessantes nesse sentido. Por exemplo, é referida a existência de propriedades que estavam junto ao caminho que ligava a Porta de São João à Porta de Santiago, margeando a muralha, e, de forma semelhante, na direção oposta, outro percurso que estabelecia ligação direta entre esta última e o Postigo da Cividade. É precisamente nesse contexto que em 1369 é referida a existência de um lugar e de uma vinha situados "[...] tralo Muro aa porta de ssam Tiago da Ciujdade [...]"[836], testificando a ocupação agrícola nas imediações da cerca.

Informações adicionais são fornecidas pelo quarto *Livro de Tombo*, em data de 8 de julho de 1500, quando o cabido procede ao emprazamento de uma propriedade então designada como Lugar da Porta de Santiago. Esta incluía uma vinha que, na época, se encontrava em bacelo — isto é, em processo de germinação de novos brotos —, e era descrita como estando "Toda cerrada sobresy da parede E de rribas e matos". O acesso fazia-se por uma Porta Fronha e a propriedade incluía ainda uma casa e um lagar[837].

Essa propriedade encontrava-se à "porta de samtyago Junto da torre noua", e anteriormente fora emprazada ao chantre Gomes Martins sendo, à época, emprazada ao arcediago de Fontarcada, Vasco Gil. A vedoria do prazo, ou seja, o levantamento da sua descrição física, foi confiada aos cónegos João Manuel e a Fernão d'Eanes, que exerciam, respetivamente, as funções de tercenário e escrivão do contrato. A demarcação da propriedade está descrita da seguinte forma:

> J*tem* p*ri*meirame*n*te hu*m*a v*inh*a toda de bacello. Toda cerrada sobresy da parede E de rribas *e* mat*os* .*scilicet*. aquy logo na e*n*trada da dita v*inh*a hu*m*a porta fronha E hu*m*a casa telhada e*m* q*ue* esta huu*m* lagar E outras cousas deg*ra*da[da]/ E aa dita porta se começa huu*m* muro de parede E vay arredor do camjnho que vay p*er*a sam marcos / atees huu*m* lugar q*ue* ora traz antoneo a*fons*o co*n*igo E daly torna p*ar*tindo co*n*tra abrego p*ar*tyndo co*m* <o dito> lug*ar* dantoneo a*fons*o E vay top*ar* no lugar que ora traz fylype Ro*dri*guez conego ./ E daly da uolta p*er* huu*m* g*ra*nde comoro de pedras *e* mato que vay arredor da dita v*inh*a co*n*tra ho poente E vem topar no lug*ar* q*ue* ora traz alu*ar*o sorez co*n*igo E daly da uolta outra vez p*er* acima co*n*tra a torre noua p*er* hu*m*a g*ra*nde parede q*ue* vay antre o dito alu*ar*o sorez E ha dita v*inh*a E vay outra vez [*sic*] topar na dita casa E porta honde começou E esta logo Junto da dita casa huu*m*

[836] Essas propriedades foram provavelmente legadas em testamento pelo cónego Durão Esteves, com um valor de cinco maravedis. Por seu turno, Gonçalo Martins, conhecido como 'Ganha Quatro', havia emprazado, enquanto o tabelião Fernão Giraldes era o emprazador (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 31).

[837] Ver Apêndice XVII, pp. 47–48.

> poonbal sem ponbas . bem corregydo / E hu*rr*a laranJeira boa g*ra*nde E asy tem p*e*lla dita v*inh*a huu*ns* figueirjnhos pretos E hu*rr*as nugueiras nom boas E asy hu*rr*as macieirjnhas E p*ere*iras poucas E huu*m* pedaço de ca*rr*po no cabo da v*inh*a que ja foy v*inh*a *e* morreo *e* ora esta e*m* ca*rr*po q*ue* leua ora de seme*n*te meo alq*ueire* ./ E a dita v*inh*a leuara de caua [*sic*] bo*o*ns doze home*n*s de d*inhei*ro E dara huu*n*s annos p*e*llos outros xxx R almudes pouco mais ou menos. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 130v).

A documentação descreve esta área como densamente arborizada, composta por macieiras, nogueiras e laranjeiras, além de abrigar um pombal, juntamente com as propriedades e terrenos limítrofes ou integrados no mesmo conjunto fundiário. Esta descrição corresponde, em linhas gerais, ao espaço que, mais tarde, seria identificado como o Campo de Santiago. Não obstante, subsiste uma lacuna documental quanto ao processo de expropriação dos terrenos necessário à abertura desse campo, promovida por D. Diogo de Sousa ao longo do século XVI (Bandeira, 2000, p. 38). Considerando a descrição pormenorizada dessa propriedade, a partir da Porta Fronha e da respetiva vinha, iniciava-se um muro que circundava o "camjnho que vay p*er*a sam marcos", do qual se deduz orientar-se para nascente.

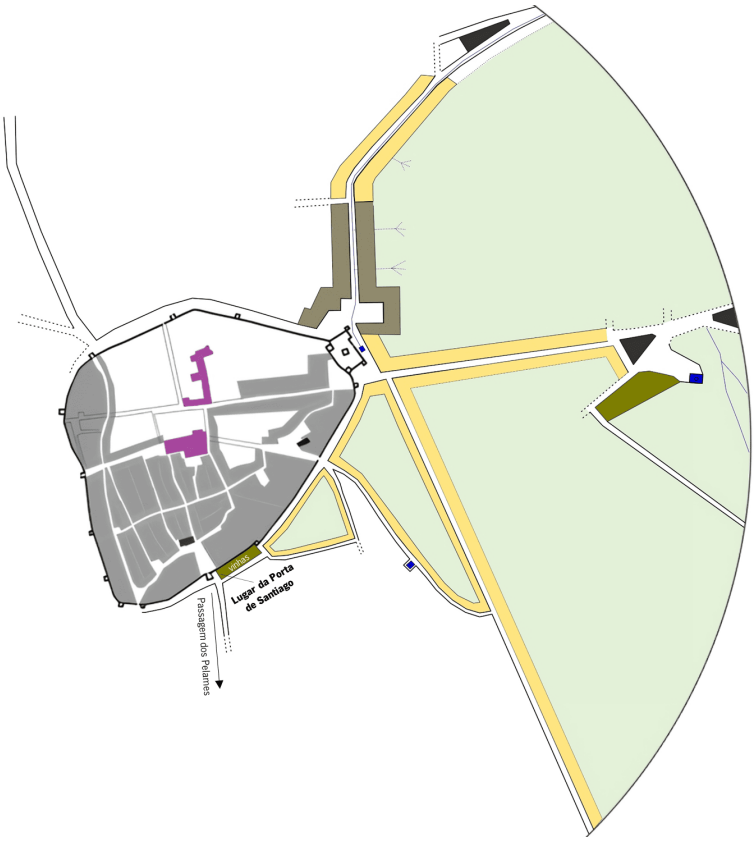


Figura 124. Proposta de reconstituição do plano periurbano de Braga no setor sul, com destaque para a área de escoamento adjacente à Porta/Torre de Santiago. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

Todavia, antes de atingir as Hortas de São Marcos e a Porta de São João, é possível que o caminho se bifurcasse em dois ramais: dirigia-se especificamente às referidas hortas "[...] E aa

dita porta se começa huu*m* muro de parede E vay arredor do camjnho que vay p*er*a sam marcos [...]" (citação *supra cit.*), enquanto o outro devia ser apenas um pequeno trajeto que bordejava a muralha, em direção à Porta de São João. Já o percurso situado no extremo ocidental desta área, junto à chamada "Torre Nova" (Torre de Santiago), prolongava-se acompanhando o traçado da muralha até alcançar o Postigo da Cividade. Igualmente na intersecção da Torre, o caminho descia para sul, acedendo à Passagem dos Pelames e, subsequentemente, à ribeira do rio Este, até atingir uma ponte[838].

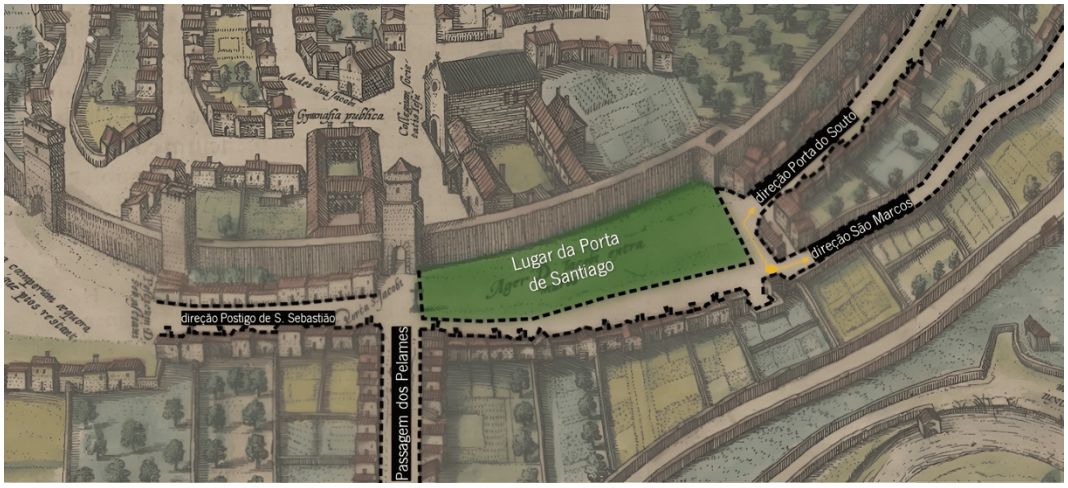


Figura 125. Representação cartográfica do *Mapa de Braunio* (1594), com indicação da provável localização do Lugar da Porta de Santiago e dos possíveis caminhos adjacentes. Edição do autor.

Embora não seja comum o uso do termo "passagem", este é aqui empregue para designar o acesso aos Pelames a partir da segunda metade do século XV[839]. Num dos itens do Casal da Ribeira, encontra-se a seguinte menção: "J*tem* aa passaje*m* dos pellames esta*m* v carvalhos"[840]. A designação "Passagem dos Pelames" remete para um acesso ligado a estruturas de curtume e correspondia à travessia que, partindo do sector sul da cidade, nas imediações da Porta de Santiago, conduzia à "ribeira" do rio Este, onde se localizava uma ponte.

Esta ponte assegurava a ligação ao caminho que seguia em direção à cidade do Porto, sendo referida nos documentos como Ponte do Porto, e mais tarde denominada Ponte dos Pelames, conforme se visualiza no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Cumpre ainda destacar que esse acesso

[838] (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10V).
[839] Esta designação aparece em 1466 na descrição do casal da Ribeira, que estava "aos pelames": [...] allem da pasajem dos pelames [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10v); na mesma vedoria é registado: "I*tem* aa passajem dos pellames esta*m* /v/ carvalhos" (*idem*).
[840] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10v; o Casal da Ribeira, em 1369, é tratado como "Casais da Ribeira de Este" sitos "a par dos Pelames" e trazia emprazados Estevão Domingos da Ribeira por nove maravedis, tendo sido já emprazado por quatorze maravedis por João Martins de Montouriol. (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 38v).

ao Porto podia igualmente efetuar-se pela Ponte de Lomar, localizada a sudoeste, já no termo da cidade, na respetiva freguesia de Lomar[841].

A existência desse percurso explica-se, em parte, pela necessidade de compensar a perda de funcionalidade do antigo *cardus maximus* meridional de *Bracara* Augusta, cuja extremidade sul, partindo de uma porta da muralha romana, conduzia outrora ao caminho para *Cale* (Porto). A progressiva perda de funcionalidade desse *cardus* ao sul, *pari passu* com o abandono da *urbe* romana exterior ao quadrante nordeste e sua respetiva ruralização, conferiu progressiva proeminência à Passagem dos Pelames, que, pela sua linearidade e posição estratégica, se tornou o principal eixo de travessia da ponte que assegurava o trânsito para o Porto.

A localização periférica da Passagem dos Pelames, que se relaciona com a instalação de atividades de curtume tradicionalmente afastadas do núcleo urbano devido aos odores e resíduos que produziam, encontra-se documentada desde 1369. A passagem ainda dava acesso a um casal pertencente à Ordem dos Gafos, que estava nos "pelames da cidade" — após 1380, deixam de existir referências documentais explícitas a essa propriedade.

O topónimo "Pelames" confirma a concentração de estruturas de curtume ao longo deste eixo viário e na proximidade do rio Este, inseridas num espaço que permanecia maioritariamente rural e agrícola. Essas estruturas, compostas por tanques de curtição , seriam muito provavelmente abastecidos com matéria-prima (peles) provenientes de casas de criação animal pertencentes a casais e quintãs disseminados pela zona rural periférica da cidade, mas sobretudo fornecidas pelos carniceiros da cidade, à semelhança de outras cidades da época[842].

A localização periférica desta área, situada no extremo meridional de Braga e na proximidade do rio Este — ou seja, junto a um curso de água, como era habitual nas atividades de curtição – guarda alguma semelhança com a faixa periurbana do burgo vimaranense, onde se localizava a Rua de Couros. Esta foi caracterizada por Maria da Conceição Falcão Ferreira (2010, pp. 561–569) como o "arrabalde de Couros". Na realidade, como esclarece Arnaldo Sousa Melo (2014, p. 94), esse arrabalde era uma importante zona de curtumes instalada no sopé da vila, que aproveitava as águas correntes do Rio de Couros. O seu dinamismo produtivo encontra-se

[841] A delimitação do Casal de Pereira, situado entre Lomar e Ferreiros, inclui a seguinte informação sobre a Ponte de Lomar: "J*tem* aa ponte de loom*ar* hu*m*a leira q*ue* esta m*ar*cada p*er* m*ar*cos E leua — j alq*ueir*e *e* meo de ssemen*t*e E p*ar*te do abrego co*m* o dito cabijdo *e* co*m* M*ar*ià anes do penedo E en*t*esta na estrada q*ue* vay p*er*a ho porto E da outra p*ar*te en*t*esta na estrada q*ue* vay p*er*a loomar" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 148v).

[842] Trataremos da criação de animais no próximo subcapítulo 6.2.

documentado desde o século XII, constituindo uma das zonas periféricas mais densamente povoadas de Guimarães — cujos tanques ainda hoje são percetíveis[843].

A zona medieval de curtumes em Braga, por sua vez, aparenta ter-se orientado para a transformação e produção ao longo desse eixo viário, intensificando-se à medida que se aproximava da ribeira do rio Este. As fontes sugerem a dispersão dessas estruturas ao longo da Passagem quando mencionam o "Casal dos Pelames", localizado junto à muralha de Braga[844].

Relativamente a este casal, o único dado disponível advém do contrato que resume a modificação das condições de pagamento do respetivo prazo, emitido a Gonçalo Machado em 31 de março de 1486. Nesse documento, a quantia monetária originalmente estipulada — duzentos reais — foi substituída por um pagamento em géneros alimentícios, concretamente quinze alqueires de pão meado, metade de centeio e metade de milho[845].

Num documento anterior a este contrato, datado de 1468 e inserto no quarto *Livro de Tombo*, é possível identificar outra propriedade, descrita com grande minúcia[846], igualmente emprazada a Gonçalo Machado: o chamado "Casal da Ribeira". Colocou-se inicialmente a hipótese de que se tratasse do mesmo imóvel referido como "Casal dos Pelames", cujo topónimo teria sofrido alteração ao longo dos dezoito anos decorridos, considerando que o enfiteuta permanece o mesmo.

Ao verificarmos a existência de uma leira de vinha deste casal que confrontava, num dos seus lados, com o Casal de Bretas (ou Beretas), onde se situava um moinho à beira do rio, e cotejando essa informação com a cartografia da *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/84), observam-se representadas duas propriedades, uma com moinho e outra com diversos tanques de curtume. Essa representação cartográfica é coerente com o que já surge no *Mapa de Braunio* (1594), onde se ilustra um moinho contíguo a uma propriedade compartimentada em quatro quadriláteros, situada no final da Passagem, a poente, com a "cabeça do casal" voltada para o caminho proveniente da cidade de Braga (ver Figura 126).

> J*tem* de tras da cuzinha esta huu*m* pedaço de v*inh*a todo cerrado sobresy E dent*ro* no dito cerrado jaz hu*m*a leira de v*i*nha be*m* no meo q*ue* he do casal de bretas E assim som do*us* quinhões do cabijdo *e* huu*m* de bretas E he de m*ar*cada p*er* m*ar*cos E chegua asy a do cabijdo como a de bretas des o rrijo atees o caminho q*ue* ve*m* da cidade p*er*a os moynhos de bretas (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 9v).

[843] Os pelames estão concentrados na zona de Couros, em Guimarães.
[844] Permanece a ambiguidade na interpretação quanto à possível equivalência entre a muralha do burgo alto medieval e a muralha sul da antiga cidade romana.
[845] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 145 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 72v; é interessante notar que em ambos os livros este prazo não consta no índice.
[846] Ver Apêndice XVII, pp. 48–50.

Em 1468, o Casal da Ribeira, que era emprazado a Gonçalo Machado, compreendia trinta e sete pelames de sapateiros, naturalmente identificáveis com tanques de curtume[847], em torno de um "resio" (rossio) que compunha a cabeça do casal conforme a apegação feita pelos oficiais do cabido onde diz:

> Bragaa aos pellames
>
> J*tem* O *ca*sal da rribeira q*ue* esta aos pelames q*ue* he do cabijdo tem estas p*er*te*n*ças q*ue* se segue*m* /
>
> J*tem* p*ri*meiram*en*te hu*m*a cuzinha E huu*m* celeiro telhadas E q*ua*tro cortes de gado logo dia*n*te da dita cozinha colmaças E huu*m* palheiro colmaço E acima destas casas todas esta outra cuzinha telhada / E tem dentro huu*m* forno *e* huu*m* lag*ar* E dia*n*te de todas estas casas esta huu*m* rresijo g*ra*nde *e* bom e*m* q*ue* esta*m* xxxvij pelames de sapateiros de q*ue* se paga de cada huu*m* viij r*ea*is ao que traz o dito lag*ar* q*ue* som e*m* soma ij^{c} lRvj r*ea*is E te*m* mais o dito rresijo hu*m*a oliueira *e* iij nogueiras e iij castinheiros g*ra*ndes *e* boo*n*s E x c*ar*ualhos e hu*m*a Moreira E outras aruores meudas .*scilicet*. ameixeiras (A.D.B., *4 Livro de Tombo*..., fl. 9v)[848].

Cada pelame pagava de renda anual a quem "trazia o lagar" oito reais, perfazendo um total de 296 reais exclusivamente pelas estruturas de curtume. A dimensão destes valores sugere a existência de um sistema produtivo relativamente estruturado, possivelmente associado, em parte, ao abastecimento das oficinas de sapateiros da cidade de Braga, as quais, segundo o levantamento das propriedades do cabido, revelam uma certa concentração na Rua da Sapataria[849]. Importa, todavia, considerar que essas estruturas poderiam ser exploradas de forma autónoma relativamente ao casal, ou ao lagar, onde se inseriam, sendo frequentemente arrendadas como equipamentos produtivos a artesãos ou operadores especializados na atividade de curtição (Melo, 2021 , pp. 93–94).

Diferentemente dos tanques de Guimarães — ainda hoje visíveis no seu tecido urbano —, os de Braga não subsistiram à vista dos contemporâneos, sendo apenas identificáveis por via da cartografia histórica e da documentação escrita.

A descrição do Casal da Ribeira oferece ainda indícios interessantes sobre a paisagem periurbana deste setor, com destaque para o chamado "*Campo da Vinha Velha*"[850], cuja posse era partilhada: três quartos pertenciam ao cabido e um quarto à Ordem dos Gafos. A localização deste campo é de particular interesse. O quinhão do cabido situava-se "a carom"— isto é, adjacente — ao caminho que vinha da cidade, enquanto, na extremidade oposta, confinava com o caminho que

[847] A informação sobre esses tanques já fora abordada por Ribeiro e Melo (2012, p. 158). Ainda assim, optamos pela transcrição na íntegra do respetivo documento, conforme consta no Apêndice XVII (pp. 48–50).
[848] A transcrição de toda a apegação do Casal da Ribeira encontra-se no Apêndice XVII, pp. 48–50.
[849] Ver o Capítulo 4: O espaço construído intramuros (2.5) — As ruas da cidade em desenvolvimento.
[850] Este campo levava dezesseis carros de esterco de semeadura. Mais adiante discriminaremos os valores de semeaduras em carros de esterco.

seguia em direção a São Clemente. Este caminho seria, ao que tudo indica, o percurso que se dirigia à antiga basílica cemiterial de São Clemente, localizada no Fujacal não longe da Ponte de Guimarães, situada um pouco mais a sul no curso do rio Este (Fontes *et al.*, 2009, p. 258).

> Jtem O campo da vinha velha que dizem que a metade dele he dos gaffos E a outra metade do cabijdoo / aJinda que o mordeo diz que nom he dos gaffos se nom huum quarto e [*sic*] os iij quartos que som do dito cabijdo E o campo todo emteiramente leua xviij caros desterquo / asy ho dos gaffos como o do cabijdo E o quenham que he do cabijdo jaz a carom do camjnho que vem pera a cidade E da parte de contra aa cidade emtesta no camjnho que vay pera sam crimente E per o meo tem marcos antre os gafos e o que dizem que [he] do dito cabijdo/ (A.D.B., *4 Livro de Tombo*..., fl. 9v).



Figura 126. À esquerda, no *Mapa de Braunio* (1594), indicação da provável localização da cabeça do Casal da Ribeira e dos respetivos tanques de curtume. À direita, sobre a *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/84), proposta interpretativa de delimitação do núcleo produtivo do Casal da Ribeira (assinalado a amarelo), bem como da localização hipotética do Casal de Beretas (Bretas) e do respetivo moinho (assinalados a azul). As delimitações apresentadas resultam da articulação entre a documentação medieval e a leitura cartográfica, e pode não corresponder diretamente à realidade representada no mapa oitocentista. Elaboração do autor

Ao confrontarmos estas informações com a cartografia antiga, admite-se que o trajeto adjacente ("a carrom") ao "Campo da Vinha Velha" correspondesse a um caminho que ladeava a antiga muralha de *Bracara Augusta*, cujo traçado abrangia o quadrante sudeste da urbe. Esse percurso teria origem na Porta de São João, atravessando um conjunto de propriedades rurais que se iniciavam nas Hortas de São Marcos e, em épocas posteriores, seguia pelo lado poente do hospital homónimo. Já pelo lado nascente do hospital, o caminho conduzia em direção à Ponte de

Guimarães — futura Rua das Águas —, contornando, para isso, a fonte de São Marcos, situada num recuo ao limiar da futura Rua dos Granjinhos.

Segundo ilustra o *Mapa de Braunio* (1594), esse mesmo itinerário, antes de alcançar a ribeira do rio Este, bifurcava-se a oeste em direção à Passagem dos Pelames, sendo denominado, no *Mapa de Braga Primaz* (1755), como "Quingosta dos Paços" (Congosta dos Paço). O espaço intermédio, à direita da bifurcação — entre a continuação até à ribeira do rio Este e o percurso retilíneo que seguia para a Ponte de Guimarães — corresponderia a uma parte dos Prados do Arcebispo (ver Figura 127). Relativamente a estes prados, as fontes escritas consultadas não fornecem informações perentórias, com exceção da menção a um caminho que, partindo das imediações do Casal de Urjães, atravessava os Prados do Arcebispo em direção ao norte.



Figura 127. Caminhos documentados para o século XV com orientação sudeste assinalados no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor.

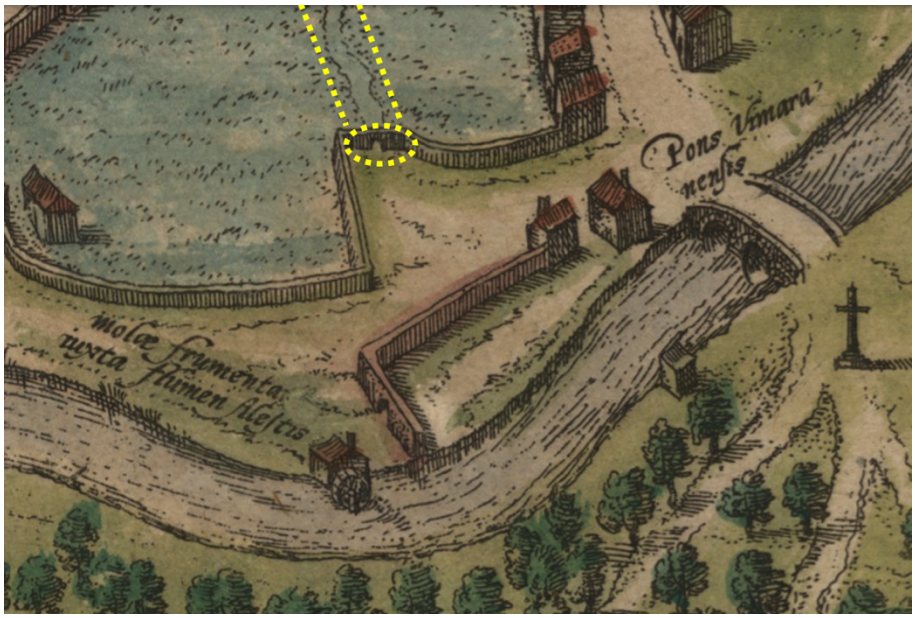


Figura 128. No *Mapa de Braunio* (1594), os traçados pontilhados em amarelo indicam o caminho que ligava a cidade ao Caminho Novo; o círculo pontilhado assinala uma abertura de acesso a esse percurso. Edição do autor

O caminho que acompanhava o curso do rio Este pelo lado norte interligava a Ponte do Porto — posteriormente designada Ponte dos Pelames — à Ponte de Guimarães. Este percurso poderá corresponder ao "caminho novo" referido na documentação relativa a uma vinha situada na Ribeira, emprazada a Mestre Rodrigo, localizada nas proximidades da Agra dos Fornos[851]. A sul, esse trajeto havia terrenos agrícolas, muitos dos quais pertencentes, presumivelmente, ao *Casal da Ribeira*, sobretudo na sua porção poente.

Nessa zona, entre as duas pontes, ao longo da margem do rio Este, localizavam-se igualmente alguns moinhos[852]. O *Mapa de Braunio* (1594) ilustra alguns desses moinhos, onde dois são representados com rodas motrizes, que podem ser verticais (azenhas) ou horizontais (moinhos) muito divulgadas em todo o norte de Portugal desde o século XIII, pelo menos[853]. A funcionalidade dessas estruturas baseava-se no aproveitamento da corrente do rio Este, cuja força movimentaria uma roda hidráulica que, por meio de uma engrenagem composta por roda dentada e carreto, transmitia o movimento à mó. O acionamento dessa roda podia dar-se por impulso inferior ou superior, conforme o modo como a água seria conduzida (Galhano, 1978).

---

[851] J*tem* no dicto d*ia* os sob*re* dictos emp*raz*aro*m* a M*estr*e R*odrig*o coo*rig*o *e* seu Jrmaao*o* a ujnha da Ribeira co*m* sua p*er*teenças q*ue* sta ac*er*ca do camjnho nouo *e* p*ar*te com a agra dos fornos da hu*m*a p*ar*te *e* da outra co*m* campos de gil ff*err*nande*z* o moço po*r* preço de oyto maravedis *e* huu*m* pa*r* de g*alinh*as . t*estemunh*as os sobre dictos . / (A.D.B., *1° Livro de Prazos*..., fl. 13 e *3° Livro de Prazos*..., fl. 11).

[852] Este trajeto já não existe atualmente, mas teria direções similares ao atual Caminho de Salamanca e a Rua Conselheiro Lobato, orientadas de oeste para leste.

[853] A implantação de moinhos e azenhas nas periferias urbanas estava geralmente condicionada pela disponibilidade de cursos de água e pelas características topográficas do terreno. Mesmo em linhas de água de reduzido caudal, era possível potenciar o aproveitamento hidráulico mediante a construção de canais, represas ou açudes que regulavam o fluxo necessário ao funcionamento das rodas motrizes (Melo, 2020, pp. 425–426).

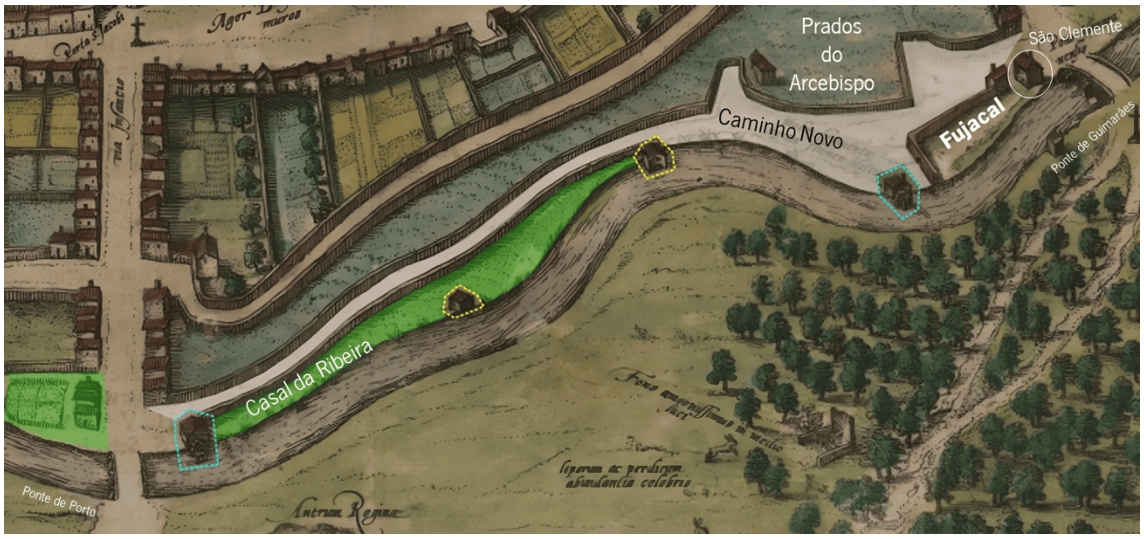


Figura 129. Representação iconográfica no *Mapa de Braunio* (1594). A marcação em verde, a oeste da Ponte do Porto, assinala a Cabeça do Casal da Ribeira; a marcação a leste indica as propriedades associadas, incluindo vinhas, terrenos agrícolas e a Agra dos Fornos. Edição do autor.

No que respeita à referência documental destes moinhos, o prazo emitido em 11 de junho de 1466, em nome do lavrador Álvaro Garcia e sua mulher Joana Gonçalves, conferia, por três vidas, a posse do "Casal de Borneiros", do Casal da Ribeira e dos "Moinhos da Ribeira", à época designados como "Moinhos de Ladrões" (ver Apêndice XVII, p. 50)[854]. De acordo com as fontes consultadas, a configuração dos moinhos ao longo do rio Este incluía, a oeste da Ponte do Porto, um moinho pertencente ao Casal de Bretas (ou Beretas), e, a leste da mesma ponte, um outro moinho, este vinculado ao Casal da Ribeira, movido por roda hidráulica, conforme se infere da análise iconográfica do *Mapa de Braunio* (1594). Considerando a extensão do Casal da Ribeira para o leste, é possível admitir, de forma hipotética, que algumas das estruturas representadas como moinhos no referido mapa se situassem ainda dentro da área sob influência desse domínio. Neste sentido, essas instalações poderiam integrar o conjunto de equipamentos produtivos associados ao casal, prolongando-se a sua área de exploração até às imediações da Ponte de Guimarães (ver Figura 132).

A documentação compulsada atesta ainda a existência de outro conjunto de moinhos, designados por "*Moinhos de Abraão*". A designação "Moinhos de Abraão" não permite, à luz da documentação disponível, estabelecer qualquer vínculo comprovável com a comuna judaica de

[854] Pagava-se por todo o prazo 21 maravedis e um par de "[...] bons e reçebondos [...]" capões (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 7; *3º Livro de Prazos*..., fl. 6). Considerando que o Casal da Ribeira se encontrava integrado neste prazo, juntamente com outro casal e com moinhos, é possível admitir que, antes de 1466 (data correspondente ao prazo), o contrato estivesse na posse de Martins Ozunho, conforme a fórmula documental "[...] pella gisa q*ue* todo tr*az*ia joam m*art*ĩs ozunho co*m* suas entradas *e* saydas [...]" (*idem*). A documentação anterior sugere, todavia, uma maior antiguidade destas estruturas: entre 1369 e 1380, os "moinhos dos Ladrões e casais na Ribeira" — presumivelmente associados à ribeira do rio Este — tiveram o seu emprazamento reduzido de 40 para 5 maravedis, sendo então atribuídos a João Domingues da Ribeira (A.D.B., i..., fl. 33v). Este valor seria posteriormente reajustado para 25 maravedis entre 1393 e 1394 (A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 35), mantendo-se inalterado entre 1403 e 1404 (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 51), o que poderá indiciar a continuidade da exploração destes equipamentos, apesar das oscilações no seu rendimento.

Braga ou com indivíduos de origem hebraica, devendo a interpretação etimológica do topónimo permanecer em aberto. Tais moinhos foram emprazados ao cónego Jácome Mendes, em 10 de julho de 1484, pelo montante de cinquenta reais e duas galinhas, a ser pagos, pelas pessoas "de pos" eles, trezentos reais e duas galinhas (ver Apêndice XVII, p. 61)[855].

Estes moinhos são novamente assinalados nas descrições associadas ao "*Casal de Urjães*", situado entre a Cividade e Maximinos, onde se distingue a presença de algumas árvores que estavam "[...] aalem dos moynhos dabram [...]", e, logo acima, um local "[...] donde laua*m* as molheres a rroupa [...]" que compreendia um pequeno recanto de vinha pertencente aos referidos moinhos[856]. Este recanto integrava um quinhão de "vinha" sob domínio do cabido, contíguo ao *Casal de Bretas*. Transcreve-se, a este propósito, a seguinte passagem:

> J*tem* hu*m*a v*in*ha pequ*e*na q*ue* esta acima das ditas casas ju*n*to do camjnho q*ue* he huu*m* çerrado todo sobresy de boa vynha E huu*m* q*ui*nhom da dita v*in*ha he do cabijdo E out*ro* q*ui*nham he de bretas E o q*ui*nham do cabijdo leua bo*n*s do*us* home*n*s de caua de dinheiro E a de bretas leua huum home*m* e também jaz dent*ro* na dita v*in*ha huu*m* rreca*n*to pequ*e*no de v*in*ha q*ue* nom he q*ua*sy nada q*ue* dize*m* q*ue* dos moynhos dabra*m* E a do cabijdo dize*m* q*ue* m*u*ltas vezes da xx al*mu*des de v*in*ho / E no*m* o traz e*m*prazado./ Gonçalo machado por — (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10v).[857]

Conjugando estes dados relativos à localização dos casais da Ribeira e de Bretas (ou Beretas), parece aceitável propor que os *Moinhos de Abraão* integrassem o conjunto de estruturas representadas iconograficamente no *Mapa de Braunio* (1594), imediatamente à esquerda da *Ponte de Guimarães*. Esta correspondência parece encontrar confirmação na *Planta Topográfica da Cidade de Braga* (1883/1884), na qual se estima o posicionamento dos referidos moinhos a poente da *Ponte do Porto* (ver Figura 130).

---

[855] A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 68v.

[856] Conferir texto na íntegra no Apêndice XVII, pp. 50–52.

[857] Podemos ainda associar a estes moinhos uma leira que estava num pedaço de campo ao redor da eira do Casal da Ribeira: "J*tem* na eira esta huu*m* pedaço de ca*m*po cercado darredor co*m* a dita eira E te*m* de*n*t*ro* co*n*t*ra* huu*m* cabo hu*m*a orta E assim o ca*m*po co*m* sua orta E eira leuara*m* bos x car*os* E esta dent*ro* neste ca*m*po hu*m*a leira q*ue* he dos moynhos de dabra*m* / E ella e se a sam*en*te leuara huu*m* carro/" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10).



Figura 130. Identificação estimada da localidade de Abraão e dos respetivos moinhos (traçado amarelo), bem como do Casal de Beretas (Bretas) e do seu moinho (traçado azul-claro), sobrepostos à *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883–1884). Os topónimos e delimitações apresentados correspondem a uma proposta interpretativa baseada na documentação medieval e não figuram na cartografia original. Edição do autor.

Cabe ainda salientar que grande parte das propriedades situadas a sul da Porta de Santiago, no entorno da Passagem dos Pelames, estaria vinculada à freguesia de Santiago da Cividade, conforme se depreende dos registos das herdades consignados nos *Livros de Tombo*. Contudo, é notória a dificuldade em distinguir os bens associados a esta freguesia, dado que os registos eram frequentemente lançados em conjunto com as freguesias de Santiago da Sé e de São João do Souto.

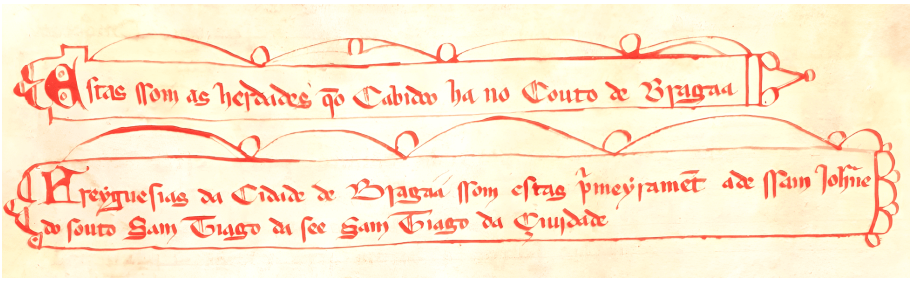


Figura 131. Detalhamento dos itens das herdades localizadas na cidade de Braga, associadas às freguesias de São João do Souto, Santiago da Sé e Santiago da Cividade (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 30v).

O conteúdo dos itens descritos nos *Livros de Tombo* nem sempre se apresenta com clareza, sendo frequente a ausência de uma atribuição precisa à freguesia a que pertenciam. Não obstante essas dificuldades, a análise crítica dos registos permite discriminar com relativa segurança as propriedades efetivamente relacionadas à freguesia de Santiago da Cividade pela sua assídua alusão.

Segundo os quadros que podem ser consultados nos apêndices (ver Apêndice XVII, pp. 57–60), há um número significativo de terrenos de vinha associados à toponímia "Cividade", como,

por exemplo, a Vinha da Cividade, assim como outras como o lugar e as vinhas situadas atrás do Muro e da Porta de Santiago da Cividade; a vinha, devesa (conjunto de árvores) e pombal junto à referida porta; a vinha e sua devesa junto ao Postigo da Cividade; e ainda o "Quintal da vila que chamam de Cividade"[858].

Ainda que algumas propriedades na paróquia de Maximinos e na localidade do Fujacal sejam mencionadas nos registos, deve-se entendê-las como "possessões". Por outras palavras, unidades sob a jurisdição de uma propriedade principal (como a Vinha da Cividade), vinculadas no mesmo contrato de emprazamento, embora geograficamente situadas fora do núcleo a que estavam juridicamente associadas. Esse é precisamente o caso das herdades de Maximinos e do Fujacal unidas à mencionada Vinha da Cividade.

Com base nessas observações, entendemos que a freguesia de Santiago da Cividade, na sua porção extramuros, se estendia pelas imediações da Porta de Santiago e do Postigo da Cividade (também conhecido como Postigo de São Sebastião), apresentando um claro predomínio de exploração vitivinícola. Contudo, essa freguesia não se expandia significativamente para sul, localizando-se sobretudo nas imediações do Postigo da Cividade.

Neste contexto, foi possível reunir um conjunto de propriedades (setor sul) atribuídas à freguesia de São Vítor, ou entrelaçado com a freguesia da Cividade, com base no reconhecimento de topónimos identificados em fontes documentais. Entre estas propriedades, destacam-se, na área da Cividade, a Quinta da Vila — também designada como Quinta da Cividade —; no Fujacal, diversas chousas e almuinhas; em Urjães, um casal e algumas chousas; e, na Ribeira, a Vinha da Ribeira, além de outros casais pouco especificados, como o Casal do Sobrado, e herdades em Agrodim — esta última, de localização incerta devido à escassez de informação disponível[859].

Deste modo, a zona ribeirinha, que compreendia diversos moinhos, seria uma zona limítrofe entre as freguesias de São Vítor e São Pedro de Maximinos. Já as propriedades dos Pelames, situadas nas imediações da Passagem dos Pelames, onde estaria o Casal dos Gafos; o casal e uma leira na localidade denominada Leira Longa, encontravam-se integradas na freguesia de São Vítor, conforme indicado nos registos de emprazamento.

---

[858] Neste caso, "vila" pode ter uma reminiscência da aceção antiga de *villa* romana.

[859] Entre as localidades cuja posição geográfica não conseguimos determinar com precisão e, por isso, não incluímos nos apêndices, encontra-se a designada por Portas. As propriedades nesta localidade incluem a Vinha de Redondelo, outras vinhas, hortas, campos do mosteiro de Bouros e o Casal de Portas, também conhecido como Casal de Chamiço (A.D.B., *1.º Livro de Tombo*..., fls. 33v–40). No entanto, segundo o quarto *Livro de Tombo*, relativo ao Casal de Urjães, é mencionada uma estrada que circunda a cerca de Urjães e segue em direção aos Prados do Arcebispo, conduzindo, em seguida, à localidade de Portas. Após atravessar esta localidade, a estrada descia até umas hortas e uma fonte.

Com base nestes dados, conclui-se que a delimitação entre a freguesia extramuros de Santiago da Cividade e a freguesia de São Vítor se configurava como uma fronteira funcionalmente fluida e documentalmente pouco explícita, podendo, contudo, situar-se numa linha de orientação aproximadamente vertical e horizontal que coincidiria com o início da zona dos Pelames (ver Figura 132).

Por fim, nos *Livros de Prazos*, regista-se a existência de um Casal da Cividade, emprazado a Martim Gonçalves e sua mulher Maria Anes em 10 de março de 1480, situado na freguesia de São João[860]. Tal dado leva-nos a supor a existência de uma zona de transição entre a freguesia de São João do Souto e a área da Porta de Santiago. Esta freguesia estendia-se até à zona dos Chãos, sendo aí ladeada pela freguesia de São Vítor.

[860] A.D.B., *3º Livros de Prazos*..., fl. 57v; no quarto *Livro de Prazos*, encontra-se nos índices uma propriedade designada como Lugar da Cividade, em São João. Embora este documento não esteja presente no fólio correspondente do códice, entendemos tratar-se do Casal da Cividade.



Figura 132. Reconstituição aproximada do setor sul e Nascente, junto à Porta/Torre de Santiago, com base em fontes escritas e cartográficas. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

1.2.2. Passagem dos Pelames, Congosta de Urjães e Congosta de São Sebastião

Mais a sudeste do setor sul, estava uma área tradicionalmente identificada nas fontes como "cividade", isto é, o espaço correspondente à antiga *civitas* de *Bracara Augusta*, onde se implantara o antigo *forum* romano, que se situava na parte exterior da muralha do burgo medieval, nas imediações do Postigo da Cividade[861].

[861] Em 26 de abril de 1122: "[...] Aliste et abet iacentia illa hereditas in loco predicto ubi vocitant Fogacal et in Civitate et in illo burgo in kasa integra [...]" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 69, pp.855–856, fls. 165–165v; documento igualmente publicado em: *vd.* Documentos Particulares — D.P., IV, 222, n.° 258); consta na 5.° na quinta linha.

A documentação do primeiro *Livro de Tombo* (1369–1380) permite identificar algumas propriedades que permitem projetar a área da "cividade" na porção mais ocidental do setor sul. Esta estaria, por sua vez, localizada a poente da Passagem dos Pelames — zona de transição entre o espaço extramuros da Porta de Santiago e os terrenos sobranceiros ao rio Este — e repartida entre propriedades pertencentes à freguesia de São Pedro de Maximinos e à freguesia de Santiago da Cividade. À primeira pertenciam propriedades situadas mais a ocidente; à segunda eram atribuídas, de forma expressa, duas unidades fundiárias contíguas à muralha: a já abordada "Vinha da Cividade", junto à Porta do Muro de Santiago (havendo propriedades a poente desta porta)[862], e uma herdade descrita como "destruída pela cárcova", situada na cividade, fora do muro"[863].

Os dados documentais demonstram que, desde o século XII, esta área foi objeto de progressiva incorporação patrimonial por parte da arquidiocese. Entre as aquisições mais antigas contam-se propriedades em *Ordinales*, situadas junto à muralha meridional romana e nas margens do rio Este. Segundo o *Liber Fidei*, em 21 de agosto de 1105, numa carta escrita pelo abade Nuno, do mosteiro de Tibães, couto desde 1110, em nome de toda a congregação, foi consignada uma doação ao arcebispo D. Geraldo de Moissac (1095–1108) de um pedaço de terra em *Ordinales* e de uma herança (herdade) cognominada *Paretes*, situada numa das margens do rio Este[864]. A doação foi efetuada mediante uma contrapartida oferecida pela congregação: a sexta parte de uma propriedade que o monge tibiense, Paio Astraris, adquirira numa localidade denominada "Barbudo", de seu tio Suário, e que se encontrava sob litígio com o arcebispo, estando, por conseguinte, sob júdice[865].

Em outro documento, datado de 21 de dezembro de 1167, o conde Vasco Sanches de Celanova (c. 1130–1182)[866] e a sua primeira mulher, Berengária, contestaram a herança de Munio Pepino, que fora legada a seu filho Garcia. Após a administração deste, que veio a falecer sem deixar descendência, Munio Pepino dispunha em testamento que os bens fossem entregues à

---

[862] É, respetivamente mencionado três vezes: "Jt*em* a Vinha da Çiuidade soya de valer doze m*aravedi*s E trasea ora Domj*n*gos despinho Cóónjgo em prazada por dous maravedis *e* meyo (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 31)"; "Jt*em* Por Co*n*memoraçom de Meem gonçalde huu*m* m*aravidi* de Çenço pela vinha da Çeuidade q*ue* he de Gonçalo armon (*op. cit.*); "Jt*em* por Dom Enrrico ffranco huu*m* m*aravidi* de Çenço pela vjnha da Çeujdade q*ue* esta aa porta do Muro de ssam Tiago E da herdade de Meyxemjnhos E de foiacal q*ue* he de vaasco m*artiz* terçanayro E trase a Vinha da Çeujdade vaasco p*er*ez q*ue* ffoy alcayde dessa Maao*o* "(A.D.B., *1º Livro de Tombo*...,fl. 31v).

[863] "Jt*em* Dhuu*m* herdamento q*ue* ffoy de barro q*ue* he na Ceujdade ffora do Muro *e* soyao de traser ffrancisco simóóez mercador genro de Martim ortiga por noue soldos Destroydo pela Carcoua" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 31v).

[864] Esta herdade aparenta ser relativamente grande e excessivamente retangular, apresentando um comprimento de 43 mil passos na cabeceira elevada e 11 mil passos nas extremidades, também na cabeceira elevada. No meio, a largura era de 10 mil passos, e na outra extremidade, outros 10 mil passos, totalizando uma estimativa de 20 mil passos: "*Et habet in longum ipsa hereditas X.ª et III.es passales super capud elevatos et in amplum de una testa XI.m passales super capud similiter elevatos et in medio X.m passales et de alia parte in testa X.m passales mensura prioribus consimules et illa gereditas fui apreciata in XX6*".

[865] Segundo Mattoso e Sousa (1997, p. 40), é uma alusão ao mosteiro de Santo Antonino de Barbudo, que foi um importante centro de influência leonesa desde o reinado de Fernando, o Magno (1037–1065). O seu patronato foi cedido ao arcebispo Maurício Burdino (1110–1118) em 1110.

[866] Foi um rico-homem, neto do conde D. Henrique e de dona Teresa. Exerceu o cargo de mordomo-mor de 1169 a 1172.

Igreja de Braga. A essa disposição acrescia a alegação da Sé metropolitana de que Garcia cometera diversas infrações nas propriedades em questão, o que reforçava o carácter imperioso da doação. Esta contenda teve como desfecho a doação definitiva dos bens à arquidiocese, mediante o pagamento de 50 morabitinos ao conde Vasco Sanches. A herança incluía propriedades situadas tanto no interior da cidade como fora das muralhas, na denominada "Vila de Ordinales" (*in civitate Bracara infra muro et extra in villa Ordinales et in aliis locis*), sendo compostas por casas, vinhas, moinhos e "outros bens" [867].

Vinte e cinco anos depois, em 22 de novembro de 1192, Pedro Moniz, Lourenço Martins, Martinho João e sua mulher Marinha Martins, além de Maria Pedro, Domingos João e sua mulher, Filha Bona, venderam ao arcebispo D. Martinho Pires (1189–1209) todas as herdades que possuíam em *Ordinales* e outros lugares a eles pertencentes, além de uma quintã no interior da muralha[868].

Ao considerarmos estas aquisições — concretizadas por meio de doações, compras ou processos judiciais — juntamente com outras propriedades situadas nas margens do rio Este, depreende-se uma estratégia de legitimação territorial orientada à consolidação do domínio da arquidiocese sobre o espaço circundante. Entre essas aquisições, destacam-se ainda uma herdade localizada numa zona denominada Pena Longa, documentada a 25 de junho de 1102[869] e ratificada a 20 de dezembro de 1105[870]; uma vila situada para além do rio Este, sob o Monte de Santa Marta, em 19 de julho de 1104[871]; e, ainda, casas no burgo, bem como diversas heranças extramuros, incluindo montes e fontes em locais e limites antigos no Fujacal e na Cividade, a 26 de abril de 1122[872].

---

[867] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 787, pp. 1056 e 1057, fl. 208).

[868] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 847, pp. 1139 e 1140, fls. 226 e 226v); a dita quintã, em certa medida, assegura a probabilidade de uma paisagem bastante ruralizada da cidade no século XIII.

[869] "*Ego Petrus Argemiriz mihi ut facerem tibi filio meo / Odorio Petriz sicut et facio kartam venditionis de hereditate mea propria quam habeo in ripa Aleste sub Pena Longa territorio Bracarensi et habet iacentiam in meo casale qui iacet inter casal de Petro Honoriquiz super quintana de domno Godino*" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 324, pp. 474 e 475, fls. 95v e 96); documento igualmente publicado em: *vd.* Documentos Particulares — D.P., III, 66, n.º 77; Alberto Feio, doc. 17.

[870] "*Ego famulum Dei Vdario Petriz testamentum facio Deo et Sancte Marie Braccarensi et vobis domno Geraldo archiepiscopo de hereditate mea propria quam habeo in ripa Aliste sub monte Penna Longa territorio Braccare et habet iacentiam in illo casale qui fuit de patre meo inter casal de Petro Honoriquiz et quintana que fuit de domno Godino et do illam pro remedio anime mee ut inde habeam mercedem ante Deum*" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016*). Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 323, pp. 474, fls. 95v e 96); documento igualmente publicado em: *vd.* Documentos Particulares — D.P., III, 176, n.º 203; Alberto Feio, 48, nº 44.

[871] "*Ego Ebregulfo Froganiz et uxor mea Tiuvili placuit nobis ut vebderemus vobis Pelagio Ramiriz hereditatem nostram quam habemus in villa tras Alister sub monte Sancta Marta rivvolum Alister territorio Bracarensi et habet iacentia in casal de tia Placia*" (Costa, Avelino de Jesus da (ed.) (2016) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques, Tomo 1, doc. 349, pp. 503 e 504, fl. 101).

[872] "*Ego Godinu Daudiz ideo placuit mihi per bona pacis et voluntas ut vinderemus vobis archiepiscopo domno P[elagio] Menendiz hereditatem meam propriam quam habeo in villa Bracara subtus mons Custodia et ribolum Aliste et abet iacentia illa hereditas in loco predicto ubi vocitant Fogacal et in Civitate et in illo burgo in kasa integra, cum suo antustio et cum suos exitos. Damus ibi vobis in illas villas supra dictas totam meam hereditatem et fratri meo Pelagio Cidiz que comparavi de eo in uno asino apreciato in XX.ª solidos de montes in fontes per suis locis et terminis antiquis per ubi illam potueritis invenire cum quantum ad prestitum homi- nis est qui in se obtinet vel obtinuerit. Et frater meus Vermudo aut suo*

Foi D. Geraldo quem reconheceu a necessidade de reforçar o domínio da arquidiocese mediante a recuperação dos territórios extramuros situados a sul, até ao rio Este e mesmo além. O intento de se assenhorar das propriedades na Cividade refletia-se em recuperar os espaços degradados da antiga urbe romana, localizados a sul do burgo de Braga e então transformados em campos e pequenas unidades agrícolas. Neste contexto, a aquisição das terras de *Ordinales*, bem como de outras localidades próximas, insere-se nesse propósito mais vasto, exemplificado pelo acordo de troca celebrado com os monges tibienses e continuado por iniciativas semelhantes promovidas pelos prelados subsequentes[873].

Nesta linha de entendimento, e segundo os registos históricos, concluímos que os prolongados esforços da arquidiocese de Braga na reconquista dos terrenos desta localidade culminaram na formação de uma grande unidade de exploração — o Casal de Urjães.

Não é claro se a organização do Casal de Urjães ocorreu por meio de um ajuntamento de contratos de aforamento desses terrenos adquiridos. Certo é que este casal aparece emprazado nas fontes pela primeira vez em 1369, junto com o contrato de uma vinha designada como "Vinha de Pinheiros", cuja parte contratante era Gonçalo Peres "o aparelhador", por um preço de dez maravedis e dois capões (ou duas boas galinhas)[874]. O escrivão sinalizaria ainda que, neste casal, havia uma casa e uma vinha circundantes à umas nogueiras.

O cabido ainda emprazava outros terrenos na localidade de Urjães, como algumas *chousas* situadas nos limites entre as freguesias de São Vítor e de Santiago da Cividade, a Geraldo Afonso[875], bem como outras chousas a Vasco Furtado[876]. Essa dinâmica revela igualmente o interesse persistente e a obstinação do cabido em retomar o controle sobre os terrenos sobranceiros da antiga *civitas*, como exemplificado pelo contrato de escambo celebrado com o referido Vasco Furtado, no qual se cedeu o Forno da Rua Verde em troca das mencionadas *chousas*[877].

Curiosamente, mais de um século depois — concretamente a 20 de outubro de 1481 — o Casal de Urjães surgia interligado a um dos principais fornos da cidade, introduzido no mesmo prazo do Forno da Infanta, cuja reparação era imperativa. É provável que o Casal de Urjães não dispusesse

---

filio de illa nostra ratione dedi ad alios homines quomodo abeatis vos licentia alia tanta de sua racione ubi vos volueritis" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 508, pp. 712 e 713, fl. 138; Tomo 2, doc. 69, pp.855 e 856, fls. 165 e 165v); documento igualmente publicado em: *vd.* Documentos Particulares — D.P., IV, 222, n.° 258).

[873] [...] *facio vobis domno Geraldo Bracarensis sedis archiepiscopo et qui hui sedi post vos successenrint de illo petatio de terra quam vobis damus hic in Ordinales in alia nostra hereditate que iacet in ripa ipsus fluminis Aleste in loco illo ubi dictur prope murum illis civitatis subtus monte Custodia* [...] (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei* Sanctae *Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 230, pp.368–370, fls. 174v–75); documento igualmente publicado em: *vd.* Documentos Particulares — D.P., III, 170, n.° 197).

[874] A.D.B., *1° Livro de Tombo* ..., fl. 33.

[875] *Idem op. cit.*

[876] A.D.B., *1° Livro de Tombo* ..., fl. 38.

[877] *Vd.* pp. 194–195.

de um forno próprio, dependendo, por conseguinte, do Forno da Infanta, ou que este último fosse abastecido pela respetiva propriedade. Em qualquer dos casos, é inegável que o valor deste emprazamento fosse elevado, dado que o signatário do contrato, João Godins, chantre da arquidiocese, se obrigou ao pagamento de duzentos reais e um par de galinhas, sendo que, pelo casal, se pagavam, isoladamente, cem reais (ver Apêndice XVII, p. 53)[878].

Antes do prazo unificado com o Forno da Infanta, o cabido já havia emprazado uma propriedade designada como Lugar de Urjães. Não é possível determinar com certeza se se tratava do mesmo casal, embora se possa admitir tratar-se de mera variação de nomenclatura, como se observa em outros casos, como o Lugar dos Chãos, que é também referido, por vezes, como casal. De acordo com os *Livros de Prazos*, a 15 de janeiro de 1466, este Lugar de Urjães foi outorgado ao sapateiro João Álvares e a sua mulher, Inês Dias, em conjunto com outro "lugar" anteriormente trazido por Pedro Anes de Gache, tercenário, mediante o pagamento de nove maravedis da moeda antiga[879]. Este mesmo Lugar de Urjães — que se admite poder corresponder ao Casal de Urjães emprazado em 1481 — foi, posteriormente, locado ao cónego Gonçalo Pires, em 17 de novembro de 1470, por três vidas, ao preço de quatro maravedis e um par de galinhas recebondas[880].

Oito dias após o emprazamento do Forno da Infanta, isto é, a 28 de outubro de 1481, o topónimo "Urjães" ainda era empregue para designar outro campo, o qual foi aforado ao notário apostólico Marçal Vasques e à sua mulher, Isabel Martins, juntamente com um segundo campo denominado "Feijoeiros", localizado nas imediações da Porta de Maximinos. O valor atribuído a este terreno era consideravelmente superior ao do Casal de Urjães, sendo avaliado em duzentos reais e duas galinhas[881].

Apesar de todas estas informações, a extensão da localidade de Urjães é irresoluta. Percebemos isso num documento do primeiro *Livro de Tombo*, datado de 1369, que menciona um indivíduo chamado Afonso Vasques, que se opunha ao pagamento de aniversário e detinha herdades em Urjães. Relativamente próxima a Urjães, Domingos Pais, havia propriedades em Abraão, e pagava dezoito soldos[882], o que permite supor que ambos os topónimos estivessem geograficamente próximos.

A área de *Ordinales* situar-se-ia próxima "à muralha", que se presume ser a franja sul da muralha romana, atendendo ao facto da sua proximidade com o rio e à sua posição abaixo do

---

[878] A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 61v.
[879] A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 3v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 2v; ver Apêndice XVII, pp. 53–54.
[880] A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 36; ver Apêndice XVII, p. 54.
[881] A.D.B., *op. cit.*; ver Apêndice XVII, p. 54.
[882] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 38.

monte Custódia. Este monte corresponderia ao ponto mais elevado da Cividade — atingindo os 196 metros, segundo o mapa topográfico (ver Figura 133) —, numa área correspondente ao *forum* e às termas, conforme o interpretámos a partir de um desenho constante no *Mapa de Braga Primaz* (1755).



Figura 133. Em cima, mapa topográfico atual, com destaque para a área elevada correspondente à antiga cidade romana, conhecida como a Cividade. Em baixo, detalhe do *Mapa de Braga Primaz* (1755), no qual a mesma elevação surge identificada na iconografia como Monte Custódia. Edição do autor.

Deste conjunto de operações resulta um processo coerente de concentração fundiária no quadrante sul, orientado para a integração das antigas áreas urbanas romanas numa malha rural sob domínio capitular. A evolução da grafia do topónimo *Ordinales* — posteriormente registado como *Orgães*, *Oriães* e, finalmente, Urjães — indica a fixação de uma designação local progressivamente estabilizada na tradição escriturária, possivelmente relacionada com o antigo *cardus máximo* meridional.

É neste contexto que se estrutura o Casal de Urjães, documentado como tal em 1369, embora a sua formação possa remontar a fase anterior. A partir do século XIV, o cabido emprazava não apenas o casal, mas também chousas e outros terrenos situados nos limites entre as freguesias de São Vítor e de Santiago da Cividade, revelando uma estratégia continuada de consolidação patrimonial.

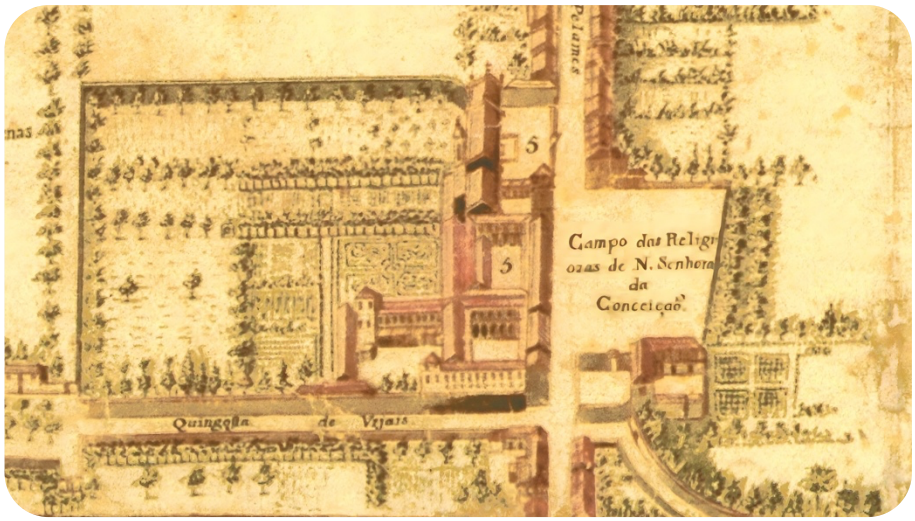


Figura 134. Pormenor da Congosta de Urjães no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Acima da congosta situava-se o Convento das Religiosas de Nossa Senhora da Conceição. A delimitação espacial do complexo conventual e das suas áreas rurais é, de forma especulativa, associada ao antigo Casal de Urjães.

A cartografia histórica confirma esta implantação. A leitura comparada do *Mapa de Braunio* (1594) e do *Mapa de Braga Primaz* (1755) permite situar Urjães acima da então denominada Congosta de Urjães e nas imediações da Passagem dos Pelames. O caminho que partia dessa congosta atravessava a referida passagem e prolongava-se em direção à Congosta de Paços — já mencionada anteriormente — estabelecendo ligação com os Prados do Arcebispo e, mais adiante, com o Caminho Novo junto à Ribeira[883].

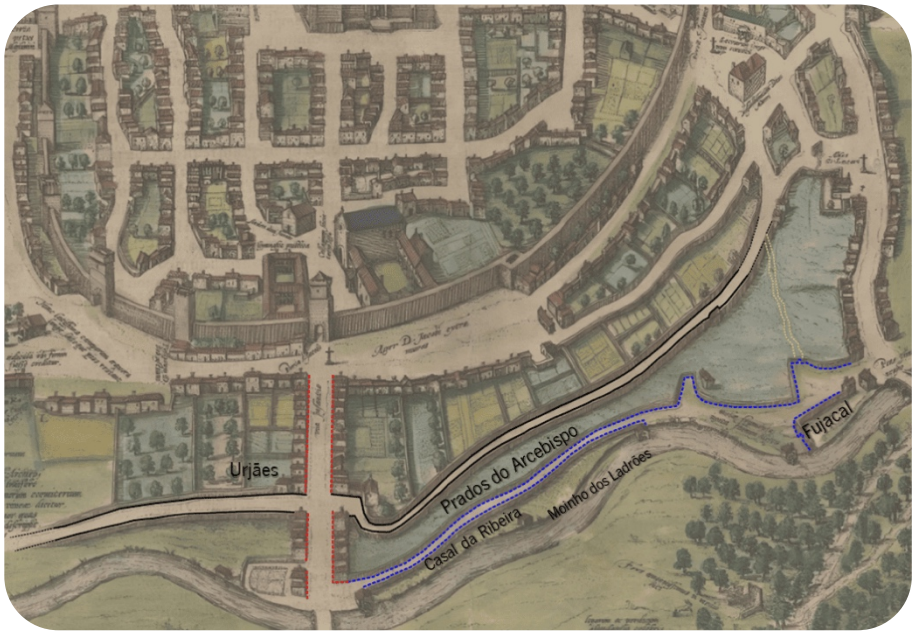


Figura 135. No *Mapa de Braunio* (1594): em preto, o caminho que partia de Urjães e atravessava os Pelames até às Hortas de São Marcos; em vermelho, a Passagem dos Pelames; em azul, o Caminho Novo, que ligava a Ponte do Porto à Ponte de Guimarães, passando pelo Casal da Ribeira e pelos Moinhos dos Ladrões; em amarelo, o caminho

[883] "*Item* p*ri*meirame*n*te huu*m*a cerca .de parede .*scilicet*. arredor da estrada q*ue* vay do p*ra*do do arceb*is*po p*er*a portas E depois vay decendo p*er*a baixo p*er*a as ortas E p*er*a hu*m*a fonte E depois <vay> p*er*a dentro p*ar*tindo . co*m* as ditas ortas E com huu*m* lug*ar* derdade do dito Jo*ha*m anes ataqueiro [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 51v).

rural que conectava a Porta de São João às Hortas de São Marcos, prolongando-se até ao Caminho Novo. Edição do autor.

Os terrenos situados a poente destes traçados — distintos daqueles analisados no setor nascente — compreendiam propriedades e casas nas imediações da cidade, entre a Porta de Santiago e a Porta de São João, enquanto a sul se estendiam campos abertos articulados com o vale do rio Este.

A noroeste de Urjães documenta-se ainda a propriedade designada "Castel Meião", incluída num conjunto contratual lavrado em 15 de fevereiro de 1490, pelo notário apostólico Marçal Vasques, por ordem do escrivão do cabido, Martinho de Guimarães. O contrato refere-se a umas casas dentro da cidade, em frente a uma calçada, sendo, igualmente aditado neste contrato um lugar extramuros denominado "*Castel Meijom*", que aqui transliteramos como "Castel Meião", ou "Castelo do Meio" [884].

A dita propriedade fazia parte de agrupamento de contratos distintos, visando uma gestão fundiária unificada, feito em três vidas, entre os quais se constavam as citadas casas intramuros, emprazadas ao criado do doutor Sebastião Lopes, Pero Gonçalves, e à sua mulher Joana Anes, após renúncia do alfaiate Vasco Gil. O conteúdo do contrato revela que esta unidade incluía um lagar, permitindo supor a sua vocação agroprodutiva, possivelmente voltada à viticultura e/ou oleicultura. O valor total do emprazamento ascendia a duzentos reais brancos e um par de bons capões. A intenção do cabido era que os arrendatários realizassem, no prazo de quatro anos, a edificação de casas sobradadas, devendo estas estar orientadas para a igreja de São Sebastião, dado que a propriedade se encontrava "[...] Junto *com* sam Sebastiam [...]".

Não dispomos de outras informações além das expressamente consignadas no contrato. No entanto, a iconografia do *Mapa de Braunio* (1594) apresenta, a oeste da igreja de São Sebastião, uma propriedade composta por um conjunto de edificações, entre as quais se destaca, mais ao sul, uma construção que parece apresentar a configuração de uma casa-torre ou de uma estrutura com certa robustez, cercada e ligada, na sua parte posterior, a uma segunda estrutura, eventualmente um lagar, reforçando a simbologia das características defensivas ou senhoriais — um "castelo". Toda a propriedade, incluindo as casas sobradadas cuja construção remontaria ao contrato de 1490, encontra-se delimitada por muros. A oeste, avista-se outro terreno murado, densamente arborizado, que se presume ser, com grande probabilidade, a devesa então mencionada.

---

[884] A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 177 a 178v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 81v–82; ver Apêndice XVII, pp. 54–56.

A sul da propriedade acima descrita, estendia-se um caminho identificado, no *Mapa de Braga Primaz* (1755), como "Quingosta de S. Sebastião", atestando, desde logo, o seu carácter rústico. Historicamente, este trajeto corresponde à extensão do decumano máximo ocidental da antiga urbe romana, cuja orientação infletia no cruzamento da Rua de Maximinos (N/S) com o Beco de São Pedro (E/O), conduzindo, como se verá adiante, à primitiva igreja paroquial de Maximinos.

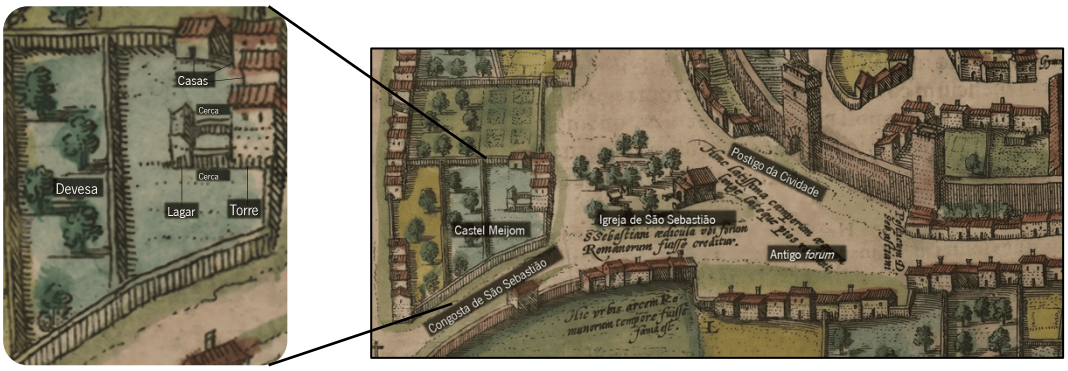


Figura 136. Pormenor do *Mapa de Braunio* (1594), com destaque para o entorno do Postigo da Cividade (à direita) e para a propriedade de Castel Meião. A partir desse ponto iniciava-se a Congosta de São Sebastião, em direção à igreja de Maximinos. Edição do autor.

A sul da Quingosta de S. Sebastião, conforme se observa no *Mapa de Braunio* (1594), observa-se uma paisagem marcada pela transição entre o abandono das estruturas da antiga *Bracara Augusta* e a consolidação de um ambiente rural e campino. O próprio mapa assinala que nesses campos existira, em tempos, um cemitério romano, convertido posteriormente num campo de vinhas: "*In hoc agro quondam Romanorum coemiterium fuisse creditur. nunc campus vineae dicitur*". Assinala-se ainda que por este campo passava uma das quatro vias abertas pelo imperador Antonino, em direção a *Asturica Augusta*, onde também se localizavam hortas públicas cultivadas com ervas aromáticas: "*Haec via una e quatuor quas Anthonino.* Imp*. Brac. Asturica descripsit. e. Horti publici oleiribus vernantes*".

Refira-se, por fim, um indício cartográfico que reforça a densidade histórica da área, ao identificar a capela de São Sebastião como estando erigida no local outrora ocupado pelo *forum* romano: "*S. Sebastiani aedicula ubi forum Romanorum fuisse creditur*". Na realidade, este *forum* corresponde ao espaço conhecido como "Campo de S. Sebastião", claramente demarcado no *Mapa de Braga Primaz* (1755), e que fora aberto durante a prelazia do arcebispo D. Diogo de Sousa no decurso do século XVI.



Figura 137. Reconstituição final do setor sul da área periurbana de Braga, com destaque para as zonas junto à Porta/Torre de Santiago e ao Postigo da Cividade. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

1.3. Setor Oeste



Figura 138. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Oeste. Elaboração do autor.

Para os propósitos da presente análise, deter-nos-emos na evolução das áreas adjacentes aos caminhos que irradiavam da Porta de Maximinos, visto que esta zona se consolidou como um dos principais espaços exteriores da cidade medieval, em decorrência da constituição do arrabalde de Maximinos.

Este setor, portanto, estendia-se desde o pano muralhado ocidental até ao rio Este, nas imediações do Moinho de Abraão, a nascente, confinava com as propriedades da Cividade e, a poente, aproximava-se da zona da Cónega e do caminho em direção a Cones.

Assim, os principais trajetos identificados correspondem à Rua de Maximinos, ao Beco de São Pedro e ao caminho para Cones — eixos circulatórios que, até onde as fontes permitem verificar, organizavam este setor e cuja evolução será examinada nos subitens seguintes.

1.3.1. Rua de Maximinos, beco de São Pedro e caminho para Cones

A Rua de Maximinos extramuros desenvolvia-se desde o flanco ocidental da cerca medieval, acompanhando exteriormente o traçado da antiga muralha romana e partindo da Porta do Muro de Maximinos em direção aos espaços rurais periféricos. O seu traçado medieval manteve-se, em linhas gerais, reconhecível ao longo do tempo, apesar das transformações introduzidas em épocas posteriores (ver Figura 139). A configuração parcelar que ladeava este eixo sugere a existência de lotes de pequena dimensão.

O seu percurso articula-se com o traçado da via romana XX *per loca maritima*, que tangenciava o setor ocidental da cidade romana e estabelecia ligação com o litoral atlântico da *Gallaecia* (Carvalho, 2008, p. 110). A historiografia associa este itinerário às conexões regionais que permitem alcançar, por diferentes ramais, centros como *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* (González Crespán, 2018, p. 100).

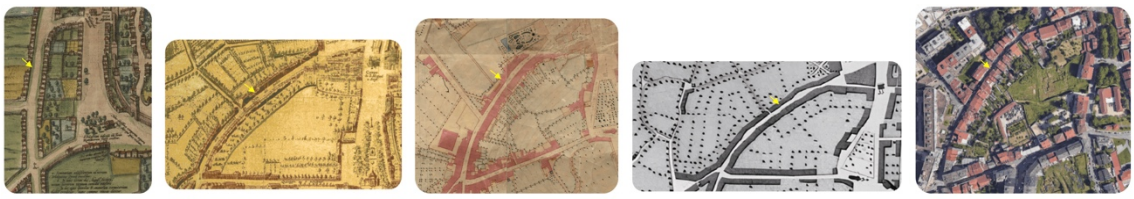


Figura 139. Evolução da Rua do Arrabalde de Maximinos ao longo de cinco séculos, representada nas seguintes cartografias (da esquerda para a direita): *Mapa de Braunio* (1594); *Mapa de Braga Primaz* (1755); *Planta Topográfica da Cidade de Braga* de Francisque Goullard (1883/1884); *Planta da Cidade de Braga* de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel (séc. XIX); e imagem atual do *Google Earth Pro* (séc. XXI). Edição do autor.

O topónimo "Maximinos" encontra-se diretamente associado ao núcleo populacional que se desenvolveu a partir desta saída ocidental da cidade, consolidando-se, no século XV, enquanto arrabalde de Maximinos. A história desse arrabalde, assim como de grande parte da zona periurbana correspondente ao semicírculo norte da cidade medieval, está estreitamente ligada à devastação das propriedades extramuros pelas tropas castelhanas em 1369. No primeiro *Livro de Tombo*, a Rua de Maximinos extramuros surge descrita como um eixo relativamente densificado, com propriedades implantadas em ambos os lados, ainda que muitas se encontrassem então arruinadas na sequência da devastação de 1369, à semelhança do verificado nas ruas extramuros dos outros setores da cidade.

Conforme apresentado no Quadro abaixo, vinte e sete propriedades formavam esta "rua extramuros", sem especificar a quantidade existente em cada flanco. Destas, vinte e seis eram designadas como "casa", sendo que apenas uma era constituída por dois chãos que haviam pertencido ao mestre Silvestre e que, à época, estavam sob a posse dos clérigos do coro, através do pagamento de um maravedi de censo. Somente uma propriedade é descrita no plural como "casas", tendo pertencido, em tempo anterior, a Tomás Peres, e encontrava-se, então, na posse de Vasco Furtado. O respetivo prazo incluía, ainda, um campo que estava outorgado a Domingos Martins, mercador, e cuja titularidade pertencia a Vasco Peres, pagando-se, por ele, três maravedis de censo.

O valor das rendas destas casas oscilava, na maioria dos casos, entre um e três maravedis, registando-se apenas uma situação em que o montante atingia os quatro maravedis, no

emprazamento concedido a João da Graça. Trata-se, em geral, de valores reduzidos, compatíveis com imóveis de modesta dimensão ou com condições de exploração limitadas (ver Tabela 30).

Tabela 30. *Relação das propriedades imobiliárias destruídas na Rua de Maximinos, extramuros, em 1369 (A.D.B., 1º Livro de Tombo..., fl. 134.)*

Propriedades	Morador/Emprazador	Destr.	Valor
Rua q*ue* chama*m* de Meixeiminhos q*ue* esta fora da Çer*ca* *e* he toda dest*roy*da . asy das Casas q*ue* iaze*m* da hu*m*a parte como da outra			
Casa	Trazia João Domingues chouseiro	Sim	3 libras
Casa	Trazia Moor Miguéis	Sim	2 maravedis
Casa	Trazia Miguel Migués	Sim	3 maravedis
Casa	Trazia Mendo Grilo	Sim	2 maravedis
Casa	Trazia Domingos Anes, abade de Ferreiros	Sim	4 libras
Casa	Trazia Simão Adel	Sim	3 maravedis
Casa (é dois chãos)	Foi de mestre Silvestre, é dos clérigos do coro	Sim	1 maravedi (Censo)
Casa	Trazia Moor Miguéis	Sim	2 maravedis
Casa	Trazia Afonso Feijoeiro	Sim	1 maravedi
Casa	Trazia João da Graça	Sim	4 maravedi
Casa	Trazia Domingos Romaris	Sim	9 soldos (censo)
Casa	Trazia Gonçalo Armom	Sim	1 maravedi (censo)
Casa	Trazia Dom Silvestre	Sim	1 maravedi
Casa	Trazia Maria Gonçalves	Sim	3,33 maravedis
Casa	Trazia Domingos Vermui, cónego	Sim	30 soldos
Casa	Trazia Soeiro Espada	Sim	20 soldos
Casa	Era das Gafas	Sim	1 maravedi (censo)
Casa	Foi de Mavílavaca	Sim	1 maravedi
Casa	Foi de Dom Godinho	Sim	1 maravedi
Casa	Trazia o Chicarinho	Sim	1 maravedi e 20 soldos
Casas e campo[885]	Foram de Tomás Peres e eram Vasco Furtado, o campo trazia Domingos Martins, mercador por posse de Vasco Peres	Sim	3 maravedis (censo)
Casa	Trazia Contrinho, carniceiro	Sim	23 soldos
Casa	Trazia Simão Adel	Sim	2 maravedis
Casa	Trazia Domingos Eanes, mercador	Sim	3 maravedis
Casa	Trazia Domingos Negro	Sim	2 maravedis
Casa	Trazia João Domingues chouseiro	Sim	2 maravedis e 20 soldos
Casa	Trazia Domingos Martins boubela[?]	Sim	3 maravedis

Apesar da destruição registada na segunda metade do século XIV, a documentação comprova que, a partir da segunda metade do século XV, se observa uma retoma da ocupação edificada ao longo desta rua, processo que acompanha a consolidação do arrabalde de Maximinos no quadro paroquial. Esse predicativo pode ser inequivocamente identificado em dois documentos. O primeiro é um prazo concedido a João de Vila Pouca, em 30 de outubro de 1480, no valor de cento e cinquenta reais e um par de galinhas, com a condição de que este procedesse ao sobradamento de umas casas "[...] no aRabalde de mejximjnhos [...] junto co*m* sam mjguel q*ue* parte*m* co*m* casa de paay gomez *e* da outra co*m* o camjnho q*ue* vaj de sam mjguel p*er*a a porta da Rua noua [...]"[886], evocando, aqui, a necessidade de ocupação de espaço.

Do excerto citado depreende-se que as casas se localizavam nas imediações da igreja de São Miguel, na parte sul do percurso compreendido entre o futuro Campo das Hortas e a Porta de Maximinos (ver Figura 140). O caminho dirigia-se para a Porta da Rua Nova, contornando

[885] Somente as casas foram afetadas pela destruição.
[886] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 56 e A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 59v.

exteriormente a muralha medieval pelo lado norte e articulando-se com o eixo que conduzia à Cónega e à antiga via romana XIX.



Figura 140. Representações no *Mapa de Braunio* (1594), à esquerda, e no *Mapa de Braga Primaz* (1755), à direita, com destaque para o percurso junto ao sistema defensivo, entre as Hortas da Cidade e a Igreja de São Miguel, o Anjo. Edição do autor.

O segundo documento encontra-se incompleto, com apenas um terço redigido, ignorando-se as razões dessa incompletude[887]. Apesar do escrivão ter interrompido a lavratura do contrato por alguma circunstância desconhecida, é legível que, em 19 de julho de 1484, o Cabido procedeu ao emprazamento, por três vidas, de umas leiras a Vasco Gonçalves e à sua mulher, Senhorinha Anes, pelo valor de quarenta reais e mais uma galinha, as quais se situavam nas Hortas do arrabalde de Maximinos.

Os desdobramentos do crescimento desta rua extramuros, na segunda metade do século XV, que implicou na crescente relevância deste arrabalde, refletiu-se igualmente na toponímia intramuros, onde a Rua dos Burgueses passou a ser designada como Rua de Maximinos, estendendo-se essa designação à própria Porta do Muro. A proximidade física e funcional entre o arrabalde e a Porta de Maximinos evidencia a intensificação das relações entre o núcleo urbano e a sua periferia ocidental. Essa dinâmica é corroborada pela documentação, que revela maior investimento edificatório e ocupação sistemática dos espaços extramuros, bem como pela progressiva afirmação económica e social dos seus emprazantes.

[887] A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 125.

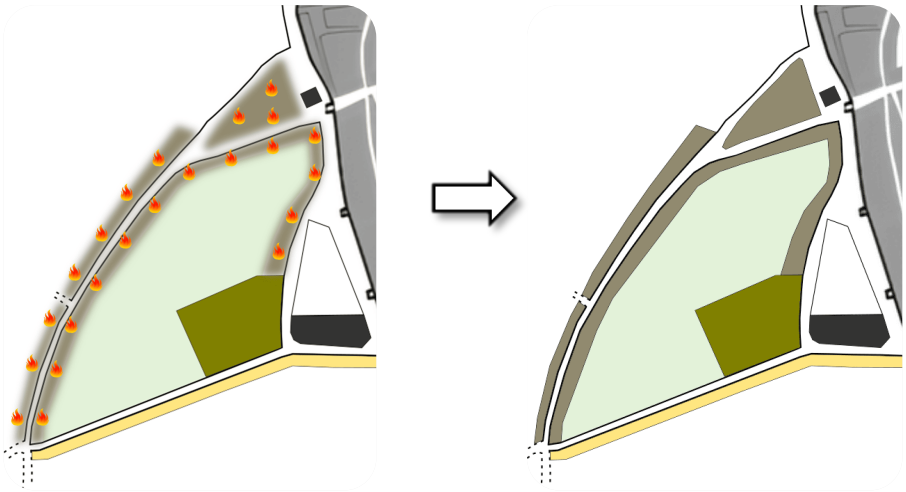


Figura 141. Plano pormenorizado com as propriedades de Maximinos destruídas em 1369 (à esquerda) e a sua transformação em arrabalde na segunda metade do século XV (à direita). Elaborado pelo autor via desenho vetorial.

A partir dos registos dos *Livros de Tombo* dos finais do século XIV verifica-se a existência de um conjunto heterogéneo de propriedades distribuídas ao longo da Rua de Maximinos e da respetiva paróquia. Estes dados revelam uma ampla mancha de exploração rural sob domínio do Cabido, indiciando significativa extensão territorial e expressiva dinâmica económica. A informação compulsada foi sistematizada num quadro que permite observar a evolução dessas propriedades em quatro momentos distintos: antes de 1369; entre 1369 e 1380; entre 1393 e 1394; e entre 1403 e 1404[888].

Este exercício comparativo não foi aplicado de forma sistemática aos restantes setores analisados, uma vez que a menor continuidade e consistência dos registos documentais não permite sustentar uma reconstituição diacrónica com o mesmo grau de detalhe. Ainda assim, os recolhidos — especialmente para o setor Sul — encontram-se sistematizados nos apêndices respetivos[889].

Tabela 31. *Evolução das propriedades rurais do Cabido na freguesia de Maximinos segundo os Livros de Tombo (1369 a 1404)*

Propriedades	Antes de 1369	1369–1380	1393–1394	1403–1404
O Granjinho e um pardieiro*	3 maravedis — arcediago de Barroso	20 soldos — Abade de São Pedro de Este	45 soldos — Gabriel Domingues, abade de Corense (mais uma herdade)	45 soldos — Gabriel Domingues, abade de Guisande
Chousas	12 maravedis - Pedro Lourenço	5 maravedis — Marquesa	9 maravedis e 2 capões — Domingos Anes, genro de Marquesa	9 maravedis — Álvaro Simão, [amo] de Cones
Possessões em Urjães (casa, vinha, devesa e herdades com hortas)	19 maravedis — não indica	12 maravedis — Lourenço Eanes, seleiro	19 maravedis e 2 capões — Fernão Peres	12 maravedis — Fernão Peres

[888] Para uma análise detalhada dos dados coletados e organizados de forma individual para cada livro de tombo, ver Apêndice XVII, pp. 73–76.
[889] Setor Sul, ver Apêndice XVII, pp. 57–60; para os dados gerais sobre propriedades de todos os setores, utilizados no subcapítulo seguinte relativo à exploração agrária, ver Apêndice XVIII, pp. 79–81.

Casal de Urjães	Não refere	Não indica - Lourenço Gandara	10 maravedis e 2 galinhas — Afonso Anes, cónego	10 maravedis e 2 galinhas — Lourenço Anes, cónego
Quintam de Abraão (casas, vinha e herdades lavradias)	25 maravedis — não indica	15 maravedis — Vasco Negro (depois João Matheus)	9 maravedis e 2 capões — Gonçalo Lourenço	9 maravedis (650 libras) — Gonçalo Lourenço, de Portas
Vinha de Maximinos	8 maravedis — Tomé Peres	4 maravedis — Afonso Pousada	4 maravedis e 2 capões — Afonsinho carniceiro	4 maravedis e 2 capões — Loureço Domingues, carniceiro
Campo sob as Hortas	Não refere	Não Indica — não indica	5 maravedis, 2 capões e 3 galinhas — Luís Eanes, cónego	5 maravedis e 2 capões — Luís Anes, cónego
Vinha, Herdade e Campos (da Confraria de Rocamador)	2 maravedis e 5 soldos (censo) — Rodrigo Eanes da Cónega	40 soldos — Arcediago do Couto	Não refere	Não refere
Vinha do Outeiro (da sucessão dos Feijoeiros)	Não refere	4 maravedis (censo) — Álvaro da Serra, "teedor" da Sucessão dos Feijoeiros	4 maravedis (censo) — Vasco Martins, da Ameixa	1 maravedi (censo) — não indica
Casal de Cones	20 maravedis — não indica	15 maravedis - Afonso do Ermo	11 maravedis e 2 capões — Afonso do Ermo	10 maravedis (675 libras) — Afonso do Ermos
Vinha do Pinheiro*	20 maravedis — não indica	Não indica - Gonçalo Peres	8 maravedis (2 para o arcebispo) — Vasco Domingues (soma-se a vinha de Urjães e suas pertenças e as herdades de Enfias e outras do Pinheiro)	8 maravedis — o Chantre
Chousas e vinha de Maximinos (da sucessão dos Feijoeiros)	Não indica — Vasco Esteves, feijoeiro	8 maravedis (censo) — Álvaro Serra, em nome do seu criado	Não refere	Não refere
Vinha de Sub o Muro de Maximinos (de Nuno Gonçalves, tercenário)	Não refere	1 maravedi (censo) — seu pai, Mestre Soares, vogado, e lavra junto Paio Domingos Sequeira	1 maravedi (Censo) - tinha sido de Gonçalo Esteves, vogado (passa a ser mencionado como "lugar de sob o Muro".	1 maravedi (censo) — tinha sido de Gonçalo Esteves, vogado
Casal do Penedo (de D. Joanes)	Não refere	1 maravedi (censo) mais 2 maravedis — filho de Gago Revolvedor	3 maravedis — João Gonçalves	2,5 maravedis - João Gonçalves
½ Chousa de Portas, em Maximinos		16 soldos - Maria Gonçalves, filha de Feitelva, Martim Domingues	Não refere	Não refere
Casal de Abraão que chamam "as Quartas"	8 maravedis — não indica	6,25 maravedis - João Rodrigues, abade de Podomem	3 maravedis e 2 galinhas - Perdigão	3 maravedis e 2 galinhas (81 reais) — João Gonçalves do Penedo (trazia Vasco da Bouça)
Lugar e vinha de Maximinos	Não refere	5 maravedis (censo) - Afonso Esteves, genro de Francisco Martins (pertence a Lourenço Domingues, cabeça de agulhão	5 libras (censo) — João Vasques (é da sucessão de Cabeça de Agulhão)	5 libras (censo) — João Vasques (ora chamado apenas de vinha de Maximinos)
Herdade de chousa que está acima de "A Lavadeira", em Pereiras.	Não indica — Miguel do Penedo	1 maravedi (Censo) — Vasco Negro e Vasco Martins, escrivão (pertence a João Pias, da rua de D. Gualdim)	1 maravedi (censo) - Vasco Negro (ora é chamada de Herdade e Chousa do lugar chamado "a Lavadeira".	1 maravedi (censo) — Lourenço Anes, alfaiate
Vinhas, pomar, pardieiro, casas e campos da Bouça, que foram vinhas, e estão cercados	80 maravedis — Não indica	6 maravedis - Afonso Esteves Leite (não emprazou os casais)	25 maravedis — Domingos Martins, mercador (ora é descrito como "Lugar da Bouça", com casas, vinha, pomares, devesas com vinha, casa pombal e devesa de Maximinos)	20 maravedis — Domingos Martins (ora pertence a São Pedro de Maximinos) (ora é mencionado como Lugar da Bouça com casas, vinha e devesa)
Dois casais em Cones	Não refere	20 maravedis — Lourenço de Cones e João do Ermo (cada um paga 9 maravedis por casal e destinavam 2 maravedis Capela de Martins Pé de Engano)	18 maravedis e 4 capões - João do Ermo e Gonçalo Lourenço	12 maravedis - Lourenço Gonçalves, criado de Pero Fernandes e João Lopes (7 maravedis por um casal e 5 pelo outro)
Vinha de Maximinos	20 maravedis — Geraldo Coscaro (depois Domingos de Fradelo	14 maravedis — Afonso Leite	Não refere	Não refere
Casal em Campos	Não refere	18 maravedis — Vasco Martins, tercenário (a terra é lavrada por João Pernas)	Não refere	Não refere
Vinha que chamam" da Seara", em Cones	12 maravedis — não indica	8 maravedis — Domingos Esteves, o avanido (a terra é lavrava por Afonso Peres de Cones)	10 maravedis - Afonso Peres de Cones (soma-se uma leira no exterior com castanheiras)	10 maravedis - Luís Garcia (trazia Lourenço Peres)
Vinha e devesa	Não indica — João Crespos de Maximinos (depois foi de Domingos Peres Almorro, e depois para sua mulher	9 soldos — Vasco Giraldes, casado com a irmã da mulher de Domingos Esteves, o avanido	Não refere	Não refere

	Domingas Peres Almorra).			
Casal de Maximinos	Não refere	Não refere	10 maravedis e 2 capões - Vasco Martins, tercenário (é lavrado por João Domingues)	15 maravedis - [Martim] Vasques (trazia João Pernas)
Possessões de Gonteriz (Gondoriz)	Não refere	[?] (censo) – João Álvares (Pertence a sucessão que trouxe Afonso Martins, abade de Prado)	28 maravedis (Censo) - Vasco Gonçalves Paga-se: 14 maravedis – o chaveiro e Francisco 7 maravedis – Vasco Martins, tercenário 6 maravedis – Afonso Ramos 17 soldos (pela vinha) - Vasco Gonçalves (ora pertence a sucessão de Gonteriz que ordenou D. Pedro Garcia	Não refere
Casais em Gonteriz (Gondoriz)	Não indica - João Álvares	14 maravedis – o chaveiro e Francisco		Não refere
Casais e herdades	Não indica – não indica	7 maravedis e 10 soldos – Vasco Martins, tercenário (a terra é lavrada pelo chaveiro)		Não refere
Vinhas em Gonteriz (Gondoriz)	Não indica – não indica	6 maravedis e 17 soldos – Vicente Conde (pertence a sucessão de Afonso Martins)		Não refere

A análise do quadro-síntese permite identificar alguns indícios que contribuem para estimar a configuração da periferia ocidental integrada na freguesia de Maximinos. Apesar da elementaridade das informações referentes ao espaço rural nos *Livros de Tombo*, estes oferecem um contributo significativo, complementado pelos *Livros de Prazos*, que, por sua vez, apresentam uma variedade mais expressiva de topónimos e vias de circulação. Invariavelmente, alguns dos topónimos mencionados nos tombos auxiliam-nos nesta tarefa, especialmente por já termos, em certa medida, estabelecido a sua localização na análise dos setores periurbanos anteriores.

Assim, é possível estimar que a freguesia de Maximinos se estenderia até às imediações da divisa com a freguesia de Santiago da Cividade, possuindo também propriedades na localidade de Urjães, nomeadamente o "Casal de Urjães". Estendia-se, igualmente, para sul, até às cercanias da ribeira do rio Este, onde se localizavam, além de uma quintã, o casal denominado "As Quartas", ambos fixados na localidade de Abraão. Antecipando, ainda, informações que serão detalhadas na análise do setor norte, essa freguesia cingia a zona da Cónega, nas imediações da Rua Nova extramuros.

As fontes referem também localidades ainda hoje existentes, como Cones, onde se situavam os casais e a vinha chamada "Seara", e uma localidade denominada de Penedo, onde se encontrava o "Casal do Penedo". Mencionam-se, por fim, outras sítios cuja identificação não nos foi possível analisar, assinaladas por "Campos", "Pinheiros", "Bouça", e uma outra que, a seguir, procuraremos elucidar mediante algumas hipóteses sobre as suas possíveis orientações segundo a iconografia antiga.

Trata-se das chousas e herdades situadas em "Pereiras", localizadas acima do lugar denominado "A Lavadeira". Encontramos um caminho representado no Mapa *de Braga Primaz* (1755), no qual se identifica, ainda que de forma pouco nítida, um caminho aproximadamente

paralelo à Rua da Fonte de São Geraldo, que, no seu início, convergia com outros dois caminhos rústicos, onde consta anotado o topónimo "Pereiras" (ver Figura 142).

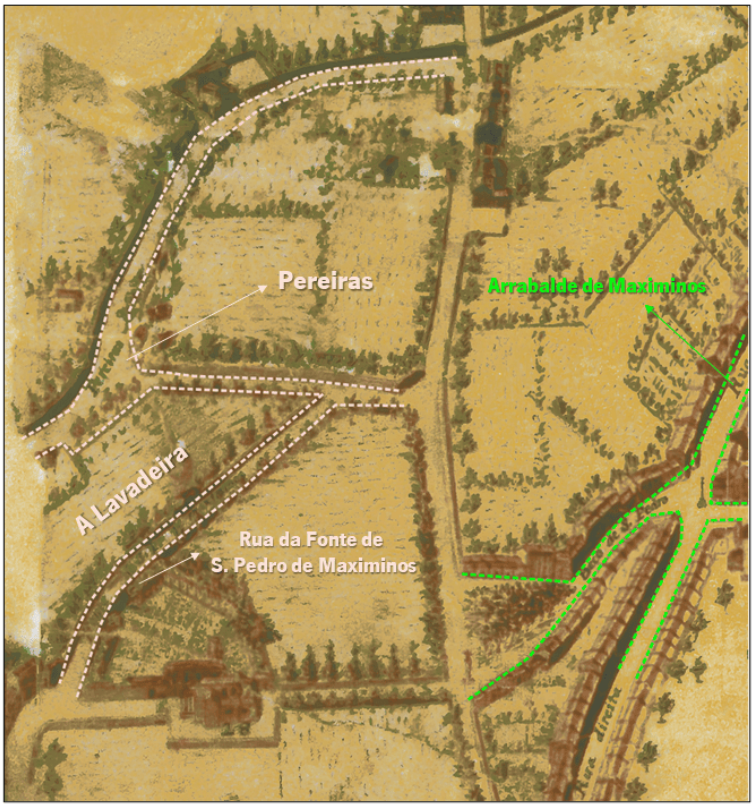


Figura 142. Indicação da localização da localidade de "Pereiras", conforme o *Mapa de Braga Primaz* (1755), e da posição provável da localidade de ' "Lavadeira". Edição do autor.

Atualmente, a localização precisa destes topónimos tornou-se difícil de determinar, devido às profundas transformações urbanísticas introduzidas pela implantação da linha ferroviária e pela alteração da malha viária moderna. Consideramos plausível que "A Lavadeira", situada abaixo de "Pereiras", corresponda à zona atualmente ocupada pelos referidos carris, ou seja, entre a atual Rua de São Geraldo e a interseção da Avenida de São Pedro de Maximinos com a Rua Capitão de Matos (ver Figura 143).



Figura 143. Proposta de paradeiro das localidades de 'Pereiras' e 'A Lavadeira', com base nos *Livros de Tombo*, no *Mapa de Braga Primaz* (1755) e na malha viária atual de Braga, indicando também a Fonte de São Geraldo e a rua homónima. Edição do autor via dados do *Google Earth*.

Importa, igualmente, analisar o local registado como *Gonteriz*, que também se crê situado na freguesia de Maximinos, uma vez que é mencionado numa carta datada de 1062 e novamente em 1088, no contexto da venda de propriedades em *Subcolina*[890]. Nesse documento, os habitantes de *Columnas*, *Gonteriz* (Gondoriz), *Subcolina* (Castro Máximo) e Torneiros (também localidade integrada em Maximinos) reconhecem o senhorio da Sé de Braga. É no corpo desta carta que o escrivão demarca a parte do termo bracarense que abrangia esses lugares, partindo dos limites de São Frutuoso de Montélios (Real), estendendo-se até Real, seguindo retilineamente até *Penna Tomentosa*, cujo termo era *Olcoso*, subindo então até *Ferrarios* (Ferreiros), e fixando-se, por fim, na estrada que atravessava São Pedro de *Mexominus* (Maximinos) em direção a *Alestes* (rio Este)[891].

Assim como em *Columnas* e *Subcolina*, residia em Gondoriz um vigário de nome Vriastro. Na documentação, estas localidades são designadas como *villae.* Importa, contudo, precisar o alcance semântico do termo. Embora a *villa* romana designasse, na sua aceção clássica, uma grande exploração agrícola estruturada sob domínio de um proprietário, com dependências anexas e organização produtiva complexa, o vocábulo sofreu profunda transformação ao longo da Alta Idade Média. Entre os séculos VII e XI, passou a designar, em regra, uma aglomeração de cultivadores

[890] Fonte impressa: Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 123, pp. 216–217, fls. 42 e 42; doc. 124, pp.217–128; doc. 126, pp. 220–221, fls. 43 e 43v; doc. 128 e 613 (tomo 2), pp. 222–223 e 834–836, fls. 43v–44 e 161 (tomo 2). Publicado em: Costa, A. J. da. (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga* (Vol. 2). Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, p. 401, 408, 405, 409, doc. 407, 57, 55, 58–a; 2ª edição, v. 2, pp. 416–419, doc. 56, 57, 55, 58, 58–a.

[891] Já referido em 1027 com "[...] in Sancto Petro in subúrbio Bragala [...]", em 1062 como "[...] de Sancto Petro Maximinos [...]", ou ainda em 1103 "In termino de Sancto Petro de Maximino (Mauximinos) (Costa, 2000, p. 104).

e o respetivo território de exploração, isto é, uma realidade mais próxima daquilo que ulteriormente se denominaria "aldeia", já desvinculada do seu significado romano originário (Mattoso, 2000, pp. 372–374).

Neste sentido, a identificação documental de *villae* nos séculos XI e XII não autoriza, por si só, a sua interpretação como permanências diretas de unidades fundiárias romanas, nem como elementos estruturadores contínuos da organização paroquial medieval. A evolução semântica do termo recomenda cautela na leitura retrospetiva dessas designações, sob pena de se projetar sobre a documentação medieval uma realidade institucional que lhe é incongruente (Mattoso, 2000, pp. 372–376).

Maximinos, nesta aceção, é referido num documento datado de 13 de outubro de 1184, no qual se descreve uma estrada que descia até ao "*vicus* de *Maximinis*" e conduzia às *Cortinas* (Caldeira) de *Pratis*, e, por outro lado, junto à vinha de Maria Pedro: "[...] *carrariam que descendit ab vico de Maximinos et ducit ad Cortinas de Pratis et ex alia parte iusta vineam Marie Petri* [...]"[892]. A antiguidade deste *vicus* é ainda indicada num documento de 7 de agosto de 1103, ao qual Onega Bermudes doava terras em São Pedro de Maximinos ao seu mestre Honorigo Guilhamundes, impondo que, *post mortem* deste, as mesmas seriam entregues à Sé de Braga. Essas heranças estavam no termo de São Pedro de Maximinos, sob uma inscrição (seguramente gravada em pedra) junto à parede do local denominado "[...] *habeo in termino de Sancto Petro de Maximinos sub illa penna scripta iuxta vallum de Longara*"[893].

Estes elementos documentais não permitem afirmar uma continuidade institucional direta entre eventuais *villae* romanas e as realidades paroquiais medievais. Conforme demonstrado por Mattoso, as paróquias rurais não resultam, em regra, da simples transformação das *villae* romanas, mas de um processo de fundação episcopal iniciado nos séculos V e VI, frequentemente implantado em *pagi*, *vici* ou outros núcleos de povoamento, sem propósito inicial de cobertura sistemática do território (Mattoso, 2000, pp. 373–374).

Assim, a menção a Maximinos como *vicus*, bem como a sua articulação com a via XX (*per loca maritima*), deve ser compreendida no quadro da organização territorial altomedieval, sem pressupor automaticamente a persistência estrutural de um modelo fundiário romano. Desta forma, tendo em conta que a organização populacional do espaço remonta à Antiguidade Tardia

---

[892] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 830, pp. 118–120, fls. 220v e 221).

[893] Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 1, doc. 171, pp. 288–289); publicado em: *D.P — Documentos Particulares*, em *Documentos Medievais Portugueses*, III, 116, n.º 132; Alberto Feio, doc. 26; Registado em: A. J. da. (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga* (Vol. 2). Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, p. 46.

— designadamente em torno da basílica paleocristã dedicada a São Pedro (Fontes *et al.*, 2010, p. 258; Ribeiro, 2009–2010, pp. 319–320) —, a configuração paroquial medieval resulta de processos de fundação episcopal e territoriais próprias de um contexto eclesiástico, mais do que de qualquer continuidade institucional da *villa* clássica.

No que respeita às alterações ocorridas na composição dos trinta itens por nós identificados nos *Livros de Tombo* e sistematizados no quadro-síntese acima apresentado, apuramos que alguns deles sofreram acréscimos nos respetivos prazos, o que demonstra a mutabilidade dessas propriedades, ora aumentando o seu património, ora reduzindo ou agregando-se a outras unidades por via contratual. Por exemplo, a vinha denominada "Seara", situada em Cones, passou, em 1393, a incluir uma leira exterior à propriedade, juntamente com algumas castanheiras. Ou, ainda, a unidade de exploração designada "Granjinho", que, além do seu pardieiro, incorporou, igualmente em 1393, uma herdade que anteriormente, em 1369, pertencera ao arcediago de Barroso, o mesmo que detinha a Torre do Arcediago, situada dentro das muralhas e já anteriormente analisada neste estudo.

Do mesmo modo, as vinhas, pomares, pardieiros, casas e campos da Bouça parecem ter-se rearranjado, também em 1393, numa propriedade de exploração mais ampla e complexa, chamada "Lugar da Bouça", formada por casas, vinha, pomares, devesas com vinha, pombal e a "devesa de Maximinos". Nota-se, igualmente, a junção de prazos, como o da vinha do Pinheiro, que, ainda em 1393, foi agregado à vinha de Urjães e às herdades de Enfias, sendo todas cedidas em enfiteuse a Vasco Domingues.

Um último exemplo, aludimos a criação de uma unidade de exploração até então inexistente nos róis: o Casal de Maximinos, que, nesse mesmo ano de 1393, foi emprazado por 10 maravedis e 2 capões ao tercenário Vasco Martins. Apesar de não nos ser possível determinar a sua localização, a documentação conserva um dado curioso, em que se nomeia o caseiro (ou rendeiro) responsável pelo lavramento da terra, um indivíduo chamado João Domingues.

Quanto ao valor dos emprazamentos desses terrenos, observa-se uma redução do rendimento das propriedades nas fontes mais tardias, fenómeno que se repete noutros setores anteriormente abordados (ver Tabela 31). Poderá ser isso explicado, por um lado, pela devastação causada durante o assalto castelhano de 1369, tal como se verificou com as propriedades do arrabalde. Por outro lado, admite-se a hipótese — que ultrapassa os objetivos diretos deste trabalho e poderá vir a ser aprofundada em investigações futuras — de que essa depreciação resulte da oscilação monetária do período (Tavares, 1974; Marques, 1988; Marques, 1989; Marques, 1996).

Em relação aos locatários, merece relevo Afonso Esteves Leite, sendo novamente identificado na documentação consultada. A rentabilidade dos seus negócios imobiliários com o cabido, entre 1369 e 1393, refletia-se na zona periurbana ocidental, onde emprazava vinhas, um pomar, pardieiro, casas e alguns campos da Bouça por 80 maravedis. No mesmo intervalo, emprazou também algumas vinhas em Maximinos, por 14 maravedis[894].

Na segunda metade do século XV, atentando agora nos *Livros de Prazos,* a freguesia de Maximinos será frequentemente mencionada como "Meixos". Desses códices, manifesta-se a existência de bens fundiários bastante diversificados, que permitem entrever, ainda que de forma inexata, a amplitude desta freguesia.

Por um lado, entre os bens localizados, salientam-se alguns campos e leiras nas Hortas de Maximinos. Em 31 de janeiro de 1466, um campo foi emprazado a João Afonso, chanceler do senhor arcebispo[895]; em 1 de setembro de 1479, uma leira a Antão Dias; em 22 de abril de 1480, outra leira a Álvaro da Fonseca; em 11 de setembro de 1482, um campo a Luís do Eirado; em 8 de maio de 1489, o campo do Figueiredo, novamente a Álvaro da Fonseca; em 15 de janeiro de 1491, as leiras dos Tornadoiros a Afonso Anes, sapateiro; e, em 5 de novembro de 1491, outra leira a Maria Giraldes e a seu filho Bartolomeu[896].

Uma nota de interesse prende-se com o facto de os índices apontarem para as hortas estarem situadas em "Meixos", ao passo que no corpo dos textos são apenas referidas como pertencentes às "hortas". Por exemplo, no prazo das leiras dos Tornadoiros, estas são descritas como parte integrante das Hortas da Cidade, embora o título do mesmo prazo as situe nas Hortas de Meixos.

Essa ocorrência talvez explicite a existência de uma área relativamente ampla, na qual as Hortas da Cidade e as Hortas de Meixos se interpenetravam e, em certo ponto, se confundiam, representando, assim, um mesmo espaço da freguesia de São Pedro de Maximinos. Os terrenos hortícolas, parecem igualmente prolongar-se ainda mais ao norte, até à localidade de Cones, conforme se verifica na tabela anteriormente apresentada, onde se menciona o Casal de "Conas" (Cones).

Corrobora essa hipótese um dado particularmente relevante: no prazo das leiras dos Tornadoiros, a antiga enfiteuta é descrita como sendo ex-mulher de um indivíduo natural de Cones.

---

[894] A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 40v.

[895] O prazo mencionado foi inicialmente registado em 31 de janeiro de 1466 e posteriormente reeditado em 25 de junho do mesmo ano no primeiro *Livro de Prazos*. No terceiro *Livro de Prazos*, que compila os emprazamentos dos dois primeiros livros, consta apenas aquele com a data de 31 de janeiro de 1466. Adicionalmente, o mesmo João Afonso também possuía o emprazamento do Casal de São Cristóvão, situado em Maximinos/Meixos; ver Apêndice XVII, p. 57.

[896] Ver Apêndice XVII, p. 73.

Neste seguimento, acrescenta-se um prazo lavrado em 23 de dezembro de 1500, segundo o qual o Lugar de São Cristóvão, integrado as referidas "hortas", possuía uma vinha que confinava, de um dos lados, com uma quintã que se estendia até Cones[897].

Ao nordeste, as propriedades desta freguesia abrangiam ainda os domínios da Cónega, revelado pelo índice que reporta um contrato emitido ao membro da mesa capitular, Fernando Rodrigues de Araújo, em 28 de abril de 1489. O prazo abrangia toda a Cónega, composta por casas, vinhas, herdades, lugares e devesas de castanho e carvalho[898].

Em sentido oposto, a expansão da freguesia de São Pedro de Maximinos também se verificava igualmente ao sul, próximo a Lomar e Ferreiros, onde, nas cercanias do rio Este, se localizavam os Moinhos de Abraão[899]. Num contrato de três vidas, reservado ao membro do cabido Jácome Mendes, datado de 10 de julho de 1484, atesta-se que estes moinhos pertenciam a 'Meixos''[900].

As nossas fontes ainda descortinam alguns "casais" e "lugares" que compunham essa freguesia, a saber: em 20 de fevereiro de 1468, uma vinha junto à Porta de Maximinos[901], atestando a preeminência de uma paisagem ruralizada e vinhateira nas imediações desta porta antes do processo de desobstrução dos espaços rente às entradas da cidade empreendido por D. Diogo de Sousa; em 28 de novembro de 1471, o Lugar da Bouça, que estava emprazado ao escudeiro do bispo de Coimbra, João Vasques[902]; em 20 de julho de 1474, o Lugar de Gondariz (na freguesia de São Pedro de Maximinos)[903]; e, em 30 de outubro de 1488, o Casal do Campo[904].

Importa ainda assinalar que em 16 de junho de 1479 o cabido emprazaria uma vinha com a sua casa, devesas e um campo, que outrora tinha em contrato João Rodrigues de Lisboa, e ora estava contratualizado por Lopo Fernandes, lavrador, e a sua mulher Maria Anes. A ênfase a este prazo dá-se pelo entendimento desta propriedade estar "[...] Junto com a eg*rei*a de sam p*edr*o de meiximjnhos [...]"[905]. Na verdade, a localização desta igreja já foi alvo de discussão na historiografia,

---

[897] [...] o lugar de sa*m christo*uam q*ue* esta nas ortas desta cidade co*m* estas pertenças que sse sseguе*m* Jt*em* hu*m*a vynha q*ue* leua quatro home*n*s de caua E parte de huu*m* cabido co*m* a vynha de p*er*o vaa*squez* sapateiro *e* da out*ra* parte co*m* a que*n*ta q*ue* vay p*er*a coones [...]" (A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fl. 56v).

[898] Ver Apêndices XVII, pp. 71–72.

[899] *Idem supra cit.*

[900] Ver Apêndice XVII, p. 61.

[901] "[...] emp*raz*arom nouam*en*te em tres vidas a p*edr*o an*es* alfaiate p*re*sente *e* a sua molh*er* marja gorda <*e* a outra pessoa> nom p*re*sente a sua v*in*ha q*ue* jaz ac*er*ca da porta de meixemjnhos [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 25v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 22 e 22v).

[902] "[...] Recebeo o cabijdoo [*sic*] a engejtaço*m* q*ue* fez g*onçal*o camelo sobrjnho de nuno camello meestre scolla de huu*m* loga*r* do d*ic*to cabijdoo q*ue* chama*m* o logar da bouça situado na freg*uesi*a de sam p*edr*o de mejxemjnhos *e* reçebida asi a e*n*geytaço*m* o d*ic*to cabijdoo fez p*raz*o nouam*en*te do d*ic*to loga*r* co*m* todas suas p*er*te*n*ças *cetera* . joh*a*m vaa*squez* escud*ei*ro do b*is*po de cojmbra q*ue* p*re*sente estaua . E a sua molher bjat*riz* a*fons*o no*m* p*re*sente [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 60 e 61 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 38v e 39).

[903] "[...] e*m*p*raz*ou solenmem*en*te [*sic*] o cabijdoo o seu casal de gondarj*z* q*ue* he na freg*uesi*a de sam p*edr*o de meyxemjnhos . co*m* todas suas h*er*dades *cetera* a alu*ar*o q*ue* p*re*sente estaua E a sua molher c*atari*na anes no*m* p*re*sente [...]" (A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 98 a 99 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 45).

[904] "[...] a xxx dias do mes dout*ubr*o de lxxx viij ho dito cabjdoo / emprazou ho casal de campos da freg*uesi*a de maxemjnhos a diego goncaluez coonjgo . em tres vjdas [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 151v e 152 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 73v).

[905] Ver Apêndice XVII, p. 66.

que descarta a sua identificação com a atual igreja paroquial (Costa, 1997–2000, p. 102; Lemos, 1999; Morais, 2001; Ribeiro & Melo, 2014, p. 86; Martins *et al.*, 2001).

Com origem numa antiga basílica cemiterial paleocristã dedicada a São Pedro (Costa, 1997–2000, p. 102), esta estrutura teria perdurado entre os séculos IV e VIII, sendo o entorno um espaço de assentamento de uma pequena comunidade[906]. No século XI, seria elevada à condição de *ecclesia*, conforme autêntica um documento datado de 1025, que contém a inscrição: "[...] *in Sancto Petro in subúrbio Bragala* [...] *in eclesia* [...]", sendo posteriormente documentada no séculos XII e XIII (Costa, 1997–2000, p. 102), com uma atribuição mais explicita em 1320, num documento que a patenteia enquanto "*Eclesia Sancti Petri de Maximinis ad ducentas et septuaginta libras* [...]" (Costa, 1997–2000, p. 103).

O posicionamento concreto da antiga igreja de São Pedro de Maximinos é ainda hoje cientificamente indefinido, embora dados arqueológicos apontam para a sua implantação numa zona de necrópole associada à antiga via romana XX *per loca maritima* (Lemos, 2014, p. 19). Alguns arqueólogos admitem que esta área poderia ter sido o sítio do anfiteatro de *Bracara Augusta* (Lemos, 1999, pp. 81–94; Fontes *et al.*, 2010, p. 258; Ribeiro & Melo, 2014, p. 87) (ver Figura 144).

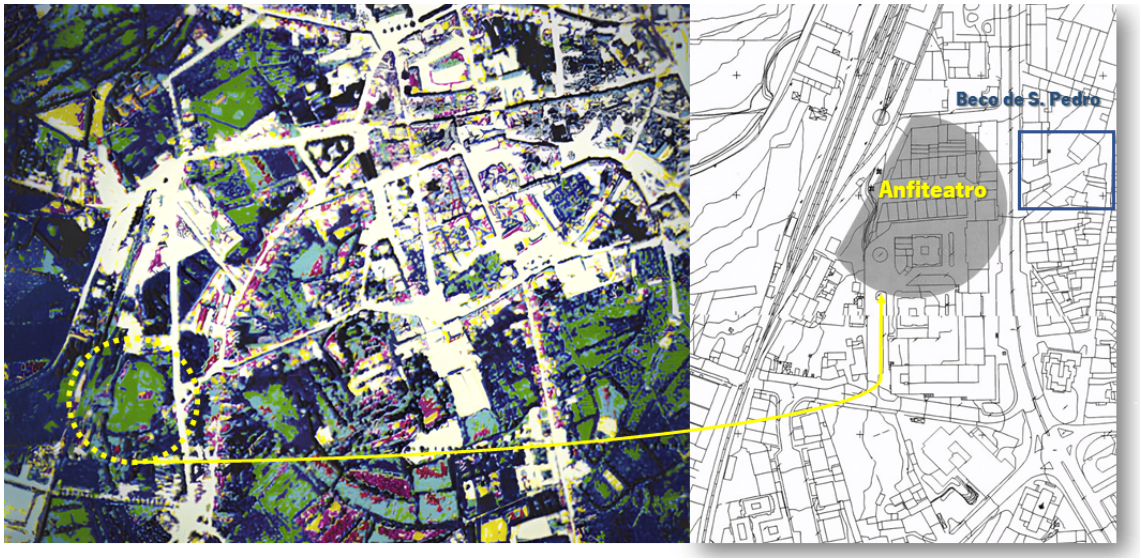


Figura 144. Representação cartográfica com fotogrametria indicando a localização presumida do anfiteatro romano de Bracara Augusta, da basílica cemiterial e da posterior igreja de Maximinos (Morais, 2001, pp. 60 e 63). Contém edição do autor.

Porém, a representação da igreja de São Pedro de Maximinos na cartografia de André Ribeiro Soares da Silva, no *Mapa da cidade de Braga Primaz* (1755), constitui um dos testemunhos mais

[906] Próximo às atuais ruas de Caires, Santos da Cunha e da Igreja de São Pedro de Maximinos, foram identificadas sepulturas e inscrições funerárias pertencentes à necrópole romana de Maximinos. Esta necrópole, tradicionalmente associada à saída da Via XVI (Manuel Martins *et al.*, 2001, p. 4), parece ter estado em uso desde o início da era cristã até o século IV (Martins *et al.*, 1989–1990, pp. 49–87).

consistentes para a sua localização topográfica. Neste mapa, duas representações assinaladas na legenda ajudam a esclarecer a questão: segundo a legenda, o número 28 assinala a igreja de São Pedro de Maximinos, ao passo que o número 29 identifica o templo dedicado a Nossa Senhora da Conceição do Monte Pena (a 173 metros de altitude). Contudo, esta atribuição topográfica parece estar relacionada com o relevo onde o templo se encontrava implantado, sendo a designação "Pena" eventualmente alusiva a um "lugar da forca", isto é, um espaço destinado à execução de castigos — as penas (Freitas, 1890).

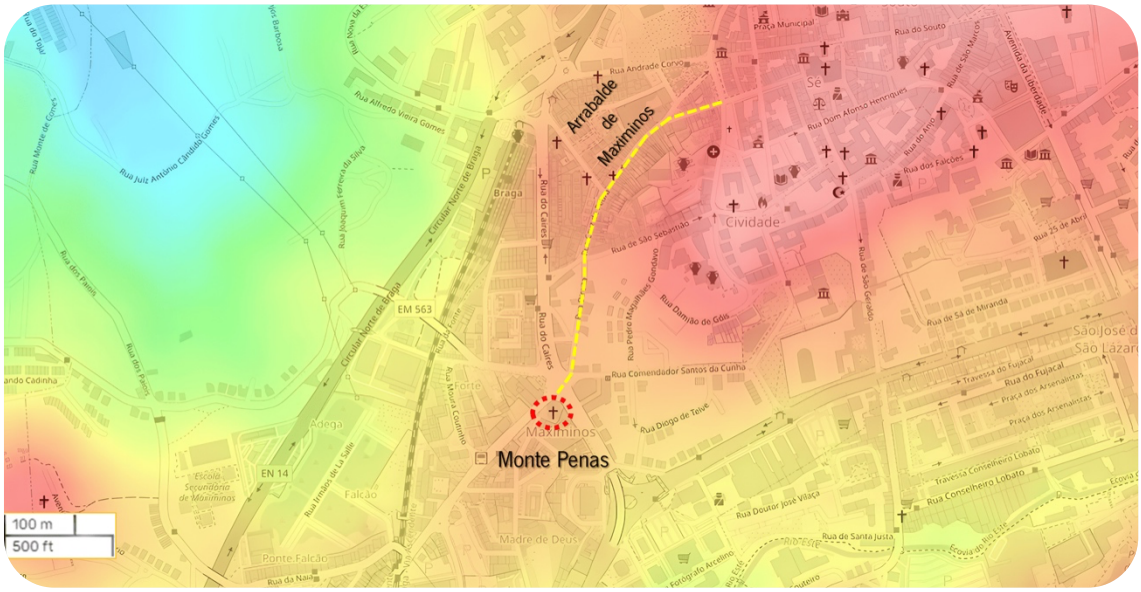


Figura 145. Mapa de altitude e relevo de Braga, destacando o arrabalde de Maximinos e o Monte Pena, onde foi erguido o templo de São Pedro de Maximinos no século XVIII, como os pontos mais elevados do setor. (https://pt-br.topographic-map.com). Contém edição do autor.

Na verdade, a localização da antiga igreja de São Pedro de Maximinos está em concordância com o relato sobre a sua demolição nas *Memória Particulares* do cronista Inácio Peixoto (séc. XVIII):

> "Esta igreja estava no sitio quasi fronteiro a hua quelha, chamada o beco, que sahe do meio da Rua da Crus da Pedra e defronte de huas casas que estão em outra quelha que vai ter a fonte de S. Pedro. Ahi havia adro e casas de residencia e hoje tudo se acha reduzido a passal. Era na verdade a igreja antiga e baixa. O abbade Manoel Jose Leite querendo fazer, como fes, casas de residencia face da entrada da cidade, de fronte da capella de Nossa Senhora da Conceição, pedio a Sua Alteza esta capella que não era delle, mas do Conservatorio. Elle deu-lha, porque nada dava seu. Mudou para ahi a paroquia com algua repugnancia dos fregueses. Privou-os do caminho da fonte pelo adro e ficou com a capella intitulada da Conceição, mas freguesia de S. Pedro de Maximinos. E acabou assim a mais antiga igreja dedicada a S. Pedro que existia desde o tempo dos romanos e escapou no tempo dos mouros" (A.D.B., *Memória Particulares — José Inácio Peixoto*).

Conforme o relato de Inácio Peixoto, a igreja citada corresponderia à mesma representada na cartografia de André Soares, situando-se o denominado "Beco de S. Pedro" a meio da Rua dos Arrabaldes da Cruz de Pedra, via que, na Idade Média, integrava o arrabalde de Maximinos. Este

beco era conectado, a nascente, com a congosta de São Sebastião. A partir desse ponto de encontro, vislumbra-se uma abertura — possivelmente um largo — que atravessava um caminho rural, análogo ao traçado da atual Rua de Caires, e prolongava-se por uma passagem ladeada por arvoredos e terrenos aparentemente incultos, alcançando a antiga igreja de São Pedro de Maximinos. A noroeste da igreja, observam-se aglomerados de habitações e algumas parcelas de cultivo, nas quais se localizaria, muito provavelmente, a vinha anteriormente referida, emprazada ao lavrador Lopo Fernandes e à sua esposa, Maria Anes (ver Figura 146).

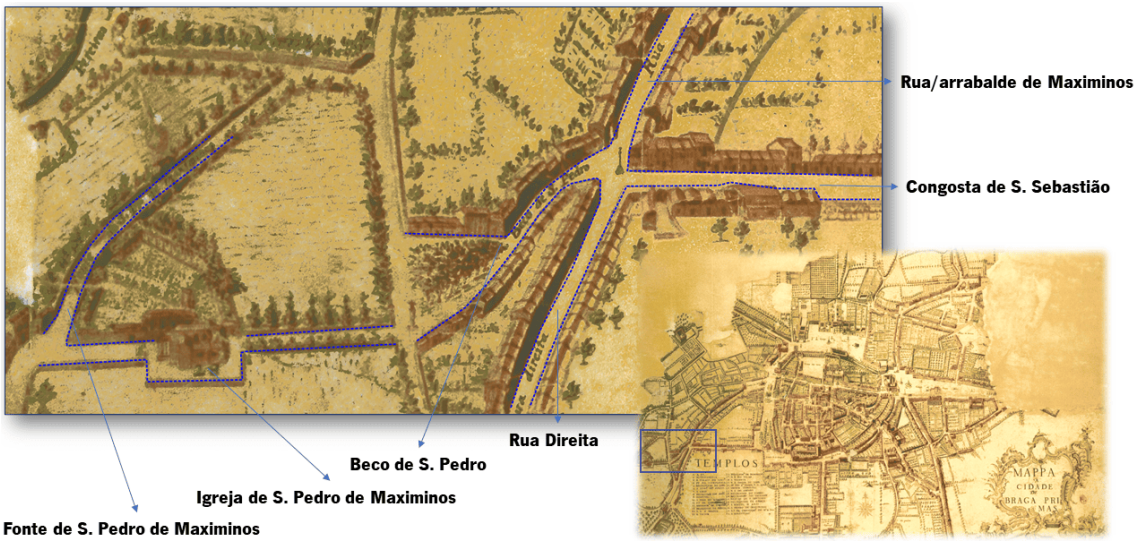


Figura 146. Pontilhados em azul e setas indicam caminhos e localidades documentadas nas fontes históricas no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor.

Rui Morais (2001, p. 59) sinaliza que, no local presumível da antiga igreja, foi identificado, nas imediações da atual Fonte de São Pedro, um silhar bem talhado contendo a inscrição abreviada "*JHESUS*", o qual teria pertencido à estrutura do edifício eclesiástico em questão. Esta fonte, por sua vez, situa-se entre a atual Travessa das Laranjeiras e o extremo da Rua da Fonte, a sul da linha férrea da estação de comboios de Braga, onde, segundo o mesmo autor, se localizaria o antigo anfiteatro de *Bracara Augusta*.



Figura 147. Fragmento de silhar granítico cinzelado com a abreviação "*JHESUS*", encontrado no local da antiga Igreja de São Pedro de Maximinos (Morais, 2001, p. 59).

A ocidente, após a travessia junto à igreja de São Pedro de Maximinos, identificava-se um caminho — estrada ou congosta — que se dirigia em sentido norte/nordeste e que ostentava a denominação de "Fonte de S. Pedro de Maximinos". É assim plausível que a fonte se localizasse a nordeste da igreja paroquial.

Importa ainda salientar que a demolição do templo de São Pedro de Maximinos teve lugar pouco tempo após a elaboração da cartografia de André Soares, durante a prelazia do arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758–1789). A sede paroquial seria então transferida para o antigo templo devocional dedicado a Nossa Senhora da Conceição do Monte Pena, que passou a ser atribuído ao Santuário do Sameiro, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Monte Sameiro (Ferreira, 2017, p. 276). O templo foi então reedificado e ampliado, a fim de acolher as novas funções da antiga paróquia de Maximinos, conservando-se, contudo, uma imagem mariana de feição primitiva (Ferreira, 2017, p. 277).



Figura 148. Fotografia contemporânea da presumida Fonte de São Pedro. (Fotografia original do autor, 2024).

Embora nos tenhamos estendido na clarificação das orientações da antiga igreja de São Pedro de Maximinos, esse esforço revela-se determinante para a compreensão da configuração urbana periférica deste setor da cidade à época estudada. Em essência, a antiga Rua de Maximinos — atual Rua Cruz de Pedra — desde as imediações da Porta de Maximinos até ao denominado "Beco de S. Pedro", constituía o arrabalde desta freguesia, então caracterizado por um ambiente de feição semiurbana em razão da mescla de propriedades fundiárias com imóveis locatários.

Nas áreas envolventes àquela igreja e ao respetivo eixo viário do arrabalde, distribuíam-se numerosas propriedades de natureza rústica, como quintãs e casais, fracionados em devesas e campos (leiras), estes fortemente vocacionados para a produção vitivinícola. Como expusemos, parte desses terrenos, designados como Hortas de Maximinos, parecem, aliás, confundir-se, em

certa medida, com as denominadas Hortas da Cidade. Esta sobreposição implica uma interconexão significativa entre os espaços rurais (propriedades rústicas), semiurbanos (arrabalde) e urbanos (cidade), refletindo a interdependência económica e social entre a cidade e a sua zona periurbana oeste.

Mas, afinal, o que representavam as denominadas "Hortas da Cidade" (ou Maximinos)? Assim como as de São Marcos, devem ser dissociadas da noção contemporânea de hortas ou jardins urbanos. Como sublinha Amélia Aguiar Andrade (2003, p. 30), os pequenos espaços situados nos fundos das casas — referidos nos documentos como exidos — conferiam, de algum modo, uma dimensão de ruralidade ao interior do espaço amuralhado. Já as hortas extramuros, implantadas nas imediações das vias de escoamento da cidade, cumpriam uma função mais complexa e polivalente.

Iria Gonçalves (1989, p. 88) e João Pedro Ferro (1986, pp. 135–136) descortinam casos análogos em certas zonas de Leiria e Lisboa, bem como nos coutos de Alcobaça, onde terrenos designados por hortas, em conjunto com searas e ferragiais, eram utilizados para o cultivo de oliveiras, num regime de exploração aparentemente extensivo. Uma disposição semelhante pode ser inferida para o caso de Braga. Embora a oliveira não se destacasse como cultura predominante, as vinhas impunham-se como o cultivo mais abundante e difundido.

Como veremos no próximo subcapítulo, que abordará mais detalhadamente a produção e tipologia dos terrenos, uma parte considerável da atividade de viticultura concentrava-se em lotes de lavra, predominantemente em leiras e campos, frequentemente classificados como vinhas. É patente que tais vinhas abasteciam um presumível mercado urbano, comprovado pela expressiva presença de estruturas de armazenamento (adegas) disseminadas pela cidade. Acresce ainda a existência de equipamentos de transformação e prensagem de uvas (lagares), localizados nos núcleos produtivos das propriedades rurais, o que assegura a importância da viticultura na economia local, demonstrando a existência de um sistema estruturado de produção, transformação e comercialização.

Neste sentido, definimos as chamadas Hortas da Cidade como um conjunto de terrenos de exploração agrícola diversificada, igualmente descrita como Hortas de Maximinos, ou a estas contíguas ou mesmo parcialmente sobrepostas. Situar-se-iam, em todo o caso, mais próximas do que viria a ser a Porta Nova de Sousa, estendendo-se para norte até aos arredores da Cónega e, a poente, em direção a Cones. O primeiro registo documental que alude a estas hortas remonta

aos anos de 1403 e 1404, quando o cabido emprazou um campo sobre as hortas ao cónego Luís Anes por quatro maravedis e dois capões[907].

Apenas a partir do ano de 1466, no âmbito do quarto *Livro de Tombo*, se encontram novamente referências consideráveis a respeito das Hortas da Cidade. Nesse contexto, o casal de São Cristóvão, apresenta-se como o primeiro testemunho de uma unidade de exploração rural situada nesta porção do território[908]. Embora as fontes não nos forneçam as agrimensuras precisas desse casal, nem dos terrenos que o compunham, revela, ainda assim, alguns elementos estruturais.

A propriedade dispunha de uma vinha cuja dimensão exigia quatro homens de cavadura (cerca de 1.200 m²)[909], confinando, num dos seus extremos, com a congosta de Cones, onde se localizava uma casa. Depreende-se que esta congosta estabelecia a ligação entre o início do arrabalde de Maximinos e os arredores da futura Porta Nova de Sousa, prolongando-se até Cones e contornando as delimitações das propriedades agrícolas, nomeadamente as Hortas de Maximinos e as Hortas da Cidade. Além da vinha, menciona-se ainda um campo que, de um lado, confinava com o "granjinho", o qual fazia frente para a estrada que conduzia ao arrabalde, e, do outro, com uma leira pertencente à localidade de Tornadoiros.

Não é possível determinar com segurança se se tratava da mesma leira de Tornadoiros emprazada, em 1491, a Afonso Anes, sapateiro, identificada como situada nas Hortas de Maximinos, ou se Tornadoiros corresponderia a uma localidade com diversas leiras, abrangendo, por conseguinte, tanto as Hortas de Maximinos como as Hortas da Cidade. A perceção espacial que os indícios documentais nos permitem inferir aponta para uma leira limitada, na parte superior, por uma outra pertencente ao abade de Arentim, e, na parte inferior, por uma leira do cabido, esta emprazada pelo pregoeiro da cidade.

O facto de fazer divisa com várias outras leiras indicia que Tornadoiros constituía uma localidade cujo topónimo agregava diferentes unidades de exploração agrícola, pertencentes a distintos proprietários e emprazadores de bens vinculados ao cabido. A documentação do quarto *Livro de Tombo* ainda remete para a existência de outras duas leiras emprazadas pelo pregoeiro supracitado[910], uma das quais confinava diretamente com a do casal de São Cristóvão.

Cumpre sublinhar que estes terrenos lavráveis se destinavam à sementeira de linhaça, sendo que uma das leiras possuía a dimensão correspondente a um alqueire de lavradio

---

[907] A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 57v.
[908] Ver Apêndice XVII, p. 57.
[909] O cálculo para a estimativa das medições é detalhado no próximo subcapítulo, na subseção 2.2.3.2., pp. 440.
[910] Ver Apêndice XVII, p. 57.

(aproximadamente 255 m²) enquanto a outra comportava dois alqueires (cerca de 510 m²), totalizando, assim, uma superfície cultivável de três alqueires (765 m²)[911]. Adicionalmente, acima dessas leiras, estava outra, composta por dois alqueires de linhaça (estimados em 510 m²), confrontando, a nascente, com herdades pertencentes ao cabido e, na direção oposta, com uma leira da Gafaria, emprazada ao mercador Pero Luís. Já na direção do vendaval (sul), corria um rego de água oriundo das hortas, fluindo subsequentemente para norte.

Em síntese, somente nestas três leiras aqui analisadas, o cabido dispunha de uma área destinada à sementeira de grãos da família *linaceae* equivalente a 1.275 m², dimensão comparável à da vinha anteriormente referida no casal de São Cristóvão.

Em última análise, averigua-se ainda a variabilidade produtiva das hortas por meio de um emprazamento celebrado com João Brás da Foz e sua esposa Catarina Anes. Nesse contrato se estipulava o pagamento de quarenta reais e duas galinhas por uma "horta", aqui entendida na definição contemporânea, ou seja, um terreno cultivado com canteiros de hortaliças. Este caso singular ilustra a diversidade das práticas agrícolas nas Hortas da Cidade e a variedade de arranjos económicos possíveis no interior deste espaço rural periférico.

Neste sentido, podemos depreender que a concessão de terrenos por via de prazos destinados ao cultivo de hortaliças revela a coexistência de múltiplas formas de utilização agrária da terra, abrangendo tanto a produção de grãos e vinhas em lotes relativamente extensos, com áreas superiores a 1.000 m², quanto a horticultura intensiva em parcelas mais reduzidas. As Hortas da Cidade contribuíam para o abastecimento alimentar local, revelando uma organização agrária bastante heterogénea.

[911] O cálculo baseia-se nas informações retiradas do tombo da comarca da Beira, do século XIV, com estimativas para Trancoso, Linhares e outros termos, cuja correspondência é de 79 hectares para 309,25 alqueires. A partir disso, equiparamos 1 alqueire a 0,25545 hectares.

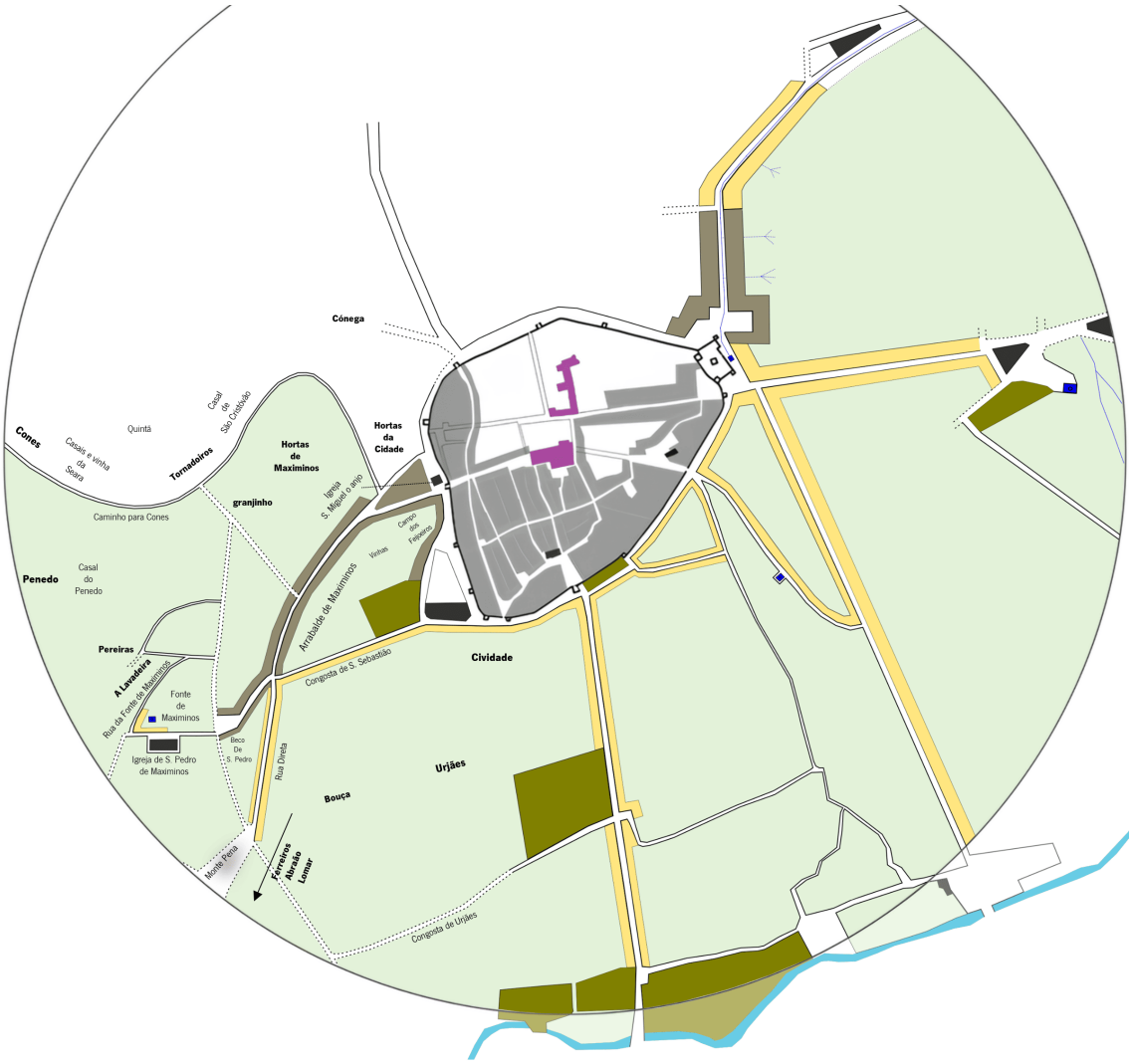


Figura 149. Reconstituição final estimada do setor oeste da área periurbana de Braga, destacando as áreas próximas à Porta de Maximinos e à futura Porta Nova de Sousa. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

1.4. Setor Norte



Figura 150. Plano do espaço periurbano de Braga com realce do setor Norte. Elaboração do autor.

Este setor organiza-se em torno da Rua Nova extramuros, articulada com o traçado da antiga via XIX de origem romana e com o caminho em direção a Palmeira, constituindo um eixo estruturante de circulação para norte.

Trata-se de uma área de circulação e escoamento particularmente relevante, assegurando a ligação ao subúrbio setentrional — designadamente São Frutuoso, Dume e a sede da Gafaria de Braga — e integrando extensas parcelas de vinha nas imediações da Cónega bracarense.

1.4.1. Rua Nova extramuros, antigo traçado romano para norte e caminho para Palmeira

A partir da Porta Nova da muralha medieval estruturava-se um conjunto de percursos exteriores que organizavam a circulação para norte e noroeste. Entre eles contavam-se a Rua Nova extramuros e o traçado remanescente da antiga via romana que seguia em direção ao Minho, bem como o caminho para Palmeira. Um desses percursos desenvolvia-se ao longo do exterior da cerca, acompanhando o seu contorno e assegurando a ligação entre diferentes portas do sistema defensivo, numa lógica funcional de articulação periférica já observável noutros pontos da cidade.

Segundo a documentação do Livro 330 do *Registo Geral*, exarado por Maurício (2000, v. 2, p. 514)[912], e referida por outros autores (Bandeira, 2000, p. 39; Ribeiro, 2008, p. 52), até à intervenção do arcebispo D. Diogo de Sousa, o caminho que conduzia ao espaço então designado

[912] A.D.B., *Registo Geral*, liv. 330, fl. 332v (*apud* Maurício 2000, v. 2, pp. 299 e 514).

Campo das Hortas era descrito apenas como um "[...] caminho estreito, de [...] chão tapado com parede em cosa e huã estrada somente antr'elle e o muro, e agora fica entrada grande [...]" e que então era feito "[...] casas da banda de Sam Miguel [...]". A descrição documental parece aplicar-se ao conjunto do trajeto que marginava a muralha nesse setor, caracterizado por estreiteza e proximidade ao pano defensivo.

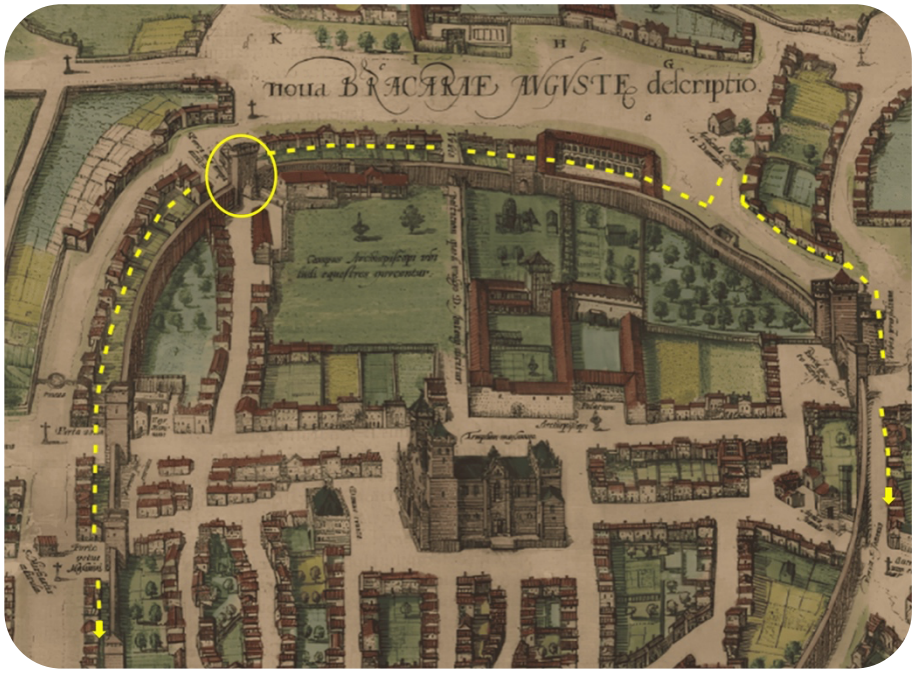


Figura 151. Traçado presumido do percurso ao longo da cerca defensiva a partir da Porta Nova, conforme ilustrado no *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor.

Imediatamente após a saída da Porta Nova, o percurso exterior dividia-se: um ramo seguia para noroeste, correspondendo à Rua Nova extramuros, enquanto outro infletia para norte, acompanhando o antigo traçado romano, assinalada no *Mapa da Cidade de Braga Primaz* (1755) com a designação "Pópulo". Esta via tinha por destino a capital conventual de *Lucus Augusti*, atravessando núcleos relevantes como a *mansio* de *Limia* (Ponte de Lima), a capital regional de *Tude* (Tuy), seguindo por *Iria Flavia* (Padrón) e deslocando-se para *Lucus Augusti* (Lugo)(Carvalho, 2008, p. 110).

Nas imediações de Braga, esta via era parcialmente linear, atravessando antigos assentamentos formados a partir de *villae*, algumas das quais mantiveram importância durante a cristandade local ao longo da Antiguidade Tardia — como o caso de *Dume*, *villa* documentada nos séculos III–IV, onde foram encontrados vestígios de um edifício balnear e uma basílica cemiterial paleocristã (Andrade, 2025, p. 232). Essa via prosseguiria, muito provavelmente, por localidades como Felgueiras, antes de convergir para a ponte em direção a São Paio de Merelim, onde foi descoberto um miliário (Carvalho, 2008, p. 139).

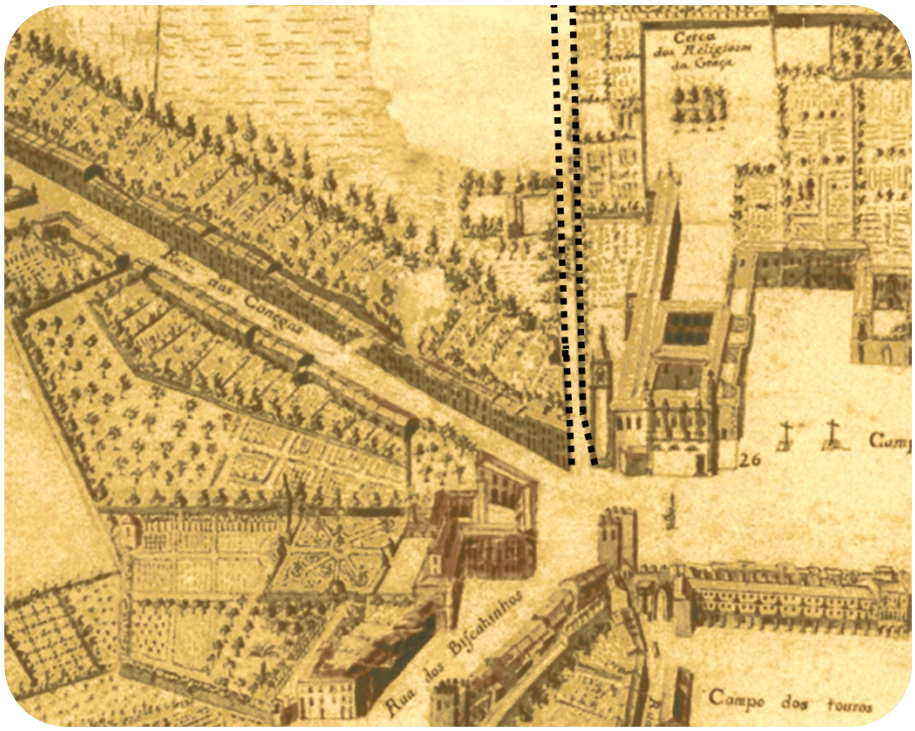


Figura 152. Traçado presumido da antiga via romana XIX, designada como Pópulo no *Mapa de Braga Primaz* (1755). Edição do autor.

Além do traçado remanescente da antiga via romana para norte a documentação medieval menciona expressamente a Rua Nova extramuros — no século XVI identificada como Rua das Cónegas — como eixo de circulação em direção a Dume, passando nas imediações da Gafaria (ver Figura 152). O começo do seu trajeto corresponderia à mencionada "Rua Nova que estava fora da muralha", que designamos de forma sucinta ao longo deste estudo como *Rua Nova extramuros* em direção à localidade da Cónega, onde os membros do cabido detinham um relevante património rural, essencialmente vinhateiro.

Após atravessar a zona da Cónega Bracarense, este caminho adentrava o que se conjetura ter sido, na Idade Média, a área onde se localizava a sede da Gafaria Bracarense, um pouco antes de bordejar, pelo lado poente, a freguesia de São Martinho de Dume, estabelecendo ligação com outras localidades e propriedades rurais.

Esse percurso permitiria a conexão com os espaços ruralizados das freguesias adjacentes ao longo do seu itinerário, nomeadamente São Frutuoso (Real), Foroços (Frossos), São Pedro de Merelim e Panóias. É plausível admitir que deste eixo principal partissem vias secundárias de caráter rural, permitindo o acesso às freguesias situadas mais a ocidente.

Também temos indícios de outro caminho em direção a Palmeira medieval. A sudoeste da igreja São Vicente, existia um cruzamento onde uma leira era atravessada por uma estrada que se dirigia para São Martinho de Dume, enquanto outra se orientava para Palmeira. Assim,

podemos esquematizar a existência de um trajeto que partia da bifurcação da Porta Nova e se conectava ao caminho para Palmeira, nas imediações do chamado "carvalho de Ramos"[913], último trecho a norte da Rua dos Chãos, este que se estenderia para São Vicente cruzando uma área conhecida como "acima dos Chãos"[914]. Este percurso, de orientação este-oeste, corresponderia à porção superior do espaço que viria a ser, no século XVI, o "Campo da Vinha". Esta hipótese encontra respaldo na seguinte descrição:

> J*tem* logo abaixo de sam Vicente esta hu*rr*a leira de deuesa, a mayor p*ar*te dela noua que tem cem carvalhos daqueles antre g*r*andes *e* pequenos. E a dita leira p*ar*tida ou dem*ar*cada p*er* huu*m* vallo velho .*scilicet*. de *con*t*ra* o soaao*o* E de *con*t*ra* o poe*n*te p*e*lla estrada que vay da cidade p*er*a sam m*artin*ho de dume E a dita leira atravessa todas as estradas .*scilicet*. a que vay p*er*a a sam m*artin*ho *e* que vay p*er*a palmeira (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 52).

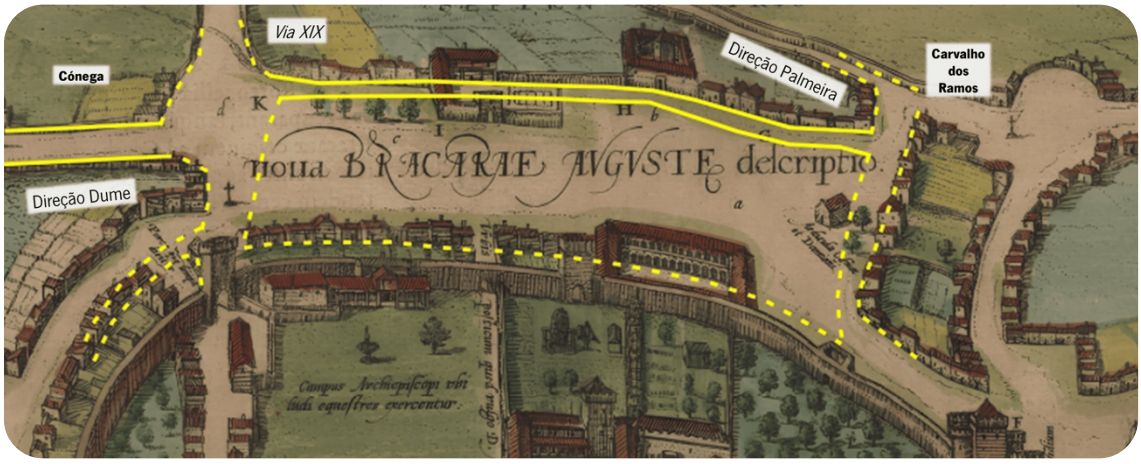


Figura 153. Traçado presumido do caminho que ligava o Carvalho dos Ramos à via XIX e à Cónega Bracarense, segundo análise histórica e cartográfica, nomeadamente o *Mapa de Braunio* (1594). Edição do autor.

Na porção setentrional mais próxima da Porta Nova é assiduamente mencionada a Cónega, o que testemunha a importância que este espaço produtivo — ou localidade, em virtude da recorrência dos topónimos[915] — adquiriu ao longo da Idade Média. O percurso anteriormente descrito, que atravessava a referida Cónega, é particularmente significativo por evidenciar a estreita ligação daquele território às propriedades vinhateiras pertencentes aos cónegos do cabido bracarense. Essa associação é visível no *Mapa de Braga Primaz*, onde a Rua Nova extramuros, ainda no século XVIII, é identificada como Rua das Cónegas.

---

[913] O nome Carvalho dos Ramos parece referir-se a um topônimo conhecido na época, possivelmente uma localidade específica. Esta hipótese é corroborada pelo seguinte excerto: "Os d*ous* ca*mp*os q*ue* fora*m* vijnhas do ca*r*ualho do ramos trageaos e*mp*ra*z*ados lois ga*r*ça *e* d*omingo*s chamiço po*r* d*ous* m*aravidis*" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 50v).

[914] Exemplo que identifica o caminho "acima dos Chãos", próximo ao cruzamento (cruz): "J*tem* Aaçima dos chaaos honde descobre o cano estam bons — vij carvalhos todos junt*os* E tem no pee hu*rr*a mea *cruz* [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 51v).

[915] Exemplos: "J*tem* outro ca*mp*o q*ue* esta abaixo . da cónega [...]"; "E a out*ra* metade do casal da cónega [...]"; "[...] rrego daugua q*ue* ve*m* de çima das ortas *e* do poe*n*te p*ar*te p*er* huu*m* camjnho q*ue* vay p*er*a a cónega [...] (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 88v, 121 e 149).

Na documentação textual, identificamos um elemento que reforça essa relação: o registo de um caminho que conectava uma propriedade denominada "Casal da Rua Nova", localizada na freguesia de São Martinho de Dume. Sabemos que, nessa unidade de exploração agrária, existia a chamada Veiga do "Carvalho"[916], cuja divisa meridional, voltada à cidade, era delimitada por um mato adjacente a um caminho que, muito provavelmente, a ligaria a Braga pela mencionada "Rua Nova extramuros", cuja própria designação do casal parece conservar a memória desse eixo viário. Esta suposição é corroborada por outras fontes, ao mencionarem uma leira da "Agra Pereira", pertencente ao mesmo casal, cujo caminho igualmente estabelecia ligação com a cidade[917].

Considerando a importância desta rua na organização do espaço agrário a norte da muralha, é pertinente considerar que, à semelhança da Rua da Corredoira, a Rua Nova extramuros teria condições de se ter desenvolvido como arrabalde, sobretudo quando se atesta a existência de um expressivo casario ali localizado e destruído em 1369. Conforme documentado no primeiro *Livro de Tombo*, inventariam-se dezasseis emprazamentos imobiliários, compostos predominantemente por "casas", excetuando-se apenas um, correspondente a "parte" de uma "casa" (ver Tabela 32).

Com as subsequentes obras da Cerca Fernandina, algumas dessas construções arrasadas foram integradas no perímetro defensivo, ao passo que outras, situadas fora da nova cerca, permaneceram abandonadas, podendo ter sido, eventualmente, reconvertidas para uso agrícola.

Tabela 32. *Propriedades emprazadas na Rua Nova extramuros segundo o primeiro Livro de Tombo (1369–1380)*

Propriedades	Morador/Emprazador	Destr.	Valor
Rua q*ue* chama*m* de Rua noua q*ue* esta fora da C*er*ca he dest*roy*da			
Casa	Trazia Arranhol	Sim	1 maravedi
Casa	Trazia Domingos Garcia	Sim	1 maravedi
Casa (ante o lagar)*	Trazia Martim Peres	Sim	1 maravedi
Casa	Trazia João Domingues, vinhateiro*	Sim	2 maravedis
Casa	Foi de Mendo Fernando, cónego	Sim	Não refere
Casa	Trazia Lourenço Eanes	Sim	1,5 maravedis
Casa	Foi de Domingas, neta de Dom Roberto	Sim	0,25 maravedis (censo)
Casa	Foi de Gomes Pais de Rua Nova	Sim	0,25 maravedis (censo)
Casa	Foi de Martim Peres, dito Perro	Sim	0,25 maravedis (censo)
Casa	Foi de Estevão Anes Caldelas (pertence as Gafas)	Sim	0,25 maravedis (censo)
Parte de um casa	Foi de Durão Domingues	Sim	20 soldos (censo)
Casa	Trazia João Grande	Sim	1 maravedi
Casa	Trazia Belsinho	Sim	24 soldos
Casa	Trazia Domingos Lourenço	Sim	1 maravedi
Casa	Trazia Domingos Anes, deveseiro	Sim	30 soldos
Casa	Trazia Martim da Cónega*	Sim	1 maravedi

Nesse arrolamento, a renda paga em seis da totalidade das propriedades era a metade daquele pago pelas casas do parcelário setentrional na Rua da Corredoira, ou seja, 0,25 maravedis, embora, eventualmente, fossem pagos em soldos. As outras dez propriedades emprazadas que

[916] A.D.B., *4° Livro de Tombo*..., fl. 1–2; ver Apêndice XVII, p. 76.
[917] A.D.B., *4° Livro de Tombo*..., fls. 1–2; ver Apêndice XVIII, p. 76.

estavam quase todas avaliadas em 1 maravedi, excetuando-se a casa contratualizada por Lourenço Anes e a do vinhateiro João Domingues, que despendiam respetivamente 1,5 e 2 maravedis.

A alusão à atividade do vinhateiro João Domingues, aliada à referência de que uma das casas se encontrava "ante o lagar", reforça a estreita articulação entre a Rua Nova extramuros e o entorno vitícola da Cónega. Essa interligação não apenas sublinha o interesse pela viticultura neste setor periurbano da cidade, como também destaca a relevância da Rua Nova extramuros enquanto eixo de conexão entre o espaço urbano e as práticas produtivas vinculadas à localidade da Cónega.

Esta relação é ainda corroborada por um exemplo subjacente: em 1369, existia um imóvel designado como "casa da cónega", dotado de adega e de uma dependência menor, cuja localização se dava numa das principais artérias do centro urbano, a Rua dos Burgueses. Este imóvel encontrava-se emprazado, sem encargos, ao negociante Afonso Esteves Leite e, posteriormente, a outras duas pessoas, mediante o pagamento anual de dez libras para a segunda e quinze para a terceira. O pagamento em libras, bem como os valores estipulados, indicia um conjunto habitacional relativamente expressivo, adequado ao armazenamento de vinho.

Não obstante, o contrato impunha, de forma explícita, a obrigatoriedade de permitir ao cabido o armazenamento do vinho proveniente "da Cónega", vedando qualquer cobrança de aluguer[918]. Este edifício, situado numa zona central e privilegiada da malha urbana, figurava entre os primeiros bens a serem emprazados, localizando-se no lado direito da Rua dos Burgueses, no percurso em direção à Porta do Muro, estrategicamente posicionado na intersecção do caminho proveniente da Cónega.

Outro aspeto relevante que evidencia a complexa rede de relações económicas e sociais que sustentavam a viticultura e a comercialização do vinho da Cónega diz respeito aos habitantes identificados por adjetivação toponímica. Encontramos, nesse sentido, a figura de Domingos Anes da Cónega, que, em 1369, detinha por emprazamento um pardieiro situado na Rua Nova intramuros, adjacente à cerca da cidade, o qual contava com uma figueira[919]. Outro indivíduo originário da Cónega era Martim Peres, que, em período anterior a 1369, emprazara umas casas na Rua do Eirado e dos Chãos, as quais se encontravam arrasadas em virtude do cerco castelhano[920].

---

[918] "Jt*em* Casa da Coonjga com a aDega com huu*m*a Casa pequena que iaz tras a d*i*cta aDega que trage Vaasco domjnguez Abbade de sam Paayo de Pousada Trageas em prazadas Affonsso steueez leyte em sua vida ssem dinheiro E aas duas Pessoas por dez l*ibra*s E aa segunda pessoa E aa terceira por qujnze l*ibra*s E teer em ela o Cabidoo o Vinho da Coonjga ssem aluger" (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 119v).

[919] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 123.

[920] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 133.

O mais proeminente dentre esses indivíduos é Rodrigo Anes da Cónega. Embora a sua ocupação específica não seja explicitada, sabe-se que administrava certos bens, possuindo, em 1393, algumas casas na Rua dos Cegos, pelas quais pagava uma renda anual de 2 maravedis[921]. Antes de 1369, Rodrigo Anes residia numa casa sita na Rua da Sapataria, que manteve em regime de emprazamento, sublocando-a sucessivamente entre 1369 e 1404. Inicialmente, o contrato previa um foro de 3 maravedis até 1393[922], elevando-se, a partir de então, para 5 maravedis e um capão[923]. Acresce ainda que, em 1369, Rodrigo Anes habitava outra residência, constituída por duas moradias na Rua dos Burgueses, pelas quais, juntamente com Estevão Vasques, pagava o prazo de 4,5 maravedis[924].

Além destas propriedades urbanas, Rodrigo Anes dedicava-se também a outras iniciativas económicas de índole agrícola, conforme atesta a documentação relativa ao emprazamento de uma vinha, uma herdade e um campo em São Pedro de Maximinos, pertencentes à confraria de Rocamador, mediante o pagamento anual de 2 maravedis e 5 soldos[925]. Era igualmente detentor de uma cavalariça com o respetivo exido na Rua de D. Gualdim, onde residia João Lourenço, sendo esta arrendada pelo valor de 20 soldos e duas galinhas[926].

A presença, no espaço urbano, de indivíduos oriundos da localidade da Cónega, alguns vinculados a "sucessão" de emprazamentos, revela um dinamismo económico com certo grau de prosperidade do entorno da Rua Nova extramuros, particularmente ligado à produção vinhateira. Esse processo, todavia, seria interrompido por acontecimentos externos, cujas repercussões levaram à consolidação de uma zona predominantemente ruralizada. Essa aferição é corroborada pela ausência de indícios de uma reocupação urbana mais densa ao longo do século XV, sendo que a sua expressão mais significativa apenas se verificará com a abertura de uma praça no primeiro decénio do século XVI (Bandeira, 2000, pp. 39–40).

A ruralidade da Cónega é expressa de forma recorrente na documentação constante do segundo e terceiro *Livros de Tombo* (1393–1404), que retrata uma paisagem circundante à Porta Nova caracterizada por áreas de cultivo de dimensões variáveis, com predominância da exploração vinícola e da presença de vegetação arbórea. Essa configuração é patente nas menções aos "[...] ca*m*pos *e* moradas *e* deuesas da Coo*n*iga [...]", arrendados ao cónego João por três anos pelo

[921] A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 68.
[922] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 121v.
[923] A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 62v e *3º Livro de Tombo*..., fl. 99.
[924] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 120v.
[925] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 39.
[926] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 126v.

valor de 610 libras[927]; à "[...] Horta da Coo*n*iga hu esta o poço [...]", emprazada ao cónego João Dias por 4 maravedis[928]; à "[...] chousa q*ue* esta a par de o muro da Coonjga [...]" emprazada a Gonçalo Lanhoso por 40 soldos[929]; bem como às "[...] chousas q*ue* esta*m* a p*ar* do Muro" emprazadas ao sapateiro João Esteves por 20 soldos [...]"[930].

Esta paisagem campesina permanece dominante ainda sessenta anos depois, como evidenciam os registos dos *Livros de Prazos*, onde se percebe um "[...] Canpo da Cooniga q*ue* ffoy vinha co*m* ssas deuesas [...]", emprazado a Vasco Peres por 70 libras[931]. Outrossim a renda paga por Paio Vivela, que havia emprazado ao pedreiro Gervás as "[...] chousas q*ue* ssom a par do Muro da Cooniga [...]"[932], corrobora essa continuidade. Outro exemplo é o das "[...] Chousas da Rua noua q*ue* ssom da Confraria de Rua Noua [...]", emprazadas ao carniceiro Meirinho por 0,25 maravedis de censo, pagos por Sancha Mendes, atestando um continuado processo de aquisição, posse e exploração de terrenos nesta localidade por parte do Cabido[933].

Apesar desses testemunhos, o processo de aquisição e constituição do património da Cónega permanece uma tarefa desafiadora, dada a inexistência de um corpo documental que permita a sua reconstituição cronológica e espacial de forma precisa e contínua.

Conforme já discutido, e com o intuito de reforçar a hipótese de que esta localidade estaria vinculada à freguesia de São Pedro de Maximinos, merece destaque um documento datado de 28 de abril de 1489, que refere expressamente a existência de um "*Lugar da Cónega*"[934] *adscrito a essa freguesia*. A terminologia "*lugar*" é notoriamente flutuante na sua definição, podendo aludir a um espaço, localidade ou povoação, confundindo-se, por vezes, com o termo "*casal*" (Amaral, 1994, p. 40). Ainda assim, com base na frequência da sua utilização e na caracterização das propriedades a que é associada, parece-nos tratar-se de um casal — ou de uma estrutura muito análoga — de grandes proporções.

Essa propriedade, que fora emprazada a Fernão Rodrigues como primeira pessoa no contrato, e a seu irmão como segunda pessoa, apresenta-se de considerável dimensão, tanto pelo valor estipulado como pela diversidade das suas componentes. O contrato implicava o ordenado de

---

[927] A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 33v; posteriormente "Os ca*m*pos *e* moradas da coonjga tragea e*m*pra*z*adas o Abdade de Sa*n*tijago dantas po*r* sa[i]se[n]ta[s] llj*bra*s (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 48).

[928] "C Horta da Coo*n*iga hu esta o poço tragea e*m*prazada joham diaz Coo*n*igo e*m* sa cjda por quatro m*ar*avid*is*" (A.D.B., *op. cit.*).

[929] A.D.B., *2º Livro de Tombo*..., fl. 34v; posteriormente "As chousas q*ue* ua*m* ferir no Muro da coonjga trageas g*onçal*o lanhoso po*r* xl ss*oldos* R*ecebi* p*er* ele Cxl ll*bra*s" (A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 50).

[930] A.D.B., *3º Livro de Tombo*..., fl. 50v.

[931] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 31.

[932] A.D.B., *op. cit.*

[933] A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 31v.

[934] ver Apêndice XVII, pp. 71–72.

uma vultosa quantia de cinquenta mil reais, além de um par de capões, a serem pagos em prestações trimestrais nas festividades religiosas do Natal, da Páscoa e de São João, correspondentes, respetivamente, aos meses de dezembro, abril e junho. Quanto aos capões deveriam ser entregues exclusivamente data natalícia.

Sobre a sua composição, a propriedade incluía "casas", que poderiam servir tanto de habitação quanto para outros usos associados ao funcionamento da unidade produtiva, bem como vinhas, herdades, devesas de castanheiros e carvalhos, e "lugares". Interpretamos que estes "lugares" designariam terrenos de natureza genérica anexos a propriedade, cuja grande extensão permitia a sua repartição em parcelas menores, destinadas à lavoura por terceiros. Nessa lógica, o Cabido contemplava uma cláusula que facultava a Fernão Rodrigues a rentabilização do imóvel por via de aforamentos de parcelas a caseiros: "[...] possa Repartir ho dito lugar em pedaços *e* o enprazar ou aforar a caseiros po*r* anos *e* uujdas segundo for sseu p*ra*zo [...]".

De resto, é patente o propósito do Cabido em assegurar que o Lugar da Cónega se mantivesse como um espaço agrícola ativo e produtivo. Assim, a repartição dos terrenos entre caseiros permitiria um melhor aproveitamento da terra, sendo o enfiteuta ainda obrigado a acrescentar uma "[...] vjn*h*a de dez homee[n]s de cauadura E assy fara aproveitar os out*r*os lugares q*ue* ssom das pertenças da dita Coonega de gujssa q*ue* de todo sejam melhorados E nom pejorados daas vjnhas *e* pertenças [...]". Este trecho exemplifica a imposição de uma cláusula contratual para a implantação de uma vinha num terreno baldio de dimensões consideráveis. A menção a "dez homens de cavadura" permite estimar uma área aproximada de 3000 m², o que sugere uma exploração agrícola de tipo extensivo.

Noutra fonte, agora constante do quarto *Livro de Tombo*, datada de 1468, encontra-se uma referência à Porta da Rua Nova, onde um "jeriquo" (jericó), ou seja, um "terreno" ou jardim[935], era habitualmente emprazado por Martim Gonçalves. Este *jericó* em particular compreendia uma leira plantada com vinha e uma figueira, com área estimada em cerca de 500 m²[936].

Considerando a localização junto à Porta da Rua Nova, pode presumir-se que este *jericó* se situava no espaço do atual Campo da Vinha, precisamente entre o arrabalde dos Chãos e a antiga via XIX, no possível traçado de um caminho que contornava a muralha. São escassos os elementos que permitam reconstruir a composição integral desse espaço, embora tudo indique a existência

[935] Sobre este termo ver o próximo subcapítulo, subseção 2.2., p. 420.

[936] A leira tinha dimensões de 25,74 metros (equivalente a 39 côvados na orientação norte–sul) por 19,8 metros (ou 30 côvados na orientação este–oeste), totalizando uma área de 509,65 m². Para efeitos de conversão, adotou-se o valor de 0,66 m por côvado, correspondente ao sistema de craveira geralmente utilizada na medição de terrenos, segundo a equivalência proposta por Mário Viana (1999, p. 491) para as medidas lineares medievais reduzidas ao sistema métrico decimal.

de uma importante variedade de terrenos dedicados à viticultura, particularmente através da exploração das leiras.

De facto, todo o espaço onde estava inserido respetivo *jericó* viria a ser transformado no Campo da Vinha, assumindo nova configuração durante a transição cronológica abarcada por este estudo. O desenvolvimento desta transformação iniciaram-se em 13 de junho de 1502, num dos primeiros atos administrativos do arcebispo — e futuro cardeal — D. Jorge da Costa (1501–1505). Como forma de recompensa pelos serviços prestados durante o governo do seu irmão, D. Jorge Vaz da Costa (1486—1501), o alcaide do castelo de Braga, Afonso da Costa, recebeu por emprazamento a Vinha de Santa Eufémia, também situada nas imediações da Porta Nova (Ferreira, 1928–1934, tomo 2, pp. 357–358).

Em 6 de julho de 1508, o arcebispo D. Diogo de Sousa permutaria essa vinha com o referido alcaide e com sua esposa, Beatriz Ana Veloso, pela Quinta do Paço de Ancariz, localizada na freguesia de Escudeiros, a cerca de 7 km da cidade muralhada. Por meio dessa permuta, o prelado determinou a criação de um rossio público, que se tornaria a maior praça da cidade à época, com uma área superior a 23.400 m² (Bandeira, 2000, p. 39).



Figura 154. Reconstituição final estimada do setor norte da área periurbana de Braga, destacando as áreas próximas à Porta Nova. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

2. Subsídios para um estudo analítico sobre a exploração agrária no couto de Braga no final da Idade Média

A cidade medieval e a sua vizinhança rural não constituíam dois mundos separados, rigidamente compartimentados e destituídos de interdependências estruturais; pelo contrário, tratava-se de realidades mutuamente articuladas e funcionalmente complementares[937]. Com efeito, o universo urbano mantinha um diálogo contínuo com o meio rural, o qual se fazia refletir na

[937] A comunicação entre os espaços urbanos e rurais tem sido uma constante nas grandes sociedades, pelo menos até a aceleração dos eventos socioeconómicos e tecnológicos, como as revoluções industriais do século XIX e as transformações urbanísticas e arquitetónicas do final desse século, que se intensificaram ao longo do século XX. (Martín Gutiérrez, 2020, p. 87).

própria organização do seu ambiente intramuros. A expressão da ruralidade manifestava-se, pois, em pequenos espaços agrícolas dentro das muralhas, sustentados pela manutenção de hortas, exidos, jardins e parcelas destinadas ao cultivo de vinhas, olivais ou pequenos terrenos de semeadura (Menjot, 2006, p. 3).

Sem descurar esta dimensão, importa sublinhar que o *modus vivendi* urbano dependia, em larga medida, das atividades agrícolas desenvolvidas nas áreas periféricas. A cidade assumia, assim, um carácter dual, afirmando-se simultaneamente como centro de consumo e de redistribuição, mas também como polo de articulação produtiva. Neste contexto, a muralha — e, em particular, as suas portas — não constituía apenas um limite físico, mas antes um dispositivo de mediação entre dois espaços interdependentes, regulando fluxos de pessoas, bens e recursos.

Na linha interpretativa proposta por Denis Menjot (2006, p. 2), cidade e campo estruturavam-se numa relação dialética de múltiplas dependências, quer no plano económico — através da circulação de produtos e da organização do trabalho —, quer no plano social, mediante a afirmação de hierarquias e formas de domínio territorial. Deste modo, o funcionamento quotidiano do espaço urbano encontrava-se intrinsecamente ligado às áreas produtivas envolventes, responsáveis pelo abastecimento alimentar e pelo fornecimento de matérias-primas essenciais.

No que respeita às atividades que compunham as estruturas de abastecimento, estas variavam de vila para vila, de cidade para cidade, uma vez que as dinâmicas sociais e económicas se apresentavam igualmente diversificadas. A par disso, os fatores geográficos e climatéricos revelavam-se irregulares, e a disponibilidade de recursos silvopastoris e pesqueiros mostrava-se, por vezes, inconstante. Por seu turno, observam-se certos padrões de semelhança nos mecanismos de abastecimento, sobretudo porque muitas propriedades rurais eram controladas ou exploradas pelos seus proprietários diretos, foreiros — que podiam residir na cidade[938] — ou outros agentes que procuravam tirar proveito das condições favoráveis à integração de diferentes sistemas de produção rural (Vandermotten, 2010), como é o caso dos caseiros que aravam a terra. O destino de parte da atividade exploratória rural era a comercialização dos produtos, quer em feiras, mercados, tendas, ou através de venda direta a particulares[939].

[938] Um exemplo emblemático é o de João Beira, escudeiro, que possuía em regime de emprazamento do Lugar Acima dos Chãos, sendo residente em Braga, na Rua do Souto. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 133v).

[939] A circulação de bens agrícolas decorrente dos excedentes de produção, embora não atingisse a escala e a complexidade organizacional observadas nas feiras de França e Flandres, assegurava a movimentação regular de produtos no circuito local (Rau, 1983, pp. 33–59). A venda de cereais — em particular o trigo — tendia, não obstante, a realizar-se em regime de contacto direto entre produtor e consumidor, no quadro de mercados quotidianos ou semanais, em detrimento das feiras semestrais e anuais características de outras regiões europeias (Marques, 1968, p. 124).

À escala continental, essa intensificação verificou-se de forma mais acentuada ao longo do século XIII, em grande parte motivada pelo crescimento populacional, o qual impulsionou a expansão dos campos e a diversificação das áreas de cultivo, muitas vezes com o aproveitamento de terrenos anteriormente incultos. Estas áreas reabsorveram extensões outrora desertas, que representavam, até então, entraves à comunicação e ao povoamento. Segundo George Duby (2002, pp. 70–71), foi a partir dos séculos XII e XIII que o campo se moldou ao longo de quatro a cinco gerações de agricultores e vitivinicultores, adquirindo feições cuja configuração paisagística ainda hoje conserva resquícios visíveis.

Neste subcapítulo, diferentemente do subcapítulo 1 — no qual se delimitou um raio de 1 km a partir do entorno da Sé Catedral, reconstituindo a zona periurbana mais imediata — propõe-se um alargamento da escala de análise, com o objetivo de compreender as formas de exploração agrária no couto de Braga.

Para o efeito, considera-se o território do couto da cidade de Braga para o ano de 1509, tomando como base o estudo de Martins (2024, pp. 80–82) e a cronologia da documentação (1466–1510), conforme já explicitado no capítulo 2, subseção 1[940]. Neste enquadramento, as freguesias mais distantes situam-se até cerca de 8 km da cidade, sendo analisadas a partir de um modelo de leitura radial, estruturado desde o vértice central da Sé Catedral até aos limites das freguesias onde se inserem as propriedades identificadas. A operacionalização desta métrica espacial, apoiada no recurso ao *software Google Earth Pro*, permitiu não apenas a aferição das distâncias, mas também a sistematização da distribuição territorial estimada das propriedades, viabilizando a análise das relações de proximidade, acessibilidade e articulação entre o núcleo urbano e as propriedades no seu couto.

Optou-se pela utilização do quarto *Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga*, cuja cronologia abrange os anos de 1466 a 1510. Esta opção metodológica assenta na necessidade de assegurar coerência cronológica e evitar a dispersão analítica. Acresce, ainda, que este tombo apresenta características qualitativamente diferenciadas face aos anteriores (1369–1404), não se limitando ao arrolamento das propriedades, mas correspondendo antes a vedorias realizadas pelos oficiais do cabido, nas quais se registam, com apreciável pormenor, descrições das unidades fundiárias, estimativas de produção, elementos relativos às características da paisagem rural, entre outros.

[940] Cf. p. 63.

Ainda que este não contemple a totalidade do património fundiário da instituição, reúne um conjunto expressivo de propriedades localizadas no couto bracarense. Tal opção metodológica permite privilegiar a análise das dinâmicas de exploração agrária no couto de Braga, excluindo, por conseguinte, propriedades situadas em territórios mais distantes — como Barcelos[941], Coimbra, Guimarães[942], Ponte de Lima[943] ou Valdevez[944] — cuja integração escaparia ao âmbito espacial definido para este estudo.

2.1. Algumas considerações sobre o espaço rural do couto de Braga

Primeiramente, importa recordar que, desde o arcebispo D. João Peculiar (1138–1175), o património da arquidiocese de Braga foi dividido entre o arcebispo e o cabido (Marques, 1988, p. 324), à escala do conjunto dos bens arquidiocesanos e não apenas dos domínios situados nos arredores imediatos da cidade, à semelhança das outras dioceses. À semelhança do que sucedeu com os bens da mitra, o património da mesa capitular conheceu transformações contínuas ao longo dos séculos, resultantes de doações testamentárias, vendas, aquisições e escambos, processo que conduziu à consolidação de um património rural vasto, territorialmente disperso e funcionalmente diversificado.

Na sequência dessa divisão, os cónegos do capítulo de Braga passaram a beneficiar de um rendimento pessoal e permanente — a prebenda — sustentado por bens próprios. Desde o século XIII, as dignidades capitulares detinham já uma fração expressiva de propriedades rurais, circunstância que incentivou a prática sistemática do aforamento, do emprazamento e do arrendamento, como forma de assegurar rendas estáveis e previsíveis (Cunha, 2005). Este modelo de gestão indireta favoreceu a consolidação do cabido como um dos principais agentes fundiários no couto bracarense, com presença particularmente significativa nas áreas extramuros, tanto em termos de extensão territorial quanto de diversidade funcional das suas propriedades[945].

---

[941] O Casal de Quirás e Casal do Jal, em terra de Tamel, termo de Barcelos (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 48–49v); o Casal de São Salvador de Vilar do Monte, na freguesia de São Salvador do Monte, termo de Barcelos (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 80–81); o Casal da Quintã dos Carvões, na freguesia de Santa Maria d'Arnoso, termo de Barcelos (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 143–144v).

[942] A localidade da "Carrapata", em Guimarães (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 105–105v); A Vinha do Pinheiro, na freguesia de São Tomé da Devoção, termo de Guimarães (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 105v–106); o Casal dos Carvalhos, na Freguesia da Polvoeira, termo de Guimarães (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 106–108); o Casal da Fonte, na freguesia do Mosteiro de Souto, no termo de Guimarães (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 144v–145v).

[943] Pertenças no couto de Domez, em terra de Ponte de Lima (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 46). pertenças na freguesia da Facha, em Ponte de Lima (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 105–105v).

[944] O Casal da Lama, Casal da Nogueira e o Casal de Casares, na freguesia de São Pedro de Sá, terra de Valdevez (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 111–113).

[945] A afirmação de que o cabido era o maior possuidor de bens fundiários no couto de Braga ainda não é totalmente esclarecida. A documentação registra uma quantidade com relativo impacto para outros proprietários de edificações produtivas e terrenos agrários. Este ponto é passível de uma exploração mais aprofundada em estudos futuros.

A configuração da exploração agrária nas imediações de Braga não se explica apenas pelo seu posicionamento geográfico estratégico. A cidade está inserida numa plataforma de transição entre vales fluviais, com solos maioritariamente graníticos mas intercalados por áreas aluvionares, associada à elevada pluviosidade e densa rede hidrográfica estruturada pelas bacias do Cávado (a norte) e do Ave (a sul). Este conjunto de fatores criou condições favoráveis à diversificação produtiva e à ocupação continuada do território.

Estas condições físicas, combinadas com um clima atlântico húmido, de fraca amplitude térmica anual e precipitação regular[946], contribuíram para a consolidação de uma paisagem periurbana marcada pela coexistência de campos de cultivo de cereais, vinhas, hortas e núcleos habitacionais dispersos ao longo dos eixos viários durante a Idade Média, sendo que a documentação regista múltiplas referências a espaços agrícolas nas imediações urbanas — como a *vinea da Corredoira* (referenciada em 1161)[947], o Lugar dos Chãos, o Campo das Hortas ou do Carvalhal (Carvalheiras), — testemunhando a permanência de uma matriz rural que, ao longo do tempo, conheceu alterações na sua configuração, dimensão e funcionalidade produtiva.

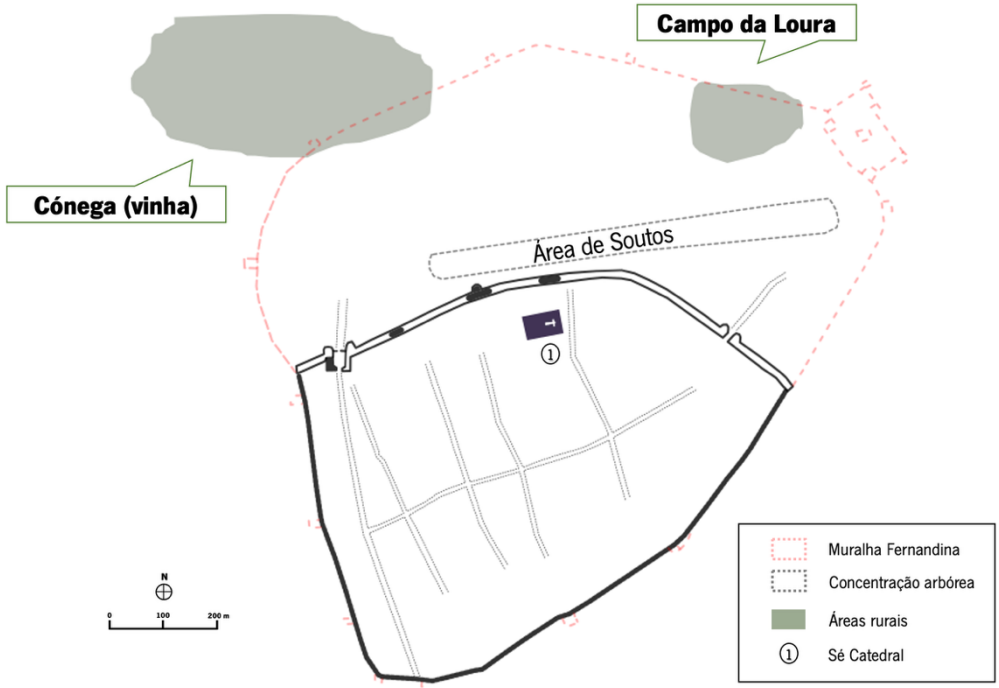


Figura 155. Plano de Braga com identificação de espaços rurais nas proximidades da cidade murada atestados na documentação (séculos XII–XIII). As áreas assinaladas a verde correspondem a uma representação interpretativa e não precisa,

[946] Temperatura média inferior a 15 °C, verões moderados (menos de 20 °C), amplitude anual reduzida (menos de 12 °C), precipitação superior a 1000 mm e humidade relativa elevada durante quase todo o ano (Ribeiro, 1950, p. 52)

[947] Em 12 de julho de 1161, a Vinha da Corredoira é citada no documento de doação da igreja de São João à igreja de Braga, efetuada por Pedro Ourives e sua esposa Elvira Mides, no qual se lê: "*Et hoc facio quia vos dati mihi talem prebendam in ecclesia vestra qualis alicui de canonicis vestris honestioribus datur et quia datis mihi in vita mea por pertimonio quartam illam, quam vos habetis in predicta vinea de Corredoira et de prefatis molendis quartam illam* [...]". (Costa, Avelino de Jesus da (ed.) (2016) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição melhorada e ampliada por José Marques. Tomo 1, doc. 486, pp. 679 e 680, fls. 131v – 132.

destinada a indicar a localização aproximada das referências documentais. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

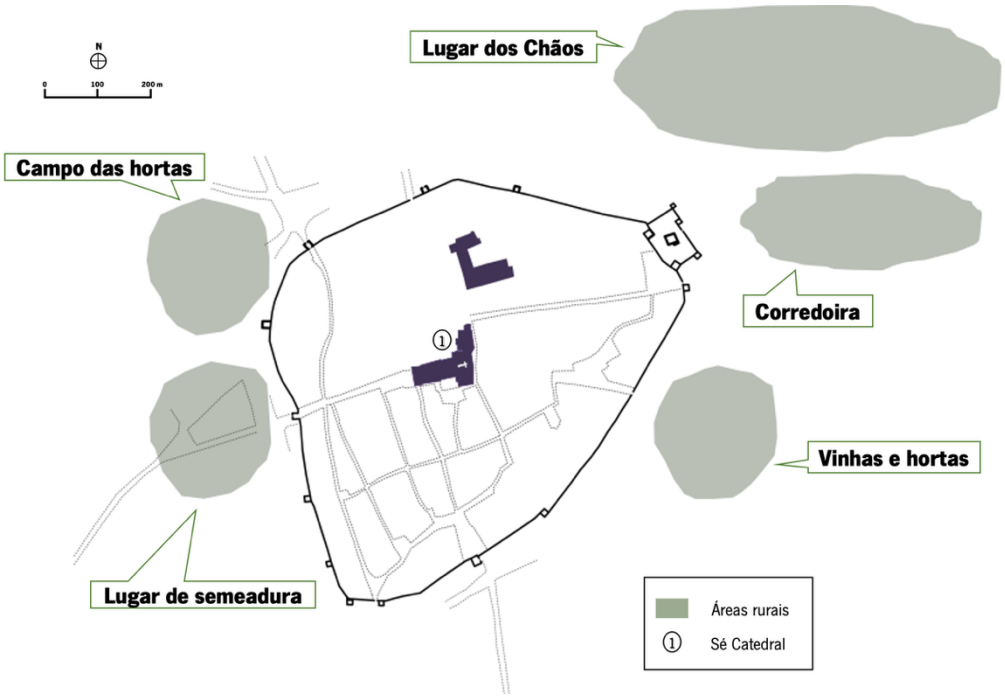


Figura 156. Plano de Braga com identificação de espaços rurais nas proximidades da cidade murada mencionados na documentação (séculos XIV–XV). A delimitação das áreas rurais possui caráter interpretativo, indicativo e não precisa, não permitindo inferências quantitativas nem comparações diretas face a períodos anteriores. Elaboração do autor com base em Martins e Ribeiro (2013, p. 39).

2.2. As propriedades rurais no couto de Braga no *4º Livro de Tombo*

Com base na documentação compulsada, verifica-se que uma parte significativa das propriedades no couto se localizava na zona periurbana anteriormente analisada e espacialmente reconstituída, a título interpretativo, no subcapítulo 1 do presente capítulo 6 — correspondente ao espaço mais próximo da muralha —, abrangendo áreas como Chãos, São Vítor, Maximinos, São Marcos, Cónega, Corredoira, Santa Maria a Branca, Cividade, Fujacal, Pelames e a Ribeira do rio Este. Alargando a observação ao couto de Braga, identificam-se propriedades bens situadas nas freguesias de Crespos, Dume, Esporões, Escudeiros, Ferreiros, Gualtar, Lomar, Nogueira, Palmeira, São Frutuoso (Real), São Paio de Merelim, São Vítor, Santa Lucrécia — revelando a amplitude territorial do património capitular (ver Figura 157)[948].

[948] O Mosteiro beneditino de São Martinho de Tibães recebeu sua carta de couto do conde D. Henrique em 7 de março de 1110 (A.N.T.T., *Ordem de São Bento / Mosteiro de São Martinho de Tibães*, mç., 1, n.º 1). Era um território importante para desenvolvimento económico da ordem, devido à extensão de suas terras por uma várzea com solos férteis e bem irrigado, por um coberto vegetal distinto nas adjacências do rio Cávado (Fontes, 2010. p. 9), e por uma rede de vias locais e regionais provenientes do epicentro Braga. A localização estratégica do couto permitia acesso a uma rede de caminhos locais e regionais que convergiam a partir do núcleo urbano de Braga. Logo, o território do mosteiro fazia fronteira com o termo da cidade e suas propriedades rurais em Panóias, São Paio de Merelim e Semelhe, tendo, deste modo, uma ampla influência económica e territorial na região.

Tabela 33. *Propriedades listadas no couto de Braga, conforme o 4º Livro de Tombo*

Unidades de Exploração ou parcelas de terrenos	Localização	Raio (+-)
Lugar da Porta de Santiago	Freguesia de Santiago da Cividade (junto ao Muro e Porta de Santiago)	0,3 km
Jerico (Jericó)	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Terras de Braga, junto a Porta da Rua Nova)	
Casal de São Cristóvão	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Hortas da cidade)	0,4 km
Casal que está nos Chãos	Freguesia de São João do Souto (Arrabalde dos Chãos)	
3 leiras	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Hortas da Cidade)	
Casal de Urjães	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Urjães)	0,6 km
Casal da Ribeira	Freguesia de São Vítor (Pelames, na Ribeira do rio Este)	0,7 km
Quintã Santa Maria a Branca	Freguesia de São Vítor	0,8 km
Casal de Sepetelos	São Vicente – Freguesia de São Vítor (Acima dos Chãos)	1 km
Lugar Acima dos Chãos		
Casal de Vilar de Gradoira	Freguesia de São Vítor	1,4 km
Casal de Montelhos	Freguesia de São Frutuoso, a par da Gafaria	1,6 km
Casal de Pereiras	Freguesia de Lomar	1,7 km
Casal do Ribeiro	Freguesia de Ferreiros	
Casa da Rua Nova	Freguesia de São Martinho de Dume	2,2 km
Casal de Cacavelos		
Casal da Lama		
Casal de Souro Mouro		
Casal do Gontijo		
Casal do Cidi	Freguesia de Gondizalves	2,5 km
Casal da Bouça	Freguesia de Nogueira	2,7 km
Casal Cornelha		
Casal do Cabo		
Casal de Su Ribas	Freguesia de Semelhe	2,9 km
Casal de Filim/Casal da Cónega	Freguesia de Esporões	4,4 km
Casal do Outeiro/Casal da Pia	Freguesia de Palmeira	
Assento de casais da igreja de Palmeira		5 km
Casal da Costa		
Casal do Monte	Freguesia de Penelas (Panoias/S. Pedro de Merelim)	
Casal da Lájea	Freguesia de Gualtar	
Assentamento de casais em São Paio de Merelim	Freguesia de São Paio de Merelim	5,5 km
Casal do Justi	Freguesia de Santa Lucrécia	6,5 km
Casal do Barral	Freguesia de Crespos	8 km
Casal da Cal		8 km
Casal de Pousada/Quebrada d'Ansariz	Freguesia de Escudeiros	8 km
Casal das Formigas		8 km

Nota. Aferiram-se as métricas através da ferramenta de régua do *software Google Earth Pro*, estabelecendo-se um alinhamento radial a partir do vértice central da Sé Catedral até as freguesias analisadas.

No seu conjunto, essas propriedades configuravam unidades de exploração de dimensão e complexidade variáveis, descritas na documentação sob designações como moinhos, lugares, quintãs/quinta e casais. Em certos casos, contudo, o cabido concedia o aforamento de terrenos que não se enquadravam nesse perfil de propriedade, como se observa no emprazamento de três leiras (ver Tabela 33).

Importa sublinhar que a designação toponímica de uma unidade agrária — como Casal de Urjães — não implicava necessariamente que todos os seus terrenos se localizassem na localidade homónima (situado na Cividade). Como sublinha Amaral (1994, p. 39), importando o caso específico do "casal", este constituía primordialmente um instrumento de administração agrária, através do qual os senhores procuravam introduzir ordem num território caracterizado por um mosaico de parcelas fragmentadas, não correspondendo, por regra, a uma área contínua e

uniforme. A documentação designa explicitamente esta realidade com o termo "*místico*"[949], reconhecendo não apenas a dispersão das parcelas, mas também o entrosamento destas com propriedades vizinhas como uma condição estrutural, e não uma excecionalidade.

As anotações produzidas pelos oficiais da mesa capitular confirmam esta lógica no caso do Casal de Urjães. Os terrenos de lavra deste casal distribuíam-se de forma irregular a sul, entre os Pelames, Abraão e os Prados do Arcebispo, sem contiguidade com o núcleo produtivo central. Em sentido inverso, o casal incluía parcelas imediatamente adjacentes ao núcleo edificatório, como o campo das Tijelas, situado numa "*ribada*"[950], junto à cabeça do casal e confrontando a norte com uma herdade pertencente ao estalajadeiro Pero Gonçalves[951].

A estas acresciam-se leiras consideravelmente afastadas: uma de duas "desterradoras" atrás da igreja de São Vicente, a nordeste; outra na Agra da Escoira, acima dos Chãos, nas imediações da mesma igreja; um carvalho no caminho entre São Vicente e Palmeira; e uma "leira de devesa" em Cones, na direção noroeste[952]. Esta dispersão parcelar revela, em síntese, que a unidade administrativa e fiscal nem sempre coincidia com a continuidade física do solo — característica observável nos regimes de exploração agrária do território bracarense medieval, e não exclusiva do património capitular.

No que respeita às tipologias de exploração de maior dimensão — designadamente quintãs, lugares, moinhos e casais —, a terminologia utilizada nem sempre corresponde a categorias rigidamente diferenciadas. Por exemplo, não é possível afirmar com absoluta segurança que os termos "quinta" e "quintã" fossem empregues com significado coincidente, embora a nossa documentação[953] e parte da historiografia sustente essa equivalência (Cerqueira, 1998) para a zona de Braga no final da Idade Média. Com base nos estudos de Iria Gonçalves sobre o património do mosteiro de Alcobaça, Cerqueira qualifica a "*quintã*" como uma unidade de exploração de grande dimensão, composta por mais de um "*casal*", exemplificando com o caso da Quintã de

---

[949] O casal de Montelhos (Montélios) era místico (estava interligado) com o casal emprazado por Brás Afonso. Por outras palavras, a interação entre esses dois resultava na presença de terrenos de um casal dentro do outro ou em partilha (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 155v).

[950] Indica que estava a uma margem do rio Este, sendo "margem" entendida como unidade de medida.

[951] A existência de uma herdade pertencente a um estalajadeiro nas proximidades da Passagem dos Pelames sugere a presença de estabelecimentos de hospedagem naquela área. Essa hipótese ganha relevância ao se considerar que a Passagem dos Pelames era um dos principais acessos para quem vinha do sul, atravessando a Ponte do Porto e ingressando na cidade pela Porta/Torre de Santiago.

[952] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 51v–52v.

[953] Sobre esta questão, importa esclarecer que os vocábulos *quintã*, *quintam* e *quinta*, tal como surgem no *quarto Livro de Tombo*, devem ser entendidos como variantes gráficas de um mesmo conceito. Ainda que o exemplo a seguir se situe fora do nosso escopo geográfico analítico, é significativo notar que, no mesmo registo, o escrivão emprega indistintamente essas formas para designar uma mesma unidade fundiária, como no caso da propriedade em Churente: "Estas ssom as casas E herdades E coussas q*ue* p*er*tecem a q*ui*ntaa de churente a que chama*m* Crasto Verde q*ue* he do cabijdo de bragaa [...] huu*m* asento de casas honde dizem q*ue* esteue a dita q*ui*ntaa*m* de crasto *ver*de q*ue* ssom g*ra*ndes aliçe[r]ções [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 36 e 37v). Essa oscilação gráfica, recorrente na prática escriturária medieval, não traduz distinção conceptual, mas antes variação gráficas, pelo que não se justifica a atribuição de significados diferenciados a cada uma dessas formas.

Matamã, em Guimarães, emprazada a Álvaro Gonçalves, barbeiro, em 1483, e que abarcava três "*casais"* nos seus domínios (Cerqueira, 1998, pp. 96–97).

Os *lugares*, por seu turno, constituem uma designação de contornos variáveis, aplicável tanto a pequenos núcleos de povoamento como a unidades agrícolas específicas. A análise comparativa de outros tombos monásticos demonstra que, em determinados contextos, os termos "lugar" e "casal" surgem de forma intercambiável. Podemos encontrar algum respaldo para esta leitura no estudo de Amaral (1994, p. 40), relativo ao Tombo do mosteiro de São Salvador de Grijó, no qual a análise comparativa dos registos documentais evidencia uma utilização intercambiável destes vocábulos, sugerindo não apenas práticas escriturárias pouco sistemáticas, mas também uma efetiva proximidade conceptual entre ambas as designações

Ainda assim, eentre as unidades de exploração agrícola mais prevalentes nas imediações de Braga, destaca-se o "*casal*". A sua tipificação é amplamente abordada na historiografia, inicialmente por Alberto Sampaio (1979) e, posteriormente, revista por Iria Gonçalves (1981, pp. 61–63), que reconheceu que o homem medieval utilizava correntemente o termo "*casal*" para designar um conjunto de terras, sem critérios rígidos de categorização. Essa definição foi substancialmente revista por André Evangelista Marques, especificamente para a região do Entre Douro e Lima[954], bem como por José Ángel García de Cortázar no contexto geográfico castelhano[955].

Na perspetiva destes autores, em termos gerais, o "casal" constitui-se como uma unidade de exploração rural e familiar, cujas dimensões variavam em função do contexto social, económico e geográfico[956]. Este modelo de propriedade assentava num núcleo habitacional e produtivo, permitindo uma gestão eficaz dos recursos agrários e a manutenção de uma economia de subsistência, que, por vezes, possibilitava a geração de excedentes comercializáveis (Marques,

---

[954] Cf. Marques, A. E. (2008). *O casal: Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906–1200)*. Editorial Toxosoutos; Marques, A. E. (2009). Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: O casal e o processo de senhorialização do Entre-Douro e Lima (906–1200). In I. Gonçalves (Coord.), *Paisagens rurais e urbanas: Fontes, metodologias, problemáticas. IV. Povoamento e população* (pp. 166–207). Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa; Marques, A. E. (2017). A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: Morfologia do casal entre os textos e as materialidades. In M. J. Barroca (Coord.), *No tempo de D. Afonso Henriques: Reflexões sobre o primeiro século português* (pp. 195–227). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

[955] Cf. García de Cotazár, J. Á. (1989). Percepción y organización social del espacio en la Castilla del siglo XII. *Finisterra, 24*(47), 5–37; García de Cotazár, J. Á. (1990). *La sociedad rural en la España medieval* (2.ª ed.). Siglo Veintiuno Editores; García de Cotazár, J. Á. (1998). Sociedad y organización social del espacio castellano en los siglos VII al XII: Una revisión historiográfica. In M. J. Hidalgo, D. Pérez, & J. R. Gervás (Eds.), *Romanización y Reconquista en la Península Ibérica: Nuevas perspectivas* (pp. 317–337). Ediciones Universidad de Salamanca; García de Cotazár, J. Á. (1999). Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII. In J. Á. García de Cotazár (Ed.), *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII* (pp. 15–48). Universidad de Cantabria / Parlamento de Cantabria; García de Cotazár, J. Á. (2004). *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Editorial Universidad de Granada.

[956] Ainda que não disponhamos de medições que permitam aferir, com rigor, a dimensão dos casais situados nos arredores de Braga, os dados apresentados por Marques (1968, p. 109), num estudo referente à realidade geográfica de Viseu, para os séculos finais da Idade Média, oferecem um termo de comparação elucidativo. Segundo aquele autor, eram pouco frequentes os casais de maior extensão, registando-se apenas dois casos com áreas compreendidas entre 16 e 23 hectares; predominavam, pelo contrário, unidades de menor dimensão, variando, na sua maioria, entre 7, 5, 3 e até 1 hectare.

1968, pp. 108–110). A historiografia tem vindo a sustentar que a preferência progressivamente manifestada por senhores e camponeses na organização das propriedades sob a forma de casais contribuiu para a afirmação do casal como a forma de propriedade mais comum, do norte ao sul do reino, assumindo-se não apenas como elemento-base de ocupação e organização do espaço agrícola, mas também como a unidade fiscal por excelência, sobre a qual incidiam as imposições senhoriais, os tributos eclesiásticos e o fisco régio (Amaral, 1995, pp. 38–39). Embora um casal dificilmente correspondesse a um espaço contínuo e homogéneo, constituiu, no final da Idade Média, o principal referencial através do qual os senhores administravam os seus domínios.

Sem nos alongarmos em minúcias lexicográficas, é pertinente notar que o vocábulo remonta ao século X, exibindo uma pluralidade de significados. Todavia, para os propósitos deste estudo, adotamos uma definição que o enquadra como uma estrutura de exploração já avançada e consolidada no século XV (Marques, 2017, p. 210). Tomando Braga como exemplo, a flexibilidade e adaptabilidade deste tipo de organização permitiram que os "*casais"* prosperassem em diversas condições, afirmando-se como uma célula fundamental no contexto do povoamento campesino ao longo de extensos períodos (Marques, 2008, p. 9).

A partir do levantamento realizado com base no quarto *Livro de Tombo*, constatou-se a existência de 23 *casais*, a maioria situando-se num raio entre 2 e 3 km da cidade. As freguesias de São Martinho de Dume (Dume) e Nogueira apresentavam a maior concentração destas unidades, com quatro e três *casais*, respetivamente. Embora partilhassem uma estrutura básica comum, estas unidades distinguiam-se em alguns aspetos fundamentais, como o posicionamento e a conformação dos assentamentos de casas (zona nuclear de produção), a tipologia dos edifícios – diretamente correlacionada à natureza do trabalho agrícola e pecuário – e, sobretudo, quanto à sua dimensão espacial.

No que respeita à extensão destas unidades de exploração, não foi possível determinar com rigor a metragem dos terrenos, uma vez que os escrivães e notários do cabido procediam à sua delimitação segundo critérios descritivos e referenciais, ancorados na perceção espacial e nos marcos reconhecíveis à época. Ainda que frequentemente delimitadas por cercas e providas de "porta fronha" ou de cancelas articuladas com a cerca envolvente, as descrições registadas limitam-se, na maior parte dos casos, à enumeração dos terrenos integrantes — estivessem ou não cercados —, identificados por meio de sebes, valos, paredes, mato ou outros elementos demarcatórios. Quando não eram cercadas – na maioria das ocorrências –, a abordagem

descritiva tornava-se imprecisa, dificultando – ou mesmo inviabilizando – a fixação exata dos seus limites[957].

No conjunto das unidades de exploração regista-se ainda a utilização do termo "jerico" também verificada na grafia "jeríquo" e "geríco", termo pouco frequente e raramente referido pela historiografia[958]. No âmbito das "Terras de Braga", parcialmente integradas no arcediagado do Couto[959], registou-se uma leira situada num "*jerico*", cuja documentação, de forma insólita, detalha as suas dimensões. Esta leira, plantada em lata de vinha e abrigando uma figueira, revelava-se a extensão de 39 côvados na orientação Norte-Sul e 30 côvados no sentido Este-Oeste, sugerindo uma disposição retangular[960].

Importa, por outro lado, salientar a exiguidade do termo na documentação. Com efeito, segundo Antunes (2008, pp.300–301), a designação parece associar-se à noção de jardim, encontrando-se atestada em alguns mosteiros beneditinos do Norte de Portugal — como Tibães, Rendufe, Pendorada e Pombeiro — ainda que em cronologias mais tardias, sobretudo dos séculos XVIII e XIX. Acresce que tal terminologia se encontra igualmente consignada na 18.ª edição do dicionário de Moreri, de 1740, em língua francesa, onde deriva da expressão "planície de Jericó", associada à produção de bálsamos e à própria origem do topónimo da cidade bíblica de Jericó (Antunes, 2008, pp. 299–300).

---

[957] As propriedades delimitadas sem cerca incluíam: Devesa de Palmeira, a parte do Casal de Urjães entre os Pelames, os Moinhos de Abraão (no rio Este) e o Prado do Arcebispo. Já as propriedades delimitadas por cerca eram: o Lugar Acima dos Chãos, o Casal de Souro Mouro, o Casal nos Chãos, o Casal da Gandarela, o Casal de Souro Mouro e o Lugar da Porta de Santiago. Para ler na íntegra a delimitação completa das propriedades cercadas, ver Apêndice XVIII, pp. 79–81.

[958] Também se evidenciam outros jericos, numerosos e pertencentes tanto a uma localidade denominada de Herdeiros quanto ao concelho, localizados próximos à parede no Casal que está nos Chãos, no respetivo arrabalde (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 76v).

[959] Conforme aponta José Marques (1988, pp. 255–256), a designação "Terra de Braga" corresponde a uma realidade territorial mais ampla, parcialmente sobreposta ao Couto de Braga, cuja formação remonta à doação de 1112, que instituiu uma unidade jurisdicional imune e dotada de autonomia face ao poder régio. Como tem sido sublinhado pela historiografia, nomeadamente por Avelino de Jesus da Costa (1997–2000) e por estudos mais recentes, como o de Raquel Martins (2024, pp. 60–62), a evolução destes conceitos — *Couto*, *Termo* e *Terra de Braga* — revela uma sobreposição terminológica e funcional ao longo da Idade Média, tornando por vezes difícil a sua distinção rigorosa nos documentos. No caso em análise, a referência a "Terra de Braga" parece reportar-se a uma área extramuros contígua ao espaço urbano, integrada no domínio jurisdicional do couto e no termo.

[960] As dimensões da leira (25,74 m x 19,8 m, perfazendo 509,65 m²) foram calculadas considerando a equivalência do côvado de craveira a 0,660 metros, seguindo os parâmetros definidos por Viana (1999, p. 491).



Figura 157. Reconstituição cartográfica das freguesias do Couto e do Termo de Braga (1509)[961]. Elaboração do autor com base na sistematização de Martins (2024, p. 79).

2.2.1. A organização do espaço produtivo: a cabeça do casal

Como se pôde constatar, as propriedades agrárias pertencentes ao cabido eram predominantemente da tipologia conhecida como "*casal*". Excluindo os casos correspondentes a parcelas de lavra isoladas — como leiras situadas nas Hortas de Braga ou uma devesa em Palmeira — e considerando apenas as unidades de exploração de maior dimensão, verifica-se que estas representam cerca de 80% do universo documental identificado (23 em 29 ocorrências) (ver Tabela 33). De modo geral, estas unidades dispunham de um complexo produtivo estruturado em torno de uma zona nuclear de exploração — sendo designada nas fontes como "cabeça" da propriedade.

Sobre este espaço, Maria Helena da Cruz Coelho (1983, pp. 102–103), tendo como lastro analítico os *casais do Baixo Mondego*, observa que esta zona incluía a residência do caseiro,

[961] Relativamente ao couto e termo de Braga em 1509, importa salientar que se adotou como referência a sistematização proposta por Martins (2024, p. 74), por corresponder, de forma aproximada, à cronologia da documentação analisada. Todavia, importa assinalar uma aparente discrepância entre essa reconstituição cartográfica e uma informação fornecida pelo *4.º Livro de Tombo*. Enquanto a cartografia de 1509 integra a freguesia de Nogueira no couto de Braga, a documentação regista-a, a partir de 1497, como pertencente ao termo da cidade: "[...] a xv dias de janeiro de IRvij annos [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 36v) e "Nugueira termo de bragaa" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 83v). Embora este testemunho documental constitua um indício de que Nogueira poderia integrar o termo de Braga no final do século XV, a evidência atualmente disponível não permite determinar com segurança se essa situação correspondia a uma alteração jurisdicional ou a uma condição transitória. Assim, para efeitos de uniformização da análise espacial, optou-se por manter a freguesia de Nogueira integrada no couto de Braga, em conformidade com a reconstituição cartográfica de 1509 adotada como referência.

designando-a como *cabeça*, ou seja, o "centro dominador e aglutinador do conjunto", enquanto os terrenos de lavra compunham o restante do corpo. Esse entendimento é corroborado pela nossa documentação, onde se referem herdades em São Vicente de Oleiros que "[...] no*m* teem cabeça [...]"[962], indicando que careciam de um centro dinâmico de produção e transformação. De modo análogo, um registo relativo a casais em São Paio de Merelim menciona a "[...] cabeca das d*i*ctas erdades [...]"[963].

Esta explicação encontra respaldo na realidade circundante de Braga, onde as "cabeças" dos casais apresentavam considerável diversidade morfológica e funcional. Tal verifica-se, por exemplo, no Casal de Filim, cuja cabeça integrava uma casinha "bem pegada", uma casa destinada a adega, outras estruturas identificadas como lagar e palheiro, bem como um rego de água com seu timão[964]; ou no lugar da Porta de Santiago, cuja cabeça, murada e dotada de porta fronha, compreendia uma casa telhada "que está em lagar", várias estruturas degradadas e um pombal "sem pombas"[965]. Por sua vez, o Casal de Su Ribas apresentava uma composição mais simples, incluindo uma cozinha e adega colmada e um palheiro[966], enquanto o Casal de Pereiras revelava uma organização mais complexa, com cozinha, celeiro, uma casa parcialmente telhada (dividida entre cozinha e adega colmada), outras duas casas, uma cozinha adicional, uma casa "que serve de tudo", outro celeiro e a respetiva cancela[967].

A cabeça do casal, podia compreender nas suas imediações, sobretudo pequenas vinhas – dispostas em latadas ou bacelos[968] – bem como outros pequenos lotes de cultivo. O aproveitamento desses terrenos era condicionado pela qualidade dos solos. Um exemplo eloquente é o de uma herdade situada junto às casas, capaz de comportar três alqueires de sementes, descrita, na fonte, como "boa terra"[969]. A cabeça do casal sobressai, assim, como unidade aglutinadora, em torno da qual se articulavam não apenas os espaços habitados e as terras de lavoura, mas também a própria família camponesa, que se agregava social e economicamente à unidade basilar da organização agrária (Amaral, 1994, p. 42). Essa organização permitia uma gestão eficiente das propriedades, otimizando o aproveitamento do solo e assegurando o labor agrícola.

---

[962] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 8v.
[963] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 127.
[964] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 120–120v.
[965] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 30v.
[966] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 141.
[967] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 145.
[968] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 59.
[969] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 66.

Esse espaço podia ainda integrar outros elementos, como a "Porta Fronha" ou a "*cancela*", que, quando mencionados na documentação, assinalavam pontos de acesso e delimitação da cerca que envolvia a propriedade ou a sua "cabeça"[970].

O restante espaço era ocupado pelo assentamento de casas, composto por um conjunto de edifícios ou estruturas destinadas à produção e transformação agrícola. Estes edifícios constituíam o centro operativo da unidade, onde se processavam atividades relacionadas com a produção e armazenamento, podendo igualmente incluir espaços de habitação, ainda que a documentação não permita caracterizar de forma sistemática o estatuto dos seus ocupantes[971] ou, em casos mais extraordinários, numa casa-torre[972].



Figura 158. Pormenor do *Mapa de Braunio* (1594), com indicação da Porta Fronha, provável acesso à Quintã de Santa Maria a Branca.

No que respeita às casas-torre rurais, os documentos compulsados revelam-se pouco descritivos quanto à sua organização interna. Ainda assim, estudos realizados para outros contextos têm sublinhado a sua possível multifuncionalidade no quadro das explorações agrárias (Conde & Vieira, 2014, p. 16). No caso em análise, porém, tais interpretações devem ser consideradas com cautela, atendendo à ausência de dados diretos.

---

[970] Elencamos o exemplo do Lugar da Porta de Santiago, com a seguinte descrição "E aa dita porta se começa huu*m* muro de parede E vay arredor do camjnho que vay p*er*a sam marcos [...]", e ao terminar "E vay outra vez [*sic*] topar na dita casa E porta honde começou ..." (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 130v).

[971] A documentação menciona, em alguns casos, a presença de indivíduos identificados como "caseiros" associados a estas unidades. No âmbito do corpus analisado, o Casal da Costa, na freguesia de Palmeira, constitui um exemplo claro, ao referir que "[...] logo Junto da dita cuzinha971 esta huma cassa palhaça <contra> ho . poente em que víue o caseeiro (A.D.B., 4º Livro de Tombo..., fl. 137). Outros testemunhos, ainda que exteriores ao recorte geográfico deste estudo, contribuem para contextualizar este tipo de situação. Assim, no Casal de Caramaço, na Terra de Penela, menciona-se que "[...] g*onçal*o pynto leua ao caseiro q*ue* neele viue – xxx alq*ueire*s de pam meado E do m*osteir*o lhe da*m* – xij alq*ueire*s de pa*m e* mais lhe paga o t*er*ço do vynho / cada anno" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 115), enquanto no Casal da Fonte, na freguesia do Mosteiro do Souto, em Terra de Guimarães, surge referência aa elementos constituintes da propriedades que "partiam" com "[...] co*m* o casal do m*osteir*o e*m* que viue o nosso caseiro p*er* m*ar*cos" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 145).

[972] Podemos citar o exemplo do Casal que está nos Chãos onde a parede da cerca "[...] uem topar e*m* hu*m*a torre q*ue* esta aa porta fronha e*m* que soya de morar m*ar*tym esteuez E aly se acaba a dita çerca [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 76v); outro exemplo é no Casal de Montelhos (Montélios) onde há "hu*m*a casa torre sobrada a mayor p*ar*te [*sic*] della *e* toda telhada E co*m* hu*m*a taypa no meo / a qual o dito alu*ar*o p*iri*z telhou *e* sobradou" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 115). Ainda há as condições do Assentamento de Casas em Palmeira a João Rodrigues em que o emprazante "[...] aJa todalas lauras *e* vjnhas *e* chantad*os* . E q*ue* a casa-torre E sotom E sala E vasilhas da eg*rei*a ficarom com o cabjdoo p*er* aos seus Rendeir*os* [...]" (A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 86v).

A documentação oferece exemplos elucidativos desta tipologia. Por exemplo, o contrato de emprazamento celebrado entre o cabido e Fernão de Guimarães e sua esposa, Aldonça Rodrigues, após a renúncia de Fernão Bartolomeu – escudeiro residente em Borba d'Além Tejo – menciona o Lugar dos Chãos, indicando indiretamente a existência de uma "Porta Fronha" com uma torre no canto[973]. Ainda que tal informação não permita afirmar, com clareza, tratar-se de uma torre habitada, a presença da morada do caseiro junto a ela sugere que se tratava de uma estrutura que estava junto à cerca[974].

Outro exemplo é o de uma casa-torre situada a cerca de 3 km a sudoeste de Braga, na freguesia de Lamaçães, cuja relevância se reflete na própria designação do conjunto como "Casal da Torre". Este edifício integrava um meio sobrado com pequeno alpendre, um pardieiro, uma casinha simples, uma latada com meia dúzia de videiras (cada uma produzindo cerca de um almude de vinho), além de uma laranjeira nova e pequena[975]. A enumeração destes componentes a partir da torre sugere a sua centralidade na identificação da propriedade, ainda que a documentação não permita ir além dessa constatação.

Em Palmeira, a aproximadamente 5 km de Braga, uma outra casa-torre, situada nas imediações da igreja, distinguia-se por uma estrutura rústica com elementos particulares. A documentação descreve-a como composta por uma "[...] salla *e* sotom [...]", nas quais "[...] todalas vasilhas da eg*rei*a [...]" se encontravam guardadas, tendo ficado " [...] ao cabjdoo p*er*a elle ou seus Rendeir*os* sse della ap*ro*ueitrarem [...]"[976].

Os registos documentais mencionam ainda uma casa-torre localizada no casal de Montelhos, descrita como predominantemente sobradada e telhada, com uma taipa ao meio[977], bem como outra torre sobradada, igualmente telhada, pertencente ao casal da Lama[978], ambas localizadas

---

[973] "[...] Vem . out*ra* vez teer aa entrada do dito logar ho*n*de sta a porta fronha no q*ua*nto da torre do dito logar p*er* a dita entrada [...] a dita torre *com* huuma cozinha dja*n*te E out*ra* cozinha e*m* q*ue* viue o casceiro *e* duas casjnhas a par della *e* detras da dita torre [*sic*] p*er* aa Rua estam duas casinhas pera a Rua q*ue* entresta na dita torre. (A.D.B.*, 4º Livro de Tombo*..., fls. 52v–55). fronha e*m* que soya de morar m*ar*ty esteuez E aly se acaba a dita çerca

[974] Também é mencionada uma torre no Casal que está nos Chãos, que pode ser a mesma torre que fazia limite com o Lugar Acima dos Chãos, ou outra torre distinta que estava para cair: "[...] E asy uem topar e*m* hu*m*a torre q*ue* esta aa porta fronha e*m* que soya de morar m*ar*ty esteuez E aly se acaba a dita çerca E dentro e*m* esta çerca estam estas h*er*dades *e* cousas q*ue* se segue*m* ./ (Delimitação de um casal nos arrabaldes do chãos [...] J*tem* hu*m*a torre co*m* hu*m*a cazinha dia*n*te E outra cazinha Em que viue ho carreiro E duas casynhas ap*ar* dela E de tras da dita torre p*er*a a rrua esta*m* ij casynhas peq*ue*nas q*ue* e*n*testa*m* na dita torre E asy as d*i*ctas casasynha como a dita torre esta*m* todas p*er*a cayr [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 76v).

[975] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 14 e 14v.

[976] Ver Apêndice XVIII, pp. 81–82.

[977] "J*tem* p*ri*m*eira*m*en*te . hu*m*a casa torre sobrada a mayor p*ar*te [*sic*] della *e* toda telhada E co*m* hu*m*a taypa no meo / a qual o dito alu*ar*o p*ri*z telhou *e* sobradou [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 115v).

[978] "J*tem* p*ri*meirame*n*te huu*m* assento de casas .*scilicet*. hu*m*a torre ssobradada de huu*m* sobrado E he telhada J*tem* logo Junto da dita torre esta hu*m*a cuzinha q*ue* he de branca aranha *e* no*m* he do cabijdo E esta a dita cozinha de *cont*ra agia*m* // E de *cont*ra sam m*ar*tinho esta outra cuzinha q*ue* he do cabijdo q*ue* te*m* .iij. portas E he colmaça [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 47).

em São Martinho de Dume. Há ainda a referência a uma casa-torre, porém, destruída, sita no assento de casais de Palmeira[979].

Relativamente às demais edificações do núcleo produtivo, é possível assegurar que esses edifícios, genericamente tipificados na documentação como "casas"[980], desempenhavam uma variedade de funções. Entre elas, destacam-se aquelas destinadas ao armazenamento e à secagem de géneros alimentícios provenientes dos campos, como as adegas (para o vinho)[981], celeiros[982] e guarda-moios (para grãos e farinhas)[983], palheiros[984], eiras[985] e estendedouros (para palhas secas)[986].

Outras estruturas estavam vocacionadas para o processamento de produtos agrícolas, como os lagares, utilizados na prensagem de cachos de uvas[987], bem como os moinhos destinados à moagem de grãos e à sua conversão em farinha[988].

Neste contexto, importa assinalar a existência de uma atafona[989], acompanhada de sua dependência (casa), localizada no interior da cidade de Braga, a qual foi, em 29 de setembro de 1474, emprazada ao sapateiro Rodrigo Álvares e sua esposa, Isabela Anes. Este documento atesta a disseminação das instalações de transformação cerealífera, não apenas em meio rural, mas também no espaço urbano[990].

Identificam-se ainda diversos edifícios, equipamentos e espaços vocacionados para o abastecimento e a transformação, tais como fontes[991] e regos de água com timão[992], bem como

---

[979] "J*tem* as q*ue* traz o cabijdo ssom estas .*scilicet*. hu*m*a torre [*sic*] q*ue* ora esta derribada E outra cassa g*ra*nde q*ue ser*ue de g*uar*dar os moyo do cabijdo ou rr*en*d*ei*ros [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 123).

[980] Com efeito, a documentação constantemente detalha as características morfológicas e funcionais das casas mencionadas. Estas são descritas de diversas maneiras: como pequenas, terreiras, colmadas, telhadas, novas, ou ainda como casas-torre sobradadas, casas bem pegadas, e até mesmo uma "casa que serve para múltiplos propósitos", localizada no Casal de Pereiras. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 63v, 76v, 83v, 115v, 120, 123, 127, 129, 141, 148).

[981] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 50, 76v, 83v, 123, 127, 141, 147.

[982] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 9v, 32v, 123, 146, 148.

[983] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 123.

[984] A estrutura típica de um palheiro consistia numa casa colmada com uma divisória, onde de um lado ficava o palheiro e do outro o lagar. Habitualmente, situava-se junto a uma eira ou em seu entorno, podendo variar em tamanho. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 9v, 29v, 32v, 47v, 63v, 76v,115v, 120v, 127, 129, 141, 52).

[985] A.D.B., 4º Livro de Tombo..., fls. 32v, 47v, 120v, 127, 152.

[986] O único estendedouro encontrado estava localizado nos Moinhos do Salgueiro e era cercado de "sebe e valo". (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 59v).

[987] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 9v, 47, 50, 59v, 63v, 64v.

[988] A única descrição minuciosa de propriedades de moinhos refere-se aos Moinhos do Salgueiro, localizados às margens do rio Este, próximo à Ponte de Lomar (Ponte Pedrinha), entre as atuais freguesias de Lomar e Ferreiros, a aproximadamente 2 km de Braga (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 59v). Além destes, são mencionados os Moinhos de Abraão, situados a oeste da Ponte do Porto, o Moinho do Casal de Bretas (Beretas), e os Moinhos do Casal da Ribeira, localizados ao longo do rio Este, desde o final da Passagem dos Pelames até a ponte que conduz a Guimarães. A proximidade desses moinhos a cursos d'água sugere o uso de tecnologia hidráulica em Braga, que já era conhecida em Portugal desde o século XII, com vestígios remontando ao período da Reconquista, entre os séculos XII e XIII (Trindade, 2014, pp. 368 e 379).

[989] Atafona: moinho de grãos de uso doméstico, movido por força animal, geralmente uma parelha. O termo deriva do árabe *aṭ-ṭaḥūna*, que significa "moinho" (Amaro, 1999, p. 66). Segundo Marques (1968, pp. 191–192), este tipo de engenho era amplamente difundido em Portugal, integrando uma parcela significativa do sistema moageiro. Em Lisboa, no ano de 1552, registavam-se cerca de 800 atafonas distribuídas por 400 casas (duas por casa), sendo que cada unidade moía, em média, 12 alqueires de pão por dia (c. 180 kg).

[990] Ver Apêndice XVIII, pp. 82–83.

[991] Podiam ser em poço ou não (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 33, 51v, 62v, 76v).

[992] Rego localizado no Casal de Filim. Provavelmente, tratava-se de um sulco artificial, por onde a água escorria e cuja direção era manualmente controlada. (A.D.B., *4º Livro de* Tombo..., fl. 120v).

cozinhas[993], fornos[994], *resios* e hortas destinadas ao cultivo de hortaliças[995]. Cumpre assinalar a presença de estruturas cobertas por telhados de colmo, mas desprovidas de paredes, conhecidas como alpendres, cuja função principal era proteger os lagares instalados no seu interior[996].

As instalações rurais englobavam igualmente edificações em desuso ou arruinadas pelo abandono. Era frequente encontrar alicerces de madeira ou pedra[997], outrora suporte de estruturas habitacionais e de processamento A documentação designa frequentemente essas construções arruinadas como "chãos"[998], "pardieiros", "pardieiros em terra"[999] ou "alicerces de pardieiro(s)"[1000]. Nos casos em que, para o escrivão, não era evidente a natureza dos vestígios, estes eram genericamente classificados como "coisas degradadas"[1001].

Importa, ainda, notar que algumas dessas tipologias edificantes também se faziam presentes em propriedades localizadas no interior da própria cidade de Braga, como celeiros, adegas, fontes, poços e casas-torre. Tal ocorrência pressupõe certo grau de continuidade entre os valores, hábitos e atividades de cunho rural e o ambiente intramuros, refletindo a permeabilidade entre os espaços urbano e rural no tocante às práticas e estruturas socioeconómicas.

Por fim, cumpre sublinhar que não foi possível avaliar com exatidão as dimensões da maioria dessas zonas de exploração — isto é, das chamadas "cabeças" de casal ou de propriedade. Ainda assim, destaca-se um caso singular relativo ao título do assento de casais das herdades situadas na freguesia de São Paio de Merelim, mais precisamente na localidade de Cacavelos, o Novo, nas imediações de uma mamoa[1002]. Este assento compreendia uma casa telhada e terreira, um curral, uma eira ladeada por um palheiro, um pomar com 29 árvores frutíferas, bem como um grande carvalho e 103 fruteiras e salgueiros com vides. As suas dimensões — 28 varas de largura por 44 de comprimento — correspondem a um espaço retangular de cerca de 1.491 m². O próprio

---

[993] As cozinhas eram amplamente presentes em praticamente todas as propriedades, implicando em espaços essenciais para o funcionamento da vida rural. Em sua maioria, eram telhadas, colmadas, ou divididas entre telhada e colmada, sendo, ocasionalmente, uma cozinha grande separada ao meio por taipas (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 9v, 29v, 32v, 47v, 50, 63v, 64, 64v, 123, 141, 145, 148, 152).

[994] A documentação menciona apenas um forno e uma agra que adotava esse topónimo no Casal da Ribeira. A função exata desse forno rural não está claramente definida, mas sua localização próxima a uma área de passagem do rio Este, cercada por importantes áreas de semeadura, isto é, o Casal da Ribeira, induz a pensar que ele era utilizado para assar pães, fossem puros ou meados, além de outros serviços variados. Até ao momento, este é o único exemplar de forno rural identificado na documentação, em contraste com os fornos urbanos localizados dentro da cidade (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 9v). Mesmo assim, acredita-se que esses fornos eram bastante comuns, apesar de raramente mencionados.

[995] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 25v, 123, 149.

[996] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 32v, 47v, 50, 63v.

[997] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 1, 51v.

[998] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 59v.

[999] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 129v.

[1000] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 108.

[1001] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 130v.

[1002] "J*tem* mais na di*c*ta freg*uesi*aa de sam paio de meRelím huu*m* assemto de casaes co*m* hu*m*a eira *e* pumar onde chamom cercauell*os* o nouo ju*n*to da mamoa [...]" (A.D.B., *4º Livro de* Tombo..., fl. 127).

escrivão explicita a sua função ao referir que [...] *e* este aser*n*to fica p*or* cabeca das d*i*ctas erdades"[1003].

Embora as fontes não ofereçam dados comparativos, a dimensão aqui mensurada sugere tratar-se de uma extensão razoavelmente grande. Este exemplo ilustra a complexidade e diversidade das estruturas que compunham as propriedades rurais, evidenciando a coexistência de elementos agrícolas, residenciais, de abastecimento, armazenamento e transformação. Tal conformação reforça a interdependência entre a exploração agrícola e a organização espacial das zonas nucleares produtivas, salientando a correlação entre a produção no campo e a sua expressão no núcleo estruturante da propriedade.

2.2.2. Categorização das formas de exploração animal

As construções destinadas à criação e exploração animal compunham, potencialmente, uma parte integrante do núcleo habitacional e produtivo das propriedades rurais. A sua análise é desenvolvida nesta subseção de modo distinto, em razão da sua relevância no panorama pecuário da região. Apurou-se, nesse sentido, o uso de uma variedade de terminologias para descrever tais práticas, embora muitas delas ainda não sejam completamente compreendidas. Procedemos, assim, à categorização das formas mais comuns de exploração animal, destacando particularmente os pombais e as terminologias associadas à noção de curral.

A presença de pombais no contexto medieval de Braga levanta importantes questões acerca das suas funções características. Diferentemente dos pombais contemporâneos, voltados predominantemente para a recreação e a criação columbófila, os pombais medievais tinham propósitos diversos e utilidades práticas. As pombas estavam habitualmente integradas ao entorno das propriedades agrícolas, em estruturas conhecidas por "pombais", servindo não apenas como fonte de alimento – pelo consumo da carne —, mas também desempenhando um papel significativo na produção de estrume, um recurso essencial à fertilização dos campos.

O estrume produzido por essas aves era uma valiosa fonte de nutrientes para os terrenos de lavra e hortas, dado o seu elevado valor fertilizante (Vergueiro, 2016, p. 55). No âmbito deste estudo, identificaram-se cinco pombais: no Casal de Sepetelos[1004], no Lugar que está acima dos

[1003] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 127; para o cálculo da referida área, usou-se a equivalência de 1 vara = 1,1 m no sistema de craveira (cf. Viana, 1999, p. 489-490).
[1004] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 25v; este casal é mencionado em 1369, com um valor de vinte e quatro maravedis, estando associado ao Casal da Lájea e ao cónego Gonçalo Afonso (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 38).

Chãos[1005], no Casal de Souro Mouro[1006], na Quintã de Santa Maria a Branca[1007] e no Lugar da Porta de Santiago[1008]. No entanto, os pombais das duas últimas propriedades encontravam-se desprovidos de pombos ("pombal que não tem pombos"), ou apenas abrigavam uma quantidade reduzida dessas aves, situando-se junto às vinhas, nas cercanias da zona nuclear.

Algo semelhante pode ser observado no que respeita à criação de suínos, nomeadamente no aproveitamento dos seus dejetos como adubo. Todavia, a exploração deste animal não se restringia a esse domínio, abrangendo igualmente o consumo da carne, a produção de derivados e o aproveitamento do toucinho como agente conservante, bem como a utilização do couro[1009]. Ainda assim, importa sublinhar que o papel do couro suíno no conjunto das atividades ligadas ao curtume devia ser reduzido, uma vez que, segundo a historiografia, outras matérias-primas — em particular as provenientes da atividade dos carniceiros, como as peles de vacum, e ainda o cordovão (cabra) — assumiriam maior relevância (Melo, 2021, pp. 85–90).

A documentação existente sobre a criação e o manejo dos suínos permite um fragmento da visão mais abrangente acerca da sua importância económica, sendo possível inferir a relevância desses animais para a economia local. Os relatos sobre as propriedades rurais dão conta de que os suínos eram alojados em estruturas especializadas, conhecidas como "cortelhos" – uma espécie de pequenos estábulos destinados ao confinamento do gado porcino – e casa de porcos (ver Tabela 34). Estas instalações não apenas sublinham a importância prática dos suínos na produção agrícola, mas também revelam certo grau de planeamento e cuidado na sua criação, refletindo a sua significativa contribuição para a dinâmica produtiva rural.

Além dos *cortelhos*, encontram-se outras terminologias, como "corte" ou "cortelha" de gado. A *cortelha*, cuja origem etimológica remonta ao latim clássico *cohorticula* (pequeno curral), era reservada ao gado miúdo, nomeadamente lanígero e caprino[1010]. Numa referência excecional, encontra-se menção a uma pequena cortelha no casal de Montelhos "[...] q*ue ser*ue de bois *e* de porcos [...]"[1011]. Esse caso singular parece explicitar-se pelo perfil distintivo dessa propriedade, que se destacava por uma atividade pecuária mais intensa e diversificada em comparação com outras

[1005] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 33.
[1006] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 50.
[1007] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 129.
[1008] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 130v.
[1009] Apesar da escassez de referências, é altamente provável que o consumo de carne suída fosse bastante comum (García Sánchez, 1994, pp. 281–282). Quanto às aves, não há qualquer indício, pelo que podemos deduzir que eram criadas um pouco por toda parte, visto que eram utilizadas como pagamentos de foros, corriqueiramente escolhidas entre as boas e "recebondas", quer fossem galinhas, capões ou frangos. Portanto, parece evidente que a avicultura era uma prática amplamente difundida entre os diferentes espaços medievais.
[1010] Straviz (s.d.) *Dicionário Estraviz*. Acessado as 11:30 e disponível em "https://estraviz.org/Cortelha".
[1011] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 152.

propriedades cotejadas. Ainda, dada a robustez da ganadaria nesse casal, é provável que certos espaços, originalmente destinados a uma espécie particular, fossem partilhados conforme a necessidade, como testemunha outra referência a uma cortelha pequena "[...] q*ue* tambe*m ser*ue de q*ue* querem [...]"[1012].

Destaca-se, ademais, o predomínio das estruturas denominadas "*cortes*" de gado, cuja etimologia remonta ao latim *cohors*[1013]*.* Essas *cortes* funcionavam como currais destinados à criação de gado de maior porte, nomeadamente *vacum*, cavalar e muar[1014]. Segundo o quarto *Livro de Tombo*, essas estruturas são mencionadas junto ao núcleo produtivo das propriedades, integrando a organização funcional da exploração[1015]. Em certos casos, esses animais eram também alojados em estruturas conhecidas por "*quinteiros*", que desempenhavam função similar às *cortes*, constituindo igualmente espaços de confinamento, situados geralmente nas imediações dos terrenos limítrofes ao centro produtivo (Barreiro García, 1995).

Importa, contudo, ressalvar que a criação de gado não se circunscrevia a estes espaços confinados. Uma parte significativa do pastoreio decorreria em áreas mais amplas e mais altas, como as zonas de monte, evitando a sobrecarga dos terrenos agrícolas e permitindo uma gestão mais equilibrada dos recursos (Vicente, 2014). Neste sentido, as "cortes" devem ser entendidas sobretudo como estruturas de apoio — destinadas ao abrigo, manejo ou utilização pontual dos animais — e não como os principais espaços de criação extensiva.

Em algumas instâncias, essas estruturas apresentavam compartimentações internas, como se observa num *quinteiro* grande no Casal do Cabo e noutro, igualmente vasto e que tinha sido recentemente construído, no Casal de Filim[1016].

Tabela 34. *Estruturas de produção animal nas propriedades rurais imediatas de Braga segundo o 4º Livro de Tombo*

Propriedade	Edifício/espaço produtor	Espécie (A.D.B., *4º Livro de* Tombo)
Casal do Outeiro/Casal da Pia	Quintal de gado (repartido em cortes)	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 4v)
Casal do Barral	2 cortes de gado; 2 cortelhas pequenas de porcos	*Vacum*, cavalar ou muar; porcino (Fl. 7)
Casal da Ribeira	4 cortes	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 9v)
Casal de Montelhos	Casa	Porcino (Fl. 21v)
Casal de Cacavelos	2 cortes	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 29v)
Casal do Ribeiro	2 cortes (colmadas)	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 32v)
Casal da Lama	2 cortes	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 47v)

[1012] *Idem*.

[1013] Porto Editora. (2021). *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim* (p. 81).

[1014] Straviz (s.d.) *Dicionário Estraviz*. Acessado as 11:30 e disponível em "https://estraviz.org/Corte".

[1015] Os casos do Casal do Outeiro e do Casal da Pia (freguesia de Palmeira) ilustram a proeminência das estruturas pecuárias junto aos edifícios principais. A documentação descreve: "J*tem* huu*m* assento bom q*ue* tem estas cassas J*tem* hu*m*a cazinha *e* çeleiro E da rredor tem huu*m* gra*n*de quijntal de gaado q*ue* todo rrepa*r*tido e*m* cortes / J*tem* logo a cabo do dito casall esta huu*m* pa*r*dieiro q*ue* Já foy cassa e*m* out*ro* tempo [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 4v).

[1016] O Casal de Filim começa a ser registado a partir de novembro de 1211. Nessa data, D. Maria Gonçalves e seu filho João Peres venderam, por mil morabitinos, diversas propriedades na cidade e no termo de Braga, incluindo a quarta parte do Lugar chamado Filim, em Esporões: "*Vendiderunt etiam capitulo in Asperones quatuor casales et quartam in loco qui dicitur Filim* [...]" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 873, pp. 1170–1174, fls. 232 bis-233).

Casal de Souto Mouro	Curral (grande e colmado)	Gado (indefinido) (Fl. 50)
Casal da Cal	Quintal de gado (com compartimentado)	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 53)
Casal de Pousada/Quebrada d'Ansariz	2 cortes novas e colmada de gado;	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 83)
Casal das Formigas	5 cortelhas ruins de gado	Caprino ou lanar (Fl. 84v)
Casal da Lájea[1017]	2 cortes	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 62v)
Casal do Gontijo	Curral (grande e colmado); corte	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 63v)
Casal do Vilar de Gradoira[1018]	2 cortes	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 64v)
Casal nos Chãos[1019]	Casinha miúda de porco; casinha miúda de bois; casinha miúda de gado	Porcino; *vacum; vacum* cavalar ou muar (Fl. 76v)
Casal do Cabo	Canteiro (grande e compartimentado)	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 83v)
Casal de Filim e da Cónega	Canteiro (é um curral grande, novo e compartimentado); Casinha nova e pequena (é uma corte)	*Vacum*, cavalar ou muar; *idem* (Fls. 120–120v)
Título do assento de casais da igreja Palmeira	Curral	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 123)
Título do assento de casais em São Paio de Merelim	Curral de gado	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 127)
Quintã de Stª Mª a Branca	4 cortelhas colmada (2 são pequenas)	Caprino ou lanar (Fl. 129)
Casal de Su Ribas	Curral de bois (é uma casa colmada)	*Vacum* (Fl. 141)
Casal de Pereiro	Canteiro colmado de gado	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 148)
Casal de Justi	5 cortes de gado que é uma casa grande com parede divisória adjacente à cozinha (outão)	*Vacum*, cavalar ou muar (Fl. 149v)
Casal de Montelhos	Cortelho de porco; corte (grande e colmada); 2 cortelhas	Porcino; *vacum*, cavalar ou muar; caprino ou lanar (Fl. 152)

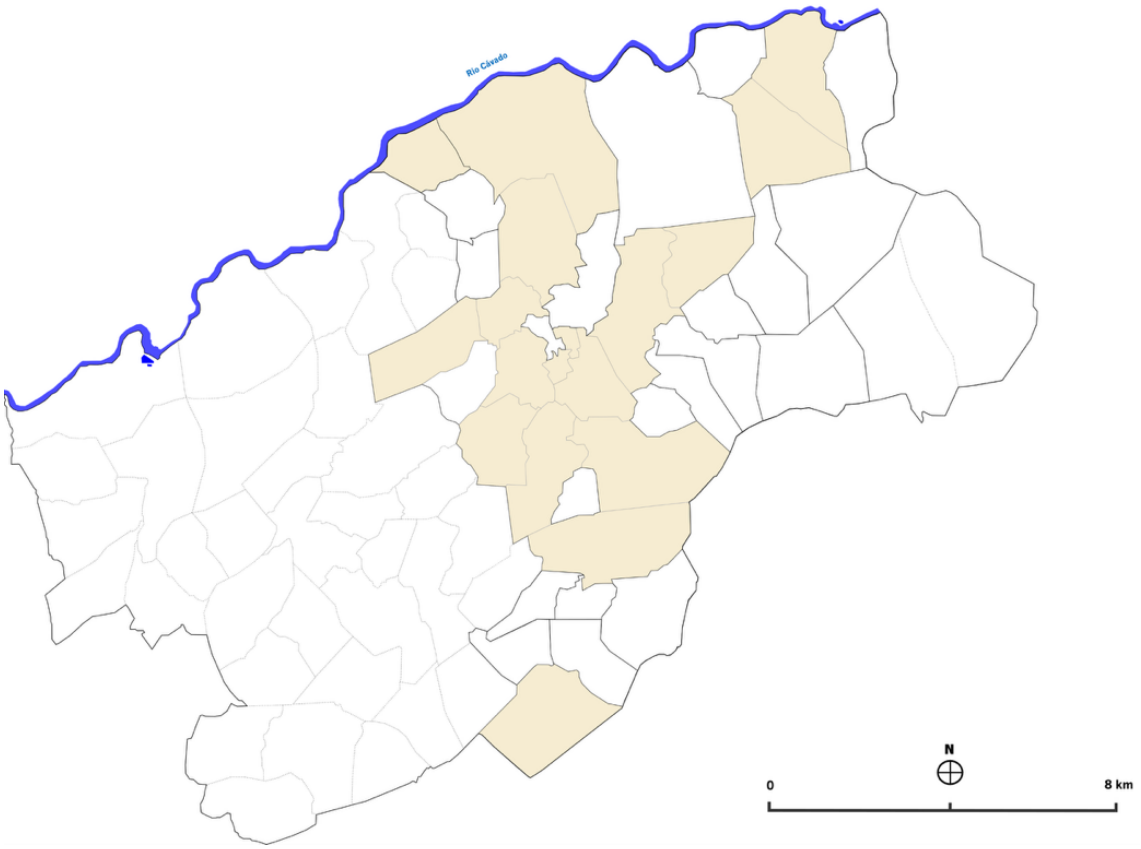


Figura 159. Representação cartográfica das 18 freguesias com registo de criação de gado, demarcadas a cor terrosa, segundo a documentação do *4º Livro de Tombo*, no Couto de Braga: Crespos, Escudeiros, Esporões, Ferreiros, Gualtar, Lomar, Nogueira, Palmeira, Santa Lucrécia, Santiago da Cividade, São Frutuoso, São João do Souto, São Martinho de Dume, São Paio de Merelim, São Pedro de Maximinos, São Vítor (e atual São Lázaro) e Semelhe. Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79).

[1017] É referido em 1369, quando foi emprazado juntamente com o Casal de Sepetelos pelo cónego Gonçalo Afonso (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 38).

[1018] Este casal é qualificado como Quinta de Vilar Gradoira em 1369, avaliado em vinte maravedis e arrendado no mesmo ano a Martim Peres, alfaiate, pelo valor de cinco maravedis (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 32v).

[1019] De igual modo é atestado em 1369, sendo emprazado ao arcediago do Couto por dezoito maravedis, tendo anteriormente sido emprazado ao "Chamiço" por trinta maravedis, incluindo todas as casas (A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 32v).

2.2.3. Os terrenos de lavra: uma análise das terminologias agrárias

Um dos principais desafios enfrentados ao longo desta investigação consistiu na identificação e classificação dos diferentes terrenos que compunham as propriedades rurais da região. O conjunto lexicográfico utilizado para designar os lotes de lavra de maior extensão, frequentemente compostos por subdivisões menores, revelava-se ambíguo e variado na documentação, englobando termos como "agra"[1020], "agro"[1021], "bouça"[1022], "campo"[1023], "jerico", "seara"[1024] e "terra"[1025].

Essas denominações, por sua vez, podiam estar associadas a aplicações específicas do solo, como ilustrado nas expressões "agra dos trigais"[1026], "agra pereira"[1027], "agra dos fornos"[1028], "devesa do carvalho"[1029], ou nas frequentes alusões a vinhas. Outras designações faziam referência ao estado de abandono ou desuso dos terrenos, como no caso do "campo dos soromenheiros"[1030], cujo soromenho, de árvore pereira brava[1031], podia, não raramente, servir também como elementos de delimitação fundiária.

Por outro lado, certos terrenos eram definidos pela sua constituição física específica (Conde, 2000, p. 192), como exemplificado pelos "lameiros"[1032], "atoleiros"[1033] e "veigas"[1034]. Identificam-se, ainda, designações acompanhadas de qualificativos que visavam sublinhar características

---

[1020] Deriva da palavra latina *ager*, referindo-se, portanto, a extensos terrenos onde se cultivava a terra. Assim como os campos, podiam conter diversos componentes das paisagens rurais, como as leiras, talhos, árvores, entre outros (Barreiro García, 1995). É importante notar que as agras eram espaços abertos, uma vez que a documentação não menciona nenhuma agra cercada. Segundo Marques (1968, p. 84), as *agras* eram terras enxutas para cereais de sequeiro, onde, alternadamente, se semeavam os cereais de inverno, trigo, centeio ou cevada, e os cereais de verão , podendo ser o milho alvo ou o painço.

[1021] Também eram campos cultiváveis, porém, menores que as agras (Barreiro, 1995).

[1022] Área de pastagem e lavragem.

[1023] Podiam ser cercados ou não, como exemplificado pelo Campo do Fontão na Quintã de Santa Maria a Branca, que era delimitado por valos (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 128v).

[1024] A "Seara das Regueiras", em Palmeira (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 123v).

[1025] A "Terra Agroeira", que era grande, no Casal de Filim (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 122).

[1026] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 153.

[1027] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 1.

[1028] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10v; passa a ser propriedade do cabido em novembro de 1211, que é comprado de Maria Gonçalves e seu filho João Peres: "*Capitulo Bracarensi aliud casale de Agra de Fornus, quod est iuxta molendinos de Muogus cum toto suo iure, preter quartam partem de illo agro quem vocitant de Nuno Petrario, quam quartam post mortem Iohannis Petri Elvira Midiz debet habere sicut in suo plazo continetur* [...]" (Costa, A. D. J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 873, pp. 1170–1174, fls. 232 bis–233).

[1029] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 153.

[1030] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 152v.

[1031] Bluteau, R. (1779). *Dicionário da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Tomo 2, p. 420). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

[1032] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 148v.

[1033] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 152–152v.

[1034] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 1–1v.

particulares da terra, como "campo grande e bom"[1035], o "campo longo"[1036] e a "bouça velha"[1037], entre outros.

É igualmente indispensável realçar os terrenos nomeados por topónimos específicos ou genéricos, tais como a "agra de São Martinho"[1038], a "agra da Senrela"[1039], a "agra de Lamoso",[1040] a "bouça do penedo"[1041], o "campo diante à porta"[1042], o campo conhecido como "Granjinho"[1043] e o "campo do Momeiral"[1044]. Outros exemplos podem ser ainda explorados se se alterar a escala de análise para propriedades além do perímetro aqui estudado.

Quanto à identificação de terrenos menores, os quais constituíam, na realidade, parte integrante ou subdivisões dos terrenos maiores, destacam-se aqueles associados à produção vitivinícola e aos cultivos de sementes, costumeiramente designados como pão.

No âmbito da vitivinicultura, a documentação alude com maior frequência às *latadas*, seguidas pelas *vinhas de pé*[1045], habitualmente descritas como "videiras" e "uveiras" em "carvalho" ou em "castanheiras", o que parece corresponder, à vinha de *enforcado*[1046], hoje quase inexistente, mas ainda habitual há 30 ou 40 anos. Reconhecem-se, ainda, algumas *leiras*, que poderiam ou não estar destinadas à cultura da vinha, além de menções a *recantos*[1047] e *bacelos*. Presume-se que os bacelos fossem utilizados na germinação de novos brotos sustentados por pequenas varas[1048], com o intuito de disseminar novas plantações por meio de videiras recém-formadas (Unwin, 2005).

Por sua vez, no que respeita aos terrenos menores destinados à semeadura, o vocabulário empregue apresentava distinções em relação ao utilizado para as vinhas, com exceção da designação "leira", mais corrente. Nesse contexto, identificam-se "herdades", reiteradamente

---

[1035] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 21v.
[1036] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 47v.
[1037] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 50v.
[1038] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 2.
[1039] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 130v.
[1040] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 34.
[1041] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 26v.
[1042] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 21v.
[1043] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 150v.
[1044] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 65.
[1045] Nota-se, a título de exceção terminológica, a referência a uma vinha em "ancados" no Casal da Cal, freguesia de Crespos: "[...] hu*m*a vynha de pee q*ue* esta posta e*m* anquados q*ue* he cauadura de do*us* home*n*s E dize*m* q*ue* da de v*inh*o – xx almudes [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 53). Trata-se da única passagem no 4º Livro de Tombo que utiliza esta designação específica para a disposição da vinha.
[1046] Como demonstra Gonçalves (2012, p. 81) "[...] a junção podia fazer-se de forma muito mais estreita do que em outras paragens, na medida em que a vide se enroscava à árvore procurando apoio e subia pelo seu tronco em busca do sol lá no alto e a afastar os frutos da terra húmida, a fim de os amadurecer o mais possível".
[1047] Os dois casos que consultamos acusam a existência de uma área destinada à viticultura. A documentação regista um recanto de dimensões reduzidas, composto por 3 a 5 uveiras, situado acima de um marco, no Campo do Prado, no Casal de Sepetelos. Essa referência alude a um espaço isolado ou mais afastado, seja dentro do campo em questão ou em alguma outra parte da propriedade (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 126). Ao explorarmos a etimologia da palavra "recanto", identificamos a sua origem no termo latino *reconditus*, que significada "escondido", ou no latim vulgar *recanthus*, que dará origem ao próprio termo (Porto Editora. (2021). *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim* (p. 429).
[1048] O vocábulo tem origem no latim vulgar "*bacellus*", derivado do diminutivo de "*baculum*" ou "*bacillum*", que significava bastão ou vara (Porto Editora. (2021). *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim* (p. 58), comparável ao utilizado por Mercúrio na mitologia, ou ao caduceu de Hermes (Grimal, 2020, p. 223).

associadas a um património transmitido por herança (Jiménez Gómez, 1975, pp. 117–118). Essas herdades podiam ser divididas entre os herdeiros, sendo então designadas "quinhões"[1049], que, por vezes, eram ulteriormente fracionados em parcelas de dimensões reduzidas e geralmente estreitas[1050], resultantes não apenas de partilhas hereditárias, mas também de doações, vendas ou escambos (Conde, 2000, pp. 179 e 201).

Reconhecem-se ainda outros termos, como "campos", "terras", "talhos", "bicos" e "biquinhos", "fios", "lameiros", "peças" e "tacos". Registam-se também as chamadas "vessadas", áreas de solo fértil aradas por uma junta de bois[1051] (ver Gráfico 9).

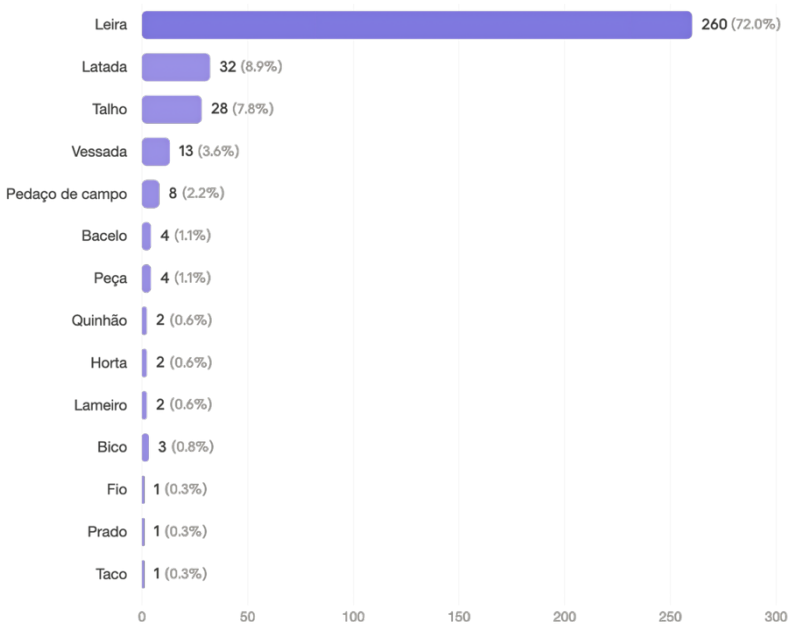


Gráfico 9. Gráfico das tipologias e distribuição das pequenas parcelas agrícolas de lavra na periferia de Braga (1466–1510). Os dados, extraídos do *4º Livro de Tombo*, representam uma amostra 361 unidades. Elaboração do autor com recurso ao *JavaScript Chart.js* (versão 4.4.1).

As parcelas de terreno mais presentes na zona rural bracarense eram as leiras, correspondendo a aproximadamente 70% da área total, ou até 80% se considerarmos os talhos como equivalentes às leiras. Sustentamos essa possibilidade pelo facto de num documento o "talho do Salgueiro" localizado na "Agra das Cavadas", no Casal de Pereiras[1052], ser equiparado a uma leira.

Além das leiras, que predominam no tombo analisado, em número mais reduzido, o tombo legou outras designações, como *bicos*, *fios*, *lameiros*, *herdades*, *pedaços de campo*, *quinhões*,

[1049] Sobre a origem da palavras "quinhão" *vd.* Antonini, M. (2013). *Sucessão necessária* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. São Paulo, Brasil, p. 18.
[1050] O "fio" referia-se a uma faixa estreita de terreno, "bico" a uma parcela em formato de bico, e "talhado" indica que o terreno foi subdividido, de facto, talhado. O termo "peça" era utilizado para descrever uma subdivisão de terra (Lorenzo, 1977).
[1051] A palavra "vessada" é uma evolução fonética do termo latino *vexāta*, particípio passado de *vexāre*, que significa "arar" ou trabalhar com o arado.
[1052] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 148.

peças, *tacos*, *talhos* e *vessadas*. Essas nomenclaturas revelam a complexidade e diversidade dos modos populares de expressar o usufruto da terra e a organização do solo, atestando a copiosidade terminológica e a especificidade regional da composição agrária no período em análise.

A documentação compulsada raramente esclarece as dimensões exatas dos terrenos fossem grandes ou pequenos, mas indica, em muitos casos, a sua proporcionalidade por meio de aumentativos e diminutivos, indicando se eram, por exemplo, grandes ou pequenos. Tal ocorre, por exemplo, com a referência a uma "vessada grande" no Casal que está nos Chãos[1053] e a um "talho pequeno" no Casal de Vilar Gradoira, em São Vítor[1054]. Em certas passagens, sugere-se também o seu formato, com referências explícitas a uma "leira redonda" no Casal de Cacavelos, na freguesia de São Martinho de Dume[1055], a uma "leira quadrada" no Casal da Rua Nova[1056] e a uma leira "em forma de chave" no Casal de Gontijo[1057], igualmente em São Martinho de Dume.

Estas indicações qualitativas privilegiam uma perceção espacial fundada nas características visuais e funcionais do terreno, em detrimento de uma mensuração sistemática, permitindo entrever os critérios empíricos que orientavam a identificação e a apropriação das parcelas no contexto agrário medieval bracarense.

2.2.3.1. A produção cerealífera: estimativa e limitações dos cálculos

Os terrenos precedentemente mencionados, independentemente da sua morfologia ou dimensão, revelavam uma notável assimetria em termos de potencial de semeadura. Esta disparidade pode ser atribuída à prática adotada pelos representantes da mesa capitular que, ao finalizarem a vedoria de uma propriedade, avaliavam e registavam a capacidade de cultivo da área, expressa em alqueires. Por outras palavras, determinava-se a aptidão natural do solo para a produção agrícola, estabelecendo se as terras eram adequadas ou não para a semeadura, com especial incidência no cultivo de cereais destinados à moagem do grão para a panificação ou na plantação de vinhas para a vinificação.

Um exemplo elucidativo encontra-se no "pedaço de campo" denominado "campo da quinta", localizado no Casal da Ribeira, nos Pelames, ao sul da Porta de Santiago. Segundo relata o tombo, este terreno exigia um esforço de lavra correspondente a 15 carros de esterco, sendo que, uma

[1053] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 76v.
[1054] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 65v.
[1055] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 30.
[1056] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 1v.
[1057] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 63v.

vez estercado, produziria uma "boa vessada"[1058]. Contudo, as fontes documentais pouco especificam as espécies de cereais cultivados, apenas estimando o potencial em "sementes", com exceção das vinhas, cuja designação dispensa explicação. Mesmo nestes casos, as informações relativas às castas permanecem omissas, o que limita a compreensão sobre a diversidade vitivinícola da região.

Há, todavia, duas observações dignas de menção. Em determinados registos dos *Livros de Prazos* ocorria, ocasionalmente, do escrivão ou notário apostólico apontar os rendimentos pagos em pão de trigo ou meado, isto é, composto por duas espécies de cereal, entre trigo, milho e centeio nas suas combinações possíveis. O quarto Livro de Tombo, por seu turno, regista, ainda que raramente, a produção em trigo[1059], exemplificado pelo caso do Casal da Ribeira, onde se menciona um campo situado sobre uma carreira que produzia doze carros de esterco de trigo[1060]. Ademais, no Casal de Sepetelos era possível semear vinte e quatro alqueires de centeio[1061], e no Lugar Acima dos Chãos havia herdades de milho, todas devidamente cercadas por muros, matos e sebes[1062].

Assinale-se, igualmente, o cultivo da linhaça em certas leiras, com particular incidência nas Hortas de Braga, onde se registava uma produtividade anual de três alqueires de semeadura, distribuídos por três leiras cedidas em prazo ao pregoeiro da cidade[1063].

Embora o quarto *Livro de Tombo* não forneça, de forma sistemática, as variedades de grãos semeados, é possível proceder a um balanço quantitativo da produção lavradeira, tendo em conta a recorrência de menções a terrenos com terminologia semelhante, nos quais se assinala ora a quantidade de esterco requerida – expressa em "carros de esterco"[1064] – ora a capacidade de semeadura – medida em "alqueires" –, dos quais resulta, por vezes, uma variabilidade quantitativa assinalável[1065].

[1058] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10.

[1059] Na Quinta da Azenha, em Lamações Afonso Martins e a sua mulher pagaram de renda, foro e pensão "[...] cada huu*m* anno ao dito cabjdoo em paz E em saluo t*ri*nta alq*ueire*s de pam .*scilicet*. Cinq*uo* alq*ueire*s de trijgo E doze *e* meo de Centeo E doze *e* meo de mjlho mais huu*m* p*ar* de galjnhas /. [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazo*..., fl. 195v).

[1060] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 9.

[1061] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 26.

[1062] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 33.

[1063] Trata-se do pregoeiro Lopo Anes; ainda foi semeado um alqueire numa leira situada na agra da Carvalha, no Casal de Cacavelos. Ademais, meio alqueire foi plantado em um bico localizado no Campo das Tijelas, no Casal Cornelha, e 1 alqueire foi semeado num jerico pertencente ao Casal de Montelhos (Montélios). (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 29v a 30v, 52, 116).

[1064] Determinar a quantidade equivalente a um carro de esterco apresenta-se como uma tarefa desafiadora devido à escassez de dados disponíveis nas fontes. A ausência de registos específicos para este contexto reflete-se também na literatura especializada. Não obstante, podemos pressupor tratar-se de um tipo de carroça destinada ao transporte de esterco ou estrume, oriundo das fezes de animais presentes em currais, cortes, cortelhos, cortelhas, pombais e casas de porcos, conforme mencionado anteriormente. Este material, ao desempenhar a função de fertilizante, enriquecia o solo dos terrenos de lavoura.

[1065] Apenas a nível ilustrativos, consideremos três leiras no Casal de Filim, mais especificamente na "agra da Mó", cada uma com capacidade distinta em termos de alqueires de sementes: a primeira com 1 alqueire, a segunda com 2 alqueires, e a terceira com 3 alqueires (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 121–121v).

Ainda assim, importa reconhecer que os cálculos apresentados não refletem, de forma plenamente precisa, a capacidade de adubação nem a produção anual de grãos, uma vez que, em diversos casos, os dados registados nas fontes apresentam apenas estimativas aproximadas. Essa situação é ilustrada pela vessada de um campo no Casal de Souro Mouro, inteiramente cercado pelo rio, por cômoros e matos, onde se estimava um consumo entre 17 e 18 carros de esterco[1066]. Neste sentido, importa sublinhar que tais valores não permitem aferir diretamente níveis de produtividade agrícola, mas antes constituem indicadores aproximados da dimensão das parcelas e do seu potencial teórico de exploração, isto é, daquilo que poderiam produzir caso fossem efetivamente cultivadas[1067].

Desta forma, no que respeita ao potencial de adubagem[1068], a soma total das propriedades analisadas situa-se entre 1.480,5 e 1.498,5 carros de esterco, acrescida de 12 montes de esterco e 2 desterradoras, com os valores mais elevados registados para freguesia de São Martinho de Dume – 342,5 (343,5) c.e. —, Escudeiros — 255,5 (271,5) c.e. e 4 montes de esterco – , Crespos –181 c.e. e 3 montes de esterco –, São Frutuoso (130 c.e.) e Palmeira (125 c.e.) (ver Tabela 35).

Quanto às quantidades de sementes expressas em alqueires, os cálculos indicam uma média produtiva anual entre 627,75 e 628,25 alqueires. Todavia, estes valores devem ser entendidos como projeções estimativas de capacidade de semeadura e não como reflexo direto de colheitas efetivamente realizadas, uma vez que as fontes não permitem reconstituir com rigor os níveis concretos de produção. Neste sentido, os valores mais expressivos foram registados no Assento de casais da igreja de Palmeira (147 alqs.) e nos Casal de Filim/Casal da Cónega, em Esporões (128, 75 alqs.)

[1066] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 50v.

[1067] A análise do *4º Livro de Tombo* revela, com efeito, uma recorrência sistemática de formulações condicionais que evidenciam o caráter estimativo — e não contabilístico — dos valores registados. No casal do Outeiro, o tombo refere que um prado "[...] a cabo da v*inh*a velha iaz huu*m* p*ra*do derua q*ue* sse fosse laurado leuarja v carr*os* [...] (A.D.B., *4º Livro de tombo*..., fl. 6v); no casal da Ribeira: "[...] No dito ca*m*po da q*ui*ntaa / *con*tra cima a carrom do p*ra*do de v*as*co iacome Jaz huu*m* bom pedaço de ca*m*po *e* nom da se no herua *e* seera hu*m*a boa vesada *e* se fosse estercado leuara xv carros [...] (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10); no casal da Cal: "[...] o campo de pena rribada q*ue* foy v*inh*a e*m* outro tempo . que esta todo cerrado sobresy de ualo . que leuara sse fosse esterquado — iij carros [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 54); e no casal do Cabo: "[...] huu*m* talho honde chama*m* os lameiros q*ue* no*m* da se no*m* h*er*ua *e* se fosse laurado leuaria — ij alq*uei*res de seme*n*te [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 84). A reiteração do modo conjuntivo hipotético — *se fosse laurado, se fosse estercado* — é, por si só, indicativa de que o inquiridor registava não a produção efetiva, mas uma capacidade produtiva potencial, condicionada à prévia intervenção agrícola. Estes exemplos, longe de serem isolados, constituem um padrão estrutural na redação do tombo, o que impõe cautela metodológica na utilização destes dados como produtividade real.

[1068] Com base em Marques (1968, pp. 89–90), no que respeita à adubagem, é muito provável que esta fosse maioritariamente assegurada por matéria orgânica, à semelhança do que se observa noutros contextos medievais. Entre os fertilizantes mais valorizados encontrava-se o estrume de aves, considerado particularmente eficaz, sendo a sua utilização corroborada pela presença de pombais mencionados na documentação por nós analisada (*supra cit.*). A este somava-se o esterco proveniente do gado, cuja disponibilidade terá sido reforçada pelas transformações económicas e demográficas ocorridas na segunda metade do século XIV e ao longo do século XV. Com efeito, as crises deste período conduziram, em diversos casos, à preterição da lavoura em favor da atividade pecuária, circunstância que contribuiu para o aumento do estrume produzido pelas diferentes espécies de gado e, consequentemente, para a fertilização das terras agrícolas.

Tabela 35. *Distribuição de carros de esterco (c.e.) e alqueires de semente (alqs.) nas unidades produtivas do couto de Braga segundo o 4º Livro de Tombo*

Unidades de Exploração ou parcelas de terrenos	Localização	c.e.	alqs.	Fólio(s)
Lugar da Porta de Santiago	Freguesia de Santiago da Cividade (junto ao Muro e Porta de Santiago)	Não refere	2,5 (3) (sementes)	130–131
Jerico	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Terras de Braga, junto a Porta da Rua Nova)	Não refere	Não refere	1
Casal de São Cristóvão	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Hortas da cidade)	Não refere	Não refere	25
Casal que está nos Chãos	Freguesia de São João do Souto (Arrabalde dos Chãos)	3	Não refere	76v–77
3 leiras	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Hortas da Cidade)	Não refere	3 (linhaça)	29v
Casal de Urjães	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Urjães)	17 * 3 Montes de esterco * 2 Desterradoras	0,5 (linhaça)	51v–52v
Casal da Ribeira	Freguesia de São Vítor (Pelames, na Ribeira do rio Este)	128 (12 são de trigo)	Não refere	9–10v
Quintã Santa Maria a Branca	Freguesia de São Vítor	66,5 (67,5)	Não refere	128–129
Casal de Sepetelos	São Vicente — Freguesia de São Vítor (Acima dos Chãos)	3 *2 Montes de esterco	50 (24 são de centeio)	25v–26v
Lugar Acima dos Chãos		66[1069]	Não refere	33–33v
Casal de Vilar de Gradoira	Freguesia de São Vítor	Não refere	34,25	64v–66
Casal de Montelhos	Freguesia de São Frutuoso, a par da Gafaria	130	32,75	Fls. 21v, 115v–116 e152–153v
Casal de Pereiras	Freguesia de Lomar	Não refere	26,5	148–149
Casal do Ribeiro	Freguesia de Ferreiros	51	Não refere	33–34
Casa da Rua Nova	Freguesia de São Martinho de Dume	28,5	Não refere	1–2
Casal de Cacavelos		81,5	1 (linhaça)	29v–31
Casal da Lama		60[1070]	Não refere	47v
Casal de Souro Mouro		166,5 (167,5)[1071]	Não refere	50–51
Casal do Gontijo		6	28,5	63v–64v
Casal do Cidi	Freguesia de Gondizalves	Não refere	2	47
Casal da Bouça	Freguesia de Nogueira	Não refere	22	129v–130v
Casal Cornelha		Não refere	Não refere	59
Casal do Cabo		Não refere	52,5	83–84
Casal de Su Ribas	Freguesia de Semelhe	Não refere	30,5	140v–142
Casal de Filim/Casal da Cónega	Freguesia de Esporões	Não refere	128,75[1072]	120–122
Casal do Outeiro/Casal da Pia	Freguesia de Palmeira	125	Não refere	4v–6v
Assento de casais da igreja de Palmeira		Não refere	147[1073]	122–122v
Casal da Costa		Não refere	7	136–136v
Casal do Monte		48	Não refere	29
Casal da Lájea	Freguesia de Gualtar	3	Não refere	62v–63
Assentamento de casais em São Paio de Merelim	Freguesia de São Paio de Merelim	61	Não refere	125–127
Casal do Justi	Freguesia de Santa Lucrécia	Não refere	58	149–150
Casal do Barral	Freguesia de Crespos	75[1074]	Não refere	7–7v
Casal da Cal		106 *3 Montes de esterco	Não refere	53–54v
Casal de Pousada/Quebrada d'Ansariz	Freguesia de Escudeiros	177,5 *4 Montes de esterco	Não refere	81–83
Casal das Formigas		78 (94)	1	84v–85v

Nota. Aferiram-se as métricas através da ferramenta de régua do *software Google Earth Pro*, estabelecendo-se um alinhamento radial a partir do vértice central da Sé Catedral até as freguesias analisadas.

Com base na quantificação dos dados, elaborou-se um mapa que ilustra a distribuição tanto dos carros de esterco como dos alqueires em sementes (ver Figuras 160 e 161). Importa esclarecer que o cabido registava, para cada terreno, apenas uma dessas unidades de aferição —

[1069] Dos 66 carros de esterco contabilizados, 60 provêm de um terreno designado como "'herdade do pão".

[1070] Dos 60 carros de esterco contabilizados, 50 provêm de um terreno designado como "'campo grade".

[1071] Neste casal, do volume total de 166,5 (ou 167,5) carros de esterco, destaca-se a predominância do "Lugar de Amil". Este "lugar" concentrava uma capacidade estimada em "pouco mais ou menos" 130 carros.

[1072] Dos 128,75 alqueires de semente atribuídos ao casal, 70 pertencem ao topónimo "Agroeira", identificada como uma "terra grande".

[1073] Dos 147 alqueires de semente, 60 concentram-se numa bouça situada em frente à Igreja de Palmeira. Em termos de aptidão agrícola, a gleba revela uma heterogeneidade qualitativa: dois terços (2/3) são registados como "boa terra", enquanto o terço remanescente é designado como "má terra".

[1074] Dos 75 carros de esterco contabilizados, 40 são designados para o "Campo da Bouça".

ou carros de esterco ou alqueires de semeadura — não ocorrendo a sua utilização simultânea numa mesma descrição. Não obstante esta limitação, é possível deduzir a área das propriedades – particularmente daquelas mensuradas em alqueires – a partir dos cálculos apresentados por João Costa (2013, p. 204), interpretados segundo a obra *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, de António Henrique de Oliveira Marques (1968, pp. 109–110)[1075]. À luz destas inferências, a área de produção de grãos, considerando exclusivamente os terrenos medidos em alqueires, totalizaria entre 164,85 e 175,75 hectares.

Acresce registar a presença de terrenos de maior extensão na região compreendida entre São Frutuoso (Real) e Dume. Contudo, não devem ser desconsideradas as propriedades mais afastadas e isoladas, como as do Casal de Filim e dos casais localizados em Palmeira, que igualmente evidenciam notável capacidade de colheita (ver Figura 160).

A diversidade de cultivos identificada — incluindo trigo, centeio, milho e linhaça — revela uma significativa heterogeneidade nas práticas de semeadura, observável no conjunto espacial e documental considerado. Tal variabilidade evidencia a complexidade da exploração agrária no couto bracarense tardo-medieval e a influência desta na organização económica e social local.

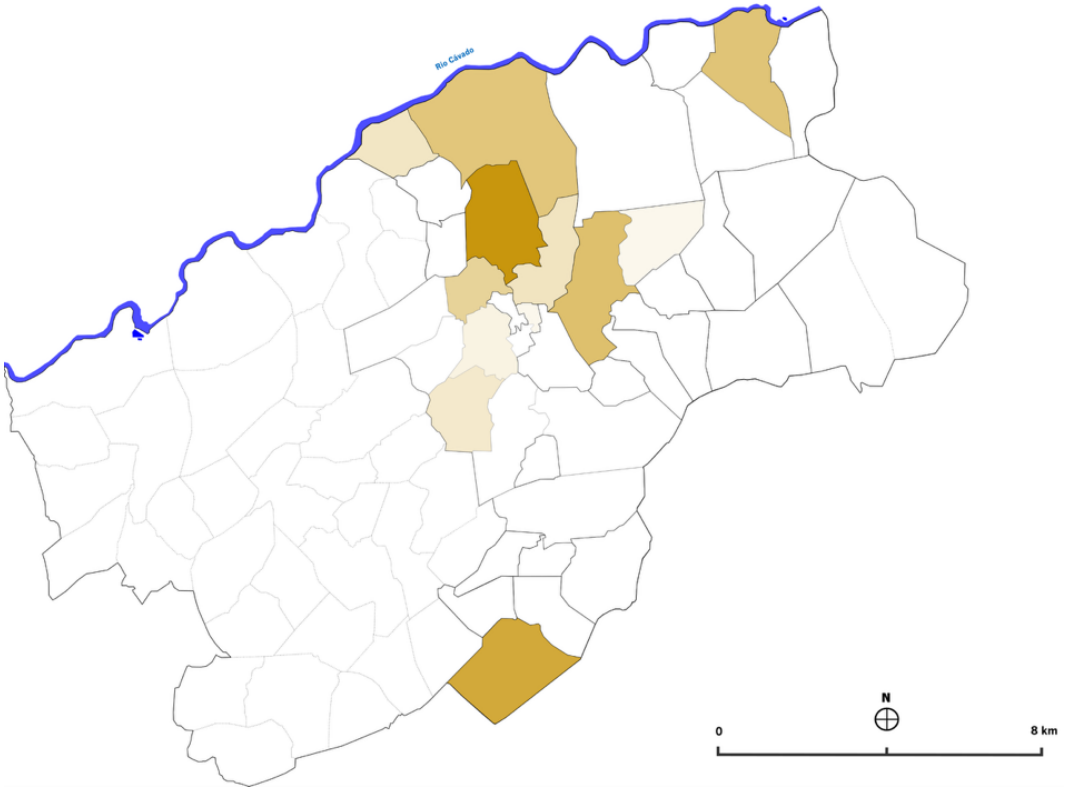


Figura 160. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à quantidade de esterco aplicada nas terras lavradas, expressa em carros de esterco (c.e.), em 12 freguesias do Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da cor âmbar, é proporcional aos valores registados: São Martinho de Dume (343,5 c.e.), Escudeiros (271,5 c.e.), São Vítor

[1075] O cálculo baseia-se nas informações retiradas do tombo da comarca da Beira, do século XIV, com estimativas para Trancoso, Linhares e outros termos, cuja correspondência é de 79 hectares para 309,25 alqueires. A partir disso, equiparamos 1 alqueire a 0,25545 hectares.

(194,5 c.e.), Crespos (181 c.e.), Palmeira (173 c.e.), São Frutuoso (130 c.e.), São Vicente — São Vítor (69 c.e.), São Paio de Merelim (61 c.e.), Ferreiros (51 c.e.), São Pedro de Maximinos (17 c.e.), Gualtar (3 c.e.) e São João do Souto (3 c.e.). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79).

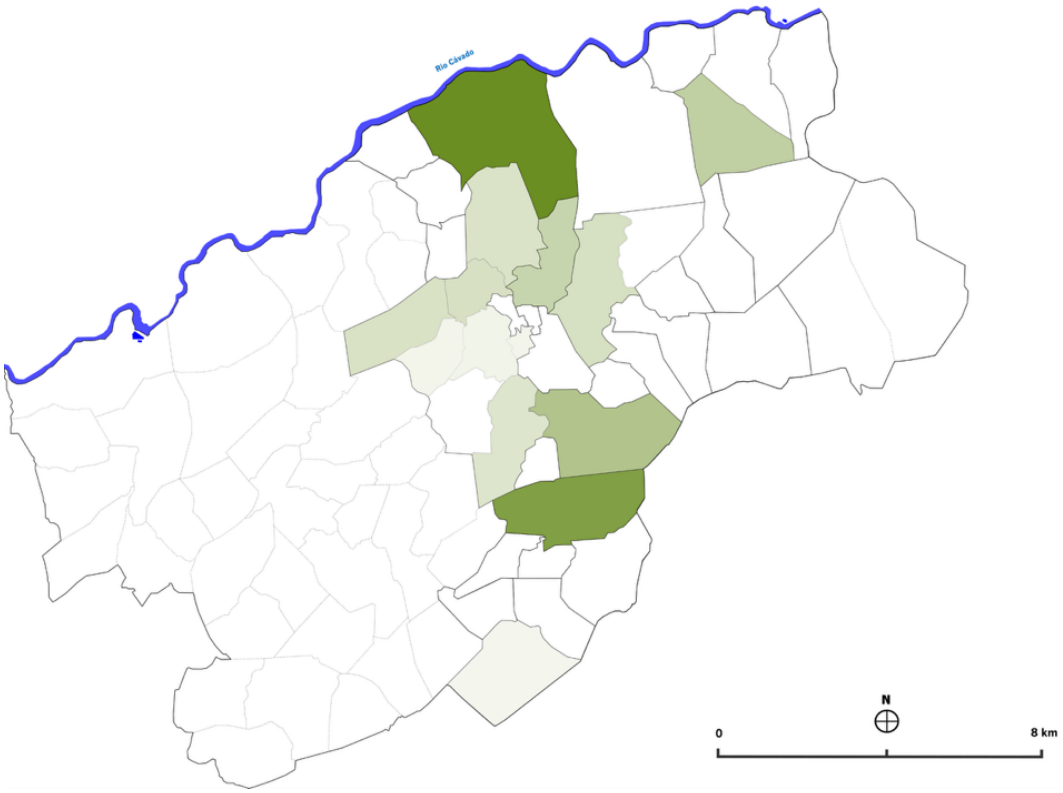


Figura 161. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à produção de sementes, expressa em alqueires, em 14 freguesias do Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da cor verde-musgo, é proporcional aos valores registados: Palmeira (154), Esporões (128,5), Nogueira (74,5), Santa Lucrécia (58), São Vítor — São Vicente (50), São Vítor (34,25), São Frutuoso (32,75), Semelhe (30,5), Dume (29,5), Lomar (26,5), São Pedro de Maximinos (3,5), Santiago da Cividade (3), Gondizalves (2) e Escudeiros (1). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79).

2.2.3.2. A produção vitivinícola

Sobre os terrenos destinados ao cultivo de vinhas, efetuou-se a quantificação da produção em almudes de vinho. Importa, desde logo, destacar um aspeto particularmente revelador: em numerosas situações, os dados relativos à quantidade de almudes estavam correlacionados com o número de "homens de cavadura", expressão que indica a mão de obra necessária para a remoção da terra e a preparação das cavas para o plantio da vinha (Barreiro García, 1995). Estas cavaduras eram medidas em terrenos designados como "*vinha*", geralmente de maior extensão e associados a números mais elevados de homens de cavadura, bem como em outras tipologias fundiárias vitícolas, como leiras de vinha, pedaços de vinha, latadas e bacelos, evidenciando, assim, uma diversidade de formas de implantação e exploração da cultura da videira.

Com base nesta correlação, foi possível estimar a área correspondente em hectares, utilizando um cálculo aproximado segundo o qual 1 homem de cavadura equivaleria a cerca de 300 m^2,

conforme descrito por Armando de Castro (1964, p. 226) em *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*[1076]; note-se, contudo, que se trata de um exercício meramente indicativo

Em relação à capacidade dos almudes, verifica-se que, nos casais, a menção à produção expressa em almudes de vinho surge frequentemente articulada com o número de homens de cavadura das parcelas de terreno, permitindo estabelecer uma relação indicativa entre extensão cultivada e produção potencial. A título exemplificativo, refira-se o caso do casal de Montelhos, onde se regista que "[...] hu*m*a v*inh*a abaixo das casas E he noua *e* boa E leua viij home*n*s de caua E dara huu*n*s anos pelos outros lxx al*mu*des de v*i*n*h*o" o que sugere uma estimativa de produção associada à capacidade de trabalho investida na preparação da vinha.

Entretanto, esta proporção deve ser entendida com cautela, uma vez que, em muitos terrenos, se verificava a prática da viticultura em sistema de enforcado, frequentemente registada nas fontes sob a forma de exploração arbórea, dado que se utilizavam árvores de maior porte, designadamente carvalhos e castanheiros (ou outra espécie florestal), como suportes naturais para o crescimento das videiras, que se entrelaçavam nas chamadas árvores-guia[1077]. Tal prática poderá implicar uma subavaliação da produção quando esta é inferida apenas a partir das medidas de cavadura, uma vez que a quantidade de almudes não corresponde, mesmo quando passíveis de correlação, às medidas expressas em "homens de cavadura".

A partir da aplicação desse coeficiente de conversão, os 179,5 a 180,5 homens de cavadura registados nas fontes — correspondendo cada unidade a cerca de 300 m² — traduzem-se numa área aproximada de 53.850 m² a 54.150 m² dedicados à exploração vitivinícola (ver Tabela 36). Este valor, embora já expressivo, poderá ser ainda superior, dado que, em muitos casos, a documentação especifica apenas a extensão das vinhas em homens de cavadura ou, alternativamente, o volume anual de produção em almudes, não sendo ambas as grandezas indicadas de forma concomitante. A produção de vinho, por seu turno, pode ser estimada entre 1.656 e 1.706 almudes anuais, com base nos dados constantes dos fólios analisados, devendo, contudo, sublinhar-se o caráter indicativo destas cifras.

Importa salientar que tais valores não correspondem necessariamente a produções efetivamente realizadas em cada ano, mas antes a estimativas potenciais ou médias,

---

[1076] Cf. Castro, Armando (1964) *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV. V. 2*. Lisboa: Portugalia Editora, pp. 226; Castro, Armando (1965) *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV. V. 3*. Lisboa: Portugalia Editora, pp. 273–274).

[1077] Como exemplo no Casal da Cal, o registo descreve: [...] huu*m* ca*m*pynho q*ue* foy eyra peq*ue*no E arredor dele hu*m*a nug*uei*a boa *e* bo*n*s do*us* cast*anhei*os com suas vueiras . postas neeles *e* asy outras vueiras e*m* [*sic*] tres carvalhos *e* huu*n*s carrasqueiros *com* huueiras [...]" (A.D.B., *4 Livro de Tombo...*, fl. 53). Esta passagem ilustra a disposição das vueiras (ou uveiras) postas em nogueira, castanheira, além de uns carvalhos e os carrasqueiros, em redor de um antigo espaço de eira.

frequentemente utilizadas nas fontes para efeitos de avaliação agrária, podendo variar significativamente em função de fatores como as condições climáticas, o estado de maturação das vinhas ou as práticas agrícolas adotadas.

Tabela 36. *Estimativa de produção em espaço (homens de cavadura) e almudes de vinho nas unidades produtivas do couto de Braga conforme o 4º Livro de Tombo*

Unidades de Exploração ou parcelas de terrenos	Localização	Homens de cavadura	m²	Almudes de vinho	Fólio(s)
Lugar da Porta de Santiago	Freguesia de Santiago da Cividade (junto ao Muro e Porta de Santiago)	12	3.600	30 (40)	130–131
Jerico	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Terras de Braga, junto a Porta da Rua Nova)	Não refere	Sem cálculo	Não refere	1
Casal de São Cristóvão	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Hortas da cidade)	4	1.200	Não refere	25
Casal que está nos Chãos	Freguesia de São João do Souto (Arrabalde dos Chãos)	Não refere	Sem cálculo	15 (20)	76v–77
3 leiras	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Hortas da Cidade)	Não refere		Não refere	29v
Casal de Urjães	Freguesia de São Pedro de Maximinos (Urjães)	3	900	Não refere	51v–52v
Casal da Ribeira	Freguesia de São Vítor (Pelames, na Ribeira do rio Este)	4	1.200	30	9–10v
Quintã Santa Maria a Branca	Freguesia de São Vítor	10	3.000	13	128–129
Casal de Sepetelos	São Vicente — Freguesia de São Vítor (Acima dos Chãos)	6	1.800	45	25v–26v
Lugar Acima dos Chãos		12	3.600	60	33–33v
Casal de Vilar de Gradoira	Freguesia de São Vítor	3	900	49	64v–66
Casal de Montelhos	Freguesia de São Frutuoso, a par da Gafaria	23	6.900	239 (259)	Fls. 21v, 115v–116 e152–153v
Casal de Pereiras	Freguesia de Lomar	11	3.300	60	148–149
Casal do Ribeiro	Freguesia de Ferreiros	5	1.500	30	33–34
Casa da Rua Nova	Freguesia de São Martinho de Dume	Não refere		Não refere	1–2
Casal de Cacavelos		4	1.200	60	29v–31
Casal da Lama		3	900	33	47v
Casal de Souro Mouro		8	2.400	100	50–51
Casal do Gontijo		Não refere	Sem cálculo	80	63v–64v
Casal do Cidi	Freguesia de Gondizalves	10,5 (11,5)	3.150 (3.450)	62 (63)	47
Casal da Bouça	Freguesia de Nogueira	Não refere	Sem cálculo	Não refere	129v–130v
Casal Cornelha		1	300	6 (8)[1078]	59
Casal do Cabo		Não refere	Sem cálculo	10	83–84
Casal de Su Ribas	Freguesia de Semelhe	Não refere	Sem cálculo	30	140v–142
Casal de Filim/Casal da Cónega	Freguesia de Esporões	18	5.400	130 (131)	120–122
Casal do Outeiro/Casal da Pia	Freguesia de Palmeira	10	3.000	25	4v–6v
Assento de casais da igreja de Palmeira		Não refere	Sem cálculo	130	122–122v
Casal da Costa		Não refere	Sem cálculo	Não refere	136–136v
Casal do Monte		Não refere	Sem cálculo	6	29
Casal da Lájea	Freguesia de Gualtar	1,5	450	40	62v–63
Assentamento de casais em São Paio de Merelim	Freguesia de São Paio de Merelim	Não refere	Sem cálculo	3(4)	125–127
Casal do Justi	Freguesia de Santa Lucrécia	Não refere	Sem cálculo	80	149–150
Casal do Barral	Freguesia de Crespos	Não refere	Sem cálculo	30	7–7v
Casal da Cal		2	600	80	53–54v
Casal de Pousada/Quebrada d'Ansariz	Freguesia de Escudeiros	13,5	4.050	90	81–83
Casal das Formigas		15	4.500	90 (101)	84v–85v

Diferentemente da produção cerealífera, a cultura vinhateira apresentava uma implantação espacial mais homogénea e amplamente disseminada nas imediações de Braga, circunstância

[1078] É interessante notar que, neste casal, há uma latada em frente às casas da cabeça do casal, onde se colhe uma cesta de uva.

que se poderá relacionar com a maior aptidão dos solos locais para o cultivo da videira. Para exemplificar esta realidade, tomámos o Casal de Montelhos (Montélios), cuja área dedicada à vinha alcançava cerca de 6.900 m², podendo corresponder, em termos estimativos, a uma produção na ordem dos 239 a 259 almudes de vinho, caso a totalidade da área estivesse efetivamente plantada e em plena produção. Em seguida, destacava-se o Casal de Filim/Casal da Cónega, onde se identificou uma fração cultivada com videiras de aproximadamente 5.400 m², associável a uma produção estimada em cerca de 130 (131) almudes anuais, em termos potenciais. Ademais, cabe ressaltar os dois casais da freguesia de Escudeiros — o casal de Pousadas/Quebrada d'Ansariz e o casal de Fromigas — que, em conjunto, totalizariam cerca de 8.550 m² de área vitícola, correspondendo a uma produção estimada entre 180 e 191 almudes anuais, sempre numa perspetiva meramente indicativa (ver Tabela 36).

Deve, contudo, reforçar-se que estas quantificações assumem um caráter eminentemente aproximativo e experimental, assentando em coeficientes de conversão e relações inferidas a partir das fontes, pelo que comportam margens de incerteza consideráveis, devendo ser entendidas sobretudo como um exercício de reconstituição das ordens de grandeza envolvidas, e não como valores absolutos de produção efetiva.

Para além deste conjunto produtivo, a Cónega Bracarense e as vinhas situadas na área onde mais tarde se formaria o denominado Campo da Vinha parecem ter desempenhado um papel preeminente na expansão das zonas de cultivo vitícola na periferia norte da cidade. Com efeito, esses terrenos foram sendo progressivamente consolidados ao longo do tempo, sobretudo a partir da doação, em 11 de fevereiro de 1140, de uma vinha feita por D. João Peculiar ao cónego Pedro Anes. Como já referido no subcapítulo 4.2, relativo ao espaço de circulação[1079], essa vinha localizava-se no extremo da propriedade do prelado primaz, confinando a leste com o pomar do arcebispo, a oeste com a Rua Nova, a norte com a vinha do bispo de Coimbra e a sul com uma antiga estrada que delimitava uma devesa[1080].

A extensão das unidades agrícolas dedicadas à viticultura e o volume de produção apurado evidenciam uma ampla disseminação do cultivo ao longo do espaço analisado, ainda que com concentrações mais expressivas em determinadas unidades produtivas. Sendo o vinho um produto

---

[1079] Ver pp. 160–161.

[1080] "*Quapropter ego Iohannes Bra- carensis archiepiscopus*, *una cum consilio canonicorum*, *nulla necessitate cogente sed prompta ac benivola voluntate pro servicio quod mihi fecisti*, *facio tibi Petro Iohannis eiusdem ecclesie concanonico cartam donationis et firmitatis de una vinea que est in Bracara et habet iacentiam in extrema par- te de illo meo casal. Hii vero sunt termini eius*: *a parte Oriente illud meum pomar*, *ab Occidente illa Rua Nova*, *a parte Septentrion illa vinea Colin- briensis episcopi*, *a Meridie illa carraria antiqua* quomodo *concludit cum sua devesa* [...]" (Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Edição melhorada e ampliada por José Marques (Tomo 2, doc. 768, pp. 1030 e 1031, fls. 204–204v).

de fácil deterioração, a necessidade de proximidade aos principais centros de consumo e de escoamento comercial, bem como a existência de vias de circulação eficazes, constituía um fator determinante para a sua localização mais próxima de aglomerados populacionais e centros urbanos (Viana, 1998, p. 15).

A expressividade do cultivo vitivinícola no subúrbio — concretamente no couto, como aqui analisado — parece ter sido determinante para a consolidação da viticultura como uma das principais atividades produtivas de Braga. A historiografia tem sublinhado, em contextos comparáveis, a elevada rentabilidade do vinho face à instabilidade dos preços cerealíferos, particularmente nos períodos de crise da segunda metade do século XIV e, pontualmente, ao longo do século XV (Marques, 1968, pp. 214–224), o que terá contribuído para que instituições senhoriais e eclesiásticas privilegiassem o investimento em vinhedos, atendendo à sua relativa segurança de escoamento e valorização no mercado (Amaral, 1994, pp. 68 e 124).

Esta lógica ajuda a compreender não apenas a densidade da viticultura no subúrbio de Braga, mas também a sua concentração em áreas mais contíguas à cidade, na medida em que o crescimento do consumo urbano e a inserção do vinho nos circuitos de comércio interno e externo reforçavam a sua relevância económica (Amaral, 1994, pp. 105–196; Marques, 1987, pp. 98–99, 165–171; Coelho, 1989, vol. I, p. 171). Neste sentido, é admissível conjeturar que a centralidade económica do vinho terá contribuído para atrair um número significativo de almocreves, muitos dos quais se estabeleciam temporariamente na cidade, emprazando residências no interior urbano, em artérias que ligavam as Portas do muro ou nos arrabaldes[1081].

[1081] Igualmente analisado no capítulo 4.2, dedicado às vias de circulação.

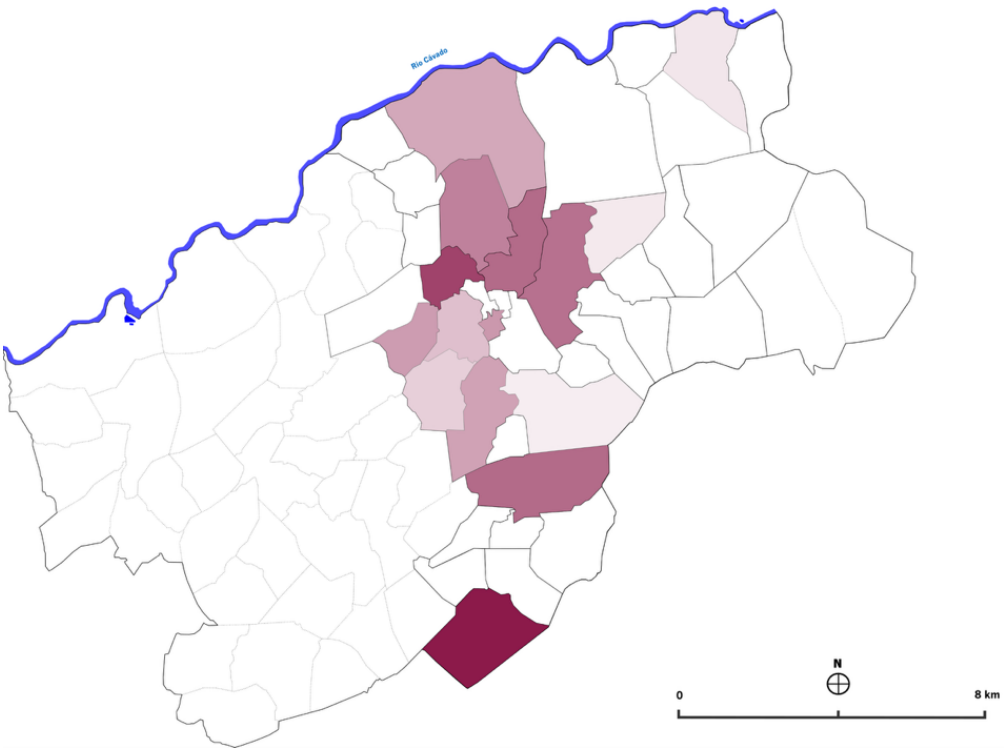


Figura 162. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à área produtiva de vinhas, expressa em homens de cavadura e respetiva conversão métrica (m²), em 15 freguesias no Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da cor bordô escuro, é proporcional aos valores registados: Escudeiros (28,5 h.c. — 8.550 m²), São Frutuoso (23 h.c. — 6.900 m²), São Vítor — São Vicente (18 h.c. — 5.400 m²), Esporões (18 h.c. — 5.400 m²), São Vítor (17 h.c. — 5.100 m²), Dume (15 h.c. — 4.500 m²), Santiago da Cividade (12 h.c. — 3.600 m²), Gondizalves (11,5 h.c. — 3.450 m²), Lomar (11 h.c. — 3.300 m²), Palmeira (10 h.c. — 3.000 m²), São Pedro de Maximinos (7 h.c. — 2.100 m²), Ferreiros (5 h.c. — 1.500 m²), Crespos (2 h.c. — 600 m²), Gualtar (1,5 h.c. — 450 m²) e Nogueira (1 h.c. — 300 m²). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79).

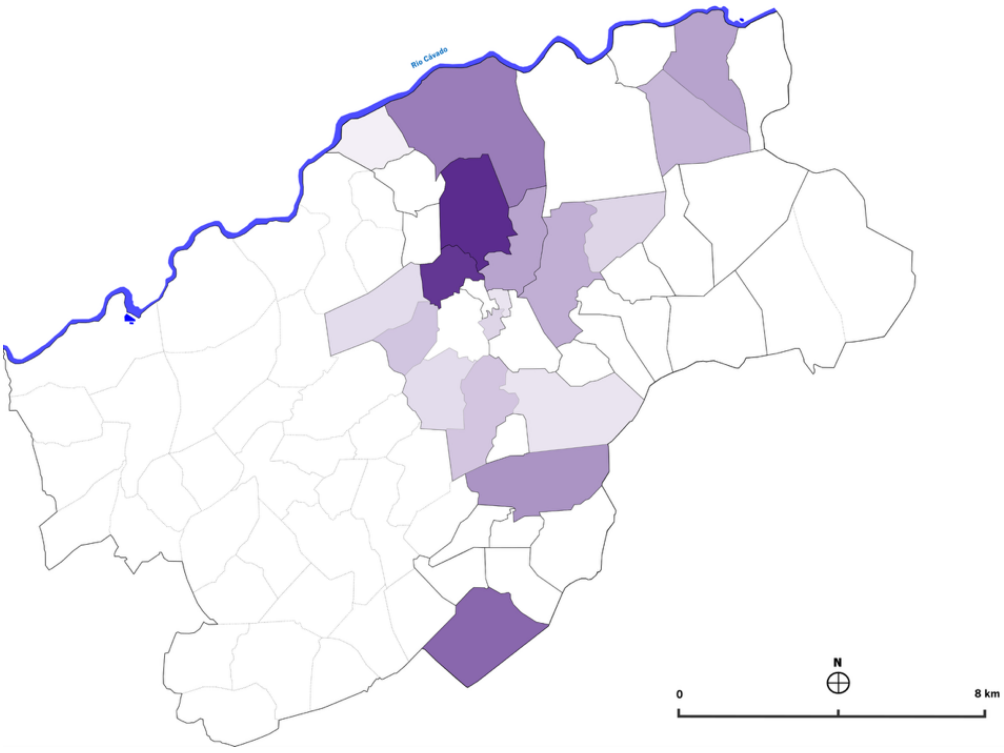


Figura 163. Mapa coroplético referente à quantificação identificada no *4º Livro de Tombo* relativa à produção de vinho, expressa em almudes, em 18 freguesias no Couto de Braga. A intensidade cromática, baseada em variações de opacidade da

cor roxo-violeta, é proporcional aos valores registados: Dume (273 alms.), São Frutuoso (259 alms.), Escudeiros (191 alms.), Palmeira (161 alms.), Esporões (131 alms.), Crespos (110 alms.), São Vítor – São Vicente (105 alms.), São Vítor (92 alms.), Santa Lucrécia (80 alms.), Gondizalves (63 alms.), Lomar (60 alms.), Santiago da Cividade (40 alms.), Gualtar (40 alms.), Ferreiros (30 alms.), Semelhe (30 alms.), São João do Souto (20 alms.), Nogueira (18 alms.) e São Paio de Merelim (4 alms.). Elaboração do autor com base em Martins (2024, p. 79).

2.2.4. Árvores frutíferas e florestais

À semelhança de muitas cidades medievais, a paisagem que envolvia Braga distinguia-se pela presença de um vasto conjunto de arvoredos, compostos, em grande medida, por árvores frutíferas cujas colheitas eram destinadas tanto ao consumo corrente como à posterior transformação. Paralelamente, algumas dessas árvores estavam associadas à exploração de recursos materiais, sendo referidas na historiografia como essências florestais (Gonçalves, 2006, p. 322; 2012, p. 50).

Neste contexto, as fontes documentais revelam uma considerável diversidade de espécies, pese embora as suas referências serem predominantemente genéricas – como "pomares" ou "fruteiras"[1082] –, o que denuncia a multiplicidade de plantas cultivadas, dificultando, contudo, a identificação precisa das espécies e a sua respetiva quantificação. Acresce que não se observa, de forma sistemática, a indicação de uma localização exata desses pomares e fruteiras, os quais se achavam dispersos pelos mais variados recantos das propriedades.

A título de exemplo, no Lugar Acima dos Chãos, uma leira abrigava "muitos" pomares[1083]; no assento de casais de São Paio de Merelim, um pomar contava com 29 árvores frutíferas[1084]; no Casal de Montelhos (Montélios), mencionava-se uma fruteira composta por cerca de 30 a 40 pereiras e macieiras[1085]; bem como as numerosas fruteiras registadas no Casal de Filim e nas propriedades místicas (intercaladas) ligadas à Cónega Bracarense, em Esporões[1086]. A título complementar, refere-se ainda um conjunto de 105 árvores fruteiras, em coassociação com salgueiros e videiras, na localidade de Cacavelos, igualmente no termo de São Paio de Merelim, próximo de uma mamoa[1087].

A análise estatística deste conjunto de dados relativos às árvores frutíferas revelou-se particularmente desafiante, visto que as informações nem sempre são apresentadas de forma

[1082] Na perspetiva interpretativa de Iria Gonçalves (2006, p. 337), as árvores frutíferas eram e continuam a ser uma presença quase onipresente em todo o país, representadas na Idade Média por uma ampla variedade de espécies que floresciam de norte a sul. Segundo Gonçalves, a figueira destacava-se entre essas espécies. No entanto, no levantamento realizado, a figueira demonstra certa relevância, embora as macieiras e as uveiras– ou videiras – sejam as mais proeminentes, seguidas, em menor escala, pelas pereiras.
[1083] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 33v.
[1084] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 127.
[1085] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 15.
[1086] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 122.
[1087] A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 127.

quantitativa, recorrendo-se frequentemente a advérbios e pronomes de indefinição como "alguns"[1088], "muitas"[1089] e "certas"[1090]. A quantificação torna-se ainda mais imprecisa quando os pomares e fruteiras se distribuíam pelas extremidades das propriedades[1091] ou as envolviam por completo, circundando (acompanhando), por exemplo, a "tapadura"[1092].

Em consonância com a discussão anterior acerca do perfil de exploração, optou-se por não considerar o termo "vinhas" na presente análise, dado que este designa uma unidade fundiária associada à produção vitivinícola — contabilizada em almudes de vinho — e não uma unidade arbórea individual[1093]. Neste sentido, apenas se considerou o substantivo "videira" (ou "uveira") quando se fazia referência a uma unidade arbórea, e não ao coletivo designado como "vinha", alusivo ao terreno[1094].

Os dados compulsados apresentam-se sob duas formas principais: indicação explícita do número de árvores (número de pés) ou menção a conjuntos arbóreos, como "pomar" ou "fruteiras", sem discriminação exata do quantitativo[1095]. Procedeu-se, por conseguinte, à normalização dessas ocorrências, distinguindo-se entre valores absolutos (quando indicados nas fontes) e referências genéricas, assinaladas como menções em plural, sem quantificação definida.

No caso das espécies cujo número de pés é expressamente indicado nas fontes[1096], verifica-se a predominância de uveiras (313 e 4 menções em plural). Importa notar que, embora "uveiras" possa, em termos gerais, corresponder a "videiras", optou-se por manter a distinção terminológica tal como registada nas fontes, uma vez que o escrivão emprega ambas as designações. Circunstância que poderá indiciar uma variação semântica, aqui registada para efeitos de futura análise.

[1088] No Casal que está nos Chãos tem "[...] alguuns carualhos poucos p*er* antre ella [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 77).

[1089] No Casal do Ribeiro, em Ferreiros "[...] tem dent*ro* mujtas pereiras *e* aruores [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 32v).

[1090] No Casal de Sepetelos, que está acima dos chãos, atrás de um pombal "[...] esta huu*m* pum*ar* velho q*ue* tem c*er*tas ameixeiras [...]" (A.D.B., *4º Livros de Tombo...*, fl. 26v).

[1091] No Casal de Urjães "[...] Em cooues . esta hu*m*a leira de deuesa q*ue* he toda de p*er* pee .*scilicet*. toda de castanho E de carualho [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 52v).

[1092] Nos moinhos do Salgueiro está "[...] a rredor da tapadura carvalhos q*ue* som p*er*a tapar [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 59v).

[1093] Importa notar que as videiras, embora frutíferas, não são botanicamente classificadas como árvores, razão pela qual não foram contabilizadas nessa categoria. Ao contrário das árvores, que possuem um tronco central rígido capaz de sustentar a copa de forma autónoma, as videiras são arbustos sarmentosos, cujos caules flexíveis necessitam de suporte externo — como treliças, latadas ou espaldeiras — para crescerem na vertical (Martins, 2019, pp. 2–3).

[1094] Segundo Gonçalves (2006, pp. 346–347), no caso da Beira Interior, as videiras poderiam ser encontradas não apenas em vinhas, mas também em terras de semeadura e hortas, bem como de maneira silvestre, em árvores estreme. Estas últimas eram caracterizadas por se encontrarem isoladas, sem um uso arquitetado para a exploração.

[1095] De facto, foram contabilizados advérbios e pronomes de indefinição de grande quantidade uma vez para as pereiras, uveiras, fruteiras e pomares; para pequena quantidade, registaram-se sete ocorrências para ameixeiras, três para figueiras, cinco para macieiras e duas, respetivamente, para pereiras, pessegueiros e uveiras.

[1096] Informações detetáveis pela análise interpretativa do texto do *4º Livro de Tombo*, fls. 1, 7, 9v, 21v, 25v–26v, 30–31, 32v–33, 50v, 51v–54v, 62v, 64v–66, 76v–77, 82–85, 115v–116, 122, 126–127, 128v–129, 136v, 141, 148–149v, 150 e 152–153.

Seguem-se, em menor expressão quantitativa, macieiras[1097] (43 e 8 menções em plural), pereiras (22 e 6 menções), figueiras[1098] (41 e 5 menções), videiras (43, sem menção em plural), ameixeiras (11 e 11 menções), laranjeiras (14), pessegueiros (8 e 2 menções), oliveiras (4)[1099], amoreiras (4 e 1 menção), marmeleiros (3), zamboeiras (3) e cidreiras (3). A estes somam-se conjuntos mistos de macieiras e pereiras (90), árvores frutíferas não especificadas (105 e uma menção em plural) e pomares genericamente referidos (29 e 1 menção em plural) (ver Gráficos 10 e 11), os quais poderão corresponder a unidades policulturais, sem que as fontes permitam determinar com exatidão a sua composição interna.

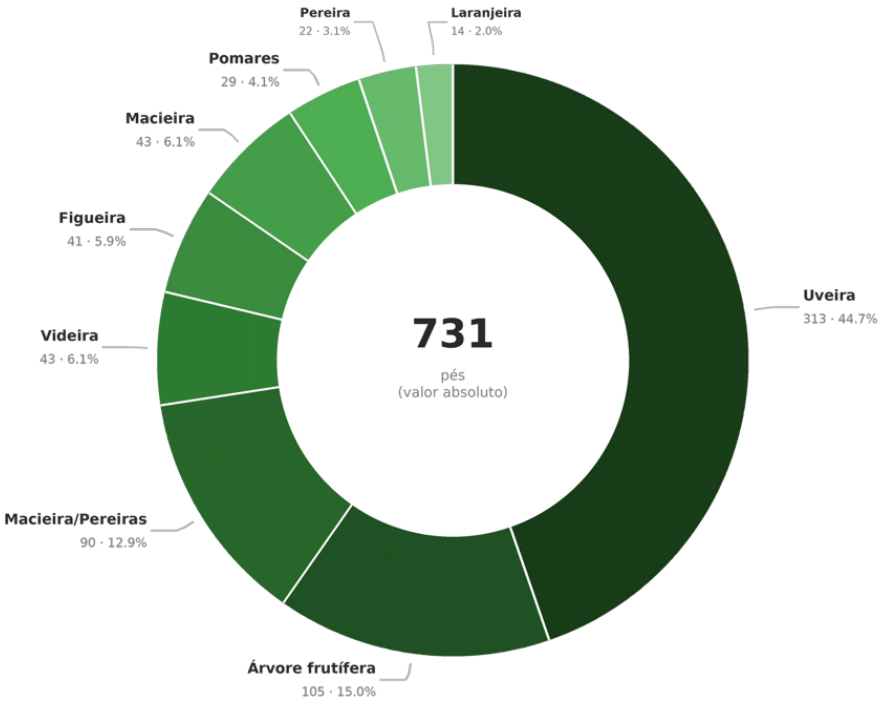


Gráfico 10. Distribuição de 700 árvores frutíferas identificadas nas fontes documentais. A Uveira representa a espécie mais frequentemente mencionada (n = 313; 44,7%), seguida de referências genéricas a árvores frutíferas (n = 105; 15,0%) e ao conjunto Macieira/Pereiras (n = 90; 12,9%). As restantes espécies/registos identificados individualmente foram: Videira (n = 43; 6,1%), Macieira (n = 43; 6,1%), Figueira (n = 41; 5,9%), Pomares (n = 29;

[1097] De acordo com Gonçalves (2012, p. 70) " A partir das fontes em análise é difícil saber qual das duas árvores de fruto, macieira ou figueira, era a mais cultivada no Entre-Douro-e-Minho de Duzentos. ".

[1098] Uma ressalva imprescindível diz respeito a três espécies de figueiras mencionadas na documentação: 1. Figueiras bacorinhas, no Casal do Cabo, em Nogueira - "*J*tem a par das casas estam boas duas fig*ueir*as bacorjnha [...]" (A.D.B., 4º Livro de Tombo..., fl. 83v); 2. Figueirinhos pretos, no Lugar da Porta de Santiago - "[...] E hu*m*a laranJeira boa g*r*ande E asy tem p*e*lla dita v*inh*a huu*ns* figueirjnhos p*r*etos E hu*m*as nugueiras nom boas E asy hu*m*as macieirjnhas E p*ere*iras poucas E huu*m* pedaço de ca*m*po no cabo da v*inh*a que ja foy v*inh*a *e* morreo *e* ora esta e*m* ca*m*po q*ue* leua ora de seme*n*te meo alq*ueir e* [...]" (A.D.B., 4º Livro de Tombo..., fl. 130v); 3. Figueira alvarinha, no Casal de Pereiras, em Lomar – "[...] E do abrego p*ar*te p*er* ho camjnho q*ue* vay da çidade p*er*a gondorijz E tem darredor das cassas da p*ar*te da v*inh*a hu*m*a fig*ueir*a aluarjnha boa E asy p*e*lla v*inh*a *e* arredor della mea duzia de ameixeiras *e* mea duzija de p*ere*iras E huu*m* canaueal p*er* huu*m* comoro / E leua de caua – viij hom*e*ns
e da de v*inh*o hu*n*s anno p*e*llos outros [*sic*] – R al*mu*des" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 148).

[1099] Encontramos um panorama significativamente diferente e quase contrastante na Beira Interior, conforme a análise empreendida por Gonçalves (2006, p. 325), onde a cultura da oliveira era incomparavelmente predominante. Nesta região, a oliveira era provavelmente o foco principal de produção, consumo e exportação. Segundo a autora, além de sua importância alimentar, as oliveiras eram utilizadas para iluminação, fabricação de tintas, sabões, perfumes, preparos medicinais, artesanato de couro e lã, e em diversas cerimônias religiosas. Assim, podemos interpretar que, em termos geográficos, uma cultivar poderia predominar sobre outra, cuja esfera produtiva alcançava contornos de comercialização além do território mais próximo.

4,1%), Pereira (n = 22; 3,1%) e Laranjeira (n = 14; 2,0%). Os valores expressam o número absoluto de menções e a respetiva percentagem relativa ao total. Figura elaborada com software *Python 3*.

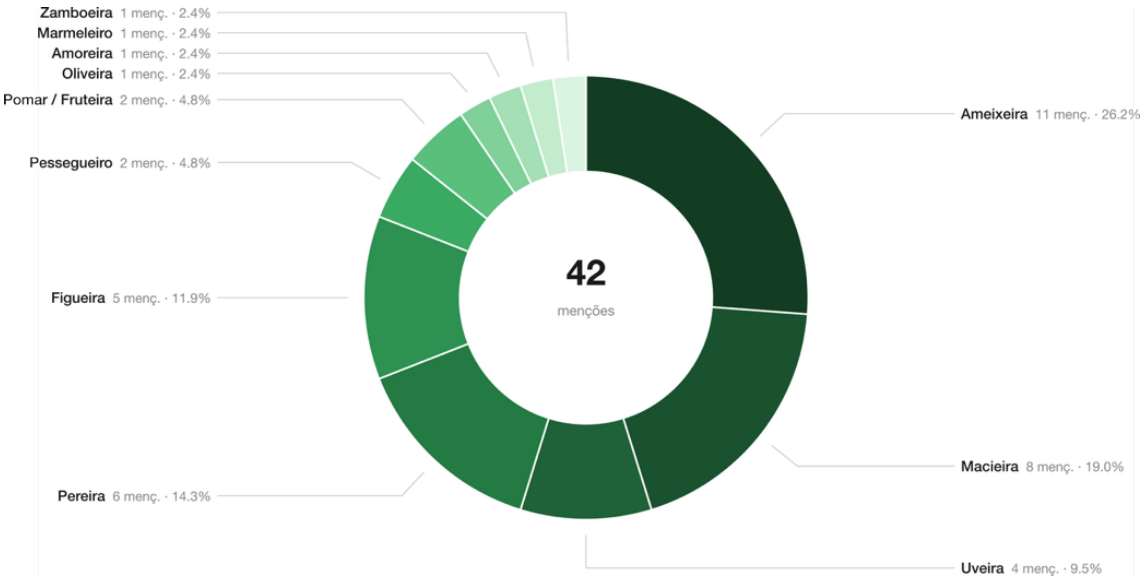


Gráfico 11. Árvores frutíferas mencionadas nas fontes documentais analisadas, apresentadas por frequência de menção estando no plural, sem valor absoluto. Das 42 menções, as espécies mais frequentemente mencionadas são as ameixeiras, as macieiras, as pereiras e as figueiras, seguidas das uveiras e dos pessegueiros. Com menor expressão surgem as amoreiras, as oliveiras, os marmeleiros e as zamboeiras. As videiras, as laranjeiras, as cidreiras e as macieiras/pereiras, embora pesquisadas, não foram mencionadas em nenhuma das fontes consultadas. Elaborado com *Software Python 3*.

Por seu turno, as árvores de essência florestal desempenhavam um papel decisivo na economia local[1100]. Entende-se aqui por "essências florestais" as espécies arbóreas lenhosas com aptidão para exploração madeireira ou usos complementares (Gonçalves, 2006, p. 335), das quais se destacam o carvalho, o castanheiro e o sobreiro.

As hipóteses aqui avançadas apontam para a prática da extração e manipulação da madeira para diversas finalidades em Braga[1101], nomeadamente a construção civil (Melo & Ribeiro, 2012, p. 114) e a produção de artefactos de uso quotidiano[1102], como tonéis destinados ao armazenamento de vinho nas adegas urbanas e rurais, eventualmente comercializados nas imediações da Praça das Panelas[1103].

[1100] Informações detetáveis pela análise interpretativa do texto do *4º Livro de Tombo*, fls. 1, 4v, 9v, 10v, 21v, 25v–26v, 30, 31, 32v–33v, 47–47v, 51–54v, 59–60, 62v–66, 76v–77, 82–85v, 116, ,120–120v, 121v, 123v, 125v, 127, 128–129v, 130v–131, 136v, 141v–142v, 149–150 e 152–153.

[1101] Isso é perceptível em um item de emprazamento no Assento de casas em Palmeira, quando o cabido menciona ao enfiteuta "[...] q*ue* traga hu*m*a besta n*os* camp*os* da eg*rei*a no tempo de rrecolher há noujdade *e* assy q*ua*ndo la for p*ro*ueer sua fazendo E assy cortara lenha de carualho p*er*a quem aq*ue*la q*ue* lhe ffor naçessarja q*ua*ndo la esteuer E com o cabjdoo ficara a madeira do pinjdal do castanho j saluo os castinheir*os* q*ue* estam aa entrada honde esta a lata [...] (A.D.B., *3º Livros de Prazos*..., fl. 86v). Este trecho, de certa forma, destaca a importância da madeira extraída tanto dos carvalhos quanto das castanheiras, espécies que, como veremos a seguir, se estendiam por toda a paisagem rural de Braga.

[1102] A própria documentação reforça essa ideia em diversas ocasiões, ao identificar a existência de carvalhos e castanheiros destinados ao uso de madeira. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 152v).

[1103] *Vd.* p. 169.

A cobertura florestal, a par das árvores de fruto, encontrava-se dispersa pelas propriedades agrícolas, podendo situar-se fora das cercas, junto à entrada principal[1104], ou configurar-se como uma tapadura que delimitava um terreno específico ou mesmo a totalidade da propriedade[1105]. Contudo, a maioria dessas árvores concentrava-se em áreas resguardadas, destinadas exclusivamente à sua preservação, formando pequenos bosques conhecidos como "*devesas"* (Barreiro García, 1995)[1106]. Entre estas, sobressaíam três em particular: uma situada nas imediações da igreja de Palmeira[1107], com cerca de 1.300 a 1.400 árvores; outra, localizada fora da cerca do Casal de Sepetelos (acima dos Chãos), que, somada às árvores existentes no interior do casal, totalizava aproximadamente 1.000 exemplares, entre "bons e maus"[1108]; e uma terceira, repartida entre o interior e o exterior da cerca do assentamento de casais em Palmeira, contendo cerca de 3.000 árvores[1109].

Esses dados sinalizam que o cabido era detentor de uma significativa reserva de árvores florestais na zona "acima dos Chãos" – à época integrada na área sob jurisdição da paróquia de São Vítor, correspondendo atualmente à freguesia de São Vicente (Sousa, 2011)–, a cerca de um km da cidade, e um montante ainda maior, em Palmeira, a aproximadamente 4,5 km. A abundância de árvores nessas "*devesas*" remete para um importante circuito de abastecimento de madeira à cidade de Braga, ao qual se poderia aceder através do percurso da antiga via romana XVIII, no caso do Casal de Sepetelos, e, quanto a Palmeira, por meio do caminho que, conforme analisado no subcapítulo 6.1 (setor norte), estabelecia ligação a partir do lugar do Carvalho dos Ramos — situado na intersecção entre o arrabalde dos Chãos e a zona "acima dos Chãos".

[1104] A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 33v.

[1105] Ocorreu num campo, no Casal da Lama, que está todo cercado, e pela tapadura tem "[...] certos carvalhos p*er*a tap*ar* [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 47v).

[1106] Contrariamente ao que nos relata Gonçalves (2006, pp. 333–334) sobre a Beira Interior, em particular a região de Castelo Branco, entre o Ponsul e o Erges, onde as árvores "salpicavam" os campos, muitas vezes de forma isolada e esporádica, sendo o sobreiro a espécie predominante, seguido pela azinheira e com pouca incidência de carvalhos, a realidade em Braga revela-se diametralmente oposta. Nesta região, a paisagem era hegemonicamente composta por carvalhos, seguidos, em menor número, pelos castanheiros (ou castanheiras), os quais se concentravam maioritariamente nas devesas – termo que, segundo a aceção da autora, se refere tanto a bosques quanto a sub-bosques. Ainda segundo Rafael Bluteau, a devesa consistiria num lugar "cercado por árvores" Bluteau, R. (1779). *Dicionário da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Tomo 1, p. 433). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

[1107] "[...] E esta deuessa te*m* mujtos *e* boons carualho q*ue* bem poderam ser <+ >[1107] a parecer mjll *e* iij^{c} ou iiij^{c} carvalhos [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 25v).

[1108] "[...] E tem fora da cerca do dito casal hu*m*a g*r*ande deuesa q*ue* antre a que esta fora *e* dent*ro* avera hobra de mil caruvalhos antre maaoos *e* bons pouco mais ou menos" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 26v).

[1109] "E todas estas herdades esta*m* [*sic*[1109]] cercadas *e* cerradas p*er* hu*m*a çerca q*ue* a lugares he vallo E a lugares parede E a lugares vallo *e* ssebe q*ue* ne*m* hu*m*a cousa alhea sse nom mete dentro / neelas E asy te*m* dentro na dita çerca *e* fora della deuessas de carualho E castanho antre maaoos *e* [*sic*][1109] mais ou menos – iij" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 123v).

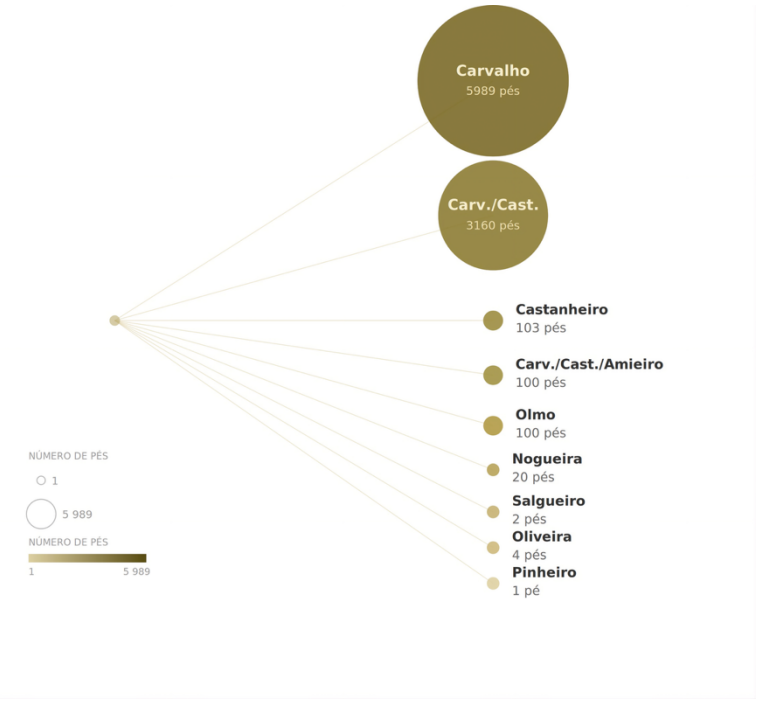


Gráfico 12. Gráfico referente ao número absoluto de pés de árvores de essência florestal registados no *4.º Livro de Tombo*. A dimensão de cada círculo é proporcional ao número de pés de cada espécie ou agrupamento, utilizando uma escala de raiz quadrada. O Carvalho é a espécie dominante com 5 989 pés, seguido da associação Carvalho/Castanheiro com 3 160 pés. As restantes essências — Castanheiro, Olmo, Carvalho/Castanheiro/Amieiro, Nogueira, Oliveira, Salgueiro e Pinheiro — apresentam valores residuais. Elaborado com *Software Python 3*.

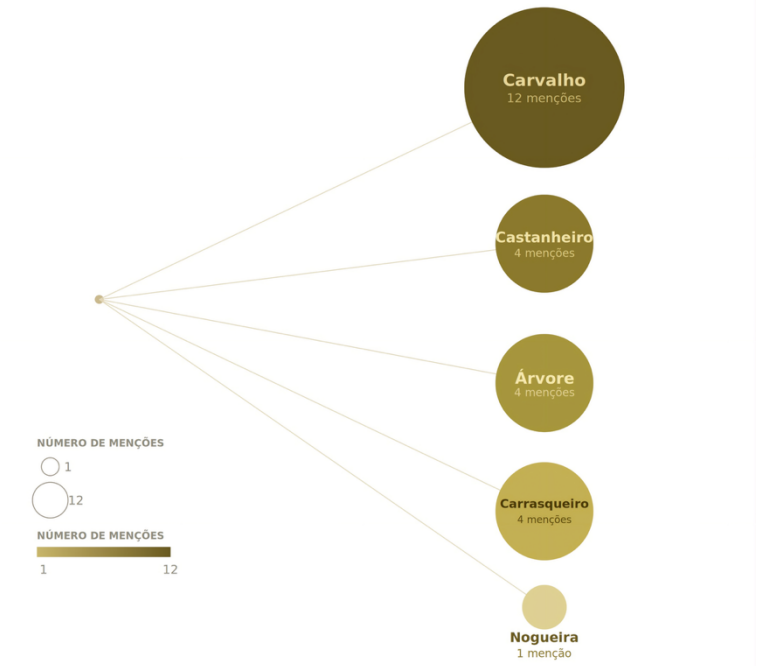


Gráfico 13. Gráfico referente às árvores de essência florestal mencionadas no *4.º Livro de Tombo*. Estão representadas as espécies arbóreas referenciadas no documento e o número de menções registadas no texto,

onde não constam números absolutos, constando apenas no plural. Elaborado com o *software Python 3*.

Por fim, no que respeita às espécies identificadas os dados acerca do coberto vegetal analisado eram constituídos quase exclusivamente por carvalhos[1110], representando 63% do total de essências florestais, com um número estimado em 9.479 pés — valor que poderá ser superior, dado que 3.160 pés são registados conjuntamente como carvalhos e castanheiros, sem discriminação[1111]. Tal predominância poderá relacionar-se com a reconhecida qualidade e resistência da madeira de carvalho, amplamente valorizada para múltiplas aplicações (Devy-Vareta, 1985, p. 48)[1112].

Um elemento que reforça esta interpretação encontra-se no quarto *Livro de Tombo*, ainda que reportado a propriedades situadas fora do nosso arco territorial analítico: na freguesia de Santa Maria de Aveleda, no Casal das Donas, uma devesa contabilizava cerca de 100 carvalhos, destinados ao fornecimento de madeira para apoio à viticultura[1113], bem como em Soutelo (Terra de Regalados)[1114] e no Casal de Ledim (freguesia da Lájea – Laje)[1115], com referência explícita ao seu aproveitamento enquanto madeiramento associado à exploração vitivinícola. Deste modo, mais do que inferir usos específicos generalizados, importa assinalar que a documentação permite atestar, em casos concretos, a articulação entre recursos florestais e práticas agrícolas, nomeadamente no suporte material à viticultura, ainda que a extensão dessa prática não possa ser quantificada com precisão.

Em termos comparativos, apurou-se uma presença modesta de castanheiros, que correspondiam a cerca de 1,09% (103 pés)[1116], e de olmos (100 pés, 1,06%) e nogueiras (20 pés, 0,21%), bem como ocorrências pontuais de sobreiros, pinheiros e amieiros, ainda que este último fosse mencionado em conjunto com carvalho e castanheiros numa ordem de 100 pés.

[1110] Levamos em conta que os 3.000 pés na devesa mencionada no Assento de casas em Palmeira eram carvalhos, uma vez que, comparativamente, os castanheiros representavam uma margem mínima em relação a estes. Ademais, a outra devesa, composta por 1.300 a 1.400 árvores, era exclusivamente formada por carvalhos.

[1111] Ainda que no Entre-Douro-e-Minho o castanheiro fosse abundante, a predominância do carvalho remonta, pelo menos, ao século XII, conforme sublinha Gonçalves (2012, p. 58): " Se o castanheiro vegetava em abundância por todo o Norte peninsular, uma outra essência o acompanhava sempre – o carvalho. E ainda com muito maior exuberância porque, em todos os casos em que foi possível quantificá-lo, ao menos de forma aproximada,
ele mostrou-se sempre como a espécie largamente dominante".

[1112] A título de exemplo de outros registos existentes, assinala-se a presença de árvores destinadas à produção de madeira, ainda que a documentação não especifique a sua aplicação final: no Casal de Montelho, na freguesia de São Frutuoso, "[...] *e* te*m* dent*ro* x ou xij carvalhos p*er*a mad*ei*ra [...] (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 21v); e no Casal de Cacavelos, na freguesia de São Martinho de Dume, [...] Estam xviij carualhos E huu*m* castinheiro de madeira [...] (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 31v); e no Lugar Acima dos Chãos, "[...] carvalhos pelo cômoros muy*tos* E castinheir*os* p*er*a madeira [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 33).

[1113] "[...] E tem hu*m*a deuessa logo Junto da dita v*inh*a q*ue* tem antre maaos *e* bo*n*s huu*m* cento de carvalhos p*er*a mad*ei*ra da dita v*inh*a [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 22v).

[1114] "[...] pedaco de deuessa de p*er* pee q*ue* dara huu*m* carro de mad*ei*ra p*er*a a dita v*inh*a [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 146).

[1115] "[...] E tem da p*ar*te de fora [*sic*] acarom logo da dita v*inh*o hu*m*a deuessa p*er*a a madeira da dita v*inh*a q*ue* sseeram pouco mais ou menos cem carualhos [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 147v).

[1116] Esse número podia ser maior, dado que não soubemos calcular a sua incidência na devesa com 3.000 pés em Palmeira.

Importa, contudo, introduzir uma cautela metodológica: os dados analisados derivam exclusivamente da documentação fundiária do Cabido, correspondente a um único tombo datado entre 1466 e 1510, a qual não abrange a totalidade da paisagem agrária regional, mas apenas as propriedades sob sua administração direta ou indireta, designadamente aquelas objeto de emprazamento e mencionadas no referido tombo. Deste modo, a amostra considerada não é plenamente representativa do coberto vegetal total da região, devendo as conclusões ser entendidas como indicativas das práticas e recursos associados ao património capitular, e não como um reflexo exaustivo da realidade paisagística bracarense.

CAPÍTULO 7. LINHAS DE REFORÇO: CONTRIBUTO PARA A ANÁLISE INTEGRADA DA CIDADE E DA PERIFERIA (1071–1510)

Com o objetivo de sistematizar os principais contributos desta investigação para o avanço do conhecimento sobre a evolução urbana de Braga entre 1071 e 1510, importa recentrar os eixos analíticos que orientaram a leitura integrada da cidade e do seu espaço envolvente. A investigação teve como objetivo analisar, de forma articulada, o núcleo muralhado e os seus subúrbios, procurando apurar a sua configuração enquanto espaços periurbanos e áreas de exploração agrícola. Neste contexto, a relação entre a cidade e o território extramuros foi interpretada enquanto um sistema articulado, no qual diferentes espaços desempenham funções complementares.

Retomam-se, assim, algumas das questões estruturantes da investigação, com o intuito de reforçar o seu enquadramento analítico, precisando a leitura dos dados recolhidos e organizar os principais resultados alcançados, bem como as perspetivas que permanecem em aberto.

Embora anterior ao recorte cronológico central desta investigação, importa assinalar, de forma sintética, a persistência de estruturas de matriz romano-tardo-antiga, que contribuíram para a manutenção de uma centralidade regional de Braga mesmo em contextos de instabilidade política, nos quais subsistiram pequenos núcleos populacionais. Este substrato revelou-se determinante para a configuração posterior do espaço urbano e periurbano ao longo da Idade Média, evidenciando uma continuidade adaptativa ancorada num processo progressivo de sacralização do território.

A partir destes espaços cristianizados, resultantes da fixação das primeiras comunidades cristãs, observa-se um processo de aculturação toponímica que se torna particularmente visível nas primeiras centúrias do segundo milénio. Este fenómeno manifesta-se, entre outros aspetos, na evolução linguística de topónimos de origem latina, reflexo de um passado profundamente romanizado. Um exemplo paradigmático encontra-se na referência, já no século XII, ao *vicus* de *Maximinus*, cuja designação evolui nas fontes dos séculos XIV e XV, mantendo, contudo, a sua matriz original, agora adaptada à grafia do português vulgar, surgindo enquanto paróquia e arrabalde de Maximinos.

Estes desdobramentos toponímicos inscrevem-se num quadro mais amplo de redefinição do papel político e religioso de Braga no Noroeste hispânico, já esboçado com a delimitação dos termos de Braga e de Dume pelos reis asturianos no século X, ocorrida após a devastação

provocada pela ocupação islâmica da Península Ibérica, que levou ao arrasamento de *Bracara* no início do século VIII. Será, contudo, com o restabelecimento da diocese bracarense em 1071, sob a direção do bispo D. Pedro, que a cidade recuperou, de forma efetiva e duradoura, a sua centralidade religiosa e institucional.

A partir da reorganização diocesana e, posteriormente, arquidiocesana, tornam-se identificáveis alguns pontos estruturantes que assumem particular relevo no presente estudo, sobretudo no que respeita ao processo de evolução do espaço construído. Braga apresentava-se, então, como herdeira de um burgo refortificado nos séculos IX e X, aquando do restabelecimento do seu termo e das tentativas de repovoamento promovidas pelos reis asturianos. Esse núcleo, desenvolvido sobre estruturas de matriz tardo-antiga, correspondia a uma área aproximada de sete hectares murados, implantada no quadrante nordeste da antiga cidade romana.

Quanto ao delineamento defensivo inicial, verifica-se uma expansão gradual para leste e nordeste do circuito, com a ocupação de áreas anteriormente periurbanas. A construção de uma nova cintura defensiva passou a integrar esses setores, ampliando o perímetro da cidade murada para cerca de quinze hectares já no século XIV, provavelmente ainda durante o reinado de D. Dinis. Esta cronologia parece articular-se com a edificação, a norte do burgo, da *domus fortis* do arcebispo D. Gonçalo Pereira, e a nordeste, de uma torre de menagem, estrutura que constituiu a matriz do castelo e cuja conclusão definitiva apenas se verificaria na década de 1470, já após a construção da Muralha Fernandina. Ainda que em plano hipotético, é plausível admitir que essa nova estrutura defensiva, obra do monarca D. Fernando, possa ter sido levantada a partir de um prolongamento defensivo mais modesto, acompanhando a progressiva expansão urbana da cidade.

Este processo de crescimento urbano pode ser, em parte, explicado pelo desenvolvimento da paróquia de São João do Souto e pela constituição da sua confraria entre os séculos XII e XIII, amplamente estudadas por José Marques. Nos primórdios da arquidiocese, os direitos e propriedades desta confraria foram doados à Sé por um casal de elevada capacidade económica, facto que contribuiu para a valorização e ocupação dos territórios adjacentes. Nesse contexto, destaca-se a construção de um castelo adossado, à época, no prolongamento defensivo em expansão. Esta estruturação conferiu dinamismo a um espaço estratégico que se projetava extramuros, em direção setentrional, abrangendo o traçado, então periférico, da Rua de Janes e o eixo que daria origem à Rua do Souto. Esta última artéria assumiu particular importância, uma vez que, em 1369, o Cabido detinha aí quase um quinto do total das suas propriedades intramuros.

O incremento destes trajetos e a sua integração na malha viária citadina deveu-se, em larga medida, à ocupação de áreas anteriormente periféricas, de carácter semiurbano ou rural. A sua anexação parece corresponder a uma estratégia deliberada de conexão com as propriedades vitivinícolas pertencentes aos cónegos de Braga, integradas no conjunto territorial conhecido como *Cónega Bracarense*, articulado através da Rua Nova que seria igualmente incorporada à malha viária intramuros. Este eixo estabelecia, por sua vez, ligações com importantes núcleos suburbanos, como Dume, São Frutuoso e a Ponte do Prado, recorrendo a um percurso que retomava a antiga via romana XIX, bem como a caminhos de matriz medieval, designadamente a Rua Nova extramuros, que se bifurcava nas imediações da Porta da Rua Nova. Conforme defendido no subcapítulo 6 do capítulo 4, este trajeto medieval articulava-se ainda com a sede da Gafaria de Braga, instituição que a documentação e a historiografia recente têm vindo a identificar como uma das maiores detentoras de bens imobiliários na cidade e de propriedades fundiárias nos seus arredores.

Retomando a problemática do sistema defensivo urbano, torna-se possível reavaliar criticamente o processo de consolidação da muralha de Braga à luz da documentação analisada. Em termos gerais, tem prevalecido a interpretação de que o encerramento do sistema defensivo de Braga ocorreu apenas no âmbito das reformas promovidas por D. Fernando, à semelhança do que se verificou noutras localidades do reino, sendo realizadas, ao longo do século XV, apenas obras pontuais de manutenção. Contudo, uma análise mais atenta da documentação régia relativa ao período em que Braga esteve sob jurisdição direta da Coroa (1402–1472), com particular destaque para os capítulos de Cortes, revela que, ao longo da dinastia de Avis, o sistema defensivo da cidade esteve recorrentemente associado às obras públicas, figurando de forma sistemática entre as matérias submetidas à deliberação régia.

Essa documentação evidencia diversas queixas relativas à má administração dos recursos destinados às obras, sobretudo durante o período de regência do infante D. Pedro, duque de Coimbra, quando a vedoria das obras da cidade se encontrava confiada a D. Afonso, duque de Bragança e conde de Barcelos. Os registos mencionam possíveis desvios de fundos, abusos por parte de tesoureiros e oficiais responsáveis pela gestão do erário, bem como irregularidades na execução dos trabalhos. Ainda assim, é claro que, durante este período, o projeto de edificação das torres defensivas se encontrava em curso, sendo possível identificar, pelo menos, uma torre já concluída, enquanto outras duas enfrentavam atrasos na sua finalização.

Este conjunto de evidências reforça a hipótese de que a consolidação do sistema defensivo de Braga não se circunscreveu unicamente às reformas fernandinas, mas se prolongou, com crescente importância e significativas despesas, desde o reinado de D. João I até ao de D. Afonso V, pelo menos até onde a documentação atualmente disponível permite avançar.

Assume igualmente relevância a análise da toponímia do sistema circulatório urbano, uma vez que as suas transformações ao longo do tempo oferecem importantes indícios sobre o imaginário social e as dinâmicas funcionais da cidade. Um exemplo paradigmático é o da Rua de Maximinos. A sua designação anterior – Rua dos Burgueses – evocava os habitantes do antigo burgo, remontando ao período da ocupação asturiana. A partir da segunda metade do século XV, a via passa a refletir a crescente representatividade do arrabalde de Maximinos, desenvolvido para além da Porta homónima. A artéria que preservava a memória do burgo passou, assim, a corporizar, no quotidiano urbano, a ligação efetiva com o espaço periurbano poente, possivelmente em resultado da duplicação da dimensão espacial da cidade e da consequente redefinição da memória das artérias intramuros.

A Rua Verde, conforme tem avançado a historiografia, pode ser interpretada como uma via periférica intramuros, caracterizada por uma presença arbórea significativa nas imediações da muralha ocidental, interpretação que se confirma à luz da análise desenvolvida nesta investigação. O seu traçado corresponde ao antigo *cardo maximus* setentrional de *Bracara Augusta*, desempenhando, por conseguinte, uma função estruturante de ligação entre os setores meridional e setentrional do espaço extramuros. Tal função parece ser corroborada pelo número relativamente elevado de cavalariças aí identificadas, em contraste com outras artérias da cidade.

Entre as vias estruturantes, destaca-se a Rua Travessa, com desenvolvimento predominante no sentido este-oeste, desempenhando uma função de articulação transversal entre diferentes eixos viários da cidade. Esta artéria intersectava grande parte das ruas do antigo burgo, formando uma malha mais densa do que aquela observada na expansão urbana a norte. Mais do que um eixo de ligação direta, o seu traçado permitia a interconexão entre o subúrbio meridional, a centralidade da Sé e os setores orientais da cidade, através de articulações perpendiculares com outras ruas. Este percurso era marcado por cruzamentos designados na documentação como *cruzes*, entre os quais sobressaía a Cruz da Carrapata, denominação que remete para a memória popular de uma mulher e do seu filho, conhecidos como Carrapata e Carrapato, que ali terão vivido durante décadas, nos ângulos a norte da interseção.

Este mesmo cruzamento era igualmente conhecido como Cruz do Forno da Infanta. O referido forno, de reconhecida importância para o abastecimento urbano desde meados do século XII, manteve ao longo do tempo um papel central na dinâmica económica da cidade. A necessidade da sua reativação na segunda metade do século XV – à semelhança do que ocorreu com outros fornos –, bem como a sua agregação contratual a unidades de exploração agrícola, sugere a persistência de uma função estruturante no sistema produtivo e no abastecimento alimentar de Braga.

No que concerne aos fornos, considera-se pertinente elencar a sua quantidade e distribuição no interior do tecido urbano, na medida em que estas estruturas desempenhavam funções produtivas e geradoras de rendas. O levantamento efetuado revela a existência de vários fornos intramuros desde os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento da diocese – excluem-se, neste caso, os fornos domésticos integrados em estruturas habitacionais. Esses equipamentos encontravam-se, certamente, associados a atividades económicas ligadas ao abastecimento da cidade, nomeadamente ao cozimento, possivelmente de pão, de cal e, sobretudo, de barro. Esta última atividade assume particular relevância, atendendo à existência documentada de um mercado oleiro nas imediações meridionais da Sé Catedral.

A própria toponímia da Rua da Olaria revela-se especialmente sugestiva, não apenas por indiciar a presença de oficinas de produção cerâmica, mas também por evidenciar o peso económico e funcional desta atividade no contexto urbano bracarense, concentrada num setor particularmente condicionado para esse efeito. Importa sublinhar, contudo, que o entorno da Rua da Olaria não se limitava às dinâmicas produtivas e comerciais, revelando, a partir da análise efetuada, um perfil residencial marcadamente heterogéneo.

Dentro das possibilidades investigativas, procurou-se igualmente articular a identificação toponímica do sistema de circulação com a funcionalidade dos espaços de sociabilidade urbana, como praças, rossios e largos. A Praça das Panelas, localizada a sul da Rua da Olaria, constitui um exemplo elucidativo dessa correlação, ao remeter diretamente para a atividade comercial ligada à cerâmica. De modo semelhante, a Praça do Pão e a Rua de Trás os Açougues, contígua à Rua dos Burgueses, refletem o carácter marcadamente mercantil que definia este setor da cidade.

No que concerne aos açougues, observa-se uma concentração inicial destas atividades numa zona específica, posteriormente remodelada para dar lugar à Praça da Cidade. Já na segunda metade do século XV e início do XVI, verifica-se uma progressiva dispersão por outros espaços

açougueiros mais claramente definidos, como o açougue situado diante dos Paços Arquiepiscopais, o açougue do peixe, em frente à Fonte da Rua Nova, e o açougue da carne, implantado fora da muralha, entre a Porta de Maximinos e a Porta Nova de Sousa.

Assume igualmente particular relevância a questão do abastecimento de água, elemento estruturante para o funcionamento e desenvolvimento urbano. A principal fonte de aprovisionamento residia, sobretudo, na abertura de poços, prática facilitada pela implantação da cidade numa zona de entre rios e caracterizada por elevada pluviosidade. A documentação refere, de forma explícita, cláusulas contratuais relativas à abertura e manutenção desses poços. Embora tenha sido possível identificar apenas um número parcial dessas estruturas, é razoável admitir que o seu total fosse significativamente superior, dada a sua importância para o abastecimento doméstico e para diversas atividades artesanais.

Paralelamente, a cidade continuava a beneficiar de um sistema hidráulico de matriz romana, composto por ductos provenientes do complexo das Sete Fontes, cujo traçado conduzia a reservatórios situados no interior do núcleo urbano. O sistema ingressava na cidade pelo caminho dos Chãos – correspondente à *antiga via romana XVIII* –, a partir do qual subdutos permitiam igualmente a irrigação das lavouras adjacentes. Este mecanismo de condução de água viria a alimentar um conjunto de fontes e, em especial, de chafarizes, já nos primórdios do século XVI, período em que o calcetamento urbano começava a envolver progressivamente os arredores desses equipamentos hidráulicos e os Paços Arquiepiscopais.

Por seu turno, o primeiro Paço do Concelho – fase em que as vereações passaram a alternar entre espaços edificados e reuniões ao ar livre – foi por nós identificado e proposto com base no cruzamento de estudos historiográficos e cartografia histórica, sustentado pela interpretação da documentação alusiva às suas instalações. Este edifício terá ocupado, ao que tudo indica, o ângulo oposto à câmara do século XVI, na Rua de D. Gualdim — edifício que, conforme representado no *Mapa de Ruas de Braga* (MRB), terá anteriormente desempenhado a função de primeiro Paço Arquiepiscopal.

Relativamente a este último, averigua-se a sua transferência, no início do século XIV, para nordeste da Sé Catedral, no lado oposto à Rua do Souto. O desenvolvimento urbano desta artéria esteve, de facto, estreitamente associado à importância do novo Paço Arquiepiscopal, sendo notória a concentração de clérigos que aí passaram a residir.

No que se refere aos edifícios de prestígio e poder, o novo Paço Arquiepiscopal – progressivamente transformado num verdadeiro complexo palaciano – foi erigido em cronologia

próxima à construção da Torre de Menagem do castelo. Inicialmente, consistia numa casa-torre mandada edificar pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, num contexto mais amplo de disseminação deste tipo de arquitetura doméstica defensiva em meio urbano. A casa-torre do Arcediago de Barroso, igualmente referida nesta investigação, deverá remontar a uma cronologia próxima, situável no início do século XIV.

Quanto às restantes casas-torre identificadas ao longo da presente tese, é plausível atribuir-lhes cronologias semelhantes, não sendo, contudo, de excluir a existência de outras estruturas análogas cuja confirmação depende de futuras sondagens documentais. Neste contexto, destaca-se uma denominada *casa grande*, localizada na Rua de Paio Manta, cujo emprazante terá sido o arcebispo D. Lourenço Vicente (1373–1398). Este imóvel, composto por diversos elementos – poço, pomar, exido e torre –, pelo elevado valor do emprazamento, pela sua dimensão e pelo estatuto do foreiro, poderá ter funcionado como uma espécie de paço alternativo, destinado a acolher o prelado durante períodos de reforma dos Paços Arquiepiscopais, ainda que tal hipótese deva ser considerada com a devida cautela.

As *casas grandes* eram relativamente poucas, mas distinguiam-se por valores de emprazamento significativamente superiores aos do casario comum. Ainda assim, foi possível observar que, sobretudo na Rua dos Burgueses – possivelmente a artéria economicamente mais valorizada até à urbanização da Rua do Souto –, existiam casas de um ou dois portais dotadas de elementos pétreos, indiciando uma condição económica mais robusta por parte dos foreiros.

Identificaram-se, igualmente, construções com arcos de pedra, destacando-se um exemplo localizado no setor da Rua da Olaria e da Rua Pequena, sugerindo a existência de espaços de comercialização sob alpendre, à semelhança do que se documenta noutras cidades do reino.

A análise do conjunto documental permite proceder a um levantamento das propriedades classificadas como *construção corrente* ou *casa comum* pertencentes ao Cabido, em três recortes temporais ao longo de trinta e cinco anos, entre 1369 e 1404, com especial incidência no período de 1369 a 1380. Os dados revelam uma oscilação do património capitular sem sinais de degradação estrutural significativa, apesar de se tratar de um contexto marcado por pestes, fomes, estiagens e crises agrícolas. No interior do espaço intramuros, o casario não evidencia transformações estruturais generalizadas, embora se registe um aumento do número de pardieiros, indiciando processos localizados de degradação e abandono.

As fontes permitem relativizar a ideia de uma destruição generalizada do casario de Braga aquando do ataque de D. Henrique II, em 1369. Os dados disponíveis sugerem que os danos no

interior da muralha terão sido relativamente circunscritos, concentrando-se sobretudo no setor inicial da Rua Nova, junto à respetiva porta, conforme indicado no primeiro Livro de Tombo de 1369–1380. Em contraste, os setores extramuros, particularmente no arco setentrional da cidade, parecem ter sido mais severamente afetados, com destruição significativa do edificado.

No que respeita ainda ao casario, a análise sistemática dos *Livros de Prazos* (1465–1502) permitiu verificar que o Cabido da Sé de Braga recorria a diversas modalidades contratuais, incluindo emprazamentos, escambos e, num único caso, arrendamento – este último localizado na Judiaria Nova. Apurou-se que cerca de metade dos contratos incluía cláusulas genéricas de melhoramento e manutenção, enquanto aproximadamente um terço apresentava disposições específicas relativas à transformação ou construção dos imóveis, revelando uma clara preocupação com a valorização patrimonial.

O recurso mais recorrente nesses contratos corresponde ao acrescentamento ou à edificação de sobrados de dois pisos, incluindo o rés-do-chão, indiciando uma crescente pressão para a ocupação vertical em determinadas artérias. Este fenómeno indica um processo de densificação habitacional que não se observa nos períodos anteriores documentados nos tombos de 1369 a 1404, nos quais se registam apenas sete casas sobradas em 1369, número que diminui para quatro em 1404.

A maioria dos contratos de transformação da segunda metade do século XV incluía cláusulas de penalização em caso de incumprimento. Destaca-se, nesse contexto, a situação das mulheres – sobretudo viúvas –, frequentemente obrigadas a apresentar fiadores. Em termos proporcionais, os clérigos revelam-se o grupo menos onerado por cláusulas penalizadoras ou exigências de construção, contrastando com os judeus, ainda que essa diferenciação não se apresente de forma absolutamente rígida, mas indicie uma intencionalidade contratual diferenciada.

Os judeus surgem sobretudo nos contratos reformulados aquando do translado da Judiaria Nova para a Judiaria Velha, caracterizados por maior rigidez, custos de transformação mais elevados e penalizações mais severas. Este modelo contratual parece refletir uma estratégia deliberada dos cónegos no sentido de valorizar os imóveis localizados no segmento sul da Rua da Triparia, artéria periférica onde a comuna judaica foi reinstalada e segregada por portões.

A partir do cruzamento das fontes disponíveis, propôs-se, também, situar o estabelecimento formal da primeira judiaria entre 1402 e 1404, considerando o enquadramento das políticas régias de D. João I tendentes à organização das comunas judaicas em espaços delimitados. Este

processo ganha particular significado se atendermos ao facto de Braga ter passado à jurisdição régia a partir de 1402.

Procurou-se, ainda, conferir atenção específica ao espaço religioso urbano, que, para além do papel estruturante da Sé Catedral, se caracteriza pela presença de um elevado número de confrarias e capelas, de natureza heterogénea e dirigidas por diferentes grupos sociais, como mesteirais, leigos e eclesiásticos. Este levantamento constitui uma base sólida para o aprofundamento de novas problemáticas em torno da religiosidade urbana, contribuindo para um campo historiográfico que tem conhecido avanços relevantes nos últimos anos.

As fontes revelaram igualmente uma notável diversidade de hospitais e albergarias em funcionamento, evidenciando um perfil assistencial e caritativo ativo desde os primórdios do restabelecimento da diocese. No que respeita à Gafaria de Braga, reforça-se a sua centralidade enquanto instituição de acolhimento dos mais necessitados, propondo-se, com base no apuramento das fontes, a localização da sua sede nos subúrbios da cidade, entre 1 e 3 km de distância, numa área compreendida entre a freguesia de Gondizalves, o Monte Barral e as atuais freguesias de Real e Dume.

Verificou-se ainda que, entre os séculos XV e XVI, o património da Gafaria não apenas aumentou, como passou por um processo de progressiva desperiferização, concentrando-se nas artérias do antigo burgo dos séculos IX e X. Um dos exemplos mais expressivos dessa concentração encontra-se no segmento norte da Rua da Triparia – posteriormente designada Rua das Chagas –, onde a Gafaria figurava entre os principais proprietários imobiliários, numa artéria de dimensão relativamente modesta.

Este deslocamento patrimonial pode também ser explicado pela redução das propriedades da instituição noutros pontos da cidade, como na Rua da Corredoira. Recorde-se que o ataque castelhano de 1369 provocou danos significativos no casario bracarense, incidindo sobretudo na zona periurbana correspondente ao circuito setentrional da muralha, entre a Porta de Maximinos e a Porta do Souto, área que terá sido quase integralmente arrasada durante o cercamento.

No que respeita à zona periurbana, entendida como o espaço compreendido num raio aproximado de um km em torno da muralha, importa sublinhar que as portas de Braga asseguravam, em grande medida, o acesso às remanescentes vias de origem romana que conduziam às primitivas basílicas cemiteriais paleocristãs. No espaço periurbano de Braga, diversas estruturas religiosas desenvolveram-se a partir de antigas *villae* e *vici* implantados ao longo dos eixos viários herdados da Antiguidade Tardia. Dessas basílicas constituíram-se, na Alta

Idade Média, a paróquia de São Vítor, situada ao longo da antiga via XVII (a nascente); a igreja de São Vicente, associada à via XVIII (a nordeste); a paróquia de São Pedro de Maximinos, ligada à via XX *per loca maritima* (a poente); a igreja de São Clemente, associada ao eixo que conduzia a Emerita Augusta (sul/sudeste); e, ainda, a cividade, localizada a sudoeste do recinto murado, acessível pelo Postigo da Cividade — ou de São Sebastião —, que desembocava num espaço rural outrora ocupado pelo antigo fórum da cidade.

Ainda sobre o assalto castelhano de 1369, importa reforçar que, ao longo destes eixos viários, se vinham desenvolvendo diversos aglomerados extramuros, nos quais já se reconheciam potencialidades e condicionantes para uma futura consolidação enquanto arrabaldes. Tal processo apenas se concretizaria plenamente com a Rua dos Chãos e a Rua de Maximinos, referidas, a partir de cerca de 1480, como arrabalde dos Chãos e arrabalde de Maximinos. A Rua Nova extramuros, eixo de ligação à Cónega Bracarense, apresentava igualmente um número significativo de casas emprazadas, todas elas destruídas aquando do ataque castelhano. A Rua da Corredoira, por seu turno – a mais densamente habitada dessas artérias –, reunia condições que poderiam tê-la elevado à categoria de principal arrabalde da cidade, uma vez que estabelecia ligação direta com o Hospital de São Bartolomeu, com a igreja e quintã de Nossa Senhora a Branca – conectada ao sudeste com localidades como Barrios, Soutinha e Penelas –, bem como com a paróquia de São Vítor, articulando-se, posteriormente, com as propriedades fundiárias de Gualtar.

Antes do ataque castelhano de 1369, as rendas dos emprazamentos nestas três artérias, mais a Rua Nova extramuros, situavam-se numa média entre 0,5 e 2 maravedis. Esta relativa simetria dos valores de emprazamentos em 1369 sugere que tais espaços poderiam já reunir condições para uma afirmação enquanto arrabaldes, processo que se concretizaria no decurso do século XV, embora os valores do foro, substancialmente inferiores aos das propriedades intramuros, revelem um estatuto ainda periférico.

Neste contexto, a zona periurbana de Braga, num raio aproximado de um km em torno da muralha, era composta por um mosaico de propriedades agrícolas, com unidades de exploração diferenciadas e uma rede de caminhos rurais que articulavam as antigas vias de matriz romana. Esta área assentava, sobretudo, na produção cerealífera, mas apresentava, de forma ainda mais marcada, uma vocação vitivinícola. A este cenário somavam-se amplos espaços de produção variada, designados nas fontes como Hortas, nomeadamente as Hortas de São Marcos (a nascente) e as Hortas da Cidade, ou de Maximinos (a poente), bem como os prados do Arcebispo. Mais a jusante, desenvolvia-se uma zona de carácter semi-industrial entre a cidade e o rio Este,

atravessada por um caminho paralelo ao antigo *cardo* meridional – mais tarde suplantado pela localidade rural de Urjães.

Este percurso, conhecido como *Passagem dos Pelames*, partia da Porta de Santiago e era ladeado por propriedades agrárias, predominantemente vinhas, intensificando-se a atividade industrial nas proximidades da ribeira do rio Este. O Casal da Ribeira surge com particular frequência na documentação, provavelmente devido à sua relevância económica, associada à a atividade de curtumes e à localização estratégica do casal nas proximidades de moinhos localizados ao longo do curso do rio Este.

Destacam-se, neste conjunto, os Moinhos de Ladrões, situados entre as pontes do Porto e de Guimarães. Este espaço era ainda articulado pelo Caminho Novo, que acompanhava o leito do rio e assegurava a ligação terrestre entre as duas pontes, ascendendo, nas proximidades da igreja de São Clemente, por um trajeto rural até às Hortas de São Marcos.

Não obstante, a área de vocação vitivinícola mais expressiva localizava-se, inequivocamente, no setor norte, onde esta atividade se manifestava de forma mais intensa. Por sua vez, o arrabalde dos Chãos apresentava-se como um espaço heterogéneo, relativamente semiurbanizado, onde coexistiam edifícios residenciais e uma intensa atividade agrária, alimentada por ductos de água provenientes das Sete Fontes. Embora algumas propriedades se orientassem diretamente para a rua pública do arrabalde, a documentação do Cabido evidencia a necessidade de ocupação em altura, o que sugere uma manifesta densidade populacional. No seu vértice norte, esta artéria estabelecia, pelos Carvalhos de Ramos, ligação com Palmeira e com os caminhos provenientes da Porta Nova, em direção à Gafaria e à freguesia de Dume, prolongando-se ainda, a nordeste, para São Vicente, no espaço conhecido como Acima dos Chãos.

O arrabalde de Maximinos, por sua vez, integrava a extensa paróquia homónima, abrangendo as Hortas da Cidade – ou Hortas de Maximinos –, parte da *Cividade* e diversas localidades, como *Abraão*, onde se identificam conjuntos de moinhos aparentemente fluviais, bem como a *Cónega* e caminhos rurais em direção a *Cones*, *A Lavadeira* e a *Pereira*. As duas últimas correspondiam a localidades rurais situadas nas imediações da antiga igreja e da fonte de São Pedro de Maximinos. Neste arrabalde, o Cabido não detinha um número expressivo de edifícios emprazados, pelo menos não em proporção comparável à dos Chãos. Ainda assim, tudo indica que Maximinos terá assumido uma importância equivalente – ou mesmo superior –, sobretudo atendendo à significativa alteração toponímica observada na antiga Rua dos Burgueses e na respetiva Porta do Muro, que passaram a adotar a designação de Maximinos.

No que respeita às Hortas da Cidade, ou Hortas de Maximinos, não é possível determinar com absoluta segurança se se tratava de um único espaço ou de hortas contíguas e interpenetradas. Em todo o caso, o Cabido procedia a numerosas concessões de terrenos através de prazos destinados ao cultivo de vinhas e de campos de semeadura, revelando a coexistência de múltiplas formas de exploração agrária. Estas incluíam tanto a produção cerealífera e vitivinícola em parcelas relativamente extensas, frequentemente superiores a 1.000 m², embora com variações significativas, conforme indicado pela documentação disponível e pelas parcas informações relativas às dimensões dos terrenos.

Por fim, a análise cruzada das fontes permitiu delinear com maior precisão as práticas de ocupação e exploração do espaço suburbano de Braga durante a Baixa Idade Média. Com base, sobretudo, no quarto *Livro de Tombo* (1468–1510), alargou-se o raio de observação para o território do couto de Braga, identificando-se uma produção agrícola claramente documentada e quantitativamente relevante no conjunto das explorações identificadas, com destaque para o centeio, o trigo e o milho, e, em menor escala, para a linhaça. Verificou-se igualmente uma particular incidência da atividade vitivinícola, que se afirma como um dos principais vetores económicos do espaço periurbano mais próximo da muralha, por vezes mesmo contíguo, como no caso de vinhas situadas junto à Torre de Santiago.

No domínio pecuário, documenta-se a criação de diferentes espécies, incluindo gado *vacum*, cavalar, muar, lanar, caprino e suíno, refletindo uma exploração diversificada dos recursos disponíveis, sobretudo nas freguesias de Dume e São Frutuoso (Real).

Quanto à arborização, predominavam espécies frutíferas, como a macieira, a uveira[1117] e a pereira, bem como árvores enxertadas com videira. O coberto vegetal apresenta um claro predomínio de carvalhos (63%), largamente maioritários face às outras espécies com maiores números de pés, como castanheiros (1,09%) e olmos (1,06%), todos concentrados sobretudo em áreas arborizadas, com especial destaque para as devesas. Nestas, registam-se as maiores concentrações arbóreas, como a Devesa de Palmeira, a cerca de 5 km a noroeste de Braga de Braga, onde se identificam entre 1.200 e 1.300 pés de carvalho. Pouco expressivos, surgem ainda nogueiras, sobreiros e pinheiros.

[1117] Conforme Gonçalves, a uveira era presente um pouco pro toda a parte no interior do Entre-Douro-e-Minho (2012, p. 81).

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, importa retomar de forma sistemática o percurso que estruturou a presente investigação, de modo a evidenciar a coerência interna entre as questões inicialmente formuladas, os pressupostos teórico-metodológicos adotados e os resultados alcançados. A organização da tese em vários capítulos não se limitou a uma opção estrutural, correspondendo antes a uma estratégia analítica orientada para articular, de forma progressiva, a problematização historiográfica, a definição conceptual, a construção metodológica e a interpretação empírica da evolução urbana de Braga na Baixa Idade Média.

O capítulo inaugural assumiu, nesse sentido, uma dupla função estruturante. Por um lado, procurou-se estabelecer o enquadramento teórico do estudo, mediante uma leitura crítica da evolução da História Urbana enquanto campo disciplinar, bem como da progressiva incorporação do conceito de urbanismo nos estudos sobre as cidades medievais. Por outro, procedeu-se à definição dos conceitos centrais da investigação, designadamente o periurbano e o suburbano, cuja delimitação foi proposta em função das especificidades da realidade bracarense. Neste contexto, o periurbano assume particular centralidade enquanto chave interpretativa para a compreensão das dinâmicas de articulação entre o núcleo urbano e os espaços extramuros e periféricos, sem descurar a pertinência da noção de suburbano na caracterização dessas zonas e outras, mais afastadas, de carácter marcadamente rural. Este esforço de clarificação conceptual revelou-se fundamental para sustentar a análise subsequente, permitindo evitar a aplicação direta e indiferenciada de categorias modernas a realidades medievais.

Ainda no âmbito desse primeiro capítulo, foram identificados aspetos da historiografia que careciam de maior desenvolvimento, os quais orientaram a formulação dos problemas de investigação. Entre estes, destacou-se a necessidade de uma análise sistemática dos contratos de prazo, o aprofundamento do estudo das propriedades pertencentes ao Cabido e das relações estabelecidas com os seus enfiteutas, bem como a ausência de uma abordagem integrada dos espaços urbano e periurbano da cidade. Acresce a estas questões a reduzida atenção concedida às formas de exploração agrária no espaço suburbano, aqui analisado em grande medida, a partir da delimitação geográfica da análise em diálogo com as fontes e com a territorialidade do couto de Braga.

No plano metodológico, desenvolvido no segundo capítulo, adotou-se uma abordagem assente no cruzamento sistemático de fontes de natureza diversa, incluindo documentação arquivística, edições impressas, resultados das investigações arqueológicas, cartografia histórica e

representações iconográficas. A este respeito, importa sublinhar a relevância da delimitação do couto de Braga enquanto unidade administrativo-geográfica de análise, a qual permitiu enquadrar com maior rigor o levantamento e a interpretação das formas de exploração agrária, oferecendo um quadro coerente para a identificação das unidades fundiárias e das práticas de ocupação do espaço periurbano e rural.

O estudo desenvolveu os aspetos metodológicos e documentais já referidos, evidenciando a pertinência da análise combinada de diferentes fontes e detalhando os critérios adotados para a recolha, tratamento e sistematização da informação. A organização das bases de dados revelou-se fundamental, permitindo ordenar um volume considerável de informação e sustentar análises de natureza quantitativa e qualitativa. A análise foi permanentemente confrontada com a bibliografia especializada, assegurando a consistência interpretativa dos resultados.

No terceiro capítulo, a investigação procurou enquadrar a cidade de Braga no seu contexto geoambiental e histórico de longa duração, desde a Antiguidade até à restauração da diocese em 1071. Este recuo cronológico permitiu examinar de forma detalhada as permanências estruturais e as transformações que moldaram o espaço urbano medieval, evidenciando a centralidade da cidade no Noroeste peninsular e a sua relevância na escala local e regional. Além disso, analisaram-se os fatores naturais e os processos sociais, políticos e administrativos que influenciaram a evolução urbana, permitindo compreender a manutenção ou a alteração de traços urbanos, infraestruturas e padrões de ocupação ao longo do tempo.

Com base neste enquadramento, o quarto capítulo incidiu sobre a análise da cidade intramuros, considerando a evolução do sistema defensivo, a organização da rede viária e a distribuição dos espaços de sociabilidade, produção e abastecimento. A investigação permitiu levantar a hipótese da existência de um prolongamento do sistema defensivo anterior à Muralha Fernandina, o qual teria acompanhado o desenvolvimento da cidade ao longo do tempo. Identificaram-se, ainda, processos de reconfiguração espacial associados ao crescimento urbano. A análise dos arruamentos evidenciou a sua função enquanto elementos de ligação entre a cidade e o seu espaço extramuros, particularmente no que respeita à continuidade de percursos e à sua adaptação ao longo do período medieval.

No que respeita ao espaço habitacional, a análise sistemática dos Livros de Tombo permitiu desenvolver uma leitura detalhada da distribuição das propriedades urbanas e das tipologias habitacionais entre 1369 e 1404. Esta abordagem evidenciou diferenças na organização do edificado, bem como processos de degradação do tecido urbano, documentados pela presença

de pardieiros. De igual modo, foram identificados espaços de prestígio e estruturas associadas ao exercício do poder, bem como outros edifícios fortificados ainda não explorados pela historiografia, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado da morfologia urbana de Braga.

O volume e a consistência do corpus documental relativo aos contratos de emprazamento das propriedades urbanas justificou a autonomização de um capítulo específico, no qual se analisou a gestão patrimonial do Cabido. Através do estudo das tipologias contratuais, dos perfis dos emprazantes e das características dos bens envolvidos, foi possível avançar para uma compreensão mais sólida das formas de valorização, conservação e transformação do património imobiliário, bem como das suas implicações na organização do espaço urbano e na sua evolução ao longo do tempo.

O capítulo dedicado ao espaço extramuros constitui um dos aportes relevantes da investigação, ao apresentar uma proposta de delimitação da zona periurbana de Braga nos séculos finais da Idade Média, bem como uma análise da exploração agrária das propriedades no território do couto de Braga. A análise das vias de acesso, das unidades de exploração agrária e das estruturas associadas à produção permitiu identificar uma espacialidade de interdependência entre o núcleo urbano e o espaço suburbano.

No que respeita à delimitação da zona periurbana, definiu-se um raio de aproximadamente um km a partir da centralidade da Sé Catedral, ajustado às áreas onde se localizavam as principais paróquias mais próximas da cidade, os seus dois arrabaldes e o curso do rio Este. Para maior clareza analítica, o espaço extramuros foi dividido em setores — norte, sul, este e oeste —, tomando as vias de ligação com as portas e postigos da muralha como lastro estruturante. Este enquadramento permitiu apurar as formas de conexão entre a cidade e o seu espaço extramuros, contribuindo para uma caracterização mais rigorosa da organização deste espaço exterior e cercano da cidade no período medieval.

A análise das unidades fundiárias permitiu apreender, com maior detalhe, as formas de exploração agrária, possibilitando identificar não apenas áreas de cultivo, mas também os elementos constitutivos da cabeça das propriedades, incluindo edifícios residenciais, estruturas de transformação, espaços de armazenamento, entre outros. A diversidade lexical presente na documentação permitiu reconhecer diferentes formas de organização do espaço rural, contribuindo para uma melhor caracterização das práticas agrárias e dos modos de aproveitamento do território.

Importa destacar que os resultados alcançados assentam, de forma particular, na análise do quarto *Livro de Tombo* (1466–1510), cuja natureza descritiva, resultante das vedorias efetuadas pelos oficiais delegados pelos cónegos para esse efeito, forneceu elementos fundamentais para o estudo das propriedades e das formas de exploração agrária. Ainda que outras fontes tenham sido consideradas, nomeadamente os *Livros de Prazos*, foi este livro que sustentou a análise da paisagem urbana e periurbana, bem como das formas de exploração agrária no couto da cidade.

Em articulação com a investigação desenvolvida, o capítulo 7 — dedicado às *Linhas de Reforço* — prolonga e aprofunda os resultados obtidos, ao congregar um conjunto de questões e hipóteses elaboradas ao longo da análise. Longe de se tratar de um exercício especulativo, este capítulo assenta nas evidências reunidas e contribui para a consolidação e aprofundamento dos dados, sobretudo no que se refere à relação entre espaço urbano, zona periurbana e exploração agrária.

Os anexos desempenham um papel de validação das análises, reunindo transcrições documentais, tabelas analíticas e dados sistematizados que sustentam empiricamente as interpretações apresentadas. Estes materiais permitem avaliar os fundamentos das conclusões desenvolvidas, oferecendo um suporte estruturado que poderá ser mobilizado em futuras investigações sobre a cidade de Braga e o seu território.

No que respeita a investigações futuras, reconhece-se que subsistem diversas questões por explorar. Entre estas, destaca-se a análise de outros proprietários urbanos e rurais, além do Cabido, incluindo o Arcebispo — cuja documentação patrimonial se afigura de difícil acesso ou de conservação incerta —, mosteiros, a comenda de Rio Frio da Ordem de Cristo, entre outros, cujo património no couto e no termo da cidade ainda carece de exame mais detalhado, sobretudo nos finais da Idade Média e, principalmente, na primeira metade do século XVI, período para o qual a documentação conhecida permite aferições mais precisas.

Revela-se igualmente pertinente estudar as propriedades rurais no território do couto e do termo, particularmente no que respeita à vila de Prado e ao rio Cávado, verificando, para além dos moinhos de água já documentados para o rio Este, em área próxima de um km a sul de Braga, outras formas de aproveitamento económico dos recursos hídricos num *corpus* documental mais heterogéneo e abrangente a reunir — ainda que algumas fontes documentais se encontrem já em vias de identificação —, como a pesca e demais explorações associadas ao curso fluvial. Acresce ainda o interesse em investigar aspetos ainda pouco tratados relativos ao uso do espaço florestal e rural sob a perspetiva ambiental, considerando os episódios de crise dos séculos XIV e XV. Estes horizontes, embora ainda em fase de definição, poderão fornecer contributos relevantes para a

compreensão integrada da cidade de Braga e do seu território, constituindo base para estudos futuros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

Fundo do Cabido e da Mitra:

1º Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1369–1380).

2º Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1393–1394).

3º Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1403–1404).

4º Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1498–1510).

1º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1468–1475).

2º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1476–1492).

3º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1466–1500).

4º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga (1499–1510).

Registo Geral, liv. 330.

Coleção Cronológica, antiga cx. 1, doc. 1.

Rerum Memorabilium Ecclesiae Bracarensis, Vols. II e III.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria Régia de D. Fernando (1367–1383), liv. 1 e 2.

Chancelaria Régia de D. Afonso V (1438–1481), livs. 1, 4, 11, 18, 19.

Chancelaria Régia de D. João II (1482–1496), liv. 3.

Mosteiro de Santa Maria de Arouca, gav. 1, mc. 2, n. 47.

Fontes Publicadas

Costa, A. de J. da (Ed.). (2016). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae* (Tomo 1 e 2). Edição melhorada e ampliada por J. Marques. Braga: Arquidiocese de Braga.

Peixoto, I. J. (1992). *Memória Particulares de Inácio José Peixoto* (Coord. J. V. Capela). Braga: Universidade do Minho / Arquivo Distrital de Braga.

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte. Edição preparada por J. J. A. Dias. (1998–2002). 3 vols. Lisboa: CEH/UNL.

Chancelarias Portuguesas: D. João I. Edição preparada por J. J. A. Dias. (2004–2006). 4 vols. Lisboa: CEH/UNL.

Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte: Cortes de 1436 e 1438 (1ª edição). Edição preparada por J. J. A. Dias. (2004). Lisboa: CEH-UNL.

Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1441–1447). Edição preparada por J. J. A. Dias & P. Pinto. (2017). Lisboa: CEH-UNL.

Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1451–1456). Edição preparada por J. J. A. Dias & P. Pinto. (2024). Lisboa: CEH-UNL.

Cunha, D. R. (1634–35). *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (Vols. I & II). Reprodução fac-similada.

Ibn al-Qūṭīyah, M. (1926). *Historia de la conquista de España de Abenalcotía el Cordobés: seguida de fragmentos históricos de abencotaiba, etc.* (J. Ribeira, Trad.). Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos/Bibliotecas y Museos.

Idácio. (1982). *Crónica* (Versão e anotações de J. Cardoso). Braga: Universidade do Minho.

Isidoro. (1975). *Historia de los Godos, Vándalos y Suevos* (Estudi, edición crítica y traducción de C. Rodríguez Alonso). León: Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León y El Archivo Histórico de León.

Isidoro. (2004). *Etimologia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.

Festus, S. P., & Flaccus, M. V. (2009). *De Verborum Significatione. Liv. 20* (ed. 1699). Londres: Kessinger Publishing's.

Flórez, E. (1758). *La España Sagrada, ó teatro geográfico-historico de la Iglesia de España: Origen, divisiones y limites de todas sus provincias, antigüedad y estado antiguo y presente de sus sillas, con varias disertaciones críticas* (Tomo 14). Madrid: M. F. Rodríguez.

Lopes, F. (2004). *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Plínio. (1998). *Historia Natural* (Livros III–VI). Madrid: Editorial Gredos.

Tombos da Ordem de Cristo, vol. IV: *Comendas do Noroeste* (1504–[a. 1510]), 1ª edição. (2008). Organizado por M. S. A. Conde & I. Gonçalves. Lisboa: CEHUNL.

Fontes Iconográfica

Braun, G. (1572–1618). *Nova Bracarae Auguste descripio*. In *Civitates Orbis Terrarum* (Vol. 6). Colônia, Alemanha.

Ribeiro S[oares da] Sylva, A. (2015). *Mapa da cidade de Braga Primaz (1756–57)*. Braga: Câmara Municipal.

AAVV. (1989–1991). *Mapa das Ruas de Braga* (Vols. I e II). Braga: Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho / Companhia IBM Portuguesa.

Fontes Cartográficas

Garcez, J. B., & Maciel, M. B. (s.d.). *Planta da cidade de Braga* (IIGC-29 - Cartas Antigas da Mapoteca, 6.4.3.-385, 1/4 000, 18). Impresso.

Goullard, F. (1883/1884). *Planta Topográfica da Cidade de Braga* (30 folhas, 1:500). Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga.

Dicionários

Bluteau, R. (1779). *Dicionário da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Tomo 2). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Grimal, P. (2020). *Dicionário da mitologia grega e romana* (1.ª ed. 1951). Lisboa: Antígona.

Porto Editora. (2021). *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim*. Porto: Porto Editora.

Straviz, I. A. (2007). *Dicionário Eletrónico e-Estraviz*. Acessado em 11 de outubro de 2023, disponível em <https://estraviz.org>.

Priberam Informática, S.A. (n.d.). *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/>.

Bibliografia

Adcock, M. (1996). Baron Haussmann and the rebuilding of Paris, 1851—1870. *University of Melbourne Journal*, *2*(2), 25—35.

Afonso, D. B. B. (2013). *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386—1521* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Afonso, J. F. (1998). *A Rua das Flores no século XVI: Elementos para a história urbana do Porto quinhentista* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Afonso, J. F. (2000). A construção de um centro cívico: Notas para a história da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV. *Museu. Porto, Série 4*, *9*, 27—70.

Afonso, L. U. (1996). As pinturas murais do pórtico axial da Sé de Braga (séc. XV). *Minia, Série 3*, *4*, 51—76.

Afonso, L. U. (2016). As sinagogas portuguesas e o tardo-gótico despojado. In J. Râmboa Melo & L. U. Afonso (Eds.), *O fascínio do Gótico: Um tributo a José Custódio Vieira da Silva* (pp. 105—136). ARTIS-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Alarcão, J. de (1995—1996). Las ciudades romanas de Portugal. In M. Bendala Galán (Org.), *La ciudad hispanorromana* (pp. 160—189). Ministerio de Cultura/Àmbit Servicios Editoriales.

Alarcão, J. de (1995—1996). As civitates do norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia*, *12*(3), 25—35.

Alarcão, J. de (2012). Conventus. In J. de Alarcão & M. Barroca (Coords.), *Dicionário de arqueologia portuguesa* (pp. 127—128). Figueirinhas.

Alarcão, J. (2015). Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale. *Portvgalia*, *36*, 35—48.

Albertini, E. (1923). *Le divisions administratives de l'Espagne romaine*. Diffusion Boccard.

Alcazár Segura, A. (2015). *Historia Militar de la Reconquista (Tomo I): De la invasión al Califato de Córdova*. Create Space Independent Publishing Platform.

Alföldy, G. (1961). *Fasti Hispanienses: Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*. Franz Steiner.

Allain, T. (2012). Appréhender le territoire urbain en Méditerranée (XVIIe-XIXe siècle). *Liame*, *24*, 1–8.

Almeida, C. A. F. de (1968). *Vias Medievais Entre Douro e Minho* (Monografia de licenciatura, Universidade do Porto, Porto, Portugal).

Almeida, C. A. F. de (1973). Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal. In *Atas das 1.ª Jornada Luso-Espanholas de História Medieval-Pobreza e a assistência aos Pobres na Península Ibérica Durante a Idade Média* (Tomo 1, pp. 39–57). Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Históricos.

Almeida, C. A. P. (1978). *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Almeida, C. A. F. de, & Barroca, M. J. (2002). *O Gótico-História da arte em Portugal* (Vol. 2). Presença.

Álvarez Álvarez, C. (1992). *La Ciudad de León en la Baja Edad Media: El espacio urbano*. Hullera Vasco-Leonesa.

Amaral, L. C. (1990). O património fundiário da Sé de Braga entre 1071 e 1108. In *IX Congresso Internacional Centenário da Dedicação da Sé de Braga - O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI* (Vol. 1, pp. 513–550). Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia–Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

Amaral, L. C. (1994). *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV: Estudo de gestão agrária*. Edições Cosmos.

Amaral, L. C. (2007a). *O povoamento da terra bracarense durante o século X*. Xunta de Galícia.

Amaral, L. C. (2007b). *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX–1137)* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Amaral, L. C. (2009). O povoamento da terra bracarense durante o século X. *História Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série 3*, *10*, 113–127.

Amaral, L. C. (2011). A vinda de S. Geraldo para Braga e a nova restauração da diocese. In *IX Centenário de S. Geraldo (1108–2008) - Colóquio de estudos e outros actos comemorativos* (pp. 157–192). Universidade Católica Portuguesa.

Amaral, L. C. (2013). As sedes de Braga e Compostela e a restauração da metrópole Galaica. In F. López Alsina, H. Monteagudo Romero, R. Villares Paz, & R. Yzquierdo Perrín (Auts.), *O século de Xelmírez* (pp. 11–38). Consello de Cultura Galega.

Amaral, L. C. (2021). As sedes de Braga e Compostela e a restauração da província eclesiástica da Galécia. In *Galiza e(m) nós: estudos para a compreensão do relacionamento cultural galego-português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Amaral, L. C. (2023). A restauração eclesiástica do Norte hispânico e a formação da primeira rede diocesana portuguesa (séculos XI-XIII). In *Enciclopédia do Românico em Portugal*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Amaral, L. C., & Barroca, M. J. (2020). *Teresa, a Condessa-Rainha*. Temas e Debates.

Amaro, C. (1999). Arqueologia islâmica em Lisboa: Um percurso possível. In S. Macias & C. Torres (Coords.), *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo* (pp. 61—71). Museu Nacional de Arqueologia.

Andrade, A. A. (1990). *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Livros Horizonte.

Andrade, A. A. (2003). *Horizontes Urbanos Medievais*. Livros Horizonte.

Andrade, A. A., & Costa, A. M. (2011). Medieval Portuguese towns: The difficult affirmation of a historiographical topic. In J. Mattoso, M. P. Rosa, B. V. Sousa, & M. J. V. Branco (Dirs.), *The historiography of medieval Portugal c.1950–2010* (pp. 283—301). Instituto de Estudos Medievais.

Antonini, M. (2013). *Sucessão Necessária* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. São Paulo, Brasil.

Antunes, M. E. (2008). *Um abade e o seu Jericó: Frei Tomás do Sacramento no Mosteiro de Santo André de Rendufe no segundo quartel do século XVIII*. [*s.n.*]

Antunes, J., Oliveira, A. R., & Monteiro, J. G. (1984). Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão: Estado da questão. *Revista de História das Ideias*, *6*, 25—160.

Araújo, M. M. L. de (2012). Casar raparigas pobres na Confraria de S. Vicente de Braga (Séculos XVIII—XIX). In M. M. L. de Araújo, F. M. Ferreira, & A. Esteves (Orgs.), *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (Séculos XVI—XX)* (pp. 197—216). CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Araújo, M. M. L. de (2015). O quotidiano do Hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna. In J. J. Iglesias Rodríguez, R. M. Pérez García, & M. F. Fernández Chaves (Ed.), *Atas de la XII reunión científica de la fundación de Historia Moderna - Comercio y cultura en la Edad Moderna* (pp. 1725—1739). Universidad de Sevilla.

Araújo, M. M. L. de (2016). Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna. In M. M. L. de Araújo (Coord.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos* (pp. 231—260). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Araújo, M. M. L. de (2022). Os hospitais na Idade Moderna: Uma realidade plural. In M. M. L. de Araújo (Coord.), *Os Hospitais portugueses. Da Idade Média aos dias de hoje* (pp. 37—72). Humus.

Argote, D. J. de C. (1728). *De antiquitatibus conventus bracaraugustani*. Ulyssipone Occidental.

Argote, D. J. de C. (1732—1734). *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas* (Vols. 1—4). Ulyssipone Occidental.

Arízaga Bolumburu, B. (1990). *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*. Krisileu.

Arízaga Bolumburu, B. (2002). *Imagen de la Ciudad Medieval. La Recuperación del Paisaje Urbano*. Universidad de Cantabria.

Arizaga Bolumburu, B., & Martínez Martínez, S. (2017a). *Pamplona en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. B.A.B.

Arízaga Bolumburu, B., & Martínez Martínez, S. (2017b). *Vitoria en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. B.A.B.

Ascher, F. (2004). *Los nuevos principios del urbanismo*. Alianza.

Azevedo, C. de (1988). *Solares Portugueses* (2ª ed.). Livros Horizonte.

Azevedo, J. L. de (1989). *História dos Cristãos-Novos Portugueses* (3ª ed.). Clássica.

Azevedo, P. (2018). Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante. *Turismo & Desenvolvimento, 30*, 23–35.

Bandeira, M. S. de M. (2000a). D. Diogo de Sousa, o urbanista: Leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta* (Separata), *49*, 19–58.

Bandeira, M. S. de M. (2000b). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Edições Afrontamento.

Bandeira, M. S. de M. (2011). A complexa relação entre as primeiras operações cadastrais e a cartografia urbana de meados do século XVIII: Desde o caso do "Mappa das Ruas de Braga" de 1750). In *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder* (pp. 1–15). Centro de Referência em Cartografia Histórica/Universidade Federal de Minas Gerais.

Bandeira, M. S. de M. (2015). *Braga vista do Céu | Braga from the sky*. Arguementum.

Barreiro García, M. C. (1995). *A documentação notarial do concello de Noia (Ss. XIV–XVI)* [Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela]. Santiago de Compostela, Espanha.

Barral i Altet, X. (2002). A virada arquitetónica do ano 1000. In G. Duby (Ed.), *História Artística da Europa - A Idade Média* (Tomo 1, 2ª ed., pp. 167–179). Paz e Terra.

Barreiros, M. d' A. (1989). *A Catedral de Santa Maria de Braga*. Só Livros de Portugal.

Barros, A. A. S. (1998). A aquisição e gestão de bens pelo Cabido de Braga na primeira metade da centúria de Trezentos (1300–1350). [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Barros, H. da G. (1945–1954). *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV* (2ª ed.). Livraria Sá da Costa.

Barros, M. F. L. de (2013). Los discursos de la ciudad y la minoría mulsumana: El caso de Évora. In J. Fuente & J. A. (Eds.), *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media* (pp. 117–137). Universidad de Castilla-La Mancha.

Barros, M. F. L. de (2014). Judeus e muçulmanos no Portugal medieval. In L. A. da Fonseca (Coord.), *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica* (pp. 266–271). CEPESE-Fronteira do Caos.

Barros, M. F. L. de (2019). Judeus e muçulmanos no espaço urbano: Inclusões, exclusões e interações. In A. A. Andrade et al. (Eds.), *Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval* (pp. 87–110). Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Barroca, M. J. (1989). Em torno da residência senhorial fortificada: Quatro torres medievais na região de Mares. *Revista de História*, *9*, 9–61.

Barroca, M. J. (1998a). D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *15*(1), 801–822.

Barroca, M. J. (1998b). Torres, casas-torres ou casas-fortes: A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XX–XV). *Revista de História*, *19*, 39—103.

Barroca, M. J. (2004). Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). *Portvgalia (Nova Séria)*, *25*, 181—204.

Barroca, M. J. (2017). O "Livro das Fortalezas" de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madri. In L. M. C. Rosa, A. C. Sousa, & H. Barreira (Coords.), *Genius Loci: Lugares e significados - Places and meaning* (Vol. 2, pp. 183—206). Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória.

Barroca, M. J. (1997). Torres, casas-torres ou casas-fortes: A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII–XV). *Revista de História das Ideias*, *19*, 39—103.

Barroca, M. J., Duarte, L. M., & Monteiro, J. G. (2003). *Nova história militar de Portugal* (Vol. 1). Círculo de Leitores e Autores.

Beirante, M. Â. V. da R. (1980). *Santarém Medieval*. Universidade Nova de Lisboa.

Beirante, M. Â. V. da R. (1988). *Évora na Idade Média* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Beirante, M. Â. V. da R. (1990). *Confrarias Medievais Portuguesas*. Maria Ângela Beirante.

Beirante, M. Â. V. da R., & Dias, J. J. A. (1995). O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI. In *Estudos de arte e história, homenagem a Artur Nobre de Gusmão* (pp. 61—79). Veja.

Bellino, A. (1895). *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguesias rurais*. Typografia Ocidental.

Benevolo, L. (1995). *A cidade na história da Europa*. Editorial Presença.

Bessa, P. (2013). *O "Paço": Os Paços Arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*. Universidade do Minho.

Biraben, J.-N. (1989). Essai sur les réactions des sociétés éprouvées par de grands fléaux épidémiques. In N. Bulst & R. Delort (Eds.), *Maladie et société XIe-XIIIe siècles* (pp. 367—374). CNRS.

Bitel, L. M. (2002). *Women in early medieval Europe, 400—1100*. Cambridge University Press.

Bochaca, M. (2007). Reconstruction urbaine et marché immobilier à Bordeaux après la guerre de Cent Ans. In *Atas da 33ª edição da Semana de Estudios Medievales de Estella-Mercado inmobiliario y paisaje urbanas en el Occidente Europeu, siglo XI–XV* (pp. 65—116). Gobierno de Navarra/Departamento de Cultura y Turismo.

Bochaca, M., & Arízaga Bolumburu, B. (2016). *Bayonne au Moyen Âge: Topographie et paysages urbains*. B.A.B.

Boone, M., & Porfyriou, H. (2007). Markets, squares, streets: Urban space, a tool for cultural exchange. In D. Calabi & S. T. Christensen (Eds.), *Cultural Exchange in Early Modern Europe* (Vol. 2, pp. 227—253). Cambridge University Press/ESF.

Bove, B. (2014). Les périphéries de Paris au XIVe siècle: Essai d'application de la théorie géographique aux sources médiévales. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução*

da paisagem urbana: Cidade e periferia (pp. 139–174). Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Braga, C. (2010). Rituais funerários em Bracara Augusta: O novo núcleo de necrópole da Via XVII. [Relatório de Mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Braga, C. (2013). Os contextos tardo-antigos do novo núcleo da necrópole da via XVII em Braga. In G. Branco et al. (Eds.), *Atas do II Congresso Internacional Sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário* (pp. 366–381). CHAIA.

Braga, C., & Martins, M. (2016). The funerary topography of the Via XVII Necropolis in Late Antiquity (Braga). In F. Sabaté & J. Brufal (Dirs.), *Arqueologia Medieval: Hábitats Medievals* (Vol. 8, pp. 17–33). Pagès.

Branco, M. V. J. (2015). Antes da independência de Portugal. In J. P. Oliveira, T. de M. Costa, & R. Carneiro (Eds.), *História de Portugal e Espanha. Amores de Desamores* (Vol. 1, pp. 11–102). Círculo de Leitores.

Bresciani, M. S. (2004). A cidade: Objeto de estudo e experiência vivenciada. *Revista Brasileira de Estudo Urbano e Regionais, 6*(2), 9–26.

Cabral, M. P. (2021). *O abastecimento alimentar na cidade de Braga na segunda metade do século XV e inícios do século XVI* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Cabral, M. P. (2022). O mester que vendia carne em Braga na Idade Média: A diferença entre os carniceiros e os carniceiros cadimos na regulamentação e controlo. In A. S. Melo & J. Sequeira (Eds.), *Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média* (Vol. 2, pp. 233–247). Lab2PT.

Cabrita, J. (2014). Sistema defensivo gerador de cidade: Evolução da arquitectura militar no tempo e no espaço. [Dissertação de mestrado Integrado, Universidade Autónoma de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Caetano, M. (1951). A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179–1383). *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* (Separata), *7*, 6–112.

Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras.

Campos, M. A. Á. de (2013). Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: O exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV. *Revista de História da Sociedade e da Cultura, 13*, 157–176.

Capela, J. V. (2003). As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista. Universidade do Minho.

Cardoso, G., Batalha, L., Rebelo, P., Rocha, M., Neto, N., & Brito, S. (2017). Uma olaria na Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa): Séculos XV e XVI. In *Arqueologia em Portugal* (pp. 1715–1730). Associação dos Arqueólogos Portugueses.Carita, H. (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495–1521)*. Livros Horizonte.

Carlos, A. F. A. (2007). *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*. Labur.

Carneiro, L. F. (2018). A agulha e a folha: Dimensões espaciais na construção de Braga setecentista. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Carpintério, M. V. T., & Cerasoli, J. F. (2009). A cidade como história. *História: Questões & Debates, 50*, 61—101.

Carvalho, A. da S. (1932). *História da lepra em Portugal*. Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria

Carvalho, C. N., & Rodrigues, J. (2012). Património geológico e geomineiro de Nisa: Caracterização do território e sua integração no Geopark Naturejo. *Açafa on-line, 5*, 92—168.

Carvalho, C. M. P. (1999). O património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Carvalho, H. P. (2008). O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis. [Tese de doutoramento, Universidade do Minho] Braga, Portugal.

Castanhas, T. A. Q. (2020). Aldeias do Xisto - Estratégias construtivas bioclimáticas contemporâneas de reabilitação. [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Castro, A. (1964). *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV* (Vol. 2). Portugalia.

Castro, A. (1965). *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV* (Vol. 3). Portugalia.

Castro, M. de F. (2008). *A Misericórdia de Braga. A assistência no Hospital de S. Marcos* (Vol. 4). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Cavero Domínguez, G. (2011). Organización eclesiástica de las civitates episcopales de León y Astorga (siglo X). In G. Cavero Domínguez (Org.), *Iglesia y cividad. Espacio y Poder (siglos VIII—XIII)* (pp. 69—101). Universidad de Oviedo.

Cerqueira, J. S. (1998). A exploração económica das propriedades do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465—1515). [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Chalmeta, P. (1973). Una historia discontinua e intemporal (jabar). *Hispania, 123*, 23—76.

Chery, J.-P. (2010). Les espaces périurbains en Europe: Un grand écart entre description et prospective. *Territoires 2040: revue d'études et de prospective, 2*, 61—76.

Choay, F. (1979). *O Urbanismo - Utopias e realidade: Uma antologia*. Perspectiva.

Choay, F. (2012). O reino do urbano e a morte da cidade. *Projeto História, 18*, 67—89.

Clément, V. (1999). Le territoire du Sud-Ouest de la Péninsule Ibérique à l'époque romaine. Du concept au modèle d'organisation de l'espace. In J.-G. George & F. G. Rodríguez Martín (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine* (pp. 109—120). Collection de la Casa de Velázquez.

Coelho, A. B. (2019). *Comunas ou Concelhos* (3.ª ed.). Caminho.

Coelho, M. H. da C. (1973). A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII. In *Atas das 1.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média* (Tomo 1, pp. 231—257). Instituto da Alta Cultura.

Coelho, M. H. da C. (1983). O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: Estudo de história rural. [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Coimbra, Portugal.

Coelho, M. H. da C. (1990). A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In *Homens, espaços e poderes. Séculos XI–XVI* (Vol. 1, pp. 37–59). Lisboa: Livros Horizonte.

Coelho, M. H. da C. (1990). O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir. In *Atas do IX Congresso Internacional: Centenário da dedicação da Sé de Braga. A catedral de Braga na História e na Arte* (Vol. 2, pp. 39–462). Braga: Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Teologia/Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

Coelho, M. H. da C. (1999a). As confrarias medievais portuguesas: Espaços de solidariedade na vida e na morte. In *A Historiografia Portuguesa, hoje* (pp. 61–100). São Paulo: Hucitec.

Coelho, M. H. da C. (1999b). O estado e as sociedades urbanas. In M. H. da C. Coelho & A. L. de C. Homem (Coords.), *A génese do estado moderno no Portugal tardo-medievo (séculos XIII–XV)* (pp. 269–292). Lisboa: Universidade Antónoma de Lisboa.

Coelho, M. H. da C. (2000a). A estruturação concelhia do Condado Portucalense - D. Henrique. *Biblios*, *76*, 37–56.

Coelho, M. H. da C. (2000b). Balanço sobre a História Rural produzida em Portugal nas últimas décadas. In *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos* (pp. 22–40). Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.

Coelho, M. H. da C. (2003). Bispos e reis: Oposições em torno de bens e jurisdições temporais. *Lusitania Sacra*, *2*(15), 279–289.

Coelho, M. H. da C. (2009). Considerações em torno das Chancelarias Municipais. In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (pp. 165–172). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

Coelho, M. H. da C. (2013). As cidades medievais portuguesas - População. In *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População* (pp. 145–162). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Coelho, M. H. da C. (2022). *D. João I: o que re-colheu Boa Memória* (2.ª ed.). Lisboa: Temas e Debates.

Coelho, M. H. da C., & Magalhães, J. R. (2008). O poder concelhio: Das origens às cortes constituinte. *Notas de História Social*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Conceição, R. F. T. da (2020). A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Collins, G. R. (1968). Linear planning - Its forms & functions. *Forum XX*, *5*, 1–26.

Collins, R. (2004). *Visigothic Spain, 409–711*. Oxford: Blackwell.

Colquhoun, A. (2004). *Modernidade e tradição clássica - Ensaios sobre a arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naif.

Comitre, D. (2013). A conversão do reino visigodo ao catolicismo e a legislação antijudaica: Um exame dos concílios entre os séculos IV e VII [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. São Paulo, Brasil.

Conceição, M. T. (1998). Formação Urbana em Almeida, séculos XVI–XVIII: Da vila cercada à praça de guerra [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Conde, M. S. A. (1996). *Tomar medieval: O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia.

Conde, M. S. A. (1997). Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média. *Arqueologia Medieval - Campo Arqueológico*, *5*, 243–265.

Conde, M. S. A. (2011). *Construir, habitar - A casa medieval*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memórias.

Conde, M. S. A. (2000). *Uma paisagem humanizada - O Médio Tejo nos finais da Idade Média* (Vol. 2). Cascais: Patrimonia.

Conde, M. S. A., & Vieira, M. A. (2001). A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os tempos modernos: Elementos para o seu estudo. In *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época* (pp. 2565–286). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Conde, M. S. A., & Vieira, M. A. (2004). Habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média. In I. Gonçalves (Coord.), *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias e problemáticas* (Vol. 1, pp. 1–43). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Conde, M. S. A. (2007). Nótulas em torno da casa urbana do Ocidente Peninsular: Sobre algumas alterações estruturais e superficiais na construção corrente dos fins da Idade Média. In *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas, Actas das III Jornadas* (pp. 57–81). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Conde, M. S. A., & Vieira, M. A. (2014). A habitação e a arquitectura corrente no Norte Transmontano em finais da Idade Média. In A. Cunha, O. Pinto, & R. de O. Martins (Coords.), *Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em Estudos Medievais: Arqueologia, história e património* (pp. 1–43). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Contreiras, M. dos S. (2019). A casa forte alentejana na transição da época medieval para a época moderna [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Corfield, P. J. (2015). History and the temporal turn: Returning to causes, effects and diachronic trends. In J.-F. Dunyach & A. Mairey (Eds.), *Les ages de Britannia: Repenser l'histoire des mondes Britanniques (Moyen Âge - XXIe siècle)* (pp. 259–273). Paris: Presses Universitaires de Rennes.

Correia, F. da S. (1999). *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas* (1.ª ed. 1944). Lisboa: Livros Horizontes/Misericórdia de Lisboa.

Correia, F. Branco (2013). *Elvas na Idade Média*. Évora: Edições Colibri.

Costa, M. J. de A. (1957). *Origem da enfiteuse no direito português*. Coimbra.

Costa, A. M. (1993). "Vereação" e "vereadores": O governo do Porto em finais do século XV. Porto: Arquivo Municipal do Porto - Câmara Municipal do Porto.

Costa, A. M. (2006). Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico: A divergente experiência das cidades do Porto e de Braga. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques* (pp. 77–86). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Costa, A. D. de S. (1973). Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV. In Atas das 1.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: A Pobreza

e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média (Tomo 1, p. 259–32). Lisboa: Instituto da Alta Cultura.

Costa, A. J. da (1950). S. Martinho de Dume: In XIV Centenário da sua chegada à Península. Braga: Ed. Cenáculo.

Costa, A. J. da (1993). D. Diogo de Sousa: Novo fundador de Braga e grande mecenas da Cultura. In Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicação da Catedral (pp. 15–118). Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Costa, A. J. da (1997–2000). O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga (Vols. 1 e 2, 2.ª ed.) (1.ª pub. 1959). Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

Costa, J. (2013). Contributo para o estudo dos casais no Entre-Lima-e-Minho nos finais da Idade Média: Rio Frio, Valdevez e Ponte de Lima. In Paisagens Rurais e Urbanas (pp. 183–229). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Cruz, M. da (2009). O vidro romano no Noroeste peninsular: Um olhar a partir de Bracara Augusta [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Cunha, M. C. A. (2005). A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071–1244). Noia (Corunha): Editorial Toxosoutos.

Cunha, P. A. M. (2019). *As feiras no Portugal medieval (1125–1521): evolução, organização e articulação* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

David, P. (1947). Études historique sur la Galice et le Portugal. Du VIe au XIIe siècle. Paris: Les Belles Lettres.

Davies, M. (2014). City and suburbs: London 1400–1700. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), Evolução da paisagem urbana: Cidade e periferia (pp. 205–228). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Delgado Viñas, C. (2017). Miradas sobre la ciudad desde la Geografía, la Historia y el Urbanismo: El estado de la cuestión a comienzos del siglo XXI. Ciudades, 19, 117–142.

Delgado, M., Fernández, A., Quaresma, J. C., & Morais, R. (2014). Una aproximación a la terra sigillata africana de Bracara Augusta (Braga, Portugal). In Atas do Congressus Vicessimus Octavus Rei Cretariae Romanae Fautorum Catinae (pp. 671–680). Catania: Rei Cretariae Romanae Fautores.

Devy-Vareta, N. (1985). Para uma geografia histórica da floresta: Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI). Revista da Faculdade de Letras-Geografia, 1(1), 47–73.

DeWitte, S. N. (2014). Mortality risk and survival in the aftermath of the Medieval black death. PLoS ONE, 9(5), e96513. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0096513

Dias, G. J. A. C. (1982). Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga. Mínia, Série 2, 5 e 6, 38–56.

Dias, G. J. A. C. (1985). Notícia da actividade cultural: III Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Inscrição hebraico-medieval em Braga. Revista de Guimarães, 95, 206–212.

Díaz Martínez, P. de la C. (1998). Gallaecia: De reino suevo a provincia visigoda. In M. X. Fernández Cerviño & G. Pereira Menaut (Coords.), Galicia fai dovs mil anos o feito diferencial galego (pp. 253–278). Santiago de Compostela: Edición e deseño.

Dopico Caínzos, M. D. (1976). Ciudades hispanas de la época de Augusto. In F. Burillo Mozota (Ed.), Anais do Symposion de Ciudades Augusteas de Hispania (pp. 79–137). Saragoça: Universidad de Zaragoza.

Dopico Caínzos, M. D. (1986). Los conventus iuridici: Origen, cronología y naturaleza histórica. Gerión. Revista de Historia Antigua, 4, 265–283.

Dopico Caínzos, M. D. (2013). Nuevas formas de administración, nuevas formas de control: La fundación de Lucus Augusti y su conventus. Portugalia, 34, 83–100.

Dopico Caínzos, M. D. (2016). Los inicios de la urbanización en el NO: Las capitales conventuales. In M. D. Dopico Caínzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), Clausus est Ianus. Augusto e a transformación do NO hispano, Philtáte Studia et acta antiquae Callaeciae (Vol. 1, pp. 255–279). Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Dopico Caínzos, M. D. (2009). As transformacións dos pobos do noroeste hispánico en época de Augusto: A evidencia epigráfica. In M. D. Dopico Caínzos, M. Villanueva Acuña & M. P. Rodríguez Álvarez (Auts.), Do castro á cidade: A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea (pp. 31–54). Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación.

Dopico Caínzos, M. D., & Santos Yanguas, J. (2017). Augusto y el Noroeste de Hispania: La acción del emperador y las comunidades indígenas. Gerión. Revista de Historia Antigua, 35, 707–721.

Dosse, F. (2012). A História. São Paulo: Unesp.

Duarte, L. M. (2003). Quando as casas se queriam pequenas (espaços e medidas na Idade Média). In J. V. Oliveira (Coord.), Arquitectando espaços: Da natureza à metapolis (pp. 183–192). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Duarte, L. M., & Amaral, L. C. (1984). Prazos do século e prazos de Deus: Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV. *Revista da Faculdade de Letras*, Série 2, 1, 97–128.

Duby, G. (2002). Arte e Sociedade: 1160–1320. In G. Duby (Coord.), História Artística da Europa (Tomo 1, pp. 68–97). São Paulo: Paz e Terra.

Dutour, T. (2003). La Ville Médiévale. Paris: Odeil Jacob.

Esteban i Noguera, J. (2011). La ordenación urbanística: Conceptos, herramientas y práctica. Barcelona: Universitat Politécnica de Catalunya/BarcelonaTech.

Ewen, S. (2016). *What is Urban History?* Cambridge: Polity.

Farelo, M. (2025). Práticas documentais e administração das capelas na Sé de Braga (finais do século XIV — inícios do século XV). *Bracara Augusta: revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, *132*, 91–122.

Feferman, C. E. (2007). *A Cidade Linear: Representações de um modelo no início do século XX* [Tese de doutoramento, Universidade do Rio de Janeiro]. Rio de Janeiro, Brasil.

Feio, A. (1923). *A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras: Itens contra os erros e fantasias do sr. Padre Manuel d'Aguiar Barreiros*. Braga: Tip. do Arquivo Distrital.

Feio, A. (1925). *Dois sepulcros medievais e seus artistas*. Coimbra: Coimbra Editora.

Feio, A. (1984). *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*. Braga: Universidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga.

Fernandes, H. (1992). *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo: O caso de Beja* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa.

Fernández, A. (2011). *El Comercio Tardoantiguo (ss. IV–VII) en el Noroeste Peninsular a partir del registro arqueológico de la Ría de Vigo*. Vigo: Archaeopress.

Fernández Flórez, J. A. (1985). Las casas del cabildo catedralicio en la ciudad de León. *Archivos Leoneses*, *75*, 31–157.

Fernández Flórez, J. A. (1985). *El Patrimonio del Cabildo Catedralício de León en la segunda mitad del siglo XV*. Valladolid: Simancas.

Fernández Calo, M. (2016). Plinio, o Parroquial Suevo, e a evolução estrutural do poder local galaico na Antigüidade. *Gallaecia*, *34*, 175–207.

Ferreira, J. A. (1928). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX)* (Tomo I). Braga: Mitra Bracarense.

Ferreira, J. A. (1930). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX)* (Tomo II). Braga: Mitra Bracarense.

Ferreira, J. A. (1932). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX)* (Tomo III). Braga: Mitra Bracarense.

Ferreira, J. A. (1934). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX)* (Tomo IV). Braga: Mitra Bracarense.

Ferreira, M. C. B. (2000). *Os Bens, direitos e rendimento do Cabido da Sé de Braga (1393–94/1403–04)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Ferreira, M. da C. F. (1983). Um Rua de elite na Guimarães Medieval. *Revista de Guimarães*, *96*, 81–150.

Ferreira, M. da C. F. (1989). *Um rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Ferreira, M. da C. F. (1997). *Guimarães: "Duas vilas um só povo". Estudo de história urbana (1250–1389)* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Ferreira, M. C. F. (2001a). Subsídios para o estudo da construção corrente em Barcelos de Quatrocentos. *Cadernos do Noroeste*, 15, 433–448

Ferreira, M. da C. F. (2001b). Construção corrente em Santarém, no século XV: Alguns exemplos. In L. A. de Oliveira Ramos, J. M. Ribeiro & A. Polónia (Coords.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* (pp. 459–473). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ferreira, M. da C. F. (2010a). *Duas vilas um só povo: Estudo de história urbana (1258–1390)*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memórias/Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Ferreira, M. da C. F. (2010b). *Guimarães "Duas vilas um só povo": Estudo de História Urbana (1258–1390)*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Ferreira, M. (1908). Esboço histórico da extinta diocese de Dume, junto aos muros de Braga. *O Arqueólogo Português*, *2*, 76–91.

Ferreira, N., Dias, G., Meireles, C., Braga, A., Francisco, S., & Santos, A. (2000). *Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 5D Braga*. Lisboa: Departamento de Geologia e Instituto Geológico e Mineiro.

Ferreira, R. (2016). A Fonte dos Granjinhos ou de trás de São Marcos. *Misericórdia de Braga - Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*, *12*, 345–354.

Ferreira, R. (2017). O culto de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Braga. *Revista Bracara Augusta*, *63*, 249–284.

Ferro, J. P. (1996). *Alenquer medieval (séculos XII–XV): Subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia - Associação de Projetos Culturais e Formação Turística.

Filho, A. T. (2015). História urbana: A configuração de um campo conceitual. *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade*, *7*(10), 1–9.

Fonseca, M. D. (2020). *O provimento de água nas fortificações medievais representadas no Livro das Fortalezas* [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Évora, Portugal.

Fontes, L. (1993). Inventário de sítios e achados arqueológicos do concelho de Braga. *Minia*, *3*(1), 31–88.

Fontes, L. (1995). A igreja sueva de Dume. In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (pp. 415–427). Barcelona: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL.

Fonte, L. (2008). A Igreja Sueva de São Martinho de Dume: Arquitetura cristã antiga de Braga e na Antiguidade Tardia do Noroeste de Portugal. *Revista de História da Arte*, *6*, 163–181.

Fontes, L. (2009a). O período suevo e visigótico e o papel da igreja na organização do território. In P. Pereira (Coord.), *Minho. Traços de Identidade* (pp. 272–295). Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Fontes, L. (2009b). A Igreja sueva de São Martinho de Dume, nos contextos da arquitetura cristã antiga de Braga e da Antiguidade Tardia do Noroeste de Portugal. *Revista de História da Arte*, *7*, 162–181.

Fontes, L. (2010a). Mosteiro de São Martinho de Tibães: O contributo da arqueologia. In *Congresso Património - Intervenção* (pp. 1–16). Porto: FEUP/DRCN/IGESPAR.

Fontes, L. (2010b). O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: Balanço e perspetivas de investigação. In L. Caballero Zoreda, P. Mateos Cruz, & G. de Castro Valdés (Coords.), *Asturias entre visigodos y mozárabes* (pp. 443–474). Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-CSIC.

Fontes, L. (2017). O sítio arqueológico da Falperra (Braga). In J. López Quiroga (Coord.), *In Tempore Sueborum. El Tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411–585). El Primer Reino Medieval de Occidente-Volumen de Estudios* (pp. 201–204). Ourense: Diputación Provincial de Ourense.

Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. da (1997–1998). Mais velho que a Sé de Braga: Intervenção arqueológica na catedral bracarense: Notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia, Série 2, 14*(15), 137–164.

Fontes, L., Martins, M., Boas, C. V., Braga, J., Sendas, J., & Magalhães, F. (2008). Escavações arqueológicas no Quarteirão dos Antigos CTT (Braga): Resultados preliminares. *Al-madan, 2*, 1–9.

Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M. do C., & Carvalho, H. P. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V–VII. In A. García (Coord.), *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (S. VI–VIII)* (pp. 91–98). Toledo: Toletvum Visigodo.

Frampton, K. (2000). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.

Freitas, B. J. de S. (1890). *Memórias de Braga* (Tomo I ao V). Braga: Imprensa Católica.

Frighetto, R. (2016). Do 'Imperium' ao 'Regnum' na Antiguidade Tardia: O exemplo do reino hispano-visigodo de Toledo (Séculos VI–VII). *História (São Paulo)*, *35*, e. 91, 1–22.

Galazak, J. (2013). A diarquia sueva: Sociedade e poder no regnum dos Quados ocidentais e no Regnum Suevorum (358–585 d. C.). *Revista Portuguesa de Arqueologia, 16*, 323–350.

Galhano, F. (1978). *Moinhos e azenhas de Portugal*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos/Secretaria de Estado e Cultura.

Garcia de Cortazar, J. Á. (1989). Percepción y organización social del espacio en la Castilla del siglo XII. *Finisterre, 24*(47), 5–37.

Garcia de Cortazar, J. Á. (1990). *La sociedade rural en la España medieval* (2ª ed.). Madri: Siglo Veintuno.

Garcia de Cortázar, J. A. (1996). *História rural medieval* (M. H. Costa Dias, Trad.). Editorial Estampa.

Garcia de Cortazar, J. Á. (1998). Sociedad y organización social del espacio castellano en los siglos VII al XII. Una revisión historiográfica. In M. J. Hidalgo, D. Pérez, & J. R. Gervás (Eds.), *Romanización y Reconquista en la Península Ibérica: Nuevas Perspectivas* (pp. 317–337). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Garcia de Cortazar, J. Á. (1999). Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII. In J. Á. García de Cotazár (Ed.), *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII* (pp. 15–48). Santander: Universidad de Cantabria/Parlamento de Cantabria.

Garcia de Cortazar, J. Á. (2004). *Sociedad y organización del espacio en la España Medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada.

García Lamas, J. M. R. (2010). *Morfologia e desenho da cidade* (6ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

García Sánchez, E. (1999). La conservación de los productos vegetales en las fuentes agronómicas andalusíes. In M. Marín & D. Waines (Eds.), *La alimentación en las culturas islámicas* (pp. 251–293). Madri: Agencia Española de Cooperación Internacional.

García Villada, Z. (1918). *Crónica de Alfonso III*. Madri: Est. Tipográfico Sucesores de Rivadeneyra.

Garden, M. (2006). Histoire de la Rue. *Pouvoirs, 116*, 5–17.

Garrido Elena, A., Mar, R., & Martins, M. (2008). A Fonte do Ídolo. Análise, interpretação e reconstituição do santuário. *Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 4*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Gaspar, A. L. (1985). Escavações arqueológicas na Rua da N.ª S.ª do Leite, em Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série 2, 2*, 51–125.

Gaspar, A. L. (1999). Contribuição para o estudo das cerâmicas medievais de Braga. In L. A. da Silva & R. Mateus (Eds.), *A cerâmica medieval no mediterrâneo ocidental* (pp. 365–372). Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola.

Gaspar, J. (1985). A cidade portuguesa na Idade Média: Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. In *La ciudad hispánica* (pp. 133–147). Editorial de la Universidad Complutense.

Gaudemet, J. (1973). La paroisse au Moyen Âge. *Revue d'histoire de l'Église de France*, *59*, 162, 5–21.

Glick, T. (2010). Jews and Christians in the medieval crown of Aragon. In V. Mann (Ed.), *Uneasy Communion. Jews, Christians and the altarpieces of medieval Spain* (pp. 10–43). Nova Iorque: Museum of Biblical Art.

Gomes, R. C. (1987). A Guarda Medieval: Posição, morfologia e sociedade (1200–1500). *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, *9–10*.

Gomes, R. C. (2009a). *D. Fernando*. Lisboa: Temas e Debates.

Gomes, S. A. (1992). A propriedade do hospital de Sta. Maria da Vitória (Batalha) no séc. XV. *Revista Portuguesa de História, 7*, 43–62.

Gomes, S. A. (2009b). *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates.

Gomes, S. A. (2015). D. Gualdim Pais (c. 1118/20–1195): População e sociedade. *CEPESE, 23*, 11–23.

Gonçalves, E. C. A. (2019). *Sobre a Imagem da Cidade de Braga: Do Mapa ao Google Earth, do Bilhete-postal ao Instagram* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Gonçalves, G. V., Pereira, D. B., & Pereira, A. S. (2020). A "nova" casa-torre (domus fortis) medieval da Rua da Reboleira: Arqueologia pública no centro histórico do Porto. *Oppidum, 12*, 68–83.

Gonçalves, I. (1981). Da estrutura do casal nos fins da Idade Média. *História & Crítica, 7*, 60–72.

Gonçalves, I. (1989). *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Gonçalves, I. (1996). *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia.

Gonçalves, I. (1999). Do uso do patronímico na Baixa Idade Média portuguesa. In M. J. Barroca (Coord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In Memoria* (Vol. 1, pp. 347–363). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gonçalves, I. (2001). A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média. In *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época* (pp. 102–123). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Gonçalves, I. (2002–2003). Uma aldeia de finais da Idade Média, nas suas explorações agrícolas (Puços-Comenda da Ordem de Cristo). *Revista Portuguesa de História, 36*, 201–227.

Gonçalves, I. (2006). Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média. In *Estudo em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias* (pp. 321–350). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gonçalves, I. (2012). *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de D. Afonso III*. porto: Edições Afrontamento/CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória".

Gonçalves, I. (2013). Para o estudo da percepção do espaço nos finais da Idade Média: A identificação da rede viária na Beira Interior. In *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, metodologias, problemáticas* (Vol. 5, pp. 163–182). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Centro de Estudos Históricos.

Gonçalves, I. (2022a). A Lisboa medieval nos seus múltiplos espaços. In J. L. Fontes & L. F. Oliveira (Coords.), *Os Territórios da Lisboa Medieval* (pp. 13–46). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

Gonçalves, I. (2022b). A propriedade régia no mercado imobiliário da Lisboa Medieval (1438–1481). *Fragmenta Histórica — História, Paleografia e Diplomática, 10*, 18–58.

Gonçalves, I. C. M. P. (2001). *As capelas em Braga na Baixa Idade Média* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Gonçalves, L. R. (2017). Sistemas de circulação de água e poder na Lisboa medieval: Séculos XIV a XVI. *Cadernos do Arquivo Municipal, Série 2, 8*, 37–54.

Gonsales, C. H. C. (2002). Cidade moderna sobre cidade tradicional: Conflitos e potencialidades. Primeira Parte. *Arquitextos, 28*, 146.

González Crespán, C. M. (2018). Vías romanas XX y XIX. *A Estrada: Miscelánea histórica e cultura, 21*, 95–126.

Granja, L. M. (2018). As peças de ourivesaria doadas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa à Sé de Braga e que integram a exposição permanente do Tesouro-Museu da Sé de Braga [Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Green, D. R. (2002). City visions and urban theory. *Urban History Review, 29*(2), 424–429.

Guerra, M. (1986). A medicina em Portugal na Idade Média. In *Separata das Publicações do 2.º Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. História e desenvolvimento da Ciência em Portugal* (Vol. 1, pp. 619–651). Lisboa: Academia das Ciências.

Guillerme, A. (1985). Puits, aqueducs et fontaine: L'alimentation en eau dans les villes du nord de la France Xe-XIIIe siècles. In *L'eau au Moyen Age* (pp. 185–200). Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence.

Guimarães, A. F. P. (2015). A destruição da muralha e do castelo de Braga no início do século XX: Elementos para a compreensão do castelo medieval [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Gutiérrez González, J. A. (1996). El páramo leonés: Entre la antigüedad y la Alta Edad Media. *Studia Historica/Historia Medieval, 14*, 47–96.

Gutiérrez González, J. A. (2017). Procesos de formación de ciudades altomedievales en el norte peninsular. In A. Millán da Costa, A. A. Andrade, & C. Tente (Eds.), *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval* (pp. 19–86). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Gutiérrez Lloret, S. (2012). Gramática de la casa: Perspectivas de análisis arqueológico de los espacios domésticos medievales en la península ibérica (siglos VII–XIII). *Arqueología de la Arquitectura, 9*, 139–164.

Gutiérrez Lloret, S. (2015). Casa y casas: Reflexiones arqueológicas sobre la lectura social del espacio doméstico medieval. In M. E. Díez Jorge & J. Navarro Palazón (Eds.), *La casa medieval en la Península Ibérica* (pp. 17–48). Madrid: Sílex.

Harkes, R. C. (2017–2022). Sociological approaches and the urban history of medieval England: Research trends and new perspectives (2017–2022). *Urban History-Review Essay, 46*, 648–656.

Harvey, D. (2004). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.

Heers, J. (1997). *La ville au Moyen Âge en Occident*. Paris: Hachette Littératures.

Iglesias Gil, J. M. (1998). Ciudad y territorio. In O. Cuevas Fernández (Org.), *Hispania Romana: El legado de Roma en el año de Trajano* (pp. 153–158). Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza.

Iogna-Prat, D. (2006). *La Maison Dieu: Une histoire monumentale de l'Église au Moyen Âge*. Paris: Le Seuil.

Iria, A. (1976). O Infante D. Henrique e os judeus de Lagoa: Subsídios para a sua história. *Anais da Academia Portuguesa de História, 23*(2), 283–313.

Jasper, N. (2012). Military Orders and Social History: Some introductory thoughts. In I. C. F. Fernandes (Coord.), *Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares: As ordens militares, freires, guerreiros, cavaleiros* (Vol. 2, pp. 495–517). Palmela: Câmara Municipal de Palmela/GEsOS.

Jiménez Gómez, S. (1975). Análisis de la terminología agraria en la documentación del siglo XIII. In *Atas das I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas* (Vol. 2, pp. 115–134). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela/Servicio de Publicaciones.

Leguay, J. P. (1980). Le paysage péri-urbain au XVe siècle: L'aspect et le rôle de la campagne voisine dans la vie des cités bretonnes au Moyen Âge. *Mémoires de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Bretagne, 57*, 63–127.

Leguay, J. P. (1984). *La rue au Moyen Âge*. Rennes: Éditions Ouest France.

Leguay, J. P. (1985). Le rôle de la zone péri-urbaine dans l'approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Âge. In C. Higounet (Ed.), *L'approvisionnement des villes* (pp. 189–196). Toulouse: Presses Universitaires du Midi.

Leguay, J. P. (2009). *Terres urbaines: Places, jardins et terres incultes dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Le Goff, J. (1984). *La Civilisation de l'Occident Médiéval*. Paris: Arthaud.

Le Goff, J. (1991). Construcción y destrucción de la ciudad amurallada: Una aproximación a la reflexión y a la investigación. In C. De Seta & J. Le Goff (Eds.), *La Ciudad y las murallas* (pp. 11–20). Madrid: Cátedra.

Leite, F. de L., Henz, A. P., Schäfer, K. L., Anjos, F. A., & Anjos, S. G. (2010). Morfologia urbana do plano piloto de Brasília e a sua imagem para o turista. *Revista Turismo & Desenvolvimento, 13*, 501–511.

Lemos, F. S. (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Lemos, F. S. (1999). O contexto geográfico da fundação de 'Bracara Augusta'. *Forum, 25*, 81–94.

Lemos, F. S. (2001). Arredores de Bracara Augusta - Escavações arqueológicas na necrópole de S. Vítor, no contexto da via romana para Aquae Flaviae. *Forum, 29*, 9–36.

Lemos, F. S. (2002). Bracara Augusta — A grande plataforma viária do Noroeste Peninsular. *Forum, 31*, 95–127.

Lemos, F. S. (2008). A transformação do habitat e da paisagem castreja no contexto da romanização: O exemplo dos grandes castros. In M. D. Dopico Caínzos, M. Villanueva Acuña, & M. P. Rodríguez Álvarez (Auts.), *Do Castro à Cidade: A Romanización na Gallaecia e na Hispânia Indoeuropea* (pp. 109–141). Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Lemos, F. S. (2014). 'Bracara Augusta'. Arqueologia urbana no fio da navalha. *Mínia, 12*, 5–53.

Lemos, F. S., Martins, M., Fontes, L., Leito, J. F., & Cunha, A. (1998). A redescoberta da muralha romana e suévia-visigótica de Braga. *Forum, 24*, 11–25. Braga.

Lemos, F. S., & Leite, J. M. F. (2000). Trabalhos arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas. *Forum, 27*, 15–38.

Lemos, F. S., Leite, J. F., Bettencourt, A. M. S., & Azevedo, M. (2003). O balneário pré-romano de Braga. *Al Madan, 12*, 43–46.

Lemos, F. S., & Martins, C. M. B. (2010). Povoamento e rede viária no território de influência de Aquae Flaviae. In C. M. B. Martins (Coord.), *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental* (pp. 79–105). Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Lemos, F. S., Martins, S., Fontes, L., Leite, J. F., & Cunha, A. (2002a). A Muralha Romana de Bracara Augusta. In Á. Morillo Cerdán (Coord.), *Arqueologia militar romana em Hispania. Gladius, Anejos 5* (pp. 609–624). Madrid: CSIC.

Lemos, F. S., Leito, J. M., & Fontes, L. (2002b). A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos: Mil Anos de Fortificação na Península Ibérica e no Magreb (500–1500)* (pp. 121–132). Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela.

Lemos, F. S., & Martins, C. M. B. (2008). Civitates aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica. In J. M. Mata-Perelló, L. Torró Abat, & M. N. Fuentes Prieto (Auts.), *Actas do V Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Historia en el Suroeste Europeo* (pp. 503–512). León: Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero.

Lencioni, S. (2008). Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP-Espaço e Tempo, 12*(1), 109–123.

Lepetit, B. (2001). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Le Roux, P., & Tranoy, A. (1989–1990). Les inscriptions funéraires. *Cadernos de Arqueologia, 6*(7), Braga.

Liebeschuetz, J. H. W. G. (2002). Alaric's Goths: Nation or army? In J. Drinkwater & H. Elton (Eds.), *Fifth-Century: A crisis of identity?* (pp. 75–83). Cambridge: Cambridge University Press.

Lino, A. F. D. (2021). *A família e os mesteres nas cidades medievais portuguesas: Formas de participação e de atuação* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Livermore, H. V. (1998–2002). Reis Suevos e a Igreja de São Martinho na Formação de Portugal. *NUMMUS, 2*, 157–172.

Lorenzo Vázquez, R. (1977). *Crónica gallega. La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla (s. XIV)* (Vol. 2). Ourense: Instituto de Estudios Oresanos Padre Feijóo.

Lopes, L. S. (2000). Medidas portuguesas de capacidade: Duas tradições metrológicas em confronto durante a Idade Média. *Revista Portuguesa de História, 34*, 536–632.

Lopes, L. S. (2003). Sistemas legais de medidas de peso e capacidade, do Condado Portucalense ao século XVI. *Portvgalia Nova Série, 5*(24), 113–164.

Lopes, L. S. (2018). Sistemas legais de medidas de peso e capacidade: Do condado portucalense ao século XVI. *Portvgalia-Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 24*, 113–164.

Lopes, P. (2015). *A assistência hospitalar na Lisboa medieval, anterior à instituição do Hospital Real de Todos os Santos (sécs. XIII–XV)* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Losa, A. (1982). Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no séc. XV. In *Actas do 1.º Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850.º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128–1978)* (Vol. 5, pp. 97–126). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Lynch, K. (2014). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.

Maciel, M. J. P. (1996). *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: M. J. Maciel.

Madureira, J., & Duarte, L. M. (2021). Quem quer casar com um carniceiro? Importância, riqueza, poder e medo - Portugal na Baixa Idade Média. *eHumanista. Journal of Iberian Studies, 49*, 77–83.

Maíllo Salgado, F. (1990). Los árabes en la meseta en el período Emiral y Califal. In *Jornadas Sefardíes y Seminario de las Tres Culturas. Las tres culturas en la Corona de Castilla y los Sefardíes* (pp. 243–253). Valladolid: Junta de Castilla y León.

Magalhães, F. (2010). *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Magalhães, F. (2013a). Arquitectura doméstica em Bracara Augusta. *Interconexões, 1*(1), 13–30.

Magalhães, F. (2013b). As áreas residenciais de circulação e representação das domus de Bracara Augusta. *Estudios Humanísticos Historia, 12*, 39–63.

Magalhães, F. (2015). Espaço doméstico e sociabilidades: As domus de Bracara Augusta. In G. Ventura da Silva, L. R. Leite, É. C. M. da Silva, & B. M. L. Neto (Orgs.), *Actas do Colóquio Luso-Brasileiro de Estudos Clássicos: Cotidiano e Sociabilidade no Império Romano* (pp. 67–81). Vitória: GM Editora.

Magalhães, F. (2019). *A domus romana no NO peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Magnussom, R. (2001). *Water technology in the Middle Ages: Cities, monasteries, and waterworks in the Roman Empire*. Oklahoma: The Johns Hopkins University Press/University of Oklahoma.

Mamedes, K. C. de M. (2019). O Império Romano da igreja cristã: Bispos e homens santos, e a atuação política nas cortes imperiais do IV ao VI século. *Veredas da História, 12*(2), 64–89.

Mantas, V. G. (2016). Bracara Augusta e a rede viária augustana do Noroeste peninsular. In R. Morais, M. Bandeira, & M. J. Sousa (Auts.), *Celebração do bimilenário de Augusto: Ad nationes/Ethnous Kallaikon* (pp. 137–150). Braga: Câmara Municipal de Braga.

Marques, A. E. (2008a). *O casal: Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906–1200)*. Noia (Corunha): Toxosoutos.

Marques, A. E. (2008b). Programa e resultados de uma investigação de mestrado em História Medieval. O casal: Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Souro-e-Lima (906–1200). *Medievalista, 4*, 1–12.

Marques, A. E. (2009). Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: O casal e o processo de senhoralização do Entre Douro e Lima (906–1200). In I. Gonçalves (Coord.), *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas (Vol. 4). Povoamento e População* (pp. 166–207). Lisboa: Centro de Estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa.

Marques, A. E. (2012). *Paisagem e povoamento: Da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX–XI). Ensaio metodológico* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Marques, A. E. (2017). A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: Morfologia do casal entre os textos e as materialidades. In M. J. Barroca (Coord.), *No tempo de D. Afonso Henriques: Reflexões sobre o primeiro século português* (pp. 195–227). Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Marques, A. H. R. de O. (1968). *Introdução à história da agricultura em Portugal*. Lisboa: Cosmos.

Marques, A. H. R. de O. (1989). Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In *Nova História de Portugal* (Vol. 4). Lisboa: Presença.

Marques, A. H. R. de O. (2010). *História de Portugal (Vol. 1): Das Origens ao Renascimento*. Lisboa: Presença.

Marques, A. H. R. de O. (2018). *Breve História de Portugal* (10ª ed.). Lisboa: Presença.

Marques, J. (1980). D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga no 2.º quartel do século XV. *Mínia, Série 2, 3*(4), 127–138.

Marques, J. (1983). *Braga nos finais da Idade Média (subsídios para o seu estudo)*. Braga: Livraria Cruz.

Marques, J. (1984). A confraria de D. Domingos de Guimarães (1498). *História, Série 2, 1*, 57–95.

Marques, J. (1986). O Castelo de Braga (1350–1450). *Mínia II, 8*, 5–34. Braga.

Marques, J. (1988). *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Marques, J. (1989). A Assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. *História, 6*, 11–94.

Marques, J. (1993). O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã. In *Homenagem à arquidiocese primaz nos 900 anos de dedicação da catedral* (pp. 183–240). Lisboa: APH.

Marques, J. (1997). *O senhorio de Braga no século XV: Principais documentos para o seu estudo*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

Marques, J. (2000). Arquidiocese de Braga. In C. Moreira de Azevedo (Coord.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (pp. 221—253). Círculo de Leitores.

Marques, J. (2002). Relações entre as Dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média: alguns aspectos. In *Tempos e lugares de memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão: I Congresso sobre a Diocese do Porto* (Vol. 1, pp. 21–56). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Marques, J. (2009). O Minho na Baixa Idade Média. In P. Pereira (Coord.), *Minho. Traços de Identidade* (pp. 304–371). Braga: Universidade do Minho.

Marques, J. (2014). A confraria e o hospital dos sapateiros de Guimarães: Património e inserção social, em 1499. *Boletim de Trabalho Históricos, Vol. 2, Série 3*, 8–57.

Marques, J. (2017). A Igreja no tempo de D. Afonso Henriques. Alguns aspetos. In M. J. Barroca (Coord.), *No tempo de D. Afonso Henriques: Reflexões sobre o primeiro século português* (pp. 27–70). Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Marques, M. G. (1996). *História da moeda medieval portuguesa*. Sintra: Instituto de Sintra.

Martínez Martínez, S., & Arízaga Bolumburu, B. (2017a). *Vitoria en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. Santander: B.A.B.

Martínez Martínez, S., & Arízaga Bolumburu, B. (2017b). *Pamplona en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. Santander: B.A.B.

Martins, E. B. (2019). Acompanhamento de ciclo cultural da vinha numa empresa vitivinícola da região de Alenquer [Relatório de estágio de mestrado, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Martins, M. (1989). Algumas perspectivas da evolução do povoamento do vale do Cavado entre o 1° milénio a.C. e a Romanização. *Cadernos do Noroeste, 2*(3), 155–177. Braga.

Martins, M. (1991). As vilas do Norte de Portugal de Alberto Sampaio: Importância da obra no estudo do povoamento antigo. *Revista de Guimarães, 102*, 387–409.

Martins, M. (1991–1992). Bracara Augusta: A memória de uma cidade. *Cadernos de Arqueologia, Série 2, 8*(9), 177–197.

Martins, M. (1992–1993). História e memória de Bracara Augusta: Um difícil diálogo passado-presente. *Forum, 12/13*, 3–15.

Martins, M. (2000). *Bracara Augusta: Cidade romana*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, M. (2004). Urbanismo e arquitectura de Bracara Augusta. Balanço dos contributos da arqueologia urbana. In J. Ruiz de Arbulo Bayona (Ed.), *Simulacra Romae. Roma y las*

capitales provinciales del occidente europeo. Estudios Arqueológicos (pp. 149–175). Tarragona: Consorcio Urbium Hispaniae Romanae/Museu d'Història de Tarragona.

Martins, M. (2005). As termas romanas do Alto da Cividade: Um exemplo de arquitetura pública de Bracara Augusta. In M. Martins (Coord.), *Bracara Augusta: Escavações arqueológicas I* (pp. 1–121). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, M. (2009a). A romanização. In P. Pereira (Coord.), *Minho. Traços de Identidade* (pp. 191–269). Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Martins, M. (2009b). Bracara Augusta: Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In M. Martins, M. D. Dopico Caínzos, M. V. Acuña, & M. P. Rodríguez Álvarez (Eds.), *Do castro á cidade: A romanização na Gallaecia e na Hispania indoeuropea* (pp. 181–211). Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Martins, M. (2014). Projeto de Bracara Augusta: 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Revista da Faculdade de Letras, 13*, 159–169.

Martins, M. (2020). A arquitetura romana entre a arqueologia e a obra de Vitrúvio: O exemplo do teatro romano de Bracara Augusta. In G. V. da Silva, É. C. M. da Silva, & B. M. L. Neto (Orgs.), *Formas e Imagens da Cidade Antiga* (pp. 61–90). Vitória: Milfontes.

Martins, M., & Delgado, M. (1989–1990). As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia, Série 2, 6*(7), 41–186.

Martins, M., Lemos, F. S., & Pérez Losada, F. (2005). O povoamento romano no território dos galaicos bracarenses. In C. F. Ochoa & P. G. Díaz (Eds.), *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana* (pp. 259–276). Gijón: Archaeopress.

Martins, M., Ribeiro, J., & Magalhães, F. (2006). Arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro de Bracara Augusta. *Forum, 40*, 9–30.

Martins, M., & Ribeiro, M. do C. (2009–2010). A arqueologia urbana e a defesa do patrimônio das cidades. *Forum, 44*(45), 149–177.

Martins, M., & Carvalho, H. P. (2010). As transformações do território: Bracara Augusta e seu cadastro. Projeto de Investigação PtDC/HIS-ARQ/121136/2010, Braga, Portugal.

Martins, M., & Fontes, L. (2010). Bracara Augusta: Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. In *Mémória do Simulacra Romae II: Roma, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commum européen. Une approche archéologique* (pp. 255–262). Reims: Université de Reims.

Martins, M., Fontes, L., Sendas, J., & Catalão, S. (2010). Salvamento de Bracara Augusta: Quarteirão dos CIT-Avenida da Liberdade (BRA 08–09 CIT). Relatório Final, Braga.

Martins, M., Meireles, J., Ribeiro, M. do C., Magalhães, F., & Braga, C. (2011). Água cultural da região de Braga. *Forum, 46*, 5–36.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012). Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta: Sociedade, economia e lazer. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Sociedade e economia* (pp. 29–69). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J., & Magalhães, F. (2013). A construção do teatro romano de Bracara Augusta. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *História da construção:*

Arquitetura e técnicas construtivas (pp. 41–75). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Martins, M., & Ribeiro, M. do C. (2013). Em torno da Rua Verde: A evolução urbana de Braga na longa duração. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Transformação morfológica dos tecidos históricos* (pp. 11–45). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Martins, M., & Carvalho, H. P. (2016). As transformações do território: Bracara Augusta e seu cadastro. *Revista de Historiografia, 25*, 219–243.

Martins, M., Cunha, A., Magalhães, F., Ribeiro, J., Braga, C., & Peñin, R. M. (2014). Metamorfoses de um espaço urbano: A zona arqueológica da Rua D. Afonso Henriques, n.ºs 42–56, em Braga. In L. Fontes & M. Martins (Dirs.), *Salvamento de Bracara Augusta: Relatório* (pp. 1–90). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Martínez Peñin, R. (2015a). Urban changes in Braga in Late Antiquity: The area of the Roman Theater. In R. Martínez Peñin (Ed.), *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries* (pp. 11–29). Lérica: Espai/Temps.

Martins, M., Magalhães, F., Ribeiro, J., Martínez Peñin, R., & Mar, R. (2015b). El teatro romano de Bracara Augusta y la urbanización del Noroeste peninsular. *Férvedes, 8*, 321–330.

Martins, M., & Braga, C. (2015). Bracara Augusta: Rituais e espaços funerários. *Férvedes, 8*, 301–310.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Martínez Peñin, R. (2016). The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In F. Sabaté i Currul & J. Brufal Sucarrat (Dirs.), *Arqueologia Medieval: Hàbitats Medievals* (Vol. 8, pp. 35–52). Lleida: Pagès.

Martins, M., & Carvalho, H. P. (2016). As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro. *Revista de Historiografia, 25*, 219–243.

Martins, M., & Carvalho, H. P. (2017). A fundação de Bracara Augusta no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural. *Gerión. Revista de Historia Antigua, 35*, 723–743.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., & Ribeiro, M. do C. (2017a). O espaço construído de Bracara Augusta no Alto Império. In M. D. Dopico Cainzos & M. Villanueva Acuña (Coords.), *Philtáte 2 - Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: Novas perspectivas* (pp. 251–274). Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Martins, M., Meireles, J., Ribeiro, M. do C., Magalhães, F., & Braga, C. (2017b). O abastecimento de água à cidade de Bracara Augusta: Os dados e os problemas. In M. D. Dopico Caínzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), *Philtáte-Studia et acta antiquae Callaeciae. Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: Novas perspectivas* (pp. 227–250). Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Martins, M., & Ribeiro, M. do C. (2018). A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga. *Dimensões-Revista de História da UFES, 40*, 11–38.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Martínez Peñin, R. (2018). Braga em época tardo-romana e tardo-antiga. In J. López Quiroga (Coord.), *Tempore Sueborum. El tempo de los Suevos*

em la Gallaecia (411–585): El primer reino medieval de occidente (pp. 235–240). Corunha: Imprenta Mundo.

Martins, M., Magalhães, F., Machado, D., & Fernandes, L. (2021b). Projeto de arqueologia de Braga. Projeto de loteamento. Quinta das Portas. Relatório final. *Trabalhos arqueológicos da UAUM/Memória, Série 2*, 110, 3–19.

Martins, M., Mar, R., & Ribeiro, M. do C. (2021a). O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga. Braga: UMinho Editora.

Martins, M. G. (2005). A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336–1338. *Promontoria, 3*, 19–80.

Martins, M. G. (2013). *Guerreiros Medievais Portugueses: De Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze biografias de Grandes Senhores da Guerra (séculos XII–XV)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Martins, S. R. da S. O. (2013). O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d'Os homens honrados cidadãos e Regedores. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Martins, S. R. da S. O. (2015). A tipologia dos bens imóveis do Concelho de Braga nos finais do século XV e inícios do século XVI. In R. Martínez Peñin & G. Cavero Domínguez (Eds.), *Evolución de Los Espacios Urbanos Y Sus Territorios en El Noroeste de La Península Ibérica* (pp. 561–578). León: Instituto de Estudios Medievales/Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, S. R. da S. O. (2020). A luta política pelo controlo da repartição da carne e do peixe em Braga nos séculos XIV e XV. In A. Aguiar Andrade & G. Melo da Silva (Eds.), *Abastecer a Cidade na Europa Medieval* (pp. 237–250). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Martins, S. R. da S. O. (2024). *O Poder de Governar: Instituições, Ideologias e Representações em Braga nos Finais da Idade Média (séc. XIV e XV)* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Martínez Peñin, R. (2010). *La cerámica en la ciudad de León y su alfoz (Siglos X–XV). Estudio arqueológico y documental* [Tese de doutoramento, Universidade de León]. León, Espanha.

Martínez Peñin, R., & Martins, M. (2016). Characterization of late antique and early medieval pottery production of the city of Braga and its territory. In F. Sabaté & J. Brufal (Dirs.), *Arqueología Medieval. Hàbitas Medievals* (Vol. VIII, pp. 53–68). Lérida: Pagès.

Mattoso, J. (1985). Padroado. In J. H. Saraiva (Dir.), *Dicionário enciclopédico da História de Portugal* (Vol. 2, pp. 70–71). Lisboa: Alfa.

Mattoso, J. (1993). *História de Portugal. A Monarquia Feudal* (Vol. 2) (1096–1480). Lisboa: Estampa.

Mattoso, J. (2013). As histórias do poder. In J. Mattoso (Coord.), *História de Portugal - Antes de Portugal* (Vol. 1, pp. 349–408). Maia: Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (2015). *Identificação de um País: Oposição e Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096–1325* (1.ª ed.). Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.

Mattoso, J., & Sousa, A. de (1997). Dois séculos de vicissitudes políticas. In J. Mattoso (Coord.), *História de Portugal: A monarquia feudal (1096–1480)* (Vol. 2, pp. 25–139). Lisboa: Estampa.

Maurício, R. (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505–1532): Urbanismo e arquitectura* (Vol. 1 & 2). Leiria: Magno Edições da Ponte.

Meggiolaro, R. H. (2012). *Identidade e Alteridade no Reino Suevo da Galícia à Partir das Obras de Martinho de Braga (c. 550–579)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo], Vitória, Brasil.

Melo, A. S. (2008). Apontamentos para a história da Confraria dos Sapateiros. In A. S. Melo, H. Dias, & M. J. Oliveira e Silva (Orgs.), *Palmeiros e Sapateiros. A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto (séculos XIV a XVI)* (pp. 11–40). Porto: Fio da Palavra.

Melo, A. S. (2009). *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320—c. 1415* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Melo, A. S. (2018). Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: Tipologia e metodologia de análise. In A. A. Andrade et al. (Eds.), *Espaços e poderes na Europa urbana medieval* (pp. 337–357). IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Melo, A. S. (2020). Moleiro, moinhos e azenhas no Porto nos séculos XIV e XV: um setor chave do abastecimento cerealífero urbano. In A. Aguiar Andrade & G. Melo da Silva (Eds.), *Abastecer a Cidade na Europa Medieval* (pp. 423–448). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Melo, A. S. (2022). Os hospitais na Idade Média: Realidades multifacetadas. In M. M. Lobo de Araújo (Coord.), *Os Hospitais portugueses. Da Idade Média aos dias de hoje* (pp. 17–36). Famalicão: Humus.

Melo, A. S., & Ribeiro, M. do C. (2012). Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. In A. S. Melo & M. do C. Ribeiro (Coords.), *História da Construção - Os Materiais* (pp. 127–166). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória / Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris.

Melo, A. S., & Ribeiro, M. do C. (2014a). O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII–XVI): A influência dos mesteres e das instituições religiosas. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia* (pp. 79–116). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Melo, A. S., & Ribeiro, M. do C. (2014b). Los grupos en las ciudades medievales portuguesas: Problematización y reflexión comparativa. In J. A. Solórzano Telecha, B. Arízaga Bolumburur & J. Haemers (Eds.), *Los Grupos en la ciudad europea* (pp. 109–132). Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.

Melo, A. S., & Ribeiro, M. do C. (2018). O estudo das construções na Idade Média em Portugal: Metodologias e perspetivas de investigação. In J. Marcarenhas-Mateus (Ed.), *A História da Construção em Portugal: Consolidação de uma disciplina* (pp. 29–42). Lisboa: By the Book.

Melo, A. S. (2020). Moleiros, moinhos e azenhas no Porto nos séculos XIV e XV: Um setor-chave do abastecimento cerealífero urbano. In A. A. Andrade & G. Silva (Eds.), *Abastecer a*

Cidade na Europa Medieval | Provisioning Medieval European Towns (pp. 423–447). IEM – Instituto de Estudos Medievais.

Melo, A. S. (2021). A produção de couros em Portugal nos séculos XIV e XV: Um modelo de organização na Idade Média. *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, *49*, 84–95.

Meouak, M. (1999). *Pouvoir souverain, administration centrale et élites politiques dans l'Espagne umayyade (II–IV/VII–X siècle)*. Helsínquia: Academia Scientiarum Fennica.

Mendonça, A. J. (2019). *Urbanismo e arquitetura de Braga (séculos I a XV). Análise evolutiva da zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº 166/168*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Miguéns, M. I. N. (1997). *O tombo do hospital e gafaria do Santo Espírito de Sintra*. Coleção Patrimonia Historica - Dissertações. Cascais: Patrimonia.

Minicis, E. (2001). Le torri urbane tra XI e XIII secolo: Indagini in area laziale. In E. Minicis & E. Guidoni (Orgs.), *Case e torri medieval* (pp. 9–14). Roma: Kappa.

Mollat, M. (2006). *Les Pauvres au Moyen Âge*. Bruxelas: Complexes.

Moniz, M. de C. (1976). A olaria medieval eborense. *Revista de Guimarães, 86*, 147–172.

Monsalvo Antón, J. M. (2006). *Notas sobre los primeros espacios de la Reconquista (primera mitad S. VIII) en la cronística cristiana plenomedieval: De la historia silense a la estória de España*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Monteiro, J. G. (1999). *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Colibri.

Monteiro, C. (2012a). Entre a História Urbana e a História da cidade: Questões e debates. *Oficina do Historiador, 5*(1), 101–112.

Monteiro, H. (2012b). *A estrada da Beira: Reconstituição de um traçado medieval* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Montenegro Duque, Á. (1988). Augusto en Hispania. In J. M. Blázquez et al. (Orgs.), *Historia de Hispania Romana* (Tomo 2, pp. 254–282). Madri: Cátedra.

Montenegro, J., & Castillo, A. (2007). La Campaña de Musa en el Noroeste en el año 713 y la capitulación de Astorga. *Estudios de Historia de España, 9*, 11–27.

Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre os anfiteatros de Bracara Augusta. Análise de fotogramas de 1964. *Forum, 30*, 55–76.

Morais, R. (2005). Ab vrbe condita: Desde a fundação de Bracara Augusta. *Saguntum, 37*, 125–138.

Morais, R., Barrios, L., & Gabriel, L. (2018). A água na cidade romana: Perspetivas de investigação. O caso de Bracara Augusta. In J. L. Brandão & P. B. Dias (Coords.), *O melhor é a água. Da antiguidade clássica aos nossos dias* (pp. 175–202). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Moreno, H. C. B. (1988). O poder central e o poder local: Modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV. *Revista de História, 8*, 53–68.

Moreno, H. C. B. (1994). As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. História, 11*, 111–136.

Moreno, H. C. B. (2009). *D. Afonso V, o africano* (Coleção Reis de Portugal). Lisboa: QuidNovi.

Munford, L. (2004). *A Cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Nogueira, A. M. M. (1998). *Formação e defesa do património do cabido da sé de Braga nos finais da idade média (1351–1500)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho], Braga, Portugal.

Nora, P. (Dir.) (1984). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

Novo Guisán, J. M. (1990). *Los Pueblos Vasco, Cantábricos y Galaicos en la Antigüedad Tardía. Siglos III–IX* [Tese de doutoramento, Universidad de Alcalá]. Alcalá de Henares/Madri, Espanha.

Nunes, A. P. (1991). *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*. Lisboa: Estado Maior do Exército-Direcção do Serviço Histórico Militar.

Oliveira, A., Seixas, P. C., & Faria, L. P. (2013). A casa e as suas casas. *Temáticas, 21*(42), 141–163.

Oliveira, A. R. de, & Monteiro, J. G. (2023). *Portugal Medieval. Do Condado ao Império (1096–1495)*. Lisboa: Tribuna da História.

Oliveira, E. P. (1982a). Estudos Bracarenses: Para uma bibliografia do cónego Arlindo Ribeiro da Cunha. In *Separata do Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* (Vol. 37, pp. 161–188). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Oliveira, E. P. (1982b). Proposta de classificação dos imóveis n.º 34 e 36–40 da Rua de Santo António das Travessas. *Mínia, 5*(6), 167–168.

Oliveira, E. P. (1993). *Estudos sobre o século XVIII em Braga. História e Arte*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga.

Orîndaru, A., Constantinescu, M., Tucle, C.-E., Caescu, S.-C., Florescu, M. S., & Dumitru, I. (2020). Rurbanization—Making the city greener: Young citizen implication and future actions. *Sustainability, 12*(17), 1–19. https://doi.org/10.3390/su12176921

Orlandis, J., & Ramos-Lisson, D. (1986). *Historias de los Concilios de la España Romana y Visigosa*. Pamplona: Universidad de Navarra.

Pallares-Barbera, M., Badia, A., & Duch, J. (2011). Cerdà and Barcelona: The need for a new city and service provision. *Urbani Izziv, 22*(2), 122–136. https://doi.org/10.5379/urbani-izziv–en-2011–22–02–0012

Panerai, P. (1983). Introdução. In P. Panerai (Coord.), *Elementos de análisis urbano* (pp. 5–24). Madri: Instituto de Estudios de Administración Local.

Panerai, P., Castex, J., & Depaule, J.-C. (2004). *Urban forms: The death and life of the urban block*. Oxford: Planta Tree.

Pereira, G. (1998). *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Pereira, F. S. M. (2018). *A Zona Arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha romana de Bracara Augusta* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Pereira, M. F. A. Alves (2020). *A mulher e o trabalho nas cidades e vilas portuguesas medievais (séculos XIV e XV)* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Pereira, N. M. (2005). *A assistência em Portugal na Idade Média*. Lisboa: CTT Correios.

Pereira, P. (2022). *Arquitetura Portuguesa-História Essencial*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.

Perich i Roca, A. (2014). *Arquitectura residencial urbana d'época tardoantiga a Hispania (segles IV–VIII d.C.)* [Tese de doutoramento, Universitat Rovira i Virgili]. Tarragona, Espanha.

Pesavento, S. J. (2007). Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História, 27*(53), 11–23.

Pipponier, F. (1992). Les dijonais et l'eau à la fin du Moyen Âge. *Mélanges de l'École Française de Rome-Moyen Age, 104*, 481–494.

Pirenne, H. (1925). *Medieval cities: Their origins and the revival of trade*. Princeton University Press.

Platelle, H. (1998). La paroisse et le curé jusqu'à la fin du XIIIe siècle: Orientations de la recherche actuelle. In *Actas do 109º Congrès des Sociétés Savantes-Dijos* (1984): L'encadrement religieux des fidèles au Moyen Âge et jusqu'au concile de Trente (pp. 11–26). Paris: CTHS.

PMH, Script. (1856). *Portugalia Monumenta Historica, Scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências.

Pontes, J. (2022). A regulamentação da atividade construtiva em meio urbano: Uma análise às Posturas Municipais da Cidade de Lisboa (1499). In A. S. Melo & J. Sequeira (Eds.), *Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média* (Vol. 1, pp. 175–193). Braga: Laboratório de Paisagem, Património e Território.

Quaresma, J. C., & Morais, R. (2012). Eastern Late Roman fine ware imports in Bracara Augusta (Portugal). In *Acta 42* (pp. 373–383). Belgrado: RCRF.

Ramírez Vaquero, E. (2021). Roncesvalles: Santuario y hospital en la Edad Media. *Pregón siglo XXI, 59*, 5–10.

Ramos, C. N. T. da Silva (1991). *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950–1250)* (Vol. 2). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Raposo, A. A., & Aparício, V. (1989). *Os Palmeiros e os Gafos de Cacilhas* (p. 21). Junta de Freguesia

Rau, V. (1983). *Feiras medievais portuguesas: Subsídios para o seu estudo* (2.ª ed., pp. 33—59). Presença.

Real, M. L. (1990). O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In *Separata das Actas do IX Centenário da dedicação da sé de Braga: O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI* (Vol. 1, pp. 435–461). Braga: Universidade Católica de Braga/Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

Redentor, A. J. M. (2011). *A cultura epigráfica no conventvs Bracaravgvstanvs (pars occidentalis): Percursos pela sociedade brácara da época romana* (Vol. 1 & 2) [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Coimbra, Portugal.

Reis, A. M. (1991). *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

Reynolds, S. (1982). Medieval urban history and the history of political thought. *Journal of Urban History, 9*, 14–23.

Ribeiro, D. V. (1995). *Igreja e Estado na Idade Média*. Belo Horizonte: Lê.

Ribeiro, J. (2010). *Arquitectura romana em Bracara Augusta: Uma análise das técnicas edilícias* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Ribeiro, M. do C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Ribeiro, M. do C. (2009–2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados. *Forum, 44/45*, 179–201.

Ribeiro, M. do C. (2016a). A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: Reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães (Norte de Portugal). In G. Cavero Domínguez (Coord.), *Civitas Bendita: Encrucijada de las relaciones sociales y de poder en la ciudad medieval* (pp. 51–79). León: Universidad de Léon - Área de Publicaciones.

Ribeiro, M. do C. (2016b). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In J. Correia & M. Bandeira (Coords.), *Actas da V Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana: Espaços da Morfologia Urbana* (pp. 27–38). Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território/Escola de Arquitetura da Universidade do Minho.

Ribeiro, M. do C. (2017). População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV. In *II Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: Sociedade* (pp. 181–207). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Ribeiro, M. do C. (2018). O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga. In A. Aguiar Andrade, C. Tenente, G. M. Melo da Silva, & S. Prata (Eds.), *Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval* (pp. 259–380). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Ribeiro, M. do C. (2019a). Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga. In A. Aguiar Andrade, C. Tente, G. M. Melo da Silva, & S. Prata (Eds.), *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval* (pp. 307–332). Castelo de Vide: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Ribeiro, M. do C. (2019b). População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade, Vol. 4: Cidade Medieval* (pp. 179–217). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Ribeiro, M. do C. (2020). Espaço e arquiteturas de abastecimento na cidade medieval. In A. Aguiar Andrade & G. Melo da Silva (Eds.), *Abastecer a Cidade na Europa Medieval* (pp. 383–402). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2012). A influência das atividades econômicas na organização da cidade medieval portuguesa. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Sociedade e economia* (pp. 145–171). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória.

Ribeiro, M. do C., & Martins, M. (2012). Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Cidade de Braga (1737). In M. Marins, I.

Vaz de Freitas, & M. I. del Val Valdivieso (Coords.), *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração* (pp. 179–222). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2013). O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (séculos XIII–XVII). In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Transformação morfológica dos tecidos históricos* (pp. 183–222). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Instituto de Estudos Medievais.

Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2014). O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII–XVI): A influência dos mesteres e das instituições religiosas. In M. do C. Ribeiro & A. S. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Cidade e periferia* (pp. 79–116). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Ribeiro, M. do C., & Fontes, L. (2015). The urban morphology of Braga between Late Antiquity and the fourteenth-fifteenth centuries. In R. Martínez Peñin (Ed.), *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries* (pp. 29–45). Lleida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida.

Ribeiro, M. do C., & Melo, A. S. (2015). Tecido urbano e poderes em Braga na Idade Média. In G. Cavero Domínguez (Coord.), *Construir la memoria de la ciudad: Espacios, poderes e identidades en la Edad Media (XII–XV). I. La ciudad publicitada: de la documentación a la arqueología* (pp. 77–93). León: Universidad de León.

Ribeiro, M. do C. Ribeiro, & Martins, M. (2016). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In *PNUM - Os Espaços da Morfologia Urbana. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana* (pp. 24–38). Braga: Universidade do Minho/Escola de Arquitetura.

Ribeiro, M. do C. Franco, & Martins, M. (2018). A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal). *Dimensões, 40*, 11–38.

Ribeiro, M. do C., Martins, M., Magalhães, F., & Botica, N. (2018). The urban morphology of Braga in the fourteenth and fifteenth centuries: An analysis methodology. In F. Sabaté & J. Brufal (Eds.), *Medieval Territories* (pp. 352–381). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

Ribeiro, O. (2003). *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação.

Ribeiro, V. (2004). Cartografia automática de riscos hidrológicos — Aplicada ao concelho de Braga. Universidade do Minho, Guimarães, Portugal.

Ricoeur, P. (1991). Événement et sens. Raisons pratiques - L'événement en perspective, 2, 51–52.

Ríos Rodríguez, M. L. (1990). El casal medieval galego: Contribución al estudio de una unidad de poblamiento y exploración (siglos XI y XIII). In Atas del Coloquio de Santiago de Compostela - La Coruña-Pontevedra-Vigo-Betanzos (pp. 179–189). Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales.

Risco, M. (1978). Historia de León. Tomo II: Iglesia de León, y monastérios antiguos y modernos de la misma ciudad. León: Nebrija.

Rocha, A. R. S. (2019). A assistência em Coimbra na Idade Média: Dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI) [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Coimbra, Portugal.

Rocha, B. F. R. (2023). O processo construtivo e a evolução arquitetônica do Castelo e Torre de Menagem de Braga. Contributo para o estudo do sistema defensivo medieval bracarense. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Rocha, D. S. F. da (2017). O Castro Máximo. Contributo para o estudo do povoamento proto-histórico da região de Braga. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Rocha, M. J. M. (2000/2001). A adopção do barroco nas igrejas conventuais femininas de Braga no pontificado de D. Rodrigo de Moura Teles: Diálogos artísticos. Poligrafia, 9/10, 41–72.

Rodger, R. (1992). Urban history: Prospect and retrospect. Journal of Urban History, 19(1), 1–22.

Rodger, R., & Rau, S. (2020). Thinking spatially: New horizons for urban history. Journal of Urban History, 47, 372–383.

Rodrigues, A. M. S. de A. (1995). Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Rodrigues, A. M. S. A., Ribeiro, J. C. T., Costa, M. A. M., & Maciel, M. J. P. (2005). Os capitulares bracarenses (1245–1374): Notícias biográficas. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa.

Rodríguez Colmenero, A. (1972). Aspectos geográficos-históricos en torno al convento jurídico. Hispania Antigua, 2, 135–164.

Rosa, L. M. C. (2014). Espaço religioso e transformação: A fundação de capelas na época gótica. In A. M. de S. Saraiva & M. R. Barbosa Morujão (Coords.), Clero secular medieval e as suas catedrais. Novas perspetivas e abordagens (pp. 101–122). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa.

Rolnik, R. (1995). O que é a cidade? São Paulo: Brasiliense.

Roncayolo, M. (1986). Cidade. In Enciclopédia Einaudi. Região, Vol. 8 (pp. 396–487). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Rossa, W. (2000). História do urbanismo e identidade: A arte inconsciente da comunidade. História, 27, 40–47.

Rossa, W. (2001). Divercidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Rossa, W. (2002). A urbe e o traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina.

Rossa, W. (2015). Fomos condenados à cidade: Uma década de estudos sobre património urbanístico. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rossa, W., & Andrade, A. A. (1998). La plaza portuguesa: Acerca de una continuidad de estructuras y funciones. In J. Aguilera Rojas, J. Cerva Vera, & J. L. García Fernández (Eds.), La plaza en España e Iberoamérica: El escenario de la ciudad (pp. 99–109). Madrid: Ayuntamiento de Madrid.

Rossa, W., & Trindade, L. (2006). O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português. In B. Arízaga Bolumburu & J. A. Solórzano Telechea (Eds.), Atas do Encuentros Internacionales del Medievo. El espacio urbano en la Europa Medieval (pp. 191–207). Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.

Rossiaud, J. (1995). El ciudadano y la vida en la ciudad. In J. Le Goff (Ed.), El hombre medieval (pp. 149–190). Madrid: Alianza.

Rouge, L. (2005). Accession à la propriété et modes de vie en maison individuelle des familles modestes installées en périurbain lointain toulousain. Les 'captifs' du périurbain? [Tese de doutoramento, Université de Toulouse II]. Toulouse, França.

Roux, S. (1994). Le monde des villes au Moyen Âge: Xie-XVe siècle. Paris: Hachette Livres.

Sá, A. (2001). Sinais de Guimarães urbana em 1498 [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Sá, I. G. de (1996). Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno. In Atas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora (pp. 87–103). Évora: Hospital do Espírito Santo.

Saavedra, E. (1892). Estudios sobre la invasión de los árabes en España. Madrid: El Progresso.

Sampaio, A. (1979). Estudos históricos e económicos: As vilas do norte de Portugal (Vol. 1). Lisboa: Veja.

Sánchez-Albornoz, C. (1948). Itinerario de la conquista de España por los musulmanes. Cuadernos de Historia de España, 10, 21–74.

Sánchez-Albornoz, C. (2014). Una ciudad de la España hace mil años (1ª ed. 1988). Madrid: Rialp.

Santos, M. P. de O. F. Mendes. (2022). Os muçulmanos na Península Ibérica Fath Al-Andalus: Da invasão à conquista (702–756) [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Santos, M. H. P. (2010). A Rua Nova do Porto (1395–1520): Sociedade, construção e urbanismo [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Santos, M. I. R. (2019). O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade: O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Saraiva, A. M. de S. (2012). Metamorfoses da cidade medieval: A coexistência entre a comunidade judaica e a catedral de Viseu. Medievalista, 11, 1–35.

Schlülter, O. (1903). Die Siedlungen im nordöstlichen Thüringer-ein Beispiel für die Behandlung siedlungsgeographischer Fragen. Berlim: Costenoble.

Sequeira, J., & Melo, A. (2012). A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval. *Medievalista, 11*, 1–26.

Sequeira, J. (2014). *O pano da terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média* (pp. 132–144). Universidade do Porto Edições.

Serra, J. B. (2006). O espaço periurbano de Évora nos finais da Idade Média: Uma aproximação ao seu estudo. Media Aetas. Revista de Estudos Medievais, Série 2, Vol. 2, 116–132.

Silva, A. R. (2014). A cidade-jardim de Ebenezer Howard: Um estudo de sua influência para a circulação de ideias e modelos no urbanismo do século XX [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Natal, Brasil.

Silva, Â. C. A. (2011). Entre Propriedades e Casas Perfeitas: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Silva, A. F. O. da. (2015). Físicos e cirurgiões medievais portugueses: Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192–1340) [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Silva, A. F. O. da. (2021). A Peste Negra em Portugal: Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Silva, Â. C. A. (2011). Entre Propriedades e Casas Perfeitas: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Silva, A. V. (1948/1949). A Cerca Fernandina de Lisboa (Vols. 1–2). Lisboa: [s.n.].

Silva, A. V. da. (1987). *As muralhas da Ribeira de Lisboa* (Vols. 1–2). Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, G. M. C. Melo. (2020). *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249–1521)* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Silva, J. C. V. (1995). *Paços Medievais Portugueses* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico.

Silva, J. C. V. (1997). O espaço urbano medieval - O paço. In J. C. V. Silva (Coord.), *O fascínio do fim* (pp. 26–28). Lisboa: Livros Horizontes.

Silva, J. F. (2013). *A domus da zona arqueológica das antigas Carvalariças de Braga: Contributo para o estudo da arquitetura doméstica de Bracara Augusta* [Relatório de Mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Silva, M. F. (2017). *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Silva, L. R., & Diniz, R. de C. D. (2010). Os suevos na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha. *Brathai, 10*(2), 14–25.

Silva, L. M. C. da. (2017). *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal (Século XII a XVI)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Porto, Portugal.

Silva, L. O. (2001). História urbana: Uma área de conhecimento. *Revista de Ciências Humanas, 29*, 35–56.

Silva, M. S. (2008). *O Concelho de Óbidos na Idade Média* (Monografia). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Silva, P. A. P. da. (2002). *As Termas Romanas de Bracara Augusta*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Silveira, A. (2017). Alcântara: Um moinho de maré medieval no termo de Lisboa (Séculos XIII a XVIII). *Cadernos do Arquivo Municipal, Série 2, 7*, 5–89.

Soragni, U., & Gregorio, M. L. (1992). Case, portici e mercanti a Marostica nel XV secolo. Documenti edilizi a cinquant'anni dalla refondazione (1370–1380). In E. De Minicis & E. Guidoni (Dirs.), *Atti del II.o Convegno de Studi, 'La citta e le case'*. Tessuti urbani, domus e case-torri nell'Italia Comunale (secc. XI-XV) (pp. 9–21). Citta della Pieve: Kappa.

Sousa, A. (1993). A monarquia feudal (1325–1480). In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 2, pp. 310–556). Lisboa: Círculo de Leitores.

Sousa, A. C. de. (1946). *História genealógica da Casa Real Portuguesa* (2.ª ed., Vol. 1). Coimbra: Atlântida-Livraria Editora.

Sousa, A. D. (1968). *Monumenta Portugaliae Vaticana: Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V* (Vol. 1). Livraria Editora Franciscana.

Sousa, A. S. A. (2011). *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga XVIII* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Sousa, B. V. (1990). *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. História Medieval (2 Vols.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Sousa, B. V. (2009). *D. Afonso IV*. Lisboa: Temas e Debates.

Sousa, J. A. R. de. (2016). 'Infinibus Gallecie': A 'Reconquista' no atual território português. O contexto de um processo dinâmico, 868–1064. [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Sousa, L. O. (2017). Os milagres de São Rosendo e São Geraldo de Braga: Ensaio de tipificação. *Omni Tempore, 3*, 52–76.

Sousa, R. M. de. (2003). Moeda e Estado: Políticas monetárias e determinantes da procura (1688–1797). *Análise Social, 168*, 771–792.

Sousa, S. R. V. de. (2018). Poder e arquitetura urbana: A casa-torre no Porto Medieval. In A. A. Andrade, C. Tente, G. M. da Silva, & S. Prata (Eds.), *Espaço e poderes na Europa urbana medieval* (pp. 253–264). Castelo de Vide: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Strobbe, I. (2020). *La Charité à Lille à la fin du Moyen Âge: sauver les riches*. Paris: Classiques Garnier.

Tavares, M. J. P. f. (1974). *Estudos de história monetária portuguesa (1383–1438)*. Lisboa: [s.n.].

Tavares, M. J. P. F. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores.

Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os Judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Tavares, M. J. P. F. (1989). *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Presença.

Tavares, M. J. P. F. (2001). A Assistência. A época medieval. In C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vol. 1, pp. 136–140). Lisboa: Círculo de Leitores.

Tavares, M. J. P. F. (2014). Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Média: Onomástica e fontes documentais. *Sefarad, 74*(2), 303–342.

Teixeira, M. C., & Valla, M. (1999). *O urbanismo português: Séculos XIII–XVIII, Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tilly, C. (1996). What good is urban history? *Journal of Urban History, 22*(6), 702–719.

Tolfo, T. (2017). *A urbanização romana no Noroeste da Hispânia: Fontes e especificidades* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Tolfo, T. (2018). Os conventos jurídicos do Noroeste da Hispânia romana: Fronteiras e sociedades. In S. C. Silva & A. M. Esteves (Orgs.), *Fronteiras culturais no mundo antigo: Ensaios sobre identidade, gênero e religiosidade* (pp. 15–28). Rio de Janeiro: Ed. Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tolfo, T., & Ribeiro, M. do C. (2025 — prelo). A cidade de Braga e a sua periferia: Sobre a exploração agrária das propriedades da mesa capitular de 1466 a 1510. In *Atas do III Congresso Internacional — Cidades na História: Economia*. Guimarães: Município de Guimarães.

Toledo, B. L. (2004). *Três cidades em um século* (3ª ed.). São Paulo: Cosac & Naify / Livraria Duas Cidades.

Torres, A. C. M. da Silva. (2014). *Sequência de ocupação da zona arqueológica do Ex. Albergue Distrital: Contributo para análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em Bracara Augusta* [Relatório de Mestrado, Universidade do Minho]. Braga, Portugal.

Tranoy, A. (1981). *La Galice Romaine: Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion Boccard.

Tréziny, H. (2009). L'espace périurbain dans les villes grecques d'occident. In M. C. Belarte Franco & R. Plana Mallart (Eds.), *El Paisatge periurbà a la Mediterrània occidental durant la protohistòria i l'antiguitat/Le paysage périurbain en Méditerranée occidentale pendant la Protohistoire et l'Antiquité* (pp. 33–45). Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.

Trindade, L. (2002). *A casa corrente em Coimbra: Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Trindade, L. (2004). A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532). *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais, 2*(1), 121–158.

Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Coimbra, Portugal.

Trindade, L. (2013). *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Trindade, L. (2014). A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: A mudança de paradigma. In M. del M. Lozano Bartolozzi & V. Méndez Hernán (Coords.), *Patrimonio cultural vinculado con el agua - Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo* (pp. 367–380). Madrid: Editora Regional de Extremadura.

Trindade, L. (2018). História do urbanismo: Investigação, fontes e instrumentos. In A. A. Andrade, C. Tente, G. M. da Silva, & S. Prata (Eds.), *Espaços e poderes na Europa urbana medieval* (pp. 39–78). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Trindade, L. (2023). A inserção urbanística das catedrais medievais portuguesas. In A. A. Andrade & G. M. da Silva (Eds.), *Construir e reconstruir na Europa medieval* (pp. 413—432). Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Unwin, T. (2005). *Wine and the vine: An historical geography of viticulture and the wine trade*. London: Routledge.

Valderas, A. (1996). Historia de una joven ciudad de dos mil años. In *Actas del XXXI Congreso en León* (pp. 5–24). León: Centro Virtual Cervantes.

Val Valdivieso, I., & Bolumburu, B. A. (2006). Spain. In R. Rodger & D. Menjot (Eds.), *Teaching Urban History in Europe* (pp. 51–64). Leicester: Center for Urban History.

Vandermotten, C. (2010). L'interaction urbain-rural: Une problématique renouvelée. *Journal of Urban Research, Special Issue 3*, [s.p.].

Vasconcelos, J. L. de. (1905). O castello de Braga. *O Arqueólogo Português — DGPC, 1*(10), 244–246.

Vasconcelos, M. A. J. de (1992–1993). A Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas. *Forum*, 12—13, 17—42.

Vauchez, A. (1980). Assistance et charité en Occident, XIII - XVe siècle. In *Religions et société dans l'Occident Médieval* (pp. 57–68). Turim: Bottega d'Erasmo.

Vaz, J. L. I. (2011). A arquitetura paleocristã da Lusitânia norte. *Máthesis, 20*, 99–128.

Velázquez, I. (2003). Pro Patriae Gentisqve Gothorum Statv (4th Council of Toledo, Canon 75, a. 633). In H.-W. Goetz, J. Jarnut, & W. Pohl (Eds.), *Regna and Gentes. The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World* (pp. 161–217). Leiden/Boston: Brill.

Vergueiro, J. V. M. (2016). *Inventário dos Pombais de Uva* [Dissertação de mestrado, Escola Superior Gallaecia]. Vila Nova de Cerveira, Portugal.

Viana, M. (1998). *Os vinhedos medievais de Santarém*. Cascais: Patrimonia.

Viana, M. (1999). Algumas medidas lineares medievais portuguesas: O astil e as varas. *Arquipélago/História, 2*(3), 487–493.

Viana, M. (2004). *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)* (Tese de doutoramento, Universidade dos Açores).

Viana, M. (2007–2008). Alguns preços de cereais em Portugal (Séculos XIII–XVI). *Arquipélago. História, 2*(11/12), 207–280.

Viana, M. (2022). A regulamentação da tanoaria em Portugal (séculos XIV–XVI). In A. S. Melo & J. Sequeira (Eds.), *Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média* (Vol. 1, pp. 155–174). Braga: Laboratório de Paisagem, Património e Território.

Vicente, M. G. A. S. (2014). Transumância na Beira Interior em tempos medievos. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior – ubimuseum*, 3, 113–138.

Waldman, L., Senra, M., Maciel, S., & Blanco-Rotea, R. (2017). Torre de Menagem do Castelo de Braga: Proposta de análise com recurso à Arqueologia da Arquitetura. In *IV Jornadas Internacionais: Evolución de los Espacios Urbanos y sus Territorios en el Noroeste de la Península Ibérica* (Pôster). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / Laboratório de Paisagens, Património e Território / Instituto de Estudos Medievais da Universidade de León.

Weygand, Z. (2009). Les aveugles dans la société française. *Revue d'Éthique et de Théologie Morale, 256*, 65–85.

Wolfram, H. (1990). *History of the Goths* (2ª ed.). Los Angeles: University of California Press.

APÊNDICES

Apêndice I. Planta de Francisco Goullard

Referência a figura 11. Planta de Francisco Goullard: Planta de 1883 / 1884 - Planta Topográfica da Cidade de Braga de Francisque Goullard (1883/84), 30 folhas, Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga, 1:500.



Apêndice II. Quadro informativo da base de dados geral referente as propriedades urbanas dos três primeiros *Livros de Tombo* (1369–1404) – 926 linhas de dados no Excel

Apêndice III. Quadro informativo da base de dados referente aos edifícios das cabeças de casais/propriedade – 140 linhas de dados no Excel

	A	B	C	D	E	F
1	**Documento**	**Ano**	**Propriedade**	**Edifício / Espaço (núcleo)**	**Cabido**	**Obs.**
2	A.D.B., 4º L.T., fl. 1	1466	Casal da Rua Nova	Alicerces de parede	Sim	Parece ter sido
3	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal	cazinha	Sim	Não refere
4	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal	Celeiro	Sim	Não refere
5	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal	Quintal de Gado (repartido em corte)	Sim	Não refere
6	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal	Pardieiro (que já foi casa)	Sim	Ao cabod o casal
7	A.D.B., 4º L.T., fl. 6v	1466	Casal do Outeiro/Casal	Palheiro - Casa que foi cozinha e ora é	Sim	Não é cabeça de
8	A.D.B., 4º L.T., fl. 6v	1466	Casal do Outeiro/Casal	Eira - ao cabo do Palheiro	Sim	Não é cabeça de
9	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	Cozinha meia telhada	Sim	Não refere
10	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	Cozinha meia colmaça	Sim	Não refere
11	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	2 cortes de gado	Sim	Não refere
12	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	2 cortelhas de porco pequena	Sim	Não refere
13	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	1 Palheiro	Sim	de ter palha
14	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	1 pardieiro derrubado	Sim	Não refere
15	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	1 Alpendre "arrezoado"	Sim	Não refere
16	A.D.B., 4º L.T., fl. 7v	1466	Casal do Barral	Moinho	Sim	Não Está na cabeça
17	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	2 Cozinhas telhadas	Sim	Não refere
18	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Palheiro colmaço	Sim	Não refere
19	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Celeiro telhado	Sim	Não refere
20	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Forno	Sim	Não refere
21	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Lagar	Sim	Não refere
22	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Resio	Sim	Não refere

Apêndice IV. Quadro informativo sobre a base de dados referente a exploração animal – 36 linhas de dados no Excel

	A	B	C	D	E	F
1	**Documento**	**Ano**	**Propriedade**	**Edifício espaço produtor**	**Cabido**	**Obs.**
2	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal daPia	Quintal de Gado (repartido em corte)	Sim	Não refere
3	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	2 cortes de gado	Sim	Não refere
4	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	2 cortelhas de porco pequena	Sim	Não refere
5	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	4 cortes de gado	Sim	Gado
6	A.D.B., 4º L.T., fl. 21v	1466	Casal de Montelhos	1 casa	Sim	Porcos
7	A.D.B., 4º L.T., fl. 29v	1466	Casal de Cacavelos (São Martinho	2 Cortes de Gado	Sim	Pertence ao Casal de Cacavelos, Em
8	A.D.B., 4º L.T., fl. 32v - 33	1468	Casal do Ribeiro	2 Cortes de gado comaças	Sim	Não refere
9	A.D.B., 4º L.T., fl. 47v	1498	Casal da Lama	2 cortes de gado	Sim	gado; Faz parte de um assento de
10	A.D.B., 4º L.T., fl. 50	1498	Casal de Souro Mouro	Curral colmaço grande de gado	Sim	Gado; Faz parte do assento de casas
11	A.D.B., 4º L.T., fl. 53	1466	Casal da Cal	Quintal de Gado (com	Sim	Não refere
12	A.D.B., 4º L.T., fl. 83	1499	Casais de Pousada/Quebrada	2 Cortes de Gado novas colmaças	Sim	Não refere
13	A.D.B., 4º L.T., fl. 84v	1499	Casal das formígas	5 cortelhas ruim de gado	Sim	Não refere
14	A.D.B., 4º L.T., fl. 59	1498	Moinhos do Salgueiro	2 cortes de gado	Sim	Gado
15	A.D.B., 4º L.T., fl. 59v - 60	1498	Moinhos do Salgueiro	Corte (Casa colmaça)	Sim	[Gado?]
16	A.D.B., 4º L.T., fl. 62v - 63	1498	Casal da Lagea	2 cortes de gado	Sim	Está junto a Casa torre do casal.
17	A.D.B., 4º L.T., fl. 63v	1498	Casal do Gontijo (São Martinho de	Curral grande e colmaço, de gado	Sim	Não refere
18	A.D.B., 4º L.T., fl. 64	1498	Casal do Gontijo (São Martinho de	Corte	Sim	(Gado); Está no campo da Vinha
19	A.D.B., 4º L.T., fl. 64v - 66	1498	Casal do Vilar de Gradoira	2 cortes [gado]	Sim	Gado?
20	A.D.B., 4º L.T., fl. 76v - 77.	1499	Casal que está nos Chãos	Casinha múda de porcos	Sim	Porco
21	A.D.B., 4º L.T., fl. 76v - 77.	1499	Casal que está nos Chãos	Casinha múda de bois	Sim	Bois
22	A.D.B., 4º L.T., fl. 76v - 77.	1499	Casal que está nos Chãos	Casinha múda de gado	Sim	Gado
23	A.D.B., 4º L.T., fl. 83v - 84	1499	Casal do Cabo	Quinteiro grande com compartimentos	Sim	Tem compartimentos para o gado -
24	A.D.B., 4º L.T., fl. 120	1501	Casal de Filim	Grande canteiro (curral), grande e novo	Sim	Tem compartimentos para o gado -
25	A.D.B., 4º L.T., fl. 120v	1501	Casal de Filim	Casinha nova e pequena (corte)	Sim	De gado

Apêndice V. Quadro informativo sobre a base de dados referente as árvores frutíferas e florestais – 323 linhas de dados no Excel

	A	B	C	D	E	F	G
1	**Documento**	**Ano**	**Propriedade**	**Árvores**	**Quantidade**	**Cabido**	**Obs.**
2	A.D.B., 4º L.T., fl. 1	1466		Figueira	1	Não	Herdade que traz Martim Pires (Terras de Braga)
3	A.D.B., 4º L.T., fl. 1	1466	Casal da Rua Nova	Carvalhos	12	Sim	Entre maus e bons
4	A.D.B., 4º L.T., fl. 1	1466	Casal da Rua Nova	Carvalho	6	Sim	Entre maus e bons; Está abaixo do casal do Rego, que é da igreja de São
5	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Carvalho	3	Sim	Não refere
6	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Castanheiro	1	Sim	Não refere
7	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Carvalho	1	Sim	Não refere
8	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Carvalho	3	Sim	Não refere
9	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Castanheiro	1	Sim	Não refere
10	A.D.B., 4º L.T., fl. 4v	1466	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Uveira	4	Sim	Não refere
11	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	Ameixeira	Plural	Sim	Na cabeça do casal
12	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	Pessegueiro	Plural	Sim	Na cabeça do casal
13	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	Figueira	Plural	Sim	Na cabeça do casal
14	A.D.B., 4º L.T., fl. 7	1466	Casal do Barral	Uveira	25	Sim	Próximo a cabeça do casal, num campo
15	A.D.B., 4º L.T., fl. 7-7v	1466	Casal do Barral	Uveira	12	Sim	no campo da colheita
16	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Oliveira	1	Sim	Não refere
17	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Nogueira	3	Sim	Não refere
18	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Carvalhos	10	Sim	Não refere
19	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Amoreira	1	Sim	Não refere
20	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Ameixeira	Plural	Sim	Não refere
21	A.D.B., 4º L.T., fl. 9v	1466	Casal da Ribeira	Olmo	100	Sim	Não refere
22	A.D.B., 4º L.T., fl. 10v	1466	Além dos Pelames, contra a forca	Carvalhos	25	Sim	É numa devesa além dos Pelames
23	A.D.B., 4º L.T., fl. 10v	1466	Abadeiro, junto a Ponte de Guimarães	Carvalhos	10	Sim	Está em "Abardeiro" (parece toponimo), Junto a Ponte de Guimarães
24	A.D.B., 4º L.T., fl. 10v	1466	Ponte Pedrinha	Carvalhos	14 ou 15	Sim	Não refere
25	A.D.B., 4º L.T., fl. 10v	1466	Na passagem dos Pelames	Carvalhos	5	Sim	Não refere
26	A.D.B., 4º L.T., fl. 21v	1466	Casal de Montelhos	Laranjeira	1	Sim	Está a cabo da casa pequena no núclelo do casal
27	A.D.B., 4º L.T., fl. 21v	1466	Casal de Montelhos	Carvalhos	12	Sim	Para Madeira
28	A.D.B., 4º L.T., fl. 21v	1466	Casal de Montelhos	Carvalhos	100	Não	Está no Casal de Pero Rodriguez, num pedaço de devesa que outra parte é do
29	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v	1466	Palmeira	Carvalho	1400	Sim	É da Devesa do Cabido que está em Palmeira; próximo a igreja de Palmeira
30	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Laranjeira	1	Sim	Não refere
31	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Macieira	6	Sim	Não refere
32	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Vieira	5	Sim	Não refere
33	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Figueira	2	Sim	Não refere
34	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Ameixeira	Plural	Sim	Não refere
35	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Macieira	1	Sim	Não refere
36	A.D.B., 4º L.T., fl. 25v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Carvalhos	1.000	Sim	Não refere
	A.D.B., 4º L.T., fl. 26v - 26v	1466	Casal de Cepetelos	Carvalhos	30	Sim	Não refere

Apêndice VI. Quadro informativo sobre a base de dados referente a terrenos de exploração agrícola – 500 linhas de dados no Excel

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1	**Documento**	**Data**	**Freguesia**	**Local**	**Propriedade**	**Espaço Produtivo**	**Espaço Produtivo**	**Cercado**	**Potencial de**	**Produção / Quantidade**	**Marcos**	**Obs.**	**Prazo**		**Delimitação**
2	ADB, 4º Lt, fl. 1	1466	Noroeste	Da Porta da Rua Nova	Não refere	Jerijoio	Leira	Não refere	Não refere	Não refere	Não	Um documento	Não refere		Não refere
3	ADB, 4º Lt, fl. 1	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Cortelho	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Emprazado a		Não refere
4	ADB, 4º Lt, fl. 1	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Cortelho da Rua Nova	Leira	Sim	3 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Emprazado a		Não refere
5	ADB, 4º Lt, fl. 1	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Agra Pereira	Leira	Não refere	1 1/2 carro de esterco	Não refere	Não	Está junto do	Emprazado a		Não refere
6	ADB, 4º Lt, fl. 1 - 1v	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Veiga do Carvalho	Leira	Não refere	1 carro de esterco	Não refere	Sim	São 4 margens,	Emprazado a		Não refere
7	ADB, 4º Lt, fl. 1v	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Não refere	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Sim	Contra nascente	Emprazado a		Não refere
8	ADB, 4º Lt, fl. 1v	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Não refere	Leira	Não refere	2 Carros de esterco	Não refere	Não	Faz no meio das	Emprazado a		Não refere
9	ADB, 4º Lt, fl. 1v	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Agra Pereira	Leira	Não refere	2 Carros de esterco	Não refere	Não	Está cerca da Agra	Emprazado a		Não refere
10	ADB, 4º Lt, fl. 1v	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Agra Carvalha	Leira	Não refere	1 1/2 Carros de esterco	Não refere	Não	Está junto leira	Emprazado a		Não refere
11	ADB, 4º Lt, fl. 1v	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Não refere	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	A leira está no	Emprazado a		Não refere
12	ADB, 4º Lt, fl. 1v - 2	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Agra Pereira	Leira	Não refere	1 carro de esterco	Não refere	Sim	A leito em chave e	Emprazado a		Não refere
13	ADB, 4º Lt, fl. 2	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Não refere	Leira	Não refere	1 carro de esterco	Não refere	Sim	A leira está em 3	Emprazado a		Não refere
14	ADB, 4º Lt, fl. 2	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Agra Pereira	Leira	Não refere	1 1/2 carros de	Não refere	Sim	São 3 margens,	Emprazado a		Não refere
15	ADB, 4º Lt, fl. 2	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Agra de São Martinho	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	Parede quadrada e	Emprazado a		Não refere
16	ADB, 4º Lt, fl. 2	1466	São Martinho	Dume - Norte	Casal da Rua Nova	Agra de São Martinho	Leira	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Parte contra o	Emprazado a		Não refere
17	ADB, 4º Lt, fl. 4v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Latada	Sim	4 carros de esterco	Vinho	Não	Faz entre duas	Não refere		Não refere
18	ADB, 4º Lt, fl. 4v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Agra da Portela	Leira	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Emprazado a		Não refere
19	ADB, 4º Lt, fl. 4v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
20	ADB, 4º Lt, fl. 4v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Cabeceira da Riana	Leira	Não refere	6 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
21	ADB, 4º Lt, fl. 4v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira da Pedra	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
22	ADB, 4º Lt, fl. 4v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira da Cova	Não refere	6 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
23	ADB, 4º Lt, fl. 5	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Várzea Portela	Leira	Não refere	2 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
24	ADB, 4º Lt, fl. 5	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Agra da Portela	Leira	Não refere	2 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
25	ADB, 4º Lt, fl. 5	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira da Pedreira (leva	Não refere	2,5 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
26	ADB, 4º Lt, fl. 5	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
27	ADB, 4º Lt, fl. 5	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira	Não refere	2 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
28	ADB, 4º Lt, fl. 5	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira que chamam A	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
29	ADB, 4º Lt, fl. 5	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Fonte d'Ana	Leira	Não refere	2 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
30	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira que chamam Do	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
31	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
32	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Agra das Carvalhas	Leira a que chamam Do	Não refere	6 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
33	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Veiga do Penadoiro	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
34	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Veiga do Penadoiro	Leira	Não refere	1,5 carros de	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
35	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Regadas	Leira	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
36	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Regadas	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
37	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Gandiães	Leira	Não refere	2 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
38	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Gandiães	Leira	Não refere	5 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
39	ADB, 4º Lt, fl. 5v	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Agra (Gundiães?)	Leira que chama Sobre o	Não refere	4 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
40	ADB, 4º Lt, fl. 6	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
41	ADB, 4º Lt, fl. 6	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Ramhadoira	Leira	Não refere	1 carro de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
42	ADB, 4º Lt, fl. 6	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Talho do Ribeiro	Leira	Não refere	2 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
43	ADB, 4º Lt, fl. 6	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Não refere	Leira da Lomba	Não refere	6 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
44	ADB, 4º Lt, fl. 6	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Talho de Pedro	Leira	Não refere	3 carros de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere
45	ADB, 4º Lt, fl. 6	1466	Freguesia de	Palmeira	Casal do Outeiro/Casal da Pia	Campo da Leira	Leira	Não refere	1 carro de esterco	Não refere	Não	Não refere	Não refere		Não refere

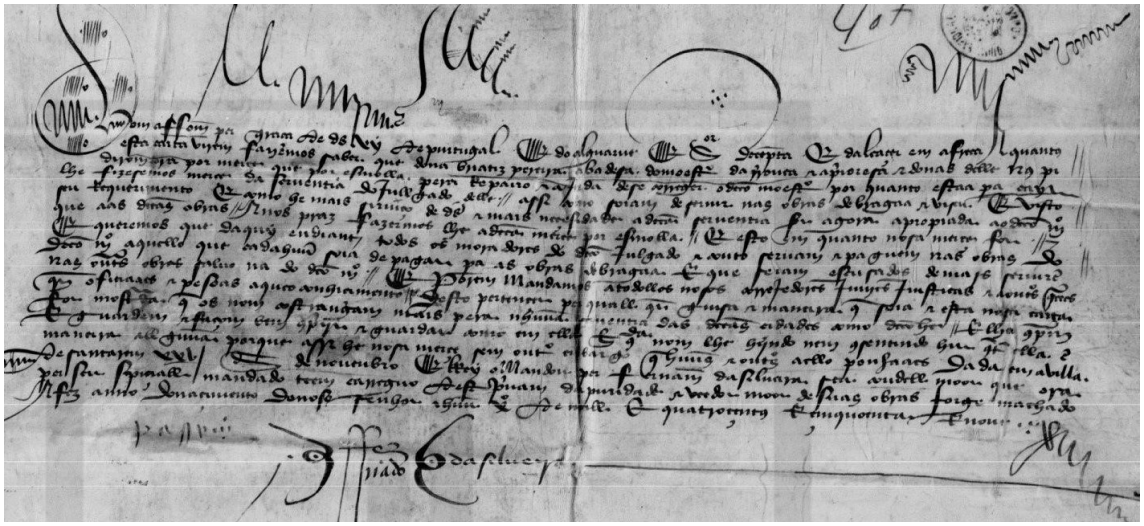
Apêndice VII. Quadro informativo sobre a base de dados referente aos quatro *Livros de Prazo* (1465–1502) – 347 linhas de dados no Excel

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1	**Documento**	**Dia**	**Mês**	**Ano**	**emprazado**	**Localidade**	**Destinatário**	**Condição**	**construtiva**	**ob·ra**	**Tipologia do prazo**	**Pena**	**prazo**	**contratual**	**Observações**	**espacial**	**Fiador**
2	A.D.B. 3º L.P., fl. 1	11	9	1465	Casas	Rua das Oleiras	Afonso	arcebispo	Não refere	Não refere	Emprazamento	brancos;	Não refere	Mester de	Não refere	Não refere	Não refere
3	A.D.B. 1º L.P., fl. 2	Não refere	Não refere	Não refere	Casas	Rua das Oleiras	Lopo Afonso	Capelão	Não refere	Não refere	Não refere	as postem,	Em 3 vidas	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere
4	A.D.B. 1º L.P., fl. 5	3	3	1466	Casas	Rua do Souto	Rodrigo Afonso	Arcebispo	Não refere	Não refere	Não refere	corrijam as	Em 3 vidas	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere
5	A.D.B. 3º L.P., fl. 3v	3	3	1466	da Sé)	Rua do Souto	Rodrigo Afonso	arcebispo	Não refere	Não refere	Emprazamento	)Novamente=	Não refere	Não refere	Reparem e	dinheiro era	Não refere
6	A.D.B. 3º L.P., fl. 5	7	5	1466	Casas	Rua de Maximinos	Gil Afonso	Sapateiro	Não refere	Não refere	Não refere	reparem de	Não refere	3 vidas	Façam e	Não refere	Não refere
7	A.D.B. 1º L.P., fl. 6	7	5	1466	Casas	Rua de Maximinos	Gil Afonso	Sapateiro	Não refere	Não refere	Não refere	as ditas	Em 3 vidas	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere
8	A.D.B. 3º L.P., fl.4v	8	5	1466	Casas	Judiaria Velha	Não refere	Não refere	moradas de 3	ano	Emprazamento	Não refere	3 vidas	moradas de	Não refere	desde as cas	Não refere
9	A.D.B. 1º L.P., fl. 5	20	5	1466	exido	Judeus para contra Santiago	Salomão de Almeida	Judeu	moradas de	3 anos	Não refere	de todo	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere
10	A.D.B. 3º L.P., fl.5v	21	5	1466	exidos	[Braga]	Afonso Correia	Cónego	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	toda bem	Não refere	Não refere	Não refere
11	A.D.B. 1º L.P., fl. 7	21	5	1466	exidos		Afonso Correia	Cónego	Não refere	Não refere	Novamente	ditas casas,	Em 3 vidas	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere
12	A.D.B. 3º L.P., fl. 6v	18	6	1466	Casas	está de mão esquerda indo para	João Afonso	Chanceler e cónego	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	i	Não refere	Não refere	Não refere
13	A.D.B. 3º L.P., fl. 6v	18	6	1466	Casas	Rua de D. Galdim	João Afonso	Cónego	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	Cláusulas	sua mulher	Não refere	Não refere
14	A.D.B. 1º L.P., fl. 8	18	6	1466	moradas)	Judiaria, de mão esquerda, que	João Afonso	Chanceler e cónego	Não refere	Não refere	Não refere	Anes de Gualtar	acustumada	Em 3 vidas	Não refere	Não refere	Não refere
15	A.D.B. 1º L.P., fl. 8	18	6	1466	Casas	Rua de D. Galdim	Pedro Anes	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere	Novamente	acustumada	Em 3 vidas	Não refere	Não refere	Não refere
16	A.D.B. 1º L.P., fl. 9	19	6	1466	exido	Rua do Souto	Pedro Teneira	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere	Afonso Vicente, cónego; Novo	prazo	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere
17	A.D.B. 3º L.P., fl. 7	19	6	1466	exidos	Rua do Souto	Pedro Teneira	Não refere	3 nos	Não refere	Não refere	Vicente, cónego; Novo	prazo	Não refere	contrato;	contra a Rua	Não refere
18	A.D.B. 1º L.P., fl. 9	20	6	1466	exidos	Judiaria Velha	João Rodrigues de Lisboa	Cónego	Não refere	Não refere	Não refere	Rodrigues de Lisboa,	acustumada	Em 3 vidas	casconado	Não refere	Não refere
19	A.D.B. 3º L.P., fl.7v	20	6	1466	exidos	Judiaria Velha	João Rodrigues	Cónego	Não refere	Não refere	Não refere	do procurador de	Não refere	3 vidas	Cláusulas e	Castelo);	Não refere	Não refere
20	A.D.B. 3º L.P., fl.7v	20	6	1466	exidos	Judiaria Velha	Lopo Afonso	De Castelo Rodrigo	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	Cláusulas e	sua mulher;	Não refere	Não refere
21	A.D.B. 3º L.P., fl.8	25	6	1466	Casas	[Braga]	João Rodrigues / Diogo de Viana	Cónego / Cónego	Não refere	Não refere	Escambo	Não refere	Não refere	Cláusulas e	Escambo das c	Não refere	Não refere
22	A.D.B. 3º L.P., fl.8v	16	7	1466	Casas	Judiaria Velha	Mestre Mousem	Judeu	que tem	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	Cláusulas e	(II) - Além do	Renunciação d	Não refere
23	A.D.B. 3º L.P., fl. 9v	29	7	1466	Casas	Judiaria Velha	Gonçalo Vasques	Tercenário	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	Cláusulas e	Mestre	Não refere	Não refere
24	A.D.B. 3º L.P., fl. 10	31	7	1466	Casas	Rua do Souto	Pedro Anes	Correeiro	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	I	Não refere	Não refere	Não refere
25	A.D.B. 3º L.P., fl. 10	31	7	1466	Casas	Olaria	Afonso Anes	Sarrapinteiro	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	I	Não refere	Parte de um	Não refere
26	A.D.B. 3º L.P., fl. 10	31	7	1466	Casas	[braga]	Gonçalo Anes	Sapateiro	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	I	Não refere	Maria Gonçalve	Não refere
27	A.D.B. 3º L.P., fl. 10v	31	7	1466	Casas	Rua de D. Galdim	Gil Vasques	Cónego	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	I	E seu irmão	Não refere	Não refere
28	A.D.B. 3º L.P., fl. 10v	28	8	1466	Casas	No canto da Judiaria Velha	Pedro Amorim	Não refere	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	I	Judeu	Não refere	Não refere
29	A.D.B. 3º L.P., fl. 12	18	9	1466	Casas	Rua Direita, cerca de Santiago	Afonso Gonçalves	Carrpinteiro	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	Cláusulas da	sua mulher	Partem com	Não refere
30	A.D.B. 3º L.P., fl. 12	23	9	1466	Casas	Rua de Santa Maria	Diogo de Viana	Não refere	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	Em sua Vida	I	emprazada a	Não refere	Não refere
31	A.D.B. 3º L.P., fl. 13	9	12	1466	Casas	Rua de D. Galdim	Lopo Anes	Tercenário	Não refere	Não refere	Novamente	Não refere	Não refere	e Retaça	Correia e	casas de	Não refere
32	A.D.B. 3º L.P., fl. 13v	7	3	1467	Não refere	Não refere	Não refere	Escambo	Não refere	Não refere	Escambo	Não refere	Não refere	I	Cabido dá a	casas de	Não refere
33	A.D.B. 3º L.P., fl. 15	6	4	1467	Não refere	Rua de Pao Merta	Pedro Anes	Azemel do Doutor	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	qual sobra	Afonso, sua	um lado	Não refere
34	A.D.B. 3º L.P., fl. 15	6	4	1467	Casas	Rua Verde	Gonçalo Pires	Sapateiro	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	cláusulas	Santinha	com casas	Não refere
35	A.D.B. 3º L.P., fl. 15v	6	4	1467	Casas	Rua dos Açougues	João Pires Paixota	Não refere	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	I	sua mulher	um lado	Não refere
36	A.D.B. 3º L.P., fl. 16v	20	4	1467	Metade de	da Triparia	Nuno Martin / Cabido	Não refere	Não refere	Não refere	Escambo	Não refere	Não refere	I	- CABIDO DA	Não refere	Não refere
37	A.D.B. 3º L.P., fl. 16v	5	5	1467	Casas	Rua da Sapataria	Ferrão Mendo	Não refere	Não refere	Não refere	Emprazado	Não refere	3 vidas	I	mulher;	Não refere	Não refere
38	A.D.B. 3º L.P., fl. 16v	11	5	1467	Casas	Rua de Santa Maria	Vasques Anes	barbeiro	Não refere	Não refere	Não refere	Não refere	3 vidas	e condições	cima e da	Não refere	Não refere
39	A.D.B. 3º L.P., fl. 17v	20	5	1467	Casas	Rua de Maximinos	Rodrigo Afonso	corrija de	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	3 vidas	Façam e	mulher	fundo com	Não refere
40	A.D.B. 3º L.P., fl. 17v	19	6	1467	Casas	Rua de Santa Maria	Maria Fernandes	Não refere	Não refere	Não refere	Emprazamento	Não refere	Não refere	aforamento	as cláusulas	Não refere	fundo com	Não refere
41	A.D.B. 3º L.P., fl. 19	25	7	1467	Casas	Rua do Souto	Afonso Gonçalves	Sapateiro	as suas	primeiros	Novamente	Não refere	3 vidas	Corrigrão	Lourenço, sua	um lado	Não refere
42	A.D.B. 3º L.P., fl. 19	10	8	1467	Pardieiro	Judiaria Nova	Jacó Montesinho	Judeu	Não refere	Não refere	ajuntamento de	Não refere	3 vidas	e condições	mulher	Trás com	Não refere
43	A.D.B. 1º L.P., fl. 21	13	8	1467	a sua torre,	Rua de Maximinos	Rui Vasques	Cónego	Não refere	Não refere	Não refere	e corrija as	Em 3 vidas	documento	Não refere	Não refere	Não refere
44	A.D.B. 3º L.P., fl. 19v	13	8	1467	torre, exido,	Rua de Maximinos	Rui Vasques	Não refere	Não refere	Não refere	Novamente	Não refere	3 vidas	e condições	Renunciação	Não refere	Não refere
45	A.D.B. 3º L.P., fl. 19v	20	8	1467	Casa	Rua Verde	Ferrão Afonso	Criado do Arcebispo	corrija as	Não refere	Emprazado	Não refere	Não refere	Possua e	mulher;	ledo com	Não refere

Apêndice VIII. O estabelecimento das torres de vigilância ao longo da dinastia de Avis

- Carta de mercê dada pelo Rei D. Afonso V, a pedido da abadessa do Mosteiro de Arouca, D. Beatriz Pereira, pela qual ele manda que os moradores do julgado do mosteiro paguem ao dito mosteiro o que pagavam para as obras de Braga.

Fonte: A.N.T.T., *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 1, mç. 2, n. 47



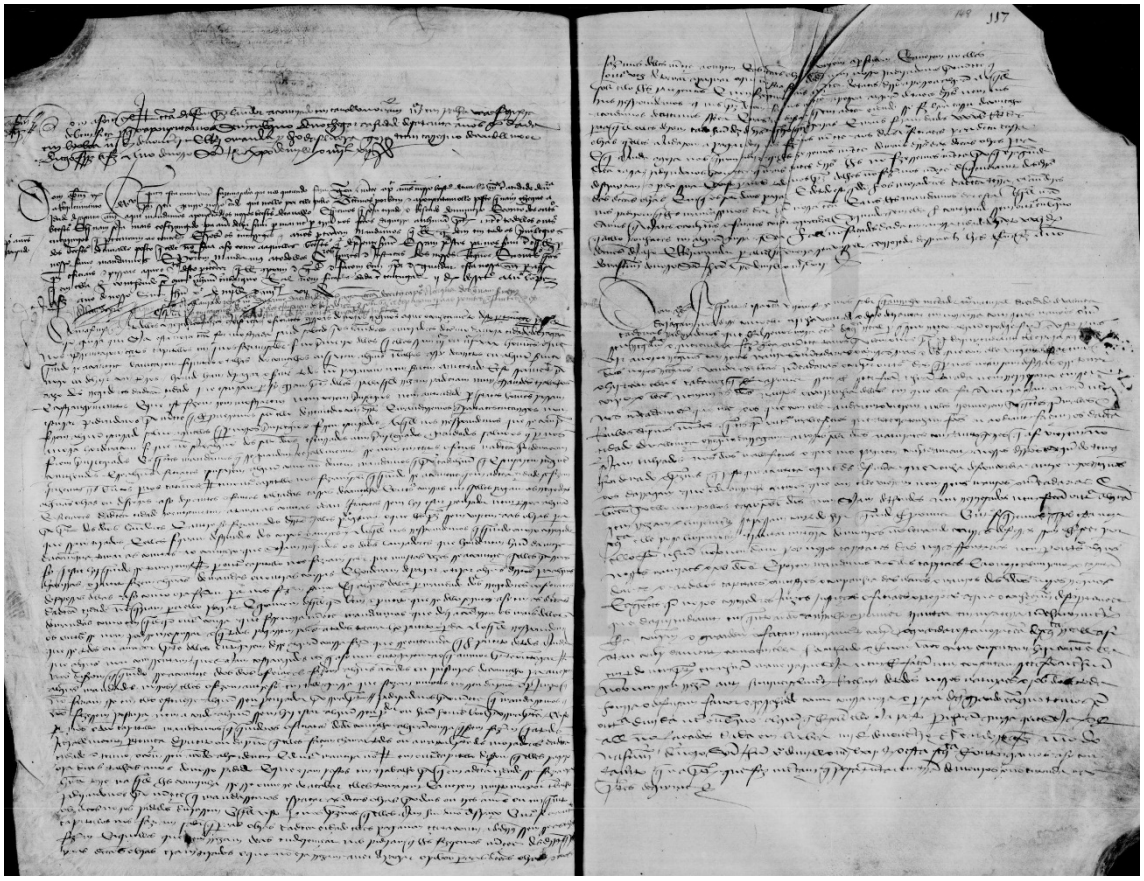
Transcrição do autor: **[fl. 407]** Dom Affom*so* per graça de d*eu*s Rey de portugal E do alguarue E S*enh*or de çe*u*pta E dalcaçer em afreca A quant*os* esta carta virem fazemos saber . que dona briatiz pereira abadesa . do moest*ei*ro darrouca *e* a p*r*ioresa *e* donas delle n*os* pidirom ora por merçe que por esmolla . pera Repairo *e* aJuda dese correger . o d*i*cto moest*ei*ro por quanto estaa p*er*a cayr lhe fizesemos merçe da serventia do Jullgado delle .// assi como soiam de seruir nas obras de bragaa *e* viseu e Visto seu Requerimento E como he mais siruiço de d*eu*s *e* mais neçesidade a d*i*cta serentia *ser*r agora apropriada ao d*i*cto m*oesteir*o que aas d*i*ctas obras // A nos praz fazermos lhe a d*i*cta merce por esmolla . // E esto em quanto nossa merçe for. // E queremos que daquy endiante todos os moradores do d*i*cto Julgado *e* couto seruam *e* paguem nas obras do // d*i*cto m*osteir*o aquello que cada huu*m* soia de pagar p*er*a as obras de bragaa E que seiam escusados de majs seruire*m* nas out*ra*s obras saluo na do d*i*cto m*osteir*o .// E Porem Mandamos a todollos nosos correjedores Juizes Justicas *e* a out*r*os q*ua*ees q*uer* oficiaaes *e* pesoas a que o conhecimento // desto pertença p*er*a quall q*uer* guisa *e* maneira q*ue* soia *e* esta nosa carta for most*ra*da q*ue* os nom costrangam mais pera n[em]huu*m*a seruentia das d*i*ctas cidades como d*i*cto he // E lha *cumpra*m E guardem *e* façom bem *cumprir e* guardar como em ellas h*e conteu*da nom lhe hijndo nem *con*sentindo hir *con*t*ra* ella e*m* maneira allguu*m*a porque assi he nosa merçe sem out*r*o enbargo q*ue* huu*n*s *e* out*r*os a ello ponhaaes

dada em a villa de santarem xxvj d*ias* de nouembro El Rey o Mandou per Fernam da silueira seu coudell moor que ora per seu spiçiall mandado teem carreguo de ec*ri*puam da puridade *e* veedor moor de suas obras Jorge machado A fez anno do naçimento do nosso senhor ih*es*uu*s Christo* de mill E quatroçent*os* E çinquoenta E noue:.

Ffe*r*na*n*do da silueira

- Cortes no Porto, em 1462

Fonte: A.N.T.T., *Chancelaria Régia de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 116v.



Transcrição do autor: [fl. 116v] Dom afomso *cetera* a todollos corregedores Jujzes *e* Justiças ofiçiaees *e* p*er*ssoas de nossos rregnos a que o conhecimento desto pertencer p*er* qual q*uer* guissa que SeJa esta nossa c*ar*ta for mostrada sande sabede q*ue* os lau*ra*dores *e* moradores da nossa cidade de bragaa Nos ap*re*ssentarom certos capítollos em q*ue* nos fazem saber .*scilicet*. no p*ri*meiro deles q*ue* elles ssam iij^{c} ou iij^{c}xxx home*n*s *e* que q*ua*ndo sse aconte*n*çee lamçarem fijntas *e* talhas dos comçelhos ou q*ue* em algu*n*s t*ra*balhos assy de carretos ou algu*m* *ser*uiço nosso ou de hijr com t[*er*]ssos ./ honde ham de pagar *e* *ser*uír todos no*m* pagauam nem *ser*uem a metade E esto ssoome*n*te po*r* aazo dos rregedores da d*ic*ta cidade que escussam p*er* sy q*uer*am p*ar*te deles ./ polla qual rrazam padeciam muy grandes trabalhos E costrangymentos E que esto fazem sem mostrarem nem terem p*ri*ujlegios nem autoridade p*er* q*ue* taees home*n*s possam escusar ./ pidindonos po*r* me*r*çee q*ue* lh*e* p*ro*uessemos sob*re* ello de rremedio com direito E mandassemos q*ue* p*er*a taees encargos nom fossem algu*m* escusado saluo aquelles q*ue* p*er* nossos p*ri*ujlegios fossem escusado A qual nos rrespondemos que sse comp*ra* a nossa hordenaçom .*scilicet*. que no*m* seja algu*n*s dos sob*re* d*ic*tos escusados nem p*ri*ujlegiados guardados saluoos q*ue* p*er* nos forem p*ri*ujlegiados Os q*ua*ees mandamos q*ue* sse guardem Jeerallmemte sse nom em certos ofiçios na d*ic*ta hordenacom contheudas E sse algu*n*s ofiçiaees escusarem algu*m* como no*m* deuem mandamos q*ue* po*r* cada huu*m* q*ua*l scusarem pague*m* qu*in*hent*os* rr*eae*s b*ra*ncos p*er*a os catíuos J*tem* em out*ro* capitollo nom faziam sab*er* q*ue* q*ua*ndo sse acontece q*ue* em a d*ic*ta cidade se fazem alg*u*mas obras ou despessas asy de pomtes *e* fontes calçadas cassas de comçelho E out*ra*s coussas em q*ue* elles pagam os rregedores E ofiçiaees da d*ic*ta cidade sse entre metem a tomar as comtas *e* dan quitações ssem hij estar p*ro*curador nem p*er*ssoa algu*m*a p*or* p*ar*te dos d*ic*tos lau*ra*dores E antre sy faziam dos direitos q*ue* elles

paguam o que lhes praz ssem vijrem aas obras pera que ssam tirados E elles fiquem destruydos dos corpos e aueres A qual nos rrespondemos que quando o nosso corregedor da comarqua tomar as comtas ao conçelho que Sejam requeridos os dictos lauradores que hordenem huum dantre sy que estee hij quando sse tomarem ./ Jtem per outro capitollo nos faziam saber que mujtas vezes sse acomteçe que elles por ssuas honrras e proveito fazem algumas demandas ou outras coussas E hordenam de pagar e tirar alguns direitos pera algumas despessas delas asy como ora fazem ou pera nos fazem seruiço E que alguns deles per mandado dos rregedores e ofiçiaees da dicta cidade nom queiram per a ello pagar E gouuem de qual quer bem e proveito que sse dello segue[*sic*][1118] asy em as dictas demandas como em quall quer outra coussa que fosse nossa merçe mandamos que de que acordassem os maís deles os outros sse nom podessem escusar e que todos pagassem pois a todos tocaua ho proveito e perda Ao qual rrespondemos que sse todos ou a mayor parte dellos outorgarem desse alguma cousa fazer que sse entemda que he proveito de todos aJnda que alguns nom comssintam / que SeJam constrangidos os que asy nom outorgarem ao que a maior parte outorgar Jtem Nos diserom que quamdo sse acontece doos dictos ofiçiaees fazerem alguns acordos ou pusturas do conçelho pera auerem alguns mandados nossos / elles o fazem antre sy em tall guissa que fazem muytos em sseu dapno e perJuizo que nom fariam sse em elles esteuesse algum sseu procurador por ssua partem . // pidijndonos por merçe que mandassemos que nom fizessem postura nem acordo algum ssem hij estar algum sseu procurador ou huum homem boom por ssua parte ./ E visto per nos o dicto capitollo mandamos que quando os ofiçiaees do dicto conçelho alguma coussa quiserem fazerem que a todos Jeerallmente pertemça de proveito ou dapno que elles façom chamar todos ou a mayor parte dos moradores da dicta cidade e termo e com sseu acordo a hordenem E da outra maneira nom Jtem em outro capitollo diserom que elles pagarom ora duas talhas a uos do nosso pidido E que eram postos em trabalho por que em a dicta cidade sse fazia ora huma torre na qual lhes conujnha sse [*sic*][1119] ouuesse de acabar elles tomarem E a auerem mujto mayor trabalho pidjndonos por merçee que mandassemos espaçar as dictas obras por dois ou tres anos ou em quanto os dictos nosso pididos durassem O qual visto per nos praz nos que elles aJam huum anno despaço Outrosi em outro capitollos nos faziam saber que pera as obras da dicta cidade elles pagauom certa contija de dinheiros ssem se as h[*sic*][1120] fazerem E aquelles que em rrezam de aos enderemçar nos pidijam que lhes fezesemos merçee dos dinheiros que [*sic*][1121] pera as dictas obras eram tirados e que nom era rrezam auer de pagar o poboo pera as dictas obras e aos **[fl. 117]** fazermos deles merçce a outrem E as dictas obras virem a perfeiçom E aurem no elles outra vez de tornar a paguar o que nom seria ser da dicta nosso pedindonos por mercee que sobre ello lhes prouessemos E nom fezere maís merçee de taaes dinheiros a pessoa alguma ao quall nos rrespondemos que nos praz de nom fazernos a mercee a pessoa alguma de taees dinheiros nem nos acordamos de a termos ffeita E nas [?][1122] disser que em a dicta cidade se fez huma cassa do comçelho pera qual elles derom cada huum dez d[?][1123] rreaes quatro que tr[?]goiras[1124] E mais faram dados xxxv Reaes das obras qual elles aJudarom a pagar de que nos fezer nos merçee do mais dinheirros da dictas obras pera a dicta cassa ./ pidijndonos por merçee que mais taees dinheirros lhes nom fezessemos merçee por que era grande destruyçom e perda ssua E

[1118] Riscado: "m".
[1119] Repetido: "sse".
[1120] Cortado.
[1121] Riscado e cortado.
[1122] O papel está dobrado no meio.
[1123] Dobrada no meio.
[1124] Dobrada no meio.

costo p*er* nos todo nos p*raz* de lhes no*m* faz*er* a uos m*er*çee daq*ui* en diante dos d*inhei*rros das d*i*ctas obras Em q*ue* os sob*re* d*i*ctos pagar E de todo esto q*ue* o d*i*cto hos moradores da d*i*cta terra *e* lau*ra*dores nos pidirom q*ue* lh*e*s mandassemos dar ha nossa c*ar*ta E a uos lh*e*s mandamos dar esta A qual ma*n*damos q*ue* aJaees *e* conp*ar*tes *e* façaees conp*ri*r *e* guardar Segundo q*ue* em elle h*e* conteudo ssem out*r*o enb*ar*guo q*ue* a ello ponhaees em algu*m*a guissa q*ue* Seu h*e* all no*m* façades

dada em a nossa cidade de p*or*to xxvj d*ias* do mês de Julho E El Rej mandou p*er* alu*ar*o rr*odri*guez vieira sseu vassalo *e* corregedor da ssua co*r*te bras afom*so* fez an*n*o do nascim*en*to de nosso S*enh*or Jh*esus Christo* de mjll *e* iiij^{c}lxij

Apêndice IX. Enfiteutas e moradores nas propriedades do Cabido na Praça de Cidade e no Eirado da Rua dos Chãos entre 1469 e 1491

Enfiteutas e moradores nas propriedades do cabido na da Praça da Cidade de Braga entre 1469 a 1491				
Ano	**Nome**	**Condição social/religiosa/forânea**	**Ocupação**	**Referência (A.D.B.)**
1469	João Fernandes	Não refere	Sapateiro	*1º Livro de Prazos...*, fl. 34v *3º Livro de Prazos...*, fl. 28v
1469	Catarina Vasques	Mulher de João Fernandes	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 34v *3º Livro de Prazos...*, fl. 28v
1472	Abraão	Judeu e galego	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 67 *1º Livro de Prazos...*, fl. 40
1472	Gracia	Judia e mulher de Abraão	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 67 *1º Livro de Prazos...*, fl. 40
1476	Pedro Martins	Não refere	Mercador	*1º Livro de Prazos...*, fl. 50v
1477	Gil Vasques (testemunha)	Não refere	Sapateiro	*2º Livro de Prazos...*, fl. 13
1479	João Gonçalves (testemunha)	Não refere	Barbeiro	*2º Livro de Prazos...*, fl. 72 *3º Livro de Prazos...*, fl. 55
1491	João	De Toledo	Não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 202 *3. Livro de Prazos...*, fl. 92v
1491	Leonor Lopes	Mulher de João de Toledo	Não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 202 *3º Livro de Prazos...*, fl. 92v
1491	Amenahem	Judeu e galego	Não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 222
1491	Alegria	Judia e mulher de Amenahem	Não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 222

Enfiteutas e moradores antecessores aos dos contratos de emprazamentos das propriedades do cabido na Praça da cidade de 1469 a 1491				
Anterior ao ano	**Nome**	**Condição social/religiosa/forânea**	**Ocupação**	**Referência (A.D.B.)**
1469	Afonso Anes (emprazante)	Abade de Redondo	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 34v *3º Livro de Prazos...*, fl. 28v
1469	João Gonçalves Ramos (morador)	Pai de Afonso Anes, Abade de Redondo	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 34v *3º Livro de Prazos...*, fl. 28v
1479	Gil Anes (enjeitação)	Tercenário	Não refere	*3º Livro de Prazos...*, fl. 55
1491	Bartolomeu Afonso (morou)	cónego	Não refere	*3º Livro de Prazos...*, fl. 92v

Enfiteutas e moradores de propriedades adjacentes as do cabido da Praça da Cidade de Braga entre 1469 e 1491				
Ano	**Nome**	**Condição social/religiosa/forânea**	**Ocupação**	**Referência (A.D.B.)**
1469	Fernão Afonso	De Terras de Bouro	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 50v
1472	Leonor Domingues	Não refere	Tendeira	*1º Livro de Prazos...*, fl. 67 *3º Livro de Prazos...*, fl. 40
1472	Pedro Anes	De Travassos	Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 67 *1º Livro de Prazos...*, fl. 40
1476	Afonso Álvares	Não refere	Alfaiate	*1º Livro de Prazos...*, fl. 50v
1479	Pedro Rouco (morou)	Não refere	Não refere	*3º Livro de Prazos...*, fl. 55
1479	Brás Anes	Não refere	Almocreve	*3º Livro de Prazos...*, fl. 55
1491	João Franco	Não refere	Não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 202 *3º Livro de Prazos...*, fl. 92v
1491	Gonçalo Martins	Não refere	Não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 202 *3º Livro de Prazos...*, fl. 92v
1491	Pedro Anes	Não refere	Sapateiro	*2º Livro de Prazos...*, fl. 222
1491	Leonor Domingues	Não refere	Mostardeira	*2º Livro de Prazos...*, fl. 222

Enfiteutas e moradores de propriedades adjacentes as do cabido da Praça da Cidade de Braga entre 1469 e 1491				
Ano	**Nome**	**Condição social/religiosa/forânea**	**Ocupação**	**Referência (A.D.B.)**
1469	Fernão Afonso	De Terras de Bouro		*1º Livro de Prazos...*, fl. 50v
1472	Leonor Domingues	Não refere	Tendeira	*1º Livro de Prazos...*, fl. 67 *3º Livro de Prazos...*, fl. 40
1472	Pedro Anes	De Travassos	Não refere Não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 67 *1º Livro de Prazos...*, fl. 40
1476	Afonso Álvares	Não refere	Alfaiate	*1º Livro de Prazos...*, fl. 50v
1479	Pedro Rouco (morou)	Não refere	Não refere	*3º Livro de Prazos...*, fl. 55
1479	Brás Anes	Não refere	Almocreve	*3º Livro de Prazos...*, fl. 55
1491	João Franco	Não refere	Não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 202 *3º Livro de Prazos...*, fl. 92v
1491	Gonçalo Martins	Não refere		*2º Livro de Prazos...*, fl. 202 *3º Livro de Prazos...*, fl. 92v
1491	Pedro Anes	Não refere	Sapateiro	*2º Livro de Prazos...*, fl. 222
1491	Leonor Domingues	Não refere	Mostardeira	*2º Livro de Prazos...*, fl. 222

Apêndice X. Transcrição das "casas de canto" segundo os *Livros de Tombo* (1369–1404)

Rua do Souto

Na Rua do souto da máão sestra Como vay pera a Porta do Muro	
Período	**Texto**
1369–1394	Jtem huuma Casa ante o Cano que esta junto com o Paaço do Arçebispo em que mora o rreçebedor e com o fforno Aqual Casa trouxe trouxe ffernam giraldez por Tres maravedis Tragea agora o dicto senhor Jtem as Casas do Canto em que Maria martijnz madre do Chantre ssoya de teer a Tenda Trageas emprazadas Cezilia affonsso Molher de ffernam gil per quatro maravedis (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 118–118v) As casas pequenas dante o Cano que forom de María martinz madre de Vasco domjnguez que chantre. Tragemnas duas Molheres por quatro maravedis As casa do canto em que mora fernam gil trageas el empprazadas por doze maravedis e tres galjnhas (A.D.B., 2. º *Livro de Tombo...*, fl. 58)
Nota. Estas casas provavelmente estavam listadas na sequência das residências localizadas diante do cano, adjacente aos Paços Arquiepiscopais. Esse cano estava mais ou menos posicionado na interseção da Rua do Souto com a Rua das Ousias, ao sul da rua. Assim, essas residências estavam situadas no canto da Rua do Souto, no lado esquerdo, antes da abertura do Largo dos Paços Arquiepiscopais. No esboço pontilhado à esquerda, identificamos a hipotética casa de Maria Martins, e à direita, no traço pontilhado maior, a casa do canto, a qual Maria, usava como tenda antes de 1369.	

Rua dos Burgueses

Rua dos burgeses como . vay da see pera A porta do Muro toda direjta da Maaoo direjta	
Período	**Texto**
1393/1394	Per as casas do canto . de María da olyueira em que mora Gonçalo anes do <eirado > [*sic*]. tres. maravedis de çensso. (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 59v)
Nota. Ao que parece, esta casa estaria localizada no canto entre a Rua dos Burgueses e a Rua da Sapataria, visto que essas residências são uma das últimas a serem listadas.	
Jtem na dicta Rua dos Bvrgueses desta outra parte scripta des o Canto do aÇouge Como yay da maao sestra ata a porta do Muro	
Período	**Texto**
1369–1394	Primeiramente per a Casa do Canto em que mora Pero Gonçaluez alffayate huum meyo marauidi de ÇenÇo (A.D.B., *1º Livro de Tombo ...*, fl. 120) Per a casa do Canto em que mora pero gonçalvez alfayate meo maravidi de çensso (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 60)
Nota. Considerando que esta era a primeira casa no lado esquerdo em direção à Porta de Maximinos (Porta do Muro), é possível inferir que estivesse localizada na área que posteriormente se tornaria o Paço do Concelho, na esquina da Rua dos Burgueses/Maximinos com a Rua da Erva (Rua do Poço). Este Paço erguido no início do século XVI, onde sabemos que duas casas foram demolidas para sua construção. Assim, é plausível considerar que esta casa em questão poderia fazer parte do loteamento do Paço do Concelho.	
Jtem na dicta Rua dos burgeses como uam pera a dicta . porta da maaoo Siestra . primeiramente	

Período	Texto
1393–1404	Per as outras casas que estam Junto com elas ao canto da triparía que som da dicta socissom outros tres maravedis de çensso (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 60v) Pelas casas que estam Ao canto da tripariá que som de Vasco Anes pombijnho em que mora dijego steuez meo maravidi de çenso. (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 96)
Nota. Estas casas são a que estão no canto nascente entre a Rua da Triparia e a Rua dos Burgueses.	

Jtem na dicta Rua dos burgeses como uam pera a dicta . porta da maaoo Siestra . primeiramente	
Período	**Texto**
1393–1404	Per as casas que estam no outro canto da triparia que som de Joham pirez poonbinho meo marauidil de çensso. (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 60) As casas do canto em que Gonçalo da galijnha hum maravidi de çenso. (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 96v)
Nota. Essas casas estão no canto poente do canto entre a Rua da Triparia e a Rua dos Burgueses.	

Jtem na dicta Rua dos burgeses como uam pera a dicta . porta da maaoo Siestra . primeiramente	
Período	**Texto**
1369–1394	Jtem As Casas do quanto da Rua uerde Trageas emprazadas Viçente chasco e ssua Molher Costança anes por sete Marauidis (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121) As casas do canto da Rua uerde em que mora Afonsso [*sic*][1125] Vijcente mercador trageas el emprazadas por dez noue maravedis e capão (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 60) As casas do canto em que morou Lourenço vjcente trageas el emprazadas por dez e noue maravedis e dous capoes. (A.D.B., *3º Livros de Tombo...*, fl. 96v)
Nota. É a primeira casa do canto nascente, entre a Rua dos Burgueses e a Rua Verde.	

Rua de Trás os Açougues

Rua de tras o AÇouge Como uay do quanto da Rua da herua ataa o quanto da Rua de Don Gualdyn de maa seestra primeirament e	
Período	**Texto**
1369–1404	Jtem As Casas do quanto que trage emprazadas Eynes a pica por seys Marauidis e meyo (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 222) As casa do canto da Rua da herua em que mora Eynes . pica trageas ela emprazadas por Oyto maravedis e duas galjnhas. (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 61v) As casas do canto da Rua derua em que mora a pica trageas ela emprazadas por ojto maravedis. (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 98v)
Nota. O rol das propriedades na Rua de Trás os Açougues começa com essa casa do canto em que mora a Inês, a Pica, cujo emprazamento se alterou de 6,5 para 8 maravedis. Cabe salientar que a mesma mora 30 anos nas mesmas casas.	

[1125] Riscado: "Voubas".

Rua das Ousias

Rua das Oussias Como vem do quan[t]o do Cano ata a Porta do ssol da ssee de Maao sseestra em Redor Primeirame*n*t*e*	
Período	**Texto**
1369–1404	Jt*em* Per As Casas do quanto do Arco da pedra em que morou M*ar*tim bee[n]ytez Coonigo que ssom de Gonçalo abadeyro *e* de Gonçalo domj*n*guez almoxarife de Gujmaraae*e*s em que ora mora o Abade de Çeruaae*e*s oyto l*br*a*s* de Çenço (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl 121v) P*er* as casas do canto q*ue* teem o Arco da pedra e*m* q*ue* mora paay nycollaao*o* q*ue* som de Gonçalo abadeyro e do almoxarife de guymaraae*e*s oyto l*br*a*s* de çensso (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 61) Pelas casas do ca*r*to q*ue* tee*m* [*sic*][1126] o Arco da pedra q*ue* ora mora be*r*tolameu f*erna*ndez q*ue* som de Senhorijnha st*eue*z ojto l*br*a*s* de çe*r*so (A.D.B., *3.º Livro de Tombo ...*, fl. 97v).
Nota. Essas casas estava na intersecção da Rua das Ousias com a Rua Pequena. Pelos documentos não da para Saber se era onde havia os arcos ou era casas do Arco da Pedra.	
Rua das oussyas como ue*m* do canto do Cano aRedor da see ata a po*r*to do Sol da d*i*cta See	
Período	**Texto**
1393–404	P*er* as casas do ca*r*to da Rua dos cegos q*ue* estam ante a porta do abade de S*an*ctiago dantas q*ue* he ora pardeíro *e* he de Gil st*eue*z doutiz meo m*aravidi* de çe*r*sso (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 61) Pelas casas do ca*r*to da Rua dos cegos q*ue* ora fez gonçalo st*eue*z o p*i*co q*ue* som de gil st*eue*z doutijz m*e*o m*aravidi* de çenso (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 97v)
Nota. Esta casa estaria na intersecção da Rua dos Cegos com a Rua das Ousias, e estaria diante a Porta do Abade de Santiago de Antas, cuja propriedade não havia sido construída ainda no primeiro *Livro de Tombo*.	

Rua dos Cegos

Rua q*ue* chama*m* dos Cegos . Como uay dess onde vendem os Tanhos ata a Crux dante o fforno da Jnffant*a* primeyrame*n*t*e* como vay de Maao*o* dereyta	
Período	**Texto**
1369/1380	Jt*em* a Casa do quanto da Crux em q*ue* morou a Aluela Tragea emprazada Senhorinha a Carrapata por tres maravedis (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 130)
Nota. As casa na Intersecção entre a Rua Travessa e a Rua dos Cegos, no cruzamento conhecido como Cruz do Forno da Infanta, e que, posteriormente, será conhecido também por Cruz da Carrapa.	

[1126] Riscado: "Ab".

Rua da Erva

Rua da herua como uay toda dereyta des o Pee da Torre dos sinos ata a Porta do Muro q*ue* chamam de ssam Tiago da ciuidade primeyrame*n*t*e* como vam da maao sseestra	
Período	**Texto**
1369–1380	Jt*em* A Casa q*ue* trage emprazada a Molher q*ue* ffoy de Gonçalo fferreyro em q*ue* morou Domjngas a peyxoteyra E anda com as do qua*n*to ./ Em q*ue* mora Leonor a tendeyra E dam por ela tres marauidis (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 128)
Nota. Estra casa fazia intersecção provavelmente com a Rua de Trás os Açougues e da Erva, pelo lado esquerdo em direção a Porta de Santiago.	
Na d*i*cta Rua da herua como vam pera a d*i*cta porta do Muro de maa*o* dereyta	
Período	**Texto**
1369–1380	Jt*em* Per as Casas do quanto em q*ue* morou sseyxo q*ue* ssom da ssuçisson de Nogeira q*ue* Trage ffernam vaasquez Abbade de Tras Miras Dous marauidis de Çensso (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 129)
Nota. Estas casas estão no canto da Rua verde com a igreja de Santiago, uma vez que é a última propriedade listado no primeiro *Livro de Tombo.*	

Rua Verde

Jt*em* Na d*i*cta Rua uerde uay de maao*o* seestra pera o d*i*cto postigoo Primeireme*n*t*e*	
Período	**Texto**
1369/1380	Jt*em* huu*m* Pardeeyro no qua*n*to em q*ue* sse*r* o engenho Junto com as Casas de Cima (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 125)
Nota. Esse pardieiro estava no final da Rua Verde, pois se encontra no final da lista de propriedades que estava do lado direito em direção ao Postigo de São Sebastião.	

Rua da Triparia

Rua da triparía como uay toda d*ire*jta des a Rua dos bugeses ata a Rua trauesa q*ue* vay do postigóó p*er*a a Eig*re*ia de Santiago p*ri*meiramente	
Período	**Texto**
1369–1394	Jt*em* a Casa q*ue* ora esta em Pardeeyro q*ue* esta no quanto da Crux trauessa Tragea ora o Arcidiagóó de Neuha emprazada por vijnt*e* soldos (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 125) Huu*m* pardieiro q*ue* esta no ca*n*to da cruz trauessa q*ue* pa*r*te p*er* a casa de Giral maça h*e* do cabjdoo (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 64v)
Nota. Este pardieiro está no canto direito em direção a Igreja de Santiago na intersecção com a Rua Travessa.	
Jt*em* na d*i*cta . Rua da triparía como vay p*er*a Çíma da maao*o* siestra p*ri*meirame*n*t*e*	
Período	**Texto**
1393–1394	A Casa terreira do ca*n*to sobre a Cruz e*m* q*ue* morou M*ar*tim p*ir*ez alfayate tragea alqui[l]ada María castellaa*o* por d*ous* [*sic*][1127] m*aravidis e* duas galjnhas (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 65)
Nota. Est casa terreira está do lado esquerdo em direção a Igreja de Santiago, na intersecção entre esta rua e a Rua Travessa.	

[1127] Repetido: "m*aravidi*".

Rua de D. Gualdim

Rua de dom Gualdim como uay toda dereita des o quanto do aÇouge ata a Porta de Egreia de ssam Tiago da Ciuidade primeyramente da maao dereyta	
Período	**Texto**
1369–1404	Jtem As Casas do quanto com a detras que parten com estas de Giralde steuez Trageas enprazadas Joham dominguez Abbade de ssam ffijns da Pardijzella por quatro maravidis. E duas galinhas. (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 127) As casas do Canto em que mora [*sic*][1128] trageas ela alquii[l]adas por dous maravidis e duas galjnhas (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 66) As casas do canto que traz Pedro lourenço coonjgo dous maravidis (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 96)
Nota. Estas casas estão no final da Rua de D. Gualdim, do lado direito em direção a Igreja de Santiago da Cividade.	
Item Na dicta Rua como uam de maao seestra do dicto aCouge pera dicta jgreia de san Tiago da ciuidade	
Período	**Texto**
1369/1380	Item Huuns Pardeeyros grandes que estam no quanto em dereyto do fforno uelho em que morou ffernam da Acha (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 125) Huuns paredieiros que estam ao canto de Sobre o forno velho som do cabjdoo (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 66) huns pardeiros que estam Ao canto sobre o forno uelho hermos (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 107)
Nota. O Forno Velho está num recuo na intersecção desta Rua com a Rua da Travessa ao lado direito em direção a Igreja de Santiago, assim, este pardieiros estariam a sua frente.	

Rua Travessa

Rua Trauessa como vay toda dereyta des a Rua verde pera a Crux das Arras E pera a Crux da Rua de dom Gualdim E pera a Crux da Rua da herua E uay ferir na Crux que esta ante o fforno da jffante E primeyramente como uam pera a Crux do dicto fforno da jnffanta de maao dereyta.	
Período	**Texto**
1369/1380	Jtem A Casa do quanto da Triparia que trage Rodrigo aluarez Arcidiagoo de Neuha enprazada por Vijnte soldos he scripta na Rua da Triparia por que tem huma Porta contra esta Rua E outra contraa outra E porem sse screuem duas vezes (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 130)
Nota. Esta casa está no início da Rua Travessa, pelo lado direito, na intersecção com a Rua da Triparia, tendo duas portas, uma direcionada para cada rua.	

[1128] Apagado.

Rua do Postigo de São Sebastião

Jtem Na dicta Rua do postigoo como uay peraa dicta Jgreia de ssam Tiago de maaoo seestra	
Período	**Texto**
1369–1404	Jtem huuma Casa pequena ao quanto de ssam Tiago andam com a do dicto quanto que trage emprazada o Abbade de ssan Steuam de sam ffijnz que Jaz na Rua de dom Goldim (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 125v) a Casa pequena a par de o canto que parte com a Casa do canto da Rua de dom galdim tragea alqui[l]ada María de padilha por tres maravedis e duas galjnhas tragea ora . (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 64v) a casa pecena a par do canto da casa em que morou giralde steuez da Rua de dom galdjm em que morou María dominguez por dous maravedis (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 104)
Nota. Esta casa pequena está do lado esquerdo na intersecção com o fim da Rua de D. Gualdim ao lado da casa de canto desta rua.	

Rua de Paio Manta

Jtem na dicta Rua como vaj de Maao seestra pera a albregaría primeiramete	
Período	**Texto**
1403–1404	as casas que estam ao canto som das pertenças dos dafonso anes e alo se conta (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 113v)
Nota. Esta Rua é a primeira, do canto, que se inicia na Rua de Paio Manta no cruzamento com a Rua Travessa. Esta casa mora Gonçalo Anes, conhecido como o Carrapato.	

Rua de Janes

Jtem na dicta Rua como vaj pera porta do souto de Mááo direita primeiramente	
Período	**Texto**
1403–1404	a casa tereíra que esta ao canto da par dalbregarjia tragea emprazada Pedro de sam vjtoíro por hum maravidi e duas galinhas (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 114)
Nota. Esta casa está no início da Rua de Janes em direção a Rua do Souto na mesma altura da Albergaria de Rocamador.	

Apêndice XI. As “casas grandes”, “casas com arco da pedra” e as “casas com portais”

Casas grandes

Rua Pequena
Jt*em* Na d*i*cta Rua como Va de maao*o* sestra
Jt*em* huu*m*as Casas grandes q*ue* teem os Arcos de Pedra Trageas emprazadas Johan*ne* steueez Coonigo por onze maravedis *e* xxiij ssoldos (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 129v) [*Nota*. Estas casas estariam no meio da rua]
As casas gra*n*des e*m* q*ue* morou Joha*m* st*eu*ez trageas e*m*pra*z*adas joha*m* fe*r*na*n*dez Abade de sam vijçe*n*te po*r* xlij l*b*ra*s* dos [?] (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 110) [*Nota*. Parece estar ou no meio ou no final da Rua]
Rua peq*ue*na q*ue* se começa nas ousias hu vendem os Arquos ata a porta das casas e*m* q*ue* morou gomez paae*ez* p*ri*m*ei*ra*me*nt*e* da Maao*o* d*ire*jta como ua*m* p*er*a cima
Jt*em* As casas gra*n*des q*ue* trage enprazada Diego aluarez Coonigo por trijnta l*b*ra*s* em q*ue* el mora E ssom destas Casas Adega q*ue* ssaay con*tra* a Rua da Erua. (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 129v)
As Casas gra*n*des e*m* q*ue* mora diego aluarez coo*n*igo t*ra*geas el e*m*prazadas p*or* t*r*jnta *e* çinq*uo* ll*b*ra*s* *e* do*us* capoe*es*. — (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 67) [*Nota*. Não é de canto mas está logo no início da rua]

Rua dos Cegos
It*em* Na d*i*cta Rua dos Çegos como vam peraa Crux de maao*o* sestra
Jt*em* As Casas grandes em q*ue* mora Vaasco perez Coonjgo Trageas el emprazadas por vijnt*e* *e* quatro ll*b*ra*s* (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 136) [*Nota*. Estas casas estariam ao para o final da rua, mas não eram casas de canto]
As Casas gra*n*des e*m* q*ue* mora p*er*o m*ar*tj*n*z alcayde trageas el e*m*prazadas por vijnte *e* quatro ll*b*ra*s* *e* dous capoe*es* (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 68) [*Nota*. Parece estar no final a rua, pois é o último item, porém, não é casa de canto]
As casas gra*n*des e*m* q*ue* mora L*ourenç*o An*es* coonjgo po*r* xxiiij l*b*ra*s* d*ous* capoe*es* (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 111) [*Nota*. Parece estar no meio da Rua]

Rua de Palhas
Rua de palhaae*es* como vay da Eig*re*ia de Santiago ata ao forno da Jfanta
Jt*em* hu*m*as Casas grandes em q*ue* ora mora dom Steuam perez Deam E trageas el emprazadas por doze m*ar*avidi*s* (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 130v) [*Nota*. Parece ser uma casa destinada aos deães, assim, este fora o deão Estão Pires, que teria sido cónego de 1340–1349 e deão de 1349–1374 (Rodriguez *et* al,2005, p. 70)].
As casas gra*n*des e*m* q*ue* mora dom luys de freytas deam trageas el e*m* prazadas p*or* vijnte maravedis *e* do*us* capoe*es* (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 68) [*Nota*. Parece ser no início da Rua, e morava o deão]
As Casas gra*n*des e*m* q*ue* soja morar o daja*m* trageas ora Alu*ar*o fereíra Arcedijagóó do couto e*m*pra*z*adas p*or* vj*n*t*e* maravedis (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 111v) [*Nota*. Parece estar no meio da rua, porém não indica a direção, isto é, se estava pela esquerda ou direita]

Rua de Paio Manta
Rua de paaij ma*n*ta como vay des a cruz dante o fforno da Jfanta p*er*a albergaría de Rocamador p*ri* m*ei*rame*n*t*e* da Maao*o* d*ire*jta como vam p*er*a a d*i*cta Albergaría
As casas grandes co*m* sua torre *e* pomares *e* poço e*m* q*ue* morou Martjm do*m*j*n*gue*z* Meestre escola por q*ue* daua*m* t*r*jnta maravedis trageas ora o Arçeb*is*po. “ (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 69) [*Nota*. Está no final da rua; é uma casa importante, onde morava o mestra escola e depois emprazada ao arcebispo]

As casas gra*n*des co*m* seus hijnxidos e*m* q*ue* mora gomez fe*r*nandez trageas el e*m*prazadas po*r* t*r*inta l*ibra*s (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 113) [*Nota*. Parece estar ao final da rua)

Rua da Triparia
Na di*c*ta Rua da t*ri*parja como vaj da Maao sestra
As casas gra*n*dres e*m* q*ue* mora alu*ar*o Lopes coonjgo as e*m* q*ue* mora abade [*sic*] da*r*cos A metade som do cabijdóó *e* a metade da capella de s*anto* vijçe*n*te trage e*m* p*raz*ada A metade do cabijdóó joha*m* fe*r*nandez po*r* dez l*ibra*s. (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 105v) [*Nota*. Parece estar no final da rua e apenas a metade é do cabido]

Rua da Erva
Rua de*r*ua como vaj de Maao di*rei*ta do pee da tore dos sjnos [*sic*][1129] Ata A po*r*ta de Sa*n*ctijago de Maao sestra
As casas gra*n*des e*m* q*ue* morou gomez fe*r*nandez tragijas o Abade dantas po*r* t*r*inta l*ibra*s. (A.D.B., *3.º Livro de Tombo ...*, fl. 108v) [*Nota*. Também parece estar mais ao final da rua]

Casas do Arcos

Rua do Souto
Rua do ssouto des o Cano como vay da maao dereyta ata a porta do Muro primeyrame*n*t*e*
Jt*em* as Casas do Arco da Pedra que estam junto com as de Cima em que ora mora Vaasco da pica trageas emprazadas Cathalina gabos por dous maravedis (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 117v)
Jt*em* as Casas em que mora Pedro beltram Coonigo que ssom [*sic*][1130] do*us* portaaes Tregeas el emprazadas por doze m*aravidi*s (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 117v)

Rua Pequena
It*em* Na di*c*ta Rua como Vay de maao*o* sestra
Jt*em* huu*m*as Casas grandes q*ue* teem os Arcos de Pedra Trageas emprazadas joha*n*e steueez Coonigo por onze maravedis *e* xxiij ssoldos (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 129v)
As casas gra*n*des e*m* q*ue* morou Joha*m* st*eu*ez trageas e*mpraz*adas joha*m* fe*r*na*n*dez Abade de sam vijçe*n*te po*r* xlij l*ibra*s dos [?] (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 110)

Rua dos Burgueses
Rua dos burgeses como vay des a Porta principal da pera a Porta do Muro de Meyxemynhos da maao dereyta primeiramente
Jt*em* As Casas em que Mora Affonso stuereez leyte que ssom dous portaaes ssem o per que emtram pera a Crasta Trageas o di*c*to Affonso steueez leyte emprazadas por seys m*aravidi*s (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 119v)
Jt*em* as Outras Cassas em que Mora Domingos martijz jenrro de Affonsso steueez leyte que ssom dous portaaes Trageas emprazadas o di*c*to Affonso steuez leyte por quatro m*aravidi*s (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 119v)
Jt*em* As Casas que trage emprazadas Maria simhon som dous portaaes per sete m*aravidi*s (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 119v)

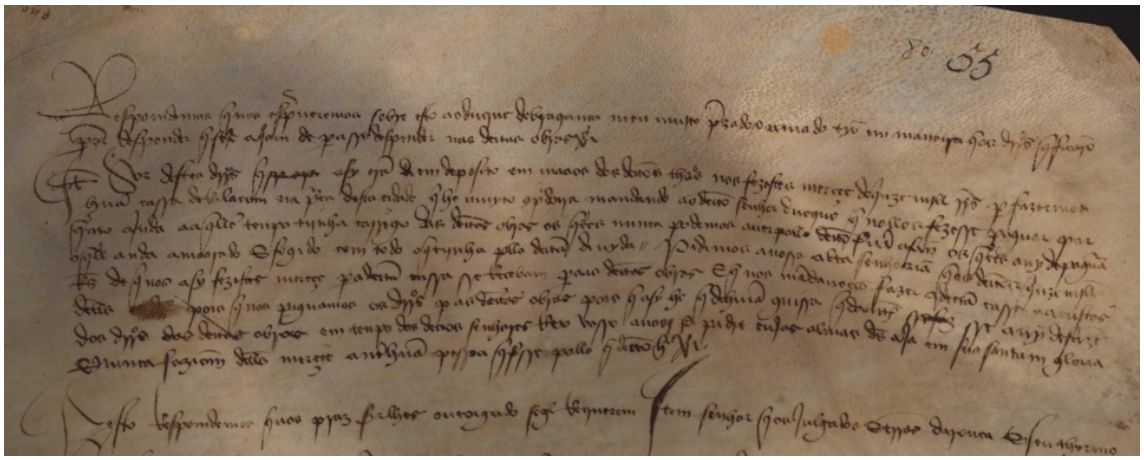
[1129] Riscado: "p*rim**eiramen**te*".
[1130] Riscado: "tres".

Jt*em* As Casas que Trage emprazadas Affonsso martijz gontyio que ssom dous portaae*s* Em que moram Gonçalo affonsso *e* Diego steueez Çapateiros por seis m*aravidi*s. (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 120)
As casas que som dous portaaes e*m* q*ue* moram Gonçalo de ffereiros *e* v*as*co an*e*s trageas e*m*prazadas afonsso m*artjn*z guo*n*tyio leuurador por sete m*aravidi*s *e* duas galjnhas. (A.D.B., *2º Livro de Tombo...*, fl. 59v)
As casas q*ue* som d*ous* po*r*taes tragja A*fons*o m*artjn*z gontjio e*m*p*raz*adas po*r* sete m*aravidi*s tregeas ora a q*ue* foj sua molher . (A.D.B., *3º Livro de Tombo...*, fl. 94v)
Jt*em* Casas que chamam de Pedreira Com as Casas de tras que saem pera o Çaffareio Tregeas emprazadas Steuam perez chicarinho por oyto marauidis (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 120)
Jt*em* As Casas em que mora Gil uaasquez sc*ri*puam – q*ue* tem o p*or*tal co*n*t*ra* a rrua dos cegos E alo iaz sc*ri*pta E ponha aq*ui* a paga de iiij m*aravidi e* alo de do*us* (A.D.B., *1º Livro de Tombo...*, fl. 121v)

Apêndice XII. Sobre as obras no Paço da Câmara

Nas cortes de D. Afonso V os representantes do concelho pedem para que os quinze mil reais sejam versados na obras do Paço da câmara.

Fonte: A.N.T.T., *Chancelaria Régia de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 55.



Transcrição do autor: [fl. 55] J*tem* S*enh*or destes d*inheir*os q*ue* [*sic*][1131] asy era*m* de em deposeto em maaos dos d*ict*os th*esoureir*os nos fezestes merçee de q*uin*ze mjll r*reae*s p*er* fazermos hu*m*a cassa da Relaçam na p*raç*a desta çidade q*ue* he muyto *cumpr*idoira mandando ao d*ict*o senhor ducque q*ue* nollos fezesse paguar por q*uan*to aJnda aaq*uel*le tenpo tijnha carrego das dei*ct*as obras os q*uae*es nunca podemos auer pollo d*ict*o f*er*na*m* afon*so* os q*uae*es auya de pagua*r* o q*ual*l anda amoorado E fogido com todo o q*ue* tijnha p[e]lla d*ict*a diuyda // Pidimos a uossa alta senhoría q*ue* os d*ict*os q*uin*ze mjll R*eae*s de q*ue* nos asy fezestes merçee p*er* a d*ict*as cassa sse Reçebas p*er*a as d*ict*as obras E q*ue* nos ma*n*daueees fazer a d*ict*as cassa aa custas dell*es* [*sic*][1132] pois q*ue* nos paguamos os d*inheir*os p*er* as d*ict*as obras pois q*ue* asy he q*ue* de huu*m*a guísa q*ue* dante [*sic*][1133] auy de faze*r* dos d*inheir*os das d*ict*as obras em tenpo dos d*ict*os senhores Rex vosso auoo[*sic*][1134] *e* padre cuJas almas d*eu*s aJa em sua santam gloira E nunca fazíem dell*es* merçee a ne*n*hu*m*a pessoa q*ue* fosse pollo q*ue* d*ict*o h*e*.

A esto Respondemos q*ue* nos praz *ser*lhes outorgado seg*und*o Requerem [*sic*].[1135]

[1131] Riscado: "ss o p".
[1132] Borrado: " em d*inheir*o".
[1133] Riscado: "sse fez".
[1134] Riscado: "j".
[1135] Na sequência para ter iniciado as próxima demanda que será novmaente esrito na linha abaixo: "Jtem senhor q*ue* os Julgados E t*er*ras darouca E seu thermo".

Apêndice XIII. Identificação das Confrarias na cidade de Braga entre 1369 e 1492

Confrarias na cidade de Braga e as suas propriedades entre 1466 e 1492					
Confrarias	**Ano**	**Propriedade**	**Morador/emprazador**	**Rua**	**Fonte (A.D.B.)**
Confraria de Rocamador	1466	Casas		D. Gualdim	*1º Livro de Prazos...*, fl. 8v
		Casas	Domingos de Viana (mr.A)		*1º Livro de Prazos...*, fl. 47v
Confraria de Santiago da Cividade	1466	Casas	Não refere		
	<1467	(era) Casas		Judiaria Nova (R. da Triparia)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 23v *3º Livro de Prazos...*, fl. 21
	1467	Casas		Rua Direita (Tramo sul da R. de D. Gualdim)	*3º Livro de Prazos...*, fl. 12
	1481	Casas do Bueiro		Souto	*1º Livro de Prazos...*, fl. 65v *3º Livro de Prazos...*, fl. 60v
	1482	Casa		Açougues Velhos	*2º Livro de Prazos...*, fl. 100v *3º Livro de Prazos...*, fl. 66
Confraria de São João do Souto	1469	Casas		Chãos	*3º Livro de Prazos...*, fl. 24v
	1470	Casas		Souto (junto a Porta do Souto)	*1º Livro de Prazos...*, fl. 44v *3º Livro de Prazos...*, fl. 31v
	1492	Meias Casa (mística)		Souto	*2º Livro de Prazos...*, fl. 231

Apêndice XIV. Propriedades rurais e urbanas da Gafaria de Braga.

Propriedades rurais da Gafaria de Braga				
Propriedade	**Localização**	**Enfiteuta**	**Fonte**	**Cronologia e notas**
Casal dos Gafos	Pelames de Braga/próximo a ribeira do Rio Este	Estevão Domingues	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 34 e 38v	1369; No folio 38v é referido o casal dos gafos na ribeira
Metade ou ¼ é do Campo da Vinha	Pelames de Braga /Casal da Ribeira	Não refere	A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10	1468; Todo campo é equivalente a 18 carros de esterco (metade é dos gafos; É o casal da Ribeira que está após Pelames; Está ao lado do caminho que vem da cidade (Caminho dos Pelames) e contra a cidade (norte) o caminho que vai para São Clemente.
Cortinhal	Gondizalves	Fernão Loureiro, mercador	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 16v	21 de fevereiro de 1428
Campo	Hortas de São Marcos	Gomes Eanes, almocreve, e a sua mulher Catarina Dinis	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 5v	16 de outubro de 1456
Casal de Penidelo	São Frutuoso	Álvaro Gil, albardeiro	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 3v	11 de fevereiro de 1460
Leirinha num Agra além dos Pelames	Casal da Ribeira	Não refere	A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 10	1468
Leira	Casal de Sepetelos Acima dos Cãos	Não refere	A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 26v	1468
Leira	Próximo a Rua Nova nas Hortas de Braga	Não refere	A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 29v	1468
Leira	Próximo as Hortas de Braga	Luís, Mercador	A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 29v	1468
Vinha, devesas, adega, cozinha e outras pertenças	Não refere	João Eanes e Aldonça Afonso	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 5	15 de julho de 1475
Campo	Não refere	Escambo com Vasco Gil	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 13v	12 de fevereiro de 1480
Vinha	Acima dos Chãos	João Franco, filho do amo, e Branca Fernandes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 17	28 de outubro de 1480
Lugar/Casal de Portas	[São Vítor]	Isabel Fernandes, viúva de Gonçalo Rodrigues	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 18	20 de outubro de 1480
Casal do Cla[u]stro	São Martinho de Dume	Gonçalo do Clastro e Catarina Álvares	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 19v	4 de novembro de 1480
Uveiras	Sepetelos	Constança Eanes, foi mulher de João de Lanhas	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 19v	4 de novembro de 1480
Casal do Amil	São Martinho de Dume	Pedro Eanes de Amil, filho de João de Amil	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 23v	1 de setembro de 1481
Cortelho	Abaixo de São Frutuoso	Pedro Eanes, sapateiro e genro do abade de Prado, e Beatriz Eanes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 28	8 de dezembro de 1482

Campo da Gafaria com sua devesa	Quinta dos Torneiros	Fernão Lopes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 39ª	30 de janeiro de 1489
Casal de Caçorros	Priscos	Pero da Lama, ataqueiro e morador na Rua do Souto	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 58v	5 de março de 1491
Campo	Hortas dos Tornadoiros	João Gonçalves, Estalajadeiro, foi morador no Arrabalde de Maximinos	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 80v	28 de abril de 1491
Lugar da Mota	Regalados	Fernão de Afonso, de Morcurom	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 46v	15 de outubro de 1491
Lugar de Penidelo	São Frutuoso	Gonçalo da Barca, almocreve e morador em Maximinos	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 53v	13 de setembro de 1494
Devesa da Gafaria	Ao pé da Gafaria	João Afonso, mestre-sala do Arcebispo	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 68v	29 de outubro de 1496
Leiras da Gafaria	Pelames	Gonçalo Machado	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 73	15 de abril de 1497
Casal de Amil	Não refere	Renuncia de Álvaro Luís em favor de Pero de Rego e Isabel Eanes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 86	15 de setembro de 1498
Casal da Lájea (metade das rendas)	Em Gualtar	Não refere	A.D.B., *4.º Livro de Tombo*..., fl. 62v	1498

Propriedades da Gafaria de Braga na Zona Periurbana da cidade				
Propriedade	**Localização**	**Enfiteuta**	**Fonte**	**Cronologia e notas.**
Casa	Rua da Corredoira	Não refere	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 132v	1369; é a 13.ª Casa de mãe esquerda (destruída)
Casa	Rua da Corredoira	Não refere	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 132v	1369; é a 14.º Casa de Mão esquerda (destruída)
Casa	Rua da Corredoira	Não refere	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 132v	1369; é a 18.º Casa de Mão Esquerda (destruída)
Casa	Rua Nova (extramuros)	Foi de Estão Caldelas	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 133v	1369; (destruída)
Casa	Rua de Maximinos	Não refere	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 134	1369; (destruída)
Casa	Arrabalde dos Chãos	Gil Afonso, sapateiro*	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 7v	08 de julho de 1465
Casas	Arrabalde dos Chãos	Gil Afonso, sapateiro e Catarina Eanes*	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 17	4 de novembro de 1480

Propriedades urbanas intramuros da Gafaria de Braga				
Propriedade	**Localização**	**Emprazante**	**Fontes**	**Cronologia e notas**
Pardieiros	Rua da Sapataria e Rua Nova	Não refere	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 124	Não refere
Casas	Rua de D. Gualdim	Vasco Giraldes de Penafiel	A.D.B., *1º Livro de Tombo*..., fl. 127v	Mão esquerda, e é a terceira casa
Casa	Rua da Triparia	Álvaro Esteves, carniceiro, e sua mulher Catarina Vasques	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 4v	17 de fevereiro de 1442
Casa sobradada e sua viela	Rua de Santiago, acima da Cruz da Picota	Martim Domingues e sua mulher Catarina Pires	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 1v	12 de fevereiro de 1445
Casas sobradadas	Perto dos Açougues da	Gil, tecelão, e sua mulher Beatriz Gonçalves	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara*..., fl. 2v	12 de julho de 1445

	Carne, na Cruz na Picota			
Casa	Rua de D. Gualdim	Pero Fernandes, seleiro, e sua mulher, Catarina Gonçalves	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 6	29 de março de 1459
Casa	Rua Verde	Luís Eanes do Eirado e sua mulher Catarina Eanes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 2	8 de novembro de 1466
Cavalariça	Rua Verde	Brás Eanes, almocreve	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 10	22 de fevereiro de 1469
Cavalariça	Rua Verde	João Dinis, almocreve	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 10	22 de fevereiro de 1469
Pardieiros	Rua Verde	Não refere	A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 57v A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 38	12 de setembro de 1471
Casas	Rua das Chagas	Mora o Forneiro	A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 68	31 de agosto de 1472
Casas	Rua das Chagas	Não refere	A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 102v A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 45v	9 de setembro de 1474
Casa	Junto ao Muro no, ressio do Postigo de São Sebastião	Não refere	A.D.B., *3.º Livro de Prazos...*, fl. 48	12 de junho de 1475
Casa em pardieiro	À porta da Judiaria (Nova)	Abram Farache, judeu	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 8v	15 de março de 1477
Casas com seu exido	Rua da Triparia	Jorge Afonso, abade de Nogueiró	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 15	12 de abril de 1477
Pardieiro	No rossio da Rua Verde	Gonçalo Dias, almocreve, e Catarina Eanes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 11v	22 de maio de 1479
Casas	Praça da Cidade	Morou Pedro Rouco	A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 55	9 de julho de 1479
Forno	Rua da Triparia	Álvaro da Fonseca, escudeiro e criado do Arcebispo D. Luís e Catarina Pires	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 12v	17 de julho de 1479
Casa de Canto	No canto da Praça da Cidade	Fernão da Ponte, sapateiro e Isabel Afonso	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 14v	7 de agosto de 1479
Casa	Rua Verde	Diogo Afonso da Praça e Catarina Pires	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 21v	18 de setembro de 1479; fazer uma cavalariça
Cavalariça com pardieiro	Fundo da Rua Verde	Gil Afonso, sapateiro, e Catarina Eanes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 17	20 de novembro de 1479
Casa	À Porta da Judiaria (Nova)	João de São Paio, carniceiro	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 15v	15 de janeiro de 1480
Casa	Rua da Triparia	Diogo Lopes, almocreve, e Inês Eanes	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 23	15 de setembro de 1481
Casas	Rua da Triparia	Mota Lopo Anes, pregoeiro	A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 63v	2 de junho de 1482
Casa com sua entrada e laranjeira	Rua que ia para Judiaria, contra Santiago (Rua das Arras/Chagas)	Diogo Rodrigues Bocarro	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 25	29 de julho de 1482
Casas	Rua da Triparia	Gonçalo Pires, morador de Maximinos e sua mulher Catarina Álvares	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 28v	20 de setembro de 1483
Cavalariça	Rua Verde	Pedro Álvares, sapateiro e morador na Rua de D. Gualdim	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 32v	26 de julho de 1488
Cavalariça	Rua Verde	Pedro Álvares, sapateiro e morador na Rua de D. Gualdim	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 37v	20 de outubro de 1490
Pardieiros	Rua da Triparia	Pedro Eanes, carniceiro, de São Paio	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 64	20 de outubro de 1490
Casas sobrada com exido e poço	Judiaria (Nova)	Venda de prazo de Abadias, judeu, à Menasse, judeu, galego	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 65	23 de abril de 1491
Casa	Rua da Triparia	João Eanes, filho de João de Pedralva	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 54v	6 de julho de 1493
Forno	Rua da Triparia	Renuncia em favor Álvaro Rodrigues, sub-chantre	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 56	30 de junho de 1495
Casas da Gafaria	Rua da Triparia	Gonçalo Fernandes, pregoeiro (morou o anterior, Lopo Anes)	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 75	5 de março de 1496
Casa terreira com exido	Santiago, para Rua que foi Judiaria (Rua de Santa Maria)	João Gonçalves, sapateiro, morador na Rua de Maximinos	A.M.B., *Livro dos Prazos da Camara...*, fl. 84	15 de setembro de 1498

Apêndice XV. Documentação referente aos judeus e o traslado da Judiaria de Braga

Documentos referentes ao translado das propriedades da Judiaria Velha para a Judiaria Nova

Salomão de Almeida e seu irmão Isaque de Almeida ⟷ **Nuno de Faria**	
Aos viij d*ias* do mês de mayo de iiij^{c} Lxvj [...] Emprazarom em tres [*sic*][1136] ujdas *e* maís nom a ssalamo*m* dallmeída *e* a Jsaq*ue* dalmeyda Judeus as casas em q*ue* ujueo nuno de farja com saas pertenças q*ue* o d*i*cto cabído pertencem assy como as trazia o d*i*cto nuno de farja do d*i*cto cabído com o exido q*ue* trazia Joha*m* Ro*d*rig*ue*z de lixboa des o poco *e* entrada dos Judeus p*er*a contra santíago . Os quaaes nas d*i*ctas cassas ham de fazer duas moradas de nouo *e* corregera*m* de todo ponto aas suas despesas em gissa q*ue* sejam muy bem seitas da feitura desta s*cr*pitura ataa tres anos *com*p*idos* [...].	
Data: 8/5/1466	**Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 5v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 4v
Nota. Este prazo é o mais antigo;	
Sem assinatura	

Mestre Moisés ⟷ **João Rodrigues de Lisboa, cónego**	
Jt*em* xvj de julho [...] Recebero*m* E Renu*n*ceiacom [*sic*][1137] do prazo das casas da Judaría velha que trazia M*estr*e m*o*usem [*sic*][1138] filho que foe de m*estr*e jsace a elle d*i*cto m*estr*e mousem que per*an*te estaua *e* loguo em modo de escãibo pella renu*n*çiaçom do d*i*cto prazo lhe e*m*prazarom tres ujdas *e* majs nom a metade das casas que forom de joha*m* Ro*d*rig*ue*z de lixboa conjguo que esta*m* da parte de cima E como lhes som repartjdas no co*n*trayto fe*i*to antre o cabido *e* comuna dos judeus E lhe da o d*i*cto cabido alem do que a de faz*er* o carpinteiro que as tem de empreitada mjl R*eai*s bra*n*cos [...].	
Data: 16/7/1466	**Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 10 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 8v
Nota. Primeira vez que é mencionado que houve um "contrato" com a comuna dos judeus; parece uma troca de prazos entre Mestre Moisés com João Rodrigues de Lisboa, cónego empreendida pelo cabido.	
Sem assinatura	

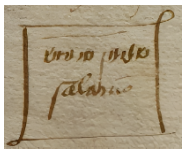
[?] ⟷ **Diogo de Viana**	
Jt*em* aos xxiiij dias de set*embr*o da era de Lxj [...] emp*raz*arom a d*iog*o de ujana p*er* lançamento de fauas q*ue* sairom todas brancas em vida . do d*i*cto d*iog*o de ujana as casas da Rua de santa maria q*ue* foy jsnoga dos judeus asy como as t*raz*ia a comuna com suas pertenças [...]".	
Data: 23/9/1466	**Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, índice e *3º Livro de Prazos...*, fl. 12V
Nota. Este prazo consta apenas nos índices, inexistindo no corpo de texto.	
Sem assinatura	

Jacó Montesinho e Misol
Jt*em* aos dez dias do mes dagosto de 67 [...] emp*raz*arom em tres vidas a Jaco mo*n*tesynho *e* a sua molh*er* mjsol *e* a hu*m*a pessoa de pos eles huu*m* pardieyro q*ue* esta na judarja nova q*ue* parte p*er* detras com casas q*ue*

[1136] Riscado: "pessoas".
[1137] Riscado: "...rom".
[1138] Riscado: "que per*an*te staua loguo".

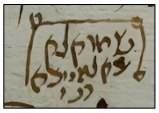
o dicto Jaco montesynho traz empraçadas do dicto cabijdoo o qual prazo lhe fazem por preço de tres maravedis da moeda antijgua e lhe mandarom aJuntar este pardieyro aas ditas casas [...].
Data: 10/8/1476 **Fonte**: A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 19
Nota. Prazo de um pardieiro a Jacó Montesinho e sua mulher Misol; está atrás umas casas que o mesmo Jacó traz emprazadas juntando assim o prazo.
Sem assinatura

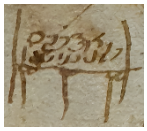
Jacó Montesinho
Prazo de Casas na judiaria noua a jacob Montesinho – fol. 20.
Data: [?] **Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, índice.
Nota. Este prazo consta apenas nos índices, inexistindo no corpo de texto.
Sem assinatura

Salomão Samafas e Cimaha (ou Simcha - שִׂמְחָה)
Jtem aos xvj doutubro de 67 [...] fezerom prazo a ssallamom çamafas que presente era e a ssua molher cimaha nom presente e a huma pessoa e cetera dhumas casas que o dicto cabidoo ha na Judaria noua que o dicto cabidoo ouue per uja de scaynbo da confraria de santiago e partem de huma parte com casas em que mora sancto Judeu e da parte de cima com casas em que mora mosse Jrmaaoo do dicto sancto O qual as corregera e reparara e pessoas de pos elle em guisa que mjlhorem e nom peiorem [...].
Data: 16/10/1467 **Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, 23v e A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 21
Nota. O cabito escambou com a Confraria de Santiago estas casas em que empreendeu contrato com Salomão Samafas e a sua mulher Cimaha; é a primeira vez que o local onde os judeus estão emprazados casas é mencionado como "Judiaria Nova".
Assinatura 

Ouro Velhido, mulher de Maïl
Jtem no dicto dia os sobre Adictos emprazarom a ouro velhido molher que foy damayll as casas em que ujue aa emtrada e quanto da Judarja [...].
Data: 16/10/1467 **Fonte**: A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 21
Nota. Prazo a mulher de Amayl, Ouro Velhido, na entrada e canto da judiaria
Sem assinatura

Abraão do Rego, ourives e Mazaltor
Jtem aos v dias do mês dabril de iiijc lxx [...] emprazarom humas boticas que som no começo da judaria aa maao seestra que parteem com ho enxido de salomom dalmejda E com casas de jacob castellaaoo e entestam em Rua publica .scilicet. a primeira botica que esta junto com a casa do dicto jacob castelaaoo a abram do rrego oriuez que presente estaua e a sua molher mazaltor E a huma pessoa de pos eles e cetera [...].
Data: 5/4/1470 **Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 42 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 34v
Nota. São boticas e estão no parcelário esquerdo, no início da judiaria, em direção a igreja de Santiago, e de um lado está o exido de Salomão de Almeida e do outro as casas de Jacob Castelão (de Castela)
Assinatura 

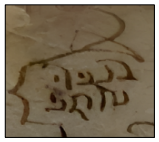
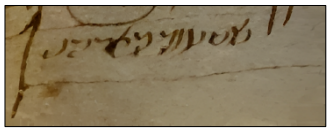
Samuel de Almeida, sapateiro e Ouro	
Jt*em* bem assy emp*raz*arom os sob*re* d*ict*o*s* no d*ict*o dia *e* ora humas casas sobradadas q*ue* som na d*ict*a judaria / E p*ar*tem de hu*m*a p*ar*te com casas dabra*m* montesinho E da out*ra* com salamom montesinho *e* em confronta*m* com Rua . pu*bri*ca q*ue* [*sic*][1139] vaj . da judaria p*er* ao postigoo ha samuel dalmejda q*ue* p*re*sente estaua E a ouro sua . molh*er e* ha hu*m*a pessoa de pos eles E faça o frontal dellas de nouo p*er* todo este ano E as paredes *e* solhad*os e* madeira *e* telhado E de to[do] o q*ue* lhe*s cum*pri*r e* dhi em diante ffaça *e* Refaça toda bem ffeitoria *e* *cetera* [*sic*][1140] E o frontal *e* as out*ra*s cousas fara po*r* todo este ano [...].	
Data: 5/4/1470	**Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 43 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 34v
Nota. Prazo feito no mesmo dia que de Abraão do Rego, ourives e sua mulher Malzator; estas casas estão de um lado com casas de Abraão Montesinho e do outro lado com Salomão Montesinhos, de frente para a Rua da Judiaria; o cabido pede que façam transformações específicas na casa.	
Assinatura 	

Abraão Montesinho e Rica	
Jt*em* no d*ict*o dia *e* pra p*er*o d*ict*o modo os sob*re* d*ict*o*s* enprazarom out*ra*s casas sobradadas q*ue* som em a d*ict*a judaria E p*ar*tem com Jsaq*ue* montesinho *e* da . out*ra* com Samuel dalmejda *e* comfronta*m* em Rua . pu*bri*ca a abra*am* montesinho p*re*sente *e* sua molh*er* Riq*u*a no*m* p*re*sente *e* ha hu*m*a pessoa de pos eles *e cetera* E façam *e* Reffaçam e*m* ella*s e* suas pertenças toda . bem ffeitoria q*ue* faz*er* podere*m* [...]"	
Data: 5/4/1470	**Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 43 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 34v
Nota. As casas sobradadas partem de um lado com as de Isaque Montesinho e do outro com Samuel de Almeida e enfrente está a rua da judiaria.	
Assinatura 	

Santo Brafanez	
Jt*em* aos noue dias do d*ict*o mes dabril na d*ict*a casa . do cabijdoo [...] emprazarom E derom per prazo a santho braffanez . Judeu m*orad*or em esta çidade q*ue* p*re*sente estaua / em sua vida E de duas pessoas de pos elle *e* assy q*ue* elle nomee a segunda E a *segund*a nomee a t*er*çeira hu*m*as casas sobradadas em q*ue* ora elle mora da parte da maao*o* direita q*uan*do ent*ra*m pella . porta . da judaria E p*ar*tem de hu*m*a parte co*m* casas do d*ict*o cabijdoo Em q*ue* mora a molh*er* q*ue* ffoy de majl *e* da outra com casas do d*ict*o cabijdoo em q*ue* mora salamom çamafas. E p*ar*tem p*er* detras com enxido da eg*re*a de sam giaao*o* de paaços E com Rua . pu*bri*ca p*er* esta . gujsa *e* condiçom q*ue* elle E pessoas de pos elle aJam as d*ict*as casas em tenpo de suas vjdas E mais nom E ffaçam *e* Refaçom em ellas *e* todas suas pertenças toda bem ffeitoria . q*ue* ffaz*er* poderem de gujssa . q*ue* melhorem *e* nom pejorem [...].	
Data: 9/4/1470	**Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 43v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 35

[1139] Riscado: "vej".
[1140] Riscado: "E esto".

Nota. Estás casas sobradadas estão no parcelário direito em direção ao postigo de Santiago, quando entra pela porta, a qual, ora, sabemos que existe na entrada norte; de um lado está casas do cabido que mora a mulher que foi de Maïl, e do outro lado casas do cabido que mora Salomão Samafaz, atrás está exidos da igreja de São Gião de Paços e em frente a rua da judiaria.

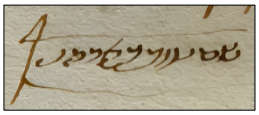
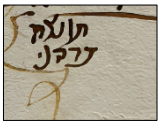
Assinatura (Musse Brafanez)	**Assinatura (Santo Brafanez)**
	

Moisés Brafanez

Jtem no dicto dia . e ora os sobre dictos emprazarom a musse brafanez outros y Judeu .que presente estaua e a duas pessoas de pos elle que el nomee a segunda nomee a terçeira e cetera outras casas sobradadas em que elle mora na judaria noua com seu . enxido que partem com casas do dicto cabijdoo em que mora . sallamom camafas E com casas em que mora jacob montesinho que som do dicto cabijdoo e com Rua publica E mais lhe emprazarom huma botica que parte com a entrada das casas de sallamom dalmejda E da outra com botica de mosse galego oríuez per esta gujsa e condiçom que elle e pessoas de pos ele aJam as dictas casas e botica em tempos de suas vidas E mais nom E ffaçam e Refaçam em todo e suas perteencas toda bem ffeitoria que fazer poderem de gujsa que melhorem e nom pejorem [...].

Data: 9/4/1470 | **Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 44 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 5

Nota. Casas sobradadas com seu exido emprazadas a Musse Brafanez, que estão ao lado de casas do cabido, em que morada Salomão Samafas, e do outro lado onde mora Jacob Montesinho e em frente está a Rua da Judiaria; também lhe emprazaram uma botica que está ao lado das casas de Salomão de Almeida e do outro lado com a botica do galego Mosse, ourives

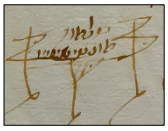
Assinatura (Santo Brafanez)	**Assinatura (Musse Brafanez)**
	

Salomão Montesinho

Jtem aos xj dias do mes de mayo de iiij^{c} lxx [...] emprazarom humas casas que o dicto cabidoo ha na judaria noua desta . cidade que partem com casas do dicto cabidoo que traz emprazadas Samuel dalmejda . E com pardieiro da comenda de Rijo frijo E emtestam em Rua publica E com sseu enxido a ssalamam montesinho Judeu morador em a dicta judaria que presente estaua E a duas pessoas de pos elle assy que el nomee a segunda E a segunda nomee a terceira / E nom sendo assy nomeadas que o dicto prazo fique leuremente ao dicto cabijdoo se o quiser. E com esta condiçom que ffaçam E rrefacam em ellas E suas perteencas toda bem feitoria de gujsa. Que melhorem E no pejorem E as correga logo de paredes tauoado ffrontaaes E telhado da feitura deste prazo a dous anos [...].

Data: 11/5/1470 | **Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 44v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 35

Nota. Emprazamento de casas com seu exido a Salomão Montesinho, e que parte de um lado com casas emprazadas a Samuel de Almeida e do outro lado com um pardieiro da Comenda de Rio Frio, e em frente está a rua da Judiaria.

Assinatura


Mestre Baru

Jtem aos xxvij dias do mes doutubro da dicta era de mjl iiij^{c} lxx anos [...] Enprazarom a mestre baru Judeu morador em a dicta çidade que presente estaua E a duas pessoas de pos elle assy qua el nomee a *segunda* e *segunda* a nomee a terceira em suas vidas ou . aa ora de suas mortes / humas casas que o dicto cabijdo ha na Judaria noua . da dicta cidade que Com sseu emxido que partem da huma parte com casas do dicto cabidoo em que mora abadias Judeu E da outra com huum pardieiro que sse diz . seer do ffilho do ffouceiro e entestam com Rua publica Com esta condiçom que o dicto Mestre baru . E pessoas de pos eles aJam E posuam as dictas casas com suas pertenças e as nom possam leixar nem engeitar em tempos de suas vjdas E mais nom nem ho dicto cabijdoo lhas possam tolher E que façam e Refaçam em ellas e em todas suas perteencas toda bem ffeitoria e melhoramento que fazer poderem de gujsa que melhorem E nom peJorem [...].

Data: 27/10/1470 | **Fonte**: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 48 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 36

Nota. Emprazamento de umas casas com seu exido, que estão ao lado de umas casas do cabido onde mora o judeu Abadias, e do outro lado com um pardieiro que diz ser do filho do fouceiro e estão em frente a Rua da Judiaria.

Sem assinatura

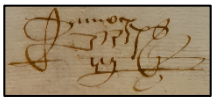
Samuel Aboá

Jtem no dito dia os sobre ditos emprazarom per lançamento de fauas brancas e pretas que todas sairom brancas humas casas que ssom na Judarja da dita Cidade que forom de mestre mousem E partem com casas em que Viue Jacob castellaao E da outra com casas que traz muse brafanez a samuell aboa morador em a dita Cidade que presente estaua e a duas pessoas de pos elle .*scilicet*. que elle nomee a *segunda* e a *segunda* a nomee a terçeira e nom sseendo asi nomeadas que fiquem ao seu . mais chegado herdeiro que per sua morte ficar que elle e pessoas de pos elle ajam as ditas cassas com seu . Jnxido e com a metade de huum pardieiro que Esta ho exido das dictas casas e ho enxido das casas do dito muse brafanez com condiçom que as Correga e Repaire todas de nouo E as more pessoalmente e faça e Refaça em ellas e suas pertenças toda bem feitoria que fazer poderem de gujsa que melhores e nom pejorem [...].

Data: 6/9/1479 | **Fonte**: A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 37 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 56

Nota. Emprazamento de casas com seu exido, na Judiaria Nova, onde morava mestre Moisés; não parece estar no contexto do traslado, mas um novo prazo; salientamos ainda a cláusula para corrigir toda a casa.

Assinatura



Alegria, mulher que foi de Salomão Samafas (outorga a Maïl)

Jtem aos xxvj dias dagosto de 482 outorgou o cabijdoo a huum aRendamento que fez alegria molher que foy de salamom camafas das casas que tem empraZadas do cabijdo na judarija desta cidade [*sic*] a mayl brafanez por tres noue annos com condiçom que elle seja obrigado aas pensooees e corregimento e repajros das dictas casas . asi como ella he obligao per virtude de seu prazo durante o tempo do seu aRendamento e com outras clausulas acostumadas [...].

Data: 26/8/1482 | **Fonte**: A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 64

Nota. Se trata de uma outorgar que o cabido fez autorizando Alegria, que aprece ora ser viúva de Salomão Samafas, em arrendar uma casas que emprazava a Maïl.

Sem assinatura

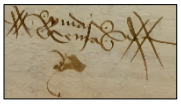
Judá Cema e D. Orvelhido

[...] emprazarom E fezerom p*raz*o *e* nouam*en*te E fezerom Esc*ri*ptura de firmidooe a yuda Cema [*sic*][1141] Mercador m*orad*or na Judaría que presente staua E a sua molher donna oruelhido nom presente *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dantre ambos o qual hi nom auemdo a huu*m*a pessoa qual o postumeiro que deles mais viuer nomear em sua vida ou aa ora de ssua morte que nom sseja de mayor *con*diçom que eles O qual prazo lhe fezerom das casas da d*ic*ta judaría em que ora elle viue que partem de huu*m*a parte com casas em que ore viue mosse barfanez *e* da outra com casas em que ora viue ssancto sseu ssog*ro* *e* com todas ssuas pertenças como as ora elle traz segundo perteçem ao d*ic*to cabijdoo com tal guisa *e* condiçom q*ue* elle *e* pessoas de pos elle . ajam *e* possuam as d*ic*tas casas em tempos de suas vidas E façom *e* Refaçom em ellas *e* suas pertenças quanta bem feeturía fazer poderem de guisa q*ue* melhores *e* no*m* pejorem E a premeira pessoa Nomeara a 2ª *e* a seg*und*a Nomeara a terceira as quaaes nom sendo asy nomeadas . perca*m* o d*ic*to p*raz*o p*er*a o d*ic*to cabijdoo cujo he ou sse o ante q*ui*ser deixar a sse*us* herdeir*os* q*ue* o possa*m* faz*er* E eles o no*m* possa*m* Recusar [...].

Data: 9/9/1482	**Fonte**: A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 83v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 64

Nota. Prazo de umas casas feito a Judá Cema, mercador e a sua mulher D. Orvelhido na Judiaria Nova, em que mora; essas casas estão ao lado da casas que vive Moisés Brafanez e do outro com casas que vive Santo; por não constar este prazo entre aqueles da época do traslado, aprece que já vivia nesta rua, ou o documento se perdeu; a assinatura é em caracteres latinos.

Assinatura



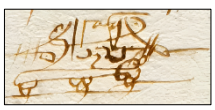
Isaque Barfanez e Vilida

Jt*em* aos xviij d*ias* do mes de dezembro de mjl iiij^{c} lxxxiij [...] Emprazaro*m* Nouam*en*te E fezero*m* p*raz*o E sc*ri*ptura de firmjdooe / a Jsaque barfanez q*ue* presente era <*e* a huu*m* f*ilh*o ou filha dan*tre* ambos o q*ua*l hi no*m* aue*n*do> E a sua molher villjda E a huu*m*a pessoa qual o postumeiro q*ue* deles maís viuer Nomear em sua vida ou aa ora de sua morte q*ue* Nom sseja de mayor *con*diçom q*ue* elle o qual p*raz*o lhe fezerom de huu*m*as casas q*ue* d*íc*to cabijdoo ha na Judaría noua Em q*ue* viueo mouse*m* Rude judeo oríuez q*ue* p*ar*te de huu*m*a p*ar*te co*m* casa noua de Samuel aboa . *e* da outra parte vay o enxido da díta casa a qual casa lhe asi emprazo*m* com sseu Jnxido *e* com todas suas pertenças entradas *e* ssahidas . nouas *e* antíjgas asy como de direito p*er*teçe aas ditas casas E cabijdoo .*scilicet*. q*ue* elle as aJa . inteiramente como dito he [...]"

Data: 18/12/1483	**Fonte**: A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 111v

Nota. Prazo de umas casas e seu exido feito a Isaque Barfanez e sua mulher Vilida, onde vivia Moisés Rude, ourives, que estão ao lado da casa nova de Samuel Aboá e do outro lado com o exido desta casa; o prazo do traslado devia ser de Moisé Rudo, ourives, e se perdeu ou já vivia na rua; a assinatura é em caracteres latinos e hebraico.

Assinatura



Mestre Jacó, físico e sua mulher Mira

[1141] Riscado: "q*ue* p*re*sente".

Jtem no dicto dia o sobre dicto cabijdoo empprazou a mestre Jacob fisico e a sua molher dona mjra . e a huum filho ou filha ou persoa cetera huum pardiejro que o dicto cabijdo tem ao postijgo Junto com a judarja que jaz em hermo que parte da huuma parte com pardiejro de boyro e com a porta da dicta judarja com condiçom que o dicto mestre jacob a leuante de parede e refaça de madejra e telha e todo o necesarjo pera caualarjça [...].

Data: 15/10/1484	**Fonte**: A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 69v

Nota. Prazo feito ao mestre físico Jacob e sua mulher Mira, de um pardieiro junto com a judiaria e está ermo, que de um lado está uma parte do pardieiro de Boiro, e do outro com a porta da judiaria; refazer o pardieiro de raiz, de parede, telha e madeira e transformá-lo num cavalariça.

Sem assinatura

Transcrição na íntegra de prazos de casas para membros da comunidade judaica

Prazo de Casas a Menahem, galego e sua mulher Alegria

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 222–222v.

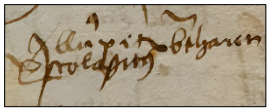
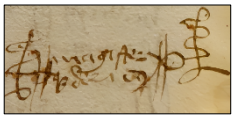
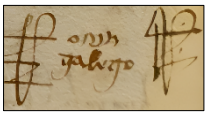
Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 222] Prazo feito a menahen gualleguo e allegrija sua molher de huuas casas situadas na praça do cabidoo e sua mesa e a huum filho ou filha dantre ambos por preço de trezentos cinquenta rreais e huum par de galinhas ./ e elle cedo ho direito que tinha em ellas per virtude de huum prazo per que era 3ª pessoa [*sic*][1142] as quaes parte de huma parte com casas do dicto cabijdo que estom ao canto da Rua de santa maria em que viue perannes e da outra contra baixo com casa do dito cabido em que viueo lianor dominguez a mostardeira

Jtem no dicto dia os suso dictos emprazarom nouamente e fezerom prazo e scriptura de firmindooe em cabidoo per lançamento de fauas brancas e pretas que todas sayrom brancas guardadas as solepnjdades do direito E a constituçom do arcebispo dom Martinho da booa memorea ha menahem galego Judeu morador em a dicta Cidade e a alegria sua molher que presente stauam e a huum ffilho ou filha dantre ambos o qual hi nom auendo a huma pessoa qual nomear o que deles mais viuer em sua vida ou aa ora de sua morte que nom seja de moor condiçom que eles A qual tanto que nomeada for dentro em termo de xxx dias primeiros segujntes se presentara ao dito cabjdoo pera sseer conhecido e nom ho fazendo assy ou nom sseendo a dicta pessoa nomeada Como dito he que o dito prazo com toda sua bem feitoria fique ao dito Cabjdo se o quiser. Ou se o ante quiser leixar a seus herdeiros que o possa[*sic*][1143] fazer e eles o nom possam Recusar / o qual prazo lhes fezerom de huas casas que som do dito Cabjdoo situadas Junto com a praça da dita cidade as quaees partem de huma parte com casas do dito Cabjdoo que ora traz pedro anes do quanto sapateiro e da outra com casas do dito cabjdoo em que morou lianor domjnguez a mostardeira que aJam **[fl. 222v]** E posuam as ditas Casas com todas suas pertenças em tenpo de suas vidas e mais nom e façam e Refaçam em ellas e em suas pertenças quanta bem ffeiroria fazer poderem de gujsa que melhorem e nom pejorem e dem e paguem ao dito cabjdoo e sseu prebendeiro em cada huum anno per samjgel de ssetembro trezentos rreais brancos desta corrente moeda de seis ceptijs por Reaes e huum par de galinhas Recebondas per natal segundo que pagam os outros caseiros que Casas trazem do Cabjdoo / E os sobre ditos menahem galego e sua molher Cederom todo o direito que tijnham em huum outro prazo que das ditas Casas

[1142] Riscado: "*e*".
[1143] Riscado: "...m".

[*sic*][1144] tijnham *e* nom q*uiser*am nem querem vsar delle ssoomente este aujam po*r* firme *e* valioso *e* nom averam poder de o leixar nem engeitar nem ho dito cabjdoo lho tolher ante lho faram de paz de quem q*uer* q*ue con*tra elle lh*e* po*se*r algum em bargo *e* assy lhes ma*n*darom faz*er* p*raz*o com todallas outras clausullas *e* condições acostumadas *e* com pena de Cinq*u*o mjll rr*eais* p*er* aa p*ar*te teente *e* aguardante *e cetera* t*estemunhas*

Assinatura	**Assinatura**	**Assinatura**
		

Prazo de Casas ao galego Abraão e sua mulher Gracia

Cota: A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 67 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 40

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 40] p*raz*o fe*i*to a Abraham galego das casas da p*raç*a por ij^{c} rr*eais* *e* ij galinhas / /

Jt*em* aos xix do mes de ag*os*to . de iiij^{c} lxxij. E*m*prazou o cabijdoo solenemente . a abraga*m* galego judeu m*orad*or em a d*i*cta cidade q*ue* p*re*sente estaua *e* a gracía sua molher nom p*re*sente *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dant*re* ambos o q*ua*l hi no*m* avendo a huu*m*a p*er*soa *cetera* huu*m*as casas q*ue* ora som damnjficadas situada na praça da d*i*cta cidade q*ue* parte*m* co*m* casas de lianor do*m*jnguez tendejra *e* da out*ra* co*m* casas e*m* q*ue* mora p*edr*o anes de trauaços q*ue* eles *e* p*er*soa de pos eles aja*m* *cetera* *e* q*ue* ata a do*us* anos correga de nouo o frontal *e* escaada *e* repayre o sobrado *e* no*m* o fazendo pague ij^{j} rr*eais* ao d*i*cto cabijdoo E pague*m* de pensam ij^{c} rr*eais* <desta moeda corrente> *e* huu*m* par de g*alinh*as cada anno*o* . E ma*n*daro*m* lhe faz*er* p*raz*o co*m* todalas solennjdades *cetera* no*m* tem testemunhas seno*m* sinal do judeu /

Sem assinatura

Prazo de Casas Isaque Brafanez e sua mulher Velida

Cota: A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fls. 7v a 12

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 7v] E despois deste t*er*mo *e* aucto sob*re* d*i*to sser passado sesta feyra xiiij d*ias* do mes de feuer*ei*ro do anno do S*enhor* de mjl E qujnhent*os* Em a cidade [*sic*][1145] *e* ssee de braaga Na cassa do cabjdo *e* / cabijdoo faze*n*do sseg*un*do teem per custume per sso*m* de ca*m*pa*m* tangida *e cetera* . os S*enn*h*o*res Joha*m* Vaa*squez* arced*iag*o de neyua E o doctor sebastia*m* lopez th*esoure*iro [*sic*][1146] d*iog*o g*onçall*vez lopo dj*az* esteua*m* falcom Jacome me*n*dez p*edr*o a*fons*o p*er*o brauo alu*ar*o pi*rez* alu*ar*o ossorez d*iog*o gomez de barros Joha*m* g*onçall*vez antonjo a*fons*o ferna*m* dean*r*es todo coon*e*gos p*re*bendados . / perante elles E p*er*ante [*sic*][1147] my*m* not*ari*o E test*emunhas* pareçeo granjel de barros m*orad*or e*m* ponte de lima alem [*sic*][1148] chamado yssaque brafanez . m*orad*or e*m* esta cidade E ap*re*sentou aos ditos S*enhor*es huu*m* p*raz*o o q*ua*ll foy lijdo p*er*ante elles e*m* alta *e* Jnteligiuel Voz do q*ua*ll theor de *ver*bo a *verbo* **[fl. 8]** be*m* tal he.

C Joha*m* delg*ad*o escollar e*m* d*irre*ito canno*n*ico coo*n*igo *e* Vig*ar*o geeral No sp*r*tual E tenporal p*e*llo R*everendissi*mo em *Christ*o padre *e* S*enn*h*or* dom joha*m* per m*er*cee de d*eus* *e* da sancta eg*rei* de Roma E Leyto

[1144] Riscado: "lh*e*".
[1145] Repetido: "cidade".
[1146] Riscado: "lo".
[1147] Riscado: "el".
[1148] Riscado: "Jo".

confirmado Senhor braaga primas das espanhas [prior / procurador / protetor ?] de sancta cruz de coJnbra *e cetera*. A quantos esta carta de prazamento virem faço ssaber que sseendo Juntos Em cabijdo fazeendo [*sic*][1149] cabijdo chamados per ssoom de canpam tangida ssegundo he de seu custume os Senhores johanm godijnz chantre johanm vaasquez arcediago de neyua gomez fernandez thesoureiro johanm afonso abbade de couas lopo aluarez gonçalo pinto bertolameu afonso diogo gonçallvez esteuanm falcom jacome mendez pero brauo afonso anres johanm gonçallvez todos conegos prebendados em a dita egreia as quaees [*sic*][1150] per lancamento de fauas brancas *e* pretas que todas ssayronm brancas guardadas as solepnjdades do dirreito *e* a constituyçom do arcebispo dom **[fl. 8v]** martinho da boa memorja empprazaronm nouamente *e* fezeronm prazo *e* escriptura de firmjndoe a yssaque braffanez Judeu que presente era E a sua molher vellida nom presente E a huum filho ou filha dantre anbos o quall hy nom auendo a huuma pessoa quall o postumeyro que delles mais Viuer Nomear Em sua ujda ou a ora de sua morte que nom seja de mayor condiçom que elles o quall prazo lhe fezeronm de hummas casas que ho dito cabjdo ha Na judarja Noua em que ujueo mousserm Rude Judeu alem que parte de huma parte com a casa noua de ssamuel aboaa *e* da outra parte vay o enxido da dita casa a qual casa lhe empprazaronm com seu enxido E com todas suas pertenças Entradas *e* ssaydas nouas *e* antijgas asy como de dirreito pertenca aas ditas cassas E cabijdo .*scilicet*. elle as aJa **[fl. 9]** Enteyramente como dito he *e* de E pague de foro E penssam ao dito cabijdo cento *e* cinquoenta rreais brancos desta moeda ora corente ou como el rrey mandar E mais huum par de galinhas a qual penssam pagaronm Juntamente per dia de ssam mjguel E as galinhas per natal E comecaronm a fazer a primeira pagua per dia de sam mjguel primeiro que Vem E dy em diante como dito he E as galinhas logo per natal Com a qual penssam *e* dirreitos sseeronm bem obedientes E mandados ao cabijdo E nom chamaronm ao dito prazo outro alguum Senhorio E nom possam dar doar Vender nem escambar o dito empprazamento nem outra cousa delle fazer sem auctoridade do dito cabijdoo E fazendo [*sic*][1151] que lhe nom ualha E percam o dito empprazamento com toda sua bem feytorja E Recrecendosse **[fl. 9v]** alguma demanda ou contenda sobre o dito empprazamento ou parte delle seJam as partes Citadas E Respondam perante os Vigarios desta egreia E per y sse começar o feito fijr E acabar E nom perante outro alguum Juiz . nem Justiça E qualquer das partes que contra elle for em todo ou em parte nom possa *e* pague a parte teente E aguardante por pena [*sic*][1152] em nome della tres mjl rreais brancos a qual leuada ou nom este prazo valler como em elle faz mençom E pello dito [*sic*][1153] modo dito cabjdo lhe deu o dito empprazamento *e* o dito yssaque Em seu nome *e* das pessoas despos elle asy o Reçebeo obrjgandosse huuns *e* outros teer *e* manter as condiçooees deste empprazamento pedindome que desse a ello mjnha auctorjdade E ujsta per mym a fe de jacome mendez E pero brauo Coonigo **[fl. 10]** que a ello foronm dados por Veedores que diseronm sseer bem empprazada a proueyto da dita messa capitollar lhe dey mjnha auctorjdade ordinarja Com Jnterposiçom de degredo E mando que ualha E se cumprra como em elle faz mençom Em testemunho dello mandey sseer feito este cuja nota he no liuro do cabjdo *e cetera* dante aos dezoytos dias de dezembro marcal uaasquez fez de mjl *e* quatrocentos *e* oytenta *e* tres annos . O qual era asijnado [*sic*][1154] quando delle parecera do sijgnal do dito Johanm delgado E escripto em pergamjnho *e cetera* . E asy apresentou a procuracom da dita Velida sua molher que sse

[1149] Riscado: "faz".
[1150] Repetido: "quaees".
[1151] Riscado.
[1152] Riscado: "*e* [?]".
[1153] Riscado: "d".
[1154] Riscado: "dise".

agora chama branca pe*rey*ra em q*ue* lhe daua co*mpri*do q*ue* podesse vender o dito p*raz*o ou escanbar doar aforar Renu*n*ciar E os p*re*ços Reçeb*er* a qual parecera sseer fe*i*ta per d*iog*o bernardez t*abeli*am del rrey na dita ujlla de ponte de lima E estaua*m* **[fl. 10v]** Em ella per test*emunha*s alu*ar*o dj*az* t*abeli*am q*ue* foy na d*i*ta ujlla *e* p*er*o correa seu genrro m*ora*dores e*m* ella meesma fe*i*ta *e* outro garda e*m* ella *e* as poussadas do dito t*abeli*am aos onze d*ias* do mes de feuer*ei*ro do dito an*n*o de qujnhentos o qual p*raz*o E p*ro*curaço*m* asy p*re*sentados pello dito g*ran*jel de barros foy dito aos ditos S*enn*h*or*es se dero*m* elles cosse*n*tjm*en*to E lhes ap*raz*ia de huu*m*a Vendiça*m* q*ue* elle per sy *e* e*m* nome da dita sua molher per *vir*tude da dita p*ro*curaço*m* tijnha fe*i*ta ao dito p*er*o brauo E ao bacharel ferna*m* brauo seu Jrmaao*o* do dito p*raz*o das ditas casas .*scilicet*. melhoracooe*es* *e* Vtill domjnjo *e* todo outro d*irr*e*i*to q*ue* e*m* ellas tjnha E os dito S*en*h*or*es lhe Respo*n*dero*m* q*ue* sy declara*n*dosse logo q*ue* lhe dera p*e*llo dito p*raz*o qujnze mjl rr*eais* E eu not*ari*o deu de my*m* fe q*ue* fuy *e* estiue p*re*sente aa esc*ri*ptura da dita Vendiço*m* *e* ha tal a *ver*dade E mais disse o dito g*ra*njel de barros **[fl. 11]** si *e* Jnquant[u*m*] necessarjo era e*m* sua p*ro*curaço*m* o poder de q*ue* mostraua da dita sua molher aalem da dita vendiço*m* q*ue* fe*i*ta tijnha Renu*n*ciaua o dito p*raz*o *e*m fauor do dito p*er*o brauo E ferna*m* brauo E logo p*e*llo dito p*er*o brauo foy Requerido aos ditos S*en*h*or*es q*ue* lhes pedira por m*er*cee q*ue* co*mpri*sse*m* co*m* elle e*m* contheudo no aucto ssob*re* dito fe*i*to per filipe R*odriguez* co*ri*go *e* not*ari*o tresladando *e* tra*n*simtando o dito p*raz*o [*sic*][1155] Em d*ou*s se*us* parentes a cada huu*m* delles e*m* tres ujdas porq*ua*nto era*m* duas moradas q*ue* o dito granjel de barro despois de lhe sseer fe*i*to o dito p*raz*o *e* a sua molher E os dito S*enn*h*or*es disse*ro*m* q*ue* sy E q*ue* lhes ap*raz*ia dizendo q*ue* melhor era tere*m* do*us* caseyros q*ue* huu*m* / p*er*a as dita casas sse*re*m melhor Repayradas Trasladando logo *e* tra*n*simta*n*do huu*m*a das moradas q*ue* esta da p*ar*te de cima *e* q*ue* soya de ujuer / mayl brafanez q*ue* sse agora chama Valentim de barros Jrmaao*o* do dito g*ra*njel de barros em o dito ferna*m* brauo q*ue* p*re*sente estaua E a duas pessoas depos elle .*scilicet*. q*ue* elle **[fl. 11v]** nomee a seg*un*da E a segunda nomee a t*er*ceyra q*ue* no*m* sseja*m* de mayor co*n*diço*m* q*ue* elle a q*ua*ll pessoa ou pessoas no*m* nomeadas as ditas casas sob*re* ditas a elle [*sic*][1156] E pessoas de pos elle tra*n*simtadas ou findas as ditas tres ujdas fique*m* liures *e* desse*m*bargadas ao dito cabijdo co*m* suas benfeytorjas E q*ue* pague em cada huu*m* an*n*o a metade da pe*n*ssam co*n*theuda e*m* o ssob*re* dito p*raz*o q*ue* ssam sseteenta *e* cinquo rr*eais* *e* huu*m*a g*alinh*a *e cetera* E p*e*llo dito modo trespassaro*m* *e* tra*n*simtaro*m* / a out*ra* morada q*ue* esta coJuncta co*m* [*sic*][1157] a sob*re* dita E a out*ra* pa*r*te [*sic*][1158] co*m* casas q*ue* foro*m* daboaa Em q*ue* agora ujue d*iog*o de fig*ueire*do ouujdor por seu a lugar Em q*ue* ssoya ujuer g*ra*njel de barros / e*m* [agu? danes] irmaa*m* dos sob*re* ditos p*er*o brauo *e* ferna*m* brauo *e* a duas pessoas depos ella p*e*llo dito modo *e* co*n*diço*m* q*ue* fezero*m* ao dito ferna*m* brauo E sob*re* todo gua*r*da*n*do [*sic*][1159] a solenjdade do arceb*is*po dom m*artin*ho da boa memorja **[fl. 12]** lançaro*m* fauas brancas *e* p*re*tas as q*ua*ees todas sayro*m* brancas / dize*n*do a my*m* alu*ar*o pi*rez* not*ari*o q*ue* todo este aucto asy . esc*ri*puesse E tomasse a fe E a desse a m*arç*al vaa*squez* seu esc*ri*pua*m* p*er*a q*ue* co*m* a forças delle lhe faça se*us* [*sic*][1160] p*raz*o como dito he E na forma acustumada E estaua*m* hy por test*emunha*s pedro alu*arez* seu p*orteir*o E m*estr*e joha*m* morador e*m* chaues q*ue* ora he rrend*ei*ro de sanctiago dalhariz camara do dito cabijdo *e* out*ros* E eu alu*ar*o pi*rez* not*ari*o q*ue* esto esc*ri*puj E asijney de meu nome.

[1155] Riscado: "e*m* out*ras*".
[1156] Riscado: "?".
[1157] Riscado: "as".
[1158] Repetido: "p*ar*te".
[1159] Riscado: "s".
[1160] Riscado: "p*raz*os".

Alu*ar*o pet*rus* nota*rio*
Sem assinatura

Apêndice XVI. Reparação, construção e agentes envolvidos nos contratos de emprazamento entre 1465 e 1510

Instruções para reparação nos contratos de emprazamento		
Correções	**Menções**	**Referências (A.D.B.)**
Frontal(is)	13	*1º Livro de Prazos...*, fls. 31v, 34v, 37, 43, 44v, 47, 67 e 122 *2º Livro de Prazos...*, fls. 1v, 23 e 32 *3º Livros de Prazos...*, fls. 24v, 35v, 39v, 40, 51, 53v e 55 *4º Livro de Prazos...*, fl. 34
Cozinha	1	*1º Livro de Prazos...*, fl. 34v *3º Livro de Prazos...*, fl. 28v
Assoalho	5	*1º Livro de Prazos...*, fl. 43 *3º Livros de Prazos...*, fls. 34, 75 e 96v *2º Livro de Prazos...*, fls. 154v e 214
Tabuado	2	*1º Livro de Prazos...*, fl. 44v *2º Livro de Prazos...*, fl. 225v *3º Livro de Prazos...*, fl. 35
Parede(s)	12	*1º Livro de Prazos...*, fls. 30, 37, 43 3 44v *2º Livro de Prazos...*, fls. 1v, 135, 142, 156v, 203 e 207v *3º Livro de Prazos...*, fls. 23v, 31v, 34v, 35, 51, 70, 72, 75v, 91v e 93v
Porta(s)	6	*1º Livro de Prazos...*, fls. 47, 31V e 37 *2º Livro de Prazos...*, fls. 23, 135 e 214 *1º Livro de Prazos...*, fls. 24v, 31v, 53v, 70 e 96v *4º Livro de Prazos...*, fl. 34
Escadas	2	*1º Livro de Prazos...*, fls. 37 e 67 *3º Livro de Prazos...*, fls. 31v e 40
Telhado(s)	6	*1º Livro de Prazos...*, fls. 43, 44v 2 122 *2º Livro de Prazos...*, fls. 1v, 135 e 156v *3º Livro de Prazos...*, fls. 35, 39v, 49, 51, 70 e 75v
Telhas	4	*1º Livro de Prazos...*, fl. 31v *2º Livro de Prazos...*, fl. 13 *3º Livro de Prazos...*, fls. 24v e 52v
Madeira	7	*1º Livro de Prazos...*, fls.31v, 43 e 83v *2º Livro de Prazos...*, fls. 1v, 72 e 156v *3º Livro de Prazos...*, fls. 4v, 24v, 34v, 35, 39v, 42v, 51, 61, 69v e 75v
Sobrado	7	*1º Livro de Prazos...*, fls. 30, 43, 47, 67, 115 e 121 *2º Livro de Prazos...*, fls. 1v, 23, 156v e 225v *3º Livro de Prazos...*, fls. 23v, 35, 40, 48, 51, 53v e 75v
Forno	1	*2º Livro de Prazos...*, fl. 52 *3º Livro de Prazos...*, fls. 58v e 61v
Balcões	1	*2º Livro de Prazos...*, fl. 214 *3º Livro de Prazos...*, fl. 96v
Traves	1	*2º Livro de Prazos...*, fl. 225v
Repartimentos	3	*1º Livro de Prazos...*, fl. 122 *2º Livro de Prazos...*, fls. 1v e 46 *3º Livro de Prazos...*, fls. 49, 51 e 57v
Total	**71**	

Cláusulas especificadas de transformações para alteamento						
Data	**Rua/Local**	**Enfiteuta**	**Propriedade**	**Transformação**	**Duração/pena**	**Fonte (A.D.B.)**
21/4/1475	Rua dos Chãos	Salomão de Almeida, judeu	Casa e exido	[...]levantem as ditas casas *e* as façam ssobradadas de huu*m* sobrado.	não refere	*1º Livro de Prazos...*, fl. 115v *3º Livro de Prazos...*, fl. fl. 48
18/8/1475	Rua de Janes (em frente a igreja de S. João)	André Vasques, tercenário	3 casas terreiras	[...]assy som tres casas Juntas hu*m*a co*m* outra com esta condiçom q*ue* da feitura desta p*raz*o a çinq*uo* anos p*rimeiros* segujntes ffaça a casa do meeo levantada *e* ssobradada de nouo com frontal E sobbrado *e* as out*ras* aJa como estam [...].	5 anos/10.000 reais	*1º Livro de Prazos...*, fl. 121 *3º Livro de Prazos...*, fl. 48
28/8/1478	Rua do Souto	Vasco Gil, alfaiate	Casas	[...]E daquj a tres anos as aleuantem jgualm*en*te co*m* as casas da d*icta* Ciatari*na* p*rijz* a pena suso esc*ri*pta *e* faça huu*m* sobrado ata a traue de tras a camara[...].	3 anos/não refere	*3º Livro de Prazos...*, fl. 54

6/9/1479	Rua Nova	Pedro Álvares, tercenário	Casas Sobradadas, exido e pardieiro ajuntado	[...] elle faça nos dict*os* pardieir*os* huu*m*a casa sobradada co*m* huu*m*a salla todas *comprid*as de nouo[...].	6 anos/ não refere	*2º Livro de Prazos...*, fl. 36 *3º Livro de Prazos...*, fl. 56
30/10/1480	Arrabalde de Maximinos, junto a São Miguel, no caminho que vai para Porta da Rua Nova.	João de Vila Pouca	Casas e um pequeno do campo para o exido de Gil Vasques	[...] com Condiçom q*ue* as faça ssobradadas [...].	2 anos/ não refere	*2.º Livro de Prazos...*, fl. 56 *3º Livro de Prazos...*, fl. 59v
11/10/1481	Rua de Paio Manta	Gil Martins, tercenário	Casas	[...] leua*n*te huu*m*a casa terreira q*ue* [*sic*] he das pertenças das ditas casas E a aleuante ssobradada com as ssob*re* ditas *e* a já a madeira q*ue* hi esta p*er* ellas [...].	2 anos/3.000 reais brancos	*2º Livro de Prazos...*, fl. 72 *3º Livro de Prazos...*, fl. 61
22/1/1483	Açougues Velhos	Gonçalo Álvares, carpinteiro	3 Pardieiros e exidos	[...] ffaca n*os* ditos dous pardieiros duas casas ssobradadas E o outro pardieíro corregera de nouo de guisa que faça em elle huu*m*a casa terreira E os aJa e pessua pelo dito modo com todos sse*us* Jnxidos como dito he [...].	3 anos/3.000 reais brancos	*2º Livro de Prazos...*, fl. 100v *3º Livro de Prazos...*, fl. 66
8/9/1484	Em frente ao Forno da Infanta, no canto da Rua de Palhães	Marai Fernandes, mulher solteira	Casas Terreiras, e outra pequenininha junto com elas, a poente	[...] q*ue* ella *e* pessoas de pos ella aJa*m* a dita casa com out*ra* peq*ue*njna q*ue* sta Junto com ellas E as aleuante ssobradadas em hu*m*a [...].	2 anos/5.000 reais brancos	*2º Livro de Prazos...*, fl. 130 *3º Livro de Prazos...*, fl. 69
12/5/1490	Calçada do Paços Arcebispais, de Frente; Junto a São Sebastião	Pero Gonçalves, criado do Doutor Sebastião Lopes	Casas e Lugar de Castelo Meijão, com sua devesa e casas com lagar	[...] *e* [*sic*] isso mesmo faro*m* no rresijo ou chaao*o* q*ue* vem cont*ra* sam sebastia*m* huu*m*as casas sobradadas [...].	Não refere./9.000 reais brancos	*2º Livro de Prazos...*, fl. 177 *3º Livro de Prazos...*, fl. 81v

Apêndice. XVII. Transcrição de contratos de emprazamento de propriedades rurais na zona periurbana de Braga

Setor Este

Prazo de Casas no Arrabalde dos Chãos a Álvaro Gonçalves
Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fls. 97 e 97v
Transcrição: Thiago Tolfo
[fl. 97] prazo das Casas dos chaaos com o canpo *e* vjnha assy como vay teer ao lugar de santa marta q*ue* trouue bras Afonsso / feito a aluaro gonçallvez çapateiro *e* a sua molher Jnes anes / *e* a huum ffilho ou filha ou pessoa *e cetera* por — iiij^{c} rreais ij galinhas :. — Jtem Aos xiij dias do mes de setembro da dita era de lRj seendo Juntos em cabjdoo *e cetera* Aluaro piriz meestre escolla Mestre Rodrigo joham delgado Ruj vaasquez lopo affonso gonçalo piriz[1161] **[fl. 97v]** lopo domijnguez/dijaz ffernam daraujo diego ffernandez gonçalo gordo joham gonçallvez todos coonegos *e cetera* os quaaes per lançamento de fauas q*ue* todas sairom brancas *e cetera* emprazarom huas casa q*ue* ssom no arrabalde dos chaaos Com seu enxido *e* canpo q*ue* com ellas anda assy como vaj teer ao lugar da Capeela de santa marta de q*ue* he admjnjstrado o dito meestre escola *e* com suas Aruores *e* vjnha q*ue* em ello esta as quaees partem de huma parte com casas q*ue* traz martim de gujmaraes em q*ue* ora mora joham gonçallvez dairaaes *e* da outra com casas da Capeela de santa Cruz em q*ue* morou gonçalo andre *e cetera* Aluaro gonçallvez çapateiro *e* a Jnes anes sua molher *e* a huum ffilho ou filha dantre Anbos <*e cetera*> *e* q*ue* facam bem feitoria / *e cetera* paguem ao dito cabjdo em cada huum anno em paz *e* em saluo quatrocentos rreais em dinheirro *e* duas galinhas *e* assy lhe mandarom fazer prazo com as Condiçooes Acostumadas *e* com pena / de quatro mjl rreais pera a parte teente *e* aguardante / E eu martim de guimaraes esto escripuj.

Prazo do Lugar dos Chãos na Rua dos Chãos a Fernão de Guimarães e sua mulher Aldonça Rodrigues
Cota: A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fls. 52v a 54v
Transcrição: Thiago Tolfo
[fl. 52v] Prazo feicto a fernam de gujmaraes . *e* aldonça Rodriguez sua Molher filho ou filha dantre ambos por preco *e* pernssom em cada huum anno mjl *e* trezentos . rreais *e* huum par de capooees ./ <+ ffeitos > Jtem aos vijnte dias do mes de nouenbro de mjl quinhentos. sendo juntos em cabidoo chamados . per soom de canpaa tangida segundo he de seu Costume .*scilicet*. os Sennhores diogo gomez daabreu Arçediago do . Couto *e* joham vaasquez Arcediago de neyua *e* aluaro pirez meestre escolla diogo gomes de barros [*sic*][1162] jacome Meendez steuom falcom diogo gonçallvez joham gonçallvez *e* joham de ponte *e* diogo del Castilho fernam deannes *e* goncallo gordo fernam darauJo Pedro annes Canpello philippe Rodriguez todos coonego prebendados na ssee de bragaa os quaes per lançamento de fauas brancas *e* pretas q*ue* todas sayrom brancas guardadas as

[1161] Está assinado no fim do fólio "martim de guimaraes".
[1162] Riscado: "aluaro e".

solepnjdades do direito *e* a constituçom do Arc*ebis*po dom m*artin*ho da boa memorja enpr*aza*ro*m e* fezero*m* pr*a*zo *e* esc*ri*ptura de firmjdooem a ferna*m* de gujm*arae*s q*ue* p*re*sente era *e* a sua molher aldonça Ro*dri*guez no*m* presente *e* a huu*m* filho ou filha dantre anbos . O qual hy no*m* auendo a huu*m*a pessoa . qual o postumeiro q*ue* deles mais viuer nomear em sua vida ou aa ora de sua morte q*ue* nom seja . de mayor condiço*m* q*ue* elles O qual pr*a*zo lh*e* asy fezero*m* . do logar dos chaaos q*ue* trouxe Martim este*ue*z *e* ysabel goncaluez sua molher . q*ue* he do dito cabidoo assy *e* p*e*lla gujsa . q*ue* o trazija o di*c*to Martim ste*ue*z *e* sua molher per Renu*n*ciaço*m* q*ue* dele ffez . ao dito cabidoo ferna*m* loure*n*ço escud*ei*ro m*orad*or em borba daallem teJo filho da dita ysabel gonçalu*ez* **[fl. 53]** E per consegujnte pero de gujm*arae*s . do canpo *e* casa . q*ue* apartou dele todo em fauor do dito Fernando de gujm*arae*s *e* pessoas de pos ele o qual casal tem estas demarcações aq*ui* . apontadas .*scilicet*. as casas q*ue* o dito casal te*m* n*os* chaaos *e* entrada assy como vay co*m* seus q*ui*nteiro *e* palheiro *e* casas . <x > de huu*m*a parte *e* doutra . assy . pera a portella do aVellaar ata a honde entra auga do cano *e* daly asy como da Volta p*er* sua parede q*ue* vay topar em huu*m*a cançella . seruentija do dito logar p*er*a penella *e* p*er*a o monte da forca *e* asy como passa p*er* a díta cançella p*er* o Vallo e*m* direto da forca e*m* huu*m*a tapadura antre o dito casal *e* o canpo q*ue* sta acima de sam bertollameu q*ue* foy de m*artin*ho de gujm*arae*s . *e* daly parte p*er* huu*m*a deuesa dos dit*os* [*sic*][1163] ca*m*po [*sic*] [1164]p*er* parede atee huu*m*a vjnha do dito cabidoo. q*ue* ora traz gil m*art*jnz mercador q*ue* esta junto *com* sam bertollameu *e* dali p*er* parede q*ue* veem teer aas casas q*ue* ora traz Joham de celleiroos *e* faz volta p*er* acima *e* vee*m* teer a certas casas do dito logar *e* [*sic*][1165] assy passamdo p*er* elles Vem . out*ra* vez teer aa entrada do dito logar ho*n*de sta a porta fronha no q*ua*nto da torre do dito logar p*er* <q*ue*> he a dita entrada no qual cerco ha estas herdades *e* cousas q*ue* sse segue*m* Jt*em* huu*m* canpo boo grande q*ue* teera . tres Vessadas Jt*em* alle*m* delle outra Vessada cont*ra* a forca de maa terra Jt*em* abaixo deste canpo grande out*ro* canpo q*ue* teera m*ea* vessada pouco mais ou menos Jt*em* hu*m*a fonte huu*m*a orta boa [*sic*][1166] Jt*em* logo ju*n*to o dito canpo q*ue* trazija p*er*o de gu*imarae*s *com* duas larangeiras **[fl. 53v]** E outras aruores darredor de figeiras pereiras macieiras *e* outras aruores *e* assy huu*m*a vinha q*ue* Jaz cont*ra* honde Vem o cano dauga e*m* q*ue* ja falamos carrada *com* huu*m* campozinho a qual vinha dara xx almudes de Vinho pouco mais ou men*os* Jt*em* huu*m*a eyra dous palh*ei*r*os e* a cabo dela *e* assy outras casinha meudas de porcos *e* gado *e* bois Jt*em* a dita torre *com* huu*m*a cozinha dja*n*te E out*ra* cozinha e*m* q*ue* Vive o caseiro *e* duas casinhas a par dela *e* detras da dita torre [*sic*][1167] p*er* a Rua estam duas casinha pera A Rua q*ue* entesta na díta torre q*ue* esta*m* p*er*a cayr E contra a parte de cima da p*or*ta fronha na Rua p*ubri*ca stam tres casas terreiras muy dapnjficadas todo do dito casal Jt*em* huu*m*a deuesa de per pee q*ue* sta cont*ra* cima . dent*ro* no dito cerco *e* alguns carvalhos poucos q*ue* vay . asy donde se mete o cano ata a vjnha q*ue* esta junto co*m* sam bertollameu / q*ue* traz o dito gil m*art*jnz Jt*em* huu*m* talho q*ue* esta aa cancella q*ue* vay p*er*a penellas de fora da dita cancella dem*ar*cado p*er* vallo em monte q*ue* tanbem he da dita perte*n*ça Jt*em* huu*m* canpo q*ue* esta acima de sam vitoíro q*ue* chamamo*m* o canpo de penellas todo carrado ssobressy o qu*al* he huu*m*a boa vessada q*ue* no*m* da pa*m* se no*m* herua *e* paga o q*ua*nto ao arc*ebis*po *cetera* E com todas ssuas entradas ssaydas nouas *e* antigaas de monte em ffonte Roto *e* p*or* Ronp*er* assy como de direito perte[n]çe ao dito Cabidoo *e* assy

[1163] Riscado: "herdeiros".
[1164] Riscado: "*e*".
[1165] Repetido: "*e*".
[1166] Riscado: "*e* bo".
[1167] Riscado: "estam".

como o trazija o dito martim esteuez . o que todo assy aJom e pessuam durantes ssuas . tres vidas e ffaçom e rrefaçom o que ora esta dapnjficado E rrepairem de gujsa . que todo melhore **[fl. 54]** e nom pejore e dem e paguem de fforo Renda e pernssom en cada huum anno ao dito cabidoo aas terça do anno .*scilicet*. natal pascoa sam joham .*scilicet*. a sseu prebendeiro .*scilicet*.[1168] mjl e trezentos reais brancos [*sic*][1169] desta moeda ora Corrente de dez p*retos* orreal e nom a como el Rey ao djante mandar E mais huum par de capooees com a qual pernssom serom bem obedientes e mandados ao dito Cabidoo e nom farom seu nem foro . do dito casal a outra alguma pessoa . nem chamarom a ele outro algum Senhrjo nem Crjarom em ele filho nem filha dalgo e sse nom pagarem a dita pernssom o dito cabidoo podera mandar penhorar per seus ofiçiaaes e os dito enprazadores nom lhe tolherom o penhor . E farom a primeira paga do dito Casal . per natal em que Começa a era de mjl e quinhentos e huum da primeira terça e assy os capooe . e segunda terça per pascoa . e a terceira per sam joham . e assy . dhy em diante em cada huum anno e nom possam dar doar vender nem escaynbar o dito enprazamento nem outra cousa dele fazer ssem [*sic*][1170] <pedir> . consentimento do dito Cabidoo <como do dirreito quer> e fazendoo . que nom valha e percam . o dito . prazo com toda sua bem fee[i]torija pera o dito cabidoo E sse alguma demanda sse Recrecer <sobre esse emprazamento> serom as partes Citadas e demandadas e Respondero*m* perante os vigairos desta corte de bragaa . e per hy sse começar o fee[i]to fijnr e acabar e nom perante outro algum Juiz nem Justiça E per o dito modo [*sic*][1171] o dito Fernando de gujmaraes . Recebeo em ssy o dito emprazamento per a dita . Renunciaçom feita em seu fauor de huuma vida em que aJnda duraua o prazo velho **[fl. 54v]** e sse obligou em sseu nome e das pessoas de pos ele teer e manter as condiçooees e clausulas do dito prazo e o nom deixar durantes suas tres vídas E o dito cabidoo sse obligou . delho fazer boo e de paz de qualquer pessoa ou pessoas que lhe queirom poer embargo e delho nom tolherem durantes as ditas tres vidas ante lhe o ffazerem boo . e de paz como dito he E quiserom que qualquer das partes que contra este prazo for em todo ou em parte nom possa e pague aa parte teente e agardante por pena e em nome dela vijnte mjl reaes brancos a qual pena leuada ou nam este prazo Valler nas ditas tres vidas E pedirom [*sic*][1172] ao Senhor vigairo lujs gonçallvez arcediago de vllíuença que presente era que lhe desse sua auctorjdade ordinarja com Jnterposicom de degredo .. O qual vista a ffe de joham de ponte Pedro afonso coonegos e fernam deannes terçenaíros que a ello fforom dados por vedores per o dito cabidoo os quaes disserom sseer o dito casal bem e Justamente enprazado por o dito preço < auendo pes[oas] aa vi[uer] que dur[ante] e da po[?] ficam[?]to e pensson que paga[?]> porem lhe deu e Jnterpos sua auctorjdade ordinarja com Jnterpoiçom de degredo Mandando que valesse e [*sic*][1173] sse conprisse como em ele se contem em testemunho do que lhe mandarom sseer feicto este prazo per [*sic*][1174] <elles> assignado [*sic*][1175] testemunhas que presentes fforom os honrados pedraluarjz porteiro dos ditos Sennhores e sebastiam coelho e diogo pereira criados daluaro pirez o conego e Joham de ponte E quiserom maís que page lujtosa cada pessoa . seiscentos reaes <lutuosa > e por dirreito de lujtosa cada pessoa . aa ora de seu fallecemento. *cetera* e asignarom aqui.

diogo [?]
johanes valla[?] di*dac*us

[1168] Parece que o escrivão fez uso destes dois "*.scilicet.*" quando o correto parece que deveria ser o uso de "*cetera*".
[1169] Riscado: "*e*".
[1170] Riscado: "mandado *e*".
[1171] Riscado: "as".
[1172] Riscado: "[inter] que".
[1173] Riscado: "fezesse".
[1174] Riscado: "mjm".
[1175] Riscado: "ao".

[?] b*ra*charen escolastic*us*
lop*us* b*ra*charen canon*ic*us
Alu*ar*o p*er*iz
alfom*so* [?]
de barros
phillip*us* Roderjcy c*anonic*us
petr*us* cano*ni*c*us*
d*iog*o fferr*nandez*
Alfomssus cano*ni*cus
johan*es* de pom*te* c*anonic*us
joha*m* g*onçall*v*ez*

Prazo de um Campo além da Porta do Souto a Gomes Fernandes, tesoureiro

Cota: A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 46 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 35

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 35v] p*raz*o fe*it*o a gomez fferr*nandez* . th*esoureir*o do ca*m*po da po*r*ta do souto por . vj . m*ar*a*ravidis* . duas galinhas

J*tem* no d*ic*to dia *e* ora os sobre d*ict*os cabijdoo . e*m*p*raz*ou . a gomez fferr*nandez* conego *e* a duas p*er*soas depos elle .*scilicet*. q*ue* elle nomee a s*egund*a *e* a s*egund*a nomee a t*er*cejra . *cetera* huu*m* campo co*m* suas p*er*te*n*ças q*ue* o di*c*to cabijdoo ha aalem da porta do souto q*ue* parte co*m* o camjnho nouo q*ue* vem da ponte de g*uim*ar*aes*s p*er*a a cidade *e* com o luga*r* de por[t]as *e* e*n*testa co*m* o campo q*ue* t*raz* m*ar*tim est*e*vez dos chaao*s* co*m* todalas clausuras *cetera* . E q*ue* pague ao d*ic*to cabijdoo . aos t*emp*os q*ue* os outr*os* paga*m* e*m* cada huu*m* anno*o* sejs m*ar*avidis da booa moeda antijga *e* huu*m* par de g*alinh*as Recebondas *e* os di*c*tos vigayros dero*m* a esto sua autorjdade t*estemunh*as o d*ic*to lujs a*fons*o esc*ri*puam *e* g*onçal*o vaa*squez* t*er*cenajro.

Descrição da Quintã de Nossa Senhora a Branca

Cota: A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 128 a 129

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 128] Santa M*ari*a a bra*n*qua

Esta he a apegacom . da q*ui*ntaa*m* de santa M*ari*a ha bra*n*qua que he do cabijdoo de bragaa que ora traz Jo*ha*m godij*nz* chantre e*m*p*raz*ada a qual haapegaçom foy feita p*er* antoneo a*fons*o co*ri*go *e* conijgo ferna*m* deanes t*er*cenairo E com p*er*o anes *e* gomez eanes E diego a*fons*o cl*er*igos todos c*ri*ados do dito S*enh*or chantre E foy fe*it*a [*sic*][1176] a dita apeegacom oJe iiij dias do mes dabrill de v*c* *e* cinquo annos E as propredades que achamos ssom estas q*ue* sse adiante sseguem

<de pam de ssem*e*nte xij alq*ueires* > J*tem* p*ri*meiramente huu*m* ca*m*po a que chama*m* das rribas que he todo cerrado sobresy de rribas *e* mat*os* E dentro em elle Jaz huu*m*a leira . bem no meo / que he de p*edr*o velho p*ar*tida p*er* m*ar*cos E a do cabijdo E a do dito jaz danballas p*ar*tes .*scilicet*. de fu*n*do *e* de cima *e* ha do dito p*edr*o velho em no meo E vay de cabo a cabo E há do cabijdo leuara bons xij alqueires de ssemente *e* mais E darredor do dito ca*m*po da p*ar*te de dentro E p*e*llos comoros tem obra de çem carualho antre maais *e* bo*n*s **[fl. 128v]** <santa M*ari*a a branqua>

[1176] Riscado: "o[?]".

<viij alq*ueire*s carualho — xxxiij > J*tem* logo aalem do dito campo Jaz outro ca*m*po a que chama*m* o campo do fontaao*o* que he todo cerrado ssobresy de uallo que leuara de sseme*n*te — viij alq*ueire*s pouco mais ou menos E esto ca*m*po dizem que no*m* da sse nom herua E tem darredor pollo comoro — xxxiij carualhos *e* huu*m* maao castinheiro /

J*tem* huu*m* campo a q*ue* chama*m* ho cortelho que he todo cerrado ssobresy de rribas *e* mat*os* E leua de ssemente — ij alq*ueire*s *e* me*o* E este campo he de boa te*rr*a . E tem darredor p*e*llo comoro — xij carualhos – +

<iij alq*ueire*s c*ar*ualhos xxx > Jtem outro campo a que chama*m* [*sic*][1177] ho corisquo que he todo cerrado ssobresy de uallo *e* rribas / E este ca*m*po tem dentro hu*m*a leira g*r*ande *e* boa que he da co*n*frarja da p*ar*te de baixo E vay de longo aao longo de huu*m* cabo <atees ho> [*sic*][1178] *e* outro E de *con*tra o nacente faz hu*m*a chaue p*er*a rriba p*er*a o agya*m* E a do cabijdo começa na dita chaue E vem p*ar*tyndo p*er*a o poe*n*te p*er* hu*m*a rriba g*r*ande que esta da p*ar*te de cima atees a carreira q*ue* vay p*er*a a soutijnha E antre a dita leira da dita co*n*frarja E a do cabijdo v[a]y huu*m* comoro antr*e* hu*m*a *e* a outra *e* no*m* tem outro m*ar*co E a do cabijdo leua de ssemente boons — iij alq*ueire*s E te*m* pllo comoro — iiij carualhos

<xviij alq*ueire*s xiij vuueíras > J*tem* outro campo . a q*ue* chama*m* da maçieíra q*ue* he <+> todo cerrado ssobr*e*sy de g*r*andes rribas ./ E leua de ssemente — xviij alq*ueire*s E tem darredor — xij vuueíras antre maa*os* *e* boas *e* dize*m* que este ca*m*po que no*m* he bom de pam . sse no*m* derua *e* de muj*tos* g*r*llos E asy tem p*e*llos [*sic*][1179] comoros <da carreira> antre maao*os* *e* boons — xxx <xxx c*ar*ualhos > carualhos //

<v alq*uere*s > J*tem* ho ca*m*po de suu . a v*inh*a a que chama*m* o p*r*ado todo cerrado ssobresy que leua . de ssemen*t*e – .v. alq*ueire*s *e* este campo no*m* da sse nom herua por q*ue* he todo rregado da fonte de sam vit*or*o.

<iij alq*ueire*s xx carualhos > J*tem* logo ale*m* do rribeiro Jaz out*ro* ca*m*po cerrado sobresy que leua de ssemen*t*e boons — iij alq*ueire*s E este tem p*e*llo comoro — xx c*ar*ualhos

<iij alq*ueire*s > J*tem* logo acima deste esta outro ca*m*pynho que <+> ta*m*be*m* leuara outros — iij alq*ueire*s sse fosse ssemeado ho q*ue* nu*n*ca he [*sic*][1180] he todo espadanall E dize*m* que he de q*ui*nto porem no*m* sse paga o qujnto tempo ha – +

<.v. alq*ueire*s > J*tem* ho campo da heira que leua de ssemen*t*e — v. alq*ueire*s *e* esta todo cerrado ssobresy de paredes *e* valos *e* mat*os* —

+

[fl. 129] <Santa M*ar*ia a branq*ua*>

<v*inh*o — x al*mu*des > J*tem* hu*m*a v*inh*a que leua de caua dez home*n*s E dize*m* q*ue* da de v*inh*o — x al*mu*des q*ue* dize*m* que cada an*n*o a queima a geada E he toda cerrada ssobresy de parede *e* rribas g*r*andes . E tem dentro huu*m* ponbal que as ponbas nom teem conto E tem dentro pesegueiros *e* .v. fig*ueir*as *e* macieiras poucas

+

[1177] Riscado: “o cosquoro”.
[1178] Riscado: “do”.
[1179] Riscado: “xxx”.
[1180] Riscado: “E”.

<mea duzia de cassas > J*tem* huu*m* assento de casas peq*ue*nas *e* rre[s]ij[o]s assaz . hu*m*a cazinha [*sic*][1181] ha meetade della telhada *e* a outra metade colmaça E logo a p*ar* della duas cortelhas colmaças peq*ue*nas E da outra p*ar*te huu*m* palheiro duas [*sic*][1182] cortelhas colmacas /

+

<de v*inh*o iij al*mu*des > J*tem* diante das portas das ditas cassas antre ellas E huma porta fronha q*ue* esta fora das ditas cassas p*er* que fecha todo o dito lug*ar* esta huu*m* pequeno rresijo e*m* que esta hu*m*a latada de v*inh*a q*ue* dara de v*inh*o pouco mais ou menos — iij al*mu*des *e* ij f*igueir*as

+

<viij alq*ueire*s > J*tem* huu*m* ca*m*po q*ue* . esta a par de santa M*ar*ia a branqua q*ue* leuara pouco mais ou men*os* vij ou viij alq*ueire*s de ssemen*te* todo cerrado ssobresy todo de uallo *e* mat*os* e dize*m* que he de q*ui*nto pore*m* nom sse paga ssay basse a u*er*dade

+

<c*ar*ualho — lx > E tem o dito campo da p*ar*te de baixo pello comoro E do abrego p*e*llo camjnho q*ue* vay p*er*a a ssoutijnha E asy no rresijo q*ue* esta <dy> ante da p*or*ta de sancta M*ar*ia a braaqua — lx carualhos pouco mais ou men*os* ./

<c*ar*ualho viij > J*tem* aalem da ponte de g*uimara*es na aagra despadenjdo estam viij carualhos antre maaos *e* bon*s* m*ar*cado p*er* m*ar*cos

E a p*re*sente no*m* sse acha mais sse achar a q*ue* sse assentara

So*m* de pam — lxv . alq*ueire*s

V*inho* — auera — xx al*mu*des — ou xxv

Carualhos — iij[c] pouco mais ou men*os*

Prazo de leiras em São Marcos a Álvaro Fernandes, almocreve

Cota: A.D.B, *2º Livro de Prazos*..., fl. 182 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 3

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 83] prazo das leiras de sam marc*os* fe*i*to a aluaro ff*er*r*nande*z almocreue po*r* — iij[c] l rr*eai*s ij g*alinh*as

J*tem* aos oytos d*ias* do dito mes de Junho de mjl *e* iiij[c] IR ann*os* na dita casa do cabjdoo sseendo hy junt*os* chamados p*er* ssoom de canpaa*m* tamgida segundo seu costume os senhores joham vaa*squez* arcediago de neyua alu*ar*o p*iriz* meestre escola ho L*icencia*do joham bras th*esoureir*o joham afonso Ruj vaa*squez* g*oncal*o p*iriz* joham delgado lopo a*fons*o g*onçall*v*ez* g*oncal*o vaa*squez* joham g*onçall*v*ez* fernam daraujo Alu*ar*o p*iriz* joham de ponte tod*os* coonegos p*re*bendad*os e cetera* os q*ua*ees p*er* lançamento de fauas q*ue* todas sairom brancas emprazarom a alu*ar*o ff*er*r*nande*z almocreue m*orad*or em a dita[1183] **[fl. 83v]** Cidade / em sua vida ssoomente huas leiras ou canp*os* q*ue* trazia gomez almocreue q*ue* som abaixo das [*sic*][1184] ortas de ssam marc*os* q*ue* p*er*teçem ao cabjdoo as quaaes em outro tenpo ssoya de trazer fernam dafonsso L*icencia*do q*ue* por ellas em cada huu anno ao cabjdoo trezent*os* E cinqoente rr*eai*s *e* duas g*alinh*as E eu martim de *guimara*es esto esc*ri*ouj.

[1181] Riscado: "a h".
[1182] Riscado: "co*n*ll".
[1183] Está assinado no fim do fólio "m*ar*tim de g*ui*m*arae*s".
[1184] Riscado: "fonte".

Prazo de uma leira nas Hortas de São Marcos a Mestre Rodrigo
Cota: A.D.B, *2º Livro de Prazos*..., fl. 218
Transcrição: Thiago Tolfo
[fl. 218] prazo feito a meestre Rodrigo de huma leira que he nas ortas de sam marcos que trouue lopo aluarez coonigo E aaJuntarom . ao lugar que tras o dito meestre Rodrigo / nas vidas comtheudas em seu prazo e que pague dela em cada huum anno ao cabjdoo Lxviij rreais Jtem no dito dia e ora[1185] os ditos Senhores emprazarom ao dito Mestre Rodrigo coonrego seu Jrmaao huma leira derdade que Jaz nas ortas de sam marcos que soya de trazer lopo aluarez coonrego que deus aJa aqual parte de hua parte pelo camjnho com ho lugar de vaasco pereira e contra vendaval com canpo que foy de joham ffernandez bacharel e contra soaao com canpos que ssom do cabijdoo que ora traz bertolameu fernadez e contra agujam com o camjnho que . da fonte de ssam marcos pera foJacal E lhe aJuntarom o dito canpo ao prazo do lugar que traz o dito meestre Rodrigo nas vidas e pessoas contheudas em seu prazo e que pague dele ao Cabjdoo . em cada huum anno ssascenta oyto rreaes assy . que com a penssom do lugar e canpo pague trezentos rreaes E galinhas contheudas no dito prazo e mandarom aJuntar esta adiçom no prazo do lugar que meestre Rodrigo traz . com pena de mjl rreaes pera a parte teente e aguardante e cetera eu martim de guimaraes esto escripuj. Johanres Godijrz cantor Johannes vallaso [?]

Setor Sul

Prazo do Lugar da Porta de Santiago a Vasco Gil, arcediago de Fontarcada
Cota: A.D.B., *4º Livro de Prazos*..., fl. 130v e 131
Transcrição: Thiago Tolfo
[fl. 130v] a porta de sam tyago A apeogacom do lugar que esta a porta de samtyago Junto da torre noua que soya de traz gomez martjrz su chantre que he da mesa do cabijdo de bragaa/ E ora ho traz vasco gil arcediago de fontorquada per prazo . a qual . veedoria foy fecta per joham manuel conigo desta egreia de bragaa E per mym fernam deanes tercenairo outrosy na dita egreia/ E foy fecta oje viij dias deste mes de Julho . de v^{c} e çinquo annos E em presença do Senhor arcediagoo de fontorquada E de fernam dafonso criado do senhor dom Jorge arcebispo de bragaa/ que deus aja Jtem primeiramente huma vinha toda de bacello. Toda cerrada sobresy da parede E de rribas e matos .scilicet. aquy logo na entrada da dita vinha huma porta fronha E huma casa telhada em que esta huum lagar E outras cousas degrada[da]/ E aa dita porta se começa huum muro de parede E vay arredor do camjnho que vay pera sam marcos / atees huum lugar que ora traz antoneo afonso conigo E daly torna partindo contra abrego partyndo com <o dito> lugar dantoneo afonso E vay topar no lugar que ora traz fylype Rodriguez conego ./ E daly da uolta per huum grande comoro de pedras e mato que vay arredor da dita vinha contra ho poente E vem topar no lugar

[1185] Corresponde ao documento anterior que data de 13 de setembro de 1491.

q*ue* ora traz alu*ar*o sorez co*n*igo E daly da uolta outra vez p*er* acima co*n*tra a torre noua p*er* hu*m*a g*ra*nde parede q*ue* vay antre o dito alu*ar*o so[a]rez E ha dita v*inh*a E vay outra vez [*sic*][1186] topar na dita casa E porta honde começou E esta logo Junto da dita casa huu*m* poonbal sem ponbas . bem corregydo / E hu*m*a laranJeira boa g*ra*nde E asy tem p*e*lla dita v*inh*a huu*n*s figueirjnhos p*re*tos E hu*m*as nugueiras nom boas E asy hu*m*as macieirjnhas E p*ere*iras poucas E huu*m* pedaço de ca*m*po no cabo da v*inh*a que ja foy v*inh*a *e* morreo *e* ora esta e*m* ca*m*po q*ue* leua ora de seme*n*te meo alq*ueire* ./ E a dita v*inh*a leuara de caua [*sic*][1187] boons doze home*n*s de d*inheiro* E dara huu*n*s annos p*e*llos outros xxx R almudes pouco mais ou menos

[fl. 131] J*tem* A abaixo desta v*inh*a esta huu*m* pedaço . de deuesa boa de p*er* pee / que he de castanho E carualho q*ue* he p*er*a a dita v*inh*a ho carualho E ho castanho p*er*a arcarja q*ue* se fosse a dita deuesa em ca*m*po leuarja de seme*n*te do*us* alq*ueire*s ou atee do*us* *e* meo pouco mais ou menos E he toda sobresy de parede E a dita parede toda darredor p*ar*te *con*tra cima co*m* a dita mesma v*inh*a E do poe*n*te p*ar*te co*m* o ca*m*po dalu*ar*o so[a]rez E co*m* hu*m*a deuesa do dito alu*ar*o so[a]rez E co*m* outra deuesa q*ue* he do auelaar q*ue* traze [*sic*][1188] o f*ilh*o de v*as*co jacome q*ue* he da mesa arceb*is*pal E daly torna outra vez p*er*a co*n*tra o nace*n*te p*ar*tyndo co*m* outra deuesa do lug*ar* do dito filype rro*dri*guez E co*m* o dito antoneo a*fons*o. / *e cetera*.

E ao dito <Jo*ha*m manoel co*n*igo> [*sic*][1189] E eu ferna*m* de an*es* t*er*cenairo damos de nos fe q*ue* nos vimos a dita v*inh*a E sua deuesa asy como e*m* cima faz me*n*com E a uos parece q*ue* seg*un*do d*eus* nossas co*n*cie*n*cias que o dito lug*ar* val . bem E aprouueito da dita egreia .*scilicet*. q*ue* elle dito arcediaago paga cada anno ao cabijdo — IR rr*eais* [*sic*][1190] a nos parece que ele por teer . aJnda hu*m*a [*sic*][1191] vida *e* p*or* bem feitorjas q*ue* diz q*ue* esp*er*a faz*er* q*ue* o dito arced*iag*o pague cada anno ao dito cabijdo — ii^{c} rr*eais* *e* duas g*alinh*as pagos asy como paga*m* os outros caseiros do dito cabijdo.

< Ferna*m* deanes>

Descrição do Casal da Ribeira em Braga aos Pelames

Cota: A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 9v a 10v

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 9v] Bragaa aos pellames

J*tem* O *ca*sal da rribeira q*ue* esta aos pelames q*ue* he do cabijdo tem estas p*er*te*n*ças q*ue* se segue*m* /

J*tem* p*ri*meiram*en*te hu*m*a cuzinha E huu*m* celeiro telhadas E q*ua*tro cortes de gado logo dia*n*te da dita cozinha colmaças E huu*m* palheiro colmaço E acima destas casas todas esta outra cuzinha telhada / E tem dentro huu*m* forno *e* huu*m* lag*ar* E dia*n*te de todas estas casas esta huu*m* rresijo g*ra*nde *e* bom e*m* q*ue* esta*m* xxxvij pelames de sapateiros de q*ue* se paga de cada huu*m* viij r*eais* ao q*ue* traz o dito lag*ar* q*ue* som e*m* soma ij^{c} lRvj r*eais* E te*m* mais o dito rresijo hu*m*a oliueira *e* iij nogueiras e iij castinheiros g*ra*ndes *e* boo*n*s E x c*ar*ualhos e hu*m*a Moreira E outras aruores meudas .*scilicet*. ameixeiras.

J*tem* de tras da <u>cuzinha</u> esta huu*m* pedaço de v*inh*a todo cerrado sobresy E dent*ro* no dito cerrado jaz hu*m*a leira de v*inh*a be*m* no meo q*ue* he do casal de bretas E assim som do*us* quinhões do cabijdo *e* huu*m* de bretas E

[1186] Riscado: "p*er*".
[1187] Riscado.
[1188] Riscado: "hi molher de V*as*co".
[1189] Riscado: "fylype rro*dri*guez".
[1190] Riscado: "[?] E".
[1191] Riscado: "par[?] hu*m*a".

he de marcada per marcos E chegua asy a do cabijdo como a de bretas des o rrijo atees o caminho que vem da cidade pera os moynhos do bretas E huma leira das do cabijdo a metade he de vinha e a metade tem certos olmos pera arcos E ambas as do cabijdo leuaram ij homens de caua e daram de vinho x almudes. //

Jtem huum campo a que chamam su carreira que leua desterco xij carros este campo da trigo e toda noujdade E parte de huum cabo com herdade de gill martinz mercador per marcos E da outra parte per matos e per huma parede.

Jtem no campo das quintaaes jaz huma leira que leua ij caros desterco E parte de todas partes com herdade de casal do mordeo per marcos

Jtem No cabo das quintaaes jaz huma leira que leua huum carro desterco E parte de cada cabo com herdades do monte/morro da serra / per huum comoro de Ribas e matos. /

[fl. 10] Jtem No dito campo da quintaa / contra cima a carrom do prado de vasco iacome Jaz huum bom pedaço de campo e nom da se nom herua e seera huma boa vesada e se fosse estercado leuara xv carros / E dentro nesta vesada jazem ij leiras que som de samtiago que ambas as ditas leira — ij caros desterco / E som partidas per marcos

Jtem na eira esta huum pedaço de campo cercado darredor com a dita eira E tem dentro contra huum cabo huma orta E assim o campo com sua orta E eira leuaram bos x caros E esta dentro neste campo huma leira que he dos moynhos de dabram / E ella e se a samente leuara huum carro/

Jtem O campo da vinha velha que dizem que a metade dele he dos gaffos E a outra metade do cabijdoo / aJinda que o mordeo diz que nom he dos gaffos se nom huum quarto e [*sic*][1192] os iij quartos que som do dito cabijdo E o campo todo enteiramente leua xviij caros desterquo / asy ho dos gaffos como o do cabijdo E o quenham que he do cabijdo jaz a carom do camjnho que vem pera a cidade E da parte de contra aa cidade emtesta no camjnho que vay pera sam crimente E per o meo tem marcos antre os gafos e o que dizem que [he] do dito cabijdo/

Jtem Na agra da alem dos pellames he quasy toda do cabijdo / somente que jazem hy humas leiras pequenas de vasco iacome e do mosteiro da serra E também dos gaffos outras leirjnhas E a do cabijdo leua bem xxviij carros desterco e ante a do cabijdo e estas leiras que em cima digo estam marcos per onde se partem a do cabijdo com as ditas leiras

Jtem Na agra dos ffornos Jazem ij leiras que anbas leuam **[10v]** xvj caros desterco / E ambas partem per marcos com herdades do casal da serra que ora traz o mordeo /

Jtem aalem dos pellames contra a forca esta huma deuesa que tem xxv carvalhos

Jtem Em abadeiro que he junto da ponta de guimaraaes estam x carvalhos

Jtem aa ponte pedrinha estam — xiiij ou xv carvalhos

Jtem aa passajem dos pellames estam /v/ carvalhos

Jtem huma vinha pequena que esta acima das ditas casas junto do camjnho que he huum çerrado todo sobresy de boa vynha E huum quinhom da dita vinha he do cabijdo E outro quinham he de bretas E o quinham do cabijdo leua bons dous homens de caua de dinheiro E a de bretas leua huum homem e também jaz dentro na dita vinha

[1192] Repetido "E".

huu*m* rreca*n*to pequeno de v*in*ha q*ue* nom he q*ua*sy nada q*ue* dize*m* q*ue* dos moynhos dabra*m* E a do cabijdo dize*m* q*ue* m*u*ltas vezes da xx al*mu*des de v*in*ho / E no*m* o traz e*m*praz*a*do./ Gonçalo machado por —

J*tem* outro talho q*ue* o dito G*onçal*o machado tomou allem da pasajem dos pelames q*ue* leuara xij carr*os*

Emprazado e*m* três ujdas a Gonçalo machado nl

Prazo do Casal de Borneiros, da Ribeira, e dos Moinhos da Ribeira, conhecidos como "de Ladrões"

Cota: A.D.B., *1º Livro de Prazos*..., fl. 7 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 6

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 6] p*raz*o dos mojnhos da rribeira a alu*ar*o g*ar*çia

Aos onze d*ias* de Junho da d*ic*ta era de lxvj Seendo em cabidoo *e* fazendo cabidoo nas casas do cabidoo nouo os honrados S*enhor*es luis a*fons*o chant*re e* lopo alu*ar*ez tesoureiro alu*ar*o uaasq*uez* bacharel alu*ro* ff*err*n*andez* lopo alu*ar*ez joha*m* affom*so* abade de Sanhoane gomez ff*err*n*andez* g*onçal*o [*sic*][1193] pi*rr*to g*onçal*o p*ir*ez M*estre* R*odrig*o alu*ar*o a*fons*o d*iog*o m*artjn*s lopo affom*so* todos coo*ri*gos p*re*bendados em esta see fezero*m* prazo em três ujdas [*sic*][1194] a alu*ar*o ga*r*cia lau*rad*or q*ue* p*resen*te staua *e* a ssua molh*er* [*sic*][1195] johanna g*onçall*uez no*m* presente *e* a hu*m*a pessoa de pos eles os moynhos da Ribeira deste q*ue* chama*m* de ladrooees *e* o casal de borneiros *e* outro casal q*ue* chama*m* da Ribeira assy *e* pella gisa q*ue* todo t*raz*ia joam m*artjn*s ozunho co*m* suas entradas *e* saydas *e cetera* po*r* preço de vij*n*te huu*m* m*aravedi*s pagados a como pagua*m* os outros casaaes *e cetera e* mais huu*m* pa*r* de capooe*es* boo*n*s *e* Reçebondos paguadoiros po*r* natal segu*jn*te *e* a p*ri*meira pagua dos d*ic*tos casaaes por <natal que acabara> [*sic*][1196] de sessenta *e* sete *e* <comeca de lxviij> *e* mais lujtosa acostumada po*r* todas as clausulas co*n*th*e*udas na nota p*rim*e*ir*a deste liuro *e* com a guarda de todallas solepnjdades t*estemunha*s luj a*fons*o notario *e* johanne an*n*es t*er*çenario *e* eu joha*m* Ro*dri*g*uez* notario apostolico *e* sc*rip*ua*m* do cabidoo q*ue* esto sc*rip*uij. t*estemunha*s joha*m* sobrinho *e* gomez m*artjn*z t*er*çenarios.

Prazo dos Moinhos de Abraão

Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 68v

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 68v] p*raz*o fe*it*o ao sobred*ic*to jacome mendez dos moinhos dabrom em sua vida po*r* CL^{ta} rr*eais e* ij g*alinha*s

J*tem* no d*ic*to dia os sobre d*ic*tos e*m*prazaro*m* ao d*ic*to jacome mendez e*m* t*re*s vidas q*ue* elle nomee a 2^{a} p*er*soa *e* a 2ª nomee a 3^{a} os mojnhos dabrom co*m* todas suas p*er*teenças E pague*m* de pe*rn*som cada anno*o* .*scilicet*. o d*ic*to jacome mandez p*rim*e*ir*a p*er*soa CL^{ta} rr*eais e* ij g*alinha*s *e* as duas p*er*soas depos elle pagaro*m* iij^{c} rr*eais e* ij g*alinha*s *e* fara*m* a paga aas t*er*ças do anno*o e* a p*rim*e*ir*a paga po*r* día de natal de lxxx<v> E lhe ma*n*dou faz*er* p*raz*o *cetera* t*estemun*as alu*ar*o de barros escud*ei*ro *e* p*edr*o alu*arez* porte*ir*o *e* a*fons*o gil çapateiro.

Descrição da composição do Casal de Urjães

Cota: A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls 51v a 52v

[1193] Riscado: "p*ir*ez".
[1194] Riscado: "a g".
[1195] Riscado: "no*m* pre".
[1196] Riscado: "samjgues".

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 51v] / b*ra*gaa /

Estas .som. as casas E herdades E deuesas *e* p*er*tenças E cousas q*ue* p*er*teeçem ao casal dorJaaes que ora traz Jo*ha*m anes ataquero morador na Rua de mexemjnhos q*ue* he do cabijdo de bragaa/

J*tem* p*ri*meirame*n*te huu*m*a cerca .de parede .*scilicet*. arredor da estrada q*ue* vay do p*ra*do do arceb*is*po p*er*a portas E depois vay decendo p*er*a baixo p*er*a as ortas E p*er*a hu*m*a fonte E depois <vay> p*er*a dentro p*ar*tindo . co*m* as ditas ortas E com huu*m* lug*ar* derdade do dito Jo*ha*m anes ataqueiro E depos vay p*er* aly acima p*ar*tindo *com* huu*m* ca*m*po q*ue* traz o chantre q*ue* he do dito cabijdo / E co*m* outro lug*ar* q*ue* ora traz Gonçalo m*ar*t*i*nz mercador E depois ve*m* teer a hu*m*a porta do dito lugar E dentro e*m* esta cerca esta hu*m*a boa casa tyrreira telhada q*ue* tem dentro huu*m* lag*ar* E darredor da dita casa hu*m*a vyn*h*a .*scilicet*. latada E vynha de pee . que toda laurada *e* de caua bons . iij . home*n*s E huu*m* ca*m*po que leua vij carros desterquo./ E p*er* o comoro E tapadura estam vij nogueiras boas E hu*m*a duzia de huueiras Em carvalhos E dent*ro* no dito ca*m*po esta hu*m*a fonte feita como poço. E te*m* darredor .iij. ou ij macieiras nouas E boas E huu*m* p*ere*iro E outras – aruores meudas .*scilicet*. figueiras e ameixieiras — E acabo da dita casa esta*m* huu*n*s alyçeçes de parede q*ue* parece s*er* ja e*m* outro te*m*po casas J*tem* aalem dos moynhos dabram .v. carvalhos E huu*m* castinheiro acima donde laua*m* as molheres a rroupa todos os dit*os* carualho *e* castinheiro junt*os* sobresy

J*tem* Aaçima dos chaaos honde descobre o cano estam bons — vij carvalhos todos junt*os* E tem no pee hu*m*a mea *cruz*[1197] feita [gr*i*sa]. T[1198] J*tem* logo abaixo q*ua*ndo **[fl. 52]** vam p*er*a sam viçente ju*n*to da porta p*ri*ncipal do dito sam Vicente a <u>maaoo</u> esquerda estam .iij carvalhos bons com a dita m*ar*ca dos outros de cima

J*tem* logo abaixo de sam Vicente esta hu*m*a leira de deuesa, a mayor p*ar*te dela noua que tem . cem carvalhos daqueles antre g*ra*ndes *e* pequenos. E a dita leira p*ar*tida ou dem*ar*cada p*er* huu*m* vallo. velho .*scilicet*. de *con*t*ra* o soaaoo E de *con*t*ra* o poe*n*te p*e*lla estrada que vay da cidade p*er*a sam m*ar*t*i*n*h*o de dume E a dita leira atravessa todas as estradas .*scilicet*. a que vay p*er*a a sam m*ar*t*i*n*h*o *e* que vay p*er*a palmeira/

J*tem* no ca*m*po de tijellas jaz huu*m* byco bem a p*ar* do rribeiro que leuara iiij montes desterquo E leua meo alq*uei*r*e* de lynhaça E nom tem m*ar*cos somente p*er* huu*m* comoro E p*ar*te de huu*m* cabo *e* de out*ro* co*m* herdade do lug*ar* de couas q*ue* ora traz p*er*o an*e*s que he do Cabijdo / J*tem* no dito ca*m*po out*ra* leira logo acima q*ue* som duas m*ar*jees que vam de fundo . acima E p*ar*te de *con*t*ra* agya*m* co*m* hu*m*a leira [*sic*][1199] sam johane E da outra *com* herdade que foy de p*er*o g*onçal*lvez estalegadeiro p*er* m*ar*cos J*tem* logo acima outra leira que vay ao traues p*er* cima da do estalegadeiro que som .vj. m*ar*gens *e* leuara m*e*o carro desterquo E da*m*balas p*ar*tes p*ar*te *com* h*er*dade q*ue* foy do dito estalegadeiro E de hu*m*a ponta e*n*testa co*m* as ditas .ij. margens que som da dita p*er*tença do dito cabijdo / E de *con*t*ra* agya*m* e*n*testa *com* o dito estalegadeiro .*scilicet*. p*er* huu*m* m*ar*co q*ue* esta açercado da dita ponta *e* no*m* passa [*sic*][1200] pelo dito m*ar*co p*er*a o mato somente chega ao dito m*ar*co *e* mais nom

J*tem* acima desta ca*m*po esta hu*m*a deuesa q*ue* he do casal que soya t*raz*er o lag*ar*to q*ue* he do cabijdo jaz hu*m*a leira honde esta hu*m*a nugueira q*ue* seera*m* duas esterroadoiras E no*m* chega mais q*ue* da dita nug*uei*ra

[1197] No texto há o desenho de uma cruz.
[1198] O símbolo de T penso que era para representar a meia cruz.
[1199] Riscado: de sam [de].
[1200] Riscado: "*e*".

atees acima honde sta hum arribada E p*ar*te de *con*t*ra soaaoo* p*er* hu*m*a parede E de *con*t*ra* o poe*n*te p*ar*te p*er* huu*m* comoro que escassamente se parece E tem dentro a dita leira iiij carvalhos E a dita nugueira

[fl. 52v] J*tem* logo acima de tras as costas . de sam V*ic*e*nte* Jaz hu*ma* leira que seera*m* duas esterroadoiras E leuara meo carro desterquo E tem dentro mea duzia de carvalhos *e* huu*m* castinheiro E p*ar*te de todalas p*ar*tes com h*er*dades do casal que foy . do lagarto que he do cabijdo E nom lhe achamos marcos somente huu*n*s comoros . q*ue* escassamente se parecem

J*tem* açima dos . chaaoos na agra a que chama*m* /. [*sic*][1201] < /. da escoyra> Jaz hu*m*a leira que leuara — iij. carros desterquo ./ E p*ar*te de hu*m*a p*ar*te *com* herdade dalu*ar*o a*fons*o capateiro E da outra p*ar*te *com* h*er*dade do casall q*ue* foy a traz*er* o lagarto E ora a t*raz* pe*ro* anes do ca*n*to

J*tem* huu*m* carualho E huu*m* castinheiro q*ue* </. esta> /. a p*ar* do camjnho que vay da sam v*ic*e*nte* p*er*a palmeira /

J*tem* Em coones . esta hu*m*a leira de deuesa q*ue* he toda de p*er* pee .*scilicet*. toda de castanho E de carualho q*ue* sea a dita leira fosse laurada leuaria desterq*u*o. Boos . vj carros E p*er*te a dita leira p*er* [sic][1202] hu*m*a parede de pedra que </. he> ./. g*ra*nde *e* boa parede q*ue* vay antre ella E a deuesa da coonega q*ue* he do cabijdo / E vay a dita leira jaz a ca[?][1203]rom da dita parede E da outra p*ar*te E esta outra leira de deuesa q*ue* foy [sic][1204] de lopo ff*er*r*nand*ez do penedo / E antre hu*m*a E a outra esta huu*m* valado por estrema por onde p*ar*te E da p*ar*te de baixo vay e*n*testar na estrada q*ue* vay de coones p*er*a a conega e*m* hu*m*a parede q*ue* esta antre ella E a dita estrada E da p*ar*te de cima e*n*testa e*m* hu*m*a rriba q*ue* esta antre ella *e* huu*m* ca*m*po q*ue* he da conega q*ue* tambe*m* he do dito cabijdo/

Prazo do Forno da Infanta e do Casal de Urjães

Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 61v

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 61v] p*ra*zo do forno[*sic*][1205] da jfant*a* fe*i*to ao chant*re* . *e* do <casal> [*sic*][1206] dorjaaes .scilicet. pollo <forno> [*sic*][1207] C*er*to l . . rr*eai*s *e* ij g*alinh*as *e* po*r* o casal Cem rr*eai*s

J*tem* xx . d*ias* do mes dout*ubr*o de 4.8.1. e*m*p*ra*zou o cabijdoo a jo*ha*m godij*n*z cha*n*t*re e* a duas p*er*soas depos elle q*ue* elle nomee a 2ª *e* a 2ª nomee a 3ª . o forno da jfaa*n*t*a e* o casal de orjaae*e*s co*m* todas suas p*er*tee*n*ças como sooe*m* dandar *e* da fejtura deste p*ra*zo a do*us* ann*os* p*ri*me*iros* seguintes correga o d*ic*to forno de todo o q*ue* lhe fezer mester E pague ao d*ic*to cabijdoo pollo forno C*er*to *cinquen*ta *e* huu*m* par de g*alinh*as . *e* pollo casal cem rr*eai*s q*ue* sam p*er* tod*os* ij[c] *cinquen*ta rr*eai*s *e* ij g*alinh*as E fara a p*ri*me*i*ra paga da d*ic*ta pensom do casal p*er* sam jo*ha*m p*ri*me*i*ro q*ue* vem *e* a pe*n*sam do forno p*er* dia de sam mjguel q*ue* vem E lhe mandou faz*er* p*ra*zo co*m* toda [*sic*][1208]as clausulas acustumadas t*estemunh*as alu*ar*o Rod*r*j*guez* sobchant*re e* p*edr*o alu*arez* port*ei*ro E majs o d*ic*to cabijdoo lhe q*uit*a as d*ic*tas pensooe*e*s estes p*ri*mejr*os* ann*os* .

[1201] Riscado: “dos fornos”.
[1202] Riscado.
[1203] Borrado.
[1204] Riscado.
[1205] Riscado: “o”.
[1206] Riscado: “campo”.
[1207] *Idem*.
[1208] Riscado: “o”.

Prazo do Campo de Urjães e do Campo de Maximinos (Campo dos Feijoeiros), junto à Porta de Maximinos

Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 61v

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl.61v] p*ra*zo do Campo dorjaae*es* feito a marçal vaasquez [*sic*][1209] po*r* . ij^{c} . rr*eais* ij g*alinh*as *e* do campo da po*r*ta de mejxímjnhos por iij . m*aravidis e* ij g*alinh*as

J*tem* aos xxviij d*ias* do mes dout*ubr*o de 4.8.1. e*m*prazou o cabijdoo . a m*arç*al vaa*squez* notajro app*ostolic*o q*ue* p*re*sente estaua *e* a sua esposa jsabel m*artjnz* no*m* p*re*sente *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a *e* neto ou neta [*sic*][1210] ou a huu*m*a p*er*soa *cetera* . o campo dorjaae*es* q*ue* ora t*raz* gil vaa*squez* conego . así como esta parti*n*do e*m* duas p*ar*tes . *e* co*m* todas suas p*er*tenças *com*p*ri*dam*en*te como o ora t*raz* o d*ic*to gil . vaa*squez* conego q*ue* o demjtío ao d*ic*to cabijdo E bem asi lhe e*m*p*raz*aro*m* out*ro* campo q*ue* esta aa porta de mejxímjnhos q*ue* parte co*m* as ortas outrosi*m* co*m* todas suas p*er*tenças así como t*raz*ja e*m*p*raz*ado o dito gil vaa*squez* q*ue* dímítjtio e*m* fauor do d*ic*to m*arç*al vaa*squez* E pague*m* do campo dorjaae*es* . duzent*os* rr*eais* . *e* huu*m* par de g*alinh*as *e* pollo campo de mejximjnhos a q*ue* chama*m* dos fejjoeyros tres m*aravidis e* ij g*alinh*as pagada a d*ic*ta pensa*m* aas t*erç*as do anno*o e* as g*alinh*as por natal ./ E começara faz*er* a p*rim*eira paga das g*alinh*as por este natal p*rim*eiro q*ue* vem E a p*rim*eira t*erç*a da pensa*m* deste natal q*ue* vem a huu*m* anno*o* / E se a o finam*en*to das d*ic*tas tres p*er*soas he no*m* auu*er* dant*re* elles neto ou neta aja o dicto p*raz*o q*ual*q*uer* seu l*ti*mo*o* h*er*dejro . o q*ual* hi no*m* ave*n*do seja a p*er*soa nomeada como d*ic*to he E lhe mandou faz*er* p*raz*o co*m* todalas clausulas acustumadas E a esto dero*m* os vig*air*os sua autorjdade . t*estemunh*as p*edr*o alu*arez* por*teir*o do cabijdoo *e* a*fons*o aluarez abade da ca*r*ualhejra .//

Prazo do Lugar de Urjães e do Lugar trazido por Pedro Anes de Gache a João Álvares, sapateiro, e sua esposa Inês Dias

Cota: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 3v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 2v

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 3v] <ff. De joha*m* alu*arez* capateiro> Jtem loguo [*sic*][1211] em este día *e* ora *e* mes no sobr*e* d*ic*to cabido os sobr*e* dit*os* fecerom nouamente prazo em tres pessoas a joha*m* alu[a]rez capat*eir*o morador em a d*ic*ta çidade perante *e* a sua molher Jnes di[a]z no*m* pressente *e* a hu*m*a pessoa *e* cetera .*scilicet*: do luguar de orJaees asy como o traçia gomez an*n*es *e* do luguar q*ue* traçia pedro an*n*es de gache terçe <nai> [*sic*][1212] ro com suas deuessas nogeiras castínheir*os* [*sic*][1213] entradas saídas Resíos de monte em fonte Roto *e* por Ronper assy como ao d*ic*to cabído p*er*te[n]çem *e* p*er*tee[n]çer podem po*r* praço de noue m*aravidis* da moeda antígua . Com todallas clausollas acostumadas seg*und*o na nota a ssuso sc*ri*pta ./ t*estemunh*as os sobr*e* ditos em a p*rox*íma nota (A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fl. 3v).

[fl. 2v] p*raz*o do lugar dorjaaes q*ue* t*r*ouxe go*m*ez an*es e* do q*ue* [trouxe] p*edr*o an*es* [?] fe*it*o a j*oa*m alu*arez* çapateyro

---

[1209] Riscado: "*e*".
[1210] Riscado: "dantre".
[1211] Riscado: "no d*ic*to".
[1212] Riscado: "nar".
[1213] Riscado: "carualhos".

Jtem loguo em esse dia *e* ora *e* mes no sobr*e* d*i*cto cabidoo os sobr*e* d*i*ctos fezerom nouamente prazo em três pessoas a joha*m* aluarez ca[?] morador em a d*i*cta cidade <[?]> *e* a ssua molh*er* Jnes diaz <no*m* conte*m*> [?] no*m* presente *e* a hu*m*a pessoa *e cetera* .*scilicet*. do luguar d*e* anes *e* [*sic*][1214] do luguar q*ue* trazia pedro anes degache tercenario co*m* suas deuesas nogueiras castinheiros ent*r*adas saydas Resios de mo*r*te em fonte Roto *e* po*r* Romper assy como ao d*i*cto cabidoo p*er*teeçem *e* p*er*teecer [*sic*][1215] po*r* preço de noue maravedis da moeda antigua. Com todallas clausullas acostumadas seg*und*o se conteem na nota a ssusso escrita ./ t*estemunh*as os sobre d*i*ctos em a p*ro*cima nota *e* eu joha*m* Ro*dri*guez sc*ri*pua*m* sobred*i*cto q*ue* esto sc*ri*puj. (A.D.B., *3.º Livro de Prazos*..., fl. 2v).

Prazo do Lugar de Urjães ao Cónego Gonçalo Pires

Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos*..., fl. 36

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 36] Prazo fe*i*to a g*onçal*o p*iri*z conego do loga*r* dorjaaees . por iiij m*aravidi*s . ij . galinhas

J*tem* aos xvij d*ias* de noue*m*bro . de iiij^{c} lxx Stando o cabijdoo . juncto ap*re*sentou g*onçal*o p*iri*z conego huu*m* p*r*azo fe*i*to pello d*i*cto cabijdo a ruj vaaz da p[i]nta . *e* a sua molher costança a*fons*o *e* a hum*m*a p*er*soa *cetera* de huu*m* loga*r* do d*i*cto cabijdoo q*ue* chama*m* dorjaaes da cima das noguejras q*ue* esta*m* fora q*ue* parte co*m* o luga*r* q*ue* trouxe saluado affom*so* *e* co*m* deuesas da ciujdade assi **[fl. 36v]** como jaz cercado *e* carrado de parede *e* co*m* sua deuesa *e* co*m* duas nogueyras q*ue* esta*m* fora *e* co*m* suas casas *e* p*er*tenças q*ue* a elle p*er*tee*m*cem *e* esto po*r* Renda em cada huu*m* anno*o* ao d*i*cto cabijdoo de quatro m*aravidi*s da boa moeda antijga e*m* o qual prazo o d*i*cto g*onçal*o p*iri*z era a t*er*cejra p*er*soa nomeada ao qual o d*i*cto cabijdo solenimem*te* emprazou ao d*i*cto logar em tres . vidas .*scilicet*. q*ue* elle nomee a s*egund*a *e* a s*egund*a a t*er*cejra E pague e*m* cada huu*m* anno*o* os d*i*ct*os* quatro m*aravidi*s *e* majs huu*m* par de galinhas recebondas *e* co*m* todalas clausulas *e* con*di*çooe*es* *con*theudas na p*ri*mejra nota deste liuro lhe mandou faz*er* o d*i*cto p*r*azo *e* o d*i*cto g*onçal*o p*iri*z assi o recebeo *cetera* t*estemunh*as g*onçal*o vaa*squez* E alu*ar*o p*iri*z tercenajros.

Prazo de casas na calçada e do Lugar de Castelo Meião (Meijom) a Pedro Gonçalves, criado do douto Sebastião Lopes, e sua esposa Joana Anes

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 177 a 178v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 81v e 82

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 177] Prazo . fe*i*to a pero g*onçall*vez c*ri*ado do douctor sebastia*m* lopez *e* a sua molh*er* Johanna annes das casas defronte da [*sic*] calçada da q*ue* trouxe v*as*co gil alfayate q*ue* . stam ju*n*to co*m* o abbad*e* de couas . E a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dantre ambos *e* mais do loguar de castello meiJom q*ue* sta aa porta de santiaguo acerca de sam sebastia*m* co*m* todalas suas p*er*teencas p*or* . preço *e* pe*n*ssom .*scilicet*. do d*i*cto loguar paguara cada huu*m* anno dozent*os* r*r*eaes *e* huu*m* par de capooes / E das casas doze*n*t*os* E cinq*uo*enta r*r*eaes *e* huu*m* par de g*alinh*as *e* a p*ri*mei*ra* pagua de todo p*er* ao anno del R[e]j *cetera* *e* fara no dito loguar no Resíjo *cetera* sam sebastia*m* huu*m*as casas sobradadas da feitura deste p*r*azo a q*ua*tro anos

J*tem* aos dize d*ias* do mes de Mayo da p*rese*n*te* era de mjl *e* quoatrocent*os* *e* Noueenta anos Seendo Junt*os* em cabijdoo chamado p*er* soom de campa*m* tangida *segun*do he de sseu costume os S*enhor*es dig*ni*dades

[1214] Riscado: "o lu".
[1215] Borrado.

cooneguos *e* cabijdoo atras nomeados enpr*a*zarom nouam*en*te *e* fezero*m* p*r*azo *e* sc*r*ip*tu*ra de firmjdooem a pero g*onç*allvez c*ri*ado do doctor sebastia*m* lopez q*ue* de p*re*sente era *e* a sua molh*er* johanna annes no*m* p*re*se*n*te m*orador*es em esta cidade *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dantre ambos . o qual hi no*m* auendo a huu*m*a pessoa . qual o postumeiro q*ue* deles mais víuer nomear e*m* sua vida . ou aa ora de sua morte q*ue* no*m* seja de mayor *con*diço*m* . q*ue* elles O qual p*r*azo lh*e* fezerom de huu*m*a casas de fronte da calcada q*ue* parem de huu*m*a parte *com* casas em q*ue* ora viue Martim Lourenço . *e* da out*ra* parte *com* casas do dito cabijdoo q*ue* ora traz ho abbad*e* . de couas *com* todas suas entradas *e* saydas nouas . *e* antijguaas asy *e* pella gujsa q*ue* ao dito cabijdoo p*er*tecem o qual p*r*azo lh*e* asy fezero*m* p*er* Renu*n*ciaço*m* q*ue* dellas fez . [*sic*][1216] ao dito cabijdo [*sic*][1217] v*as*co gil alfayate *com* sua molh*er* a qual Renu*n*ciaco*m* **[fl. 177v]** <[*sic*][1218]> lh*e* foy adimitída [*sic*][1219] *e* feita o do dito p*r*azo . *com* tal condico*m* q*ue* as aJa *e* possua durantes as ditas tres vidas E as corregua*m* *e* rrepairem *e* faço*m* *e* rreffacom em . eelas quanta be*m* fee[i]torja fazer podere*m* de gujsa q*ue* todo melhore *e* no*m* pejore *e* dem *e* pague*m* de fforo *e* penssom em cada huu*m* anno ao dito cabijdoo *e* a seu p*re*ben*d*ei*r*o p*er* dia de sanmjguel de septenbro . dozent*os* *e* cinq*uo*enta rr*eae*s *e* huu*m* par de gualljnhas . E as g*alinh*as p*er* natal E as morarom . *e* pouoraro*m* p*er* sy ou p*er* outre*m* . q*ue* as [?]gue / *cetera* E lh*e* aJuntaro*m* mais *e* emp*r*azaro*m* . nouamente nas ditas tres vidas .*scilicet*. ao dito p*er*o g*onç*allvez *e* aa dita sua molh*er* Johanna annes / *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dantre ambos /. O qual hi no*m* auendo . a huu*m*a pessoa qual o postum*ei*ro q*ue* deles mais viuer nomear e*m* sua vida ou aa ora de sua morte q*ue* no*m* seja de mayor condico*m* q*ue* elles . o loguar q*ue* o dito cabijdo tem Junto co*m* sam sebastia*m* . a q*ue* chamo*m* castello meJom co*m* sua deuesa *e* casa de laguar . asy . *e* pella gujsa q*ue* p*er*t[e]çe[m] ao dito cabijdoo *e* o trazija lopo a*fons*o da vista curta *e* sua molh*er* Jsabel annes a qual Regnu*n*ciou o dito p*r*azo nas maaos do dito cabijdoo a qual Regnu*n*ciaco*m* lh*e* foy p*er* elles admjtida *e* fezero*m* o dito p*r*azo como dito he / co*m* tal condico*m* q*ue* o ajom *e* possua*m* . durantes . as ditas tres vidas co*m* todas suas e*n*tradas *e* saydas nouas *e* antijguas de mo*n*te e*m* fonte . rroto *e* p*or* Ronp*er* asy *e* pella gujsa . q*ue* de d*ir*e*i*to perte[n]çe ao dito cabijdo *e* mjlhor se mjlhor o podere*m* auer *e* achar E faço*m* *e* rrefaço*m* em elle quanta be*m* fee[i]torja fazer podere*m* de gujsa . q*ue* todo melhore *e* no*m* pejore *e* de isso mesmo faro*m* no rresijo ou chaao*o* q*ue* vem cont*ra* sam sebastia*m* huu*m*as casas sobradadas da feitura deste p*r*azo . a qu*a*tro anno p*ri*m*ei*ros segujntes **[fl. 178]** E paguaro*m* de foro *e* pensom e*m* cada huu*m* . anno ao dito Cabijdoo do dito loguar dozent*os* rr*eae*s brancos *e* huu*m* . par de boo[n]s capoes . . a qual pe*n*ssom paguaro*m* aa t*er*ças do anno .*scilicet*. natal pascoa *e* sam joha*m* *e* daro*m* a p*ri*me*i*ra pagua do dito loguar p*er* natal da era de noue*n*ta *e* huu*m*. *e* a 2ª loguo p*er* pascoa *e* a 3ª p*er* sam joha*m* ./. segujntes . E os dit*os* capooes se*m*p*re* de natal q*ua*ndo começare*m* paguar a p*ri*me*i*ra t*er*ça *e* dhi em diante como dito he / . com as q*ua*es penssoes *se*rom be*m* obbedientes *e* mandados ao dito cabijdoo *e* no*m* chamaro*m* . ao dito emprazamento . out*r*o algum S*e*nn*h*orjo ne*m* podero*m* dar doar vender escaynbar enp*r*azar alhear ne*m* out*ra* cousa . do dito p*r*azo fazer . se*m* ma*n*dado *e* consentjm*en*to do dito cabijdoo E fazendoo q*ue* no*m* valha E p*er*ca o dito emprazamento co*m* toda sua be*m* fee[i]torja E q*ue* no*m* possa*m* deixar o dito p*r*azo durante as dita tres vidas ne*m* o dito cabijdo lhe podera tolher ante lhe faro*m* boo *e* de paz de qualq*uer* pessoa ou pessoa q*ue* lhe queirom poer enbarguo E qualq*uer* das partes q*ue* cont*ra* o dito p*r*azo for em todo o em parte no*m* possa *e* pague aa parte teente

[1216] Riscado: "e*m*.
[1217] Riscado: "o dito".
[1218] Rasurado: "Senhor mor".
[1219] Riscado: "*com* condico*m*".

e aguardante p*or* pena . *e* em nome della noue mjl rr*eae*s brancos a qual pena leuada ou no*m* este p*raz*o valer como e*m* elle faz me*rc*o*m* E fijndas as ditas tres vídas o dito emprazamento fique líure *e* desenbarguado aa díta egreJa cujo he / E pediro*m* ao . S*enhor* vig*air*o farto q*ue* desse ao dito p*raz*o sua auctorjdade o qual vista a ffe de d*iog*o ffer*rnandez* *e* ferna*m* rro*dr*i*guez* araujo . q*ue* a ello foro*m* dados p*or* vedores **[fl. 178v]** Os q*ua*ees disero*m* q*ue* cederja e*m* vtilljdade *e* p*ro*uejto da dita egreja E pore*m* lh*e* deu . sua auctoridade ordinarja co*m* Jnter poico*m* de degredo E ma*n*dou q*ue* valesse como e*m* elle faz me*rc*o*m* t*estemunh*as q*ue* p*resen*te foro*m* p*er*o alu*arjz* p*orteir*o do cabijdoo *e* alu*ar*o rro*dr*i*guez* tercenairo[*sic*][1220] *e* eu m*ar*cal vaa*squez* not*air*o app*ostolic*o q*ue* p*er* ma*n*dado do dito cabijdoo esto p*or* m*artinh*o de g*uimarae*s seu sc*ri*pua*m* esc*ri*puy.

[*sic*][1221] E o dito cabíjdo ma*n*dou acreçentar maís neeste p*raz*o estas c*lausul*as .*scilicet*. q*ue* as casas *e* q*ue* asy fezer sejam nas pertenças do loguar *e* maís q*ue* a nomeaco*m* q*ue* [*sic*][1222] fe*it*a da terçeíra pessoa se notifique ao dito cabíjdo dent*r*o e*m* t*rinta* d*ias*. *cetera* /// E a pagua q*ue* ouuer de fazer *segund*a a p*rimeir*a das casas p*er* samjguel . de noue*nt*a *e* huu*m* . / *cetera* E no*m* sendo nomeada a terceíra pessoa dent*r*o em t*rinta* d*ias* . ou no*m* o notificando q*ue* fique o dito p*raz*o deuolluto ao cabijdo . / *cetera* E q*ue* no*m* sseendo conp*ri*das as cl*ausul*as suso dita ou cada huu*m*a dellas q*ue* o dito emprazamento . fique deuollupto ao dito cabijdoo ./. *e* o dito S*enhor* vig*air*o pelo dito modo lh*e* deu a dita autorjdade ordinarja com Jnt*er* poico*m* de degredo . *cetera* ///

Johanne vallaso cano*nic*us
[?] do uale [?]
pedro gonçalvez
[?] [?]

[fl. 81v] prazo das Casas de fronte da calcada *e* do lugar de castel mejom fe*it*o em tres vidas a p*er*o g*onçall*vez Criado do doutor sebatiam lopez *e* pague do lugar — duzent*os* rr*eais* huu par de capooes E das Casas — ij^{c} l rr*eais* *e* huu*m* par de g*alinh*as E fara no dito lugar *cont*ra sam sabastea*m* hu*m*as Casas /.

J*tem* Aos xij d*ias* do mes de mayo de iiij^{c} R sseendo Junt*os* em cabjdoo os Senhores dignjdade E coonegos atras nomead*os* p*er* lancamento de fauas q*ue* todas sairom brancas *e* *cetera* . emprazarom a p*er*o goncaluez Creado do doutor sebastiam lopes E sua molher johana Anes *e* a huu*m* ff*ilh*o ou ff*ilh*a *e* pesoa *e* *cetera* . de huas Casas de fronte da calcada dos paaç*os* arcebi*s*paes E do lugar de Castel mejom E q*ue* paguem em paz *e* em saluo ao Cabjdo em cada huu*m* anno .*scilicet*. do lugar [*sic*][1223] duze*nt*os rr*eais* *e* huu*m* par de Capooe*es* E das casas — ij^{c} l rr*eais* E huu*m* par de g*alinh*as / E fara no Resijo des cont*ra* ssam[1224] **[fl. 82]** sabastiam huas Casas sobradada da feitura deste prazo a q*ua*tro ann*os* : Eu martim de gujm*arae*s esto esc*ri*puj.

Descrição do Casal de São Cristóvão nas Hortas da Cidade
Cota: A.D.B., *4.º Livro de Prazos*..., fl. 25
Transcrição: Thiago Tolfo
[fl. 25] bragaa

[1220] Riscado: "s".
[1221] Riscado: "E acrecentaro*m* maís".
[1222] Riscado: "seja".
[1223] Riscado: "em".
[1224] Está assinado no fim do fólio "m*ar*tim de g*uimarae*s".

J*tem* ho casal de sam *Chris*touo*m* q*ue* esta nas ortas desta cidade tem estas p*er*ternças que se segue*m* J*tem* hu*m*a v*inh*a q*ue* leua iiij home*n*s de caua E p*ar*te de huu*m* cabo Com hu*m*a v*inh*a de p*er*o vaaz capate*ir*o E da outra p*ar*te co*m* a co*n*gosta q*ue* vay p*er*a coones E te*m* hu*m*a casa no ca*n*to da congosta J*tem* os campos p*ar*tem de hu*m*a p*ar*te co*m* huu*m* ca*m*po de lopo a*fons*o vyegas E da outra com o lugar q*ue* foy de p*er*o Teixeira E ho g*ra*ngynho vay teer a estrada q*ue* vay do arrabalde J*tem* outra leira q*ue* esta nos tornadoiros p*ar*te de hu*m*a p*ar*te com hu*m*a leira do abade darentim da p*ar*te de cima E da outra p*ar*te de *con*t*ra* baixo p*ar*te co*m* hu*m*a leira q*ue* trazia [*sic*] o p*re*goeiro/

Descrição dumas leiras nas Hortas de Braga
Cota: A.D.B., *4.º Livro de Tombo*..., fl. 29v
Transcrição: Thiago Tolfo
[fl. 29v] Ortas de bragaa/ J*tem* Nas ortas de bragaa/ duas leiras q*ue* soya de traz*er* lope anes p*re*goeiro .*scilicet*. hu*m*a delas leuara huu*m* alq*uei*re de lynhaça de semeadura E p*ar*te de contra o agia*m* co*m* hu*m*a leira q*ue* foy de p*er*o m*art*i*nz* mercador / E co*m* outra do cabijdo E co*m* out*ra* que he de lopo Vaaz fferrador derdade //. E de co*n*tra o ue*n*dauall p*ar*te co*m* outra leira derdade de [*sic*][1225] p*er*o ff*er*r*nandez* fferreiro *e* co*m* outra dalu*ar*o an*n*es de sam Pedro derdade E com outra de ferna*m* lopez E entesta de co*n*tra o m*ar*co huu*m*a rriba *e* de Contra a rrua noua co[m] out*ra* leira da gaffaría J*tem* logo acima outra leira q*ue* leua ij alqueire de lynhaça E de co*n*tra o mar p*ar*te co*m* herdade do cabijdo E de contra a cidade p*ar*te co*m* outra leira q*ue* he herdade de p*er*o luís m*er*cador q*ue* he da gafarja E de co*n*tra o vendauall p*ar*te p*er* huu*m* Rego // cadimo dauga q*ue* vay das <ortas> ao ssupeo/

Propriedades rurais que o cabido havia nas diferentes freguesias segundo os *Livros de Tombo*

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de Santiago da Cividade (1369–1380)			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Vinha da Cividade	Traz emprazada Domingos de Espinho, cónego	Valia 12 maravedis e ora vale 2,5 maraveis	*1º Livro de Tombo*..., fl. 30v
Lugar e vinha (detrás do Muro à Porta de Santiago da Cividade)	Foi de Gomes Lourenço; deixou o prazo Durão Esteves, cónego; Trazia emprazado Gonçalo Martins e traz Fernão Giraldes, tabelião	Valia 5 maravedis e ora vale 5 libras	*1º Livro de Tombo*..., fl. 31 e 31v
Chousas dos Pelames e a Leira Longa*	Traz emprazadas Estevão Simões e Martim Sotil	1,5 maravedis (censo)	*1º Livro de Tombo*..., fl. 31v
Vinha da Cividade (está à Porta de Santiago)	Pertence à D. Enrico Franco	1 maravedi (censo	*Idem*

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de Santiago da Cividade (1393–1394)			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Vinha que está no Postigo da Cividade	Traz emprazado Gabriel Do*mi*j*nguez*, abade de Chorente	3 maravedis	*2º Livro de Prazos*... fl. 34
Vjnha e sua devesa que está junto ao Postigo	Traz Emprazada João M*art*j*nz*, ferreiro	40 soldos	*Idem*
Vinha, devesa e pombal que está a Porta de Santiago	Traz emprazada Fernão Giraldes	5 maravedis (censo)	*Idem*

[1225] Riscado: "lopo ff*er*r*nandez*".

Vinha da Cividade que está à Porta de Santiago	Pertence a Gonçalo Armom	1 maravedi (censo)	*2º Livro de Prazos*.... fl. 34 e 34v
Vinha da Cividade à Porta de Santiago e herdade de Maximinos e do Fojacal	Traz emprazada Vasco Martins	1 maravedi (censo)	*2º Livro de Prazos*.... fl. 34v

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de Santiago da Cividade (1403–1404)			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Quintal da Vila que chamam da Cividade	Sem arrendamento	Sem arrendamento	*3º Livro de Tombo*..., fl. 48v
Vinha que está ao Postigo da Cividade	Traz emprazado Gabriel Domingues, abade de Guisande	3 maravedis	*3º Livro de Tombo*..., fl. 49
Vinha com sua devesa que está ao Postigo	Traz emprazada João Martins, ferreira	40 soldos (recebido 140 libras)	*Idem*
Vinha e devesa que estão à porta de Santigado da Cividade	Traz emprazada a mulher que foi de Fernão Giraldes	6 maravedis (recebido 162 rais)	*Idem*
Vinha da Cividade que está a porta de Santiago da Cividade	Pertence a Gonçalo Armom	1 maravedi (censo)	*Idem*
Vinha que está na porta de Santiago	Foi de Vasco Martins, abade de Tavosa; traz emprazado apenas o terço dela o sapateiro João Anes	Não paga	*Idem*

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de São Vítor (1369–1380)			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Quinta da Villa que chamam da Cividade	Traz arrendado o arcediado de Neiva	50 libras	*1º Livro de Prazos*... fl. 32v
Chousa do Fojacal	Trazia Domingo Anes Touro; Traz emprazado a mulher que foi de Coelho	Valia 12 maravedis e ora vale 8 maravedis	*Idem*
Casa de Urjães com sua casa e vinha ao redor, com a vinha de Pinheiro com a vinha da cónega, com casa e herdade em São Vicente	Traz emprazado Gonçalo Peres, aparelhador	4 maravedis e 2 capões ou duas boas galinhas e ao todo 10 maravedis	*1º Livro de Prazos*... fl. 32v
As chousas de Ujrães e as vinhas que foram de Boiro	Traz emprazada Giraldo Afonso, tabelião	12 maravedis	*Idem*
Casal localizado na ribeira	Traz emprazado Martinho da ribeira	O prazo valia 15 maravedis e ora vale 11 maravedis	*Idem*
Moinhos dos Ladrões e casais na ribeira	Traz emprazado João Domingues da Ribeira	O prazo valia 40 maravedis e ora vale 5 maravedis	*1º Livro de Tombo*..., fl. 33v
Casal	Trazia emprazado Domingos dos Pelames e ora traz Vasco Peres, que foi alcaide	O prazo valia 12 maravedis e ora vale 8 maravedis	*Idem*
Moinhos e outras possessões que foram de Pero Ourives sem a Vinha da Ribeira	Foram de Pero Ourives; trazia emprazado Lourenço Esteves, moleiro; traz emprazado Vasco Peres, que foi alcaide	O prazo valia 29 maravedis e ora vale 25 maravedis	*Idem*
Vinha da Ribeira	Traz emprazada o cónego Domingos d'Espinho	O prazo valia 7 maravedis e ora vale 2,5 maravedis	*Idem*
Moinhos de Abraão com suas casas e herdade	Traz emprazado o cónego Francisco Lourenço	O prazo valias 25 maravedis e ora vale 5 maravedis, e a segunda pessoa 8 maravedis	A.D.B., *1.º Livro de Tombo*..., fl. 34
Casal dos Gafos (localizado nos Pelames)	Pertence a Gafaria; traz emprazado Estevão Domingues	2 maravedis (Censo) pagos em dia de São Martinho	*Idem*
Casal que chamam do Sobrado	Foi de Paio Domingues; traz emprazado Lourenço Domingues	Valia 17 maravedis e ora vale 10 maravedis	*Idem*
Leira do Casal do Sobrado	Trazia Domingos Domingues da Ribeira; traz emprazado Estevão Rei, morador em Braga	Valia 7 maravedis e ora vale 4 maravedis	*Idem*

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de São Vítor (1393–1394)

Propriedades	Morador / Emprazador	Valor	Referência (A.D.B.)
As chousas do Fojacal	Foram de Vicente Vieira; traz emprazado Vicente forneiro	3 maravedis	*2º Livro de Tombo*... fl. 35
Vinha, chousas e devesas de Urjães	Trouxe emprazado Giraldo Afonso, tabelião; traz emprazado Gonçao Cuteleiro	14 maravedis e 2 galinhas	*Idem*
Moinhos dos Ladrões (da ribeira do rio Este)	Traz emprazado João Domingues	25 maravedis	*Idem*
Moinhos das lájeas E o casal e vinha da Leira Longa (nos Pelames)	Traz emprazado Diego Afonso de Longos	20 maravedis e 2 capões (2 maravedis de dizima para a igreja de São Vítor)	*Idem*
Casal da Ribeira (nos Pelames)	Lavra Martinho da Ribeira; traz emprazado Gonçalo Fernandes, alfaiate	8 maravedis	*2º Livro de Tombo*... fl. 35v
Casal que está nos Pelames com os seus pelames	Lavra Domingos Domingues dos Pelames; traz emprazado Vasco Pires, alcaide	8 maravedis	*Idem*
Moinhos de Pedro Ourives com suas pertenças e o casal de Sobrado	Traz emprazado Vasco Peres, que foi alcaide	25 maravedis e 2 capões	*Idem*
Vinha da Ribeira de Este com sua casa e pertenças	Foi de Pero Ourives; traz emprazada Gonçalo Esteves, aparelhador	3 maravedis	*Idem*
O meio casal da Ribeira e herdades do Sobrado e d'Agrodim	Traz emprazado Domingos Giraldes	4 maravedis e duas galinhas	*2º Livro de Tombo*... fl. 36
Os Moinhos de Abraão com sua pertenças	Traz emprazado Fernando	18 maravedis e duas galinhas	*Idem*
Herdades da Ribeira	Trazia emprazado Estevão Rei	4 maravedis	*Idem*

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de São Vítor (1403–1404)			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Chousas do Fujacal	Foram de Vicente Vieira; traz emprazadas a mulher que foi do forneiro Vicente	3 maravedis	*3º Livro de Tombo*..., fl. 50v
Vinha e chousas de Urjães mais umas devesas	Trazia emprazado Geraldo Afonso; traz emprazado Gonçalo, cuteleiro	14 maravedis e 2 galinhas	*Idem*
Moinhos da Ribeira de Este que chamam os Ladrões	Traz emprazado João Domingues	25 maravedis	*3º Livro de Tombo*..., fl. 51
Moinho das Lájeas, o casal e vinha da leira com herdades da Leira Longa	Traz emprazado Diego Afonso	20 maravedis e 2 capões, dos quais 2 maravedis destinados a igreja de São Vítor e outros 2 para os clérigos do coro	*Idem*
Dois casais da Ribeira (havia 6 pelames)	Um deles trazia emprazado Martinho e o outro Vicente Pires; traz emprazado Diego Afonso, moleiro	10 maravedis	*3º Livro de Tombo*..., fl. 51v
Moinhos de Pero Ourives com suas pertenças	Traz emprazado e Pedro	16 maravedis	*3º Livro de Tombo*..., fl. 52
Vinha da Ribeira de Este com suas pertenças e casa	Foi de Pero Ourives; traz emprazada Gonçalo Esteves, aparelhador	3 maravedis	*Idem*
Meio casal da ribeira	Traz emprazado Lourenço Pires, moleiro	4 maravedis	*Idem*
Moinhos de Abraão com suas pertenças	Traz emprazado Fernão de Abraão	18 maravedis e 2 galinhas	*Idem*
Odo casal do Sobrado	Foi de Paio Domingues; traz emprazado uma metade Lourenço chamiço; traz emprazado outra metade o abade Gonçalo	10 maravedis (5 maravedis cada metade)	*3º Livro de Tombo*..., fl. 52v
Metade do Lugar de Fujacal	Foi de Álvaro Esteves, cónego; traz emprazado João Fernandes (de Marinha = M^{ns}	9 libras e 2 capões dos quais 1,5 são para Santiago da Cividade e 1,5 a para São Vítor, restando 7,5 libras e 6 dinheiros para o cabido	*Idem*
Possessões de Fujacal	Foram de Vicente Anes, cónego; traz emprazadas Lourenço Anes, genro de Diego Anes	18 maravedis (diferentes valores para cada possessão com diferentes sublocadores).	*3º Livro de Tombo*..., fl. 53
As almuinhas em Fujacal	Foram de Soeiro Paes; traz emprazada a mulher que foi do forneiro Vicente	2 maravedis	*3º Livro de Tombo*..., fl. 53v
Casas e herdamentos da ribeira	Foram de Estevão Pais, chantre	15 maravedis (0,5 maravedi censo)	*3º Livro de Tombo*..., fl. 54

Chousas de Fujacal, acima da carreira	Traz emprazadas Fernando Esteves, escudeiro	20 maravedis	*Idem*
Chousas em Urjães	Foram de Vasco Furtado; traz emprazado Antão Ramos	3 libras	*3º Livro de Tombo...*, fl. 56
Casal do Sobrado que costumava se emprazar com os Moinhas da Lájea	Traz emprazado Geraldo da Ribeira	3 maravedis	*Idem*
Casais nos Pelames	Trazia Vasco da Ribeira; (não menciona o nome do emprazador)	700 maravedis (pode ter sido um erro e ser 7 maravedis)	*Idem*

Setor Oeste

Emprazamento de propriedades residenciais no Arrabalde de Maximinos a João de Vila Pouca

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos* ..., fl. 56 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 59v

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 59v] p*raz*o fe*it*o a jo*ha*m de vila pouca das casas do aRabalde de majximjnhos po Clx rr*eais* *e* ij g*alinh*as

J*tem* aos xxx d*ias* do mês de out*ubr*o de iiij^{c}lxxx ann*os* e*mpraz*ou ho cabijdoo huu*m*as casas q*ue* estam no aRabalde de mejximjnhos . junto co*m* sam mjguel q*ue* parte*m* co*m* casa de paay gomez *e* da outra co*m* o camjnho q*ue* de sam mjguel p*er*a a porta da Rua noua a jo*ha*m de villa pouca m*orador* e*m* a cidade de bragaa q*ue* p*re*sente estaua *e* a duas p*er*soas de pos elle q*ue* elle nomee a 2ª *e* a 2ª nomee a 3ª co*m* *con*diçom q*ue* faça sobradas da fejtura deste p*raz*o a do*us* ann*os* p*rimeiros* seg*uin*tes E pague*m* ao d*ic*to cabijdoo . C*en*to lx rr*eais* *e* huu*m* par de g*alinh*as pagada a pensa*m* juntam*en*te por sam mjguel *e* as g*alinh*as p*er* natal *e* fara a p*rimeir*a paga por este sam mjguel p*ri*mejro q*ue* vem *e* as g*alinh*as p*er* natal logo E majs lhe deu o cabijdoo de *con*sentim*en*to de gil vaa*squez* conego huu*m* peq*ue*no do seu campo p*er*a e*n*xido tanto q*uan*to lhe o d*ic*to gil vaa*squez* tem dem*ar*quado.

Nota. Uma vez que a mesma informação sobre o arrabalde se encontra em ambos registos, cujo terceiro parece ser uma cópia do primeiro, colocamos somente o do *3.º Livro de Prazos.*

Emprazamento de uma leira nas Hortas do Arrabalde de Maximinos ao ataqueiro Vasco Gonçalves e à Senhora Anes

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos* ..., fl. 125

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 125] Prazo fe*it*o a V*as*co g*onçall*vez / da leira q*ue* jaz nas ortas do arrabalde . dalfanj[?] p*or* R rr*eais* j g*alinh*a *e* e*m* tres vidas ./.

J*tem* no dícto d*ia* emp*raz*arom a Vaasco g*onçall*vez ataqueiro *e* a sua molh*er* senhorinha anes no*m* p*re*sente [*sic*]m*orador*es em a dita Cidade *e* a huu*m* ff*ilh*o ou ffilha dant*re* ambos o q*ual* hi nom aue*n*do a hu*m*a pessoa q*ual* deles mais viuer nomear em sua vida ou aa ora de sua morte hu*m*a leira derdade q*ue* Jaz nas ortas do arrabalde de meixemjnhos / q*ue* p*ar*te de hu*m*a p*ar*te /

Nota. O documento está incompleto por alguma circunstância desconhecida; a data reflete o documento anterior; Apesar de ser mencionado no título superior "ortas do arrabalde . dalfanj[?]" percebemos que no corpo do texto trata-se do arrabalde de Maximinos.

Emprazamento dos Moinhos de Abraão a Jacome Mendes

Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos* ..., fl. 68v

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 68v] p*raz*o fe*i*to ao sobred*i*cto jacome mendez dos m*oi*nhos dabrom em sua vida po*r* CL^{ta} rr*eai*s *e* ij g*alinh*as

J*tem* no d*i*cto dia os sobre d*i*ctos e*m*prazaro*m* ao d*i*cto jacome mendez e*m* t*re*s vidas q*ue* elle nomee a 2^{a} p*er*soa *e* a 2ª nomee a 3^{a} os mojnhos dabrom co*m* todas suas perteenças E pague*m* de pe*n*som cada anno*o* .*scilicet*. o d*i*cto jacome mandez p*ri*me*i*ra p*er*soa CL^{ta} rr*eai*s *e* ij g*alinh*as *e* as duas p*er*soas depos elle pagaro*m* iij^{c} rr*eai*s *e* ij g*alinh*as *e* fara*m* a paga aas t*er*ças do anno*o* e a p*ri*me*i*ra paga po*r* día de natal de lxxx<v> E lhe ma*n*dou faz*er* p*raz*o *cetera* t*estemunh*as alu*ar*o de barros escud*ei*ro *e* p*edr*o alu*arez* port*ei*ro *e* a*fons*o gil çapateiro.

Emprazamento das propriedades rurais em Maximinos: registos nos *Livros de Prazos*

Cota: A.D.B., *1º Livro de* Prazos..., fl. 4 e 4v; 10 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 3 e 3v

Transcrição: Thiago Tolfo

Prazo de hum Campo iunto das hortas de Meixos a Joham Afonso

[fl. 4] de jo*h*am a*fons*o chanceler

<ff > J*tem* postumeiro d*ias* do d*i*cto mes de Janeiro sendo em cabidoos honrados S*enho*res luís a*fons*o chantre *e* nuno camello mestre scolla *e* jo*h*am f*err*n*andez* bacharel *e* alu*ar*o f*err*n*andez* *e* lopo aluarez *e* gomez f*err*n*andez* *e* afom*so* corea *e* g*onçal*o pínto *e* m*estr*e Rodrijgo *e* Ruj vaa*squez* **[fl. 4v]** *e* d*iog*o m*art*j*nz* *e* lopo affom*so* todos conegos . p*re*bendados sendo em cabido *e* fazendo cabido como he de seu costume p*er* lancam*en*to de fauas *e* *cetera* E<m>prazarom nouamente em tres ujdas *e* maís nom a joha*m* afom*so* chancarell do S*enh*or arcebispo *e* coo[n]igo em a d*i*cta eg*rei*a de bragaa q*ue* p*re*sente estaua *e* outra pessoa de pos elle q*ue* elle nomee *e* a segunda nomee a terceira O quanpo q*ue* Jaz acerca das ortas de meixemjnhos o qual ante dele traçía pedro anes sc*ri*pua*m* das apelações na d*i*cta eg*rei*ja de bragaa Com esta condícom q*ue* o d*i*cto chancarell *e* pessoas de pos elles faca*m* *e* Refaco*m* em elle toda bem feitorja *e* *cetera* *e* paguem de Renda *e* peensom dele em cada huu*m* ano cínquo m*aravedi*s da moeda antigua ou seu u*er*dadeíro uallor Jnt[*ri*]ssiço ou paguar a d*i*cta moeda assy como pagarom os outros q*ue* traçem h[e]rdades do d*i*cto cabido em prazadas com todoll*os* outras clausulas contheudas na nota assusso sc*ri*pta . t*estemunh*as q*ue* a esto forom pressentes joha*m* vieyra *e* joha*m* de sanhoane *e* lope anes terçenair*os* em a d*i*cta see

---

[fl. 10] de jo*h*am a*fons*o chanceler

J*tem* aos xxv de Junho de mjl[*sic*][1226] iiij^{c} *e* lxvj anos Sendoo [*sic*][1227] <na casa> do cabidoo nouo E fazendo cabido os honrados senhores luis affonso cha*n*tre *e* lopo aluarez tesoureiro alu*ar*o ff*err*n*andez* *e* lopo aluarez joha*m* a*fons*o abade de sanhoane gomez ff*err*n*andez* g*onçal*o pinto M*estr*e R*odrig*o g*onçal*o pirez d*iog*o m*art*j*nz* alu*ar*o affonso p*er* lançam*en*to de fauas q*ue* todas Sayrom brancas guardadas as solepnjdades *e* *cetera* Em prazarom Em tres vidas a joha*m* a*fons*o chançarrel out*r*o ssy conjgo o conpo que Jaz acerqua das ortas que parte co*m* a estrada E com out*r*o canpo que soja de traze*r* Pedro an*n*es sc*ri*uam o qual ora o dicto cha*n*çarrel traz E lhe aJuntarrom este ca*n*po ques o que ora traz joha*m* va*squez* filho de [*sic*][1228] vasco pi*ri*z por prezo de maravidi *e* m*e*o Em cada huu*m*

[1226] Riscado: "I".
[1227] Riscado: "nas cassa".
[1228] Riscado: "va*squez*".

paguadorjo do qual fara a primeira pagua deste sam mjguel que vem a huum anno e o dicto chantre e vigairo deu a elo sua Autoridade *e cetera* por que foe certo per mestre Rodrigo e gonçalo pinto que a ello fforram dados por veedorres que o dicto prazo era feito e a prol E proueiro do cabidoo *e cetera* com todallas outras crausullas joham de sanhoane e lope annes terçenairos Eu joham Rodriguez notairo que aquj sobscreuj.

[fl. 3] prazo do canpo das ortas que [?]

Jtem postumeiro dia do dicto mês de Janeiro sendo em cabidoo honrados Senhores lujs affomso chantre e Nuno Camello mestre scolla e joham fferrnandez bacharel e aluaro fferrnandez e lopo aluarez e gomez fferrnandez e affomso correa e gonçallo pinto e Mestre Rodriguo e Ruj uaasquez e diogo martjnz e lopo affomso **[fl. 3v]** todo coonigos prebendados sendo em cabidoo e fazendo cabidoo como he de seu costume per lançamento de fauas *e cetera* Emprazarom nouamente em tres ujdas e mais nom a joham affomso chanceler do Senhor Arçebispo e coonigo em a dicta egreja de bragaa que presente staua e a outra pessoa de pos elle que elle nomear e a ssegunda nomee a terçeira O campo que Jaz acerca das ortas de meixemjnhos o qual ante delle trazia pedre anes scripuam das appelaçoes na dicta egreja de bragaa Com esta condiçom que o dicto chanceler e pessoas de pos elle façam e Refaçam em elle toda bemfeitoia *e cetera* e paguem de Renda e peensson delle em cada huum anno cinquo marauidis da moeda antigua ou seu verdadeiro ualor jntrissico ou paguar a dicta moeda assy como paguarem os outros que trazem herdades do dito cabidoo emprazadas . com todallas outras clausullas contheudas na nota a ssuso scripta testemunhas que a esto forom presentes joham vieyra e joham de Sanhoane e lopo annes terçenarios em a dicta see e eu joham Rodriguez scripuam que esta nota scripuj.

Prazo do Lugar de Cristouão, en Meixos

Cota: A.D.B., *1º Livro de* Prazos..., fl. 8 e 8v e *3º Livro de Prazos...*, fl. 6v; *4º Livro de Prazos...*, fl. 56v a 59

[fl. 6v] <prazo do logar de sam *christo*uam feito ao dito joam afonso > Jtem no dicto dia e ora os sobre ditos lhe empraz*aro*m pollo sobre dicto modo de em três vidas ao dicto joam afonso o logar de sam *christo*uam que jaz abayxo de meyximos que ora tem casa palhaça e sem lagar . que trazja pedro anes escripuam por preço de tres maravedis e o dicto joham afonso chanceler da de pensam delle quatro maravedis com todalas clausulas e sobficiencias sobre dictas.

[fl. 56v] prazo feyto a joham Lujss mestre da gar[?][1229]tica do lugar de sam christouom por preço de < e de huma viella na Praça do pam>[1230]

Anno de nascimento de nosso Senhor jhesus *christo* de mjll E qui[nhen]tos[1231] anos aos xxiij dias do mes de dezembro da dita era Seendo presentes em cabijdo e cabijdo fazendo na crasta da sse desta cidade na casa do caijdo os honrados Senhores joham vaasquez arcediago de nema aluaro pirjz **[fl. 57]** mestre escolla joham vaasquez arcediago de neíua diogo gonçallvez jacome meendez lopo dijaz pero afonso fernam daraujo gonçalo piriz diogo gomez de barros afonso annes diogo fferrnandez pero anes campelo aluaro osorez gonçalo gordo antoneo afonso todos conegos prebendados Em a dita sse todos juntos hamados per ssoom de campaam tangida

[1229] O fólio encontra-se rasgado.
[1230] Parece ter sido adicionado depois esta informação.
[1231] Fólio rasgado.

segundo seu costume pareçeo johaᵐ lujs bacharel e beeᵑto da gamartica E apresentou no dito cabjdo E aos ditos Senhores huuᵐ prazo escripto perᵐ martim de guimaraᵉ que deus aja escripuaᵐ que foy dos prazo do dito cabijdo E assinado perᵐ o doutor sebastiaᵐ lopez que deus aja j visto que foy nesta egreja e acerbispado cujo theor de verbo a verbo sse ssegue e he este

C Sebastiaᵐ lopez doutor eᵐ degredos tesoureiro e conego de bragaa arcediago de llamego provisor e vigairo geral pollo Reveredissimo Em christo padre E Senhor dom georges da costa perᵐ merçe de deus E da santa egreja de roma arcebispo de bragaa E senhor da dita çidade e primas das espanhas E quantos esta carta de prazo viremᵐ faço saber que sendo em cabjdo chamados perssoᵐ de campaᵐ tamgida segundo costume os mujto honrados johaᵐ godijᵑz chantre aluaro piriz mestres escolla E o dito doutor E gonçalo piriz Ruj vaasquez lopo dijaz jacome mendez perᵐ afonso pero brauo johaᵐ gonçallvez gonçalo gordo diogo fferrnandez bertollameu fferrnandez aluaro osorez fernaᵐ daraujo todos conegos prebendados em a dita See de bragaa os quaees goardadas as sollepnjdades do dirreito e cooᵑstitujçaᵐ d arcebispo don martinho da booa memorja empᵑrazaroᵐ novamente E fezeroᵐ escᵑiptura de firmjdooeᵐ a Vicente anes escolar eᵐ dirreito canonjco filho que foy de johaᵐ afonso coonego que de[?] que presente estaua E a duas pessoas depoes elles que elle nomee a 2ª e a segunda nomee a 3ª que noᵐ seja de mayor condição que elle E noᵐ sendo asy nomeadas que o dito prazo fique devoluto ao dito cabjdo com toda sua bem feytorja oqual prazo lhe fezeroᵐ destas cousas que seguemᵐ .scilicet. o lugar de saᵐ christouam que esta nas **[fl. 57v]** ortas desta cidade coᵐ estas pertenças que sse sseguemᵐ Jtemᵐ huᵐa vynha que leua quatro homeᵑs de caua E parte de huuᵐ cabido coᵐ a vynha de pero vaasquez sapateiro e da outra parte coᵐ a quiᵑta que vay pera coones e theᵐ huᵐa casa no quanto da congosta jteᵐ os campos partem de huᵐa parte coᵐ huuᵐ campo de lopo afonso vugos e da outra coᵐ o lugar que foy de pero Teixeira E o graᵑginho vaay teer a estrada que vay do arrabalde Jtemᵐ outra leira que esta em tornadoiros parte de huᵐa parte coᵐ huᵐa lera do abade de areᵑtim da parte de cima E da outra parte de contra baixo coᵐ huᵐa leira que traz o pregoeyro E pagara dela em cada huuᵐ annoo em paz e em saluo ao cabijdo cento e cinquoenta rreaes e duas galinhas E a segunda e a terceira pessoa pagaraᵐ dozeᵑtos e cinquoenta reaes e duas galinhas E pagara majs das sobre ditas leiras a priᵐeira pessoa dozentos e cinquoeᵑta rreaes E duas galinhas e a segunda e terceira pessoa pagaraᵐ iiijᶜᵗᵃ rreaes E galinhas E asy lhe empᵑrazaroᵐ huᵐas casas que ssoᵐ na Rua de dom galdim que partem de huᵐa parte coᵐ casas do cabijdo que foroᵐ de pero anes de goaltar em que ora viue lujs afonso tabeliam E da outra coᵐ casas em que vijue pero aluarez capateiro polla quaees pagara a priᵐeira pessoa ao cabijdoo Em prazo e em saluo e a cada huuᵐ anno Cem rreaes e duas galinhas [*sic*][1232] E a segunda e terceira pague dozentos reaes e galinhas E pagaraᵐ majs a coᵑfrarja de Santiago de ceᵑsso tres meravijdijs que he perᵐ elles E majs lhe empᵑrazaro huᵐa viella que vay da praça perᵐ aas casas eᵐ que viuja o dito johaᵐ afonso conego da qual paagara a priᵐeira pessoa noue maraujdijs a qujnhentos por huuᵐ e duas galinhas e duas galinhas e a segunda e 3ª pagaraᵐ trezentos rreaes e galinhas E majs lhe empᵑrazaroᵐ huᵐas casas que ssoᵐ na Rua de santa marija que foroᵐ do cozinheiro que [?][1233] de huᵐa parte coᵐ casas eᵐ que viue o saᵐchristaaoo E da outra coᵐ casas de fernaᵐ nabões dos quaees pagara a priᵐeira pessoa Cento e cinquoesta reaes e duas galinhas e a segunda e terceira pagueᵐ

[1232] Riscado: "e se".
[1233] Borrado.

dozent*os* r*eae*s *e* [*sic*][1234] g*alinh*as E asy lhe e*mpraz*aro*m* **[fl. 58]** [*sic*][1235] majs out*ra* Casas na Rua de samta marja q*ue* partem de hu*m*a parte co*m* casas que ora ssom da*fons*o da costa alquayde moor *e* da out*ra* parte*m* co*m* casas em que viueo o meirjnho das q*uae*s a d*i*ctas pessoas todas tres pagaro*m* e*m* cada huu*m* anno*o* ao d*i*to cabjdo em paz *e* Em saluo noue m*a*ravidi*s* a qujnhent*os* por huu*m* *e* duas g*alinh*as *e* pagara*m* majs de censso a co*n*frarja huu*m* maraujdi das q*ua*ees sobre d*i*ctas cousas lhe outorgaro*m* p*raz*o co*m* as clausullas *e* condições acostumadas .*scilicet*. que faça*m* *e* refaça*m* e*m* as d*i*tas casas *e* herdades sobre d*i*tas E em todas suas pertenças q*ua*nta bem feytorja fazer podere*m* de gujsa q*ue* todo melhore*m* *e* no*m* pejore*m* E todo aja*m* *e* pessua*m* e*m* te*m*po das d*i*tas tres vidas a majs no*m* [*sic*] E sera*m* ssemp*re* be*m* obediente *e* ma*n*dados ao d*i*to cabijdo co*m* suas rrendas *e* d*irr*e*i*t*oso* por os q*ua*ees possa*m* penhorar *e* mandar penhorar em q*ua*ees q*uer* bens dos d*i*t*os* emp*raz*adores onde quer q*ue* fara*m* achados ne*m* possam dar doar alhear vender escambar ne*m* cousa algu*m*a deste p*raz*o faz*er* ssem *con*sentim*en*to *e* autorjdade do d*i*to cabijdo ne*m* o possa*m* leixar ne*m* e*n*geytar durante o tempo das d*i*tas tres vidas ne*m* o d*i*to cabijdo ho possa tolh*er* ante lho fara*m* boo *e* de paz de q*ua*lq*uer* pessoa q*ue* em elle lhe ponha algum embargo *e* rec*r*ece*n*dosse algu*m*a demanda ou contenda sobre este emp*raz*am*en*to ou sobre qualq*uer* cousa q*ue* a elle p*er*tença q*ue* as d*i*tas p*ar*tes sejam Çitadas *e* dema*n*dadas rresponda*m* por ello davante os vig*air*os geeraaes da d*i*ta jg*re*ja de bragaa E p*er* hy sse começar [*sic*] foy to fijnr *e* acabar *e* no*m* p*er*ante out*ro* algu*m* jujz ne*m* justiça E querendo cada hu*m*a das d*i*tas p*ar*tes hir cont*ra* este e*m*prazamento p*er* ao brjtar em todo ou em parte no*m* possa ne*m* seja a ello rrecebjdo em jujzo ne*m* fora dele *e* pague aa p*ar*te teente E agoardante por pena E em nome dela Cinq*u*o mjll r*eae*s aq*ua*ll levada ou no*m* este p*raz*o valha como em elle faz me*n*cam p*er* ao qual *e* todallas cousas e*m* elle co*n*theudasas d*i*tas p*ar*tes se [*sic*][1236] obrigaro*m* .*scilicet*. o cabijdo as rrendas de sua mesma E o d*i*to Vicente an*n*es se*us* boes bens [?]stianos *e* profanos todo manter E co*m*p*ri* E me pediro*m* q*ue* o co*n*firmasse E visto p*er* mj*m* a dizer E pedir de huu*m* *e* da out*ra* p*ar*te porq*ua*nto [?] [?] **[fl. 58v]** sobre d*i*tos E por que foy certo p*er* jacome meendez conego E ferna*m* an*n*es t*er*cenairo que foro*m* vedores q*ue* [*sic*][1237] o d*i*to p*raz*o he feyto em p*ro*veyto da jg*re*ja o co*n*firmey *e* a elle dou mjnha autorjdade hordinarja co*m* jnter posição de deg*re*do *e* ma*n*do que sse *cum*pra como em esta carta faz me*n*ça*m* dante e*m* bragaa a qujnze d*ias* do mes [*sic*][1238] de m*ar*ço m*ar*tim de g*uimara*es ffez anno*o* de nosso S*enhor* de mjll *e* quatrocentos E noventa *e* oyto / E com o d*i*to p*raz*o ap*re*sentou hu*m*a carta de [*sic*][1239] venda que lhe foi feyta a qual era esc*ri*pta *e* assigna[da] p*er* maao*o* de bas a*fons*o t*abeli*am na d*i*ta cidade na q*ua*l sse *con*tinha q*ue* vycente an*n*es contendo no d*i*to p*raz*o em cima [*sic*][1240] esc*ri*pto *e* e*m* elle nomeado vendera o p*raz*o *e* vtellesaro*m* do lugar de ssa*m* *christ*ovam E vinha q*ue* estam o d*i*to lugar E dos campo que parte*m* co*m* o campo q*ue* soya t*raz*er lopo a*fons*o víegas E co*m* o lugar q*ue* foy de p*er*o Teixeira E o g*ran*ginho q*ue* vam teer a estrada q*ue* vay do arrabalde E a leira [*sic*][1241] dos tornadoiros conthendo todo no d*i*to prazo ao d*i*to bacharel joha*m* lujs acima esc*ri*pto por certo p*re*ço na dita carta de venda contendo E pagasse Em cada huu*m* anno*o* ao d*i*to cabijdo do d*i*to lugar de sa*mchrist*ovam *e* vynha Cento *e* cinquoenta r*eae*s *e* duas g*alinh*as E a segunda *e* t*er*ceira pessoas dozent*os* *e* cimq*u*oe*n*ta rr*eae*s E

[1234] Riscado: "duas".
[1235] Repetido: "emp*razo**m*".
[1236] Riscado: "o cabjdo".
[1237] Riscado: "j"
[1238] Repetido: "do mes"
[1239] Riscado: "comp*ra*".
[1240] Riscado: "conthendo".
[1241] Riscado: "q*ue* vay".

duas g*alinh*as E dos d*it*os campos *e* leíra a p*ri*m*ei*ra p*er*ssoa dozent*os e* çinquoenta r*eae*s E duas g*alinh*as *e* a seg*und*a *e* terceira pessoa iiij^{c} *e* cinquoenta r*eae*s *e* duas g*alinh*as q*ue* hera *e* he o p*re*ço que o d*it*o vycente an*n*es [*sic*][1242] hera obrjgado pagar E mostrou outrosy huu*m* estorm*en*to de licença *e* autorjdade que pareçeo ser dada p*er* os d*it*os S*enho*res *e* cabijdo ao d*it*o vycente an*n*es p*er* a fazer a dita venda E logo p*er* o d*it*o bacharel joha*m* lujs foy d*it*o q*ue* elle tijnha o d*it*o lugar vynha camp*os e* leira p*er* venda do d*it*o p*ra*zo *e* venda E que p*or*canto elles d*it*os S*enho*res bem vija*m* q*ue* elle d*it*o joha*m* lujs era **[fl. 59]** [*sic*][1243] de moor ydade q*ue* o d*it*o vycente an*n*es *e* asy repa*rara* tambem *e* mjlhor o d*it*o lugar lhe pedijra q*ue* ouuesse*m* por be*m* nomear a segunda *e* a seg*und*a nomee a t*er*ceira *e* sobre estos os d*it*os S*enho*res dignjdades conegos *e* cabijdo ma*n*daro*m* ao d*it*o joha*m* lujs q*ue* sse [?]sse fora *e* todos antre sy ouuero*m* tractado *e* lancadas fauas brancas *e* p*re*tas *e* todas sairo*m* brancas ma*n*daro*m* chamar o d*it*o joha*m* lujs ser no d*it*o p*ra*zo a p*ri*meira p*er*ssoa *e* que possa nomear a seg*und*a *e* a seg*und*a nomee a t*er*ceira *e* que no majs cumpla todallas E co*n*diçooe*es* no d*it*o p*ra*zo açíma esc*ri*pto *e* feyto ao d*it*o Vycente an*n*es co*n*theudas E o d*it*o joha*m* lujs disse q*ue* elle out*ros*y ap*ra*zia de tomar o d*it*o p*ra*zo co*m* as clausullas *e* condicooe*es* no suso d*it*o p*ra*zo co*n*theudas *e* p*er*a o manter *e* teer obligaua se*us* bens moues *e* de rrajz E o d*it*o cabido obrjgou os bens de sua mesa E pediro*m* ao S*enho*r lujs g*onçall*vez feito vig*ai*ro *e cetera* q*ue* desse ante e*m*p*ra*zame*n*to sua autorjdade ordinarja co*m* Jnter posica*m* de deg*re*fo a qual deu *e* ma*n*dou q*ue* sse co*m*p*ri*sse como em elle faz mee*n*ca*m* t*estemunh*as q*ue* era*m* p*re*sentes o bacharel lopo R*odrig*o p*rocurad*or do d*it*o cabijdo E joha*m* franquo E out*ros* E eu a*fons*o gil esc*ri*puam esto esc*ri*puj.

johanes de pom*te* ca*nonicus*
[?] [?]
Meendez
lop*us* ca*nonicus* b*ra*charen
joham vallaso di*dacus*
canonic*us*
diogo fferrnandez
alfomsy
aluaro rrodriguez

Nota. O índice fala das hortas de Maximinos e o documento das hortas da Cidade.

Prazo de huma vinha iunto da porta de Meixos

Cota: A.D.B., *1º Livro de* Prazos..., fl. 25v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 22 e 22v

[fl. 22] p*ra*zo da vjn*h*a fe*it*o a p*edr*o an*es* Jenrro de gonçalo gordo.

Aos xx d*ia*s de feuerejro de lxviij em cabijdoo os ho*n*rrados chant*re* lopo aluarez gomez f*err*n*andez* g*onçal*o pinto Ruj vaa*asquez* **[fl. 22v]** d*iog*o m*art*j*nz* alu*ar*o afom*so* lopo afonso g*onçal*o p*iriz* joham gomez em cabijdoo no coro p*er* lançam*en*to de fauas q*ue* sairom todas brancas emp*ra*zarom nouam*en*te em tres vidas a p*edr*o an*es* alfaiate p*re*sente *e* a sua molh*er* marja gorda <*e* a outra pessoa> nom p*re*sente a sua v*inh*a q*ue* jaz ac*er*ca da porta de meixemjnhos q*ue* parte com luguar de lujs afom*so* a qual vjnha soia a trazer o bem vesado po*r* p*re*ço de vij maravedis *e* huu*m* par de galinhas // aas t*er*ças do an*n*o com sua deuesa cerada dentro com todalas clausulas *con*theudas na prjmeira not*a* dest*e* liuro t*estemunh*as jacome meendez *e* g*onçal*o vaa*squez* t*er*çenajros *e* eu joham rro*dri*g*uez* ec*ri*piam q*ue* esto esc*ri*puj .// *e* fara huu*m* baçelo em esta vyn*h*a em huu*m* canpo q*ue* sta em meo da v*inh*a ant*re* elle *e* a ujnha q*ue* traz de sua maao p*er*o vaaz *e* esto fara em este an*n*o sob p*en*na de iij^{c} rr*eais e* se

[1242] Riscado: "hora".
[1243] Repetido: "era".

for achado q*ue* huu*m* bizcato q*ue* o conçelho aforou ao pe*dro* an*n*es p*er*tecee[*sic*][1244] o cabijdoo q*ue* elle acuda ao cabijdoo com a rre*n*da delle *e cetera*.

Prazo da vinha de s*an* P*edr*o de Meix*eminhos* em Meix*eminhos*

Cota: A.D.B., *1º Livro de* Prazos..., fls. 36 e 36v

[fl. 36] p*raz*o ffe*i*to da ujnha de sam Pedro de meiximjnhos a lopo ff*err*n*andez* a q*ua*l soya trazer jo*am* Ro*dri*g*uez* de lixboa:. —

Jt*em* aos xvj dias do di*c*to mes de Junho da di*c*ta era no di*c*to logo da casa do cabidoo sendo Junt*os* em cabidoo p*er* ssoo*m* de canpaa*m* tangida os Senhores lujs a*fons*o cha*r*te Joham ff*err*n*andez* bacharel em deg*re*dos *e* alu*ar*o vaa*squez* outros bacharel logo alu*arez* gomez ff*err*n*andez* alu*ar*o ff*err*n*andez* joa*m* a*fons*o abbade de coua / chanceler Gonçalo pinto logo afom*so* gil vaa*squez* alu*ar*o afonsso **[fl. 36v]** E meestre R*odrig*o todos coo[n]igos p*re*be*n*dados em a di*c*ta eg*rei*a . de bragaa p*er* lançam*en*to de ffauas brancas *e* p*re*tas q*ue* todas sairom brancas guardadas a ssolepnjdades do direito *e* a costumadas . em prazarom hu*m*a vjnha q*ue* o di*c*to cabidoo ha Junto com a eg*rei*a . de sam p*edr*o de meiximjnhos q*ue* ssoya . a t*raz*er joha*m* Ro*dri*g*uez* de lixboa com sua casa *e* deuessas *e* canpo *e* com todas suas pertenças entradas *e* saydar nouas *e* antigas / a lopo ff*err*n*andez* . laurador q*ue* p*re*sente estaua *e* a sua molh*er* maria anes nom p*re*sente *e* a huu*m* ffilho ou . ffilha dant*re* anbos o q*ua*l leixar nom . aue*n*do a hu*m*a pessoa q*ua*l o postumeiro q*ue* deles mais viu*er* nomear em sua vida ou aa ora . de sua morte E nom sendo assy nomeada . o di*c*to p*raz*o fique livremente desenbargado ao di*c*to cabijdo com toda sua bem ffeitoria se o ell . qui*ser* E se o ante q*uiser* leix*ar* a seus herdeiro q*ue* o possa . ffaz*er* / com condiçom q*ue* eles *e* pessoa de pos elles ffacam *e* Refaçam em a di*c*ta vjnha *e* suas p*er*tee*n*cas toda . bem ffeitoria q*ue* faz*er* poderem de gujsa . q*ue* melhore *e* nom pejore E dem *e* paguem de fforo *e* penssom . ao di*c*to cabjdoo em cada huu*m* anno xiiij m*aravidis* [*sic*][1245] a qujnhent*os* p*or* huu*m* *e* huu*m* par de g*alinh*as Recebondas E ffara a p*ri*meira paga . das di*c*tas g*alinh*as por este p*ri*meiro natal q*ue* vem. E a penssom dos m*aravidis* por o sa*m* joham b*aptis*ta segujnte da era . vijndoira de lxx anos E asy dhi em diante em cada huu*m* anno como di*c*to he E em tempo de suas vidas a nom possa leix*ar* nem o di*c*to cabijdoo tolher sso p*en*na de q*ual*q*uer* das p*ar*tes q*ue* *con*t*ra* esto ffor e*m* todo ou e*m* p*ar*te pag*ar* aa p*ar*te teente de p*en*na *e cetera* dous mjl rr*eis* bra*n*cos q a q*ua*l leuada ou nom este p*raz*o o valer como em ele ffaz me*n*ça*m* *e* lhe outorgara*m* deste p*raz*o *com* as / clausulas E condiçooes acostumadas t*estemunh*as Gonçalo vaa*squez* E joa*m* de sanhoane t*er*çanairos / *e* alu*ar*o vaa*squez* vigairo q*ue* a esto deu sua autoridade *e cetera*

da p*ar*te[1246]
gonsalu*os* valla[?]

Prazo de uma horta nas Hortas da Cidade a João Brás da Foz e sua mulher Catarina Anes

Cota: A.D.B., *1º Livro de* Prazos..., fl. 50v e *3º Livro de Prazos*..., fl. 36v

[fl. 50v] prazo da orta ffe*i*to a jo*ha*m bras em tres vidas por R rr*eae*s ij g*alinh*as

Jt*em* p*er* o dito modo emprazarom huma orta q*ue* trazia jo*ha*m da foz q*ue* jaz nas ortas q*ue* p*ar*te com a orta q*ue* traz Pedro anes capateiro *e* com canpo q*ue* t*raz* gil vaa*squez* coonego *e* emtesta com canpo de jo*ha*m dij*az* *e* leira q*ue* traz g*oncal*o vaa*squez* a jo*ha*m bras capat*ei*ro E a cataljna an*n*es sua molh*er* presentes *e* a huu*m* ffilho

[1244] Riscado: "r".
[1245] Riscado: "e".
[1246] Símbolo que representa um círculo com um cruz no meio.

ou filha / ou . pessoa *e cetera* p*or* R rr*eaez* em cada huu*m* anno *e* huu*m* parte de g*alinh*as pagada a pensom por samjguel *e* as g*alinh*as po*r* natal *e* lhe ma*n*darom faz*er* p*r*azo co*m* as clausullas *e* condiçooes acostumadas.

E despois dijsto aos v d*ias* de jan*ei*ro de [?] anos foi visto este p*r*azo e*m* cabijdo [?][1247]

[fl. 36v] Prazo fe*i*to a jo*h*am bras de huu*m*a orta e*m* tres vidas por q*uarent*a rr*eais* . *e* ij . g*alinh*as

J*tem* p*er*o d*ic*to modo emprazou o cabijdoo huu*m*a orta q*ue* trazija jo*h*am da foz q*ue* jaz nas ortas q*ue* parte co*m* a orta q*ue* traz pedro anes çapatejro *e* co*m* o campo q*ue* traz giluaaez conego *e* e*n*testa co*m* o campo sua molher p*re*sente *e* a huu*m* filho ou filha ou p*er*soa *cetera* por *quarent*a rr*eais* em cada huu*m* anno*o e* huu*m* par de galinhas pagada a pensam por sammjguel *e* as g*alinh*as p*er* natal *e* lhe mandou fazer prazo co*m* as clausulas *e* condiçoo*es* acostumadas.

Prazo do Lugar da Bouça, em Meixos

Cota: A.D.B., *1º Livro de* Prazos..., fl. 60 e 61 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 38v e 39

[fl. 38v] p*r*azo da bouça fe*i*ta a jo*h*am vaa*squez* escud*ei*ro por dez m*ar*avid*is* *e* ij . g*alinh*as //

J*tem* aos xviij d*ias* de noue*m*bro de iiij^{c} lxxj ann*os* Recebeo o cabijdoo [*sic*][1248] a engejtaço*m* q*ue* fez g*onçal*o camelo sobrjnho de nuno camello meestre scolla de huu*m* loga*r* do d*ic*to cabijdoo q*ue* chama*m* o logar da bouça situado na freg*uesi*a de sam p*edr*o de mejxemjnhos *e* reçebida asi a e*n*geytaço*m* o dicto cabijdoo fez p*r*azo nouam*en*te do d*ic*to loga*r* co*m* todas suas p*er*te*n*ças *cetera* . jo*h*am vaa*squez* escud*ei*ro do b*is*po de cojmbra q*ue* p*re*sente estaua . E a sua molher bjat*riz* a*fons*o no*m* p*re*sente *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dant*re* ambos ou de cada huu*m* delles se o hi no*m* ouu*er* dantre ambos o qual hi no*m* avendo a huu*m*a p*er*soa *cetera* E pague*m* ao d*ic*to cabijdoo dez m*ar*avid*is* da boa moeda antijga a q*ui*nhent*os* por huu*m* / *e* estes q*ui*nhent*os* po*r* huu*m* estaua e*m* tre**[fl. 39]**linha pagad*os* aas t*er*ças do anno*o e* majs huu*m* pa*r* de g*alinh*as e*m* cada huu*m* anno*o e* co*m* as *con*diçooe*es* acustumadas t*estemunh*as [*sic*][1249] g*onçal*o lujs port*ei*ro *e* lujs a*fons*o solicitador.

Prazo do Lugar de Gondariz, em meixos

Cota: A.D.B., *1º Livro de* Prazos..., fl. 98 a 99 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 45

[fl. 45] p*r*azo do luga*r* de gondarjz fe*i*to a aluaro anes e*m* tres vidas po*r* CR rr*eais* . *e* ij . Capooe*es* /

J*tem* aos . xx . d*ias* do d*ic*to mes de julho e*m*p*r*azou solenmem*en*te [*sic*][1250] o cabijdoo o seu casal de gondarj*z* q*ue* he na freg*uesi*a de sam p*edr*o de meyxemjnhos . co*m* todas suas h*er*dades *cetera* a alu*ar*o q*ue* p*re*sente estaua E a sua molher c*atar*ina anes no*m* p*re*sente *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dant*re* ambos o q*ual* hi no*m* avendo a huu*m*a p*er*soa *cetera* . co*m* *con*diço*m* q*ue* elles *e* p*er*soa *cetera* E o Rehedifiquem de casas *e* v*inh*as . como soya a seer da fejtura deste prazo a tres anno*os* p*ri*mejros seg*ui*ntes *e* se vaao*o* logo a elle morar pello sam mjguel de set*emb*ro p*ri*mejro q*ue* vem *e* dhi e*m* diante *cetera* *e* faca*m* *e* refaça*m* *cetera* . E pague*m* de pensom e*m* cada huu*m* anno*o* . C*en*to e *quarent*a rr*eais* branc*os* *e* huu*m* par de Capooe*es* . pagada a d*ic*ta pensom aas t*er*ças do anno*o e* os capooe*es* por natal E acertando caso q*ue* venha g*onçal*o marinho escud*ei*ro q*ue* o d*ic*to log*ar* trazija dantes *e* most*ra*ndo p*r*azo do d*ic*to casal fe*i*to pollo d*ic*to cabijdoo q*ue* elle lhe leyxe co*m* tanto q*ue* pague a d*ic*ta pensam E as [*sic*][1251] bemhejtorjas aos d*ict*os emp*r*azadores E co*m* as d*ic*tas *con*diçooe*es* o d*ic*to p*r*azo obligandose

---

[1247] Escrito no fim do fólio porém a tinta esta esbatida e parte do texto está carcomido pela degradação do papel.
[1248] Repetido: "o cabijdoo".
[1249] Riscado: "g*onçal*o".
[1250] Riscado: "o seu".
[1251] Riscado: "fa".

a todo sobre dicto e nom seendo asi compridas as condiçooees ou cada huuma dellas . como dicto he ou nom seendo a dicta persoa nomeada . que percam o dicto prazo e dirreito que em elle tee se o cabijdoo quj ser e que ao saymento de cada huuma persoa pague lujtosa acustumada E com as clausulas acustumadas testemunhas andre vaasquez tercenajro e pedraluarez portejro do cabijdoo /.

Prazo de huma leira de hortas a Antão Diaz, em Meixos

Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 38 e *3º Livro de Prazos...*, fl. 56

[fl. 56] prazo feito a antam domijnguez/djaz da lejra das ortas que foy de pero lujs mercador por R rreais e j galinha

Jtem ao primeiro dia de Setembro de iiij^{c} lxxix emprazou o cabijdoo a antam djaz escudeiro e tabeliam morador na dicta cidade que presente estaua e a sua molher beatriz annes presente e a huum filho ou filha ou a huuma persoa *cetera* huuma lejra derdade que o dicto cabijdoo nas ortas de mejximjnhos que foy de pero lujs mercador que parte com a conega e com lejras que forom de lopo djaz de gondarjz e com outras confrontaçooees e dem de foro ao dicto cabijdoo quarenta reais brancos e huuma galinha Recebonda e lhe mandarom prazo com todalas clausulas acustumadas.

Escambo que fez o Cabido do Meyo Lugar de Torneiros e dos moinhos, por huma Leira nas hortas de meixos Com Aluaro da Fonseca

Cota: A.D.B., *3º Livro de Prazos...*, fl. 57v e 58

[fl. 57v] Escambo do cabijdoo com aluaro da fonseca do meo lugar de tornejros com os mojnhos por huuma lejra nas ortas de que segura ao [*sic*][1252] cabijdoo Cem rreais e ij galinhas

Jtem aos xxij dias do mes dabrjl de iiij^{c} lxxx annos fez o cabijdoo escambo com aluaro dafonsequa escudeiro que presente estaua e com sua molher catarina pirjz nom presente e derom em scambo ao dicto aluaro da fonsequa pera sempre a sua meetade do seu lugar de tornejros **[fl. 58]** com os mojnhos que o dicto cabijdoo na freguesia de sam vitoyro que pra elle[*sic*][1253] dicto aluaro da fonseca traz per prazo por lx . rreais e ij galinhas que parte com outra parte per meo com antam gomez escudeiro E per o dicto meo descambo derom os ditos aluaro da fonseca e sua molher ao dicto cabijdoo huuma lejra derdade que jaz nas ortas da dicta cidade que ora traz emprazada afonso martjnz almocreue em tres vidas por cem rreais . a qual parte de huuma parte com vinha da conega e outra com lejra daluaro fferrnandez mercador e com outras confrontaçooees obligando o dicto aluaro da fonsequa . si e seus beens de segurar em todo tempo ao dicto cabijdoo os dictos cem rreais per a dicta lejra em cada huum annoo E majs pello emxido que elle ouue per titulo de compra de fernam dafonso de bojro que he atraz da judarja huum par de galinhas em cada huum annoo E acontecendo caso que em alguum por per alguuma maneira que [*sic*][1254] vijr possa o cabijdoo nom aja os dictos cem rreais [*sic*][1255] bem parados em cada huum annoo pela dicta lejra e emxido que os ajam por todos seus beens [*sic*][1256] avidos e por aver os quaaees pera ello obligou E se a dicta lejra majs Render dos dictos cem rreais . que faça por o cabijdoo ./ prometendo as partes de huuma parte e da outra a fazer todos saluo . E deu a esto diogo lourenço vigairo sua autorjdade coista a veedorja de lopo dijaz e esteuam falcam conego . que a ello derom por veedores . e diserom pollo dicto juramento que o dicto escambo era feito em prouejto da jgreia testemunhas pedro aluarez porteiro do cabijdoo e o abade dancora.

[1252] Riscado: "dicto".
[1253] Riscado: "s".
[1254] Rasurado.
[1255] Riscado: "*e*".
[1256] Riscado: "mouees".

Prazo de hum campo nas ortas de meix*os* lujs do eirado

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 85 a 86

[fl. 85] p*raz*o fe*it*o a lujs do eirado do canpo do cabijdoo que tem nas ortas q*ue* trazia joha*m* de ca*m*pos sapateiro p*or* Cem rr*eae*s *e* huu*m* p*ar* de g*alinh*as

<Jt*em*>

Jt*em* aos onze d*ias* do mes de setembro da era de mjl iiij^{c} lxxxij anos sseendo Junt*os* em Cabíjdoo chamad*os* p*er* ssom de campaa*m* tangida segundo sseu costume os S*enh*ores Joham Vaa*squez* arcediagoo de neyua gomez fernandez thesoureiro gil vaa*squez* lopo aluarez Joham afom*so* g*onçal*o pírez lopo afom*so* d*iog*o gonçaluez pero brauo g*onçal*o pinto bertollameu afom*so* Jacome meendez gomez an*es* Joham gonçaluez tod*os* conegos prebemdad*os* na d*ict*a egreJa Os quaaes p*er* lançamento de fauas brancas *e* pretas q*ue* todas ssahirom brancas gardadas as ssollepnidades do d*irreit*o E a constituíçom do arcebispo dom martínho da boa memoría Emprazarom Nouamente *e* fezerom prazo *e* esc*ri*ptura de firmídooe a lujs do eirado q*ue* p*re*sente era *e* a sua molher Catalina an*es* <no*m* p*re*sente> *e* a huu*m* f*ilh*o ou f*ilh*a dant*re* ambos o[*sic*][1257] qual[*sic*][1258] hi nom auendo a huu*m*a pessoa qual o postumeiro que deles mais víuer Nomearem sua vida . Ou aa ora de sua morte que nom sseJa de mayor condiçom que elles . o qual p*raz*o ffezerom do sseu campo das ortas q*ue* trazia sseu ssogro Joham de campos q*ue* aos d*ict*os S*enh*ores no d*ict*o cabíjdoo em p*re*sença de mym [*sic*][1259] <not*air*o> E t*estemunh*as adiante Nomeadas dímítíu . em ssuas maaos em fauor do d*ict*o . lujs do eirado sseu Jenrro *e* ssua molh*er* E pessoas de Pos elle E o d*ict*o cabijdoo pelo d*ict*o modo Reçebeo em ssy a d*ict*a encanpaco*m* E dimítiçom E o enp*raz*ou p*ell*a d*ict*a guísa ao d*ict*o lujs do eirado em sua vída E da[*sic*][1260] d*ict*a sua molher E pessoa de pos elle [*sic*][1261] O qual p*ar*te de huu*m*a parte com [*sic*][1262] o camjnho que vay ante [*sic*][1263] elle *e* out*r*o do cabíjdoo q*ue* ora traz joha*m* a*fons*o coo[n]ego Nouo E da outra co*m* outro do arc*ebis*po q*ue* ora traz c*atarin*a do eirado *e* sua molh*er e* pessoa de pos **[fl. 85v]** elle aJam *e* possuam o d*ict*o campo com todas suas pertenças . assy E p*ell*a guisa que o ha o d*ict*o cabijdoo E milhor sse o mjlhor podere*m* auer *e* achar E ffaçom *e* Refaçom em elle q*uan*ta bem feitoria de guisa que todo melhore *e* Nom pejore E dem *e* pague*m* de fforo *e* penssom ao d*ict*o Cabijdoo *e* sseu prebendeiro cem rr*eae*s desta moeda ora corrente como el Rey manda ou mandar E maís huu*m* par de gallínhas a qual pe[n]ssom pagarom as terças do anno .*scilicet*. natal pascoa ssam Joha*m* E começarom a faz*er* a permeíra paga <da p*rim*eira terça> deste natal <p*rim*eiro> q*ue* vem a huu*m* anno *e* a segunda p*ell*a pascoa logo segujnte E a terceira p*er* sam joha*m* E de hi em diante em cada huu*m* anno pelos d*ict*os E as g*alinh*as pagarom p*er* ste Natal p*rim*eiro q*ue* vem *e* de hi em diante cada huu*m* anno pelo d*ict*o d*ia* co*m* a qual pensso*m* *ser*om bem obbedíentes E ma*n*dad*os* ao d*ict*o cabijdoo E nom chamaro*m* Contra elle outro algum S*enh*orio E no*m* possa*m* dar ne*m* doar vender nem scaynbar o d*ict*o emprazamento Nem dele out*ra* cousa fazer sem outorga do d*ict*o cabíjdoo E faze*n*doo que Nom valha . E p*er*ca o d*ict*o p*raz*o co*m* toda sua bem fe[i]toria p*er*a o d*ict*o cabijdoo E recrecendosse alguma demanda ou Contenda [*sic*][1264] sobre o d*ict*o [*sic*[1265]] ou cousa a elle pertencente sseJam citadas as p*ar*tes E

[1257] Riscado: "s".
[1258] Riscado: "es".
[1259] Riscado: "sc*ri*pua*m*".
[1260] Riscado: "su".
[1261] Riscado: "com ta".
[1262] Riscado: "outro de".
[1263] Riscado: "ellle".
[1264] Riscado: "pa".
[1265] Riscado: "en".

Respondam p*er*ante esta EgreJa de bragaa E Per hi sse começar o fe[i]to fijr *e* acabar E nom p*er*ante outro algum Juíz Nem Justica E fijndas as d*i*ctas tres vidas o d*i*cto p*ra*zo ficara liure *e* desembargado ao d*i*cto cabíjdo cujo he E pelo d*i*cto modo o d*i*cto lujs do eirado em seu Nome E da d*i*cta sua molher E pessoas de pos elles Reçebeo em ssy o d*i*cto p*ra*zo E o d*i*cto cabijdoo assy lho outorgou Prometendolho [*sic*][1266] de lho no*m* tolh*er* em tempos de suas vidas E elle isso mesmo o no*m* deixar ellas dura*n*tes E bem asy lhe p*ro*meteo o cabijdo lhe faz*er* boo *e* de paz de q*ua*llq*uer* pessoa . ou pessoas q*ue* contra elle lhe q*ueira*m Poer ambargo ssob p*e*na de qualquer q*ue* contra elle for e todo ou em p*ar*te pagar aa parte teente *e* agarda*n*te p*or* p*e*na *e* e*m* nome dela dous mjl rr*eae*s . branc*os* a qual p*e*na leuada ou no*m* o d*i*cto p*ra*zo valer como em elle faz me*n*çom E + **[fl. 86]** Pedirom ao bacharel Joha*m* bras <*e* joha*m* delgado vig*air*os> q*ue* de a ello sua auctoridade *cetera* t*estemunha*s q*ue* foro*m* de p*re*sente Jorje a*fons*o abbade de nogeiroo E pedraluarez porteiro E V*as*co gil [*sic*][1267] alfaiate tod*os* moradores Nesta cidade E eu marçal vaa*squez* Notairo ap*ostoli*co q*ue* p*or* martim de guim*ar*es sc*ri*pua*m* d*os* d*i*ct*os* S*e*nn*o*res esto sc*ri*puy.

Johanes vallaso didacus
Lopus canonicus bracharen

Prazo do moinho de Abraao, em Meixos

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 122v a 123 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 68v

[fl. 68v] p*ra*zo fe*i*to ao sobred*i*cto jacome mendez dos m*oi*n*h*os dabrom em sua vida por CL*ta* rr*eai*s *e* ij g*alinh*as

J*tem* no d*i*cto dia os sobre d*i*ctos e*m*prazaro*m* ao d*i*cto jacome mendez e*m* t*re*s vidas q*ue* elle nomee a 2ª p*er*soa *e* a 2ª nomee a 3ª os mojnhos dabrom co*m* todas suas p*er*teenças E pague*m* de pe*r*som cada anno*o* .*scilicet*. o d*i*cto jacome mandez p*ri*me*i*ra p*er*soa CL*ta* rr*eai*s *e* ij g*alinh*as *e* as duas p*er*soas depos elle pagaro*m* iij*c* rr*eai*s *e* ij g*alinh*as *e* fara*m* a paga aas t*er*ças do anno*o* *e* a p*ri*me*i*ra paga po*r* día de natal de lxxx<v> E lhe ma*n*dou faz*er* p*ra*zo *cetera* t*estemun*as alu*ar*o de barros escud*ei*ro *e* p*edr*o alu*arez* porte*i*ro *e* a*fons*o gil çapateiro.

Prazo do Casal do Campo, em Meixos

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 151v e 152 e *3º Livro de Prazos*..., fl. 73v

[fl. 73v] p*ra*zo do casal de campos da freg*uesi*a de maxemjnhos a d*iog*o g*onçal*lu*ez* coonjgo e*m* tres vidas.

J*tem* a xxx dias do mes dout*ubr*o de lxxx viij ho dito cabjdoo / emprazou ho casal de campos da freg*uesi*a de maxemjnhos a diego goncaluez coonjgo . em tres vjdas .*scilicet*. que elle em sua vida pague em cada huu*m* anno cinq*uo* m*ar*avidis m*eo* *e* ij g*alinh*as / E a segunda — vij m*ar*avidis m*eo* *e* g*alinh*as *e* a terceira — viij m*ar*avidis m*eo* *e* g*alinh*as :.

Prazo do campo de figueiredo abaixo das hortas de meix*os* a Ál varo da Fonseca

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 155v e 156

[fl. 155v] p*ra*zo fe*i*to a fernam Lopez t*abeli*am do canpo das ortas em iij vidas por çem rr*eae*s

J*tem* aos oyto dias do mes de mayo da d*i*cta era de Lxxxix no d*i*cto logo sendo Junt*os* em cajdoo *e cetera* os Senhores Joham godij*n*z chantre Joham vaa*squez* arced*iag*o de neyua ho L*icenci*ado joham bras tesoureiro / . lopo afonsso joham delguado d*iog*o goncaluez lopo dij*az* Pedro afonsso fernam darauJo alu*ar*o p*iri*z ./. todos coonjgos p*re*bemdad*os* em a d*i*cta ssee de bragaa / p*er*ante elles paraçeo alu*ar*o dafonsseq*ua* escud*ei*ro morador na Cidade do porto /: pedindo-lhes po*r* m*er*çes q*ue* huu*m* canpo de figueiredo q*ue* he do dito cabjdoo por o qual elle alu*ar*o dafonsseca ha de fazer ssenp*re* q*ue* o dito Cabjdoo aJa Cem rr*eae*s p*er*o dito canpo E acontecendosse em algum tempo q*ue* p*er* o dito canpo sse nom possam auer os dit*os* cem rr*eae*s q*ue* p*er* o dito alu*ar*o dafonsseca os aJa o

[1266] Riscado: "de o ter *e* ma*n*teer".
[1267] Riscado: "to".

dito cabjdoo *e* p*er* sseus bens *e* herdeir*os* E porqu*an*to ora elle dito alu*ar*o dafonsseca ap*re*sentaua ao dito cabjdoo ffernam lopez escud*ei*ro *e* t*abeli*am em a d*ic*ta Cidade q*ue* p*re*sente estaua lhes pedia q*ue* lhe em prazassem ho dito canpo E visto p*er* elles sseu dizer *e* pedir / disseram q*ue* lhes prazia em prazar como de fe*i*to em praZarom ho dito cnapo ao dito fernam lopez p*re*sente E a maria coelha sua molher nom p*re*sente *e* a hu*m*a pessoa qual o postumeiro q*ue* delles mais vjuer nomea*r* em sua vida ou aa ora de sua morte E que dem *e* paguem em paz *e* em saluo **[fl. 156]** em cada huu*m* anno os dit*os* Cem rr*eae*s fficando ssenp*re* ho dito alu*ar*o dafonsseq*u*a E todos sseus bens mouues *e* rraíz E herdeir*os* obregado aos pagar em todo tempo ssem este p*ra*zo fazer em nouaçom nem p*er* Juizo em parte nem em todo / acerq*u*a da obrigaçom em q*ue* o dito alu*ar*o dafonsseq*u*a ./. he auer de pag*ar* p*er*a ssenp*re* os dit*os* Cem rr*eae*s p*er* ssy *e* seus bens nom sse podendo auer em alguu*m* tempo p*er* o dito canpo do q*ue* o dito alu*ar*o dafonsseq*u*a foy contente *e* assy ho outorgou ./ E o cabjdoo com a d*ic*ta condiçom ma*n*dou faz*er* ho dito p*ra*zo em tres vidas ao dito fernam Lopez [*sic*][1268] E sua molher Como dito he: E eu m*ar*tim de g*ui*m*ar*ae*s* esto sc*ri*puj.

O q*ua*l canpo chamam de figueiredo *e* Jaz afundo das ortas de meixemjnhos *e* parte de duas p*ar*te com a tapadura da coonega *e* da out*ra* com huu*m* rrego dauga *e* out*r*a com out*r*o canpo abaixo dele q*ue* he de p*er*o m*ar*tjn*z* estalajadeiro/ E de p*er*lujs ssogro do dito alu*ar*o dafonsseca ...

joanes godijz ca*n*tor
Johan*es* vallaso di*dac*us
lop*us* alf*onsus* cano*ni*c*us* brachare*n*
johan*es* cano*ni*c*us*
didac*us* bracharen can*onic*us
d*iog*o ff*er*r*nandez* c*anonicus*
Allu*arus* pet*rus* scolastic*us* b*ra*charen
ferna*m* dias Rodríc*us* canonj*cus*
alfomssus Cano*ni*cus
fern*am* lopez

Nota. Nos índices aponta ser em Meixos; ressaltar a existência de um estalajadeiro que fazia divisa com o respetivo campo.

Prazo do Lugar da Cónega, em Meixos

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos...*, fl. 161v a 162

[fl. 161] Prazo em tres Vidas fe*i*to a fernam rro*dri*guez darauJo do lugar . da coonega . por cinq*u*o mjl V^{c} rr*eae*s

Jt*em* aos xxviij dias do mes dabril de iiij^{c} lxxxix no dito logo sendo em cabjdoo Junt*os* chamad*os* p*er* ssoom de Canpaa*m* tangida segundo costume / os ssenhores alu*ar*o p*iri*z M*estr*e escola ho L*icencia*do j*oha*m bras tesoureiro joham a*fons*o gonçalo p*iri*z lopo dij*az* d*iog*o g*onçall*vez bertolameu afonsso d*iog*o g*onçall*vez lopo afonsso esteuam falcam Gonçalo vaa*squez* fernam rro*dri*guez darauJo diogo ff*er*r*nandez* [*sic*][1269] afonsso anes tod*os* coo[n]igos p*re*bendad*os* em a dita ssee os q*ua*ees p*er* lançam*en*to de fauas q*ue* todas ssairom brancas em prazarom nouam*en*te / ao dito fernam Ro*dri*guez seu Jrmaao*o* toda a coonega com suas Casas vjnhas herdades deuesas de castanho E carvalhos E lugares / E com todas suas pertenças / como ssooem dandar em p*ra*zo E a duas pessoas de pos ele / .*scilicet*. q*ue* ele nomee a seg*un*da *e* a seg*un*da nomee a terceira q*ue* no*m* sejam de moor condiçom q*ue* ele /. As q*ua*ees perssoas q*ue* assy nomear *ser*am . de consentim*en*to do Cabjdoo po*r* nom soere*m* pe*r*ssoas poderosas E q*ue* o dito fernam [*sic*][1270] Ro*dri*gue*z* <pessoas de pos ele> possa Repartir ho dito lugar em pedaços

[1268] Riscado: "como".
[1269] Riscado: "to".
[1270] Riscado: "d".

e o enprazar ou aforar a caseiros . po*r* anos *e* uujdas segundo for sseu p*raz*o . com tanto q*ue* essas perssoas a q*ue* assy em p*raz*ar sejam ap*re*sentadas ao cabjdoo *e* de sseu consentim*en*to lhes faram ho p*raz*o E faram **[fl. 161v]** E rrefaram em ho dito lugar da coonega <*e* pertenças a elle> q*ua*nta bem ffeitoria fazer poderem de gujssa q*ue* melhore *e* nom pejore *e* acrecentara em elle vjn*h*a de dez homee[n]s de cauadura E assy fara aproveitar os out*r*os lugares q*ue* ssom das pertenças da dita Coonega de gujssa q*ue* de todo sejam melhorados E nom pejorados . daas vjnhas *e* pertenças E dem *e* paguem ao dito Caabjdoo em paz *e* em saluo em cada hu*m* anno de foro *e* penssom . Cinq*u*o mjl *e* q*ui*nhent*os* rr*eae*s *e* huu*m* par de capooes pagad*os* aas t*er*ças do anno .*scilicet*. natal pascoa E sam joham *e* os capooes p*er* natal [*sic*][1271] <a p*ri*meira paga po*r* natal p*ri*meiro q*ue* vem *e* os [?][1272]> E q*ue* nom possam engeitar nom leixar ho dito p*raz*o nem ho dito Cabjdoo lho tolher ante lho defenderam *e* faram de paz q*ua*nto em elles for E q*ue*rendo cada hu*m*a das p*ar*tes hir *con*t*ra* este p*raz*o p*er*a o britar em todo ou em p*ar*te / q*ue* nom possa . nem seja a ello Recebjdo em Juizo nem fora dele *e* pague aa p*ar*te teente *e* aguardante po*r* pena E em nome dela / xx) rr*eae*s a q*ua*l pena leuada ou nom este p*raz*o valer como em elle faz mençom / E Recrecendosse **[fl. 162]** algu*m*a demanda ou contenda ssobrele ou sobre cousa q*ue* a elle pertença q*ue* as ditas p*ar*tes Respo*n*dam p*er*ante os vigair*os* desta eg*rei*a de bragaa *e cetera* t*este*m*unha*s joham de toledo m*er*cador *e* Pedro aluarez p*or*teiro do cabjdoo /. E avendo de uender algu*m*a ssoma de castanho *e* a conp*ra*ndolha algu[m]a pessoa ante dela teer vendida / ho fara sobre ao cabjdoo sse [?] mester ou a q*uer* tanto po*r* tanto E nom ha q*uer*endo ho Cabjdoo ha possa vender a quem lhe p*ro*uer.

Alluar*us* [?] scolastic*us* b*ra*charen
lop*us* alf*onsus* Cano*ni*c*us* bracharem
ferna*m* Ro*dri*g*uez* conego
falcam c*anonicus*
alfonssu
Cano[n]icus
[?] [?] [?]
[?] [?]
d*iog*o
jo*ha*m toledo
joham [?]
Pedro
didac*us* bracaren can*onic*u*s*
[?] [?]

Prazo de umas leiras dos tornadoiros a Afonso Anes, sapateiro, nas ortas de Maximinos

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 200 e 201

[fl. 200] prazo da leira q*ue* trazia a molher q*ue* foy de lujs de coones fe*i*to a afom*so* anes em tres vidas po*r* Cxx rr*eae*s ij . g*alinh*as :. —

Jt*em* no dito dia os sob*re* dit*os* em prazarom a afonsse anes Capateiro m*orad*or em a d*i*cta Cidade *e* a sua molher barbora ff*er*r*nandez* *e* a huu*m* ff*il*ho ou filha *e cetera* hu*m*a leira q*ue* o dito cabjdoo ha nas ortas honde chama*m* os tornadoiros aq*ua*l ssoya de trazer beat*riz* afonsso molh*er* q*ue* foy de lujs de coones a q*ua*l p*ar*te com Canpo q*ue* traz alu*ar*o ff*er*r*nandez* coudel da hu*m*a p*ar*te *e* da outra com canpo q*ue* traz joham vaa*squez* camorinho *e* em testa com outro q*ue* traz Joham a*fons*o coonego nouo ./ po*r* p*re*ço de cento *e* vijnte rr*eae*s em cada huu*m* anno em praz *e* em saluo ao cabjdoo *e* huu*m* par de g*alinh*as pagad*os* aas terças do anno E fara a p*ri*meira paga

[1271] Riscado: "E que nom possam".
[1272] Impossível de ler, está na dobra entre as folhas.

p*er*a este natal p*ri*meiro q*ue* vem com as galjnhas *e* a segunda po*r* pascoa *e* aterceira p*er* sam joham *e* assy dhi em diante em cada huu*m* **[fl. 201]** anno durante as ditas tres vidas *e* assy lhe ma*n*darom fazer p*ra*zo com todalas Clausulas *e* condiçooes acostumadas *e* com pena de mjl rr*eae*s p*er*a p*ar*te teente *e* aguardante vista a veedorja do dito d*iog*o ff*er*r*nandez* coonjgo *e* eu m*ar*tim de gujm*arae*s sc*ri*pua*m* do Cabjdoo q*ue* esto sc*ri*puj. johanes godijz ca*n*tor johan*es* vallaso di*dac*us d*iog*o ff*er*r*nandez* da p*ar*te[1273]
Nota. Em 15 de janeiro de 1491 conforme os documentos anteriores.

Prazo de hu*m*a leira *e* casas a Maria Giraldes e a seu filho Bartolomeu, nas ortas em Meix*os*

Cota: A.D.B., *2º Livro de Prazos*..., fl. 225
[fl. 225] prazo fe*i*to a maria [*sic*][1274] <giraldez> em tres vidas de hu*m*a leira nas ortas po*r* Cxxx rr*eae*s J*tem* no dito dia E ora os dit*os* senhores em prazarom A marja [*sic*][1275] <giraldez> E a seu f*ilh*o bertollameu afonsso clerigo de mjssa E ha pessoa q*ua*l nomear o q*ue* deles majs vivuer nomear em sua vida ou aa ora de sua morte *e cetera* hu[m]a leira derdade q*ue* o dito Cabjdoo tem . nas ortas de meixemjnhos q*ue* parte da hu[m]a p*ar*te com out*ra* leira da confraria da co*m*panhja E out*ra* p*ar*te com leira de joham dij*az* almocreue / q*ue* aJam *e* pesuam a dita leira em tempo de suas vidas *e* mais nom *e* paguem dela em cada huu*m* anno ao dito Cabjdoo em paz *e* em saluo .*scilicet*. em vida dela Cento *e* t*ri*jnta rr*eae*s *e* hu[m]a galjnha E despois de sua morte as duas pessoas depos ella pague : Cento *e* quoreenta rr*eae*s *e* galjnha suso dita pagada a dita penssom do d*inher*r*o* aas terças do anno *e* a g*alinh*a p*er* natal *e cetera* assy lhe mandarom fazer prazo com todallas clausulas *e* condições acostumadas *e* com pena de mjl rr*eae*s p*er* aa p*ar*te teente *e* aguardante / *e* fforom vedores desto ho dito d*iog*o ff*er*r*nandez* coonego / *e* joham de sanhoane terçanairo *e* eu m*ar*tim de g*uim arae*s esto esc*ri*puj. allu*arus* petro scolastic*us* b*ra*charen d*iog*o ff*er*r*nandez* Magister [?]
Nota. A referência a Meixos está nos índices; parece que Gonçalves foi riscado e trocado por Giraldez após a redação do documento; pelo documento anterior datamos este documento em 5 de novembro de 1491.

Propriedades rurais que o cabido havia na freguesia de Maximinos os *Livros de Tombo*

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de Maximinos entre 1369 e 1380			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Quintal de São Pedro de Maximinos	Não indica	15 maravedis (pode valer mais)	*1º Livro de Tombo*..., fl. 39
Chousas	Foram de Pedro Lourenço e traz emprazadas Marquesa	Valia 12 maravedis; emprazada a 5 maravedis	*Idem*
O Granjinho e um pardieiro	Foi do arcediago de Barroso e traz emprazado o abade de São Pedro de Este	Valia 3 maravedis; emprazado por 20 soldos	*Idem*
Possessões de Urjães (casa, vinha, devesa e herdades com hortas)	Traz emprazadas Lourenço Eanes, seleiro	Valiam 19 maravedis e são emprazadas a 12 maravedis	*1º Livro de Tombo*..., fl. 39 e 39v

[1273] Acima do escrito está o desenho referente a um sapato.
[1274] Riscado: "g*onçall vez*".
[1275] Riscado: "g*onçall vez*".

Quintam de Abraão (casas, vinha e herdades lavradias)	Traz emprazada Vasco Negro	Valia 25 maravedis e está emprazada a 15 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 39v
Vinha de Maximinos	Trazia Tomé Peres e ora traz emprazada Afonso Pousada	Valia 8 maravedis e está emprazada a 4 maravedis	*Idem*
Vinha, herdade e Campos	Trazia Rodrigo Eanes da Cónega e pertence a Confraria de Rocamador e ora traz o Arcediago do Couto	2 maravedis e 5 soldos (censo) e traz emprazado por 40 soldos	*Idem*
Vinha do Outeiro	É da sucessão dos Feijoeiros e traz Álvaro Serra	4 maravedis (censo)	*Idem*
Casal de Cones	Trazia Afonso do ermo	Valia 20 maravedis e traz emprazado por 14 maravedis	*Idem*
Vinha do Pinheiro	Traz Gonçalo Peres, aparelhador junto com o emprazamento de Urjães em São Vítor	Valia 2 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 40
Cousas e vinha de Maximinos	É da sucessão dos Feijoeiros; Trouxe Vasco Esteves, feijoeiro e ora traz Álvaro Serra, em nome do seu criado	8 maravedis (censo)	*Idem*
Vinha de Sob o Muro	É de Nuno Gonçalves, tercenário e traz seu pai, Mestre Soares, o vogado que lavra junto com Paio Domingos Sequeira	1 maravedi (censo)	*Idem*
Casa do Penedo	É de D. Joanes e traz emprazado o filho do Gago Revolvedor	1 maravedi (censo) Traz emprazado por 2 maravedis	*Idem*
Meia Chousa de Portas, em Maximinos	Traz emprazada por Maria Gonçalves, filha de Feitelva, Martim Domingues	16 soldos	*Idem*
Casal de Abraão onde chamam as quartas	Traz João Rodrigues, abade de Podomem	Valia 8 maravedis e traz emprazado por 6,25 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 40V
Lugar e vinha de Maximinos	É de Lourenço Domingues, cabeça de agulhão e traz Afonso Esteves, genro de Francisco Martins	5 maravedis (censo)	*Idem*
Herdade de chousa que está acima da Lavadeira, em Pereiras	É de João Pais, da rua de D. Gualdim; Trazia Miguel do Penedo e ora traz Vasco Negro e Vasco Martins, escrivão	1 maravedi (censo)	*Idem*
Vinhas, pomar, pardieiros, casas e campos da Bouça que foram vinhas (cercados)	Traz Afonso Esteves Leite sem os casais	Valiam com os casais 80 maravedis e traz emprazada por 6 maravedis	*Idem*
Dois casais em Cones	Trazia Lourenço de Cones um dos casais (9 maravedis e par de capões) e o outro João do Ermo 9 maravedis par de capões	20 maravedis; 2 destinados a Capela de Martins Pé de Engano descontados outros 2 maravedis de casas na Rua Verde que são da capela.	*1º Livro de Tombo...*, fl. 40v e 41
Vinha de Maximinos	Trouxe Geraldo Coscaro (20 maravedis), e trazia Domingos de Fradelos e ora traz Afonso Esteves leite	Valia 20 maravedis e está emprazado por quatorze maravedis	*Idem*
Casal em Campos	Traz Vasco Martins, tercenário; lavra João Pernas	18maravedis	*Idem*
Vinha que chamam da Seara, em Cones	Traz emprazada Domingos Esteves, o Avanido, mercado; e lavra Afonso Peres de Cones	Valia 12 maravedis e está emprazada por 8 maravedis	*Idem*
Vinha e devesa	Foi de João Crespo de Maximinos e pagada Domingos Peres almorro, e depois Domingas Peres almorra, sua mulher e dizem que traz ora Vasco Giraldes, casado com a irmã da mulher do Avanido	9 soldos	*Idem*
Possessões de Gonteriz (Gondoriz?)	São da sucessão que trouxe Afonso Martins, abade de Prado e ora traz João Aluares	[?] (censo)	*Idem*
Casais em Gonteriz (Gondoriz?)	João Alvares e ora traz o chaveiro e Francisco	14 maravedis	*1º Livro de Tombo...*, fl. 41v
Casais e herdades	Vasco Martins, tercenário e lavra o chaveiro.	7 maravedis e 10 soldos	*Idem*
Vinhas em Gonteriz (Gondoriz)	São a sucessão de Afonso Martins ora traz Vicente conde	6 maravedis e 17 soldos	*Idem*
Nota. As possessões em Urjães estão parcialmente localizadas em Maximinos e outras em São Vítor; a Quinta de Abraão não possui casais; o cabido renunciou à vinha, herdade e campo da confraria de Rocamador; a vinha da sucessão dos Feijoeiros encontra-se junto à Porta do Muro de Maximinos, com as Chousas situadas ao fundo.			

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de Maximinos entre 1393 e 1394			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Granjinho com herdade e pardieiro	Traz Gabriel Domingues, abade de Corense	45 soldos	*2º Livro de Tombo...*, fl. 38v
Chousas	Trazia Marquesa e ora traz Domingos Anes, seu genro	9 maravedis e 2 capões	*Idem*
Possessões de Urjães	Trouxe Lourenço Anes, seleiro e ora traz Fernão Peres	19 maravedis e 2 capões	*Idem*
Casal de Urjães	Trazia Lourenço da Gandara e ora traz Afonso Anes, cónego	10 maravedis e 2 galinhas	*2º Livro de Tombo...*, fl. 39
Quintã de Abraão	Trazia João Matheus e ora traz Gonçalo Lourenço	9 maravedis e 2 capões	*Idem*
Vinha de Maximinos	Trazia Afonsinho carniceiro	4 maravedis e 2 capões	*Idem*
Campo sob as hortas	Traz Luís Eanes, cónego	5 maravedis, 2 capões e 3 galinhas	*Idem*
Vinha do Outeiro	É da sucessão dos Feijoeiros e traz Vasco Martins da Ameixa	4 maravedis (censo)	*Idem*
Casal de Cones	Traz Afonso do Ermo	11 maravedis e 2 capões	*Idem*
Vinha de Urjães com as suas pertenças (herdades de Enfias e de Pinheiro)	Traz Vasco Domingues	8 maravedis (2 para o arcebispo)	*Idem*
Casal do Penedo	Trazia o filho do Gago e ora traz João Gonçalves	3 maravedis	*Idem*
Lugar de Sob o Muro	Foi de Gonçalves Esteves, vogado	1 maravedi (censo)	*Idem*
Casal de Abraão que chamam "das quartas"	Traz Perdigão	3 maravedis e 2 galinhas	*2º Livro de Tombo...*, fl. 39v
Vinha de Maximinos	É da sucessão de Cabeça de agulhão e ora traz João Vasques	5 libras (censo)	*Idem*
Herdade e chousa no lugar chamado "a Lavandeira"	Traz Vasco Negro	1 maravedi (censo)	*Idem*
Lugar da Bouça (com casas, vinhas, pomares, devesas com vinha, casa pombal e devesa de Maximinos	Traz Domingos Martins, mercador	25 maravedis	*Idem*
2 casais em Cones	Trazem João do Ermo e Gonçalo Lourenço	18 maravedis e 4 capões	*Idem*
Vinha que chamam "da Seara", com leira de fora com Castanheiras	Traz Afonso Peres de Cones	10 maravedis	*Idem*
Duas partes do Casal de Maximinos	Traz Vasco Martins, tercenário e lavra João Domingues	10 maravedis e 2 capões	*Idem*
Possessões de Gunteriz (Gonderiz)	São da sucessão que chamam de Gonteriz (Gondoriz) que ordenou D. Pero Garcia traz Vasco Gonçalves	28 maravedis (censo): - O chaveiro e Francisco 14 maravedis - Vasco Martins, tercenário 7 maravedis - Afonso Ramos 6 maravedis - Vasco Gonçalves, da vinha, 17 soldos	*Idem*

Propriedades Rurais do Cabido na Freguesia de Maximinos entre 1403 e 1404			
Propriedades	**Morador / Emprazador**	**Valor**	**Referência (A.D.B.)**
Granjinho com herdade e pardieiro	Traz Gabriel Domingues, abade de Guisande	45 soldos	A*3.º Livro de Tombo...*, fl. 57
Chousas	Trouxe Marquesa e traz o [amo] de Covas [Cones], Álvaro Simão	9 maravedis	*Idem*
Possessões de Urjães	Traz Fernão Peres	12 maravedis	*Idem*
Casal de Urjães	Traz Lourenço Anes, cónego	10 maravedis 2 galinhas	*Idem*
Quintã de Abraão	Traz Gonçalo Lourenço de Portas	9 maravedis (=650 libras)	*3.º Livro de Tombo...*, fl. 57v
Vinha de Maximinos	Traz Lourenço Domingues, carniceiro	4 maravedis 2 capões (70 por 1)	*Idem*
Campo sobre as Hortas	Traz Luís Anes, cónego	5 maravedis 2 capões	*Idem*
Vinha do Outeiro	Pertence aos Feijoeiros (sucessão)	1 maravedi (censo)	*Idem*
Casal de Conas [Cones]	Traz Afonso do ermo	10 maravedis	*3.º Livro de Tombo...*, fl. 58

		(=675 libras)	
Vinha de Urjães com as pertenças de Enfias e de Pinheiro	Traz o chantre	8 maravedis	*Idem*
Casal do Penedo	Traz João Gonçalves	2,5 maravedis (70 por 1)	*Idem*
Lugar de sub muro	Foi de Gonçalo Esteves, vogado	1 maravedi (censo)	*Idem*
Casal d'Abraão	Trouxe Vasco da Bouça e traz João Gonçalves do Penedo	3 maravedis 2 galinhas (=81 reais)	*3.º Livro de Tombo*..., fl. 58v
Vinha de Maximinos	Pertence a sucessão de Cabeça de Agulhão e traz João Vasques	5 libras (censo)	*Idem*
Herdade e Chousa que jaz no Lugar que chama A Lavandeira	Traz Lourenço Anes, alfaiate	1 maravedi (censo)	*Idem*
Lugar da Bouça com casas, vinha e devesa	Pertence a São Pedro (Maximinos) e traz Domingos Martins	20 maravedis (70 por 1)	*Idem*
Casal em Conas [Cones]	Trouxe João do ermo e traz Lourenço Gonçalves, criado de Pero Fernandes	7 maravedis	*3.º Livro de Tombo*..., fl. 59
Casal	Trouxe Gonçalo Lourenço do ermo e traz João Lopes	5 maravedis (70 por 1)	*Idem*
Vinha da Seara com a leira dos castanheiros	Trazia Lourenço Peres e traz Luís Garcia	10 maravedis	*Idem*
Casal de Maximinos	Trazia João Pernas e traz [Martim] Vasques	15 maravedis	*Idem*
Nota. O chantre pagava somente 6 maravedis do total de 8 maravedis pela vinha de Urjães; o Casal de Penedo não precisava pagar lutuosa.			

Setor Norte

Descrição do Casal da Rua Nova em São Martinho de Dume

Cota: A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 1 a 2.

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 1] / / Sam martinho de dume / /

J*tem* Em Sam Martinho de dume Jaz huu*m* lug*ar* a que chama*m* Casall da rrua noua E ja no*m* [ha] casas somente tem huu*m* alyÇeçe de parede q*ue* escassamente sse Ja e*n*xerga q*ue* parece q*ue* Ja em [*sic*][1276] tempo ffoy cassa E logo Junto do dito aliçeçe esta [*sic*][1277] [hum] Cortelho todo çerrado sobre ssy de parede *e* de mat*os* q*ue* [*sic*][1278] iij car*os* desterquo / E darredor tem hu*m*a duzia de carvalhos antre maaos *e* boo*n*s J*tem* logo Junto deste esta out*ro* cortelho a q*ue* chama*m* da Rua nova que esta abaixo do casal do rrego q*ue* he da eg*re*ia de sa*m* m*ar*tinho E tambem he todo çerrado sobre sy de rribas *e* de mat*os* E este leua bos iiij carr*os* desterq*u*o E da Redor pelo comoro tem m*e*a duzia de carvalhos antre maaos *e* boons J*tem* logo afundo ste cortelho [*sic*][1279] na agra de p*ere*ira Jaz hu*m*a leira logo arredor do mato q*ue* ssom quatro margees *e* leua M*e*o carro desterq*u*o E de *con*t*ra* p*ra*do p*ar*te *com* hu*m*a leira q*ue* he da eg*re*ia de sam m*ar*tinho de dume p*er* m*ar*cos J*tem* Na veiga do carualho Jaz hu*m*a leira bem aa po*n*te do abade que leua huu*m* carro desterquo E p*ar*te de *con*t*ra* o naçente co*m* h*er*dade do casal **[fl. 1v]** dante porta q*ue* he do bougado E de *con*t*ra* o poente p*ar*te co*m* h*er*dade do casal dante portas q*ue* foy de m*ar*tim aluarez p*er* m*ar*cos E de *con*t*ra* prado p*ar*te co*m* hu*m*a herdade do casal do bougado E de *con*t*ra* a cidade vay e*n*testar e*m* huu*m* mato *e* camjnho J*tem* logo Junto iaz outra leira q*ue* leua [*sic*][1280] iij car*os*

[1276] Apagado e rasgado.
[1277] A margem direita do fólio está rasgada.
[1278] Idem 2.
[1279] Riscado: "esta".
[1280] Repetido: "q*ue* leua".

desterquo E p*ar*te de cont*ra* [*sic*][1281] <o nace*n*te> co*m* hu*m*a leira que foy do casal de m*ar*tim aluarez p*er* m*ar*cos [*sic*][1282] E esta leira de m*ar*tim luarez Jaz no meo das leiras do cabijdoo E de *con*t*ra* o poente p*ar*te *com* o casal do bougado E de *con*t*ra* p*ra*do e*n*testa co*m* herdades da eg*re*ia de sam m*ar*tinho de dume *e* de *con*t*ra* baixo p*ar*te *com* mato *e* camjnho / / J*tem* logo acerca na dita agra iaz outra leira q*ue* leua — ij car*os* desterq*uo* E p*ar*te danbalas p*ar*tes co*m* herdades do dito casal q*ue* foy de m*ar*tim aluarez E de co*n*tra p*ra*do e*n*testa no casal do bougado E de *con*t*ra* a cidade com mat*os* *e* camjnho J*tem* logo outra leira Junto desta na dita ag*ra* q*ue* leua — ij car*os* E p*ar*te de co*n*tra o m*ar* com vougada E de *con*tra o naçe*n*te co*m* a erdade do casal q*ue* foy de m*ar*tim aluarez E entesta de *con*t*ra* p*ra*do co*m* o casal do vougado E de *con*t*ra* a cidade co*m* mat*os* *e* camjnho J*tem* na ag*ra* da carualha bem . no meo Jaz hu*m*a leira peq*ue* na q*ue* leua m*eo* carro E he coadrada como huu*m* dado / E p*ar*te de huu*m* cabo co*m* her[*sic*][1283]de do casal q*ue* foi de m*ar*tim aluarez *e* *con*t*ra* o agia*m* o naçe*n*te [*sic*][1284] co*m* h*er*dade do casal de uougado ./ E de *con*t*ra* o agia*m* p*ar*te com hu*m*a leira q*ue* he do casal de ssouro mouro *e* de sseus hirmaaoos J*tem* aa ponte do rribeiro iaz hu*m*a leira fe*i*ta como chaue q*ue* leua iij car*os* E p*ar*te de *con*t*ra* o soaaoo com ssouro mouro *e* co*m* outra leira q*ue* he do casal do gontiJo q*ue* he de sam m*ar*tinho *e* de *con*t*ra* o naçente p*ar*te co*m* herdade de m*ar*tim botelho q*ue* he do casal [*sic*][1285] do rrego E de co*n*tra p*ra*do p*ar*te co*m* o rribeiro *e* de *con*t*ra* o naçe*n*[1286][te] E entesta co*m* herdade de sam m*ar*tinho *e* toda p*ar*te p*er* m*ar*cos J*tem* na ag*ra* de pereira iaz hu*m*a leira q*ue* ssom tres m*ar*jees E p*ar*te de co*n*tra o poe*n*te *com* a h*er*dade do casal daamjll que he da gaffaria E de *con*t*ra* o nace*n*te p*ar*te co*m* h*er*dade do casal de ssouro mouro q*ue* he sua derdade E e*n*testa da **[fl. 2]** p*ar*te do rribeíro co*m* do casal dante portas q*ue* he do casal q*ue* foy de m*ar*tim aluarez J*tem* logo ju*n*to desta Jaz out*ra* leira q*ue* ssom .v. m*ar*jees E p*ar*te de co*n*t*ra* o poe*n*te co*m* herdade do casal do rrego E de *con*t*ra* o naçe*n*te tambem co*m* o dito casal do rrego / E e*n*testa de huu*m* cabo com herdades do casal de ssouro carreira / E de co*n*tra o rribeiro co*m* h*er*dade do casal daamjll *e* ssom anbas dem*ar*cadas p*er* m*ar*cos *e* anbas leua*m* huu*m* carro J*tem* na dita agra de pereira iaz outra leira co*n*tra o c*ar*ualho [*sic*][1287] <de> ssoutello E leua m*eo* carro / E p*ar*te p*er* m*ar*cos E he toda coadrada E nom podemos saber as h*er*dade q*ue* p*ar*tem co*m* ella cujas ssom . J*tem* na ag*ra* de sam m*ar*tinho Jaz hu*m*a leira q*ue* leua iij carros E p*ar*te de *con*t*ra* o agia*m* co*m* herdade do casal de cacauellos . q*ue* he de sam m*ar*tinho E de *con*t*ra* sam frutuosso p*ar*te co*m* herdade do casal de caq*uar*cauellos q*ue* he do cabijdoo . E e*n*testa de co*n*tra o m*ar* co*m* herdades de Gonçalo aluarez carpinteiro *e* de *con*t*ra* o naçente e*n*testa no casal de cacauelos q*ue* do cabijdoo J*tem* na ag*ra* de sam m*ar*tinho iaz outra leira q*ue* leua iij car*os* *e* Jaz antre duas leiras q*ue* ssom do casal de cacauelos q*ue* he do cabijdoo / E de *con*t*ra* sam frutuosso e*n*testa co*m* herdade de sam m*ar*tinho E de *con*t*ra* p*ra*do e*n*testa co*m* herdade do casal de cacauelos q*ue* do cabijdo E ora he e*m*p*ra*zado ha d*iog*o de fonte carreira e*m* tres vidas por x alqu*eire*s de pam meado *e* do*us* de t*ri*go E p*ar* de g*alinh*as E ssom asy xij alq*ueire*s *e* ij g*alinh*as

Descrição de um jerico nas proximidades da Porta da Rua Nova, em Terra de Braga

Cota: A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 1

[1281] Riscado: "o leua".
[1282] Riscado: "*e* de *con*t*ra* p*ra*do vay e*n*testar e*m* hu*m*a herdade do casal do bougado / E de *con*tra a cidade vay".
[1283] *Idem* 2: penso se tratar "da", de her[da]de.
[1284] A margem esquerda do fólio está rasgada.
[1285] Riscado: "do".
[1286] Parece ter esquecido das letras "te", para forma a palavra naçe*n*[te].
[1287] Está riscado e borrado.

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 1] Terra de bragaa

Item a porta da rrua Noua Em huu*m* Jeríquo q*ue* soya de t*raz*er m*ar*tím g*onçal*lvez dantes Jaz hu*rr*a leira que ora esta e*m* lata de v*inh*a q*ue* he do cabijdo e p*ar*te de *con*t*ra* baixo co*m* hu*rr*a h*er*dade que ora t*raz* martim pi*riz* almoCreue p*er* huu*m* m*ar*co q*ue* esta no meo antre a do dito co*m* q*ue* esta no meo antre a do dito m*ar*tim <pi*riz*> e a do dito cabijdo E de *con*tra cima p*er*a as cassas p*ar*te co*m* hu*rr*a leira da *con*fraria da *companhia* p*er* do*us* m*ar*cos q*ue* estam huu*m* de huu*m* cabo E outro do out*ro* e huu*m* deles esta ao pee de hu*rr*a figueira E a fi*gueir*a esta na p*ar*te do cabijdo e esta leira he de longo .*scilicet*. des o m*ar*co que esta e*m*baixo antre a do dito m*ar*tim pi*riz*. E a do dito cabijdo p*er*a cima p*er*a o m*ar*co q*ue* esta antre a dita confraria e o cabijdo — xxxix couodos bem medidos E ao traues .*scilicet*. de hu*rr*a parede aa outra som — xxx couodos.

Apêndice XVIII. Dados transcritos sobre a exploração agrária nas imediações da cidade de Braga

Delimitação de Algumas Propriedades e Terrenos Segundo o Levantamento do 4.º *Livro de Tombo* **Propriedades (terrenos)**	**Delimitação (Transcrição)**	**Referência documental (A.D.B.)**
Devesa em Palmeira	[...] a dita deuessa p*ar*te p*er* huu*m* vallo Junto da eg*rei*a de palmeira q*ue* esta o dito uallo antre hu*m*a deuessa da dita eg*rei*a E esta deuessa / do cabijdo / E daly vay teer o dito vallo p*er* aly abaixo p*er*a honde chamam pedrosso E daly vay teer a hu*m*a leira de deuessa q*ue* he de v*as*co p*erei*ra E asy a do dito cabijdo como a do dito v*as*co p*erei*ra p*ar*te antre hu*m*a E a outra p*er* carvalhos .*scilicet*. q*ue* tem os pees esfolados do machado E daly vay teer ao casal de mouquy*m* E daly torna p*er*a cima . arredor de hu*m*as bouças de lopo ff*er*n*ad*ez E doutros herdeiros mujtos E daly sse começa outro vallo velho q*ue* vay teer acima Junto da eg*rei*a de palmeira honde sse começou [...].	*4º Livro de Tombo*..., fl. 25v
Lugar Acima dos Chãos	[...] E tem o dito lug*ar* hu*m*a g*ra*nde cerca q*ue* se começa aa porta da dita casa E estonçes p*er* arriba p*er* arredor do camjnho p*ubri*co q*ue* vay desta cidade p*er*a a ponte do porto E estonçes torna deçe_p*er* aly abaixo E vay teer a torneir*os* E estonçes torna outra vez p*er* aly arriba partindo co*m* <o campo de santa [?] [*sic*] co*m* outras herdades q*ue* som da co*n*çelho q*ue* ora t*raz* o gayo E ve*m* outra vez teer a dita casa [...].	*4º Livro de Tombo*..., fl. 33v
Casal de Souro Mouro	[...] logo Junto das ditas cassas sse começa a hu*m*a cancella hu*m*a parede E vay a dita parede ao su pee p*ar*tyndo co*m* herdades do casal . de fonte carreira . atees o rrijo E estonçes vay pelo rrijo abaixo attees a ponte de souro mouro E des a dita ponte começa outra vez p*er* aly arryba p*ar*tindo co*m* . huu*m* campo de lynhares E depois vay asy p*ar*tindo pelo campo do cordeiro q*ue* he de sam martynho de dume E esto uees vem teer outra vez a cuzinha do dito lugar [...]	*4º Livro de Tombo*..., fl. 33v
Casal de Urjães	[...] p*ri*meirame*n*te huu*m*a cerca .de parede .*scilicet*. arredor da estrada q*ue* vay do p*ra*do do arceb*is*po p*er*a portas E depois vay decendo p*er*a baixo p*er*a as ortas E p*er*a hu*m*a fonte E depois <vay> p*er*a dentro p*ar*tindo . co*m* as ditas ortas E com huu*m* lug*ar* derdade do dito Jo*ha*m anes	*4º Livro de Tombo*..., fl. 51v

	ataqueiro E depos vay p*er* aly acima p*ar*tindo *com* huu*m* ca*m*po q*ue* traz o chantre q*ue* he do dito cabijdo / E co*m* outro lug*ar* q*ue* ora traz Gonçalo m*art*i*n*z mercador E depois ve*m* teer a hu*m*a porta do dito lugar [...]	
Casal que está nos Chãos	[...] hu*m*a cerca de parede que se comeca e*m* hua casa q*ue* esta e*m* todo o cima do arrabalde dos chaaos da p*ar*te dereita E vay p*ar*tindo p*er* aly arriba arredor do camjnho q*ue* p*er*a a portella do auelar atee honde e*n*tra a aagua do cano p*er*a dentro do ca*m*po do dito casal do cabijdoo./ E daly da uolta p*er*a contra a forca p*er* hu*m*a parede q*ue* vay antre o dito lug*ar* E hu*m*a deuesa q*ue* foy de [*sic*] </>airas/> g*onçallvez* q*ue* d*eu*s aJa E vay topar e*m* hu*m*a cançela q*ue* he seruen*t*ya do dito lug*ar* .*scilicet*. p*er*a penelas *e* p*er*a aquele monte da forca / E pasa p*er* a dita cancela E vay p*ar*tindo p*er* aly abaixo p*er* huu*m* vallo E vay topar abaixo e*m* d*ir*r*e*ito da forca velha e*m* hu*m*a tapadura q*ue* esta ant*re* o dito casall E huu*m* campo q*ue* esta acima de sam bertolameu que </>he/> derdeir*os* E daly vay p*ar*tindo p*er* hu*m*a deuesa q*ue* he dos dit*os* herdeir*os* p*er* hu*m*a parede *e* tapadura q*ue* antre os dit*os* herdeir*os* E o dito lug*ar* do dito cabijdo </>vay/> atees hu*m*a v*inh*a q*ue* he de gil m*art*i*n*z m*er*cador *e* de sua molher q*ue* esta Junto de sam bertolameu E esto uees vem p*ar*tindo p*er* hu*m*a parede que esta antre o ca*m*po q*ue* ora traz p*er*o de g*uimaraa*es q*ue* he do dito lugar E huu*n*s Jericos q*ue* p*er* aly estam de muy*tos* herdeir*os* *e* do co*m*celho./ E asy cem topar outra vez nas casas q*ue* estam no dito arraualde dos chaaoos que som do dito casal do dito cabijdo./ q*ue* ora traz p*er*o de g*uimaraa*es E asy uem topar e*m* hu*m*a torre q*ue* esta aa porta fronha e*m* que soya de morar m*ar*ty esteuez E aly se acaba a dita cerca [...]	*4º Livro de Tombo*..., fl. 76v
Casal da Gandarela	[...] p*ri*meirame*n*te hu*m*a cerca g*ra*nde toda de uallo que sse começa honde estam huu*n*s alliceçes de p*ar*dieiros que Jaz e*m* outro tempo forom casas dos dit*os* p*ar*dieir*os* vay partindo ao su pee de *con*t*ra* o soaao*o* p*er* o dito vallo q*ue* vay antre o dito casal do dito cabijdoo E hu*m*a herdade que he da eg*rei*a de sam Pedro de mjllym E asy vay p*ar*tindo ao su pee polo dito valo co*m* hu*m*a herdade que de Gonçalo dergamjll *e* asy ./ vay teer a huu*m* rrego dauga Easy vay	*4º Livro de Tombo*..., fl. 108

	p*ar*tindo pelo ./ dito rrego . atees huu*m* campo a que chama*m* do couto / que he do m*oster*o de tyuaaes E dally da uolta *con*tra o poe*n*te p*er*a hu*m*a seara que <he> da eg*re*ia de panoyas E dally da volta p*er*a cima *con*tra agya*m* . pelo dito vallo . atees os dit*os* p*ar*dieiro . . . [...]	
Lugar da Porta de Santiago	[...] p*ri*meirame*n*te hu*m*a v*inh*a toda de bacello. Toda cerrada sobresy da parede E de rribas *e* mat*os* .*scilicet*. aquy logo na e*n*trada da dita v*inh*a hu*m*a porta fronha E hu*m*a casa telhada e*m* q*ue* esta huu*m* lagar E outras cousas deg*r*ada/ E aa dita porta se começa huu*m* muro de parede E vay arredor do camjnho que vay p*er*a sam marcos / atees huu*m* lugar q*ue* ora traz antoneo a*fons*o co*n*igo E daly torna p*ar*tindo co*n*tra abrego p*ar*tyndo co*m* <o dito> lug*ar* dantoneo a*fons*o E vay top*ar* no lugar que ora traz fylype Ro*d*rig*u*ez conego ./ E daly da uolta p*er* huu*m* g*r*ande comoro de pedras *e* mato q*ue* vay arredor da dita v*inh*a co*n*tra ho poente E vem topar no lug*ar* q*ue* ora traz alu*ar*o sorez co*n*igo E daly da uolta outra vez p*er* acima co*n*tra a torre noua p*er* hu*m*a g*r*ande parede q*ue* vay antre o dito alu*ar*o sorez E ha dita v*inh*a E vay outra vez [*sic*] topar na dita casa E porta honde começou [...]	*4º Livro de Tombo*..., fl. 130v

Aforamento do Assento de Casais na Freguesia de Palmeira
Cota: A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 191 a 192
Transcrição: Thiago Tolfo
[fl. 191] Aforamento q*ue* fez o cabjdoo do ascentam*en*to de palmeira a joham rro*d*rig*u*ez q*ue* ora em elle mora p*or* noue ann*os* p*or* R alq*ueire*s de trijgo *e* xxx de centeo *e* t*ri*jnta de mjlho *e* dous capooes J*tem* aos noue dias do mes de sset*embr*o da dita era de noueenta ./ sseendo Junt*os* em cabjdoo os Senhores joham vaa*sque*s arced*iag*o de neyua *e* ho L*icenciad*o arced*iag*o doliuença / joham a*fons*o M*estr*e Rodrígo lopo afonsso p*edr*o a*fons*o bertolameu a*fons*o p*er*o brauo a*fons*o anes g*onçal*o pi*rez* g*onçal*o vaa*squez* d*iog*o ff*err*n*andez* arauJo[1288] alu*ar*o pi*rez* joham de ponte / tod*os* coonegos p*reb*endad*os* em a dita eg*re*ia de braga os q*ua*aaes p*er* lancam*en*to de fauas q*ue* todas sairom brancas aforarom p*or* noue anos p*ri*meir*os* segujntes q*ue* se começarom p*er* dia de sam [*sic*][1289] joham b*aptis*ta*m* p*ri*meiro q*ue* vem de noueenta *e* huu*m* . em diante a joha*m* Ro*d*rig*u*ez Caseeiro q*ue* ora . he em a d*ic*ta eg*re*ia de palmeira q*ue* presente estaua com condicom q*ue* more *e* pouore o dito aseento *e* aJa todallas lauras *e* vjnhas *e* chantad*os* *e* montad*os* della se deferença algu*m*a *e* faça em todo q*ua*nta bem feitoria fazer poder de gujsa q*ue* melhore *e* nom peJore *e* de *e* pague de foro *e* pensssam em cada huu*m* anno em paz *e* em saluo ao dito Cabjdoo dentro em esta Cidade / quoreenta alq*ueire*s de t*ri*jgo linpo *e* t*ri*jnta de Centeo E t*ri*jnta de mjlho ljnpo *e* de Reçeber medido p*er* a medida p*er* q*ue* sse mede o pam das dadíuas / E mais

[1288] Parece se trata de Fernão de Araujo, cujo escrivão esqueceu do substantivo próprio "Fernão".
[1289] Riscado e repetido: "joham b*aptis*ta*m* p*ri*meiro"

. dous capooes Recebond*os* **[fl. 191v]** E dara a paga p*ri*meira paga p*er*a deste [*sic*][1290] santa*n*dre q*ue* vem a huu*m* anno *e* os capooes logo p*or* este natal p*ri*meiro q*ue* vem E assy dhi em diante em cada huu*m* anno . Como dito he E com tal condiçom q*ue* a casa torre *e* salla *e* sotom com todalas vasilhas da eg*rei*a ficarom ao cabjdoo . p*er*a elle ou seus Rendeir*os* sse della ap*ro*ueitrarem / . E assy . *segund*a ho Cabjdoo ou Rend*ei*ros obregados de as correger . E assy dara lugar a q*ual*q*uer* Rendeiro q*ue* ffor q*ue* em sseus canpos traga hu*m*a besta no tenpo do rrecolher da noujdade *e* asy q*uan*do la for ap*ro*ueer sua ffazenda E assy cortara lenha de carualho p*er*a queimar q*uan*do la esteuer aq*uel*la q*ue* lhe for nacessarja *e* com ho dito Cabjdoo ficara a madeira do pinjdal de castanho saluo os catinheir*os* q*ue* estam aa entrada honde esta a lata [f/s]erados Carrad*os* / . E da p*ri*meira paga q*ue* ffezer do dito pam . como dito he pagara a paay . Ro*dri*gu*ez* darauJo t*ri*jnta alq*ueires* .*scilicet*. vijnte de Centeo *e* dez de t*ri*jgo *e* ho mais pagara ao cabjdoo / E mais lher p*ro*meteo ho Cabjdoo q*ue* conp*ri*ndo elle as *con*di**[fl. 192]**çooes deste *con*t*ra*to q*ue* acabad*os* os dit*os* noue ann*os* lhe daram o dito asseento p*or* out*r*os noue sem mais / em nouaçom posto q*ue* outre p*or* elle lhe mais de . / E com as ditas condiçooe*s* o dito joha*m* Ro*dri*gu*ez* Recebeo em ssy o dito aforam*en*to *e* se obrigou de conp*ri*r as condicooes suso ditas *e* cada hu*m*a delas E o nom leix*ar* nem ho dito cabjdoo lhe o tolher ssob pena de q*ual*q*uer* das p*ar*tes q*ue* contra esto for em todo ou em p*ar*te pagar aa p*ar*te aguardante p*or* pena *e* em nome dela cinq*uo* mjl rr*eai*s a q*ual*l leuada ou nom este aforam*en*to valer como em ele faz menç*am* t*estemunha*s p*edr*o aluarez p*or*teiro do Cabjdoo E R*odrig*o anes coonjgo doliueira *e cetera e* g*onçal*o lopez m*orad*or em darq*ue*

johanes vallaso [?]
[?] [?]
pedro
[?] pirez
[sic][1291]

Emprazamento de uma atafona e respetiva casa a Rodrigo Álvares e sua esposa Isabela Anes

Cota: A.D.B., *1º Livro de Prazos...*, fls. 103v e 104 & *3º Livro de Prazos...*, fl. 46

Transcrição: Thiago Tolfo

[fl. 103v] P*raz*o da atafona ffe*i*to a R*odrig*o aluare*ez* çapat*ei*ro em tres vidas po*r* iiij m*ar*avidi*s* *e* huu*m* par de g*alinh*as ./

J*tem* aos xxix dias do d*ic*to mes de set*embr*o de iiij^{c}lxxiiij no d*ic*to logo estando p*re*sentes Em cabidoo *e* cabidoo fazendo chamad*os* p*er* ssom de canpaa*m* tangida *segund*o seu costume [*sic*][1292] .*scilicet*. g*omez* ff*err*n*andez* thesoureiro o bacharel joham ff*err*n*andez* lopo aluarez Joham afonsso diogo de ujana o bacharel joa*m* bras g*oncal*o p*iriz* g*oncal*o pinto gill uaa*squez* lopo afonsso joham delgado bertolameu afonsso d*iog*o g*onçall*v*ez* jacome meendez tod*os* coonjgos p*re*bendad*os* em a d*ic*ta eg*rei*a de bra*ag*aa / os q*ua*ees p*er* lançame*n*to de ffauas brancas *e* p*re*tas q*ue* todas sairo*m* brancas guardadas p*ri*meirame*n*te as ssolenjdade do d*irrei*to *e* a *co*nstituiçom do arceb*is*po dom M*artinh*o em prazarom *e* derom per praz*o* a R*odrig*o aluarez çapateiro morador em a d*ic*ta Cidade q*ue* p*resen*te estaua E a sua molh*er* **[fl. 104]** Jsabella anes nom p*re*sente *e* a huu*m* filho ou filha o q*ual*l hi nom auendo <hu*m*a> pessoa q*ual*l o postumeiro q*ue* dellas mais viuer nomear q*ue* nom seJa de maior condiçom q*ue* elles / o

[1290] Riscado: "samjgooel".
[1291] Assinatura por símbolo.
[1292] Riscado: "p*er*".

qual prazo lhe ffezerom de huma ataffona com sua casa que o dicto cabidoo ha dentro na dicta çidade de bragaa a quall parte de huma parte com casa que foy de Catarina afonsso aranha que ora traz goncalo martjnz allmocreue / E da outra parte com caualariça daluaro fferrnandez coudell E com aloque do dicto aluaro fferrnandez / per esta gujsa e condicom que elles e pessoa de pos aJam [sic][1293] a dicta atafona e casa E façam E rrefaçam em ella e suas perteenças toda bem ffeitoria que fazer poderem de gujsa que melhore e nom peJore E dem e paguem de foro e penssom em cada huum anno ao dicto cabjdoo quatro maravidis pagados aas terças do anno E huum par de galinhas Reçebondas / pagados os ditos maravidis a quinhentos por huum E mais nom ./ E que em tenpo de suas vidas elles nom possam leixar . nem enJeitar a dicta atafona . nem ho dicto cabidoo lha tolher ante lha defender E fazer de paz de qualquer pessoa . ou pessoas que lhe contra esto ponham ou queiram poer alguum em bargo e que nom possam dar doar vender apenhar nem scanbar nem alhear nem outra cousa deste prazo fazer ssem autoridade E consentimento do cabidoo [sic][1294] <e fijndas suas vidas ou> nom ssendo assy a dicta pessoa nomeada que o dicto prazo fique ysento ao cabidoo com toda sua benfeitoria cuJo he / E rrecrecendosse alguma demanda ou contenda sobre este prazo ou ssobre cousa que a elle pertee[n]ça que as dita partes Respondam por ello perante os Vigairos da dicta egreia de bragaa / : assy no tenpo deste prazo como depois em qualquer tenpo / E as ditas partes todo assy outorgarom E prometerom teer e manteer sob pena de qualquer que contra ello ffor em todo ou . em parte pagar aa parte teente e aguardante por pena e em nome della faz mençom pedindo ao dicto joham fferrnandez vigairo que desse a ello sua autoridade o qual a seu pedir lha deu . e cetera :.

da parte/.

Prazo da atafona feito a Rodrigo aluarez . çapatejro em tres vidas por iiij maravidis e ij . galinhas

Jtem aos [sic][1295] xxix dias do dicto mes de Setembro de iiij^{c} lxxiiij . emprazou o cabijdoo solemnemente a Rodrigo aluarez çapatejro morador na dicta cidade que presente estaua E a sua molher Jsabela anes . nom presente e a huum filho ou filha . o qual hi nom avendo a huuma persoa e cetera huuma atafona com sua casa que [sic][1296] o dicto cabijdoo ha . dentro na cidade de bragaa aqual parte com casa que foy de Catarina afonso aranha que ora traz gonçalo martjnz almocreue . E da outra parte com caualarjça daluaro fferrnandez coudel e com aloque do dicto aluaro fferrnandez . E pagarom ao dicto cabijdoo quatro maravidis pagados aas terças do annoo e huum par de galinhas / recebondas . / pagados os maravidis [sic][1297] a quinhentos por huum [sic][1298] E com todalas outras clausulas . acustumadas ao qual prazo deu joham fferrnandez vigairo sua autorjdade / .

[1293] Repetido: "aJam".
[1294] Riscado: "E".
[1295] Riscado: "xxix".
[1296] Riscado.
[1297] Riscado: "aas terças do anno".
[1298] Riscado: "paga".